ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLIX Nº 241

Brasília - DF, sexta-feira, 14 de dezembro de 2012

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Senado Federal 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 30
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 32
Ministério da Cultura 33
Ministério da Defesa 35
Ministério da Educação 36
Ministério da Fazenda 40
Ministério da Integração Nacional 58
Ministério da Justiça 59
Ministério da Previdência Social 67
Ministério da Saúde 68
Ministério das Cidades 114
Ministério das Comunicações 117
Ministério das Relações Exteriores 121
Ministério de Minas e Energia 121
Ministério do Desenvolvimento Agrário 127
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 128
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 132
Ministério do Esporte 139
Ministério do Meio Ambiente 140
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 141
Ministério do Trabalho e Emprego 143
Ministério dos Transportes 157
Conselho Nacional do Ministério Público 160
Ministério Público da União 162
Tribunal de Contas da União 183
Poder Legislativo 183
Poder Judiciário 184
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 252

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Anibal Diniz, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 59, DE 2012

Autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 59.103.957,00 (cinquenta e nove milhões, cento e três mil, novecentos e cinquenta e sete dólares norte-americanos), entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada a conceder garantia em operação de crédito externo, no valor de até US$ 59.103.957,00 (cinquenta e nove milhões, cento e três mil, novecentos e cinquenta e sete dólares norte-americanos), entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a cofinanciar, juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT (Pró-Energia - RS).

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT);

II - credor: Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD);

III - garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - valor: até US$ 59.103.957,00 (cinquenta e nove milhões, cento e três mil, novecentos e cinquenta e sete dólares norte-americanos);

V - modalidade: taxa de juros fixa;

VI - amortização do saldo devedor: em 40 (quarenta) parcelas semestrais e consecutivas, de valores preferencialmente iguais, devidas após o período de carência;

VII - juros aplicáveis: taxa fixa a ser definida na data de assinatura do contrato;

VIII - juros de mora: até 3,5% a.a. (três inteiros e cinco décimos por cento ao ano), acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos;

IX - comissão de compromisso: até 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) sobre o saldo ainda não desembolsado do empréstimo, a partir da data de assinatura do contrato, pagável 6 (seis) meses após a vigência do contrato;

X - comissão inicial: 0,3% a.a. (três décimos por cento ao ano) sobre o valor total do empréstimo, a ser paga até 60 (sessenta) dias após a data de assinatura do contrato;

XI - taxa legal: até US$ 8.000,00 (oito mil dólares norte-americanos);

XII - despesas eventuais: até US$ 7.000,00 (sete mil dólares norte-americanos), caso o devedor solicite um aditamento contratual.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos previstos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º O exercício da autorização a que se refere o caput do art. 1º é condicionado a que:

I - a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e o Estado do Rio Grande do Sul, devidamente autorizados por esta Resolução, celebrem contrato com a União para concessão de contragarantias, sob a forma de dação de recebíveis de empresa e de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente da conta de receitas próprias da CEEE-GT e das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais, nos termos do art. 167, § 4º, da Constituição Federal;

II - previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verifique e ateste a adimplência da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de dezembro de 2012.
Senador ANIBAL DINIZ
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Anibal Diniz, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 60, DE 2012

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento parcial do "Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social (Proprev) - Segunda Fase".

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social (Proprev) - Segunda Fase".

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I - devedor: República Federativa do Brasil;

II - credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III - valor total: até US$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos);

IV - prazo de desembolso: 5 (cinco) anos, contado a partir da vigência do contrato;

V - amortização: parcela única, a ser paga em 15 de maio de 2027;

VI - modificação do cronograma de amortização: o cronograma de amortização poderá ser modificado, desde que a data final de 15 de maio de 2027 seja respeitada e que a Vida Média Ponderada, a ser estabelecida na data de assinatura do contrato, não seja extrapolada;

VII - juros: exigidos semestralmente em 15 de maio e em 15 de novembro de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta:

a) pela taxa de juros **Libor** trimestral para dólar norte-americano;

b) mais, ou menos, uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos da modalidade **Libor**; e

c) mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

VIII - comissão de crédito: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), calculada sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

IX - despesas com inspeção e supervisão geral: até 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, sendo que, em um semestre determinado, se assim requerer o BID, o valor devido para atender essas despesas não poderá ser superior ao referido 1% do valor do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, assim como dos desembolsos, previstas na minuta contratual, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

§ 2º É facultado ao mutuário solicitar a conversão da taxa de juros do empréstimo, de variável para fixa e vice-versa, de parte ou da totalidade de seus saldos devedores, com pagamento de comissão ao BID.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de dezembro de 2012.
Senador ANIBAL DINIZ
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Anibal Diniz, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 61, DE 2012

Autoriza o Estado do Piauí a contratar, com garantia da República Federativa do Brasil, operação de crédito externo com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), no valor de até SDR 12.770.903,00 (doze milhões, setecentos e setenta mil, novecentos e três direitos especiais de saque), destinada ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento Sustentável no Semiárido - Viva o Semiárido".

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Piauí autorizado a contratar, com garantia da República Federativa do Brasil, operação de crédito externo com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), no valor de até SDR 12.770.903,00 (doze milhões, setecentos e setenta mil, novecentos e três direitos especiais de saque).

Parágrafo único. Os recursos oriundos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento Sustentável no Semiárido - Viva o Semiárido".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Estado do Piauí;

II - credor: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida);

III - garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - valor: até SDR 12.770.903,00 (doze milhões, setecentos e setenta mil, novecentos e três direitos especiais de saque);

V - prazo de desembolso: 72 (setenta e dois) meses;

VI - amortização: em 180 (cento e oitenta) meses, sendo 30 (trinta) parcelas pagas semestralmente, com vencimento em 15 de maio e em 15 de novembro de cada ano;

VII - juros: a taxa de juros será definida semestralmente pela diretoria do Fida.

§ 1º O pagamento do principal e dos juros será efetuado em dólar norte-americano.

§ 2º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Piauí para a contratação da operação de crédito externo referida no art. 1º desta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que:

I - o Estado do Piauí celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155 e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, combinados com o § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais;

II - o Ministério da Fazenda verifique e ateste:

a) a situação de adimplência do ente garantido com a administração pública federal e suas entidades controladas e quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal;

b) o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso, conforme cláusula contratual.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de dezembro de 2012.
Senador ANIBAL DINIZ
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Anibal Diniz, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 62, DE 2012

Autoriza a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US$ 88.655.996,00 (oitenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa e seis dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) autorizada a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US$ 88.655.996,00 (oitenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa e seis dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT (Pró-Energia - RS)".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT);

II - credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III - garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - valor: até US$ 88.655.996,00 (oitenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa e seis dólares norte-americanos);

V - prazo de desembolso: até 4 (quatro) anos, contado a partir da vigência do contrato;

VI - amortização: o contrato será amortizado mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e na medida do possível iguais, vencendo-se a primeira 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses após a data da vigência do contrato e a última até 25 (vinte e cinco) anos após esta data;

VII - juros: o mutuário deverá pagar juros sobre os saldos devedores diários a uma taxa que será determinada de acordo com o artigo 3.03 das Normas Gerais, sendo que o primeiro pagamento deverá ocorrer 6 (seis) meses contados após a vigência do contrato; enquanto o empréstimo não tiver sido objeto de nenhuma conversão, o mutuário pagará juros a uma taxa de juros baseada na **Libor**, sendo que, neste caso, os juros incidirão a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo Banco em uma data para determinação da taxa de juros baseada na Libor, mais ou menos o custo de captação do Banco; adicionalmente, o mutuário deverá pagar, a título de juros, a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário;

VIII - conversões: com o consentimento do fiador, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional, o mutuário poderá, respeitados os termos e condições estabelecidos na cláusula 1.09 das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo, solicitar ao Banco uma conversão de moeda ou uma conversão de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato, de acordo com o disposto no capítulo V das Normas Gerais; conversão de moeda: o mutuário poderá solicitar que um desembolso ou a totalidade ou uma parte do saldo devedor sejam convertidos em moeda de país não mutuário ou em uma moeda local que o Banco possa intermediar eficientemente; conversão de taxa de juros: o mutuário poderá solicitar em relação a parte ou à totalidade do saldo devedor que a taxa de juros baseada na **Libor** seja convertida em uma taxa fixa de juros ou qualquer outra opção de conversão de taxa de juros solicitada e aceita pelo Banco;

IX - comissão de crédito: a ser estabelecida periodicamente pelo Banco, calculada sobre o saldo não desembolsado do financiamento e exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, sendo que em caso algum poderá exceder ao percentual de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

X - despesas de inspeção e supervisão: por decisão da política atual, o Banco não cobrará para atender despesas com inspeção e supervisão geral; conforme revisão periódica de suas políticas, o Banco notificará ao mutuário um valor devido em um semestre determinado, que não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** é condicionada a que, previamente à assinatura do contrato de empréstimo, o Ministério da Fazenda:

I - verifique o grau de cumprimento das condições especiais prévias estabelecidas na cláusula 3.02 das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo, inclusive com manifestação prévia do BID;

II - verifique e certifique a adimplência da CEEE-GT com a União e suas entidades controladas;

III - celebre o contrato de contragarantia do mutuário e do Estado do Rio Grande do Sul em favor da União.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de dezembro de 2012.
Senador ANIBAL DINIZ
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Atos do Poder Executivo

REPUBLICAÇÃO

DECRETO Nº 7.851, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 (*)

Altera o Decreto nº 7.688, de 2 de março de 2012, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria-Geral da Presidência da República; altera o Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010, para transferir responsabilidades do Programa Pró-Catador para a Secretaria-Geral da Presidência da República, altera o Anexo II ao Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011; e dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão.

"ANEXO II
(Anexo II ao Decreto nº 7.493, de 2011)

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/ DAS/ FG
	5	Assessor Especial	102.5
	1	Assessor Especial de Controle Interno	102.5
	6	Assessor	102.4

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais
A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012121400002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GABINETE	1	Chefe de Gabinete	101.5
	5	Assessor	102.4
	12	Assessor Técnico	102.3
	10	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Agenda	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Assessoria Técnica e Administrativa	1	Chefe de Assessoria	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	2	Assessor Técnico	102.3
	3	Assistente	102.2
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe de Assessoria	101.4
	8	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
Assessoria Internacional	1	Chefe de Assessoria	101.4
	2	Assessor Técnico	102.3
Assessoria Parlamentar e Federativa	1	Chefe de Assessoria	101.4
	2	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
	1	Secretário-Executivo Adjunto	101.6
	1	Diretor de Programa	101.5
	4	Assessor	102.4
	6	Assessor Técnico	102.3
	4	Assistente	102.2
	4	Gerente de Projeto	101.4
Gabinete	1	Chefe	101.4
	2	Assessor Técnico	102.3
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	35		FG-1
	10		FG-2
	10		FG-3
Corregedoria	1	Corregedor	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação-Geral da Central de Relacionamento	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
Ouvidoria	1	Ouvidor	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
Divisão	3	Chefe	101.2
DIRETORIA DE PROJETOS INTERNACIONAIS	1	Diretor	101.5
	2	Gerente de Projeto	101.4
	2	Assessor Técnico	102.3
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1	Diretor	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação-Geral de Sistemas	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Sustentação e Segurança	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Banco de Dados	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	1	Subsecretário	101.5
	1	Subsecretário Adjunto	101.4
	1	Assessor	102.4
	2	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Recursos Humanos	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	3	Chefe	101.2
Serviço	4	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Logística e Administração	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
	3	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	4	Coordenador	101.3
Divisão	7	Chefe	101.2
Serviço	3	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	6	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1	Subsecretário	101.5
	1	Assessor	102.4
	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação	1	Coordenador-Geral	101.4
	2	Assessor Técnico	102.3
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	1	Coordenador-Geral	101.4
	2	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Organização e Inovação Institucional	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	101.5
	3	Assessor Técnico	102.3
Gabinete	1	Chefe	101.4
	3	Assistente	102.2
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Atos Normativos e Judiciais	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação-Geral Jurídica de Convênios	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação-Geral de Contratos, Licitações e Pessoal	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA	1	Secretário	101.6
	1	Secretário-Adjunto	101.5
	5	Assessor	102.4
	4	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
Gabinete	1	Chefe	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÃO	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Acompanhamento e Fiscalização	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
DEPARTAMENTO DE BENEFÍCIOS	1	Diretor	101.5
Coordenação	2	Coordenador	101.3

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	3	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Concessão e Administração de Benefícios	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Logística de Pagamento de Benefícios	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Revisão de Benefícios	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Integração de Programas de Transferência de Renda	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
DEPARTAMENTO DO CADASTRO ÚNICO	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Operacionalização do Cadastro Único	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Acompanhamento e Qualificação do Cadastro	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Gestão de Processos de Cadastramento	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Apoio à Integração de Ações	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
DEPARTAMENTO DE CONDICIONALIDADES	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Operacionalização das Condicionalidades	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação-Geral de Acompanhamento das Condicionalidades	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Controle Social e Ações Complementares	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Apoio à Integração de Ações	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	Secretário	101.6
	1	Secretário-Adjunto	101.5
	7	Assessor	102.4
	3	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
Gabinete	1	Chefe	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Gestão Interna	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
DIRETORIA-EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	Diretor-Executivo	101.5
	3	Assessor	102.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	4	Assistente Técnico	102.1
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira do FNAS	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	4	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Gestão de Transferências	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Prestação de Contas	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	3	Chefe	101.2
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	Diretor	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação-Geral de Regulação da Gestão do SUAS	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Implementação e Acompanhamento da Política de RH do SUAS	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Apoio ao Controle Social e à Gestão Descentralizada	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral da Rede do SUAS	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Serviços de Vigilância Social	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
DEPARTAMENTO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1	Diretor	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Regulação e Ações Intersetoriais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral da Gestão de Benefícios	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Revisão e Controle de Benefícios	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Acompanhamento dos Beneficiários	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1	Diretor	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Serviços Socioassistenciais a Famílias	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral do ProJovem Adolescente e Serviços para a Juventude	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Apoio a Execução de Projetos e Serviços	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1	Diretor	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Serviços de Acolhimento	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Execução de Projetos e Serviços	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Medidas Socioeducativas	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SUAS	1	Diretor	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Acompanhamento da Rede Socioassistencial do SUAS	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1	Secretário	101.6
	1	Secretário-Adjunto	101.5
	1	Diretor de Programas	101.5
	4	Assessor	102.4
	3	Assessor Técnico	102.3
	3	Assistente	102.2
Gabinete	1	Chefe	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	2	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Apoio à Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
DEPARTAMENTO DE FOMENTO À PRODUÇÃO E À ESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	1	Diretor	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Apoio à Estruturação da Produção Familiar	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Acesso à Água	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Fomento à Produção para o Autoconsumo	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Apoio Povos e Comunidades Tradicionais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
DEPARTAMENTO DE APOIO À AQUISIÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR	1	Diretor	101.5
	3	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Articulação Federativa para o Abastecimento Alimentar	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral Sistemas Locais de Abastecimento Alimentar	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS PÚBLICOS AGROALIMENTARES	1	Diretor	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Apoio aos Sistemas Públicos Agroalimentares Locais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO	1	Secretário	101.6
	1	Secretário-Adjunto	101.5
	1	Assessor	102.4
	1	Assessor Técnico	102.3
Gabinete	1	Chefe	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Publicações Técnicas	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Avaliação da Demanda	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Resultados e de Impacto	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Monitoramento da Demanda	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Monitoramento de Resultados	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Estatísticas	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Informações Estratégicas	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Formação de Agentes Públicos e Sociais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Disseminação	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA	1	Secretário	101.6
	3	Diretor de Programas	101.5
	2	Assessor Técnico	102.3
	3	Gerentes de Projetos	101.4
Gabinete	1	Chefe	101.4
	1	Assessor	102.4
	1	Assessor Técnico	102.3
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Secretaria-Executiva	1	Secretário-Executivo do Conselho	101.4
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	4	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	8	Chefe	101.1

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL (*)		SITUAÇÃO NOVA	
		QTDE	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
NE	5,4	1	5,40	1	5,40
DAS 101.6	5,28	6	31,68	6	31,68
DAS 101.5	4,25	32	136,00	32	136,00
DAS 101.4	3,23	100	319,77	100	323,00
DAS 101.3	1,91	116	221,56	116	221,56
DAS 101.2	1,27	44	55,88	44	55,88
DAS 101.1	1	26	26,00	26	26,00
DAS 102.5	4,25	6	25,50	6	25,50
DAS 102.4	3,23	39	129,20	38	122,74
DAS 102.3	1,91	86	164,26	86	164,26
DAS 102.2	1,27	72	91,44	71	90,17
DAS 102.1	1	10	10,00	10	10,00
SUBTOTAL 1		**538**	**1.216,69**	**536**	**1.212,19**
FG-1	0,2	35	7	35	7
FG-2	0,15	10	1,5	10	1,5
FG-3	0,12	10	1,2	10	1,2
SUBTOTAL 2		**55**	**9,7**	**55**	**9,7**
TOTAL		**593**	**1.226,39**	**591**	**1.221,89**

* A "Situação Atual" presente no quadro do Anexo II-b acima corrige erro material constatado na publicação da "Situação Nova" do Anexo II-b do Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, no que se refere à distribuição dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores de níveis DAS 101.4 e 102.4."

(*) Republicação do Anexo II ao Decreto nº 7.851, de 30 de novembro de 2012, por ter constado incorreção quanto ao original no Diário Oficial da União de 3 de dezembro de 2012, Seção 1.

DECRETO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios dos Transportes e das Cidades, crédito suplementar no valor de R$ 848.783.818,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, inciso XVII, da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012), em favor dos Ministérios dos Transportes e das Cidades, crédito suplementar no valor de R$ 848.783.818,00 (oitocentos e quarenta e oito milhões, setecentos e oitenta e três mil, oitocentos e dezoito reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de dezembro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

JOSÉ SARNEY

Eva Maria Cella Dal Chiavon

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2075	**Transporte Rodoviário**							**339.266.091**
		ATIVIDADES							
26 782	**2075 20DD**	**Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado de Goiás**							**25.000.000**
26 782	2075 20DD 0052	Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado de Goiás - No Estado de Goiás							25.000.000
			F	4	3	90	0	100	25.000.000
26 782	**2075 20DE**	**Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado do Mato Grosso**							**11.500.000**
26 782	2075 20DE 0051	Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado do Mato Grosso - No Estado de Mato Grosso							11.500.000
			F	4	3	90	0	100	11.500.000
26 782	**2075 20DQ**	**Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado do Acre**							**10.000.000**
26 782	2075 20DQ 0012	Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado do Acre - No Estado do Acre							10.000.000
			F	4	3	90	0	100	10.000.000
26 782	**2075 20DV**	**Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado do Tocantins**							**34.500.000**
26 782	2075 20DV 0017	Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado do Tocantins - No Estado do Tocantins							34.500.000
			F	4	3	90	0	100	34.500.000
26 782	**2075 20E5**	**Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado do Ceará**							**7.227.484**
26 782	2075 20E5 0023	Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado do Ceará - No Estado do Ceará							7.227.484
			F	4	3	90	0	100	7.227.484
26 782	**2075 20EA**	**Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado de Santa Catarina**							**20.000.000**
26 782	2075 20EA 0042	Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado de Santa Catarina - No Estado de Santa Catarina							20.000.000
			F	4	3	90	0	100	20.000.000
		PROJETOS							
26 782	**2075 10L1**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso**							**68.978.720**
26 782	2075 10L1 0051	Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso - No Estado de Mato Grosso							68.978.720
			F	4	3	90	0	100	36.380.000
			F	4	3	90	0	300	4.598.720
			F	4	3	90	0	311	28.000.000
26 782	**2075 10L7**	**Construção de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Esteio - Sapucaia - na BR-448 - no Estado do Rio Grande do Sul**							**47.600.000**
26 782	2075 10L7 0043	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Esteio - Sapucaia - na BR-448 - no Estado do Rio Grande do Sul - No Estado do Rio Grande do Sul							47.600.000
			F	4	3	90	0	100	47.600.000
26 782	**2075 7435**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Divisa PE/AL - na BR-101 - no Estado de Pernambuco**							**82.959.887**
26 782	2075 7435 0026	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Divisa PE/AL - na BR-101 - no Estado de Pernambuco - No Estado de Pernambuco							82.959.887
			F	4	3	90	0	100	78.959.887

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

			F	4	3	90	0	300	4.000.000
26 782	**2075 7M95**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Anel Rodoviário de Belo Horizonte - Entroncamento MG-437/MGT-262 - Entroncamento BR-040/135/262/381 - Entroncamento BR-040/BR-356 - na BR-262/381/040 - no Estado de Minas Gerais**							**31.500.000**
26 782	2075 7M95 0031	Adequação de Trecho Rodoviário - Anel Rodoviário de Belo Horizonte - Entroncamento MG-437/MGT-262 - Entroncamento BR-040/135/262/381 - Entroncamento BR-040/BR-356 - na BR-262/381/040 - no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais							31.500.000
			F	4	3	90	0	100	31.500.000
TOTAL - FISCAL									**339.266.091**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**339.266.091**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39253 - Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**11.450.000**
		ATIVIDADES							
26 122	**2126 8785**	**Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC**							**11.450.000**
26 122	2126 8785 0001	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - Nacional							11.450.000
			F	4	3	90	0	100	11.450.000
TOTAL - FISCAL									**11.450.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**11.450.000**

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2040	**Gestão de Riscos e Resposta a Desastres**							**297.806.075**
		PROJETOS							
17 512	**2040 10SG**	**Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico**							**297.806.075**
17 512	2040 10SG 0030	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico - Na Região Sudeste							222.013.370
			S	4	3	30	0	100	81.912.985
			S	4	3	40	0	100	140.100.385
17 512	2040 10SG 0040	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico - Na Região Sul							75.792.705
			S	4	3	40	0	100	75.792.705
	2049	**Moradia Digna**							**100.000.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**2049 00CW**	**Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (Lei nº 11.977, de 2009)**							**100.000.000**
28 846	2049 00CW 0001	Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (Lei nº 11.977, de 2009) - Nacional							100.000.000
			F	3	3	90	0	100	100.000.000
	2068	**Saneamento Básico**							**100.261.652**
		PROJETOS							
17 512	**2068 10S5**	**Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento**							**76.020.246**
17 512	2068 10S5 0020	Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento - Na Região Nordeste							39.833.205
			S	4	3	40	0	100	18.393.437
			S	4	3	30	0	100	21.439.768
17 512	2068 10S5 0030	Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento - Na Região Sudeste							2.822.051
			S	4	3	40	0	100	2.822.051
17 512	2068 10S5 0050	Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento - Na Região Centro-Oeste							33.364.990
			S	4	3	40	0	100	33.364.990
17 512	**2068 10SC**	**Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.**							**24.241.406**
17 512	2068 10SC 0020	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento. - Na Região Nordeste							24.241.406
			S	4	3	30	0	100	24.241.406
TOTAL - FISCAL									**100.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**398.067.727**
TOTAL - GERAL									**498.067.727**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2073	**Transporte Hidroviário**							**80.827.484**
		PROJETOS							
26 784	**2073 14KV**	**Apoio a Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê**							**80.827.484**
26 784	2073 14KV 0035	Apoio a Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê - No Estado de São Paulo							80.827.484
			F	4	3	90	0	100	80.827.484
TOTAL - FISCAL									**80.827.484**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**80.827.484**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2075	**Transporte Rodoviário**							**258.438.607**
		ATIVIDADES							
26 782	**2075 20E2**	**Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado de Alagoas**							**47.000.000**
26 782	2075 20E2 0027	Manutenção de Trechos Rodoviários - no Estado de Alagoas - No Estado de Alagoas							47.000.000
			F	4	3	90	0	100	47.000.000
		PROJETOS							
26 782	**2075 10IW**	**Construção de Trecho Rodoviário - Itacarambi - Divisa MG/BA - na BR-135 - no Estado de Minas Gerais**							**29.547.649**
26 782	2075 10IW 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Itacarambi - Divisa MG/BA - na BR-135 - no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais							29.547.649
			F	4	3	90	0	100	29.547.649
26 782	**2075 10IX**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entroncamento MG-020 - na BR-381 - no Estado de Minas Gerais**							**28.000.000**
26 782	2075 10IX 0031	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entroncamento MG-020 - na BR-381 - no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais							28.000.000
			F	4	3	90	0	311	28.000.000
26 782	**2075 113Y**	**Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento RO-478 (Fronteira Brasil/Bolívia) (Costa Marques) - na BR-429 - no Estado de Rondônia**							**20.594.412**
26 782	2075 113Y 0011	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento RO-478 (Fronteira Brasil/Bolívia) (Costa Marques) - na BR-429 - no Estado de Rondônia - No Estado de Rondônia							20.594.412
			F	4	3	90	0	100	20.594.412
26 782	**2075 11Z7**	**Adequação de Travessia Urbana - no Município de Vilhena - BR-364 - no Estado de Rondônia**							**2.888.917**
26 782	2075 11Z7 0011	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Vilhena - BR-364 - no Estado de Rondônia - No Estado de Rondônia							2.888.917
			F	4	3	90	0	100	2.888.917
26 782	**2075 13XL**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Santa Cruz do Capibaribe - na BR-104 - no Estado de Pernambuco**							**4.967.923**
26 782	2075 13XL 0026	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Santa Cruz do Capibaribe - na BR-104 - no Estado de Pernambuco - No Estado de Pernambuco							4.967.923
			F	4	3	90	0	100	4.967.923
26 782	**2075 1D70**	**Construção de Trecho Rodoviário - Ventania - Alto do Amparo - na BR-153 - no Estado do Paraná**							**9.966.635**
26 782	2075 1D70 0041	Construção de Trecho Rodoviário - Ventania - Alto do Amparo - na BR-153 - no Estado do Paraná - No Estado do Paraná							9.966.635
			F	4	3	90	0	100	9.966.635
26 782	**2075 7242**	**Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432 - no Estado de Roraima**							**17.610.009**
26 782	2075 7242 0014	Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432 - no Estado de Roraima - No Estado de Roraima							17.610.009
			F	4	3	90	0	100	13.610.009

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

			F	4	3	90	0	300	4.000.000
26 782	**2075 7K23**	**Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - na BR-487 - no Estado do Paraná**							**7.301.784**
26 782	2075 7K23 0041	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - na BR-487 - no Estado do Paraná - No Estado do Paraná							7.301.784
			F	4	3	90	0	100	7.301.784
26 782	**2075 7M65**	**Construção de Trecho Rodoviário - Lagoa Vermelha - Barracão - na BR-470 - no Estado do Rio Grande do Sul**							**10.807.771**
26 782	2075 7M65 0043	Construção de Trecho Rodoviário - Lagoa Vermelha - Barracão - na BR-470 - no Estado do Rio Grande do Sul - No Estado do Rio Grande do Sul							10.807.771
			F	4	3	90	0	100	10.807.771
26 782	**2075 7M76**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MS/MT - Divisa MT/PA - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso**							**68.978.720**
26 782	2075 7M76 0051	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MS/MT - Divisa MT/PA - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso - No Estado de Mato Grosso							68.978.720
			F	4	3	90	0	100	64.380.000
			F	4	3	90	0	300	4.598.720
26 782	**2075 7M78**	**Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 - Alcinópolis - na BR-359 - no Estado do Mato Grosso do Sul**							**4.194.027**
26 782	2075 7M78 0054	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 - Alcinópolis - na BR-359 - no Estado do Mato Grosso do Sul - No Estado de Mato Grosso do Sul							4.194.027
			F	4	3	90	0	100	4.194.027
26 782	**2075 7M79**	**Construção de Trecho Rodoviário - Alcinópolis - Divisa GO/MS - na BR-359 - no Estado do Mato Grosso do Sul**							**2.367.319**
26 782	2075 7M79 0054	Construção de Trecho Rodoviário - Alcinópolis - Divisa GO/MS - na BR-359 - no Estado do Mato Grosso do Sul - No Estado de Mato Grosso do Sul							2.367.319
			F	4	3	90	0	100	2.367.319
26 782	**2075 7N85**	**Construção de Trecho Rodoviário - Timbé do Sul - Divisa SC/RS - na BR-285 - no Estado de Santa Catarina**							**4.213.441**
26 782	2075 7N85 0042	Construção de Trecho Rodoviário - Timbé do Sul - Divisa SC/RS - na BR-285 - no Estado de Santa Catarina - No Estado de Santa Catarina							4.213.441
			F	4	3	90	0	100	4.213.441
TOTAL - FISCAL									**258.438.607**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**258.438.607**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39253 - Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**11.450.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
26 783	**0909 00FZ**	**Participação da União no Capital - Concessionária do Trem de Alta Velocidade (Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas)**							**11.450.000**
26 783	0909 00FZ 0030	Participação da União no Capital - Concessionária do Trem de Alta Velocidade (Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas) - Na Região Sudeste	F	5	3	90	0	100	11.450.000
TOTAL - FISCAL									**11.450.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**11.450.000**

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2049	**Moradia Digna**							**100.000.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 845	**2049 00AF**	**Transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR**							**100.000.000**
28 845	2049 00AF 0001	Transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR - Nacional	F	5	3	90	0	100	100.000.000
	2068	**Saneamento Básico**							**398.067.727**
		ATIVIDADES							
17 512	**2068 8871**	**Apoio à Elaboração e Monitoramento de Planos de Saneamento Regionais e Nacional.**							**4.542.442**
17 512	2068 8871 0001	Apoio à Elaboração e Monitoramento de Planos de Saneamento Regionais e Nacional. - Nacional	S	4	3	30	0	100	4.542.442
		PROJETOS							
17 512	2068 10S5	Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento							13.633.665
17 512	2068 10S5 0040	Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento - Na Região Sul	S	4	3	40	0	100	13.633.665
17 512	2068 10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.							8.283.259
17 512	2068 10SC 0010	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento. - Na Região Norte	S	4	3	30	0	100	4.017.898
17 512	2068 10SC 0050	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento. - Na Região Centro-Oeste	S	4	3	40	0	100	4.265.361
17 512	**2068 116I**	**Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.**							**120.530.956**
17 512	2068 116I 0001	Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento. - Nacional	S	4	3	40	0	100	120.530.956
17 512	2068 1N08	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.							205.730.203
17 512	2068 1N08 0001	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento. - Nacional	S	4	3	30	0	100	44.364.601
			S	4	3	40	0	100	44.132.395
17 512	2068 1N08 0020	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento. - Na Região Nordeste	S	4	3	40	0	100	44.376.665
17 512	2068 1N08 0030	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento. - Na Região Sudeste	S	4	3	30	0	100	33.918.212
17 512	2068 1N08 0040	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento. - Na Região Sul	S	4	3	40	0	100	4.032.520
17 512	2068 1N08 0050	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento. - Na Região Centro-Oeste	S	4	3	40	0	100	34.905.810
			S	4	3	40	0	100	20.265.689
			S	4	3	30	0	100	14.640.121
17 512	2068 1P95	Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.							45.347.202
17 512	2068 1P95 0001	Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento. - Nacional	S	4	3	40	0	100	25.965.170
			S	4	3	30	0	100	19.382.032
TOTAL - FISCAL									**100.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**398.067.727**
TOTAL - GERAL									**498.067.727**

DECRETO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 999.708.536,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista as autorizações constantes do art. 4º, **caput**, incisos I, alínea "a", II, V, alínea "b", item "2", e XVII, e § 1º, da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, e no § 3º do art. 52 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012), em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 999.708.536,00 (novecentos e noventa e nove milhões, setecentos e oito mil, quinhentos e trinta e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 13 de dezembro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

JOSÉ SARNEY
Eva Maria Cella Dal Chiavon

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	**Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**							**9.856.418**
		ATIVIDADES							
10 128	**2015 20JZ**	**Educação Permanente e Pós-graduação em Saúde e em Ciência e Tecnologia em Saúde**							**850.000**
10 128	2015 20JZ 0001	Educação Permanente e Pós-graduação em Saúde e em Ciência e Tecnologia em Saúde - Nacional							850.000
			S	3	2	90	0	250	850.000
10 391	**2015 20Q7**	**Manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz**							**1.156.418**
10 391	2015 20Q7 0001	Manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz - Nacional							1.156.418
			S	3	2	90	0	151	1.156.418
10 571	**2015 8315**	**Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde**							**7.850.000**
10 571	2015 8315 0001	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - Nacional							7.850.000
			S	3	2	90	0	151	7.000.000
			S	3	2	90	0	250	850.000
	2055	**Desenvolvimento Produtivo**							**17.750.000**
		ATIVIDADES							
10 126	**2055 20K1**	**Instalação de Novas Plataformas para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde**							**1.100.000**
10 126	2055 20K1 0001	Instalação de Novas Plataformas para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - Nacional							1.100.000
			S	3	2	90	0	151	1.100.000
10 303	**2055 2522**	**Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos**							**14.150.000**
10 303	2055 2522 0001	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos - Nacional							14.150.000
			S	3	2	90	0	151	14.150.000
		PROJETOS							
10 571	**2055 7674**	**Modernização de Unidades de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz**							**2.500.000**
10 571	2055 7674 0001	Modernização de Unidades de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz - Nacional							2.500.000
			S	3	2	90	0	151	2.500.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**27.606.418**
TOTAL - GERAL									**27.606.418**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2068	**Saneamento Básico**							**18.801.808**
		PROJETOS							
10 512	**2068 10GE**	**Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)**							**12.513.808**
10 512	2068 10GE 0001	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - Nacional							12.513.808
			S	4	3	40	0	151	12.513.808
10 512	**2068 7652**	**Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos**							**6.288.000**
10 512	2068 7652 0001	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos - Nacional							6.288.000
			S	4	3	40	0	151	6.288.000
	2115	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde**							**6.500.000**
		ATIVIDADES							
10 122	**2115 2000**	**Administração da Unidade**							**6.500.000**
10 122	2115 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							6.500.000
			S	3	2	90	0	151	2.000.000
			S	5	2	90	0	151	4.500.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**25.301.808**
TOTAL - GERAL									**25.301.808**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	**Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**							**10.048.212**
		ATIVIDADES							
10 304	**2015 8719**	**Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos**							**10.048.212**
10 304	2015 8719 0001	Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos - Nacional							10.048.212
			S	3	2	80	0	151	40.590
			S	3	2	80	0	174	10.007.622
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**10.048.212**
TOTAL - GERAL									**10.048.212**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0906	**Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)**							**300.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 844	**0906 0284**	**Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa**							**300.000**
28 844	0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional							300.000
			S	6	0	90	0	143	300.000
	2015	**Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**							**930.552.098**
		ATIVIDADES							
10 122	**2015 2016**	**Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde**							**300.000**
10 122	2015 2016 0001	Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde - Nacional							300.000
			S	4	2	90	0	151	300.000
10 301	**2015 20AD**	**Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família**							**90.676.300**
10 301	2015 20AD 0001	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família - Nacional							90.676.300
			S	3	1	41	0	153	90.676.300
10 303	**2015 20AE**	**Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde**							**1.767.000**
10 303	2015 20AE 0001	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - Nacional							1.767.000
			S	3	1	41	0	151	1.767.000
10 302	**2015 20B0**	**Atenção Especializada em Saúde Mental**							**17.000.000**
10 302	2015 20B0 0001	Atenção Especializada em Saúde Mental - Nacional							17.000.000
			S	3	2	41	0	151	17.000.000
10 303	**2015 4295**	**Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas**							**55.000.000**
10 303	2015 4295 0001	Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas - Nacional							55.000.000
			S	3	2	90	0	153	55.000.000
10 303	**2015 4370**	**Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis**							**56.200.000**
10 303	2015 4370 0001	Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis - Nacional							56.200.000
			S	3	1	90	0	151	56.200.000
10 126	**2015 4380**	**Sistema Nacional de Informações em Saúde**							**18.600.000**
10 126	2015 4380 0001	Sistema Nacional de Informações em Saúde - Nacional							18.600.000
			S	3	2	90	0	151	11.600.000
			S	4	2	90	0	151	7.000.000
10 131	**2015 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**19.000.000**
10 131	2015 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							19.000.000
			S	3	2	90	0	151	6.667.000
			S	3	2	90	0	153	12.333.000
10 303	**2015 4705**	**Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica**							

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10 303	2015 4705 0001	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - Nacional								3.524.578
			S	3	1	90	0	153		3.524.578
10 303	2015 4705 0013	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Amazonas								443.781
			S	3	1	31	0	153		443.781
10 303	2015 4705 0021	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Maranhão								58.650
			S	3	1	31	0	153		58.650
10 303	2015 4705 0024	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Rio Grande do Norte								571.000
			S	3	1	31	0	153		571.000
10 303	2015 4705 0026	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Pernambuco								3.213.622
			S	3	1	31	0	153		3.213.622
10 303	2015 4705 0031	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Minas Gerais								5.373.332
			S	3	1	31	0	153		5.373.332
10 303	2015 4705 0033	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Rio de Janeiro								6.654.936
			S	3	1	31	0	153		6.654.936
10 303	2015 4705 0051	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Mato Grosso								1.187.899
			S	3	1	31	0	153		1.187.899
10 303	2015 4705 0053	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Distrito Federal								2.115.000
			S	3	1	31	0	153		2.115.000
10 303	2015 4705 0054	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Mato Grosso do Sul								874.000
			S	3	1	31	0	153		874.000
10 305	2015 6031	Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças								159.700.000
10 305	2015 6031 0001	Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças - Nacional								159.700.000
			S	3	1	90	0	151		152.200.000
			S	4	1	90	0	151		7.500.000
10 571	2015 6146	Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS								2.892.000
10 571	2015 6146 0001	Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS - Nacional								2.892.000
			S	3	2	90	0	151		1.400.000
			S	4	2	90	0	151		1.492.000
10 302	2015 6148	Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais								75.000.000
10 302	2015 6148 0001	Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais - Nacional								75.000.000
			S	3	2	90	0	153		75.000.000
10 302	2015 6217	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde								64.400.000
10 302	2015 6217 0123	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - Hospital Geral dos Servidores - RJ								18.000.000
			S	3	2	90	0	151		18.000.000
10 302	2015 6217 0127	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - Hospital Geral de Bonsucesso - RJ								16.800.000
			S	3	2	90	0	151		16.800.000
10 302	2015 6217 0629	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - Hospital Geral de Jacarepaguá - RJ								7.300.000
			S	3	2	90	0	151		7.300.000
10 302	2015 6217 0631	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - Hospital Geral de Ipanema - RJ								6.400.000
			S	3	2	90	0	151		6.400.000
10 302	2015 6217 0633	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - Hospital Geral do Andaraí - RJ								8.900.000
			S	3	2	90	0	151		8.900.000
10 302	2015 6217 0635	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - Hospital Geral da Lagoa - RJ								7.000.000
			S	3	2	90	0	151		7.000.000
10 301	**2015 8577**	**Piso de Atenção Básica Fixo**								**34.800.000**
10 301	2015 8577 0001	Piso de Atenção Básica Fixo - Nacional								34.800.000
			S	3	1	31	0	153		34.800.000
10 301	**2015 8581**	**Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde**								**13.000.000**
10 301	2015 8581 0001	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Nacional								13.000.000
			S	4	2	41	0	153		13.000.000
10 302	**2015 8585**	**Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade**								**193.000.000**
10 302	2015 8585 0001	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Nacional								1.554.000
			S	3	1	31	0	153		1.554.000
10 302	2015 8585 0012	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Acre								18.546.000
			S	3	1	31	0	153		18.546.000
10 302	2015 8585 0015	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Pará								40.000.000
			S	3	1	41	0	153		40.000.000
10 302	2015 8585 0025	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado da Paraíba								6.300.000
			S	3	1	41	0	153		6.300.000
10 302	2015 8585 0028	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Sergipe								35.000.000
			S	3	1	41	0	153		35.000.000
10 302	2015 8585 0043	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Rio Grande do Sul								30.300.000
			S	3	1	41	0	153		30.300.000
10 302	2015 8585 0051	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Mato Grosso								30.000.000
			S	3	1	41	0	153		30.000.000
10 302	2015 8585 0054	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Mato Grosso do Sul								31.300.000
			S	3	1	41	0	153		31.300.000
10 128	**2015 8612**	**Formação de Profissionais Técnicos de Saúde e Fortalecimento das Escolas Técnicas/Centros Formadores do SUS**								**16.900.000**
10 128	2015 8612 0001	Formação de Profissionais Técnicos de Saúde e Fortalecimento das Escolas Técnicas/Centros Formadores do SUS - Nacional								16.900.000
			S	3	2	90	0	151		16.900.000
10 121	**2015 8648**	**Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde para o Aperfeiçoamento do SUS**								**1.500.000**
10 121	2015 8648 0001	Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde para o Aperfeiçoamento do SUS - Nacional								1.500.000
			S	3	2	90	0	151		1.500.000
10 302	**2015 8721**	**Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde**								**10.000.000**
10 302	2015 8721 0001	Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde - Nacional								10.000.000
			S	3	2	31	0	151		10.000.000
10 301	**2015 8730**	**Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada**								**22.500.000**
10 301	2015 8730 0001	Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada - Nacional								22.500.000
			S	3	2	90	0	153		22.500.000
10 302	**2015 8758**	**Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA**								**2.000.000**
10 302	2015 8758 0033	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA - No Estado do Rio de Janeiro								2.000.000
			S	3	2	90	0	151		2.000.000
10 302	**2015 8933**	**Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar**								**24.000.000**
10 302	2015 8933 0001	Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar - Nacional								24.000.000
			S	4	2	41	0	151		24.000.000
		PROJETOS								
10 302	**2015 125H**	**Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCa**								**2.000.000**
10 302	2015 125H 0033	Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCa - No Estado do Rio de Janeiro								2.000.000
			S	4	2	90	0	151		2.000.000
10 122	**2015 7666**	**Investimento para a Qualificação da Atenção à Saúde e Gestão do SUS**								**24.000.000**
10 122	2015 7666 0001	Investimento para a Qualificação da Atenção à Saúde e Gestão do SUS - Nacional								24.000.000
			S	3	2	90	0	153		24.000.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10 302	**2015 7833**	**Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON**							**2.300.000**
10 302	2015 7833 0001	Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON - Nacional							2.300.000
			S	4	2	90	0	151	2.300.000
	2055	**Desenvolvimento Produtivo**							**5.900.000**
		ATIVIDADES							
10 303	**2055 8636**	**Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde**							**5.900.000**
10 303	2055 8636 0001	Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde - Nacional							5.900.000
			S	3	2	90	0	151	1.584.000
			S	4	2	90	0	151	4.316.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**936.752.098**
TOTAL - GERAL									**936.752.098**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	**Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**							**5.856.418**
		ATIVIDADES							
10 391	**2015 20Q7**	**Manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz**							**1.156.418**
10 391	2015 20Q7 0001	Manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz - Nacional							1.156.418
			S	4	2	90	0	151	1.156.418
10 303	**2015 8415**	**Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares**							**1.700.000**
10 303	2015 8415 0001	Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares - Nacional							1.700.000
			S	3	2	90	0	250	1.700.000
		PROJETOS							
10 571	**2015 11PJ**	**Estruturação de Laboratórios de Pesquisas Biomédicas**							**2.000.000**
10 571	2015 11PJ 0033	Estruturação de Laboratórios de Pesquisas Biomédicas - No Estado do Rio de Janeiro							2.000.000
			S	4	2	90	0	151	2.000.000
10 572	**2015 147J**	**Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia**							**1.000.000**
10 572	2015 147J 0001	Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia - Nacional							1.000.000
			S	3	2	90	0	151	1.000.000
	2055	**Desenvolvimento Produtivo**							**21.750.000**
		ATIVIDADES							
10 303	**2055 2522**	**Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos**							**10.000.000**
10 303	2055 2522 0001	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos - Nacional							10.000.000
			S	4	2	90	0	151	10.000.000
		PROJETOS							
10 572	**2055 13DW**	**Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos**							**8.150.000**
10 572	2055 13DW 0033	Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos - No Estado do Rio de Janeiro							8.150.000
			S	4	2	90	0	151	8.150.000
10 572	**2055 13DX**	**Construção do Centro de Pesquisa da Fiocruz em Teresina/PI**							**300.000**
10 572	2055 13DX 0022	Construção do Centro de Pesquisa da Fiocruz em Teresina/PI - No Estado do Piauí							300.000
			S	4	2	90	0	151	300.000
10 572	**2055 14KA**	**Expansão do Pólo de Biotecnologia da Fiocruz Paraná**							**800.000**
10 572	2055 14KA 0041	Expansão do Pólo de Biotecnologia da Fiocruz Paraná - No Estado do Paraná							800.000
			S	4	2	90	0	151	800.000
10 571	**2055 7674**	**Modernização de Unidades de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz**							**2.500.000**
10 571	2055 7674 0001	Modernização de Unidades de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz - Nacional							2.500.000
			S	4	2	90	0	151	2.500.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**27.606.418**
TOTAL - GERAL									**27.606.418**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2115	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde**							**6.500.000**
		ATIVIDADES							
10 122	**2115 2000**	**Administração da Unidade**							**6.500.000**
10 122	2115 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							6.500.000
			S	3	2	90	0	151	6.500.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**6.500.000**
TOTAL - GERAL									**6.500.000**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	**Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**							**3.512.622**
		ATIVIDADES							
10 131	**2015 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**500.000**
10 131	2015 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							500.000
			S	3	2	90	0	174	500.000
10 304	**2015 8719**	**Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos**							**3.012.622**
10 304	2015 8719 0001	Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos - Nacional							3.012.622
			S	4	2	90	0	174	3.012.622
	2115	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde**							**6.535.590**
		ATIVIDADES							
10 122	**2115 2000**	**Administração da Unidade**							**6.300.000**
10 122	2115 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							6.300.000
			S	3	2	90	0	174	6.300.000
10 301	**2115 20CW**	**Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos**							**40.590**
10 301	2115 20CW 0001	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos - Nacional							40.590
			S	3	1	90	0	151	40.590
10 128	**2115 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**							**195.000**
10 128	2115 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							195.000
			S	3	2	90	0	174	195.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**10.048.212**
TOTAL - GERAL									**10.048.212**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0906	**Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)**							**300.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 844	**0906 0284**	**Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa**							**300.000**
28 844	0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional							300.000
			S	2	0	90	0	144	300.000
	2015	**Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**							**939.540.098**
		ATIVIDADES							
10 122	**2015 2016**	**Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde**							**300.000**
10 122	2015 2016 0001	Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde - Nacional							300.000
			S	3	2	90	0	151	300.000
10 304	**2015 20AB**	**Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária**							**6.903.725**
10 304	2015 20AB 0011	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado de Rondônia							100.000
			S	3	1	41	0	151	100.000
10 304	2015 20AB 0012	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado do Acre							40.000
			S	3	1	41	0	151	40.000
10 304	2015 20AB 0013	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado do Amazonas							150.000
			S	3	1	41	0	151	150.000
10 304	2015 20AB 0014	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado de Roraima							50.000
			S	3	1	31	0	151	50.000
10 304	2015 20AB 0015	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado do Pará							80.000
			S	3	1	41	0	151	80.000
10 304	2015 20AB 0016	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado do Amapá							75.000
			S	3	1	41	0	151	75.000
10 304	2015 20AB 0017	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado do Tocantins							90.000
			S	3	1	41	0	151	90.000
10 304	2015 20AB 0021	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado do Maranhão							300.000
			S	3	1	41	0	151	300.000
10 304	2015 20AB 0022	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado do Piauí							300.000
			S	3	1	41	0	151	300.000
10 304	2015 20AB 0023	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado do Ceará							702.415
			S	3	1	41	0	151	702.415
10 304	2015 20AB 0024	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado do Rio Grande do Norte							10.000
			S	3	1	41	0	151	10.000
10 304	2015 20AB 0025	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado da Paraíba							300.000
			S	3	1	41	0	151	300.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10 304	2015 20AB 0026	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado de Pernambuco	S	3	1	41	0	151	300.000
10 304	2015 20AB 0027	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado de Alagoas	S	3	1	41	0	151	145.000
10 304	2015 20AB 0028	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado de Sergipe	S	3	1	41	0	151	180.000
10 304	2015 20AB 0029	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado da Bahia	S	3	1	41	0	151	500.000
10 304	2015 20AB 0031	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	41	0	151	450.000
10 304	2015 20AB 0032	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado do Espírito Santo	S	3	1	41	0	151	80.000
10 304	2015 20AB 0033	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	41	0	151	600.000
10 304	2015 20AB 0035	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado de São Paulo	S	3	1	41	0	151	500.000
10 304	2015 20AB 0041	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado do Paraná	S	3	1	41	0	151	300.000
10 304	2015 20AB 0042	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado de Santa Catarina	S	3	1	41	0	151	597.845
10 304	2015 20AB 0043	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	41	0	151	500.000
10 304	2015 20AB 0051	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado de Mato Grosso	S	3	1	41	0	151	288.465
10 304	2015 20AB 0052	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - No Estado de Goiás	S	3	1	41	0	151	265.000
10 302	**2015 20AC**	**Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis**							**3.800.000**
10 302	2015 20AC 0001	Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis - Nacional	S	3	1	41	0	151	3.800.000
10 301	**2015 20AD**	**Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família**							**272.509.300**
10 301	2015 20AD 0011	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família - No Estado de Rondônia	S	3	1	41	0	153	5.500.000
10 301	2015 20AD 0012	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família - No Estado do Acre	S	3	1	41	0	153	2.950.000
10 301	2015 20AD 0013	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família - No Estado do Amazonas	S	3	1	41	0	153	8.501.300
10 301	2015 20AD 0015	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família - No Estado do Pará	S	3	1	41	0	153	16.600.000
10 301	2015 20AD 0016	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família - No Estado do Amapá	S	3	1	41	0	153	3.800.000
10 301	2015 20AD 0017	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família - No Estado do Tocantins	S	3	1	41	0	153	12.100.000
10 301	2015 20AD 0022	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família - No Estado do Piauí	S	3	1	41	0	153	45.300.000
10 301	2015 20AD 0024	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	1	41	0	153	28.200.000
10 301	2015 20AD 0025	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família - No Estado da Paraíba	S	3	1	41	0	153	38.800.000
10 301	2015 20AD 0027	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família - No Estado de Alagoas	S	3	1	41	0	153	16.200.000
10 301	2015 20AD 0028	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família - No Estado de Sergipe	S	3	1	41	0	153	23.600.000
10 301	2015 20AD 0029	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família - No Estado da Bahia	S	3	1	41	0	153	27.900.000
10 301	2015 20AD 0032	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família - No Estado do Espírito Santo	S	3	1	41	0	153	14.000.000
10 301	2015 20AD 0041	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família - No Estado do Paraná	S	3	1	41	0	153	8.500.000
10 301	2015 20AD 0051	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família - No Estado de Mato Grosso	S	3	1	41	0	153	16.758.000
10 301	2015 20AD 0052	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família - No Estado de Goiás	S	3	1	41	0	153	1.000.000
10 301	2015 20AD 0054	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	3	1	41	0	153	2.800.000
10 303	**2015 20AE**	**Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde**	S	3	1	41	0	153	2.800.000 **74.318.275**
10 303	2015 20AE 0001	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - Nacional	S	3	1	41	0	151	311.275
10 303	2015 20AE 0011	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de Rondônia	S	3	1	41	0	151	930.000
10 303	2015 20AE 0012	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado do Acre	S	3	1	41	0	151	740.000
10 303	2015 20AE 0013	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado do Amazonas	S	3	1	41	0	151	1.890.000
10 303	2015 20AE 0014	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de Roraima	S	3	1	41	0	151	317.000
10 303	2015 20AE 0015	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado do Pará	S	3	1	41	0	151	3.800.000
10 303	2015 20AE 0016	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado do Amapá	S	3	1	41	0	151	480.000
10 303	2015 20AE 0017	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado do Tocantins	S	3	1	41	0	151	1.000.000
10 303	2015 20AE 0021	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado do Maranhão	S	3	1	41	0	151	3.700.000
10 303	2015 20AE 0022	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado do Piauí	S	3	1	41	0	151	1.500.000
10 303	2015 20AE 0023	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado do Ceará	S	3	1	41	0	151	4.300.000
10 303	2015 20AE 0024	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	1	41	0	151	1.600.000
10 303	2015 20AE 0025	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado da Paraíba	S	3	1	41	0	151	1.900.000
10 303	2015 20AE 0026	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de Pernambuco	S	3	1	41	0	151	4.400.000
10 303	2015 20AE 0027	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de Alagoas	S	3	1	41	0	151	1.300.000
10 303	2015 20AE 0029	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado da Bahia	S	3	1	41	0	151	1.000.000
10 303	2015 20AE 0031	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	41	0	151	9.900.000
10 303	2015 20AE 0032	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado do Espírito Santo	S	3	1	41	0	151	1.700.000
10 303	2015 20AE 0033	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	41	0	151	6.700.000
10 303	2015 20AE 0035	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de São Paulo	S	3	1	41	0	151	5.850.000
10 303	2015 20AE 0041	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado do Paraná	S	3	1	41	0	151	5.300.000
10 303	2015 20AE 0042	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de Santa Catarina	S	3	1	41	0	151	3.100.000
10 303	2015 20AE 0043	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	41	0	151	5.400.000
10 303	2015 20AE 0051	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de Mato Grosso	S	3	1	41	0	151	1.500.000
10 303	2015 20AE 0052	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de Goiás	S	3	1	41	0	151	3.000.000
10 303	2015 20AE 0053	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Distrito Federal	S	3	1	41	0	151	1.300.000
10 303	2015 20AE 0054	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	3	1	41	0	151	1.400.000
10 305	**2015 20AL**	**Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde**							**229.000.000**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10 305	2015 20AL 0001	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Nacional							45.030.000	
			S	3	1	31	0	151	6.600.000	
			S	3	1	41	0	151	38.430.000	
10 305	2015 20AL 0011	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Rondônia							2.500.000	
			S	3	1	41	0	151	2.500.000	
10 305	2015 20AL 0013	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Amazonas							5.000.000	
			S	3	1	41	0	151	5.000.000	
10 305	2015 20AL 0015	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Pará							14.000.000	
			S	3	1	41	0	151	14.000.000	
10 305	2015 20AL 0017	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Tocantins							1.800.000	
			S	3	1	41	0	151	1.800.000	
10 305	2015 20AL 0021	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Maranhão							13.000.000	
			S	3	1	41	0	151	13.000.000	
10 305	2015 20AL 0022	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Piauí							3.500.000	
			S	3	1	41	0	151	3.500.000	
10 305	2015 20AL 0023	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Ceará							9.000.000	
			S	3	1	41	0	151	9.000.000	
10 305	2015 20AL 0024	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Rio Grande do Norte							4.000.000	
			S	3	1	41	0	151	4.000.000	
10 305	2015 20AL 0025	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado da Paraíba							4.000.000	
			S	3	1	41	0	151	4.000.000	
10 305	2015 20AL 0026	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Pernambuco							7.000.000	
			S	3	1	41	0	151	7.000.000	
10 305	2015 20AL 0027	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Alagoas							3.000.000	
			S	3	1	41	0	151	3.000.000	
10 305	2015 20AL 0028	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Sergipe							1.000.000	
			S	3	1	41	0	151	1.000.000	
10 305	2015 20AL 0029	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado da Bahia							21.000.000	
			S	3	1	41	0	151	21.000.000	
10 305	2015 20AL 0031	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Minas Gerais							18.600.000	
			S	3	1	41	0	151	18.600.000	
10 305	2015 20AL 0032	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Espírito Santo							2.500.000	
			S	3	1	41	0	151	1.200.000	
			S	3	1	31	0	151	1.300.000	
10 305	2015 20AL 0033	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Rio de Janeiro							13.400.000	
			S	3	1	41	0	151	13.400.000	
10 305	2015 20AL 0035	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de São Paulo							28.370.000	
			S	3	1	41	0	151	28.370.000	
10 305	2015 20AL 0041	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Paraná							5.000.000	
			S	3	1	41	0	151	5.000.000	
10 305	2015 20AL 0042	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Santa Catarina							2.500.000	
			S	3	1	41	0	151	1.000.000	
			S	3	1	31	0	151	1.500.000	
10 305	2015 20AL 0043	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Rio Grande do Sul							8.900.000	
			S	3	1	41	0	151	8.900.000	
10 305	2015 20AL 0051	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Mato Grosso							6.200.000	
			S	3	1	41	0	151	6.200.000	
10 305	2015 20AL 0052	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Goiás							7.600.000	
			S	3	1	41	0	151	3.000.000	
			S	3	1	31	0	151	4.600.000	
10 305	2015 20AL 0054	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Mato Grosso do Sul							2.100.000	
			S	3	1	41	0	151	2.100.000	
10 302	**2015 20B0**	**Atenção Especializada em Saúde Mental**							**17.000.000**	
10 302	2015 20B0 0001	Atenção Especializada em Saúde Mental - Nacional							17.000.000	
			S	4	2	41	0	151	17.000.000	
10 305	**2015 20QD**	**Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle em HIV/AIDS, Hepatites Virais e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis**							**22.400.000**	
10 305	2015 20QD 0001	Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle em HIV/AIDS, Hepatites Virais e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis - Nacional							22.400.000	
			S	3	2	90	0	151	22.400.000	
10 303	**2015 4705**	**Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica**							**44.016.798**	
10 303	2015 4705 0001	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - Nacional							20.000.000	
			S	3	1	90	0	151	20.000.000	
10 303	2015 4705 0011	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Rondônia							591.843	
			S	3	1	31	0	151	591.843	
10 303	2015 4705 0012	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Acre							264.407	
			S	3	1	31	0	151	264.407	
10 303	2015 4705 0014	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Roraima							206.377	
			S	3	1	31	0	151	206.377	
10 303	2015 4705 0015	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Pará							335.880	
			S	3	1	31	0	151	335.880	
10 303	2015 4705 0016	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Amapá							217.796	
			S	3	1	31	0	151	217.796	
10 303	2015 4705 0017	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Tocantins							56.504	
			S	3	1	31	0	151	56.504	
10 303	2015 4705 0022	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Piauí							2.241.203	
			S	3	1	31	0	151	2.241.203	
10 303	2015 4705 0023	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Ceará							1.258.000	
			S	3	1	31	0	151	1.258.000	
10 303	2015 4705 0025	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado da Paraíba							1.487.968	
			S	3	1	31	0	151	1.487.968	
10 303	2015 4705 0027	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Alagoas							2.600.823	
			S	3	1	31	0	151	2.600.823	
10 303	2015 4705 0028	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Sergipe							1.720.752	
			S	3	1	31	0	151	1.720.752	
10 303	2015 4705 0029	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado da Bahia							1.272.238	
			S	3	1	31	0	151	1.272.238	
10 303	2015 4705 0032	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Espírito Santo							654.474	
			S	3	1	31	0	151	654.474	
10 303	2015 4705 0035	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de São Paulo							3.820.678	
			S	3	1	31	0	151	3.820.678	
10 303	2015 4705 0041	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Paraná							1.166.840	
			S	3	1	31	0	151	1.166.840	
10 303	2015 4705 0042	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Santa Catarina							2.716.545	
			S	3	1	31	0	151	2.716.545	
10 303	2015 4705 0043	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Rio Grande do Sul							2.424.470	
			S	3	1	31	0	151	2.424.470	
10 303	2015 4705 0052	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Goiás							980.000	
			S	3	1	31	0	151	980.000	
10 183	**2015 6152**	**Cartão Nacional de Saúde**							**18.600.000**	
10 183	2015 6152 0001	Cartão Nacional de Saúde - Nacional							18.600.000	
			S	3	2	90	0	151	11.600.000	
			S	4	2	90	0	151	7.000.000	
10 305	**2015 6184**	**Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose**							**1.400.000**	
10 305	2015 6184 0001	Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose - Nacional							1.400.000	
			S	3	2	90	0	151	1.400.000	
10 305	**2015 6185**	**Coordenação Nacional de Vigilância, Prevenção, Controle e Eliminação da Hanseníase e das Doenças Negligenciadas**							**1.700.000**	
10 305	2015 6185 0001	Coordenação Nacional de Vigilância, Prevenção, Controle e Eliminação da Hanseníase e das Doenças Negligenciadas - Nacional							1.700.000	
			S	3	2	90	0	151	1.700.000	
10 305	**2015 6842**	**Informação e Análise de Situação de Saúde**							**500.000**	
10 305	2015 6842 0001	Informação e Análise de Situação de Saúde - Nacional							500.000	
			S	3	2	90	0	151	500.000	
10 301	**2015 8577**	**Piso de Atenção Básica Fixo**							**34.800.000**	
10 301	2015 8577 0033	Piso de Atenção Básica Fixo - No Estado do Rio de Janeiro							10.400.000	
			S	3	1	41	0	151	10.400.000	
10 301	2015 8577 0035	Piso de Atenção Básica Fixo - No Estado de São Paulo							20.800.000	
			S	3	1	41	0	151	20.800.000	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10 301	2015 8577 0053	Piso de Atenção Básica Fixo - No Distrito Federal								3.600.000
			S	3	1	31	0	153		3.600.000
10 302	**2015 8585**	**Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade**								**193.000.000**
10 302	2015 8585 0011	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Rondônia								14.000.000
			S	3	1	41	0	153		14.000.000
10 302	2015 8585 0013	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Amazonas								15.000.000
			S	3	1	31	0	153		4.000.000
			S	3	1	41	0	153		11.000.000
10 302	2015 8585 0014	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Roraima								5.000.000
			S	3	1	31	0	153		5.000.000
10 302	2015 8585 0016	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Amapá								4.000.000
			S	3	1	41	0	153		4.000.000
10 302	2015 8585 0022	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Piauí								21.000.000
			S	3	1	41	0	153		21.000.000
10 302	2015 8585 0029	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado da Bahia								31.000.000
			S	3	1	41	0	153		31.000.000
10 302	2015 8585 0032	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Espírito Santo								11.000.000
			S	3	1	31	0	153		11.000.000
10 302	2015 8585 0033	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Rio de Janeiro								58.000.000
			S	3	1	41	0	153		58.000.000
10 302	2015 8585 0042	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Santa Catarina								11.000.000
			S	3	1	41	0	153		11.000.000
10 302	2015 8585 0052	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado de Goiás								12.000.000
			S	3	1	41	0	153		12.000.000
10 302	2015 8585 0053	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Distrito Federal								11.000.000
			S	3	1	31	0	153		11.000.000
10 121	**2015 8648**	**Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde para o Aperfeiçoamento do SUS**								**1.500.000**
10 121	2015 8648 0001	Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde para o Aperfeiçoamento do SUS - Nacional								1.500.000
			S	4	2	90	0	151		1.500.000
10 305	**2015 8701**	**Coordenação Nacional do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública**								**1.250.000**
10 305	2015 8701 0001	Coordenação Nacional do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública - Nacional								1.250.000
			S	3	2	90	0	151		1.250.000
10 302	**2015 8721**	**Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde**								**8.792.000**
10 302	2015 8721 0001	Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde - Nacional								8.792.000
			S	3	2	31	0	151		8.792.000
10 305	2015 8725	Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis								1.450.000
10 305	2015 8725 0001	Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis - Nacional								1.450.000
			S	3	2	90	0	151		1.450.000
10 302	2015 8758	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA								2.000.000
10 302	2015 8758 0033	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA - No Estado do Rio de Janeiro								2.000.000
			S	4	2	90	0	151		2.000.000
		PROJETOS								
10 302	2015 125H	Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCa								2.000.000
10 302	2015 125H 0033	Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCa - No Estado do Rio de Janeiro								2.000.000
			S	3	2	90	0	151		2.000.000
10 302	2015 7833	Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON								2.300.000
10 302	2015 7833 0001	Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON - Nacional								2.300.000
			S	3	2	90	0	151		2.300.000
	2065	**Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas**								**12.513.808**
		PROJETOS								
10 511	**2065 7684**	**Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos**								**12.513.808**
10 511	2065 7684 0001	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos - Nacional								12.513.808
			S	4	3	90	0	151		12.513.808
	2115	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde**								**3.200.000**
		ATIVIDADES								
10 122	**2115 20QB**	**Apoio Institucional para Ações de Redução de Riscos e Agravos à Saúde da População**								**1.200.000**
10 122	2115 20QB 0001	Apoio Institucional para Ações de Redução de Riscos e Agravos à Saúde da População - Nacional								1.200.000
			S	3	2	90	0	151		1.200.000
10 128	**2115 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**								**1.000.000**
10 128	2115 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional								1.000.000
			S	3	2	90	0	151		1.000.000
10 122	**2115 8580**	**Desenvolvimento Institucional e Modernização Administrativa para a Melhoria da Gestão**								**1.000.000**
10 122	2115 8580 0001	Desenvolvimento Institucional e Modernização Administrativa para a Melhoria da Gestão - Nacional								1.000.000
			S	3	2	90	0	151		1.000.000
TOTAL - FISCAL										**0**
TOTAL - SEGURIDADE										**955.553.906**
TOTAL - GERAL										**955.553.906**

DECRETO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre ao Orçamento de Investimento para 2012, em favor de companhias docas que menciona, crédito suplementar no valor de R$ 63.700.000,00, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 7º, **caput**, inciso III, da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012) crédito suplementar no valor de R$ 63.700.000,00 (sessenta e três milhões e setecentos mil reais), em favor das Companhias Docas do Ceará, do Espírito Santo, do Estado da Bahia, do Pará e do Rio Grande do Norte, para atender à programação constante do Anexo.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de repasses do Tesouro Nacional para aumento do Patrimônio Líquido, conforme demonstrado no "Quadro Síntese por Receita" constante do Anexo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de dezembro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

JOSÉ SARNEY
Eva Maria Cella Dal Chiavon

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**63.700.000**
TOTAL GERAL	**63.700.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	**63.700.000**
TOTAL GERAL	**63.700.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**63.700.000**
784- Transporte Hidroviário	**63.700.000**
TOTAL GERAL	**63.700.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo	**63.700.000**
TOTAL GERAL	**63.700.000**

QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO

20000 - Presidência da República	**63.700.000**
TOTAL GERAL	**63.700.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**63.700.000**
TOTAL GERAL	**63.700.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	**Recursos de Capital - Orçamento de Investimento**	**63.700.000**
6.2.0.0.00.00	**Recursos para aumento do Patrimônio Líquido**	**63.700.000**
6.2.1.0.00.00	**Tesouro**	**63.700.000**
6.2.1.1.00.00	**Direto**	**63.700.000**
	TOTAL GERAL	**63.700.000**
	RECEITAS CORRENTES	**0**
	RECEITAS DE CAPITAL	**63.700.000**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**63.700.000**
TOTAL GERAL	**63.700.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	**63.700.000**
TOTAL GERAL	**63.700.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**63.700.000**
784- Transporte Hidroviário	**63.700.000**
TOTAL GERAL	**63.700.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo	**63.700.000**
TOTAL GERAL	**63.700.000**

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

20205 - Companhia Docas do Ceará - CDC	**32.000.000**
20206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	**20.000.000**
20207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	**6.000.000**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

20210 - Companhia Docas do Pará - CDP		3.700.000
20212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN		2.000.000
	TOTAL GERAL	63.700.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento		63.700.000
	TOTAL GERAL	63.700.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	63.700.000
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	63.700.000
6.2.1.0.00.00	Tesouro	63.700.000
6.2.1.1.00.00	Direto	63.700.000
	TOTAL GERAL	63.700.000
	RECEITAS CORRENTES	0
	RECEITAS DE CAPITAL	63.700.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20205 - Companhia Docas do Ceará - CDC

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte		32.000.000
	TOTAL GERAL	32.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário		32.000.000
	TOTAL GERAL	32.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte		32.000.000
784- Transporte Hidroviário		32.000.000
	TOTAL GERAL	32.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo		32.000.000
	TOTAL GERAL	32.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento		32.000.000
	TOTAL GERAL	32.000.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	32.000.000
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	32.000.000
6.2.1.0.00.00	Tesouro	32.000.000
6.2.1.1.00.00	Direto	32.000.000
	TOTAL GERAL	32.000.000
	RECEITAS CORRENTES	0
	RECEITAS DE CAPITAL	32.000.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20205 - Companhia Docas do Ceará - CDC

ANEXO — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2074	Transporte Marítimo							32.000.000
		PROJETOS							
26 784	2074 12LO	Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Fortaleza (CE)							32.000.000
26 784	2074 12LO 0023	Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará							32.000.000
		Obra executada (percentual de execução física): 21	I	4-INV	2	90	0	495	32.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									32.000.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte		20.000.000
	TOTAL GERAL	20.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário		20.000.000
	TOTAL GERAL	20.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte		20.000.000
784- Transporte Hidroviário		20.000.000
	TOTAL GERAL	20.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo		20.000.000
	TOTAL GERAL	20.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento		20.000.000
	TOTAL GERAL	20.000.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	20.000.000
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	20.000.000
6.2.1.0.00.00	Tesouro	20.000.000
6.2.1.1.00.00	Direto	20.000.000
	TOTAL GERAL	20.000.000
	RECEITAS CORRENTES	0
	RECEITAS DE CAPITAL	20.000.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

ANEXO — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2074	Transporte Marítimo							20.000.000
		PROJETOS							
26 784	2074 3E79	Obras de Contenção e Ampliação do Cais do Porto de Vitória (ES)							20.000.000
26 784	2074 3E79 0032	Obras de Contenção e Ampliação do Cais do Porto de Vitória (ES) - No Estado do Espírito Santo							20.000.000
		Obra executada (percentual de execução física): 15	I	4-INV	2	90	0	495	20.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									20.000.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte		6.000.000
	TOTAL GERAL	6.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário		6.000.000
	TOTAL GERAL	6.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte		6.000.000
784- Transporte Hidroviário		6.000.000
	TOTAL GERAL	6.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo		6.000.000
	TOTAL GERAL	6.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento		6.000.000
	TOTAL GERAL	6.000.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	6.000.000
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	6.000.000
6.2.1.0.00.00	Tesouro	6.000.000
6.2.1.1.00.00	Direto	6.000.000
	TOTAL GERAL	6.000.000
	RECEITAS CORRENTES	0
	RECEITAS DE CAPITAL	6.000.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA

ANEXO — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2074	Transporte Marítimo							6.000.000
		PROJETOS							
26 784	2074 12LK	Ampliação do Quebramar, no Porto de Salvador (BA)							4.000.000
26 784	2074 12LK 0029	Ampliação do Quebramar, no Porto de Salvador (BA) - No Estado da Bahia							4.000.000
		Obra executada (percentual de execução física): 4	I	4-INV	2	90	0	495	4.000.000
26 784	2074 12LL	Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Salvador (BA)							2.000.000
26 784	2074 12LL 0029	Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Salvador (BA) - No Estado da Bahia							2.000.000
		Obra executada (percentual de execução física): 5	I	4-INV	2	90	0	495	2.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									6.000.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20210 - Companhia Docas do Pará - CDP

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte		3.700.000
	TOTAL GERAL	3.700.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário		3.700.000
	TOTAL GERAL	3.700.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte		3.700.000
784- Transporte Hidroviário		3.700.000
	TOTAL GERAL	3.700.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo		3.700.000
	TOTAL GERAL	3.700.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento		3.700.000
	TOTAL GERAL	3.700.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	3.700.000
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	3.700.000
6.2.1.0.00.00	Tesouro	3.700.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6.2.1.1.00.00	Direto	3.700.000
	TOTAL GERAL	3.700.000
	RECEITAS CORRENTES	0
	RECEITAS DE CAPITAL	3.700.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20210 - Companhia Docas do Pará - CDP

ANEXO — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2074		Transporte Marítimo							3.700.000
		PROJETOS							
26 784	2074 12L8	Construção do Terminal de Múltiplo Uso 2, no Porto de Santarém (PA)							3.700.000
26 784	2074 12L8 0015	Construção do Terminal de Múltiplo Uso 2, no Porto de Santarém (PA) - No Estado do Pará							3.700.000
		Obra executada (percentual de execução física): 4	I	4-INV	2	90	0	495	3.700.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									3.700.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	2.000.000
TOTAL GERAL	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	2.000.000
TOTAL GERAL	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	2.000.000
784- Transporte Hidroviário	2.000.000
TOTAL GERAL	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo	2.000.000
TOTAL GERAL	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	2.000.000
TOTAL GERAL	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	2.000.000
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	2.000.000
6.2.1.0.00.00	Tesouro	2.000.000
6.2.1.1.00.00	Direto	2.000.000
	TOTAL GERAL	2.000.000
	RECEITAS CORRENTES	0
	RECEITAS DE CAPITAL	2.000.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN

ANEXO — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2074		Transporte Marítimo							2.000.000
		PROJETOS							
26 784	2074 12LP	Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Natal (RN)							2.000.000
26 784	2074 12LP 0024	Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Natal (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte							2.000.000
		Obra executada (percentual de execução física): 3	I	4-INV	2	90	0	495	2.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									2.000.000

DECRETO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre ao Orçamento de Investimento para 2012, em favor de empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R$ 3.372.303.056,00, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no inciso I do **caput** do art. 7º da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012) crédito suplementar no valor total de R$ 3.372.303.056,00 (três bilhões, trezentos e setenta e dois milhões, trezentos e três mil e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria e de operações de crédito internas, conforme demonstrado no "Quadro Síntese por Receita" constante do Anexo I, e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constante do Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de dezembro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

JOSÉ SARNEY
Eva Maria Cella Dal Chiavon

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	3.724.820
25 - Energia	3.191.943.618
26 - Transporte	176.634.618
TOTAL GERAL	3.372.303.056

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	4.961.736
126 - Tecnologia da Informação	130.823.481
692 - Comercialização	16.449.000
694 - Serviços Financeiros	224.820
752 - Energia Elétrica	61.920.618
753 - Combustíveis Minerais	2.800.890.000
781 - Transporte Aéreo	164.079.901
784 - Transporte Hidroviário	15.000.000
785 - Transportes Especiais	177.953.500
TOTAL GERAL	3.372.303.056

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	3.724.820
126- Tecnologia da Informação	3.500.000
694- Serviços Financeiros	224.820
25 - Energia	3.191.943.618
122- Administração Geral	157.500
126- Tecnologia da Informação	119.573.000
692- Comercialização	16.449.000
752- Energia Elétrica	61.920.618
753- Combustíveis Minerais	2.800.890.000
784- Transporte Hidroviário	15.000.000
785- Transportes Especiais	177.953.500
26 - Transporte	176.634.618
122- Administração Geral	4.804.236
126- Tecnologia da Informação	7.750.481
781- Transporte Aéreo	164.079.901
TOTAL GERAL	3.372.303.056

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	224.820
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	135.785.217
2017 - Aviação Civil	164.079.901
2022 - Combustíveis	492.529.000
2033 - Energia Elétrica	61.920.618
2053 - Petróleo e Gás	2.513.929.500
2055 - Desenvolvimento Produtivo	3.834.000
TOTAL GERAL	3.372.303.056

QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO

20000 - Presidência da República	176.634.618
25000 - Ministério da Fazenda	3.724.820
32000 - Ministério de Minas e Energia	3.191.943.618
TOTAL GERAL	3.372.303.056

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	3.372.303.056
TOTAL GERAL	3.372.303.056

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	1.360.502.422
6.1.0.0.00.00	Recursos Próprios	1.317.734.804
6.1.1.0.00.00	Geração Própria	1.317.734.804
6.3.0.0.00.00	Operações de Crédito de Longo Prazo	42.767.618
6.3.1.0.00.00	Internas	42.767.618
	TOTAL GERAL	1.360.502.422
	RECEITAS CORRENTES	1.317.734.804
	RECEITAS DE CAPITAL	42.767.618

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	176.634.618
TOTAL GERAL	176.634.618

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	4.804.236
126 - Tecnologia da Informação	7.750.481
781 - Transporte Aéreo	164.079.901
TOTAL GERAL	176.634.618

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	176.634.618

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

122- Administração Geral	**4.804.236**
126- Tecnologia da Informação	**7.750.481**
781- Transporte Aéreo	**164.079.901**
TOTAL GERAL	**176.634.618**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**12.554.717**
2017 - Aviação Civil	**164.079.901**
TOTAL GERAL	**176.634.618**

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

20213 - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO	**176.634.618**
TOTAL GERAL	**176.634.618**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**176.634.618**
TOTAL GERAL	**176.634.618**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20213 - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO

ANEXO I — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**176.634.618**
TOTAL GERAL	**176.634.618**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**4.804.236**
126 - Tecnologia da Informação	**7.750.481**
781 - Transporte Aéreo	**164.079.901**
TOTAL GERAL	**176.634.618**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**176.634.618**
122- Administração Geral	**4.804.236**
126- Tecnologia da Informação	**7.750.481**
781- Transporte Aéreo	**164.079.901**
TOTAL GERAL	**176.634.618**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**12.554.717**
2017 - Aviação Civil	**164.079.901**
TOTAL GERAL	**176.634.618**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**176.634.618**
TOTAL GERAL	**176.634.618**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20213 - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO

ANEXO I — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0807		**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**12.554.717**
		ATIVIDADES							
26 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**4.804.236**
26 122	0807 4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional							4.804.236
			I	4-INV	2	90	0	495	4.804.236
26 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**7.750.481**
26 126	0807 4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional							7.750.481
			I	4-INV	2	90	0	495	7.750.481
2017		**Aviação Civil**							**164.079.901**
		ATIVIDADES							
26 781	**2017 4099**	**Manutenção da Infraestrutura Aeroportuária**							**99.751.481**
26 781	2017 4099 0001	Manutenção da Infraestrutura Aeroportuária - Nacional							99.751.481
			I	4-INV	2	90	0	495	99.751.481
		PROJETOS							
26 781	**2017 10Z9**	**Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros 1 do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes - Manaus (AM)**							**39.544.177**
26 781	2017 10Z9 0013	Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros 1 do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes - Manaus (AM) - No Estado do Amazonas							39.544.177
		Obra concluída (percentual de execução física): 12	I	4-INV	2	90	0	495	39.544.177
26 781	**2017 12LD**	**Adequação do Aeroporto Internacional de Salvador - Dep. Luís Eduardo Magalhães (BA)**							**1.467.626**
26 781	2017 12LD 0029	Adequação do Aeroporto Internacional de Salvador - Dep. Luís Eduardo Magalhães (BA) - No Estado da Bahia							1.467.626
		Obra concluída (percentual de execução física): 9	I	4-INV	2	90	0	495	1.467.626
26 781	**2017 1F53**	**Construção de Terminal de Passageiro no Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre (AP)**							**488.042**
26 781	2017 1F53 0016	Construção de Terminal de Passageiro no Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre (AP) - No Estado do Amapá							488.042
		Obra concluída (percentual de execução física): 1	I	4-INV	2	90	0	495	488.042
26 781	**2017 1F55**	**Construção do Sistema de Pista, Pátio e Acessos do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN)**							**1.053.475**
26 781	2017 1F55 0024	Construção do Sistema de Pista, Pátio e Acessos do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte							1.053.475
		Obra executada (percentual de execução física): 18	I	4-INV	2	90	0	495	1.053.475
26 781	**2017 1J93**	**Adequação do Aeroporto Internacional de Curitiba - Afonso Pena (PR)**							**7.326.962**
26 781	2017 1J93 0041	Adequação do Aeroporto Internacional de Curitiba - Afonso Pena (PR) - No Estado do Paraná							7.326.962
		Obra executada (percentual de execução física): 5	I	4-INV	2	90	0	495	7.326.962
26 781	**2017 7H34**	**Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas - Viracopos (SP)**							**14.448.138**
26 781	2017 7H34 0035	Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas - Viracopos (SP) - No Estado de São Paulo							14.448.138
		Obra executada (percentual de execução física): 1	I	4-INV	2	90	0	495	14.448.138
TOTAL - INVESTIMENTOS									**176.634.618**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

ANEXO I — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**3.724.820**
TOTAL GERAL	**3.724.820**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

126 - Tecnologia da Informação	**3.500.000**
694 - Serviços Financeiros	**224.820**
TOTAL GERAL	**3.724.820**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**3.724.820**
126- Tecnologia da Informação	**3.500.000**
694- Serviços Financeiros	**224.820**
TOTAL GERAL	**3.724.820**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	**224.820**
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**3.500.000**
TOTAL GERAL	**3.724.820**

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

25210 - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	**224.820**
25215 - IRB - Brasil Resseguros S.A.	**3.500.000**
TOTAL GERAL	**3.724.820**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**3.724.820**
TOTAL GERAL	**3.724.820**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	**Recursos de Capital - Orçamento de Investimento**	**404.804**
6.1.0.0.00.00	**Recursos Próprios**	**404.804**
6.1.1.0.00.00	**Geração Própria**	**404.804**
	TOTAL GERAL	**404.804**
	RECEITAS CORRENTES	**404.804**
	RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25210 - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB

ANEXO I — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**224.820**
TOTAL GERAL	**224.820**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

694 - Serviços Financeiros	**224.820**
TOTAL GERAL	**224.820**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**224.820**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

694- Serviços Financeiros	224.820
TOTAL GERAL	224.820

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	224.820
TOTAL GERAL	224.820

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	224.820
TOTAL GERAL	224.820

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25210 - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0781		Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais							224.820
		PROJETOS							
23 694	0781 3252	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário							224.820
23 694	0781 3252 0032	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Espírito Santo	I	4-INV	4	90	0	495	224.820
TOTAL - INVESTIMENTOS									224.820

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25215 - IRB - Brasil Resseguros S.A.

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	3.500.000
TOTAL GERAL	3.500.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

126 - Tecnologia da Informação	3.500.000
TOTAL GERAL	3.500.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	3.500.000
126- Tecnologia da Informação	3.500.000
TOTAL GERAL	3.500.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	3.500.000
TOTAL GERAL	3.500.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	3.500.000
TOTAL GERAL	3.500.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	404.804
6.1.0.0.00.00	Recursos Próprios	404.804
6.1.1.0.00.00	Geração Própria	404.804
	TOTAL GERAL	404.804
	RECEITAS CORRENTES	404.804
	RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25215 - IRB - Brasil Resseguros S.A.

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0807		Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais							3.500.000
		ATIVIDADES							
23 126	0807 4103	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento							3.500.000
23 126	0807 4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	3.500.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									3.500.000

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	3.191.943.618
TOTAL GERAL	3.191.943.618

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	157.500
126 - Tecnologia da Informação	119.573.000
692 - Comercialização	16.449.000
752 - Energia Elétrica	61.920.618
753 - Combustíveis Minerais	2.800.890.000
784 - Transporte Hidroviário	15.000.000
785 - Transportes Especiais	177.953.500
TOTAL GERAL	3.191.943.618

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	3.191.943.618
122- Administração Geral	157.500
126- Tecnologia da Informação	119.573.000
692- Comercialização	16.449.000
752- Energia Elétrica	61.920.618
753- Combustíveis Minerais	2.800.890.000
784- Transporte Hidroviário	15.000.000
785- Transportes Especiais	177.953.500
TOTAL GERAL	3.191.943.618

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	119.730.500
2022 - Combustíveis	492.529.000
2033 - Energia Elétrica	61.920.618
2053 - Petróleo e Gás	2.513.929.500
2055 - Desenvolvimento Produtivo	3.834.000
TOTAL GERAL	3.191.943.618

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

32224 - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	267.500
32230 - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	2.720.881.000
32239 - Petrobras Distribuidora S.A. - BR	16.278.000
32271 - Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	2.000.000
32274 - Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO	15.000.000
32282 - Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	357.710.000
32308 - Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	36.668.500
32316 - Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS	200.000
32333 - Stratura Asfaltos S.A.	171.000
32354 - Estação Transmissora de Energia S.A. - ETE	42.767.618
TOTAL GERAL	3.191.943.618

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	3.191.943.618
TOTAL GERAL	3.191.943.618

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	1.360.097.618
6.1.0.0.00.00	Recursos Próprios	1.317.330.000
6.1.1.0.00.00	Geração Própria	1.317.330.000
6.3.0.0.00.00	Operações de Crédito de Longo Prazo	42.767.618
6.3.1.0.00.00	Internas	42.767.618
	TOTAL GERAL	1.360.097.618
	RECEITAS CORRENTES	1.317.330.000
	RECEITAS DE CAPITAL	42.767.618

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32224 - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	267.500
TOTAL GERAL	267.500

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	157.500
752 - Energia Elétrica	110.000
TOTAL GERAL	267.500

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	267.500
122- Administração Geral	157.500
752- Energia Elétrica	110.000
TOTAL GERAL	267.500

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	157.500
2033 - Energia Elétrica	110.000
TOTAL GERAL	267.500

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	267.500
TOTAL GERAL	267.500

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32224 - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**157.500**
		PROJETOS							
25 122	**0807 111G**	**Instalação de Edifício-Sede**							**157.500**
25 122	0807 111G 0053	Instalação de Edifício-Sede - No Distrito Federal	I	4-INV	2	90	0	495	157.500
	2033	**Energia Elétrica**							**110.000**
		PROJETOS							
25 752	**2033 3243**	**Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (AP)**							**110.000**
25 752	2033 3243 0016	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (AP) - No Estado do Amapá	I	4-INV	2	90	0	495	110.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**267.500**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32230 - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**2.720.881.000**
TOTAL GERAL	**2.720.881.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

126 - Tecnologia da Informação	**119.573.000**
752 - Energia Elétrica	**19.043.000**
753 - Combustíveis Minerais	**2.442.980.000**
785 - Transportes Especiais	**139.285.000**
TOTAL GERAL	**2.720.881.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**2.720.881.000**
126- Tecnologia da Informação	**119.573.000**
752- Energia Elétrica	**19.043.000**
753- Combustíveis Minerais	**2.442.980.000**
785- Transportes Especiais	**139.285.000**
TOTAL GERAL	**2.720.881.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**119.573.000**
2022 - Combustíveis	**460.880.000**
2033 - Energia Elétrica	**19.043.000**
2053 - Petróleo e Gás	**2.117.551.000**
2055 - Desenvolvimento Produtivo	**3.834.000**
TOTAL GERAL	**2.720.881.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**2.720.881.000**
TOTAL GERAL	**2.720.881.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	**Recursos de Capital - Orçamento de Investimento**	**959.620.000**
6.1.0.0.00.00	**Recursos Próprios**	**959.620.000**
6.1.1.0.00.00	**Geração Própria**	**959.620.000**
	TOTAL GERAL	**959.620.000**
	RECEITAS CORRENTES	**959.620.000**
	RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32230 - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**119.573.000**
		ATIVIDADES							
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**119.573.000**
25 126	0807 4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	119.573.000
	2022	**Combustíveis**							**460.880.000**
		ATIVIDADES							
25 785	**2022 4107**	**Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados**							**82.126.000**
25 785	2022 4107 0001	Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	82.126.000
25 785	**2022 4451**	**Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário**							**13.412.000**
25 785	2022 4451 0001	Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	13.412.000
		PROJETOS							
25 785	**2022 111R**	**Ampliação da Capacidade de Escoamento de GLP, de 0,5 MM t/ano para 1,6 MM t/ano, através dos Terminais da Ilha Redonda e da Ilha Comprida (RJ)**							**5.472.000**
25 785	2022 111R 0033	Ampliação da Capacidade de Escoamento de GLP, de 0,5 MM t/ano para 1,6 MM t/ano, através dos Terminais da Ilha Redonda e da Ilha Comprida (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro	I	4-INV	4	90	0	495	5.472.000
25 785	**2022 111S**	**Implantação de Terminal para Ampliação da Capacidade de Escoamento de GLP e C5+, de 1,3 MM m3/dia para 18,0 MM m3/dia, em Barra do Riacho (ES)**							**12.651.000**
25 785	2022 111S 0032	Implantação de Terminal para Ampliação da Capacidade de Escoamento de GLP e C5+, de 1,3 MM m3/dia para 18,0 MM m3/dia, em Barra do Riacho (ES) - No Estado do Espírito Santo	I	4-INV	4	90	0	495	12.651.000
25 785	**2022 11SW**	**Implantação de Sistema de Escoamento de Álcool (Ribeirão Preto-SP / REPLAN / Ilha Dágua-RJ)**							**12.558.000**
25 785	2022 11SW 0030	Implantação de Sistema de Escoamento de Álcool (Ribeirão Preto-SP / REPLAN / Ilha Dágua-RJ) - Na Região Sudeste	I	4-INV	4	90	0	495	12.558.000
25 785	**2022 11UN**	**Implantação de Melhorias no Terminal de São Sebastião e nos Oleodutos OSVAT e OSBAT (SP)**							**129.000**
25 785	2022 11UN 0035	Implantação de Melhorias no Terminal de São Sebastião e nos Oleodutos OSVAT e OSBAT (SP) - No Estado de São Paulo	I	4-INV	4	90	0	495	129.000
25 753	**2022 12O9**	**Implantação de Refinaria no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, com Capacidade Nominal de 150 mil bpd (RJ)**							**331.900.000**
25 753	2022 12O9 0033	Implantação de Refinaria no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, com Capacidade Nominal de 150 mil bpd (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro	I	4-INV	4	90	0	495	331.900.000
25 785	**2022 1C22**	**Ampliação da Capacidade do Sistema de Escoamento de Petróleo e Derivados da Refinaria de Paulínia - REPLAN para 63.000 m3/dia, em Paulínia (SP)**							**2.632.000**
25 785	2022 1C22 0035	Ampliação da Capacidade do Sistema de Escoamento de Petróleo e Derivados da Refinaria de Paulínia - REPLAN para 63.000 m3/dia, em Paulínia (SP) - No Estado de São Paulo	I	4-INV	4	90	0	495	2.632.000
	2033	**Energia Elétrica**							**19.043.000**
		PROJETOS							
25 752	**2033 10WJ**	**Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão, com 216 MW, em Cubatão (SP)**							**13.000.000**
25 752	2033 10WJ 0035	Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão, com 216 MW, em Cubatão (SP) - No Estado de São Paulo	I	4-INV	4	90	0	495	13.000.000
25 752	**2033 10WL**	**Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Termelétrica Luis Carlos Prestes, para 372 MW, através de Ciclo Combinado, em Três Lagoas (MS)**							**3.473.000**
25 752	2033 10WL 0054	Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Termelétrica Luis Carlos Prestes, para 372 MW, através de Ciclo Combinado, em Três Lagoas (MS) - No Estado de Mato Grosso do Sul	I	4-INV	4	90	0	495	3.473.000
25 752	**2033 14LC**	**Ampliação da Geração de Energia Elétrica na Região Sudeste**							**1.670.000**
25 752	2033 14LC 0030	Ampliação da Geração de Energia Elétrica na Região Sudeste - Na Região Sudeste	I	4-INV	4	90	0	495	1.670.000
25 752	**2033 14LF**	**Implantação de Unidade de Geração de Energia Elétrica Utilizando Energia Solar**							**900.000**
25 752	2033 14LF 0001	Implantação de Unidade de Geração de Energia Elétrica Utilizando Energia Solar - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	900.000
	2053	**Petróleo e Gás**							**2.117.551.000**
		ATIVIDADES							
25 753	**2053 20OP**	**Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural, na Bacia de Santos**							**64.000.000**
25 753	2053 20OP 0030	Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural, na Bacia de Santos - Na Região Sudeste	I	4-INV	4	90	0	495	64.000.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25 753	**2053 20OS**	**Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural - Pré-Sal**								**224.000.000**
25 753	2053 20OS 0001	Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural - Pré-Sal - Nacional								224.000.000
			I	4-INV	4	90	0	495	224.000.000	
25 753	**2053 20OT**	**Manutenção da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Santos e da Região Sul**								**33.000.000**
25 753	2053 20OT 0001	Manutenção da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Santos e da Região Sul - Nacional								33.000.000
			I	4-INV	4	90	0	495	33.000.000	
25 753	**2053 20OU**	**Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Campos e do Espírito Santo**								**771.000.000**
25 753	2053 20OU 0030	Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Campos e do Espírito Santo - Na Região Sudeste								771.000.000
			I	4-INV	4	90	0	495	771.000.000	
25 753	**2053 20OV**	**Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Abastecimento**								**779.000**
25 753	2053 20OV 0001	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Abastecimento - Nacional								779.000
			I	4-INV	4	90	0	495	779.000	
25 753	**2053 4109**	**Manutenção da Infraestrutura de Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural**								**103.000.000**
25 753	2053 4109 0001	Manutenção da Infraestrutura de Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural - Nacional								103.000.000
			I	4-INV	4	90	0	495	103.000.000	
25 785	**2053 4861**	**Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural**								**5.305.000**
25 785	2053 4861 0001	Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural - Nacional								5.305.000
			I	4-INV	4	90	0	495	5.305.000	
		PROJETOS								
25 753	**2053 10TF**	**Ampliação da Capacidade de Processamento de Gás Natural no Terminal de Cabiúnas (RJ), de 13,5 MM m3/dia para 22,8 MM m3/dia**								**467.000**
25 753	2053 10TF 0033	Ampliação da Capacidade de Processamento de Gás Natural no Terminal de Cabiúnas (RJ), de 13,5 MM m3/dia para 22,8 MM m3/dia - No Estado do Rio de Janeiro								467.000
			I	4-INV	4	90	0	495	467.000	
25 753	**2053 146F**	**Exploração de Petróleo e Gás Natural em Bacias Sedimentares Marítimas**								**737.000.000**
25 753	2053 146F 0001	Exploração de Petróleo e Gás Natural em Bacias Sedimentares Marítimas - Nacional								737.000.000
			I	4-INV	4	90	0	495	737.000.000	
25 753	**2053 146G**	**Exploração de Petróleo e Gás Natural em Bacias Sedimentares Terrestres**								**174.000.000**
25 753	2053 146G 0001	Exploração de Petróleo e Gás Natural em Bacias Sedimentares Terrestres - Nacional								174.000.000
			I	4-INV	4	90	0	495	174.000.000	
25 785	**2053 146K**	**Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural, na Baia de Todos os Santos (BA), com Capacidade de Aproximadamente 14 milhões de m3/dia, e Implantação de Gasoduto de Transferência Associado**								**5.000.000**
25 785	2053 146K 0029	Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural, na Baia de Todos os Santos (BA), com Capacidade de Aproximadamente 14 milhões de m3/dia, e Implantação de Gasoduto de Transferência Associado - No Estado da Bahia								5.000.000
			I	4-INV	4	90	0	495	5.000.000	
	2055	**Desenvolvimento Produtivo**								**3.834.000**
		ATIVIDADES								
25 753	**2055 6597**	**Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados**								**142.000**
25 753	2055 6597 0020	Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados - Na Região Nordeste								142.000
			I	4-INV	4	90	0	495	142.000	
		PROJETOS								
25 753	**2055 1C61**	**Adequação do Sistema de Produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - FAFEN (SE)**								**3.692.000**
25 753	2055 1C61 0028	Adequação do Sistema de Produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - FAFEN (SE) - No Estado de Sergipe								3.692.000
			I	4-INV	4	90	0	495	3.692.000	
TOTAL - INVESTIMENTOS										**2.720.881.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32239 - Petrobras Distribuidora S.A. - BR
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**16.278.000**
TOTAL GERAL	**16.278.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

692 - Comercialização	**16.278.000**
TOTAL GERAL	**16.278.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**16.278.000**
692- Comercialização	**16.278.000**
TOTAL GERAL	**16.278.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2022 - Combustíveis	**16.278.000**
TOTAL GERAL	**16.278.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**16.278.000**
TOTAL GERAL	**16.278.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32239 - Petrobras Distribuidora S.A. - BR
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2022	**Combustíveis**							**16.278.000**
		ATIVIDADES							
25 692	**2022 2787**	**Manutenção da Infraestrutura Operacional de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**							**15.408.000**
25 692	2022 2787 0001	Manutenção da Infraestrutura Operacional de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	15.408.000
		PROJETOS							
25 692	**2022 3348**	**Ampliação e Modernização da Infraestrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**							**870.000**
25 692	2022 3348 0001	Ampliação e Modernização da Infraestrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	870.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**16.278.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32271 - Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**2.000.000**
TOTAL GERAL	**2.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

785 - Transportes Especiais	**2.000.000**
TOTAL GERAL	**2.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**2.000.000**
785- Transportes Especiais	**2.000.000**
TOTAL GERAL	**2.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2053 - Petróleo e Gás	**2.000.000**
TOTAL GERAL	**2.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**2.000.000**
TOTAL GERAL	**2.000.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32271 - Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2053	**Petróleo e Gás**							**2.000.000**
		ATIVIDADES							
25 785	**2053 8020**	**Disponibilização de Estações de Entrega e de Medição do Gasoduto Bolívia-Brasil**							**2.000.000**
25 785	2053 8020 0001	Disponibilização de Estações de Entrega e de Medição do Gasoduto Bolívia-Brasil - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	2.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**2.000.000**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32274 - Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**15.000.000**
TOTAL GERAL	**15.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	**15.000.000**
TOTAL GERAL	**15.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**15.000.000**
784- Transporte Hidroviário	**15.000.000**
TOTAL GERAL	**15.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2022 - Combustíveis	**15.000.000**
TOTAL GERAL	**15.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**15.000.000**
TOTAL GERAL	**15.000.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32274 - Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2022	**Combustíveis**							**15.000.000**
		ATIVIDADES							
25 784	**2022 2B38**	**Manutenção e Adequação de Embarcações**							**15.000.000**
25 784	2022 2B38 0001	Manutenção e Adequação de Embarcações - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	15.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**15.000.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32282 - Petrobras Netherlands B.V. - PNBV
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**357.710.000**
TOTAL GERAL	**357.710.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

753 - Combustíveis Minerais	**357.710.000**
TOTAL GERAL	**357.710.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**357.710.000**
753- Combustíveis Minerais	**357.710.000**
TOTAL GERAL	**357.710.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2053 - Petróleo e Gás	**357.710.000**
TOTAL GERAL	**357.710.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**357.710.000**
TOTAL GERAL	**357.710.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	**Recursos de Capital - Orçamento de Investimento**	**357.710.000**
6.1.0.0.00.00	**Recursos Próprios**	**357.710.000**
6.1.1.0.00.00	**Geração Própria**	**357.710.000**
	TOTAL GERAL	**357.710.000**
	RECEITAS CORRENTES	**357.710.000**
	RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32282 - Petrobras Netherlands B.V. - PNBV
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2053	**Petróleo e Gás**							**357.710.000**
		ATIVIDADES							
25 753	**2053 2851**	**Aquisição de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra de Jazidas de Petróleo e Gás Natural**							**62.100.000**
25 753	2053 2851 0002	Aquisição de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra de Jazidas de Petróleo e Gás Natural - No Exterior	I	4-INV	4	90	0	495	62.100.000
		PROJETOS							
25 753	**2053 117Q**	**Construção de Unidades Estacionárias de Produção III (período: 2008 - 2014)**							**92.160.000**
25 753	2053 117Q 0002	Construção de Unidades Estacionárias de Produção III (período: 2008 - 2014) - No Exterior	I	4-INV	4	90	0	495	92.160.000
25 753	**2053 146Q**	**Construção de Unidades Estacionárias de Produção V (Período 2012-2020)**							**33.200.000**
25 753	2053 146Q 0001	Construção de Unidades Estacionárias de Produção V (Período 2012-2020) - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	33.200.000
25 753	**2053 1I72**	**Construção de Unidades Estacionárias de Produção II (Período 2007-2020)**							**170.250.000**
25 753	2053 1I72 0002	Construção de Unidades Estacionárias de Produção II (Período 2007-2020) - No Exterior	I	4-INV	4	90	0	495	170.250.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**357.710.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32308 - Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**36.668.500**
TOTAL GERAL	**36.668.500**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

785 - Transportes Especiais	**36.668.500**
TOTAL GERAL	**36.668.500**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**36.668.500**
785- Transportes Especiais	**36.668.500**
TOTAL GERAL	**36.668.500**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2053 - Petróleo e Gás	**36.668.500**
TOTAL GERAL	**36.668.500**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**36.668.500**
TOTAL GERAL	**36.668.500**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32308 - Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2053	**Petróleo e Gás**							**36.668.500**
		ATIVIDADES							
25 785	**2053 4867**	**Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário de Gás Natural**							**2.368.500**
25 785	2053 4867 0001	Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário de Gás Natural - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	2.368.500
		PROJETOS							
25 785	**2053 146S**	**Implantação de Instalações de Transporte Dutoviário de Gás Natural**							**34.300.000**
25 785	2053 146S 0001	Implantação de Instalações de Transporte Dutoviário de Gás Natural - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	34.300.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**36.668.500**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32316 - Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**200.000**
TOTAL GERAL	**200.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

753 - Combustíveis Minerais	**200.000**
TOTAL GERAL	**200.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**200.000**
753- Combustíveis Minerais	**200.000**
TOTAL GERAL	**200.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2022 - Combustíveis	**200.000**
TOTAL GERAL	**200.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**200.000**
TOTAL GERAL	**200.000**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32316 - Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2022		**Combustíveis**							**200.000**
		ATIVIDADES							
25 753	**2022 2B43**	**Manutenção da Infraestrutura Operacional do Segmento de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP**							**200.000**
25 753	2022 2B43 0001	Manutenção da Infraestrutura Operacional do Segmento de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	200.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**200.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32333 - Stratura Asfaltos S.A.

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**171.000**
TOTAL GERAL	**171.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

692 - Comercialização	**171.000**
TOTAL GERAL	**171.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**171.000**
692- Comercialização	**171.000**
TOTAL GERAL	**171.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2022 - Combustíveis	**171.000**
TOTAL GERAL	**171.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**171.000**
TOTAL GERAL	**171.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32333 - Stratura Asfaltos S.A.

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2022		**Combustíveis**							**171.000**
		ATIVIDADES							
25 692	**2022 2787**	**Manutenção da Infraestrutura Operacional de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**							**171.000**
25 692	2022 2787 0001	Manutenção da Infraestrutura Operacional de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	171.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**171.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32354 - Estação Transmissora de Energia S.A. - ETE

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**42.767.618**
TOTAL GERAL	**42.767.618**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	**42.767.618**
TOTAL GERAL	**42.767.618**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**42.767.618**
752- Energia Elétrica	**42.767.618**
TOTAL GERAL	**42.767.618**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	**42.767.618**
TOTAL GERAL	**42.767.618**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**42.767.618**
TOTAL GERAL	**42.767.618**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	**Recursos de Capital - Orçamento de Investimento**	**42.767.618**
6.3.0.0.00.00	**Operações de Crédito de Longo Prazo**	**42.767.618**
6.3.1.0.00.00	**Internas**	**42.767.618**
	TOTAL GERAL	**42.767.618**
	RECEITAS CORRENTES	**0**
	RECEITAS DE CAPITAL	**42.767.618**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32354 - Estação Transmissora de Energia S.A. - ETE

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2033		**Energia Elétrica**							**42.767.618**
		PROJETOS							
25 752	**2033 14MI**	**Implantação da Estação Retificadora de Porto Velho (500 kV / CC / 3150 MW) (RO)**							**15.083.809**
25 752	2033 14MI 0011	Implantação da Estação Retificadora de Porto Velho (500 kV / CC / 3150 MW) (RO) - No Estado de Rondônia	I	4-INV	4	90	0	495	15.083.809
25 752	**2033 14MJ**	**Implantação da Estação Inversora de Araraquara 2 (500 kV / CC / 2950 MW) (SP)**							**27.683.809**
25 752	2033 14MJ 0035	Implantação da Estação Inversora de Araraquara 2 (500 kV / CC / 2950 MW) (SP) - No Estado de São Paulo	I	4-INV	4	90	0	495	27.683.809
TOTAL - INVESTIMENTOS									**42.767.618**

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**3.320.016**
25 - Energia	**1.831.846.000**
26 - Transporte	**176.634.618**
TOTAL GERAL	**2.011.800.634**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**73.088.196**
126 - Tecnologia da Informação	**1.389.000**
692 - Comercialização	**15.467.000**
694 - Serviços Financeiros	**224.820**
751 - Conservação de Energia	**12.106.000**
752 - Energia Elétrica	**187.500**
753 - Combustíveis Minerais	**1.643.777.000**
781 - Transporte Aéreo	**176.634.618**
784 - Transporte Hidroviário	**10.000.000**
785 - Transportes Especiais	**78.926.500**
TOTAL GERAL	**2.011.800.634**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**3.320.016**
122- Administração Geral	**3.095.196**
694- Serviços Financeiros	**224.820**
25 - Energia	**1.831.846.000**
122- Administração Geral	**69.993.000**
126- Tecnologia da Informação	**1.389.000**
692- Comercialização	**15.467.000**
751- Conservação de Energia	**12.106.000**
752- Energia Elétrica	**187.500**
753- Combustíveis Minerais	**1.643.777.000**
784- Transporte Hidroviário	**10.000.000**
785- Transportes Especiais	**78.926.500**
26 - Transporte	**176.634.618**
781- Transporte Aéreo	**176.634.618**
TOTAL GERAL	**2.011.800.634**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0631 - Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	**307.000**
0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	**224.820**
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**74.477.196**
2017 - Aviação Civil	**162.338.000**
2022 - Combustíveis	**477.967.000**
2033 - Energia Elétrica	**12.293.500**
2053 - Petróleo e Gás	**1.143.133.500**
2055 - Desenvolvimento Produtivo	**127.070.000**
2058 - Política Nacional de Defesa	**13.989.618**
TOTAL GERAL	**2.011.800.634**

QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO

20000 - Presidência da República	**176.634.618**
25000 - Ministério da Fazenda	**3.320.016**
32000 - Ministério de Minas e Energia	**1.831.846.000**
TOTAL GERAL	**2.011.800.634**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**2.011.800.634**
TOTAL GERAL	**2.011.800.634**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**176.634.618**
TOTAL GERAL	**176.634.618**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

781 - Transporte Aéreo	**176.634.618**
TOTAL GERAL	**176.634.618**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**176.634.618**
781- Transporte Aéreo	**176.634.618**
TOTAL GERAL	**176.634.618**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0631 - Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	**307.000**
2017 - Aviação Civil	**162.338.000**
2058 - Política Nacional de Defesa	**13.989.618**
TOTAL GERAL	**176.634.618**

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

20213 - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO	**176.634.618**
TOTAL GERAL	**176.634.618**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**176.634.618**
TOTAL GERAL	**176.634.618**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20213 - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**176.634.618**
TOTAL GERAL	**176.634.618**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

781 - Transporte Aéreo	**176.634.618**
TOTAL GERAL	**176.634.618**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**176.634.618**
781- Transporte Aéreo	**176.634.618**
TOTAL GERAL	**176.634.618**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0631 - Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	**307.000**
2017 - Aviação Civil	**162.338.000**
2058 - Política Nacional de Defesa	**13.989.618**
TOTAL GERAL	**176.634.618**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**176.634.618**
TOTAL GERAL	**176.634.618**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20213 - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0631	**Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária**							**307.000**
		PROJETOS							
26 781	**0631 1K02**	**Implantação de Quatro Pontes de Embarque no Aeroporto Internacional de Recife**							**307.000**
26 781	0631 1K02 0026	Implantação de Quatro Pontes de Embarque no Aeroporto Internacional de Recife - No Estado de Pernambuco	I	4-INV	2	90	0	495	307.000
	2017	**Aviação Civil**							**162.338.000**
		PROJETOS							
26 781	**2017 10ZA**	**Adequação do Aeroporto Internacional de Confins - Tancredo Neves (MG)**							**23.818.000**
26 781	2017 10ZA 0031	Adequação do Aeroporto Internacional de Confins - Tancredo Neves (MG) - No Estado de Minas Gerais							23.818.000
		Obra executada (percentual de execução física): 4	I	4-INV	2	90	0	495	23.818.000
26 781	**2017 10ZB**	**Construção do Terminal de Passageiros 2 do Aeroporto Internacional Pinto Martins - Fortaleza (CE)**							**12.910.000**
26 781	2017 10ZB 0023	Construção do Terminal de Passageiros 2 do Aeroporto Internacional Pinto Martins - Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará							12.910.000
		Obra executada (percentual de execução física): 3	I	4-INV	2	90	0	495	12.910.000
26 781	**2017 10ZC**	**Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu (PR)**							**5.994.000**
26 781	2017 10ZC 0041	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu (PR) - No Estado do Paraná							5.994.000
		Obra concluída (percentual de execução): 9	I	4-INV	2	90	0	495	5.994.000
26 781	**2017 10ZD**	**Construção de Terminal de Passageiros no Aeroporto de Santarém - Maestro Wilson Fonseca (PA)**							**471.000**
26 781	2017 10ZD 0015	Construção de Terminal de Passageiros no Aeroporto de Santarém - Maestro Wilson Fonseca (PA) - No Estado do Pará							471.000
			I	4-INV	2	90	0	495	471.000
26 781	**2017 10ZE**	**Construção de Terminal de Passageiros e Pátio de Aeronaves no Aeroporto de Teresina - Senador Petrônio Portella (PI)**							**1.139.000**
26 781	2017 10ZE 0022	Construção de Terminal de Passageiros e Pátio de Aeronaves no Aeroporto de Teresina - Senador Petrônio Portella (PI) - No Estado do Piauí							1.139.000
		Obra concluída (percentual de execução física): 1	I	4-INV	2	90	0	495	1.139.000
26 781	**2017 12LF**	**Adequação do Aeroporto Internacional de Porto Alegre - Salgado Filho (RS)**							**10.875.000**
26 781	2017 12LF 0043	Adequação do Aeroporto Internacional de Porto Alegre - Salgado Filho (RS) - No Estado do Rio Grande do Sul							10.875.000
		Obra executada (percentual de execução física): 1	I	4-INV	2	90	0	495	10.875.000
26 781	**2017 145V**	**Ampliação da Infraestrutura do Aeroporto de Aracaju (SE)**							**6.659.000**
26 781	2017 145V 0028	Ampliação da Infraestrutura do Aeroporto de Aracaju (SE) - No Estado de Sergipe							6.659.000
		Obra concluída (percentual de execução física): 2	I	4-INV	2	90	0	495	6.659.000
26 781	**2017 145X**	**Adequação do Aeroporto de Macaé (RJ)**							**2.297.000**
26 781	2017 145X 0033	Adequação do Aeroporto de Macaé (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro							2.297.000
		Obra executada (percentual de execução física): 5	I	4-INV	2	90	0	495	2.297.000
26 781	**2017 1F52**	**Adequação do Aeroporto de Goiânia (GO)**							**8.131.000**
26 781	2017 1F52 0052	Adequação do Aeroporto de Goiânia (GO) - No Estado de Goiás							8.131.000
		Obra executada (percentual de execução física): 2	I	4-INV	2	90	0	495	8.131.000
26 781	**2017 1F54**	**Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto do Rio de Janeiro - Santos Dumont (RJ)**							**2.243.000**
26 781	2017 1F54 0033	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto do Rio de Janeiro - Santos Dumont (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro							2.243.000
			I	4-INV	2	90	0	495	2.243.000
26 781	**2017 1F56**	**Construção do Terminal de Passageiros, de Sistemas de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e Acesso Viário no Aeroporto Internacional de Florianópolis (SC)**							**6.801.000**
26 781	2017 1F56 0042	Construção do Terminal de Passageiros, de Sistemas de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e Acesso Viário no Aeroporto Internacional de Florianópolis (SC) - No Estado de Santa Catarina							6.801.000
		Obra concluída (percentual de execução física): 2	I	4-INV	2	90	0	495	6.801.000
26 781	**2017 1F59**	**Adequação do Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek (DF)**							**20.690.000**
26 781	2017 1F59 0053	Adequação do Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek (DF) - No Distrito Federal							20.690.000
		Obra executada (percentual de execução física): 2	I	4-INV	2	90	0	495	20.690.000
26 781	**2017 1J95**	**Adequação do Aeroporto Internacional de Vitória - Eurico de Aguiar Salles (ES)**							**8.317.000**
26 781	2017 1J95 0032	Adequação do Aeroporto Internacional de Vitória - Eurico de Aguiar Salles (ES) - No Estado do Espírito Santo							8.317.000
		Obra executada (percentual de execução física): 2	I	4-INV	2	90	0	495	8.317.000
26 781	**2017 1J98**	**Adequação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Cuiabá (MT)**							**5.120.000**
26 781	2017 1J98 0051	Adequação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Cuiabá (MT) - No Estado de Mato Grosso							5.120.000
		Obra executada (percentual de execução física): 5	I	4-INV	2	90	0	495	5.120.000
26 781	**2017 1M31**	**Adequação do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro (SP)**							**15.422.000**
26 781	2017 1M31 0035	Adequação do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro (SP) - No Estado de São Paulo							15.422.000
			I	4-INV	2	90	0	495	15.422.000
26 781	**2017 7J01**	**Adequação do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antonio Carlos Jobim (RJ)**							**31.451.000**
26 781	2017 7J01 0033	Adequação do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antonio Carlos Jobim (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro							31.451.000
		Obra executada (percentual de execução física): 1	I	4-INV	2	90	0	495	31.451.000
	2058	**Política Nacional de Defesa**							**13.989.618**
		ATIVIDADES							
26 781	**2058 2041**	**Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Voo**							**13.989.618**
26 781	2058 2041 0001	Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Voo - Nacional							13.989.618
			I	4-INV	2	90	0	495	13.989.618
TOTAL - INVESTIMENTOS									**176.634.618**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**3.320.016**
TOTAL GERAL	**3.320.016**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**3.095.196**
694 - Serviços Financeiros	**224.820**
TOTAL GERAL	**3.320.016**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**3.320.016**
122- Administração Geral	**3.095.196**
694- Serviços Financeiros	**224.820**
TOTAL GERAL	**3.320.016**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	**224.820**
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**3.095.196**
TOTAL GERAL	**3.320.016**

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

25210 - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	**224.820**
25215 - IRB - Brasil Resseguros S.A.	**3.095.196**
TOTAL GERAL	**3.320.016**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**3.320.016**
TOTAL GERAL	**3.320.016**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25210 - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**224.820**
TOTAL GERAL	**224.820**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

694 - Serviços Financeiros	**224.820**
TOTAL GERAL	**224.820**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**224.820**
694- Serviços Financeiros	**224.820**
TOTAL GERAL	**224.820**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	**224.820**
TOTAL GERAL	**224.820**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**224.820**
TOTAL GERAL	**224.820**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25210 - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0781	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais**							**224.820**
		PROJETOS							
23 694	**0781 3252**	**Instalação de Pontos de Atendimento Bancário**							**224.820**
23 694	0781 3252 0026	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Pernambuco							224.820
		Ponto de atendimento instalado (unidade): 4	I	4-INV	4	90	0	495	224.820
TOTAL - INVESTIMENTOS									**224.820**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25215 - IRB - Brasil Resseguros S.A.
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**3.095.196**
TOTAL GERAL	**3.095.196**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**3.095.196**
TOTAL GERAL	**3.095.196**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**3.095.196**
122- Administração Geral	**3.095.196**
TOTAL GERAL	**3.095.196**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**3.095.196**
TOTAL GERAL	**3.095.196**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**3.095.196**
TOTAL GERAL	**3.095.196**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25215 - IRB - Brasil Resseguros S.A.
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**3.095.196**
		ATIVIDADES							
23 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**							**2.604.941**
23 122	0807 4101 0033	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado do Rio de Janeiro							2.604.941
			I	4-INV	4	90	0	495	2.604.941
23 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**490.255**
23 122	0807 4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional							490.255
			I	4-INV	4	90	0	495	490.255
TOTAL - INVESTIMENTOS									**3.095.196**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**1.831.846.000**
TOTAL GERAL	**1.831.846.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**69.993.000**
126 - Tecnologia da Informação	**1.389.000**
692 - Comercialização	**15.467.000**
751 - Conservação de Energia	**12.106.000**
752 - Energia Elétrica	**187.500**
753 - Combustíveis Minerais	**1.643.777.000**
784 - Transporte Hidroviário	**10.000.000**
785 - Transportes Especiais	**78.926.500**
TOTAL GERAL	**1.831.846.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**1.831.846.000**
122- Administração Geral	**69.993.000**
126- Tecnologia da Informação	**1.389.000**
692- Comercialização	**15.467.000**
751- Conservação de Energia	**12.106.000**
752- Energia Elétrica	**187.500**
753- Combustíveis Minerais	**1.643.777.000**
784- Transporte Hidroviário	**10.000.000**
785- Transportes Especiais	**78.926.500**
TOTAL GERAL	**1.831.846.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**71.382.000**
2022 - Combustíveis	**477.967.000**
2033 - Energia Elétrica	**12.293.500**
2053 - Petróleo e Gás	**1.143.133.500**
2055 - Desenvolvimento Produtivo	**127.070.000**
TOTAL GERAL	**1.831.846.000**

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

32224 - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	**267.500**
32230 - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	**1.761.261.000**
32239 - Petrobras Distribuidora S.A. - BR	**16.278.000**
32271 - Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	**2.000.000**
32274 - Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO	**15.000.000**
32308 - Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	**36.668.500**
32316 - Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS	**200.000**
32333 - Stratura Asfaltos S.A.	**171.000**
TOTAL GERAL	**1.831.846.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**1.831.846.000**
TOTAL GERAL	**1.831.846.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32224 - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**267.500**
TOTAL GERAL	**267.500**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**200.000**
752 - Energia Elétrica	**67.500**
TOTAL GERAL	**267.500**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**267.500**
122- Administração Geral	**200.000**
752- Energia Elétrica	**67.500**
TOTAL GERAL	**267.500**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**200.000**
2033 - Energia Elétrica	**67.500**
TOTAL GERAL	**267.500**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**267.500**
TOTAL GERAL	**267.500**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32224 - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**200.000**
		ATIVIDADES							
25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**200.000**
25 122	0807 4102 0010	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Na Região Norte							200.000
			I	4-INV	2	90	0	495	200.000
	2033	**Energia Elétrica**							**67.500**
		ATIVIDADES							
25 752	**2033 2C49**	**Reforços e Melhorias nos Sistemas de Transmissão dos Sistemas Isolados**							**67.500**
25 752	2033 2C49 0010	Reforços e Melhorias nos Sistemas de Transmissão dos Sistemas Isolados - Na Região Norte							67.500
			I	4-INV	2	90	0	495	67.500
TOTAL - INVESTIMENTOS									**267.500**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32230 - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**1.761.261.000**
TOTAL GERAL	**1.761.261.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**68.000.000**
751 - Conservação de Energia	**12.106.000**
752 - Energia Elétrica	**120.000**
753 - Combustíveis Minerais	**1.643.777.000**
785 - Transportes Especiais	**37.258.000**
TOTAL GERAL	**1.761.261.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**1.761.261.000**
122- Administração Geral	**68.000.000**
751- Conservação de Energia	**12.106.000**
752- Energia Elétrica	**120.000**
753- Combustíveis Minerais	**1.643.777.000**
785- Transportes Especiais	**37.258.000**
TOTAL GERAL	**1.761.261.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**68.000.000**
2022 - Combustíveis	**449.500.000**
2033 - Energia Elétrica	**12.226.000**
2053 - Petróleo e Gás	**1.104.465.000**
2055 - Desenvolvimento Produtivo	**127.070.000**
TOTAL GERAL	**1.761.261.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**1.761.261.000**
TOTAL GERAL	**1.761.261.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32230 - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**68.000.000**
		ATIVIDADES							
25 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**							**16.000.000**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25 122	0807 4101 0001	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	16.000.000
									16.000.000
25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**52.000.000**
25 122	0807 4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	52.000.000
									52.000.000
	2022	**Combustíveis**							**449.500.000**
		ATIVIDADES							
25 753	**2022 2767**	**Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Refino**							**18.000.000**
25 753	2022 2767 0001	Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Refino - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	18.000.000
									18.000.000
25 753	**2022 4108**	**Manutenção da Infraestrutura Operacional do Parque de Refino**							**6.000.000**
25 753	2022 4108 0001	Manutenção da Infraestrutura Operacional do Parque de Refino - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	6.000.000
									6.000.000
		PROJETOS							
25 753	**2022 125M**	**Implantação da Refinaria Potiguar Clara Camarão (RN)**							**53.313.000**
25 753	2022 125M 0024	Implantação da Refinaria Potiguar Clara Camarão (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte	I	4-INV	4	90	0	495	53.313.000
									53.313.000
25 785	**2022 1C59**	**Reformulação da Malha Dutoviária da Grande São Paulo (SP)**							**18.141.000**
25 785	2022 1C59 0035	Reformulação da Malha Dutoviária da Grande São Paulo (SP) - No Estado de São Paulo	I	4-INV	4	90	0	495	18.141.000
									18.141.000
25 753	**2022 1C60**	**Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Isaac Sabbá - REMAN, em Manaus (AM)**							**8.014.000**
25 753	2022 1C60 0013	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Isaac Sabbá - REMAN, em Manaus (AM) - No Estado do Amazonas	I	4-INV	4	90	0	495	8.014.000
									8.014.000
25 785	**2022 1I92**	**Construção de Pier para Navios de até 150 mil tpb, em São Sebastião (SP), e de Duto Associado, com Aproximadamente 130 km, até Guararema (OSVAT 2 - Petróleo) (SP)**							**19.117.000**
25 785	2022 1I92 0035	Construção de Pier para Navios de até 150 mil tpb, em São Sebastião (SP), e de Duto Associado, com Aproximadamente 130 km, até Guararema (OSVAT 2 - Petróleo) (SP) - No Estado de São Paulo	I	4-INV	4	90	0	495	19.117.000
									19.117.000
25 753	**2022 3125**	**Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Bernardes - RPBC, em Cubatão (SP)**							**62.169.000**
25 753	2022 3125 0035	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Bernardes - RPBC, em Cubatão (SP) - No Estado de São Paulo	I	4-INV	4	90	0	495	62.169.000
									62.169.000
25 753	**2022 3129**	**Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe - RLAM, em São Francisco do Conde (BA)**							**93.030.000**
25 753	2022 3129 0029	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe - RLAM, em São Francisco do Conde (BA) - No Estado da Bahia	I	4-INV	4	90	0	495	93.030.000
									93.030.000
25 753	**2022 3135**	**Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Duque de Caxias - REDUC, em Duque de Caxias (RJ)**							**42.618.000**
25 753	2022 3135 0033	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Duque de Caxias - REDUC, em Duque de Caxias (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro	I	4-INV	4	90	0	495	42.618.000
									42.618.000
25 753	**2022 3143**	**Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Gabriel Passos - REGAP, em Betim (MG)**							**29.645.000**
25 753	2022 3143 0031	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Gabriel Passos - REGAP, em Betim (MG) - No Estado de Minas Gerais	I	4-INV	4	90	0	495	29.645.000
									29.645.000
25 753	**2022 3151**	**Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria do Vale do Paraíba - REVAP, em São José dos Campos (SP)**							**69.852.000**
25 753	2022 3151 0035	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria do Vale do Paraíba - REVAP, em São José dos Campos (SP) - No Estado de São Paulo	I	4-INV	4	90	0	495	69.852.000
									69.852.000
25 753	**2022 3161**	**Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR, em Araucária (PR)**							**29.601.000**
25 753	2022 3161 0041	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR, em Araucária (PR) - No Estado do Paraná	I	4-INV	4	90	0	495	29.601.000
									29.601.000
	2033	**Energia Elétrica**							**12.226.000**
		ATIVIDADES							
25 751	**2033 4394**	**Racionalização do Uso da Energia nas Atividades da Petrobras**							**12.106.000**
25 751	2033 4394 0001	Racionalização do Uso da Energia nas Atividades da Petrobras - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	12.106.000
									12.106.000
25 752	**2033 6556**	**Manutenção da Infraestrutura Operacional de Usinas Termelétricas**							**120.000**
25 752	2033 6556 0040	Manutenção da Infraestrutura Operacional de Usinas Termelétricas - Na Região Sul	I	4-INV	4	90	0	495	120.000
									120.000
	2053	**Petróleo e Gás**							**1.104.465.000**
		ATIVIDADES							
25 753	**2053 20LE**	**Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural**							**69.124.000**
25 753	2053 20LE 0001	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	69.124.000
									69.124.000
25 753	**2053 20OQ**	**Manutenção da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Campos e do Espírito Santo**							**385.000.000**
25 753	2053 20OQ 0030	Manutenção da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Campos e do Espírito Santo - Na Região Sudeste	I	4-INV	4	90	0	495	385.000.000
									385.000.000
25 753	**2053 20OR**	**Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural - Cessão Onerosa**							**142.000.000**
25 753	2053 20OR 0001	Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural - Cessão Onerosa - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	142.000.000
									142.000.000
25 753	**2053 20OW**	**Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Gás, Energia e Desenvolvimento Sustentável**							**21.240.000**
25 753	2053 20OW 0001	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Gás, Energia e Desenvolvimento Sustentável - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	21.240.000
									21.240.000
25 753	**2053 2761**	**Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Nordeste**							**285.000.000**
25 753	2053 2761 0020	Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Nordeste - Na Região Nordeste	I	4-INV	4	90	0	495	285.000.000
									285.000.000
25 753	**2053 2D00**	**Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Amazônia**							**83.000.000**
25 753	2053 2D00 0010	Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Amazônia - Na Região Norte	I	4-INV	4	90	0	495	83.000.000
									83.000.000
25 753	**2053 2D83**	**Manutenção da Infraestrutura Operacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro de Pesquisas da Petrobras - CENPES (RJ)**							**7.000.000**
25 753	2053 2D83 0033	Manutenção da Infraestrutura Operacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro de Pesquisas da Petrobras - CENPES (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro	I	4-INV	4	90	0	495	7.000.000
									7.000.000
25 753	**2053 4237**	**Manutenção dos Sistemas de Segurança, de Proteção Ambiental e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural**							**106.000.000**
25 753	2053 4237 0001	Manutenção dos Sistemas de Segurança, de Proteção Ambiental e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	106.000.000
									106.000.000
		PROJETOS							
25 753	**2053 14KK**	**Ampliação da Capacidade de Processamento de Gás Natural no Terminal de Cabiúnas (RJ), Fase II, para 28 MM m3/dia - Bacia de Santos**							**6.101.000**
25 753	2053 14KK 0033	Ampliação da Capacidade de Processamento de Gás Natural no Terminal de Cabiúnas (RJ), Fase II, para 28 MM m3/dia - Bacia de Santos - No Estado do Rio de Janeiro	I	4-INV	4	90	0	495	6.101.000
									6.101.000
	2055	**Desenvolvimento Produtivo**							**127.070.000**
		PROJETOS							
25 753	**2055 124V**	**Implantação de Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados, com Capacidade Produtiva de 1.109 mil t/ano de Uréia e 796 mil t/ano de Amônia**							**30.498.000**
25 753	2055 124V 0001	Implantação de Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados, com Capacidade Produtiva de 1.109 mil t/ano de Uréia e 796 mil t/ano de Amônia - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	30.498.000
									30.498.000
25 753	**2055 12NC**	**Implantação de Unidades de Produção de Fertilizantes Nitrogenados I (Período 2011-2017)**							**89.779.000**
25 753	2055 12NC 0001	Implantação de Unidades de Produção de Fertilizantes Nitrogenados I (Período 2011-2017) - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	89.779.000
									89.779.000
25 753	**2055 12NF**	**Implantação de Unidade de Produção de Amônia com Capacidade de Aproximadamente 520 mil t/ano**							**6.401.000**
25 753	2055 12NF 0031	Implantação de Unidade de Produção de Amônia com Capacidade de Aproximadamente 520 mil t/ano - No Estado de Minas Gerais	I	4-INV	4	90	0	495	6.401.000
									6.401.000
25 753	**2055 1C62**	**Adequação do Sistema de Produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - FAFEN (BA)**							**392.000**
25 753	2055 1C62 0029	Adequação do Sistema de Produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - FAFEN (BA) - No Estado da Bahia	I	4-INV	4	90	0	495	392.000
									392.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**1.761.261.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32239 - Petrobras Distribuidora S.A. - BR

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**16.278.000**
TOTAL GERAL	**16.278.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**622.000**
126 - Tecnologia da Informação	**189.000**
692 - Comercialização	**15.467.000**
TOTAL GERAL	**16.278.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**16.278.000**
122- Administração Geral	**622.000**
126- Tecnologia da Informação	**189.000**
692- Comercialização	**15.467.000**
TOTAL GERAL	**16.278.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**811.000**
2022 - Combustíveis	**15.467.000**
TOTAL GERAL	**16.278.000**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**16.278.000**
TOTAL GERAL	**16.278.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32239 - Petrobras Distribuidora S.A. - BR
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0807		**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**811.000**
		ATIVIDADES							
25 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**							**367.000**
25 122	0807 4101 0001	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	367.000
25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**255.000**
25 122	0807 4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	255.000
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**189.000**
25 126	0807 4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	189.000
2022		**Combustíveis**							**15.467.000**
		ATIVIDADES							
25 692	**2022 2797**	**Manutenção da Infraestrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**							**4.891.000**
25 692	2022 2797 0001	Manutenção da Infraestrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	4.891.000
25 692	**2022 2799**	**Manutenção da Infraestrutura de Atendimento a Grandes Clientes**							**7.533.000**
25 692	2022 2799 0001	Manutenção da Infraestrutura de Atendimento a Grandes Clientes - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	7.533.000
25 692	**2022 2809**	**Manutenção dos Sistemas de Proteção Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional no Segmento de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**							**3.043.000**
25 692	2022 2809 0001	Manutenção dos Sistemas de Proteção Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional no Segmento de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	3.043.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**16.278.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32271 - Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**2.000.000**
TOTAL GERAL	**2.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

785 - Transportes Especiais	**2.000.000**
TOTAL GERAL	**2.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**2.000.000**
785- Transportes Especiais	**2.000.000**
TOTAL GERAL	**2.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2053 - Petróleo e Gás	**2.000.000**
TOTAL GERAL	**2.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**2.000.000**
TOTAL GERAL	**2.000.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32271 - Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2053		**Petróleo e Gás**							**2.000.000**
		ATIVIDADES							
25 785	**2053 8022**	**Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural**							**2.000.000**
25 785	2053 8022 0001	Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	2.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**2.000.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32274 - Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**15.000.000**
TOTAL GERAL	**15.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**800.000**
126 - Tecnologia da Informação	**1.200.000**
784 - Transporte Hidroviário	**10.000.000**
785 - Transportes Especiais	**3.000.000**
TOTAL GERAL	**15.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**15.000.000**
122- Administração Geral	**800.000**
126- Tecnologia da Informação	**1.200.000**
784- Transporte Hidroviário	**10.000.000**
785- Transportes Especiais	**3.000.000**
TOTAL GERAL	**15.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**2.000.000**
2022 - Combustíveis	**13.000.000**
TOTAL GERAL	**15.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**15.000.000**
TOTAL GERAL	**15.000.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32274 - Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0807		**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**2.000.000**
		ATIVIDADES							
25 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**							**800.000**
25 122	0807 4101 0001	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	800.000
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**1.200.000**
25 126	0807 4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	1.200.000
2022		**Combustíveis**							**13.000.000**
		ATIVIDADES							
25 785	**2022 4107**	**Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados**							**3.000.000**
25 785	2022 4107 0001	Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	3.000.000
		PROJETOS							
25 784	**2022 1063**	**Aquisição de Navios em Estaleiros Nacionais**							**10.000.000**
25 784	2022 1063 0001	Aquisição de Navios em Estaleiros Nacionais - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	10.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**15.000.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32308 - Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**36.668.500**
TOTAL GERAL	**36.668.500**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

785 - Transportes Especiais	**36.668.500**
TOTAL GERAL	**36.668.500**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**36.668.500**
785- Transportes Especiais	**36.668.500**
TOTAL GERAL	**36.668.500**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2053 - Petróleo e Gás	**36.668.500**
TOTAL GERAL	**36.668.500**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**36.668.500**
TOTAL GERAL	**36.668.500**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32308 - Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2053		**Petróleo e Gás**							**36.668.500**
		PROJETOS							
25 785	**2053 146R**	**Ampliação da Infraestrutura de Transporte Dutoviária de Gás Natural**							**36.668.500**
25 785	2053 146R 0001	Ampliação da Infraestrutura de Transporte Dutoviária de Gás Natural - Nacional	I	4-INV	4	90	0	495	36.668.500
TOTAL - INVESTIMENTOS									**36.668.500**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32316 - Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**200.000**
TOTAL GERAL	**200.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**200.000**
TOTAL GERAL	**200.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**200.000**
122- Administração Geral	**200.000**
TOTAL GERAL	**200.000**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**200.000**
TOTAL GERAL	**200.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**200.000**
TOTAL GERAL	**200.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32316 - Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0807		**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**200.000**
		ATIVIDADES							
25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**200.000**
25 122	0807 4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional							200.000
			I	4-INV	4	90	0	495	200.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**200.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32333 - Stratura Asfaltos S.A.

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**171.000**
TOTAL GERAL	**171.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**171.000**
TOTAL GERAL	**171.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**171.000**
122- Administração Geral	**171.000**
TOTAL GERAL	**171.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**171.000**
TOTAL GERAL	**171.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**171.000**
TOTAL GERAL	**171.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32333 - Stratura Asfaltos S.A.

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0807		**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**171.000**
		ATIVIDADES							
25 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**							**171.000**
25 122	0807 4101 0001	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional							171.000
			I	4-INV	4	90	0	495	171.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**171.000**

DECRETO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 566.002.100,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, incisos I, alíneas "a" e "e", e XIX, alínea "b", item "1", da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012), em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 566.002.100,00 (quinhentos e sessenta e seis milhões, dois mil e cem reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, relativo a Recursos Ordinários, no valor de R$ 230.661.380,00 (duzentos e trinta milhões, seiscentos e sessenta e um mil, trezentos e oitenta reais); e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 335.340.720,00 (trezentos e trinta e cinco milhões, trezentos e quarenta mil, setecentos e vinte reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 13 de dezembro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

JOSÉ SARNEY
Eva Maria Cella Dal Chiavon

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2019	**Bolsa Família**							**566.000.000**
		ATIVIDADES							
08 244	**2019 8442**	**Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)**							**566.000.000**
08 244	2019 8442 0010	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Norte							30.522.500
			S	3	1	90	0	100	30.522.500
08 244	2019 8442 0020	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Nordeste							221.175.000
			S	3	1	90	0	100	73.648.609
			S	3	1	90	0	151	10.407.774
			S	3	1	90	0	300	137.118.617
08 244	2019 8442 0030	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Sudeste							191.382.300
			S	3	1	90	0	139	15.000.000
			S	3	1	90	0	151	170.905.491
			S	3	1	90	0	300	5.476.809
08 244	2019 8442 0040	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Sul							70.457.900
			S	3	1	90	0	100	34.854.246
			S	3	1	90	0	300	35.603.654
08 244	2019 8442 0050	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Centro-Oeste							52.462.300
			S	3	1	90	0	300	52.462.300
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**566.000.000**
TOTAL - GERAL									**566.000.000**

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais**							**2.100**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 212	**0910 00D6**	**Contribuição à União Geodésica e Geofísica Internacional - UGGI (MP)**							**2.100**
28 212	0910 00D6 0001	Contribuição à União Geodésica e Geofísica Internacional - UGGI (MP) - Nacional							2.100
			F	3	2	80	0	100	2.100
TOTAL - FISCAL									**2.100**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.100**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais**							**100.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
08 212	**0910 00JD**	**Contribuição ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (MDS)**							**100.000**
08 212	0910 00JD 0001	Contribuição ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (MDS) - Nacional							100.000
			S	3	2	80	0	151	100.000
	2019	**Bolsa Família**							**44.951.925**
		ATIVIDADES							
08 244	**2019 20IT**	**Aperfeiçoamento da disseminação de informações do PBF e do Cadastro Único.**							**1.251.925**
08 244	2019 20IT 0001	Aperfeiçoamento da disseminação de informações do PBF e do Cadastro Único. - Nacional							1.251.925
		Família notificada (unidade): 985.000	S	3	2	90	0	151	1.251.925
08 126	**2019 6414**	**Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único**							**2.200.000**
08 126	2019 6414 0001	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único - Nacional							2.200.000
		Cadastro válido (unidade): 2.200.000	S	3	2	90	0	151	2.200.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

08 244	**2019 8446**	**Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família**							**41.500.000**
08 244	2019 8446 0001	Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - Nacional							41.500.000
		Ente federativo apoiado (unidade): 35	S	3	1	41	0	151	41.500.000
	2029	**Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**							**24.523.191**
		ATIVIDADES							
08 334	**2029 20GG**	**Fomento, Capacitação Ocupacional e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores**							**24.523.191**
08 334	2029 20GG 0001	Fomento, Capacitação Ocupacional e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores - Nacional							24.523.191
		Pessoa atendida (unidade): 14.000	S	3	2	90	0	151	24.523.191
	2037	**Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**							**1.103.818**
		ATIVIDADES							
08 122	**2037 8249**	**Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social**							**1.103.818**
08 122	2037 8249 0001	Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social - Nacional							1.103.818
			S	3	2	90	0	151	1.103.818
	2067	**Resíduos Sólidos**							**6.000.000**
		ATIVIDADES							
08 333	**2067 8274**	**Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos**							**6.000.000**
08 333	2067 8274 0101	Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos - Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis - Nacional							6.000.000
		Pessoa apoiada (unidade): 6.000	S	3	2	40	0	151	6.000.000
	2069	**Segurança Alimentar e Nutricional**							**139.025.355**
		ATIVIDADES							
08 244	**2069 20GD**	**Fomento às Atividades Produtivas Rurais**							**15.000.000**
08 244	2069 20GD 0001	Fomento às Atividades Produtivas Rurais - Nacional							15.000.000
		Família atendida (unidade): 10.000	S	3	2	90	0	100	15.000.000
08 306	**2069 2784**	**Educação Alimentar e Nutricional**							**600.000**
08 306	2069 2784 0001	Educação Alimentar e Nutricional - Nacional							600.000
		Processo desenvolvido (unidade): 8.000	S	4	2	90	0	100	600.000
08 306	**2069 2798**	**Aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar**							**108.577.729**
08 306	2069 2798 0001	Aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar - Nacional							108.577.729
		Alimento adquirido (Tonelada (DESATIVAR)): 70.000	S	3	2	90	0	100	108.577.729
08 605	**2069 2802**	**Operacionalização da aquisição de alimentos da agricultura familiar**							**7.347.626**
08 605	2069 2802 0001	Operacionalização da aquisição de alimentos da agricultura familiar - Nacional							7.347.626
		Alimento estocado (Tonelada (DESATIVAR)): 22.000	S	4	2	90	0	100	7.347.626
08 244	**2069 4963**	**Apoio a Estruturação da Produção e Inclusão Produtiva**							**7.500.000**
08 244	2069 4963 0001	Apoio a Estruturação da Produção e Inclusão Produtiva - Nacional							7.500.000
		Projeto apoiado (unidade): 35	S	3	2	30	0	100	7.500.000
	2122	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**							**14.233.341**
		ATIVIDADES							
08 122	**2122 2000**	**Administração da Unidade**							**8.000.000**
08 122	2122 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							8.000.000
			S	3	2	90	0	151	8.000.000
08 212	**2122 20IY**	**Promoção Internacional de políticas e ações de desenvolvimento social e combate à fome**							**680.135**
08 212	2122 20IY 0001	Promoção Internacional de políticas e ações de desenvolvimento social e combate à fome - Nacional							680.135
		Cooperação internacional realizada (unidade): 1	S	3	2	80	0	151	680.135
08 131	**2122 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**3.353.376**
08 131	2122 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							3.353.376
			S	3	2	90	0	151	3.353.376
08 125	**2122 4907**	**Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**							**1.376.830**
08 125	2122 4907 0001	Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Nacional							1.376.830
		Pessoa atendida (unidade): 352.000	S	3	2	90	0	151	1.376.830
08 121	**2122 4923**	**Avaliação e monitoramento de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome**							**223.000**
08 121	2122 4923 0001	Avaliação e monitoramento de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Nacional							223.000
			S	3	2	90	0	151	223.000
		PROJETOS							
04 122	**2122 11JM**	**Construção do Anexo do Bloco C na Esplanada dos Ministérios**							**600.000**
04 122	2122 11JM 0001	Construção do Anexo do Bloco C na Esplanada dos Ministérios - Nacional							600.000
		Edifício construído (percentual de execução física): 2	S	4	2	90	0	151	600.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**229.937.630**
TOTAL - GERAL									**229.937.630**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2037	**Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**							**83.400.999**
		ATIVIDADES							
08 125	**2037 2589**	**Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)**							**1.400.000**
08 125	2037 2589 0001	Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV) - Nacional							1.400.000
		Benefício avaliado (unidade): 200.000	S	3	2	90	0	151	1.400.000
08 244	**2037 2A60**	**Serviços de Proteção Social Básica**							**65.000.000**
08 244	2037 2A60 0001	Serviços de Proteção Social Básica - Nacional							32.557.195
			S	3	2	41	0	139	15.000.000
			S	3	2	41	0	151	17.557.195
08 244	2037 2A60 0011	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado de Rondônia							377.581
			S	3	2	41	0	151	377.581
08 244	2037 2A60 0012	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Acre							70.000
			S	3	2	41	0	151	70.000
08 244	2037 2A60 0013	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Amazonas							580.134
			S	3	2	41	0	151	580.134
08 244	2037 2A60 0014	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado de Roraima							164.263
			S	3	2	41	0	151	164.263
08 244	2037 2A60 0016	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Amapá							180.000
			S	3	2	41	0	151	180.000
08 244	2037 2A60 0017	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Tocantins							857.810
			S	3	2	41	0	151	857.810
08 244	2037 2A60 0021	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Maranhão							3.888.924
			S	3	2	41	0	151	3.888.924
08 244	2037 2A60 0023	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Ceará							4.273.851
			S	3	2	41	0	151	4.273.851
08 244	2037 2A60 0025	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado da Paraíba							1.829.779
			S	3	2	41	0	151	1.829.779
08 244	2037 2A60 0027	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado de Alagoas							1.448.687
			S	3	2	41	0	151	1.448.687
08 244	2037 2A60 0028	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado de Sergipe							1.073.087
			S	3	2	41	0	151	1.073.087
08 244	2037 2A60 0031	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado de Minas Gerais							5.000.000
			S	3	2	41	0	151	5.000.000
08 244	2037 2A60 0032	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Espírito Santo							999.234
			S	3	2	41	0	151	999.234
08 244	2037 2A60 0033	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Rio de Janeiro							3.513.981
			S	3	2	41	0	151	3.513.981
08 244	2037 2A60 0035	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado de São Paulo							850.000
			S	3	2	41	0	151	850.000
08 244	2037 2A60 0041	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Paraná							1.600.000
			S	3	2	41	0	151	1.600.000
08 244	2037 2A60 0042	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado de Santa Catarina							1.834.909
			S	3	2	41	0	151	1.834.909
08 244	2037 2A60 0043	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Rio Grande do Sul							1.347.026
			S	3	2	41	0	151	1.347.026
08 244	2037 2A60 0051	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado de Mato Grosso							400.000
			S	3	2	41	0	151	400.000
08 244	2037 2A60 0052	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado de Goiás							1.500.000
			S	3	2	41	0	151	1.500.000
08 244	2037 2A60 0054	Serviços de Proteção Social Básica - No Estado de Mato Grosso do Sul							653.539
			S	3	2	41	0	151	653.539

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

08 244	**2037 8893**	**Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS**							**17.000.999**
08 244	2037 8893 0001	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Nacional	S	3	2	41	0	151	17.000.999
	2062	**Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes**							**21.999.991**
		ATIVIDADES							
08 243	**2062 2060**	**Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil**							**20.000.000**
08 243	2062 2060 0001	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - Nacional	S	3	2	41	0	151	7.595.000
08 243	2062 2060 0011	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado de Rondônia	S	3	2	41	0	151	110.100
08 243	2062 2060 0012	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado do Acre	S	3	2	41	0	151	143.400
08 243	2062 2060 0013	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado do Amazonas	S	3	2	41	0	151	227.700
08 243	2062 2060 0014	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado de Roraima	S	3	2	41	0	151	108.900
08 243	2062 2060 0015	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado do Pará	S	3	2	41	0	151	433.800
08 243	2062 2060 0016	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado do Amapá	S	3	2	41	0	151	42.900
08 243	2062 2060 0017	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado do Tocantins	S	3	2	41	0	151	157.000
08 243	2062 2060 0021	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado do Maranhão	S	3	2	41	0	151	1.376.500
08 243	2062 2060 0022	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado do Piauí	S	3	2	41	0	151	511.800
08 243	2062 2060 0023	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado do Ceará	S	3	2	41	0	151	441.000
08 243	2062 2060 0024	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	2	41	0	151	554.400
08 243	2062 2060 0025	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado da Paraíba	S	3	2	41	0	151	788.400
08 243	2062 2060 0026	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado de Pernambuco	S	3	2	41	0	151	1.591.200
08 243	2062 2060 0027	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado de Alagoas	S	3	2	41	0	151	358.800
08 243	2062 2060 0028	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado de Sergipe	S	3	2	41	0	151	386.100
08 243	2062 2060 0029	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado da Bahia	S	3	2	41	0	151	1.713.000
08 243	2062 2060 0031	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado de Minas Gerais	S	3	2	41	0	151	734.800
08 243	2062 2060 0032	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado do Espírito Santo	S	3	2	41	0	151	143.400
08 243	2062 2060 0033	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	2	41	0	151	267.900
08 243	2062 2060 0041	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado do Paraná	S	3	2	41	0	151	484.000
08 243	2062 2060 0042	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado de Santa Catarina	S	3	2	41	0	151	333.000
08 243	2062 2060 0043	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	2	41	0	151	162.800
08 243	2062 2060 0051	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado de Mato Grosso	S	3	2	41	0	151	235.800
08 243	2062 2060 0052	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado de Goiás	S	3	2	41	0	151	847.200
08 243	2062 2060 0054	Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	3	2	41	0	151	251.100
08 244	2062 8662	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho							1.999.991
08 244	2062 8662 0001	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - Nacional	S	3	2	90	0	151	509.074
08 244	2062 8662 0011	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de Rondônia	S	3	2	90	0	151	40.201
08 244	2062 8662 0012	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Acre	S	3	2	90	0	151	12.477
08 244	2062 8662 0013	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Amazonas	S	3	2	90	0	151	5.382
08 244	2062 8662 0014	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de Roraima	S	3	2	90	0	151	20.196
08 244	2062 8662 0015	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Pará	S	3	2	90	0	151	28.036
08 244	2062 8662 0016	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Amapá	S	3	2	90	0	151	1.224
08 244	2062 8662 0017	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Tocantins	S	3	2	90	0	151	21.924
08 244	2062 8662 0021	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Maranhão	S	3	2	90	0	151	51.685
08 244	2062 8662 0022	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Piauí	S	3	2	90	0	151	14.540
08 244	2062 8662 0023	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Ceará	S	3	2	90	0	151	14.029
08 244	2062 8662 0024	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	2	90	0	151	51.001
08 244	2062 8662 0025	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado da Paraíba	S	3	2	90	0	151	48.816
08 244	2062 8662 0026	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de Pernambuco	S	3	2	90	0	151	95.396
08 244	2062 8662 0027	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de Alagoas	S	3	2	90	0	151	15.696
08 244	2062 8662 0028	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de Sergipe	S	3	2	90	0	151	17.647
08 244	2062 8662 0029	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado da Bahia	S	3	2	90	0	151	46.303
08 244	2062 8662 0031	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de Minas Gerais	S	3	2	90	0	151	78.429

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

08 244	2062 8662 0032	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Espírito Santo								33.184
			S	3	2	90	0	151		33.184
08 244	2062 8662 0033	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro								39.830
			S	3	2	90	0	151		39.830
08 244	2062 8662 0035	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de São Paulo								74.156
			S	3	2	90	0	151		74.156
08 244	2062 8662 0041	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Paraná								173.372
			S	3	2	90	0	151		173.372
08 244	2062 8662 0042	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de Santa Catarina								115.466
			S	3	2	90	0	151		115.466
08 244	2062 8662 0043	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul								23.734
			S	3	2	90	0	151		23.734
08 244	2062 8662 0051	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de Mato Grosso								116.618
			S	3	2	90	0	151		116.618
08 244	2062 8662 0052	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de Goiás								273.168
			S	3	2	90	0	151		273.168
08 244	2062 8662 0053	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Distrito Federal								1.756
			S	3	2	90	0	151		1.756
08 244	2062 8662 0054	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul								76.651
			S	3	2	90	0	151		76.651
TOTAL - FISCAL										**0**
TOTAL - SEGURIDADE										**105.400.990**
TOTAL - GERAL										**105.400.990**

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais**							**2.100**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 212	**0910 0128**	**Contribuição ao Sistema das Nações Unidas - ONU (MRE)**							**2.100**
28 212	0910 0128 0001	Contribuição ao Sistema das Nações Unidas - ONU (MRE) - Nacional							2.100
			F	3	2	80	0	100	2.100
TOTAL - FISCAL									**2.100**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.100**

Presidência da República

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 2.769, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O CORREGEDOR-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe conferem os arts. 4º, 6º e 10º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e o art. 15, I, do Decreto nº 5.683, de 24 de janeiro de 2006, resolve:

Cancelar o Enunciado nº 6, de 30 de agosto de 2012, conforme deliberação da Comissão de Coordenação de Correição-CCC, em sessão extraordinária realizada em 06 de dezembro de 2012.

ROBERTO VIEIRA MEDEIROS

CONSELHO DE DEFESA NACIONAL
SECRETARIA EXECUTIVA

ATOS DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL (CDN), no uso da atribuição que lhe foi conferida pelos membros desse Colegiado, por meio da Resolução CDN nº 1, de 12 de maio de 1999, publicada no DOU nº 90, Seção 1, p. 8, de 13 de maio de 1999; e com base no disposto no art. 37, *caput*, da Constituição de 1988; no Decreto nº 4.520, de 2002; no parágrafo único do art. 16, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; nos artigos 2º, § 3º, e 4º, da Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, alterada pela MP nº 2.216-37, de 2001; na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, e respectivos regulamentos, resolve:

Nº 226 - Dar Assentimento Prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção do aeródromo privado denominado FAZENDA SIRIEMA, localizado no município de Campos de Júlio, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, de interesse de João Lopes Guerreiro, CPF nº 119.975.839-68, com a ressalva de não se tratar de ato que regulariza as atividades do aeródromo, condicionado à observância das exigências da autoridade aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.107354/2012-71; o Parecer de Análise nº 1384/2012/GTCA/GENG/SIA, de 25 de outubro de 2012; a conclusão do Ofício nº 2528/2012/GTCA/GENG/SIA-ANAC, de 1º de novembro de 2012 e a Nota SAEI - AP nº 255/2012-MF.

Nº 227 - Dar Assentimento Prévio ao MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, por meio da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL, para proceder à doação, com encargo, à Prefeitura Municipal de Porto Velho, CNPJ nº 05.903.125/0001-45, de imóvel urbano referente ao Distrito de Nova Califórnia, município de Porto Velho, na faixa de fronteira do estado de Rondônia, com área de 141,4178ha e perímetro de 6.728,56m, inserido na Gleba Euclides da Cunha, Figura 01, matriculada em nome da União junto à Comarca de Porto Velho/RO, sob o nº 3.061, livro 2, em 10 de fevereiro de 1978; de acordo com a instrução do Processo SR-17/RO-SRFA nº 56422.001601/2012-75, a Nota Técnica nº 42/2012, de 19 de novembro de 2012, o Parecer nº 1356/2012-CGRFAL/CONJUR-MDA/CGU/AGU, de 20 de novembro de 2012, o Ofício nº 217/2012/SERFAL, de 19 de novembro de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 260/2012-MF, expedida com ressalvas.

Nº 228 - Dar Assentimento Prévio ao DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM para averbar a cessão parcial de direitos minerários, datada de 09 de novembro de 2010, celebrada entre a empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA., CNPJ nº 82.743.832/0001-62 (cedente) e MOACIR TIECHER, CPF nº 295.098.829-68 (cessionário), bem como para autorizar o cessionário a pesquisar argila e basalto no município de Paial, na faixa de fronteira do estado de Santa Catarina, em uma área de 753,58ha, extraída do Alvará de Pesquisa nº 8.646/2010, de 30 de julho de 2010, publicado no DOU de 03 de agosto de 2010, que autorizou o cedente a pesquisar as referidas substâncias, em uma área total de 754,59ha, no município supracitado, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48400.000077/2002-73, 48411.815806/2008-55 e 48411.816007/2010-11; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 226/DIRE/DGTM-2012, de 05 de outubro de 2012, recebido em 23 de outubro de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 261/2012- MF, expedida com ressalvas.

Nº 229 - Dar Assentimento Prévio à empresa MINERAÇÃO SANTA ELINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., CNPJ nº 47.419.874/0001-41, para o arquivamento de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2012, tendo por objeto: (i) regaste, nos termos do Artigo 5º, parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia, da totalidade das 49.000.000 (quarenta e nove milhões) de ações preferenciais de emissão da Companhia de titularidade da acionista SERCOR LTDA; e (ii) redução do capital social da Mineração Santa Elina Indústria e Comércio S/A., de R$ 140.866.758,00 para R$ 131.588.490,00; bem como para pesquisar ouro, em 51 (cinquenta e uma) áreas distintas de: 424,47ha, 10.000,00ha, 10.000,00ha, 10.000,00ha, 10.000,00ha, 10.000,00ha, 10.000,00ha, 10.000,00ha, 9.986,47ha, 10.000,00ha, 1.873,54ha, 8.443,03ha, 8.303,27ha, 7.489,80ha, 4.087,33ha, 8.500,46ha, 7.660,82ha, 978,26ha, 7.828,91ha, 4.010,26ha, 7.157,53ha, 2.959,41ha, 2.048,39ha, 6.124,43ha, 9.369,33ha, 4.222,85ha, 7.386,59ha, 9.405,67ha, 5.410,84ha, 9.697,61ha, 9.833,65ha, 10.000,00ha, 6.544,01ha, 9.036,24ha, 9.058,34ha, 6.046,75ha, 1.322,05ha, 7.911,13ha, 9.641,59ha, 9.032,21ha, 24,56ha, 497,51ha, 1.503,15ha, 8.945,72ha, 9.999,99ha, 1.261,83ha, 665,05ha, 289,81ha, 1.553,45ha, 2.092,23ha e 4.201,63ha, totalizando uma área de 322.830,17ha, nos municípios de Pontes e Lacerda, Costa Marques, São Francisco do Guaporé, Seringueiras, São Miguel do Guaporé, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade, Comodoro, Nova Lacerda, Vale de São Domingos, Pimenteiras do Oeste, Cerejeiras, Alta Floresta D´Oeste, Corumbiara e Alto Alegre do Parecis, situados na faixa de fronteira dos estados de Mato Grosso e Rondônia; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48401.850498/1976-94 e 48412.866.145/2002-21, que fazem referência aos Processos DNPM nºs 48419.886.469/2004-87, 48419.886.472/2004-09, 48419.886.473/2004-45, 48419.886.474/2004-90, 48419.886.483/2004-81, 48419.886.492/2004-71, 48419.886.494/2004-61, 48419.886.495/2004-13, 48419.886.512/2004-92, 48412.866.713/2004-55, 48412.866.656/2005-95, 48412.866.657/2005-30, 48412.866.658/2005-84, 48412.866.659/2005-29, 48412.866.660/2005-53, 48412.866.661/2005-06, 48412.866.662/2005-42, 48412.866.989/2005-14, 48412.866.990/2005-49, 48412.866.991/2005-93, 48412.866.260/2007-18, 48412.866.291/2007-61, 48412.866.296/2007-93, 48412.866.297/2007-38, 48412.866.299/2007-27, 48412.866.300/2007-13, 48412.866.301/2007-68, 48412.866.302/2007-11, 48412.866.303/2007-57, 48412.866.304/2007-00, 48419.886.200/2007-43, 48419.886.202/2007-32, 48419.886.203/2007-87, 48419.886.207/2007-65, 48419.886.208/2007-51, 48419.886.244/2007-73, 48419.886.119/2008-44, 48419.886.123/2008-11, 48419.886.124/2008-57, 48419.886.201/2008-79, 48419.886.380/2008-44, 48419.886.636/2008-13, 48419.886.301/2009-86, 48419.886.311/2009-11, 48419.886.116/2010-25, 48419.886.200/2010-49, 48419.886.201/2010-93, 48419.886.226/2010-97, 48419.886.227/2010-31 e 48419.886.235/2010-88, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 228/DIRE/DGTM-2012, de 15 de outubro de 2012, recebido em 16 de novembro de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 262/2012-MF, expedida com ressalvas.

Nº 230 - Dar Anuência Prévia ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA para autorizar o acesso ao conhecimento tradicional associado, para fins de pesquisa científica, referente ao Projeto intitulado *"Redes de pesquisa de compostos químicos vegetais para o controle de malária a partir da Etnofarmacologia nos Estados do Amazonas e do Acre"*, que será obtido junto às comunidades localizadas nos municípios de Xapuri/AC; Pauiní/AM; Boca do Acre/AM; São Gabriel da Cachoeira/AM; Barcelos/AM; Santa Isabel do Rio Negro/AM; e, Lábrea/AM, situados na faixa de fronteira dos estados do Acre e Amazônia, pela equipe coordenada pelo Dr. Lin Chau Ming, conforme solicitado pela Faculdade de Ciências Agronômicas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, campus Botucatu, condicionada a eventual cassação em virtude de manifestação fundamentada em contrário de membro do Conselho de Defesa Nacional ou de alteração do projeto ora analisado; de acordo com a conclusão do Aviso nº 165/SBF/GM-MMA, de 17 de outubro de 2012, Expediente (NUP) nº 02000.001373/2010-11, e a Nota SAEI-AP nº 263/2012-MF, expedida com ressalvas.

Nº 231 - Dar Assentimento Prévio à SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL - SERFAL, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário -MDA, para proceder à regularização fundiária da área remanescente de 282.657,0795ha da GLEBA CONCEIÇÃO, código do SNCR nº 950.033.501.018-9, extraída do imóvel da União, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Costa Marques, sob nº 001, Livro 2/A, fl. 1, em 18 de abril de 1983, situado nos municípios de Guajará-Mirim, Costa Marques e São Francisco do Guaporé, na faixa de fronteira do estado de Rondônia, com fundamento na Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009 e na Portaria MDA nº 52, de 25 de julho de 2012, condicionado ao registro do competente ato de assentimento prévio à margem da matrícula da gleba, bem como à atualização do sistema Sisterleg Geo, em atendimento ao disposto no art. 2º, §1º do art. 6º e art. 7º, da referida Portaria e na Lei nº 6.634, de 1979; de acordo com a conclusão do Processo SRFA nº 56377.000113/2012-33, o Parecer Técnico SRFAR/nº 02/2012, de 28 de agosto de 2012; o Parecer nº 1269/2012/CGRFAL/CONJUR-MDA/CGU/AGU, de 10 de setembro de 2012, o Parecer Técnico SRFAR/nº 06/2012, de 28 de outubro de 2012, o Ofício nº 152/2012/SERFAL, de 29 de outubro de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 264/2012-MF, expedida com ressalvas.

Nº 232 - Dar Assentimento Prévio à SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL - SERFAL, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, para proceder à regularização fundiária da área remanescente de 24.806,1148ha da GLEBA IQUIRI, código do SNCR nº 950.076.256.510-8, extraída do imóvel da União, matriculado junto ao Cartório do Único Ofício de Notas de Lábrea, sob nº 2.727, Livro 2-N, fl.11, em 8 de julho de 2011, situado no município de Lábrea, na faixa de fronteira do estado do Amazonas, com fundamento na Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009 e na Portaria MDA nº 52, de 25 de julho de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2012, condicionado ao registro do competente ato de assentimento prévio à margem da matrícula da gleba, bem como à atualização do sistema Sisterleg Geo, em atendimento ao disposto no art. 2º, §1º do art. 6º e art. 7º, da referida Portaria e na Lei nº 6.634, de 1979; de acordo com a conclusão do Processo SRFA nº 56377.000114/2012-88, o Parecer Técnico SRFAR/nº 03/2012, de 28 de agosto de 2012, o Parecer nº 1272/2012/CGRFAL/CONJUR-MDA/CGU/AGU, de 11 de setembro de 2012, o Parecer Técnico SRFAR/nº 07/2012, de 28 de outubro de 2012, o Ofício nº 153/2012/SERFAL, de 29 de outubro de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 265/2012-MF, expedida com ressalvas.

Nº 233 - Dar Assentimento Prévio à SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL - SERFAL, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, para proceder à regularização fundiária da área remanescente de 324.108,1461ha da GLEBA TERRA FIRME, código do SNCR nº 950.041.930.938-4, extraída do imóvel da União, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Costa Marques, sob nº 429, Livro 2, Fichas 1 a 23, em 09 de abril de 1987, situado nos municípios de Guajará-Mirim, Costa Marques, Seringueiras e São Francisco do Guaporé, na faixa de fronteira do estado de Rondônia, com fundamento na Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009 e na Portaria MDA nº 52, de 25 de julho de 2012, condicionado ao registro do competente ato de assentimento prévio à margem da matrícula da gleba, bem como à atualização do sistema Sisterleg Geo, em atendimento ao disposto no art. 2º, §1º do art. 6º e art. 7º, da referida Portaria e na Lei nº 6.634, de 1979; de acordo com a conclusão do Processo SRFA nº 56377.000112/2012-99, o Parecer Técnico SRFAR/nº 01/2012, de 16 de agosto de 2012, o Parecer nº 1173/2012/CGRFAL/CONJUR-MDA/CGU/AGU, de 16 de agosto de 2012, o Parecer Técnico SRFAR/nº 05/2012, de 28 de outubro de 2012, o Ofício nº 151/2012/SERFAL, de 29 de outubro de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 266/2012-MF, expedida com ressalvas.

Nº 234 - Dar Assentimento Prévio a MARIA LÚCIA VIDAL DE SOUZA, CPF nº 222.377.390-72, para pesquisar ouro em uma área de 568,55ha, situada no local denominado Arroio do Jaques, no município de Lavras do Sul, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48401.810224/2008-00, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 239/DIRE/DGTM-2012, de 29 de outubro de 2012, recebido em 23 de novembro de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 267/2012-MF, expedida com ressalvas.

Nº 235 - Dar Assentimento Prévio a SANTOS SARTOR, CPF n° 067.527.309-97, para pesquisar água mineral e argila em 2 (duas) áreas distintas de: 49,97ha e 515,22ha, totalizando uma área de 565,19ha, no município de Cascavel, na faixa de fronteira do estado do Paraná, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48413.826850/2011-76 e 48413.826851/2011-11, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício n° 240/DIRE/DGTM-2012, datado de 20 de novembro de 2012, recebido em 30 de novembro de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 268/2012-MF, expedida com ressalva.

Nº 236 - Dar Assentimento Prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção do aeródromo privado denominado FAZENDA UNIÃO, localizado na cidade de Porto Murtinho, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de interesse de Aluizio Lessa Coelho, CPF nº 073.774.281-04, com a ressalva de não se tratar de ato que regulariza as atividades do aeródromo, condicionado à observância das exigências da autoridade aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.067774/2012-16; o Parecer de Análise nº 1486/2012/GTCA/GENG/SIA, de 13 de novembro de 2012; a conclusão do Ofício nº 2625/2012/GTCA/GENG/SIA-ANAC, de 13 de novembro de 2012 e a Nota SAEI - AP nº 269/2012-MF.

Nº 237 - Dar Assentimento Prévio à PEDREIRA EXTRAÇÃO FORTALEZA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., CNPJ nº 05.660.758/0001-70, para realizar o arquivamento na Junta Comercial do estado de Rondônia das seguintes Alterações Contratuais: da 6ª Alteração Contratual, datada de 6 de janeiro de 2004, versando sobre: (i) aumento de capital social de R$ 100.000,00 para R$ 200.000,00; e (ii) mudança de objeto social; da 7ª Alteração Contratual, datada de 03 de agosto de 2004, versando sobre: (i) a sócia Jeanne Meiby de Oliveira Ferreira Queiroz, CPF nº 586.104.481-34, cede e transfere o total de suas cotas para a sócia ingressante Francisca Xagas Oliveira da Conceição, CPF nº 112.730.462-34; (ii) alteração no objeto social; e (iii) a administração da sociedade caberá ao sócio Moacy Ferreira da Conceição; da 8ª Alteração Contratual, datada de 20 de julho de 2009, que versa sobre: (i) aumento de capital social, de R$ 200.000,00 para R$ 500.000,00; da 9ª Alteração Contratual, datada de 28 de fevereiro de 2011, que versa sobre: (i) atendimento ao Decreto nº 85.064, de 1980; da 10ª Alteração Contratual, datada de 09 de maio de 2011, que versa sobre: (i) alteração no objeto social; e (ii) atendimento ao Decreto nº 85.064, de 1980; da 11ª Alteração Contratual, datada de 03 de outubro de 2011, que versa sobre: (i) destaca o montante de R$ 150.000,00 do capital social da sede para o capital social da filial; e (ii) altera o objeto social da filial; da 12ª Alteração Contratual, datada de 22 de março de 2012, que versa sobre: (i) altera o objeto social da filial; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48200.000540/1993-35, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 231/DIRE/DGTM-2012, de 8 de novembro de 2012, recebido em 9 de novembro de 2012 e a Nota SAEI-AP nº 270/2012-MF, expedida com ressalvas.

JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ
CNPJ 07.223.670/0001-16

BALANÇO PATRIMONIAL - NOVEMBRO/2012

	ATIVO	
Circulante		95.788.360,74
Realizável a Longo Prazo		11.824.077,58
Investimentos		24.571,46
Imobilizado		137.144.725,58
Intangível		1.159.258,13
Total do Ativo		245.940.993,49
	PASSIVO	
Circulante		10.165.925,74
Exigível a Longo Prazo		6.732.545,48
Patrimônio Líquido		229.042.522,27
Capital	225.589.160,47	
Reservas de Lucros	1.908.321,91	
Créditos P/ Aumento de Capital	2.769.783,63	
Saldo Devedor/Credor Acumulado	6,50	
Prejuízo do Exercício	(1.224.750,24)	
Total do Passivo		245.940.933,49

NILANE SOUZA DE MENEZES
Contadora CRC-CE 16629
CPF - 616.329.613-34

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 57, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), no uso de suas atribuições legais, resolve: I - homologar o Pregão Eletrônico CDP nº 54/2012, realizado no dia 23.11.2012 (Processo Licitatório nº 2908/2012), referente a contratação de empresa para realizar serviços de limpeza e pintura externa do prédio da oficina mecânica do Porto de Vila do Conde, em conformidade com o Edital, seu Termo de Referência e demais anexos; II - adjudicar, em consequência, vencedora do referido Pregão, por ter apresentado o melhor lance à empresa SANTOS & MEDEIROS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP - CNPJ nº 11.399.521/0001-80, no valor global de R$68.081,00 (sessenta e oito mil e oitenta e um reais), bem como por ter cumprido todas as exigências editalícias; III - encaminhar à GERJUR para elaboração do instrumento correspondente; IV - determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

CARLOS JOSÉ PONCIANO DA SILVA

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 133, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Renova a autorização operacional de sociedade empresária de serviço aéreo público especializado.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da prerrogativa de que trata o art. 6º do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com as alterações posteriores, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, e considerando o que consta do processo nº 00058.080929/2012-91, decide, *ad referendum* da Diretoria:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço aéreo público especializado nas atividades aerorreportagem, aerofotografia e aerocinematografia outorgada à sociedade empresária HELICÓPTERO DIGITAL SERVIÇO AÉREO ESPECIALIZADO LTDA., CNPJ nº 04.875.123/0001-27, com sede social em Carapicuíba (SP).

Art. 2º A exploração do serviço autorizado somente poderá ser realizada por aeronave devidamente homologada.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Decisão nº 254, de 12 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2007, Seção 1, página 38.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

DECISÃO Nº 134, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Renova a autorização operacional de sociedade empresária de serviço aéreo público especializado.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da prerrogativa de que trata o art. 6º do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com as alterações posteriores, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, e considerando o que consta do processo nº 00058.069877/2012-00, decide, ad referendum da Diretoria:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola outorgada à sociedade empresária FORT AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 08.639.426/0001-00, com sede social em Rio Verde (GO).

Art. 2º A exploração do serviço aéreo público especializado somente poderá ser realizada por aeronave devidamente homologada.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 2.711 - Inscrever o aeródromo Triângulo (SSTZ), em Tangará da Serra (MT);

Nº 2.712 - Inscrever o aeródromo São José (SDZL), em Campo Verde (MT);

Nº 2.713 - Renovar a inscrição do aeródromo Darinha (SWWZ), em Cascavel (CE);

Nº 2.714 - Renovar a inscrição do aeródromo Fazenda Porto Oculto (SIMY), em Itaquiraí (MS);

Nº 2.715 - Renovar a inscrição do aeródromo Lorenzo (SNCL), em Cairu (BA);

Nº 2.716 - Renovar a inscrição do aeródromo Fazenda Mutum (SIMU), em Anaurilândia (MS); e

Nº 2.717 - Renovar a inscrição do heliponto Morro da Urca (SDHU), no Rio de Janeiro (RJ).

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br .

TÁRIK PEREIRA DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

PORTARIA Nº 2.726, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Autoriza o funcionamento jurídico de sociedade empresária de táxi aéreo.

A SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO, designada pela Portaria nº 1.819, de 20 de setembro de 2011, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 134, de 19 de janeiro de 2010, considerando o disposto na Portaria n° 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta no Processo n° 00058.079215/2012-30, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária BEST TÁXI AÉREO LTDA, com sede social em São Paulo (SP), como empresa exploradora do serviço de transporte aéreo público não-regular na modalidade táxi aéreo, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 2.727, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Autoriza o funcionamento jurídico de sociedade empresária de táxi aéreo.

A SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO, designada pela Portaria nº 1.819, de 20 de setembro de 2011, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 134, de 19 de janeiro de 2010, considerando o disposto na Portaria n° 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta no Processo n° 60800.072496/2008-95, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária BRASIL JATO TÁXI AÉREO S/A., com sede social no Rio de Janeiro (RJ), como empresa exploradora de serviço de transporte aéreo não regular na modalidade de táxi aéreo, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 915, DE 13 DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.001603/2012-87, de 21 de maio de 2012, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Elo Sistemas Eletrônicos S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 87.332.342/0001-97, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto 1: Contador digital de eletricidade monofásico.
Modelos: ELO 2101LR.
Produto 2: Contador digital de eletricidade bifásico.
Modelos: ELO 2106EX2.
Produto 3: Contador digital de eletricidade trifásico.
Modelos: ELO2127; ELO2106L 200; ELO2106EX3; ELO2133TI

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP

PORTARIA Nº 923, DE13 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e os itens 35 e 36 da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º. Fica prorrogada, por mais um ano, contado a partir 5 de novembro de 2012, a autorização concedida pela Portaria/MCT n° 498, de 16 de julho de 2003, e prorrogada pela Portaria/MCT nº 706, de 9 de setembro de 2010, ao representante da contraparte brasileira, Dr. MARCUS BARRETO CONDE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para dar continuidade à remessa de dados clínicos e material biológico humano, no âmbito do processo de pesquisa científica intitulado "Estudo da eficácia e da tolerabilidade do esquema com rifapetina/isoniazida semanalmente por três meses versus isoniazida diária por nove meses para o tratamento de tuberculose infecção latente", Processo/CNPq nº 010428/2011-9, aos cuidados do Dr. RICHARD ERNEST CHAISSON, representante da Johns Hopkins University, EUA, contraparte estrangeira.

Art. 2º. A coleta de material e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria/MCT nº 55, de 14 de março de 1990.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP

PORTARIA Nº 926, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Portaria nº 553, de 8 de dezembro de 2011, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, publicada no Diário Oficial da União de 9 de dezembro de 2011, que autorizou a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos neste Ministério, considerando o disposto no art. 13 da Portaria MP nº 450, de 6 de novembro de 2002, e em cumprimento ao Edital nº 1, do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA, publicado no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2012, resolve:

Homologar o resultado final do Concurso Público realizado pelo LNA, para provimento dos cargos efetivos de Tecnologista da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico, para lotação naquela Unidade de Pesquisa:

Edital: nº 1/2012
Cargo: Tecnologista; Classe: Júnior; Padrão: I
Área: Projeto mecânico e instrumentação científica

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º	Décio Ferreira	8,00
2º	Marcos Antônio Rodrigues dos Santos	6,92
3º	Hérlon Yoshio Gomes Ashichi	6,74
4º	Janaina Cunha Vaz Albuquerque	6,22
5º	Alberoni Pereira Leal Júnior	6,16

Edital: nº 1/2012
Cargo: Tecnologista; Classe: Pleno 1; Padrão: I
Área: Instrumentação astronômica

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º	Jesulino Bispo dos Santos	8,67
2º	Flávio Felipe Ribeiro	7,59

MARCO ANTONIO RAUPP

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DESPACHOS

Processo: OC-0783/2012 -Objeto: Compra de peças forjadas a serem utilizadas na fabricação dos tanques de compensação e do desionizador para o CTMSP. Contratada: Bruck GMBH Ensheim - Valor: 1262.656,60.Parecer Jurídico LRG-059/12. Justificativa: A NUCLEP foi contratada pelo CTMSP - Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, órgão da Marinha do Brasil, para fabricar 2 tanques de Compensação 2156 VP1/VP2 e 1 densionizador 2151 DZ1, classe de segurança nuclear 1 (CS1), incluindo o detalhamento de projeto , memoriais de cálculo e desenhos. Os componentes fazem parte do sistema de resfriamento de emergência e do sistema de purificação do refrigerante primário para o laboratório de Geração Nucleo-Elétrico - LABGENE.Segue acostada ao processo a CI de lavra do Coordenador de Logística Fabril, sustentando que, mesmo após vários aditivos contratuais dilatando o prazo para o fornecimento do objeto contratado, especificidades dos matérias, a NUCLEP vem enfrentando dificuldades técnicas para a aquisição das matérias primas. Adverte que de acordo com o cronograma da obra os materiais devem estar disponíveis na NUCLEP até 09/11/2012, sob pena de prejuízo na consecução do projeto e possibilidade de sanções por parte da CTMSP.Assevera que devido às especificações dos materiais, somente empresas estrangeiras podem realizar o fornecimento dos produtos pretendidos,e, por isso, considerando o prazo exíguo para a aquisição, tornar-se-ia inviável a NUCLEP realizar licitação internacional, posto que, demandaria em média 6 meses para sua conclusão, uma vez que deveria ser realizada sob a modalidade licitatória de Concorrência, exigindo maior formalismo no procedimento, em especial, no que tange à análise das propostas e habilitação dos licitantes, e, eventualmente, recursos interpostos. Considerando que a justificativa acima tem fundamento no art. 25, caput da Lei 8666/93, reconheço a inexigibilidade de licitação referente ao processo supracitado.

RICARDO NORONHA PEREIRA
Gerente de Suprimentos

Em observância ao art. 26 da Lei 8666/93 e em face do parecer favorável da consultoria jurídica sobre o assunto, ratifico a decisão do Gerente de Suprimentos.

PAULO ROBERTO TRINDADE BRAGA
Diretor

Processo: OC-0851/2012 - Objeto: Compra de peças forjadas a serem utilizadas em amostras de solda de produção para a fabricação dos Acumuladores para Usina Nuclear de Angra 3. Contratada: Bruck GMBH Ensheim - Valor: R$ 234.991,70.Parecer Jurídico LRG-072/12. Justificativa:.Conforme consta no processo de aquisição, as chapas deverão atender às especificações da Eletronuclear. Sustenta o órgão requisitante, por meio da sobredita CI, que a NUCLEP emitiu em 21/12/10 a OC-1567/2010 para a aquisição de peças forjadas de aço 1.4550 para a empresa alemã Bruck GMBH, nos quais os materiais foram utilizados no referido projeto. Conforme adverte o Órgão requisitante, quando da emissão da Ordem de Compra, não foi observado que seria necessário incluir as chapas forjadas para a execução de amostras de solda de produção, que tem de ser obrigatoriamente a partir das mesmas corridas de aço empregadas pela Bruck GMBH na fabricação das peças forjadas denominadas Anel de Transição (Conection Ring), conforme estabelecido nas especificações técnicas que regem o projeto dos Acumuladores. Consigna que não existe outra possibilidade da NUCLEP adquiri os materiais em outra empresa que não seja a Bruck GMBH, sob pena de prejuízos no Projeto. Considerando que a justificativa acima tem fundamento no art. 25, caput da Lei 8666/93, reconheço a inexigibilidade de licitação referente ao processo supracitado.

RICARDO NORONHA PEREIRA
Gerente de Suprimentos

Em observância ao art. 26 da Lei 8666/93 e em face do parecer favorável da consultoria jurídica sobre o assunto, ratifico a decisão do Gerente de Suprimentos.

PAULO ROBERTO TRINDADE BRAGA
Diretor

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

INTERNET
www.in.gov.br

Ministério da Cultura

GABINETE DA MINISTRA

DESPACHO DA MINISTRA
Em 13 de dezembro de 2012

Nº 6 -
Processo Administrativo nº 01400.006376/2009-24 (PRONAC nº 09-0730)
Recorrente: Taboca Produções Artísticas Limitada-ME (CNPJ nº 07.139.963/0001-10)

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999, declaro concordância com os fundamentos das manifestações técnica e jurídica proferidas nos autos do processo administrativo nº 01400.006376/2009-24, e DEIXO DE RECEBER o recurso interposto pela Taboca Produções Artísticas Limitada-ME, em virtude da intempestividade na sua interposição, conforme disposto no art. 91 da Instrução Normativa nº 1, de 9 de fevereiro de 2012 e art. 63 da Lei nº 9.784/1999.

MARTA SUPLICY

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 168, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA-SUBSTITUTA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria 589 de 25 de agosto de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no ANEXO I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LISIANE AGUIAR TAQUARY

ANEXO I

12 9964 - CINEFOOT COPA DAS CONFEDERAÇÕES
INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE FESTIVAIS AUDIOVISUAIS - IBEFEST
CNPJ/CPF: 10.576.820/0001-80
Processo: 01400.031398/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 570.868,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Realização de uma mostra que busca promover exibições de filmes com temática de futebol, de 15 a 30/06/201 em Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife e Salvador.

12 8759 - Trilha Sonora Ambiental, o Timbre da Fauna Amazônica
AVIVA - SERVICOS DE PRODUCAO CINEMATOGRAFICA E VIDEOFONOGRAFICA LTDA
CNPJ/CPF: 11.373.064/0001-54
Processo: 01400.029764/20-12
PA - Belém
Valor do Apoio R$: 165.675,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Produção de um documentário de 10 minutos sobre a implementação da trilha sonora musical em áreas ambientais.

12 7044 - Mostra do Contemporâneo
COM TATO - Agência Cultural Soc Ltda.
CNPJ/CPF: 03.909.962/0001-56
Processo: 01400.023760/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.877.510,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Produção de 5 documentários de 50 minutos cada, baseado em diversos temas contemporâneos acerca da vida do homem e da sociedade.

12 8836 - Cine Humberto Mauro - Programação 2013
Instituto Cultural Sérgio Magnani
CNPJ/CPF: 06.922.630/0001-08
Processo: 01400.029874/20-12
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 1.432.360,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Viabilizar a programação do Cine Humberto Mauro, compodo-a com mostras de filmes, cursos, palestras e sessões comentadas, de 01/02/2013 a 01/02/2014.

12 8916 - Anselmo Duarte Pés descalços
Domitila Gonzalez de Barros Freire
CNPJ/CPF: 403.547.828-86
Processo: 01400.029983/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 309.920,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Produção de um documentário de 35 minutos, sobre a gravação do último e emocionante depoimento do ator/cineasta Anselmo Duarte.

12 8815 - Projeto Verde Capital
REGISTRO URBANO PRODUCAO CINEMA E VIDEO
CNPJ/CPF: 04.001.743/0001-37
Processo: 01400.029841/20-12
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 745.137,66
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Produção de um documentário de 55 minutos, com foco em temas diversificados para promover a correlação entre arte, cultura e meio ambiente em um contexto de consumo sustentável.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 713, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
12 8615 - Teatro Gastronômico
ESTÚDIO GASTRONÔMICO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.475.789/0001-90
Processo: 01400.029580/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 475.900,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Um Brasil de cores, sabores e aromas. O País da diversidade étnica, social e cultural é também o terreno fértil da culinária. O Projeto Teatro Gastronômico pretende apresentar aos jovens em risco social uma oportunidade de carreira profissional utilizando a ferramenta do teatro com temas gastronômicos. O palco da realização deste projeto é o Estúdio Gastronômico, situado na Zona Sul de São Paulo é considerado um dos mais modernos do país. Serão 32 apresentações teatrais.

12 8638 - É dos carecas que elas gostam mais
Marcos França Produções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 08.505.524/0001-46
Processo: 01400.029610/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 235.646,96
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Espetáculo de teatro, com foco no humor que será realizado em 5 meses de trabalho. O projeto irá gerar uma temporada de 3 meses, em 32 apresentações. Durante a execução do projeto serão gerados cerca de 20 empregos diretos.

12 9229 - Circulação do Espetáculo A Árvore da Vida - Região Centro Oeste
CRISPIM GOMES JUNIOR
CNPJ/CPF: 966.864.058-68
Processo: 01400.030456/20-12
SP - Campinas
Valor do Apoio R$: 373.263,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Circulação do Espetáculo Teatral Infantil "A Árvore da Vida" em 9 cidades dos Estados Mato Grosso do Sul e Goiás, num total de 45 apresentações para um público total estimado de 12.000 pessoas entre alunos da rede pública de Ensino Fundamental I com idade entre 6 e 12 anos e seus educadores; em conjunto com a realização de 9 encontros de sensibilização teatral para um total de até 270 pessoas da comunidade escolar - educadores, agentes culturais e de saúde.

12 8568 - Arte Itinerante em 3D
PACATU CULTURA, EDUCACAO E AVIACAO LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 72.783.608/0001-40
Processo: 01400.029520/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 867.079,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Produzir uma inovadora peça de teatro, itinerante e gratuita, destinada ao público infantojuvenil. A temporada será de 4 meses, somando 192 apresentações distribuídas por 8 cidades, desconcentrando, dessa maneira, a cultura dos principais polos urbanos e estimulando a difusão das artes cênicas. A peça será apresentada em um caminhão de grande porte e utilizará tecnologia 3D, unindo duas linguagens e mostrando a evolução da cultura digital no nosso país

12 8422 - Folclore Brasileiro - Reciclando a Alegria
PACATU CULTURA, EDUCACAO E AVIACAO LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 72.783.608/0001-40
Processo: 01400.029308/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 830.879,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar a montagem de um espetáculo teatral intitulado "A Turminha do Folclore Brasileiro", objetivando resgatar e divulgar a cultura popular através da arte. A temporada do espetáculo será de quatro meses, totalizando 144 encenações gratuitas destinadas a crianças na faixa etária de 6 a 10 anos.

12 9349 - VERMELHO
Takla Produções Artísticas Sociedade Simples Ltda.
CNPJ/CPF: 50.642.644/0001-51
Processo: 01400.030612/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.107.910,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
VERMELHO é a montagem e temporada da peça teatral de John Logan, Direção de Jorge Takla com Antônio Fagundes e Bruno Fagundes. O espetáculo ficará em cartaz na cidade do Rio de Janeiro durante 03 meses, com total de 51 apresentações, de quinta a domingo, no Teatro Fashion Mall.

12 6237 - Tredança
CENTRO EDUCACIONAL REBOUCAS - C.E.R.
CNPJ/CPF: 03.595.838/0001-63
Processo: 01400.016926/20-12
SP - Sumaré
Valor do Apoio R$: 130.784,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar na cidade de Sumaré SP, ensino da dança para crianças e adolescentes,visando sua inclusão social ,e ao final uma apresentação e produção de um vídeo.Serão realizados 06 espetáculos sendo 4 no Teatro municipal de Sumaré e dois em locais públicos.

12 9146 - Slava's Snow Show
Interlúdio Eventos e Serviços Artísticos e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 02.942.976/0001-09
Processo: 01400.030366/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 2.494.772,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto tem como objetivo a apresentação da consagrada companhia circense internacional Slava Snow Show, um espetáculo de diversão voltado para a família brasileira, que prevê a realização de 19 apresentações em 03 cidades do Brasil.

12 8871 - Quanto custa? - Duas peças de um ato de Bertolt Brecht
Cooperativa Paulista de Teatro
CNPJ/CPF: 51.561.819/0001-69
Processo: 01400.029919/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 327.073,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Este projeto intenta a montagem, estreia e temporada a preços populares de duas peças de um ato do dramaturgo alemão Bertolt Brecht: "Dansen" e "Quanto Custa o Ferro?", ambas de 1939. O IVO 60 da Cooperativa Paulista de Teatro investiga o teatro épico verticalizando as questões apresentadas por Brecht no contexto do início da 2ª Guerra Mundial e refletindo a violência presente em nosso cotidiano a partir da crítica da omissão em nome do livre comércio e das práticas capitalistas liberais.

12 6495 - Projeto Carnaval Gaúcho 2013 - Desfile de Rua
OTAVIO MIGUEL DA LUZ PEREIRA
CNPJ/CPF: 97.154.553/0001-30
Processo: 01400.017322/20-12
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 1.922.050,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Potencializar os Desfiles de Oficiais dos Carnaval - Desfile de Rua - da Capital, Região Metropolitana e do Interior do Estado do Rio Grande do Sul, envolvendo 20 municípios e a Capital, representados pelas suas ligas e associações carnavalescas (Ligra Indepentente do Carnaval de Porto Alegre / Grupo Especial - Associação das Entidades Carnavalescas do Porto Alegre e do RS / AECPARS e Superliga Indenpendente do Carnaval do RS) a fim de potencializar o espetáculo do carnaval que vem em crescendo.

12 8791 - Grupo Corpo - Espetáculo Lenine
Corpo Ltda
CNPJ/CPF: 18.719.369/0001-14
Processo: 01400.029805/20-12
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 7.540.544,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O presente projeto tem como principal objetivo viabilizar a criação e produção de um novo espetáculo, com trilha especialmente composta por Lenine, a realização de temporada de apresentações de espetáculos e remontagem de obras anteriores do repertório do Grupo Corpo, que desde 1975 tem se destacado como uma das mais respeitadas companhias de dança do Brasil. São 80 (oitenta) apresentações do Grupo Corpo, em média, por ano.

12 8581 - I Costão Cultural
Instituto Lagoa Social
CNPJ/CPF: 07.571.205/0001-76
Processo: 01400.029544/20-12

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 1.895.330,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Festival multicultural, a ser realizado na região denominada Costão do Santinho-que abriga a Praia do Santinho e Ingleses, em Florianópolis-SC-Local de forte identidade histórica,cultural,artística e arqueológica.Haverá apresentações variadas: 8 Grupos folclóricos, 2 exposições de artes, culinária típica regional, 12 grupos de artes cênicas-Teatro/Dança, 4 Grupos de música instrumental,1 Orquestra,caminhada cultural, e intercâmbio com a regional e de outros países.

12 8612 - CIRCO BRASIL - CIRCULAÇÃO 2013
Ricardo Maia de Souza da Silva- ME
CNPJ/CPF: 416.781.411-00
Processo: 01400.029577/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 255.154,29
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Resgatar a tradição do circo itinerante com um espetáculo original de alta qualidade técnica e artística para todas as idades. O projeto será realizado em 05 cidades brasileiras, apresentando no mínimo 10 sessões por cidade

12 9161 - Ballet para todos
Associação Desportiva e Cultural de Dança
CNPJ/CPF: 16.995.470/0001-72
Processo: 01400.030382/20-12
GO - Catalão
Valor do Apoio R$: 409.021,80
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto desenvolverá o ensino sistematizado de ballet clássico com alto padrão de qualidade, gratuitamente, para 300 crianças e jovens de 04 a 18 anos, regularmente matriculados em uma instituição de ensino da cidade de Catalão e região. Levar os melhores alunos para participarem de um festival de dança de grande expressão. Produzir e executar um (01) espetáculo de dança gratuito para a comunidade com os alunos do projeto, divulgando assim os resultados alcançados.

12 8451 - Turnê Nacional de Dança e Teatro
Dell Arte São Paulo Eventos e Serviços Ltda.
CNPJ/CPF: 01.657.230/0001-90
Processo: 01400.029338/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 6.921.303,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto Turnê Nacional de Dança e Teatro consiste na apresentação de consagradas companhias do cenário internacional, entre eles: Ballet Flamenco de Andalucia, Pilobolus Dans Theatre, Trockadero e Ópera com Jonh Malkovich, que prevê uma turnê com 39 apresentações em diversas cidades do Brasil.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)

12 8110 - A música da gente
Carlos Elias Kater
CNPJ/CPF: 489.893.808-63
Processo: 01400.026554/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 216.948,92
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto "A Música da Gente!" tem como objetivo a gravação de 1 cd, com músicas originais, criadas pelos alunos de uma escola de São Bernardo do Campo, a realização de 3 apresentações musicais realizadas pelo grupo de alunos para gravação do cd, abertas à comunidade para sensibilização musical.

12 9230 - Encontro Instrumental da Música Gospel
FELIPPE DA FONSECA BATISTA - ME
CNPJ/CPF: 11.523.950/0001-17
Processo: 01400.030457/20-12
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 234.680,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Este projeto visa reunir, integrar todos ministérios evangelicos da cidade e incentivar novos talentos, de artistas com perfil instrumental, grupos de dança e teatro gospel na cidade de Feliz, totalizando cinco apresentações profissionais, além de apresentações de artistas locais.

12 9544 - Ópera Rock Harmônico
Fernanda Freire d`Aguiar de Almeida
CNPJ/CPF: 899.930.125-72
Processo: 01400.030856/20-12
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 394.900,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Ópera Rock Harmônico é um box de música instrumental, com distribuição exclusivamente digital. Serão três álbuns musicais, lançados em três meses, para download gratuito no site oficial do projeto. As músicas trarão a guitarra como intérprete, como uma voz geradora de texturas e ruídos, revelando diferentes fases de um jovem casal, protagonista da ópera, em três atos e em três diferentes estágios da música pop; acústico, elétrico e eletrônico.

12 7987 - 2º Encontro de Bandas da Paróquia de Santo Antônio.
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS MOTOCICLISTAS INDEPENDENTES DE BQ
CNPJ/CPF: 07.631.667/0001-31
Processo: 01400.026379/20-12
MG - Barbacena
Valor do Apoio R$: 30.050,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O encontro de Bandas será realizado para trazer um intercâmbio de conhecimentos e de aprendizagem onde iremos oferecer aos participantes e visitantes momentos de interação, será oferecido aos participantes alimentação, café da manhã, almoço e lanche, premiações e certificados de participação, além de proporcionar aos visitantes uma viagem as antigas musicas tocadas em corretos das cidades interioranas, a muito tempo esquecidas.

12 9334 - Inclusão Musical - ACOC
Associação Cultural Orquestra de Catalão
CNPJ/CPF: 16.928.840/0001-59
Processo: 01400.030597/20-12
GO - Catalão
Valor do Apoio R$: 917.281,20
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Criação de uma orquestra (câmara) composta por 37 músicos e, paralelamente a integração musical de 100 crianças e adolescentes de 07 a 17 anos de idade regularmente matriculados nas escolas de Catalão e região disponibilizando, no mínimo, 50% das vagas para alunos da rede pública de ensino. Realizar uma (01) apresentação gratuitas, aberta ao público, com distribuição de ingressos apenas para controle da quantidade de pessoas suportada pelo local dos eventos para finalizar as atividades

12 8198 - O Messias - Oratorio Sinfonico de G. F. Haendel
Associação Coral da Cidade de São Paulo
CNPJ/CPF: 11.008.610/0001-58
Processo: 01400.026696/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 446.925,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Serão realizados 4 concertos sinfônicos apresentando o oratório "O Messias" de Georg Friederich Haendel, na íntegra, com a participação da Orquestra Acadêmica de São Paulo e do Coral da Cidade de São Paulo, coral comunitário dedicado à música erudita, sob a regência do maestro Luciano Camargo. Serão realizados 3 concertos na Sala São Paulo e um concerto no Teatro Carlos Zara (CEU Butantã).

12 2496 - Festival de Artes Integradas - Rosh Hashana Urbano
Beseder Produções e Comunicação Ltda.
CNPJ/CPF: 11.235.752/0001-58
Processo: 01400.009293/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 296.135,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O Projeto objetiva a realização de um grande evento cultural, onde se celebrará a convivência e confraternização entre diversas tradições brasileiras, através de manifestações artísticas e culturais, tais como dança, coral, debates, exposições) tendo como referencia o Ano Novo Judaico. Todas estas atividades serão oferecidas à cidade do Rio de Janeiro de forma inteiramente gratuita e realizadas ao ar livre, no Jardim de Alah.

12 8208 - FÁBRICA DA CIDADANIA
IECAP - Instituto de Educação, Esporte, Cultura e Artes Populares
CNPJ/CPF: 04.319.160/0001-59
Processo: 01400.026706/20-12
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 1.344.230,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Desenvolvimento de atividades do projeto desenvolvido no Núcleo Rural Lago Oeste, no Distrito federal, que contempla a realização de quatro ações: aula de música - teórica e prática e ensaio de música, fabricação de instrumentos musicais para percussão, ateliê rural com aulas de patchwork e brindes acessórios e usina de reciclagem.

12 8092 - Plano Anual de Atividades 2013
Instituto Baccarelli
CNPJ/CPF: 55.446.132/0001-33
Processo: 01400.026529/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 10.297.342,56
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto refere-se às atividades do Instituto Baccarelli em 2013: às ações socioculturais para jovens de baixa renda que envolvem o aprendizado e o aperfeiçoamento das habilidades musicais, tanto nos corais quanto nos ensaios de instrumento e de naipe, de forma a prepará-los à apresentação de 30 concertos gratuitos de música erudita, relacionados às ações Orquestra do Amanhã e Coral da Gente, e 10 concertos parcialmente a preços populares e parcialmente gratuitos, da Sinfônica de Heliópolis.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)

12 9069 - A Terra vista do Céu - Itinerância Belo Horizonte
Bonfilm Produção e Distribuição Audiovisual Ltda.
CNPJ/CPF: 10.383.039/0001-99
Processo: 01400.030184/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 760.200,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
A Terra vista do céu é uma mostra de 130 fotografias em grandes dimensões tomadas do alto em vários países no mundo, pelo famoso fotografo francês Yann Arthus-Bertrand. A mostra será realizada em uma praça pública no centro da cidade de Belo Horizonte durante dois meses e estará acessível ao grande público. O filme "Home - Nosso Planeta, Nossa Casa" (93'), será projetado diariamente. O meio ambiente é o tema central da Mostra que contará com uma ampla parceria com a rede escolar.

11 0566 - Totem do Futebol
Bottega D'Arte 2000 Comércio de Artes Ltda ME
CNPJ/CPF: 67.248.245/0001-03
Processo: 01400.000997/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 4.700.206,98
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Instalação de um monumento escultórico denominado TOTEM DO FUTEBOL, de autoria do escultor Domenico Calabrone, fundido em bronze, com aproximadamente 30 metros de altura e pesando 10 toneladas. Essa obra será doada, para ser instalada em local público, em caráter permanente, para numa ação complementar ao Museu do Futebol homenagear através da arte o Futebol esporte que faz parte da identidade nacional.

12 8923 - Ciclo de Exposições Ciência e Arte
Dell Arte São Paulo Eventos e Serviços Ltda.
CNPJ/CPF: 01.657.230/0001-90
Processo: 01400.029995/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 2.545.450,40
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto visa à realização de duas exposições com conteúdo multidisciplinar conectando a Ciência com Arte e Poesia: "Elementar - a química que faz o mundo" e "Energia Nuclear" que irão itinerar por 3 Estados (Paraná, Minas Gerais e Bahia).

12 6841 - Plano Anual MIS 2013
Associação dos Amigos do Paço das Artes Francisco Mattarazo Sobrinho
Organização Social de Cultura
CNPJ/CPF: 71.929.889/0001-34
Processo: 01400.022418/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.958.212,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto "Plano Anual MIS 2013" proposto pelo Museu da Imagem e do Som de São Paulo contempla duas grandes exposições, aprimoramento de seu Núcleo Educativo, e a programação regular durante o próximo ano vigente. Esta programação regular por exemplo, é composta por shows, exibições de filmes, palestras e debates, oportunidades artísticas e atividades infantis, etc.

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)

12 6390 - SEMPRE LINDO, SEMPRE RIO
Biluma Cultural Editora de Arte Ltda.
CNPJ/CPF: 65.754.913/0001-49
Processo: 01400.017159/20-12
SP - Indaiatuba
Valor do Apoio R$: 269.220,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Projeto de um livro de arte sobre o Rio de Janeiro, sua geografia, sua arquitetura, sua hirtória e sobretudo sua gente. Realizar um trabalho sutilmente diferenciado e com o grande apelo dos detalhes que se perdem na paisagem do Rio de Janeiro, em todas as suas vertentes, seja arquitetônica, humana, social, física e empírica. Um livro para se apaixonar. Nos anos que se anunciam adiante, uma obra para traduzir a cidade de forma maravilhosa, para encantar os que a visitam e os que nela vivem.

12 8616 - Sabores do Brasil
ESTÚDIO GASTRONÔMICO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.475.789/0001-90
Processo: 01400.029581/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 241.500,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar um livro de arte que integre cultura e gastronomia. O projeto vai destacar diversas regiões do Brasil mostrando suas receitas típicas, elaboradas por renomados chefes da gastronomia brasileira, ressaltando a característica de cada prato, e a reutilização de alimentos para sua elaboração.

12 8964 - Retratos por Hans Haudenschild - Mangalarga
Tânia Regina Guertas
CNPJ/CPF: 075.520.708-46
Processo: 01400.030045/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 224.620,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar a edição de um livro de arte retratando obras do artista Hans Haudenschild, com o tema Pintura Equestre , em uma linguagem refinada e harmoniosa, destacando a raça Mangalarga, o cavalo de sela brasileiro . Serão distribuídos gratuitamente exemplares para bibliotecas federais de todo país, além de centros hípicos, fomentando e divulgando as artes plásticas e cultura nacionais, além de incentivar o hábito leitura.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

12 6433 - BR-040, a Rio-Brasília - Na Trilha das Capitais do
Brasil
VGM Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 15.651.697/0001-38
Processo: 01400.017205/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 270.083,10
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Livro com valor humanístico, com ensaio fotográfico e texto sobre o dia a dia da rodovia BR-040, onde um jornalista e um fotógrafo vão percorrer sua extensão de 1,2 mil Km em 15 dias, em um trabalho de campo com entrevistas com caminhoneiros, policiais rodoviários, frentistas e trabalhadores do entrorno. O texto se completa coma história de sua construção que liga a antiga a atual capital do Brasil.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
12 9547 - Prêmio Orilaxé - 13ª Edição
Grupo de Ação Social Afroreggae - GAS
CNPJ/CPF: 07.775.527/0001-37
Processo: 01400.030859/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 707.860,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Desde 2000, o Prêmio Orilaxé reconhece projetos e pessoas engajados em mudar positivamente a realidade que nos cerca, sendo uma importante premiação dos movimentos sociais no Brasil.
12 1362 - Pernambuco Contemporâneo
Associação Sambada Comunicação e Cultura
CNPJ/CPF: 08.305.611/0001-50
Processo: 01400.005526/20-12
PE - Olinda
Valor do Apoio R$: 183.274,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Este projeto tem como principal objetivo a difusão da música contemporânea produzida em Pernambuco, através de seis shows no Centro Cultural Banco do Brasil, da cidade do Rio de Janeiro/RJ, uma vez ao mês, sendo dois shows por dia: o primeiro ao meio-dia e o segundo às 18 horas. Os grupos selecionados para projeto são: A Banda de Joseph Tourton; Wassab e Hugo Linns (instrumental) e Volver; Bande Dessinée e Pouca Chinfra (com vocal).
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 26)
12 7209 - Comunidades Criativas
Associação Brasileira de EStilistas - ABEST
CNPJ/CPF: 05.823.179/0001-09
Processo: 01400.024012/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 322.780,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto envolve atender 6 Comunidades Criativas de todo o país, durante 1 ano para que possam incorporar mais design e maior valor agregado a seus produtos, dotando-as ainda de uma metodologia comercial para suas atividades através de consultoria, dicas, estudos e técnicas, utilizando da cultura local como inspiração. As Comunidades são formadas por artesãos das cidades, dos quais muitos são de baixa renda.
12 8356 - POSITIVO NA LATA
Instituto Bogéa de Educação, Esporte e Música
CNPJ/CPF: 12.888.865/0001-15
Processo: 01400.028638/20-12
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 566.674,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar o projeto POSITIVO NA LATA com o proposito de fazer oficinas de capacitação em fotografia para crianças e adolescentes filhos de soropositivos e algumas delas portadoras do vírus HIV, todas, residentes de casas de atendimento a soropositivos na cidade de Brasília, BH e Rio de Janeiro.
12 7319 - ENCICLOPÉDIAS ILUSTRADAS DAS ARTES
SABIN - Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional
CNPJ/CPF: 29.415.676/0001-28
Processo: 01400.024130/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 805.900,00
Prazo de Captação: 14/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O portal Enciclopédias Ilustradas das Artes é uma enciclopédia virtual sobre arte brasileira e internacional, contendo milhares de verbetes focados nas biografias dos mais importantes artistas, arquitetos e designers, com diversas imagens referentes a cada verbete. O portal será disponibilizado para computadores convencionais, tabletes, e-books e smartphones.

PORTARIA Nº 714, DE 13 DE DEZEM BRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1° - Aprovar a complementação de Valor em favor do projeto cultural relacionado no anexo a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 12444 - Projeto Água é Vida
Marcus Collier Fernandes da Costa
CNPJ/CPF: 147.646.628-92
SP - São Paulo
Valor Complementar em R$: 33.000,00
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
06 7408 - Restauro e Revitalização do Complexo Arquitetônico do Morro de Convento de Santo Antônio - 400 Anos
Provincia Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil
CNPJ/CPF: 62.340.203/0001-84
RJ - Rio de Janeiro
Valor Complementar em R$: 3.862.265,95
10 6633 - Paço da Misericórdia - Centro de Artes e Fazeres de Ouro Preto - 2ª Etapa
Agência de Desenvolvimento de Ouro Preto - ADOP
CNPJ/CPF: 06.324.732/0001-13
MG - Ouro Preto
Valor Complementar em R$: 12.006.069,93
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
11 11364 - Plano Anual do Instituto Tomie Ohtake - 2012
Instituto Tomie Ohtake
CNPJ/CPF: 00.984.768/0001-47
SP - São Paulo
Valor Complementar em R$: 300.408,00

PORTARIA Nº 715, DE 13 DE DEZEM BRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art.1°- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionado no anexo à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 11631 - MIMO - Mostra Internacional de Música em Olinda, 9ª edição
Lu Araújo Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 07.688.405/0001-03
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 06/11/2012 a 31/12/2012
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
09 6111 - 2ª Bienal Internacional do Graffiti
Sociedade de Amigos dos Museus
CNPJ/CPF: 50.856.400/0001-71
SP - São Paulo
Período de captação: 01/12/2012 a 31/12/2012

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

PORTARIA DECEA Nº 156/DGCEA, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Aprova a edição da ICA 63-31, Instrução sobre "Licenças de Pessoal da Navegação Aérea".

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, no uso de suas atribuições em conformidade com o previsto no Art. 10, inciso IV, do Regulamento do DECEA, aprovado pela Portaria nº 369/GC3, de 9 de junho de 2010, e considerando o estabelecido no Parágrafo Único do Art. 100 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e Art. 24 do Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, resolve:
Art. 1º Aprovar a edição da ICA 63-31 "Licenças de Pessoal da Navegação Aérea"(*).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Ten.-Brig. do Ar MARCO AURÉLIO GONÇALVES MENDES

(*) A Instrução de que trata a presente Portaria será publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) e disponibilizada no Portal do DECEA

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO NA SESSÃO DO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2012 (QUINTA-FEIRA), ÀS 9H30MIN

Nº 24.473/2009 - Acidente e fato da navegação envolvendo o BP "DA HORA II", ocorridos nas proximidades da praia do Peró, Cabo Frio, Rio de Janeiro, em 01 de junho de 2009.
Relatora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Francisco das Chagas Silva (Contramestre/Condutor)
Advogada : Drª Belenice Melo de Almeida (OAB/RJ 143.721)
Nº 24.847/2010 - Embargos de Declaração interposto em 19NOV2012.
Fato da navegação envolvendo a balsa "RAINHA DE GUARATUBA", um veículo e um de seus ocupantes, ocorrido na baía de Guaratuba, Paraná, em 08 de setembro de 2009.
Relator : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Embargante : Concessionária da Travessia de Guaratuba S/A (Armadora)
Advogada : Drª Clarissa Santos Farah (OAB/PR 40.543)
Embargada : Procuradoria Especial da Marinha
Representados : Concessionária da Travessia de Guaratuba S/A (Armadora) e
: Eurides de Lima (Comandante)
Advogada : Drª Clarissa Santos Farah (OAB/PR 40.543)
: Jucelino Carlos Nassar (Motorista)
Advogado : Dr. Lucas Stafin (OAB/PR 41.446)
Nº 26.355/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo o BP "JORGE BRUNO" e dois pescadores, ocorridos na praia do Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro, em 30 de março de 2011.
Relator : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
Revisora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Mario Marins de Carvalho (Mestre)
Advogada : Drª Ana Paula dos Santos Coutinho Gomes (OAB/RJ 85.748)
: Antonio Ribamar Marins de Carvalho (Proprietário)
Advogado : Dr. Antonio Ribamar Marins de Carvalho (OAB/RJ 76.133) (em causa própria)
Nº 24.938/2010 - Acidente da navegação envolvendo o Rb "PRUDENT" que, juntamente com o Rb "JAIME", rebocavam a cábrea "RONDÔNIA", ocorrido nas proximidades do Terminal Aquaviário da Ilha Comprida (TAIC), na baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 2009.
Relator : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Gerásio Varela de Araújo (Mestre)
Advogado : Dr. Caio Cesar da Silva Carvalho (OAB/RJ 145.031)
: Lauro Alessandro Souza da Costa (Mestre)
Advogado : Dr. Rodrigo Rodrigues Alves (OAB/RJ 80.000)
: José Maria de Andrade (Mestre)
Advogado : Dr. Luciano Penna Luz (OAB/RJ 102.831)
Nº 26.104/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo as barcas "GÁVEA I" e "BOA VIAGEM", ocorridos no terminal da Praça XV, Rio de Janeiro, em 06 de setembro de 2010.
Relator : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representada : Barcas S/A - Transportes Marítimos (Proprietária/Armadora)
Advogado : Dr. José Washington Castro Freire (OAB/RJ 157.961)
Nº 23.859/2008 - Acidente da navegação envolvendo o iate "PILAR ROSSI", de bandeira das Ilhas Cayman, quando atracado no cais do estaleiro TWB S/A, no município de Navegantes, Santa Catarina, em 21 de junho de 2007.
Relator : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Estaleiro TWB S/A
Advogado : Dr. Glauco Marcelo de Moraes (OAB/SC 10.222)
: Maurício Câmara Piquet
Advogado : Dr. Ricardo Henrique Safini Gama (OAB/RJ 114.072)
: Josué Lote Amorim
Advogado : Dr. José Wilson Alves de Souza (OAB/SC 8.006)
Nº 24.426/2009 - Acidente da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "CONFIANÇA X" com a balsa "MAJONAVE II" e o comboio integrado pelo Rb "BERTOLINI LXVI" com a balsa "BERTOLINI CXXIX", ocorrido no rio Pará, nas proximidades do furo do Urucuzal, Estreito de Breves, Pará, em 28 de outubro de 2007.
Relator : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : José Maria Parente Simplício (Condutor)
Advogada : Drª Camila Mendes Vianna Cardoso (OAB/RJ 67.677)

IMPRENSA NACIONAL
VEDADA A VENDA EM BANCA DE JORNAL
VEDADA A VENDA PARA ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

: Rubens Emanuel Vieira Fonseca (Condutor)
Advogado : Dr. Pedro Calmon Filho (OAB/RJ 9.142)
Nº 25.863/2011 - Fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "ROMULO" com a balsa "LETÍCIA" e um passageiro, ocorrido entre o canal do Carnapijó e o furo do Arrozal, na baía de Marajó, em 12 de janeiro de 2011.
Relator : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Antonio Silva Filho (Comandante) e
: Silnave Navegação S/A (Proprietária)
Advogada : Drª Lígia Carvalho Rodrigues (OAB/PA 14.152)

Secretaria do Tribunal Marítimo, 12 de dezembro de 2012.

SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO

PORTARIA Nº 3.328/SEPESD, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com disposto no inciso XI, do art. 29, do Anexo I do Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa Desportivo Militar para o ano de 2013.

Art. 2º A participação nas competições e realização dos eventos, constantes do Programa Desportivo Militar para o ano de 2013, anexo a esta Portaria, ou, quando não programados, mediante convites oficiais, ocorrerão de acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO SABOYA DE ARAUJO JORGE

ANEXO

PROGRAMA DESPORTIVO MILITAR PARA O ANO DE 2013

CAMPEONATOS MUNDIAIS DO CISM		
EVENTO	LOCAL	PERÍODO
55º Campeonato de Cross-Country	Apatia (Sérvia)	13 a 18 mar
2º Jogos de Inverno	Annecy (França)	25 a 29 mar
46º Campeonato de Vela	Bergen (Noruega)	26 jun a 04 jul
35º Campeonato de Judô	Astana (Casaquistão)	29 jun a 06 jul
1º Troféu de Futebol	Baku (Azerbaijão)	7 a 22 jul
49º Campeonato de Pentatlo Naval	Rio de Janeiro (Brasil)	8 a 17 jul
46º Campeonato de Orientação	Eksjo (Suécia)	26 ago a 01 set
21º Campeonato de Taekwondo	Texas (EUA)	14 a 21 out
45º Maratona Militar	Paramaribo (Suriname)	23 nov
60º Campeonato de Pentatlo Militar	Rio de Janeiro (Brasil)	10 a 19 nov

CAMPEONATO REGIONAL DO CISM NO BRASIL		
EVENTO	LOCAL	PERÍODO
Campeonato de Voleibol de Praia	Rio de Janeiro (Brasil)	21 a 27 abr

CAMPEONATOS DAS FORÇAS ARMADAS		
EVENTO	LOCAL	PERÍODO
Campeonato de Futebol	Rio de Janeiro (RJ)	8 a 12 abr
Campeonato de Pentatlo Militar	Rio de Janeiro (RJ)	8 a 12 abr
Campeonato de Orientação de Novos Talentos	Guarapuava (PR)	9 a 17 abr
Campeonato de Orientação	Guarapuava (PR)	3 a 10 mai
Campeonato de Paraquedismo	Resende (RJ)	30 set a 04 out
Campeonato de Tiro	Rio de Janeiro (RJ)	ASD

COMPETIÇÕES NACIONAIS			
EVENTO	MODALIDADE	LOCAL	PERÍODO
Seletiva para o regional em Lausanne	Cross-Country	Rio de Janeiro (RJ)	1º SEM

COMPETIÇÕES ESCOLARES		
EVENTO	LOCAL	PERÍODO
XLVII NAVAMAER	Pirassununga (SP)	30 ago a 6 set
XVIII MARESAER	Guaratinguetá (SP)	14 a 20 set
XLV NAE	Angra dos Reis (RJ)	21 a 28 set

REUNIÕES NACIONAIS			
EVENTO	LOCAL	PERÍODO	
Reuniões com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB)	Rio de Janeiro (RJ)	ASD	
Reuniões de Coordenação com as Comissões de Desportos das Forças Armadas	Rio de Janeiro (RJ)	ASD	
Reuniões Preparatórias das Competições Escolares	Pirassununga (SP)	2 abr (2ª Reunião)	6 ago (3ª Reunião)
	Guaratinguetá (SP)	3 abr (2ª Reunião)	7 ago (3ª Reunião)
	Angra dos Reis (RJ)	4 abr (2ª Reunião)	8 ago (3ª Reunião)

REUNIÕES INTERNACIONAIS		
EVENTO	LOCAL	PERÍODO
1ª Reunião Continental do CISM	Quebec (Canadá)	28 jan a 02 fev
Visita Técnica ao CISM	Bruxelas (Bélgica)	abr
68ª Assembleia Geral do CISM 1ª Reunião do Quadro de Diretores do CISM 2ª Reunião Continental do CISM	Jacarta (Indonésia)	11 a 17 maio
Reunião da UDMSA	Lima (Peru)	ASD
2ª Reunião do Quadro de Diretores do CISM	Bruxelas (Bélgica)	ASD

ATIVIDADES DIVERSAS		
EVENTOS NACIONAIS	LOCAL	PERÍODO
Workshop: "O Desporto Militar no Brasil"	Rio de Janeiro (RJ)	4 a 7 mar
Cerimônia de Entrega da Medalha do Mérito Desportivo Militar	Rio de Janeiro (RJ)	8 mar

CAMPEONATO REGIONAL DO CISM
A participação das Equipes Militares nestes eventos ocorrerá mediante convites oficiais e disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros em 2013.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 13 de dezembro de 2012

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, Interino, HOMOLOGA o Parecer nº 12/2011, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que responde consulta da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, no sentido de que o seu programa de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, tal como caracterizado no referido Parecer, é desenvolvido de forma efetivamente integrada com o Ensino Médio, em regime de parceria e intercomplementariedade entre as escolas de Ensino Médio da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e as escolas técnicas vinculadas ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e, como tal, pode ser considerado, efetivamente, como um programa de Ensino Médio integrado com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, desenvolvido em regime de experiência pedagógica, nos termos do art. 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), conforme consta do Processo nº 23001.000093/2011-29.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PORTARIA Nº 695, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

A Pró-Reitora de Graduação da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, no exercício da Reitoria, conforme disposto no Artigo 19 do Regimento desta Universidade, no uso de suas atribuições, resolve:

Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor de 3º Grau, Classe Assistente, do Departamento de Educação e Informação em Saúde, instituído pelo Edital nº 33, de 01/11/2012, publicado no DOU de 05/11/2012, na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:

Área de conhecimento: Física e Matemática
Regime de trabalho: 20 horas semanais
Nº de vagas: 01 (uma)
Classificação e Pontuação Final
1º - Márcio Gabriel dos Santos - 7,89
2º - Elizandra Martinazzi - 5,92
Os demais candidatos não obtiveram média mínima para classificação

MARIA TEREZINHA ANTUNES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

PORTARIAS DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 28/06/2012, Seção 1, Págs. 130, 131 e 132 e pelo Decreto de 12 de agosto de 2011, publicado in DOU de 15 de agosto de 2011, Seção 2; resolve:

Nº 1.070 - Art. 1º. Prorrogar a partir do dia 15 de dezembro de 2012, até o dia 14 de dezembro de 2013, o prazo de validade do Concurso Público de que trata o Edital nº 008 2011 - Docente de 03 de agosto de 2011, homologado em 15 de dezembro de 2011, publicado no DOU de 16 de dezembro de 2011.
Art. 2º. Que esta Portaria entre em vigor na data da publicação.

Nº 1.071 - Art. 1º. Prorrogar a partir do dia 15 de dezembro de 2012, até o dia 14 de dezembro de 2013, o prazo de validade do Concurso Público de que trata o Edital nº 010/2011 - Técnico-Administrativo de 03 de agosto de 2011, homologado em 15 de dezembro de 2011, publicado no DOU de 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Que esta Portaria entre em vigor na data da publicação.

CAIO MÁRIO BUENO SILVA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 169, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 143, de 24 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 27 de fevereiro de 2012, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto nos seguintes fundamentos legais: Art. 214 da Constituição Federal, Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, Decreto nº. 6.170, de 25 de julho de 2007 e alterações posteriores, a Lei nº. 12.465, de 12 de agosto de 2011, a Lei nº. 12.595, de 19 de janeiro de 2012, Portaria Interministerial MPOG/CGU nº. 507 e alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 8282 - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, para fins de apoio à instituição relacionada no anexo I, obedecendo à seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.364.2032.8282.0001- Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI

PTRES: 043246

Art. 2º - A transferência orçamentária será efetuada em parcela única e o recurso financeiro repassado, de forma condicionada, no momento da transferência, à liquidação da despesa no SIAFI pela Instituição, de acordo com o estabelecido no Decreto nº. 7.680, de 17 de fevereiro de 2012.

Parágrafo Único - O saldo dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, deverá ser devolvido a Secretaria de Educação Superior, no exercício financeiro de 2012

Art. 3º - O monitoramento da execução, referente à ação 8282 - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, será realizado pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior - DIFES/SESu.

Art. 4º - Os créditos descentralizados por destaque integrarão a prestação de contas anual da Instituição de Ensino Superior, a ser apresentada aos órgãos de controle interno e externo nos termos da legislação vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

AMARO HENRIQUE PESSOA LINS

ANEXO
Crédito Orçamentário da Ação 8282 - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI

Unidade	Processo nº	Valor Total (R$)	Fonte	Nota de Crédito
Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	23000.014684/2012-74	4.079.008,04	0112915066	2012NC001770
Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	23000.014630/2012-17	776.974,34	0112915066	2012NC001771
Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	23000.014629/2012-84	1.587.252,38	0112915066	2012NC001772
Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	23000.015393/2012-01	2.710.871,42	0112915066	2012NC001897
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	23000.015976/2012-24	2.823.398,65	0112915066	2012NC001898
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	23000.008996/2012-49	175.956,45	0112915066	2012NC001868
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	23000.009547/2012-18	684.885,59	0112915066	2012NC001869
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	23000.009001/2012-67	91.792,23	0112915066	2012NC001899
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	23000.009545/2012-29	756.584,93	0112915066	2012NC001901
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	23000.008997/2012-93	2.175.552,69	0112915066	2012NC001903
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	23000.016992/2012-34	513.171,24	0112915066	2012NC001943
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	23000.009561/2012-11	561.224,55	0112915066	2012NC001944
Universidade Federal de Rondônia	23000.016509/2012-11	1.532.325,00	0112915066	2012NC001900
Universidade Federal de São Paulo	23000.016821/2012-13	1.538.000,00	0112915066	2012NC001902
Universidade Federal de São Carlos	23000.016309/2012-69	1.653.524,50	0112915066	2012NC001921
Universidade Federal de São Carlos	23000.017227/2012-31	500.000,00	0112915066	2012NC001961
Fundação Universidade Federal de Viçosa	23000.015789/2012-41	800.000,00	0112915066	2012NC001904
Universidade Federal da Bahia	23000.017152/2012-99	200.000,00	0112915066	2012NC001939
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	23000.017244/2012-79	2.000.000,00	0112915066	2012NC001942
Universidade Federal de Santa Catarina	23000.017245/2012-13	3.500.000,00	0112915066	2012NC001949
Universidade Federal de Roraima	23000.017286/2012-18	1.333.209,00	0112915066	2012NC001950
Universidade Federal de São João Del Rei	23000.017289/2012-43	1.307.238,00	0112915066	2012NC001951
Universidade Federal do Amapá	23000.017275/2012-20	800.000,00	0112915066	2012NC001952

PORTARIA Nº 170, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 143, de 24 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 27 de fevereiro de 2012, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto nos seguintes fundamentos legais: Art. 214 da Constituição Federal, Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, Decreto nº. 6.170, de 25 de julho de 2007 e alterações posteriores, a Lei nº. 12.465, de 12 de agosto de 2011, a Lei nº. 12.595, de 19 de janeiro de 2012, Portaria Interministerial MPOG/CGU nº. 507 e alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 4002, com o objetivo de conceder auxílio financeiro para alunos estrangeiros participantes do Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES, regularmente matriculados em cursos de graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior, obedecendo à seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.364.2032.4002.0001 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior.

Art. 2º - A descentralização de crédito orçamentário e o recurso financeiro será repassado, de forma condicionada no momento da transferência, à liquidação da despesa no SIAF pela Instituição, de acordo com o estabelecido no Decreto nº. 7.680, de 17 de fevereiro de 2012.

Parágrafo Único - O saldo dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, deverá ser devolvido a Unidade Gestora Descentralizadora do Recurso, no exercício financeiro de 2012.

Art. 3º - O monitoramento da execução, referente à ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior, será realizado pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior - DIFES/SESu.

Art. 4º - Os créditos descentralizados por destaque integrarão a prestação de contas anual da Instituição de Ensino Superior, a ser apresentada aos órgãos de controle interno e externo nos termos da legislação vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

AMARO HENRIQUE PESSOA LINS

ANEXO I

DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO DA AÇÃO 4002 - PROMISAES

Instituição Beneficiada	Processo nº.	Valor Total R$	Fonte	Nota de Crédito
Universidade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre	23000.017068/2012-75	770,56	0112915062	2012NC001823
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	23000.017067/2012-21	1.754,94	0112915062	2012NC001824

PORTARIA Nº 171, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 143, de 24 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 27 de fevereiro de 2012, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto nos seguintes fundamentos legais: Art. 214 da Constituição Federal, Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, Decreto nº. 6.170, de 25 de julho de 2007 e alterações posteriores, a Lei nº. 12.465, de 12 de agosto de 2011, a Lei nº. 12.595, de 19 de janeiro de 2012, Portaria Interministerial MPOG/CGU nº. 507 e alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 8551 - Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, para fins de apoio à Instituição relacionada no anexo I, obedecendo à seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.364.2032.8551.0001 - Complementação para o Funcionamento das Entidades de Ensino Superior Federais.

PTRES: 043247

Art. 2º - A transferência orçamentária será efetuada em parcela única e o recurso financeiro repassado, de forma condicionada, no momento da transferência, à liquidação da despesa no SIAFI pela Instituição, de acordo com o estabelecido no Decreto nº. 7.680, de 17 de fevereiro de 2012.

Parágrafo Único - O saldo dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, deverá ser devolvido a Secretaria de Educação Superior, no exercício financeiro de 2012.

Art. 3º - O monitoramento da execução, referente à ação 8551 - Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, será realizado pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior -DIFES/SESu.

Art. 4º - Os créditos descentralizados por destaque integrarão a prestação de contas anual da Instituição de Ensino Superior, a ser apresentada aos órgãos de controle interno e externo nos termos da legislação vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

AMARO HENRIQUE PESSOA LINS

ANEXO I
DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO DA AÇÃO 8551 - APOIO

Instituição Beneficiada	Processo nº.	Valor Total R$	Fonte	Nota de Crédito
Universidade Federal de Roraima - UFRR	23000. 012626/2012-14	166.000,00	0112915067	2012NC000941
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM	23000.014126/2012-17	435.255,52	0112915067	2012NC001043
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUFMT	23000.014364/2012-14	238.265,00	0112915067	2012NC001044
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.	23000.015011/2012-31	900.000,00	0112915067	2012NC001329

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 172, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 143, de 24 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 27 de fevereiro de 2012, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto nos seguintes fundamentos legais: Art. 214 da Constituição Federal, Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, Decreto nº. 6.170, de 25 de julho de 2007 e alterações posteriores, a Lei nº. 12.465, de 12 de agosto de 2011, a Lei nº. 12.595, de 19 de janeiro de 2012, Portaria Interministerial MPOG/CGU nº. 507 e alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 4005 - Apoio à Residência em Saúde, para fins de pagamento de bolsas dos médicos residentes e residentes multiprofissionais das Instituições Federais de Ensinos Superiores, referente ao mês de NOVEMBRO/DEZEMBRO de 2012, de acordo com o Anexo I desta Portaria, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

I. Funcional Programática: 12.364.2032.4005.0001 - Apoio à Residência em Saúde - Nacional

II. Fonte: 0112915063 / 0112915064.

III. PTRES: 043253

IV. Elementos de despesa:

3.3.90.04 - Contratação por Tempo Determinado

3.3.91.47 - Obrigações Tributárias e Contributivas

V. Processo: 23000.000981/2012-32

Art. 2º - A transferência orçamentária será efetuada em parcela única e o recurso financeiro repassado, de forma condicionada, no momento da transferência, à liquidação da despesa no SIAFI pela Instituição, de acordo com o estabelecido no Decreto nº. 7.680, de 17 de fevereiro de 2012.

Parágrafo Único - O saldo dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, deverá ser devolvido a Unidade Gestora Descentralizadora do Recurso, no exercício financeiro de 2012.

Art. 3º - O monitoramento da execução, referente à ação 4005 - Apoio à Residência em Saúde, será realizado pela Coordenação Geral de Hospitais Universitários e Residências em Saúde.

Art. 4º - Os créditos descentralizados por destaque integrarão as prestações de contas anuais das Instituições Federais de Ensino Superior, a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo nos termos da legislação vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

AMARO HENRIQUE PESSOA LINS

ANEXO I

NC	RESIDÊNCIA	UG	IFES	VALOR R$
2012NC001503	MÉDICO	150229	ALBERTO NUNES - UFAL	171.707,04
2012NC001504	MÉDICO	150218	MIGUEL RIET JUNIOR - FURG	134.503,85
2012NC001505	MÉDICO	155001	H C P A - RS	1.176.193,22
2012NC001506	MÉDICO	154044	F U F A C	141.372,13
2012NC001507	MÉDICO	150224	GETÚLIO VARGAS - FUAM	429.267,60
2012NC001508	MÉDICO	150247	COMPLEXO UFBA	618.145,34
2012NC001509	MÉDICO	153045	U F C E	197.463,10
2012NC001510	MÉDICO	150244	VALTER CANTIDIO - UFCE	586.665,72
2012NC001511	MÉDICO	158196	ALCIDES CARNEIRO - UFCG	100.162,44
2012NC001512	MÉDICO	154032	UFCSPA	878.567,69
2012NC001513	MÉDICO	153047	ANTONIO MORAIS - UFES	406.373,33
2012NC001514	MÉDICO	153057	ANTÔNIO PEDRO - UFF	555.186,10
2012NC001515	MÉDICO	153054	HC-UFGO	486.503,28
2012NC001516	MÉDICO	150248	HU-UFGD	54.373,90
2012NC001517	MÉDICO	150231	HU-UFJF	412.096,90
2012NC001518	MÉDICO	154072	HU-FUMA	354.861,22
2012NC001519	MÉDICO	153261	HC-UFMG	1.207.672,85
2012NC001520	MÉDICO	154357	MARIA PEDROSSIAN - FUFMS	329.105,16
2012NC001521	MÉDICO	154070	JULIO MULLER - FUFMT	226.080,94
2012NC001522	MÉDICO	153063	U F P A	40.064,98
2012NC001523	MÉDICO	150220	BETINA FERRO SOUZA - UFPA	82.991,74
2012NC001524	MÉDICO	158172	JOÃO B. BARRETO - UFPA	228.942,72
2012NC001525	MÉDICO	153071	LAURO WANDERLEY - UFPB	266.145,91
2012NC001526	MÉDICO	153094	HC-UFPE	469.332,58
2012NC001527	MÉDICO	154145	HC-FUFPEL	234.666,29
2012NC001528	MÉDICO	154048	F U F P I	231.804,50
2012NC001529	MÉDICO	153808	HC-UFPR	864.258,77
2012NC001530	MÉDICO	150432	COMPLEXO UFRJ	1.176.193,22
2012NC001531	MÉDICO	150426	COMPLEXO UFRN	430.612,64
2012NC001532	MÉDICO	154177	HU-FUFSE	154.536,34
2012NC001533	MÉDICO	150232	POLYDORO E.S.THIAGO - UFSC	254.698,78
2012NC001534	MÉDICO	153610	HU-UFMS	414.958,68
2012NC001535	MÉDICO	150221	HU-UFTM	469.332,58
2012NC001536	MÉDICO	150233	HC-FUFUB	629.592,48
2012NC001537	MÉDICO	154051	F U F V	51.512,11
2012NC001538	MÉDICO	154106	HU-UNB	455.023,66
2012NC001539	MÉDICO	153031	U N I F E S P	2.764.483,34
2012NC001540	MÉDICO	154035	GAFFREE E GUINLE - UNIRIO	374.893,70
2012NC001541	MÉDICO	154421	U N I V A S F	88.715,30
2012NC001542	MULTIPROFISSIONAL	150229	ALBERTO NUNES - UFAL	128.780,28
2012NC001543	MULTIPROFISSIONAL	150218	MIGUEL RIET JUNIOR - FURG	45.788,54
2012NC001544	MULTIPROFISSIONAL	155001	H C P A - RS	206.048,45
2012NC001545	MULTIPROFISSIONAL	150224	GETÚLIO VARGAS - FUAM	51.512,11
2012NC001546	MULTIPROFISSIONAL	150247	COMPLEXO UFBA	125.918,50
2012NC001547	MULTIPROFISSIONAL	150244	VALTER CANTIDIO - UFCE	123.056,71
2012NC001548	MULTIPROFISSIONAL	154032	UFCSPA	51.512,11
2012NC001549	MULTIPROFISSIONAL	153047	ANTONIO MORAIS - UFES	20.032,49
2012NC001550	MULTIPROFISSIONAL	153057	ANTÔNIO PEDRO - UFF	108.747,79
2012NC001551	MULTIPROFISSIONAL	153056	U F F	40.064,98
2012NC001552	MULTIPROFISSIONAL	153054	HC-UFGO	303.349,10
2012NC001553	MULTIPROFISSIONAL	150248	HU-UFGD	51.512,11
2012NC001554	MULTIPROFISSIONAL	150231	HU-UFJF	111.609,58
2012NC001555	MULTIPROFISSIONAL	154072	HU-FUMA	337.690,51
2012NC001556	MULTIPROFISSIONAL	153261	HC-UFMG	125.918,50
2012NC001557	MULTIPROFISSIONAL	154357	MARIA PEDROSSIAN - FUFMS	97.300,66
2012NC001558	MULTIPROFISSIONAL	154070	JULIO MULLER - FUFMT	125.918,50
2012NC001559	MULTIPROFISSIONAL	158172	JOÃO B. BARRETO - UFPA	163.121,69
2012NC001560	MULTIPROFISSIONAL	153071	LAURO WANDERLEY - UFPB	97.300,66
2012NC001561	MULTIPROFISSIONAL	153094	HC-UFPE	68.682,82
2012NC001562	MULTIPROFISSIONAL	153080	U F P E	62.959,25
2012NC001563	MULTIPROFISSIONAL	154145	HC-FUFPEL	145.950,98
2012NC001564	MULTIPROFISSIONAL	153808	HC-UFPR	306.210,89
2012NC001565	MULTIPROFISSIONAL	150426	COMPLEXO UFRN	197.463,10
2012NC001566	MULTIPROFISSIONAL	154177	HU-FUFSE	100.162,44
2012NC001567	MULTIPROFISSIONAL	150232	POLYDORO E.S.THIAGO - UFSC	134.503,85
2012NC001568	MULTIPROFISSIONAL	154049	F U F S C a r	37.203,19
2012NC001569	MULTIPROFISSIONAL	153610	HU-UFMS	343.414,08
2012NC001570	MULTIPROFISSIONAL	150221	HU-UFTM	108.747,79
2012NC001571	MULTIPROFISSIONAL	154051	F U F V	28.617,84
2012NC001572	MULTIPROFISSIONAL	154106	HU-UNB	65.821,03
2012NC001573	MULTIPROFISSIONAL	153031	U N I F E S P	492.226,85
2012NC001574	MULTIPROFISSIONAL	154035	GAFFREE E GUINLE - UNIRIO	74.406,38
2012NC001575	MULTIPROFISSIONAL	153114	U F R S	45.788,54
2012NC001576	MULTIPROFISSIONAL	154069	UFSJ	14.308,92
2012NC001577	MULTIPROFISSIONAL	153036	U F V J M	2.861,78
2012NC001578	MULTIPROFISSIONAL	154421	U N I V A S F	14.308,92
2012NC001579	MULTIPROFISSIONAL	153028	U N I F A L - MG	25.756,06
2012NC001580	MULTIPROFISSIONAL	158092	U F R B	5.723,57
2012NC001581	MULTIPROFISSIONAL	154215	F U F A P	28.617,84
2012NC001582	MULTIPROFISSIONAL	150233	HC-FUFUB	202.709,70
2012NC001583	MULTIPROFISSIONAL	150432	COMPLEXO UFRJ	367.262,28
2012NC001584	MULTIPROFISSIONAL	153062	U F M G	58.609,34
2012NC001585	MÉDICO	150229	ALBERTO NUNES - UFAL	171.707,04
2012NC001586	MÉDICO	150218	MIGUEL RIET JÚNIOR - FURG	134.503,85
2012NC001587	MÉDICO	155001	H C P A - RS	1.176.193,22

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2012NC001588	MÉDICO	154044	F U F A C	143.089,20
2012NC001589	MÉDICO	150224	GETÚLIO VARGAS - FUAM	429.267,60
2012NC001590	MÉDICO	150247	COMPLEXO UFBA	618.145,34
2012NC001591	MÉDICO	153045	U F C E	197.463,10
2012NC001592	MÉDICO	150244	VALTER CANTIDIO - UFCE	586.665,72
2012NC001593	MÉDICO	158196	ALCIDES CARNEIRO - UFCG	100.162,44
2012NC001594	MÉDICO	154032	UFCSPA	878.567,69
2012NC001595	MÉDICO	153047	ANTONIO MORAIS - UFES	406.373,33
2012NC001596	MÉDICO	153057	ANTÔNIO PEDRO - UFF	555.186,10
2012NC001597	MÉDICO	153054	HC-UFGO	486.503,28
2012NC001598	MÉDICO	150248	HU-UFGD	54.373,90
2012NC001599	MÉDICO	150231	HU-UFJF	412.096,90
2012NC001600	MÉDICO	154072	HU-FUMA	354.861,22
2012NC001601	MÉDICO	153261	HC-UFMG	1.207.672,85
2012NC001602	MÉDICO	154357	MARIA PEDROSSIAN - FUFMS	329.105,16
2012NC001603	MÉDICO	154070	JÚLIO MULLER - FUFMT	226.080,94
2012NC001604	MÉDICO	153063	U F P A	40.064,98
2012NC001605	MÉDICO	150220	BETINA FERRO SOUZA - UFPA	82.991,74
2012NC001606	MÉDICO	158172	JOÃO B. BARRETO - UFPA	226.080,94
2012NC001607	MÉDICO	153071	LAURO WANDERLEY - UFPB	266.145,91
2012NC001608	MÉDICO	153094	HC-UFPE	469.332,58
2012NC001609	MÉDICO	154145	HC-FUFPEL	234.666,29
2012NC001610	MÉDICO	154048	F U F P I	231.804,50
2012NC001611	MÉDICO	153808	HC-UFPR	864.258,77
2012NC001612	MÉDICO	150432	COMPLEXO UFRJ	1.176.193,22
2012NC001613	MÉDICO	150426	COMPLEXO UFRN	426.405,82
2012NC001614	MÉDICO	154177	HU-FUFSE	154.536,34
2012NC001615	MÉDICO	150232	POLYDORO E.S.THIAGO - UFSC	254.698,78
2012NC001616	MÉDICO	153610	HU-UFMS	417.820,46
2012NC001617	MÉDICO	150221	HU-UFTM	469.332,58
2012NC001618	MÉDICO	150233	HC-FUFUB	629.592,48
2012NC001619	MÉDICO	154051	F U F V	51.512,11
2012NC001620	MÉDICO	154106	HU-UNB	455.023,66
2012NC001621	MÉDICO	153031	U N I F E S P	2.764.483,34
2012NC001622	MÉDICO	154035	GAFFREE E GUINLE - UNIRIO	374.893,70
2012NC001623	MÉDICO	154421	U N I V A S F	88.715,30
2012NC001624	MULTIPROFISSIONAL	150229	ALBERTO NUNES - UFAL	128.780,28
2012NC001625	MULTIPROFISSIONAL	150218	MIGUEL RIET JUNIOR - FURG	45.788,54
2012NC001626	MULTIPROFISSIONAL	155001	H C P A - RS	206.048,45
2012NC001627	MULTIPROFISSIONAL	150224	GETÚLIO VARGAS - FUAM	51.512,11
2012NC001628	MULTIPROFISSIONAL	150247	COMPLEXO UFBA	125.918,50
2012NC001629	MULTIPROFISSIONAL	150244	VALTER CANTIDIO - UFCE	123.056,71
2012NC001630	MULTIPROFISSIONAL	154032	UFCSPA	51.512,11
2012NC001631	MULTIPROFISSIONAL	153047	ANTONIO MORAIS - UFES	20.032,49
2012NC001632	MULTIPROFISSIONAL	153057	ANTÔNIO PEDRO - UFF	108.747,79
2012NC001633	MULTIPROFISSIONAL	153056	U F F	40.064,98
2012NC001634	MULTIPROFISSIONAL	153054	HC-UFGO	303.349,10
2012NC001635	MULTIPROFISSIONAL	150248	HU-UFGD	51.512,11
2012NC001636	MULTIPROFISSIONAL	150231	HU-UFJF	111.609,58
2012NC001637	MULTIPROFISSIONAL	154072	HU-FUMA	337.690,51
2012NC001638	MULTIPROFISSIONAL	153261	HC-UFMG	123.056,71
2012NC001639	MULTIPROFISSIONAL	154357	MARIA PEDROSSIAN - FUFMS	97.300,66
2012NC001640	MULTIPROFISSIONAL	154070	JÚLIO MULLER - FUFMT	125.918,50
2012NC001641	MULTIPROFISSIONAL	158172	JOÃO B. BARRETO - UFPA	163.121,69
2012NC001642	MULTIPROFISSIONAL	153071	LAURO WANDERLEY - UFPB	97.300,66
2012NC001643	MULTIPROFISSIONAL	153094	HC-UFPE	68.682,82
2012NC001644	MULTIPROFISSIONAL	153080	U F P E	62.959,25
2012NC001645	MULTIPROFISSIONAL	154145	HC-FUFPEL	145.950,98
2012NC001646	MULTIPROFISSIONAL	153808	HC-UFPR	306.210,89
2012NC001647	MULTIPROFISSIONAL	150426	COMPLEXO UFRN	197.463,10
2012NC001648	MULTIPROFISSIONAL	154177	HU-FUFSE	100.162,44
2012NC001649	MULTIPROFISSIONAL	150232	POLYDORO E.S.THIAGO - UFSC	131.642,06
2012NC001650	MULTIPROFISSIONAL	154049	F U F S C a r	37.203,19
2012NC001651	MULTIPROFISSIONAL	153610	HU-UFMS	343.414,08
2012NC001652	MULTIPROFISSIONAL	150221	HU-UFTM	108.747,79
2012NC001653	MULTIPROFISSIONAL	154051	F U F V	28.617,84
2012NC001654	MULTIPROFISSIONAL	154106	HU-UNB	65.821,03
2012NC001655	MULTIPROFISSIONAL	153031	U N I F E S P	492.226,85
2012NC001656	MULTIPROFISSIONAL	154035	GAFFREE E GUINLE - UNIRIO	74.406,38
2012NC001657	MULTIPROFISSIONAL	153114	U F R S	45.788,54
2012NC001658	MULTIPROFISSIONAL	154069	UFSJ	14.308,92
2012NC001659	MULTIPROFISSIONAL	153036	U F V J M	2.861,78
2012NC001660	MULTIPROFISSIONAL	154421	U N I V A S F	14.308,92
2012NC001661	MULTIPROFISSIONAL	153028	U N I F A L - MG	25.756,06
2012NC001662	MULTIPROFISSIONAL	158092	U F R B	5.723,57
2012NC001663	MULTIPROFISSIONAL	154215	F U F A P	28.617,84
2012NC001664	MULTIPROFISSIONAL	150233	HC-FUFUB	200.324,88
2012NC001665	MULTIPROFISSIONAL	150432	COMPLEXO UFRJ	367.262,28
2012NC001666	MULTIPROFISSIONAL	153062	U F M G	57.235,68
2012NC001982	MÉDICO	150247	COMPLEXO UFBA	5.351,53
2012NC001983	MÉDICO	154072	HU-FUMA	5.723,57
2012NC001984	MULTIPROFISSIONAL	158172	JOÃO B. BARRETO - UFPA	2.861,78

EXEMPLAR DESTINADO À IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 173, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 143, de 24 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 27 de fevereiro de 2012, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto nos seguintes fundamentos legais: Art. 214 da Constituição Federal, Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, Decreto nº. 6.170, de 25 de julho de 2007 e alterações posteriores, a Lei nº. 12.465, de 12 de agosto de 2011, a Lei nº. 12.595, de 19 de janeiro de 2012, Portaria Interministerial MPOG/CGU nº. 507 e alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 4002, com o objetivo de conceder Assistência a Estudante de Ensino Superior, obedecendo à seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.364.2032.4002.0001 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior.

Art. 2º - A descentralização de crédito orçamentário e o recurso financeiro será repassado, de forma condicionada no momento da transferência, à liquidação da despesa no SIAF pela Instituição, de acordo com o estabelecido no Decreto nº. 7.680, de 17 de fevereiro de 2012.

Parágrafo Único - O saldo dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, deverá ser devolvido a Unidade Gestora Descentralizadora do Recurso, no exercício financeiro de 2012.

Art. 3º - O monitoramento da execução, referente à ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior, será realizado pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior - DIFES/SESu.

Art. 4º - Os créditos descentralizados por destaque integrarão a prestação de contas anual da Instituição de Ensino Superior, a ser apresentada aos órgãos de controle interno e externo nos termos da legislação vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

AMARO HENRIQUE PESSOA LINS

ANEXO I

DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO DA AÇÃO 4002

Instituição Beneficiada	Processo nº.	Valor Total R$	Fonte	Nota de Crédito
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	23000.016359/2012-46	3.000.000,00	0112915062	2012NC001804

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

PORTARIA Nº 1.487, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O Reitor da FEDERAL ITAJUBÁ, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, resolve:

ALTERAR a Portaria nº 1.431, de 29/11/2012, publicada no DOU de 05/12/2012 (Seção 1, página 31), para EXCLUIR o Cargo de Direção de Secretário de Planejamento e Qualidade - Titular: PLINIO RIBEIRO LEITE, Matrícula SIAPE nº. 16701512 (Campus Itajubá).

RENATO DE AQUINO FARIA NUNES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE QUÍMICA

PORTARIA Nº 11.337, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O Diretor do Instituto de Química do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza da UFRJ, nomeado pela Portaria nº 8585, de 26/10/2012, publicada no DOU nº 210, Seção 2, de 30/10/2012, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professor substituto para atuar na área de Química Analítica - Campus Ilha do Fundão/UFRJ referente ao Edital nº 282 de 22/11/2012, divulgando, em ordem de classificação, o nome do candidato aprovado:

1 - Rodolfo Santos Barboza

JOAB TRAJANO SILVA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 391, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DA FAZENDA, INTERINO, E DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, INTERINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos I e II e § 1º do Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, resolvem:

Art. 1º Ampliar os limites de pagamento de que trata o Anexo II, do Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO
Ministro de Estado da Fazenda
Interino

EVA MARIA CHIAVON
Ministra de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão
Interina

ANEXO

ACRÉSCIMO DOS VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2012 E AOS RESTOS A PAGAR (ANEXO II DO DECRETO Nº 7.680, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 40, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2012)

ACRÉSCIMO
R$ MIL

ÓRGÃOS E/OU UNID. ORÇAMENTÁRIAS	Até Nov	Até Dez
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	16.766	16.766
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	650	650
51000 Ministério do Esporte	45.069	45.069
53000 Ministério da Integração Nacional	56.600	56.600
54000 Ministério do Turismo	112.101	112.101
56000 Ministério das Cidades	132.313	132.313
TOTAL	363.499	363.499

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes: 150, 250, 179, 182, 282 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

DESPACHO DO MINISTRO
Em 12 de dezembro de 2012

Processo nº: 17944.001583/2009-85
Interessado: Estado de Mato Grosso

Assunto: Operação de crédito externo entre o Estado de Mato Grosso e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US$ 15.032.000,00 (quinze milhões e trinta e dois mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento da Administração Fazendária - PROFISCO MT".

Despacho: Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento no art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 41, de 09 de dezembro de 2009, e considerando a permissão contida na Resolução nº 47, de 18 de outubro de 2012, também daquela Casa Legislativa, publicada no D.O.U. de 19 de outubro de 2012, e, no uso da competência que me confere o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, autorizo a concessão de garantia da União para o Estado de Mato Grosso, observadas as condições legais e regulamentares pertinentes, bem assim as formalidades de praxe e a celebração do respectivo contrato de contragarantia entre a União e o Estado.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO
Interino

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 272, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Institui, no Ministério da Fazenda - MF, em todo o território nacional, Sistema de Comunicação Visual.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos artigos 5º e 43 do Anexo I ao Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, e nos artigos 1º, 3º e 80 do Regimento Interno da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, aprovado pela Portaria MF nº 81, de 27 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Instituir, no Ministério da Fazenda - MF, em todo o território nacional, Sistema de Comunicação Visual, para fins, dentre outras providências, de sinalização interna e externa dos prédios colocados à disposição do MF, sob administração da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, da Secretaria-Executiva do MF.

Parágrafo único. O Sistema de Comunicação Visual será objeto de regulamento específico, aprovado pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, e ficará disponível, na rede informatizada interna do MF (http://www.fazendanet/), a todas as unidades da Administração Pública Federal direta integrantes da estrutura regimental fazendária.

Art. 2º A gestão do Sistema de Comunicação Visual, de responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, em especial quanto à aplicação do disposto no regulamento, fica a cargo de suas unidades administrativas descentralizadas, nos Estados e no Distrito Federal, as Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. As unidades administrativas centrais da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, notadamente as Coordenações-Gerais de Recursos Logísticos e de Tecnologia da Informação, prestarão apoio técnico-administrativo às unidades descentralizadas, nos aspectos relativos às respectivas competências institucionais, em particular quanto à solução de dúvidas porventura surgidas e orientações eventualmente necessárias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO PAULO
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PRESIDENTE PRUDENTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O PROCURADOR SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PRESIDENTE PRUDENTE NO ESTADO DE SÃO PAULO, abaixo identificado, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da MP nº 303, de 29 de junho de 2006, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, de que recebe supedâneo o parágrafo 4º, do art. 7º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 2, de 20 de julho de 2006, e inciso II do art 6º, da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 001, de 03 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único deste Ato Declaratório-ADE, tendo em vista ter sido: a) verificada a inadimplência do sujeito passivo por 2 (dois) meses consecutivos ou alternados, relativamente às prestações mensais ou a quaisquer dos impostos, contribuições ou exações de competência dos órgãos referidos no caput do art 3º da referida Medida Provisória, inclusive os com vencimento posterior a 28 de fevereiro de 2003; b) constatada a existência de débitos mantidos, pelo sujeito passivo, sob discussão administrativa ou judicial, ressalvadas as hipóteses do inciso II do parágrafo 3º d parti 1º, ou c) verificado o descumprimento do disposto no parágrafo único do art 2º da Medida Provisória nº 303/2006.

Art. 2º A rescisão referida no art. 1º implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada, quando existente, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido, ao PROCURADOR-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PRESIDENTE PRUDENTE-SP, no endereço Rua Dr. José Foz, nº 323, Centro, CEP 19010-041, Presidente Prudente-SP, mencionando o número do processo administrativo respectivo.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO RUFINO DE OLIVEIRA GOMES

ANEXO ÙNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) previstos na MP 303/2006, com base no número do CNPJ e respectivo número de Processo Administrativo:

CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO
00.548.816/0001-54	14135.001172/2012-21
03.377.164/0001-20	14135.001172/2012-21
03.715.656/0001-89	14135.001172/2012-21
04.090.298/0001-29	14135.001172/2012-21

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.618, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera a Circular nº 3.432, de 3 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de grupos de consórcio.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 12 de dezembro de 2012, com base nos arts. 6º e 7º da Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, resolve:

Art. 1º Os arts. 5º, 26, 27 e 30 da Circular nº 3.432, de 3 de fevereiro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º .....

III - informação, quando for o caso, relativa à participação do consorciado em grupo com:

a) taxa de administração diferenciada; e

b) créditos de valores diferenciados;

.....

XIX - a autorização do consorciado para a realização de depósitos dos recursos, nos termos do art. 27, e os correspondentes dados relativos à conta de depósitos, ou a declaração formal do consorciado de que não possui ou não deseja informar a conta de depósitos;

....." (NR)

"Art. 26. .....

§ 1º A comunicação mencionada no caput deve ser realizada por meio de carta com Aviso de Recebimento (AR), telegrama ou correspondência eletrônica com controle de recebimento, sendo obrigatória a manutenção de documentação comprobatória dos procedimentos adotados.

§ 2º O encerramento de grupo e a existência de recursos à disposição dos consorciados e participantes excluídos devem ser divulgados no sítio eletrônico da administradora na internet." (NR)

"Art. 27. O encerramento do grupo deve ser precedido da realização pela administradora de consórcio de depósito dos valores remanescentes ainda não devolvidos aos consorciados e participantes excluídos, se por eles previamente autorizado, nas respectivas contas de depósito à vista ou de poupança informadas nos contratos de adesão, se o consorciado possuir, comunicando-se a realização do depósito, mantida a documentação comprobatória dos procedimentos adotados.

§ 1º Os recursos não procurados por consorciados e participantes excluídos devem ser registrados de forma individualizada, contendo, no mínimo, nome, número de inscrição no CPF ou no CNPJ, valor, números do grupo e da cota e o endereço do beneficiário.

§ 2º Devem ser divulgados no sítio eletrônico da administradora na internet, com acesso pela sua página inicial, o nome e respectivo número de inscrição no CPF ou CNPJ dos beneficiários de recursos não procurados, com orientações sobre os procedimentos que devem ser adotados para recebê-los.

§ 3º Os valores pendentes de recebimento, uma vez arrecadados, devem ser objeto também dos procedimentos previstos neste artigo, decorridos 30 (trinta) dias da comunicação de que trata o art. 32, § 1º, da Lei nº 11.795, de 2008." (NR)

"Art. 30. É vedada a transferência da gestão de recursos não procurados a empresa não integrante do Sistema de Consórcio." (NR)

Art. 2º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos com relação à nova redação dada ao art. 5º da Circular nº 3.432, de 2009, a partir de 2 de maio de 2013.

LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA
Diretor de Regulação do Sistema Financeiro

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA DE POLÍTICA MONETÁRIA
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS E DE SISTEMA DE PAGAMENTOS

CARTA-CIRCULAR Nº 3.576, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Divulga esclarecimentos a respeito do disposto no art. 11, § 1º, inciso I, alínea e, da Circular nº 3.569, de 22 de dezembro de 2011.

O Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos e o Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro, substituto, no uso da atribuição que lhes conferem, respectivamente, o art. 22, inciso I, alínea "a", e o art. 71, incisos II e III, do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 29.971, de 4 de março de 2005, e tendo em vista o disposto na Circular nº 3.569, de 22 de dezembro de 2011, resolvem:

Art. 1º- A vedação de que trata o art. 11, § 1º, inciso I, alínea e, da Circular nº 3.569, de 2011, não se aplica às operações realizadas por meio dos seguintes instrumentos:

I - operação compromissada com títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic);

II - Depósitos Interfinanceiros vinculados a direcionamentos obrigatórios, desde que o somatório dessas operações seja inferior à exigibilidade da contraparte depositante para cada modalidade de direcionamento obrigatório.

Art. 2º - Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

DASO MARANHÃO COIMBRA
Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN
Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro
Substituto

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM

Julgamento retirado de Pauta

Informamos que o PAS CVM nº 02/06 - CVC OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS, com o julgamento marcado para 17.12.2012 foi retirado de pauta em razão da aceitação, nesta data, de proposta de Termo de Compromisso.

ACUSADOS	ADVOGADOS
Banco Opportunity S.A.	Francisco Müssnich - OAB/RJ nº 28.717
Dório Ferman	João Carlos de Andrade Uzêda Accioly OAB/RJ nº 152.983

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2012.
RITA DE CÁSSIA MENDES
Chefe

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

ATA Nº 2 DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Ao décimo dia do mês de dezembro de dois mil e doze, às quatorze horas, no auditório do Edifício Órgãos Centrais - Setor de Autarquias Sul (L 2 Sul), quadra 06 - Bloco "O", 9º andar, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros do Pleno e das turmas da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros: 1) Conselheiros titulares e substitutos convocados a votar: Otacílio Dantas Cartaxo, (Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais), Susy Gomes Hoffmann (Vice-presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais), Valmar Fonseca de Menezes, José Ricardo da Silva, Francisco Sales Ribeiro de Queiroz, João Carlos de Lima Júnior, Plínio Rodrigues Lima, Valmir Sandri, Jorge Celso Freire da Silva, Karem Jureidini Dias, Luiz Eduardo de Oliveira Santos, Gonçalo Bonet Allage, Maria Helena Cotta Cardozo, Gustavo Lian Haddad, Marcelo Oliveira, Manoel Coelho Arruda Júnior, Elias Sampaio Freire, Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira, Henrique Pinheiro Torres, Nanei Gama, Marco Aurélio Pereira Valadão, Rodrigo Cardozo Miranda, Rodrigo da Costa Possas, Maria Teresa Martinez Lopez, Júlio César Alves Ramos e Francisco Maurício Rebelo de Albuquerque Silva, a fim de ser realizada a presente Sessão Extraordinária para análise e votação das propostas de súmulas constantes do Anexo Único da Portaria n° 27, de 19 de novembro de 2012, publicada no DOU de 27/11/2012, Seção 1, p.18/19.

Verificada a existência de quorum regimental, o Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais, Otacílio Dantas Cartaxo, abriu a sessão homenageando o servidor Amir Soares, chefe da ASTEJ, falecido no último dia 10 de novembro. Em seguida, iniciou-se a votação das propostas.

2)Apresentadas as propostas dos enunciados das súmulas submetidas à aprovação do Pleno, sequencialmente, foram colhidos os votos. O Conselheiro Rodrigo Cardozo Miranda passou a integrar o colegiado e a votar a partir da 3ª proposta.

3)Antes do início da votação das propostas da Iª Turma da CSRF, foi levantada uma questão de ordem para que se procedesse à votação das propostas da 2ª Turma da CSRF, em face da ausência de um conselheiro da Iª Turma. O Presidente se manifestou favoravelmente à proposta. Iniciou-se, então, a votação das propostas de súmulas submetidas à aprovação da 2ª Turma.

4)Após o intervalo, passaram a integrar o colegiado os conselheiros Jorge Celso Freire da Silva (Iª Turma) e Marco Aurélio Pereira Valadão (3ª Turma) e iniciou-se a votação das propostas submetidas à aprovação da Iª Turma e da 3ª Turma, respectivamente.

5)Na ordem do dia, foram vistas, examinadas e relatadas as propostas de súmulas em pauta e, em decorrência, foram prolatados os seguintes resultados, de acordo com a votação registrada no documento anexo a esta ata.

6)Encerradas as votações, às 16:45h, o Senhor Presidente agradeceu o empenho de todos os que participaram do processo de elaboração das propostas de súmulas e destacou a relevância da aplicação das súmulas nos julgamentos do CARP.

7)Consignou-se a aprovação de 20 (vinte) das 26 (vinte e seis) propostas votadas.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, eu, Viviane Vidal Wagner, assino com o Presidente.

OTACÍLIO DANTAS CARTAXO
Presidente do Conselho

VIVIANE VIDAL WAGNER
Secretaria

ANEXO I

Relação dos enunciados submetidos à aprovação do Pleno e Turmas da CSRF, conforme Anexo Único à Portaria CARF nº 27, de 19 de novembro de 2012, publicada no DOU de 27/11/2012, Seção 1, p.18/19.

I - ENUNCIADOS SUBMETIDOS À APROVAÇÃO DO PLENO:

1. PROPOSTA DE ENUNCIADO DE SÚMULA nº:

Todos os arrolados como responsáveis tributários na autuação são parte legítima para impugnar e recorrer acerca da exigência do crédito tributário e do respectivo vínculo de responsabilidade.

Acórdãos precedentes: 1402-00.423, de 28/01/2011; 1201-00.267, de 20/05/2010; 1402-00.093, de 26/01/2010; 1103-00.043, de 01/10/2009; 1401-00.047, de 13/05/2009; 101-97.107, de 04/02/2009; 103-23.649, de 18/12/2008; 103-23.364, de 24/01/2008.

Resultado da votação: APROVADA

Numeração sequencial recebida: 71

4. PROPOSTA DE ENUNCIADO DE SÚMULA nº:

Caracterizada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, a contagem do prazo decadencial rege-se pelo art. 173, inciso I, do CTN.

Acórdãos precedentes: 104-22564, de 14/06/2007; 2401-00249, de 08/09/2009; 1402-00506, de 31/03/2011; 2102-01186, de 18/03/2011; 105-17083, de 25/06/2008; 1103-00486, de 29/06/2011.

Resultado da votação: APROVADA Numeração sequencial recebida: 72

5. PROPOSTA DE ENUNCIADO DE SÚMULA nº:

Erro no preenchimento da declaração de ajuste do imposto de renda, causado por informações erradas, prestadas pela fonte pagadora, não autoriza o lançamento de multa de ofício.

Acórdãos precedentes: CSRF/04-00.409, de 12/12/2006; CSRF/04-00.089, de 22/09/2005; CSRF/01-05.049, de 10/08/2004; CSRF/01-05.032, de 09/08/2004; 2801-00.239, de 21/09/2009.

Resultado da votação: APROVADA

Numeração sequencial recebida: 73

6. PROPOSTA DE ENUNCIADO DE SÚMULA nº:

Aplica-se retroativamente o art. 14 da Lei nº 11.488, de 2007, que revogou a multa de ofício isolada por falta de acréscimo da multa de mora ao pagamento de tributo em atraso, antes prevista no art. 44, § 1º, II, da Lei nº 9.430/96.

Acórdãos precedentes: 103-23.254, de 07/11/2007; 201-80.983, de 13/03/2008; 3803-00.277, de 03/12/2009; 3803-00.276, de 03/12/2009; 1402-00.238, de 03/08/2010.

Resultado da votação: APROVADA

Numeração sequencial recebida: 74

7. PROPOSTA DE ENUNCIADO DE SÚMULA nº:

A recuperação da espontaneidade do sujeito passivo em razão da inoperância da autoridade fiscal por prazo superior a sessenta dias aplica-se retroativamente, alcançando os atos por ele praticados no decurso desse prazo.

Acórdãos precedentes: 105-16.359, de 28/03/2007; 01-06.056, de 10/11/2008; 02-02.844, de 16/10/2007; 9101-00.020, de 09/03/2009; 102-49.425, de 16/12/2008.

Resultado da votação: APROVADA

Numeração sequencial recebida: 75

8. PROPOSTA DE ENUNCIADO DE SÚMULA nº:

Na determinação dos valores a serem lançados de ofício para cada tributo, após a exclusão do Simples, devem ser deduzidos eventuais recolhimentos da mesma natureza efetuados nessa sistemática, observando-se os percentuais previstos em lei sobre o montante pago de forma unificada.

Acórdãos precedentes: 1803-01.000, de 2/8/2011; 9101-01.037, de 27/6/2011; 9101-00.949, de 29/3/2011; 1402- 00.017, de 28/7/2009; 105-17.110, de 26/6/2008.

Resultado da votação: APROVADA

Numeração sequencial recebida: 76

9. PROPOSTA DE ENUNCIADO DE SÚMULA nº:

A possibilidade de discussão administrativa do Ato Declaratório Executivo (ADE) de exclusão do Simples não impede o lançamento de ofício dos créditos tributários devidos em face da exclusão.

Acórdãos precedentes: 1102-00.442, de 26/5/2011; 1802-00.817, de 23/2/2011; 1803-00.753, de 16/12/2010; 105-16.665, de 13/9/2007; 101-96.040, de 2/3/2007.

Resultado da votação: APROVADA

Numeração sequencial recebida: 77

II- ENUNCIADOS SUBMETIDOS À APROVAÇÃO DA 1ª TURMA DA CSRF:

10. PROPOSTA DE ENUNCIADO DE SÚMULA nº:

A fixação do termo inicial da contagem do prazo decadencial, na hipótese de lançamento sobre lucros disponibilizados no exterior, deve levar em consideração a data em que se considera ocorrida a disponibilização, e não a data do auferimento dos lucros pela empresa sediada no exterior.

Acórdãos precedentes: 9101-00468, de 07/12/2009; 1202-00.118, de 27/07/2009; 108-09.592, de 17/04/2008; 101-96.652, de 16/04/2008; 101-96.364, de 17/10/2007; 203-11.669, de 07/12/2006.

Proferiu sustentação oral: Susy Gomes Hoffmann

Resultado da votação: APROVADA

Numeração sequencial recebida: 78

11. PROPOSTA DE ENUNCIADO DE SÚMULA nº:

A partir da vigência da Lei nº 9.249, de 1995, a dedução de contraprestações de arrendamento mercantil exige a comprovação da necessidade de utilização dos bens arrendados para produção ou comercialização de bens e serviços.

Acórdãos precedentes: 1103-00.379, de 15/12/2010; 101-96.195, de 13/06/2007; 105-15.754, de 25/05/2006; 105-14.962, de 24/02/2005; 105-14.814, de 10/11/2004; 108-07.538, de 15/10/2003; 108-06.305, de 09/11/2000.

Resultado da votação: APROVADA

Numeração sequencial recebida: 79

13. PROPOSTA DE ENUNCIADO DE SÚMULA nº:

Na apuração do IRPJ, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido o valor do imposto de renda retido na fonte, desde que comprovada a retenção e o cômputo das receitas correspondentes na base de cálculo do imposto.

Acórdãos precedentes: 1202-00.459, de 25/01/2011; 1103-00.268, de 03/08/2010; 1802-00.495, de 05/07/2010; 1103-00.194, de 18/05/2010; 105-17.403, de 04/02/2009; 101-96.819, de 28/06/2008.

Resultado da votação: APROVADA

Numeração sequencial recebida: 80

14. PROPOSTA DE ENUNCIADO DE SÚMULA nº:

É vedada a aplicação retroativa de lei que admite atividade anteriormente impeditiva ao ingresso na sistemática do Simples.

Acórdãos precedentes: 9101-000.809, de 21/02/2011; 9101-000.843, de 22/02/2011; 9101/000.980, de 23/05/2011; 9101-001.001, de 24/05/2011; 9101-001.010, de 24/05/2011; 1402-000.168, de 17/05/2010; 3801-00.165, de 15/06/2010; 3801-00.111, de 19/05/2009; 3801-00.039, de 17/03/2009; 3803-00.045, de 16/03/2009, 303-35326, de 19/05/2008.

Resultado da votação: APROVADA

Numeração sequencial recebida: 81

15. PROPOSTA DE ENUNCIADO DE SÚMULA nº:

Após o encerramento do ano-calendário, é incabível lançamento de ofício de IRPJ ou CSLL para exigir estimativas não recolhidas.

Acórdãos precedentes: 101-96353, de 17/10/2007; 105-16808, de 05/12/2007; 108-08933, de 27/07/2006; 107-09125, de 12/09/2007; 103-22842, de 24/01/2007; 101-96683, de 17/04/2008; 105-17057, de 30/05/2008.

Resultado da votação: APROVADA

Numeração sequencial recebida: 82

16. PROPOSTA DE ENUNCIADO DE SÚMULA nº:

O resultado positivo obtido pelas sociedades cooperativas nas operações realizadas com seus cooperados não integra a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, mesmo antes da vigência do art. 39 da Lei nº 10.865, de 2004.

Acórdãos precedentes: 9101-00.308, de 25/08/2009; 9101-00.207, de 27/07/2009; 01-05.645, de 27/03/2007; 01-01.734, de 15/08/1994; 105-16.587, de 04/07/2007.

Resultado da votação: APROVADA

Numeração sequencial recebida: 83

18. PROPOSTA DE ENUNCIADO DE SÚMULA nº:

Pagamento indevido ou a maior a título de estimativa caracteriza indébito na data de seu recolhimento, sendo passível de restituição ou compensação.

Acórdãos precedentes: 1201-00.404, de 23/2/2011; 1202-00.458, de 24/1/2011; 1101-00.330, de 09/7/2010; 9101-00.406, de 02/10/2009; 105-15.943, de 17/8/2006.

Resultado da votação: APROVADA

Numeração sequencial recebida: 84

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

20. PROPOSTA DE ENUNCIADO DE SÚMULA nº:

Na revenda de veículos automotores usados, de que trata o art. 5º da Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998, aplica-se o coeficiente de determinação do lucro presumido de 32% (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta, correspondente à diferença entre o valor de aquisição e o de revenda desses veículos.

Acórdãos precedentes: 1803-01.159, de 17/1/2012; 1202-00.607, de 18/10/2011; 9101-00.193, de 16/6/2009; 9101-00.017, de 09/3/2009; 107-09.463, de 13/8/2008.

Resultado da votação: APROVADA

Numeração sequencial recebida: 85

III- ENUNCIADOS SUBMETIDOS À APROVAÇÃO DA 2ª TURMA DA CSRF:

21. PROPOSTA DE ENUNCIADO DE SÚMULA nº:

É vedada a retificação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física que tenha por objeto a troca de forma de tributação dos rendimentos após o prazo previsto para a sua entrega.

Acórdãos precedentes: 2202-01.042, de 15/03/2011; 102-48.858, de 06/12/2007; 104-22.779, de 18/10/2007; 102-47.301, de 09/12/2005; 102-47.140, de 19/10/2005; 102-46.872, de 16/06/2005.

Resultado da votação: APROVADA

Numeração sequencial recebida: 86

23. PROPOSTA DE ENUNCIADO DE SÚMULA nº:

O imposto de renda não incide sobre as verbas recebidas regularmente por parlamentares a título de auxílio de gabinete e hospedagem, exceto quando a fiscalização apurar a utilização dos recursos em benefício próprio não relacionado à atividade legislativa.

Acórdãos precedentes: 9202-00053, de 17/08/2009; 9202-01895, de 29/11/2011; 102-49.315, de 08/10/2008; 102-49.394, de 06/11/2008; 102-49.164, de 26/06/2008.

Resultado da votação: APROVADA

Numeração sequencial recebida: 87

24. PROPOSTA DE ENUNCIADO DE SÚMULA nº:

A Relação de Co-Responsáveis - CORESP", o "Relatório de Representantes Legais - RepLeg" e a "Relação de Vínculos - VÍNCULOS", anexos a auto de infração previdenciário lavrado unicamente contra pessoa jurídica, não atribuem responsabilidade tributária às pessoas ali indicadas nem comportam discussão no âmbito do contencioso administrativo fiscal federal, tendo finalidade meramente informativa.

Acórdãos precedentes: 206-00819, de 08/05/2008; 2301-00283, de 06/05/2009; 206-01351, de 07/10/2008; 2302-00.1028, de 11/05/2011; 2302-00.594, de 20/08/2010.

Resultado da votação: APROVADA

Numeração sequencial recebida: 88

25. PROPOSTA DE ENUNCIADO DE SÚMULA nº:

A contribuição social previdenciária não incide sobre valores pagos a título de vale-transporte, mesmo que em pecúnia.

Acórdãos precedentes: 2401-002.118, de 27/10/2011; 2402-002.521, de 12/03/2012; 2401-02.093, de 26/10/2011; 2301-01.396, de 28/04/2010; 2301-01.476, de 08/06/2010; 2301-002.295, de 24/08/2011; 2301-002.281, de 24/08/2011; 2301-002.575, de 07/02/2012.

Resultado da votação: APROVADA

Numeração sequencial recebida: 89

III- ENUNCIADO SUBMETIDO À APROVAÇÃO DA 3ª TURMA DA CSRF:

26. PROPOSTA DE ENUNCIADO DE SÚMULA nº:

Caracteriza infração às medidas de controle fiscal a posse e circulação de fumo, charuto, cigarrilha e

cigarro de procedência estrangeira, sem documentação comprobatória da importação regular, sendo irrelevante, para tipificar a infração, a propriedade da mercadoria.

Acórdãos precedentes: 3802-00.252, de 23/08/2010; 3201-00.520, de 02/07/2010; 3201-00.459, de 25/05/2010; 302-40.038, de 10/12/2008; 301-34.613, de 09/07/2008; 301-30.745, de 09/09/2003.

Resultado da votação: APROVADA

Numeração sequencial recebida: 90

2ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 802, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

Serão julgados na primeira sessão de julgamento subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de conselheiro, não comparecimento do conselheiro-relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado.

DIA 29 DE JANEIRO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS

1 - Processo: 10166.722949/2009-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAX EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

2 - Processo: 10166.722950/2009-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAX EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

3 - Processo: 10166.722951/2009-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAX EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

Relator: GONCALO BONET ALLAGE

4 - Processo: 13706.004750/2003-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JUSTINA BAPTISTA PORTO

5 - Processo: 19515.000282/2002-43 - Recorrente: LIVIO ANTONIO GIOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO OLIVEIRA

6 - Processo: 13706.004297/2003-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUELI FERREIRA DOS SANTOS

7 - Processo: 13830.001753/2003-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EMILIO VALERIO NETO

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

8 - Processo: 11831.002896/2002-75 - Recorrente: MAKRO ATACADISTA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo: 13009.000300/2002-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: POSTO DE COMBUSTIVEIS JALISCO LTDA

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

10 - Processo: 10675.720063/2007-81 - Recorrente: GRANJA PLANALTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo: 10675.720065/2007-71 - Recorrente: GRANJA PLANALTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo: 15971.000472/2007-37 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: SUCOCITRICO CUTRALE LTDA

Relator: MARIA HELENA COTTA CARDOZO

13 - Processo: 10680.012306/2006-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JAIME TATAGIBA FERNANDES

14 - Processo: 11543.000484/2001-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NATALINA FRANCA DAHER

Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA

15 - Processo: 19515.000118/2007-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ESCOVAS ROGER COMERCIAL E REPRESENTACOES LIMITADA

Relator: ELIAS SAMPAIO FREIRE

16 - Processo: 10215.000498/2003-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL TAPAJOS

DIA 29 DE JANEIRO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS

17 - Processo: 10980.008488/2006-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LAU CHOI WAN

18 - Processo: 13857.000079/2007-24 - Recorrente: JESUS MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo: 14485.000329/2007-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALMAP BBDO PUBLICIDADE E COMUNICACOES LTDA.

20 - Processo: 14485.000326/2007-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALMAP BBDO PUBLICIDADE E COMUNICACOES LTDA.

21 - Processo: 14485.000327/2007-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALMAP BBDO PUBLICIDADE E COMUNICACOES LTDA.

Relator: GONCALO BONET ALLAGE

22 - Processo: 10680.720561/2007-55 - Recorrente: MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo: 10680.720566/2007-88 - Recorrente: MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo: 10735.001012/2004-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HENRIQUE COIMBRA VALLE

Relator: MARCELO OLIVEIRA

25 - Processo: 13864.000188/2006-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SOLANGE CLARA ROMEIRO LEONEL E OUTROS

26 - Processo: 10912.000160/2003-81 - Recorrente: BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

27 - Processo: 11075.002078/00-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WERNER ARNS

28 - Processo: 10283.006363/2005-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ADELCIO NAVARRO

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

29 - Processo: 10670.001125/2001-15 - Recorrentes: ANFER PARTICIPACOES LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA HELENA COTTA CARDOZO

30 - Processo: 10580.010887/2006-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PAULO ROBERTO TANNUS FREITAS

31 - Processo: 10805.002018/2006-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE EDUARDO MARTINS DE BARROS

Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA

32 - Processo: 10768.009040/98-40 - Recorrente: VALE DO RIO DOCE NAVEGACAO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo: 10875.001542/2004-04 - Recorrente: WALDEMIR CARNEVALLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo: 10980.015119/2007-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LUIZ ANTONIO SCARPIM

35 - Processo: 13603.000367/2006-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR

36 - Processo: 10680.720558/2007-31 - Recorrente: MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ELIAS SAMPAIO FREIRE

37 - Processo: 19515.000896/2007-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AKIRA MATSUDA

38 - Processo: 10980.015279/2008-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ELIAS LIPATIN FURMAN

39 - Processo: 10830.009714/2002-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FRANCISCO ROSA NETO

DIA 30 DE JANEIRO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS

40 - Processo: 10950.003746/2003-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE CARLOS DE ALMEIDA

Relator: GONCALO BONET ALLAGE

41 - Processo: 10073.001629/2003-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: REGINA CELI PACIELLO

42 - Processo: 15956.000258/2006-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE LOPES FERNANDES NETO

Relator: MARCELO OLIVEIRA

43 - Processo: 13874.000409/2004-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA

44 - Processo: 13908.000118/2003-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO FACULDADES LUIZ MENEGHEL

45 - Processo: 10920.002852/2006-15 - Recorrente: ANTENOR DEMETERCO E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

46 - Processo: 10945.002302/2006-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARIA DE LURDES AGOSTINI PICCOLI

47 - Processo: 13839.001915/2003-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EDUARDO MORAES PASSARIN

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

48 - Processo: 11070.001205/2005-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARIA LOURDES SIMOM

49 - Processo: 10907.002587/2004-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AMAURI BILIERI

50 - Processo: 11610.003135/2001-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALAN PAULO CANCADO

Relator: MARIA HELENA COTTA CARDOZO

51 - Processo: 13884.000699/2002-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE LUIZ CORREA

52 - Processo: 13808.002904/2001-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NICOLAU AUM JUNIOR

53 - Processo: 15940.000159/2007-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOAO CARLOS FACHOLI

Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA

54 - Processo: 10980.010321/2003-31 - Recorrente: EDITEL LISTAS TELEFONICAS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo: 14751.000241/2006-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FERNANDO DA MATTA RIBEIRO

Relator: ELIAS SAMPAIO FREIRE

56 - Processo: 10070.002603/2003-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FRANKLIN DELANO CHAME DA SILVA

57 - Processo: 10380.026555/99-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CANECANTO PIZZARIA LTDA

58 - Processo: 10840.002288/2001-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VIACAO PASSAREDO LTDA

59 - Processo: 13896.002973/2003-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VERA BAILLY MEIRA DE VASCONCELLOS

60 - Processo: 10680.018282/2003-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WELITON AFONSO

61 - Processo: 11080.012020/2001-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ARAUPEL S.A.

62 - Processo: 10805.002708/2003-44 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ROGERIO RODRIGUES TEIXEIRA

63 - Processo: 10805.002689/2003-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ROLAND GILJUM

DIA 30 DE JANEIRO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS

64 - Processo: 10850.002615/2001-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HELOISA DO CARMO FARIA RIBEIRO

65 - Processo: 10865.002298/2006-70 - Recorrente: JADSON DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo: 10980.008571/2007-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE CAMPOS DE ANDRADE FILHO

Relator: GONCALO BONET ALLAGE

67 - Processo: 10980.008480/2001-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JORGE LUIZ BORGO

68 - Processo: 13706.001746/2003-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NUHAN SZPRINC

69 - Processo: 10830.009646/2003-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JULIO CESAR DE CAMPOS-ESPOLIO

70 - Processo: 13807.009029/2002-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LOSANGO CONSTRUCOES INCORPORACOES LTDA

Relator: MARCELO OLIVEIRA

71 - Processo: 15586.000014/2005-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARCIO ALEXANDRE SARNAGLIA

72 - Processo: 18088.000214/2007-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ARNALDO ADASZ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

73 - Processo: 18471.000011/2004-41 - Recorrentes: ANA CRISTINA DAS NEVES DUARTE e FAZENDA NACIONAL
Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR
74 - Processo: 11634.000154/2007-46 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ZAKI KHOURI
75 - Processo: 11516.000848/2006-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VLADIMIR FERNANDES VARGAS
76 - Processo: 10907.000543/2005-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CARLOS ROBERTO FRISOLI
77 - Processo: 14041.000941/2006-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: URACY GASPAR BOSQUE
Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD
78 - Processo: 35373.000880/2006-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MASSAFERA APEN LTDA
79 - Processo: 35373.000881/2006-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MASSAFERA APEN LTDA
Relator: MARIA HELENA COTTA CARDOZO
80 - Processo: 10280.002850/2003-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
81 - Processo: 10283.006067/2002-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAXIMA CORRETORA DE CAMBIO E VALORES MOBILIARIOS LTDA
82 - Processo: 15374.000165/99-88 - Recurso Voluntário - Recorrente: SANOFI WINTHROP FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA
83 - Processo: 10845.002587/2001-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARA RUDGE
84 - Processo: 10950.000327/2001-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LUIS ANTONIO PAOLICCHI
85 - Processo: 10980.009917/2007-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA DE SOFTWARE CITS
Relator: ELIAS SAMPAIO FREIRE
86 - Processo: 19740.000409/2005-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASILCAP CAPITALIZACAO S/A
87 - Processo: 10768.010936/2002-09 - Recorrente: BRASILCAP CAPITALIZACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo: 16327.001456/2003-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

DIA 31 DE JANEIRO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
89 - Processo: 19515.000467/2002-58 - Recorrentes: JUNJI ABE e FAZENDA NACIONAL
90 - Processo: 19515.004923/2003-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE EDUARDO GOMES PEREIRA
Relator: GONCALO BONET ALLAGE
91 - Processo: 10980.009671/2007-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: METSO PAPER SULAMERICANA LTDA
92 - Processo: 13433.000095/2004-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE RICARDO CELINO OLIVEIRA
93 - Processo: 10920.007419/2007-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSENEY BRASKA NEGRAO
Relator: MARCELO OLIVEIRA
94 - Processo: 18471.002675/2003-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MANOEL LOPES DA CUNHA FAVA
95 - Processo: 19515.001132/2004-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LIU HSIU CHEN
96 - Processo: 19515.003497/2004-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RICARDO AUGUSTO PICOTEZ DE ALMEIDA
Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR
97 - Processo: 18471.000572/2003-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UBERTO MOLO
98 - Processo: 19515.000280/2002-54 - Recorrente: VANDERLEI MACRIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD
99 - Processo: 19515.000252/2002-37 - Recorrente: ANTONIO CARLOS DE CAMPOS MACHADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo: 11065.001123/00-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALTERO DESIGN - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
Relator: MARIA HELENA COTTA CARDOZO
101 - Processo: 10835.000414/2001-69 - Recorrente: JAMIL MARINS BATISTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo: 10580.007982/2006-34 - Embargante: MARCOS LUIZ ABREU DE LIMA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA
103 - Processo: 18471.002017/2003-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FERNANDO CHINAGLIA DISTRIBUIDORA S A
Relator: ELIAS SAMPAIO FREIRE
104 - Processo: 13164.000003/99-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FLAMBOYANT AGRO PASTORIL LTDA
105 - Processo: 11618.002395/2005-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WILLY ANDRE ROBERT DEKEYSER

DIA 31 DE JANEIRO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
106 - Processo: 10240.000870/2006-11 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM LONDRINA/PR e Embargada: NELIO NILTON NIERO
Relator: MARCELO OLIVEIRA
107 - Processo: 10293.720031/2007-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: AUXILIO EGIDIO FOLETO
108 - Processo: 10805.001059/2001-01 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ANTONIO ANDRIUOLO
Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR
109 - Processo: 10865.001802/2003-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ELIZABETH MISSIATTO VIVIANI
110 - Processo: 13888.002717/2003-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VANDERCI MARRANO
Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD
111 - Processo: 10830.008581/2003-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WILTON PEREIRA DE SOUZA
Relator: MARIA HELENA COTTA CARDOZO
112 - Processo: 13748.000557/2003-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOAO FERNANDES QUADRA
Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA
113 - Processo: 13401.000468/2004-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JERUSA MAURA DE SOUZA

OTACILIO DANTAS CARTAXO
Presidente da 2ª Turma

AFONSO ANTONIO DA SILVA
Secretário da 2ª Turma

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 13 de dezembro de 2012

Nº 269 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no artigo 40 desse mesmo diploma, faz publicar os seguintes Protocolos ICMS celebrados entre as Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados indicadas em seu respectivo texto:

PROTOCOLO ICMS N º 168, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Protocolo ICMS 109/09, de 10 de agosto de 2009, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com artigos de papelaria.

Os Estados da Bahia e de São Paulo, neste ato representado pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996 e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira A cláusula terceira do Protocolo ICMS 109/09, de 10 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste Protocolo.

§ 1º Em substituição ao valor de que trata o "caput", a legislação do Estado de destino da mercadoria poderá fixar a base de cálculo do imposto como sendo o preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada ("MVA Ajustada"), calculado segundo a fórmula

MVA ajustada = [(1+ MVA ST original) x (1 - ALQ inter) / (1- ALQ intra)] -1", onde:

I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste Protocolo.

II -"ALQ inter" é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a "ALQ intra" ser inferior à "ALQ inter", deverá ser aplicada a "MVA - ST original", sem o ajuste previsto no § 1º.

§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula.".

Cláusula segunda Fica revogado o § 1º da Cláusula sexta do Protocolo ICMS 109/09, de 10 de agosto de 2009.

Cláusula terceira O Anexo Único do Protocolo ICMS 109/09, de 10 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO ÚNICO

CÓDIGO NCM/SH	DESCRIÇÃO
3213.10.00	Tinta guache
3703.10.10 3703.10.29 3703.20.00 3703.90.10 3704.00.00 4802.20	Papel fotográfico, exceto: (i) os papéis fotográficos emulsionados com haleto de prata tipo brilhante, matte ou lustre, em rolo e, com largura igual ou superior a 102 mm e comprimento igual ou inferior a 350 m, (ii) os papéisfotográficos emulsionados com haleto de prata tipo brilhante ou fosco, em folha e com largura igual ou superior a 152 mm e comprimento igual ou inferior a 307 mm, (iii) papel de qualidade fotográfica com tecnologia "Thermo- autoChrome", que submetido a um processo de aquecimento seja capaz de formar imagens por reação química e combinação das camadas cyan, magenta e amarela
3824.90.29	Corretivo
4016.92.00	Borracha de apagar, inclusive caneta borracha e lápis borracha
4202.1 4202.9	Maletas e pastas para documentos e de estudante, e artefatos semelhantes
4421.90.00 3926.90.90	Prancheta
5509.53.00 5202.99.00	Barbante de algodão e de fibra sintética combinada com algodão
8214.10.00	Apontador de lápis
9017.20.00	Instrumento de desenho, de traçado ou de cálculo
9603.30.00	Pincéis de escrever e desenhar
96.08	Canetas-tinteiro e outras canetas, estiletes para duplicadores, canetas porta-penas, porta-lápis e artigos semelhantes, suas partes (incluídas as tampas e prendedores)
9608.10.00	Canetas esferográficas
9608.20.00	Canetas e marcadores com ponta de feltro ou com outras pontas porosas
96.08.40.00	Lapiseiras
96.09	Lápis, minas, pastéis,carvões, gizes para escrever ou desenhar e gizes de alfaiate
3407.00.10	Massas ou pastas para modelar, próprias para recreação de crianças
3916.20.00	Espiral - perfil para encadernação, de plástico e outros materiais das posições 39.01 a 39.14
3920.20.19	Papel celofane
3926.10.00	Artigos de escritório e artigos escolares de plástico e outros materiais das posições 39.01 a 39.14, exceto estojos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4802.54.9	Papel seda
4421.90.00	Quadro branco, verde e cortiça
4802.20.90 4811.90.90	Bobina para fax
4802.54.99 4802.57.99 4816.20.00	Bobina para máquina de calcular ou PDV
4802.56.9 4802.57.9 4802.58.9	Cartolina escolar e papel cartão, brancos e coloridos; recados auto adesivos (LP note); papéis de presente
4806.20.00	Papel impermeável
4808.10.00	Papel crepon
4810.13.90	Papel almaço
4810.22.90	Papel fantasia
48.09 48.16 48.16	Papel-carbono, papel autocopiativo e outros papéis para cópia ou duplicação (incluídos os papéis para estênceis ou para chapas ofsete), estênceis completos e chapas ofsete, de papel, em folhas, mesmo acondicionados em caixas
4816.90.10	Papel hectográfico
48.17	Envelopes, aerogramas, bilhetes-postais não ilustrados e cartões para correspondência, de papel ou cartão, caixas, sacos e semelhantes, de papel ou cartão, contendo um sortido de artigos para correspondência
48.20	Livros de registro e de contabilidade, blocos de notas, de encomendas, de recibos, de apontamentos, de papel para cartas, agendas e artigos semelhantes, cadernos, pastas para documentos, classificadores, capas para encadernação (de folhas soltas ou outras), capas de processos e outros artigos escolares, de escritório ou de papelaria, incluídos os formulários em blocos tipo "manifold", mesmo com folhas intercaladas de papel-carbono, de papel ou cartão, álbuns para amostras ou para coleções e capas para livros, de papel ou cartão
4909. 00.00	Cartões postais impressos ou ilustrados, cartões impressos com votos ou mensagens pessoais, mesmo ilustrados, com ou sem envelopes, guarnições ou aplicações (conhecidos como cartões de expressão social - de época / sentimento)
5210.59.90	Papel camurça
7607.11.90	Papel laminado e papel espelho
9603.90.00	Apagador para quadro
9610.00.00	Lousas e quadros para escrever ou desenhar, mesmo emoldurados
4802.56	Papel cortado tipos A4, ofício I e II, e carta
3926.10.00 4420.90.00 4202.3	Estojo escolar; estojo para objetos de escrita
8304.00.00	Porta-canetas
3506.10 3506.91	Cola escolares branca e colorida, em bastão ou líquida

Cláusula quarta Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2012.

PROTOCOLO ICMS Nº 169, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com máquinas e aparelhos mecânicos, elétricos, eletromecânicos e automáticos.

Os Estados de Rio Grande do Sul e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, em Campo Grande, MS, no dia 28 de setembro de 2012, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte:

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Nas operações interestaduais com as mercadorias listadas no Anexo Único, com a respectiva classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul / Sistema Harmonizado - NCM/SH, destinadas ao Estado de Rio Grande do Sul ou ao Estado de São Paulo, fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS relativo às operações subseqüentes.

Parágrafo único. O disposto no "caput" aplica-se também à diferença entre a alíquota interna e a interestadual sobre a base de cálculo da operação própria, incluídos, quando for o caso, os valores de frete, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, na hipótese de entrada decorrente de operação interestadual, em estabelecimento de contribuinte, de mercadoria destinada a uso, consumo ou ativo permanente.

Cláusula segunda O disposto neste protocolo não se aplica:

I - às transferências promovidas pelo industrial para outro estabelecimento da mesma pessoa jurídica, exceto varejista;

II - às operações que destinem mercadorias a estabelecimento industrial para emprego em processo de industrialização como matéria-prima, produto intermediário ou material de embalagem;

III - às operações que destinem mercadorias a sujeito passivo por substituição que seja fabricante da mesma mercadoria;

IV - às operações interestaduais destinadas a contribuinte detentor de regime especial de tributação que lhe atribua a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS devido por substituição tributária pelas saídas de mercadorias que promover.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso III, não se aplica também às operações destinadas a estabelecimento industrial localizado no Estado de São Paulo que seja fabricante de mercadoria constante no Anexo único.

§ 2º Na hipótese desta cláusula, a sujeição passiva por substituição tributária caberá ao estabelecimento destinatário, devendo tal circunstância ser indicada no campo "Informações Complementares" do respectivo documento fiscal.

Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com os produtos mencionados neste Protocolo.

§ 1º Em substituição ao valor de que trata o "caput", a legislação do Estado de destino da mercadoria poderá fixar a base de cálculo do imposto como sendo o preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada ("MVA Ajustada"), calculado segundo a fórmula:

MVA ajustada = [(1+ MVA ST original) x (1 - ALQ inter) / (1- ALQ intra)] -1", onde:

I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado de destino da mercadoria.

II -"ALQ inter" é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou ao percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a "ALQ intra" ser inferior à "ALQ inter", deverá ser aplicada a "MVA - ST original", sem o ajuste previsto no § 1º.

§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula."

Cláusula quarta O imposto a ser retido pelo sujeito passivo por substituição será calculado mediante a aplicação da alíquota vigente para as operações internas a consumidor final na unidade federada de destino, sobre a base de cálculo prevista neste protocolo, deduzindo-se, do valor obtido, o imposto devido pela operação própria do remetente, desde que corretamente destacado no documento fiscal.

Parágrafo único. Na hipótese de remetente optante pelo regime tributário diferenciado e favorecido de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o valor a ser deduzido a título de operação própria observará o disposto na regulamentação do Comitê Gestor do Simples Nacional.

Cláusula quinta O imposto retido pelo sujeito passivo por substituição regularmente inscrito no cadastro de contribuintes na unidade federada de destino será recolhido até o dia 9 (nove) do mês subseqüente ao da remessa da mercadoria, mediante Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - GNRE, na forma do Convênio ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, ou outro documento de arrecadação autorizado na legislação da unidade federada destinatária.

Cláusula sexta Fica condicionada a aplicação deste Protocolo à mercadoria para a qual exista previsão da substituição tributária na legislação interna do Estado signatário de destino.

Parágrafo único Os Estados signatários acordam em adequar as margens de valor agregado ajustadas para equalizar a carga tributária em razão da diferença entre a efetiva tributação da operação própria e a alíquota interna na unidade federada destinatária, com relação às entradas de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação.

Cláusula sétima Este protocolo poderá ser denunciado, em conjunto ou isoladamente, pelos signatários, desde que comunicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula oitava Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de dezembro de 2012.

ANEXO ÚNICO

ITEM	NCM/SH	DESCRIÇÃO
1.	8414.5	Ventiladores
2.	8414.60.00	Coifas com dimensão horizontal máxima não superior a 120cm
3.	8414.90.20	Partes de ventiladores ou coifas aspirantes
4.	8415.10 8415.8 8415.90.00	Máquinas e aparelhos de ar-condicionado contendo um ventilador motorizado e dispositivos próprios para modificar a temperatura e a umidade, incluídos as máquinas e aparelhos em que a umidade não seja regulável separadamente e suas partes e peças
5.	8415.10.11	Aparelhos de ar-condicionado tipo Split System (elementos separados) com unidade externa e interna
6.	8415.10.19	Aparelhos de ar-condicionado com capacidade inferior ou igual a 30.000 frigorias/hora
7.	8415.10.90	Aparelhos de ar-condicionado com capacidade acima de 30.000 frigorias/hora
8.	8421.21.00	Aparelhos para filtrar ou depurar água - Purificadores de água
9.	8421.29.90	Aparelhos para filtrar ou depurar água - Depuradores de água elétricos
10.	8421.21.00	Aparelhos para filtrar ou depurar água - Filtros de barro
11.	8421.39.30	Concentradores de oxigênio por depuração do ar, com capacidade de saída inferior ou igual a 6 litros por minuto
12.	8423.10.00	Balanças para pessoas, incluídas as balanças para bebês; balanças de uso doméstico
13.	8424.20.00	Pistolas aerográficas e aparelhos semelhantes
14.	8424.30.10 8424.30.90 8424.90.90	Máquinas e aparelhos de jato de água e vapor e aparelhos de jato semelhantes e suas partes
15.	8424.30.90	Lavadora de alta pressão
16.	8443.12.00	Máquinas e aparelhos de impressão, por ofsete, dos tipos utilizados em escritórios, alimentados por folhas de formato não superior a 22cm x 36cm, quando não dobradas
17.	84.67	Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou com motor (elétrico ou não elétrico) incorporado, de uso manual
18.	8467.21.00	Furadeiras elétricas
19.	8468.10.00 8468.90.10	Maçaricos de uso manual e suas partes
20.	8468.20.00 8468.90.90	Máquinas e aparelhos a gás e suas partes
21.	8214.90 85.10	Aparelhos ou máquinas de barbear, máquinas de cortar o cabelo ou de tosquiar e aparelhos de depilar, de motor elétrico incorporado e suas partes
22.	8515.1	Máquinas e aparelhos para soldadura forte ou fraca
23.	8515.2	Máquinas e aparelhos para soldar metais por resistência
24.	8516.2	Aparelhos elétricos para aquecimento de ambientes
25.	8516.31.00	Secadores de cabelo
26.	8516.32.00	Outros aparelhos para arranjos do cabelo
27.	84.25	Talhas, cadernais e moitões
28.	8415.90	Partes de máquinas e aparelhos para soldadura forte ou fraca da posição 8515.1, e de máquinas e aparelhos para soldar metais por resistência da posição 8515.2 - Exceto dos produtos destinados à construção civil

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROTOCOLO ICMS Nº 170, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Exclui o Estado do Rio Grande do Norte e inclui o Estado do Rio de Janeiro nas disposições do Protocolo ICMS 85/11, que dispõe sobre a sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno.

Os Estados do Acre, Amapá, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia e Sergipe, neste ato representados por seus respectivos Secretários de Estado de Fazenda, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 da Lei nº 5172 de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica o Estado do Rio Grande do Norte excluído das disposições do Protocolo ICMS 85/11, de 30 de setembro de 2011.

Clausula segunda Fica o Estado do Rio de Janeiro incluido nas disposições do Protocolo ICMS 85/11.

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos em relação à clausula segunda a partir da data prevista na legislação do Estado do Rio de Janeiro.

PROTOCOLO ICMS Nº 171, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o prazo final de vigência do Protocolo ICMS 202/10, que dispõe sobre a remessa de trigo "in natura" por contribuinte estabelecido no Estado de Minas Gerais para industrialização por encomenda no Estado do Paraná com suspensão do ICMS.

Os Estados de Minas Gerais e Paraná, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Estado de Fazenda, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica prorrogado para 31 de dezembro de 2013 o prazo final de vigência do Protocolo ICMS 202/10, de 10 de dezembro de 2010.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS Nº 172, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a adesão do Estado de Rondônia às disposições do Protocolo ICMS 66/09, que dispõe sobre a instituição do Sistema de Inteligência Fiscal (SIF) e intercâmbio de informações entre as unidades da Federação.

Os Estados de Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e o Distrito Federal, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Estado de Fazenda, considerando o disposto nos art. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Ficam estendidas ao Estado de Rondônia as disposições do Protocolo ICMS 66/09, de 3 de julho de 2009.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS Nº 173, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Adia o início da vigência da obrigatoriedade da utilização da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, pelo critério de CNAE, prevista no Protocolo ICMS 42/09.

Os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda e Receita, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e no art. 38, inciso lI, do Anexo ao Convênio ICMS 133/97, de 12 de dezembro de 1997, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica prorrogado para 1º de janeiro de 2014 o início da vigência da obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, prevista no Protocolo ICMS 42/09, de 3 de julho de 2009, para os contribuintes que tenham sua atividade principal enquadrada em um dos seguintes códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas:

I - 4618-4/03 Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações;

II - 4647-8/02 Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações;

III - 4618-4/99 Outros representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações.

Parágrafo único. A prorrogação prevista no caput aplica-se, inclusive, à obrigatoriedade de emissão de NF-e nas operações descritas nos incisos da cláusula segunda do Protocolo ICMS 42/09.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

PROTOCOLO ICMS Nº 174, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a adesão dos Estados do Espírito Santo e Pernambuco às disposições do Protocolo ICMS 48/12, que dispõe a concessão, a alteração, a renovação, a cassação e o cancelamento de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS de estabelecimento do setor de combustíveis.

Os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, neste ato representados pelos respectivos Secretários de Estado da Fazenda, Finanças ou Tributação, considerando o disposto nos art.102 e 199 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e no art. 9º da Lei Complementar nº 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte:

P R O T O C O L O

Cláusula Primeira Ficam estendidas aos Estados do Espírito Santo e Pernambuco as disposições do Protocolo ICMS 48/2012, de 16 de abril de 2012.

Cláusula Segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de sua regulamentação pela legislação interna de cada Estado.

PROTOCOLO ICMS Nº 175, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Protocolo ICMS 09/09, que dispõe sobre a instituição da Comissão Nacional para Apuração de Irregularidades (CNAI) em equipamentos Emissores de Cupom Fiscal - ECF e em Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF.

Os Estados de Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários da Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, considerando ainda o disposto no Convênio ICMS 137, de 15 de dezembro de 2006, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica acrescida a cláusula décima quinta-B ao Protocolo ICMS 09/09, de 3 de abril de 2009, com a seguinte redação:

"Cláusula décima quinta-B Este Protocolo não se aplica ao Estado de Santa Catarina."

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

PROTOCOLO ICMS Nº 176, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Protocolo ICMS 41/06 que dispõe sobre a análise de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) e sobre a apuração de irregularidade no funcionamento de ECF.

Os Estados de Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins e o Distrito Federal, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Estado da Fazenda, e de Receita e Controle, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1966, considerando ainda o disposto no Convênio ICMS 137, de 15 de dezembro de 2006, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica acrescida a cláusula quadragésima primeira-A ao Protocolo ICMS 41/06, de 15 de dezembro de 2006:

"Cláusula quadragésima primeira-A Este Protocolo não se aplica ao Estado de Santa Catarina.".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

PROTOCOLO ICMS Nº 177, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a não aplicação, às operações com gelo originadas ou destinadas ao Estado de Pernambuco, das disposições do Protocolo ICMS 11/91, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cerveja, refrigerantes, água mineral ou potável e gelo.

Os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins e o Distrito Federal, neste ato representados por seus respectivos Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação, considerando o disposto no art. 9° da Lei Complementar n° 87, de 13 de setembro de 1996, e nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Deixam de se aplicar às operações com gelo originadas ou destinadas ao Estado de Pernambuco, as disposições do Protocolo ICMS 11/91, de 21 de maio de 1991.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1° de janeiro de 2013.

PROTOCOLO ICMS Nº 178, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Protocolo ICMS 128/10, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno.

Os Estados de Pernambuco e de São Paulo, neste ato representados pelos Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação e Gerente de Receita, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, resolveu celebrar o seguinte:

Cláusula primeira O Anexo Único do Protocolo ICMS 128, de 16 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO ÚNICO

Item / Subitem	Descrição das mercadorias	NCM/SH	MVA-ST ORIGINAL(%)
1	Ardósia, em qualquer formato, com até 2m2, e suas obras	2514.00.00, 6802, 6803	59
2	Cal para construção civil	25.22	43
3	Argamassas.	3214.90.00	41
3.1	Seladoras, massas para revestimento, aditivos para argamassas e afins.	3214.10.20, 3816.00.1, 3824.40.00, 3824.50.00	39
4	Silicones em formas primárias, para uso na construção civil	3910.00	57
5	Revestimentos de PVC e outros plásticos; forro, sancas e afins de PVC, para uso na construção civil	39.16	57
6	Tubos, e seus acessórios (por exemplo, juntas, cotovelos, flanges, uniões), de plásticos, para uso na construção civil	39.17	36
7	Revestimento de pavimento de PVC e outros plásticos	39.18	56
8	Chapas, folhas, tiras, fitas, películas e outras formas planas, auto-adesivas, de plásticos, mesmo em rolos, para uso na construção civil	39.19	58
9	Veda rosca, lona plástica, fitas isolantes e afins	39.19, 39.20, 39.21	52
10	Telhas plásticas, chapas, laminados plásticos em bobina, para uso na construção civil	39.21	53
11	Banheiras, boxes para chuveiros, pias, lavatórios, bidês, sanitários e seus assentos e tampas, caixas de descarga e artigos semelhantes para usos sanitários ou higiênicos, de plásticos	39.22	49

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

12	Artefatos de higiene / toucador de plástico	39.24	80
13	Telhas, cumeeiras e caixas d'água de polietileno e outros plásticos	3925.10.00, 3925.90.00	46
14	Portas, janelas e afins, de plástico	3925.20.00	43
15	Postigos, estores (incluídas as venezianas) e artefatos semelhantes e suas partes	3925.30.00	75
16	Outras obras de plástico, para uso na construção civil	3926.90	45
17	Fitas emborrachadas	4005.91.90	35
18	Tubos de borracha vulcanizada não endurecida, mesmo providos dos respectivos acessórios (por exemplo, juntas, cotovelos, flanges, uniões) para uso na construção civil	40.09	70
19	Revestimentos para pavimentos (pisos) e capachos de borracha vulcanizada não endurecida	4016.91.00	101
20	Juntas, gaxetas e semelhantes, de borracha vulcanizada não endurecida	4016.93.00	74
21	Folhas para folheados (incluídas as obtidas por corte de madeira estratificada), folhas para compensados (contraplacados) ou para outras madeiras estratificadas semelhantes e outras madeiras, serradas longitudinalmente, cortadas em folhas ou desenroladas, mesmo aplainadas, polidas, unidas pelas bordas ou pelas extremidades, de espessura não superior a 6mm	4408	77
22	Pisos de madeira	44.09	36
23	Painéis de partículas, painéis denominados "oriented strand board" (OSB) e painéis semelhantes (por exemplo, "waferboard"), de madeira ou de outras matérias lenhosas, recobertos na superfície com papel impregnado de melamina, mesmo aglomeradas com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos, em ambas as faces, com película protetora na face superior e trabalho de encaixe nas quatro laterais, dos tipos utilizados para pavimentos	4410.11.21	43
24	Pisos laminados com base de MDF (Médium Density Fiberboard) e/ou madeira	44.11	45
25	Obras de marcenaria ou de carpintaria para construções, incluídos os painéis celulares, os painéis montados para revestimento de pavimentos (pisos) e as fasquias para telhados "shingles e shakes", de madeira	44.18	40
26	Persianas de madeiras	44.18, 44.21	52
27	Papel de parede e revestimentos de parede semelhantes; papel para vitrais	48.14	79
28	Tapetes e outros revestimentos para pavimentos (pisos), de matérias têxteis, tufados, mesmo confeccionados	57.03	54
29	Tapetes e outros revestimentos para pavimentos (pisos), de feltro, exceto os tufados e os flocados, mesmo confeccionados	57.04	46
30	Linóleos, mesmo recortados revestimentos para pavimentos (pisos) constituídos por um induto ou recobrimento aplicado sobre suporte têxtil, mesmo recortados	59.04	93
31	Persianas de materiais têxteis	6303.99.00	48
32	Ladrilhos de mármores, travertinos, lajotas, quadrotes, alabastro, ônix e outras rochas carbonáticas, e ladrilhos de granito, cianito, charnokito, diorito, basalto e outras rochas silicáticas, com área de até 2m2	68.02	71
33	Abrasivos naturais ou artificiais, em pó ou em grãos, aplicados sobre matérias têxteis, papel, cartão ou outras matérias, mesmo recortados, costurados ou reunidos de outro modo	68.05	67
34	Manta asfáltica	6807.10.00	43
35	Painéis, chapas, ladrilhos, blocos e semelhantes, de fibras vegetais, de palha ou de aparas, partículas, serragem (serradura) ou de outros desperdícios de madeira, aglomerados com cimento, gesso ou outros aglutinantes minerais, para uso na construção civil	6808.00.00	101
36	Obras de gesso ou de composições à base de gesso	68.09	34
37	Telhas de concreto	6810.19.00	36
37.1	Outras obras de cimento, de concreto ou de pedra artificial, mesmo armadas, exceto poste acima de 3 m de altura e tubos, laje, pré laje e mourões	6810.11.00 6810.9	58
38	Caixas d'água, tanques e reservatórios e suas tampas, telhas, calhas, cumeeiras e afins, de fibrocimento, cimento-celulose ou semelhantes, contendo ou não amianto - COM FRETE INCLUÍDO NA BASE DE CÁLCULO DE RETENÇÃO	68.11	41
38.1	Caixas d'água, tanques e reservatórios e suas tampas, telhas, calhas, cumeeiras e afins, de fibrocimento, cimento-celulose ou semelhantes, contendo ou não amianto - SEM FRETE INCLUÍDO NA BASE DE CÁLCULO DE RETENÇÃO	68.11	56
39	Tijolos, placas (lajes), ladrilhos e outras peças cerâmicas de farinhas siliciosas fósseis ("kieselghur", tripolita, diatomita, por exemplo) ou de terras siliciosas semelhantes	6901.00.00	101
40	Tijolos, placas (lajes), ladrilhos e peças cerâmicas semelhantes, para construção, refratários, que não sejam de farinhas siliciosas fósseis nem de terras siliciosas semelhantes	69.02	81
41	Tijolos para construção, tijoleiras, tapa-vigas e produtos semelhantes, de cerâmica - COM FRETE INCLUÍDO NA BASE DE CÁLCULO DE RETENÇÃO	69.04	40
41.1	Tijolos para construção, tijoleiras, tapa-vigas e produtos semelhantes, de cerâmica - SEM FRETE INCLUÍDO NA BASE DE CÁLCULO DE RETENÇÃO	69.04	76
42	Telhas, elementos de chaminés, condutores de fumaça, ornamentos arquitetônicos, de cerâmica, e outros produtos cerâmicos para construção civil - COM FRETE INCLUÍDO NA BASE DE CÁLCULO DE RETENÇÃO	69.05	44
42.1	Telhas, elementos de chaminés, condutores de fumaça, ornamentos arquitetônicos, de cerâmica, e outros produtos cerâmicos para construção civil - SEM FRETE INCLUÍDO NA BASE DE CÁLCULO DE RETENÇÃO	69.05	69
43	Tubos, calhas ou algerozes e acessórios para canalizações, de cerâmica	6906.00.00	91
44	Ladrilhos e placas de cerâmica, exclusivamente para pavimentação ou revestimento	69.07, 69.08	53
45	Pias, lavatórios, colunas para lavatórios, banheiras, bidês, sanitários, caixas de descarga, mictórios e aparelhos fixos semelhantes para usos sanitários, de cerâmica	69.10	40
46	Artefatos de higiene/toucador de cerâmica	6912.00.00	83
47	Vidro vazado ou laminado, em chapas, folhas ou perfis, mesmo com camada absorvente, refletora ou não, mas sem qualquer outro trabalho	70.03	42
48	Vidro estirado ou soprado, em folhas, mesmo com camada absorvente, refletora ou não, mas sem qualquer outro trabalho	70.04	101
49	Vidro flotado e vidro desbastado ou polido em uma ou em ambas as faces, em chapas ou em folhas, mesmo com camada absorvente, refletora ou não, mas sem qualquer outro trabalho	70.05	45
50	Vidros temperados	7007.19.00	44
51	Vidros laminados	7007.29.00	46
52	Vidros isolantes de paredes múltiplas	70.08	46
53	Espelhos de vidro, mesmo emoldurados, excluídos os de uso automotivo	70.09	42
54	Barras próprias para construções, exceto vergalhões	7308.90.10	39
54.1	Vergalhões	7214.20.00	41
55	Fios de ferro ou aço não ligados, não revestidos, mesmo polidos cordas, cabos, tranças (entrançados), lingas e artefatos semelhantes, de ferro ou aço, não isolados para usos elétricos	7217.10.90, 7312	44
56	Outros fios de ferro ou aço, não ligados, galvanizados	7217.20.90	42
57	Acessórios para tubos (inclusive uniões, cotovelos, luvas ou mangas), de ferro fundido, ferro ou aço	73.07	37
58	Portas e janelas, e seus caixilhos, alizares e soleiras de ferro fundido, ferro ou aço	7308.30.00	40
59	Material para andaimes, para armações (cofragens) e para escoramentos, (inclusive armações prontas, para estruturas de concreto armado ou argamassa armada), eletrocalhas e perfilados de ferro fundido, ferro ou aço, próprios para construção, exceto treliças de aço	7308.40.00, 7308.90	65
59.1	Treliças de aço	7308.40.00	38
60	Caixas diversas (tais como caixa de correio, de entrada de água, de energia, de instalação) de ferro ou aço, próprias para a construção civil; pias, banheiras, lavatórios, cubas, mictórios, tanques e afins de ferro fundido, ferro ou aço	73.10	89
61	Arame farpado, de ferro ou aço arames ou tiras, retorcidos, mesmo farpados, de ferro ou aço, dos tipos utilizados em cercas	7313.00.00	46
62	Telas metálicas, grades e redes, de fios de ferro ou aço	73.14	39
63	Correntes de rolos, de ferro fundido, ferro ou aço	7315.11.00	101
64	Outras correntes de elos articulados, de ferro fundido, ferro ou aço	7315.12.90	101
65	Correntes de elos soldados, de ferro fundido, de ferro ou aço	7315.82.00	68
66	Tachas, pregos, percevejos, escápulas, grampos ondulados ou biselados e artefatos semelhantes, de ferro fundido, ferro ou aço, mesmo com a cabeça de outra matéria, exceto cobre	7317.00	44
67	Parafusos, pinos ou pernos, roscados, porcas, tira-fundos, ganchos roscados, rebites, chavetas, cavilhas, contrapinos, arruelas (incluídas as de pressão) e artefatos semelhantes, de ferro fundido, ferro ou aço	73.18	51
68	Esponjas, esfregões, luvas e artefatos semelhantes para limpeza, polimento e usos semelhantes, de ferro ou aço, exceto as esponjas de lã de aço ou ferro para limpeza doméstica, classificadas na posição 7323.10.00 da NCM/SH	73.23	101
69	Artefatos de higiene ou de toucador, e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço	73.24	62
70	Outras obras moldadas, de ferro fundido, ferro ou aço, para uso na construção civil	73.25	86
71	Abraçadeiras	73.26	80
72	Tubos de cobre e suas ligas, para instalações de água quente e gás, de uso na construção civil	7411.10.10	35
73	Acessórios para tubos (por exemplo, uniões, cotovelos, luvas ou mangas) de cobre e suas ligas, para uso na construção civil	74.12	33
74	Tachas, pregos, percevejos, escápulas e artefatos semelhantes, de cobre, ou de ferro ou aço com cabeça de cobre, parafusos, pinos ou pernos, roscados, porcas, ganchos roscados, rebites, chavetas, cavilhas, contrapinos, arruelas (incluídas as de pressão), e artefatos semelhantes, de cobre	74.15	62
75	Artefatos de higiene/toucador de cobre	7418.20.00	46
76	Manta de subcobertura aluminizada	7607.19.90	59
77	Acessórios para tubos (por exemplo, uniões, cotovelos, luvas ou mangas), de alumínio, para uso na construção civil	7609.00.00	66
78	Construções e suas partes (por exemplo, pontes e elementos de pontes, torres, pórticos ou pilones, pilares, colunas, armações, estruturas para telhados, portas e janelas, e seus caixilhos, alizares e soleiras, balaustradas), de alumínio, exceto as construções pré-fabricadas da posição 94.06; chapas, barras, perfis, tubos e semelhantes, de alumínio, próprios para construções	76.10	38
79	Artefatos de higiene / toucador de alumínio	7615.20.00	73
80	Outras obras de alumínio, próprias para construções, incluídas as persianas	76.16	45
81	Outras guarnições, ferragens e artigos semelhantes de metais comuns, para construções, inclusive puxadores, exceto persianas de alumínio constantes do item 81	76.16, 8302.4	47
82	Cadeados, fechaduras e ferrolhos (de chave, de segredo ou elétricos), de metais comuns, incluídas as suas partes fechos e armações com fecho, com fechadura, de metais comuns chaves para estes artigos, de metais comuns excluídos os de uso automotivo	83.01	54
83	Dobradiças de metais comuns, de qualquer tipo	8302.10.00	58
84	Pateras, porta-chapéus, cabides, e artigos semelhantes de metais comuns	8302.50.00	51
85	Tubos flexíveis de metais comuns, mesmo com acessórios, para uso na construção civil	83.07	62
86	Fios, varetas, tubos, chapas, eletrodos e artefatos semelhantes, de metais comuns ou de carbonetos metálicos, revestidos exterior ou interiormente de decapantes ou de fundentes, para soldagem (soldadura) ou depósito de metal ou de carbonetos metálicos fios e varetas de pós de metais comuns aglomerados, para metalização por projeção	83.11	60
87	Aquecedores de água não elétricos, de aquecimento instantâneo ou de acumulação	8419.1	42
88	Torneiras, válvulas (incluídas as redutoras de pressão e as termostáticas) e dispositivos semelhantes, para canalizações, caldeiras, reservatórios, cubas e outros recipientes	84.81	47
89	Partes de máquinas e aparelhos para soldadura forte ou fraca e de máquinas e aparelhos para soldar metais por resistência	8515.1, 8515.2, 8515.90.00	65
90	Banheira de hidromassagem	90.19	43

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA PARA TERCEIROS

PROTOCOLO ICMS Nº 179, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a exclusão do Estado de Goiás do Protocolo ICMS 14/06, que dispõe sobre substituição tributária nas operações com bebidas quentes.

Os Estados de Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Estado de Fazenda, de Tributação ou de Receita, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica o Estado de Goiás excluído das disposições do Protocolo ICMS 14/06, de 7 de julho de 2006.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeito a partir de 1º de dezembro de 2012.

PROTOCOLO ICMS Nº 180, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a exclusão do Estado de Goiás do Protocolo ICMS 14/07, que dispõe sobre substituição tributária nas operações com bebidas quentes.

Os Estados de Alagoas, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo e o Distrito Federal, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Estado de Fazenda, de Tributação ou de Receita, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica o Estado de Goiás excluído das disposições do Protocolo ICMS 14/07, de 23 de abril de 2007.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeito a partir de 1º de dezembro de 2012.

PROTOCOLO ICMS Nº 181, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Protocolo ICMS 106/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos.

Os Estados de Santa Catarina e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula Primeira Fica revogada a cláusula quinta do Protocolo ICMS 106/12, de 03 de setembro de 2012.

Cláusula Segunda Este protocolo entre em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS Nº 182, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Protocolo ICMS 107/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com artefatos de uso doméstico.

Os Estados de Santa Catarina e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula Primeira Fica revogada a cláusula quinta do Protocolo ICMS 107/12, de 03 de setembro de 2012.

Cláusula Segunda Este protocolo entre em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS Nº 183, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Protocolo ICMS 108/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com artigos de papelaria.

Os Estados de Santa Catarina e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira O Anexo Único do Protocolo 108/12, de 3 de setembro de 2012, fica acrescido do item 48 com a seguinte redação:

"48 - papel cortado cutsize (tipo A3, A4, Ofício I e II, cartas e outros) - NCM 4802.56"

Cláusula segunda Fica revogada a cláusula quinta do Protocolo ICMS 108/12, de 3 de setembro de 2012.

Cláusula terceira Este protocolo entre em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS Nº 184, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Protocolo ICMS 109/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bicicletas.

Os Estados de Santa Catarina e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula Primeira Fica revogada a cláusula quinta do Protocolo ICMS 109/12, de 03 de setembro de 2012.

Cláusula Segunda Este protocolo entre em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS Nº 185, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Protocolo ICMS 110/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com brinquedos.

Os Estados de Santa Catarina e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula Primeira Fica revogada a cláusula quinta do Protocolo ICMS 110/12, de 03 de setembro de 2012.

Cláusula Segunda Este protocolo entre em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS Nº 186, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012 .

Altera o Protocolo ICMS 111/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com colchoaria.

Os Estados de Santa Catarina e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula Primeira Fica revogada a cláusula quinta do Protocolo ICMS 111/12, de 3 de setembro de 2012.

Cláusula Segunda Este protocolo entre em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS Nº 187, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Protocolo ICMS 112/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador.

Os Estados de Santa Catarina e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula Primeira Fica revogada a cláusula sexta do Protocolo ICMS 112/12, de 03 de setembro de 2012.

Cláusula Segunda Este protocolo entre em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS Nº 188, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Protocolo ICMS 113/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com ferramentas.

Os Estados de Santa Catarina e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula Primeira Fica revogada a cláusula quinta do Protocolo ICMS 113/12, de 03 de setembro de 2012.

Cláusula Segunda Este protocolo entre em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS Nº 189, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Protocolo ICMS 114/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com instrumentos musicais.

Os Estados de Santa Catarina e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula Primeira Fica revogada a cláusula quinta do Protocolo ICMS 114/12, de 03 de setembro de 2012.

Cláusula Segunda Este protocolo entre em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS Nº 190, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Protocolo ICMS 115/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com máquinas e aparelhos mecânicos, elétricos, eletromecânicos e automáticos.

Os Estados de Santa Catarina e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula Primeira Fica revogada a cláusula quinta do Protocolo ICMS 115/12, de 03 de setembro de 2012.

Cláusula Segunda Este protocolo entre em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS Nº 191, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Protocolo ICMS 116/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno.

Os Estados de Santa Catarina e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula Primeira Fica revogada a cláusula quinta do Protocolo ICMS 116/12, de 03 de setembro de 2012.

Cláusula Segunda Este protocolo entre em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS Nº 192, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Protocolo ICMS 117/12 que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais elétricos.

Os Estados de Santa Catarina e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula Primeira Fica revogada a cláusula quinta do Protocolo ICMS 117/12, de 03 de setembro de 2012.

Cláusula Segunda Este protocolo entre em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS Nº 193, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Protocolo ICMS 118/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza.

Os Estados de Santa Catarina e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula Primeira Fica revogada a cláusula quinta do Protocolo ICMS 118/12, de 03 de setembro de 2012.

Cláusula Segunda Este protocolo entre em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROTOCOLO ICMS Nº 194, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Protocolo ICMS 119/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios.

Os Estados de Santa Catarina e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula Primeira Fica revogada a cláusula quinta do Protocolo ICMS 119/12, de 3 de setembro de 2012.

Cláusula Segunda Este protocolo entre em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS Nº 195, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a cessão, sem ônus, pelo Estado de São Paulo, de cópia do Sistema de Domicílio Eletrônico do Contribuinte - DEC, de sua propriedade, para ser exclusivamente utilizado, aperfeiçoado, reproduzido e distribuído no âmbito do Governo do Estado do Sergipe.

Os Estados de São Paulo e do Sergipe, neste ato representados pelos seus Secretários de Fazenda, tendo em vista o disposto nos artigos 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966),

Considerando o ambiente nacional de discussão normativa e operacional para integração das administrações tributárias nas esferas de competência federal, estadual e municipal;

Considerando a adoção, pelos órgãos signatários, de soluções com abordagens convergentes quanto ao escopo dos projetos e abrangência do universo de contribuintes envolvidos;

Considerando a comprovada eficiência e resultados obtidos pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo no desenvolvimento do Sistema de Domicílio Eletrônico do Contribuinte - DEC, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira O Estado de São Paulo compromete-se a ceder ao Estado do Sergipe, sem ônus, o Sistema de Domicílio Eletrônico do Contribuinte - DEC, de sua propriedade, para ser exclusivamente utilizado, reproduzido e distribuído no âmbito da Secretaria de Fazenda do Estado do Sergipe.

§ 1º O disposto nesta Cláusula inclui o fornecimento dos arquivos fonte do sistema, diagramas e documentação respectiva, e não abrange os demais aplicativos comerciais (compiladores e demais utilitários) utilizados para a geração do código executável do software.

§ 2º A cessão do sistema não implica transferência de propriedade e nem alteração do nome do aplicativo, assim como não impede o Estado cedente de fazer quaisquer modificações no programa original que será comunicado, posteriormente, ao Estado cessionário.

§ 3º Fica vedado ao Estado cessionário divulgar os arquivos fonte do programa cedido ou revelar informações que possam vulnerabilizá-lo, bem como exercer qualquer forma de comercialização ou distribuição do mesmo.

§ 4º Os arquivos fonte cedidos sem restrições serão de livre distribuição, vedado à unidade federada cessionária qualquer forma de comercialização.

§ 5° A cessão de que trata esta cláusula será efetivada pela efetiva entrega do sistema solicitado.

Cláusula segunda O cessionário se compromete a dar conhecimento e disponibilizar ao cedente, novas funcionalidades ou melhorias que eventualmente sejam incorporadas ao programa de que trata a cláusula anterior, desde que sejam pertinentes ao uso ou funcionalidade do aplicativo.

Cláusula terceira O presente Protocolo poderá ser denunciado unilateralmente por qualquer das partes, mediante comunicação efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula quarta A denúncia ou revogação deste Protocolo não desobriga o cessionário quanto ao cumprimento das vedações nele previstas,

Cláusula quinta Este Protocolo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS Nº 196, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Protocolo ICMS 48/11, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bebidas quentes.

Os Estados do Espírito Santo e São Paulo, neste ato representado pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996 e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte:

P R O T O C O L O

Cláusula primeira A clausula terceira do Protocolo ICMS 48/11, de 08 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor constante no Anexo Único deste protocolo.

§ 1º Inexistindo o valor de que trata o caput, a base de cálculo corresponderá ao montante formado pelo preço praticado pelo remetente, acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada calculado segundo a fórmula:

"MVA ajustada = [(1+ MVA ST original) x (1 - ALQ inter) / (1- ALQ intra)] -1", onde:

I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste protocolo.

II - "ALQ inter" é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou ao percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Nas operações interestaduais com os produtos relacionados no item XXIV do Anexo único, o remetente deverá adotar as seguintes MVAs. ajustadas:

MVA-ST original (%)	Espécies de bebidas	Alíquota Interestadual	MVA Ajustada Conforme Alíquota Interna do Estado de Destino (%)		
			7%	25%	27%
43,03	vinhos, cavas, champagnes, espumantes, filtrados doces, proseccos, sangria e sidras, importados	7%	43,03	77,36	82,22
43,03	Produtos nacionais classificadas na posição 2204.10 da NCM/SH	7%	43,03	77,36	82,22
43,03	vinhos, cavas, champagnes, espumantes, filtrados doces, proseccos, sangria e sidras, nacionais	7%	43,03	77,36	82,22
123,87	Demais bebidas	7%	123,87	177,60	185,20

"

§ 3º Na hipótese de a "ALQ intra" ser inferior à "ALQ inter", deverá ser aplicada a "MVA - ST original", sem o ajuste previsto no § 1º.

§ 4º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido do percentual de margem de valor agregado ajustada ("MVA Ajustada").

§ 5º Nos itens do Anexo Único, em que o preço final está fixado "por litro", os valores a serem utilizados serão proporcionais à quantidade do produto.

Cláusula segunda Fica acrescentado ao Anexo Único do Protocolo ICMS 48/2011, de 08 de julho de 2011, o item XXIV conforme a seguinte redação:

XXIV. VINHOS

24.1	Vinhos, cavas, champagnes, espumantes, filtrados doces, proseccos, sangria e sidras, importados
24.2	Produtos nacionais classificadas na posição 2204.10 da NCM/SH
24.3	Vinhos, cavas, champagnes, espumantes, filtrados doces, proseccos, sangria e sidras, nacionais, exceto produtos nacionais classificados na posição 2204.10 da NCM/SH

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir 1º de janeiro de 2013.

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF Nºs.

Nº 270 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
EMC Sistemas Ltda	04.507.969/0001-04	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL4842012, nome: Frente de Caixa Comercial Gestão, versão: 5.2.0.0, código MD-5: ED7C2F30D02D472B62C22503CC397BCD *SISTEMA
Softline Soluções em Sistemas para Varejo Ltda - EPP	59.763.490/0001-20	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL5072012, nome: SAC EXPRESS, versão: 6.2.1, código MD-5: 1956DD900E89064C24DFEEA1C403C18D *MENUPAF
Alsoft Informática Ltda	06.247.768/0001-40	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL4942012, nome: Alsoft, versão: 1.1, código MD-5: 08CBF0FED86364B58A8AFDC8BE7DBBE2 *PDV

2. Universidade Católica Dom Bosco - UDB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Yuzuri & Neto Ltda ME	05.557.971/0001-50	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UDB0202012, nome: SIGE, versão: 1.2, código MD-5: 6966AA33223372764E579698E996E4D2
Softgran Informática Ltda	09.646.537/0001-06	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UDB0232012, nome: SOFTGRAN PAF ECF, versão: 7.0, código MD-5: 911CF9B9189197C4F078FE4DDCC68D3A
Athena Software Ltda ME	07.996.463/0001-02	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UDB0242012, nome: ATHENA PAF, versão: 2.2, código MD-5: 585211FA654A490F757852034248E479

3. Centro Universitário Filadélfia - UniFil

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Econtabil Informática Ltda	05.350.853/0001-77	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0772012, nome: Econtabil PAF, versão: 5.0, código MD-5: 3E4A54E24B948AE8D260CD825917B1C9
Pro System Ltda	09.569.795/0001-28	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0762012, nome: Pro System ERP, versão: 1.0, código MD-5: 05FEC53305050F03ADE4D1D5AF0D3558
Oliveira e Monte Ltda	00.189.631/0001-09	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0742012, nome: OMSYS, versão: 2.2, código MD-5: F3AEBE6A7F52D74967144FE4B5822AA6
Revolution Informática Ltda	03.758.188/0001-20	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0752012, nome: REVOL-ECFPAF-TEF, versão: 1.0, código MD-5: 63964CEBBAE7E88070E2DC77E3A60576
Londrisoft Informatica Ltda	80.928.989/0001-37	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0782012, nome: Venda Balcao, versão: 5.03.005, código MD-5: e259a8f0faa58fcdf15f753a3175cbcd

4. Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Method Comércio e Serviço de Informática Ltda	82.882.903/0001-08	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0972012, nome: Fator, versão: 1.1, código MD-5: 39f6c7a0d60c59a947ebf6759c24dcf1
Centrium Informática Ltda	72.227.986/0001-48	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0942012, nome: Sistemas Administr. Integrado Centrium, versão: 10.00, código MD-5: 76dac95983d256411bd1308088156004
Intime Sistemas Ltda	00.689.569/0001-06	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0962012, nome: CERTO PDV, versão: 2013.1, código MD-5: feab5cd21ed66686d677a3f9f239428b

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Consensum Desenvolvimento de Sistemas Ltda	05.865.051/0001-08	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0892012, nome: SENSUM, versão: 3.6, código MD-5: 1fe4061c23b38bcce892a5b9d0886235
Cirine Centro de Informatica Rio Negro Ltda	00.550.316/0001-57	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0932012, nome: SISAUTO, versão: 8.0, código MD-5: 2a5cd9afb8e68f1cffe18e3783ed4ad0
Nautilus Informatica Ltda	00.368.887/0001-75	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0882012, nome: FCIA, versão: 4.09, código MD-5: 9735d411bca152e6f5eda29e99e791de
MK Consultoria e Desenvolvimento de Sistemas Ltda	85.288.405/0001-20	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0952012, nome: Gestão Comercial, versão: 4.0, código MD-5: a0cd99eaeb28ee2da101af2f946e20af
Compufour Software Ltda	00.445.335/0001-13	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UDB1002012, nome: Clipp Store, versão: 2013, código MD-5: 9bf7e37de028a6315cb07274bce1cc70
Compufour Software Ltda	00.445.335/0001-13	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UDB0992012, nome: APLICATIVOS COMERCIAIS, versão: 2013, código MD-5: 1c44fb0475ad0123e72ba33a93e3fb2e

5. Fundação Educacional Serra dos Órgãos - FESO

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
J Ramos e Filhos Ltda	28.241.123/0001-33	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: FSO0672012, nome: SIR ECF, versão: 1.0.0.0, código: MD-5: 1F03B04A288FB92A650FBE2AD5694D23

6. Fundação São Paulo - PSP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Wal-mart Brasil Ltda	00.063.960/0001-09	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número PSP0592012, nome: GSA, versão: 120303, código MD-5: 488BC9511863B8C95138B92FA13AA25C

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF Nºs.

Nº 271 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria-Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Mario Augusto Soares Silva ME	07.840.348/0001-36	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL4932012, nome: LitCash, versão: 2.0.0.3, código MD-5: B4CA9608901ABCE728A286628F9903EA * LitCash
Q1 Serviço e Recebimento Ltda	09.218.787/0001-37	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL5102012, nome: SISLOJA, versão: 1.3, código MD-5: ee0405bd28e6b57487ca02e25f7ecf24 *PDV
Ponto.Sys Sistemas e Automação Ltda-ME	07.106.443/0001-00	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL4962012, nome: Virtual Store, versão: 2.1.0.0, código MD-5: D266D73D6BF1981BD1927DD920832119 *VENDAS
B&M Personalsoft Ltda	03.557.609/0001-54	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL5142012, nome: ADMLOJAS, versão: 10.0.4, código MD-5: C4AAAD2B8C76056B8EDED8884D7076EA *CaixaPAF
Drogaria Araújo S/A	17.256.512/0001-16	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL5122012, nome: Cosmos FL, versão: 1.3M, código MD-5: 6F0CEEAF4D9A0AB4F4815DCFFF768EBB * ECFFL

2. Faculdades Integradas Espírito-Santenses - FAESA

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
L&K Administração e Serviços Ltda ME	36.030.278/0001-59	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FAE0452012, nome: Superw Automação Comercial, versão: 9.12, código MD-5: 9cd2b3bf92c0dd5e137a168b7d088bbb

3. Universidade Potiguar - UNP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
R Santos de Medeiros Silva Informática ME	10.312.503/0001-56	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UNP0762012, nome: SISCUF, versão: 01.00, código: MD-5: 5b54112501efcb1345961a9b14e74734*CUPOM
Olimpus Tecnologia em Sistemas Ltda	07.557.635/0001.33	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UNP0772012, nome: CRONOS PDV, versão: 2.2.93, código: MD-5: 9081bd1e46ae8347e89820028b56dbf9*PDV

4. Faculdade Idez - i10

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Solange Rocha de Oliveira - ME	09.029.006/0001-66	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i101252012, nome: PDVSWLv3, versão: 3.0.0.1, código MD-5: efa2c4078ce11b8cd709aebf89f7d8b6 *PDVSWL
A G Lemos ME	12.211.750/0001-91	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i101222012, nome: SPDV, versão: 2.5.0.0 , código MD-5: ab4a7ec3244ce4c7611ecb5f327cfb46 *SPdv
A G Lemos ME	12.211.750/0001-91	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i101102012, nome: SPDV, versão: 2.4.0, código MD-5: 78b98bbafd9f810fae3c9ebc94fb779a *SPDV
SOCIC - Sociedade Comercial Irmãs Claudino S/A	04.049.497/0001-93	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i101272012, nome: ZAP, versão: 3.0, código MD-5: bf20edc80b5cc03480da110ffc020df3 *EXECUT\ZAP\zap
Lojas Insinuante Ltda	16.182.834/0001-03	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i101292012, nome: MV PDV, versão: 2.0.0.8 , código MD-5: 30ebbfb975815eaa9ec399d44753d79b *mv_pdv

5. Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE - FPF

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Document Consult Ltda	04.105.059/0001-03	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: FPF0322012, nome: PafEcfBrasil, versão: 1.00, código: MD-5: 501be773242a34aa566ea7751584ed3d
T A A MARTINS ME	10.855.201/0001-24	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: FPF0332012, nome: NEWAY SOFT, versão: 1.0, código: MD-5: 888d56ef2869ea61218e7c208a9f8423

6. Universidade Católica Dom Bosco - UDB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Tyna Informática e Engenharia Ltda	01.872.676/0001-38	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UDB0252012, nome: SAC, versão: 9.0, código MD-5: 3b139d4a2cdd3b931eb34a179ec7ac13

7. Fundação Visconde de Cairu - FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Mega News Informática Ltda	04.638.280/0001-19	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FVC0652012, nome: MEGA FLEX PDV, versão: 3.10, código MD-5: 8f582182770f5c4544dcfe0800e5fdeb
Genius Soluções em Informática Ltda	04.989.417/0001-80	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FVC0672012, nome: GENIUS PAF, versão: 4.60.000, código MD-5: f809e2a66cd527c41e92ddd7478923ba

8. Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNO

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Arpa Sistemas de Informática Ltda	03.600.447/0001-04	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UNO1022012, nome: PDV-FISCAL, versão: 4.9.1.0, código MD-5: 51383D6421468A9EBDE4BF978EAC13C5

9. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Softplus Informatica Ltda	93.632.370/0001-22	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: PRS0502012, nome: APCONW FOR WINDOWS, versão: 1.8.0, código: MD-5: 01e596a1b00bbc54f814dd4d0c79af71
Logicbox Automação Comercial Ltda	02.298.414/0001-74	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: PRS0572012, nome: LOGIDOC FRENTE DE CAIXA, versão: 2.2.1.0, código: MD-5: 6caa7a658b88272df8d8cbf7273c577e
Market Automações Ltda	03.049.617/0001-90	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: PRS0582012, nome: Market Frente, versão: 9.00, código: MD-5: 239d1455f65df3ac70a87f19bbbd4a8f

10. Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Edmar de Oliveira Frazão Software	05.497.022/0001-22	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número INA0752012, nome: SEECF, versão: 5.0.0.1, código MD-5: EDE6A3CFE77B01F551CC30C9F125DE47

11. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IPB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Cupom Fiscal Automação Ltda	07.311.342/0001-71	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IPB0062012, nome: Cupom Fiscal PAF, versão: 8.00, código MD-5: 2715C3236DEC912C44DB6B73CB3D67E1

12. UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina (UNS)

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Podium Informática Ltda	73.711.814/0001-08	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UNS0282012, nome: SGF - DATAFLEX, versão: 1.04, código MD-5: ab20f4e83a2123e302a2ba0bde136a6a

13. Fundação São Paulo - PSP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Linx Sistemas e Consultoria Ltda	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número PSP0632012, nome: P2K RETAIL SUITE, versão: B19V008, código MD-5: DBE65266AAA6EBC-FEB93FFF01083CC6A

Habilitação a exercer a atividade de distribuição e revenda de ECF.

Nº 272 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto na cláusula décima sétima do Convênio ICMS 09/09, de 03 de abril de 2009, torna público que está habilitada a exercer a atividade de distribuição e revenda de equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) o seguinte estabelecimento:

DENOMINAÇÃO	CNPJ	ENDEREÇO
SVM DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA	07.279.776/0001-31	Rua José Jorge Cury, 139 - Mini Distrito Tancredo Neves São José do Rio Preto - SP CEP: 15.076-610

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RETIFICAÇÕES

Na clausula segunda do Protocolo ICMS 128/12, publicado no DOU de 8 de outubro de 2012, Seção 1, página 28:
onde se lê: "... O § 1º da cláusula sétima ...";
leia-se: "... O § 1º da cláusula sexta.".

No Convênio ICMS 111/12, de 28 de setembro de 2012, publicado no DOU de 04 de outubro de 2012, Seção 1, página 26 (republicado no DOU de 10 de outubro de 2012, Seção 1, página 18), na Cláusula segunda, inciso I, onde se lê: "... Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul...", leia-se: "... Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul...".

CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS

RESOLUÇÃO Nº 266, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o art. 28 do anexo à Resolução CNSP Nº 154, de 8 de dezembro de 2006.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 5º do Regimento Interno daquele Conselho, aprovado pela Resolução CNSP Nº 111, de 7 de maio de 2004, com fulcro no disposto no art. 12 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs. 8.441, de 13 de julho de 1992, 11.482, de 31 de maio de 2007, e 11.945, de 4 de junho de 2009, no caput do art. 2º e o Decreto nº 7.833, de 29 de outubro de 2012, considerando o que consta do Processo CNSP Nº 9/2001 na origem, e processo SUSEP nº 15414.004731/2006-33, ad referendum daquele Conselho,resolveu:

Art.1º Alterar os §§ 1º e 2º do art. 28 do anexo à Resolução CNSP Nº 154, de 8 de dezembro de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28 .....

§ 1º No caso de veículos sujeitos ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, o bilhete de seguro será emitido, exclusivamente, com o Certificado de Registro e Licenciamento Anual.

a) O prêmio do seguro DPVAT, de qualquer categoria, poderá, nos Estados da Federação em que haja parcelamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, ser parcelado em 3 (três) parcelas, iguais, mensais e consecutivas, observado o valor mínimo de R$ 70,00 (setenta reais) por parcela do prêmio.

b) O custo da emissão e da cobrança da apólice ou do bilhete do Seguro DPVAT deverá ser parcelado, em partes iguais, em conjunto com as parcelas do prêmio.

c) No primeiro licenciamento do veículo, de qualquer categoria, o valor do prêmio será calculado de forma proporcional, considerando-se o número de meses entre o mês de licenciamento, inclusive, e dezembro do mesmo ano, sendo vedado, neste caso, o parcelamento do prêmio.

d) A data de vencimento para pagamento do prêmio do Seguro DPVAT em parcela única, de todas as categorias, deverá coincidir com a data do vencimento da cota única do IPVA.

e) No caso de parcelamento do prêmio do Seguro DPVAT, a data de vencimento da primeira parcela coincidirá com a data do vencimento da primeira parcela do IPVA, sendo que as duas seguintes serão iguais, mensais e consecutivas e coincidirão com o calendário de vencimento para pagamento do IPVA da Unidade da Federação em que o veículo for licenciado.

f) Caso o proprietário do veículo opte por pagar o IPVA em cota única ou no caso de veículo isento do IPVA ou, ainda, nos casos em que o IPVA, por seu valor reduzido, não puder ser parcelado de acordo com as regras da Unidade da Federação respectiva, o prêmio do Seguro DPVAT poderá ser parcelado em 3 (três) parcelas, conforme os procedimentos estabelecidos nas alíneas "a", "b" e "e".

g) A faculdade do parcelamento do prêmio do Seguro DPVAT só será concedida aos proprietários de veículos em que o licenciamento ocorra após a comprovação do pagamento integral do IPVA e do Seguro DPVAT e nas Unidades da Federação em que haja condições operacionais para viabilizar e controlar seu parcelamento.

h) O proprietário de veículo perderá o direito ao parcelamento no caso de não pagamento de parcela do prêmio do seguro DPVAT no prazo estabelecido pelo calendário de vencimentos, devendo quitar o valor devido em parcela única, na data de vencimento da parcela seguinte do parcelamento.

§ 2º O parcelamento do prêmio só poderá ser realizado para os pagamentos vincendos, sendo vedado para os prêmios vencidos." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2013.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

ATA DE JULGAMENTO DA 346ª SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2012

Ata da 46ª Sessão Pública de Julgamento, realizada em 26 de novembro de 2012, Cuja Pauta foi publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2012, Seção 1, pag. 14, com divulgação nessas mesmas datas via Internet (www.bcb.gov.br/crsfn).

1 - LOCAL E HORÁRIO: no 5º Subsolo, sala sem número, torre 2, do Edifício-sede do Banco Central do Brasil, no Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 3, Bloco B - Brasília (DF), às 14h30.

2 - Trabalhos - Abriu-se a sessão às 14h51 e os trabalhos foram encerrados às 19h57, sob condução da Presidente, Conselheira Ana Maria Melo Netto, tendo como Secretário-Executivo o Dr. Marcos Martins de Souza e presente(s) o(s) Dr. Euler Barros Ferreira Lopes, Dra. Luciana Moreira e o Dr. Walter Santos, Procuradores representantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

3 - Quorum - Presentes os Conselheiros Ana Maria Melo Netto, Arnaldo Penteado Laudísio, Diogo Hernandes Ruiz, Francisco Satiro de Souza Junior, José Augusto Mattos da Gama, Julio Cesar Costa Pinto, Marcos Martins Davidovich, Marília de Castro Valente e Nelson Alves de Aguiar Júnior,

4. Posse(s) de Conselheiro(s) - Foram lidos os termos de posses: de Ana Maria Melo Netto, para exercer a função de membro deste Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, na qualidade de titular e de presidente, como representante do Ministério da Fazenda - MF, no período de 16 de novembro de 2012 a 16 de novembro de 2014, designada que foi pela Portaria nº 243, de 31/10/2012 (publicada no DOU de 01.11.2012 - Seção 2, pag. 58), do Sr. Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, no uso da competência conferida pelo Sr. Ministro de Estado da Fazenda; e de Julya Sotto Mayor Wellisch, para exercer a função de membro deste Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, na qualidade de suplente, como representante da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, no período de 21 de novembro de 2012 a 21 de novembro de 2014, designada que foi pela Portaria nº 225, de 22/10/2012 (publicada no DOU de 23.10.2012 - Seção 2, pag. 28), do Sr. Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, no uso da competência conferida pelo Sr. Ministro de Estado da Fazenda.

5 - Distribuição de Recursos

5.1 - Recursos a serem devolvidos à Secretaria Executiva - Foi distribuída relação dos Recursos que, em situação de análise, estavam em poder dos Srs. Conselheiros e da PGFN.

5.2 - Recursos sorteados para relator:

Recurso 12710 - RJ-2008-8662 - I - Recorrentes: Carlos Sampaio Braconnot, Marlus Rodnei Souza Wiecheteck e Pedro Laudo de Camargo. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorrido: Carlos Sampaio Braconnot. Relator: Francisco Satiro de Souza Junior.

Recurso 12714 - 0801398483 - Recorrentes: Padrão Auditoria S/S. e Yukio Funada. Recorrido: Bacen. Relator: Marcos Martins Davidovich.

Recurso 12756 - IA-2004-15 - I- Recorrentes: Claus Buckmann Cardoso de Mello, Guilherme Davies, Jorge Davies, José Henrique Secco Peixoto, Lucio Henrique Ledo Gomes e Rogério Rodriguez Almeida. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorrido: Raul Davies Mendez. Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 13107-RB - 0001015464 - Recorrente: Banco Bozano Simonsen S.A. (sucedido pelo Banco Santander S.A.). Recorrido: Bacen. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

5.3 - Recurso(s) sorteado(s) para novo relator, tendo em vista o impedimento do conselheiro anterior, nos termos do art. 15, § 3º do Regimento Interno do CRSFN, aprovado pelo Decreto nº 1.935, de 20 de junho de 1996.

Recurso 12700-MI - 0901441072 - Recorrente/Recorrida: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás. Recorrente/Recorrido: Bacen. Relator: Nelson Alves de Aguiar Junior.

6 - Julgamento - Foi realizado o julgamento dos seguintes recursos constantes da Pauta de início aludida, nestes termos:

6.1 - Recurso(s):

Recurso 8541 - 39/00 - I - Recursos Voluntários Improvidos: Anthony Maccarthy e Lázaro Yoshinobu Terasaka - Multa pecuniária, em caráter individual, no valor de R$ 100.000,00; Norivaldo Corrêa Filho - Multas pecuniárias (2 duas) no valor total de R$ 120.000,00; Base legal da(s) penalidade(s): Lei 6.385/76, art. 11, inc. II. II - Recurso de Ofício Improvido (Arquivamento) Flávio Edson Del Soldato. Assunto: Mercado de Valores Mobiliários - Realização de contrato com companhia aberta, através de sociedades em que tinha interesse, em condições não equitativas, sem submissão da operação à assembleia geral - Não convocação de assembleia geral de acionistas.

Recurso 12109-MI - 0601333490 - Recorrente: Prolan Equipamentos LTDA. Recurso Provido Parcialmente - Multa pecuniária no valor de R$ 29.829,51 - Base legal da(s) penalidade(s): Lei 10.755/03, art. 1º; Circular BCB 3.308/06. Recorrido: Bacen. Assunto: Importação - Não-pagamento no prazo estabelecido na legislação.

Recurso 12521 - RJ-2008-2468 - Recorrente: Luiz Ademar Corrêa da Costa. Recurso improvido - Multa pecuniária no valor de R$ 30.000,00. Base legal da(s) penalidade(s): Lei 6.385/76, art. 11, inc. II. Recorrida: CVM. Assunto: Mercado de Valores Mobiliários - Realização de auditoria independente por parte de profissional sem o competente registro na CVM.

Recurso 12833 - 0701364508 - Recorrente: Bacen. Recorrido: Marcelo Gomes Sabino. Recurso improvido - Arquivamento. Assunto: Não fornecimento de informações regulamentares exigidas pelo Banco Central do Brasil, relativas a capitais brasileiros no exterior.

Recurso 12948 - 0501287065 - I - Recurso Voluntário Improvido: Joaquim Costa Rodrigues - Multa pecuniária de R$ 3.000,00 (três mil reais) e Inabilitação por 6 (seis) anos, para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições financeiras na área de fiscalização do Banco Central do Brasil. Base legal da(s) penalidade(s): Lei 4.595/64, art. 44, §§ 2º e 4º. II - Recurso de Ofício Improvido (Arquivamento): Marciano Ribeiro de Almeida. Assunto: Cooperativa de Crédito - Receber títulos de validade controversa e de pouca ou nenhuma liquidez como dação em pagamento de dívidas de responsabilidade do diretor presidente - Celebrar operações de crédito sem observância dos princípios gerais de garantia, seletividade, diversificação de riscos e liquidez - Aceitar, como associadas, pessoas jurídicas, em desacordo ao estabelecido na legislação e no Estatuto Social da entidade - Operar com pessoas jurídicas associadas que não exerciam atividades agrícolas na área de atuação da cooperativa - Captar recursos de não associados - Não observância dos deveres estatutários de Conselheiro, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e falta de vigilância sobre as operações e serviços da Cooperativa.

7. Recursos retirados de pauta:

a) a pedido:

a.1) da Conselheira Ana Maria Melo Netto:

Recurso 12042 - SP-2007-118 - Recorrente: Luiz Gonzaga Murat Júnior. Recorrida: CVM. Relator: Marcos Martins Davidovich..

a.2) do Conselheiro Marcos Martins Davidovich:

Recurso 12978 - 0601356790 - Recorrente: Verycom Comercial Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Arnaldo Penteado Laudisio

b) por requerimento de advogada(s)/advogado(s)/parte(s):

Recurso 11750 - RJ-2005-9831 - Recorrentes: Audinorte Auditores Independentes S/C. e Mauri Deschamps. Recorrida: CVM. Relator: Francisco Satiro Souza Júnior.

Recurso 12038 - IA-2003-35 - I - Recorrentes: Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira, Marcos Grodetzky, Júlio César Pinto, Geraldo Pereira de Araújo, José Fernandes Pauletti, José Augusto da Gama Figueira e Antônio Carlos Borges Camanho. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorridos: Tele Norte Leste Participações S.A. - TNL, Aldo Luiz Mendes, Antônio Carlos Borges Camanho, Carlos Francisco Ribeiro Jereissati, Celso Fernandes Quintella, Eloir Cogliatti, Fersen Lamas Lambranho, Geraldo Pereira de Araújo, José Augusto da Gama Figueira, José Ferandes Pauletti, Júlio César Pinto, Luiz Eduardo Falco Pires Corrêa, Luiz Eduardo Franco de Abreu, Marcos Grodetzky, Maurício Borges Lemos, Roberto Timotheo da Costa, Roberto Zurli Machado e Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira. Relator: Francisco Satiro de Souza Junior.

Recurso 13069 - 07/07 - I - Recorrente: Flávio Fontana Mincaroni. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorridos: Osório Henrique Furlan Júnior e Christiane Assis. Relator: Marcos Martins Davidovich.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 346ª (trecentésima quadragésima sexta) Sessão Pública de Julgamento, às 19h57, pela Presidente, Conselheira Ana Maria Melo Netto, que lavrou e assinou esta Ata, depois de lida e aprovada pelos integrantes deste Órgão Colegiado.

Brasília, 26 de novembro de 2012.
ANA MARIA MELO NETTO
Presidente

MARCOS MARTINS DE SOUZA
Secretário Executivo

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL
SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA - SARAC DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Sobral, na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral, à Av. Eurípides Ferreira Gomes, nº 720 - Bairro - Betânia , Sobral - CE.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LUIZITO FREDERICO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas
23.597.388/0001-55

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA SECÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Sobral, na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral, à Av. Eurípides Ferreira Gomes, nº 720, Bairro - Betânia - Sobral - CE.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LUIZITO FREDERICO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).

Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas
23.734.916/0001-70
73.784.878/0001-39

4ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 9, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Artefato de plástico de uso doméstico, próprio para ser encaixado ao topo de uma porta, sem caráter de permanência, constituído por bastão de alumínio e quatro ganchos de material plástico (composto ABS), dois dos quais, além da função de pendurar diversos objetos, em especial vestuário, têm, também, a função de encaixe, comercialmente denominado "cabide para portas", classifica-se no código 3924.90.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC) e da Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI).

DISPOSITIVOS LEGAIS: : RGI 1, 3b) (texto da posição 39.24) e 6 (texto da subposição 3924.90) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução CAMEX nº 94, de 08/12/2011, com alterações posteriores e da Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e alterações posteriores, tendo por base os subsídios fornecidos para a interpretação das RGI e da posição 39.24, pelas Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (NESH), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992 (versão atual aprovada pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, atualizada pelas IN RFB nº 1.072, de 30 de setembro de 2010 e nº 1.260, de 20 de março de 2012, por força da delegação de competência outorgada pelo art. 1º da Portaria MF nº 91, de 24 de fevereiro de 1994).

MARIA DE FÁTIMA GUIMARÃES FALCÃO
Chefe

5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara inscrito no Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, o estabelecimento que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da competência que lhe foi conferida pelo inciso XI do art. 6º da Portaria nº 36, de 18 de abril de 2011, publicada no DOU de 19 de abril de 2011, com fundamento no disposto no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, o estabelecimento abaixo especificado, para a atividade de GRÁFICA: impressor de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou o adquire com imunidade tributária, de que trata o inciso V do § 1º do art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, observado o que ficou decidido no processo nº 10530.726140/2012-19:

Nome Empresarial	União Artes Gráfica Editora Ltda - EPP
Endereço	Av. Luiz Vianna, nº 66, Térreo, Centro - Santo Antonio de Jesus-BA
CNPJ	15.690.589/0001-74
Processo Administrativo	10530.726140/2012-19
Registro Especial	GP-05102/0056

Art. 2º A pessoa jurídica fica obrigada a apresentar a Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle de Papel Imune (DIF-Papel Imune), assim como cumprir todas as obrigações previstas na Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, sob pena de cancelamento do Registro Especial, bem como observar os demais atos legais e normativos pertinentes.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUÍS ÂNGELO CARNEIRO BAPTISTA

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 290, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara e Comunica o cancelamento de inscrição no cadastro CPF nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010.

O Delegado Substituto da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e considerando o disposto nos artigos 30 e 31, da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, a inscrição nº 017.756.396-65,

em nome da contribuinte LAURA DE MEIRA, de acordo com as informações contidas no Processo Administrativo nº 13629.721612/2012-46.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

ATO DECLARATORIO EXECUTIVO Nº 76, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera Registro Especial para Produtora e Engarrafadora de Bebidas.Contribuinte: Indústria de Bebidas Risso Ltda. CNPJ: 30.769.483/0001-54. Processo: 10735.722.833/2012-36.

O DELEGADO DA REFEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto no artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e o Art. 3° da IN/SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º - Tendo em Vista as informações constantes nos autos da requerente INDÚSTRIA DE BEBIDAS RISSO LTDA - CNPJ Nº 30.769.483/0001-54, estabelecida na Estrada Feliciano Sodré, 2855 - Centro - Município de Mesquita RJ, através do processo administrativo nº 10735.722.833/2012-36, fica ALTERADO o REGISTRO ESPECIAL nesta DRF de nº 07103/010 como produtora e engarrafadora de bebidas concedido à empresa, passando a constar os seguintes produtos:

PRODUTO	MARCA COMERCIAL	Capacidade (ml)
Vinho Tinto de Mesa Suave	Cantina Vila Flores	900
Vinho Tinto de Mesa Suave	Cantina Vila Flores	1.500
Vinho Tinto de Mesa Suave	Cantina Vila Flores	4.600
Coquetel de Vinho Tinto com Suco de Maçã, Xarope de Guaraná e Extrato de Catuaba	Drama	900
Coquetel Alcoólico de Mel	Drama	900
Coquetel Alcoólico de Menta	Drama	900
Coquetel Alcoólico de Anis	Drama	900
Coquetel Alcoólico de Pêssego	Drama	900
Coquetel Alcoólico de Canela	Drama	900
Coquetel Alcoólico de Coco	Drama	900
Coquetel Alcoólico de Amendoim	Drama	900
Vinho Tinto Composto com Catuaba Doce	Cabra Macho	900
Batida de Mel	Zangão	900
Vinho Tinto de Mesa Suave	Sultão	900
Vinho Tinto de Mesa Suave	Sultão	1.500
Vinho Tinto de Mesa Suave	Sultão	4.600
Vinho Tinto de Mesa Suave	Sangue Nobre	750
Vinho Tinto de Mesa Suave	Sangue Nobre	900
Vinho Tinto de Mesa Suave	Sangue Nobre	1.500
Vinho Tinto de Mesa Suave	Sangue Nobre	4.600
Vinho Tinto de Mesa Seco	Sangue Nobre	750
Vinho Tinto de Mesa Seco	Sangue Nobre	900
Vinho Tinto de Mesa Seco	Sangue Nobre	1.500
Vinho Tinto de Mesa Seco	Sangue Nobre	4.600
Vinho Tinto Composto com Catuaba Doce	Vadia	900
Vinho Tinto de Mesa Suave	Serrano	900
Vinho Tinto de Mesa Suave	Serrano	1.500
Vinho Tinto de Mesa Suave	Serrano	4.600
Xarope Artificial Sabor de Groselha	Risso	1.000
Xarope Artificial Sabor de Groselha	Risso	5.000
Xarope Artificial Sabor de Guaraná	Risso	1.000
Xarope Artificial Sabor de Guaraná	Risso	5.000
Xarope Artificial Sabor de Uva	Risso	1.000
Xarope Artificial Sabor de Uva	Risso	5.000
Coquetel Alcoólico (Anis)	Risso	900
Coquetel Alcoólico (Canela)	Risso	900
Coquetel Alcoólico (Menta)	Risso	900
Coquetel Alcoólico (Mel)	Zangão	900
Vinho Tinto de Mesa Suave	Divino	1.000
Vinho Tinto de Mesa Suave	Divino	2.000
Vinho Tinto de Mesa Seco	Divino	1.000
Vinho Tinto de Mesa Seco	Divino	2.000

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara nulidade de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU - RJ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando os termos do art. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.183/2012, bem assim como tudo o que consta no processo abaixo indicado, declara:

Art. 1º - A NULIDADE da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas abaixo, em virtude de ter sido constatado vício no ato de sua inscrição.

CNPJ	CONTRIBUINTE	PROCESSO	DATA DE EFEITO
02.131.173/0001-74	BALACHOC DISTRIBUIDORA DE COMESTIVEIS LTDA ME	13748.720453/2012-14	08/09/1997

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito na respectiva data acima indicada.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 253, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro I, no uso da competência delegada pela Portaria DRFRJ I e II nº 01, de 03 de maio de 2010, publicada no DOU de 03 de maio de 2010 e Portaria Conjunta DRFRJ I e II nº 13, de 13 de maio de 2010, publicada no DOU de 20/05/2010 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º - Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º - O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º - É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido à Delegada da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro I em qualquer dos CAC's (Centro de Atendimento ao Contribuinte) situados no Rio de Janeiro, cujos endereços podem ser obtidos na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço ?www.receita.fazenda.gov.br?.

Art. 4º - Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ EDUARDO MAGALHÃES OEST

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).
Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

RELAÇÃO DOS CNPJ DAS PESSOAS EXCLUÍDAS	
DRF 07108 RIO DE JANEIRO I	
PARCELAMENTO EM 130 MESES	
LOTE 06	
NI	
26254565000199	44520609000167
73588832000144	

RELAÇÃO DOS CNPJ DAS PESSOAS EXCLUÍDAS	
DRF 07108 RIO DE JANEIRO I	
PARCELAMENTO EM 130 MESES	
LOTE 7	
NI	
01874328000108	04182652000145
74104530000116	

RELAÇÃO DOS CNPJ DAS PESSOAS EXCLUÍDAS	
DRF 07108 RIO DE JANEIRO I	
PARCELAMENTO EM 130 MESES	
LOTE 10	
NI	
32347841000166	33871435000160
42326991000147	42356832000195
42426254000116	

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 166, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

A INSPETORA-CHEFE ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de sua competência prevista no artigo 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010 e IN RFB nº 1.284 de 23 de julho de 2012, e tendo em vista o que consta do processo relacionado no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa SOLSTAD OFFSHORE LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até os termos finais nele fixado, atuando por meio de seu estabelecimento habilitado, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF nº 167, de 3 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2011.

INGRID FRANKLIN ARAUJO

ANEXO

Processo nº 10768.004273/2010-95				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.708.419/0001-56	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97, no âmbito da exploração e da produção.	2050.0059276.10.2 NORMAND BORG	04/07/2014
Processo nº 10768.000953/2011-11				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.708.419/0001-56	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0055790.09.2 NORMAND VIBRAN	13/05/2013
Processo nº 10768.000954/2011-65				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.708.419/0001-56	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0055792.09.2 NORMAND TRYM	05/01/2013
Processo nº 10768.000955/2011-18				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.708.419/0001-56	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0057429.10.2 NOR SUN	28/04/2013
Processo nº 10768.001026/2011-18				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.708.419/0001-56	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97	2050.0065883.11.2 (Afret. Internacional) 2050.0065884.11.2 (prestação de serviços) NORMAND VESTER	27/03/2014

Processo nº 10768.001277/2011-01				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.708.419/0001-56	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97, no âmbito da exploração e da produção.	Afretamento 2050.0030633.07.2 NORMAND TITAN	03/05/2012
Processo nº 10768.001276/2011-58				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.708.419/0001-56	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0049188.09.2 (Afret. Internacional) 2050.0049189.09.2 (prestação de serviços) NORMAND DROTT	14/05/2013
Processo nº 10768.001591/2011-85				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.708.419/0001-56	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97, no âmbito da exploração e da produção.	2050.0066106.11.2 (afretamento) NORMAND MARINER 2050.0066107.11.2. (prestação serviços)	15/05/2015
Processo nº 10768.001592/2011-20				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.708.419/0001-56	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97, no âmbito da exploração e da produção.	2050.0066108.11.2 (afretamento) NORMAND MASTER 2050.0066109.11.2 (prestação serviços)	15/05/2015

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 167, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

A INSPETORA -CHEFE ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo nº 10074.720011/2012-41, declara, com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009, que após a publicação do presente Ato Declaratório no Diário Oficial da União, fica autorizada a transferência de propriedade dos bens constantes da DI nº 11/0793645-6, com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990, da Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos - COPPETEC, CNPJ nº 72.060.999/0001-75, para a Universidade Federal Fluminense - UFF, CNPJ nº 28.523.215/0001-06.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos, quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

INGRID FRANKLIN ARAUJO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 168, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

A INSPETORA -CHEFE ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de sua competência prevista no artigo 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010 e IN RFB nº 1.284 de 23 de julho de 2012, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1o Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa NOBLE DO BRASIL LTDA, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2o Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3o Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4o Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 076, de 30 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 03 de abril de 2012.

INGRID FRANKLIN ARAUJO

ANEXO

		Processo 10768.002138/2009-71		
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
40.330.078/0001-99	Petróleo Brasileiro S.A	Campos em Exploração: Piranema	2050.004424.04.2 Noble Muravlenko	26.04.2015
		Processo 10768.006169/2009-00		
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
40.330.078/0001-99	Petróleo Brasileiro S.A.	Campos em Produção: Albacora Leste e Marlim Leste. Campos em Exploração: Amazonas: BA-1 e 3 Ceará- Amazonas: BPOT-4, 10 (RNS-143) e 100 Sergipe-Alagoas: BM-SEAL-4, SEAL-30 e 100, BT-SEAL-2 Camamu-Almada: BCAM-40 e BM-CAL-1 Espírito Santo: BES-100, BC-60, BM-ES-26, 27 31 e 38; BT-ES-28, 29, 32, 34 e 35. Campos: BC- 20, 30, 50, 60, 100, 200, 400, 500, 600; BM-C-3 e 6 Santos: BS-3, 400, 500, BM-S-3, 7, 8, 9, 10, 11; BM-S-46, 49, 50, 51, 52 e 53.	186.2.013.04-5 2050.0003914.04.2 Noble Roger Eason	05/08/2015

		Processo 10768.006168/2009-57		
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
40.330.078/0001-99	Petróleo Brasileiro S.A.	Campos em Exploração: Bacias Sedimentares: Espírito Santo: PA1-ESS-130 (BC-60) Campos: BC-500 Santos: 1-RJS-628 (BM-S-11)	101.2.038.97-5 101.2.039.97-8 Noble Paul Wolff	27/12/2012

		Processo 10768.006167/2009-11		
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
40.330.078/0001-99	Petróleo Brasileiro S.A.	Campos em Exploração: Bacias Sedimentares: Espírito Santo: BS-3 BS-400,BS-500, BM-S-3; BM-S-7; BM-S-8; BM-S-9; BM-S-10; BM-S-11; BM-S-46; BM-S-49 BM-S-50; BM-S-52; BM-S-53 Campos em produção Albacora Leste, Marlim Leste e Marlim Sul	187.2.128.01-4 187.2.127.01-1 Noble Leo Segerius	18/02/2014

		Processo 10768.100233/2009-30		
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
40.330.078/0001-99	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei n 9478/97.	2050.0013075.05.2 Serviços 2050.0013073.05.2 Afretamento Noble Daves Beard	29/06/2013

		Processo 10768.002738/2011-54		
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
40.330.078/0001-99	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei n 9478/97.	2050.0068125.11.2 Serviços 2050.0068124.11.2 Locação Internacional Noble Phoenix Obs: Concessão do regime condicionada ao atendimento do parágrafo 10 do art. 17 da IN/RFB nº 844/2008, incluído pela IN/RFB nº 1.089/2010.	28/02/2015

		Processo 10768.003483/2011-47		
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
40.330.078/0001-99	Shell Brasil Petróleo Ltda.	Áreas em que a Shell Brasil Petróleo Ltda. seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei n 9478/97.	4610032698 Locação Internacional 4610032699 Serviços Noble Bully II	07/11/2013

		Processo 10768.001808/2012-38		
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
40.330.078/0001-99	Shell Brasil Petróleo Ltda.	BC-10, BIJUPIRÁ, SALEMA e BM-S-54	4610035275 (Prestação de Serviços) 4610035274 (Afretamento) NOBLE MAX SMITH	30/04/2015

8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 84, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Autoriza a Base Aérea de São Paulo, em caráter excepcional, a praticar os atos que especifica no dia 11/12/2012.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, declara:

1. Fica a BASE AÉREA DE SÃO PAULO, situada em Cumbica - município de Guarulhos/SP, autorizada a realizar, em caráter excepcional, no dia 11 de dezembro de 2012, a operação de desembarque prevista no inciso I e caput do retro referido art. 28, relativamente à aeronave trazendo a bordo o Exmo. Sr. Aldo Rebelo, Ministro dos Esportes do Brasil, e comitiva, provenientes da República Oriental do Uruguai.

2. Para esta situação, os procedimentos fiscais, incluído o desembarque dos viajantes, serão efetuados pela ALF/GRU.

3. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos no dia 11 de dezembro de 2012.

MARCELO BARRETO DE ARAÚJO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA

PORTARIA Nº 118, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000, a pessoa jurídica ELETRO METALÚRGICA LINTEMANI LTDA - EPP, CNPJ: 46.742.821/0001-02, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo nº 10865.721169/2012-22.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO CÉSAR NAVAS
Delegado

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara "inapta" a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302, 303 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o que foi apurado no processo administrativo nº 13830.722771/2012-72, declara:

Art. 1º Inapta, com efeitos a partir de 29/11/2012, a inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas nº 01.703.324/0001-59, da empresa Comercial Kansha Ltda, nos termos do artigo 37, inciso II, combinado com o artigo 39, inciso II e parágrafo 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19/08/2011, publicada no DOU de 22/08/2011.

Art. 2º Inidôneos para todos os efeitos tributários, os documentos por ela emitidos, em razão do exposto acima, a partir da publicação do presente Ato Declaratório Executivo, nos termos do artigo 43, da IN RFB nº 1.183/2011.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO SOARES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO SEBASTIÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara a concessão de habilitação para empresa exercer procedimento simplificado de embarque e despacho aduaneiro de exportação de petróleo bruto e seus derivados em unidades de produção ou estocagem situadas em águas jurisdicionais brasileiras.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO SEBASTIÃO, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, considerando o disposto no art. 9.º da Instrução Normativa RFB n.º 1.198, de 30 de setembro de 2011, publicada no DOU de 03/10/2011, e tendo em vista o que consta no processo n.º 10821.720489/2012-71, declara:

1. Fica a empresa REPSOL SINOPEC BRASIL S/A, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 02.270.689/0001-08, com estabelecimento sede na Praia de Botafogo, 300 - 7º andar, Botafogo - Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22250-040, com seu estabelecimento exportador inscrito no CNPJ nº 02.270.689/0002-80, localizado na Rua Auta Pinder, nº 224, Centro - São Sebastião/SP, habilitada a utilizar os procedimentos simplificados para o embarque e o despacho aduaneiro de exportação de derivados de petróleo e de petróleo bruto produzidos em sua unidade de produção ou estocagem , abaixo relacionada, situada em águas jurisdicionais brasileiras, de que trata o artigo 1º da IN RFB nº 1.198/2011 (com a redação dada pela IN RFB nº 1.247/2012), na modalidade de embarque prevista no inciso I do artigo 2º do mesmo diploma normativo.

FPSO - Cidade de São Paulo

Localização geográfica: Latitude -25° 47' 57,60312" e Longitude -43° 15' 46,21003"

Extraídos da unidade de exploração situada no Bloco BM-S-9, objeto do contrato de concessão nº 48610.003884/2000 - "Campo Sapinhoá" - Bacia de Santos/SP.

2. Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar os referidos procedimentos simplificados tem caráter precário, podendo ser suspensa ou cancelada a qualquer tempo, nos casos de descumprimento das condições estabelecidas ou de infringência de disposições legais ou regulamentares.

3. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUCIANA DE CASTRO KHOURY MEDEIROS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 89, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Anulação, de ofício, de CPF-Cadastro de Pessoa Física, por multiplicidade de inscrição.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Sorocaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, III e IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, de acordo com o disposto nos artigos 26, 30 e 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, e considerando o que consta do processo de número 10825.720920/2012-40, declara que fica CANCELADA, de ofício, no Cadastro da Pessoa Física - CPF, a inscrição de nº 080.675.298-09 do contribuinte VALDIR APARECIDO SERENI, em virtude de ter sido constatada a atribuição de mais de um número de inscrição para uma mesma pessoa física.

FRANCISCO JOSÉ BRANCO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 90, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Divulga enquadramento de bebidas segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei n.º 7.798, de 10 de julho de 1989. e as disposições da Instrução Normativa RFB n.º 866, de 06 de agosto de 2008 (DOU de 07/08/2008).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA-SP, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 314, inciso VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 866 de 06 de agosto de 2008 (DOU de 07/08/2008), com base nos autos do processo administrativo n.º 10855.725081/2012-07, declara:

Art. 1º As bebidas comercializadas pela empresa SACHI & SACHI LTDA ME - CNPJ 45.833.084/0001-82, relacionadas neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme anexo abaixo indicado.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se apenas às bebidas de produção nacional classificadas nas posições 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08, exceto quanto aos produtos do código 2208.30, originários de países integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, que observarem o disposto no § 2º do art. 152 do Ripi (incluído pelo Decreto nº 6.158, de 2007).

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSE BRANCO PESSOA

ANEXO

Sachi & Sachi Ltda ME

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
45.833.084/0001-82	RAINHA DA PRAIA (980 ml) (aguardente de cana)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	K
45.833.084/0001-82	RAINHA DA PRAIA	De 181ml até 375ml	2208.40.00	H
45.833.084/0001-82	RAINHA DA PRAIA	Até 180ml	2208.40.00	G
45.833.084/0001-82	RAINHA DA PRAIA	Até 180ml	2208.40.00	G
45.833.084/0001-82	RAINHA DA PRAIA (700 ml)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	M

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 277, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara a inaptidão de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 306 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 42 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ a inscrição da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 37, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
3 A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.	05.587.104/0001-68	19515.721367/2012-31

Art. 2º Declarar INIDÔNEOS, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos por ela emitidos, a partir da publicação do presente ADE, conforme estabelece o artigo 43, § 3º, inciso I da referida Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO TOSHIRO KASAI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 278, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara a inaptidão de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 306 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 42 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ a inscrição da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 37, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
EUROAMERICA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA.	02.996.135/0001-84	19515.722719/2012-75

Art. 2º Declarar INIDÔNEOS, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos por ela emitidos, a partir da publicação do presente ADE, conforme estabelece o artigo 43, § 3º, inciso I da referida Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO TOSHIRO KASAI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 279, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara a inaptidão de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 306 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 42 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ a inscrição da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 37, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
PROJACS SISTEMA DE SERVIÇOS LTDA.	43.342.328/0001-07	19515.722086/2012-03

Art. 2º Declarar INIDÔNEOS, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos por ela emitidos, a partir da publicação do presente ADE, conforme estabelece o artigo 43, § 3º, inciso I da referida Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO TOSHIRO KASAI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 280, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara a inaptidão de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 306 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 42 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ a inscrição da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 37, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
RENEW OPTICA LTDA. ME	04.379.130/0001-38	19515.722421/2012-65

Art. 2º Declarar INIDÔNEOS, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos por ela emitidos, a partir da publicação do presente ADE, conforme estabelece o artigo 43, § 3º, inciso I da referida Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO TOSHIRO KASAI

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 257, DE 5 DE OUTUBRO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA SOB A ÉGIDE DO DECRETO-LEI Nº 1.510, DE 1976 - ALIENAÇÃO NA VIGÊNCIA DE NOVA LEI REVOGADORA DO BENEFÍCIO - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

A não-incidência prevista no Decreto-lei nº 1.510/76, art. 4º, alínea "d", não produziu direito adquirido ao contribuinte, eis que não era onerosa e nem foi estabelecida a prazo determinado.

Em se tratando de ganho de capital por parte de pessoa física, o fato gerador ocorre no momento da alienação do bem ou direito.

Estão sujeitas ao imposto sobre o ganho de capital as vendas efetuadas após 1º.01.1989, ainda que, nessa data, a participação societária já contasse com mais de cinco anos no domínio do alienante.

Dispositivos Legais: Art. 178 da Lei n° 5.172, de 25.10.1966 (Código Tributário Nacional); arts. 1°, 3°, §§ 2° a 5° e art. 58, da Lei n° 7.713, de 22.12.1988.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 258, DE 9 DE OUTUBRO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO. MEAÇÃO. GANHO DE CAPITAL.

Na hipótese de dissolução da sociedade conjugal, a mera atribuição de bens e direitos a cada ex-cônjuge em proporção equivalente à meação não caracteriza alienação para fins de apuração do ganho de capital. A aquisição de parcela excedente à meação, entretanto, constitui transferência da propriedade e está sujeita a essa apuração. Também deverá ser apurado o ganho de capital, caso se exerça a opção de avaliação dos bens que constituem a meação a valor de mercado, hipótese em que a data da dissolução passa a constituir data de aquisição do bem.

Dispositivos Legais: IN SRF nº 84, de 2001, arts. 20 e 21.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 260, DE 15 DE OUTUBRO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

TERMO DE COMPROMISSO DE CESSAÇÃO DE PRÁTICA

A contribuição pecuniária paga ao Fundo de Direitos Difusos, estipulada no Termo de Compromisso de Cessação de Prática, aceito pelo CADE, para arquivamento do processo em que a empresa é investigada por suposta prática de infrações contra a ordem econômica, mesmo não havendo reconhecimento de culpa, não é dedutível na apuração da base de cálculo do imposto de renda, pois não

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

pode ser considerada como necessária e usual para as atividades da empresa.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.884, de 1994; Lei 11482, de 2007; Lei nº 12.529, de 2011; RIR/99, art. 299 e Parecer Normativo CST n° 32, de 1981.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

TERMO DE COMPROMISSO DE CESSAÇÃO DE PRÁTICA

A contribuição pecuniária paga ao Fundo de Direitos Difusos estipulada no Termo de Compromisso de Cessação de Prática, aceito pelo CADE, para arquivamento do processo em que a empresa é investigada por suposta prática de infrações contra a ordem econômica, mesmo não havendo reconhecimento de culpa, não é dedutível na apuração da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro, pois não pode ser considerada como necessária e usual para as atividades da empresa.

Dispositivos Legais: Lei n.º 7.689, de 1988; Lei nº 8.884, de 1994; Lei 11482, de 2007; Lei nº 12.529, de 2011; RIR/99, art. 299 e Parecer Normativo CST n° 32, de 1981.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 261, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

ACRÉSCIMOS MORATÓRIOS. DÉBITOS COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA.

Os acréscimos moratórios (multa de mora e juros de mora) são devidos nos casos de pagamentos em atraso de débitos tributários com a exigibilidade suspensa em decorrência da interposição de recursos ou reclamações administrativas, exceto se houver previsão legal expressa em sentido contrário.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, artigos 151 e 161; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 35; e Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, artigos 61 e 63.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 262, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

RETENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. TRANSPORTE DE VALORES.

Os serviços de transporte de valores estão sujeitos à retenção de 11% a título de contribuição social previdenciária, uma vez que se classificam no conceito de serviços de segurança.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, artigos. 31; e Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, artigos 112, 117 e 118.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 263, DE 25 DE OUTUBRO DE 2012

Assunto: Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF

IOF CRÉDITO. REFINANCIAMENTO. OPERAÇÃO SEM ATRASO. Na hipótese de financiamento cujo principal a ser utilizado é conhecido e sem a existência de atraso, o procedimento a ser adotado, nos casos de refinanciamento, é o recálculo do IOF para o montante objeto de refinanciamento, bem como de eventual montante adicional disponibilizado ao devedor, utilizando-se das disposições do art. 7º do Decreto 6.306, de 2007. Estão assim abrangidas: a) a modificação do prazo original em que o montante original não liquidado passa a estar disponível ao tomador (no caso de alongamento) e b) a eventual nova liberação de recursos.

Todavia, se permite que, uma vez calculado o IOF assim devido, possa o contribuinte se compensar da parcela de IOF recolhido referente ao período não transcorrido do montante originalmente financiado objeto de refinanciamento (ou seja, ainda não liquidado).

Dispositivos Legais: Art. 7º, inciso I, alínea "b" e §§ 1º e 7º do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 264, DE 25 DE OUTUBRO DE 2012

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

IRPJ/CSLL - Quando da previsão legal de ocorrência de acréscimos ao montante depositado judicial ou administrativamente tão somente quando da solução da lide favorável ao contribuinte, seja na forma preconizada pelo aplicação do inciso I do § 3º do art. 1º da Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998, ou por dispositivo legal análogo, só se encontra caracterizada a ocorrência do fato gerador de IRPJ e da CSLL: a) quando desta solução e na proporção que favorecer o contribuinte-depositante ou b) alternativamente, em situações excepcionais, quando o levantamento do depósito com acréscimos se der por autorização administrativa ou judicial antes daquela solução.

PIS/COFINS - No caso de operadoras de planos de saúde, sujeitas ao regime cumulativo, a receita de variações monetárias ativas, contrapartida decorrente de variação monetária dos depósitos de natureza tributária efetuados judicial ou administrativamente, não se encontra abrangida pela hipótese de incidência do PIS e da COFINS por não se constituir em receita da atividade empresarial, não havendo que se falar em tributação pelas referidas contribuições.

Dispositivos Legais: Lei 9.703, de 17 de novembro de 1998, art. 1º, §3º, inciso I; Arts. 2º e 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 265, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

BASE DE CÁLCULO. RECEITAS DE SERVIDÃO. APURAÇÃO CUMULATIVA.. LEI 9.718/98.

Integram a base de cálculo da contribuição para o PIS/Pasep de empresa que tem por objeto social a incorporação, compra, venda, locação e administração de imóveis os valores dos pagamentos por ela recebidos pelo direito real de servidão sobre imóveis que integram seu estoque.

Dispositivos Legais: Lei n° 9.718, de 1998, arts.2º e 3º; Lei nº11.941, de 2009, art.79, XII.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

BASE DE CÁLCULO. RECEITAS DE SERVIDÃO. APURAÇÃO CUMULATIVA.. LEI 9.718/98.

Integram a base de cálculo da Cofins de empresa que tem por objeto social a incorporação, compra, venda, locação e administração de imóveis os valores dos pagamentos por ela recebidos pelo direito real de servidão sobre imóveis que integram seu estoque.

Dispositivos Legais: Lei n° 9.718, de 1998, arts.2º e 3º; Lei nº11.941, de 2009, art.79, XII.

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

BASE DE CÁLCULO. RECEITAS DE SERVIDÃO.

Sobre os valores dos pagamentos recebidos pelo direito real de servidão sobre imóveis que integram seu estoque, empresa que tem por objeto social a incorporação, compra, venda, locação e administração de imóveis deve aplicar, para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ por estimativa ou pelo lucro presumido, porcentual de 32% (trinta e dois por cento).

Dispositivos Legais: Lei nº9.249, de 1995, art.15, §1º, III, 'c'; IN SRF nº 93, de 1997, arts. 3º, §2º, IV, 'c', e 36.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

BASE DE CÁLCULO. RECEITAS DE SERVIDÃO.

Sobre os valores dos pagamentos recebidos pelo direito real de servidão sobre imóveis que integram seu estoque, empresa que tem por objeto social a incorporação, compra, venda, locação e administração de imóveis, e apura o IRPJ por estimativa ou pelo lucro presumido, deve aplicar, para fins de apuração da base de cálculo da CSLL, porcentual de 32% (trinta e dois por cento).

Dispositivos Legais: Lei nº9.249, de 1995, art.20.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 266, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

REMESSA PARA FINS CULTURAIS.

Ainda que reconhecidas como de caráter cultural, quaisquer remessas que constituam remuneração de trabalho, com ou sem vínculo empregatício, ou de prestação de serviços por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, sujeitam-se à retenção na fonte de Imposto Sobre a Renda (IRRF), à alíquota de 25%.

Excluem-se do conceito de prestação de serviços as remessas efetuadas destinadas a pagamento de locação de bens móveis, pagamento de custos alfandegários e pagamento de direitos autorais, as quais, assim, se encontram sujeitas à retenção na fonte de Imposto Sobre a Renda (IRRF), à alíquota de 15%, salvo quando para país com tributação favorecida, se sujeitando aqui também à alíquota de 25% ou, ainda, quando reconhecidas como de caráter cultural pelo Ministério da Cultura, cabível nesta última hipótese, para tais destinações, a hipótese de não-incidência prevista no inciso XI do Decreto 3.000, de 1999 (RIR/99).

Dispositivos Legais: Art. 216, caput e § 3º da CRFB; Solução de Divergência Cosit nº 10, de 14 de agosto de 2001; Arts. 682, inciso I e 685, incisos I e II, alíneas "a" e "b" e 690, XI, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 267, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

COOPERATIVA MÉDICA. PLANO DE SAÚDE.

As importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas não arroladas no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2011, às cooperativas de trabalho médico, na condição de operadoras de planos de assistência à saúde, decorrentes de contratos pactuados na modalidade de pré-pagamento, não estão sujeitas à retenção prevista no art. 45 da Lei nº 8.541, de 1992, com a redação dada pelo art. 64 da Lei nº 8.981, de 1995.

Ainda que não ocorra retenção na fonte sobre o pagamento de plano de saúde na modalidade de pré-pagamento, a prestação de serviços por terceiros não-associados, como hospitais e laboratórios, não se enquadra no conceito de ato cooperativo, sujeitando-se a incidência do Imposto de Renda. Assim sendo, se faz necessária a segregação contábil entre atos cooperativos e não cooperativos, para permitir a tributação destes últimos, conforme dispõe o art. 87 da Lei n° 5.764, de 16.12.1971.

Caso o pagamento seja efetuado por órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e as demais entidades em que a União, direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social sujeito a voto, e que recebam recursos do Tesouro Nacional e estejam obrigadas a registrar sua execução orçamentária e financeira no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, a retenção a ser efetuada é no percentual de 9,45% (nove inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento), mediante o código de arrecadação 6190, para plano de saúde humano e odontológico; e 7,05% (sete inteiros e cinco centésimos por cento), mediante o código 6188, para seguro saúde.

Nos contratos por custo operacional, onde o pagamento refere-se aos valores efetivamente gastos pelos usuários, haverá a retenção do Imposto de Renda na Fonte, conforme previsto no art. 652 do RIR/99, tendo em vista ser possível definir a base de cálculo da retenção.

Dispositivos Legais: art. 87 da Lei n° 5.764, de 16.12.1971; art. 45 da Lei nº 8.541, de 23.12.1992; art. 1°, I da Lei nº 9.656, de 1998; anexo II, item 11 da RN ANS nº 100, de 03.06.2005; e art. 28 da Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11.01.2012.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 268, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

COOPERATIVA MÉDICA. PLANO DE SAÚDE.

As importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas não arroladas no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2011, às cooperativas de trabalho médico, na condição de operadoras de planos de assistência à saúde, decorrentes de contratos pactuados na modalidade de pré-pagamento, não estão sujeitas à retenção prevista no art. 45 da Lei nº 8.541, de 1992, com a redação dada pelo art. 64 da Lei nº 8.981, de 1995.

Ainda que não ocorra retenção na fonte sobre o pagamento de plano de saúde na modalidade de pré-pagamento, a prestação de serviços por terceiros não-associados, como hospitais e laboratórios, não se enquadra no conceito de ato cooperativo, sujeitando-se a incidência do Imposto de Renda. Assim sendo, se faz necessária a segregação contábil entre atos cooperativos e não cooperativos, para permitir a tributação destes últimos, conforme dispõe o art. 87 da Lei n° 5.764, de 16.12.1971.

Caso o pagamento seja efetuado por órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e as demais entidades em que a União, direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social sujeito a voto, e que recebam recursos do Tesouro Nacional e estejam obrigadas a registrar sua execução orçamentária e financeira no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, a retenção a ser efetuada é no percentual de 9,45% (nove inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento), mediante o código de arrecadação 6190, para plano de saúde humano e odontológico; e 7,05% (sete inteiros e cinco centésimos por cento), mediante o código 6188, para seguro saúde.

Nos contratos por custo operacional, onde o pagamento refere-se aos valores efetivamente gastos pelos usuários, haverá a retenção do Imposto de Renda na Fonte, conforme previsto no art. 652 do RIR/99, tendo em vista ser possível definir a base de cálculo da retenção.

Dispositivos Legais: art. 87 da Lei n° 5.764, de 16.12.1971; art. 45 da Lei nº 8.541, de 23.12.1992; art. 1°, I da Lei nº 9.656, de 1998; anexo II, item 11 da RN ANS nº 100, de 03.06.2005; e art. 28 da Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11.01.2012.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 269, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

NÃO-CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS. FABRICANTE DE AÇÚCAR E ÁLCOOL. PRODUTORA E COMERCIALIZADORA DE CANA-DE-AÇÚCAR. Os dispêndios efetuados por pessoa jurídica sujeita ao regime de apuração não-cumulativo da contribuição para o PIS/Pasep, fabricante de açúcar e álcool, com a aquisição de combustíveis que utiliza em máquinas, equipamentos e veículos que não emprega nos processos de industrialização dos quais resultam tais mercadorias não se caracterizam, para fins de apuração de créditos na forma do art.3º, II, da Lei nº 10.637, de 2002, como dispêndios com insumos utilizados na fabricação desses produtos, e, portanto, não ensejam direito à apuração de créditos da referida contribuição social.

Tanto atividades agrícolas como a atividade de transporte de matérias-primas, seja este realizado entre diferentes núcleos dentro do estabelecimento e as instalações fabris nele localizadas, seja entre diferentes estabelecimentos da empresa, em nada se confundem com a atividade de fabricação de açúcar e de álcool, isto é, com as operações fabris das quais se originam tais mercadorias. Sendo assim, em relação à parcela de sua base de cálculo composta pelas receitas advindas da atividade de fabricação de açúcar e de álcool para venda, não ensejam apuração de créditos os dispêndios realizados pela empresa tanto com atividades agrícolas como com a atividade de transporte de matérias-primas.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tampouco se a pessoa jurídica sujeita ao regime de apuração não-cumulativo da contribuição para o PIS/Pasep, fabricante de açúcar e álcool, adquirir a cana-de-açúcar de terceiros, seus dispêndios com esta aquisição lhe ensejam apuração, com base no art.3º, II, da Lei nº10.637, de 2002, de créditos dessa contribuição, conhecida a suspensão de incidência de que desfruta a receita da pessoa jurídica que lhe vende tal cana-de-açúcar.

Em contraste ao verificado no tocante às receitas da pessoa jurídica advindas de sua atividade industrial, em relação à parcela de sua base de cálculo composta por receitas advindas da atividade de produção de cana-de-açúcar para venda, os dispêndios por ela realizados com a aquisição de combustíveis utilizados pelas máquinas, equipamentos e veículos que utiliza no cultivo dessa cana-de-açúcar destinada à venda caracterizam-se, para fins de apuração de créditos na forma do art.3º, II, da Lei nº 10.637, de 2002, como dispêndios com insumos. Tais dispêndios com combustíveis, portanto, podem ensejar à pessoa jurídica, caso ausentes vedações legais, direito à apuração de créditos de contribuição para o PIS/Pasep.

Entretanto, no caso de a pessoa jurídica, não obstante eventualmente ela própria também ser fabricante de açúcar e de álcool, vender cana-de-açúcar para uma pessoa jurídica, sujeita ao regime de apuração não-cumulativo da contribuição para o PIS/Pasep, que fabrique álcool, inclusive para fins carburantes, ou açúcar, bem como qualquer outro dos produtos destinados à alimentação humana e animal relacionados pelo caput do art.8º da Lei nº10.925, de 2004, há expressas disposições legais que impedem essa pessoa jurídica vendedora de apurar, em relação às receitas de tais vendas de cana-de-açúcar, qualquer tipo de crédito da referida contribuição social, seja com fundamento em dispêndios com a aquisição de insumos da produção dessa cana-de-açúcar, tais como combustíveis, seja com fundamento em qualquer das demais hipóteses de apuração de créditos estabelecidas pela Lei nº10.637, de 2002, ou por quaisquer outras Leis. Nesses casos, dada a sua obrigação de se abster de qualquer aproveitamento de créditos, deve a vendedora da cana-de-açúcar estornar quaisquer créditos, relacionados a tais receitas de venda, que eventualmente houver escriturado.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, II, §2º, II; IN SRF nº247, de 2002, art.66, I, b, e § 5º; IN SRF nº 404, de 2004, art. 8º, §9º, I; Lei nº10.925, de 2004, art.8º, caput, e §§1º, III, e 4º, II, e 9º, caput, III e §1º, I; IN SRF nº660, de 2006, art.2º, IV, 3º, III e §2º; Lei nº11.727, de 2008, art.11, caput e §1º.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

NÃO-CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS. FABRICANTE DE AÇÚCAR E ÁLCOOL. PRODUTORA E COMERCIALIZADORA DE CANA-DE-AÇÚCAR. Os dispêndios efetuados por pessoa jurídica sujeita ao regime de apuração não-cumulativo da Cofins, fabricante de açúcar e álcool, com a aquisição de combustíveis que utiliza em máquinas, equipamentos e veículos que não emprega nos processos de industrialização dos quais resultam tais mercadorias não se caracterizam, para fins de apuração de créditos na forma do art.3º, II, da Lei nº 10.833, de 2003, como dispêndios com insumos utilizados na fabricação desses produtos, e, portanto, não ensejam direito à apuração de créditos da referida contribuição social.

Tanto atividades agrícolas como a atividade de transporte de matérias-primas, seja este realizado entre diferentes núcleos dentro do estabelecimento e as instalações fabris nele localizadas, seja entre diferentes estabelecimentos da empresa, em nada se confundem com a atividade de fabricação de açúcar e de álcool, isto é, com as operações fabris das quais se originam tais mercadorias. Sendo assim, em relação à parcela de sua base de cálculo composta pelas receitas advindas da atividade de fabricação de açúcar e de álcool para venda, não ensejam apuração de créditos os dispêndios realizados pela empresa tanto com atividades agrícolas como com a atividade de transporte de matérias-primas.

Tampouco se a pessoa jurídica sujeita ao regime de apuração não-cumulativo da Cofins, fabricante de açúcar e álcool, adquirir a cana-de-açúcar de terceiros, seus dispêndios com esta aquisição lhe ensejam apuração, com base no art.3º, II, da Lei nº10.833, de 2003, de créditos dessa contribuição, conhecida a suspensão de incidência de que desfruta a receita da pessoa jurídica que lhe vende tal cana-de-açúcar.

Em contraste ao verificado no tocante às receitas da pessoa jurídica advindas de sua atividade industrial, em relação à parcela de sua base de cálculo composta por receitas advindas da atividade de produção de cana-de-açúcar para venda, os dispêndios por ela realizados com a aquisição de combustíveis utilizados pelas máquinas, equipamentos e veículos que utiliza no cultivo dessa cana-de-açúcar destinada à venda caracterizam-se, para fins de apuração de créditos na forma do art.3º, II, da Lei nº 10.833, de 2003, como dispêndios com insumos. Tais dispêndios com combustíveis, portanto, podem ensejar à pessoa jurídica, caso ausentes vedações legais, direito à apuração de créditos de Cofins.

Entretanto, no caso de a pessoa jurídica, não obstante eventualmente ela própria também ser fabricante de açúcar e de álcool, vender cana-de-açúcar para uma pessoa jurídica, sujeita ao regime de apuração não-cumulativo da Cofins, que fabrique álcool, inclusive para fins carburantes, ou açúcar, bem como qualquer outro dos produtos destinados à alimentação humana e animal relacionados pelo caput do art.8º da Lei nº10.925, de 2004, há expressas disposições legais que impedem essa pessoa jurídica vendedora de apurar, em relação às receitas de tais vendas de cana-de-açúcar, qualquer tipo de crédito da referida contribuição social, seja com fundamento em dispêndios com a aquisição de insumos da produção dessa cana-de-açúcar, tais como combustíveis, seja com fundamento em qualquer das demais hipóteses de apuração de créditos estabelecidas pela Lei nº10.833, de 2003, ou por quaisquer outras Leis. Nesses casos, dada a sua obrigação de se abster de qualquer aproveitamento de créditos, deve a vendedora da cana-de-açúcar estornar quaisquer créditos, relacionados a tais receitas de venda, que eventualmente houver escriturado.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, II, §2º, II; IN SRF nº 404, de 2004, art. 8º, §9º, I; Lei nº10.925, de 2004, art.8º, caput, e §§1º, III, e 4º, II, e 9º, caput, III e §1º, I; IN SRF nº660, de 2006, art.2º, IV, 3º, III e §2º; Lei nº11.727, de 2008, art.11, caput e §1º.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara excluído do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL o contribuinte que menciona.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Ponta Grossa - PR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, declara:

Art. 1º A pessoa jurídica EMPÓRIO DA ÁGUIA COMÉRCIO DE CALÇADOS - EIRELI - EPP, CNPJ 09.568.584/0001-70 EXCLUÍDA do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL.

Descrição: A presente exclusão é resultante dos procedimentos administrativos relatados na Representação Fiscal, assunto: Exclusão do SIMPLES/SIMPLES NACIONAL, Processo Administrativo Fiscal nº 10940.721799/2012-57 emitido em cumprimento ao Mandado de Procedimento Fiscal - MPF nº 0910400.2012.00181-9, da ação fiscal desenvolvida pela Receita Federal do Brasil - RFB, onde ficou evidenciada e comprovada a constituição de empresa por interpostas pessoas, portanto, não podendo recolher os impostos e contribuições na forma deste regime simplificado.

Art. 2º A exclusão, prevista na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no inciso IV do art. 29, e conforme §1º do mesmo artigo, surtirá os efeitos a partir de 13/05/2008.

Art. 3º Poderá o contribuinte, dentro do prazo de trinta dias contados a partir da data do recebimento deste ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO - ADE, impugnar, por escrito, nos termos do Decreto nº 70.235, de 7 de março de 1972, e suas alterações posteriores, relativamente à exclusão do Simples Nacional, ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, com jurisdição sobre o seu domicílio tributário, ou em suas unidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º Não havendo impugnação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do Simples Nacional tornar-se-á definitiva.

GUSTAVO LUIS HORN

10ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 4º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

NOME	CPF	Processo
Carlos Alexandre de Vasconcellos Avila	013.789.970-00	11050.721137/2012-74
Luana Pereira Lucero	025.494.160-58	11050.721216/2012-85
Sibele Chimieski Rodrigues	013.046.370-18	11050.721217/2012-20
Renan Moraes Feijo Bueno	025.477.530-65	11050.721363/2012-55
Cibele Pinto Costa	017.531.270-25	11050.721452/2012-00

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

MARCO ANTÔNIO DE ALMEIDA MEDEIROS

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 8º do Decreto n° 6.253, de 13 de novembro 2007, e o PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 15 do Anexo I do Decreto n° 7.691, de 2 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 6 de março de 2012, e

Considerando a necessidade de disciplinar os mecanismos e formas de garantia, aos entes governamentais, do direito de escolha do Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, para manutenção e movimentação das contas únicas e específicas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, na forma do disposto nos arts. 16 e 17 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

Considerando a necessidade de disciplinar as atribuições dos agentes financeiros do FUNDEB, em relação à distribuição dos recursos e manutenção das contas únicas e específicas desse Fundo;

Considerando a necessidade de operacionalizar a divulgação das informações sobre transferências e utilização dos recursos do FUNDEB, consoante às disposições do art. 8º, § 1º, II e III, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, do art. 2º e 3º do Decreto nº 7.507, de 27de junho de 2011, e do art. 7º, § 3º, III e IV do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

Considerando a necessidade de se estabelecer procedimentos inerentes ao levantamento de dados e informações necessárias à realização do ajuste de contas anual do FUNDEB, de que tratam o art. 6º, § 2º e art. 15, parágrafo único, da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, resolvem:

Art. 1º A disponibilização de recursos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - (Fundeb) será realizada pelas Unidades Transferidoras a que se refere o art. 16 da Lei n° 11.494, de 20 de junho de 2007, por intermédio do Banco do Brasil S.A., que manterá sistema operacional destinado a processar e distribuir os valores devidos a cada ente governamental beneficiário, em conta bancária única e específica, instituída para essa finalidade.

Art. 2º As contas únicas e específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinadas à movimentação dos recursos do Fundeb, serão abertas e mantidas no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, a critério do Secretário de Educação ou do dirigente de órgão equivalente gestor dos recursos na respectiva esfera governamental, ou destes em conjunto com o Chefe do Poder Executivo, mediante formalização à instituição financeira escolhida, que ficará responsável pelos seguintes procedimentos:

I - comunicar a escolha à agência da instituição financeira detentora do domicílio bancário do Fundeb, mediante apresentação do documento de formalização da opção até o dia 20 (vinte) de cada mês, de forma a possibilitar o redirecionamento dos créditos para a nova conta, a partir do primeiro repasse financeiro do mês seguinte;

II - assegurar que eventuais custos para manutenção e movimentação das contas correntes do Fundeb não recaiam sobre os recursos do Fundo, em face da sua vinculação exclusiva às ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica;

III - disponibilizar aos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo, de forma regular e periódica, os extratos bancários das contas do Fundeb e das respectivas aplicações financeiras;

IV - disponibilizar, quando solicitados, aos representantes do Poder Legislativo, dos Tribunais de Contas, dos órgãos de controle interno dos poderes executivos, do Ministério Público e das Polícias Federal e Civil, os extratos das contas bancárias do Fundeb e das respectivas aplicações financeiras;

§ 1º A movimentação dos recursos creditados na conta a que se refere este artigo será realizada, exclusivamente, por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, devidamente identificados.

§ 2º O Banco do Brasil divulgará na internet:

I - demonstrativo mensal e anual dos valores efetivamente depositados à conta do Fundeb pelas Unidades Transferidoras, especificando:

a) a origem dos recursos, a Unidade Federada Estadual e a Unidade Transferidora;

b) os valores disponibilizados para distribuição ao Fundeb, com identificação dos depósitos realizados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

II - demonstrativo dos valores distribuídos à conta de cada ente governamental beneficiário do Fundeb, por data e fonte de receita.

§ 3º O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal divulgarão na internet e disponibilizarão em meio eletrônico ao FNDE, a partir de 01 de janeiro de 2013, demonstrativo diário dos valores executados pelo ente governamental beneficiado com repasses do Fundeb, por data, CPF ou CNPJ do destinatário do pagamento ou transferência realizada e por finalidade, de acordo com especificações estabelecidas pelo Ministério da Educação, adotando-se, como referência, os lançamentos financeiros ocorridos no dia útil anterior.

§ 4º Os demonstrativos referidos nos §§ 2º e 3º deste artigo ficarão disponíveis para consulta pública na internet pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados do mês ou do ano de competência dos documentos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 5º O Banco do Brasil encaminhará à Secretaria do Tesouro Nacional, até o 2º dia útil de fevereiro do exercício seguinte ao de competência da distribuição, demonstrativo anual contendo os seguintes dados:

a) os valores efetivamente creditados à conta do Fundeb pelas Unidades Transferidoras, com identificação dos depósitos realizados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, destacando-se os valores creditados na primeira semana de janeiro referentes à arrecadação da última semana do mês de dezembro do exercício anterior ao de competência.

b) os valores creditados à conta do Fundeb na primeira semana de janeiro do exercício seguinte ao de competência, referentes à arrecadação de impostos ocorrida na última semana do mês de dezembro do ano de competência.

Art. 3º Até o segundo dia útil de cada semana, os Estados e o Distrito Federal deverão depositar à conta Fundeb o valor referente ao produto da arrecadação dos impostos estaduais ocorrida na semana imediatamente anterior, conforme disposições do artigo 5º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990.

§ 1º Os valores relativos à arrecadação de impostos, ocorrida na última semana do mês de dezembro e depositada à conta do Fundeb na primeira semana de janeiro do ano seguinte, deverão ser informados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) pelos governos estaduais e do Distrito Federal, para efeito de fechamento do valor anual do Fundo e do ajuste anual a que se refere o art. 6º, § 2º, da Lei n° 11.494/2007, como recursos do FUNDEB do ano em que tenha se efetivado a correspondente arrecadação.

§ 2º O ajuste a que se refere § 1º deste artigo tomará como base:

I - os valores da arrecadação informados à STN pelos governos estaduais e do Distrito Federal até o dia 31 de janeiro do exercício seguinte ao de competência, na forma prevista no art. 15, parágrafo único, da Lei nº 11.494/2007;

II - os valores anuais depositados à conta do Fundeb pelos governos estaduais e do Distrito Federal, informados pelo Banco do Brasil à STN na forma e prazo estabelecidos no § 5º do art. 2º.

§ 3º Eventuais diferenças financeiras apuradas por ocasião do ajuste a que se refere o parágrafo anterior, nas situações em que o valor anual depositado à conta do Fundeb mostrar-se inferior ao valor anual da arrecadação efetivada, deverão ser depositadas pelos Estados e Distrito Federal no Banco do Brasil para distribuição à conta do Fundo em até 30 dias contados da data da publicação do ajuste.

§ 4º Quando do depósito das eventuais diferenças apuradas na forma do parágrafo anterior, os Estados e o Distrito Federal devem informar ao Banco do Brasil o exercício a que refere o depósito, de forma a garantir a aplicação dos coeficientes de distribuição vigentes no ano de competência da diferença e efetuar a sua dedução dos montantes devidos ao Fundo no exercício em que se der a distribuição da diferença.

§ 5º Os depósitos de que trata o § 1º deste artigo deverão ser efetuados pelos governos estaduais e do Distrito Federal mediante a utilização de documento de transferência específico para tal finalidade e os respectivos comprovantes deverão ser enviados à STN juntamente com as informações a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo.

§ 6º Os depósitos de que trata o § 3º deste artigo deverão ser efetuados pelos governos estaduais e do Distrito Federal mediante a utilização de documento de transferência específico para tal finalidade e os respectivos comprovantes deverão ser enviados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Art. 4º No mesmo prazo a que se refere o caput do artigo 3º, o Banco do Brasil deverá efetuar a distribuição dos recursos do Fundeb aos Estados, Distrito Federal e Municípios beneficiários do Fundo.

Art. 5º O Banco do Brasil deverá realizar as transferências financeiras dos valores líquidos creditados aos entes federados que mantêm a conta do Fundeb na Caixa Econômica Federal nas mesmas datas em que ocorrer a distribuição dos recursos do Fundo.

Art. 6º O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal adotarão as providências para a implementação dos procedimentos previstos nesta Portaria, devendo estabelecer entendimentos na perspectiva de definição de rotinas e mecanismos operacionais eventualmente necessários que compreendam atuação integrada, observadas as respectivas participações e competências na distribuição dos montantes financeiros disponibilizados pelas Unidades Transferidoras e na movimentação e manutenção das contas correntes específicas do FUNDEB.

Art. 7º Sem prejuízo dos atos do Governo Federal publicados até a data de edição desta Portaria, para efeito de regularidade da entrega dos recursos ao FUNDEB, desde o início da sua vigência, poderão ser utilizados como parâmetro de verificação os critérios estabelecidos nesta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria Conjunta STN/FNDE nº 03, de 22 de novembro de 2010.

ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

JOSÉ CARLOS WANDERLEY DIAS DE FREITAS
Presidente do FNDE

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS

RESOLUÇÃO Nº 325, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, na forma do inciso V do art. 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 86ª reunião ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º Estabelecer que a Caixa Econômica Federal, em observância ao art.15 do Decreto nº 4.378, de 16.9.2002, debitará mensalmente Taxa de Administração do FCVS correspondente ao custo total apurado na administração do FCVS, acrescido dos tributos e de 6,4% a título de margem de ganho, conforme discriminado a seguir:

1 - Custo com pessoal e infraestrutura;

2 - Custos incorridos no desenvolvimento, processamento e manutenção dos Sistemas do FCVS ;

3 - Custos incorridos com o Cadastro Nacional de Mutuários - CADMUT;

4 - Custos com a administração do FCVS Garantia, de que trata a Resolução CCFCVS nº 297;

5 - Outros custos identificados na administração do FCVS;

6 - Tributos;

7 - Subtotal (somatório dos itens 1 a 6);

8 - Margem de ganho de 6,4%, incidente sobre o subtotal;

9 - Despesas judiciais referentes às ações em que a Administradora do FCVS - CAIXA tenha participado como representante do FCVS;

10 - Total da Taxa de Administração pela Gestão Operacional (somatório dos itens 7, 8 e 9).

Art. 2º Ficam revogados os incisos I, II e VIII da Resolução do CCFCVS nº. 34, de 16.09.1993, a Resolução do CCFCVS nº. 192, de 28.03.2006 e o § 2º do art. 1º e o art. 2º da Resolução nº. 263, de 24.02.2012.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 326, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, com base nos incisos II e III do artigo 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 86ª reunião ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º Alterar o subitem 15.7.1 do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do Fundo de Compensação de Variações Salariais, conforme disposto abaixo:

"15.7.1 A CAIXA deve promover, no SICVS, a baixa dos contratos habilitados pelas instituições ao ressarcimento do Fundo, que tenham sido totalmente deduzidos por antecipações de pagamentos do Fundo, encontros de contas com contribuições ao FCVS e ao FUNDHAB, e que estejam auditados e com manifestação de RCV."

Art. 2º Excluir as alíneas 'a', 'b' e 'c' do subitem 15.7.1 do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do Fundo de Compensação de Variações Salariais.

Art. 3º Incluir os subitens 15.7.1.1, 15.7.2 e 15.7.3, com a redação a seguir:

"15.7.1.1 A baixa será realizada por meio:

a) de emissão de Instrumento de Pagamento e Quitação, a ser celebrado entre a instituição credora dos contratos e a CAIXA, na qualidade de Administradora do FCVS, no qual a instituição credora:

a.1) aceitará as condições de evolução do saldo devedor, relativamente à taxa de juros de novação prevista no § 5º do art. 1º da Lei 10.150, de 21.12.2000, evento de participação do FCVS, bem como as penalidades previstas nos parágrafos 5º e 7º do Art. 3º da referida Lei 10.150/2000, para os contratos baixados;

a.2) entregará à CAIXA, assinadas por dois representantes legais de cada uma das instituições que compõem a cadeia sucessória dos créditos a serem baixados pelo FCVS, as declarações de que trata alínea "e" do subitem 16.5.1 deste manual;

a.3) dará quitação de forma irrevogável e irretratável ao FCVS, relativamente ao ressarcimento dos saldos devedores dos contratos totalmente deduzidos.

15.7.2 A Administradora do FCVS deve transferir as deduções marcadas em contratos que não estejam validados pela Instituição de origem ou pela Auditoria CAIXA, para outros contratos pertencentes à mesma Instituição, que atendam a essas condições.

15.7.3 A baixa do contrato no SICVS não elide o direito do Agente Financeiro receber o valor das parcelas do pro rata, de que trata o art. 15 da Lei nº 10.150, de 2000, correspondentes à diferença entre os valores do saldo devedor contábil de operações de financiamento do SFH e o saldo devedor residual de responsabilidade do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, e a diferença entre a taxa de juros dos contratos de financiamento do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, celebrados até dezembro de 1987 com mutuários finais, lastreados com recursos do FGTS, e a taxa efetiva de 3,12% a.a., referente ao período de 1º de janeiro de 1997 a 31 de dezembro de 2001, conforme o art. 44 da MP 2.181-45, de 2001.

Art. 4º Incluir a alínea "m" e "n" no subitem 16.4 do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS - MNPO, com a seguinte redação:

"m) inexistência de contratos marcados para dedução total na titularidade da Instituição Credora ou a inclusão no processo de novação da totalidade dos contratos marcados para dedução total que não tenham sido objeto da baixa de que trata o subitem 15.7.1;

n) inclusão no processo de novação da totalidade de contratos parcialmente deduzidos, que estejam auditados e com RCV emitida, de titularidade da Instituição Credora, com mesma origem dos demais contratos que compõem o processo de novação".

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 327, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, com base nos incisos II e III do artigo 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 86ª reunião ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º Incluir o subitem 11.4.1.3 no Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do Fundo de Compensação de Variações Salariais - MNPO/FCVS, conforme redação abaixo:

"11.4.1.3 Atualização dos valores de ressarcimento ao FCVS.

Os valores de ressarcimento ao FCVS, de que tratam os subitens 11.4, 11.4.1.1 e 13.1.4, serão atualizados pela Taxa Referencial - TR, entre cada um dos processamentos mensais do SICVS, desde a origem do evento motivador do ressarcimento do custo de manutenção do contrato até a data de posicionamento da novação do agente financeiro.

Art. 2º Incluir o subitem 11.4.1.4 no MNPO/FCVS, conforme redação abaixo:

"11.4.1.4 Dedução dos valores de ressarcimento ao FCVS.

A CAIXA apurará os valores de ressarcimento na forma do subitem 11.4.1.3, que serão informados aos Agentes Financeiros até 15.10.2013, de modo que nos processos de novação iniciados a partir de 01.10.2013 os valores apurados sejam deduzidos do montante passível de novação pela Instituição Credora do FCVS..

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 328, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, com base nos incisos II e III do artigo 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 86ª reunião ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º Alterar a redação da alínea "b.1" do subitem 8.3.3.2.2 do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do Fundo de Compensação de Variações Salariais, conforme redação abaixo:

"b.1) Excepcionalmente, até 01/01/2014, relativamente aos contratos com manutenção de irregularidade apontada no CADMUT, cujos prazos para apresentação do pedido de reanálise pelo Agente Financeiro, na forma do subitem 8.3.3.1, tenha expirado até 30/06/2012."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO
Presidente do Conselho

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 732, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras do Tesouro Nacional, LTN, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 13.12.2012;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 14.12.2012;

V - data da liquidação financeira: 14.12.2012;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DO IMPRENSA NACIONAL

IX - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)	Adquirente
LTN	100000	01.04.2013	108	500.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.04.2015	838	3.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.07.2016	1.295	4.000.000	1.000,000000	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 27, de 8 de fevereiro de 2012, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio de venda apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 13.12.2012;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h30 às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 14.12.2012;

V - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)
LTN	100000	01.04.2013	108	100.000	1.000,000000
LTN	100000	01.04.2015	838	600.000	1.000,000000
LTN	100000	01.07.2016	1.295	800.000	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 733, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras Financeiras do Tesouro, LFT, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 13.12.2012;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 14.12.2012;

V - data da liquidação financeira: 14.12.2012;

VI - data-base das LFT: 01.07.2000;

VII - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VIII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

IX - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

X - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (em R$)	Adquirente
LFT	210100	01.03.2018	1.903	150.000	1.000,000000	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizada cotação com quatro casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 27, de 8 de fevereiro de 2012, que consistirá na aquisição de LFT com as características apresentadas abaixo, pela cotação média de venda apuradas na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 13.12.2012;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h30 às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 14.12.2012;

V - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Prazo (dias)	VN na data-base (em R$)
LFT	210100	01.03.2018	1.903	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial a que se refere o art. 3º, corresponderá a 5% (cinco por cento) da quantidade vendida ao público na oferta pública de que trata o art. 1º e obedecerá à mesma distribuição percentual verificada entre os títulos vendidos.

§ 1º.A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

§ 2º. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 735,DAT DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o disposto no Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992, na Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, na Portaria nº 652 MEFP/MARA, de 1º de outubro de 1992, e na Instrução Normativa Conjunta INCRA/STN nº 01, de 07 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 103.720 (cento e três mil, setecentos e vinte) Títulos da Dívida Agrária - TDAs, na forma escritural, no valor de R$ 9.592.293,36 (nove milhões, quinhentos e noventa e dois mil, duzentos e noventa e três reais e trinta e seis centavos), relacionados nas Solicitações de Lançamento/INCRA nºs 465/12 a 474/12, 506/12 e 512/12, com as seguintes características:

Data de Lançamento	Valor Nominal de Lançamento (R$)	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Quantidade	Financeiro Total (R$)	Situação do CPF/CNPJ
1/6/2007	89,21	5 anos	6% a.a.	4.888	436.058,48	Regular
1/10/2007	89,58	5 anos	6% a.a.	910	81.517,80	Regular
1/8/2010	92,06	5 anos	6% a.a.	23.826	2.193.421,56	Regular
1/7/2011	92,87	5 anos	6% a.a.	74.096	6.881.295,52	Regular
Total				103.720	9.592.293,36	

Art. 2º Autorizar o cancelamento dos TDAs abaixo relacionados, em cumprimento a acordo judicial e despachos autorizativos, conforme os Ofícios INCRA nºs 610 e 612, de 26.11.2012, 630, de 03.12.2012 e 644, de 11.12.2012:

Data de Lançamento	Valor Nominal de Lançamento (R$)	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Quantidade	Financeiro Total (R$)
1/10/2007	89,58	15 anos	3% a.a.	910	81.517,80
1/6/2007	89,21	15 anos	3% a.a.	4.888	436.058,48
1/5/2010	91,87	10 anos	6% a.a.	29.773	2.735.245,51
1/7/2011	92,87	15 anos	3% a.a.	74.096	6.881.295,52
Total				109.667	10.134.117,31

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 694, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o inciso III do Artigo 5º da Portaria nº 386, de 4 de julho de 2012.

O Ministro de Estado da Integração Nacional, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e, tendo em vista o disposto no art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 386, de 4 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 5 de julho de 2012, Seção 1, página 50, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 5º.....

.....

III - .....

.....

c) .....

.....

por Unidade da Federação, mediante estimativa a ser realizada considerando a distribuição histórica das aplicações e a expectativa de demanda por crédito na Região, respeitado o mínimo de 15% (quinze por cento) dos recursos disponíveis para aplicação em cada UF;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 640, de 16 de novembro de 2012, publicada no DOU em 20 de novembro de 2012, Seção 1, página 16, onde se lê "PORTARIA Nº 640, de 16 de outubro de 2012", leia-se "PORTARIA Nº 640, de 16 de novembro de 2012".

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria nº 68, de 11 de dezembro de 2012, publicada no D.O.U, de 13 de dezembro de 2012, Seção I pág. 154, que promoveu a alteração da Modalidade de Aplicação de dotações orçamentárias consignadas da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF,

Onde se lê:

22.333.2029.7K66.0022	100	4440.00	1.185.000	4430.00	1.185.000

Leia se:

22.333.2029.7K66.0022	100	4440.00	2.185.000	4430.00	2.185.000

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 62, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova "ad referendum" do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 060/2012, que altera o Programa de Aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) dos exercícios de 2012 e 2013.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 8º da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, ademais do que trata o inciso XVI e o parágrafo único do art. 11 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da SUDENE, bem como, o estabelecido pela alínea "c", inciso XII, art. 7º do Anexo I ao Decreto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

nº 6.219, de 04 de outubro de 2007, torna público que, com base em pedido do Banco do Nordeste, instrumentalizado por Proposição apresentada pela SUDENE, e considerando ainda, a urgência e relevância do assunto adiante tratado, resolveu:

Art. 1º Aprovar, "ad referendum" do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 060/2012, sancionada pela Diretoria Colegiada da SUDENE na 124ª reunião, de 12 de dezembro de 2012, que trata de promover os seguintes ajustes nos "Programas de Aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)" dos exercícios 2012 e 2013:

a) no exercício 2012, autorizar ao Banco do Nordeste a elevar o orçamento do Programa Emergencial Para a Seca em R$ 150 milhões, passando o total para R$ 1,65 bilhão; e

b) no exercício 2013, autorizar ao Banco do Nordeste a (re) criar o PROGRAMA EMERGENCIAL PARA SECA, constituído das linhas de credito especiais regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional, nos termos de seus normativos, com previsão de aplicação de recursos do FNE no montante de R$ 250 milhões.

Art. 2º Fica o Banco do Nordeste com o encargo de, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da aprovação desta Resolução, encaminhar à SUDENE e ao Ministério da Integração Nacional, para apreciação, a nova versão dos Programas de Aplicação dos Recursos do FNE para 2012 e 2013, a ser submetida à apreciação deste colegiado.

Art. 3º A Proposição de que trata o artigo primeiro e a documentação técnica que lhe dá suporte, passam a integrar a presente Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor nesta data, devendo ser publicizada no site da SUDENE, no endereço www.sudene.gov.br, e será submetida à ratificação pelo Conselho Deliberativo da Autarquia em sua próxima reunião ordinária.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 13 de dezembro de 2012

Nº 2.114 - Processo nº 08802.010904/2011-81. Interessado(a): Josimar Mendes de Azevedo
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1737 de 3 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA N.º 1025/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.115 - Processo nº 08802.010579/2011-56. Interessado(a): Ariel Candido da Silva
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2480 de 2 de setembro de 2004, nos termos da NOTA N.º 809/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.116 - Processo nº 08802.010802/2011-65 Interessado(a): Joe Luiz de Oliveira
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1240 de 08 de outubro 2002, nos termos da NOTA N.º 739/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.117 - Processo nº 08802.011041/2011-69. Interessado(a): José Esteves Raposo
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1474 de 4 de junho de 2004, nos termos da NOTA N.º 738/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.118 - Processo nº 08802.010941/2011-99. Interessado(a): Janete Pereira Lima
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1231 de 8 de outubro de 2002, nos termos da NOTA N.º 737/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.119 Processo nº 08802.012332/2011-74. Interessado(a): Leonardo Izídio de Sena
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2081 de 3 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 729//2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.120 - Processo nº 08802.010850/2011-53. Interessado(a): Josedeck Nunes de Farias
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2318 de 9 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 728/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.121 - Processo nº 08802.011339/2011-79. Interessado(a): José Maria Cota
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 0448 de 28 de março de 2005, nos termos da NOTA N.º 726/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.122 - Processo nº 08802.010638/2011-96. Interessado(a): João Barbosa de Miranda
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2176 de 9 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 725/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.123 - Processo nº 08802.011192/2011-17. Interessado(a): Luiz Justino Leal
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2177 de 9 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 723/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.124 - Processo nº 08802.011056/2011-27. Interessado(a): Luiz José de Oliveira
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1234 de 05 de maio de 2004, nos termos da NOTA N.º 722/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.125 - Processo nº 08802.012064/2011-91. Interessado(a): Jurandyr Faceiro Lima
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 0994 de 29 de junho de 2006, nos termos da NOTA N.º 721/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.126 - Processo nº 08802.011051/2011-02. Interessado(a): José Deusmar Ribeiro
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1558 de 4 de junho de 2004, nos termos da NOTA N.º 719/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.127 - Processo nº 08802.012322/2011-39. Interessado(a): Lenilson Souza França
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2030 de 28 de novembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 718/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.128 - Processo nº 08802.012321/2011-94. Interessado(a): Laerte Alves Barros
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2157 de 29 de julho de 2004, nos termos da NOTA N.º 717/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.129 - Processo nº 08802.012114/2011-30 Interessado(a): Luiz Carlos Coelho
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2490 de 17 de Dezembro de 2002, nos termos da NOTA N.º 716/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.130 - Processo nº 08802.012330/2011-85. Interessado(a): Lúcio Cipriano de Souza
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 3724 de 14 de dezembro de 2004, nos termos da NOTA N.º 715/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.131 - Processo nº 08802.010847/2011-30. Interessado(a): Josue Salgado de Oliveira
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2608 de 22 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 736/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.132 - Processo nº 08802.010993/2011-65. Interessado(a): José Hernani Correa
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 070 de 8 de janeiro de 2004, nos termos da NOTA N.º 735/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.133 - Processo nº 08802.010755/2011-50. Interessado(a): José Lazaro Soly Duarte
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1329 de 1 de julho de 2005, nos termos da NOTA N.º 734/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.134 - Processo nº 08802.012387/2011-84. Interessado(a): JOSÉ ALUISIO TOLEDO NOGUEIRA
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2618 de 22 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 732/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.135 - Processo nº 08802.011020/2011-43. Interessado(a): José Carlos de Jesus Perrot
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1776 de 5 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA N.º 731/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.136 - Processo nº 08802.012402/2011-94. Interessado(a): José Santos da Silveira
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 030 de 8 de janeiro de 2004, nos termos da NOTA N.º 730/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União, nº 240, de 13 de dezembro de 2012, Seção 1, página 157, referente ao Processo administrativo disciplinar n°08072.001647/2007-00, onde se lê: "Despacho nº 2211", leia- se: "Despacho nº 2111"

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.832 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Atualiza os Anexos I e II da Portaria no 1.955, republicada em 17 de outubro de 2012.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO no uso da competência atribuída pelo art. 11 da Portaria Ministerial nº 1.955, republicada em 17 de outubro de 2012, e alterada pela Portaria nº 3.204, de 12 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º Atualizar os Anexos I e II da Portaria no 1.955, republicada em 17 de outubro de 2012, e alterada pela Portaria nº 3.204, de 12 de dezembro de 2012, conforme os anexos a esta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RODRIGO OLIVEIRA DE FARIA

ANEXO I

LIMITES PARA EMPENHO DE DIÁRIAS E PASSAGENS EM 2012 - FISCALIZAÇÃO E PODER DE POLÍCIA

	UNIDADES	LIMITES
30.101	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	11.640.000
	ESTRUTURA CENTRAL	900.000
	Secretaria Nacional de Segurança Pública	1.400.000
	Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos	9.240.000
	Secretaria Nacional de Justiça	100.000
30.103	Arquivo Nacional	65.000
30.107	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	22.500.000
30.202	Fundação Nacional do Índio	3.900.000
30.907	Fundo Penitenciário Nacional	50.000
30.909	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da PF	85.400.000
30.911	Fundo Nacional de Segurança Pública	44.195.000

ANEXO II

LIMITES PARA EMPENHO DE DIÁRIAS E PASSAGENS EM 2012 - DEMAIS DESPESAS

	UNIDADE	LIMITES
30.101	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	67.097.200
	ESTRUTURA CENTRAL	4.500.000
	Comissão da Anistia	1.000.000
	Consultoria Jurídica	20.000
	Departamento Penitenciário Nacional	430.000
	Gabinete do Ministro	800.000
	Secretaria de Assuntos Legislativos	107.000
	Secretaria Nacional do Consumidor	850.000
	Secretaria Nacional de Segurança Pública	57.550.000
	Secretaria Nacional de Justiça	1.350.000
	Secretaria de Reforma do Judiciário	490.000
30.103	Arquivo Nacional	245.000
30.107	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	21.800.000
30.108	Departamento de Polícia Federal	27.820.000
30.109	Defensoria Pública da União	1.000.000
30.202	Fundação Nacional do Índio	15.200.000
30.211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	670.000
30.905	Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	82.000
30.907	Fundo Penitenciário Nacional	6.200.000
30.909	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da PF	9.780.000
30.912	Fundo Nacional Antidrogas	2.200.000

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ANDAMENTO PROCESSUAL

CERTIDÃO DE JULGAMENTO 12ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

ATO DE CONCENTRAÇÃO Nº 08012.001656/2010-01

Requerentes: Cosan S.A. Indústria e Comércio e Shell International Petroleum Company Limited.

Advogados: Tercio Sampaio Ferraz Junior, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu, Joyce Midori Honda e outros

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Manifestaram-se em sustentação oral o advogado Jackson de Freitas Ferreira, representando a impugnante, ANDIC, e o advogado Paulo Lopes, vice-presidente jurídico da Raízen, empresa constituída na operação.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 13 de dezembro de 2012.
VLADIMIR ADLER GORAYEB
Secretário do Plenário
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 13 de dezembro de 2012

Nº 446 - Referência: Ato de Concentração nº 08700.010316/2012-76. Requerentes: KfW e European Aeronautic Defence and Space Company EADS N.V. Advogados: José Alexandre Buaiz Neto, Marco Aurélio M. Barbosa e outros. Acolho o Parecer Técnico nº xx/2012/Superintendência-Geral, de 13 de dezembro de 2012 e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive com sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO

CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS

ATA DA 151ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2012

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e doze, às 10 horas, na sala 304 do Edifício sede do Ministério da Justiça (DF), no Palácio da Justiça Raymundo Faoro, reuniu-se o CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (CFDD). ESTIVERAM PRESENTES: Sob a Presidência do Dr. DANIEL JOSEF LERNER, os Conselheiros: Dr. FERNANDO JOSÉ DE OLIVEIRA BAPTISTA, representante do Ministério da Saúde/ANVISA; Dra. MONIA SILVESTRIN, representante do Ministério da Cultura/MinC; Dra. VANÊSCA BUZELATO PRESTES, representante do Instituto "O Direito Por Um Planeta Verde"; Dr. RICARDO MOURA DE ARAUJO FARIA, representante do Ministério da Fazenda/MF; Dr. JOSÉ ELAERES M. TEIXEIRA, representante do Ministério Público Federal/MPF, Dra ROSANA GRINBERG, representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor/IDEC, Dr. WALTER JOSÉ FAIAD DE MOURA e Dr. MARCUS DA COSTA FERREIRA, representantes do Instituto Brasileiro de Política e Direitos do Consumidor/BRASILCON. Participou, ainda, como Colaborador Eventual, o Dr. HELTON VARGAS FERREIRA, representante do Ministério da Saúde/ANVISA" e o Secretário-Executivo do CFDD. JUSTIFICARAM AUSÊNCIAS: Dra. ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA, representante do Ministério do Meio Ambiente/MMA; Dr. ALESSANDRO SERAFIN OCTAVIANI LUIS e Dra. MARIANA BOABAID DALCANALE ROSA, representantes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE. O Presidente do Conselho, Dr. Daniel Josef Lerner, agradeceu a presença de todos e deu início à discussão dos assuntos em pauta. Item 1º - Aprovação das Atas da 150ª Reunião Ordinária e 10ª Reunião Extraordinária. As Atas foram aprovadas por unanimidade. Item 2º - O Presidente passou a palavra ao Senhor Nelson Campos, Secretário-Executivo, que fez a leitura dos valores do Quadro Demonstrativo de Valores Recolhidos ao FDD de janeiro a 29 de março de 2012. Código 001 - Condenações Judiciais - Meio Ambiente - R$ 7.966,34 (sete mil novecentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos); código 002 - Condenações Judiciais - Consumidor - R$ 7.899,65 (sete mil oitocentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos); código - 003 - Condenações Judiciais - Bens e Direitos de Valor Artístico: R$ 1.000,00 (mil reais); Código; 004 - Qualquer Outro Interesse Difuso e Coletivo - R$ 304.776,74 (trezentos e quatro mil setecentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos); código 005 - Pessoas Portadoras de Deficiência (Lei 7.853/89) R$ 1.000,00 (mil reais); código 006 - Multas - Código de Defesa do Consumidor - CDC - R$ 5.002,00 (cinco mil e dois reais) código 007 - Indenizações - Código de Defesa do Consumidor - CDC - Consumidor - não houve recolhimento; código 008 - Condenações Judiciais - Mercado Imobiliário - Não houve recolhimento; código 009 - Condenações Judiciais - Infração à Ordem Econômica - R$ 17.923.064,46 (dezessete milhões novecentos e vinte e três mil sessenta e quatro reais e quarenta e seis centavos); Outras Receitas - Sorteios de Instituições Filantrópicas - R$ 42.889,20 (quarenta e dois mil oitocentos e oitenta e nove reais e vinte centavos); Outras Receitas - Doações - R$ 4.153,66 (quatro mil cento cinquentas e três reais e sessenta e seis centavos); Depósitos Judiciais - não houve recolhimento; Devolução de Saldo de Convênios no Próprio Exercício - não houve recolhimento; Devolução de saldo de Convênios de Exercícios Anteriores - R$ 39.667,56 (trinta e nove mil seiscentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos); Restituição de Receita Depositada Indevidamente na conta do CFDD - não houve restituição. Obtendo uma arrecadação total no valor de R$ 18.342.290,06 (dezoito milhões trezentos e quarenta e dois mil duzentos e noventa reais e seis centavos). Item 3º - O Presidente fez alguns ajustes nos itens da minuta de resolução que disporá sobre a apresentação de cartas-consulta para o ano de 2013. Feita as correções, a minuta foi aprovada por unanimidade, ficando a cargo do Presidente encaminhar a Secretaria Executiva do CFDD para publicação. Item - 4º - Deliberação sobre Projetos: 4.1 - Interessado: Secretaria de Estado de Governo/MS (08012.009332/2011-93). Projeto: "Formar 450 Brigadistas Voluntários em Técnicas de Combate a Incêndios Florestais". Conselheira-Relatora: Dra. Vanêsca Buzelato Prestes, representante do Instituto "O Direito Por Um Planeta Verde", Decisão do CFDD: Aprovado por unanimidade. 4.2 - Interessado: Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente/CE (08012.009334/2011-82). Projeto: "Fomentar Ações com Vistas a Redução e Potencial Compensação das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEF's)". Conselheiro-Relator: Dr. Fernando José de Oliveira Baptista, representante do Ministério da Saúde. Decisão do CFDD: Aprovado por unanimidade. 4.3 - Interessado: Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná/PR (08012.009341/2011-84). Projeto: "Avaliar os impactos do novo Código Florestal nas emissões de gases de efeito estufa por mudanças no uso da terra e florestas na Bacia do Rio Iguaçu". Conselheira - Relatora: Dra. Ana Beatriz de Oliveira, representante do Ministério do Meio Ambiente/MMA. Decisão do CFDD: Retirado de pauta. 4.4 - Interessando: Fundação Athos Bulção/DF (08012.002060/2011-09), Projeto: "Restaurar Painéis de Athos Bulcão", Conselheira - Relatora: Dra. Monia Silvestrin, representante do Ministério da Cultura/MinC, Decisão do CFDD: Retirado de pauta. 4.5 - Interessando: Sociedade de Amigos do Museu Imperial/RJ (08012.002107/2011-26). Projeto: "DAMI - Digitalização do Acervo do Museu Imperial." Conselheiro-Relator: Dr. Ricardo Moura de Araújo Farias, representante do Ministério da Fazenda/MF. Decisão do CFDD: Retirado de Pauta. 4.6 - Interessado: Fundação Gregório de Mattos - Prefeitura de Salvador/BA (08012.005291/2011-66). Projeto: Digitalização de Parte do Arquivo Histórico Municipal de Salvador". Conselheiro - Relator: Dr. José Elaeres Marque Teixeira, representante do Ministério Público Federal/MPF. Decisão do CFDD: Aprovado por unanimidade. 4.7 - Interessando: Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos/SP (08012.009338/2011-61) Projeto: "Fortalecer Defesa Civil". Conselheiro - Relator: Dr. Marcus da Costa Ferreira, representante do Instituto Brasileiro de Política e Direitos do Consumidor/BRASILCON. Decisão do CFDD: Aprovado por unanimidade. Item 5º - Assuntos Gerais: Não houve. Item 6º - Data da próxima reunião do CFDD. A Próxima reunião ordinária do CFDD está prevista para o dia 26 de abril de 2012, no Edifício Sede sala 304, do Ministério da Justiça. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrada a presente Ata.

DANIEL JOSEF LERNER
Presidente do Conselho

ATA DA 155ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2012

Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e doze, às 10 horas, na sala 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça (DF), no Palácio da Justiça Raymundo Faoro, reuniu-se o CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (CFDD). ESTIVERAM PRESENTES: Sob a Presidência da Dra. JULIANA PEREIRA DA SILVA, os Conselheiros: Dr. RICARDO MOURA DE ARAÚJO FARIA, representante do Ministério da Fazenda; Dr. LUIZ ARMANDO ERTHAL, representante do Ministério da Saúde/ANVISA; Dra. ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA, representante do Ministério do Meio Ambiente/MMA; Dra. MONIA SILVESTRIN, representante do Ministério da Cultura/MinC; Dra. MÁRCIA LEUZINGER, representante do Instituto "O Direito Por Um Planeta Verde"; Dr. MARCUS DA COSTA FERREIRA, representante do Instituto de Política e Direito do Consumidor/BRASILCON; e o Dr. Nelson Campos, Secretário-Executivo do CFDD. JUSTIFICARAM AUSÊNCIAS: Dra. ROSANA GRINBERG, representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor/IDEC; Dr. DANIEL JOSEF LERNER, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE; Dr. JOSÉ ELAERES MARQUES TEIXEIRA, representante do Ministério Público Federal/MPF. A Seção foi aberta com a posse da Presidente do Conselho, Dra. Juliana Pereira da Silva. O Secretário-Executivo do Conselho, Dr. Nelson Campos, leu o Termo de Posse e em seguida o Dr. Marcus da Costa Ferreira, representante do BRASILCON, deu as boas vindas à nova presidente. A Dra. Juliana fez um breve discurso de apresentação, onde falou de sua trajetória no serviço público na área do consumidor e de suas expectativas à frente do CFDD. Solicitou a Secretaria-Executiva do Conselho um relatório de atividades, com quadros demonstrativos do que já se realizou nos últimos cinco anos, para que, com a colaboração de todos os Conselheiros, se preparasse um documento a ser levado às autoridades competentes, demonstrando a importância do CFDD perante a sociedade, informando dos vários projetos sociais apoiados, inclusive nos mais distantes rincões do país, com objetivo de evitar cortes vultuosos no orçamento do CFDD, e mais do que isso, sensibilizá-los do importante trabalho realizado pelo Conselho. A Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu início à discussão dos assuntos em pauta. Item 1º - Aprovação da Ata da 154ª Reunião Ordinária. Ata foi aprovada por unanimidade. Item 2º - Quadro Demonstrativo de Valores Recolhidos ao FDD. A Presidente passou a palavra ao Secretário-Executivo do Conselho, Dr. Nelson Campos, que leu os valores recolhidos de janeiro a 30 de junho de 2012. Código 001 - Condenações Judiciais - Meio Ambiente - R$ 14.008,34 (quatorze mil oito reais e trinta e quatro centavos); código 002 - Condenações Judiciais - Consumidor - R$ 91.873,16 (noventa e um mil oitocentos e setenta e três reais e dezesseis centavos); código - 003 - Condenações Judiciais - Bens e Direitos de Valor Artístico: R$ 3.000,00 (três mil reais); Código; 004 - Qualquer Outro Interesse Difuso e Coletivo - R$ 3.300,149,75 (três milhões trezentos mil cento e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos); código 005 - Pessoas Portadoras de Deficiência (Lei 7.853/89) R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais); código 006 - Multas - Código

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

de Defesa do Consumidor - CDC - R$ 58.861,05 (cinquenta e oito mil oitocentos e sessenta e um reais e cinco centavos); código 007 - Indenizações - Código de Defesa do Consumidor - CDC - Consumidor - não houve recolhimento; código 008 - Condenações Judiciais - Mercado Imobiliário - Não houve recolhimento; código 009 - Condenações Judiciais - Infração à Ordem Econômica - R$ 30.677.270,58 (trinta milhões seiscentos e setenta e sete mil duzentos e setenta reais e cinquenta e oito centavos); Outras Receitas - Sorteios de Instituições Filantrópicas - R$ 43.013,56 (quarenta e três mil treze reais e cinquenta e seis centavos); Outras Receitas - Doações - R$ 44.238,88 (quarenta e quatro mil duzentos e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos); Depósitos Judiciais - não houve recolhimento; Devolução de Saldo de Convênios no Próprio Exercício - não houve recolhimento; Devolução de saldo de Convênios de Exercícios Anteriores - R$ 672.474,56 (seiscentos e setenta e dois mil quatrocentos e setenta e quatro reais cinquenta e seis centavos); Restituição de Receita Depositada Indevidamente na conta do CFDD - não houve restituição. Obtendo uma arrecadação total no valor de R$ 35.013.363,74 (trinta e cinco milhões treze mil trezentos e sessenta e três reais e setenta e quatro centavos). Item 4º - Deliberação sobre Projetos: 4.1 - Interessado: Rede de Desenvolvimento Humano - REDEH/RJ (08012.009339/2011-13). Projeto: "Plano Piloto de Adaptação às Mudanças Climáticas para o Município de Petrópolis"; Conselheira-Relatora: Dra. Mariana Boabaid Dalcanale Rosa, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE"; Decisão do CFDD: Retirado de pauta. 4.2 - Interessado: Instituto para o Desenvolvimento de Empreendimentos, Instalações e Aceleração - IDEIA/PE (08012.005510/2011-15); Projeto: "Sou Consumidor Consciente e Conheço os Meus Direitos"; Conselheiro-Relator: Dr. Luiz Armando Erthal, representante do Ministério da Saúde/ANVISA; Decisão do CFDD: convertido em diligência. 4.3 - Interessando: Casa dos Açores da Ilha de Santa Catarina/SC (08012.002124/2011-63); Projeto: "Elaborar Projeto de Restauro da Antiga Casa do Vigário"; Conselheiro - Relator: Dr. Marcus da Costa Ferreira, representante do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor/BRASILCON; Decisão do CFDD: retirado de pauta. Item 5º - Assuntos Gerais: Não houve. Item 6º - Data da próxima reunião do CFDD. A Próxima reunião ordinária do CFDD está prevista para o dia 30 de agosto de 2012, no Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala 304. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrada a presente Ata.

JULIANA PEREIRA DA SILVA
Presidenta do Conselho

ATA DA 156ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2012

Aos trintas dias do mês de agosto de dois mil e doze, às 10 horas, na sala 304 do Edifício sede do Ministério da Justiça (DF), no Palácio da Justiça Raymundo Faoro, reuniu-se o CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (CFDD). ESTIVERAM PRESENTES: Sob a Presidência da Dra. JULIANA PEREIRA DA SILVA, os Conselheiros: Dr. RICARDO MOURA DE ARAÚJO FARIA, representante do Ministério da Fazenda; Dr. DANIEL JOSEF LERNER, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE; Dra. MONIA SILVESTRIN, representante do Ministério da Cultura/MinC; Dra. MÁRCIA LEUZINGER, representante do Instituto "O Direito Por Um Planeta Verde"; Dr. MARCUS DA COSTA FERREIRA, representante Instituto de Políticas e Direito do Consumidor/BRASILCON; Dra. TERESA DONATO LIPORACE, representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor/IDEC. O Secretário-Executivo Substituto do CFDD, Sr. GRACIVALDO JOSÉ VENTURA DE SOUSA. JUSTIFICARAM AUSÊNCIAS: Dr. JOSÉ ELAERES MARQUES TEIXEIRA, representante do Ministério Público Federal/MPF. A Presidente agradeceu a presença de todos e deu início à discussão dos assuntos em pauta. Item 1º - Posse dos Conselheiros - A Seção foi aberta com a posse dos conselheiros, Dr. DANIEL JOSEF LERNER, como Vice-Presidente do CFDD, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE e a Dra. ROSILENE MENDES DOS SANTOS, representante Titular do Ministério da Saúde/ANVISA. O Secretário-Executivo Substituto do Conselho leu os Termos de Posse e em seguida o Dr. MARCUS DA COSTA FERREIA deu as boas vindas aos novos conselheiros. Item 2º - Aprovação da Ata da 155ª Reunião Ordinária - A Ata foi aprovada por unanimidade. Item 3º - Valores Recolhidos ao FDD - A Presidente passou a palavra ao Secretário Executivo Substituto, que leu os valores do Quadro Demonstrativo de Valores Recolhidos ao FDD de janeiro a 31 de agosto de 2012. Código 001 - Condenações Judiciais - Meio Ambiente - R$ 19.647,16 (dezenove mil seiscentos e quarenta e sete reais e dezesseis centavos); código 002 - Condenações Judiciais - Consumidor - R$ 92.473,16 (noventa e dois mil quatrocentos e setenta e três reais e dezesseis centavos); código - 003 - Condenações Judiciais - Bens e Direitos de Valor Artístico: R$ 8.000,00 (oito mil reais); Código; 004 - Qualquer outro Interesse Difuso e Coletivo - R$ 4.386.247,30 (quatro milhões trezentos e oitenta e seis mil duzentos e quarenta e sete reais e trinta centavos); código 005 - Pessoas Portadoras de Deficiência (Lei 7.853/89) R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais); código 006 - Multas - Código de Defesa do Consumidor - CDC - R$ 641.251,14 (seiscentos e quarenta e um mil duzentos e cinquenta e um reais e quatorze centavos); código 007 - Indenizações - Código de Defesa do Consumidor - CDC - Consumidor - R$ 3.963,71(três mil novecentos e sessenta e três reais e setenta e um centavos); código 008 - Condenações Judiciais - Mercado Imobiliário - Não houve recolhimento; código 009 - Condenações Judiciais - Infração à Ordem Econômica - R$ 34.677.132;30 (trinta e quatro milhões seiscentos e setenta e sete mil cento e trinta e dois reais e trinta centavos); Outras Receitas - Sorteios de Instituições Filantrópicas - R$ 43.013,56 (quarenta e três mil treze reais e cinquenta e seis centavos); Outras Receitas - Doações - R$ 56.010,28 (cinquenta e seis mil dez reais e vinte e oito centavos); Depósitos Judiciais - não houve recolhimento; Devolução de Saldo de Convênios no Próprio Exercício - não houve recolhimento; Devolução de saldo de Convênios de Exercícios Anteriores - R$ 702.949,89 (setecentos e dois mil novecentos e quarenta e nove reais e oitenta e nove centavos); Restituição de Receita Depositada Indevidamente na conta do CFDD - não houve restituição; Multas de Infrações Previstas na Legislação Trabalhista (Fundo de Direitos Difusos e Coletivos dos Trabalhadores) - R$ 111.573,22 (cento e onze mil quinhentos e setenta e três reais e vinte e dois centavos). Obtendo uma arrecadação total no valor de R$ 40.765.963,88 (quarenta milhões setecentos e sessenta e cinco mil novecentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos). Item 4º - Projetos Prioritários para 2013 - Devidos aos constantes contingenciamentos financeiros sofridos pelo CFDD nos últimos anos diante da previsão orçamentária para 2013, os Conselheiros decidiram selecionar 20 (vinte) projetos como prioritários para o próximo ano, sendo 9 (nove) da área "meio ambiente", 7 (sete) da área "outros direitos difusos" e 4 (quatro) da área "Consumidor". Decidiram, também, selecionar 10 (dez) projetos que comporão um cadastro reserva, para ser utilizado em caso de suplementação orçamentária. As comissões se comprometeram a enviar a relação de projetos à Secretaria Executiva do CFDD até 06 de setembro de 2012, para as providências de publicação do resultado no Diário Oficial da União. Item 5º - Deliberação sobre Projetos: 5.1 - Interessado: Rede de Desenvolvimento Humano/REDEH/RJ (08012.009339/2011-13). Projeto: "Plano Piloto de Adaptação à Mudanças Climáticas para o Município de Petrópolis". Conselheira-Relatora: Dra. Mariana Boabaid Dalcanale Rosa, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE"; Decisão do CFDD: Retirado de pauta. 5.2 - Interessado: Instituto Para o Desenvolvimento de Empreendimentos, Instalações e Aceleração - IDEIA/PE (08012.005510/2011-15). Projeto: "SOU Consumidor Consciente e Conheço os Meus Direitos"; Conselheiro-Relator: Dr. Luiz Armando Erthal, representante do Ministério da Saúde/ANVISA; Decisão do CFDD: Retirado de Pauta. 5.3 - Interessando: Casa dos Açores da Ilha de Santa Catarina/SC (08012.002124/2011-63). Projeto: "Elaborar Projeto de Restauro da Antiga Casa do Vigário"; Conselheiro-Relator: Dr. Marcus da Costa Ferreira, representante do Instituto Brasileiro de Política e Direitos do Consumidor/BRASILCON. Decisão do CFDD: Aprovado por unanimidade. Item 6º - Assuntos Gerais: Não houve. Item 7º - Data da próxima reunião do CFDD - A Próxima reunião ordinária do CFDD está prevista para o dia 27 de setembro de 2012, no Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala 304. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrada a presente Ata.

JULIANA PEREIRA DA SILVA
Presidenta do Conselho

ATA DA 157ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2012

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e doze, às 10 horas, na sala 304 do Edifício sede do Ministério da Justiça (DF), no Palácio da Justiça Raymundo Faoro, reuniu-se o CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (CFDD). ESTIVERAM PRESENTES: Sob a Presidência do Dr. DANIEL JOSEJ LERNER, vice-presidente do conselho, os Conselheiros: Dra. THALIA LACERDA DE AZEVEDO, representante do Ministério da Fazenda; Dra. MARIANA BOABAID DALCANALE ROSA, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE; Dr. PEDRO GUSTAVO MORGADO CLEROT, representante do Ministério da Cultura/MinC; Dra. MÁRCIA LEUZINGER, representante do Instituto "O Direito Por Um Planeta Verde"; Dra. VALQUÍRIA O. QUIXADÁ NUNES, representante do Ministério Público Federal/MPF; Dr. LUIZ ARMANDO ERTHAL, representante do Ministério da Saúde/ANVISA; e o Secretário-Executivo do CFDD, Dr. NELSON CAMPOS. JUSTIFICARAM AUSÊNCIAS: Dr RICARDO MOURA DE ARAUJO FARIA, representante do Ministério da Fazenda/MF; Dr. MARCUS DA COSTA FERREIRA, representante do Instituto de Política e Direito do Consumidor/BRASILCON; Dra. ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA e o Dr. KLITON VIEIRA SENRA, ambos representantes do Ministério do Meio Ambiente; Dra. ROSANA GRINBERG e a Dra TERESA DONATO LIPORACE, ambas representantes do IDEC. O Dr. Daniel agradeceu a presença de todos e deu início à discussão dos assuntos em pauta Item 1º - Posse de Conselheiros - A Seção foi aberta com a posse dos conselheiros, Dra. MARIANA BOABAID DALCANALE ROSA, representante suplente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE; e o Dr. PEDRO GUSTAVO MORGADO CLEROT, representante suplente do Ministério da Cultura/MINC. O Secretário-Executivo do Conselho leu os termos de Posse em seguida o Dr. DANIEL JOSEF LERNER deu as boas vindas aos novos conselheiros. Item 2º - Aprovação da Ata da 156ª Reunião Ordinária. A Ata foi aprovada por unanimidade. Item 3º - Quadro Demonstrativo de Valores - O Presidente passou a palavra ao Secretário - Executivo do Conselho que leu os valores do Quadro Demonstrativo de Valores Recolhidos ao FDD de janeiro a 30 de setembro de 2012: código 001 - Condenações Judiciais - Meio Ambiente - R$ 52.440,86 (cinquenta e dois mil quatrocentos e quarenta reais e oitenta e seis centavos); código 002 - Condenações Judiciais - Consumidor - R$ 93.073,16 (noventa e três mil setenta e três reais e dezesseis centavos); código - 003 - Condenações Judiciais - Bens e Direitos de Valor Artístico: R$ 8.000,00 (oito mil reais); Código; 004 - Qualquer outro Interesse Difuso e Coletivo - R$ 4.750.851,61 (quatro milhões setecentos e cinquenta mil oitocentos e cinquenta e um reais e sessenta e um centavos); código 005 - Pessoas Portadoras de Deficiência (Lei 7.853/89) R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais); código 006 - Multas - Código de Defesa do Consumidor - CDC - R$ 1.131.870,54 (um milhão cento e trinta e um mil oitocentos e setenta reais e cinquenta e quatro centavos); código 007 - Indenizações - Código de Defesa do Consumidor - CDC - Consumidor - R$ 3.963,71 (três mil novecentos e sessenta e três reais e setenta e um centavos) recolhimento; código 008 - Condenações Judiciais - Mercado Imobiliário - Não houve recolhimento; código 009 - Condenações Judiciais - Infração à Ordem Econômica - R$ 35.162.708,90 (trinta e cinco milhões cento e sessenta e dois mil setecentos e oito reais e noventa centavos); Outras Receitas - Sorteios de Instituições Filantrópicas - R$ 43.013,56 (quarenta e três mil treze reais e cinquenta e seis centavos); Outras Receitas - Doações - R$ 67.781,68 (sessenta e sete mil setecentos e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos); Depósitos Judiciais - não houve recolhimento; Devolução de Saldo de Convênios no Próprio Exercício - não houve devolução; Devolução de saldo de Convênios de Exercícios Anteriores - R$ 862.224,42 (oitocentos e sessenta e dois mil duzentos e vinte quatro reais e quarenta e dois centavos); Restituição de Receita Depositada Indevidamente na conta do CFDD - não houve restituição. Obtendo uma arrecadação total no valor de R$ 42.331.994,23 (quarenta e dois milhões trezentos e trinta e um mil novecentos e noventa e quatro reais e vinte e três centavos). Item 4º - Deliberação sobre Projetos: 4.1 - Interessado: Rede de Desenvolvimento Humano - REDEH/RJ (08012.009339/2011-13). Projeto: "Plano Piloto de Adaptação à Mudanças Climáticas para o Município de Petrópolis"; Conselheira-Relatora: Dra. Mariana Boabaid Dalcanale Rosa, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE"; Decisão do CFDD: Aprovado por unanimidade. 4.2 - Interessado: Instituto Para o Desenvolvimento de Empreendimentos, Instalações e Aceleração - IDEIA/PE (08012.005510/2011-15); Projeto: "Sou Consumidor Consciente e Conheço os Meus Direitos"; Conselheira-Relatora: Dr. Luiz Armando Erthal, representante do Ministério da Saúde/ANVISA; Decisão do CFDD: Indeferido. 4.3 - Interessado: Associação Horizontes/SP (08012.005083/2011-67); Projeto: "Monumenta"; Conselheira - Relatora: Dra. Vanêsca Buzelato Prestes, representante do Instituto "O Direito Por Um Planeta Verde"; Decisão do CFDD: retirado de pauta. Item 5º - Assuntos Gerais: Não houve. Item 6º - Data da próxima reunião do CFDD - A Próxima reunião ordinária do CFDD está prevista para o dia 25 de outubro de 2012, no Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala 304. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrada a presente Ata.

ATA DA 158ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2012

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e doze, às 10 horas, na sala 304 do Edifício sede do Ministério da Justiça (DF), no Palácio da Justiça Raymundo Faoro, reuniu-se o CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (CFDD). ESTIVERAM PRESENTES: Sob a presidência do Dr. DANIEL JOSEF LERNER, vice-presidente do Conselho, os Conselheiros: Dra. THALIA LACERDA DE AZEVEDO, representante do Ministério da Fazenda; Dra. VANÊSCA BUZELATO PRESTES, representante do Instituto "O Direito por Um Planeta Verde"; Dr. KLINTON VIEIRA SENRA, representante do Ministério Meio Ambiente/MMA; Dra. TERESA DONATO LIPORACE, representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor/IDEC; Dr. LUIZ ARMANDO ERTHAL, representante do Ministério da Saúde/ANVISA; Dr. MARCUS DA COSTA FERREIRA, representante do Instituto de Política e Direito do Consumidor/BRASILCON; e o Secretário-Executivo do CFDD, Dr. NELSON CAMPOS. JUSTIFICARAM AUSÊNCIAS: Dr RICARDO MOURA DE ARAUJO FARIA, representante do Ministério da Fazenda/MF. O Dr. Daniel agradeceu a presença de todos e deu início os assuntos em pauta. Item 1º - Aprovação da Ata da 157ª Reunião Ordinária: A Ata foi aprovada por unanimidade. Item 2º- Quadro demonstrativos de valores: O Presidente passou a palavra ao Secretário-Executivo do Conselho que leu os valores Recolhidos ao FDD de janeiro a 31 de outubro de 2012: Código - 001 - Condenações Judiciais - Meio Ambiente - R$ 146.972,61 (cento e quarenta e seis mil novecentos e setenta e dois reais e sessenta e um centavos); código 002 - Condenações Judiciais - Consumidor - R$ 93.073,16 (noventa e três mil seis mil setenta e três reais e dezesseis centavos); código - 003 - Condenações Judiciais - Bens e Direitos de Valor Artístico: R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais); Código; 004 - Qualquer outro Interesse Difuso e Coletivo - R$ 4.994.437,86 (quatro milhões novecentos e noventa e quatro mil quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta e seis centavos); código 005 - Pessoas Portadoras de Deficiência (Lei 7.853/89) R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais); código 006 - Multas - Código de Defesa do Consumidor - CDC - R$ 1.141.870,54 (um milhão cento e quarenta e um mil oitocentos e setenta reais e cinquenta e quatro centavos); código 007 - Indenizações - Código de Defesa do Consumidor - CDC - Consumidor - R$ 3.963,71 (três mil novecentos e sessenta e três reais e setenta e um centavos); código 008 - Condenações Judiciais - Mercado Imobiliário - Não houve recolhimento; código 009 - Condenações Judiciais - Infração à Ordem Econômica - R$ 35.674.545,24 (trinta e cinco milhões seiscentos e setenta e quatro mil quinhentos e quarenta e cinco reais e vinte e quatro centavos); Outras Receitas - Sorteios de Instituições Filantrópicas - R$ 54.663,95 (cinquenta e quatro mil seiscentos e sessenta e três reais e noventa e cinco centavos); Outras Receitas - Doações - R$ 76.296,68 (setenta e seis mil duzentos e noventa e seis reais e sessenta e oito centavos); Depósitos Judiciais - não houve recolhimento; Devolução de Saldo de Convênios no Próprio Exercício - não houve; Devolução de saldo de Convênios de Exercícios Anteriores - R$ 1.109,899,09 (um milhão cento e nove mil oitocentos e noventa e nove reais e nove centavos); Restituição de Receita Depositada Indevidamente na conta do CFDD - não houve restituição. Obtendo uma arrecadação total no valor de R$ 43.471.021,05 (quarenta e três milhões quatrocentos e setenta e um mil vinte e um reais e cinco centavos). Item 3º - Deliberação sobre Projetos: Item - 3.1 - Interessado: Associação Horizonte/SP (08012.005083/2011-67). Proje-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

to: "Monumenta"; Conselheira-Relatora: Dra Vanêsca Buzelato Prestes, representante do Instituto "O Direito Por Um Planeta Verde". Decisão do CFDD: Indeferido por unanimidade. Item - 3.2 - Interessado: Associação dos Produtores Culturais de Mato Grosso/MT (08012.005427/2011-38): Projeto: "Preservar para Rememorar - Um Direito do Cidadão" Conselheira-Relatora: Dra. Mônia Silvestrin, representante do Ministério da Cultura/MinC. Decisão do CFDD: Retirado de Pauta. Item - 3.3 - Interessado: Instituto "O Direito Por Um Planeta Verde"/SP (08012.005427/20011-38: Projeto: "Sistemas Estaduais de PSA: Diagnóstico, Lições Apreendidas e Desafios para a Futura Legislação", Conselheiro-Relator: Dr. Marcus da Costa Ferreira, representante do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor/BRASILCON. Decisão do CFDD: Aprovado por unanimidade. A Conselheira Vanêsca Buzelato Prestes se declarou impedida de votar. Item 3.4 - Interessado: Instituto de Combate a Fraude e Defesa da Concorrência/ICDE/SP (08012.005049/2011-59). Projeto: Programa Integrado de Formação e Capacitação na Área de Defesa da Concorrência, Direitos do Consumidor e Ilícitos Socialmente Aceitos". Conselheiro - Relator: Dr. Ricardo Moura de Araújo Faria, representante do Ministério da Fazenda/MF. Decisão do CFDD: Retirado de Pauta. Item 4º - Assuntos Gerais: Não houve. Item 5º - Data da próxima reunião do CFDD: A Próxima reunião ordinária do CFDD está prevista para o dia 22 de novembro de 2012, no Edifício Sede do Ministério da Justiça. sala 304. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrada a presente Ata.

DANIEL JOSEF LERNER
Vice-Presidente do Conselho

ATA DA 159ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2012

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e doze, às 10 horas, na sala 304 do Edifício sede do Ministério da Justiça (DF), no Palácio da Justiça Raymundo Faoro, reuniu-se o CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (CFDD). ESTIVERAM PRESENTES: A Dra. JULIANA PEREIRA DA SILVA, presidente do conselho e os Conselheiros: Dr. DANIEL JOSEF LERNER, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE; Dra. THALIA LACERDA DE AZEVEDO, representante do Ministério da Fazenda; Dra. MÁRCIA LEUZINGER, representante do Instituto "O Direito por Um Planeta Verde; Dra. TERESA DONATO LIPORACE, representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor/IDEC; Dr. LUIZ ARMANDO ERTHAL, representante do Ministério da Saúde/ANVISA; Dr. PEDRO GUSTAVO MORGADO CLEROT, representante do Ministério da Cultura; e o Secretário-Executivo-Substituto do CFDD, Sr. GRACIVALDO JOSÉ VENTURA DE SOUSA. JUSTIFICARAM AUSÊNCIAS: Dra. ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA e o DR. KLINTON VIEIRA SENRA, ambos representantes do Ministério do Meio Ambiente/MMA; e o Dr. MARCUS DA COSTA FERREIRA, representante do Instituto de Política e Direito do Consumidor/BRASILCON. A Presidente agradeceu a presença de todos e deu início os assuntos em pauta. Item 1º - Análise de Ata: A Ata da 158ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade. Item 2º - Quadro demonstrativos de valores. A Presidente passou a palavra ao Secretário-Executivo Substituto do Conselho que leu os valores do Quadro Demonstrativo de Valores Recolhidos ao FDD de janeiro a 30 de novembro de 2012: Código - 001 - Condenações Judiciais - Meio Ambiente - R$ 150.912,46 (cento e cinquenta mil novecentos e doze reais e quarenta e seis centavos); código 002 - Condenações Judiciais - Consumidor - R$ 94.273,16 (noventa e quatro mil duzentos e setenta e três reais e dezesseis centavos); código - 003 - Condenações Judiciais - Bens e Direitos de Valor Artístico: R$ 9.000,00 (nove mil e reais); Código; 004 - Qualquer Outro Interesse Difuso e Coletivo - R$ 5.181.097,07 (cinco milhões cento e oitenta e um mil noventa e sete reais e sete centavos); código 005 - Pessoas Portadoras de Deficiência (Lei 7.853/89) - R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais); código 006 - Multas - Código de Defesa do Consumidor - CDC - R$ 1.141.870,54 (um milhão cento e quarenta e um mil oitocentos e setenta reais e cinquenta e quatro centavos); código 007 - Indenizações - Código de Defesa do Consumidor - CDC - Consumidor - R$ 3.963,71 (três mil novecentos e sessenta e três reais e setenta e um centavos); código 008 - Condenações Judiciais - Mercado Imobiliário - Não houve recolhimento; código 009 - Condenações Judiciais - Infração à Ordem Econômica - R$ 44.603.274,57 (quarenta e quatro milhões seiscentos e três mil duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos); Outras Receitas - Sorteios de Instituições Filantrópicas - R$ 155.238,75 (cento e cinquenta e cinco mil duzentos e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos); Outras Receitas - Doações - R$ 77.796,68 (setenta e sete mil setecentos e noventa e seis reais e sessenta e oito centavos); Depósitos Judiciais - não houve recolhimento; Devolução de Saldo de Convênios no Próprio Exercício - não houve; Devolução de saldo de Convênios de Exercícios Anteriores - R$ 1.110.100,97 (um milhão cento e dez mil cem reais e noventa e sete centavos); Restituição de Receita Depositada Indevidamente na conta do CFDD - não houve restituição. Obtendo uma arrecadação total no valor de R$ 52.699.005,90 (cinquenta e dois milhões seiscentos e noventa e nove mil cinco reais e noventa centavos). Item 3º - Deliberação sobre Projetos: Item - 3.1 - Interessado: Associação dos Produtores Culturais de Mato Grosso/MT (08012.004146/2011-68). Projeto: "Preservar para Rememorar - Um Direito do Cidadão"; Conselheiro-Relator: Dr. Pedro Gustavo Morgado Clerot, representante do Ministério da Cultura/MC". Decisão do CFDD: Aprovado por unanimidade; Item - 3.2 - Interessado: Instituto de Combate a Fraude e Defesa da Concorrência/ICDE/SP (08012.005046/2011-59): Projeto: "Programa Integrado de Formação e Capacitação na Área de Defesa da Concorrência, Direitos do Consumidor e Ilícitos Socialmente Aceitos"; Conselheiro-Relator: Dr. Marcus da Costa Ferreira, representante do Instituto Brasileiro de Política e Direitos do Consumidor/BRASILCON. Decisão do CFDD: Retirado de Pauta. Item - 3.3 - Interessado Centro da Terra - Grupo Espeleológico de Sergipe/SE (08012.005670/2011-56). Projeto: "Conhecendo o Meio Ambiente e as Cavernas". Conselheiro - Relator: Dr. Luiz Armando Erthal, representante do Ministério da Saúde/ANVISA. Decisão do CFDD: convertido em diligência. Item 4º - Assuntos Gerais: Ficou decidido que na reunião do dia 12 de dezembro de 2012, será discutido pelos Conselheiros a proposta de relatório do CFDD. A intenção é que o documento seja assinado pelos titulares das Pastas. Item 5º - Data da próxima reunião do CFDD: A Próxima reunião ordinária do CFDD está prevista para o dia 12 de dezembro de 2012, no Edifício Sede do Ministério da Justiça. sala 304. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrada a presente Ata.

JULIANA PEREIRA DA SILVA
Presidenta do Conselho

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL
DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 3.469, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4339 - DPF/BRU/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa SC SEGURANÇA E MONITORAMENTO LTDA, CNPJ nº 10.636.836/0001-30, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.561, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4423 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CIDADE DO RECIFE TRANSPORTES S/A, CNPJ nº 03.616.800/0001-20 para atuar em Pernambuco.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.619, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4275 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa AEBES-ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE, CNPJ nº 28.127.926/0001-61, para atuar no Espírito Santo.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.641, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3490 - DPF/SJK/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTERVALE ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 45.401.007/0001-53 para atuar em São Paulo.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.803, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/75365 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa UMICORE BRASIL LTDA, CNPJ nº 96.206.313/0006-84 para atuar em São Paulo.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.821, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4421 -
DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve: CONCEDER autorização à empresa
MERCONPLAS INDUSTRIAL DE PLASTICOS COMERCIO S/A, CNPJ nº
40.917.346/0001-73, sediada em Alagoas, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (um) Revólver calibre 38
12 (doze) Munições calibre 38
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60
DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.826, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3861 -
DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve: DECLARAR revista a autorização de
funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste
Alvará no D.O.U., concedida à empresa R.V - SEGURANCA PATRIMONIAL
LTDA, CNPJ nº 66.841.552/0004-83, especializada em segurança
privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar
no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 4381/2012,
expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.838, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4149 -
DPF/FIG/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa Labre Centro de
Formação de Vigilantes Ltda, CNPJ nº 05.687.436/0001-14, sediada no
Paraná, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3000 (três mil) Espoletas calibre .380
2000 (dois mil) Gramas de pólvora calibre .380
3000 (três mil) Projéteis calibre .380
1000 (uma mil) Munições calibre 12
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60
DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.842, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/75236 -
DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização, à empresa
DOIS CC SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 11.507.416/0001-17, para exercer
a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em São Paulo.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.845, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3652 -
DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de
funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste
Alvará no D.O.U., concedida à empresa VERZANI & SANDRINI
SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 64.179.724/0003-99,
especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de
Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para
atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 4234/2012,
expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.849, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4000 -
DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve: DECLARAR revista a autorização de
funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste
Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVAL SERVIÇOS DE SEGURANÇA
LTDA, CNPJ nº 09.212.665/0001-33, especializada em segurança
privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar
no Ceará, com Certificado de Segurança nº 4323/2012, expedido pelo
DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.850, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4040 -
DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve: DECLARAR revista a autorização de
funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste
Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA MINEIRA DE SEGURANÇA
LTDA, CNPJ nº 05.845.911/0001-33, especializada em segurança
privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em
Minas Gerais com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança,
expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 4205/2012 (CNPJ nº
05.845.911/0001-33); nº 4213/2012 (CNPJ nº 05.845.911/0002-14); nº
4214/2012 (CNPJ nº 05.845.911/0004-86) e nº 4400/2012 (CNPJ nº
05.845.911/0003-03).

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.852, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4230 -
DPF/NIG/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de
funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste
Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA DE FORMAÇÃO DE
SEGURANÇA DO GRANDE RIO S/S LTDA, CNPJ nº 10.497.411/0001-98,
especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de
Formação, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de
Segurança nº 4516/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.853, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4273 -
DPF/CAC/PR, resolve: DECLARAR revista a autorização de
funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste
Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGIVEL SEGURANÇA LTDA., CNPJ
nº 10.859.934/0001-37, especializada em segurança privada, na(s)
atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com
Certificado de Segurança nº 4445/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.858, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4607 -
DPF/CXS/RS, resolve: CONCEDER autorização, à empresa EMBRASIL
EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.426.907/0006-57,
para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada no Rio Grande do Sul.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.869, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3706 -
DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve: DECLARAR revista a autorização de
funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s)
atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da
data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa
CONDOMINIO PARQUE RESIDENCIA, CNPJ nº 04.623.708/0001-50 para atuar
no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 4429/2012, expedido
pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.884, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4633 -
DELESP/DREX/SR/DPF/AC, resolve: CONCEDER autorização à empresa
CENTRO AVANÇADO DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA, PROTEÇÃO
E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 08.262.397/0001-00, sediada no Acre,
para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38
20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38
1000 (uma mil) Espoletas calibre .380
1000 (um mil) Projéteis calibre .380
3000 (três mil) Gramas de pólvora
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60
DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.898, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3123 -
DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve: CONCEDER autorização à empresa
MOBRA SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 87.134.086/0002-04,
sediada em Santa Catarina, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
115 (cento e quinze) Revólveres calibre 38
575 (quinhentas e setenta e cinco) Munições calibre 38
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60
DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.903, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4711 -
DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve: CONCEDER autorização à empresa
INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA, CNPJ nº 04.008.185/0001-31,
sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
38 (trinta e oito) Revólveres calibre 38
272 (duzentas e setenta e duas) Munições calibre 38
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60
DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.906, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4841 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa SCORPIONS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES SOCIEDADE SIMPLES LTDA, CNPJ nº 03.492.494/0001-67, sediada em São Paulo, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
50000 (cinquenta mil) Estojos calibre 38
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.910, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/75255 - DPF/RPO/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TOTEM SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.752.749/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 4258/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.912, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3968 - DPF/JPN/RO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INVISEG RONDONIA SEGURANÇA LTDA EPP, CNPJ nº 10.226.121/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Rondônia, com Certificado de Segurança nº 4548/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.913, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3662 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ICL - INDUSTRIAL CACHOEIRA LTDA (DTA JEANS), CNPJ nº 23.915.523/0001-63 para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 4033/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.918, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/75238 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa INTERSEPT VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.282.615/0001-60, sediada no Paraná, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
100 (cem) Revólveres calibre 38
1800 (uma mil e oitocentas) Munições calibre 38
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.924, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4684 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve: CONCEDER autorização à empresa ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 12.137.071/0001-10, sediada no Pará, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
191302 (cento e noventa e uma mil e trezentas e duas) Munições calibre 38
6331 (seis mil e trezentas e trinta e uma) Munições calibre .380
5669 (cinco mil e seiscentas e sessenta e nove) Munições calibre 12
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.928, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4819 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa BLINDER SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 03.277.780/0001-00, sediada em São Paulo, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Espingardas calibre 12
40 (quarenta) Revólveres calibre 38
480 (quatrocentas e oitenta) Munições calibre 38
140 (cento e quarenta) Munições calibre 12
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.941, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4563 - DPF/CAC/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa S PRADO - CENTRO DE TREINAMENTOS E FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.801.623/0001-14, sediada no Paraná, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
63750 (sessenta e três mil e setecentas e cinquenta) Espoletas calibre 38
63750 (sessenta e três mil e setecentos e cinquenta) Projéteis calibre 38
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 3.947, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/75327 - DPF/LGE/SC, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ORSEGUPS VISAL VIGILANCIA E SEGURANÇA ARMADA LTDA, CNPJ nº 00.624.637/0001-59, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 4583/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da competência atribuída por meio da Portaria SE/MJ nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria SE/MJ nº 1.136, de 11 de julho de 2012, resolve:

Nº 222 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do artigo 12 inciso II alínea "a" da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.
ALENKA MARIA GRACIELA DÍAZ BERMUDEZ - V306084-2, natural da Guatemala, nascida em 29 de setembro de 1962, filha de Roberto Díaz Castillo e de Alejandra Bermúdez Mallol, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.003743/2012-96);
ANDRES MUÑETON CELIS - V318432-Q, natural da Colômbia, nascido em 13 de maio de 1969, filho de José Manuel Muñeton Torres e de Amparo Celis Pérez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08502.001279/2012-41);
ARGELIS DANILO CASTILLO MELO - V574486-A, natural da Republica Dominicana, nascido em 2 de janeiro de 1982, filho de Rafael Danilo Castillo Medina e de Dolores Maria Melo, residente no Estado do Amapa (Processo nº 08101.000186/2011-31);
CLAUDIA LEONOR ROJAS MENDOZA - V324383-R, natural da Bolívia, nascida em 8 de dezembro de 1974, filha de Enrique Rojas Rocha e de Jacinta Aida Mendoza Alba, residente no Estado de Pernambuco (Processo nº 08102.003406/2008-73);
GLENDA MARIANA VALDIVIESO CEDENO - V392554-V, natural do Equador, nascida em 6 de dezembro de 1967, filha de Victor Valdivieso Moran e de Glenda Cedeno Cedeno, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08420.005420/2011-12);
MING CHIA HSU - Y268220-V, natural da China, nascido em 16 de janeiro de 1991, filho de Jen Hsing Hsu e de Li Chen Chen, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08096.001464/2012-75); e
WAN HSUAN CHEN - Y231094-Q, natural da China (Taiwan), nascida em 27 de fevereiro de 1992, filha de Wen Yi Chen e de Yiu Chuang, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08096.001474/2012-19).

Nº 223 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do artigo 12 inciso II alínea "a" da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANA BUTA - V102160-9, natural da Angola, nascida em 12 de outubro de 1972, filha de Manuel Buta e de Mariana Cafeca, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.027035/2012-69);
DALAL EL KADRI - V655608-M, natural do Líbano, nascida em 14 de julho de 1952, filha de Rachid El Kadri e de Fatima El Kadri, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08387.001410/2011-53);
ENRIQUE MATIAS IRENEO JACCOUD ESCODA - V322185-4, natural da Argentina, nascido em 10 de fevereiro de 1949, filho de Enrique Jaccoud e de Haydee Zulema Escoda, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08420.013298/2011-40);
ERCILIA MOREIRA FARIA - V150960-V, natural da França, nascida em 30 de dezembro de 1976, filha de José Joaquim Matos Faria e de Anilda da Purificação Moreira, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08461.002499/2008-30);
JAVIER ENRIQUE PRIETO RUGELES - V291788-I, natural da Colômbia, nascido em 24 de agosto de 1966, filho de Carlos Arturo Prieto Lopez e de Maria Fanny Rugeles, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08458.012320/2011-15);
MARICEL BETZY NATALY ALANIS LLANOS - V374088-0, natural da Bolívia, nascida em 23 de abril de 1993, filha de Celso Alanis Cuba e de Maria Luisa LLanos de Alanis, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.108471/2011-57); e
MIGUEL ANGEL RODRIGUEZ SILVA - V300365-O, natural do Uruguai, nascido em 10 de outubro de 1964, filho de Juan Rodriguez e de Yolanda Silva, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.002559/2012-81).

Nº 224 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do artigo 12 inciso II alínea "b" da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.
GERMAN FERNANDEZ LIZARAZU - W003174-T, natural da Bolívia, nascido em 28 de maio de 1950, filho de Julio Fernandez Espinoza e de Francisca Lizarazu Fernandez, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.003301/2012-01);
GHAZALE HASSAN HIJAZI - Y086188-D, natural do Líbano, nascida em 24 de junho de 1964, filha de Mahmoud Hijazi e de Mira El Zein, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.006726/2012-01);
JOSÉ MARCELO MACHADO MURILLO - W489937-8, natural do Equador, nascido em 12 de fevereiro de 1951, filho de Segundo Timoteo Machado Bonilla e de Ana Lucia Murillo Leon, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08107.002021/2010-63);
KHOLOUD DIB AWALI - V182590-A, natural do Líbano, nascida em 6 de outubro de 1987, filha de Dib Awali e de Amira Abdul Latif Hammoud, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.022158/2011-04);
NADIA KHADER SHEBANEH - V169653-Q, natural da Jordânia, nascida em 5 de abril de 1975, filha de Khader Shebaneh e de Nur Alhuda Ahmad Almassry, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.003599/2012-98);
ROBERTO ASTORGA PEREZ JUNIOR - W335911-9, natural das Filipinas, nascido em 26 de junho de 1961, filho de Roberto Pastor Perez e de Pilar Villaflor Astorga, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.038826/2012-14); e
STEPHANY ALEJANDRA BEJARANO CABALLERO - V150348-8, natural do Peru, nascida em 29 de julho de 1990, filha de Robert Alejandro Bejarano Vela e de Vilma Rossana Caballero Medina, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.004130/2011-77).

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO no uso da competência atribuída por meio da Portaria nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria nº 1.136, de 11 de julho de 2012, nos termos do artigo 12, II, "a" da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 116, Parágrafo Único, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.059490/2012-23, resolve:

Nº 225 - TORNAR definitiva a naturalização concedida a ZHAO YINGYING, que ao amparo no artigo 115 da Lei 6.815 de 1980, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se CAMILA ZHAO YINGYING, natural da China, nascida em 3 de dezembro de 1993, filha de Zhao Xirui e de Lin Fengmei, residente no Estado de São Paulo, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição Federal e pelas leis do Brasil.
O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO no uso da competência atribuída por meio da Portaria/SE nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria/SE nº 1.136, de 11 de julho de 2012, nos termos do artigo 12, II, "a" da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 116, Parágrafo Único, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.038830/2012-82, resolve:

Nº 226 - TORNAR definitiva a naturalização concedida a MARCELO ANDRES PADILLA, natural do Equador, nascido em 13 de abril de 1993, filho de Jorge Marcelo Padilla Mancero e de Ruth Silvana Herrera Plancencia de Padilla, residente no Estado de São Paulo, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição Federal e pelas leis do Brasil.
O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO no uso da competência atribuída por meio da Portaria nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria nº 1.136, de 11 de julho de 2012, resolve:

Nº 227 - TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria nº 2.114, de 18 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 21 de novembro de 2011, que reconheceu a igualdade de direitos e obrigações civis no Brasil, nos termos dos artigos 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a JOÃO HELDER BARGÃO ROBALO, RNE V028228-3, natural de Angola, nascido em 26 de fevereiro de 1936, filho de António Bargão Robalo e de Elda Pastori Bargão Robalo, tendo em vista o falecimento do interessado. (Processo nº 08285.002371/2006-92).

FREDERICO DE MORAIS ANDRADE COUTINHO

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA DIRETORA

INDEFIRO o recurso apresentado pela nacional chinesa WU AIWEI, e mantenho o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 29/03/2010, Seção 1, pág. 41, tendo em vista não se enquadrar nas hipóteses de situação especial ou caso omisso, bem assim, por não preencher sequer os requisitos exigidos pela Lei 11.961/09. Processo Nº 08460.038824/2009-93 - WU AIWEI.

INDEFIRO o presente recurso apresentado pelo nacional italiano GIOVANNI GRIECO, tendo em vista que o Requerente encontra-se fora do País, restando impossível verificar a existência dos requisitos do art. 75, II, "a", da lei 6.815/80, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 28/01/2010, Seção 1, pág. 46. Processo Nº 08270.008367/2008-69 - GIOVANNI GRIECO.

IZAURA MARIA SOARES

RETIFICAÇÃO

No Despacho publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2012, Seção 1, pág. 47, onde se lê PEDRO JULIO TEODULTO TRIANA FERNANDEZ, leia-se PEDRO JULIO TEODULO TRIANA FERNANDEZ.

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHO DA CHEFE

A Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, do Departamento de Estrangeiros, da Secretaria Nacional de Justiça, resolve cancelar o Certificado de Naturalização Extraordinária nº 003253, instituído por meio da Portaria DEEST nº 01, de 16 de maio de 2005, tendo em vista o extravio do mesmo.

DENISE BARROS PEREIRA

RETIFICAÇÃO

No Despacho da Chefe publicado no DOU de 28/09/2012, Seção 1, página 85, onde se lê:

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional sueco JEAN MARIE JACQUES BES, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome da genitora constante no seu registro, passando de JACQUELINE MARIE CECILE BALLEYQUI para JACQUELINE MARIE CÉCILE BALLEYGUIER.
leia-se:

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional suíço JEAN MARIE JACQUES BES, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome da genitora constante no seu registro, passando de JACQUELINE MARIE CECILE BALLEYQUI para JACQUELINE MARIE CÉCILE BALLEYGUIER.

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA CHEFE

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.008195/2012-90 - WOJCIECH JACEK KOSTANEK, até 05/05/2013
Processo Nº 08000.012722/2012-61 - RANDY RAY BALLARD, até 30/08/2014
Processo Nº 08000.014329/2012-10 - MICHELLE EDWINA GORMAN, até 03/12/2014
Processo Nº 08000.015613/2012-03 - FRANCISCO DAVID CHANG BALDEON, até 19/08/2013
Processo Nº 08000.016494/2012-06 - PAUL CHI KEONG TAN, até 30/08/2013
Processo Nº 08000.016611/2012-23 - RONALD ANTHONY RAGUSA, até 27/12/2014
Processo Nº 08000.016999/2012-62 - ENRIQUE PINTO GOMEZ, até 12/12/2013
Processo Nº 08000.017222/2012-15 - ROBERT WAYNE THACKER, até 05/09/2014

Considerando o disposto nos arts. 14 e 16 da Lei nº 6.815/80, e tendo em vista que restou demonstrada a efetiva necessidade de manutenção do estrangeiro na empresa, DEFIRO o pedido de transformação do visto temporário item V em permanente, na forma do art. 37 c/c 18, ambos da referida Lei. Processo Nº 08240.008564/2012-11 - HIROSHI NODA e TAEKO NODA.

Considerando o disposto nos arts. 14 e 16 da Lei nº 6.815/80, e tendo em vista que restou demonstrada a efetiva necessidade de manutenção do estrangeiro na empresa, DEFIRO o pedido de transformação do visto temporário item V em permanente, na forma do art. 37 c/c 18, ambos da referida Lei. Processo Nº 08506.004520/2012-54 - HIDEHIKO HODATE.

Considerando o disposto nos arts. 14 e 16 da Lei nº 6.815/80, e tendo em vista que restou demonstrada a efetiva necessidade de manutenção do estrangeiro na empresa, DEFIRO o pedido de transformação do visto temporário item V em permanente, na forma do art. 37 c/c 18, ambos da referida Lei, ressaltando que o estrangeiro ficará vinculado, pelo prazo de dois anos, à execução do respectivo contrato de trabalho. Processo Nº 08000.007630/2012-69 - AKIRA ISHIKAWA.

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

Considerando o disposto nos arts. 14 e 16 da Lei nº 6.815/80, e tendo em vista que restou demonstrada a efetiva necessidade de manutenção do estrangeiro na empresa, DEFIRO os pedidos de transformação do visto temporário item V em permanente, abaixo relacionados, na forma do art. 37 c/c 18, ambos da referida Lei, ressaltando que os estrangeiros ficarão vinculados, pelo prazo de dois anos, à execução dos respectivos contratos de trabalho:

Processo Nº 08000.000816/2012-97 - ANA ISABEL RODRIGUEZ CERVELLO
Processo Nº 08000.000043/2012-49 - JAIR OMAR MORALES CARVAJAL
Processo Nº 08000.004238/2012-68 - NICOLO CHINCHELLI
Processo Nº 08000.000116/2012-01 - HISASHI KANO, MIKA KANO e SEIRA KANO.

Considerando a natureza da estada do estrangeiro no país, cujo visto foi concedido ao amparo do art. 6º da Resolução Normativa nº 61/2004 do CNIg, que impossibilita a prorrogação do prazo de estada no território nacional, tendo em vista a estipulação de prazo certo e determinado para o fim a que se destina, INDEFIRO o pedido formulado pelo interessado. Processo Nº 08212.005314/2012-67 - YONG SAM JUN.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
Substituto

DEFIRO o pedido de permanência com base em prole, ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem. Processo Nº 08505.068404/2012-73 - NICHODEMUS IGWE.

DEFIRO o presente pedido de permanência com base no art. 2°, II, da Resolução Normativa 36/99, aos nacionais chineses TIEJUN YE e SUIMEI CHEN. Processo Nº 08505.039079/2012-31 - TIEJUN YE e CHEN SUIMEI.

DEFIRO o pedido de transformação da Residência Provisória em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelo requerente. Processo Nº 08505.079284/2012-30 - ORLANDO GERMAN PALLY MARTINEZ.

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação da residência provisória em permanente, abaixo relacionado(s), com base no art. 7º da Lei 11.961/2009:

Processo Nº 08505.027646/2011-26 - HARRY ONYI EGWU
Processo Nº 08505.066267/2011-51 - GUANGXUN WEN
Processo Nº 08505.087263/2011-15 - ELBA MAGALY CHAMBI MULLISACA
Processo Nº 08505.096816/2011-12 - ERICK RODRIGUEZ PANIAGUA
Processo Nº 08089.004276/2011-15 - MIRIAM MARCELA KINAST
Processo Nº 08460.023765/2011-73 - YOUSSEF AIT BAHA
Processo Nº 08460.023771/2011-21 - ROSA YASMIN MEDINA PACHECO
Processo Nº 08460.031154/2011-07 - VICTORIA MONCADA CHOQUE
Processo Nº 08505.049432/2011-19 - RAUL FELICIANO QUISPE CALLE
Processo Nº 08505.052210/2011-75 - IMAD HASSAN AWALE
Processo Nº 08505.052339/2011-83 - MHD RACHID ZAHRUR
Processo Nº 08505.061748/2011-71 - AMERICO LOAYZA HUAMAN
Processo Nº 08505.061767/2011-05 - AILIAN LIU
Processo Nº 08505.062553/2011-48 - IKMI CHO
Processo Nº 08505.062629/2011-35 - JUAN TOLA MAMANI
Processo Nº 08505.068389/2011-82 - EFRAIN LARUTA FLORES
Processo Nº 08505.069462/2011-33 - GABRIELA CELESTE GUARIE FABIO
Processo Nº 08505.069739/2011-28 - JULIO CESAR MONGES GOMEZ

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08505.086444/2011-16 - HORTENCIA BEATRIZ CHAMBI HINOJOSA
Processo Nº 08505.070444/2011-02 - SANTUSA CHIARA CUTIPA
Processo Nº 08505.086544/2011-42 - JULIO CHURA HUANCA
Processo Nº 08505.086576/2011-48 - HUIXIAO LUO
Processo Nº 08505.086641/2011-35 - ANGEL CHUNGARA CANAVIRI.

DEFIRO o pedido de permanência com base em cônjuge, ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem. Processo Nº 08354.002832/2012-12 - MARY KRISTY ENGBINO DAMASCO.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:
Processo Nº 08083.000179/2012-86 - ZHU HUO FAN
Processo Nº 08240.013901/2011-10 - KATIUSKA JOSEFINA GARCIA e LUIS FELIPE ROSAS SALAZAR
Processo Nº 08241.000158/2012-09 - NANCY MELENDEZ HOLANDA
Processo Nº 08354.004013/2011-11 - LUCIANO SANTACRUZ ARANZABAL
Processo Nº 08354.006078/2011-09 - SONIA LILIANA CARVALHO DE BRITO DOS SANTOS
Processo Nº 08460.025685/2011-52 - CYRIL GENESTINE
Processo Nº 08460.030095/2011-41 - ESCURINHO ANTONIO DINIS
Processo Nº 08460.039170/2011-30 - COLIN RUSSELL MCKENZIE
Processo Nº 08461.004537/2012-75 - THOMAS GOARRIN
Processo Nº 08504.010455/2012-16 - SHUYU CHEN e JIANSHU CHEN
Processo Nº 08504.010666/2012-59 - CROSVILLE DEAN WILLIAMS e DORA WILLIAMS
Processo Nº 08504.010754/2012-51 - ISAAC MACHADO CRUZ OLIVEIRA CASEIRO e MARCO SERGIO OLIVEIRA CASEIRO DA CUNHA PINTO
Processo Nº 08505.044769/2012-11 - GUY ADOLPHE PIERRE SALEMBIER
Processo Nº 08505.049715/2012-33 - GABRIEL IKEM EMEHELU
Processo Nº 08505.053429/2012-72 - RONGJUN WANG e YULIAN CAI
Processo Nº 08505.060902/2012-78 - FRANKLIN ONYEKWERE UCHE
Processo Nº 08505.061300/2012-38 - JIANPENG SUN e JIANMENG XU
Processo Nº 08505.061345/2012-11 - BACHIR BITAR e DIANA SALEH SALEH AL BAGHDADI
Processo Nº 08505.065489/2012-38 - CRISTOBAL COLQUEHUANCA MACUCHAPI e SILVIA YUJRA CHIRI.

DEFIRO o pedido de permanência definitiva nos termos do art. 75, inc. II, "b", da Lei 6.815/80 para MOHAMAD ALI ALHAMAWI e REHAB KHALIFE, por economia processual, para ALAA ALHAMAWI, ZAINAB ALHAMWI e DOUHA ALHAMWI com base no art. 2º, inc. I, da Resolução Normativa 36/99 do Conselho Nacional de Imigração. Processo Nº 08389.015863/2012-28 - MOHAMAD ALI ALHAMAWI, REHAB KHALIFE, DOUHA ALHAMWI, ALAA AL HAMAWI e ZAINAB ALHAMWI.

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação da residência provisória em permanente, abaixo relacionado(s), com base no art. 7º da Lei 11.961/2009:
Processo Nº 08102.004031/2011-64 - ADEDEJI SHERIFF ADEKOYA
Processo Nº 08107.003342/2011-66 - EMILIO MANUEL VELAOCHAGA ESPINAR
Processo Nº 08107.003349/2011-88 - ALA MAZEN AHMAD MOHAMMAD
Processo Nº 08107.003358/2011-79 - MAZEN AHMAD MUSTAFA MOHAMMAD
Processo Nº 08212.011374/2011-38 - FELISA HILDA CHIARA CONDORI
Processo Nº 08220.011341/2011-99 - FELIX EUGENIO AGUIRRE
Processo Nº 08220.017378/2011-21 - FATIMA FLORES CUELLAR
Processo Nº 08240.027545/2011-11 - MARIA ESTHER BALLADARES PORTOGENIO
Processo Nº 08240.028705/2011-31 - JOSE MANUEL GOMEZ SOLANO
Processo Nº 08240.028741/2011-03 - JUDITH RIMACHI TAMANI
Processo Nº 08240.029279/2011-53 - KALIL SUAREZ LOPEZ
Processo Nº 08240.029328/2011-58 - CESAR SEGUNDO AMAYA RODRIGUEZ
Processo Nº 08240.031072/2011-49 - WALTER GONZALO CASTANEDA CERNA
Processo Nº 08270.018784/2011-15 - NANCY LEANDRA BARTUCCELLI
Processo Nº 08286.002182/2011-77 - REINHOLD WASSERMANN
Processo Nº 08335.015463/2011-67 - JOSE ANTONIO MONTIEL ORTIZ
Processo Nº 08335.020097/2011-68 - LEONORA ZARZA OLMEDO
Processo Nº 08336.009791/2011-14 - LUIS ANDRES URRUTIA DOLDAN
Processo Nº 08336.009844/2011-05 - MARIA SANCHEZ DURAN
Processo Nº 08352.005214/2011-55 - CAGDAS USTANTAS
Processo Nº 08354.005592/2011-19 - JORGE MUNIZ OLIVERA
Processo Nº 08364.002063/2011-44 - BEATRIZ GLORIA DA SILVA MOURA FERNANDES
Processo Nº 08389.020703/2011-10 - VARUN DALWANI
Processo Nº 08389.028710/2011-60 - HASSAN EZZEDDINE
Processo Nº 08389.028711/2011-12 - ZAKARIA EZZEDDINE
Processo Nº 08389.028712/2011-59 - ZEINAB EZZEDDINE
Processo Nº 08389.033232/2011-18 - HASSAN HIJAZI
Processo Nº 08389.035338/2011-48 - HUNG CHANG CHIH
Processo Nº 08389.035700/2011-81 - WU LIN CHI
Processo Nº 08389.039292/2011-36 - YOUNES MOHSEN JAAFAR
Processo Nº 08389.039973/2011-02 - HUSSEIN MAHMOUD SUEIDAN
Processo Nº 08389.040700/2011-01 - MOHAMMAD HMAIED
Processo Nº 08390.006719/2011-81 - JUAN ENRIQUE RODRIGUEZ PRECIADO
Processo Nº 08391.008656/2011-97 - MAIZA GOMES
Processo Nº 08420.023367/2011-23 - CARLOS MANUEL SILVA LOPES DA SILVA
Processo Nº 08444.007035/2011-23 - MIRIAM RAQUEL FERRON SOSA
Processo Nº 08457.018207/2011-45 - DANIEL HERRERA SPORMAN
Processo Nº 08457.018214/2011-47 - JORGE DANIEL ALVAREZ DI STASIO
Processo Nº 08460.024978/2011-12 - CHRISTOPHER ALAN TURLEY
Processo Nº 08460.024991/2011-71 - SANTO GONCALVES FRANCISCO BOA
Processo Nº 08460.032339/2011-21 - MARIA CRISTINA AVELLANEDA PENA ALVES DA CONCEICAO
Processo Nº 08491.000320/2011-58 - CIRILO CARBALLO
Processo Nº 08494.011233/2011-04 - DEEB SHAHIN
Processo Nº 08494.011236/2011-30 - HANNA SHAHIN
Processo Nº 08494.011493/2011-71 - FRANCISCA CONDORI SUCASACA
Processo Nº 08504.010285/2011-99 - CARLOS MIGUEL CORREIA VIEIRA
Processo Nº 08504.017201/2011-48 - LOTFIE WAKED
Processo Nº 08505.000465/2012-33 - OKEY DOMINIC GWACHAM
Processo Nº 08505.000874/2012-30 - XIAOJIAO CHEN
Processo Nº 08505.027314/2011-41 - NADIR MAICELO VALLE
Processo Nº 08505.028877/2011-57 - SIXTA CRISTINA TALAVERA SILVA
Processo Nº 08505.051973/2011-07 - XIAOMEI XIE
Processo Nº 08505.051989/2011-10 - ZENGMING XIE
Processo Nº 08505.061341/2011-43 - ANDERSON UWAGBOE IYAMU
Processo Nº 08505.062343/2011-50 - TAIWO SIMIAT MUSTAPHA
Processo Nº 08505.067672/2011-97 - JASON EDWARD COOMBS
Processo Nº 08505.067691/2011-13 - HUI YIN TSENG
Processo Nº 08505.070321/2011-63 - MARIA OROZCO VARGAS
Processo Nº 08505.091106/2011-04 - SAJJAD MASIH
Processo Nº 08505.092745/2011-89 - PAULINA ACHIRCANO TUNQUI
Processo Nº 08505.092939/2011-84 - ALBERTO CHOQUE YAPU
Processo Nº 08505.094761/2011-14 - MARCELO LAZO PEREIRA
Processo Nº 08505.095087/2011-87 - JOSE ANTONIO MALASQUEZ GARCIA
Processo Nº 08505.095378/2011-75 - JAE HEE YOO
Processo Nº 08505.096412/2011-29 - SOUHEIL DAHER
Processo Nº 08709.006809/2011-41 - ALFREDO TURPO MAYTA
Processo Nº 08709.009903/2011-51 - ESTIF CHUMPITAZ QUIROZ
Processo Nº 08712.005911/2011-70 - ALI MOHMOUD ATAYA
Processo Nº 08794.003791/2011-11 - DORA FAUSTINA CUENTAS FIGUEROA
Processo Nº 08795.001600/2011-69 - BOGDAN MICHAL JASTAK
Processo Nº 08796.002659/2011-64 - EDUARDO JOSE CACSIRE BARRIGA.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08000.015995/2012-67 - JANIER ARIAS GARCIA, até 26/08/2013
Processo Nº 08000.016240/2012-80 - NAOHITO FUJII, até 31/08/2013
Processo Nº 08280.001448/2012-03 - YANG LIU, até 14/04/2013
Processo Nº 08352.004980/2012-83 - JORGE LUIS MEJIA RAMIREZ, até 04/08/2013
Processo Nº 08352.004984/2012-61 - MARIO TAUZENE AFONSO MATANGUE, até 17/08/2013
Processo Nº 08352.004986/2012-51 - LEIDY YIBETH DEANTONIO FLORIDO, até 18/08/2013
Processo Nº 08352.004992/2012-16 - JUAN EDUARDO DELGADO TEHERAN, até 07/08/2013
Processo Nº 08354.003605/2012-04 - FREDDY ALEJANDRO RUBINOS PALACIOS, até 17/08/2013
Processo Nº 08354.003632/2012-79 - YESID CUESTA ASTROZ, até 18/08/2013
Processo Nº 08444.001727/2012-49 - NOOR REHMAN, até 28/03/2013
Processo Nº 08458.005586/2012-84 - SILVIANE DOS REIS ANDRADE, até 19/07/2013
Processo Nº 08460.013444/2012-41 - AIDLER JOAO QUISSUA, até 10/06/2013
Processo Nº 08460.013450/2012-07 - PAUL DAVID ALFONSO GUTIERREZ CARDENAS e MARIA ALEJANDRA ROJAS RIVERA, até 11/07/2013
Processo Nº 08492.002495/2012-71 - JESSICA DAS DORES ZILHAO LOFORTE, até 23/07/2013
Processo Nº 08495.002434/2012-83 - LOVENSKY CHAUMETTE, até 28/02/2013
Processo Nº 08495.002493/2012-51 - KATIA ZORNETTA, até 20/09/2013
Processo Nº 08495.002496/2012-95 - ABRAHAM JEAN, até 28/02/2013
Processo Nº 08495.002543/2012-09 - NADINE MARCELINA PEDRO LOPES, até 09/08/2013
Processo Nº 08495.002555/2012-25 - IVNA META CASSAMA, até 08/08/2013
Processo Nº 08505.056743/2012-15 - DADIVA DOS PRAZERES SEBASTIAO FRANCISCO, até 04/08/2013
Processo Nº 08505.056961/2012-41 - HUGO ALBERTO FOLONIER, até 27/07/2013
Processo Nº 08505.056990/2012-11 - ROSARIO DEL SOCORRO AVELLANEDA YAJAHUANCA, até 29/07/2013
Processo Nº 08505.059172/2012-62 - JOELCI CATARINA DE KERLAN XAVIER PINTO JOAO, até 29/07/2013
Processo Nº 08505.059195/2012-77 - PATRICIO RODRIGO MONTECINOS MUNOZ, até 01/08/2013
Processo Nº 08505.059198/2012-19 - FIONA STELLA THIEME, até 17/02/2013
Processo Nº 08505.060362/2012-22 - MARCELO AUGUSTO ACOSTA GOIRI, até 25/07/2013
Processo Nº 08505.060385/2012-37 - MARCO MURARO, até 27/07/2013
Processo Nº 08505.060876/2012-88 - MARGARITA MARIA DE LOS MILAGROS HERNANDEZ PACHON, até 29/07/2013
Processo Nº 08505.060878/2012-77 - PAULA MARIA FERNANDA URRUTIA VISCARRA, até 18/08/2013
Processo Nº 08514.005995/2012-69 - VALERIIA GLOTOVA, até 17/08/2013
Processo Nº 08514.005996/2012-11 - DAVID FERNANDO CASTILLO ZUNIGA, até 10/08/2013.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08125.001788/2012-19 - ALDONA BARBARA SKRZYPIEC, até 26/09/2013
Processo Nº 08354.003611/2012-53 - ANGELA SOARES, até 05/10/2013
Processo Nº 08354.003618/2012-75 - MILAN KNEZOVIC, até 24/08/2013
Processo Nº 08460.027509/2011-55 - MASAKAZU HAMASUNA, até 26/10/2015.

Determino o ARQUIVAMENTO do processo, por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s). Processo Nº 08495.005437/2011-98 - FABIO BRUNO MARQUES COSTA.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08102.005387/2012-04 - CRISTAL MARTINEZ IBANEZ, até 26/08/2013
Processo Nº 08102.005468/2012-04 - ROSSANA PATRICIA MATEUS QUINO, até 19/08/2013
Processo Nº 08102.005533/2012-93 - OSCAR EMERSON ZUNIGA MOSQUERA, até 05/08/2013
Processo Nº 08230.006258/2012-60 - ISIDRO METODIO TULENI JOHANES IHADUA, até 25/07/2013
Processo Nº 08286.001143/2012-33 - HIGIDIO SOARES TE, até 14/07/2013
Processo Nº 08286.001144/2012-88 - AMARILDO JULIO SULTE, até 14/08/2013
Processo Nº 08386.014047/2012-27 - MARCOS ARTURO FERREIRA AGUERO, até 20/08/2013
Processo Nº 08390.003756/2012-18 - ANTONIO MANUEL MOREIRA DA GRACA REBELO FERREIRA, até 28/07/2013
Processo Nº 08390.003805/2012-12 - VIRGINIA LAURA FERNANDEZ, até 16/08/2013
Processo Nº 08390.003806/2012-67 - AMBIT KUMAR PANY, até 18/08/2013

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08390.003899/2012-20 - LINDA CECILIA GUTIERREZ MENDEZ, até 31/08/2013
Processo Nº 08390.003906/2012-93 - PEDRO IVO SALOMÃO SOMBREIRO, até 09/08/2013
Processo Nº 08420.018849/2012-42 - RUI ALEXANDRE RAMOS DUARTE DO ROSARIO, até 20/07/2013
Processo Nº 08420.018856/2012-44 - CYNTHIA LOPES PINHEIRO, até 11/07/2013
Processo Nº 08420.019564/2012-29 - SHEILA SPENCER BARBOSA, até 21/09/2013
Processo Nº 08420.034157/2011-61 - MIGUEL ANTONIO MONIZ LIMA DA ROSA, até 26/01/2013
Processo Nº 08444.001137/2012-16 - AUGUSTO LOPES BETEBA e PAULA GUETINGUE CO BETEBA, até 01/03/2013
Processo Nº 08444.003486/2012-72 - ESTEFANO NDUMBA DANIEL NDUMBA, até 12/06/2013
Processo Nº 08460.000202/2012-98 - LESSLIE KATHERINE GUERRA JORQUERA, até 12/02/2013
Processo Nº 08460.001461/2012-36 - PATRICK GISCARD SABATOVICH DAVID, até 17/02/2013
Processo Nº 08460.001469/2012-01 - MARCIO ALBERTO RODRIGUES VALENTE, até 14/03/2013
Processo Nº 08460.001635/2012-61 - ALASSANA DJALO, até 31/03/2013
Processo Nº 08460.001680/2012-15 - YEMCY CALCINA FLORES, até 09/02/2013
Processo Nº 08460.004099/2012-55 - CLAUDIO EMERSON DIAS GARCIA, até 22/03/2013
Processo Nº 08460.004117/2012-07 - ANTONIO JOSE PEREIRA LEITE DA COSTA, até 14/04/2013
Processo Nº 08460.004128/2012-89 - JORGE LUIS MARTINEZ FERNANDEZ, até 25/03/2013
Processo Nº 08460.004163/2012-06 - MIRIAM SUELY PIRES DE PINA, até 11/03/2013
Processo Nº 08460.004166/2012-31 - ALEXIS RODRIGUEZ CARRANZA, até 30/03/2013
Processo Nº 08460.007162/2012-13 - JUAN JOSE VILLARREAL MONTOYA, até 23/03/2013
Processo Nº 08460.013428/2012-59 - FEZEMAR PIO AMARAL GOURGEL DA LURDES, até 12/07/2013
Processo Nº 08460.013430/2012-28 - LUNDOLOKI PAULO PEREIRA, até 29/05/2013
Processo Nº 08460.040674/2011-01 - FULVIO ALEXANDER CORREA VITOLA, até 11/01/2013
Processo Nº 08505.005182/2012-88 - ANISIO RAINER CARLOS DE MEDINA SILVA, até 16/02/2013
Processo Nº 08505.056199/2012-01 - YOELVIS OROZCO GONZALEZ e DAYANA MARCELO YERO, até 17/07/2013
Processo Nº 08505.060375/2012-00 - GELSON PATRICIO FLORENTINO DA ROCHA, até 02/08/2013
Processo Nº 08505.060384/2012-92 - HARDEEP KUMAR, até 29/08/2013
Processo Nº 08505.060401/2012-91 - MARIA LAURA FRAGOSO CAPAMA, até 27/08/2013
Processo Nº 08506.007551/2012-67 - MANUEL GUILLERMO TRESPALACIOS PEREZ, até 30/07/2013
Processo Nº 08506.007552/2012-10 - JUAN ANDRES CASTANEDA TUTESTAR, até 04/08/2013
Processo Nº 08506.007589/2012-30 - DIANA PAMELA MOYA OSORIO, até 28/07/2013
Processo Nº 08506.007595/2012-97 - ANA MILENA TORRES GARAVITO, até 30/07/2013
Processo Nº 08506.007596/2012-31 - FRANK ALEXIS CANAHUIRE CABELLO, até 15/07/2013
Processo Nº 08506.007598/2012-21 - YAMIT YESID YALANDA MUELAS, até 15/07/2013
Processo Nº 08506.008436/2012-18 - EDDY RUIDIAZ MUNOZ, até 06/08/2013
Processo Nº 08506.008469/2012-50 - ALZIRA VALNIRA DE JESUS BRAZ, até 09/08/2013
Processo Nº 08506.008637/2012-15 - EULALIA VARGAS TAPIA, até 08/08/2013
Processo Nº 08506.008641/2012-75 - MARCOS GARCIA ALVAREZ, até 19/07/2013
Processo Nº 08506.008643/2012-64 - KELLY CADENA MADRID, até 15/08/2013.

DEFIRO o pedido de prorrogação do prazo de estada no País, do temporário item VII. Processo Nº 08505.113976/2011-33 - CATHERINE JEAN HEINHOLD, até 25/01/2013.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União de 05/09/2012, Seção 1, Pág. 50, onde se lê: Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s): Processo Nº 08000.007847/2012-79 - SCOTT EDWIN RALEY, leia-se: Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s): Processo Nº 08000.007847/2012-79 - SCOTT EDWIN RALEY, até 08/07/2014.

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 263, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.643, de 03 de agosto de 2012, publicada no DOU de 06 de agosto de 2012, resolve classificar os jogos:

Título: MUD: FIM MOTOCROSS WORLD CHAMPIONSHIP (Estados Unidos da América - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: NAMCO BANDAI GAMES
Distribuidor(es): Ecogames
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida/Esporte
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação: Livre
Processo: 08017.006050/2012-75
Requerente: ECOGAMES

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHO DO DIRETOR ADJUNTO
13 de dezembro de 2012

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007;

Processo MJ nº 08017.008358/2012-55
Série: "BIG BANG - A TEORIA III" - 3ª TEMPORADA"
Episódios: 5551 a 5573
Requerente: SET - Serviços Empresariais LTDA. EPP
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos.
Emissora: TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A.

CONSIDERANDO que a terceira temporada da série "BIG BANG - A TEORIA III" foi apresentada sob a forma de autoclassificação por episódio, formando-se 23 processos com seus respectivos números de protocolo de 08017.008358/2012-55 a 08017.008380/2012-03.

CONSIDERANDO que a análise dos episódios constatou haver coerência temática entre eles.

CONSIDERANDO que a classificação indicativa tem como objetivo transmitir aos cidadãos informação completa e de fácil compreensão sobre o conteúdo de diversões públicas.

CONSIDERANDO que, no presente caso, para melhor informar aos cidadãos e em atenção aos princípios da razoabilidade, do interesse público e da eficiência.

RESOLVO apensar os processos de número protocolar de 08017.008359/2012-08 a 08017.008380/2012-03 ao processo 08017.008358/2012-55, e deferir o pedido de autoclassificação dos episódios aqui referidos, atribuindo a todos os episódios desta temporada a classificação única de "Não recomendada para menores de 12 (doze) anos" por apresentar drogas lícitas e linguagem imprópria.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 261 de 10/12/2012, publicada no DOU de 13/12/2012, Seção I, página 194, Processo MJ nº 08017.008497/2012-89, onde se lê: "Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda." e "Gênero: Drama/Policial" leia-se "Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda." e "Gênero: Drama/Musical".

No Despacho de 10/12/2012 publicado no DOU de 13/12/2012, Seção I, página 194/195, Processo MJ nº 08017.003354/2012-81, onde se lê: "10 de novembro de 2012" leia-se "10 de dezembro de 2012".

Ministério da Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 591, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição, resolve

Suspender o disposto no art. 53, § 6º da Portaria MPS/GM/Nº 548, de 13 de setembro de 2011, publicada na Seção 1 do DOU de 14/09/2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Recursos da Previdência Social, enquanto perdurar os efeitos da Portaria MPS/SE/Nº 1.474, de 7 de dezembro de 2012.

GARIBALDI ALVES FILHO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.001379/1996-01, sob o comando nº 357171427 e juntada nº 359353258, resolve:

N° 725 - Art. 1º Aprovar a alteração proposta ao regulamento do Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida Previ-Continental, CNPB nº 2009.0035-19, administrado pelo Icatu Fundo Multipatrocinado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00000.003015/6319-78, sob o comando nº 358759017 e juntada nº 359864221, resolve:

N° 726 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios SERPRO - PS-II, CNPB nº 1998.0077-74, administrado pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301852/79, sob o comando nº 357945451 e juntada nº 359533932, resolve:

Nº 727 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano Petros do Sistema Petrobras, CNPB nº 1970.0001-47, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44011.000382/2011-89, sob o comando nº 357355274 e juntada nº 359819672, resolve:

N° 728 - Art. 1º Aprovar a alteração proposta para o artigo 10 do Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários - ACIPREV, CNPB nº 2012.0004-11, administrado pela ACIPREV - Fundo Multiinstituído de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25 combinado com o inciso III do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº MPAS 44011.000459/2012-00, comando nº 356681970, resolve:

N° 729 - Art. 1º Homologar o pedido de retirada de Patrocínio da DOPEC Indústria e Comércio Ltda., do Plano de Contribuição Definida Prevdow, CNPB nº 1990.0010-92, administrado pela Prevdow - Sociedade de Previdência privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 24000.003931/91, sob o comando nº 357317336 e juntada nº 359645499, resolve:

N° 730 - Art. 1º Aprovar o Termo de Adesão celebrado entre a Mauá Prev - Sociedade de Previdência Privada, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria Mauá Prev - CNPB nº 1991.0024-83, e a Mauá Prev - Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.001918/04-83, sob o comando nº 358007358 e juntada nº 359546476, resolve:

N° 731 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a SP Telecomunicações Participações Ltda., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Visão Telefônica, CNPB nº 2011.0019-19, e a Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º, o art. 13 e o inciso I do art. 33, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e o art. 23, inciso I, alíneas "a" e "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44011.000413/2012-82, comando nº 355817561 e juntada nº 358092533, resolve:

qN° 732 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o regulamento do Plano RGZ Prev, CNPB nº 2006.0052-11.

Art. 2º Aprovar as alterações propostas para o regulamento do Plano MM Prev CNPB, nº 2009.0012-65.

Art. 3º Aprovar o Convênio de Adesão entre a MM Prev - Magneti Marelli Entidade de Previdência Privada e a Magneti Marelli Cofap Autopeças Ltda., na condição de patrocinadora do Plano MM Prev, CNPB nº 2009.0012-65.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELAINE DE OLIVEIRA CASTRO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.267, DE 20 DE JUNHO DE 2012

(Publicada no DOU de 21-6-2012)

ANEXO I(*)

RECURSOS DO PLANO APROVADO DO ESTADO DE SÃO PAULO E MUNICÍPIOS (ETAPA II)

IBGE	MUNICÍPIO	TOTAL
350635	BERTIOGA	786.720,00
351350	CUBATÃO	14.043.762,88
351870	GUARUJÁ	23.537.018,64
352210	ITANHAEM	3.395.280,00
352330	ITARIRI	400.500,00
353110	MONGAGUÁ	2.108.820,00
353620	PARIQUERA-AÇU	5.355.183,36
353730	PEDRO DE TOLEDO	400.500,00
353760	PERUÍBE	2.108.820,00
354100	PRAIA GRANDE	4.524.540,00
354260	REGISTRO	13.555.250,00
354850	SANTOS	43.585.232,78
355100	SÃO VICENTE	1.316.160,00
TOTAL		115.117.787,66

ANEXO II(*)

RECURSOS DO PLANO APROVADO DO ESTADO DE SÃO PAULO E MUNICÍPIOS, PARA REPASSE A PARTIR DA COMPETÊNCIA MARÇO DE 2012 (ETAPA II)

IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR
354850	SANTOS	MUNICIPAL	15.720.870,36
351870	GUARUJÁ	MUNICIPAL	1.899.728,64
353620	PARIQUERA-AÇU	ESTADUAL	1.200.000,00
354260	REGISTRO	ESTADUAL	2.326.875,00
351350	CUBATÃO	MUNICIPAL	6.838.242,88
TOTAL			27.985.716,88

(*) Republicados por terem saído, no DOU nº 119, de 21-6-2012, Seção 1, págs. 25 e 26, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 2.815, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Habilita os Estados a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados e suas alterações estabelecidas pela Portaria nº 842/GM/MS, de 2 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Estados descritos no Anexo a esta Portaria, a receberem os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde, após serem atendidas as condições previstas no art. 4º da Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009 e suas alterações.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando os seguintes Programas de Trabalho:

I - 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde; e

II - 10.301.2015.6181 - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

ESTADOS HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

ANEXO I

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PI	TERESINA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PIAUÍ	06553.564000/1120-05	16.256.729,00	10.302.2015.8535.0001

ANEXO II

VIVER SEM LIMITE - PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PI: RDE-RDEF

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MS	CUIABÁ	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO MATO GROSSO	04441.389000/1120-03	350.000,00	10.301.2015.6181.0001

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 2.816, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Habilita Município e Estado a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados e suas alterações estabelecidas pela Portaria nº 842/GM/MS, de 2 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados o Município e o Estado descritos no Anexo a esta Portaria a receberem os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência, dos recursos financeiros, em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos Municipal e Estadual de Saúde, após serem atendidas as condições previstas no art. 4º da Portaria nº 2.198/2009 e suas alterações.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.301.2015.6181 - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

ESTADOS HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
VIVER SEM LIMITE - PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PI: RDE-RDEF

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PE	OLINDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OLINDA	10404.184000/1120-03	33.000,00	10.301.2015.6181.0001
SC	FLORIANÓPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA	80673.411000/1120-34	23.000,00	10.301.2015.6181.0001

PORTARIA Nº 2.817 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Habilita o Estado a receber recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados e suas alterações estabelecidas pela Portaria nº 842/GM/MS, de 2 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado descrito no Anexo a esta Portaria a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para o Fundo de Saúde Estadual, após serem atendidas as condições previstas no art. 4º da Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, e suas alterações.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.302.2015.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

ESTADO HABILITADO A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

ANEXO I

REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS - HOSPITALAR - PI: RAU-HOSP

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PE	RECIFE	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE PERNAMBUCO	10572.048000/1120-14	2.400.000,00	10.302.2015.8933.0001

PORTARIA Nº 2.818 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Habilita o Município a receber recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados e suas alterações estabelecidas pela Portaria nº 842/GM/MS, de 2 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para o Fundo de Saúde Municipal, após serem atendidas as condições previstas no art. 4º da Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIO HABILITADO A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	EMENDA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PB	CONCEIÇÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCEIÇÃO	05497.410000/1120-01	27130003	68.000,00	10.302.2015.8535.0025

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

CONSULTA PÚBLICA Nº 52, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do art. 10 da Lei n° 9.961 de 28 de janeiro de 2000 e art. 35 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000, adotou, por ocasião da 360ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de dezembro de 2012, a seguinte Consulta Pública e eu, Diretor-Presidente Interino, determino a sua publicação:

Art. 1° - Fica aberto, a contar de 7 (sete) dias da data de publicação desta Consulta Pública, durante o prazo de 40 (quarenta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas a proposta abaixo:

I - Agenda Regulatória 2013/2014, com 7 (sete) eixos temáticos e 36 projetos propostos.

Art. 2° - A proposta de Agenda Regulatória e a correspondente documentação estarão disponíveis na íntegra, durante o período de consulta, no endereço eletrônico www.ans.gov.br.

Art. 3° - As sugestões e comentários poderão ser encaminhados por meio de preenchimento de formulário disponível na página da ANS, em "Transparência", no item "Consultas Públicas".

Art. 4°- Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente
Interino

RETIFICAÇÃO

Na Decisão de 08 de agosto de 2012, processo n.° 25780.000306/2006-51, publicada no DOU nº 151, em 06 de agosto de 2012, seção 1, página 39: onde se lê: " UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO.... ". leia-se: MASTER AMINISTRAÇÃO DE PLANOS DE SAÚDE LTDA.- EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL ".

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÃO DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 140, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 42, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.069841/2010-22	SERVIÇO DE ASSIST. MÉD. AO SERVIDOR PÚBLICO S/C LTDA-EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	357685.	62.574.884/0001-45	Não disponib., aos benefs. H.E.A. e M.B.I.A., os atend. c/ Cardiol.. Art. 12, inc. I, alín. a, da Lei 9.656/98.	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
25789.058117/2011-54	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	1) Art. 12, inc. II, alín. a da Lei 9656/98, c/c art. 11 da RN 48/03, alt. pela RN 226/2010. 2) Art. 8º da Lei 9.656/98 c/c art. 13, anexo II, item 6 da RN 85/04 alt. pela RN 100/2005.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.018138/2010-56	SAÚDE MEDICOL S/A.	309231.	02.926.892/0001-81	Deixar de gar., ao benef. O.D.B., cob. p/ Lente Intra Oc. utiliz. em proced. de Facect.. Art. 12, inc. II, alín. e, da Lei 9.656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.078923/2011-49	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Deixar de gar., à benef. L.F.L., cob. p/ trat. cirúr. p/ lesão de joelho. Art. 12, inc. II, alín. a, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.064296/2010-88	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de gar., à benef. C.R.S, cob. p/ ureterolit. transureterosc. por ondas de choque e impl. de prót. uret. transcistosc.. Art. 12, inc. II, a e e, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.020671/2012-40	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	1) Artigo 20, caput, da Lei 9.656/98 c/c art. 13, 14 e 15 da RN 171/08 c/c art. 4º, §2º, da IN 13/06; e 2) Art. 20, caput, da Lei 9.656/98 c/c art. 13 e 14 da RN 171/08.	Advertência

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

DECISÃO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.132924/2008-25	ODONTOPAR ASSISTÊNCIA ODONTOLOGICA DO PARANÁ S/C LTDA	310085.	01.070.498/0001-21	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Cancelamento do registro a pedido.	ARQUIVAMENTO

DANIELE RODRIGUES CAMPOS

DECISÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.149201/2008-65	ASCB - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES CIVIS DO BRASIL	405621.	33.652.645/0020-20	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20, da Lei 9656/98 e no art. 3º, da RE DIOPE 1/01. Cancelamento a pedido anterior ao trimestre do DIOPS exigido.	ARQUIVAMENTO
33902.149510/2008-35	CLINIODONTO COOPERATIVA ODONTOLOGICA	408611.	01.995.092/0001-50	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Liquidação Ordinária anterior ao trimestre do DIOPS exigido.	ARQUIVAMENTO
33902.018157/2008-42	APS CONSULTORIA E ADMINISTRAÇAO DE SERVIÇOS DE SAUDE LTDA	415341.	65.705.485/0001-64	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Cancelamento do registro a pedido.	ARQUIVAMENTO
33902.020493/2008-55	CLÍNICA PIERRO LTDA	404632.	51.879.500/0001-86	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20 da Lei nº 9.656/98 e no art. 3º da RE (DIOPE) nº 1/2001. Cancelamento do registro posterior aos trimestres exigidos. Infração Configurada.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

DANIELE RODRIGUES CAMPOS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 5.245, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a necessidade de adequação da "Relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira", resolve:

Art. 1º Incluir a cultura de cana-de-açúcar, na modalidade de emprego (aplicação) em solo, com Limite Máximo de Resíduo de 0,1 mg/kg e Intervalo de Segurança de '(1) Não determinado devido à modalidade de emprego', na monografia do ingrediente ativo B35 - BENFURACARBE, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/home/agrotoxicotoxicologia.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ARESTO Nº 141, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada desta Agência em reunião realizada em 25 de setembro de 2012.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA
CNPJ: 04.718.143/0001-94
Processo nº: 25351.330908/2010-58
Expediente Indeferido nº: 430606/10-6
Expediente do Recurso nº: 191531/11-2
Decisão: Por unanimidade, DAR PROVIMENTO ao recurso, retornando o processo à área técnica para elaboração de exigência técnica.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.711, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011, tendo em vista o disposto no inciso IX do art. 13 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, aliado ao que dispõem o inciso VII do art. 16, o inciso V do art. 53 e o inciso IV, § 3º do art. 55, do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos ao Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho no âmbito da ANVISA com o objetivo de estudar a faixa de fortificação, revisar a lista de compostos de ferro, a obrigatoriedade de declarar os compostos de ferro na rotulagem e outros assuntos técnicos da RDC n.º 344, de 13 de dezembro de 2002, que dispõe sobre Regulamento Técnico para a Fortificação das Farinhas de Trigo e das Farinhas de Milho com Ferro e Ácido Fólico.

Art. 2º O Grupo de Trabalho terá a seguinte composição:

I- Gerência - Geral de Alimentos (GGALI/ANVISA);

II- Gerência de Inspeção e Controle de Riscos em Alimentos (GICRA/ANVISA);

III- Gerência de Produtos Especiais (GPESP/ANVISA);

IV- Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN/MS);

V- Instituto Adolfo Lutz da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (IAL/SP);

VI- Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP);

VII- Faculdade de Nutrição- Departamento de Nutrição-Universidade Federal de Pelotas (UFPEL);

VIII- Coordenação do Estudo Colaborativo Latino Americano de Malformações Congênitas (ECLAMC/FIOCRUZ);

IX- Estudo Colaborativo Latino Americano de Malformações Congênitas-Departamento de Genética, Instituto de Biologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECLAMC/UFRJ);

X- Coordenação Geral de Prevenção e Vigilância - Instituto Nacional de Câncer (CGPV/INCA)

XI- Divisão de Nutrologia - Departamento de Clínica Médica - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo (USP);

XII- Departamento de Pediatria - Escola Paulista de Medicina - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP);

XIII- Associação Brasileira da Indústria de Milho (ABIMILHO);

XIV- Associação Brasileira da Indústria do Trigo (ABITRIGO).

Art. 3º O grupo de trabalho será coordenado pela Gerência - Geral de Alimentos da Anvisa.

Art. 4º O Grupo de Trabalho de que trata esta Portaria terá a duração de 02 (dois) anos..

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 13 de dezembro de 2012

Nº 115 - O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011, os incisos X e XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto No- 3.029, de 16 de abril de 1999, com fundamento no inciso IX do art. 16 da Lei No- 9.782, de 26 de janeiro de 1999, no art. 52 e no art 63 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, NÃO CONHECE DOS RECURSOS a seguir especificados, determinando a extinção do recurso, sem julgamento do mérito, mantendo os termos da decisão recorrida.

ANEXO

Empresa: HEXAGON INDUSTRIA E COMÉRCIO DE IMPLANTES ORTOPÉDICOS LTDA
CNPJ: 58.619.131/0001-31
Processo nº: 25351.314380/2009-30
Expediente Recurso nº: 277380/11-5
Expediente Indeferido n.º: 403571/09-2
Empresa: ORTHOMETRIC IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - EPP
CNPJ: 07.740.586/0001-70
Processo nº: 25351.322027/2009-84
Expediente Recurso nº: 0041754/12-8
Expediente Indeferido n.º: 026631/11-1

Nº 116 - O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011, os incisos X e XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto No- 3.029, de 16 de abril de 1999, com fundamento no inciso IX do art. 16 da Lei No- 9.782, de 26 de janeiro de 1999, no art. 52 e no art 63 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, EXTINGUE os recursos a seguir especificados, sem julgamento de mérito, por desistência.

ANEXO

Empresa: WEM EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - EPP
CNPJ: 05.247.679/0001-31
Processo nº: 25351.032748/2012-64
Expediente Recurso nº: 0346296/12-0
Expediente Indeferido n.º: 0046781/12-2

Nº 117 - O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011, os incisos X e XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto No- 3.029, de 16 de abril de 1999, com fundamento no inciso IX do art. 16 da Lei No- 9.782, de 26 de janeiro de 1999, no art. 52 e no art 63 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, NÃO CONHECE DOS RECURSOS a seguir especificados, determinando a extinção do recurso, sem julgamento do mérito, mantendo os termos da decisão recorrida.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

Empresa: SILIMED - COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 03.448.093/0001-00
Processo nº: 25351.469606/2011-68
Expediente Recurso nº: 0434026/12-4
Expediente Indeferido n.º: 657398/11-3

RETIFICAÇÃO

No ARESTO N° 140, de 11 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União n° 239, de 12 de dezembro de 2012, Seção 1 e pág. 37,

Onde se lê:

"..., revogar o Aresto n° 134, de 14 de novembro de 2012, publicado no DOU, Seção 1, folha 61, restabelecendo o Recurso Administrativo referente ao Processo n° 25351.191638/2002-61, Expediente n° 420702/11-5 e todos os seus efeitos, em conformidade com a deliberação aprovada pela Diretoria Colegiada desta Agência na reunião de 11 de dezembro de 2012."

Leia-se:

"..., revogar o item "2" do Aresto n° 134, de 14 de novembro de 2012, referente ao Processo n° 25351.191638/2002-61, Expediente n° 420702/11-5, publicado no DOU n°134, Seção 1, pág. 61, em conformidade com a deliberação aprovada pela Diretoria Colegiada desta Agência na reunião de 11 de dezembro de 2012."

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO, MONITORAMENTO DA QUALIDADE, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS, MEDICAMENTOS, PRODUTOS, PROPAGANDA E PUBLICIDADE

DESPACHO DO GERENTE-GERAL
Em 12 de dezembro de 2012

A Gerência-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos e Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 41, XXX, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, e com fundamento na delegação de competência conferida pela Portaria nº 8, de 18 de junho de 2012, vem tornar públicas as Decisões de Reconsideração proferidas nos processos administrativos abaixo relacionados, em face do provimento dos recursos interpostos pelas recorrentes:

EMPRESA: BRASIL NUTRITION COMERCIO DE VITAMINAS LTDA

25351.016539/2006-25 - AIS:021933/06-9 (1608/2005) - GPROP/DIFRA/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), reformada para penalidade de Advertência.

EMPRESA: CARILLON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA HIGIENE LTDA

25351.019737/2004-89 - AIS:054697/04-6 (1288/2003) - GFIMP/GGIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), reformada para penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)

EMPRESA: FLORA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA S.A

25351.205582/2008-25 - AIS:260159/08-1 (0082/2008) - GPROP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), reformada para penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

RUBENS DE FARIA
p/Delegação de Competência

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DESPACHO DA GERENTE-GERAL
Em 7 de dezembro de 2012

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, inciso XII, da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria n.º 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos administrativo-sanitários abaixo relacionados:

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
25759.752313/2010-30-AIS:652913/10-5-CVPAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
25759.324557/2010-36-AIS:422289/10-0-CVPAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
25759.752317/2010-46-AIS:652871/10-6-CVPAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
25759.752331/2010-15-AIS:653065/10-6-CVPAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
25759.749014/2010-46-AIS:607758/10-7-CVPAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
25759.277969/2010-13-AIS:365604/10-7-CVPAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

ANALISE PRODUTOS E SERVICOS PARA LABORATORIOS LTDA
25759.607964/2010-01-AIS:802311/10-5-CVPAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA
25759.410715/2010-13-AIS:536357/10-8-CVPAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA.
25759.324024/2010-51-AIS:421640/10-7-CVPAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

ELI LILLY DO BRASIL LTDA
25759.175917/2010-99-AIS:232199/10-8-CVPAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

MARJAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
25759.047976/2009-61-AIS:059187/09-4-CVPAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00(Quinze mil reais)

MERCK SA
25759.037188/2009-74-AIS:045664/09-1-CVPAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais)

MERCK SHARP E DOHME FARMACÊUTICA LTDA
25759.080147/2009-27-AIS:100220/09-1-CVPAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais)

NIPRO MEDICAL LTDA
25759.623459/2010-56-AIS:822597/10-4-CVPAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

ROCHE DIAGNOSTICA BRASIL LTDA
25759.456295/2010-89-AIS:597966/10-8-CVPAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

TAM LINHAS AEREAS S/A
25745.576499/2009-65-AIS:749543/09-9-CVPAF/MA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)

TAM LINHAS AEREAS S/A
25766.628289/2009-53-AIS:816733/09-8-CVPAF/RO
Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A
25759.146139/2010-31-AIS:194719/10-2-CVPAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

WELCH ALLYN DO BRASIL, COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA
25759.717848/2009-58-AIS:433507/09-4-CVPAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A
25759.454726/2010-23-AIS:595947/10-1-CVPAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

JULIANA DE MELOS COUTO DE ALMEIDA
Substituta

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.391, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Portaria nº 343/GM/MS, de 7 de março de 2005, que institui mecanismos para a organização e implantação de Unidades de Assistência e Centros de Referência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.860/GM/MS, de 26 de novembro de 2008, que estabelece recursos financeiros, a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para o custeio da Terapia Nutricional;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 120, de 14 de abril de 2009, que aprova as Normas de Classificação, Credenciamento e Habilitação dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional no âmbito do SUS;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul e aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite do Estado, por meio da Deliberação nº 452/12, datado de 12 de julho de 2012; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada/Coordenação-Geral da Média e Alta Complexidade, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento a seguir descrito como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral:

Nome fantasia/ Razão Social/Município	CNES	CNPJ
Associação Hospitalar Vila Nova/Porto Alegre/RS	269380	04994418100017

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta habilitação correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde. Os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Estado de acordo com o vínculo do estabelecimento e a modalidade de gestão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 13 de dezembro de 2012

Ref.: Processo n.º 25000.113333/2012-71
Interessado: FARMACIA CATALAO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CATALAO LTDA - ME, CNPJ nº 00.042.614/0001-36, em CATALAO/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101126/2012-73
Interessado: DROGARIA LIDER DE BONSUCESSO LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LIDER DE BONSUCESSO LTDA - EPP, CNPJ nº 00.194.809/0001-00, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093036/2012-00
Interessado: ROSANGELA RINALDI FARMACIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ROSANGELA RINALDI FARMACIA - ME, CNPJ nº 00.266.179/0001-23, em MARILUZ/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.177204/2012-19
Interessado: DROGARIA FC MORAIS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA FC MORAIS LTDA - ME, CNPJ nº 00.318.167/0001-03, em CALDAZINHA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.197919/2012-80
Interessado: DROGARIA MACEMBU LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MACEMBU LTDA - ME, CNPJ nº 00.355.190/0001-60, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113288/2012-54
Interessado: BUBLITZ, BUBLITZ E HANSEL LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BUBLITZ, BUBLITZ E HANSEL LTDA - EPP, CNPJ nº 00.563.482/0001-98, em VENANCIO AIRES/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096859/2012-89
Interessado: DROGARIA NOVO MUNDO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOVO MUNDO LTDA - ME, CNPJ nº 00.570.432/0001-38, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.112591/2012-30
Interessado: DROGARIA FORMULA E VIDA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA FORMULA E VIDA LTDA - ME, CNPJ nº 00.607.811/0001-55, em SANTANA DA BOA VISTA/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121916/2012-75
Interessado: A EVANDRO MACIEL CHAVES & CIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A EVANDRO MACIEL CHAVES & CIA LTDA - EPP, CNPJ nº 00.643.587/0001-57, em BOA VISTA/RR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093001/2012-62
Interessado: DROGARIA BORBOREMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BORBOREMA LTDA - ME, CNPJ nº 00.644.214/0001-09, em BORBOREMA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108483/2012-62
Interessado: LUIZ CARLOS BRAGATTO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUIZ CARLOS BRAGATTO - ME, CNPJ nº 00.649.932/0001-60, em CAPINZAL/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135302/2012-71
Interessado: AQUINO & SOARES LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa AQUINO & SOARES LTDA - ME, CNPJ nº 00.814.611/0001-73, em ALTA FLORESTA D'OESTE/RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.094440/2012-92
Interessado: CLEMENTE E SILVA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CLEMENTE E SILVA LTDA - ME, CNPJ nº 00.836.359/0001-01, em CORUMBIARA/RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.100084/2012-53
Interessado: ANTONIO DE LIMA OLIVEIRA & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANTONIO DE LIMA OLIVEIRA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 00.837.800/0001-61, em CANDEIAS/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101871/2012-12
Interessado: FARMACIA PARANAIBA DE ITUMBIARA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA PARANAIBA DE ITUMBIARA LTDA - EPP, CNPJ nº 00.902.650/0001-22, em ITUMBIARA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106602/2012-42
Interessado: REGINALDO APARECIDO DO AMARAL - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa REGINALDO APARECIDO DO AMARAL - ME, CNPJ nº 00.934.024/0001-18, em BARRETOS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102421/2012-47
Interessado: CEZAR AMILCAR DE JESUS SOUZA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CEZAR AMILCAR DE JESUS SOUZA - ME, CNPJ nº 00.937.835/0001-72, em LAURO DE FREITAS/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135804/2012-00
Interessado: ALVARO ALVES DE OLIVEIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALVARO ALVES DE OLIVEIRA - ME, CNPJ nº

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

00.967.748/0001-68, em GOIANIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107359/2012-80
Interessado: MENDONCA & MENDONCA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MENDONCA & MENDONCA LTDA - ME, CNPJ nº 00.981.525/0001-55, em UBERLANDIA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135521/2012-50
Interessado: FARMACIA CENTRAL DA TUNISIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CENTRAL DA TUNISIA LTDA - EPP, CNPJ nº 01.009.399/0001-34, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107612/2012-03
Interessado: DROGARIA GONTIJO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA GONTIJO LTDA - ME, CNPJ nº 01.011.709/0001-55, em ITAPURANGA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.019596/2012-94
Interessado: ELTON ARCANJO DOS SANTOS PARDIM - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ELTON ARCANJO DOS SANTOS PARDIM - ME, CNPJ nº 01.085.357/0001-82, em SEBASTIAO LARANJEIRAS/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107093/2012-75
Interessado: G L DE SOUZA RANGEL CRUZ DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa G L DE SOUZA RANGEL CRUZ DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 01.154.184/0001-07, em NATIVIDADE/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113470/2012-13
Interessado: A CARVALHO DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A CARVALHO DROGARIA - ME, CNPJ nº 01.207.064/0001-20, em IGUABA GRANDE/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093447/2012-97
Interessado: FLAVIA LOBO DE OLIVEIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FLAVIA LOBO DE OLIVEIRA - ME, CNPJ nº 01.231.721/0001-75, em CAETANOPOLIS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108718/2012-16
Interessado: DANIFARMA PRODUTOS DE FARMACIA E PERFUMARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DANIFARMA PRODUTOS DE FARMACIA E PERFUMARIA LTDA - ME, CNPJ nº 01.231.751/0001-81, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114591/2012-74
Interessado: DROGARIA J R LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA J R LTDA - ME, CNPJ nº 01.292.509/0001-18, em PORTO ALEGRE/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128803/2012-09
Interessado: FARMACIA REAL LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA REAL LTDA - ME, CNPJ nº 01.314.237/0001-00, em FUNDAO/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093019/2012-64
Interessado: ARY WILLIANS DE LIMA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ARY WILLIANS DE LIMA - ME, CNPJ nº 01.366.325/0001-55, em GONCALVES/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.112147/2012-14
Interessado: DROGARIA MONTE SIAO DE MAUA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MONTE SIAO DE MAUA LTDA ME, CNPJ nº 01.390.589/0001-44, em MAUA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101581/2012-79
Interessado: DROGARIA MARISTA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MARISTA LTDA - EPP, CNPJ nº 01.401.675/0001-05, em BALNEARIO ARROIO DO SILVA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096575/2012-92
Interessado: DROGARIA MARANHAO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MARANHAO LTDA ME, CNPJ nº 01.474.964/0001-34, em MINACU/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108492/2012-53
Interessado: JOSE WILSON PINHEIRO ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE WILSON PINHEIRO ME, CNPJ nº 01.529.949/0001-46, em TANGARA/RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107169/2012-62
Interessado: DROGARIA LIDER DE MARECHAL HERMES LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LIDER DE MARECHAL HERMES LTDA, CNPJ nº 01.534.101/0001-05, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101886/2012-81
Interessado: PALMEIRA & MOTA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PALMEIRA & MOTA LTDA, CNPJ nº 01.569.011/0001-50, em CORUMBA/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098755/2012-17
Interessado: ZULMIRA ROCHA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ZULMIRA ROCHA, CNPJ nº 01.642.062/0001-60, em SAO MARTINHO/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099205/2012-15
Interessado: LENILSON ELZON ROSA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LENILSON ELZON ROSA ME, CNPJ nº 01.649.072/0001-27, em CUIABA/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099918/2012-71
Interessado: COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA ALDRIGUE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA ALDRIGUE LTDA - ME, CNPJ nº 01.655.783/0001-04, em PITANGA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097001/2012-31
Interessado: W L GOMES DA SILVA DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa W L GOMES DA SILVA DROGARIA - ME, CNPJ nº 01.683.774/0001-27, em PEIXOTO DE AZEVEDO/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo n.º 25000.101851/2012-41
Interessado: FRIDA EIDT & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FRIDA EIDT & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 01.710.556/0001-34, em SAO JOSE DAS PALMEIRAS/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.167301/2012-95
Interessado: AUGENICE BATISTA DA SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa AUGENICE BATISTA DA SILVA - ME, CNPJ nº 01.769.160/0001-62, em PINDOBACU/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.100489/2012-91
Interessado: DROGARIA MARQUES VIEIRA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MARQUES VIEIRA LTDA - ME, CNPJ nº 01.839.790/0001-66, em CANTAGALO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.199358/2012-53
Interessado: M DE F DANTAS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M DE F DANTAS - ME, CNPJ nº 01.851.050/0001-45, em FREI MARTINHO/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124810/2012-23
Interessado: VIC - DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VIC - DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME, CNPJ nº 01.851.056/0001-12, em CONSELHEIRO LAFAIETE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097119/2012-60
Interessado: RUBENS PEREIRA GONCALVES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RUBENS PEREIRA GONCALVES - ME, CNPJ nº 01.894.476/0001-86, em COLIDER/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101748/2012-00
Interessado: NW PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NW PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 01.903.314/0001-67, em LAJEDO DO TABOCAL/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135404/2012-96
Interessado: BRAMBILA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BRAMBILA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 01.904.263/0001-98, em NOVA ANDRADINA/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.170280/2012-95
Interessado: W C PORTO & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa W C PORTO & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 02.024.068/0001-36, em ITACAJA/TO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106365/2012-10
Interessado: OLIVEIRA & MAINENTI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa OLIVEIRA & MAINENTI LTDA - ME, CNPJ nº 02.197.652/0001-93, em MIMOSO DO SUL/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128873/2012-59
Interessado: G.QUEIROZ MENDONCA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa G.QUEIROZ MENDONCA - ME, CNPJ nº 02.234.625/0001-43, em CODO/MA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128857/2012-66
Interessado: FARMACIA PANAMBI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA PANAMBI LTDA - ME, CNPJ nº 02.241.616/0001-80, em TOLEDO/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093453/2012-44
Interessado: FARMACIA FLAUFARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA FLAUFARMA LTDA - ME, CNPJ nº 02.264.421/0001-55, em CRICIUMA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135845/2012-98
Interessado: ADALCIDES RODRIGUES CHAVES E CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ADALCIDES RODRIGUES CHAVES E CIA LTDA - ME, CNPJ nº 02.273.821/0001-27, em FORMOSA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093011/2012-06
Interessado: M. S. CARVALHO G. FERREIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M. S. CARVALHO G. FERREIRA - ME, CNPJ nº 02.333.120/0001-36, em VARZEA ALEGRE/CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135764/2012-98
Interessado: CABRAL & REZENDE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CABRAL & REZENDE LTDA - ME, CNPJ nº 02.340.269/0001-42, em QUIRINOPOLIS/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098122/2012-09
Interessado: SANTOS & MILHOMEN LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SANTOS & MILHOMEN LTDA - ME, CNPJ nº 02.343.388/0001-59, em MARABA/PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135897/2012-64
Interessado: DROGARIA NOSSA SENHORA DO AMPARO LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOSSA SENHORA DO AMPARO LTDA - EPP, CNPJ nº 02.411.948/0001-65, em VALENCA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107278/2012-80
Interessado: FARMACIA CENTRAL DA CANCELA PRETA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CENTRAL DA CANCELA PRETA LTDA - ME, CNPJ nº 02.487.168/0001-07, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093100/2012-44
Interessado: DROGARIA RIO VERMELHO LIMITADA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA RIO VERMELHO LIMITADA - EPP, CNPJ nº 02.538.338/0001-27, em GOIAS/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113316/2012-33
Interessado: M DA C ARAUJO DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M DA C ARAUJO DROGARIA - ME, CNPJ nº 02.591.087/0001-44, em PIRIPIRI/PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo n.º 25000.101558/2012-84
Interessado: DROGARIA TREVO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA TREVO LTDA - ME, CNPJ nº 02.599.509/0001-28, em IPATINGA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128824/2012-16
Interessado: FARMARCIA GAROPABA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMARCIA GAROPABA LTDA - EPP, CNPJ nº 02.613.240/0001-97, em GAROPABA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101426/2012-52
Interessado: DROGARIA SAO COSME LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SAO COSME LTDA - ME, CNPJ nº 02.728.761/0001-90, em PONTE SERRADA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106214/2012-61
Interessado: DROGARIA QUIRINOPOLIS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA QUIRINOPOLIS LTDA - ME, CNPJ nº 02.806.842/0001-60, em QUIRINOPOLIS/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107026/2012-51
Interessado: A. P. SANTOS & SILVA LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A. P. SANTOS & SILVA LTDA. - ME, CNPJ nº 02.807.903/0001-04, em GOIOERE/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101504/2012-19
Interessado: DROGARIA DE AMPARO LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DE AMPARO LTDA - EPP, CNPJ nº 02.830.212/0001-21, em AMPARO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098361/2012-51
Interessado: CITY HONORIO DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CITY HONORIO DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 02.854.761/0001-36, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108404/2012-13
Interessado: PINHEIRO DA SILVA & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PINHEIRO DA SILVA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 02.923.620/0001-28, em VARZEA GRANDE/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102158/2012-96
Interessado: FARMACIA DELLA FARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DELLA FARMA LTDA - ME, CNPJ nº 02.988.263/0001-86, em MEDIANEIRA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.184292/2012-05
Interessado: JAQUELINE SILVA DE ANDRADE - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JAQUELINE SILVA DE ANDRADE - ME, CNPJ nº 02.992.593/0001-45, em ANADIA/AL na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114476/2012-08
Interessado: TSUMANUMA, KOBAYASHI & CIA. LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TSUMANUMA, KOBAYASHI & CIA. LTDA - ME, CNPJ nº 02.993.386/0001-05, em UMUARAMA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114193/2012-58
Interessado: DROGARIA MINATEL LTDA. ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MINATEL LTDA. ME, CNPJ nº 03.094.220/0001-10, em DOIS CORREGOS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129114/2012-11
Interessado: ANGELA GONCALVES PEDRON - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANGELA GONCALVES PEDRON - ME, CNPJ nº 03.096.846/0001-65, em CACEQUI/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128740/2012-82
Interessado: FARMADROGA VILA BELMIRO LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMADROGA VILA BELMIRO LTDA - EPP, CNPJ nº 03.137.261/0001-46, em SANTOS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096890/2012-10
Interessado: JOSEILDE CONCEICAO SANTOS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSEILDE CONCEICAO SANTOS - ME, CNPJ nº 03.146.533/0001-74, em LAGARTO/SE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113256/2012-59
Interessado: DROGA VICTOR RIO PRETO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGA VICTOR RIO PRETO LTDA - ME, CNPJ nº 03.164.666/0001-73, em SAO JOSE DO RIO PRETO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101723/2012-06
Interessado: WILTON ALVES DA SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa WILTON ALVES DA SILVA - ME, CNPJ nº 03.200.476/0001-64, em RIO DE CONTAS/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113492/2012-75
Interessado: NERINEY NEVES RIOS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NERINEY NEVES RIOS - ME, CNPJ nº 03.205.734/0001-03, em MARCO/CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135822/2012-83
Interessado: R. DA SILVA MIRANDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R. DA SILVA MIRANDA - ME, CNPJ nº 03.213.799/0001-92, em BACABAL/MA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135952/2012-16
Interessado: CLAISON PINHEIRO DE SOUZA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CLAISON PINHEIRO DE SOUZA, CNPJ nº 03.249.629/0001-68, em PALMINOPOLIS/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103107/2012-81
Interessado: MAXXI FARMA DE SANTOS LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MAXXI FARMA DE SANTOS LTDA - EPP, CNPJ nº 03.270.792/0001-02, em SANTOS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo n.º 25000.129005/2012-96
Interessado: M C VILAS BOAS BARRETO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M C VILAS BOAS BARRETO - ME, CNPJ nº 03.373.862/0001-58, em UBAIRA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121814/2012-50
Interessado: PRICILA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PRICILA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 03.389.053/0001-34, em NIQUELANDIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103085/2012-50
Interessado: VALMIR OLIVEIRA BARBOSA DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VALMIR OLIVEIRA BARBOSA DROGARIA - ME, CNPJ nº 03.402.150/0001-10, em ARAPIRACA/AL na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098323/2012-06
Interessado: COSMINHA DE MATOS SANTOS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COSMINHA DE MATOS SANTOS - ME, CNPJ nº 03.402.296/0001-65, em SALVADOR/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098814/2012-49
Interessado: FARIA REIS MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARIA REIS MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 03.420.072/0001-86, em SAO MIGUEL DO ARAGUAIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.189703/2012-41
Interessado: ROBERTO TORRES & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ROBERTO TORRES & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 03.512.057/0001-68, em PORTO ESTRELA/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099027/2012-14
Interessado: MARIO EMILIO RIBEIRO & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIO EMILIO RIBEIRO & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 03.539.754/0001-02, em LONDRINA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.092955/2012-58
Interessado: M.J. DE PACIENCIA FARMACIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M.J. DE PACIENCIA FARMACIA LTDA - ME, CNPJ nº 03.568.952/0001-02, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108471/2012-38
Interessado: L. C. HULSE & CIA. LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa L. C. HULSE & CIA. LTDA - ME, CNPJ nº 03.665.898/0001-05, em SAO LOURENCO DO OESTE/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.180621/2012-31
Interessado: M. DE F. FERREIRA DE SOUZA MEDICAMENTOS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M. DE F. FERREIRA DE SOUZA MEDICAMENTOS - ME, CNPJ nº 03.723.767/0001-37, em BREJO DA MADRE DE DEUS/PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128326/2012-73
Interessado: DROGARIA HAUCK GRAMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA HAUCK GRAMA LTDA - ME, CNPJ nº 03.741.284/0001-65, em JUIZ DE FORA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114629/2012-17
Interessado: JORDANI & SLONGO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JORDANI & SLONGO LTDA - ME, CNPJ nº 03.746.444/0001-69, em RIO BONITO DO IGUACU/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097018/2012-99
Interessado: DROGARIA RICA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA RICA LTDA - ME, CNPJ nº 03.763.519/0001-10, em BOCAIUVA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098052/2012-81
Interessado: LIANE T. DA ROSA DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LIANE T. DA ROSA DROGARIA - ME, CNPJ nº 03.774.708/0001-98, em RIOZINHO/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128841/2012-53
Interessado: FARMARY COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMARY COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 03.782.249/0001-94, em MORRO DA FUMACA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099288/2012-34
Interessado: DROGA MAIS POPULAR LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGA MAIS POPULAR LTDA - ME, CNPJ nº 03.785.176/0001-94, em AGUAS DE LINDOIA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096790/2012-93
Interessado: GLAUCIA DE LIMA BUCHALA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GLAUCIA DE LIMA BUCHALA - ME, CNPJ nº 03.862.790/0001-02, em SAO PEDRO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135226/2012-01
Interessado: DROGARIA DROGA CENTRO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DROGA CENTRO LTDA - ME, CNPJ nº 03.897.811/0001-25, em ITAPIRAPUA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.090810/2012-12
Interessado: J L ANDRADE FARMACIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J L ANDRADE FARMACIA - ME, CNPJ nº 03.906.055/0001-53, em VITORIA DA CONQUISTA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.105898/2012-84
Interessado: MAGISTRAL PHARMA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MAGISTRAL PHARMA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA - ME, CNPJ nº 03.929.228/0001-59, em ITABORAI/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.112582/2012-49
Interessado: F. DE LIMA, TIRLONIO & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa F. DE LIMA, TIRLONIO & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 04.011.710/0001-78, em TAPURAH/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo n.º 25000.128865/2012-11
Interessado: EMANUEL LAZZARI PINTO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EMANUEL LAZZARI PINTO - ME, CNPJ nº 04.013.051/0001-09, em LAJEADO/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.110378/2012-93
Interessado: LIMA & KRINGER LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LIMA & KRINGER LTDA - ME, CNPJ nº 04.066.548/0001-95, em BATAYPORA/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.158376/2012-85
Interessado: ALESSANDRA NOVAES DE OLIVEIRA SEIXAS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALESSANDRA NOVAES DE OLIVEIRA SEIXAS - ME, CNPJ nº 04.139.321/0001-22, em BARRO ALTO/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.197912/2012-68
Interessado: DROGARIA MEIRA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MEIRA LTDA - ME, CNPJ nº 04.188.947/0001-29, em CARAVELAS/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.117450/2012-11
Interessado: GISENILDA DA SILVA SANTOS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GISENILDA DA SILVA SANTOS - ME, CNPJ nº 04.232.471/0001-86, em MARABA/PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129186/2012-51
Interessado: FARMACIA BORGES & MELO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA BORGES & MELO LTDA - ME, CNPJ nº 04.273.919/0001-00, em SANTO ANTONIO DO MONTE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096684/2012-18
Interessado: CLAUDIA PEDROLO & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CLAUDIA PEDROLO & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 04.296.560/0001-96, em BOM PROGRESSO/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.105984/2012-97
Interessado: TIAGO GIMENES DE LUCA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TIAGO GIMENES DE LUCA - ME, CNPJ nº 04.302.513/0001-08, em CONDOR/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108374/2012-45
Interessado: DROGARIA ARCO-IRIS RIO CLARO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ARCO-IRIS RIO CLARO LTDA - ME, CNPJ nº 04.318.509/0001-38, em RIO CLARO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129017/2012-11
Interessado: CLARICE VIANA SILVA ANDRADE & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CLARICE VIANA SILVA ANDRADE & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 04.350.538/0001-87, em SANTA MARIA DA VITORIA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128635/2012-43
Interessado: FARMACIA E DROGARIA VALTER E VALTER LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA E DROGARIA VALTER E VALTER LTDA - ME, CNPJ nº 04.377.335/0001-84, em PALHOCA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113503/2012-17
Interessado: DEBORA ROSSI PETROCCHI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DEBORA ROSSI PETROCCHI - ME, CNPJ nº 04.382.916/0001-04, em PIRASSUNUNGA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103040/2012-85
Interessado: ESTELITA SOUSA COSTA MUNIZ - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ESTELITA SOUSA COSTA MUNIZ - ME, CNPJ nº 04.429.172/0001-36, em PRINCESA ISABEL/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135810/2012-59
Interessado: R. G. FILHO - DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R. G. FILHO - DROGARIA - ME, CNPJ nº 04.440.109/0001-09, em CAIEIRAS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128793/2012-01
Interessado: MARIA VALESKA SANTOS ROCHA & CIA. LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIA VALESKA SANTOS ROCHA & CIA. LTDA - ME, CNPJ nº 04.467.250/0001-97, em CAETANOPOLIS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101859/2012-50
Interessado: DROGARIA DA ECONOMIA SAO SEBASTIAO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DA ECONOMIA SAO SEBASTIAO LTDA - ME, CNPJ nº 04.493.929/0001-50, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096677/2012-16
Interessado: KELEIN H.A. MESQUITA MAGALHAES & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa KELEIN H.A. MESQUITA MAGALHAES & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 04.508.814/0001-92, em SAO PEDRO DO SUACUI/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093110/2012-80
Interessado: DROGARIA SANTA BARBARA DO SOL LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANTA BARBARA DO SOL LTDA - EPP, CNPJ nº 04.515.307/0001-86, em JACAREI/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.141255/2012-02
Interessado: IVAN MAX VIEIRA CORREIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IVAN MAX VIEIRA CORREIA - ME, CNPJ nº 04.522.195/0001-90, em CAVALCANTE/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108412/2012-60
Interessado: SIMOFARMA COMERCIO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SIMOFARMA COMERCIO LTDA - ME, CNPJ nº 04.523.112/0001-88, em SIMONESIA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103758/2012-71
Interessado: H M DROGARIA DE VARRE SAI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa H M DROGARIA DE VARRE SAI LTDA - ME, CNPJ nº 04.538.816/0001-24, em VARRE-SAI/RJ na Expansão do Programa

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128544/2012-16
Interessado: DROGARIA FARMABIL DE PIRACICABA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA FARMABIL DE PIRACICABA LTDA - ME, CNPJ nº 04.577.103/0001-70, em PIRACICABA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103340/2012-64
Interessado: DROGARIA PRATES-CEM ARACATUBA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PRATES-CEM ARACATUBA LTDA - ME, CNPJ nº 04.578.510/0001-00, em ARACATUBA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107355/2012-00
Interessado: FARMACIA FARMASIL LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA FARMASIL LTDA - ME, CNPJ nº 04.690.576/0001-89, em PARANAIBA/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106218/2012-40
Interessado: AUGUSTO E SILVA COMERCIO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa AUGUSTO E SILVA COMERCIO LTDA - ME, CNPJ nº 04.715.872/0001-97, em LAVRAS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106596/2012-23
Interessado: PRADELLA & COLOMBARI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PRADELLA & COLOMBARI LTDA - ME, CNPJ nº 04.725.965/0001-00, em PEROBAL/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108175/2012-37
Interessado: MUNIZ E FILHO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MUNIZ E FILHO LTDA - ME, CNPJ nº 04.767.993/0001-82, em EUGENOPOLIS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128157/2012-71
Interessado: ISABEL CRISTINA GASTARDI BRITO IPUA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ISABEL CRISTINA GASTARDI BRITO IPUA - ME, CNPJ nº 04.772.183/0001-14, em IPUA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.199237/2012-10
Interessado: MARQUES E SILVA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARQUES E SILVA LTDA - ME, CNPJ nº 04.789.026/0001-11, em RIO CRESPO/RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093147/2012-16
Interessado: DROGARIA E COSMETICOS ANA & ANA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E COSMETICOS ANA & ANA LTDA - ME, CNPJ nº 04.789.887/0001-08, em GOIANIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121786/2012-71
Interessado: EXTRAFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EXTRAFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 04.875.187/0001-28, em THEOBROMA/RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113305/2012-53
Interessado: "MIRA & PIGNATARO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa "MIRA & PIGNATARO LTDA - ME, CNPJ nº 04.896.547/0001-78, em ARARAS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106278/2012-62
Interessado: JOSE RICARDO SALTIEL DE LIMA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE RICARDO SALTIEL DE LIMA - ME, CNPJ nº 04.937.000/0001-73, em NOVO HAMBURGO/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128764/2012-31
Interessado: DROGARIA GOIABEIRA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA GOIABEIRA LTDA - ME, CNPJ nº 04.941.921/0001-00, em GOIABEIRA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097131/2012-74
Interessado: MILANEZ, PAZ & CI ALTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MILANEZ, PAZ & CI ALTDA - ME, CNPJ nº 04.958.288/0001-62, em TORRES/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128643/2012-90
Interessado: DROGARIA PATRILU LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PATRILU LTDA - ME, CNPJ nº 05.052.888/0001-20, em SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121850/2012-13
Interessado: ELIANE C DE M RODRIGUES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ELIANE C DE M RODRIGUES - ME, CNPJ nº 05.070.184/0001-80, em LIMEIRA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096793/2012-27
Interessado: FARMACIA DO CAMILO LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DO CAMILO LTDA - EPP, CNPJ nº 05.094.809/0001-43, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107146/2012-58
Interessado: ELZA MARIA DA SILVA SANTOS FARMACIA E PERFUMARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ELZA MARIA DA SILVA SANTOS FARMACIA E PERFUMARIA - ME, CNPJ nº 05.136.998/0001-70, em ARMACAO DOS BUZIOS/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128170/2012-21
Interessado: FIDELIS & POPOLI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FIDELIS & POPOLI LTDA - ME, CNPJ nº 05.156.221/0001-77, em MIRASSOL/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113845/2012-37
Interessado: DROGARIA CROMINIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CROMINIA LTDA - ME, CNPJ nº 05.165.639/0001-40, em CROMINIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128218/2012-09
Interessado: DROGARIA MORADA DA SERRA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da do-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cumentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MORADA DA SERRA LTDA - ME, CNPJ nº 05.166.298/0001-28, em IBIRITE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121875/2012-17
Interessado: FARMACIA ECONOMICA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ECONOMICA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 05.201.774/0001-02, em MATINHOS/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107673/2012-62
Interessado: FARMACIA CIDADE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CIDADE LTDA - ME, CNPJ nº 05.206.401/0001-16, em BRASILIA DE MINAS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098319/2012-30
Interessado: ASSOCIACAO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE ARAXA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ASSOCIACAO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE ARAXA, CNPJ nº 05.208.165/0001-77, em ARAXA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107791/2012-71
Interessado: FARMA MIL LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMA MIL LTDA - EPP, CNPJ nº 05.215.960/0001-92, em PARANAIBA/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.094396/2012-11
Interessado: PRUDEN-MED PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PRUDEN-MED PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 05.255.309/0001-46, em BATAGUASSU/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128786/2012-00
Interessado: DE PIETRO PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DE PIETRO PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 05.279.371/0001-78, em LUCAS DO RIO VERDE/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.092968/2012-27
Interessado: M. L. P. SOARES E SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M. L. P. SOARES E SILVA - ME, CNPJ nº 05.328.409/0001-55, em AGUA BRANCA/PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101599/2012-71
Interessado: TELE FARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TELE FARMA LTDA - ME, CNPJ nº 05.363.655/0001-48, em LAGES/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103037/2012-61
Interessado: MEGA REDE DE FARMACIAS LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MEGA REDE DE FARMACIAS LTDA - EPP, CNPJ nº 05.374.364/0001-55, em NOVA SANTA RITA/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101726/2012-31
Interessado: BRANSKI FARMACIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BRANSKI FARMACIA LTDA - ME, CNPJ nº 05.404.383/0001-87, em FOZ DO IGUACU/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124915/2012-82
Interessado: DROGARIA FATIMA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA FATIMA LTDA, CNPJ nº 05.406.887/0001-36, em CAXIAS DO SUL/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129153/2012-19
Interessado: J. RABELO NETO & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J. RABELO NETO & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 05.468.406/0001-17, em FOZ DO IGUACU/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096536/2012-95
Interessado: J. H. TAVARES DA SILVA - FARMACEUTICA PORANGATU - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J. H. TAVARES DA SILVA - FARMACEUTICA PORANGATU - ME, CNPJ nº 05.533.829/0001-73, em PORANGATU/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113422/2012-17
Interessado: MARA LUCIA VIEIRA RODRIGUES DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARA LUCIA VIEIRA RODRIGUES DROGARIA - ME, CNPJ nº 05.536.855/0001-55, em CAMPINAS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.100093/2012-44
Interessado: DROGARIA SOARES DO REGO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SOARES DO REGO LTDA - ME, CNPJ nº 05.537.417/0001-01, em ITAPOROROCA/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.178109/2012-24
Interessado: FARMACIA ANDERSON BOING LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ANDERSON BOING LTDA - ME, CNPJ nº 05.576.725/0001-46, em CAMPOS NOVOS/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114619/2012-73
Interessado: FARMACIA FORMULAS E FARMACOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA FORMULAS E FARMACOS LTDA - ME, CNPJ nº 05.588.970/0001-73, em CRICIUMA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128335/2012-64
Interessado: VALDIR ALVES DE LIMA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VALDIR ALVES DE LIMA - ME, CNPJ nº 05.596.930/0001-73, em MACEIO/AL na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.137048/2012-45
Interessado: N A COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa N A COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 05.639.590/0001-10, em UBATA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135238/2012-28
Interessado: DROGA PAZ NOVO HORIZONTE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGA PAZ NOVO HORIZONTE LTDA - ME, CNPJ nº 05.659.410/0001-62, em NOVO HORIZONTE/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123989/2012-00
Interessado: SIRINEU SILVA DE OLIVEIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SIRINEU SILVA DE OLIVEIRA - ME, CNPJ nº 05.691.304/0001-66, em AMAMBAI/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101674/2012-01
Interessado: MARCIANO MARTINS DE PAULA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCIANO MARTINS DE PAULA - ME, CNPJ nº 05.795.831/0001-10, em DOURADOS/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097062/2012-07
Interessado: EDUARDO DE SOUZA ARAUJO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EDUARDO DE SOUZA ARAUJO - ME, CNPJ nº 05.918.127/0001-08, em OLIMPIA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.090816/2012-90
Interessado: M.V COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M.V COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA - EPP, CNPJ nº 05.991.987/0001-77, em VITORIA DA CONQUISTA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113868/2012-41
Interessado: FARMANOVA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMANOVA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 06.017.833/0001-41, em GOIANIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.105915/2012-83
Interessado: DROGARIA VAL LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VAL LTDA - ME, CNPJ nº 06.090.695/0001-26, em NOVO GAMA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098145/2012-13
Interessado: WELLYTON S. DOS SANTOS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa WELLYTON S. DOS SANTOS - ME, CNPJ nº 06.116.369/0001-40, em CAXIAS/MA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.116520/2012-14
Interessado: DROGARIA WILSONFARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA WILSONFARMA LTDA - ME, CNPJ nº 06.119.055/0001-00, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096906/2012-94
Interessado: CAMILA SCIESLESKI DE LIMA & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CAMILA SCIESLESKI DE LIMA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 06.121.763/0001-77, em ERECHIM/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102672/2012-21
Interessado: FARMACIA RIO VERDE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA RIO VERDE LTDA - ME, CNPJ nº 06.140.205/0001-59, em RIO VERDE/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.159159/2012-11
Interessado: ANGELO MARCIO DE SENA PINTO & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANGELO MARCIO DE SENA PINTO & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 06.157.981/0001-61, em REMANSO/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.100008/2012-48
Interessado: TAMURA & TAMURA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TAMURA & TAMURA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 06.158.244/0001-83, em RIOLANDIA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107495/2012-70
Interessado: JOSE GONCALVES RESENDE & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE GONCALVES RESENDE & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 06.184.893/0001-59, em ENTRE RIOS DE MINAS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099901/2012-13
Interessado: CLAUDIO F SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CLAUDIO F SILVA - ME, CNPJ nº 06.194.667/0001-59, em PICOS/PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099683/2012-17
Interessado: DROGARIA DROGA MAR LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DROGA MAR LTDA - EPP, CNPJ nº 06.201.539/0001-95, em FORTALEZA/CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129430/2012-85
Interessado: RICARDO FRANCISCO DOS SANTOS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RICARDO FRANCISCO DOS SANTOS - ME, CNPJ nº 06.316.789/0001-70, em BATAGUASSU/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.117497/2012-77
Interessado: BR NATURE FARMACIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BR NATURE FARMACIA LTDA - ME, CNPJ nº 06.653.819/0001-34, em SAO SEBASTIAO DO PARAISO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114578/2012-15
Interessado: GILBERTO PEREIRA & FILHOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GILBERTO PEREIRA & FILHOS LTDA - ME, CNPJ nº 06.728.431/0001-55, em CAPANEMA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.159165/2012-60
Interessado: RAIMUNDO ANTONIO DE MACEDO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RAIMUNDO ANTONIO DE MACEDO - ME, CNPJ nº 06.731.368/0001-06, em PADRE MARCOS/PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102080/2012-18
Interessado: NAVARRETE & FAUSTINO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NAVARRETE & FAUSTINO LTDA - ME, CNPJ nº 06.789.068/0001-88, em JABOTI/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101468/2012-93
Interessado: FARMACIA GONCALVES & SELEME LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA GONCALVES & SELEME LTDA - ME, CNPJ nº 06.879.942/0001-78, em CANOINHAS/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo n.º 25000.107564/2012-45
Interessado: FARMACIA PONTE SECA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA PONTE SECA LTDA - ME, CNPJ nº 06.889.799/0001-03, em CARLOS BARBOSA/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106636/2012-37
Interessado: FARMACIA HOLANDA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA HOLANDA LTDA - ME, CNPJ nº 06.896.871/0001-11, em CARAMBEI/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101721/2012-17
Interessado: LILIAN DANIELA DE CARVALHO NARESSI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LILIAN DANIELA DE CARVALHO NARESSI - ME, CNPJ nº 06.982.655/0001-99, em RIOLANDIA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114223/2012-26
Interessado: DROGARIA JOTADEPE LTDA.ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA JOTADEPE LTDA.ME, CNPJ nº 07.061.111/0001-57, em TUPACIGUARA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101661/2012-24
Interessado: FARMACIA SANDRA GUTER LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SANDRA GUTER LTDA - ME, CNPJ nº 07.101.537/0001-97, em BAIXO GUANDU/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099253/2012-03
Interessado: LEONITA TERESINHA DE OLIVEIRA & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LEONITA TERESINHA DE OLIVEIRA & CIA LTDA ME, CNPJ nº 07.118.756/0001-89, em IMBE/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097179/2012-82
Interessado: CARDOSO TAVARES DE BOM JESUS DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CARDOSO TAVARES DE BOM JESUS DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 07.124.680/0001-02, em BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097035/2012-26
Interessado: M. I. GONCALVES & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M. I. GONCALVES & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 07.125.497/0001-13, em FRANCA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113864/2012-63
Interessado: ISABELA BRITO DO O - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ISABELA BRITO DO O - ME, CNPJ nº 07.128.190/0001-76, em JABOATAO DOS GUARARAPES/PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.189845/2012-16
Interessado: IVANOSKA NOGUEIRA DINIZ NUNES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IVANOSKA NOGUEIRA DINIZ NUNES - ME, CNPJ nº 07.129.465/0001-96, em AGUA NOVA/RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093244/2012-09
Interessado: FARMACIA AVICRIS LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA AVICRIS LTDA. - ME, CNPJ nº 07.132.818/0001-07, em CAMBE/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113849/2012-15
Interessado: DROGARIA POLLYANE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA POLLYANE LTDA - ME, CNPJ nº 07.150.408/0001-99, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098736/2012-82
Interessado: MGB FARMACIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MGB FARMACIA LTDA, CNPJ nº 07.172.332/0001-00, em CIANORTE/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128229/2012-81
Interessado: P. F. DO NASCIMENTO FARMACIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa P. F. DO NASCIMENTO FARMACIA - ME, CNPJ nº 07.194.375/0001-89, em CHARQUEADA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096736/2012-48
Interessado: A. D. MICHELOTO & CIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A. D. MICHELOTO & CIA LTDA - EPP, CNPJ nº 07.218.502/0001-32, em SAO PEDRO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107179/2012-06
Interessado: DROGARIA SOUZA E SILVA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SOUZA E SILVA LTDA, CNPJ nº 07.230.308/0001-72, em ITAPERUNA/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103324/2012-71
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA LUAR LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA LUAR LTDA - ME, CNPJ nº 07.238.045/0001-48, em ARCOS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107204/2012-43
Interessado: E R DA SILVA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa E R DA SILVA ME, CNPJ nº 07.239.758/0001-26, em BOA VISTA/RR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121844/2012-66
Interessado: DROGARIA NOVA ESPERANCA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOVA ESPERANCA LTDA - ME, CNPJ nº 07.241.446/0001-57, em MONTES CLAROS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103043/2012-19
Interessado: VAL E VAL LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VAL E VAL LTDA - ME, CNPJ nº 07.242.332/0001-21, em TERESINA/PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135752/2012-63
Interessado: DROGARIA SENHOR DOS PASSOS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SENHOR DOS PASSOS LTDA ME, CNPJ nº 07.258.077/0001-05, em SANTO ANTONIO DO JACINTO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo n.º 25000.096971/2012-10
Interessado: PALMA & RINALDO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PALMA & RINALDO LTDA - ME, CNPJ nº 07.262.122/0001-03, em MARINGA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107231/2012-16
Interessado: FARMACIA ZAMPERLLINE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ZAMPERLLINE LTDA - ME, CNPJ nº 07.271.985/0001-39, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.090082/2012-49
Interessado: BIGMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BIGMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 07.347.623/0001-84, em GOIANIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129169/2012-13
Interessado: NILVA VIEIRA DE ALMEIDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NILVA VIEIRA DE ALMEIDA - ME, CNPJ nº 07.348.439/0001-59, em NOVA OLIMPIA/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.177206/2012-08
Interessado: FREDSON BRANDAO DE LIMA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FREDSON BRANDAO DE LIMA - EPP, CNPJ nº 07.364.765/0001-50, em MACAJUBA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107145/2012-11
Interessado: FRANCISCO J P DE MENEZES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FRANCISCO J P DE MENEZES - ME, CNPJ nº 07.391.169/0001-69, em VITORINO FREIRE/MA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102134/2012-37
Interessado: MV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP, CNPJ nº 07.395.422/0001-52, em LIMOEIRO DO NORTE/CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106606/2012-21
Interessado: FARMACIA SAO PEDRO DE REALENGO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SAO PEDRO DE REALENGO LTDA - ME, CNPJ nº 07.423.401/0001-01, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102457/2012-21
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA FARMABEM LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA FARMABEM LTDA - ME, CNPJ nº 07.431.410/0001-36, em GUARULHOS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113896/2012-69
Interessado: FARMAP - FARMACIA E DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMAP - FARMACIA E DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 07.455.465/0001-86, em MUCURI/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101505/2012-63
Interessado: DROGARIA SAO GERALDO DE CAPITOLIO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SAO GERALDO DE CAPITOLIO LTDA - ME, CNPJ nº 07.492.815/0001-84, em CAPITOLIO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.105852/2012-65
Interessado: K. I. NAGATA & CIA. LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa K. I. NAGATA & CIA. LTDA. - ME, CNPJ nº 07.497.437/0001-21, em LONDRINA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.094461/2012-16
Interessado: FARMASTEINER FARMACIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMASTEINER FARMACIA LTDA - ME, CNPJ nº 07.502.232/0001-97, em SAO MARTINHO/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.199035/2012-60
Interessado: ISAURA MIRANDA DE OLIVEIRA SOUZA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ISAURA MIRANDA DE OLIVEIRA SOUZA - ME, CNPJ nº 07.512.481/0001-63, em RIO ESPERA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128343/2012-19
Interessado: DROGARIA PH DO PONTO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PH DO PONTO LTDA - ME, CNPJ nº 07.531.673/0001-17, em BELFORD ROXO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121979/2012-21
Interessado: GOMES & OLIVEIRA FARMACIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GOMES & OLIVEIRA FARMACIA LTDA - ME, CNPJ nº 07.541.409/0001-64, em VOLTA REDONDA/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114719/2012-08
Interessado: DROGARIA GARCIA & BATISTA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA GARCIA & BATISTA LTDA - ME, CNPJ nº 07.578.350/0001-89, em ESPIRITO SANTO DO TURVO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.117445/2012-09
Interessado: DROGA FORT LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGA FORT LTDA - ME, CNPJ nº 07.596.245/0001-72, em PASSOS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113282/2012-87
Interessado: KASPEICHAKI & KASPEICHAKI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa KASPEICHAKI & KASPEICHAKI LTDA - ME, CNPJ nº 07.615.129/0001-53, em JURUENA/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.199031/2012-81
Interessado: G GURGEL DE AZEVEDO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa G GURGEL DE AZEVEDO - ME, CNPJ nº 07.633.681/0001-74, em JANDUIS/RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096634/2012-22
Interessado: LUCYMARA DE ALMEIDA BERQUO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUCYMARA DE ALMEIDA BERQUO - ME, CNPJ nº 07.639.895/0001-58, em GOIAS/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo n.º 25000.101621/2012-82
Interessado: ALEXANDRA COSTA RIGO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALEXANDRA COSTA RIGO - ME, CNPJ nº 07.657.931/0001-06, em SAO GABRIEL DA PALHA/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121796/2012-14
Interessado: VILSON BOFF & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VILSON BOFF & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 07.658.331/0001-62, em MARAVILHA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129037/2012-91
Interessado: GUILHERME DERTZBACHER & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GUILHERME DERTZBACHER & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 07.663.797/0001-56, em TRAVESSEIRO/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.168164/2012-14
Interessado: FARMACIA SAUDE DO FIEL TRABALHADOR LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SAUDE DO FIEL TRABALHADOR LTDA - ME, CNPJ nº 07.672.886/0001-69, em PANELAS/PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135779/2012-56
Interessado: DROGARIA FURINI & SILVA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA FURINI & SILVA LTDA - ME, CNPJ nº 07.678.772/0001-26, em FRANCA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108441/2012-21
Interessado: DROGARIA BOTELHO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BOTELHO LTDA - ME, CNPJ nº 07.679.688/0001-27, em BRASILIA DE MINAS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101142/2012-66
Interessado: FARMACIA URUGUAI PRIME LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA URUGUAI PRIME LTDA - EPP, CNPJ nº 07.682.947/0001-79, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103050/2012-11
Interessado: RIGONI & BORTOLI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RIGONI & BORTOLI LTDA - ME, CNPJ nº 07.691.042/0001-65, em NOVA MUTUM/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102430/2012-38
Interessado: EVELINE IARA DE AVELAR CARVALHO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EVELINE IARA DE AVELAR CARVALHO - ME, CNPJ nº 07.702.503/0001-58, em CONCEICAO DA APARECIDA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102462/2012-33
Interessado: MEGA FARMA MONTE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MEGA FARMA MONTE LTDA - ME, CNPJ nº 07.737.768/0001-91, em MONTE CARMELO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129470/2012-27
Interessado: NOVA ALIANCA BOQUEIRAO - DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NOVA ALIANCA BOQUEIRAO - DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 07.746.622/0001-02, em SANTOS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135674/2012-05
Interessado: DROGARIA ATRACAO DO MEIER LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ATRACAO DO MEIER LTDA, CNPJ nº 07.757.125/0001-00, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126136/2012-11
Interessado: DFW FARMACIA E DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DFW FARMACIA E DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 07.762.541/0001-04, em PENHA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129421/2012-94
Interessado: SILVA & ZAMATARO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SILVA & ZAMATARO LTDA - ME, CNPJ nº 07.781.765/0001-55, em PARAUAPEBAS/PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107309/2012-01
Interessado: DROGARIA ADILFARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ADILFARMA LTDA - ME, CNPJ nº 07.803.037/0001-05, em CARIACICA/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093256/2012-25
Interessado: MARCELO SAHIUM BARRIONOVO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCELO SAHIUM BARRIONOVO - ME, CNPJ nº 07.809.839/0001-14, em PITANGUEIRAS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114704/2012-31
Interessado: D V C BRANCO ALMEIDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa D V C BRANCO ALMEIDA - ME, CNPJ nº 07.845.018/0001-33, em TUTOIA/MA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099064/2012-22
Interessado: SHIRLEI CONFORTINI GIL DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SHIRLEI CONFORTINI GIL DROGARIA - ME, CNPJ nº 07.848.413/0001-70, em SOROCABA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103054/2012-07
Interessado: DUAILIBI COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DUAILIBI COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 07.896.423/0001-80, em CAMPO GRANDE/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107740/2012-49
Interessado: NATUFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NATUFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 07.899.439/0001-47, em CHAPADAO DO SUL/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128354/2012-91
Interessado: AGNALDO JOSE BORTOLUZZI ZANON - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa AGNALDO JOSE BORTOLUZZI ZANON - ME, CNPJ nº 07.903.089/0001-45, em SAGRADA FAMILIA/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo n.º 25000.197891/2012-81
Interessado: M. R. PESENTE - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M. R. PESENTE - ME, CNPJ nº 07.907.626/0001-25, em GOIANESIA DO PARA/PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098063/2012-61
Interessado: PATRICIA ALVES DE SOUZA FACANHA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PATRICIA ALVES DE SOUZA FACANHA - ME, CNPJ nº 07.910.725/0001-66, em HORIZONTE/CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114818/2012-81
Interessado: MARLON TOMASINI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARLON TOMASINI - ME, CNPJ nº 07.914.667/0001-49, em SERAFINA CORREA/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.119390/2012-63
Interessado: DROGARIA WILSONFARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA WILSONFARMA LTDA - ME, CNPJ nº 07.916.759/0001-68, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103717/2012-85
Interessado: DROGARIA NOSSA SENHORA DA GLORIA DE MACAE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOSSA SENHORA DA GLORIA DE MACAE LTDA - ME, CNPJ nº 07.924.557/0001-68, em MACAE/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128659/2012-01
Interessado: DROGARIA VITAFARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VITAFARMA LTDA - ME, CNPJ nº 07.964.433/0001-06, em NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099616/2012-01
Interessado: EDER BRAZ DE C. OLIVEIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EDER BRAZ DE C. OLIVEIRA - ME, CNPJ nº 07.976.684/0001-00, em CAMPINORTE/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107304/2012-70
Interessado: DROGARIA SANTOS & ENZ LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANTOS & ENZ LTDA - ME, CNPJ nº 08.031.243/0001-07, em RANCHARIA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107376/2012-17
Interessado: PIOTTO & PIOTTO - DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PIOTTO & PIOTTO - DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 08.040.573/0001-50, em PARANAPANEMA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121962/2012-74
Interessado: JPA SANTOS FARMACIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JPA SANTOS FARMACIA LTDA - ME, CNPJ nº 08.094.439/0001-32, em VOLTA REDONDA/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096912/2012-41
Interessado: MANOEL RODRIGUES DA SILVA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MANOEL RODRIGUES DA SILVA ME, CNPJ nº 08.148.140/0001-13, em PILOES/RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135169/2012-52
Interessado: E R GRYCAK DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa E R GRYCAK DROGARIA - ME, CNPJ nº 08.154.178/0001-07, em GRAVATAI/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108623/2012-01
Interessado: F. F. BOTINI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa F. F. BOTINI - ME, CNPJ nº 08.252.087/0001-04, em TANGARA DA SERRA/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102444/2012-51
Interessado: M.U. BACKES & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M.U. BACKES & CIA LTDA, CNPJ nº 08.328.835/0001-87, em OURO VERDE DO OESTE/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.170415/2012-12
Interessado: DROGARIA BRUNHERI & AMADEU LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BRUNHERI & AMADEU LTDA - EPP, CNPJ nº 08.360.584/0001-18, em PORTO ALEGRE/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107228/2012-01
Interessado: MANOEL ANDRE DE MORAIS ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MANOEL ANDRE DE MORAIS ME, CNPJ nº 08.375.255/0001-40, em LUIS GOMES/RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.199048/2012-39
Interessado: FRANCIELE BARRANCO PASSAMANI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FRANCIELE BARRANCO PASSAMANI - ME, CNPJ nº 08.409.444/0001-97, em BRASNORTE/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099596/2012-60
Interessado: LUIS ANTONIO RODRIGUES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUIS ANTONIO RODRIGUES - ME, CNPJ nº 08.587.959/0001-87, em LUCAS DO RIO VERDE/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.180142/2012-14
Interessado: ELOENE DE DEUS MOURA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ELOENE DE DEUS MOURA - ME, CNPJ nº 08.594.289/0001-26, em TESOURO/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.167308/2012-15
Interessado: LUIZ TAVARES DE LIMA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUIZ TAVARES DE LIMA - ME, CNPJ nº 08.603.052/0001-64, em MANAIRA/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.117321/2012-15
Interessado: FARMAVIM FARMACIA E DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMAVIM FARMACIA E DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 08.605.499/0001-72, em MONTANHA/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo n.º 25000.197931/2012-94
Interessado: K. SANTANA & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa K. SANTANA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 08.606.700/0001-36, em PARAUAPEBAS/PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101213/2012-21
Interessado: DROGATIVA DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGATIVA DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 08.641.663/0001-05, em ARACRUZ/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124003/2012-19
Interessado: G & G DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa G & G DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 08.643.018/0001-13, em PINHEIRAL/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114775/2012-34
Interessado: MARILIA LOPES MOR & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARILIA LOPES MOR & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 08.744.225/0001-64, em ESTEIO/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126620/2012-41
Interessado: FARMACIA NOVA IARAQUA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA NOVA IARAQUA LTDA - ME, CNPJ nº 08.764.265/0001-78, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096741/2012-51
Interessado: J. EDER DARIENSO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J. EDER DARIENSO - ME, CNPJ nº 08.784.528/0001-00, em ITAITUBA/PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103078/2012-58
Interessado: CLEILSON REIS DE ALBUQUERQUE - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CLEILSON REIS DE ALBUQUERQUE - ME, CNPJ nº 08.812.519/0001-86, em DORMENTES/PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108485/2012-51
Interessado: FARMACIA E DROGARIA JK LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA E DROGARIA JK LTDA - ME, CNPJ nº 08.889.921/0001-69, em BALNEARIO BARRA DO SUL/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.197939/2012-51
Interessado: DROGARIA ALBINO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ALBINO LTDA - ME, CNPJ nº 08.890.195/0001-02, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128856/2012-11
Interessado: CAROLINA TAFFAREL DA SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CAROLINA TAFFAREL DA SILVA - ME, CNPJ nº 08.900.740/0001-96, em LAJEADO/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135537/2012-62
Interessado: DROGARIA CARBONI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CARBONI LTDA - ME, CNPJ nº 08.906.093/0001-20, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106654/2012-19
Interessado: PARUSSOLO E SOUSA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PARUSSOLO E SOUSA LTDA - ME, CNPJ nº 08.978.806/0001-60, em MINACU/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101891/2012-93
Interessado: J R CRUZ PRODUTOS FARMACEUTICOS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J R CRUZ PRODUTOS FARMACEUTICOS - ME, CNPJ nº 08.998.075/0001-15, em EUNAPOLIS/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135533/2012-84
Interessado: DROGARIA VENCESLAU PEREIRA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VENCESLAU PEREIRA LTDA - ME, CNPJ nº 09.000.355/0001-55, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101020/2012-70
Interessado: DROGARIA SANCHES MACHADO DE MARILIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANCHES MACHADO DE MARILIA LTDA - ME, CNPJ nº 09.041.939/0001-79, em MARILIA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.110342/2012-18
Interessado: DROGARIA OLHAR SAUDE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA OLHAR SAUDE LTDA - ME, CNPJ nº 09.048.926/0001-21, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102370/2012-53
Interessado: ARLETE SOFIA CHINCOVIAKI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ARLETE SOFIA CHINCOVIAKI - ME, CNPJ nº 09.083.966/0001-04, em ARAUCARIA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.199041/2012-17
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA SANTA LUZIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA SANTA LUZIA LTDA - ME, CNPJ nº 09.088.976/0001-32, em ITAJA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103453/2012-60
Interessado: VITA SAL DROGARIA DE VILA ROSALI LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VITA SAL DROGARIA DE VILA ROSALI LTDA - EPP, CNPJ nº 09.111.309/0001-23, em SAO JOAO DE MERITI/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113831/2012-13
Interessado: JOZILENE ALVES DE FARIAS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOZILENE ALVES DE FARIAS - ME, CNPJ nº 09.148.128/0001-71, em IGUATU/CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096873/2012-82
Interessado: DROGARIA ESSE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ESSE LTDA - ME, CNPJ nº 09.168.248/0001-30, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo n.º 25000.095615/2012-89
Interessado: DROGARIA CLEMENTE E TOLEDO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CLEMENTE E TOLEDO LTDA - ME, CNPJ nº 09.221.196/0001-19, em JEQUERI/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.183344/2012-18
Interessado: ALDERINO CASTRO GUIMARAES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALDERINO CASTRO GUIMARAES - ME, CNPJ nº 09.239.269/0001-08, em MANOEL EMIDIO/PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107584/2012-16
Interessado: MEDICARIUM FARMACIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MEDICARIUM FARMACIA LTDA - ME, CNPJ nº 09.245.297/0001-20, em BARIRI/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093157/2012-43
Interessado: FARMACIA VIDA ATIVA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA VIDA ATIVA LTDA - ME, CNPJ nº 09.248.108/0001-72, em MARILANDIA/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101951/2012-78
Interessado: VERA LUCIA PANTUCI DA SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VERA LUCIA PANTUCI DA SILVA - ME, CNPJ nº 09.277.634/0001-60, em GUARA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121379/2012-63
Interessado: M.R. FOX DROGARIA E PERFUMARIA EIRELI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M.R. FOX DROGARIA E PERFUMARIA EIRELI - ME, CNPJ nº 09.292.161/0001-70, em BARUERI/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113878/2012-87
Interessado: DHEAN DEBIASI HILMAN - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DHEAN DEBIASI HILMAN - ME, CNPJ nº 09.308.869/0001-72, em GRAO PARA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113497/2012-06
Interessado: FRUET COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FRUET COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 09.310.165/0001-34, em CAXIAS DO SUL/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101609/2012-78
Interessado: LUIS HENRIQUE POLISELI MARIN - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUIS HENRIQUE POLISELI MARIN - ME, CNPJ nº 09.335.103/0001-87, em RIOLANDIA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101666/2012-57
Interessado: DROGARIA AREDES LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA AREDES LTDA - ME, CNPJ nº 09.343.586/0001-61, em MANTENA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106001/2012-30
Interessado: MED E MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MED E MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 09.397.560/0001-04, em IJUI/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101953/2012-67
Interessado: FARMACIA BUSATO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA BUSATO LTDA - ME, CNPJ nº 09.452.185/0001-40, em LUCAS DO RIO VERDE/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093085/2012-34
Interessado: THIAGO DE OLIVEIRA WATANABE - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa THIAGO DE OLIVEIRA WATANABE - ME, CNPJ nº 09.467.636/0001-12, em GOIANIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093407/2012-45
Interessado: FELIX E CRISPIM LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FELIX E CRISPIM LTDA - ME, CNPJ nº 09.483.505/0001-29, em BOA VISTA/RR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135788/2012-47
Interessado: DROGARIA SAO JOSE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SAO JOSE LTDA - ME, CNPJ nº 09.492.462/0001-48, em IBITIRAMA/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099631/2012-41
Interessado: MARCIA LIMA DOS SANTOS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCIA LIMA DOS SANTOS - ME, CNPJ nº 09.501.330/0001-35, em LAGES/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128695/2012-66
Interessado: ADILENE LUCIA MENDES DA SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ADILENE LUCIA MENDES DA SILVA - ME, CNPJ nº 09.521.904/0001-37, em GOIANA/PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114827/2012-72
Interessado: DROGARIA NOVO HORIZONTE LIMITADA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOVO HORIZONTE LIMITADA - EPP, CNPJ nº 09.526.270/0001-05, em CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135141/2012-15
Interessado: L P C FARMACIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa L P C FARMACIA LTDA - ME, CNPJ nº 09.566.940/0001-17, em SEROPEDICA/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101172/2012-72
Interessado: R. NARDI & CIA. LTD - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R. NARDI & CIA. LTD - ME, CNPJ nº 09.589.272/0001-43, em SORRISO/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.105965/2012-61
Interessado: SCOLARI & TAVARES LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SCOLARI & TAVARES LTDA - ME, CNPJ nº 09.610.547/0001-83, em IBIPORA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo n.º 25000.096543/2012-97
Interessado: DALIFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DALIFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 09.610.971/0001-28, em MARINGA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107548/2012-52
Interessado: DROGARIA RODRIGUES DE SOUZA MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA RODRIGUES DE SOUZA MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 09.653.321/0001-60, em RIBEIRAO DAS NEVES/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.116514/2012-59
Interessado: W A DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa W A DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 09.722.093/0001-32, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102380/2012-99
Interessado: MARES MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARES MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.157.207/0001-28, em ITUMBIARA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107533/2012-94
Interessado: MAXX FARMA DO GUARUJA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MAXX FARMA DO GUARUJA LTDA - ME, CNPJ nº 10.177.018/0001-17, em GUARUJA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102179/2012-10
Interessado: VIONI FARMACIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VIONI FARMACIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.190.203/0001-41, em ITAPEMA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107250/2012-42
Interessado: FARMACIA J M MAGARCA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA J M MAGARCA LTDA - ME, CNPJ nº 10.230.333/0001-60, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.014361/2012-14
Interessado: MIRIAM APARECIDA MAFRA ALEXANDRINO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MIRIAM APARECIDA MAFRA ALEXANDRINO - ME, CNPJ nº 10.239.413/0001-87, em ARARAS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107362/2012-01
Interessado: JEANELY SILVESTRE DA SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JEANELY SILVESTRE DA SILVA - ME, CNPJ nº 10.245.953/0001-73, em TENENTE ANANIAS/RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135644/2012-91
Interessado: JLS DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JLS DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.250.747/0001-51, em BETIM/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.122020/2012-11
Interessado: MOURA & ANDRADE DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MOURA & ANDRADE DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.304.716/0001-36, em PRADOPOLIS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108393/2012-71
Interessado: COUTO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COUTO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 10.319.013/0001-81, em FORTALEZA/CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099276/2012-18
Interessado: JOAQUIM BARBOSA NETO & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOAQUIM BARBOSA NETO & CIA LTDA, CNPJ nº 10.321.537/0001-07, em FLORIANO/PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106338/2012-47
Interessado: MAXX FARMA DO PAECARA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MAXX FARMA DO PAECARA LTDA - ME, CNPJ nº 10.363.632/0001-73, em GUARUJA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135965/2012-95
Interessado: A & D DROGA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A & D DROGA LTDA - ME, CNPJ nº 10.382.222/0001-70, em SAO GERALDO DO BAIXIO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097389/2012-71
Interessado: DROGARIA LUCAS & DIEGO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LUCAS & DIEGO LTDA - ME, CNPJ nº 10.393.822/0001-33, em CONTAGEM/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102125/2012-46
Interessado: CATOLE MEDICAMENTOS GENERICOS LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CATOLE MEDICAMENTOS GENERICOS LTDA - EPP, CNPJ nº 10.398.077/0001-15, em JOAO PESSOA/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135258/2012-07
Interessado: DROGARIA TEIXEIRA CAMPOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA TEIXEIRA CAMPOS LTDA - ME, CNPJ nº 10.408.161/0001-72, em ITAPURANGA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098389/2012-98
Interessado: DROGARIA E FARMACIA VIPMED LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E FARMACIA VIPMED LTDA - ME, CNPJ nº 10.433.348/0001-26, em MORRO DA FUMACA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102657/2012-83
Interessado: W R BRAZ E CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa W R BRAZ E CIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.452.531/0001-79, em BURITI DE GOIAS/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102114/2012-66
Interessado: TAVEIRA MEDICAMENTOS GENERICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TAVEIRA MEDICAMENTOS GENERICOS LTDA - ME, CNPJ nº 10.454.035/0001-54, em JOAO PESSOA/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo n.º 25000.135694/2012-78
Interessado: CABEDELO MEDICAMENTOS GENERICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CABEDELO MEDICAMENTOS GENERICOS LTDA - ME, CNPJ nº 10.463.159/0001-04, em CABEDELO/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103284/2012-68
Interessado: AZEVEDO MEDICAMENTOS GENERICOS LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa AZEVEDO MEDICAMENTOS GENERICOS LTDA - EPP, CNPJ nº 10.487.119/0001-94, em JOAO PESSOA/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113855/2012-72
Interessado: MACI FARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MACI FARMA LTDA - ME, CNPJ nº 10.495.875/0001-65, em MACIEIRA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.105963/2012-71
Interessado: WELINGTON TAVARES CASTILHO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa WELINGTON TAVARES CASTILHO - ME, CNPJ nº 10.525.961/0001-73, em AREADO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128997/2012-34
Interessado: DROGARIA ALTERNATIVA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ALTERNATIVA LTDA - ME, CNPJ nº 10.531.890/0001-11, em ITAPERUNA/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121396/2012-09
Interessado: SHIRLEY MATIAS DE ARAUJO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SHIRLEY MATIAS DE ARAUJO - ME, CNPJ nº 10.537.139/0001-22, em CARPINA/PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108764/2012-15
Interessado: FARMACIA E DROGARIA BRISON LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA E DROGARIA BRISON LTDA - ME, CNPJ nº 10.544.150/0001-10, em PINHEIROS/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098809/2012-36
Interessado: DROGARIA FERRAZ E VASCONCELOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA FERRAZ E VASCONCELOS LTDA - ME, CNPJ nº 10.560.202/0001-41, em SAO JOAO NEPOMUCENO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097093/2012-50
Interessado: DIAS & MARTINS MEDICAMENTOS LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DIAS & MARTINS MEDICAMENTOS LTDA. - ME, CNPJ nº 10.572.990/0001-96, em NAZARIO/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128787/2012-46
Interessado: FARMACHIC LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACHIC LTDA - ME, CNPJ nº 10.598.052/0001-65, em PATOS DE MINAS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108612/2012-12
Interessado: G & M DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa G & M DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.600.055/0001-96, em IBIRITE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101350/2012-65
Interessado: DROGARIA COELHO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA COELHO LTDA - ME, CNPJ nº 10.609.525/0001-82, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.117408/2012-92
Interessado: DROGARIA MAKEDA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MAKEDA LTDA - ME, CNPJ nº 10.612.230/0001-65, em MATRINCHA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107238/2012-38
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA BOM JESUS DA CANA VERDE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA BOM JESUS DA CANA VERDE LTDA - ME, CNPJ nº 10.642.420/0001-25, em TABULEIRO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124878/2012-11
Interessado: D & M COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa D & M COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 10.660.874/0001-29, em CAPAO DA CANOA/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121957/2012-61
Interessado: OLIVEIRA E SANTOS DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa OLIVEIRA E SANTOS DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.662.713/0001-74, em VOLTA REDONDA/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103292/2012-12
Interessado: IS MEDICAMENTOS GENERICOS LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IS MEDICAMENTOS GENERICOS LTDA - EPP, CNPJ nº 10.673.506/0001-15, em JOAO PESSOA/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103052/2012-18
Interessado: FARMACIA GARDA E DONEDA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA GARDA E DONEDA LTDA - ME, CNPJ nº 10.692.653/0001-32, em BELA VISTA DA CAROBA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.197382/2012-58
Interessado: JAIME JUVENAL DE ARAUJO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JAIME JUVENAL DE ARAUJO - ME, CNPJ nº 10.697.506/0001-55, em SERRA NEGRA DO NORTE/RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114239/2012-39
Interessado: A & A PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A & A PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 10.697.804/0001-45, em CAUCAIA/CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113522/2012-43
Interessado: PALERMO & GARCIA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PALERMO & GARCIA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.698.238/0001-96, em CAMPINAS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo n.º 25000.112152/2012-27
Interessado: COMERCIAL DE MEDICAMENTOS SANPEREIRA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIAL DE MEDICAMENTOS SANPEREIRA LTDA - ME, CNPJ nº 10.717.642/0001-60, em SUMARE/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.177959/2012-13
Interessado: R N AMARAL & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R N AMARAL & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.739.757/0001-55, em ANTONIO JOAO/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135506/2012-10
Interessado: FARMACIA CAROLINA DE MIRAI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CAROLINA DE MIRAI LTDA - ME, CNPJ nº 10.780.312/0001-19, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108300/2012-17
Interessado: DROGARIA PAIVA & PAULA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PAIVA & PAULA LTDA - ME, CNPJ nº 10.783.059/0001-57, em CORDEIROPOLIS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135937/2012-78
Interessado: YAMADA & YAMADA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa YAMADA & YAMADA LTDA - ME, CNPJ nº 10.828.578/0001-94, em LONDRINA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129026/2012-10
Interessado: ANGELICA DE VARGAS SALBEGO & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANGELICA DE VARGAS SALBEGO & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.856.600/0001-00, em SAO FRANCISCO DE ASSIS/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093436/2012-15
Interessado: BRASIL FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BRASIL FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 10.881.337/0001-09, em GOIANIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135850/2012-09
Interessado: DROGARIA RAFA R&I LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA RAFA R&I LTDA - ME, CNPJ nº 10.881.763/0001-42, em BELO HORIZONTE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128315/2012-93
Interessado: CARDOSO & FASOLI DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CARDOSO & FASOLI DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.887.498/0001-00, em MATAO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107297/2012-14
Interessado: EDIE MONTEIRO DA SILVA & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EDIE MONTEIRO DA SILVA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.935.876/0001-83, em INDAIATUBA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101376/2012-11
Interessado: DROGABELLA COMERCIO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGABELLA COMERCIO LTDA - ME, CNPJ nº 10.946.502/0001-63, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.198404/2012-05
Interessado: GISELE DIAS OLIVEIRA GONCALVES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GISELE DIAS OLIVEIRA GONCALVES - ME, CNPJ nº 10.953.809/0001-91, em GAMELEIRAS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.167303/2012-84
Interessado: J B DA SILVA FARMACIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J B DA SILVA FARMACIA - ME, CNPJ nº 10.954.417/0001-47, em MASSARANDUBA/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093188/2012-02
Interessado: DROGARIA ALVES & CARDOSO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ALVES & CARDOSO LTDA - ME, CNPJ nº 10.962.663/0001-40, em ARAGUARI/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123987/2012-11
Interessado: V.L. SANTANA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa V.L. SANTANA - ME, CNPJ nº 10.966.614/0001-86, em PELOTAS/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135832/2012-19
Interessado: CLEBIA TANIA G. DINIZ & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CLEBIA TANIA G. DINIZ & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.990.668/0001-87, em FRANCA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107265/2012-19
Interessado: FARMACIA JM DO MARAVILHA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA JM DO MARAVILHA LTDA - ME, CNPJ nº 11.013.876/0001-99, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129601/2012-76
Interessado: DROGARIA LOPES E PIRES LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LOPES E PIRES LTDA - EPP, CNPJ nº 11.056.813/0001-10, em MINAS DO LEAO/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107384/2012-63
Interessado: DROGARIA ATRACAO DE MESQUITA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ATRACAO DE MESQUITA LTDA - ME, CNPJ nº 11.087.312/0001-09, em MESQUITA/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096746/2012-83
Interessado: SABRINA POSSOBON DARONCO & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SABRINA POSSOBON DARONCO & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 11.104.260/0001-23, em CATUIPE/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101714/2012-15
Interessado: TSURU - SAUDE E BELEZA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TSURU - SAUDE E BELEZA LTDA - EPP, CNPJ nº 11.150.641/0001-49, em MOGI DAS CRUZES/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo n.º 25000.112783/2012-46
Interessado: TRIMED FARMACIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TRIMED FARMACIA LTDA - ME, CNPJ nº 11.158.645/0001-73, em DUQUE DE CAXIAS/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.105934/2012-18
Interessado: DROGARIA SARAIVA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SARAIVA LTDA - ME, CNPJ nº 11.178.891/0001-97, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103062/2012-45
Interessado: J G SANTOS DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J G SANTOS DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 11.194.804/0001-95, em CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.090580/2012-91
Interessado: G. M. L. TEIXEIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa G. M. L. TEIXEIRA - ME, CNPJ nº 11.202.003/0001-24, em ITAIPE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101446/2012-23
Interessado: DROGARIA REGENCIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA REGENCIA LTDA - ME, CNPJ nº 11.219.362/0001-94, em ALFENAS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108698/2012-83
Interessado: DROGARIA GRUTZMANN & ARAUJO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA GRUTZMANN & ARAUJO LTDA - ME, CNPJ nº 11.258.213/0001-34, em LAJEADO/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.159167/2012-59
Interessado: FARMACIA VIDA DE IACU LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA VIDA DE IACU LTDA - ME, CNPJ nº 11.261.061/0001-29, em IACU/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099185/2012-74
Interessado: ROTOLO FARMACIA DE MANIPULACAO E DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ROTOLO FARMACIA DE MANIPULACAO E DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 11.269.496/0001-10, em RIO CLARO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.110363/2012-25
Interessado: DROGARIA MONTE ALTO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MONTE ALTO LTDA - ME, CNPJ nº 11.278.502/0001-03, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121952/2012-39
Interessado: NEVES E OLIVEIRA DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NEVES E OLIVEIRA DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 11.289.674/0001-74, em VOLTA REDONDA/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.090078/2012-81
Interessado: DROGARIA IRMAOS SAMPAIO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA IRMAOS SAMPAIO LTDA - ME, CNPJ nº 11.297.717/0001-63, em SERRA/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107518/2012-46
Interessado: I. T. S. JORGE - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa I. T. S. JORGE - ME, CNPJ nº 11.319.172/0001-49, em ALEGRE/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096959/2012-13
Interessado: HANSEN & MOTA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa HANSEN & MOTA LTDA - ME, CNPJ nº 11.372.803/0001-93, em FOZ DO IGUACU/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128838/2012-30
Interessado: JULIANE CAROLINE TRENTIN - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JULIANE CAROLINE TRENTIN - ME, CNPJ nº 11.381.204/0001-36, em PORTAO/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097980/2012-28
Interessado: SALAS & RODRIGUES LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SALAS & RODRIGUES LTDA - ME, CNPJ nº 11.383.187/0001-76, em JUNDIAI/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.091280/2012-20
Interessado: GNG - PRODUTOS FARMACEUTICOS E OFICINAIS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GNG - PRODUTOS FARMACEUTICOS E OFICINAIS LTDA - ME, CNPJ nº 11.388.856/0001-00, em CORRENTINA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.197880/2012-09
Interessado: E BUCHINGER COMERCIO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa E BUCHINGER COMERCIO - ME, CNPJ nº 11.390.367/0001-85, em BRASIL NOVO/PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128538/2012-51
Interessado: DROGARIA COUTO & CABRAL LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA COUTO & CABRAL LTDA - ME, CNPJ nº 11.395.683/0001-40, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121943/2012-48
Interessado: DROGARIA VIEIRA E PRADO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VIEIRA E PRADO LTDA - ME, CNPJ nº 11.422.694/0001-71, em VOLTA REDONDA/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114604/2012-13
Interessado: J. C. FARIAS DO AMARANTE & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J. C. FARIAS DO AMARANTE & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 11.423.306/0001-77, em CAPAO DA CANOA/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101075/2012-80
Interessado: FARMACIA E DROGARIA AZEREDO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA E DROGARIA AZEREDO LTDA - ME, CNPJ nº 11.451.371/0001-06, em CONTAGEM/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107296/2012-61
Interessado: DROGARIA COSTA 888 LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA COSTA 888 LTDA - ME, CNPJ nº 11.458.176/0001-08, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096650/2012-15
Interessado: TANIA CONSUELO PINTO MAFRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TANIA CONSUELO PINTO MAFRA - ME, CNPJ nº 11.462.567/0001-04, em RIO DE CONTAS/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101944/2012-76
Interessado: FARMACIA HUBIELE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA HUBIELE LTDA - ME, CNPJ nº 11.502.239/0001-86, em JAPERI/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128289/2012-01
Interessado: DROGARIA ALMEIDA E REZENDE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ALMEIDA E REZENDE LTDA - ME, CNPJ nº 11.508.205/0001-07, em UBERLANDIA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135352/2012-58
Interessado: SOUZA & CORTES LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SOUZA & CORTES LTDA - ME, CNPJ nº 11.536.032/0001-22, em CASSILANDIA/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108744/2012-44
Interessado: DELMO PEDREIRA DE ALMEIDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DELMO PEDREIRA DE ALMEIDA - EPP, CNPJ nº 11.588.394/0001-67, em IPIRA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103277/2012-66
Interessado: PROSIND MEDICAMENTOS GENERICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PROSIND MEDICAMENTOS GENERICOS LTDA - ME, CNPJ nº 11.607.345/0001-24, em JOAO PESSOA/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114772/2012-09
Interessado: DROGARIA COIMBRA & SIQUEIRA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA COIMBRA & SIQUEIRA LTDA - ME, CNPJ nº 11.609.158/0001-80, em JACAREI/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096701/2012-17
Interessado: LUCATTO & CANDEIRA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUCATTO & CANDEIRA LTDA - ME, CNPJ nº 11.610.188/0001-06, em NOVA ALIANCA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103686/2012-62
Interessado: DROGARIA INGA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA INGA LTDA - ME, CNPJ nº 11.652.981/0001-78, em NITEROI/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.166439/2012-77
Interessado: CORREIA REZENDE DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CORREIA REZENDE DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 11.676.873/0001-35, em CAMPOS VERDES/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103079/2012-01
Interessado: J. FERNANDES FONSECA NETO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J. FERNANDES FONSECA NETO - ME, CNPJ nº 11.689.170/0001-41, em PRESIDENTE DUTRA/MA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098255/2012-77
Interessado: FARMACIA CENTRAL CABROBO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CENTRAL CABROBO LTDA - ME, CNPJ nº 11.700.657/0001-88, em CABROBO/PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101538/2012-11
Interessado: M & M DANTAS FARMACIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M & M DANTAS FARMACIA LTDA - ME, CNPJ nº 11.708.889/0001-82, em CAICO/RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098271/2012-60
Interessado: LAIZ FRANCIELY DE ARAUJO - FARMACIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LAIZ FRANCIELY DE ARAUJO - FARMACIA - ME, CNPJ nº 11.721.876/0001-43, em SANTA MARIANA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103300/2012-12
Interessado: LUANA DE FREITAS MOREIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUANA DE FREITAS MOREIRA - ME, CNPJ nº 11.723.450/0001-29, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129448/2012-87
Interessado: VERONICE CECCON GARCIA & CIA.LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VERONICE CECCON GARCIA & CIA.LTDA - ME, CNPJ nº 11.756.296/0001-91, em PALMEIRA DAS MISSOES/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098133/2012-81
Interessado: JOACY JOSE DOS SANTOS FILHO - COMERCIO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOACY JOSE DOS SANTOS FILHO - COMERCIO - ME, CNPJ nº 11.769.184/0001-75, em COLINAS/MA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107272/2012-11
Interessado: NASCIMENTO & TUROSSI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NASCIMENTO & TUROSSI LTDA - ME, CNPJ nº 11.770.580/0001-12, em IBAITI/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107592/2012-62
Interessado: E.C. PEREIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa E.C. PEREIRA - ME, CNPJ nº 11.775.587/0001-27, em GOVERNADOR VALADARES/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.100042/2012-12
Interessado: DROGARIA FIUZA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA FIUZA LTDA - EPP, CNPJ nº 11.781.629/0001-32, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128300/2012-25
Interessado: W.V.GARCIA DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa W.V.GARCIA DROGARIA - ME, CNPJ nº 11.783.543/0001-49, em SAO JOSE DOS CAMPOS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126127/2012-21
Interessado: PRADO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PRADO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME, CNPJ nº 11.795.826/0001-00, em PALMAS/TO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129415/2012-37
Interessado: IRMAOS TEICHMANN E CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IRMAOS TEICHMANN E CIA LTDA - ME, CNPJ nº 11.824.262/0001-97, em ESPERANCA DO SUL/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098090/2012-33
Interessado: IZABELLY LARISSA ALEXANDRE SILVA BRITO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IZABELLY LARISSA ALEXANDRE SILVA BRITO - ME, CNPJ nº 11.844.268/0001-26, em AGUAS BELAS/PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.094418/2012-42
Interessado: RODRIGO NUNES SILVA ALMEIDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RODRIGO NUNES SILVA ALMEIDA - ME, CNPJ nº 11.849.822/0001-68, em ALMENARA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103042/2012-74
Interessado: DROGARIA AVENIDA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA AVENIDA LTDA - ME, CNPJ nº 11.853.163/0001-33, em PRIMAVERA DO LESTE/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099225/2012-88
Interessado: DEJANIRA DA ROSA LUIZETI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DEJANIRA DA ROSA LUIZETI - ME, CNPJ nº 11.859.208/0001-87, em IEPE/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107343/2012-77
Interessado: ONAKA & BOTTINI DROGARIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ONAKA & BOTTINI DROGARIA LTDA - EPP, CNPJ nº 11.871.127/0001-00, em AMERICANA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107156/2012-93
Interessado: FARMACIA SHALLON DA ILHA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SHALLON DA ILHA LTDA, CNPJ nº 11.872.908/0001-01, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107148/2012-47
Interessado: FARMACIA ITUA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ITUA LTDA, CNPJ nº 11.877.762/0001-97, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106424/2012-50
Interessado: DROGA MIX LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGA MIX LTDA - ME, CNPJ nº 11.887.154/0001-63, em UBERLANDIA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135687/2012-76
Interessado: R G M DA SILVA COMERCIO DE MEDICAMENTOS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R G M DA SILVA COMERCIO DE MEDICAMENTOS - ME, CNPJ nº 11.887.997/0001-60, em PARAUAPEBAS/PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108476/2012-61
Interessado: VAREJAO INTERFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VAREJAO INTERFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 11.909.320/0001-85, em BAYEUX/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135127/2012-11
Interessado: ADRIANA OLIVEIRA DOS SANTOS SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ADRIANA OLIVEIRA DOS SANTOS SILVA - ME, CNPJ nº 11.930.668/0001-54, em ESTANCIA/SE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096622/2012-06
Interessado: MICHELLE FERNANDES & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MICHELLE FERNANDES & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 11.948.398/0001-09, em ITAPURANGA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096669/2012-61
Interessado: DROGARIA RODRIGUES E NERY LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA RODRIGUES E NERY LTDA - ME, CNPJ nº 11.956.770/0001-29, em CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.112180/2012-44
Interessado: DROGARIA BORGES E ARAUJO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BORGES E ARAUJO LTDA - ME, CNPJ nº 11.959.322/0001-89, em GUARAPARI/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103710/2012-63
Interessado: KLAUCK & CEDRAZ LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa KLAUCK & CEDRAZ LTDA - ME, CNPJ nº 11.977.355/0001-51, em FOZ DO IGUACU/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103183/2012-97
Interessado: DIEGO CAMILO ARIAL - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DIEGO CAMILO ARIAL - ME, CNPJ nº 11.979.579/0001-00, em SALTO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106568/2012-14
Interessado: PRIMOSFARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PRIMOSFARMA LTDA - ME, CNPJ nº 12.010.316/0001-43, em NANUQUE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114507/2012-12
Interessado: GERALDO CLEZIO GOVEIA & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GERALDO CLEZIO GOVEIA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 12.026.489/0001-50, em IGUATAMA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096921/2012-32
Interessado: SILVA E SANTOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da do-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cumentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SILVA E SANTOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 12.060.593/0001-60, em APARECIDA DE GOIANIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101586/2012-00
Interessado: VICTOR BRAGA MAGALHAES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VICTOR BRAGA MAGALHAES - ME, CNPJ nº 12.063.393/0001-61, em SAO JOAO EVANGELISTA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.112539/2012-83
Interessado: ALISSON AUGUSTO PEREIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALISSON AUGUSTO PEREIRA - ME, CNPJ nº 12.070.242/0001-30, em PEDRO LEOPOLDO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093153/2012-65
Interessado: CONCEICAO & NASCIMENTO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CONCEICAO & NASCIMENTO LTDA - ME, CNPJ nº 12.081.511/0001-64, em IVINHEMA/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107259/2012-53
Interessado: TEREZA CORREA - DROGACALIL - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TEREZA CORREA - DROGACALIL - ME, CNPJ nº 12.117.813/0001-45, em TRINDADE/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135930/2012-56
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA COFARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA COFARMA LTDA - ME, CNPJ nº 12.130.220/0001-19, em SAO PAULO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128182/2012-55
Interessado: MARI FARMA DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARI FARMA DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 12.185.381/0001-00, em LUCAS DO RIO VERDE/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093015/2012-86
Interessado: BLANCO & SANTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BLANCO & SANTOS LTDA - ME, CNPJ nº 12.186.186/0001-02, em LIDIANOPOLIS/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129008/2012-20
Interessado: FARMACIA SANTA LUCIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SANTA LUCIA LTDA - ME, CNPJ nº 12.204.384/0001-43, em TERESINA/PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129032/2012-69
Interessado: I DOS SANTOS S FONTES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa I DOS SANTOS S FONTES - ME, CNPJ nº 12.289.372/0001-69, em BACABAL/MA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.167311/2012-21
Interessado: CARLOS ALBERTO GONCALVES DE MACAJUBA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CARLOS ALBERTO GONCALVES DE MACAJUBA - ME, CNPJ nº 12.291.760/0001-84, em MACAJUBA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098076/2012-30
Interessado: MOISES PEREIRA FERNANDES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MOISES PEREIRA FERNANDES - ME, CNPJ nº 12.302.665/0001-39, em TAUA/CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114698/2012-12
Interessado: DROGARIA GREGORI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA GREGORI LTDA - ME, CNPJ nº 12.321.843/0001-79, em SAO GOTARDO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.100262/2012-46
Interessado: REDEFARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa REDEFARMA LTDA - ME, CNPJ nº 12.347.979/0001-58, em PIRES DO RIO/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106208/2012-12
Interessado: DROGARIA MAIER LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MAIER LTDA - ME, CNPJ nº 12.387.923/0001-27, em SAO MATEUS/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113462/2012-69
Interessado: POLIANA TEIXEIRA & LAGARES LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa POLIANA TEIXEIRA & LAGARES LTDA - ME, CNPJ nº 12.398.345/0001-24, em SAO SIMAO/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.112163/2012-15
Interessado: GIOVANNI PAULINO DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GIOVANNI PAULINO DROGARIA - ME, CNPJ nº 12.409.360/0001-20, em CAMPINAS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126612/2012-02
Interessado: DOLUAR FARMACIA E DROGARIA ARMACAO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DOLUAR FARMACIA E DROGARIA ARMACAO LTDA - ME, CNPJ nº 12.441.687/0001-80, em PENHA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114311/2012-28
Interessado: WIT FARMA FARMACIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa WIT FARMA FARMACIA LTDA - EPP, CNPJ nº 12.447.037/0001-41, em WITMARSUM/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097182/2012-04
Interessado: DIRCE FERNANDES CAIADO & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DIRCE FERNANDES CAIADO & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 12.457.218/0001-59, em GUAIRA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107128/2012-76
Interessado: DROGARIA MARCA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MARCA LTDA - ME, CNPJ nº 12.469.533/0001-04, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097122/2012-83
Interessado: G LOPES NASCIMENTO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa G LOPES NASCIMENTO - ME, CNPJ nº 12.473.685/0001-

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA VENDA PROIBIDA

72, em IPIAU/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108760/2012-37
Interessado: DROGARIA GRATAO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA GRATAO LTDA - ME, CNPJ nº 12.477.847/0001-40, em TRINDADE/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121792/2012-28
Interessado: ELIANE M M AVELAR - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ELIANE M M AVELAR - ME, CNPJ nº 12.502.891/0001-63, em GOIANIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128669/2012-38
Interessado: MARINHO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARINHO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 12.516.263/0001-37, em APARECIDA DE GOIANIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103063/2012-90
Interessado: DROGARIA NCE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NCE LTDA - ME, CNPJ nº 12.538.673/0001-89, em JUATUBA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107159/2012-27
Interessado: NOGUEIRA E VIANA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NOGUEIRA E VIANA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME, CNPJ nº 12.545.876/0001-00, em CASIMIRO DE ABREU/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113241/2012-91
Interessado: DROGARIA LIVIA ALANA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LIVIA ALANA LTDA - ME, CNPJ nº 12.564.208/0001-12, em SAO JOSE DO MANTIMENTO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102481/2012-60
Interessado: ELIDIA BATISTA MENDES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ELIDIA BATISTA MENDES - ME, CNPJ nº 12.640.891/0001-20, em EDEIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.095639/2012-38
Interessado: RADAEL & RODRIGUES LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RADAEL & RODRIGUES LTDA - ME, CNPJ nº 12.654.046/0001-03, em SAO JORGE DO IVAI/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103058/2012-87
Interessado: FARMACIA DIAS DE GUARATIBA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DIAS DE GUARATIBA LTDA - ME, CNPJ nº 12.661.254/0001-30, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113294/2012-10
Interessado: L. J. KASPEICHAKI & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa L. J. KASPEICHAKI & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 12.683.708/0001-73, em JURUENA/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.090547/2012-61
Interessado: UNIAO FARMASAJ LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa UNIAO FARMASAJ LTDA - ME, CNPJ nº 12.715.150/0001-60, em SANTO ANTONIO DE JESUS/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128627/2012-05
Interessado: GREFF E BONERA LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GREFF E BONERA LTDA. - ME, CNPJ nº 12.725.386/0001-88, em XANGRI-LA/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097186/2012-84
Interessado: SEBRIAM & FERRAZ LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SEBRIAM & FERRAZ LTDA - ME, CNPJ nº 12.744.385/0001-80, em PALMITAL/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101733/2012-33
Interessado: SCHUMACKER & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SCHUMACKER & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 12.812.792/0001-88, em LAGES/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097286/2012-19
Interessado: NILON MACEDO DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NILON MACEDO DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 12.842.409/0001-34, em BELO HORIZONTE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096800/2012-91
Interessado: MAHENY E DIAS DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MAHENY E DIAS DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME, CNPJ nº 12.866.485/0001-80, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098265/2012-11
Interessado: ANDREA FREIRE PIMENTA CORREIA LIMA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANDREA FREIRE PIMENTA CORREIA LIMA - ME, CNPJ nº 12.871.776/0001-66, em JOAO PESSOA/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101084/2012-71
Interessado: ATUA FARMA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ATUA FARMA LTDA, CNPJ nº 12.875.692/0001-09, em CASCAVEL/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102487/2012-37
Interessado: ALISON EVALDT DOS SANTOS & CIA. LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALISON EVALDT DOS SANTOS & CIA. LTDA. - ME, CNPJ nº 12.882.615/0001-78, em TERRA DE AREIA/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107286/2012-26
Interessado: FARMACIA LEAO DE JUDA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA LEAO DE JUDA LTDA - EPP, CNPJ nº 12.886.023/0001-24, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108350/2012-96
Interessado: RRX COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da do-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cumentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RRX COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME, CNPJ nº 12.887.292/0001-05, em URUACU/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101566/2012-21
Interessado: REGINALDO ANTONIO DA SILVA CPF 04095475650 - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa REGINALDO ANTONIO DA SILVA CPF 04095475650 - ME, CNPJ nº 12.939.421/0001-61, em PADRE PARAISO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106617/2012-19
Interessado: MOACYR MAESTRI JUNIOR - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MOACYR MAESTRI JUNIOR - ME, CNPJ nº 12.966.014/0001-43, em PALHOCA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135660/2012-83
Interessado: FARMACIA VIEIRA DE SENADOR CAMARA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA VIEIRA DE SENADOR CAMARA LTDA - ME, CNPJ nº 12.966.567/0001-04, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103699/2012-31
Interessado: DROGARIA PONTES DE JARDIM PRIMAVERA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PONTES DE JARDIM PRIMAVERA LTDA - ME, CNPJ nº 12.967.906/0001-69, em DUQUE DE CAXIAS/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.115889/2012-00
Interessado: DROGARIA BALTIERI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BALTIERI LTDA - ME, CNPJ nº 12.982.384/0001-74, em SAO PEDRO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128541/2012-74
Interessado: EVANICE ANGELICA DOS SANTOS FARIAS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EVANICE ANGELICA DOS SANTOS FARIAS - ME, CNPJ nº 12.991.836/0001-84, em SANTA MARIA DA VITORIA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135513/2012-11
Interessado: FARMACIA MG LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA MG LTDA - ME, CNPJ nº 12.993.097/0001-60, em SAO JOAO DE MERITI/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121394/2012-10
Interessado: FARMACIA MAGALI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA MAGALI LTDA - ME, CNPJ nº 12.997.381/0001-04, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128186/2012-33
Interessado: FARMA LAVRAS DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMA LAVRAS DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME, CNPJ nº 13.004.826/0001-70, em GUARULHOS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129044/2012-93
Interessado: M, M DROGARIA E FARMACIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M, M DROGARIA E FARMACIA LTDA - ME, CNPJ nº 13.005.958/0001-17, em SAO JOSE DO CERRITO/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093035/2012-57
Interessado: DROGARIA BOA VISTA DE FRUTAL LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BOA VISTA DE FRUTAL LTDA - ME, CNPJ nº 13.024.095/0001-25, em FRUTAL/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101455/2012-14
Interessado: DEOLINO E GALDINO LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DEOLINO E GALDINO LTDA - EPP, CNPJ nº 13.047.311/0001-58, em VALENCA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135294/2012-62
Interessado: THIAGO CALASANS BRITO COSTA & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa THIAGO CALASANS BRITO COSTA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 13.050.646/0001-25, em PLANALTO/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098839/2012-42
Interessado: A.M.PASSOS DE LELIS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A.M.PASSOS DE LELIS - ME, CNPJ nº 13.058.524/0001-85, em SAO MIGUEL DAS MATAS/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097377/2012-46
Interessado: ANDREIA ANA DE MELO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANDREIA ANA DE MELO - ME, CNPJ nº 13.073.855/0001-94, em RIBEIRAO DAS NEVES/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.105972/2012-62
Interessado: DROGARIA TOPFARMA DE SAO FRANCISCO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA TOPFARMA DE SAO FRANCISCO LTDA - ME, CNPJ nº 13.092.535/0001-81, em CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099008/2012-98
Interessado: RMC COMERCIO FARMACEUTICO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RMC COMERCIO FARMACEUTICO LTDA - ME, CNPJ nº 13.102.634/0001-05, em CURITIBA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103041/2012-20
Interessado: FARMACIA CONFIARE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CONFIARE LTDA - ME, CNPJ nº 13.147.324/0001-07, em GUARAMIRIM/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101785/2012-18
Interessado: COMERCIAL GARCIA E MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIAL GARCIA E MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 13.149.972/0001-94, em UBERLANDIA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135797/2012-38
Interessado: DROGARIA SANTA CLARA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANTA CLARA LTDA - ME, CNPJ nº 13.184.151/0001-99, em IBATIBA/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135542/2012-75
Interessado: DROGARIA NOVA ZONA SUL LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOVA ZONA SUL LTDA, CNPJ nº 13.206.113/0001-90, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129018/2012-65
Interessado: JOSE SEVERINO DA SILVA FARMACIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE SEVERINO DA SILVA FARMACIA - ME, CNPJ nº 13.222.144/0001-34, em BEZERROS/PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097042/2012-28
Interessado: STEIN FARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa STEIN FARMA LTDA - ME, CNPJ nº 13.222.967/0001-60, em MARECHAL FLORIANO/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128278/2012-13
Interessado: FAUSTINO E MARTINS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FAUSTINO E MARTINS LTDA - ME, CNPJ nº 13.254.043/0001-45, em CALDAS NOVAS/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101344/2012-16
Interessado: SMM CHMIEL & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SMM CHMIEL & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 13.254.568/0001-80, em QUEDAS DO IGUACU/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103060/2012-56
Interessado: DROGARIA DIAS DO MAGARCA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DIAS DO MAGARCA LTDA - ME, CNPJ nº 13.260.414/0001-00, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101533/2012-81
Interessado: SOPHIA FARMA DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SOPHIA FARMA DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 13.264.498/0001-41, em CORRENTINA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.090820/2012-58
Interessado: COMERCIAL DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SAUDE LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIAL DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SAUDE LTDA - EPP, CNPJ nº 13.292.214/0001-20, em VITORIA DA CONQUISTA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101568/2012-10
Interessado: WHELITA VILELA RESENDE - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa WHELITA VILELA RESENDE - ME, CNPJ nº 13.294.248/0001-54, em MINEIROS/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101559/2012-29
Interessado: LEONARDO GOMES SANGLARD - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LEONARDO GOMES SANGLARD - ME, CNPJ nº 13.295.764/0001-01, em LAJINHA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107378/2012-14
Interessado: R.P. PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R.P. PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 13.297.764/0001-32, em MONTEIRO/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135546/2012-53
Interessado: DROGARIA NOVA JOCKEY LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOVA JOCKEY LTDA, CNPJ nº 13.304.596/0001-65, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114615/2012-95
Interessado: JOANA FRANCISCA LIMA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOANA FRANCISCA LIMA - ME, CNPJ nº 13.331.616/0001-97, em BOQUIRA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129142/2012-21
Interessado: DROGARIA VINA'S LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VINA'S LTDA - ME, CNPJ nº 13.332.655/0001-09, em VITORIA DA CONQUISTA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099984/2012-41
Interessado: M. A. GONCALVES FARMACIA POPULAR - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M. A. GONCALVES FARMACIA POPULAR - ME, CNPJ nº 13.350.126/0001-38, em SAO GABRIEL DA PALHA/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121388/2012-54
Interessado: MARIA LUCIA PAGLIARI MARIANO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIA LUCIA PAGLIARI MARIANO - ME, CNPJ nº 13.351.428/0001-20, em OSVALDO CRUZ/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101042/2012-30
Interessado: FARMALUZ COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMALUZ COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 13.354.291/0001-68, em DOIS IRMAOS DO TOCANTINS/TO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129140/2012-31
Interessado: PEDRO WILLIAM MARTINS - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PEDRO WILLIAM MARTINS - EPP, CNPJ nº 13.358.440/0001-67, em TAUBATE/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106256/2012-01
Interessado: TECHY & TECHY LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TECHY & TECHY LTDA - ME, CNPJ nº 13.363.245/0001-25, em DOIS VIZINHOS/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114304/2012-26
Interessado: COPROFARMA COMERCIAL DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COPROFARMA COMERCIAL DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 13.401.849/0001-19, em CONCEICAO DO ALMEIDA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.197899/2012-47
Interessado: H S DE JESUS - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa H S DE JESUS - EPP, CNPJ nº 13.408.507/0001-20, em AMARGOSA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo n.º 25000.108529/2012-43
Interessado: FARMACIA LONDERO LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA LONDERO LTDA - EPP, CNPJ nº 13.423.939/0001-00, em PORTO ALEGRE/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106745/2012-54
Interessado: SERGIO ADRIANO ZACARIAS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SERGIO ADRIANO ZACARIAS - ME, CNPJ nº 13.425.511/0001-05, em MINEIROS DO TIETE/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096581/2012-40
Interessado: FARMACIA CARRETEIRO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CARRETEIRO LTDA - ME, CNPJ nº 13.445.855/0001-78, em ANAPOLIS/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096659/2012-26
Interessado: DUDA FARMA DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DUDA FARMA DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 13.484.212/0001-33, em CARATINGA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135449/2012-61
Interessado: IANDRA DE FATIMA MOREIRA ALVES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IANDRA DE FATIMA MOREIRA ALVES - ME, CNPJ nº 13.487.776/0001-20, em MAETINGA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098127/2012-23
Interessado: D R COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa D R COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 13.497.352/0001-46, em UMUARAMA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.092513/2012-10
Interessado: EMANUEL CARLOS FIGUEIREDO DE MOURA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EMANUEL CARLOS FIGUEIREDO DE MOURA - ME, CNPJ nº 13.513.146/0001-82, em SANTA RITA/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096601/2012-82
Interessado: DROGARIA JOIA DE SAQUAREMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA JOIA DE SAQUAREMA LTDA - ME, CNPJ nº 13.519.116/0001-83, em SAQUAREMA/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.094429/2012-22
Interessado: FARMACIA E DROGARIA SAO GABRIEL LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA E DROGARIA SAO GABRIEL LTDA - ME, CNPJ nº 13.533.293/0001-14, em SAO GABRIEL DA PALHA/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106591/2012-09
Interessado: 2D XAVIER MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa 2D XAVIER MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA - ME, CNPJ nº 13.537.459/0001-70, em GOIANIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128709/2012-41
Interessado: ANDRE LUIZ FERNANDES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANDRE LUIZ FERNANDES - ME, CNPJ nº 13.537.905/0001-47, em CAMPO GRANDE/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096723/2012-79
Interessado: ARISTIDES FRANCISCO DE OLIVEIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ARISTIDES FRANCISCO DE OLIVEIRA - ME, CNPJ nº 13.544.457/0001-09, em BOM JESUS DA LAPA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121821/2012-51
Interessado: PORTA DO CEU DROGARIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PORTA DO CEU DROGARIA LTDA - EPP, CNPJ nº 13.546.469/0001-72, em CAMPINAS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098280/2012-51
Interessado: DROGARIA CAICARA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CAICARA LTDA - ME, CNPJ nº 13.556.941/0001-58, em BELO HORIZONTE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128613/2012-83
Interessado: APRIGIO & PEREIRA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa APRIGIO & PEREIRA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME, CNPJ nº 13.584.019/0001-74, em TAUBATE/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101654/2012-22
Interessado: DROGARIA RIOPOMBENSE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA RIOPOMBENSE LTDA - ME, CNPJ nº 13.592.228/0001-60, em RIO POMBA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093248/2012-89
Interessado: FELIPE PEIXOTO PESSOA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FELIPE PEIXOTO PESSOA - ME, CNPJ nº 13.598.951/0001-56, em MINEIROS/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135158/2012-72
Interessado: DROGARIA CASTRO & RODRIGUES LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CASTRO & RODRIGUES LTDA - ME, CNPJ nº 13.617.685/0001-61, em CAMPINAS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101574/2012-77
Interessado: FABIANO DA SILVA SERPA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FABIANO DA SILVA SERPA - ME, CNPJ nº 13.618.989/0001-43, em POCO FUNDO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102771/2012-11
Interessado: FARMACIA AOSANI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA AOSANI LTDA - ME, CNPJ nº 13.628.013/0001-51, em CATUIPE/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135698/2012-56
Interessado: COMERCIAL DE MEDICAMENTOS CAMARA E CAVALCANTI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIAL DE MEDICAMENTOS CAMARA E CAVALCANTI LTDA - ME, CNPJ nº 13.654.128/0001-10, em CEARA-MIRIM/RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo n.º 25000.128650/2012-91
Interessado: COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA KREIBICH LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA KREIBICH LTDA - ME, CNPJ nº 13.664.742/0001-63, em PORTO ALEGRE/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096836/2012-74
Interessado: LIFE FARMA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LIFE FARMA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME, CNPJ nº 13.668.237/0001-97, em BELO HORIZONTE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114724/2012-11
Interessado: DROGARIA CESAR GEANEZE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CESAR GEANEZE LTDA - ME, CNPJ nº 13.683.395/0001-16, em SAO PAULO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101637/2012-95
Interessado: DROGARIA ARAUJO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ARAUJO LTDA - ME, CNPJ nº 13.706.689/0001-16, em ARACRUZ/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093024/2012-77
Interessado: FERNANDO PIRES RABELO DROGA MAIS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FERNANDO PIRES RABELO DROGA MAIS - ME, CNPJ nº 13.716.662/0001-04, em EDEIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096846/2012-18
Interessado: RIO GRANDE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RIO GRANDE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 13.729.582/0001-93, em LAVRAS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098028/2012-41
Interessado: NOVA DROGARIA ERNESTO LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NOVA DROGARIA ERNESTO LTDA - EPP, CNPJ nº 13.735.597/0001-64, em OSVALDO CRUZ/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124955/2012-24
Interessado: C S DA MOTTA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa C S DA MOTTA - ME, CNPJ nº 13.738.832/0001-51, em IUNA/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102087/2012-21
Interessado: DROGARIA A & R LEMOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA A & R LEMOS LTDA - ME, CNPJ nº 13.749.545/0001-47, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101582/2012-13
Interessado: REAL FARMA DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa REAL FARMA DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 13.754.977/0001-46, em CONCEICAO DO MATO DENTRO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135787/2012-01
Interessado: FAGNER RODRIGUES BATISTA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FAGNER RODRIGUES BATISTA - ME, CNPJ nº 13.757.508/0001-80, em TEOFILO OTONI/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.180317/2012-93
Interessado: FRANCIELI C PAGNONCELLI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FRANCIELI C PAGNONCELLI - ME, CNPJ nº 13.764.827/0001-13, em SAO JOAO/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099932/2012-74
Interessado: V. BARBOSA DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa V. BARBOSA DROGARIA - ME, CNPJ nº 13.781.093/0001-80, em OURINHOS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107191/2012-11
Interessado: FARMACIA BETEL DE SANTA CRUZ LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA BETEL DE SANTA CRUZ LTDA - ME, CNPJ nº 13.781.803/0001-72, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135670/2012-19
Interessado: DROGARIA CLEAN FARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CLEAN FARMA LTDA - ME, CNPJ nº 13.786.930/0001-64, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108182/2012-39
Interessado: LUIZAUFARMA MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUIZAUFARMA MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA - ME, CNPJ nº 13.790.135/0001-40, em SAO LUIS DE MONTES BELOS/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101841/2012-14
Interessado: GONCALVES COELHO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GONCALVES COELHO LTDA - ME, CNPJ nº 13.791.144/0001-55, em GOIANIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135717/2012-44
Interessado: DROGARIA JARDIM CELIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA JARDIM CELIA LTDA - ME, CNPJ nº 13.802.309/0001-47, em TUPACIGUARA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 2500.114759/2012-41
Interessado: DROGARIA MEDCENTER LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MEDCENTER LTDA - ME, CNPJ nº 13.844.801/0001-85, em MOEMA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101740/2012-35
Interessado: JM DROGARIA - LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JM DROGARIA - LTDA - ME, CNPJ nº 13.860.187/0001-45, em SOROCABA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114263/2012-78
Interessado: SYMARA BRASIL VIEIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SYMARA BRASIL VIEIRA - ME, CNPJ nº 13.888.438/0001-08, em CROMINIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo n.º 25000.106415/2012-69
Interessado: ANA LUCIA DE MELO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANA LUCIA DE MELO - ME, CNPJ nº 13.889.490/0001-70, em PALHOCA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114540/2012-42
Interessado: FARMACIA METROPOLITANA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA METROPOLITANA LTDA - ME, CNPJ nº 13.913.758/0001-62, em SARANDI/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108541/2012-58
Interessado: MANFRO E CAVALLERI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MANFRO E CAVALLERI LTDA - ME, CNPJ nº 13.928.745/0001-67, em SARANDI/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101432/2012-18
Interessado: BRUNA SIMON FRARE - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BRUNA SIMON FRARE - ME, CNPJ nº 13.936.477/0001-25, em SANTA LUCIA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113819/2012-17
Interessado: EVELISE MICHELON - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EVELISE MICHELON - ME, CNPJ nº 13.936.684/0001-80, em IMBE/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108640/2012-30
Interessado: DROGARIA BOA SAUDE DE ITAMARATI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BOA SAUDE DE ITAMARATI LTDA - ME, CNPJ nº 13.937.050/0001-41, em ITAMARATI DE MINAS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106764/2012-81
Interessado: LLI COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIAS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LLI COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIAS LTDA - ME, CNPJ nº 13.938.314/0001-81, em CAMPO GRANDE/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106582/2012-18
Interessado: COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA ELOX LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA ELOX LTDA - ME, CNPJ nº 13.952.043/0001-19, em OURO PRETO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107122/2012-07
Interessado: DROGARIA FARMA DEZ DE CASCADURA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA FARMA DEZ DE CASCADURA LTDA - EPP, CNPJ nº 13.990.811/0001-29, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121383/2012-21
Interessado: DROGARIA TRES AMIGOS LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA TRES AMIGOS LTDA - EPP, CNPJ nº 13.990.920/0001-46, em ALVORADA/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114295/2012-73
Interessado: DROGARIA LACERDA & FUNDEHELLER LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LACERDA & FUNDEHELLER LTDA - ME, CNPJ nº 14.003.035/0001-99, em SANTA TERESA/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114624/2012-86
Interessado: DROGARIA MODERNA AP MINAS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MODERNA AP MINAS LTDA - ME, CNPJ nº 14.014.130/0001-98, em FRUTAL/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099262/2012-96
Interessado: L. FARIA & VIZIOLI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa L. FARIA & VIZIOLI LTDA - ME, CNPJ nº 14.015.331/0001-00, em TAMBAU/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097979/2012-01
Interessado: DROGARIA POPULAR MATAO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA POPULAR MATAO LTDA - ME, CNPJ nº 14.016.584/0001-06, em SUMARE/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093007/2012-30
Interessado: JOSE AVENILDO DE SOUZA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE AVENILDO DE SOUZA - ME, CNPJ nº 14.029.432/0001-30, em TEOFILO OTONI/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098821/2012-41
Interessado: N K DA SILVA DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa N K DA SILVA DROGARIA - ME, CNPJ nº 14.032.176/0001-30, em CABECEIRA GRANDE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.094383/2012-41
Interessado: FARMACIA PRIMER LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA PRIMER LTDA - ME, CNPJ nº 14.039.125/0001-30, em RIO DO SUL/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107577/2012-14
Interessado: DROGA CENTRO GOIATUBA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGA CENTRO GOIATUBA LTDA - ME, CNPJ nº 14.049.414/0001-10, em GOIATUBA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114807/2012-00
Interessado: DROGARIA CLEON JUNIOR LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CLEON JUNIOR LTDA - ME, CNPJ nº 14.076.736/0001-58, em GOIANIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.170269/2012-25
Interessado: MICHAEL CAVALCANTE DO NASCIMENTO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MICHAEL CAVALCANTE DO NASCIMENTO - ME, CNPJ nº 14.087.523/0001-21, em JURIPIRANGA/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098868/2012-12
Interessado: ROSANGELA TREVISAN CAETANO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ROSANGELA TREVISAN CAETANO - ME, CNPJ nº 14.110.429/0001-46, em ADAMANTINA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo n.º 25000.096624/2012-97
Interessado: SOARES & BERTOLOTO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SOARES & BERTOLOTO LTDA - ME, CNPJ nº 14.110.942/0001-37, em SAO JOAQUIM DA BARRA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114821/2012-03
Interessado: FARMACIA REAL DO ALCANTARA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA REAL DO ALCANTARA LTDA - ME, CNPJ nº 14.113.125/0001-32, em SAO GONCALO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114299/2012-51
Interessado: DANIEL MACHADO DA SILVA NETO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DANIEL MACHADO DA SILVA NETO - ME, CNPJ nº 14.132.866/0001-60, em PADRE BERNARDO/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25025.014363/2012-17
Interessado: MARIA ODIVA RIBAS TERRA DIAS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIA ODIVA RIBAS TERRA DIAS - ME, CNPJ nº 14.134.917/0001-93, em SAO MIGUEL DAS MISSOES/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135690/2012-90
Interessado: CEZAR EICHELBERGER - FARMACIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CEZAR EICHELBERGER - FARMACIA - ME, CNPJ nº 14.135.009/0001-14, em FRANCISCO BELTRAO/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.122028/2012-70
Interessado: DROGARIA MDE PHARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MDE PHARMA LTDA - ME, CNPJ nº 14.141.850/0001-14, em MAUA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135154/2012-94
Interessado: ISAQUE SALES LOPES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ISAQUE SALES LOPES - ME, CNPJ nº 14.143.269/0001-31, em PARAMBU/CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.117485/2012-42
Interessado: FERLA & GIRARDI FARMACIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FERLA & GIRARDI FARMACIA LTDA, CNPJ nº 14.197.872/0001-04, em PROGRESSO/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102417/2012-89
Interessado: M A MESSIAS RODRIGUES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M A MESSIAS RODRIGUES - ME, CNPJ nº 14.219.284/0001-16, em PEDRA PRETA/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.094378/2012-39
Interessado: REDE POPULAR 1 LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa REDE POPULAR 1 LTDA - ME, CNPJ nº 14.239.885/0001-90, em RIBEIRAO DAS NEVES/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.088641/2012-51
Interessado: DROGARIA COELHO NUNES LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA COELHO NUNES LTDA - ME, CNPJ nº 14.256.350/0001-28, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093241/2012-67
Interessado: ROBALO & CIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ROBALO & CIA LTDA - EPP, CNPJ nº 14.261.624/0001-77, em SANTIAGO/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113248/2012-11
Interessado: TOSI E OLIVEIRA DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TOSI E OLIVEIRA DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 14.268.330/0001-77, em ALEGRE/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101496/2012-19
Interessado: DROGARIA ROCHA VIEIRA E SILVA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ROCHA VIEIRA E SILVA LTDA - ME, CNPJ nº 14.276.993/0001-33, em SAO JOAO DEL REI/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135284/2012-27
Interessado: DROGARIA BORSATO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BORSATO LTDA - ME, CNPJ nº 14.282.689/0001-07, em ITAPIRA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097108/2012-80
Interessado: PAULO LUIS MARTIN - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PAULO LUIS MARTIN - ME, CNPJ nº 14.313.718/0001-42, em QUIXERAMOBIM/CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098311/2012-73
Interessado: CRISTINE SCHAEFER
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CRISTINE SCHAEFER, CNPJ nº 14.332.920/0001-11, em RIO DO SUL/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103440/2012-91
Interessado: R.S SANTOS - FARMA VIDA MEDICAMENTOS POPULARES DO BRASIL - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R.S SANTOS - FARMA VIDA MEDICAMENTOS POPULARES DO BRASIL - ME, CNPJ nº 14.340.948/0001-09, em ABADIA DE GOIAS/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.100392/2012-89
Interessado: CASTRO E DUTRA CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CASTRO E DUTRA CIA LTDA - ME, CNPJ nº 14.357.606/0001-93, em JUIZ DE FORA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101681/2012-03
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA ALTO DO TANQUE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA ALTO DO TANQUE LTDA - ME, CNPJ nº 14.361.938/0001-41, em SANTA LUZIA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097024/2012-46
Interessado: FARMACIA PERLIN & BILIBIO LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA PERLIN & BILIBIO LTDA - EPP, CNPJ nº 14.365.007/0001-11, em FREDERICO WESTPHALEN/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo n.º 25000.107337/2012-10
Interessado: DROGARIA BARAO DA PRACA SECA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BARAO DA PRACA SECA LTDA - EPP, CNPJ nº 14.365.504/0001-10, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.105946/2012-34
Interessado: DROGARIA ENFARMA DO TABOAO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ENFARMA DO TABOAO LTDA - ME, CNPJ nº 14.369.610/0001-71, em SAO BERNARDO DO CAMPO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102456/2012-86
Interessado: SILVANA CAPICHE - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SILVANA CAPICHE - ME, CNPJ nº 14.372.086/0001-98, em JARU/RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135715/2012-55
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA AVENIDA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA AVENIDA LTDA - ME, CNPJ nº 14.376.613/0001-32, em CAETE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096640/2012-80
Interessado: DROGARIA DRUGSTORE LEX LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DRUGSTORE LEX LTDA - ME, CNPJ nº 14.379.411/0001-44, em BELO HORIZONTE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096565/2012-57
Interessado: FARMACIA DUDA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DUDA LTDA - ME, CNPJ nº 14.399.796/0001-01, em SARANDI/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103081/2012-71
Interessado: S & R COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa S & R COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 14.402.086/0001-93, em SALOA/PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128892/2012-85
Interessado: DROGARIA BARBIERI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BARBIERI LTDA - ME, CNPJ nº 14.406.163/0001-83, em CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101388/2012-38
Interessado: DROGARIA SAO JOSE DO TRIUNFO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SAO JOSE DO TRIUNFO LTDA - ME, CNPJ nº 14.414.464/0001-59, em VICOSA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097056/2012-41
Interessado: C M MICHELETTI DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa C M MICHELETTI DROGARIA - ME, CNPJ nº 14.419.157/0001-60, em SAO JOSE DOS CAMPOS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.173052/2012-77
Interessado: MARIA SOLANGE SILVANO VIEIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIA SOLANGE SILVANO VIEIRA - ME, CNPJ nº 14.426.262/0001-27, em BARRA DO TURVO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098045/2012-89
Interessado: DROGARIA MANAFARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MANAFARMA LTDA - ME, CNPJ nº 14.435.552/0001-37, em BROCHIER/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108237/2012-19
Interessado: THIAGO DE SOUZA CARVALHO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa THIAGO DE SOUZA CARVALHO - ME, CNPJ nº 14.437.998/0001-09, em BURITIZEIRO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106265/2012-93
Interessado: LSFF DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LSFF DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 14.441.217/0001-41, em CATAGUASES/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107112/2012-63
Interessado: DROGA BEM PRUDENTE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGA BEM PRUDENTE LTDA - ME, CNPJ nº 14.444.433/0001-40, em PRESIDENTE PRUDENTE/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135941/2012-36
Interessado: RENATA NEVES PADOVANI BALDENEBRO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RENATA NEVES PADOVANI BALDENEBRO - ME, CNPJ nº 14.444.946/0001-51, em DOLCINOPOLIS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107586/2012-13
Interessado: VICTOR E ANNA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VICTOR E ANNA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 14.448.796/0001-54, em SANCLERLANDIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099952/2012-45
Interessado: DROGARIA BRUMATTI & PECEMILIS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BRUMATTI & PECEMILIS LTDA - ME, CNPJ nº 14.469.592/0001-08, em SAO GABRIEL DA PALHA/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093167/2012-89
Interessado: A C WENDLAND FARMACIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A C WENDLAND FARMACIA - ME, CNPJ nº 14.485.489/0001-43, em FOZ DO IGUACU/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107767/2012-31
Interessado: DROGARIA DIAS DA POSSE LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DIAS DA POSSE LTDA - EPP, CNPJ nº 14.487.529/0001-96, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101905/2012-79
Interessado: DROGARIA PROVISAO COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIAS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PROVISAO COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIAS LTDA - ME, CNPJ nº 14.489.758/0001-40, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo n.º 25000.114432/2012-70
Interessado: FARMACIA GARBIN LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA GARBIN LTDA - ME, CNPJ nº 14.503.912/0001-90, em MARAU/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101413/2012-83
Interessado: ABRANTES E SAPALUCA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ABRANTES E SAPALUCA LTDA - ME, CNPJ nº 14.533.781/0001-94, em MALACACHETA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101704/2012-71
Interessado: MS MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MS MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 14.543.595/0001-36, em PALMEIRAS DE GOIAS/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106306/2012-41
Interessado: DROGARIA ATACAMED LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ATACAMED LTDA - ME, CNPJ nº 14.544.218/0001-11, em GOVERNADOR VALADARES/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101488/2012-64
Interessado: DROGARIA BENFICA DE BICAS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BENFICA DE BICAS LTDA - ME, CNPJ nº 14.555.275/0001-04, em BICAS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093073/2012-18
Interessado: DROGARIA SAMPAIO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SAMPAIO LTDA - ME, CNPJ nº 14.567.704/0001-55, em MANHUACU/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.112136/2012-34
Interessado: TEZZON & AMARAL LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TEZZON & AMARAL LTDA - ME, CNPJ nº 14.598.111/0001-56, em ROSANA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093139/2012-61
Interessado: RODRIGO DE SOUZA PEREIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RODRIGO DE SOUZA PEREIRA - ME, CNPJ nº 14.618.719/0001-03, em JAIBA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124874/2012-24
Interessado: M DO P DO S S LEANDRO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M DO P DO S S LEANDRO - ME, CNPJ nº 14.626.776/0001-26, em TERESINA/PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.092994/2012-55
Interessado: BEM ESTAR FARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BEM ESTAR FARMA LTDA - ME, CNPJ nº 14.629.775/0001-35, em ITUMBIARA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108770/2012-72
Interessado: SIDINEI DAMASCENO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SIDINEI DAMASCENO - ME, CNPJ nº 14.631.447/0001-73, em SAO MATEUS/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103133/2012-18
Interessado: DROGARIA LUNA MED AZARA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LUNA MED AZARA LTDA - ME, CNPJ nº 14.633.082/0001-16, em LAGOA DA PRATA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103108/2012-26
Interessado: DELA CRUZ & MARANGONI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DELA CRUZ & MARANGONI LTDA - ME, CNPJ nº 14.644.159/0001-53, em VOTUPORANGA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135551/2012-66
Interessado: DROGARIA MAXIMA DE CAXIAS LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MAXIMA DE CAXIAS LTDA - EPP, CNPJ nº 14.646.204/0001-09, em DUQUE DE CAXIAS/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093107/2012-66
Interessado: DROGARIA DIAS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DIAS LTDA - ME, CNPJ nº 14.647.646/0001-70, em RIBEIRAO DAS NEVES/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101837/2012-48
Interessado: TACIANA CARVALHO MOTA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TACIANA CARVALHO MOTA - ME, CNPJ nº 14.674.564/0001-14, em HELIODORA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098297/2012-16
Interessado: DROGARIA BETEL LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BETEL LTDA - ME, CNPJ nº 14.682.027/0001-16, em BELO HORIZONTE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.159143/2012-08
Interessado: FARMACIA DO AGRICULTOR LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DO AGRICULTOR LTDA - ME, CNPJ nº 14.685.286/0001-09, em RIACHUELO/RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101457/2012-11
Interessado: FARMACIA E DROGARIA GABIROBA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA E DROGARIA GABIROBA LTDA - ME, CNPJ nº 14.690.522/0001-77, em ITUPORANGA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101337/2012-14
Interessado: RAFAEL DE SOUZA OLIVEIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RAFAEL DE SOUZA OLIVEIRA - ME, CNPJ nº 14.696.730/0001-83, em UBERABA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135677/2012-31
Interessado: DRUMMOND RESENDE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DRUMMOND RESENDE LTDA - ME, CNPJ nº 14.704.737/0001-08, em TRES PONTAS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo n.º 25000.135867/2012-58
Interessado: FARMACIA PARQUE LAGE LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA PARQUE LAGE LTDA - EPP, CNPJ nº 14.706.955/0001-73, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108708/2012-81
Interessado: BENEDITO SOUZA SOBRAL FILHO - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BENEDITO SOUZA SOBRAL FILHO - EPP, CNPJ nº 14.708.663/0001-70, em CRUZ DAS ALMAS/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128730/2012-47
Interessado: LUIZA DOS SS RODRIGUES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUIZA DOS SS RODRIGUES - ME, CNPJ nº 14.733.920/0001-23, em GOIANIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097050/2012-74
Interessado: NOSSA FARMACIA NOVA VICOSA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NOSSA FARMACIA NOVA VICOSA LTDA - ME, CNPJ nº 14.734.544/0001-91, em NOVA VICOSA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101516/2012-43
Interessado: R B A MACHADO FARMACIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R B A MACHADO FARMACIA LTDA - EPP, CNPJ nº 14.734.959/0001-65, em TAQUARA/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096584/2012-83
Interessado: COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA SAO THIAGO DAS MARCAS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA SAO THIAGO DAS MARCAS LTDA - ME, CNPJ nº 14.736.459/0001-62, em SAO JOSE DOS PINHAIS/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114715/2012-11
Interessado: FARMACIA DO PINGO LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DO PINGO LTDA - EPP, CNPJ nº 14.755.638/0001-47, em PORTO XAVIER/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103168/2012-49
Interessado: FARMACIA CENTRO SERRA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CENTRO SERRA LTDA - EPP, CNPJ nº 14.758.217/0001-70, em SOBRADINHO/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135493/2012-71
Interessado: GLAUCO ANTONIO HILLESHEIM - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GLAUCO ANTONIO HILLESHEIM - ME, CNPJ nº 14.764.818/0001-95, em RIO DO OESTE/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101493/2012-77
Interessado: NOVA VIDA SOCIEDADE FARMACEUTICA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NOVA VIDA SOCIEDADE FARMACEUTICA LTDA - ME, CNPJ nº 14.781.840/0001-43, em NATAL/RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135467/2012-42
Interessado: ANDRE SALDANHA REMUS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANDRE SALDANHA REMUS - ME, CNPJ nº 14.797.222/0001-91, em BARROS CASSAL/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096546/2012-21
Interessado: FARMAFORTE MINAS DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMAFORTE MINAS DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 14.803.815/0001-13, em OURO FINO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108400/2012-35
Interessado: DROGARIA CORDEIRO ROCHA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CORDEIRO ROCHA LTDA - ME, CNPJ nº 14.804.484/0001-36, em NOVA LIMA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102552/2012-24
Interessado: CONCEICAO E MARQUES MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CONCEICAO E MARQUES MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 14.832.685/0001-47, em APARECIDA DE GOIANIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101927/2012-39
Interessado: AG FARMACIAS E DROGARIAS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa AG FARMACIAS E DROGARIAS LTDA, CNPJ nº 14.842.213/0001-75, em ESTANCIA VELHA/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.100499/2012-27
Interessado: ALANDHEY CORDOVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALANDHEY CORDOVA - ME, CNPJ nº 14.877.571/0001-13, em LAGES/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096769/2012-98
Interessado: FARMACIA ALMEIDA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ALMEIDA LTDA - ME, CNPJ nº 14.879.248/0001-89, em JOAQUIM TAVORA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.112128/2012-98
Interessado: CAMPOS E NOBREGA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CAMPOS E NOBREGA LTDA - ME, CNPJ nº 14.882.226/0001-78, em GOIANIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114674/2012-63
Interessado: FURRATI COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FURRATI COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 14.882.465/0001-28, em CACHOEIRA DO SUL/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099273/2012-76
Interessado: JULIANA LAGO SILVEIRA MONTOURO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JULIANA LAGO SILVEIRA MONTOURO - ME, CNPJ nº 14.924.502/0001-13, em SAO JOAO DA BOA VISTA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135883/2012-41
Interessado: PRADO E ROCHA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PRADO E ROCHA LTDA - ME, CNPJ nº 14.929.354/0001-20, em GUANAMBI/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo n.º 25000.108307/2012-21
Interessado: TOLOZA & PAVAN LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TOLOZA & PAVAN LTDA - ME, CNPJ nº 14.931.934/0001-51, em DRACENA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135829/2012-03
Interessado: DROGARIA LIDER DE VALVERDE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LIDER DE VALVERDE LTDA - ME, CNPJ nº 14.945.429/0001-66, em NOVA IGUACU/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114284/2012-93
Interessado: DROGARIA PEREIRA DINIZ LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PEREIRA DINIZ LTDA - ME, CNPJ nº 14.946.330/0001-89, em FRANCA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129178/2012-12
Interessado: F.OKINO DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa F.OKINO DROGARIA - ME, CNPJ nº 14.952.647/0001-28, em BAURU/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129157/2012-99
Interessado: VITOR E ARANTES COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VITOR E ARANTES COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 14.979.080/0001-83, em FORMOSA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098791/2012-72
Interessado: FARMACIA LIMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA LIMA LTDA - ME, CNPJ nº 15.001.625/0001-45, em PORTO ALEGRE/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101361/2012-45
Interessado: DROGARIA VIDA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VIDA LTDA - ME, CNPJ nº 15.002.236/0001-34, em FORMOSA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098355/2012-01
Interessado: ROCHA & DONA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ROCHA & DONA LTDA - EPP, CNPJ nº 15.002.596/0001-36, em CAMPOS NOVOS PAULISTA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107386/2012-52
Interessado: FARMACIA LIMA SALES LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA LIMA SALES LTDA - ME, CNPJ nº 15.017.329/0001-32, em ALAGOINHAS/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108166/2012-46
Interessado: 4A FARMACIA E DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa 4A FARMACIA E DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 15.020.081/0001-69, em JARAGUA DO SUL/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129155/2012-08
Interessado: MUZZOLON & DOMBROSKI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MUZZOLON & DOMBROSKI LTDA - ME, CNPJ nº 15.025.915/0001-29, em CANTAGALO/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096696/2012-34
Interessado: FARMACIA ESSENCIAL LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ESSENCIAL LTDA - ME, CNPJ nº 15.027.082/0001-35, em ERECHIM/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093422/2012-93
Interessado: VANESSA TAIS DE SOUSA SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VANESSA TAIS DE SOUSA SILVA - ME, CNPJ nº 15.033.837/0001-04, em BELEM/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101096/2012-03
Interessado: FARMACIA E DROGARIA COOPAGRO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA E DROGARIA COOPAGRO LTDA - ME, CNPJ nº 15.041.608/0001-31, em TOLEDO/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096609/2012-49
Interessado: DELLA FARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DELLA FARMA LTDA - ME, CNPJ nº 15.053.959/0001-62, em AGROLANDIA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106563/2012-83
Interessado: MACORINI & SASSO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MACORINI & SASSO LTDA - ME, CNPJ nº 15.056.307/0001-81, em FLORIDA PAULISTA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126122/2012-06
Interessado: DROGARIA CENTRAL DE POCOS DE CALDAS LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CENTRAL DE POCOS DE CALDAS LTDA - EPP, CNPJ nº 15.062.570/0001-83, em POCOS DE CALDAS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135525/2012-38
Interessado: DROGARIA ATRACAO DO YPE LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ATRACAO DO YPE LTDA - EPP, CNPJ nº 15.065.334/0001-10, em BELFORD ROXO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108600/2012-98
Interessado: DROGARIA Y C LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA Y C LTDA - ME, CNPJ nº 15.065.659/0001-01, em RIACHAO DO JACUIPE/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102535/2012-97
Interessado: LUCILENE BENEVIDES & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUCILENE BENEVIDES & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 15.070.248/0001-04, em PITANGUEIRAS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096568/2012-91
Interessado: CARLOS ALBERTO TOQUINI EIRELI
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CARLOS ALBERTO TOQUINI EIRELI, CNPJ nº 15.072.388/0001-03, em SAO JOAQUIM DA BARRA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo n.º 25000.107370/2012-40
Interessado: DROGARIA VALE DO ITARARE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VALE DO ITARARE LTDA - ME, CNPJ nº 15.078.174/0001-44, em ITARARE/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128234/2012-93
Interessado: DROGARIA MARTINS DO NASCIMENTO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MARTINS DO NASCIMENTO LTDA - ME, CNPJ nº 15.081.190/0001-96, em TAUBATE/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.090568/2012-87
Interessado: J A DE SOUZA DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J A DE SOUZA DROGARIA - ME, CNPJ nº 15.083.909/0001-28, em CRATEUS/CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135190/2012-58
Interessado: DROGARIA DILASCIO & DILASCIO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DILASCIO & DILASCIO LTDA - ME, CNPJ nº 15.094.836/0001-70, em SAO JOAO DEL REI/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.179655/2012-82
Interessado: VINICIUS MAGALHAES SAVIO 31904598862
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VINICIUS MAGALHAES SAVIO 31904598862, CNPJ nº 15.096.665/0001-18, em NATIVIDADE DA SERRA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093051/2012-40
Interessado: PATRICIA KOZERSKI DE MARI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PATRICIA KOZERSKI DE MARI - ME, CNPJ nº 15.102.535/0001-40, em ITAPEJARA D'OESTE/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102634/2012-79
Interessado: DROGARIA ROSA E SOUZA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ROSA E SOUZA LTDA - ME, CNPJ nº 15.107.692/0001-49, em JUNDIAI/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107505/2012-77
Interessado: DROGARIA M.C. MAURI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA M.C. MAURI LTDA - ME, CNPJ nº 15.110.969/0001-92, em MIMOSO DO SUL/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096992/2012-35
Interessado: MATTOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MATTOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 15.114.496/0001-00, em CLEVELANDIA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097400/2012-01
Interessado: BONFADA & BONFADA - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BONFADA & BONFADA - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 15.142.774/0001-24, em CACHOEIRA DO SUL/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135891/2012-97
Interessado: JOAO DE CARVALHO MARTINS NETO DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOAO DE CARVALHO MARTINS NETO DROGARIA - ME, CNPJ nº 15.154.373/0001-94, em BARRETOS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101521/2012-56
Interessado: JOAO B. DE MORAIS - FARMACIA CENTRAL - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOAO B. DE MORAIS - FARMACIA CENTRAL - ME, CNPJ nº 15.170.216/0001-72, em ITAPURANGA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108402/2012-24
Interessado: DROGARIA PELUSO EIRELI
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PELUSO EIRELI, CNPJ nº 15.177.862/0001-61, em BELO HORIZONTE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103069/2012-67
Interessado: JULIANA FLAUZINA DIAS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JULIANA FLAUZINA DIAS - ME, CNPJ nº 15.187.900/0001-67, em BAURU/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107568/2012-23
Interessado: JUFER SANTOS SILVA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JUFER SANTOS SILVA LTDA - ME, CNPJ nº 15.196.194/0001-10, em HORTOLANDIA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129652/2012-06
Interessado: DOSE CERTA FARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DOSE CERTA FARMA LTDA - ME, CNPJ nº 15.245.779/0001-82, em CARMO DO CAJURU/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135246/2012-74
Interessado: ANDERSON BATISTA LISSONI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANDERSON BATISTA LISSONI - ME, CNPJ nº 15.249.217/0001-07, em ARACATUBA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135682/2012-43
Interessado: M. M. N. MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M. M. N. MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 15.250.219/0001-16, em DORES DO RIO PRETO/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098773/2012-91
Interessado: JULIANA ROQUE HEFFNER - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JULIANA ROQUE HEFFNER - ME, CNPJ nº 15.301.853/0001-30, em PORTO ALEGRE/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.172286/2012-05
Interessado: ROLLINGMARQUES MIRANDA DA SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ROLLINGMARQUES MIRANDA DA SILVA - ME, CNPJ nº 15.325.005/0001-61, em CARAVELAS/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121380/2012-98
Interessado: BARSOTTINI E YASBICK COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BARSOTTINI E YASBICK COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 15.329.008/0001-73, em JACAREZINHO/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo n.º 25000.113330/2012-37
Interessado: ANDRE FRABONI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANDRE FRABONI - ME, CNPJ nº 15.343.779/0001-15, em CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093430/2012-30
Interessado: EVA VILMA RODRIGUES BARRETO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EVA VILMA RODRIGUES BARRETO - ME, CNPJ nº 15.348.398/0001-29, em IBIUNA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128770/2012-99
Interessado: DROGARIA ROCHA ALVES LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ROCHA ALVES LTDA - ME, CNPJ nº 15.369.022/0001-09, em GOVERNADOR VALADARES/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121403/2012-64
Interessado: ANA FLAVIA DA SILVA SANTIAGO PROTASIO DOS REIS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANA FLAVIA DA SILVA SANTIAGO PROTASIO DOS REIS - ME, CNPJ nº 15.371.865/0001-31, em CONSELHEIRO LAFAIETE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099870/2012-09
Interessado: DROGARIA ELITE LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ELITE LTDA - EPP, CNPJ nº 15.389.877/0001-93, em RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114631/2012-88
Interessado: FARMACIA VASCONCELOS & PESSOA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA VASCONCELOS & PESSOA LTDA - ME, CNPJ nº 15.399.236/0001-10, em PARACURU/CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107504/2012-22
Interessado: R 2 DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R 2 DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 15.440.891/0001-74, em JAGUARIUNA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101589/2012-35
Interessado: DAVID & ALVES LIMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DAVID & ALVES LIMA LTDA - ME, CNPJ nº 15.444.741/0001-39, em LEBON REGIS/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135309/2012-92
Interessado: FERREIRA & MARQUES FARMACIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FERREIRA & MARQUES FARMACIA LTDA - ME, CNPJ nº 15.448.412/0001-66, em LUCELIA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135654/2012-26
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA MORAIS & PESSOA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA MORAIS & PESSOA LTDA - ME, CNPJ nº 15.492.129/0001-31, em SANTA LUZIA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.117479/2012-95
Interessado: SELANE & RUPOLO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SELANE & RUPOLO LTDA - ME, CNPJ nº 15.940.463/0001-00, em FATIMA DO SUL/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.199922/2012-38
Interessado: TIVAN FARMACIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TIVAN FARMACIA LTDA - ME, CNPJ nº 16.142.358/0001-99, em RIO REAL/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.197395/2012-27
Interessado: BISPO & BISPO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BISPO & BISPO LTDA - ME, CNPJ nº 16.155.996/0001-44, em ITORORO/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.122175/2012-40
Interessado: LUIZ ALBERTO VIANA CARDOSO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUIZ ALBERTO VIANA CARDOSO - ME, CNPJ nº 16.345.100/0001-90, em ERICO CARDOSO/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101451/2012-36
Interessado: DROGARIA SANTA MONICA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANTA MONICA LTDA - ME, CNPJ nº 16.555.419/0001-40, em BELO HORIZONTE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.197369/2012-07
Interessado: ANGELA M C SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANGELA M C SILVA - ME, CNPJ nº 16.631.042/0001-60, em BOA VISTA/RR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107287/2012-71
Interessado: DROGARIA MINEIRA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MINEIRA LTDA - ME, CNPJ nº 16.649.949/0001-57, em JUIZ DE FORA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108370/2012-67
Interessado: PATROCINIO COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PATROCINIO COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA - ME, CNPJ nº 16.772.089/0001-44, em PATROCINIO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096814/2012-12
Interessado: FERNANDO JOSE DE LIMA & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FERNANDO JOSE DE LIMA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 17.120.924/0001-24, em MANHUACU/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.100368/2012-40
Interessado: DROGARIA NOSSA SENHORA APARECIDA DE ITAMOGI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOSSA SENHORA APARECIDA DE ITAMOGI LTDA - ME, CNPJ nº 17.599.911/0001-80, em ITAMOGI/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096663/2012-94
Interessado: DROGARIA ZANCANELI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ZANCANELI LTDA - ME, CNPJ nº 17.698.689/0001-72, em MATIAS BARBOSA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo n.º 25000.107804/2012-10
Interessado: IRMAOS ALVES CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IRMAOS ALVES CIA LTDA - ME, CNPJ nº 17.921.214/0001-01, em PASSOS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.117416/2012-39
Interessado: ANTONIO PEREIRA CANTAO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANTONIO PEREIRA CANTAO - ME, CNPJ nº 19.013.820/0001-46, em IPUIUNA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.090516/2012-19
Interessado: DROGARIA SANTA TEREZA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANTA TEREZA LTDA - ME, CNPJ nº 19.182.070/0001-36, em BELO HORIZONTE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103045/2012-16
Interessado: DROGALAGO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGALAGO LTDA - ME, CNPJ nº 19.448.562/0001-20, em CARMO DO PARANAIBA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128212/2012-23
Interessado: DROGARIA UNIVERSO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA UNIVERSO LTDA - ME, CNPJ nº 19.870.476/0001-01, em GOVERNADOR VALADARES/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113201/2012-49
Interessado: DROGARIA VILAR LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VILAR LTDA - ME, CNPJ nº 20.449.864/0001-00, em JUIZ DE FORA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128603/2012-48
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA CONGONHAS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA CONGONHAS LTDA - ME, CNPJ nº 20.486.676/0001-44, em CONGONHAS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093045/2012-92
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA RAIMUNDO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA RAIMUNDO LTDA - ME, CNPJ nº 20.793.113/0001-07, em BETIM/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106268/2012-27
Interessado: DROGARIA MONTEIRO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MONTEIRO LTDA - ME, CNPJ nº 20.976.387/0001-23, em IPATINGA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103199/2012-08
Interessado: DROGARIA NOVA YORK LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOVA YORK LTDA ME, CNPJ nº 21.386.834/0001-57, em BELO HORIZONTE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135177/2012-07
Interessado: DROGARIA SANTA MARTA DE UBERABA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANTA MARTA DE UBERABA LTDA - ME, CNPJ nº 21.804.760/0001-21, em UBERABA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129188/2012-40
Interessado: GALVAO & RODRIGUES LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GALVAO & RODRIGUES LTDA - ME, CNPJ nº 21.913.561/0001-51, em VICOSA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101598/2012-26
Interessado: DROGARIA D'LOURES LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA D'LOURES LTDA, CNPJ nº 22.071.161/0001-09, em PIRAUBA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098055/2012-14
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA VERVLOET LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA VERVLOET LTDA - ME, CNPJ nº 22.163.307/0001-46, em CONTAGEM/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098033/2012-54
Interessado: FARMACIA VITORIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA VITORIA LTDA ME, CNPJ nº 23.588.866/0001-60, em PIUMHI/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.090821/2012-01
Interessado: MARIA JOSE DE AMORIM SILVA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIA JOSE DE AMORIM SILVA, CNPJ nº 24.522.112/0001-70, em UMARIZAL/RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.105887/2012-02
Interessado: SANTI JOST & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SANTI JOST & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 24.724.080/0001-96, em AGUA BOA/MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.116502/2012-24
Interessado: DROGARIA LAGO AZUL LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LAGO AZUL LTDA, CNPJ nº 25.097.080/0001-76, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108737/2012-42
Interessado: GERALDO TEIXEIRA NEVES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GERALDO TEIXEIRA NEVES - ME, CNPJ nº 25.431.933/0001-64, em BONFIM/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098991/2012-25
Interessado: DROGAS MEDALHA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGAS MEDALHA LTDA ME, CNPJ nº 25.433.715/0001-69, em UBERABA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128591/2012-51
Interessado: FARMACIA SAO SEBASTIAO LIMITADA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SAO SEBASTIAO LIMITADA - ME, CNPJ nº 25.437.716/0001-81, em UBERABA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo n.º 25000.114253/2012-32
Interessado: GILBERTO BRUNO XAVIER & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GILBERTO BRUNO XAVIER & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 25.480.831/0001-39, em VICOSA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107318/2012-93
Interessado: FARMACIA GETULIO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA GETULIO LTDA ME, CNPJ nº 27.023.217/0001-73, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114757/2012-52
Interessado: FARMACIA DROGALIMA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DROGALIMA LTDA ME, CNPJ nº 27.121.854/0001-82, em ITAOCARA/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108636/2012-71
Interessado: DROGARIA SERRA DOURADA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SERRA DOURADA LTDA - EPP, CNPJ nº 27.745.850/0001-75, em SERRA/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135213/2012-24
Interessado: DROGARIA IRMAOS MATTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA IRMAOS MATTOS LTDA - ME, CNPJ nº 28.171.866/0001-84, em PARAIBA DO SUL/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101950/2012-23
Interessado: DROGARIA HOPPE LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA HOPPE LTDA EPP, CNPJ nº 29.201.530/0001-80, em PETROPOLIS/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121894/2012-43
Interessado: FARMACIA CENTRAL DO AMORIM LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CENTRAL DO AMORIM LTDA - ME, CNPJ nº 29.302.858/0001-92, em BELFORD ROXO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106205/2012-71
Interessado: DROGARIA GLOBO LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA GLOBO LTDA EPP, CNPJ nº 30.536.239/0001-41, em NOVA FRIBURGO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101483/2012-31
Interessado: MANOEL L FOLLY E CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MANOEL L FOLLY E CIA LTDA ME, CNPJ nº 30.551.154/0001-32, em NOVA FRIBURGO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108711/2012-02
Interessado: DROGARIA TESSAROLO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA TESSAROLO LTDA, CNPJ nº 30.576.292/0001-76, em ARACRUZ/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101514/2012-54
Interessado: DROGARIA APERIBEENSE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA APERIBEENSE LTDA - ME, CNPJ nº 31.502.412/0001-53, em APERIBE/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106186/2012-82
Interessado: MARCONI & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCONI & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 31.593.445/0001-56, em SANTO ANTONIO DE PADUA/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093090/2012-47
Interessado: DROGARIA CANTAGALENSE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CANTAGALENSE LTDA - ME, CNPJ nº 32.236.861/0001-60, em CANTAGALO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093061/2012-85
Interessado: FARMACIA ENTRERRIENSE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ENTRERRIENSE LTDA - ME, CNPJ nº 32.286.379/0001-34, em TRES RIOS/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129125/2012-93
Interessado: WAYNE & GONZAGA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa WAYNE & GONZAGA LTDA - ME, CNPJ nº 32.703.142/0001-01, em MARUIM/SE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093194/2012-51
Interessado: FARMACIA MAX LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA MAX LTDA - ME, CNPJ nº 32.810.988/0001-40, em ARACAJU/SE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.197405/2012-24
Interessado: SEIZE BARRETO GOMES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SEIZE BARRETO GOMES - ME, CNPJ nº 32.864.241/0001-75, em NEOPOLIS/SE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126631/2012-21
Interessado: FARMACIA CLEOMAR LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CLEOMAR LTDA ME, CNPJ nº 33.148.461/0001-65, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101107/2012-47
Interessado: FARMACIA SAO MOYSES LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SAO MOYSES LTDA - EPP, CNPJ nº 33.196.619/0001-72, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107180/2012-22
Interessado: FARMACIA SAO BORJA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SAO BORJA LTDA - ME, CNPJ nº 33.542.895/0001-45, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101541/2012-27
Interessado: VICENTE FRANCISCO OLIVEIRA FILHO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VICENTE FRANCISCO OLIVEIRA FILHO - ME, CNPJ nº 33.813.163/0001-42, em VEREDA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo n.º 25000.096613/2012-15
Interessado: MILTON ROBERTO DE SOUZA ROCHA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MILTON ROBERTO DE SOUZA ROCHA - ME, CNPJ nº 34.287.821/0001-72, em CENTRAL/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102143/2012-28
Interessado: PARANA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PARANA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 34.463.141/0001-62, em JARU/RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128757/2012-30
Interessado: FARMA LOPES LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMA LOPES LTDA - ME, CNPJ nº 34.768.960/0001-18, em CACOAL/RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129023/2012-78
Interessado: FRANCISCO LAERCIO TELES BRAGA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FRANCISCO LAERCIO TELES BRAGA - EPP, CNPJ nº 35.233.204/0001-57, em JUAZEIRO DO NORTE/CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128565/2012-23
Interessado: PEDRO MOURA DE PAIVA JUNIOR - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PEDRO MOURA DE PAIVA JUNIOR - ME, CNPJ nº 35.438.076/0001-88, em CABEDELO/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102336/2012-89
Interessado: CAMILA FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CAMILA FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, CNPJ nº 35.490.200/0001-54, em SANTA RITA/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.115907/2012-45
Interessado: JOSE GERALDO FAUSTINO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE GERALDO FAUSTINO - ME, CNPJ nº 35.491.968/0001-42, em JOAO PESSOA/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102438/2012-02
Interessado: EVEFARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EVEFARMA LTDA - ME, CNPJ nº 35.972.249/0001-43, em PANCAS/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135550/2012-11
Interessado: DROGUINHA FARMACIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGUINHA FARMACIA LTDA - EPP, CNPJ nº 36.191.633/0001-71, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108424/2012-94
Interessado: DROGARIA DIAS SANTIAGO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DIAS SANTIAGO LTDA - ME, CNPJ nº 36.405.785/0001-20, em IBATIBA/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108331/2012-60
Interessado: FARMACIA CLAUDIA MARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CLAUDIA MARIA LTDA - ME, CNPJ nº 36.850.782/0001-03, em MINACU/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129174/2012-26
Interessado: DROGARIA SAUDE DE CACU LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SAUDE DE CACU LTDA - ME, CNPJ nº 37.290.640/0001-93, em CACU/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107602/2012-60
Interessado: LOPES & BOMFIM LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LOPES & BOMFIM LTDA - ME, CNPJ nº 37.562.303/0001-08, em BATAYPORA/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114830/2012-96
Interessado: MAGISTRAL COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MAGISTRAL COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 37.650.959/0001-82, em GOIANIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101947/2012-18
Interessado: D C MENDEL ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa D C MENDEL ME, CNPJ nº 39.679.865/0001-61, em ITALVA/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096759/2012-52
Interessado: FARMACIA MODERNA J&C LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA MODERNA J&C LTDA - ME, CNPJ nº 40.622.177/0001-44, em VITORIA DA CONQUISTA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093481/2012-61
Interessado: JOSEFA CLAUDIA DE SOUZA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSEFA CLAUDIA DE SOUZA - ME, CNPJ nº 40.765.323/0001-90, em SAO MIGUEL/RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.171926/2012-51
Interessado: EMANOEL LOPES DE MENDONCA & FILHO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EMANOEL LOPES DE MENDONCA & FILHO LTDA - ME, CNPJ nº 40.793.531/0001-01, em SAO JOSE DO CAMPESTRE/RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113325/2012-24
Interessado: L M SILVA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa L M SILVA LTDA ME, CNPJ nº 40.843.591/0001-83, em RECIFE/PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106668/2012-32
Interessado: JOAO FLORENTINO DE LIMA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOAO FLORENTINO DE LIMA, CNPJ nº 41.121.328/0001-43, em BELEM/PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.090417/2012-29
Interessado: M L L BUENOS AIRES ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M L L BUENOS AIRES ME, CNPJ nº 41.507.344/0001-79, em TERESINA/PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

VEDADA A VENDA - EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo n.º 25000.108249/2012-35
Interessado: FARMACIA PADRE ROLIM LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA PADRE ROLIM LTDA-ME, CNPJ nº 41.754.847/0001-49, em MARIANA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.112643/2012-78
Interessado: DROGARIA MILHO BRANCO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MILHO BRANCO LTDA - ME, CNPJ nº 41.820.044/0001-45, em JUIZ DE FORA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108390/2012-38
Interessado: PHYTOLACCA FARMACIA E MANIPULACAO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PHYTOLACCA FARMACIA E MANIPULACAO LTDA, CNPJ nº 41.910.514/0001-61, em IBIA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096851/2012-12
Interessado: CLARICE DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CLARICE DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 41.993.130/0001-50, em BOTUPORA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101892/2012-38
Interessado: SILVIO W DE S PORTO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SILVIO W DE S PORTO - ME, CNPJ nº 42.002.204/0001-01, em EUNAPOLIS/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126606/2012-47
Interessado: ELPHARMA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ELPHARMA LTDA-ME, CNPJ nº 42.911.719/0001-24, em PONTE NOVA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.116810/2012-50
Interessado: FRANCISCO ALAMINO & BERNARDO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FRANCISCO ALAMINO & BERNARDO LTDA, CNPJ nº 43.131.044/0001-63, em MOCOCA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124890/2012-17
Interessado: J. FERREIRA GRAMA & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J. FERREIRA GRAMA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 44.561.058/0001-80, em AVANHANDAVA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.094401/2012-95
Interessado: DROGARIA CAPIVARIANA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CAPIVARIANA LTDA - ME, CNPJ nº 46.920.906/0001-25, em CAPIVARI/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135704/2012-75
Interessado: SILVETE KEFERAUS MORETTI & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SILVETE KEFERAUS MORETTI & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 47.291.851/0001-02, em CONCHAL/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121986/2012-23
Interessado: JOSE CAETANO RAMOS FERREIRA NETO-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE CAETANO RAMOS FERREIRA NETO-ME, CNPJ nº 48.959.019/0001-96, em REDENCAO DA SERRA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101764/2012-94
Interessado: QUEIROZ & PIO LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa QUEIROZ & PIO LTDA - EPP, CNPJ nº 49.655.152/0001-11, em CATANDUVA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114802/2012-79
Interessado: DROGARIA VILA CARIOCA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VILA CARIOCA LTDA, CNPJ nº 49.779.127/0001-40, em SAO PAULO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101856/2012-74
Interessado: DROGAUNA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGAUNA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME., CNPJ nº 50.115.864/0001-27, em SAO PAULO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.077218/2006-87
Interessado: DROGAJALES LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGAJALES LTDA - EPP, CNPJ nº 50.550.847/0001-18, em JALES/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126129/2012-10
Interessado: DROGARIA SANTA HELENA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANTA HELENA LTDA - ME, CNPJ nº 52.975.083/0001-38, em OLIMPIA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.094476/2012-76
Interessado: FARMA CAPI LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMA CAPI LTDA - EPP, CNPJ nº 53.400.271/0001-09, em CAPIVARI/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096979/2012-86
Interessado: ELIEZER XAVIER DE BARROS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ELIEZER XAVIER DE BARROS - ME, CNPJ nº 53.849.683/0001-12, em SUD MENNUCCI/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129480/2012-62
Interessado: DROGARIA SARMENTO & SARMENTO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SARMENTO & SARMENTO LTDA - ME, CNPJ nº 53.952.404/0001-41, em CAMPINAS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093388/2012-57
Interessado: BARRIONOVO & BARRIONOVO LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BARRIONOVO & BARRIONOVO LTDA. - ME, CNPJ nº 54.931.050/0001-11, em PITANGUEIRAS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101750/2012-71
Interessado: DROGARIA SAO VICENTE CATANDUVA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SAO VICENTE CATANDUVA LTDA - ME, CNPJ nº 56.063.829/0001-98, em CATANDUVA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo n.º 25000.112143/2012-36
Interessado: ADELINO PINHEIRO DE AGUIAR & CIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ADELINO PINHEIRO DE AGUIAR & CIA LTDA - EPP, CNPJ nº 57.622.292/0001-11, em SANTO ANDRE/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114805/2012-11
Interessado: DROGARIA NEIMASIL LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NEIMASIL LTDA - ME, CNPJ nº 59.558.528/0001-23, em SAO JOAO DA BOA VISTA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.122026/2012-81
Interessado: DROGARIA REFARMA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA REFARMA LTDA ME, CNPJ nº 61.114.013/0001-86, em SAO PAULO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113837/2012-91
Interessado: DROGARIA NOSSA SENHORA DE FATIMA DE VILA MARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOSSA SENHORA DE FATIMA DE VILA MARIA LTDA - ME, CNPJ nº 61.209.151/0001-49, em SAO PAULO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128556/2012-32
Interessado: DROGA NOVA ATALIBA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGA NOVA ATALIBA LTDA - EPP, CNPJ nº 61.366.548/0001-44, em SAO PAULO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.108655/2012-06
Interessado: DROGARIA TOKIO LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA TOKIO LTDA - EPP, CNPJ nº 62.049.838/0001-27, em GUARULHOS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.090818/2012-89
Interessado: FARMACIA APOTHEKE COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA APOTHEKE COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 63.237.317/0001-66, em JEQUIE/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114783/2012-81
Interessado: CICERO RODRIGUES DA SILVA DE REMANSO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CICERO RODRIGUES DA SILVA DE REMANSO, CNPJ nº 63.245.013/0001-40, em REMANSO/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097254/2012-13
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA EMANUELLE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA EMANUELLE LTDA, CNPJ nº 64.261.027/0001-10, em SANTA LUZIA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.117429/2012-16
Interessado: PHARMATIVA LTDA.-EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PHARMATIVA LTDA.-EPP, CNPJ nº 64.355.910/0001-70, em CONSELHEIRO LAFAIETE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101058/2012-42
Interessado: DROGARIA CARMO MACHADO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CARMO MACHADO LTDA - ME, CNPJ nº 64.464.910/0001-08, em RIBEIRAO DAS NEVES/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101479/2012-73
Interessado: MARIA BEATRIZ FERREIRA DA CUNHA SILVEIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIA BEATRIZ FERREIRA DA CUNHA SILVEIRA - ME, CNPJ nº 65.122.939/0001-74, em SANTA JULIANA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128795/2012-92
Interessado: DROGARIA DIAS LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DIAS LTDA - EPP, CNPJ nº 65.590.135/0001-08, em MOGI GUACU/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114274/2012-58
Interessado: CLOVIS DA CRUZ SERRA & SERRA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CLOVIS DA CRUZ SERRA & SERRA LTDA - ME, CNPJ nº 66.167.743/0001-69, em SERTAOZINHO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.105871/2012-91
Interessado: DROGARIA VILELA E FREITAS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VILELA E FREITAS LTDA - ME, CNPJ nº 66.375.031/0001-35, em PRATA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.121387/2012-18
Interessado: UBATAN DA SILVA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa UBATAN DA SILVA ME, CNPJ nº 67.205.948/0001-54, em SAO JOSE DO RIO PRETO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101631/2012-18
Interessado: HELOISE DE ANDRADE - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa HELOISE DE ANDRADE - ME, CNPJ nº 67.820.498/0001-00, em PIRAJU/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098091/2012-88
Interessado: UNIMED NORTE PAULISTA - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa UNIMED NORTE PAULISTA - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO, CNPJ nº 69.087.922/0001-84, em ITUVERAVA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128885/2012-83
Interessado: FARMACIA GASTE MENOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA GASTE MENOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 69.711.380/0001-79, em PARACURU/CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098105/2012-63
Interessado: DECIO ROBERTO BRAGA GADELHA DE ALBUQUERQUE - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DECIO ROBERTO BRAGA GADELHA DE ALBUQUERQUE - ME, CNPJ nº 69.891.786/0001-80, em ILHA DE ITAMARACA/PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135909/2012-51
Interessado: M Z PEREIRA & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M Z PEREIRA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

70.027.909/0001-19, em MOSSORO/RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135161/2012-96
Interessado: ORGANIZACAO GONZAGA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ORGANIZACAO GONZAGA LTDA - ME, CNPJ nº 70.158.555/0001-41, em MARTINS/RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102678/2012-07
Interessado: EDEGAR ALMEIDA REZENDE & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EDEGAR ALMEIDA REZENDE & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 70.359.898/0001-74, em CAMPO GRANDE/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093065/2012-63
Interessado: DROGA ROGER LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGA ROGER LTDA - ME, CNPJ nº 71.386.890/0001-60, em CONTAGEM/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.105877/2012-69
Interessado: DROGARIA SETTE & SETTE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SETTE & SETTE LTDA - ME, CNPJ nº 71.898.902/0001-35, em SAO JOAO DA BOA VISTA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.094491/2012-14
Interessado: DROGARIA MICHEL LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MICHEL LTDA - ME, CNPJ nº 72.152.499/0001-63, em TEUTONIA/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128876/2012-92
Interessado: FARMACIA FARMACENTER DE IVATE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA FARMACENTER DE IVATE LTDA - ME, CNPJ nº 72.271.950/0001-61, em IVATE/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107111/2012-19
Interessado: DROGARIA DROGA III LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DROGA III LTDA - ME, CNPJ nº 73.830.234/0001-30, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101924/2012-03
Interessado: FARMACIA IRMA HENRIQUETA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA IRMA HENRIQUETA LTDA - ME, CNPJ nº 74.102.443/0001-20, em VIADUTOS/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.106730/2012-96
Interessado: FARMACIA CRUZEIRO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CRUZEIRO LTDA, CNPJ nº 78.255.270/0001-30, em COLORADO/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097134/2012-16
Interessado: FARMACIA LAGOAO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA LAGOAO LTDA, CNPJ nº 78.757.069/0001-51, em PALMAS/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093252/2012-47
Interessado: DROGARIA E FARMACIA FARMADRE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E FARMACIA FARMADRE LTDA - ME, CNPJ nº 78.854.866/0001-57, em PALHOCA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.095486/2012-29
Interessado: FARMACIA WEILER LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA WEILER LTDA - ME, CNPJ nº 78.920.774/0001-28, em CAMPO MOURAO/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098730/2012-13
Interessado: CLAUDIO WILLINTON & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CLAUDIO WILLINTON & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 79.713.996/0001-32, em CLEVELANDIA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099038/2012-02
Interessado: M. C. T. CABRERA & CIA. LTDA. ME.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M. C. T. CABRERA & CIA. LTDA. ME., CNPJ nº 79.972.535/0001-84, em SABAUDIA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102564/2012-59
Interessado: FARMACIA NOVA ERA LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA NOVA ERA LTDA EPP, CNPJ nº 80.125.982/0001-87, em AGROLANDIA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.102583/2012-85
Interessado: FARMACIA ALAMEDA LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ALAMEDA LTDA EPP, CNPJ nº 80.718.158/0001-30, em AGROLANDIA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113586/2012-44
Interessado: DALOS & LANFRANCHI LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DALOS & LANFRANCHI LTDA-ME, CNPJ nº 81.696.304/0001-37, em LONDRINA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.071713/2007-63
Interessado: SELVINO MARCOS PICCO & CIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SELVINO MARCOS PICCO & CIA LTDA - EPP, CNPJ nº 81.738.684/0001-25, em FOZ DO IGUACU/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.113839/2012-80
Interessado: VALSIR TERESINHA ARDIGO DA COSTA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VALSIR TERESINHA ARDIGO DA COSTA EPP, CNPJ nº 81.805.764/0001-56, em AGUAS MORNAS/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.093082/2012-09
Interessado: KNIHS E COMPANHIA LIMITADA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa KNIHS E COMPANHIA LIMITADA, CNPJ nº 82.722.984/0001-89, em BRUSQUE/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.178113/2012-92
Interessado: CARLIN FELIPE DE ANDRADE ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CARLIN FELIPE DE ANDRADE ME, CNPJ nº 83.356.527/0001-80, em ANAPU/PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo n.º 25000.102762/2012-12
Interessado: FARMACIA BEATRIZ LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA BEATRIZ LTDA EPP, CNPJ nº 83.633.875/0001-58, em INDAIAL/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098751/2012-21
Interessado: ALVES VIEIRA & VIEIRA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALVES VIEIRA & VIEIRA LTDA - ME, CNPJ nº 84.875.517/0001-14, em ASSIS CHATEAUBRIAND/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.090557/2012-05
Interessado: DROGA-GRAZIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGA-GRAZIA LTDA, CNPJ nº 86.368.503/0001-30, em JUIZ DE FORA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.098346/2012-11
Interessado: DROGARIA REZENDE SILVEIRA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA REZENDE SILVEIRA LTDA - ME, CNPJ nº 86.416.435/0001-37, em SANTO ANTONIO DO AMPARO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.128559/2012-76
Interessado: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB.BANC DE TUBARAO E REGIAO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB.BANC DE TUBARAO E REGIAO, CNPJ nº 86.448.115/0001-69, em TUBARAO/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114748/2012-61
Interessado: JM DROGARIA E FARMACIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JM DROGARIA E FARMACIA LTDA, CNPJ nº 86.496.429/0001-37, em CAPELINHA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.161673/2012-16
Interessado: UNIMED ERECHIM-COOPERATIVA DE SERVICOS DE SAUDE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa UNIMED ERECHIM-COOPERATIVA DE SERVICOS DE SAUDE LTDA, CNPJ nº 87.638.334/0001-73, em ERECHIM/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114756/2012-14
Interessado: ANTONIO SERGIO MEDEIROS & CIA.LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANTONIO SERGIO MEDEIROS & CIA.LTDA - ME, CNPJ nº 89.132.054/0001-14, em CACHOEIRINHA/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.097068/2012-76
Interessado: DROGARIA JACUTINGA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA JACUTINGA LTDA - ME, CNPJ nº 89.453.815/0001-30, em JACUTINGA/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107524/2012-01
Interessado: DROGARIA ACHUTTI LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ACHUTTI LTDA - EPP, CNPJ nº 89.616.742/0001-50, em ALVORADA/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.101157/2012-24
Interessado: BARBIERO E DALMAGRO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BARBIERO E DALMAGRO LTDA - ME, CNPJ nº 90.238.775/0001-92, em TRINDADE DO SUL/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107347/2012-55
Interessado: SCHEFFER & SANTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SCHEFFER & SANTOS LTDA - ME, CNPJ nº 92.275.858/0001-87, em MOSTARDAS/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.103046/2012-52
Interessado: IRACY F BOCCHESE E CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IRACY F BOCCHESE E CIA LTDA - ME, CNPJ nº 93.441.756/0001-57, em VACARIA/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114627/2012-10
Interessado: MARILETE B VALERIO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARILETE B VALERIO - ME, CNPJ nº 94.502.010/0001-79, em NOVA ALVORADA/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114428/2012-10
Interessado: IDENO JOSE SPERANDIO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IDENO JOSE SPERANDIO - ME, CNPJ nº 95.169.512/0001-92, em LIBERATO SALZANO/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.096899/2012-21
Interessado: DROGARIA DROGAFARMA NOVA ODESSA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DROGAFARMA NOVA ODESSA LTDA - ME, CNPJ nº 96.364.484/0001-27, em NOVA ODESSA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.129165/2012-35
Interessado: LIZANE DE CAMPOS CHARAO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LIZANE DE CAMPOS CHARAO - ME, CNPJ nº 97.066.955/0001-83, em GRAVATAI/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.114616/2012-30
Interessado: MARCO ANTONIO MARSON DA SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCO ANTONIO MARSON DA SILVA - ME, CNPJ nº 97.235.360/0001-04, em CORONEL BICACO/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.099136/2012-31
Interessado: A B MACHADO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A B MACHADO - ME, CNPJ nº 97.524.154/0001-14, em GARCA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126647/2012-33
Interessado: FARMACY EXTRA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACY EXTRA LTDA - ME, CNPJ nº 97.526.285/0001-30, em ITUVERAVA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.107163/2012-95
Interessado: DROGARIA COPA 2014 DE CAMPO GRANDE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA COPA 2014 DE CAMPO GRANDE LTDA - ME, CNPJ nº 97.528.576/0001-68, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo n.º 25000.101919/2012-92
Interessado: DROGARIA DLL LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DLL LTDA - ME, CNPJ nº 97.535.479/0001-00, em ATIBAIA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.135363/2012-38
Interessado: MARLY AGRIPINA GONCALVES VIEIRA CUNHA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARLY AGRIPINA GONCALVES VIEIRA CUNHA - ME, CNPJ nº 97.547.223/0001-05, em ITANHOMI/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

LEONARDO BATISTA PAIVA
Substituto

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 589, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.045786/2012-75, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento a pessoa jurídica CENTRAL SÃO LEOPOLDO DE INSPEÇÕES VEICULARES LTDA, CNPJ: 09.128.175/0001-53, situada no Município de São Leopoldo - RS, na Rua Senador Salgado Filho, nº 3.295, Scharlau, CEP 93.125-340, para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO comunicará ao DENATRAN eventuais ocorrências que venham a alterar a situação da Instituição Técnica Licenciada.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 590, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.027810/2009-99, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação dessa Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a filial da pessoa jurídica ABCD VISTORIAS VEICULAR SOCIEDADE LTDA, CNPJ - 09.513.012/0004-37, situada no Município de São Bernardo do Campo - SP, na Rua Thales dos Santos Freire, 374 - Térreo - Baeta Neves, CEP 09.751-020, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de São Bernardo do Campo Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 194, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - PMCMV - E.

O PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FDS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 22 da Resolução nº 86, de 23 de dezembro de 2002, e com base nos incisos I, II e III do art. 6º da Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, e

Considerando o aporte de recursos da União previsto nos art. 2°, inciso II, e 82-A da Lei n° 11.977, de 7 de julho de 2009, com a redação dada pela Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011, e no art. 2°, inciso II, do Decreto n° 7.499, de 16 de junho de 2011, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, Portaria Interministerial n º 464, de 30 de setembro de 2011;

Considerando que o acesso à moradia regular é condição básica para que as famílias de baixa renda possam superar suas vulnerabilidades sociais e alcançar sua efetiva inclusão na sociedade brasileira, e que o acesso ao financiamento habitacional para estas famílias que não têm capacidade de poupança exige condições especiais e subsidiadas; e

Considerando que os estímulos ao regime de cooperativismo habitacional e ao princípio de ajuda mútua são formas de garantir a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais comuns dentro das necessidades e características dos usos e costumes locais;

Ad Referendum do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (CCFDS) resolve:

Art. 1 Fica aprovado, na forma do Anexo desta Resolução, o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - PMCMV-E para aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS definidos no art. 2°, inciso II, da Lei n° 11.977, de 07 de julho de 2009, e no art. 2°, inciso II, do Decreto n° 7.499, de 16 de junho de 2011.

Art. 2 O Gestor da Aplicação e o Agente Operador regulamentarão a presente Resolução no âmbito de suas respectivas competências, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data de sua publicação.

Art. 3 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 Fica revogada a Resolução nº 183, de 10 de novembro de 2011, do Conselho Curador do FDS, publicada no Diário Oficial da União, em 11 de novembro de 2011, Seção 1, páginas 95 a 99.

AGUINALDO RIBEIRO

ANEXO

1 OBJETIVO

O Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades tem por objetivo tornar acessível à moradia para famílias com renda mensal bruta até R$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos, visando à produção, aquisição e requalificação de imóveis urbanos.

2 FORMA DE ATENDIMENTO

Nas operações realizadas com recursos provenientes dos recursos transferidos ao FDS deverão as pessoas físicas selecionadas assumir o ônus quanto ao pagamento de cento e vinte prestações mensais, correspondentes a cinco por cento da renda bruta familiar mensal, com valor mínimo fixado em R$ 25,00 (vinte e cinco Reais).

O PMCMV-E atenderá também a Entidade Organizadora - EO como substituta temporária dos beneficiários finais, conforme previsto no item 06, alínea "b".

3 PÚBLICO ALVO

a) Pessoas físicas com renda familiar bruta mensal de até R$ 1.600,00 (um mil e seiscentos Reais);

b) Serão priorizadas, entre os beneficiários, as famílias que atendam os critérios previstos nas Portarias do Ministério das Cidades n. 610/2011 e n.198/2012, e alterações posteriores;

c) Será permitido às mulheres chefes de família firmar contrato de financiamento independente de outorga do cônjuge, na forma do art. 73-A da Lei nº. 11.977/2009;

d) No processo de seleção dos beneficiários reservar-se-á, no mínimo, 3% das unidades habitacionais para atendimento aos idosos, conforme disposto no inciso I do art. 38 da Lei nº. 10.741/2003, e suas alterações - Estatuto do Idoso;

e) Todas as unidades habitacionais destinadas a pessoas com deficiência ou cuja família façam parte pessoas com deficiência deverão ser adaptadas de acordo com o tipo de deficiência observando a especificação técnica mínima disponível;

f) Os Agentes Financeiros deverão certificar-se da renda familiar brutal mensal ou informal do beneficiário;

g) É vedada a concessão de financiamentos com recursos do FDS a beneficiários que:

g.1) detenham, em qualquer parte do país, outro financiamento imobiliário ativo;

g.2) sejam proprietários ou promitentes compradores de imóvel residencial em qualquer parte do país;

g.3) tenham recebido, a qualquer época, subsídios diretos ou indiretos com recursos orçamentários da União e/ou dos Fundos Habitacionais FAR, FDS, FGTS e FNHIS para aquisição de moradia; e

g.4) tenham recebido, a qualquer época, lote oriundo de programas habitacionais, salvo se a modalidade requerida for para edificação no mesmo.

h) Excetuadas as seguintes situações:

h.1) nos casos de emergência ou estado de calamidade pública reconhecida pela União, as famílias desabrigadas que perderam seu único imóvel, mesmo que tenham recebido benefício de natureza habitacional oriundo de recursos orçamentários da União, do FAR, do FDS ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS e na aquisição de material de construção;

h.2) dos beneficiários que estejam enquadrados na alínea "g.2", desde que a unidade habitacional seja componente de empreendimento cancelado e/ou o beneficiário que foi substituído durante a fase de produção, e ainda haja posicionamento favorável do Agente Financeiro e do Agente Operador para a concessão de financiamento no âmbito do PMCMV-E; e

i) A documentação necessária para comprovação das alíneas acima será definida pelo Agente Operador.

4 ÁREA DE ATUAÇÃO

Áreas urbanas localizadas no território nacional, observados os requisitos que serão regulamentados pelo Gestor da aplicação dos recursos do FDS.

5 PARTICIPANTES

a) Gestor da Aplicação - Ministério das Cidades;

b) Agente Operador - Caixa Econômica Federal (CAIXA);

c) Agentes Financeiros - Instituições Financeiras Federais;

d) Entidade Organizadora - Cooperativas habitacionais ou mistas associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos habilitadas previamente pelo Ministério das Cidades;

e) Comissão de Representantes - Comissão de Representantes - CRE e Comissão de Acompanhamento de Obra - CAO, constituídas em eleição pelos beneficiários e representatividade da EO;

f) Beneficiários - Pessoas físicas cujas famílias se enquadram nas regras do programa e que sejam participantes e indicadas pela Entidade Organizadora;

g) Agentes Fomentadores - Governos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, Companhias de Habitação Popular - COHAB's e órgãos assemelhados;

h) Agentes Executores - Empresas do setor de construção civil responsáveis pela execução da obra ou Entidade Organizadora;

i) Equipe ou órgão de assessoria técnica, contratada pela Entidade Organizadora; e

Outros órgãos ou entidades, que a critério da Entidade Organizadora, participem da realização dos objetivos do projeto.

6 MODALIDADES OPERACIONAIS

a) Contratação com os beneficiários finais para:

a.1) aquisição de terreno e construção;

a.2) construção em terreno próprio ou de terceiros; e

a.3) aquisição de imóvel novo ou para requalificação.

b) Contratação direta com a Entidade Organizadora, como substituta temporária dos beneficiários, vinculada à contratação futura com os beneficiários finais para:

b.1) construção em terreno de sua propriedade;

b.2) aquisição de terreno, pagamento de assistência técnica e despesas com legalização;

b.3) aquisição de terreno e construção;

b.4) pagamento de assistência técnica e despesas com legalização em terrenos transferidos e em processo de transferência pelo poder público ou de propriedade da Entidade Organizadora;

b.5) construção das unidades habitacionais em terrenos de que tratam as alíneas "b.2" e "b.4".

c) O Gestor da Aplicação dos recursos do FDS regulamentará as modalidades operacionais.

6.1 Serão considerados novos os imóveis com até 180 (cento e oitenta) dias de "habite-se", ou documento equivalente, expedido pelo órgão público municipal competente ou, nos casos de prazo superior, que não tenham sido habitados ou alienados.

6.1.1 Serão passíveis de enquadramento, hierarquização, seleção e contratação de propostas no FDS as unidades habitacionais produzidas a partir de 26 de março de 2009 ou aquelas que se encontravam em fase de produção na referida data, exclusivamente.

7 REGIMES DE CONSTRUÇÃO

a) São permitidos os seguintes regimes construtivos:

a.1) Autoconstrução pelos próprios beneficiários;

a.2) Mutirão ou autoajuda;

a.3) Autogestão;

a.4) Administração direta; e

a.5) Empreitada.

b) O Gestor da Aplicação dos recursos do FDS conceituará os regimes de construção e disciplinará as suas aplicações;

c) No caso de construção verticalizada é obrigatória a contratação na modalidade de empreitada, sendo permitida a execução direta pela Entidade Organizadora quando o Responsável Técnico ou sua Assessoria Técnica comprovar acervo técnico compatível ao projeto elaborado.

8 CONDIÇÕES OPERACIONAIS GERAIS

8.1 COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO

a) É representada pela composição das parcelas de custos diretos e indiretos necessários à produção do empreendimento, definido e regulamentado pelo Gestor da Aplicação dos recursos do FDS;

b) No regime de contratação de empreitada global será admitida a bonificação de até 8% (oito por cento) sobre o valor de investimento.

8.2 De acordo com o enquadramento da proposta/projeto e sua forma de intervenção o valor de investimento é composto total ou parcialmente pelos itens a seguir:

8.2.1) CUSTO DIRETO

a) Terreno: valor correspondente ao de aquisição, desapropriação, doação ou avaliação;

a.1) O valor do terreno compõe o valor de investimento nos casos em que houver transferência da propriedade;

b) Projetos: valor correspondente ao custo de elaboração dos projetos de engenharia, arquitetura, laudos e pareceres técnicos e jurídicos;

c) Infraestrutura: valor correspondente às obras e aos serviços na poligonal do empreendimento, que objetivem, conjunta ou alternativamente, a solução de abastecimento de água e esgotamento sanitário, iluminação pública, terraplanagem, sistema de drenagem pluvial, pavimentação de passeios e das vias de acesso internas da área e obras de contenção e estabilização do solo, dentre outras;

c.1) Na planilha de composição dos custos de infraestrutura considerados para o financiamento não devem ser contemplados recursos para as redes de distribuição de energia;

c.2) A responsabilidade da distribuidora compreende as obras necessárias, em quaisquer níveis de tensão, para a conexão do empreendimento à rede da distribuidora;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

d) Edificação: valor correspondente ao custo da unidade habitacional;

e) Assistência Técnica: acompanhamento e gerenciamento da execução;

f) Trabalho Social: elaboração de projeto e execução;

g) Administração da obra: despesas de Gestão da obra pela Entidade Organizadora e segurança;

h) Almoxarifado: depósito de materiais em área coberta para a guarda de materiais para uso na obra;

i) Canteiros de obras: nome genérico dado às instalações de apoio à obra;

j) Mobilização: gastos com mão de obra e equipamentos no início de implantação da obra; e

k) Desmobilização: gastos com mão de obra e equipamentos após o término da obra, para retirada e remoção de todos os materiais e equipamentos instalados no canteiro.

8.2.1.1)Despesas com taxas, impostos diretos, emolumentos cartorários: valor correspondente às despesas imprescindíveis à constituição do crédito e à regularização da operação de financiamento, assim entendido como os custos referentes à:

a) Impostos de Transmissão do Imóvel;

b) Registro do contrato no Cartório de Registro de Imóveis;

c) Obtenção do "habite-se" junto à Prefeitura Municipal ou órgão público equivalente; e

d) Averbação das construções no Cartório de Registro de Imóveis.

8.2.1.2) Instituição/especificação do condomínio e individualização das unidades nas respectivas matrículas imobiliárias, quando for o caso.

8.2.1.3) Os contratos firmados com os beneficiários estabelecerão por conta do FDS o pagamento de custas e emolumentos cartorários referentes à escritura pública, registro das garantias e aos demais atos relativos ao imóvel, independentemente da garantia utilizada.

8.2.1.4) Os valores referentes à custa e aos emolumentos cartorários compõem o valor de investimento, sem incidência no valor de financiamento e/ou operação. Os procedimentos para pagamento pelo FDS das despesas de custas e emolumentos cartorários serão definidos pelo Agente Operador.

8.2.2) CUSTO INDIRETO

8.2.2.1) São as despesas da administração da sede central da Entidade Organizadora e os tributos incidentes na execução do objeto principal do contrato, assim entendido como os custos referentes à:

a) Administração da Sede: Estrutura administrativa de condução e apoio à execução da obra;

b) Tributos - são os percentuais de alíquotas aplicadas conforme legislação vigente;

b.1) Tributos Federais - são as alíquotas dos tributos PIS e CONFINS a serem pagos pela Entidade Organizadora; e

b.2) Tributo Municipal - ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - são impostos pagos pela Entidade Organizadora sobre a parte relativa aos serviços de mão de obra.

8.3 LIMITES OPERACIONAIS

Na elaboração dos projetos devem ser observados os seguintes limites, para fins de enquadramento no Programa:

8.3.1Número máximo de unidades por projeto, conforme a seguir:

a) até 200 (duzentas) unidades habitacionais nas modalidades operacionais de:

a.1) aquisição de terreno e construção;

a.2) construção em terreno próprio ou de terceiros;

a.3) aquisição de imóvel novo ou para requalificação, a ser regulamentado pelo Gestor da Aplicação;

b) até 500 (quinhentas) unidades habitacionais nas modalidades operacionais de:

b.1) contratação direta com a Entidade Organizadora em terreno de sua propriedade para construção, como substituta temporária dos beneficiários, vinculada à contratação futura com os beneficiários finais; e

b.2) contratação direta com a Entidade Organizadora para aquisição de terreno, pagamento de Assistência Técnica e despesas com legalização, como substituta temporária dos beneficiários, vinculado à contratação futura para a produção das unidades habitacionais;

b.3) contratação direta com a Entidade Organizadora para aquisição de terreno e construção, como substituta temporária dos beneficiários, vinculada à contratação futura com os beneficiários finais;

b.4) contratação direta com a Entidade Organizadora para pagamento de assistência técnica e despesas com legalização em terrenos doados, cedidos ou em processo de cessão ou doação pelo poder público ou de propriedade da Entidade Organizadora, como substituta temporária dos beneficiários, vinculado à contratação futura para a produção das unidades habitacionais;

b.5) contratação direta com a Entidade Organizadora para construção, como substituta temporária dos beneficiários, em operação anteriormente firmada na alínea "b.2;

8.3.2 O Gestor da Aplicação dos recursos do FDS, mediante solicitação da Entidade Organizadora e parecer favorável dos Agentes Operador e Financeiros, poderá autorizar a ampliação de até 50% (cinquenta por cento) da quantidade de unidade do limite estabelecido na letra "a" do subitem anterior.

8.3.3 Valor da operação no máximo de R$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais) por unidade habitacional, a ser regulamentado pelo Gestor da Aplicação dos recursos do FDS.

8.3.4 Os limites por tipologia, especificação mínima da unidade habitacional e número máximo de unidades habitacionais pelo porte do município serão definidos pelo Gestor da Aplicação dos recursos do FDS.

8.3.5 Os recursos orçamentários serão distribuídos tendo como referência o déficit habitacional absoluto de cada Estado da Federação, conforme PNAD 2008.

8.3.6 Nos empreendimentos habitacionais em edificações multifamiliares será admitida a produção de unidades destinadas à atividade comercial a eles vinculada, devendo o resultado de sua exploração ser destinado integralmente ao custeio do condomínio, desde que vinculados ao empreendimento e dentro dos valores máximos da operação.

8.3.6.1 O uso comercial será em prol do condomínio, inalienável e vedada a concessão não onerosa.

8.3.7 Será admitida a produção de equipamentos comunitários complementares à habitação, desde que vinculados ao empreendimento e dentro dos valores máximos da operação.

8.4 TRABALHO SOCIAL

Constitui um conjunto de ações inclusivas, de caráter sócio educativas, voltadas para o fortalecimento da autonomia das famílias, sua inclusão produtiva e a participação cidadã, contribuindo para a sustentabilidade dos empreendimentos habitacionais.

8.4.1 A execução é de responsabilidade da Entidade Organizadora e será desenvolvido em 03 (três) etapas:

a) Etapa Pré-Obras - Iniciado no mínimo em até 90 (noventa) dias antes do início da obra;

b) Etapa Durante as Obras - executada durante as obras, após a assinatura do contrato; e

c) Etapa de Pós-Ocupação - iniciada imediatamente após a conclusão das obras e terá duração de até 90 (noventa) dias.

8.5 INSTRUÇÃO DOS PEDIDOS DE CRÉDITO

8.5.1O Gestor da aplicação dos recursos do FDS regulamentou por intermédio da Portaria nº 105, de 02 de março de 2012, os requisitos a serem atendidos pela Entidade Organizadora para a sua habilitação, obedecidos os critérios para seleção e priorização dos projetos apresentados conforme Instrução Normativa do Programa.

8.6 CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO E REPASSE ENTRE O AGENTE OPERADOR E FINANCEIRO

8.6.1Será realizado Contrato de Abertura de Crédito e Repasse entre o Agente Operador e o Agente Financeiro para aporte dos recursos.

8.6.2 As condições do contrato de repasse serão definidas pelo Agente Operador em consonância com os critérios definidos no Programa.

8.6.3 O valor a ser desembolsado pelo FDS, por unidade habitacional, será até o valor máximo da operação, definido pelo Gestor da Aplicação dos recursos do FDS.

9 CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FDS

9.1 Os Agentes Financeiros retornarão ao FDS as prestações mensais pagas pelos beneficiários contratantes dos financiamentos.

9.2 O retorno dos recursos da União creditados ao FDS e pagos pelos beneficiários passarão a compor conta específica, remunerada pela Taxa Média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

9.3 Os recursos onerosos do FDS que forem utilizados nas contratações no âmbito do PMCMV-E serão ressarcidos pela União, devidamente atualizados pela taxa SELIC, conforme previsto no Art. 82-A da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, alterada pela Lei nº. 12.424, de 16 de junho de 2011.

10 CONDIÇÕES DOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS AOS BENEFICIÁRIOS PELO AGENTE FINANCEIRO

10.1 O financiamento concedido ao beneficiário será formalizado observando-se as seguintes condições básicas:

a) VALOR DO INVESTIMENTO: corresponde aos custos necessários à produção da unidade habitacional;

b) VALOR DA OPERAÇÃO: corresponde ao valor definido pelo Gestor das Aplicações do FDS;

c) VALOR DO FINANCIAMENTO: até o valor da operação;

d) VALOR DA CONTRAPARTIDA OU RECURSOS PRÓPRIOS: diferença entre o Valor de Investimento e o Valor do financiamento;

e) VALOR BRUTO DA PRESTAÇÃO MENSAL INICIAL: corresponde ao valor do financiamento dividido por 120 (cento e vinte) meses, calculada pela Tabela Price ou SAC;

f) VALOR LÍQUIDO DA PRESTAÇÃO MENSAL INICIAL: correspondentes a 5% (cinco por cento) da renda bruta familiar mensal, com valor mínimo fixado de R$ 25,00 (vinte e cinco Reais);

g) VALOR DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA NA PRESTAÇÃO: Diferença entre o Valor Bruto da Prestação e o Valor Líquido da Prestação, concedido independentemente da data do pagamento;

h) QUOTA: 99,99% do valor do investimento. O custeio do valor da diferença entre o total do investimento e da operação de financiamento, caso haja, será assumido pelos beneficiários em espécie ou bens e serviços economicamente mensuráveis;

i) TAXA DE JUROS: 0,00% (zero por cento);

j) PRAZO DE CARÊNCIA: o previsto para execução das obras, limitado ao máximo de 36 (trinta e seis) meses;

j.1) Excepcionalmente, a critério do Gestor da Aplicação, por solicitação da Entidade Organizadora e manifestação dos Agentes Operador e Financeiro, o prazo de carência poderá ser prorrogado ou concedido novo prazo;

k) PRAZO DE AMORTIZAÇÃO: fixo de 120 (cento e vinte) meses;

l) GARANTIA: na contratação será adotada uma das seguintes garantias:

l.1) Hipoteca em favor do FDS;

l.2) Responsabilidade Solidária por 72 (setenta e dois) meses, até o máximo de 3 (três) beneficiários;

l.3) Alienação Fiduciária em favor do FDS;

i) No caso de execução com utilização da garantia Alienação Fiduciária o Agente Financeiro receberá 20% (vinte por cento) de comissão sobre o valor que remanescer da dívida, deduzidas as despesas referentes à execução e aos tributos, e repassará o saldo remanescente ao FDS;

ii) Independente da garantia adotada, a falta de pagamento por parte do beneficiário ensejará a sua inserção nos cadastros restritivos;

iii) Em empreendimentos de unidades habitacionais dispersas, a garantia responsabilidade solidária será aceita somente em municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

m) CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR: atualizado anualmente pela remuneração básica dos depósitos em poupança com aniversário no dia 1º do mês, durante o prazo de amortização da operação, não havendo esta atualização durante o prazo de carência. Eventual saldo residual ao final do prazo de amortização será assumido pelo FDS;

n) CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO MENSAL: anualmente na data de aniversário do contrato, pela remuneração básica dos depósitos em poupança com aniversário no dia 1º do mês acumulada mensalmente;

o) MORTE E INVALIDEZ PERMANENTE: não será exigido pagamento do devedor, e, em caso de evento, a dívida remanescente será liquidada ou amortizada pelo FDS a título de subsídio, observando-se o percentual de renda pactuado;

p) DANOS FÍSICOS NO IMÓVEL: as despesas de recuperação serão assumidas pelo FDS, sem exigência de pagamento pelo devedor, limitada ao valor da operação atualizado, decorrentes de:

p.1) incêndio ou explosão;

p.2) inundação e alagamento causados por agentes externos;

p.3) desmoronamento parcial ou total de paredes, vigas ou outra parte estrutural, desde que causado por forças ou agentes externos; e

p.4) destelhamento, causado por ventos fortes ou granizos;

p.5) O FDS não assume as despesas de recuperação de imóveis relativas:

p.5.1) às providências tomadas para o combate à propagação dos Danos Físicos no Imóvel - DFI, para a sua salvaguarda, proteção e desentulho do local;

p.5.2) às prestações mensais devidas pelo mutuário ao Agente Financeiro, quando em caso de ocorrência de DFI for constatada a necessidade de sua desocupação;

p.5.3) aos aluguéis, quando houver desocupação do imóvel;

p.5.4) à perda de conteúdo, em caso de perda do imóvel;

p.5.5) às obras externas necessárias à proteção do imóvel, fora do perímetro do terreno em que ele esteja edificado;

p.5.6) às obras de infraestrutura;

p.5.7) à má conservação, assim entendida a falta dos cuidados usuais visando o funcionamento normal do imóvel, como por exemplo, a limpeza de calhas e tubulações de esgotos;

p.5.8) aos atos do próprio mutuário ou de quem suas vezes fizer;

p.5.9) aos atos externos que provoquem a repetição de ocorrências anteriormente indenizadas sem que tenha sido tomadas, por quem de direito, as providências indicadas pelo Agente Operador;

p.5.10) à água de chuva ou neve, quando penetrando diretamente no interior do imóvel, pelas janelas, vitrinas, claraboias, respiradouros ou ventiladores abertos ou defeituosos;

p.5.11) à água de torneira ou registro, ainda que deixados abertos inadvertidamente;

p.5.12) à infiltração de água ou outra substância líquida através de pisos, paredes e tetos, salvo quando consequente das ocorrências garantidas;

p.5.13) às águas provenientes de ruptura de encanamentos, canalizações, adutoras e reservatórios, que pertençam ao próprio imóvel ou ao edifício conjunto ao qual seja o imóvel parte integrante;

p.5.14) à recuperação de imóvel por danos oriundos de vícios de construção, comprovados pelo laudo de vistoria promovido pelo Agente Operador;

p.5.15) aos danos físicos repetitivos de ocorrências anteriormente garantidas sem que tenham sido tomadas, por quem de direito, as providências necessárias para impedi-las, e estas repetirem-se no intervalo inferior a 3 (três) anos desde a última ocorrência; e

p.5.16) à recuperação de imóveis por danos decorrentes de uso e desgaste verificados exclusivamente em razão do decurso do tempo e da utilização normal da coisa, ainda que cumulativamente relativos à: revestimentos, instalações elétricas, instalações hidráulicas, pintura, esquadrias, vidros ferragens e pisos;

q) IMPONTUALIDADE: a quantia a ser paga será atualizada com base na remuneração básica dos depósitos em caderneta de poupança com aniversário no dia primeiro pelo critério pro rata die, desde a data do vencimento, inclusive, até a data do pagamento, exclusive. Sobre o valor da obrigação atualizado, incidirá juros moratórios à razão de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso;

r) RESTRIÇÃO CADASTRAL DOS BENEFICIÁRIOS: é permitida a participação de beneficiário com restrição cadastral no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC e/ou SERASA, exceto CADIN - Cadastro Informativo de Crédito não Quitados do Setor Público Federal;

s) ENCARGOS DURANTE A FASE DE PRODUÇÃO: não são devidos encargos nesta fase;

t) INCENTIVOS A ADIMPLÊNCIA:

t.1) Será direcionado mensalmente à Entidade Organizadora o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do total pago pelo grupo de beneficiários, quando a adimplência for de 100% (cem por cento), verificada até o último dia de cada mês;

u) Em caso da utilização dos recursos ou da unidade habitacional em finalidade diversa do objeto do programa será exigida a quitação antecipada do financiamento implicando no pagamento do

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

valor da dívida contratual total do imóvel, acrescido de juros e atualização monetária, com base na remuneração dos recursos que serviram de lastro à sua concessão, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei;

v) A quitação antecipada do contrato implicará no pagamento do saldo integral da dívida do imóvel, incluindo o valor correspondente à subvenção econômica;

x) Não será admitida a transferência inter vivos de imóveis sem a respectiva quitação;

x.1) Admite-se a substituição de beneficiários, exclusivamente durante o processo de carência, condicionada à homologação em assembleia geral dos beneficiários, com ata registrada e encaminhada pela Entidade Organizadora ao Agente Financeiro, até o limite de 30% (trinta por cento) dos componentes da listagem original;

x.2) Serão consideradas nulas as cessões de direitos, promessas de cessões de direitos ou procurações que tenham por objeto a compra e venda ou promessa de compra e venda ou a cessão de imóveis adquiridos sob as regras do PMCMV-E e que estejam em desacordo com o item 10, letra "v", para contratos firmados em data posterior a 16 de junho de 2011;

y) Projeto: correspondem aos valores dos projetos de engenharia, inclusive levantamentos, sondagens, pareceres, laudos, serviços jurídicos e capacitação para autogestão na fase pré-obra, licenciamentos e demais elementos necessários à execução da obra, limitado aos seguintes percentuais do valor da operação:

y.1) 3% do valor da operação para projetos com até 100 (cem) unidades habitacionais;

y.2) 2% do valor da operação para projetos com mais de 100 (cem) e até 200 (duzentas) unidades habitacionais; e

y.3) 1,5% (um e meio por cento) do valor da operação para projetos com mais de 200 (duzentas unidades habitacionais;

y.4) O Gestor da Aplicação dos recursos do FDS, mediante solicitação da Entidade Organizadora e parecer favorável dos Agentes Operador e Financeiro, poderá autorizar a ampliação de até 50% (cinquenta por cento) da porcentagem referida nos subitens anteriores;

10.2 Na modalidade de operação de antecipação para aquisição do terreno, prevista no item 06, alínea "b.2" e "b.4", serão adotados os critérios previstos nesta Resolução, com a seguinte alteração:

a) Valor do financiamento: valor repassado pelo FDS para aquisição de terreno e pagamento de assistência técnica para elaboração de projetos de engenharia e social, para legalização e para execução parcial do trabalho social;

b) Excepcionalmente, no caso de haver extrapolação dos custos apresentados no projeto em relação ao limite máximo do valor unitário da operação definido para o município/UF, a Entidade Organizadora deverá fazer o aporte da diferença apurada, sob a forma de contrapartida;

c) Estimativa orçamentária: para seleção da proposta o Gestor da Aplicação dos recursos do FDS considera 100% (cem por cento) do valor máximo unitário da operação definido para o município/UF;

d) Composição da Aquisição do Terreno: correspondente ao valor de compra e venda ou de avaliação do imóvel efetuada pelo Agente Financeiro, o que for menor, acrescido das despesas de registro e legalização, caso necessário, limitados a no máximo 15% do valor da operação;

e) Excepcionalmente, devidamente justificado pela Entidade Organizadora, os Agentes Operador e Financeiro poderão autorizar valor do terreno acrescido das despesas de registro e legalização acima do limite previsto na alínea "d";

f) As despesas de elaboração de projeto serão pagas pelo Agente Financeiro mediante comprovantes de pagamento e/ou de vínculo empregatício do responsável técnico com a entidade e após a apresentação da peça técnica pela Entidade Organizadora;

g) A contratação da operação somente poderá ser efetivada para terreno com projeto de loteamento ou condomínio aprovado;

g.1) Excepcionalmente, devidamente justificado pela Entidade Organizadora, os Agentes Operador e Financeiro poderão autorizar a contratação de operação cujo projeto de loteamento ou condomínio ainda não tenha sido aprovado pela prefeitura, desde que seja possível analisar a viabilidade técnica de infraestrutura, fundiária e urbanística do empreendimento;

g.2) Para liberação da última parcela é necessário o encaminhamento ao Agente Financeiro das minutas do memorial de incorporação e da especificação do condomínio, quadros da NBR-12.721, memoriais, cronogramas, orçamentos, FRE, QCI e demais documentos necessários para a contratação futura para a construção. Casos excepcionais poderão ser autorizados pela SNH - Secretaria Nacional de Habitação;

g.3) Na contratação com os beneficiários será utilizada a garantia alienação fiduciária.

h) A Entidade Organizadora deverá apresentar o anteprojeto ao Agente Financeiro no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da contratação da operação;

i) Instalações visando à segurança do imóvel;

j) A Entidade Organizadora deverá assinar o contrato de edificação na área contratada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da contratação da operação; e

k) A Secretaria Nacional de Habitação poderá autorizar a prorrogação dos prazos definidos nos subitens "h" e "j" mediante solicitação fundamentada da Entidade Organizadora, corroborada pelos Agentes Financeiro e Operador;

l) Quando da contratação da obra, o valor da operação poderá ser atualizado para o valor vigente, desde que os projetos se enquadrem nas especificações mínimas previstas para o Programa e haja seleção complementar de valores, observado o orçamento previsto;

m) Limite de contratação para as modalidades previstas no item 6, alínea "b.2" e "b.4" de até 30% (trinta por cento) do total dos investimentos estabelecidos no Plano de Metas do PMCMV-E para o exercício.

10.3 Para as modalidades operacionais de contratação direta com a Entidade Organizadora previstas no item 06, letra "b" serão considerados os critérios previstos nesta Resolução, com as complementações seguintes:

a) Não será necessária a avaliação de risco de crédito da Entidade Organizadora por parte do Agente Financeiro para verificação de sua capacidade de pagamento;

b) O saldo devedor da Entidade Organizadora corresponde ao valor total de financiamento;

c) Garantia: Alienação Fiduciária ou Hipoteca;

d) A Entidade Organizadora tem até 90 (noventa) dias, antes da finalização do prazo previsto para conclusão das obras, para ratificar os beneficiários finais e apresentar a documentação pertinente para assinatura dos contratos de financiamento, e em caso de descumprimento;

d.1) O contrato entrará em retorno se não for excepcionalizada a prorrogação de prazo pelos Agentes Financeiro e Operador;

d.2) Os imóveis serão retomados e alienados de acordo com a legislação regulamentar existente, no caso do contrato entrar em retorno e houver o inadimplemento da Entidade Organizadora;

d.2.1) Prazo de amortização: fixo em 12 (doze) meses;

e) Prazo de Carência: será de até 36 (trinta e seis) meses a partir da contratação da edificação;

e.1) O contrato entrará em retorno se não for excepcionalizada a prorrogação de prazo pelos Agentes Financeiro e Operador;

f) Não será permitida a apuração de ganho financeiro pela Entidade Organizadora na comercialização dos imóveis;

g) O valor devido pela Entidade Organizadora, em caso de descumprimento das condições para transferência aos beneficiários finais, será obtido utilizando-se o sistema de amortização constante no prazo de 12 (doze) meses e com taxa de juros de 0% (zero por cento) a.a.;

h) No caso de inadimplemento e execução da garantia o Agente Financeiro receberá 20% (vinte por cento) de comissão sobre o valor que remanescer da dívida, deduzidas as despesas referentes à execução e aos tributos, e repassará o saldo;

i) Regime de Construção: empreitada global, exceto se a Entidade Organizadora ou a sua Assessoria Técnica comprovarem experiência em gestão de obras e projeto junto ao Agente Financeiro;

j) Limite de contratação: até 20% (vinte por cento) do total dos investimentos estabelecidos no Plano de Metas do PMCMV-E para o exercício;

k) Despesas do FDS: as despesas de impostos, taxas, vigilância e custos cartorários de imóveis retomados pelo Agente Financeiro por meio de execução da garantia serão suportados pelo FDS com os recursos da conta de retorno das prestações;

l) O Gestor da aplicação do recurso do FDS, mediante parecer favorável dos Agentes Operador e Financeiro poderá autorizar nas modalidades previstas no caput, as seguintes excepcionalizações:

l.1) A contratação de mais de um projeto por Entidade Organizadora, limitado a 03 (três) projetos;

l.2) A contratação com mais de uma Entidade Organizadora em um mesmo projeto/ proposta, limitado a 03 (três) entidades;

m) Será obrigatória a apresentação da Listagem Qualificada dos Beneficiários, com a identificação do conjunto, que serão contemplados com os financiamentos ao final do prazo de carência, após a avaliação e enquadramento do agente financeiro;

m.1) A substituição de beneficiário constante da listagem inicial poderá ocorrer por desistência do interessado, formalizada à direção da Entidade Organizadora, ou por exclusão aprovada em Ata da Assembleia Geral devidamente registrada, neste caso o beneficiário deverá ter a garantia da ampla defesa e do contraditório; e

m.2) Nos casos de substituição de beneficiário a Entidade Organizadora, obrigatoriamente, informará ao Agente Financeiro encaminhando cópia do documento que formalizou a desistência ou cópia da Ata da Assembleia Geral que ratificou a exclusão;

m.3) As substituições de beneficiários não poderão ultrapassar 30% (trinta por cento) do total da listagem inicial;

n) O enquadramento dos beneficiários desses empreendimentos nos critérios do programa será realizado no período compreendido entre 60 (sessenta) dias antes e 90 (noventa) dias após a contratação com a Entidade Organizadora;

n.1) O conjunto de beneficiários assinarão Termo de Adesão ao empreendimento, em conjunto com a Entidade Organizadora e o agente financeiro, em até 90 (noventa) dias após a contratação com a Entidade;

n.2) Quando houver substituição, o enquadramento dos novos beneficiários no programa deverá respeitar os critérios vigentes na data da substituição efetuada com assinatura de Termo de Adesão; e

n.3) As entidades organizadoras deverão, para cada proposta apresentada às instituições financeiras oficiais federais, aprovar os critérios de seleção dos seus beneficiários em assembleia específica, com registro das atas em cartório, regulada pelos respectivos estatutos ou regimentos, divulgando-as em meios que garantam ampla publicidade, conforme previsto na Portaria nº 610, de 26 de dezembro de 2011. A apresentação destes documentos ao agente financeiro é condição obrigatória para a contratação.

o) A não obediência dos prazos pactuados com a Entidade Organizadora poderá ensejar a execução imediata da garantia;

p) Na contratação com os beneficiários será utilizada a garantia alienação fiduciária.

11 FORMA E CONDIÇÕES DE LIBERAÇÃO DE PARCELAS DURANTE A FASE DE CARÊNCIA.

11.1 De acordo com a comprovação da execução do cronograma físico financeiro, para o regime de construção empreitada global, no qual as parcelas referentes à construção não podem ser antecipadas.

11.1.1 Para o regime de construção de empreitada global, caso haja execução de etapa em prazo inferior a 30 dias da última liberação, será permitida nova liberação da parcela.

11.2 Para os demais regimes de construção, a primeira parcela de recurso será antecipada, bem como as demais liberações mediante comprovação da execução de obras e serviços de etapa prevista no cronograma físico financeiro.

11.2.1 Caso a etapa anterior não tenha sido executada em sua totalidade no prazo previsto, visando não paralisar a obra, excepcionalmente e com justificativa do Agente Financeiro, o Agente Operador poderá autorizar a liberação proporcional da parcela seguinte.

11.3 Excepcionalmente, a critério dos Agentes Financeiro e do Agente Operador, e mediante solicitação da Entidade Organizadora as liberações podem ser efetuadas conforme abaixo:

a) a primeira parcela é liberada antecipadamente pelo Agente Financeiro em até 15 (quinze) dias após a apresentação do contrato registrado no Registro de Imóveis - RI ou Cartório de Títulos e Documentos e a Entidade Organizadora tem até 30 (trinta) dias para início da obra após liberado a parcela;

b) A segunda parcela pode ser liberada após 30 (trinta) dias contados da liberação da primeira, mediante a comprovação do início das obras;

c) A terceira e todas as demais parcelas subsequentes previstas no cronograma financeiro serão liberadas mediante a comprovação da execução do percentual de obra referente à penúltima parcela liberada; e

d) O percentual máximo previsto no cronograma de obras para cada parcela não poderá ser superior a 8,5 % (oito e meio por cento) do valor total da obra.

12 SEGREGAÇÃO DOS RECURSOS DA UNIÃO

12.1 Os recursos da União destinados aos financiamentos e descontos concedidos aos beneficiários e à remuneração do Agente Financeiro, serão segregados pelo Agente Operador, em Conta Específica do FDS, denominada Conta Recursos do Orçamento Geral da União - OGU, e serão remunerados pela Taxa Média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

12.2 Para garantir o pagamento das despesas de recuperação de danos físicos nos imóveis, a cada financiamento com o beneficiário final será segregado em conta específica do FDS, remunerada à taxa SELIC, na data da contratação, o valor correspondente à aplicação do fator de 0,0001 sobre o valor da operação no prazo de 120 (cento e vinte) meses.

12.3 Caso os recursos segregados para assunção das despesas de recuperação de danos físicos não sejam suficientes, serão utilizados os recursos da Conta Subsídios do FDS.

12.4 O pagamento de 5% (cinco por cento) do total pago pelo grupo de beneficiários serão suportados pelos recursos creditados na conta específica de retorno de recursos da União.

12.5 Para garantir o pagamento das despesas de custas e emolumentos, a cada financiamento com o beneficiário final será segregado em conta específica do FDS, remunerada à taxa SELIC, na data da contratação, o valor correspondente à aplicação do fator de 0,02 sobre o valor da operação.

13 REMUNERAÇÃO DOS AGENTES FINANCEIROS E OPERADOR

13.1 A taxa de administração dos Agentes Financeiros será paga à vista, em espécie, por operação de crédito realizada, no valor mensal de R$ 22,06 (vinte e dois reais e seis centavos), apurada durante o prazo de carência e amortização, descontada a taxa de 12% a.a. (doze por cento ao ano).

13.2 Nos casos de contratação direta com a Entidade Organizadora, para o cálculo da taxa de administração dos Agentes Financeiros será considerado um contrato com prazo de 120 (cento e vinte) meses, utilizando-se o mesmo valor e taxa do subitem 12.1.

13.3 O Agente Operador do FDS será remunerado pela operacionalização do PMCMV-E, no bojo da taxa de administração estabelecida pelo Conselho Curador do FDS, conforme estabelece o Art. 6º, da Lei 8.677/1993.

14 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

14.1 Pelo Gestor da Aplicação:

14.1.1 Objetivando o acompanhamento e avaliação do desempenho das operações, o Agente Operador disponibilizará ao Gestor da Aplicação do FDS o que segue:

a) Informações mensais sobre as operações contratadas, discriminando o nome do empreendimento, município, Unidade da Federação, endereço do empreendimento; nome da Entidade Organizadora e da empresa contratada quando houver; valor total da operação e número de unidades que compõem o empreendimento; data prevista para conclusão da obra e parceria do poder público local - característica adicional se for o caso;

b) Informações mensais sobre os empreendimentos concluídos, discriminando a data de conclusão, a Entidade Organizadora, empreendimento, município, Unidade da Federação, unidades construídas, valor total da operação e empregos gerados;

c) Informações mensais sobre o índice de inadimplência dos empreendimentos do PMCMV-E, bem como providências para o saneamento de eventual elevação da inadimplência; e

d) Outras informações solicitadas pelo Gestor da Aplicação dos recursos do FDS.

14.1.2 As informações mencionadas serão disponibilizadas ao público no sítio eletrônico do Ministério das Cidades, após o encaminhamento para a Secretaria Nacional de Habitação, por aplicativo a ser definido conjuntamente, com os Agentes Financeiros.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

14.2 Pelos Beneficiários

14.2.1 O acompanhamento e a avaliação físico/financeira da execução dos projetos serão exercidos pela Comissão de Acompanhamento de Obras - CAO e pela Comissão de Representantes - CRE, assim constituídas:

a) COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS - CAO - eleita em assembleia convocada pela Entidade Organizadora, com registro em ata, composta por mínimo de três pessoas, sendo uma indicada pela Entidade Organizadora e duas do grupo de beneficiários dos projetos e distintos dos membros da CRE, responsáveis pela execução do empreendimento juntamente com os beneficiários e a Entidade Organizadora;

b) COMISSÃO DE REPRESENTANTES - CRE - eleita em assembleia convocada pela Entidade Organizadora, com registro em ata, composta por no mínimo três pessoas, sendo uma indicada pela Entidade Organizadora e duas do grupo de beneficiários do projeto, e será responsável pelo acompanhamento financeiro do empreendimento e pela abertura e movimentação da conta bancária.

15 SUBSTITUIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS PELO AGENTE FINANCEIRO

15.1 A substituição de beneficiários pelo Agente Financeiro, referenciado no subitem 10.1, alínea "x.1", limita a 30% (trinta por cento) os componentes da listagem original.

15.2 FASE DE CONSTRUÇÃO

15.2.1 É permitida a substituição de famílias durante a fase de construção, cabendo à Entidade Organizadora indicar os novos beneficiários dentre famílias que apresentem renda familiar bruta com variação limitada em até 20% (vinte por cento), para menor ou maior, em relação à renda familiar bruta do beneficiário original.

15.3 FASE DE AMORTIZAÇÃO

15.3.1 Para os contratos originários firmados até 15/06/2011, será admitida a substituição de famílias, dando-se prioridade à liquidação antecipada, e caso não seja possível, a indicação deve ser efetuada, preferencialmente, pela Entidade Organizadora, dentre famílias que apresentem renda familiar bruta com variação limitada em até 20% (vinte por cento), para menor ou maior, em relação à renda familiar bruta do beneficiário original.

15.3.2 Para os contratos originários firmados a partir de 16/06/2011 não é permitida a substituição de famílias.

16 CONDIÇÕES PARA SUBSTITUIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS

16.1 A substituição de beneficiário deve obedecer aos parâmetros do PMCMV-E, devendo a formalização do financiamento concedido ao novo beneficiário observar as condições vigentes para o Programa, com as seguintes alterações:

a) VALOR DA OPERAÇÃO: será mantido o mesmo valor da operação contratada com o beneficiário original;

b) VALOR DO FINANCIAMENTO: será mantido o mesmo valor do financiamento contratado com o beneficiário original;

c) VALOR DA PRESTAÇÃO MENSAL: será mantido o valor da prestação do beneficiário original;

d) PRAZO DE AMORTIZAÇÃO: será o prazo remanescente do contrato original;

e) GARANTIA: será mantida a garantia do contrato original;

f) COMPROMETIMENTO DE RENDA: será de até 20% (vinte por cento) da renda familiar mensal bruta apurada, mantendo-se a prestação do contrato original; e

g) SISTEMA E FORMA DE AMORTIZAÇÃO: será mantido o sistema de amortização do contrato original.

17 DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 É vedada a participação de Entidades Organizadoras que possuam fins lucrativos, restrições cadastrais ou que apresentem atraso na execução de obras, superior a seis meses, em contratos firmados, na qualidade de partícipes ou intervenientes, com os Agentes Financeiros.

17.1.1 Não será atribuída penalidade ou responsabilidade à Entidade Organizadora por eventual inadimplência de beneficiários em empreendimentos regularmente concluídos.

17.2 A Entidade Organizadora deverá solicitar ao Gestor Local do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CADÚNICO no Distrito Federal ou município, a inserção ou atualização dos beneficiários selecionados, ficando responsável pelo acompanhamento.

17.3 O Agente Financeiro encaminhará a lista de beneficiários contratados ao administrador do Cadastro Nacional de Mutuários - CADMUT.

17.3.1 O Agente Financeiro deverá solicitar a exclusão do registro no CADMUT no caso de:

a) O mutuário não ter usufruído da moradia porque foi substituído por outro mutuário antes da finalização da obra do empreendimento; e

b) As unidades habitacionais não terem sido construídas porque o contrato do empreendimento foi cancelado.

17.3.2 Os pedidos de exclusão do cadastro devem ser instruídos de acordo com as orientações do administrador do CADMUT.

17.3.2.1 A Entidade Organizadora deverá solicitar ao Gestor Local do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CADÚNICO o cancelamento do cadastro do beneficiário, caso ocorra.

17.4 A Entidade Organizadora encaminhará ao Conselho Gestor do Fundo Estadual e/ou Local de Habitação de Interesse Social comunicação sobre os projetos contratados.

17.5 As Instituições Financeiras Oficiais deverão verificar as informações dos candidatos selecionados junto ao Cadastro de participantes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, à Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, ao Cadastro de Mutuários - CADMUT e ao Cadastro de Inadimplência - CADIN, de forma a ampliar o controle na indicação dos beneficiários finais e na aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS.

17.6 Compete ao Agente Operador, expedir os atos necessários à atuação de Instituições Financeiras Federais, na operacionalização do PMCMV-E, com recursos da União transferidos ao FDS.

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 7.217, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.022571/2012. Expede autorização à TCM TELEFONIA E DADOS LTDA., CNPJ/MF nº 16.777.721/0001-42, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço Todo território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 7.218, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.012571/2012. Expede autorização à EDVAN CESAR DA SILVA & CIA INFORMÁTICA LTDA.- ME, CNPJ/MF nº 03.858.154/0001-07, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 7.222, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.007213/2012. Expede autorização à PARANANET TELECOM LTDA. EPP, CNPJ/MF nº 06.059.209/0001-07, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 7.223, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.018650/2012. Expede autorização à AIRNET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. ME, CNPJ/MF nº 15.351.853/0001-45, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 7.225, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.026615/2011. Expede autorização à PÉROLA PROVEDORES DE INTERNET LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 13.070.973/0001-49, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 7.227, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.017936/2012. Expede autorização à WB PROV LTDA., CNPJ/MF nº 11.143.159/0001-81, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 7.228, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.014249/2012. Expede autorização à F.MIRANDA DE ARAÚJO - EPP, CNPJ/MF nº 04.532.945/0002-96, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente
Substituto

ATO Nº 7.229, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.021181/2012. Expede autorização à CBR INFORMÁTICA LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 11.845.941/0001-42, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço Todo território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 7.230, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.018590/2012. Expede autorização à NET-PRIMUS TECNOLOGIA LTDA., CNPJ/MF nº 10.333.717/0001-09, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 7.231, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.018584/2012. Expede autorização à MARCOS LEANDRO GUNHA E CIA LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 11.815.279/0001-88, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 7.232, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.015778/2012. Expede autorização à JOSÉ MATHIAS NETTO SEGUNDO, CNPJ/MF nº 09.202.203/0001-35, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 3 de dezembro de 2012

Nº 7.236 -
Processo n° 53572.000565/2007

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinado o Pedido de Reconsideração apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - TELEMAR/MA, CNPJ/MF nº 33.000.118/0011-40, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC no Setor 13 do Plano Geral de Outorgas - PGO, em face da decisão do Conselho Diretor, exarada por meio do Despacho nº 5.461/2012-CD, de 23 de agosto de 2012, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a apuração do descumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Metas de Universalização - PGMU, anexo ao Decreto nº 4.769, de 27 de junho de 2003, na localidade de Assentamento São João, município de Morador/MA, decidiu, em sua Reunião nº 677, realizada em 29 de novembro de 2012, conhecer do Pedido de Reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 532/2012-GCJV, de 20 de novembro de 2012.

Em 4 de dezembro de 2012

Nº 7.278 -
Processo nº 53500.019693/2011

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto por TV FILME BRASÍLIA SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 01.402.057/0001-80, autorizada do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal e do Serviço de Comunicação Multimídia, em face de decisão da Superintendência de Serviços Privados, consubstanciada no Ato nº 5.302, de 29 de julho de 2011, decidiu, em sua Reunião nº 673, de 1º de novembro de 2012, conhecer do recurso apresentado e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para declarar a nulidade do § 3º do art. 1º e do parágrafo único do art. 9º da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes na Análise nº 694/2012-GCER, de 26 de outubro de 2012.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Em 5 de dezembro de 2012

Nº 7.292 -
Processo nº 53569.002307/2006 e apensos.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela Telemar Norte Leste S/A - Telemar/PA, CNPJ/MF nº 33.000.118/0009-26, em face da decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 5.294/2012-CD, de 10 de agosto de 2012, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a apuração do descumprimento das metas previstas no Plano Geral de Metas de Universalização, aprovado pelo Decreto nº 4.769, de 27 de junho de 2003, decidiu, na sua Reunião nº 676, realizada em 22 de novembro 2012, conhecer do Pedido, para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 563/2012-GCRZ, de 14 de novembro de 2012.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 7.513, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Autorizar REVOLUTION BROADCAST PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ nº 13.050.715/0001-09 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 15/12/2012 a 16/12/2012.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 7.514, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.049548/2006. Fundação Gilvan Costa - FM - Palmares/PE - Autoriza novas características técnicas.

MARIA LÚCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.516, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.000610/2005. Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda - FM - Iporã/PR - Autoriza novas características técnicas.

MARIA LÚCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 7.434, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.028868/2010. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à FRIIS TELECOMUNICACOES LTDA., CNPJ nº 10.618.871/0001-27, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 19 de Maio de 2021, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 7.436, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.011514/2012. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à VB TELECOM - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA., CNPJ nº 08.709.153/0001-14, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es), em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 7.443, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.007020/2001. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à CTBC CELULAR S.A., CNPJ nº 05.835.916/0001-85, associada à Autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, até 21 de Janeiro de 2018, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 7.448, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.018587/2012. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à SULCOM INFORMATICA LTDA., CNPJ nº 03.037.778/0001-63, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es), em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 7.450, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.028737/2012. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à ZAAZ TELECOM SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. ME, CNPJ nº 03.233.138/0001-29, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es), em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 7.458, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo n° 535000169342012. Expede autorização de uso da(s) radiofreqüência(s), à AMERICEL S.A., CNPJ nº 01.685.903/0001-16, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es), em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 7.465, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 29000.140365/1981. Outorga autorização para uso de radiofreqüência à EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA, CNPJ nº 00.352.294/0001-10 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 7.488, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.000502/1998. Prorroga autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, associada à Autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, até 18 de Outubro de 2027, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 2.494, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.022114/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA PARANAENSE S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CORNÉLIO PROCÓPIO, estado do Paraná, o canal 43 (quarenta e três), correspondente à faixa de frequência de 644 a 650 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 2.501, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.006825/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de RIO DAS OSTRAS, estado do Rio de Janeiro, o canal 40 (quarenta), correspondente à faixa de frequência de 626 a 632 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 2.505, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.031085/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à TV STUDIOS DE JAÚ S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de PRESIDENTE VENCESLAU, estado de São Paulo, o canal 33 (trinta e três), correspondente à faixa de frequência de 584 a 590 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 2.568, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021485/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à NASSAU EDITORA RÁDIO E TV LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de ALEGRE (SERRA SANTA CATARINA), estado do Espírito Santo, o canal 41 (quarenta e um), correspondente à faixa de frequência de 632 a 638 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 380, DE 7 DE AGOSTO DE 2009

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo n.º 53000.014392/2009. Art. 1º Aplicar à Prefeitura Municipal de Atibaia, executante do serviço de retransmissão, repetição de televisão, ancilares ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, na Cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, a pena de multa no valor de R$ 979,59, com fundamento no art. 45, inciso V do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, valor este calculado com base no artigo 1º da Portaria MC nº 858, de 18 de dezembro de 2008, por contrariar o disposto nos artigos 27 e 31 do referido Decreto.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

ESMERALDA EUDÓXIA GONÇALVES TEIXEIRA

PORTARIA Nº 73, DE 31 DE MARÇO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo n.º 53000.059788/2009. Art. 1º Aplicar à TV Ômega Ltda., executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a pena de multa no valor de R$ 7.662,57, com fundamento no art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações, com a modificação que lhe foi dada pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, valor este calculado com base no art. 1º da Portaria nº 858, de 18 de dezembro de 2008, por contrariar o disposto no art. 10, § 1º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2006.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA

PORTARIAS DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria nº 684, de 15 de maio de 2012, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas às penalidades de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

OCTAVIO PENNA PIERANTI

ANEXO

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.024271/2012	Associação dos Moradores das Ruas e Bairros de Piracema	RADCOM	Piracema	MG	Multa	3.198,52	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 619, de 12/12/2012	Portaria MC n° 562/2011
53000.018224/2011	Associação Comunitária Cidadã de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação social de Cananéia	RADCOM	Cananéia	SP	Multa	1.197,28	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 620, de 12/12/2012	Portaria MC n° 858/2008
53000.045562/2011	UMAC - União Municipal das Associações Comunitária de Curvelo	RADCOM	Curvelo	MG	Multa	1.197,28	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 621, de 12/12/2012	Portaria MC n° 858/2008
53000.054163/2010	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Portal da Serra	RADCOM	Bom Retiro	SC	Multa	1.741,49	Incisos XV e XXIV do Art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 622, de 12/12/2012	Portaria MC n° 858/2008
53000.027929/2011	Conselho Comunitário de Paraíso	RADCOM	Paraíso	SC	Multa	1.741,49	Incisos XV e XXIV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 623, de 12/12/2012	Portaria MC n° 858/2008
53000.020069/2011	Fundação Abraham Lincoln	RADCOM	Lavras	MG	Multa	1.741,49	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98 e item 21.1 da Norma 01/2011	Portaria DEAA n° 624, de 12/12/2012	Portaria MC n° 858/2008
53000.068914/2010	Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura de Anaurilândia	RADCOM	Anaurilândia	MS	Multa	1.915,64	Incisos XIX e XXIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 625, de 12/12/2012	Portaria MC n° 858/2008
53000.040381/2011	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Itaúna do Sul	RADCOM	Itaúna do Sul	PR	Multa	718,37	Inciso XXIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 626, de 12/12/2012	Portaria MC n° 858/2008
53000.001870/2011	A. C. R. Associação Comunitária de Radiodifusão	RADCOM	Petrópolis	RJ	Multa	718,37	Inciso XXIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 627, de 12/12/2012	Portaria MC n° 858/2008
53000.039324/2011	União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado	RADCOM	Lajeado	RS	Multa	718,37	Inciso XXIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 628, de 12/12/2012	Portaria MC n° 858/2008
53000.008888/2011	Associação Comunitária de Radiodifusão de Moreira César	RADCOM	Pindamonhangaba	SP	Multa	870,75	Inciso XIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 629, de 12/12/2012	Portaria MC n° 858/2008
5000.021332/2011	Associação de Comunicação Cultural de Torres	RADCOM	Torres	RS	Multa	1.523,81	Inciso XIII do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 630, de 12/12/2012	Portaria MC n° 858/2008
53000.038821/2011	Associação Comunitária Cultural e Educacional Mandacaru	RADCOM	Maringá	PR	Multa	1.088,43	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 631, de 12/12/2012	Portaria MC n° 858/2008
53000.052997/2010	Associação Cultural Comunitária Arca de Poá	RADCOM	Poá	SP	Multa	1.088,43	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 632, de 12/12/2012	Portaria MC n° 858/2008
53000.012326/2011	Associação Comunitária Mundo Melhor	RADCOM	Mogi Guaçu	SP	Multa	1.088,43	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 633, de 12/12/2012	Portaria MC n° 858/2008
53000.018190/2011	Associação Cultural e Beneficente de Radiodifusão Lapeana	RADCOM	Lapa	PR	Multa	1.088,43	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 634, de 12/12/2012	Portaria MC n° 858/2008
53000.058964/2011	Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural	TVE	Goiânia	GO	Multa	2.052,47	Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEAA n° 635, de 12/12/2012	Portaria MC n° 858/2008
53000.046783/2011	Fundação Vale do Jaguaribe	TVE	Aracati	CE	Multa	1.710,40	Art. 13, parágrafo único do Decreto-Lei nº 236/1967	Portaria DEAA n° 636, de 12/12/2012	Portaria MC n° 858/2008

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO DA DIRETORA
Em 13 de dezembro de 2012

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no art. 6º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012 e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade às aprovações de local de instalação e equipamentos das estações e às alterações técnicas das entidades executantes do serviço de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, listadas em anexo.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

ANEXO

ATO	TIPO	ENTIDADE	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	CANAL	PROCESSO
DESPACHO DEOC Nº 227 DE 13/12/2012	APL	RÁDIO E TELEVISÃO IMAGEM LTDA	PR	CIANORTE	RTVD	42	53000.030807/2012

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 43, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2012

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, Substituta, DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09/03/2012, publicada no Diário Oficial da União de 12/03/2012 e considerando o Processo Administrativo n.º 53000.001943/2012, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência do local de instalação do sistema irradiante da Associação Amigos da Cultura de Guaporé da Rua Júlio Campos 66 para a Rua Dr. Júlio Campos Nº 363, Centro, no Município de Guaporé, no Estado de Rio Grande do Sul, autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pela Portaria nº 330, de 07 de Julho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 13 de Julho de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 40/2008, publicado no Diário Oficial da União de 29 de Fevereiro de 2008.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no Caput deste artigo, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 28º50'46" S e longitude em 51º53'23" W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

PORTARIA Nº 44, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, Substituta, DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09/03/2012, publicada no Diário Oficial da União de 12/03/2012 e considerando o Processo Administrativo n.º 53000.062467/2011, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 3º da Portaria nº 883, de 04 de Junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de Junho de 2002, da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 06º30'39"S e longitude em 36º20'46"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

PORTARIA Nº 45, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, Substituta, DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09/03/2012, publicada no Diário Oficial da União de 12/03/2012 e considerando o Processo Administrativo n.º 53103.000012/2000, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência do local de instalação do sistema irradiante da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária da Rua Ferreira de Macedo S/N para a Rua Dezoito de Março, 142, no Município de Picuí, no Estado da Paraíba, autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pela Portaria nº 883, de 04 de Junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de Junho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 581/2004, publicado no Diário Oficial da União de 19 de Agosto de 2004.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no Caput deste artigo, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 06º30'40" S e longitude em 36º20'41" W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

PORTARIA Nº 46, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, Substituta, DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09/03/2012, publicada no Diário Oficial da União de 12/03/2012 e considerando o Processo Administrativo n.º 53103.000026/2000, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 2º da Portaria nº 710, de 23 de Outubro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 26 de Outubro de 2006, da Associação Cultural e Comunitária de Gravatá - ASCOMG, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 08º11'38"S e longitude em 35º32'59"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

PORTARIA Nº 47, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, Substituta, DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09/03/2012, publicada no Diário Oficial da União de 12/03/2012 e considerando o Processo Administrativo n.º 53000.030669/2012, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência do local de instalação do sistema irradiante da TV e Rádio Cidade FM da Rua Leopoldina Salgado 37, Quadra B Lote 05 para a Rua 29 Quadra 02 Lote 31 casa 561, no Município de Ceres, no Estado de GO, autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pela Portaria nº 1100, de 23 de Dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 07 de Janeiro de 2009, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 234/2012, publicado no Diário Oficial da União de 20 de Junho de 2012.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no Caput deste artigo, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 15º18'42" S e longitude em 49º36'15" W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

PORTARIA Nº 48, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012.

O COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09/03/2012, publicada no Diário Oficial da União de 12/03/2012 e considerando o Processo Administrativo n.º 53000.042110/2011, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência do local de instalação do sistema irradiante da ACAC - Associação Comunitária de Apoio à Cidadania da Rua Floriano Peixoto 25 para a Rua 07 de Setembro S/N, no Município de Guarará, no Estado de Minas Gerais, autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pela Portaria nº 221, de 12 de Junho de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 18 de Junho de 2003, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 102/2006, publicado no Diário Oficial da União de 05 de Maio de 2006.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no Caput deste artigo, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 21º43'48" S e longitude em 43º02'28" W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 49, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09/03/2012, publicada no Diário Oficial da União de 12/03/2012 e considerando o Processo Administrativo n.º 53000.053282/2011, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência do local de instalação do sistema irradiante da Associação Movimento Social, Artístico e Cultural Rádio Comunitária FM de Siqueira Campos da Rua Estado do Rio, S/N para a Rua Piauí Nº 1546 - Centro, no Município de Siqueira Campos, no Estado do Paraná, autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pela Portaria nº 688, de 14 de Novembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 28 de Novembro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 770/2003, publicado no Diário Oficial da União de 24 de Outubro de 2003.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no Caput deste artigo, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 23º40'51" S e longitude em 49º49'42" W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 50, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09/03/2012, publicada no Diário Oficial da União de 12/03/2012 e considerando o Processo Administrativo n.º 53000.049161/2011, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência do local de instalação do sistema irradiante da Associação Comunitária dos Amigos de Pará de Minas - APAC da Rua Dom Cabral 68 Padre Libério para a Rua Santo Agostinho 5 Padre Libério, no Município de Pará de Minas, no Estado de Minas Gerais, autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pela Portaria nº 1027, de 21 de Dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 803/2009, publicado no Diário Oficial da União de 05 de Novembro de 2009.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no Caput deste artigo, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 19º49'37" S e longitude em 44º35'57" W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 51, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09/03/2012, publicada no Diário Oficial da União de 12/03/2012 e considerando o Processo Administrativo n.º 53000.051337/2011, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência do local de instalação do sistema irradiante da Associação Comunitária de Comunicação de Palmares da Rua André Ruette 111 para a Rua André Ruette 80, no Município de Palmares Paulista, no Estado de São Paulo, autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pela Portaria nº 230, de 28 de Maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 01 de Junho de 2007, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 444/2009, publicado no Diário Oficial da União de 15 de Julho de 2009.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no Caput deste artigo, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 21º05'08" S e longitude em 48º48'36" W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 52, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09/03/2012, publicada no Diário Oficial da União de 12/03/2012 e considerando o Processo Administrativo n.º 53000.044026/2011, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência do local de instalação do sistema irradiante da Associação dos Moradores do Tabuleiro da Rua Santa Catarina 413 para a Rua Valdir Muller 580, no Município de Matinhos, no Estado do Paraná, autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pela Portaria nº 799, de 25 de Outubro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30 de Outubro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 59/2008, publicado no Diário Oficial da União de 29 de Fevereiro de 2008.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no Caput deste artigo, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 25º49'34" S e longitude em 48º32'19" W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 53, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09/03/2012, publicada no Diário Oficial da União de 12/03/2012 e considerando o Processo Administrativo n.º 53700.000172/2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência do local de instalação do sistema irradiante da Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Juti da Av. Gabriel de Oliveira 1174 para a Av. Bonifácio Fernandes 1500, no Município de Juti, no Estado de Mato Grosso do Sul, autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pela Portaria nº 753, de 19 de Dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 26 de Dezembro de 2003, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 1075/2005, publicado no Diário Oficial da União de 02 de Dezembro de 2005.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no Caput deste artigo, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 22º51'55" S e longitude em 54º36'12" W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 54, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09/03/2012, publicada no Diário Oficial da União de 12/03/2012 e considerando o Processo Administrativo n.º 53000.040368/2011, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência do local de instalação do sistema irradiante da Associação Rádio Comunitária Santana de Óbidos da Travessa das Pedreiras S/N para a Travessa Cesarina Aquino S/N, no Município de Óbidos, no Estado do Pará, autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pela Portaria nº 738, de 23 de Outubro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 26 de Outubro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 371/2009, publicado no Diário Oficial da União de 10 de Julho de 2009.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no Caput deste artigo, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 01º54'50" S e longitude em 55º31'01" W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 55, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09/03/2012, publicada no Diário Oficial da União de 12/03/2012 e considerando o Processo Administrativo n.º 53000.034703/2011, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência do local de instalação do sistema irradiante da Associação Comunitária Beneficente e Cultural de São João Batista do Glória da Praça Belo Horizonte 04 para a Av. Florianópolis 108 Jardim Planalto, no Município de São João Batista do Glória, no Estado de Minas Gerais, autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pela Portaria nº 97, de 16 de Fevereiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 22 de Fevereiro de 2005, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 14/2010, publicado no Diário Oficial da União de 06 de Janeiro de 2010.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no Caput deste artigo, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 20º37'46" S e longitude em 46º30'40" W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 56, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09/03/2012, publicada no Diário Oficial da União de 12/03/2012 e considerando o Processo Administrativo n.º 53000.049370/2011, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência do local de instalação do sistema irradiante da Associação Alvorada da Rua 1, 203 Setor Sul para a Rua 1, 203 Setor Sul, no Município de Vila Rica, no Estado de MT, autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pela Portaria nº 721, de 26 de Novembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 05 de Dezembro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 450/2003, publicado no Diário Oficial da União de 07 de Agosto de 2003.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no Caput deste artigo, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 10º00'59" S e longitude em 51º06'57" W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PORTARIAS DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Portaria de 26 de março de 2003, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, resolve:

Art. 1º - Criar o Consulado Honorário em Erbil, República do Iraque, com jurisdição sobre as províncias de Erbil, Suleymania e Dohuk, subordinado à Embaixada do Brasil em Bagdá.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Portaria de 26 de março de 2003, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, resolve:

Art. 1º - Extinguir o Consulado Honorário em San Sebastian, Reino da Espanha.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RUY NUNES PINTO NOGUEIRA

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.386, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2012

Estabelece os montantes de potência contratada e energia vinculada referentes à Usina Hidrelétrica - UHE Itaipu para o ano de 2013 e os valores correspondentes às cotas-partes consideradas no rateio de potência e energia para o ano de 2018.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 2º, § 8º, da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 4.550, de 27 de dezembro de 2002, alterado pelo Decreto nº 5.287, de 26 de novembro de 2004, nos arts. 13 e 37 do Decreto n° 5.163, de 30 de julho de 2004, com base no art. 4º, inciso IV, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, nas Resoluções Normativas nº 218, de 11 de abril de 2006, e nº 331, de 16 de setembro de 2008, o que consta do Processo nº 48500.004835/2012-76, e considerando que:

a potência da Usina de Itaipu contratada pelo Brasil é vendida por meio de cotas-partes às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, de acordo com o mercado dessas empresas;

a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras, que é o Agente Comercializador de Energia de Itaipu, encaminhou à ANEEL os montantes de potência contratada e de energia vinculada disponibilizados para contratação pelo Brasil em 2013, resolve:

Art. 1º Estabelecer, conforme os Anexos I, II e III, as cotas-parte e os montantes de potência contratada e energia vinculada referentes à Usina Hidrelétrica - UHE Itaipu, que deverão ser repassados às concessionárias de distribuição de energia elétrica das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste em 2013.

Art. 2º Estabelecer, conforme o Anexo IV, as cotas-partes para o rateio da potência contratada e da energia vinculada da UHE Itaipu a serem disponibilizadas às concessionárias de distribuição de energia elétrica das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste em 2018.

Art. 3º O rateio das perdas de energia da UHE Itaipu que ocorrem entre a subestação de Foz do Iguaçu e as subestações de fronteira com a rede básica deverá ser tratado segundo as regras de comercialização vigentes.

Art. 4º O Sistema de Medição para Faturamento - SMF da energia elétrica da UHE Itaipu deverá estar adequado aos requisitos dos Procedimentos de Rede e de Comercialização até as seguintes datas:

I - setor de 60 Hz : 31 de dezembro de 2012;

II - setor de 50 Hz: 31 de dezembro de 2013.

Art. 5. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 517, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera a Resolução Normativa nº 482, de 17 de abril de 2012, e o Módulo 3 dos Procedimentos de Distribuição - PRODIST.

O Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com base no art. 4º, inciso IV e XVI, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997 e no que consta do Processo nº 48500.004924/2010-51 e considerando as contribuições recebidas na Audiência Pública nº 100/2012, realizada entre 21 de novembro e 3 de dezembro de 2012, por intercâmbio documental, que foram objeto de análise desta Agência e permitiram o aperfeiçoamento deste ato regulamentar, resolve:

Art. 1º Alterar o inciso III do art. 2º da Resolução Normativa nº 482, de 17 de abril de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º.....

III - sistema de compensação de energia elétrica: sistema no qual a energia ativa injetada por unidade consumidora com microgeração distribuída ou minigeração distribuída é cedida, por meio de empréstimo gratuito, à distribuidora local e posteriormente compensada com o consumo de energia elétrica ativa dessa mesma unidade consumidora ou de outra unidade consumidora de mesma titularidade da unidade consumidora onde os créditos foram gerados, desde que possua o mesmo Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ) junto ao Ministério da Fazenda."

Art. 2º Alterar o caput e inserir os §§1º e 2º no art. 4º da Resolução Normativa nº 482, de 17 de abril de 2012, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.4º Fica dispensada a assinatura de contratos de uso e conexão na qualidade de central geradora para a microgeração e minigeração distribuída que participe do sistema de compensação de energia elétrica da distribuidora, nos termos do Capítulo III, sendo suficiente a celebração de Acordo Operativo para os minigeradores ou do Relacionamento Operacional para os microgeradores.

§1º A potência instalada da microgeração ou minigeração distribuída participante do sistema de compensação de energia elétrica fica limitada à carga instalada, no caso de unidade consumidora do grupo B, ou à demanda contratada, no caso de unidade consumidora do grupo A.

§2º Caso o consumidor deseje instalar microgeração ou minigeração distribuída com potência superior ao limite estabelecido no §1º, deve solicitar aumento da carga instalada, no caso de unidade consumidora do grupo B, ou aumento da demanda contratada, no caso de unidade consumidora do grupo A."

Art. 3º Alterar o caput e inserir o parágrafo único no art. 5º da Resolução Normativa nº 482, de 17 de abril de 2012, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Quando da conexão de nova unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída, ou no caso do §2º do art. 4º, aplicam-se as regras de participação financeira do consumidor definidas em regulamento específico.

Parágrafo único. Os custos de eventuais ampliações ou reforços no sistema de distribuição em função exclusivamente da conexão de microgeração ou minigeração distribuída participante do sistema de compensação de energia elétrica não deverão fazer parte do cálculo da participação financeira do consumidor, sendo integralmente arcados pela distribuidora."

Art. 4º Alterar o caput e inserir os §§1º e 2º no art. 6º da Resolução Normativa nº 482, de 17 de abril de 2012, que passam a vigorar com a seguinte redação:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"Art. 6º O consumidor poderá aderir ao sistema de compensação de energia elétrica, observadas as disposições desta Resolução.

§1º Para fins de compensação, a energia ativa injetada no sistema de distribuição pela unidade consumidora, será cedida a título de empréstimo gratuito para a distribuidora, passando a unidade consumidora a ter um crédito em quantidade de energia ativa a ser consumida por um prazo de 36 (trinta e seis) meses.

§2º A adesão ao sistema de compensação de energia elétrica não se aplica aos consumidores livres ou especiais."

Art. 5º Alterar os incisos II a VIII e inserir os incisos IX a XI no art. 7º da Resolução Normativa nº 482, de 17 de abril de 2012, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º.....

"II - o consumo de energia elétrica ativa a ser faturado é a diferença entre a energia consumida e a injetada, por posto tarifário, quando for o caso, devendo a distribuidora utilizar o excedente que não tenha sido compensado no ciclo de faturamento corrente para abater o consumo medido em meses subsequentes.

III - caso existam postos tarifários e a energia ativa injetada em um determinado posto tarifário seja superior à consumida, a diferença deverá ser utilizada para compensação em outros postos tarifários dentro do mesmo ciclo de faturamento, devendo ser observada a relação entre os valores das tarifas de energia - TE, conforme definição da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, se houver.

IV - os montantes de energia ativa injetada que não tenham sido compensados na própria unidade consumidora poderão ser utilizados para compensar o consumo de outras unidades previamente cadastradas para esse fim e atendidas pela mesma distribuidora, cujo titular seja o mesmo da unidade com sistema de compensação de energia elétrica, possuidor do mesmo Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ) junto ao Ministério da Fazenda.

V - o consumidor deverá definir a ordem de prioridade das unidades consumidoras participantes do sistema de compensação de energia elétrica, devendo a unidade consumidora onde se encontra instalada a geração ser a primeira a ter seu consumo compensado.

VI - em cada unidade consumidora participante do sistema de compensação de energia elétrica, a compensação deve se dar primeiramente no posto tarifário em que ocorreu a geração e, posteriormente, nos demais postos tarifários, devendo ser observada a relação entre os valores das tarifas de energia - TE para diferentes postos tarifários de uma mesma unidade consumidora, conforme definição da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, se houver.

VII - os créditos de energia ativa resultantes após compensação em todos os postos tarifários e em todas as demais unidades consumidoras, conforme incisos II a VI, expirarão 36 (trinta e seis) meses após a data do faturamento e serão revertidos em prol da modicidade tarifária sem que o consumidor faça jus a qualquer forma de compensação após esse prazo.

VIII - eventuais créditos de energia ativa existentes no momento do encerramento da relação contratual do consumidor serão revertidos em prol da modicidade tarifária sem que o consumidor faça jus a qualquer forma de compensação.

IX - a fatura deverá conter a informação de eventual saldo positivo de energia ativa para o ciclo subsequente em quilowatt-hora (kWh), por posto tarifário, quando for o caso, e também o total de créditos que expirarão no próximo ciclo.

X - os montantes líquidos apurados no sistema de compensação de energia elétrica serão considerados no cálculo da sobrecontratação de energia para efeitos tarifários, sem reflexos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, devendo ser registrados contabilmente, pela distribuidora, conforme disposto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

XI - Para as unidades consumidoras atendidas em tensão primária com equipamentos de medição instalados no secundário dos transformadores deverá ser deduzida a perda por transformação da energia injetada por essa unidade consumidora, nos termos do art. 94 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010."

Art. 6º Alterar a redação dos §§2º e 3º do art. 8º da Resolução Normativa nº 482, de 17 de abril de 2012, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º.....

§2º O sistema de medição deve observar as especificações técnicas do PRODIST e ser instalado pela distribuidora, que deve cobrar dos interessados o custo de adequação.

§ 3º O sistema de medição deve ser registrado no ativo imobilizado em serviço, devendo a parcela de responsabilidade de o interessado ser contabilizada em contrapartida do Subgrupo Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica."

Art. 7º Aprovar a revisão 6 do Módulo 1 e a revisão 5 do Módulo 3 do PRODIST.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 521, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre o cálculo da alocação inicial de cotas de garantia física e potência, da definição dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs sujeitos à cessão compulsória e redução de montantes, e da revisão extraordinária das tarifas de distribuição, nos termos da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, e o que consta no Processo nº 48500.005332/2012-18, resolve:

Art. 1º A ANEEL definirá, por meio de resolução homologatória:

I - o montante de cotas alocado para cada concessionária de distribuição do Sistema Interligado Nacional - SIN;

II - a tarifa e o respectivo lastro contratual da cota alocada; e

III - os montantes finais dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs objetos de cessão compulsória para cada distribuidora.

§ 1º Para fins de lastro contratual da distribuidora será considerado 95% (noventa e cinco por cento) da garantia física das usinas hidrelétricas que aceitarem a prorrogação da concessão de geração de energia elétrica, nos termos do art. 1º da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012.

§ 2º A distribuidora suprida será considerada no mercado da distribuidora supridora.

§ 3º As concessionárias de distribuição com interligação ao Sistema Interligado Nacional - SIN prevista para o ano de 2013 receberão cotas a partir da interligação efetiva, quando as cotas das outras concessionárias de distribuição serão revistas.

§ 4º Os cedentes e os cessionários deverão realizar o aditamento dos montantes dos CCEARs objetos de cessão compulsória.

§ 5º Caso o cessionário não possua previamente CCEARs dos produtos cedidos, estes deverão ser celebrados com data de reajuste contratual concatenada com o reajuste tarifário desse cessionário.

§ 6º As alterações contratuais de que tratam os §§ 4º e 5º deverão ser realizadas no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da resolução homologatória de que trata este artigo, adequando-se os respectivos Contratos de Constituição de Garantia.

§ 7º Não serão objeto de cessão CCEARs cujo vendedor esteja com a concessão, permissão ou autorização esteja em análise de extinção pela ANEEL.

Art. 2º A alocação de cotas de garantia física e potência e as cessões compulsórias de CCEAR deverão observar o equilíbrio na redução final das tarifas, considerados os efeitos conjuntos da redução dos encargos setoriais e dos encargos de uso e de conexão aos sistemas de transmissão ou distribuição.

Parágrafo Único. O parâmetro utilizado para aferição do equilíbrio de que trata o caput será a queda percentual na Tarifa B1-Residencial dentre as concessionárias de distribuição do SIN.

Art. 3º As concessionárias de geração cujo montante de 95% (noventa e cinco por cento) das garantias físicas de energia e potência associada às usinas hidrelétricas prorrogadas em regime de cotas exceda seus volumes contratados mediante os CCEARs com termo contratual em 31 de dezembro de 2012 deverão promover a redução dos montantes contratados dos demais CCEARs de energia existente.

§ 1º A redução dos volumes contratados de que trata o caput se dará do CCEAR de energia existente com menor número de meses até seu vencimento para o CCEAR com maior número de meses até seu vencimento, até que se obtenha montante anual igual à 95% (noventa e cinco por cento) da Garantia Física das usinas hidrelétricas em regime de cotas renovadas pelo concessionário de geração.

§ 2º Caso o somatório das declarações de necessidade de compra de energia das distribuidoras de que trata o inciso II do art. 4º seja superior ao somatório da energia disponibilizada para as cotas, as concessionárias de geração poderão deixar de reduzir CCEARs até a diferença entre esses dois somatórios.

§ 3º A concessionária de geração que optar por não reduzir parte da diferença que trata o § 2º deverá comunicar a decisão a ANEEL até 4 de dezembro de 2012.

Art. 4º A alocação das cotas de garantia física e potência e o recebimento dos CCEARs objetos de cessão compulsória serão limitados ao montante acumulado:

I - dos CCEARs vigentes em janeiro de 2013;

II - das declarações de necessidade de compra de energia das distribuidoras, observados o limite superior de que trata o art. 24 do Decreto 5.163, de 30 de julho de 2004, o limite mínimo, de que trata o art. 40 do Decreto 5.163/2004 e a regulamentação atinente ao montante de reposição; e

III - das diferenças entre o total de cotas a serem alocadas às distribuidoras do SIN e montante de que trata o inciso II.

§ 1º A diferenças de que trata o inciso III será alocada de forma proporcional ao mercado das concessionárias de distribuição do SIN.

§ 2º Os montantes de redução de CCEARs de energia existente de que trato o art. 3º serão acrescentadas às declarações de necessidade de compra de energia de que trata o inciso II.

Art. 5º A ANEEL buscará a manutenção no nível de contratação das distribuidoras em função da alocação de cotas de garantia física e de potência.

§ 1º A distribuidora que receber cotas acima de sua declaração de necessidade disponibilizará para cessão os CCEARs indicados pela ANEEL, em montante equivalente a essa diferença.

§ 2º Com relação às cessões de leilões com a condição prevista no § 5º do art. 19 do Decreto 5.163, de 30 de julho de 2004, a quantidade de energia cedida para os anos subsequentes à cessão será constante.

§ 3º A cessão compulsória dos CCEARs se dará a partir dos produtos de preço mais baixo atualizados à mesma data, considerado o Índice de Custo Benefício - ICB para CCEARs na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

§ 4º A cessão dos produtos de que trata o caput respeitará a proporção entre os vendedores ou empreendimentos associados aos CCEARs que compõe aquele produto.

§ 5º A distribuidora que receber cotas abaixo de sua declaração de necessidade receberá os CCEARs indicados pela ANEEL dentre aqueles cedidos nos termos do § 1º.

§ 6º Na definição da diferença de que tratam os §§ 1º e 5º deste artigo será desconsiderado o montante de que trata o inciso III do art. 4º.

Art. 6º A ANEEL procederá à revisão extraordinária das distribuidoras até 5 de fevereiro de 2013, contemplando exclusivamente a redução no custo dos encargos setoriais, da transmissão e da compra de energia decorrentes da Medida Provisória nº 579, de 2012.

§ 1º A revisão extraordinária poderá ser antecipada para os processos tarifários de 2013 cuja data de aniversário seja anterior a 5 de fevereiro desse ano, de modo que a tarifa homologada no processo ordinária agregue os efeitos do cálculo extraordinário.

§ 2º Os custos de compra de energia referentes às cotas deverão considerar os custos relativos à Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH.

Art. 7º O cálculo da revisão considerará a cobertura tarifária de custos concedida nos processos tarifários de 2012 e a substituirá em bases anuais pela nova cobertura, de modo a resultar no efeito tarifário correspondente.

Art. 8º Para a concessão de cobertura tarifária de compra de energia, a revisão extraordinária deverá considerar o montante relativo a 95% (noventa e cinco por cento) da garantia física da cota alocada a cada distribuidora.

§ 1º Os montantes considerados nos processos tarifários de 2012 dos CCEARs que permaneçam contradados pelas distribuidoras após o procedimento de alocação inicial de cotas e cessão compulsória deverão ser substituídos por aqueles montantes contratados para o ano civil de 2013.

§ 2º Os montantes provenientes da realização de trocas no Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD serão considerados como parte integrante do respectivo produto para fins de atualização de preços.

§ 3º O preço dos contratos cedidos compulsoriamente serão registrados no cessionário, atualizados pelo IPCA até agosto de 2012, considerado o Índice de Custo Benefício - ICB para o caso de produtos termelétricos.

§ 4º O preço dos CCEARs de energia existente que sofrerem redução, nos termos do § 3º do art. 12 da Medida Provisória nº 579/2012, serão recalculados considerando a nova participação relativa de cada vendedor.

§ 5º As concessionárias de distribuição que possuem concessões de usinas de geração própria renovadas terão seus custos relativos a essas usinas retirados da Parcela B.

Art. 9º A revisão extraordinária deverá revogar a quota da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC para os meses remanescentes até a data do processo tarifário ordinário.

Art. 10. As Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDs - das usinas hidrelétricas com concessões prorrogadas em regime de cotas seguirão as regras dos processos de reajuste e revisão das tarifas das concessionárias de distribuição, sendo a alteração da tarifa concatenada com a revisão ou reajuste das Receitas Anuais de Geração.

Parágrafo Único. A distribuidora fará jus a componente financeiro referente à diferença entre a tarifa definida no processo tarifário e a tarifa faturada das usinas hidrelétricas prorrogadas em regime de cotas.

Art. 11. As concessionárias de distribuição que possuem concessões de usinas de geração própria renovadas nos termos da MP 579/12 deverão promover a desverticalização das atividades de geração e distribuição no prazo de 6 (seis) meses após a assinatura do termo aditivo de prorrogação da concessão de geração.

§ 1º A Revisão Extraordinária das concessionárias de que trata o caput deverá reestabelecer a cobertura de custos de geração própria da última revisão tarifária, retirando aqueles relativos à usina com concessão renovada.

§ 2º As concessionárias de que trata o caput que ainda não são agentes da CCEE deverão solicitar sua adesão à Câmara até 8 de janeiro de 2013, devendo encaminhar a documentação necessária para a adesão e modelagem do ativo.

§ 3º A CCEE deverá deliberar sobre o processo de adesão dos candidatos a agentes de que trata o § 2º para a sua operacionalização no mês de janeiro de 2013.

§ 4º A adequação do sistemas de medição Sistema de Medição para Faturamento - SMF das usinas não modeladas na CCEE deverá ser realizada até 90 (noventa) dias após a publicação desta Resolução.

§ 5º Os agentes estarão sujeitos às penalidades previstas em Procedimento de Comercialização específico, no caso de descumprimento do prazo previsto no § 4º.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 6º Até que haja a adequação dos sistemas de medição de que trata o § 3º, o concessionário deverá enviar os dados de medição de cada mês à CCEE até o 7º dia útil do mês seguinte.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 13 de dezembro de 2012

Nº 3.981 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no constante no Processo nº 48500.004027/2012-17, resolve não conhecer do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso administrativo, por não se encontrar caracterizada a hipótese de competência prevista no art. 47, § 1º, da Resolução Normativa nº 273/2007.

Nº 3.984 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta nos Processos nºs 48500.000570/2012-37; 48500.000854/2012-23; 48500.000856/2012-12; 48500.000857/2012-67, resolve conceder o efeito suspensivo requerido aos Recursos Administrativos interpostos pela Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, em face dos Despachos nºs 2.190, 2.212, 2.213, 2.214, todos de 3 de junho de 2012, em razão da suspensão judicial da execução dos créditos de CDE, RGR, CCC e PROINFA determinada pelo juízo da 13ª Vara de Belém do Tribunal de Justiça do Pará, que considerou tais encargos como créditos quirografários, portanto sujeitos à recuperação judicial.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RETIFICAÇÃO

No DOU de 13-12-2012, Seção 1, página 213, onde se lê: RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.774 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012, leia-se: RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.774 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2012.
(p/Coejo)

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de dezembro de 2012

Nº 3.985 - Processo nº 48500.004313/2003-85. Interessado: Campo Belo Energia Eólica S.A. Decisão: Alterar a localização da EOL Campo Belo, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 58/2004, para as coordenadas 26º 36' 44,50" S e 51º 44' 24,70" W (UTM X 426310 e UTM Y 7056285- Fuso 22), no município de Água Doce, estado de Santa Catarina.

Nº 3.986 - Processo nº 48500.004311/2003-50. Interessado: Aquibatã Energia Eólica S.A. Decisão: Alterar a localização da EOL Aquibatã, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 28/2004, para as coordenadas 26º 35' 5,76" S e 51º 45' 12,15" W (UTM X 424980 e UTM Y 7059315 - Fuso 22), no município de Água Doce, estado de Santa Catarina.

Nº 3.987 - Processo nº 48500.004312/2003-12. Interessado: Cascata Energia Eólica S.A. Decisão: Alterar a localização da EOL Cascata, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 30/2004, para as coordenadas 26º 35' 20,10" S e 51º 44' 33,88" W (UTM X 426041 e UTM Y 7058870 - Fuso 22), no município de Água Doce, estado de Santa Catarina.

Nº 3.988 - Processo nº 48500.004269/2003-95. Interessado: Amparo Energia Eólica S.A. Decisão: Alterar a localização da EOL Amparo, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 62/2004, para as coordenadas 26º 37' 5,80" S e 51º 33' 52,33" W (UTM X 443801 e UTM Y 7055719 - Fuso 22), no município de Água Doce, estado de Santa Catarina.

A íntegra destes Despachos consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de dezembro de 2012

Nº 3.979 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002302/2012-50, resolve homologar os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado resultantes do 9º Leilão de Energia Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes, referentes ao Edital 09/2010.

FREDERICO RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de dezembro de 2012

Nº 3.977 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.005169/2006-29, resolve: I - Suspender, a partir da data de publicação do presente Despacho, a operação comercial das unidades geradoras 1 e 2 da UTE Campos, com potência instalada de 15.000 kW cada, totalizando 30.000 kW, localizada no Município de Campos, Estado do Rio de Janeiro, de propriedade da empresa Furnas Centrais Elétricas S.A.; II - A suspensão da operação comercial é em caráter temporário e vigorará até que a condição operativa das referidas unidades geradoras seja restabelecida.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

A íntegra do Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.983 - Decisão: Liberar unidade geradora para início de operação comercial a partir de 14 de dezembro de 2012 Processo nº 48500.004183/2007-11 Interessado: Consórcio Energético Cruzeiro do Sul Usina: UHE Mauá Unidade Geradora: UG2 de 117.360kW Localização: Municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, Estado do Paraná.

CAMILLA DE ANDRADE GONÇALVES FERNANDES
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de dezembro de 2012

Nº 3.978 - Documento nº 48513.040400/2012-00. Interessado: Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS. Decisão: Anuir à dação de recebíveis em garantia, pelo Interessado, até o limite de 10,00% da receita operacional líquida, no período de 2013, visando a garantir a eventual execução judicial nº 5019091-8.2012.827.2729/CELTINS/Banco Daycoval no valor de até R$ 5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil reais). A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.982 - Processo: 48500.000126/2011-31. Interessada: Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto - CERRP. Decisão: anuir com a proposta de alteração estatutária da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto - CERRP que permitirá a permissionária adquirir bens imóveis sem a necessidade de aprovação da Assembleia Geral e alterar os critérios de inelegibilidade dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A íntegra do Despacho encontra-se nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de dezembro de 2012

Nº 3.972 - Processos: 48500.001868/2004-74. Decisão: (i) anuir ao pedido de transferência de titularidade do mencionado processo referente ao Projeto Básico da PCH Paiol Grande, da EPP - Empresa Paranaense de Participações S.A., CNPJ nº 09.511.280/0001-77, para CER - Companhia de Energias Renováveis, CNPJ nº 15.721.727/0001-35.

Nº 3.973 - Processos: 48500.004876/2008-86. Decisão: (i) anuir ao pedido de transferência de titularidade do mencionado processo referente ao Projeto Básico da PCH Engenho Velho, da EPP - Empresa Paranaense de Participações S.A., CNPJ nº 09.511.280/0001-77, para CER - Companhia de Energias Renováveis, CNPJ nº 15.721.727/0001-35.

Nº 3.974 - Processos: 48500.004659/2008-96. Decisão: (i) anuir ao pedido de transferência de titularidade do mencionado processo referente ao Projeto Básico da PCH Vista Alegre, da EPP - Empresa Paranaense de Participações S.A., CNPJ nº 09.511.280/0001-77, para CER - Companhia de Energias Renováveis, CNPJ nº 15.721.727/0001-35.

Nº 3.975 - Processo nº 48500.003696/2009-68. Decisão: (i) Transferir para a condição de inativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Peixe Alt. C, com potência estimada de 16 MW, às coordenadas 16°32'28" de Latitude Sul e 52°26'20" de Longitude Oeste, situada no Rio do Peixe, sub-bacia 24, bacia hidrográfica do Tocantins, no Estado de Goiás, a pedido da empresa Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.995.858/0001-45, conforme consta do Ofício nº DBIP 0297/2012, protocolado na Aneel em 12 de novembro de 2012; (ii) Revogar os Despachos nº 3.988, de 21 de outubro de 2009, e nº 686, de 18 de fevereiro de 2011.

Nº 3.976 - Processo nº 48500.006823/2009-81. Decisão: (i) Transferir para a condição de inativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Foz do Paraíso, com potência estimada de 28 MW, às coordenadas 16°35'15" de Latitude Sul e 52°16'26" de Longitude Oeste, situada no rio Peixe, sub-bacia 24, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no estado de Goiás, a pedido da empresa Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.995.858/0001-45., conforme consta do Ofício nº DBIP 0298/2012, protocolado na Aneel em 12 de novembro de 2012; (ii) Revogar os Despachos nº 4.293, de 19 de novembro de 2009, e nº 1.178, de 16 de março de 2011.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.980 - Processo: 48500.001804/2011-82. Decisão: (i) transferir para a condição de inativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Paraitinga, sub-bacia 58, no Estado de São Paulo, concedido à empresa iX Consultoria e Representações Ltda., devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º, do artigo 10, da Resolução ANEEL nº 393/98; (ii) revogar o Despacho nº 1.928, de 5 de maio de 2011. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de dezembro de 2012

Nº 1.430 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n.º 15, de 18 de maio de 2005, torna pública a homologação dos contratos de cessão de espaço e envasilhamento listados a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CONTRATADA/REGISTRO	CONTRATANTE / REGISTRO	PRAZO	CARTÓRIO N.°	OBS	PROCESSO
São Paulo	SP	COPAGAZ Distribuidora de Gás S.A. 03.237.583/0002-48	COMPANHIA Ultragaz S.A. 61.602.199/0003-84 61.602.199/0173-50	PUBLICAÇÃO NO D.O.U. A INDETERMINADO	Extrato n.°1 Reg. 3.460.760	-	48610.013542/2012-32

Nº 1.431 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base na Portaria ANP n.º 202, de 30 de dezembro de 1999, e Resolução ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, torna pública a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE / REGISTRO	CESSIONÁRIA/ REGISTRO	CARTÓRIO N.º	OBS.	PRAZO	PROCESSO
São Luis	MA	GRANEL Química Ltda. 44.983.435/0003-30	IPIRANGA Produtos de Petróleo S.A. - TA03 33.337.122/0043-86	Reg. 918499	-	INDETERMINADO	48610.013309/2012-50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012121400123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Araucária	PR	IDAZA Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0505 01.787.793/0021-47	MAZP Distribuidora de Petróleo Ltda. - 2129 85.050.474/0001-09	Reg. 0031512	-	INDETERMINADO	48610.013175/2012-77
Alto Taquari	MT	PETROBRAS Distribuidora S.A. -TA01 34.274.233/0016-80	ALESAT Combustíveis S.A. - 0352 23.314.594/0061-41	Reg. 901777	-	INDETERMINADO	48610.015221/2011-91
Guarulhos São José dos Campos	SP SP	PETRÓLEO Brasileiro S.A. - Transpetro	REDEPETRO Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3203 03.980.754/0003-05	Termo Aditivo n.° 02 - N.° 430.2.004/11-1 Reg. 3.459.433	-	31/10/2013	48610.007643/2011-93
Guarulhos São José dos Campos Senador Canedo	SP SP GO	PETRÓLEO Brasileiro S.A. - Transpetro	BRASIL OIL Distribuidora de Combustíveis e Derivados de Petróleo Ltda. - 3258 06.950.259/0007-75 06.950.259/0006-94 06.950.259/0008-56 06.950.259/0001-80 06.950.259/0003-41	Termo Aditivo n.° 03 - N.° 430.2.009/10-5 Reg. 3.459.432	-	31/10/2013	48610.008189/2010-15
Rio Grande	RS	REFINARIA de Petróleo Riograndense S.A. 94.845.674/0001-30	RODOIL Distribuidora de Combustíveis Ltda. - 3280 07.520.438/0006-54	Reg. 62823	-	PUBLICAÇÃO NO D.O.U. A 5 ANOS	48610.010748/2011-20
Rio Grande	RS	REFINARIA de Petróleo Riograndense S.A. 94.845.674/0001-30	IPIRANGA Produtos de Petróleo S.A. - TA03 33.337.122/0096-98	Reg. 62820	-	PUBLICAÇÃO NO D.O.U. A 5 ANOS	48610.003686/2012-81
Rio Grande	RS	REFINARIA de Petróleo Riograndense S.A. 94.845.674/0001-30	MEGAPETRO Petróleo Brasil S.A. - 3028 02.998.543/0006-80	Reg. 62822	-	PUBLICAÇÃO NO D.O.U. A 5 ANOS	48610.012893/2012-26
Rio Grande	RS	REFINARIA de Petróleo Riograndense S.A. 94.845.674/0001-30	RAÍZEN Combustíveis S/A - TA06 33.453.598/0071-36	Reg. 62824	-	INDETERMINADO	48610.012892/2012-81
Rio Grande	RS	REFINARIA de Petróleo Riograndense S.A. 94.845.674/0001-30	PETROBRAS Distribuidora S.A. - TA01 34.274.233/0067-20	Reg. 62817	-	PUBLICAÇÃO NO D.O.U. A 5 ANOS	48610.012890/2012-92
Rio Grande	RS	REFINARIA de Petróleo Riograndense S.A. 94.845.674/0001-30	DISTRIBUIDORA de Produtos de Petróleo Charrua Ltda. - 0420 01.317.309/0004-15	Reg. 62819	-	PUBLICAÇÃO NO D.O.U. A 5 ANOS	48610.012891/2012-37
Rio Grande	RS	REFINARIA de Petróleo Riograndense S.A. 94.845.674/0001-30	LATINA Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0467 01.562.225/0007-90	Reg. 62.821	-	PUBLICAÇÃO NO D.O.U. A 5 ANOS	48610.012078/2009-61
Ipojuca	PE	PANDENOR Importação e Exportação Ltda. 00.499.730/0001-89	TOTAL Distribuidora S.A. - 0410 01.241.994/0001-09	Primeiro Aditivo CPS.CAM N.° 001/2011 Reg. 1409	-	31/07/2015	48610.016533/2010-31
Ipojuca	PE	PANDENOR Importação e Exportação Ltda. 00.499.730/0001-89	SETTA Combustíveis S.A. - 0480 55.483.564/0001-14	Segundo Aditivo CPS.CAM N.° 004/2012 Reg. 1408	-	21/09/2013	48610.002442/2011-08
Guarulhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	SIMEIRA Petróleo Ltda. - 3252 06.051.018/0004-41	Primeiro Aditivo Reg. 1.299.499	-	INDETERMINADO	48610.010024/2012-67
Senador Canedo	GO	BRASIL OIL Distribuidora de Combustíveis e Derivados de Petróleo S.A. - 3258	FEDERAL Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3012 02.909.530/0004-25	Reg. 11.820	-	INDETERMINADO	48610.013541/2012-98
Vilhena	RO	DISTRIBUIDORA Equador de Produtos de Petróleo Ltda. - 3117 03.128.979/0006-80	SIMARELLI Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda. - 0325 00.942.246/0007-78	Reg. 357606	-	INDETERMINADO	48610.013269/2012-46
Várzea Grande	MT	PETROLUZ Distribuidora Ltda. - 3122 03.016.811/0001-79	PETROBRAS Distribuidora S.A. - TA01 34.274.233/0096-65	Reg. 65243	-	INDETERMINADO	48610.013692/2012-46
São Francisco do Conde	BA	TOTAL Distribuidora S.A. - 0410 01.241.994/0004-43	LARCO Comercial de Produtos de Petróleo Ltda. - 3027 02.805.889/0001-00	Extrato Contratual Reg. 2419	-	16/07/2013	48610.013725/2012-58
São Francisco do Conde	BA	TOTAL Distribuidora S.A. - 0410 01.241.994/0004-43	TOBRAS Distribuidora de Combustíveis Ltda. - 3228 05.759.383/0006-04	Extrato Contratual Reg. 166085	-	02/07/2013	48610.013797/2011-14
São Francisco do Conde	BA	TOTAL Distribuidora S.A. - 0410 01.241.994/0004-43	FEDERAL Distribuidora de Combustíveis Ltda. - 3012 02.909.530/0009-30	Extrato Contratual Reg. 1411	-	31/10/2013	48610.000454/2012-71
São Francisco do Conde	BA	TOTAL Distribuidora S.A. - 0410 01.241.994/0004-43	ALESAT Combustíveis S.A. - 0352 23.314.594/0024-05	Extrato Contratual Reg. 1264029	-	15/06/2013	48610.000642/2012-07
São Francisco do Conde	BA	TOTAL Distribuidora S.A. - 0410 01.241.994/0004-43	ATLÂNTICA Produtos de Petróleo Ltda. - 3220 05.552.292/0002-70	Extrato Contratual Reg. 226412	-	30/06/2013	48610.009476/2010-34
Maceió	AL	PETROBRAS Distribuidora S.A. - TA01 34.274.233/0231-45	ALESAT Combustíveis S.A. - 0352 23.314.594/0034-79	Reg. 1245775	-	INDETERMINADO	48610.012411/2012-38
Açailândia	MA	PETROBRAS Distribuidora S.A. - TA01 34.274.233/0330-27	ALESAT Combustíveis S.A. - 0352 23.314.594/0033-98	Reg. 1245777	-	INDETERMINADO	48610.007633/2002-67
São Luis	MA	TEMMAR - Terminal Marítimo do Maranhão S.A. 04.466.626/0001-49	DISTRIBUIDORA Tabocão Ltda. - 3010 02.284.585/0006-59	Primeiro Aditivo Reg. 7.508	-	06/01/2016	48610.006498/2011-23
Guarulhos São José dos Campos	SP SP	PETRÓLEO Brasileiro S.A. - Transpetro	ASTER Petróleo Ltda. - 0550 02.377.759/0001-13	Termo Aditivo N.° 01- 430.2.016/11-0 Reg. 1299500	-	30/10/2013	48610.016378/2011-34
Bauru	SP	ASTER Petróleo Ltda. - 0550 02.377.759/0026-71	PETROEXPRESS Distribuidora de Combustíveis e Derivados de Petróleo Ltda. - 3114 02.924.588/0010-96	Reg. 172.180	-	INDETERMINADO	48610.013537/2012-20
Bauru	SP	ASTER Petróleo Ltda. - 0550 02.377.759/0026-71	CIAPETRO Distribuidora de Combustíveis Ltda. - 0452 01.466.091/0018-66	Reg. 172.145	-	INDETERMINADO	48610.013538/2012-74
Santos	SP	AGEO Terminais e Armazéns Gerais S.A. 03.798.096/0002-54	ASTER Petróleo Ltda. - 0550 02.377.759/0016-08	Reg. 1.300.421		30/11/2017	48610.013983/2012-34

Nota: As homologações constantes nesta publicação tem vigência imediata.

Nº 1.432 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base na Portaria ANP n.º 202, de 30 de dezembro de 1999, e na Resolução ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, torna público o indeferimento dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE/ REGISTRO	CESSIONÁRIA/ REGISTRO	Nº CONTRATO / CARTÓRIO N.º	Razão Indeferimento	Processo n.º
Ipojuca	PE	PANDENOR Importação e Exportação Ltda. 00.499.730/0001-89	DISTRIBUIDORA de Combustíveis Torrão Ltda. - 0521 01.902.563/0001-38	Reg. 1378	O CNPJ da cessionária constante no contrato de cessão de espaço não está localizado no Estado de Pernambuco.	48610.013174/2012-22
Manaus	AM	ATEM´S Distribuidora de Petróleo S.A. - 3148 03.987.364/0001-03	IPIRANGA Produtos de Petróleo S.A. - TA03 33.337.122/0044-67	Reg. 875525	A FCT apresenta as seguintes não conformidades: - Não constam a razão social, CNPJ e volumes de produtos da cedente, bem como o tipo de instalação; - Os volumes de produtos das cessionárias WL Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda. e Petróleo Sabbá S.A. está divergente do homologado pela ANP e constante no site; - O volume total de produtos da cessionária Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. constante na FCT está divergente do contrato de cessão de espaço. - Não consta na FCT o tipo de instalações das cessionárias.	48610.011948/2012-81
Ribeirão Preto	SP	REDEPETRO Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3203 03.980.754/0003-05	GRAN PETRO Distribuidora de Combustíveis Ltda. - 3251 07.135.653/0007-12	Reg. 229004	A FCT apresenta a seguinte não conformidade: - A filial da cessionária Gran Petro constante na FCT não está cadastrada na ANP. A filial da cessionária constante no contrato de cessão de espaço não está cadastrada na ANP.	48610.012203/2012-39
Betim	MG	ALESAT Combustíveis S.A. - 0352 23.314.594/0030-45	ZEMA Companhia de Petróleo Ltda. - 0379 00.647.154/0006-84	Reg. 181928	A FCT apresenta a seguinte não conformidade: - Consta na FCT a empresa Ello-Puma Distribuidora de Combustíveis Ltda., porém a mesma não detém cessão de espaço homologado pela ANP e constante no site.	48610.011776/2010-83
Passos	MG	DISTRIBUIDORA de Combustíveis Rio Grande Ltda. - 3344	REDE SOL Fuel Distribuidora S.A. - 3171 02.913.444/0012-04	Reg. 8145	A FCT detém a seguinte não conformidade: - A filial da cessionária constante na FCT não está cadastrada na ANP. A filial da cessionária constante no contrato de cessão de espaço encaminhado não está cadastrada na ANP.	48610.013540/2012-43
Ipojuca	PE	PANDENOR Importação e Exportação Ltda. 00.499.730/0001-89	IPIRANGA Produtos de Petróleo S.A. - TA03 33.337.122/0203-14	S. Registro	O contrato de cessão de espaço encaminhado não consta o registro no cartório de títulos e documentos.	48610.013539/2012-19
São Francisco do Conde	BA	TOTAL Distribuidora Ltda. - 0410 01.241.994/0004-43	PETROX Distribuidora Ltda. - 3182 05.482.271/0003-06	Extrato Contratual Reg. 79334	A FCT apresenta a seguinte não conformidade: - O CNPJ da cessionária constante na FCT não está localizado no Estado da Bahia.	48610.009064/2010-02
São Francisco do Conde	BA	TOTAL Distribuidora Ltda. - 0410 01.241.994/0004-43	IPIRANGA Produtos de Petróleo S.A. - TA03 33.337.122/0071-30	Extrato Contratual Reg. 1053967	A FCT apresenta a seguinte não conformidade: - O CNPJ da cessionária constante na FCT não está localizado no Estado da Bahia.	48610.006306/2010-06
Laranjeiras	SE	PETROBRAS Distribuidora S.A. - TA01 34.274.233/0282-95	ALESAT Combustíveis S.A. - 0352 23.314.594/0032-07	Reg. 1245776	A FCT apresenta as seguintes não conformidades: - Não consta na FCT a empresa Petrobahia S.A., uma vez que a mesma consta na AO n.° 258, de 13/05/2010; - Não consta na FCT tanque de Óleo Diesel S1800 para ceder a cessionária Alesat; - Não consta na FCT tanque de Óleo Diesel D para ceder a cessionária Petrox; - Não consta na FCT tanque de OC-1A para ceder a Shell, bem como não está especificado qual o tipo de diesel cedido a mesma; e - Não está especificado na FCT qual o tipo de diesel cedido a Raízen Combustíveis S.A.	48610.012412/2012-82

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Cubatão	SP	PETROBRAS Distribuidora S.A. - TA01 34.274.233/0101-67	ALESAT Combustíveis S.A. - 0352 23.314.594/0021-54	Reg. 1245778	A FCT apresenta as seguintes não conformidades: - Não consta especificado na FCT tanque do produto OC-A1 cedido a Raízen Combustíveis S.A.; - Volume total de produtos da cessionária Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. constante na FCT está divergente do homologado pela ANP e constante no site; - Não consta especificado na FCT tanque do produto Óleo Diesel S500 para ceder a cessionária Alesat Combustíveis S.A; - Não consta tanque de Óleo Diesel D especificado na FCT cedido para a cessionária UFF Distribuidora; e - Não consta especificado na FCT tanque de Óleo Diesel Interior da cedente Petrobras Distribuidora S.A.	48610.020626/2001-71
Belém	PA	PETROBRAS Distribuidora S.A. - TA01 34.274.233/0255-12	ALESAT Combustíveis S.A. - 0352 23.314.594/0035-50	Reg. 1245774	A FCT apresenta as seguintes não conformidades: - Não consta especificado na FCT o tanque de OC-1A da cedente Petrobras Distribuidora S.A.; e - Não consta especificado na FCT o tanque de Óleo Diesel S500 para celebrar a cessão de espaço com a cessionária Alesat Combustíveis S.A.	48610.012408/2012-14
Fortaleza	CE	PETROBRAS Distribuidora S.A. - TA01 34.274.233/0029-03	ALESAT Combustíveis S.A. - 0352 23.314.594/0029-01	Reg. 1251246	A FCT apresenta as seguintes não conformidades: - Não consta nos tanques na FCT o produto Óleo Diesel S500 cedido para a Alesat Combustíveis S.A. e SP Indústria e Distribuidora de Petróleo Ltda.; - Não constam os produtos Gasolina Podium, Óleo Diesel Metropolitano e Óleo Diesel Marítimo da cedente, uma vez que constam na tancagem operacional; - Existe divergência dos produtos QAV-1 e Diesel S50, pois a capacidade operacional é uma e o total discriminado na FCT da cedente é outra.	48610.012410/2012-93
Fortaleza	CE	PETROBRAS Distribuidora S.A. - TA01 34.274.233/0029-03	SP Indústria e Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0437 01.387.400/0001-64	Reg. 354262	A FCT apresenta as seguintes não conformidades: - Não consta nos tanques na FCT o produto Óleo Diesel S500 cedido para a Alesat Combustíveis S.A. e SP Indústria e Distribuidora de Petróleo Ltda.; - Não constam os produtos Gasolina Podium, Óleo Diesel Metropolitano e Óleo Diesel Marítimo da cedente, uma vez que constam na tancagem operacional; - Existe divergência dos produtos QAV-1 e Diesel S50, pois a capacidade operacional é uma e o total discriminado na FCT da cedente é outra.	48610.007260/2002-24
Vitória	ES	PETROBRAS Distribuidora S.A. - TA01 34.274.233/0040-00	ALESAT Combustíveis S.A. - 0352 23.314.594/0017-78	Reg. 895855	A FCT apresenta as seguintes não conformidades: - Não consta na FCT o volume total do produto MF-380 da cedente, uma vez que consta na tancagem operacional; - O volume total de produtos da Raízen Combustíveis S.A. constante na FCT está divergente do homologado pela ANP e constante no site; - O CNPJ da cessionária Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. constante na FCT não está localizado no Estado do Espírito Santo; - O volume de produtos da cessionária Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. constante na FCT está divergente do contrato de cessão de espaço.	48610.012409/2012-69
Vitória	ES	PETROBRAS Distribuidora S.A. - TA01 34.274.233/0040-00	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. - TA03 33.337.122/0145-00	Reg. 1774290	A FCT apresenta as seguintes não conformidades: - Não consta na FCT o volume total do produto MF-380 da cedente, uma vez que consta na tancagem operacional; - O volume total de produtos da Raízen Combustíveis S.A. constante na FCT está divergente do homologado pela ANP e constante no site; - O CNPJ da cessionária Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. constante na FCT não está localizado no Estado do Espírito Santo; - O volume de produtos da cessionária Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. constante na FCT está divergente do contrato de cessão de espaço.	48610.001380/2012-90
Vitória	ES	PETROBRAS Distribuidora S.A. - TA01 34.274.233/0040-00	Raízen Combustíveis S.A. - TA06 33.453.598/0040-30	Reg. 1.832.591	A FCT apresenta as seguintes não conformidades: - Não consta na FCT o volume total do produto MF-380 da cedente, uma vez que consta na tancagem operacional; - O volume total de produtos da Raízen Combustíveis S.A. constante na FCT está divergente do homologado pela ANP e constante no site; - O CNPJ da cessionária Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. constante na FCT não está localizado no Estado do Espírito Santo; - O volume de produtos da cessionária Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. constante na FCT está divergente do contrato de cessão de espaço.	48610.xxxxxx/2012-xx
Canoas	RS	PETROBRAS Distribuidora S.A. - TA01 34.274.233/0068-01	ALESAT Combustíveis S.A. - 0352 23.314.594/0052-50	Reg. 1059405	A FCT apresenta as seguintes não conformidades: - Não consta na FCT especificando qual o Óleo Diesel da cessionária Raízen Combustíveis S.A.; - Não constam na tancagem da cedente os produtos Óleo Diesel D e Óleo Diesel B cedidos as cessionárias Charrua, Megapetro, Saara, Potencial, Sul Combustíveis e Rodoil; - Não constam os produtos Hexano, Óleo Diesel Inverno, Óleo Combustível 1ª, CAP 50/10, Cura Média 30, Gasolina Podium, Resíduo Leve, Resíduo Pesado, CAP 50/60, Querosene de Aviação, Petrossolve 60/160, Aguarras e Gasolina de Aviação da cedente, uma vez que os mesmos constam na tancagem na FCT; - Encontra-se divergente na FCT o total do produto S-500 da tancagem e o pertencente a cedente.	48610.020623/2001-36
Manaus	AM	PETRÓLEO Sabbá S.A. - TA11 04.169.215/0002-72	PETROBRAS Distribuidora S.A. - TA01 34.274.233/0091-50	Reg. 1.832.589	A FCT apresenta as seguintes não conformidades: - A cedente não detém excedente de EAC, QAV, EHC, Gasolina A, Óleo Diesel A S-1800, Biodiesel e Óleo Diesel A S-50 para celebrar a cessão de espaço apresentada; - O volume total de produtos da cessionária Raízen Combustíveis S.A., constante na FCT está divergente do homologado pela ANP e constante no site; - Não constam na FCT as cessionárias Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. e Raízen Combustíveis S.A., homologadas pela ANP e constantes no site; - O CNPJ da cedente constante na FCT está divergente do contrato de cessão de espaço encaminhado.	48610.002464/2010-89
Santarém	PA	PETRÓLEO Sabbá S.A. - TA11 04.169.215/0020-54	PETROBRAS Distribuidora S.A. - TA01 34.274.233/0034-62	Reg. 1.832.590	A FCT apresenta as seguintes não conformidades: - O volume total de produtos da cessionária constante na FCT está divergente do contrato de cessão de espaço encaminhado; - Não consta na FCT a cessionária Raízen Combustíveis S.A. (ex- Shell Brasil), homologada pela ANP e constante no site. O CNPJ da cedente constante no contrato de cessão de espaço está divergente do cadastrado no bando de dados da ANP e da FCT.	48610.003012/2003-95
Bauru	SP	ASTER Petróleo Ltda. - 0550 02.377.759/0026-71	RUFF CJ Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0320 00.756.149/0016-81	Reg. 172.144	A FCT apresenta a seguinte não conformidade: - Não consta a filial da cessionária na FCT encaminhada. A filial da cessionária constante no contrato de cessão de espaço não está cadastrada na ANP.	48610.013536/2012-85

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de dezembro de 2012

Nº 1.428 - O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 01 de março de 2012, em cumprimento ao art. 5º da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, tendo em vista o constante do Processo ANP nº 48610.014979/2011-11, considerando:

- As informações e o projeto apresentados pela empresa Star Energy Participações S/A, referentes à implantação de um Sistema de Dutos interligando o Terminal da empresa, localizado no Complexo Termelétrico de Aratu, ao Píer de Gases do Porto de Aratu, no município de Candeias - BA; e

- A solicitação feita pela Star Energy Participações S/A à ANP, por intermédio de correspondências datadas de 19 de junho e 21 de novembro de 2012, para a obtenção de Autorização de Construção dos referidos oleodutos, em nome da empresa do mesmo grupo empresarial, UTE MC2 - Camaçari1 S/A resolve:

1. Publicar um sumário do memorial do projeto pretendido, integralmente baseado nas informações e no projeto apresentados pela Star Energy Participações S/A (Anexo do presente despacho);

2. Indicar a "Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural" da ANP, com endereçamento à Av. Rio Branco, 65, 17º andar, Edifício Visconde de Itaboraí, Centro, 20.090-004, Rio de Janeiro - RJ ou através do endereço eletrônico scm@anp.gov.br, para o encaminhamento, até 30 dias a partir da publicação, de comentários e sugestões; e

3. Informar que a documentação apresentada pela Star Energy Participações S/A, continua em processo de análise pela ANP e que a publicação do presente despacho não implica autorização prévia concedida pela ANP.

ANEXO

1- SUMÁRIO DO PROJETO

Consta do Processo Administrativo nº 48610.014079/2011-11 da Star Energy Participações S/A a solicitação de Autorização para a construção, em nome da UTE Camaçari I S/A, um Sistema de Dutos interligando o Terminal da empresa, localizado no Complexo Termelétrico de Aratu, ao Píer de gases do Porto de Aratu, no município de Candeias - BA, Estado da Bahia, acompanhada dos documentos necessários para o atendimento da Portaria ANP nº 170, de 26.11.1998 e Resolução ANP nº 30, de 26.10.2006.

2- DETALHES DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento consta de um sistema para a transferência de produtos desde os navios atracados no Píer de gases no Porto de Aratu até o Terminal de Tancagem da Star Energy localizado no Complexo Termelétrico de Aratu e no sentido inverso, desde o Terminal até o Píer.

Está prevista a movimentação dos seguintes produtos:

- Óleo Combustível - Porto → Terminal → Porto;
- Óleo Diesel - Porto → Terminal → Porto;
- Nafta - Porto → Terminal → Porto;

As características básicas dos dutos estão descritas nas tabelas a seguir:

Produtos	Quant	Norma / Material	Diâmetro Médio (pol)	Espessura (pol)	Início do trecho	Final do trecho	Extensão (m)
Óleo Combustível	1	API-5L Grau B	24/20	0,312	Pier (braços de carregamento)	Estação de Bombeamento (EB)	1.575
					Estação de Bombeamento (EB)	Terminal	5.041
Óleo Combustível	1	API-5L Line Pipe - PSL1 - Grau X42	14	0,438	Terminal	Estação de Bombeamento (EB)	5.041
					Estação de Bombeamento (EB)	Pier (braços de carregamento)	1.575

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Diesel	1	API-5L Grau B	16	0,203	Pier (braços de carregamento)	Estação de Bombeamento (EB)	1.575
					Estação de Bombeamento (EB)	Terminal	5.041
Nafta	1	API-5L Grau B	16	0,203	Pier (braços de carregamento)	Estação de Bombeamento (EB)	1.575
					Estação de Bombeamento (EB)	Terminal	5.041

Produto	Vazão (m³/h)	Pressão (kgf/cm2)	Temp. (°C)	Fluxo
Óleo Combustível	1.500	25	50	Porto → Terminal
Óleo Combustível	1.500	25	30	Porto → Terminal
Óleo Combustível	600	35	50	Terminal → Porto
Diesel	1.500	15	30	Porto → Terminal → Porto
Nafta	1.250	15	30	Porto → Terminal → Porto

Os dutos serão enterrados à profundidade mínima de 1,0 m medida do topo do tubo. Os trechos sobre o Píer, Estação de Bombeamento e área dos LR's (lançadores/recebedores de PIG´s), serão aéreos e suportadas por estruturas metálicas. Os dutos serão revestidos com polietileno extrudado em tripla camada (3C PE) e serão construídos utilizando uma parte da faixa já regulamentada de dutovias (RLAM - Polo de Camaçari - Aratu) por onde atualmente estão instalados os dutos de interligação do Píer da CODEBA às instalações da Braskem, no Pólo Petroquímico de Camaçari.

A operação de carregamento e descarregamento marítimo do Terminal em Candeias / BA será feita através do Porto de Aratu no Píer de gases administrado pela CODEBA, localizado a aproximadamente 7,6 km do referido Terminal de Tancagem.

Todas as válvulas instaladas nas linhas serão sempre do mesmo diâmetro da tubulação e estarão localizadas no Píer, na Estação de bombeamento (EB) e nos lançadores e recebedores (LR's) de PIG's em áreas segregadas para contenção de efluentes contaminados. Todas as válvulas serão do tipo esfera, de passagem plena e pigáveis. Estima-se que serão instaladas em todo o sistema aproximadamente 36 válvulas esfera de aço fundido ASTM A216 Gr. WCB, obturador em ASTM A182 Gr. F6a, sede em PTFE, API 6D, classe de pressão 150#, flangeadas, com engrenagem de redução e acionamento por motor elétrico.

Os PIG's serão lançados ou recebidos nos LR's (Lançador/Recebedor). Prevê-se emprego de PIG's em espuma de poliuretano, células abertas, alta resistência e alta densidade (de 170 a 210 kg/m³), corpo em formato projétil, sem selo de vedação, nos diâmetros de 516 mm para linha de DN 20", 361 mm para linha de DN 14" e 413 mm para linha de DN 16", medidas com tolerância de ± 2%.

O óleo combustível será carregado e descarregado dos navios no Píer, através de 1 (um) novo braço de carregamento/descarregamento de 16", denominado de braço de de escuros, com capacidade de movimentar até 1.500 m3/h de combustível. Enquanto que a Nafta e Diesel serão carregados e descarregados dos navios no Píer através de 1 (um) outro novo braço de carregamento/descarregamento de 16", denominado de braço de claros, com capacidade de movimentar até 1500 m3/h de produto.

Na operação de descarregamento do navio na vazão de 1500 m³/h, a bomba do navio operará em série com três novas bombas instaladas na Estação de Bombeamento (EB) a uma distância de aproximadamente 2000 m do Píer. Cada produto terá três bombas específicas (booster) para esta operação com capacidade de 500 m³/h cada uma. As novas bombas, para todos os produtos, serão de deslocamento positivo do tipo fuso, horizontais, acionadas por motor elétrico.

O duto de carregamento de navios será o mesmo utilizado para o descarregamento. Na operação de carregamento do navio, as bombas de carregamento estarão instaladas no Terminal. Na Estação de Bombeamento haverá um by pass das três bombas (booster) encaminhando os produtos diretamente ao Píer.

3- MEIO AMBIENTE

O INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos emitiu, em 21/03/2012, por meio da PORTARIA Nº 2301, a Licença Unificada para implantação e operação de uma unidade de recebimento e transporte de combustíveis em dutos, composta por dois braços de carregamento, seus periféricos de bombeio e segurança operacional, a serem instalados no Píer utilizado pela Braskem, localizado no Porto de Aratu, e 04 (quatro) dutos, num trecho de 7 km, situado na faixa de servidão da Dutovia RLAM - Pólo de Camaçari - Aratu, compreendido entre o referido Píer e o parque de estocagem de combustíveis do Complexo Termelétrico da UTE MC2 Camaçari I.

4- NORMAS

As principais Normas adotadas no projeto são:

- ABNT NBR - 17505 - Armazenagem de líquidos inflamáveis e combustíveis Parte 1 - Disposições Gerais, Parte 3 - Sistemas de Tubulações;
- ABNT NBR - 15280-1 - Dutos Terrestres;
- API 5L - Line Pipe - PSL1.

5- CRONOGRAMA

Consta no processo o cronograma físico-financeiro, indicando que a implantação do Sistema de Dutos Portuários terá duração total de 12 meses, iniciando-se em Janeiro de 2013.

Atividade	Previsão de Inicio	Previsão de término
Contratações e Fornecimentos de Materiais e Equipamento	Dez/2012	Jan/2013
Aprovação para a construção	Dez/2012	Jan/2013
Construção Civil	Fev/2013	Jun/2013
Montagem Mecânica	Mai/2013	Set/2013
Aprovação para Operação	Set/2013	Nov/2013
Pré Operação	Dez/2013	Dez/2013
Partida	Dez/2013	Dez/2013

Nº 1.429 - O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, com base no artigo 15 da Portaria ANP n° 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante dos Processos ANP n° 48610.003681/2000-14 e 48610.013898/2011-95, considerando:

-A inspeção técnica realizada em 18 de janeiro de 2011, na qual foi atestado que o terminal não mais opera com petróleo, nos termos da Autorização ANP nº 84, de 19 de abril de 2002;

-A solicitação de cancelamento parcial da Autorização ANP nº 84, de 19 de abril de 2002, formulada pela empresa mediante correspondência TRANS/DTO/COM - 3385/12, de 28 de setembro de 2012, resolve:

1. Revogar o item correspondente às instalações do Terminal Aquaviário de Regência, Código DCPT 000844, da Autorização ANP nº 84, de 19 de abril de 2002, publicada na página 65 da Seção 1 do Diário Oficial da União nº 76, de 22 de abril de 2002.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

SUPERINTENDÊNCIA DE REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 563, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 246, de 13 de agosto de 2012, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Resolução ANP nº 25, de 02 de setembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.004901/2012-61, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a etapa de construção referente à ampliação de capacidade da planta produtora de biodiesel da empresa SPBIO Indústria e Comércio de Biodiesel e Óleos Vegetais Ltda., CNPJ n° 05.164.528/0001-10, de 83,28 m³/d para 200 m³/d, localizada na Rua Mariano Jatahy Marcondes Ferraz, nº 115 - Centro, Município de Sumaré, Estado do São Paulo.

Art. 2º Esta Autorização não desobriga a empresa SPBIO Indústria e Comércio de Biodiesel e Óleos Vegetais Ltda a solicitar a esta Agência a Autorização para Operação da referida ampliação, de acordo com o art. 10 da Resolução ANP nº 25/2008.

Art. 3º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas apresentadas pela referida empresa na sua solicitação de Autorização, de acordo com o item 5.3 do Regulamento ANP n° 03/2008 da Resolução ANP nº 25/2008.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação e terá validade vinculada à data de término da construção constante no cronograma apresentado pela empresa no Processo ANP nº 48610.004901/2012-61. No caso de modificação nas datas apresentadas, a empresa SPBIO Indústria e Comércio de Biodiesel e Óleos Vegetais Ltda. fica obrigada ao atendimento ao art. 9º da Resolução ANP nº 25/2008.

WALDYR MARTINS BARROSO

SECRETARIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO-RD Nº 1.195, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 694, de 5 de dezembro de 2012, com base na Proposta de Ação nº 1270, de 19 de novembro de 2012, e no que consta no processo nº 48610.016775/2011 - 14, resolveu aprovar o Plano de Desenvolvimento do Campo de Tiziu, localizado na bacia Potiguar (Contrato de Concessão nº 48610.009225/2002).

LUCIANA GONÇALVES DE MATTOS VIEIRA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 91/2012

Ficam os abaixo relacionados cientes de que não foi observada nenhuma defesa administrativa interposta, restando-lhes pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 946.267/2011
Notificado: Pedrac Pedreira Queimadas Ltda.
CNPJ/CPF: 08.964.934/0001-55
NFLDP nº 224/2011
Valor: R$ 34.600,26

Processo de Cobrança nº 946.745/2010
Notificado: Trevo da Sorte Ltda.
CNPJ/CPF: 24.357.220/0001-35
NFLDP nº 506/2010
Valor: R$ 6.010,02

Processo de Cobrança nº 946.645/2009
Notificado: Agroindústria Álcoolmaniva Ltda.
CNPJ/CPF: 08.976.896/0001-50
NFLDP nº 1074/2009
Valor: R$ 962,10

Fica o abaixo relacionado ciente de que não se acatou totalmente os argumentos da defesa administrativa interposta, restando-lhe pagar, parcelar ou apresentar recurso para o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 946.559/2009
Notificado: Mibra Minérios Ltda.
CNPJ/CPF: 09.382.573/0001-00
NFLDP nº 1051/2009
Valor: R$ 601,50

Ficam os abaixo relacionados cientes de que não se conheceu as defesas administrativas interpostas, restando-lhe pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo(s) ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 946.752/2010
Notificado: Ceramina Cerâmica Industrial Hardman Ltda.
CNPJ/CPF: 08.847.717/0001-85
NFLDP nº 510/2010
Valor: R$ 64.971,48

Processo de Cobrança nº 946.752/2010
Notificado: Ceramina Cerâmica Industrial Hardman Ltda.
CNPJ/CPF: 08.847.717/0001-85
NFLDP nº 497/2010
Valor: R$ 8.825,56

GUILHERME HENRIQUE SILVEIRA E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 175/2012

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADOS(S) para pagar(em), parcelar(em) ou apresentar(em) defesa, relativo ao(s) débito(s) apurado(s) na Taxa Anual por Hectare - TAH (inciso II, art. 20 do Código de Mineração), no prazo de 10(dez) dias , sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

926.049/2011 - PEDREIRA BOTIATUVA LTDA
CNPJ: 75.701.102/0001-33
Notificação n° 506/2010 - Valor: R$ 329,52.
926.107/2012 - LEVI CEZAR PACHECO DOS SANTOS LIMA
CPF:254.916.529-20
Notificação n° 666/2011- Valor: R$ 2.424,89.

HUDSON CALEFE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 32, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DE SÃO PAULO - SR(08), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 119, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela portaria MDA/Nº. 69, de 19 de outubro de 2006.

CONSIDERANDO a Resolução /BACEN / Nº 2.629, de 10 de agosto de 1999, que criou o PRONAF, inclusive, criando linha especial denominado Grupo "A" voltado para os beneficiários de Reforma Agrária;

CONSIDERANDO as Normas de execuções/ INCRA/SDNº 79/2008 e 86/2009, que dispõem sobre a concessão de Crédito de Instalação aos Beneficiários dos Projetos de Reforma Agrária;

CONSIDERANDO que se trata de Projeto de Assentamento Rural do Estado de São Paulo já criado através de Portaria de Criação ITESP nº 074, de setembro de 2012;

CONSIDERANDO parecer conclusivo dos setores técnicos desta Superintendência, consubstanciado nas legislações e normas pertinentes à matéria, RESOLVE;

Art. 1º - Reconhecer Projeto de Assentamento denominado PE TREZE DE MAIO, código SIPRA SP0368000, criado pelo Estado de São Paulo, com área 75,2691 ha (setenta e dois hectares, vinte e seis ares e noventa e um centiares), visando atender 21 (famílias) famílias de pequenos produtores rurais, administrado pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP, situado no município de Itaberá./SP;

Art. 2º - Determinar que tal aprovação permita ao Projeto de Assentamento reconhecido participar do Programa de Crédito Instalação e de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, no Grupo "A", obedecidas às normas desta Autarquia.

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura

WELLINGTON DINIZ MONTEIRO

RETIFICAÇÃO

Na INCRA/SR08/Nº 55, de 16 de setembro 1998, publicada no DOU 181, de 22 de setembro de 1988, seção I, pág. 05 que criou o PA Zumbi dos Palmares, onde se lê... "que prevê a criação de 371 (trezentas e setenta e uma) unidades agrícolas familiares", leia-se... "que prevê a criação de 432 (quatrocentos e trinta e duas) unidades agrícolas familiares." Wellington Diniz Monteiro - Superintendente Regional do INCRA/SP.



Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 256, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Propõe ao Estado do Amazonas, que aderiu ao Programa de Aquisição de Alimentos, metas, parâmetros adicionais de execução e limites financeiros para sua implementação em 2012, na modalidade de execução Compra com Doação Simultânea.

A MINISTRA DO ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 27, II, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no art. 1º do Anexo I do Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, no Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, e

CONSIDERANDO a adesão do Estado do Amazonas ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, em conformidade com a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e com a Resolução nº 45, de 13 de abril de 2012, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - GGPAA, bem como a necessidade de subsidiar a elaboração do plano operacional, resolve:

Art. 1º Propor ao Estado do Amazonas metas, parâmetros adicionais de execução e limites financeiros para implementação do PAA, na modalidade de execução Compra com Doação Simultânea, no exercício de 2012.

Art. 2º Para a implementação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS compromete-se a realizar pagamentos aos beneficiários fornecedores ou organizações fornecedoras, em conformidade com os limites por Unidade Familiar e com os demais regramentos do PAA, por Unidade da Federação, nos limites financeiros indicados no quadro a seguir, alocados no orçamento do MDS, UO 55.101, consignados no Programa de Trabalho nº 08.306.2069.2798.0001 - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar.

Estado	METAS DE EXECUÇÃO		LIMITES FINANCEIROS (em Reais)		PARÂMETROS ADICIONAIS DE EXECUÇÃO QUE SERÃO CONSIDERADOS PARA FINS DE CÁLCULDO DO APOIO FINANCEIRO EM 2013			
	Total de Beneficiários Fornecedores	Número de Entidades Abastecidas	De pagamentos a fornecedores pelo Governo Federal	De apoio financeiro à Unidade Executora em 2012	Percentual mínimo de Beneficiários Fornecedores Prioritários	Percentual mínimo de Beneficiárias Fornecedoras mulheres	Percentual mínimo de Beneficiários Fornecedores de produtos orgânicos ou agroecológicos	Número de Municípios envolvidos
Amazonas	21	04	94.500,00	4.725,00	40%	40%	3%	02

Art. 3º O Estado do Amazonas deve confirmar o interesse em executar a modalidade no exercício de 2012 até 15 (quinze) dias após a publicação desta Portaria, por meio da aceitação das metas apresentadas e do preenchimento das informações complementares para a elaboração e aprovação do Plano Operacional em sistema informatizado, disponibilizado na rede mundial de computadores pelo MDS.

Art. 4º O Estado do Amazonas deverá prever a utilização dos recursos em conformidade com o limite financeiro disponibilizado no quarto trimestre no exercício corrente para pagamento de fornecedores.

Art. 5º O apoio financeiro de que trata o art. 21 da Lei nº 12.512, de 2011, no exercício de 2012, corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor pactuado para a aquisição de alimentos.

§ 1º Os recursos de que trata o caput, consignados no Programa de Trabalho nº 08.306.2069. 2802.0001 - Operacionalização da Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, serão transferidos para uma conta específica da Unidade Executora, sem a necessidade de convênio ou instrumento congênere, até 30 dias após a aprovação do Plano Operacional pelas partes.

§ 2º Norma específica disporá sobre os procedimentos de fiscalização e de prestação de contas dos recursos recebidos, na forma do caput.

Art. 6º O desempenho na execução física e financeira poderá implicar a revisão, a critério do MDS, dos limites ora previstos, que poderão ser ampliados ou reduzidos, conforme o caso.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

TEREZA CAMPELLO

PORTARIA Nº 257, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Propõe aos municípios que aderiram ao Programa de Aquisição de Alimentos metas, parâmetros adicionais de execução e limites financeiros para sua implementação em 2012, na modalidade de execução Compra com Doação Simultânea.

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 27, II, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no art. 1º do Anexo I do Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, no Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, e

CONSIDERANDO a adesão de municípios ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, em conformidade com a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e com a Resolução nº 45, de 13 de abril de 2012, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - GGPAA, bem como a necessidade de subsidiar a elaboração de planos operacionais, resolve:

Art. 1º Propor aos municípios que aderiram ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, relacionados em anexo, metas e parâmetros de execução para a implementação do PAA, na modalidade de execução Compra com Doação Simultânea, no exercício de 2012.

Art. 2º Para a implementação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS compromete-se a realizar pagamentos aos beneficiários fornecedores ou organizações fornecedoras, em conformidade com os limites por unidade familiar e com os demais regramentos do PAA, por Unidade da Federação, dentro dos limites financeiros indicados no quadro em anexo, alocados no orçamento do MDS, UO 55.101 e consignados no Programa de Trabalho nº 08.306.2069.2798.0001 - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar.

Art. 3º Os municípios listados no quadro em anexo devem confirmar o interesse em executar a modalidade, no exercício de 2012, até 15 (quinze) dias após a publicação desta portaria, por meio da aceitação das metas apresentadas e do preenchimento das informações complementares para a elaboração e aprovação do Plano Operacional, em sistema informatizado disponibilizado na rede mundial de computadores pelo MDS.

Art. 4º Os municípios deverão prever a utilização dos recursos em conformidade com o limite financeiro disponibilizado no quarto trimestre do exercício corrente para o pagamento de fornecedores.

Art. 5º O apoio financeiro de que trata o art. 21 da Lei 12.512, de 2011, no exercício 2012, corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor pactuado para a aquisição de alimentos.

§ 1º Os recursos de que trata o caput, consignados no Programa de Trabalho nº 08.306.2069. 2802.0001 - Operacionalização da Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, serão transferidos para uma conta específica da Unidade Executora, sem a necessidade de convênio ou instrumento congênere, até 30 dias após a aprovação do Plano Operacional pelas partes.

§ 2º Norma específica disporá sobre os procedimentos de fiscalização e prestação de contas dos recursos recebidos na forma do caput.

Art. 6º O desempenho na execução física e financeira poderá implicar a revisão, a critério do MDS, dos limites ora previstos, que poderão ser ampliados ou reduzidos, conforme for o caso.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

TEREZA CAMPELLO

ANEXO

Estado	Município	Código do IBGE	METAS DE EXECUÇÃO		LIMITES FINANCEIROS (em reais)		PARÂMETROS ADICIONAIS DE EXECUÇÃO QUE SERÃO CONSIDERADOS PARA FINS DE CÁLCULO DO APOIO FINANCEIRO EM 2013		
			Total de Beneficiários Fornecedores	Número de Entidades Abastecidas	Limite Financeiro de Pagamentos a Fornecedores pelo Governo Federal	Limite Financeiro de Apoio à Unidade Executora em 2012	Percentual Mínimo de Beneficiários Fornecedores Prioritários	Percentual Mínimo de Beneficiárias Fornecedoras Mulheres	Percentual Mínimo de Beneficiários Fornecedores de Produtos Orgânicos ou Agroecológicos
BA	AMARGOSA	2901007	150	12	90.000,00	4.500,00	40%	40%	3%
	BARRA DA ESTIVA	2902807	150	6	120.000,00	6.000,00	40%	40%	3%
	BOM JESUS DA SERRA	2903953	100	4	50.000,00	2.500,00	40%	40%	3%
	BREJÕES	2904308	150	4	97.500,00	4.875,00	40%	40%	3%
	BUERAREMA	2904704	140	5	91.000,00	4.550,00			
	GUARATINGA	2911808	80	3	56.000,00	2.800,00	40%	40%	3%
	IGRAPIUNA	2913457	140	5	119.000,00	5.950,00	40%	40%	3%
	IUIU	2917334	100	4	60.000,00	3.000,00	40%	40%	3%
	JIQUIRIÇÁ	2918209	150	5	97.500,00	4.875,00	40%	40%	3%
	JUSSIAPE	2918605	60	3	30.000,00	1.500,00	40%	40%	3%
	LAJE	2918803	140	5	91.000,00	4.550,00	40%	40%	3%
	MAIRI	2920106	90	4	49.500,00	2.475,00	40%	40%	3%
	MALHADA DAS PEDRAS	2920304	80	3	36.000,00	1.800,00	40%	40%	3%
	MASCOTE	2920908	120	4	72.000,00	3.600,00	40%	40%	3%
	MORRO DO CHAPÉU	2921708	60	3	30.000,00	1.500,00	40%	40%	3%
	MUQUÉM DO SÃO FRANCISCO	2922250	80	3	36.000,00	1.800,00	40%	40%	3%
	PINDAÍ	2924504	90	4	40.500,00	2.025,00	40%	40%	3%
	POÇÕES	2925105	100	5	45.000,00	2.250,00	40%	40%	3%
	QUINJIGUE	2925907	90	4	40.500,00	2.025,00	40%	40%	3%
	SANTO AMARO	2928604	70	3	31.500,00	1.575,00	40%	40%	3%
	SÃO FELIPE	2929107	80	3	36.000,00	1.800,00	40%	40%	3%
	SERRA PRETA	2930402	120	4	72.000,00	3.600,00	40%	40%	3%
	TAPEROÁ	2931202	120	3	72.000,00	3.600,00	40%	40%	3%
MA	APICUM-ACU	2100832	22	2	9.240,00	462,00	40%	40%	3%
	BACABAL	2101202	39	7	14.625,00	731,25	40%	40%	3%
	CENTRAL DO MARANHAO	2103125	35	5	12.250,00	612,50	40%	40%	3%
	ITAPECURU MIRIM	2105401	35	3	12.850,00	642,50	40%	40%	3%
	SÃO JOSE DE RIBAMAR	211120	93	10	169.144,50	3.457,22	40%	40%	3%
	VARGEM GRANDE	2112704	32	4	9.600,00	480,00	40%	40%	3%
PE	PETROLINA	2611101	175	134	787.500,00	39.375,00	40%	40%	3%
SP	ARARAQUARA	3503208	51	57	169.330,86	8.466,54	40%	40%	3%
PR	FOZ DO IGUAÇU	4108304	110	209	495.000,00	24.750,00	40%	40%	3%
RS	GRAMADO XAVIER	4309159	10	01	6.800,00	340,00	40%	40%	3%
	PALMITINHO	4313805	08	04	28.000,00	1.400,00	40%	40%	3%
	SEBERI	4320206	20	02	30.000,00	1.500,00	40%	40%	3%
	VALE DO SOL	4322533	35	02	6.000,00	300,00	40%	40%	3%
	CRISSIUMAL	4306007	10	03	21.000,00	1.050,00	40%	40%	3%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 258, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Regulamenta o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições legais e regimentais, considerando o art. 7º do Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007, que regulamenta a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, instituída pelo art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC será devida ao servidor que, em caráter eventual e sem prejuízo do exercício das atribuições do cargo, desempenhar as atividades previstas no art. 76-A da Lei nº. 8.112, de 1990, e no Decreto n.º 6.114, de 2007.

Art. 2º A tabela de valores da GECC de que trata o inciso I do art. 7º do Decreto n.º 6.114, de 2007, e o correspondente Quadro de Especificações passam a ser estabelecidos por esta Portaria, na forma prevista nos Anexos I e II, respectivamente.

§ 1º O valor da GECC será calculado por hora trabalhada, apurada no mês de realização da atividade, na forma prevista no Anexo I.

§ 2º As atividades a serem executadas e os pré-requisitos exigidos ao servidor selecionado foram definidos no Quadro de Especificações do Anexo II.

§ 3º O credenciamento dos servidores que executarão as atividades que ensejam o pagamento da GECC deverá ser realizado por meio do preenchimento do documento constante do Anexo III desta Portaria.

§ 4º Quando a realização das atividades de que trata esta Portaria ocorrerem durante o horário de trabalho, a liberação do servidor fica condicionada à autorização do Secretário- Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 3º A GECC não será devida pela realização de treinamentos em serviço ou por eventos de disseminação de conteúdos relativos às competências das unidades organizacionais.

§ 1º Entende-se por conteúdos relativos às competências das unidades organizacionais aqueles relativos às competências regulamentares da unidade.

§ 2º As ações de capacitação destinadas exclusivamente aos servidores da mesma unidade de lotação do instrutor e que abordem conteúdo programático concernente às rotinas de trabalho ou às competências regulamentares da unidade não ensejarão o pagamento da gratificação.

§ 3º Os servidores lotados em unidades que tenham como atribuição o desenvolvimento de atividades ligadas à logística de preparação e à realização de curso ou concurso não farão jus ao recebimento da GECC pelo exercício dessas atividades.

Art. 4º As horas trabalhadas em atividades inerentes a cursos e concursos públicos, quando desempenhadas durante a jornada de trabalho, deverão ser compensadas no prazo de até um ano.

Parágrafo único. Em se tratando de servidor pertencente ao quadro do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, este deverá obter a anuência prévia da chefia imediata na Grade de Compensação proposta no Anexo VI desta Portaria.

Art. 5º A retribuição por servidor para atividade de curso ou concurso não poderá ser superior ao equivalente a cento e vinte horas de trabalho anuais.

§ 1º Em situações excepcionais, devidamente justificadas e previamente aprovadas pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o limite a que se refere o caput poderá ser excedido em até 120 (cento e vinte) horas de trabalho anuais.

§ 2º Até que seja implantado o sistema de controle das horas trabalhadas, previamente à aceitação para exercer as atividades definidas no Anexo II, o servidor deverá atestar, em formulário próprio (Anexo IV), a atividade, o órgão, e o total de horas trabalhadas no ano em curso.

Art. 6º O quantitativo de horas estimadas para elaboração de material didático não poderá ser superior à carga horária do curso.

Art. 7º Os projetos de cursos deverão dispor sobre os requisitos mínimos de formação acadêmica e de experiência profissional que serão exigidos do servidor escolhido para executar as atividades previstas no art. 76-A da Lei nº 8.112/1990.

§ 1º Previamente ao início do evento, deverão ser encaminhados à Subsecretaria de Assuntos Administrativos os projetos de cursos previstos no caput para manifestação.

§ 2º Antes do início do evento, deverá ser preenchido e entregue na Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas o documento constante do Anexo V, com vistas à comprovação da experiência profissional na área referente à atividade que será desenvolvida pelo servidor.

Art. 8º No prazo de 30 (trinta) dias, após a realização do curso, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - relatório de autoavaliação do instrutor/monitor (Anexo VII);

II - pauta de frequência do evento/curso;

III - relatório de consolidação das avaliações do curso; e

IV- mapa de compensação das horas quando se tratar da situação descrita no parágrafo único do art. 4º.

Parágrafo único. O pagamento da GECC (Anexo VIII) ficará condicionado à entrega da documentação prevista neste artigo.

Art. 9º O pagamento da GECC deverá ser efetuado por meio do sistema utilizado para processamento da folha de pagamento de pessoal.

Parágrafo único. Quando da impossibilidade de processamento do pagamento da Gratificação na forma estabelecida no caput, será admitido o pagamento por meio de ordem bancária pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Art. 10. Os pagamentos a título de passagens, diárias e de GECC, referentes à participação de servidor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em evento realizado em regime de cooperação com outra instituição, serão assumidos pela instituição beneficiária.

Art. 11. A Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas selecionará, por meio de análise curricular, os interessados em atuar nos cursos remunerados com a GECC.

Parágrafo único. Se houver mais de um interessado habilitado para o mesmo tema, o critério de desempate será:

I - o maior tempo decorrido desde a última atuação do servidor em cursos remunerados com gratificação;

II - a maior experiência, comprovada por meio de declaração ou certificado, em atividades relacionadas ao conteúdo programático do evento de capacitação.

Art. 12. Os casos omissos, ou supervenientes, serão decididos pelo Subsecretário de Assuntos Administrativos e homologados pelo Secretário-Executivo.

Art. 13. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CAMPELLO

ANEXO I

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	TABELA DE VALORES POR ENCARGO DE CURSO OU CONCURSO

Esta tabela tem como parâmetro os percentuais estipulados pelo Decreto n.º 6.114, de 15 de maio de 2007, que regulamenta o art. 76-A da Lei nº 8.112/1990, incidentes sobre o maior vencimento básico da Administração Pública Federal.

	Atividade Desenvolvida	Percentuais hora/aula (em %)
1	Instrutoria em curso de desenvolvimento e aperfeiçoamento, de treinamento e curso gerencial	
1.1	Curso de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento	Até 1,80
1.1.1	Instrutor "A"	1,80
1.1.2	Instrutor "B"	1,60
1.1.3	Instrutor "C"	1,25
1.2	Curso de Treinamento	Até 1,15
1.2.1	Instrutor "A"	1,15
1.2.2	Instrutor "B"	1,00
1.3	Curso Gerencial	Até 1,80
1.3.1	Instrutor "A"	1,80
1.3.2	Instrutor "B"	1,70
1.3.3	Instrutor "C"	1,60
2	Monitoria	
2.1	Curso de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento	Até 1,00
2.1.1	Monitor	1,00
2.2	Curso Gerencial	Até 1,00
2.2.1	Monitor	1,00
2.3	Curso de Treinamento	Até 1,00
2.3.1	Monitor "A"	1,00
2.3.2	Monitor "B"	0,90
3	Tutoria em Curso a distância	
3.1	Curso de Desenvolvimento, Aperfeiçoamento e Treinamento	0,95
4	Coordenação Técnica de Disciplina de Curso a Distância	
4.1	Coordenador Técnico de Disciplina	1,10
5	Elaboração de Material Didático	
5.1	Curso Presencial	Até 1,15
5.1.1	Elaborador "A"	1,15
5.1.2	Elaborador "B"	1,00
5.1.3	Elaborador "C"	0,90
5.2	Curso a Distância	Até 1,55
5.2.1	Elaborador "A"	1,55
5.2.2	Elaborador "B"	1,25
5.2.3	Elaborador "C"	1,00
6	Atividade de Conferencista e de Palestrante em Evento de Capacitação	
6.1	Conferencista e de Palestrante em Evento de Capacitação	1,80
6.2	Moderador em Evento de Capacitação	1,80
6.3	Debatedor em Evento de Capacitação	1,80

ANEXO II

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES DOS CRITÉRIOS QUANTO À FORMAÇÃO ACADÊMICA E EXPERIÊNCIA CONCURSO COMPROVADA, POR TIPO DE ATIVIDADE E DE CURSO

1. INSTRUTORIA

1.1 - CURSO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO

Ministrar aulas em cursos de desenvolvimento, aperfeiçoamento e em eventos educacionais em geral, atuando como facilitador do processo de aprendizagem e difusão do conhecimento.

1.1.1 - INSTRUTOR "A"

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu/doutorado e experiência mínima comprovada de 12 meses na disciplina a ministrar, por força do exercício de atividades profissionais, acadêmicas ou de ensino em cursos assemelhados.

1.1.2 - INSTRUTOR "B"

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu/mestrado ou pós-graduação lato sensu (especialização) e experiência mínima de 24 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, quando portador de diploma de Mestre, ou mais de 36 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, quando portador de diploma de especialização lato sensu; ou experiência mínima de mais de 60 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

1.1.3 - INSTRUTOR "C"

Portador de diploma de curso superior e experiência mínima de 12 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado; ou experiência mínima de 24 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

1.2 - CURSO DE TREINAMENTO

Ministrar treinamento sobre aplicativos que integram a área da informática em nível avançado, intermediário ou básico para a qualificação e o aperfeiçoamento do participante, utilizando técnicas específicas de caráter operacional; ministrar treinamento em sistemas corporativos da Administração Pública Federal para a qualificação e o aperfeiçoamento do servidor de caráter operacional.

1.2.1 - INSTRUTOR "A"

Curso superior e 12 meses de experiência comprovada em área técnica específica à disciplina a ministrar ou aos conhecimentos a transmitir, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou 48 meses de experiência comprovada em área técnica específica à disciplina a ministrar ou aos conhecimentos a transmitir, adquirida no exercício de atividades profissionais experiência ou em cursos de treinamento; e domínio, em nível avançado, de aplicativos da área de informática e de sistemas corporativos do serviço público.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2.2 - INSTRUTOR "B"

Ensino médio completo e 12 meses de experiência comprovada em área técnica específica à disciplina a ministrar ou aos conhecimentos a transmitir, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou 60 meses de experiência comprovada em área técnica específica à disciplina a ministrar ou aos conhecimentos a transmitir, adquirida no exercício de atividades profissionais experiência ou em cursos de treinamento; e domínio, em nível intermediário, de aplicativos da área de informática e de sistemas corporativos do serviço público.

1.3 - CURSO GERENCIAL

Ministrar aulas em cursos gerenciais e eventos educacionais de gestão, atuando como facilitador do processo de aprendizagem e difusão do conhecimento.

1.3.1 - INSTRUTOR "A"

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu/doutorado e mais de 12 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

1.3.2 - INSTRUTOR "B"

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu/mestrado ou pós-graduação lato sensu (especialização) e experiência mínima de 24 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, quando portador de diploma de Mestre, ou mais de 36 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, quando portador de diploma de especialização lato sensu; ou experiência mínima de mais de 60 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

1.3.3 - INSTRUTOR "C"

Portador de diploma de curso superior e experiência mínima de 12 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado; ou experiência mínima de 24 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

2. MONITORIA

2.1 - CURSOS DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO

Atuar em sala de aula em cursos de desenvolvimento e aperfeiçoamento, dando suporte ao instrutor na difusão de conhecimentos e em temas de específicos de domínio pessoal.

2.1.1 - MONITOR "A"

Formação em nível de pós-graduação lato sensu (especialização) e experiência mínima de 12 meses adquirida no exercício de atividades equivalentes ou em cursos de desenvolvimento e treinamento; ou Experiência mínima de 48 meses adquirida em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

2.1.2 - MONITOR "B"

Diploma de curso superior e experiência mínima de 24 meses adquirida no exercício de atividades equivalentes ou em cursos de desenvolvimento e treinamento; ou experiência mínima de 36 meses adquirida em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

2.1.3 - MONITOR "C"

Diploma de curso superior e experiência mínima de 12 meses adquirida no exercício de atividades equivalentes ou em cursos de desenvolvimento e treinamento; ou experiência mínima de 24 meses adquirida em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

2.2 - CURSO GERENCIAL

Atuar em sala de aula em cursos gerenciais, dando suporte ao instrutor da disciplina em temas específicos de domínio pessoal.

2.2.1 - MONITOR

Curso superior e experiência mínima de 24 meses comprovada em área técnica específica, adquirida no exercício de atividades profissionais, acadêmicas ou em cursos gerenciais; ou experiência de mais de 48 meses em atividades afins aos temas em cursos de desenvolvimento e aperfeiçoamento a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

2.3 - CURSO DE TREINAMENTO

Atuar em sala de aula dando suporte ao instrutor, nos treinamentos dos aplicativos que integram a área da informática em nível avançado, intermediário ou básico; atuar em sala de aula dando suporte nos treinamentos dos sistemas corporativos da Administração Pública Federal.

2.3.1 - MONITOR "A"

Curso superior e experiência mínima de 12 meses em área técnica específica pelo exercício de atividades profissionais, acadêmicas ou em cursos de treinamento; ou 48 meses de experiência adquirida no exercício de atividades profissionais ou em cursos e treinamentos, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae; e Domínio, em nível avançado, da parte prática dos aplicativos da área de informática e dos sistemas corporativos do serviço público.

2.3.2 - MONITOR "B"

Ensino médio completo e experiência mínima de 12 meses em área técnica específica pelo exercício de atividades profissionais, acadêmicas ou em cursos de treinamento; ou 48 meses de experiência adquirida no exercício de atividades profissionais ou em cursos e treinamentos, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae; e domínio, em nível intermediário, da parte prática dos aplicativos da área de informática e dos sistemas corporativos do serviço público.

3. TUTORIA EM CURSO A DISTÂNCIA

3.1 - CURSO DE DESENVOLVIMENTO, APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO

Acompanhar o desenvolvimento de cursos de desenvolvimento, aperfeiçoamento e treinamento, orientar os alunos, receber e avaliar trabalhos, fomentar e avaliar debates no fórum virtual, moderar chats e listas de discussões em ambientes virtuais de aprendizagem.

3.1.1 - TUTOR

Graduação e/ou formação na disciplina a ministrar; ou experiência mínima de 36 meses na área específica adquirida no exercício de atividades profissionais ou acadêmicas; e formação em tutoria à distância e conhecimentos de Windows, inclusive Word, e Internet.

4 - COORDENAÇÃO TÉCNICA DE DISCIPLINA

Decidir, na condição de especialista em determinada área de conhecimento ou de disciplina específica, quanto ao conteúdo técnico que deve ser ministrado, colaborando na escolha de métodos e técnicas de ensino que viabilizem o alcance dos objetivos estabelecidos para essa área ou disciplina.

4.1 - COORDENADOR TÉCNICO DE DISCIPLINA

Formação em nível de pós-graduação lato sensu (especialização) e experiência mínima de 36 meses de atuação na área específica adquirida no exercício de atividades profissionais ou acadêmicas;

Experiência de mais de 48 meses de atuação na área específica adquirida no exercício de atividades profissionais ou acadêmicas.

5 - ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

5.1 - CURSO PRESENCIAL

Elaborar ou aperfeiçoar material didático destinado a cursos presenciais em geral.

5.1.1 - ELABORADOR "A"

Formação em nível de pós-graduação strito sensu e experiência mínima de 36 meses na área de atuação, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou experiência mínima de 48 meses na área de atuação, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

5.1.2 - ELABORADOR "B"

Formação em nível de pós-graduação lato sensu e experiência mínima de 24 meses na área de atuação, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou experiência mínima de 36 meses na área de atuação, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

5.1.3 - ELABORADOR "C"

Formação em nível superior e experiência mínima de 12 meses na área de atuação, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou experiência mínima de 24 meses na área de atuação, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

5.2 - CURSO À DISTÂNCIA

Elaborar ou aperfeiçoar material didático, destinados a cursos à distância.

5.2.1 - ELABORADOR "A"

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu e experiência mínima de 36 meses na área de atuação, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou Experiência mínima de 48 meses na área de atuação, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

5.2.2 - ELABORADOR "B"

Formação em nível de pós-graduação lato sensu e experiência mínima de 24 meses na área de atuação, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou experiência mínima de 36 meses na área de atuação, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

5.2.3 - ELABORADOR "C"

Formação em nível superior e experiência mínima de 12 meses na área de atuação, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou experiência mínima de 24 meses na área de atuação, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

5.3 - PALESTRA E CONFERÊNCIA

Elaborar material multimídia para palestras e conferências (texto, som, imagem, animação e/ou vídeo), de acordo com o tema a ser proferido, dentro de padrões técnicos e didáticos.

5.3.1 - ELABORADOR DE MATERIAL DIDÁTICO PARA PALESTRA E CONFERÊNCIA

Pós-graduação stricto sensu, em nível de mestrado, ou equivalência em experiência comprovada e experiência mínima de 24 meses na área objeto da palestra ou conferência; ou mais de 60 meses de experiência, com notório saber na área objeto da palestra ou conferência, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

6 - ATIVIDADE DE CONFERENCISTA E DE PALESTRANTE EM EVENTO DE CAPACITAÇÃO

Proferir palestra sobre tema da atualidade, de interesse geral ou setorial da administração pública.

6.1 - CONFERENCISTA/PALESTRANTE EM EVENTO DE CAPACITAÇÃO

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu/doutorado e experiência mínima de 24 meses na área objeto da conferência, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae; ou mais de 60 meses de experiência, com notório saber na área objeto da conferência, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

6.2 - MODERADOR EM EVENTO DE CAPACITAÇÃO

Coordenar a interação dos participantes (conferencista, debatedores e plateia), mantendo o controle do tempo e do debate.

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu; ou experiência mínima de 12 meses no exercício de atividade em áreas afins ao objeto do evento, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

6.3 - DEBATEDOR EM EVENTO DE CAPACITAÇÃO

Analisar e avaliar a palestra proferida pelo conferencista, ressaltando os pontos mais relevantes e, quando necessário, apresentando críticas e a agregando outro modo de abordar o tema.

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu; ou Experiência mínima de 12 meses no exercício de atividade em áreas afins ao objeto do evento, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

ANEXO III

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	FORMULÁRIO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIDOR PARA ATUAÇÃO COMO INSTRUTOR DE EVENTO DE CAPACITAÇÃO
Seleção nº:	Ano:
Informo o credenciamento do (a) servidor (a):	
Cargo:	
Matricula SIAPE nº: CPF:	
Lotado no (a):	
E-mail: Ramal:	
E solicito sua liberação para atuação eventual como:	
No evento:	
Previsto no Plano Anual de Capacitação do exercício de:	
do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no período de ___/___/_____ a ___/___/_____, perfazendo um total de _____ horas dedicadas à atividade. Brasília-DF, ____de _____ de _____. _____ Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas	
De acordo. Encaminho a liberação do (a) servidor (a), em conformidade com o Inciso III do Art. 7º do Decreto nº 6.114/2007, e com a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que regulamenta a Gratificação de Encargos de Cursos e Concursos - GECC. Brasília-DF, ____de _____ de _____. _____ Assinatura do Chefe Imediato _____ Autorização do Secretário Executivo	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO IV

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADE DE CAPACITAÇÃO

Eu,

Matrícula /SIAPE nº: ocupante do cargo de:

Lotado no (a):

declaro ter participado no atual exercício das seguintes atividades relacionadas a curso ou concurso público, previstas no art.76-A da Lei nº 8112/90 e no Decreto nº 6114/07:

Atividades	Instituição	Data	Horas trabalhadas
Total de horas trabalhadas no atual exercício			

Declaro, sob minha inteira responsabilidade, serem exatas e verdadeiras as informações aqui prestadas, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

Brasília-DF, ____ de ________________ de ________.

____

Assinatura e carimbo do servidor

ANEXO V

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	RESUMO CURRICULAR - SELEÇÃO PARA DESEMPENHO EVENTUAL EM AÇÃO DE CAPACITAÇÃO

Nome Completo:

Lotação:	Cargo:
Matrícula SIAPE n.º	CPF:
E-mail:	Telefone:

Formação Técnica ou Acadêmica:

Experiência profissional em cursos, congressos, seminários

Atividade	Instituição/Local	Tipo de Atividade	Carga horária

Informações complementares:

Obs.: O servidor deverá anexar seu Currículo e os Certificados correspondentes ao que foi relacionado acima.

____

Assinatura do Servidor

ANEXO VI

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	GRADE DE COMPENSAÇÃO HORÁRIA INSTRUTORIA/MONITORIA

Nome Completo:

Matrícula/SIAPE:

Total de horas a compensar

Data	Início	Término	Número de horas compensadas
Total de Horas			

______________________________ ______________________________

Assinatura do Servidor Assinatura da Chefia Imediata

Carimbo

ANEXO VII

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DE EVENTO DE CAPACITAÇÃO DA INSTRUTORIA/MONITORIA

Dados do evento

Evento:

Instrutor/Monitor:

Período:	Número de participantes:

Local de realização:

Relatório do evento

Os objetivos do evento foram atingidos? ( ) sim ( )não

Se não, explicitar por que:

Pontos positivos:

Pontos negativos:

Sugestões/recomendações:

Brasília-DF, ____de _______________ de ________.

____

Assinatura do Instrutor/Monitor

ANEXO VIII

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO POR ENCARGOS DE CURSO E CONCURSO

Dados do Servidor

Nome:

Lotação:	Cargo:
Matrícula SIAPE n.º	CPF:
E-mail:	Telefone:

Evento:

Período:

Dados do Evento

Atividades desenvolvidas	Valor da hora	Nº horas	Valor
Valor total			

Servidor Interno (Via SIAPE): ( ) Sim ( ) Não

Banco:	Agência:	Conta Corrente:

Solicito o pagamento da Gratificação por Encargos de Curso e Concurso (GECC), de acordo com os dados do presente formulário.

Brasília-DF, ____de _______________ de ________.

____

Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 254, de 12.12.2012, publicada no D.O.U. de 13.12.2012, Seção 1, página 226,
onde se lê: "ANEXO I"

Limites para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção em 2012 - Fiscalização e Poder de Polícia	
Unidade	Unidade
SNAS	SNAS
Total	Total

leia-se: "ANEXO I"

Limites para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção em 2012 - Fiscalização e Poder de Polícia	
Unidade	Limite para empenho (até DEZ)
SNAS	4.654.900,00
Total	4.654.900,00

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 281, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR AUTO.

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso I do caput do art. 3º e no § 5º do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, resolvem:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso II do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, a empresa SNS Automóveis Ltda., CNPJ/MF: 11.122.071/0001-83, conforme processo nº 52000.025940/2012-57, de 18 de outubro de 2012.

Art. 2º A habilitação tem vigência a partir da data de sua publicação, até 31 de março de 2013, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Parágrafo único. A empresa habilitada fica autorizada, a partir de 1º de novembro de 2012, a apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012.

Art. 3º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 6º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 4º Para os efeitos de que trata o §6º do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de fevereiro de 2013, requerimento de habilitação de doze meses, a contar de 1º de abril de 2013.

Art. 5º Para fins do disposto no inciso II, do Art. 22, do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI, aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

§1º Hum mil e duzentos veículos, no período compreendido entre a data de publicação desta Portaria e 31 de dezembro de 2012.

§2º Hum mil e duzentos veículos, no período entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de março de 2013.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GOLOMBIEWSKI TEIXEIRA
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 289, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - INTERINO, E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso I do caput do art. 3º e no § 5º do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, resolvem:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, a empresa Ford Motor Company Brasil Ltda., CNPJ/MF: 03.470.727/0001-20, conforme processo nº 52000.025086/2012-29, de 8 de outubro de 2012.

Art. 2º A habilitação tem vigência a partir da data de sua publicação, até 31 de março de 2013, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada fica autorizada, a partir de 1º de novembro de 2012, a apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012.

Parágrafo único. O crédito presumido relativo aos incisos I e II do caput do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012, apurado nas aquisições destinadas à fabricação de veículos classificados nos códigos constantes do Anexo VI, não poderá ser utilizado nas condições previstas no art. 14 do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o §6º do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de fevereiro de 2013, requerimento de habilitação de doze meses, a contar de 1º de abril de 2013.

Art. 6º Para fins do disposto no inciso II, do Art. 22, do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, nos termos do Anexo VIII, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Hum mil e duzentos veículos, no período compreendido entre a data de publicação desta Portaria e 31 de dezembro de 2012.

II - Hum mil e duzentos veículos, no período entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de março de 2013.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto 7.819, de 03 de outubro de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GOLOMBIEWSKI TEIXEIRA
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 290, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - Interino, e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso I do caput do art. 3º e no § 5º do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, resolvem:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, a empresa Scania Latin America Ltda., CNPJ/MF: 59.104.901/0001-76, conforme processo nº 52000.025609/2012-37, de 15 de outubro de 2012.

Art. 2º A habilitação tem vigência a partir da data de sua publicação, até 31 de março de 2013, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada fica autorizada, a partir de 1º de novembro de 2012, a apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012.

Parágrafo único. O crédito presumido relativo aos incisos I e II do caput do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012, apurado nas aquisições destinadas à fabricação de veículos classificados nos códigos constantes do Anexo VI, não poderá ser utilizado nas condições previstas no art. 14 do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previsto nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o §6º do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de fevereiro de 2013, requerimento de habilitação de doze meses, a contar de 1º de abril de 2013.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GOLOMBIEWSKI TEIXEIRA
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 291, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso I do caput do art. 3º e no § 5º do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, resolvem:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, a empresa Fiat Automóveis S.A., CNPJ/MF: 16.701.716/0001-56, conforme processo nº 52000.025977/2012-85, de 18 de outubro de 2012.

Art. 2º A habilitação tem vigência a partir da data de sua publicação, até 31 de março de 2013, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Parágrafo único. A empresa habilitada fica autorizada, a partir de 1º de novembro de 2012, a apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012.

Art. 3º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 4º Para os efeitos de que trata o §6º do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de fevereiro de 2013, requerimento de habilitação de doze meses, a contar de 1º de abril de 2013.

Art. 5º Para fins do disposto no inciso II, do Art. 22, do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, nos termos do Anexo VIII, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Hum mil e duzentos veículos, no período compreendido entre a data de publicação desta Portaria e 31 de dezembro de 2012.

II - Hum mil e duzentos veículos, no período entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de março de 2013.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GOLOMBIEWSKI TEIXEIRA
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 292, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Habilita, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, a empresa Mercedes-Benz do Brasil Ltda.

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso I do caput do art. 3º e no § 5º do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, resolvem:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, a empresa Mercedes-Benz do Brasil Ltda., CNPJ/MF: 59.104.273/0001-29, conforme processo nº 52000.025439/2012-91, de 11 de outubro de 2012.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º A habilitação tem vigência a partir da data de sua publicação, até 31 de março de 2013, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada fica autorizada, a partir de 1º de novembro de 2012, a apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012.

Parágrafo único. O crédito presumido relativo aos incisos I e II do caput do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012, apurado nas aquisições destinadas à fabricação de veículos classificados nos códigos constantes do Anexo VI, não poderá ser utilizado nas condições previstas no art. 14 do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o §6º do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de fevereiro de 2013, requerimento de habilitação de doze meses, a contar de 1º de abril de 2013.

Art. 6º Para fins do disposto no inciso II, do Art. 22, do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, nos termos do Anexo VIII, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Hum mil e duzentos veículos, no período compreendido entre a data de publicação desta Portaria e 31 de dezembro de 2012.

II - Hum mil e duzentos veículos, no período entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de março de 2013.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GOLOMBIEWSKI TEIXEIRA
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA Nº 284, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, no uso da competência que lhe foi confere o Decreto nº 4.584, de 5 de fevereiro de 2003, e tendo em vista as informações constantes do Processo nº 52008.000064/2012-86, resolve:

Art. 1º Aprovar, para o exercício de 2013, em conformidade com os Quadros Anexos, a Proposta Orçamentária da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos - APEX-BRASIL, condicionando sua execução às normas regulamentares.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GOLOMBIEWSKI TEIXEIRA

ANEXO I

NATUREZA DA RECEITA

ANEXO I - RECEITAS

Órgão : (28000) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC
Unidade : Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil)

Valores em R$ Mil

Código	Especificação	Valor
	TOTAL DA RECEITA PREVISTA	504.671
1000.00.00	Receitas Correntes	400.338
1200.00.00	Receita de Contribuições	395.939
1210.00.00	Contribuições Sociais	395.939
1210.43.00	Contribuição para Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	395.939
1300.00.00	Receita Patrimonial	4.399
1320.00.00	Receita de Valores Mobiliários	4.399
1325.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	4.399
2000.00.00	Receitas de Capital	104.333
2500.00.00	Outras Receitas de Capital	104.333
2590.00.00	Outras Receitas (Saldos de Exercícios Anteriores)	104.333

ANEXO II-A - PROGRAMAS

Órgão : (28000) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC
Unidade : Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - Apex-Brasil
Função: (23) Comércio e Serviços
Subfunção: (122) Administração Geral
Programa : Gestão e Manutenção da Apex-Brasil

Objetivo		Indicadores	Valores em R$ Mil
Proporcionar os recursos necessários à gestão e à manutenção da atuação da Apex-Brasil.		N/A	57.765
Título	Produto	Grupo de Natureza de Despesa	Valor
Manutenção e melhoria das atividades administrativas e da estrutura física.	Gestão e Manutenção das Atividades Administrativas	Pessoal e Encargos Sociais	21.234
		Outras Despesas Correntes	36.531

ANEXO II-B - PROGRAMAS

Órgão : (28000) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC
Unidade : Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - Apex-Brasil
Função: (23) Comércio e Serviços
Subfunção: (691) - Promoção Comercial
Programa : Promoção das Exportações e Investimentos

Objetivo		Indicadores	Valores em R$ Mil
Promover as exportações de produtos e serviços brasileiros no exterior e promover oportunidades de investimentos externos no Brasil.		- Valor das exportações	446.906
		- Empresas e segmentos atendidos.	
		- Eventos Realizados	
Título	Produto	Grupo de natureza de Despesa	Valor
Mecanismos de Promoção de Exportações e Atração de Investimentos	Projetos e Ações de Promoção de Exportações e Atração de Investimentos	Pessoal e Encargos Sociais	56.766
		Outras Despesas Correntes	390.140

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO III - FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO DA DESPESA PROGRAMA

Órgão : (28000) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC
Unidade Agência de Promoção de Exportações do Brasil - APEX-Brasil

Função		Subfunção		Programa	Valores em R$ Mil
Código	Total	Código	Total	Descrição	Total
23	57.765	122	57.765	Gestão e Manutenção da Apex-Brasil	57.765
23	446.906	691	446.906	Promoção das Exportações e Investimentos	446.906
Total	504.671	Total	504.671	Total	504.671

ANEXO IV - NATUREZA DE DESPESA

Órgão : (28000) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC
Unidade : Agência de Promoção de Exportações do Brasil - APEX-Brasil

						Valores em R$ Mil
1	2	3	4	5	6	Total
Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	
78.000	0	426.671	0	0	0	504.671

ANEXO V - DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Órgão : (28000) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC
Unidade : Agência de Promoção de Exportações do Brasil - APEX-Brasil

Valores em R$ Mil

Receita		
Especificação	Parcial	Total
Receitas Correntes	400.338	400.338
Déficit Corrente	104.333	104.333
Receitas de Capital	104.333	104.333
Déficit de Capital	0	0
TOTAL	504.671	504.671
Resumo		
Receitas Correntes	400.338	
Receitas de Capital	104.333	

Despesa		
Especificação	Parcial	Total
Despesas Correntes	504.671	504.671
Superávit Corrente	0	0
Despesas de Capital	0	0
Superávit de Capital	104.333	104.333
Total	504.671	504.671
Resumo		
Despesas Correntes	504.671	
Despesas de Capital	0	

ANEXO VI - CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO

Órgão : (28000) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC
Unidade : Agência de Promoção de Exportações do Brasil - APEX-Brasil

Valores em R$ Mil

MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL JAN-JUN
Programa de Gestão e Manutenção da Apex-Brasil							
Pessoal e Encargos Sociais	1.518	1.518	1.518	1.518	1.822	1.822	9.716
Outras Despesas Correntes	4.112	1.752	1.943	3.850	2.438	1.712	15.807
SubTotal	5.630	3.270	3.461	5.368	4.260	3.534	25.523
Programa de Promoção das Exportações e Investimentos							
Pessoal e Encargos Sociais	4.057	4.057	4.057	4.057	4.870	4.870	25.968
Outras Despesas Correntes	43.916	18.710	20.752	41.119	26.032	18.282	168.811
SubTotal	47.973	22.767	24.809	45.176	30.902	23.152	194.779
Total	53.603	26.037	28.270	50.544	35.162	26.686	220.302

MÊS	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL JUL-DEZ
Programa de Gestão e Manutenção da Apex-Brasil							
Pessoal e Encargos Sociais	1.822	1.822	2.362	1.829	1.829	1.854	11.518
Outras Despesas Correntes	3.309	3.059	3.968	3.362	3.513	3.513	20.724
SubTotal	5.131	4.881	6.330	5.191	5.342	.367	32.242
Programa de Promoção das Exportações e Investimentos							
Pessoal e Encargos Sociais	4.870	4.870	6.315	4.891	4.891	4.961	30.798
Outras Despesas Correntes	35.336	32.665	42.379	35.903	37.522	37.524	221.329
SubTotal	40.206	37.535	48.694	40.794	2.413	42.485	252.127
Total	45.337	42.416	55.024	45.985	47.755	47.852	284.369

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 283, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 715, de 29 de Dezembro de 1992, e tendo em vista as informações constantes do Processo nº 52000.028642/2012-19, resolve:

Art. 1º Aprovar, para o exercício de 2013, em conformidade com os Quadros Anexos, a Proposta Orçamentária do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, condicionando sua execução às normas regulamentares.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GOLOMBIEWSKI TEIXEIRA

ANEXO I

RECEITAS
Órgão: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE

R$ 1.000

Código	Especificação	Valor
		3.523.304
1000.00.00	Receitas Correntes	2.910.722
1200.00.00	Receitas de Contribuições	2.401.950
1210.00.00	Contribuições Sociais	2.401.950
1210.43.00	Contribuição para o SEBRAE	2.401.950
1300.00.00	Receitas Patrimonial	285.985

1320.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	285.985
1321.00.00	Juros de Título de Renda	285.985
1600.00.00	Receitas de Serviços	127.011
1600.20.00	Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos	127.011
1700.00.00	Transferências Correntes	80.774
1730.00.00	Transferências de Instituições Privadas	80.774
1900.00.00	Outras Receitas Correntes	15.002
1990.00.00	Receitas Diversas	15.002
1990.99.00	Outras Receitas	15.002
2000.00.00	Receita de Capital	448.624
2100.00.00	Operações de Crédito	97.058
2110.00.00	Operações de Crédito Interna	97.058
2200.00.00	Alienação de Bens	4.512
2210.00.00	Alienação de Bens Móveis	4.512
2500.00.00	Outras Receitas de Capital	511.012
2580.00.00	Saldos Exercícios Anteriores	511.012
2580.99.00	Saldos Exercícios Anteriores Recursos Diversos	511.012

ANEXO II

PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE
Função: (23) Comércio e Serviços
Subfunção: (122) - Administração Geral
Programa: (4100) - Programa de Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos do Sistema SEBRAE - Gestão Interna

Objetivo	Indicadores	R$ 1.000
- Oferecer produtos e serviços de excelência presencial e a distancia que atendam as necessidades das MPE e dos empreendedores - Promover um ambiente interno saudável e cooperativo, mantendo os colaboradores permanentemente atualizados e comprometidos com resultados. Implantar sistema de gestão integrada, que contemple os processos de planejamento, orçamento, execução financeira, contábil e avaliação de resultados, garantindo a agilidade, a qualidade e a produtividade dos processos internos. - Implantar sistema de indicadores de desempenho que permita medir o impacto das ações do SEBRAE no Público-alvo; - Utilizar a capacidade de articulação do SEBRAE, para captar e mobilizar novas fontes de recursos;	Taxa de Sobrevivência - 80,7% Taxa de MPE atendidas - 19,9% Índice de Contribuição para criação de MPE - 20,9% Índice de avaliação da Imagem dos Pequenos Negócios - 8,7% Índice de avaliação da Imagem pela Sociedade - 8,8%	612.602

Ação	Título	Produto	Meta	Grupo de Natureza da Despesa	Valor
4101	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos do Sistema SEBRAE		-	Pessoal, Enc. e Benefícios Sociais	160.601
			-	Outras Despesas Correntes	422.213
			-	Investimento	29.788

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE
Função: (23) - Comércio e Serviço
Subfunção: (694) - Serviços Financeiros
Programa: (4200) - Programa de Apoio ao Crédito nas Micro e Pequenas Empresas - Inversão Financeira

Objetivo	Indicadores	R$ 1.000
- Apoiar técnica, financeira e institucionalmente a criação e expansão de programas e instituições de micro crédito que atendam aos pequenos empreendimentos; - Fomentar o desenvolvimento das Cooperativas de Crédito de Empreendedores e de Empresários de pequenos empreendimentos; - Proporcionar o atendimento das demandas de Crédito das MPE, através da constituição de Fundo de Aval e Lastro Financeiro, junto às instituições Oficiais.	Taxa de Sobrevivência - 80,7% Taxa de MPE atendidas - 19,9% Índice de Contribuição para criação de MPE - 20,9% Índice de avaliação da Imagem dos Pequenos Negócios - 8,7% Índice de avaliação da Imagem pela Sociedade - 8,8%	185.916

Ação	Título	Produto	Meta	Grupo de Natureza de Despesa	Valor
4201	Apoio ao Crédito nas Micro e Pequenas Empresas			Inversão financeira	185.122
				Amortização da Dívida	794

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE
Função: (23) - Comércio e Serviço
Subfunção: (573) - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
Programa: (4300)- Programa de Capacitação para o Desenvolvimento Tecnológico das Micro e Pequenas Empresas - Conhecimento e Tecnologia

Objetivo	Indicadores	R$ 1.000
- Promover a modernização e competitividade das MPE's, através do acesso a informações estratégicas e em larga escala. - Ampliar e fortalecer programas de adequação e inovação tecnológica de produtos e serviços dos pequenos empreendimentos para inserção competitiva nos mercados; - Promover a articulação, estruturação e fortalecimento das redes tecnológicas estaduais, que geram e difundem conhecimento para os pequenos empreendimentos, preferencialmente nos arranjos produtivos onde o SEBRAE atue.	Taxa de Sobrevivência - 80,7% Taxa de MPE atendidas - 19,9% Índice de Contribuição para criação de MPE - 20,9% Índice de avaliação da Imagem dos Pequenos Negócios - 8,7% Índice de avaliação da Imagem pela Sociedade - 8,8%	138.271

Ação	Título	Produto	Meta	Grupo de Natureza de Despesa	Valor
4301	Capacitação para o Desenvolvimento Tecnológico da s Micro e Pequenas Empresas			Outras Despesas Correntes	138.271

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE
Função: (23) - Comércio e Serviço
Subfunção: (691) - Promoção Comercial
Programa: (4400) - Programa de Comunicação Institucional e Divulgação dos Produtos SEBRAE - Articulação Institucional

Objetivo				Indicadores	R$ 1.000
- Elevar o grau de competitividade das MPE, possibilitando a presença desse segmento em eventos que lhes permita a promoção e divulgação de seus produtos e serviços. - Proporcionar as MPE's reais oportunidades de mercado a nível local, nacional.				Taxa de Sobrevivência - 80,7% Taxa de MPE atendidas - 19,9% Índice de Contribuição para criação de MPE - 20,9% Índice de avaliação da Imagem dos Pequenos Negócios - 8,7% Índice de avaliação da Imagem pela Sociedade - 8,8%	124.607
Ação	Título	Produto	Meta	Grupo de Natureza de Despesa	Valor
4401	Comunicação Institucional e Divulgação dos Produtos SEBRAE			Outras Despesas Correntes	124.607

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE
Função: (23) - Comércio e Serviços
Subfunção: (128) - Formação de Recursos Humanos
Programa: (4500) - Programa de Capacitação e Aprimoramento da Estrutura, da Operação e da Gestão Interna do Sistema Sebrae

Objetivo				Indicadores	R$ 1.000
- Implantar sistema de gestão integrada, que contemple os processos de planejamento, orçamento, execução financeira, contábil e avaliação de resultados, garantindo a agilidade, a qualidade e a produtividade dos processos internos. - Implantar sistema de indicadores de desempenho que permita medir a efetividades da atuação do SEBRAE; - Utilizar a capacidade de articulação do SEBRAE, para captar e mobilizar novas fontes de recursos;				Taxa de Sobrevivência - 80,7% Taxa de MPE atendidas - 19,9% Índice de Contribuição para criação de MPE - 20,9% Índice de avaliação da Imagem dos Pequenos Negócios - 8,7% Índice de avaliação da Imagem pela Sociedade - 8,8%	23.057
Ação	Título	Produto	Meta	Grupo de Natureza de Despesa	Valor
4501	Capacitação e Aprimoramento da Estrutura, da Operação e da Gestão Interna do Sistema Sebrae	-	-	Outras Despesas Correntes	23.057
		-	-		
		-	-		

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE
Função: (23) - Comércio e Serviço
Subfunção: (692) - Comercialização
Programa: (4600) - Programa de Apoio Técnico e Gerencial às Micro e Pequenas Empresas - Atendimento (Finalístico)

Objetivo				Indicadores	R$ 1.000
- Dinamizar as atuações do SEBRAE como agente aglutinador de política e ações de apoio às MPE's, estimulando o surgimento de novas tecnologias de atuação do incentivo de ações inovadoras. - Articular junto ao governo e a sociedade, buscando assegurar condições justas de participação das MPE no mercado através de ações orientadas para a desregulamentação, tributação, financiamento, educação e infra-estrutura.				Taxa de Sobrevivência - 80,7% Taxa de MPE atendidas - 19,9% Índice de Contribuição para criação de MPE - 20,9% Índice de avaliação da Imagem dos Pequenos Negócios - 8,7% Índice de avaliação da Imagem pela Sociedade - 8,8%	2.438.851
Ação	Título	Produto	Meta	Grupo de Natureza de Despesa	Valor
4601	Apoio Técnico e Gerencial às Micro e Pequenas Empresas	Nº Palestras, Oficinas e Seminários	51.886	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	686.602
		Nº de Cursos (turmas)	22.976	Outras Despesas Correntes	1.550.811
		Nº Inscritos Cursos à Distância	67.786	Investimento	201.438
		Nº de Consultorias	735.109		
		Nº de Horas de Consultorias	3.920.296		
		Nº de Informações	4.711.640		
		Nº de Pessoas Informadas	2.690.497		
		Nº de Eventos	54		
		Nº de Missões e Caravanas	3.132		
		Nº de Rodadas	543		

Setor Econômico	2013	Setor Econômico	2013
Desenvolvimento Territorial	444.763	Aqüicultura e Pesca	3.610
Setorial Agronegócios	87.964	Startups	3.159
Setorial Comércio	87.425	Café	2.952
Setorial Indústria	86.049	Agroindústria	2.915
Turismo	55.061	Suinocultura	1.944
Setorial Serviços	46.192	Bovinocultura de Corte	1.830
Petróleo, Gás e Energia	28.534	Oleiro Cerâmico	1.668
Têxtil e Confecções	27.748	Tecnologia Social Rural	1.398
Artesanato	25.398	Pedras e Rochas Ornamentais	1.345
Economia Criativa	24.083	Gemas e Jóias	1.220
Comércio Varejista	23.686	Cosméticos	1.205
Leite e Derivados	17.493	Mini mercados, mercadinhos e mercearias	968
Agroecologia	13.613	Química e PVC	964
Saúde e Beleza	12.097	Farmácias	861
Indústria de Alimentos e Bebidas	10.747	Mandiocultura	819
Serviços	10.663	Floricultura	693
Construção Civil	10.415	Comércio de materiais de construção	678
Fruticultura	10.226	Vitivinicultura	600
Metal-Mecânica	9.645	Comércio de vestuário, calçados e acessórios	500
Couro e Calçado	9.375	Biotecnologia	415
Tecnologia da Informação	8.258	Carne	372
Mineração	7.315	Comércio de peças e acessórios para veículos	344
Tecnologia da Informação e Comunicação	7.156	Avicultura	337
Horticultura	4.916	Eletroeletrônico	280
Madeira e Móveis	4.844	Equipamentos médico, odontológico e hospitalar	261
Automotivo	4.471	Agroenergia	192
Apicultura	4.226	Grãos	178
Bares e Restaurante	3.938	Derivados de Cana de Açúcar	150
Indústria do Aço	3.773	Indústria Gráfica	150
Ovino e Caprino	3.768	Silvicultura	40
TOTAL			1.125.891

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

		Nº de Feiras	1.528		
		Nº de Orientações	3.972.047		
		Nº de Empresas	20.563		

ANEXO III

SINTESE POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA.
Órgão: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE

R$ 1.000

Função	Total	Subfunção	Total	Programa	Total
23	3.533.836	122	612.602	4100	612.602
		128	23.057	4500	23.057
		573	138.271	4300	138.271
		691	124.607	4400	124.607
		692	2.438.851	4600	2.438.851
		694	185.916	4200	185.916
TOTAL					3.523.304

ANEXO IV

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA
Órgão: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE

R$ 1.000

1 Pessoal e Encargos Sociais	2 Juros e Encargos da Dívida	3 Outras Despesas Correntes	4 Investimentos	5 Inversões financeiras	6 Amortização da Dívida	TOTAL
847.203	-	2.258.959	231.226	185.122	794	3.523.304

ANEXO V

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
Órgão: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE

R$ 1.000

Receita			Despesa		
Especificação	Parcial	Total	Especificação	Parcial	Total
Receitas Correntes		2.910.722	Despesas Correntes		3.106.162
Receitas de Contribuição Social	2.401.950		Pessoal e Encargos Sociais	847.203	
Receita Patrimonial	285.985		Outras Despesas Correntes	2.258.959	
Receitas de Serviços	127.011				
Transferências Correntes	80.774				
Outras Receitas Correntes	15.002				
Receitas de Capital		612.582	Despesas de Capital		417.142
TOTAL		3.523.304	TOTAL		3.523.304

Resumo					
Receitas Correntes	2.910.722		Despesas Correntes	3.106.162	
Receitas de Capital	612.582		Despesas de Capital	417.142	
Total	3.523.304		Total	3.523.304	

ANEXO VI

CRONOGRAMA DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS
Órgão: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE

Programação Mensal	Despesas
Janeiro	374.102
Fevereiro	293.122
Março	298.636
Abril	264.559
Maio	237.338
Junho	256.863
Julho	318.004
Agosto	252.114
Setembro	230.625
Outubro	232.526
Novembro	222.906
Dezembro	542.508
Total	3.523.304

CONSELHO NACIONAL DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera a Resolução CZPE nº 02, de 19 de maio de 2009, que estabelece procedimentos para apresentação de Propostas de Criação de Zonas de Processamento de Exportação.

O CONSELHO NACIONAL DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO - CZPE, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IX do artigo 2º do Decreto nº 6.634, de 05 de novembro de 2008, e conforme decisão em sua XI Reunião Ordinária, realizada em 12 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º O artigo 2º da Resolução CZPE nº 02, de 19 de maio de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

II - .....

.....

d) identificação do proprietário do imóvel indicado para sediar a ZPE proposta; e

.....

III - certidão de ônus reais do imóvel indicado para sediar a ZPE proposta expedida pelo cartório de registro de imóveis competente, observado o seu prazo legal de validade."

Art. 2º Acrescentem-se os seguintes artigos 3º e 4º na Resolução CZPE nº 02, de 19 de maio de 2009, renumerando-se os demais:

"Art. 3º Para efeito de comprovação da disponibilidade da área destinada a sediar a ZPE, a certidão de que trata o inciso III, § 1º, do artigo 2º deve consignar como proprietário do imóvel o proponente ou a empresa administradora da ZPE.

Art. 4º Na hipótese da ZPE ser administrada por empresa sob controle de capital privado, o proponente deverá promover o devido processo seletivo de caráter público.

Parágrafo único. O processo seletivo mencionado no caput deverá ser realizado previamente à criação da ZPE no caso da empresa administradora ser proprietária do imóvel indicado para sediar a ZPE."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GOLOMBIEWSKI TEIXEIRA
Presidente do Conselho
Interino

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova o projeto industrial de instalação da empresa DK Frutas e Concentrados do Nordeste Ltda., na Zona de Processamento de Exportação - ZPE de Parnaíba, no município de Parnaíba, no Estado do Piauí.

O CONSELHO NACIONAL DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO - CZPE, conforme deliberado na reunião realizada em 12 de dezembro de 2012, e tendo em vista as competências previstas no inciso II do artigo 3º da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com redação alterada pela Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008, e pela Lei nº 12.507, 11 de outubro de 2011; bem como as disposições do Decreto nº 6.634, de 05 de novembro de 2008; do Decreto nº 6.814, de 06 de abril de 2009; da Resolução CZPE nº 01, de 15 de maio de 2009; da Resolução CZPE nº 01, de 26 de maio de 2010; e da Resolução CZPE nº 05, de 28 de setembro de 2011; e considerando o que consta nos autos do Processo MDIC/CZPE nº 52000.036424/2011-77, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de instalação da empresa DK Frutas e Concentrados do Nordeste Ltda., na Zona de Processamento de Exportação - ZPE de Parnaíba, no município de Parnaíba, no Estado do Piauí, concernente à unidade industrial destinada à produção e exportação de concentrados de frutas orgânicas, pós de frutas e sucos prontos para beber.

Parágrafo único. Fica assegurado o regime tributário, cambial e administrativo das ZPE, instituído pela Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e alterações posteriores, pelo prazo de 20 (vinte) anos, desde que cumpridas as demais determinações da referida Lei e suas alterações posteriores, bem como das regulamentações pertinentes.

Art. 2º Estabelecer os produtos a serem fabricados pela DK Frutas e Concentrados do Nordeste Ltda., de acordo com sua classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, conforme a seguir apresentado:

Código NCM	Descrição
2009.39.00	-- Outros
2009.49.00	-- Outros
2009.89.90	Outros
2106.90.30	Complementos alimentares
2202.90.00	- Outras

Art. 3º A empresa DK Frutas e Concentrados do Nordeste Ltda. deverá observar as determinações tributárias e aduaneiras estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, do Ministério da Fazenda, para usufruto dos benefícios do regime de ZPE.

Art. 4º Aplica-se à DK Frutas e Concentrados do Nordeste Ltda. as mesmas condições legais e regulamentares aplicáveis às demais empresas nacionais, ressalvadas as dispostas na Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Art. 5º A Secretaria Executiva do CZPE acompanhará a instalação e a operação da empresa DK Frutas e Concentrados do Nordeste Ltda., bem como avaliará seu desempenho, a fim de assegurar o cumprimento das normas e regulamentos pertinentes, e das condições estabelecidas no projeto da empresa, conforme termo de compromisso assinado pela empresa.

Art. 6º Quaisquer alterações no projeto aprovado pela presente Resolução deverão ser submetidas à deliberação do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE, no âmbito de suas competências.

Art. 7º O CZPE poderá revogar o presente Ato, em caso de descumprimento das normas e legislações pertinentes, ou das condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GOLOMBIEWSKI TEIXEIRA
Presidente do Conselho
Interino

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova o projeto industrial de instalação da Amazon Polímeros Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda. na Zona de Processamento de Exportação - ZPE do Acre, localizada no município de Senador Guiomard, no Estado do Acre.

O CONSELHO NACIONAL DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO - CZPE, conforme deliberado na reunião realizada em 12 de dezembro de 2012, e tendo em vista as competências previstas no inciso II do artigo 3º da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com redação alterada pela Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008, e pela Lei nº 12.507, 11 de outubro de 2011; bem como as disposições do Decreto nº 6.634, de 05 de novembro de 2008; do Decreto nº 6.814, de 06 de abril de 2009; da Resolução CZPE nº 01, de 15 de maio de 2009; da Resolução CZPE nº 01, de 26 de maio de 2010; e da Resolução CZPE nº 05, de 28 de setembro de 2011; e considerando o que consta nos autos do processo mdic/czpe nº 52000.015026/2012-06, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de instalação da Amazon Polímeros Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda., na Zona de Processamento de Exportação - ZPE do Acre, localizada no município de Senador Guiomard, no Estado do Acre.

Parágrafo único. Fica assegurado o regime tributário, cambial e administrativo das ZPE, instituído pela Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e alterações posteriores, pelo prazo de 20 (vinte) anos, desde que cumpridas às demais determinações da referida Lei e suas alterações posteriores, bem como das regulamentações pertinentes.

Art. 2º Estabelecer os produtos a serem fabricados pela Amazon Polímeros Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda., de acordo com sua classificação na Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, conforme a seguir apresentado:

Código NCM	Descrição
3901.10.10	Linear
3904.21.00	-- Não plastificado
3922.90.00	- Outros
3924.90.00	- Outros
3925.10.00	- Reservatórios, cisternas, cubas e recipientes análogos, de capacidade superior a 300 litros

Art. 3º A Amazon Polímeros Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda. deverá observar as determinações tributárias e aduaneiras estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, do Ministério da Fazenda, para usufruto dos benefícios do regime de ZPE.

Art. 4º Aplica-se à Amazon Polímeros Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda. as mesmas condições legais e regulamentares aplicáveis às demais empresas nacionais, ressalvadas as dispostas na Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Art. 5º A Secretaria Executiva do CZPE acompanhará a instalação e a operação da Amazon Polímeros Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda., bem como avaliará seu desempenho, a fim de assegurar o cumprimento das normas e regulamentos pertinentes e das condições estabelecidas no projeto da empresa, conforme termo de compromisso assinado pela empresa.

Art. 6º Quaisquer alterações no projeto aprovado pela presente Resolução deverão ser submetidas à deliberação do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE, no âmbito de suas competências.

Art. 7º O CZPE poderá revogar o presente Ato, em caso de descumprimento das normas e legislações pertinentes, ou das condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GOLOMBIEWSKI TEIXEIRA
Presidente do Conselho
Interino

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova o projeto industrial de instalação da empresa Vale Pecém S.A., na Zona de Processamento de Exportação - ZPE de Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Ceará.

O CONSELHO NACIONAL DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO - CZPE, conforme deliberado na reunião realizada em 12 de dezembro de 2012, e tendo em vista as competências previstas no inciso II do artigo 3º da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com redação alterada pela Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008, e pela Lei nº 12.507, 11 de outubro de 2011; bem como as disposições do Decreto nº 6.634, de 05 de novembro de 2008; do Decreto nº 6.814, de 06 de abril de 2009; da Resolução CZPE nº 01, de 15 de maio de 2009; da Resolução CZPE nº 01, de 26 de maio de 2010; e da Resolução CZPE nº 05, de 28 de setembro de 2011; e considerando o que consta nos autos do Processo MDIC/CZPE nº 52000.027861/2012-81, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de instalação da empresa Vale Pecém S.A., CNPJ 14.378.250/0001-74, na Zona de Processamento de Exportação - ZPE de Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Ceará, concernente à unidade industrial destinada ao estoque, movimentação, blendagem e comercialização de minério de ferro e pelotas.

Parágrafo único. Fica assegurado o regime tributário, cambial e administrativo das ZPE, instituído pela Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e alterações posteriores, pelo prazo de 20 (vinte) anos, desde que cumpridas as demais determinações da referida Lei e suas alterações posteriores, bem como das regulamentações pertinentes.

Art. 2º Estabelecer os produtos a serem fabricados pela Vale Pecém S.A., de acordo com sua classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, conforme a seguir apresentado:

Código NCM	Descrição
2601.11.00	Minérios de ferro e seus concentrados, não aglomerados.

Art. 3º A empresa Vale Pecém S.A. deverá observar as determinações tributárias e aduaneiras estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, do Ministério da Fazenda, para usufruto dos benefícios do regime de ZPE.

Art. 4º Aplica-se à Vale Pecém S.A. as mesmas condições legais e regulamentares aplicáveis às demais empresas nacionais, ressalvadas as dispostas na Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Art. 5º A Secretaria Executiva do CZPE acompanhará a instalação e a operação da empresa Vale Pecém S.A., bem como avaliará seu desempenho, a fim de assegurar o cumprimento das normas e regulamentos pertinentes, e das condições estabelecidas no projeto da empresa, conforme termo de compromisso assinado pela empresa.

Art. 6º Quaisquer alterações no projeto aprovado pela presente Resolução deverão ser submetidas à deliberação do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE, no âmbito de suas competências.

Art. 7º O CZPE poderá revogar o presente Ato, em caso de descumprimento das normas e legislações pertinentes, ou das condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GOLOMBIEWSKI TEIXEIRA
Presidente do Conselho
Interino

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 648, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas pelo parágrafo 3º do artigo 4º da Lei n.° 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n.° 9.933, de 20 de dezembro de 1999, alterado pela Lei nº 12545, de 14 de dezembro de 2011, no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental do Inmetro, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e pela alínea "a" do subitem 4.1 da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.° 11, de 12 de outubro de 1988, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO.

Considerando que os tanques fixos, utilizados para armazenamento e distribuição de produtos a granel, devem atender às especificações estabelecidas pelo Inmetro;

Considerando a Recomendação Internacional nº 71, edição 2008, da Organização Internacional de Metrologia Legal - OIML;

Considerando que o Regulamento Técnico Metrológico, em anexo, foi elaborado levando-se em conta as condições das indústrias brasileiras, em ampla discussão com as operadoras, com as transportadoras e distribuidoras, entidades de classe e organismos governamentais interessados, que atuam em território nacional nesse segmento;

Considerando que os atos normativos devem priorizar a competitividade, a política de comércio exterior e guardar consonância com normas internacionais equivalentes, bem como acompanhar a evolução tecnológica industrial brasileira, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Aprovar o Regulamento Técnico Metrológico, estabelecendo os critérios que deverão ser observados nos tanques fixos utilizados para armazenamento e distribuição de produtos a granel, disponibilizado no sítio www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:

- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro
Diretoria de Metrologia Legal
Divisão de Desenvolvimento e Regulamentação Metrológica
Av. Nossa Senhora das Graças, 50 - Xerém
CEP 25 250-020 - Duque de Caxias - RJ
FAX: (021) 2679 9123 / (021) 2679 9547
E-mail: dimel@inmetro.gov.br ou diart@inmetro.gov.br.

Art. 2º Cientificar que os tanques fixos já instalados pelas empresas continuarão a ser utilizados, enquanto suas incertezas estiverem dentro do estabelecido no Regulamento Técnico Metrológico, ora aprovado.

Art. 3º Determinar que a construção de tanques fixos, a que se refere o artigo 1º desta portaria, deverá, a partir de 24 meses da data da publicação do presente ato, atender integralmente às exigências deste Regulamento Técnico Metrológico.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

PORTARIA Nº 649, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de Avaliação da Conformidade;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando a Resolução Conmetro nº 04, de 16 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 1998, seção 01 , página 130 à 131, que estabelece as Diretrizes para Emissão de Declaração do Fornecedor e para a Marcação de Produtos, no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Sinmetro;

Considerando a Resolução Conmetro n.º 05, de 06 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 9 de maio de 2008, seção 01, página 78 à 80, que aprova o Regulamento para o Registro de Objeto com Conformidade Avaliada Compulsória, através de Programa Coordenado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro;

Considerando a crescente demanda pelo estabelecimento de Programas de Avaliação da Conformidade e a necessidade de repensar e agilizar a forma de atendê-las;

Considerando a importância do aperfeiçoamento contínuo do Processo de Implantação Assistida de Programas de Avaliação da Conformidade;

Considerando a necessidade de conferir maior padronização e concisão no estabelecimento dos Programas de Avaliação da Conformidade;

Considerando que a existência de requisitos gerais para cada mecanismo de avaliação da conformidade torna mais clara a interpretação destes;

Considerando que os Requisitos Gerais para Declaração da Conformidade do Fornecedor de Produtos têm por objetivo estabelecer os dispositivos comuns a todos os Programas de Avaliação da Conformidade para fornecimento de produtos que adotem o mecanismo de Declaração da Conformidade do Fornecedor;

Considerando que os Requisitos Gerais para Declaração da Conformidade do Fornecedor de Produtos são complementados pelos Requisitos de Avaliação da Conformidade, aplicáveis a cada objeto passível de declaração, resolve:

Art. 1º Aprovar os Requisitos Gerais para Declaração da Conformidade do Fornecedor de Produtos, disponibilizados no sítio www.inmetro.gov.br ou no endereço:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria da Qualidade - Dqual

Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela nº 67 - 2º andar - Rio Comprido

CEP 20251-900 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Cientificar que a Consulta Pública que originou os Requisitos ora aprovados, foi divulgada pela Portaria Inmetro nº 363, de 17 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2012, seção 01, página 45.

Art. 3º Cientificar que os Requisitos de Avaliação da Conformidade deverão conter apenas os requisitos específicos, complementares aos Requisitos ora aprovados, respeitando as especificidades do objeto a ser declarado.

§1º Os Requisitos de Avaliação da Conformidade deverão definir os seguintes itens:

I - Objetivo (específico do programa);

II - Siglas (apenas as que não constarem neste documento);

III - Documentos complementares (base normativa do programa em questão);

IV - Definições (apenas as que não constarem neste documento);

V - Mecanismo de Avaliação da Conformidade;

VI - Etapas da Avaliação da Conformidade (que deverão conter, pelo menos, os seguintes itens, complementando o RGDF Produtos):

- Avaliação Inicial;
- Solicitação da Concessão do Registro;
- Análise da Documentação;
- Tratamento de não conformidades na Avaliação Inicial;
- Concessão do Registro;
- Avaliação de Manutenção;
- Solicitação da Manutenção do Registro;
- Análise da Documentação;
- Tratamento de não conformidades na Avaliação de Manutenção;
- Manutenção do Registro;
- Avaliação de Renovação;
- Solicitação da Renovação do Registro;
- Análise da Documentação;
- Tratamento de não conformidades na Avaliação de Renovação;
- Renovação do Registro;
- Alteração de Escopo do Registro;

VII - Tratamento de Reclamações;

VIII - Suspensão ou Cancelamento do Registro;

IX - Selo de Identificação da Conformidade;

X - Responsabilidades e Obrigações do Fornecedor;

XI - Acompanhamento no Mercado;

XII - Uso de Laboratórios de Ensaio;

XIII - Penalidades;

XIV - Denúncias.

§2º Excepcionalmente, as disposições contidas nos Requisitos ora aprovados poderão ser alteradas, em observância às especificidades do objeto a ser declarado, nos Requisitos de Avaliação da Conformidade.

§3º Nos casos em que ocorrerem as condições do parágrafo anterior, estas deverão estar claramente definidas nos Requisitos de Avaliação da Conformidade.

Art. 4º Determinar que no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação desta Portaria, todos os Programas de Avaliação da Conformidade que adotarem o mecanismo de Declaração da Conformidade do Fornecedor para fornecimento de produtos deverão ser estabelecidos em conformidade com os Requisitos ora aprovados.

§1º A determinação contida no caput deste artigo é aplicável aos Requisitos de Avaliação da Conformidade novos ou revisados a partir de sua entrada em vigor.

§2º Os Requisitos de Avaliação da Conformidade publicados antes da entrada em vigor dos Requisitos ora aprovados serão adequados ao mesmo na medida em que passarem por revisão.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

PORTARIA Nº 49, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 16, de 2 de fevereiro de 2006, e tendo em vista o disposto no art. 1.134 do Código Civil, e o que consta no Processo MDIC nº 52700.002858/2012-67, resolve:

Art. 1º Fica a empresa SCHOELLER ARCA SYSTEMS INTERNATIONAL GmbH, com sede na Alemanha, autorizada a funcionar no Brasil, por intermédio de filial com a denominação social de SCHOELLER ARCA SYSTEMS INTERNATIONAL GmbH, tendo sido destacado o capital de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para o desempenho de suas operações no Brasil, e desenvolverá as atividades de comércio e venda de embalagens de plástico reutilizáveis, conforme deliberações constantes da Decisão dos Sócios, de 17 de novembro de 2011.

Art. 2º Ficam ainda estabelecidas as seguintes obrigações:

I - a empresa SCHOELLER ARCA SYSTEMS INTERNATIONAL GmbH é obrigada a ter permanentemente um representante legal no Brasil, com plenos e ilimitados poderes para tratar quaisquer questões e resolvê-las definitivamente, podendo ser demandado e receber citação inicial pela sociedade;

II - todos os atos que praticar no Brasil ficarão sujeitos às leis e aos tribunais brasileiros, sem que, em tempo algum, possa a empresa reclamar qualquer exceção fundada em seus Estatutos;

III - a sociedade não poderá realizar no Brasil atividades constantes de seus Estatutos vedadas às sociedades estrangeiras e somente poderá exercer as que dependam de aprovação prévia de órgão governamental, sob as condições autorizadas;

IV - dependerá de aprovação do governo brasileiro qualquer alteração nos Estatutos da empresa, que implique mudança de condições e regras estabelecidas na presente autorização;

V - publicado o ato de autorização, fica a empresa obrigada a providenciar o arquivamento, na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar, das folhas do Diário Oficial da União e dos documentos que instruíram o requerimento desta autorização;

VI - ao encerramento de cada exercício social, deverá apresentar à Junta Comercial da unidade federativa onde estiver localizada, para anotação nos registros, folha do Diário Oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o caso, e de jornal de grande circulação, contendo as publicações obrigatórias por força do art. 1.140 do Código Civil;

VII - a infração de qualquer das obrigações, para a qual não esteja cominada pena especial, será punida, considerando-se a gravidade da falta, com cassação da autorização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO LUIZ RIBEIRO

PORTARIA Nº 50, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º da Portaria nº 16, de 2 de fevereiro de 2006, tendo em vista o disposto no art. 1.139 do Código Civil, e o que consta no Processo MDIC nº 52700.008215/2012-27, resolve:

Art. 1º Aprovar, para que produza efeito no território brasileiro, a deliberação constante da Ata da Assembleia Extraordinária, de 24 de janeiro de 2012, da sociedade estrangeira GHELLA S.p.A., autorizada a funcionar no Brasil pela Portaria nº 16, de 4 de agosto de 2006, publicada no D.O.U. de 11 de agosto de 2006, concernente à alteração de seu objeto social que passará a ser: a empreitada, construção, projeto e consultoria de obras de edificação, incluindo edifícios civis e industriais, estradas, autoestradas, pontes, viadutos, ferrovias, linhas viárias, metropolitanos, bondes elétricos e pistas aeroportuárias e relativas obras complementares, obras de arte no subsolo, obras marítimas, diques, gasodutos, oleodutos, obras de irrigação e de evacuação, obras hidroelétricas, fluviais, de defesa, de sistema hidráulico e de beneficiamento, implantações para a produção de energia elétrica, implantações tecnológicas, trabalhos terrestres, estruturas pré-fabricadas em cimento armado, obras estruturais especiais e tudo o que for ligado às atividades acima citadas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO LUIZ RIBEIRO

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 436, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/10/2012, 06/11/2012 e 04/12/2012.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 30 de 20 de fevereiro de 2009, alterada pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, alterada pela Portaria nº 58 de 20 de março de 2012; pela Portaria nº 182 de 27 de outubro de 2011 e pela Portaria nº 237, de 28 de setembro de 2012, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/10/2012, 06/11/2012 e 04/12/2012.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.004886/2012-95
Proponente: Associação Esporte Solidário AESFUN
Título: Ano II - Corrida para o Futuro
Registro: 02SP025852008
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 06.942.111/0001-01
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 354.196,46
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1896 DV: 1
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 15592-6
Período de Captação: até 04/12/2013/2013.

2 - Processo: 58701.003389/2011-99
Proponente: Cerâmica Atlético Clube
Título: Categorias de Base - Cerâmica Atlético Clube
Registro: 02RS063242010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 88.844.030/0001-25
Cidade: Gravataí - UF: RS
Valor aprovado para captação: R$ 152.640,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0883 DV: 4
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 53855-8
Período de Captação: até 04/12/2013.

3 - Processo: 58701.001913/2012-78
Proponente: Osasco Futebol Clube
Título: Água Alvinegra - Formação e Cidadania
Registro: 02SP089082011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 65.696.106/00001-17
Cidade: Osasco - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 3.127.076,31
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2907 DV: 6
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 48546-2
Período de Captação: até 17/05/2013.

4 - Processo: 58701.001787/2012-51
Proponente: Cruzeiro Futebol Clube
Título: Meninos da Base
Registro: 02MG01922008
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 16.868.317/0001-84
Cidade: Nova Lima - UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 164.463,33
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2350 DV: 7
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 34318-8
Período de Captação: até 04/12/2013

5 - Processo: 58701.002751/2011-12
Proponente: Brasil Vôlei Clube
Título: Núcleo de Condicionamento Físico
Registro: 02SP048742009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.157.375/0001-13
Cidade: Campinas - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 279.187,86
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3034 DV: 1
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 23741-8
Período de Captação: até 31/12/2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6 - Processo: 58701.001851/2012-02
Proponente: Instituto Rumo Náutico
Título: Ano II Grael Ventos de Cidadania
Registro: 02RJ004542007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 03.989.542/0001-27
Cidade: Niterói - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 1.646.219,14
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2907 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 48638-8
Período de Captação: até 04/12/2013.
7 - Processo: 58701.005117/2012-12
Proponente: Fundação Gol de Letra
Título: Caju Esporte e Educação
Registro: 02SP001392007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 02.820.605/0001-54
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 465.201,45
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1255 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 29508-6
Período de Captação: até 04/12/2013
8 - Processo: 58701.004959/2012-49
Proponente: Confederação Brasileira de Judô
Título: Campeonato Brasileiro de Fase Regional, Campeonato Brasileiro fase Final, Troféu Brasil Interclubes e Grand Prix nacional de Clubes
Registro: 02RJ014952007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 42.136.804/0001-62
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 3.239.526,98
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2865 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 27469-0
Período de Captação: até 01/04/2013
9 - Processo: 58701.005196/2012-53
Proponente: Associação Mineira de Desenvolvimento Humano
Título: Projeto SERF (Sistema Esportivo de Rendimento em Futebol) 2 - Continuidade
Registro: 02MG0500822009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.540.081/0001-76
Cidade: Betim- UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 689.945,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0750 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 91366-9
Período de Captação: até 11/02/2013
10 - Processo: 58701.001824/2012-21
Proponente: Instituto Agires
Título: Núcleo de Esporte e Cidadania - Ginástica Artística II
Registro: 02SP052102009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 09.462.163/0001-60
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 2.000.000,54
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1537 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 17363-0
Período de Captação: até 03/10/2013
11 - Processo: 58701.004988/2012-19
Proponente: Federação Paranaense de Ginástica
Título: Ginástica Artística Feminina - da Iniciação ao Alto Rendimento - Ano II
Registro: 02PR039292009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 00.417.081/0001-20
Cidade: Curitiba - UF: PR
Valor aprovado para captação: R$ 2.619.208,68
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2823 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 39815-2
Período de Captação: até 25/06/2013
12 - Processo: 58701.001832/2012-78
Proponente: Instituto Esporte e Educação
Título: Ano II - Cidades da Copa
Registro: 02SP002062007
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 04.381.220/0001-63
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 969.727,07
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0646 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 34292-0
Período de Captação: até 26/07/2013
13 - Processo: 58701.003080/2011-07
Proponente: Federação Riograndense de Golfe
Título: Novos Talentos 2012
Registro: 02RS015652007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 93.017.267/0001-72
Cidade: Porto Alegre - UF: RS
Valor aprovado para captação: R$ 247.962,55
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2796 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 29429-2
Período de Captação: até 31/12/2012

ANEXO II

1 - Processo: 58701.000732/2010-62
Proponente: Associação Londrinense de Esportes
Título: Handebol Londrina
Valor aprovado para captação: R$ 906.658,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3142 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25655-2
Período de Captação: até 01/04/2013
2 - Processo: 58701.002402/2011-92
Proponente: Mogi Mirim Esporte Clube
Título: Centro de Treinamento Rivaldo Ferreira Módulo 02
Valor aprovado para captação: R$ 2.451.862,89
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0578 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 38519-0
Período de Captação: até 30/12/2013
3 - Processo: 58701.001771/2009-43
Proponente: Liga Desportiva Guaçuana
Título: Núcleo de Desenvolvimento Esportivo de Mogi Guaçu
Valor aprovado para captação: R$ 490.982,69
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1172 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 35238-1
Período de Captação: até 30/11/2013
4 - Processo: 58701.001766/2009-31
Proponente: Liga Desportiva Guaçuana
Título: Núcleo de Desenvolvimento Esportivo de Mogi Guaçu - Atletismo
Valor aprovado para captação: R$ 647.012,09
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1172 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 35239-X
Período de Captação: até 30/10/2013
5 - Processo: 58701.001772/2009-98
Proponente: Liga Desportiva Guaçuana
Título: Núcleo de Desenvolvimento Esportivo de Mogi Guaçu - Handebol
Valor aprovado para captação: R$ 696.249,49
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1172 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 35282-9
Período de Captação: até 30/11/2013
6 - Processo: 58701.001774/2009-87
Proponente: Liga Desportiva Guaçuana
Título: Núcleo de Desenvolvimento Esportivo de Mogi Guaçu - Handebol base
Valor aprovado para captação: R$ 420.930,63
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1172 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 35237-3
Período de Captação: até 30/11/2013
7 - Processo: 58701.001776/2009-76
Proponente: Liga Desportiva Guaçuana
Título: Núcleo de Desenvolvimento Esportivo de Mogi Guaçu - Futebol Feminino
Valor aprovado para captação: R$ 600.142,42
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1172 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 34982-8
Período de Captação: até 31/12/2013

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA
CONSELHO PÚBLICO OLIMPICO

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O CONSELHO PÚBLICO OLÍMPICO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I, do Parágrafo quinto, da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Consórcio Público que instituiu a Autoridade Pública Olímpica - APO, por deliberação unânime em sua Reunião Extraordinária de 10 de dezembro de 2011, resolve:

APROVAR a alteração do Estatuto da Autoridade Pública Olímpica, nos termos da proposta submetida pelo Diretor Executivo da Autarquia através do Memorando nº 49, de 23 de novembro de 2012, em atenção ao estipulado no inciso I, do Parágrafo segundo, da Cláusula Décima Quinta, e tendo em vista a manifestação prévia favorável do Conselho de Governança, conforme o disposto na alínea "a", do inciso I, do Parágrafo quarto, da Cláusula Décima Terceira do mencionado Contrato de Consórcio Público, expressa na Resolução nº 02, de 22 de novembro de 2012, publicada no Diário oficial da União de 23 de novembro de 2012, Seção 1, página 152.

DETERMINAR a disponibilização do texto integral do Estatuto, com as alterações aprovadas, no sítio da Autoridade Pública Olímpica na rede mundial de computadores, no seguinte endereço: www.apo.gov.br.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O CONSELHO PÚBLICO OLÍMPICO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II, do Parágrafo quinto, da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Consórcio Público que instituiu a Autoridade Pública Olímpica - APO, por deliberação unânime em sua Reunião Extraordinária de 10 de dezembro de 2011, resolve:

APROVAR o Orçamento para 2012 da Autoridade Pública Olímpica, nos termos da proposta submetida pelo Diretor Executivo da Autarquia através do Memorando nº 49, de 23 de novembro de 2012, em atenção ao estipulado no inciso II, do Parágrafo segundo, da Cláusula Décima Quinta, e tendo em vista a manifestação prévia favorável do Conselho de Governança, conforme o disposto na alínea "b", do inciso I, do Parágrafo quarto, da Cláusula Décima Terceira do mencionado Contrato de Consórcio Público, expressa na Resolução nº 03, de 22 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 23 de novembro, Seção 1, página 152.

DETERMINAR a disponibilização do texto integral do Orçamento aprovado para 2012 no sítio da Autoridade Pública Olímpica na rede mundial de computadores, no seguinte endereço: www.apo.gov.br.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Presidente do Conselho

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 771, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 84, de 12 de dezembro de 2002, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 472ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2012, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, resolveu outorgar a:

José Vandir da Silva, Reservatório Bico da Pedra (rio Gorutuba), Município de Porteirinha/Minas Gerais, irrigação.

O inteiro teor da Resolução de outorga, bem como as demais informações pertinentes estará disponível no site www.ana.gov.br.

FRANCISCO LOPES VIANA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 84, de 12 de dezembro de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 193, de 05 de maio de 2003, torna público que, no período de 1 a 13/12/2012, foi requerida e encontra-se em análise a seguinte solicitação de outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

Fibria Celulose S.A, rio Doce, Município de Aracruz/Espírito Santo, indústria.

FRANCISCO LOPES VIANA

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 134, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Modifica a composição do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Palmares, localizada no Estado do Piauí.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012,

Considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como os art. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 11, de 8 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de conselhos consultivos em unidades de conservação federais;

Considerando o Decreto s/nº de 21 de fevereiro de 2005, que criou a Floresta Nacional de Palmares;

Considerando a Portaria nº 65, de 12 de agosto de 2009, que criou o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Palmares;

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo ICMBio nº 02070.000715/2009-19, RESOLVE:

Art. 1º - O art. 2º, incisos I a XV e Parágrafo Único, da Portaria ICMBio nº 65, de 12 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 17 de agosto de 2009, seção 1, pág. 87, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Palmares é composto pelas seguintes representações da administração pública e dos segmentos da sociedade civil:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

a) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;

b) Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no Estado do Piauí - IBAMA, sendo um titular e um suplente;

c) Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste - TROPEN da Universidade Federal do Piauí - UFPI, sendo um titular e um suplente;

d) Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR, sendo um titular e um suplente;

e) Gerência Regional de Operação Oeste da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, sendo um titular e um suplente;

f) Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental do Piauí - CIPAMA, sendo um titular e um suplente; e

g) Colônia Agrícola Major César Oliveira/Secretaria de Justiça do Estado do Piauí, sendo um titular e um suplente.

II - DA SOCIEDADE CIVIL

a) Associação de Biodiversidade do Trópico Ecotonal do Nordeste - ABIOTEN, sendo um titular e um suplente;

b) Associação Comunitária dos Agricultores Familiares do Assentamento Olho D'Água do Município de Altos - PI, sendo um titular e um suplente;

c) Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santa Izabel e Nova Esperança; sendo um titular e um suplente;

d) Associação dos Condutores de Visitantes da Floresta Nacional de Palmares - ACFNAPA, sendo um titular e um suplente.

e) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altos - PI, sendo um titular e um suplente;

f) Sindicato de Guias de Turismo do Piauí, sendo um titular e um suplente;

g) Cooperativa de Artesanato de Altos - COOPA, sendo um titular e um suplente; e

h) Instituto Desert, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional da Floresta Nacional de Palmares, a quem compete indicar seu suplente." (NR).

Art. 2º - A Portaria ICMBio nº 65, de 12 de agosto de 2009, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 4º - A O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público."

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 51, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO - SPU/SP, no uso da competência que lhe foi atribuída por meio da Portaria MP nº 612, de 28 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 250, Seção 2, página 35, de 29 de dezembro de 2011, e pelo art. 2º, inciso VII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, c/c art. 1º, inciso VII da Portaria MP nº 211, publicada no DOU de 29 de abril de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e demais elementos que integram o Processo de nº 04977.006649/2008-13, resolve:

Art. 1º Autorizar a Prefeitura Municipal de Santos, no Estado de São Paulo, a efetuar obras de recuperação ambiental e iniciar as atividades de instalação de canteiro de obras, cercamento de área, remoção de sub-habitações, remoção de entulho, levantamentos topográficos e sondagens para projeto de fundação e outros projetos, obras de drenagem e limpeza do canal do Furado, incluindo movimentação de terra, bem como movimentação de terra, na área do Projeto Habitacional do São Manuel, áreas de domínio da União, caracterizadas por Terrenos de Marinha e Acrescidos, com área total de 112.003,95 m², cujo perímetro encontra-se descrito e caracterizado nos termos do processo 04977.006649/2008-13.

Art. 2º O prazo da referida autorização será por tempo indeterminado, válido a partir da publicação desta portaria.

Art. 3° Para o efetivo início da construção das moradias deverá ser lavrado o instrumento de cessão por aforamento gratuito entre União e Prefeitura Municipal de Santos.

Art. 4º A presente autorização não exime o interessado de obter as demais licenças pertinentes às obras que serão executadas na área, especialmente em relação aos órgãos ambientais, de acordo com a legislação vigente, bem como não implica na constituição de direito ou domínio sobre a área, ou a qualquer tipo de indenização.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LUCIA DOS ANJOS

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA Nº 45, 4 DE DEZEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA-SUBSTITUTO no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria n° 06, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, de acordo com o artigo 22, da Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, e artigo 14 e seus parágrafos, do Decreto n.º 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° Permitir o uso, a título oneroso e precário, à FEDERAÇÃO BAIANA DE ESPORTES RADICAIS E AVENTURA/FEBERA, inscrita sob CNPJ nº 10.662.348/0001-06, de área total da União com 687,00m², situada na Av. Otávio Mangabeira, Praia de Armação, Jardim de Alah, no município de Salvador/Bahia, destinada à realização do evento esportivo, recreativo e cultural denominado "Indoor Games - Verão Coca Cola 2013", que acontecerá nos dias 03, 13, 20 e 27 de janeiro de 2013, de acordo com os elementos constantes do Processo N° 04941.006675/2012-35.

Art. 2° O valor devido à União em decorrência da presente permissão de uso é de R$ 1.096,59 (mil e noventa e seis reais e cinquenta e nove centavos).

Art. 3° Serão cobrados da Permissionária, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União, relacionados direta ou indiretamente com o evento, nos termos do disposto no parágrafo 6º, do artigo 14, do Decreto n.º 3.725, de 10/01/2001.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR OLIVEIRA CHAGAS

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

PORTARIA Nº 45, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 232, de 03 de agosto de 2005, e de conformidade com o disposto na Portaria n.º 528, de 12/12/02 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no D.O.U., de 13/12/02, com respaldo na Lei 9.636, de 15 de maio de 1998, regulamentada pelo Decreto 3.725, de 10 de janeiro de 2001, e Portaria SPU/MP nº 06 de 31 de janeiro de 2001, resolve :

Art.1º. Autorizar a Permissão de Uso, a título oneroso e precário, de 52 (cinqüenta e duas) áreas de propriedade da União, caracterizadas como área de uso comum do povo, localizadas nas Praias Mansa e Brava de Caiobá, em Matinhos/PR, no período de 04/12/2012 a 04/03/2013, em favor do Município de Matinhos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.017.466/0001-61, com sede na Rua Pastor Elias Abrahão, nº 22, em Matinhos, Estado do Paraná, para a instalação de 52 (cinqüenta e dois) quiosques temporários, conforme abaixo:

Praia Mansa - Caiobá

Inicia-se na Rua Augusto Blitzkow e ?naliza-se na Rua Avelino Vieira.

Serão utilizados 12 (doze) pontos por espaço na Orla Marítima.

1	Caiobá	Em frente ao prédio n° 263	150 m
2	Caiobá	Em frente ao lote vago	180 m
3	Caiobá	Em frente ao prédio n° 11	210 m
4	Caiobá	Em frente ao prédio n° 285	240 m
5	Caiobá	Em frente à casa n° 80	275 m
6	Caiobá	Em frente ao sobrado n° 112	305 m
7	Caiobá	Em frente à Rua Uraí	340 m
8	Caiobá	Em frente à casa n° 176	380 m
9	Caiobá	Em frente ao prédio 240	460 m
10	Caiobá	Em frente ao condomínio n° 350	500 m
11	Caiobá	Em frente ao prédio n° 432	540m
12	Caiobá	Em frente a praça da Figueira	860 m

Praia Brava - Caiobá

Inicia-se na Rua Augusto Blitzkow e ?naliza-se na Rua Antonina.

Serão utilizados 40 (quarenta) pontos por espaço na Orla Marítima.

1	Caiobá	Em frente à casa n° 45	40 m
2	Caiobá	Em frente à lanchonete do n° 305	80 m
3	Caiobá	Em frente ao prédio n° 19	275 m
4	Caiobá	Em frente à Rua Cambará	370 m
5	Caiobá	Em frente ao prédio n° 2.280	430 m
6	Caiobá	Em frente ao prédio n° 2.230	490 m
7	Caiobá	Em frente à pousada n° 2.338	560 m
8	Caiobá	Em frente ao prédio n° 2.120	600 m
9	Caiobá	Em frente ao prédio 2.020	640 m
10	Caiobá	Em frente à casa n° 2.070	680 m
11	Caiobá	Em frente ao prédio n° 1.970	780 m
12	Caiobá	Em frente ao prédio n° 1.940	815 m
13	Caiobá	Em frente ao Condomínio Delphinus	865 m
14	Caiobá	Em frente ao condomínio Monte Carlo	900 m
15	Caiobá	Em frente à feira Atlântica n° 1.200	950 m
16	Caiobá	Em frente ao prédio n° 1064	1000 m
17	Caiobá	Em frente ao prédio nº 1026	1035 m
18	Caiobá	Em frente à farmácia Atlântica	1090 m
19	Caiobá	Em frente ao prédio n° 972	1158 m
20	Caiobá	Em frente ao prédio n° 971	1200 m
21	Caiobá	I Em frente ao prédio n° 950	1250 m
22	Caiobá	Em frente à Rua Paranaguá	1301 m
23	Caiobá	Em frente ao prédio n° 904	1340 m
24	Caiobá	Em frente ao prédio n° 892	1390 m
25	Caiobá	Em frente ao prédio Solar do Atlântico	1470 m
26	Caiobá	Em frente ao prédio Solar do atlântico	1510 m
27	Caiobá	Em frente ao prédio n° 854	1560 m
28	Caiobá	Em frente ao prédio n° 870	1605 m
29	Caiobá	Em frente à Lanchonete Aldeia	1640 m
30	Caiobá	Em frente ao Rest. Canoa Quebrada	1670 m
31	Caiobá	Em frente à Rua Londrina	1715 m
32	Caiobá	Em frente ao prédio n° 756	1750 m
33	Caiobá	Em frente ao prédio n° 684	1795 m
34	Caiobá	Em frente ao prédio n° 798	1850 m
35	Caiobá	Em frente ao lote vago	1895 m
36	Caiobá	Em frente ao prédio n° 702	1940 m
37	Caiobá	Em frente à feira de verão Expo-verão	1980 m
38	Caiobá	Em frente ao prédio n° 636	2025 m
39	Caiobá	Em frente ao Rest. Cachorrão Alemão	2070 m
40	Caiobá	Em frente a Rua Antonina	2120 m

Art.2º. A outorga da Permissão de Uso atribui ao Município de Matinhos a obrigação, além de outras expressas no Termo de Permissão de Uso, do pagamento do valor correspondente a R$ 5.598,53 (cinco mil, quinhentos e noventa e oito reais e cinqüenta e três centavos) pela Permissão de Uso, acrescido de R$ 500,00 (quinhentos reais) referentes a custos administrativos.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO SABATKE DIZ

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 42, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM PERNAMBUCO, no uso da sub-delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, art. 2º Inciso VII, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do D.L. nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a redação que lhe foi conferida pelo art. 33, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, resolve:

Art.1º Autorizar a Prefeitura Municipal do Recife, no Estado de Pernambuco, a realizar a execução do serviço de obras do Projeto Capibaribe Melhor, com área parte de marinha/acrescido de marinha e parte alodial, situado no bairro da Iputinga, com confrontações frente: rua Maria de Fátima Soares/rua Palmital; lado esquerdo: Rio Capibaribe; lado direito: imóvel nº 50 da rua Marcionilo de Barros Lins; fundos: imóvel de terceiros.

Art.2º Os serviços deverão ser executados de acordo com o projeto básico apresentado pela Prefeitura do Recife e na forma dos elementos constantes do processo nº 04962.004849/2012-87.

Art.3º A autorização de obras a que se refere esta Portaria, não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias.

Art. 4º A Prefeitura Municipal do Recife ficará responsável por quaisquer indenizações de obras a terceiros.

Art.5º O início das Obras dependerá da prévia anuência dos órgãos Municipais, Estaduais ou Federais competentes, e em especial os órgãos ambientais envolvidos.

Art.6ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO FERRARI LUCAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 5, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto nº 6.929, de 06 de agosto de 2009, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1988, e no § 1º inciso III, art.14 do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1°- Declarar regularizada a permissão de uso à Prefeitura Municipal de Torres, Estado do Rio Grande do Sul, de parte da faixa de praia numa extensão aproximada de 3.000 (três mil) metros para o período de 90 dias a contar de 15 de dezembro de 2011, prorrogável por igual período (Decreto nº 3.725/2001, art. 14, § 1º, III), tudo em conformidade com os elementos constantes no Processo Administrativo n° 05065.001434/2002-66.

Art. 2° - Para fins de cobrança, pela União (utilizando DARF com o código de receita nº 0046), do ressarcimento pelo uso na utilização de eventos fortuitos localizados em áreas específicas da praia e que envolvem características comerciais, mesmo que apenas promocionais (shows, concursos, desfiles, torneios, etc...), estipulamos os seguintes valores:

Evento	Valor/Período (R$)
70 Quiosques	55.881,00
12 Cabinas Alugadoras Guarda-sóis e cadeiras	3.099,60
01 Palco p/Reveillon	144,75
01 Arena p/Camp. Praiano	2.400,00
01 Palco p/ Shows	345,60
01 Arena Estação Verão SESC	1.080,00
01 Arena Estação Verão SESC	133,33
01 Palanque Camp. Surf	88,00
01 Espaço Trav. Ilha dos Lobos	13,33
01 Painel Ligth Spray	78,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

01 Espaço Paradouro Verão	680,00
01 Arena Nickeloadeon	213,33
01 Espaço Saúde	66,67
01 Tablado Beack Tennis	736,00

Art. 3° - Para os débitos não quitados, aplica-se os acréscimos legais previstos nos art. 15 a 17 da IN SPU 01/2007.

Art. 4° - Durante o período a que se refere a presente autorização, colocar, no mínimo, uma (01) placa em lugar visível, com a seguinte informação (segundo manual de placas SPU) "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO".

Art. 5º - Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

ROSE CARLA SILVA CORREIA

PORTARIA Nº 6, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto nº 6.929, de 06 de agosto de 2009, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1988, e no § 1º inciso III, art.14 do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° - Declarar regularizada a permissão de uso à Prefeitura Municipal de Tramandaí, Estado do Rio Grande do Sul, de parte da faixa de praia numa extensão aproximada de 14km para a temporada de 2010/2011, no período de 90 dias a contar de 15 de dezembro de 2010, prorrogável por igual período (Decreto nº 3.725/2001, art. 14, § 1º, III), tudo em conformidade com os elementos constantes no Processo Administrativo n° 04902.001951/2009-30.

Art. 2° - Para fins de cobrança, pela União (utilizando DARF com o código de receita nº 0046), do ressarcimento pelo uso na utilização de eventos fortuitos localizados em áreas específicas da praia e que envolvem características comerciais, mesmo que apenas promocionais (shows, concursos, desfiles, torneios, etc...), estipulamos os seguintes valores:

Evento	Valor/Período (R$)
01 Arena p/ Bolamar	5.040,00
01 Espaço p/Garota-Verão	600,00
01 Espaço p/eventos promocionais	2.400,00
01 Espaço p/Festa Yemanjá	369,60
01 Espaço p/ Reveillon	535,20
70 Quiosques móveis	62.062,00
01 Palco e tenda p/Festival de Surf	180,00
01Quiosque p/prestação serviço de som	312,00
01 Tenda Casa SESC	1.200,00
01 Espaço Casa Record	1.440,00
01 Espaço p/ Bela da Praia	240,00

Art. 3° - Para os débitos não quitados, aplica-se os acréscimos legais previstos nos art. 15 a 17 da IN SPU 01/2007.

Art. 4° - Durante o período a que se refere a presente autorização, colocar, no mínimo, uma (01) placa em lugar visível, com a seguinte informação (segundo manual de placas SPU) "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO".

Art. 5º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

ROSE CARLA SILVA CORREIA

PORTARIA Nº 7, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto nº 6.929, de 06 de agosto de 2009, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1988, e no § 1º inciso III, art.14 do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° - Declarar regularizada a permissão de uso à Prefeitura Municipal de Tramandaí, Estado do Rio Grande do Sul, de parte da faixa de praia numa extensão aproximada de 14km para a temporada de 2011/2012, no período de 90 dias a contar de 15 de dezembro de 2011, prorrogável por igual período (Decreto nº 3.725/2001, art. 14, § 1º, III), tudo em conformidade com os elementos constantes no Processo Administrativo n° 04902.001951/2009-30.

Art. 2° - Para fins de cobrança, pela União (utilizando DARF com o código de receita nº 0046), do ressarcimento pelo uso na utilização de eventos fortuitos localizados em áreas específicas da praia e que envolvem características comerciais, mesmo que apenas promocionais (shows, concursos, desfiles, torneios, etc...), estipulamos os seguintes valores:

Evento	Valor/Período (R$)
01 Arena p/ Bolamar	5.040,00
01 Espaço p/Garota-Verão	600,00
01 Espaço p/eventos promocionais	2.400,00
01 Espaço p/Festa Yemanjá	369,60
01 Espaço p/ Reveillon	535,20
70 Quiosques móveis	62.062,00
01 Palco e tenda p/Festival de Surf	180,00
01Quiosque p/prestação serviço de som	312,00
01 Tenda Casa SESC	1.200,00
01 Espaço Casa Record	1.440,00
01 Espaço Bela da Praia	240,00

01 Espaço p/ Balão Tripulado	36,00
01 Espaço Tramandaí Night Running	10,00
01 Arena Esportiva	5.040,00
01 Arena p/Eventos Esportivos	2.400,00

Art. 3° - Para os débitos não quitados, aplica-se os acréscimos legais previstos nos art. 15 a 17 da IN SPU 01/2007.

Art. 4° - Durante o período a que se refere a presente autorização, colocar, no mínimo, uma (01) placa em lugar visível, com a seguinte informação (segundo manual de placas SPU) "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO".

Art. 5º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

ROSE CARLA SILVA CORREIA

PORTARIA Nº 8, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto nº 6.929, de 06 de agosto de 2009, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1988, e no § 1º inciso III, art.14 do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° - Declarar regularizada a permissão de uso à Prefeitura Municipal de Arroio do Sal, Estado do Rio Grande do Sul, de parte da faixa de praia numa extensão aproximada de 23.000,00 (vinte e três mil) metros para o período de 90 dias a contar de 15 de dezembro de 2011, prorrogável por igual período (Decreto nº 3.725/2001, art. 14, § 1º, III), tudo em conformidade com os elementos constantes no Processo Administrativo n° 05065.001800/2002-87.

Art. 2° - Para fins de cobrança, pela União (utilizando DARF com o código de receita nº 0046), do ressarcimento pelo uso na utilização de eventos fortuitos localizados em áreas específicas da praia e que envolvem características comerciais, mesmo que apenas promocionais (shows, concursos, desfiles, torneios, etc...), estipulamos os seguintes valores:

Evento	Valor/Período (R$)
38 Quiosques	14.546,40
01 Palanque p/Surf	62,64
01 Tenda SESC	208,80
02 Tendas Eventos Itinerantes	120,00

Art. 3° - Art. 3° - Para os débitos não quitados, aplica-se os acréscimos legais previstos nos art. 15 a 17 da IN SPU 01/2007.

Art. 4° - Durante o período a que se refere a presente autorização, colocar, no mínimo, uma (01) placa em lugar visível, com a seguinte informação (segundo manual de placas SPU) "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO".

Art. 5º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

ROSE CARLA SILVA CORREIA

PORTARIA Nº 9, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto nº 6.929, de 06 de agosto de 2009, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1988, e no § 1º inciso III, art.14 do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1°-Declarar regularizada a permissão de uso à Prefeitura Municipal de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, de parte da faixa de praia numa extensão aproximada de 6.500,00 (seis mil e quinhentos) metros para o período de 90 dias a contar de 15 de dezembro de 2011, prorrogável por igual período (Decreto nº 3.725/2001, art. 14, § 1º, III), tudo em conformidade com os elementos constantes no Processo Administrativo n° 04902.002429/2009-75.

Art. 2° - Para fins de cobrança, pela União (utilizando DARF com o código de receita nº 0046), do ressarcimento pelo uso na utilização de eventos fortuitos localizados em áreas específicas da praia e que envolvem características comerciais, mesmo que apenas promocionais (shows, concursos, desfiles, torneios, etc...), estipulamos os seguintes valores:

Evento	Valor/Período (R$)
01 Palco p/Garota Verão	200,00
02 Espaços p/ Promoção/Divulgação	1.074,60
03 Palcos p/Ginástica	243,00

Art. 3° - Para os débitos não quitados, aplica-se os acréscimos legais previstos nos art. 15 a 17 da IN SPU 01/2007.

Art. 4° - Durante o período a que se refere a presente autorização, colocar, no mínimo, uma (01) placa em lugar visível, com a seguinte informação (segundo manual de placas SPU) "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO".

Art. 5º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

ROSE CARLA SILVA CORREIA

PORTARIA Nº 10, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto nº 6.929, de 06 de agosto de 2009, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1988, e no § 1º inciso III, art.14 do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° - Declarar regularizada a permissão de uso à Prefeitura Municipal de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul, de parte da faixa de praia numa extensão aproximada de 18km para o período de 90 dias a contar de 15 de dezembro de 2010 a 15 de março de 2011, prorrogável por igual período (Decreto nº 3.725/2001, art. 14, § 1º, III), tudo em conformidade com os elementos constantes no Processo Administrativo n° 05065.001402/2002-61.

Art. 2° - Para fins de cobrança, pela União (utilizando DARF com o código de receita nº 0046), do ressarcimento pelo uso na utilização de eventos fortuitos localizados em áreas específicas da praia e que envolvem características comerciais, mesmo que apenas promocionais (shows, concursos, desfiles, torneios, etc...), estipulamos os seguintes valores:

Evento	Valor/Período (R$)
43 Quiosques	50.094,00
01 Arena p/ Eventos Esportivos	7.560,00
01 Arena p/ Garota Verão	1.900,00
01 Tenda Evento Paella	210,00
03 Tendas p/Escola de Surf	1.382,40
01 Tenda p/Eventos municipais	1.632,00
01 Tablado p/Ginástica (UNISC)	460,80

Art. 3° - Para os débitos não quitados, aplica-se os acréscimos legais previstos nos art. 15 a 17 da IN SPU 01/2007.

Art. 4° - Durante o período a que se refere a presente autorização, colocar, no mínimo, uma (01) placa em lugar visível, com a seguinte informação (segundo manual de placas SPU) "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO".

Art. 5º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

ROSE CARLA SILVA CORREIA

PORTARIA Nº 11, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto nº 6.929, de 06 de agosto de 2009, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1988, e no § 1º inciso III, art.14 do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1°- Declarar regularizada a permissão de uso à Prefeitura Municipal de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul, de parte da faixa de praia numa extensão aproximada de 18km para o período de 90 dias a contar de 15 de dezembro de 2011 a 15 de março de 2012, prorrogável por igual período (Decreto nº 3.725/2001, art. 14, § 1º, III), tudo em conformidade com os elementos constantes no Processo Administrativo n° 05065.001402/2002-61.

Art. 2° - Para fins de cobrança, pela União (utilizando DARF com o código de receita nº 0046), do ressarcimento pelo uso na utilização de eventos fortuitos localizados em áreas específicas da praia e que envolvem características comerciais, mesmo que apenas promocionais (shows, concursos, desfiles, torneios, etc...), estipulamos os seguintes valores:

Evento	Valor/Período (R$)
39 Quiosques	43.758,00
01 Arena p/ Eventos Esportivos	7.560,00
01 Arena p/ Garota Verão	2.000,00
03 Tendas p/Escola de Surf	1.382,40
01 Tenda p/Eventos municipais	1.632,00
01 Tablado p/Ginástica (UNISC)	460,80

Art. 3° - Para os débitos não quitados, aplica-se os acréscimos legais previstos nos art. 15 a 17 da IN SPU 01/2007.

Art. 4° - Durante o período a que se refere a presente autorização, colocar, no mínimo, uma (01) placa em lugar visível, com a seguinte informação (segundo manual de placas SPU) "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO".

Art. 5º - Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

ROSE CARLA SILVA CORREIA

PORTARIA Nº 13, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto nº 6.929, de 06 de agosto de 2009, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e no § 1º, inciso III, art.14 do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° - Declarar regularizada a permissão de uso à Prefeitura Municipal de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, de parte da faixa de praia numa extensão aproximada de 3.000 (três mil) metros, nos Balneários de Atlântida Sul e Mariápolis, para o período de 90 dias a contar de 15 de dezembro de 2011, prorrogável por igual período (Decreto nº 3.725/2001, art. 14, § 1º, III), tudo em conformidade com os elementos constantes no Processo Administrativo n° 04902000684/2006-31.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2° - Para fins de cobrança, pela União (utilizando DARF com o código de receita nº 0046), do ressarcimento pelo uso na utilização de eventos fortuitos localizados em áreas específicas da praia e que envolvem características comerciais, mesmo que apenas promocionais (shows, concursos, desfiles, torneios, etc...), estipulamos os seguintes valores:

Evento	Valor/Período (R$)
03 Quiosques	891,00
01 Tenda SESC	194,40
01 Palco p/Garota Verão	60,48
01 Palco p/Surf	86,40
01 Palco Campeonato Surf	86,40
01 Arena Ponto Alternativo	108,00
01 Palco Gin. Praia	86,40

Art. 3°- Para os débitos não quitados, aplica-se os acréscimos legais previstos nos art. 15 a 17 da IN SPU 01/2007.

Art. 4° - Durante o período a que se refere a presente autorização, colocar, no mínimo, uma (01) placa em lugar visível, com a seguinte informação (segundo manual de placas SPU) "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO".

Art. 5º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

ROSE CARLA SILVA CORREIA

PORTARIA Nº 14, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto nº 6.929, de 06 de agosto de 2009, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1988, e no § 1º inciso III, art.14 do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° - Declarar regularizada a permissão de uso à Prefeitura Municipal de Xangrilá, Estado do Rio Grande do Sul, de parte da faixa de praia numa extensão aproximada de 10.800 (dez mil e oitocentos) metros, nos Balneários de Rainha do Mar e Atlântida, para o período de 90 dias a contar de 15 de dezembro de 2011, prorrogável por igual período (Decreto nº 3.725/2001, art. 14, § 1º, III), tudo em conformidade com os elementos constantes no Processo Administrativo n° 05065.000401/2003-80.

Art. 2° - Para fins de cobrança, pela União (utilizando DARF com o código de receita nº 0046), do ressarcimento pelo uso na utilização de eventos fortuitos localizados em áreas específicas da praia e que envolvem características comerciais, mesmo que apenas promocionais (shows, concursos, desfiles, torneios, etc...), estipulamos os seguintes valores:

Evento	Valor/Período (R$)
07 Quiosques (área central	11.088,00
32 Quiosques (demais balneários)	9.504,00
03 Alugadores de Barracas (central)	1.328,40
03 Alugadores de Barracas (demais balneários)	1.123,20
01 Quisque Pergolado Villa del Mar Club	52.800,00
01 Toldo Cond. Villas Resort	4.480,00
01 Deck/Espaço RM Beach 2012	968,96
01 Quadra Beck Tennis 2012	5.806,08
01 Casa/Espaço Vila Skol	2.189,20
01 Espaço Paradouro Kasuca	5.760,00
04 Áreas de reserva	240,00

Art. 3° - Para os débitos não quitados, aplica-se os acréscimos legais previstos nos art. 15 a 17 da IN SPU 01/2007.

Art. 4° - Durante o período a que se refere a presente autorização, colocar, no mínimo, uma (01) placa em lugar visível, com a seguinte informação (segundo manual de placas SPU) "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO".

Art. 5º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

ROSE CARLA SILVA CORREIA

PORTARIA Nº 15, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto nº 6.929, de 06 de agosto de 2009, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e no § 1º, inciso III, art.14 do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° - Declarar regularizada a permissão de uso à Prefeitura Municipal de Cidreira, Estado do Rio Grande do Sul, de parte da faixa de praia numa extensão aproximada de 12.000 (doze mil) metros, nos Balneários de Costa do Sol e Salinas, para o período de 90 dias a contar de 15 de dezembro de 2011, prorrogável por igual período (Decreto nº 3.725/2001, art. 14, § 1º, III), tudo em conformidade com os elementos constantes no Processo Administrativo n° 05065.001436/2002-55.

Art. 2° - Para fins de cobrança, pela União (utilizando DARF com o código de receita nº 0046), do ressarcimento pelo uso na utilização de eventos fortuitos localizados em áreas específicas da praia e que envolvem características comerciais, mesmo que apenas promocionais (shows, concursos, desfiles, torneios, etc...), estipulamos os seguintes valores:

Evento	Valor/Período (R$)
45 Quiosques	9.914,40
01 Toldo p/Ginástica	81,00
Estação SESC	108,00
01 Palco p/Reveillon	59,40
01 Passarela Garota Verão	120,00
Tendas/Palco Iemanjá	194,40
01 Palco Cavalgada Litoral	10,00
01 Palco Evento de Surf	648,00

Art. 3° - Para os débitos não quitados, aplica-se os acréscimos legais previstos nos art. 15 a 17 da IN SPU 01/2007.

Art. 4° - Durante o período a que se refere a presente autorização, colocar, no mínimo, uma (01) placa em lugar visível, com a seguinte informação (segundo manual de placas SPU) "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO".

Art. 5º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

ROSE CARLA SILVA CORREIA

PORTARIA Nº 18, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto nº 6.929, de 06 de agosto de 2009, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e no § 1º, inciso III, art.14 do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° - Declarar regularizada a permissão de uso à Prefeitura Municipal de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, de parte da faixa de praia numa extensão aproximada de 10.000 (dez mil) metros, na Praia do Cassino, do Molhe até Stela Maris, para o período de 90 dias a contar de 15 de dezembro de 2011, prorrogável por igual período (Decreto nº 3.725/2001, art. 14, § 1º, III), tudo em conformidade com os elementos constantes no Processo Administrativo n° 05065.001401/2002-16.

Art. 2° - Para fins de cobrança, pela União (utilizando DARF com o código de receita nº 0046), do ressarcimento pelo uso na utilização de eventos fortuitos localizados em áreas específicas da praia e que envolvem características comerciais, mesmo que apenas promocionais (shows, concursos, desfiles, torneios, etc...), estipulamos os seguintes valores:

Evento	Valor/Período (R$)
80 Trailers	5.280,00
Área p/Eventos	21.120,00
Área p/ Apoio aos Esportes Náuticos	742,50

Art. 3° - Para os débitos não quitados, aplica-se os acréscimos legais previstos nos art. 15 a 17 da IN SPU 01/2007.

Art. 4° - Durante o período a que se refere a presente autorização, colocar, no mínimo, uma (01) placa em lugar visível, com a seguinte informação (segundo manual de placas SPU) "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO".

Art. 5º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

ROSE CARLA SILVA CORREIA

PORTARIA Nº 42, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO SUL, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, tendo em vista o disposto no inciso V, art. 31, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04902.000708/2007-32, resolve:

Art. 1º Aceitar a Doação, com encargo, que fez o Município de Bagé, com base na Lei Municipal nº 1.995 de 29 de março de 1995 de uma terreno limpo de benfeitoria medindo 1.739,20m², situado na cidade de Bagé, no lugar denominado Vila Hidráulica, constituído por parte dos lotes nº 25 à 29, da quadra nº 01, registrada sob matrícula nº 12.532, no Registro de Imóveis da Comarca de Bagé/RS

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSE CARLA SILVA CORREIA

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 13 de dezembro de 2012

O Coordenador-Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 46094040020201264 Empresa: INITEC DO BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL SUJAR MURILLO Passaporte: BC110803, Processo: 46094042176201280 Empresa: SARAH NASSER DE FARIA CARVALHO ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Antonio Jose Salgado Mendonça PintO Passaporte: J783170,Processo: 46094043505201218 Empresa: ESSELTE AUTONOMIA EM SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nicola Angiolucci Passaporte: A858056, Processo: 46207009925201242 Empresa: PARKIN PIZZA GRILL LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Daniel Alves Do Amaral Passaporte: G889104, Processo: 46207009925201242 Empresa: PARKIN PIZZA GRILL LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Daniel Alves Do Amaral Passaporte: G889104, Processo: 46094036390201205 Empresa: MEGABIAGA DO BRASIL - TRANSPORTES E LOGISTICA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Rui Carlos da Costa Ferreira Rompante Passaporte: H426772, Processo: 46094045014201201 Empresa: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE MUSICA DE SAO PAULO Prazo: 10 Dia(s) Estrangeiro: ANDRÉ NINA MARTINS SARMENTO MATOS Passaporte: M204403 Estrangeiro: SARA CORREIA SERPA DOS SANTOS Passaporte: M172755, Processo: 46094042500201260 Empresa: SILVER FOX COMERCIAL LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: XIAODONG DENG Passaporte: G40217136, Processo: 46094042499201273 Empresa: SANYO COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SANYANG LIU Passaporte: G41521100, Processo: 46094042501201212 Empresa: YU BIJOUX LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JINWU LI Passaporte: G36846122, Processo: 46094042528201205 Empresa: L&L COMERCIAL DE PRESENTES LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GUOQING LIN Passaporte: G25984179, Processo: 46094042498201229 Empresa: D&S COMERCIO DE PRESENTES LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ZHIXIANG SHI Passaporte: G36709339, Processo: 46094045207201254 Empresa: TRAVELLER COMERCIO DE BOLSAS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MEISHE WU Passaporte: G34531497, Processo: 46094045206201218 Empresa: TRAVELLER COMERCIO DE BOLSAS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: XINGHUI HUANG Passaporte: G30412648, Processo: 46094045202201221 Empresa: TRAVELLER COMERCIO DE BOLSAS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ZHENGWEI YAN Passaporte: G38661581.

O Coordenador-Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nos 0609/2012 de 3/12/2012, 0610/2012 de 4/12/2012, 0623/2012 de 5/12/2012, 0632/2012 de 6/12/2012 e 0633/2012 de 7/12/2012, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46094041427201217 Empresa: ASSOCIACAO INSTITUTO TECNOLOGICO VALE - ITV Prazo: Indeterminado Estrangeiro: NELSON AVONCE VERGARA Passaporte: G09256208.

Temporário - Com Contrato - RN 76 - Resolução Normativa, de 03/05/2007:

Processo: 46094043577201257 Empresa: ASSOCIACAO BAURU BASKETBALL TEAM Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: JASON DAVID DETRICK Passaporte: P3740897.

Temporário - Com Contrato - RN 80 - Resolução Normativa, de 14/10/2008:

Processo: 46094033395201278 Empresa: FIBERWORK COMUNICACOES OPTICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Manuel Paulino Jorge Passaporte: M152032, Processo: 46094027754201258 Empresa: CR ZONGSHEN FABRICADORA DE VEICULOS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LINGYONG LI Passaporte: G26543507, Processo: 46094031731201248 Empresa: ENGESOL - ENG. ,CONSULT. ,IMPORT. E EXPORT. LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS MANUEL DA SILVA MATTOSO BOGARIM Passaporte: J528374, Processo: 46220004513201248 Empresa: CLW ESTRUTURAS METALICAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BERNARD GALLERY Passaporte: PD1574380, Processo: 46094043678201228 Empresa: SODECIA MINAS GERAIS INDUSTRIA DE COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARCO ALEXANDRE FERREIRA SOARES Passaporte: M216434, Processo: 46094036762201295 Empresa: NGS - NEW GENERATION SERVICES CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE TELECOMUNICACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUÍS MIGUEL GONÇALVES FIGUEIREDO Passaporte: M027572, Processo: 46094037341201281 Empresa: SANTOS CMI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KYOUNGHEE JANG Passaporte: M14849602, Processo: 46094043034201230 Empresa: MJV SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: João Landeiro Negrão Silva Rocha Passaporte: M160157, Processo: 46094043955201201 Empresa: LIFTING ASSISTENCIA TECNICA ELETRICA E COMERCIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHARLES MARK

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALSPAUGH Passaporte: 450520733, Processo: 46094038246201203 Empresa: GLENCORE DO BRASIL COMERCIO E EXPORTACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Vincent Gerard Liesbeth Bakx Passaporte: EJ438479, Processo: 46094036238201214 Empresa: ENEL BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL GERVASIO URREJOLA NADAL Passaporte: BA854939, Processo: 46094037381201223 Empresa: POJUCA S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICARDO FELIPE FROIS DA SILVA Passaporte: J709063, Processo: 46094042740201264 Empresa: VIPETRO CONSTRUCOES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS MIGUEL MAIA FERREIRA DA COSTA Passaporte: L068304, Processo: 46094043013201214 Empresa: SANTOS CMI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RIYOUNG KO Passaporte: M84067967, Processo: 46212013290201217 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Tsunehiko Nakanishi Passaporte: TK6627187, Processo: 46094037895201289 Empresa: ACCIONA INFRAESTRUCTURAS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE LUIS DOMINGUEZ ACOSTA Passaporte: AAF643452, Processo: 46094042422201201 Empresa: WWT DO BRASIL SERVICOS EM PERFURACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LISA ANTOINETTE RYAN Passaporte: P450928, Processo: 46094038217201233 Empresa: BARUFI ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ MANUEL ALVES DE BARROS DA COSTA Passaporte: L040641, Processo: 46094039598201278 Empresa: OLINDA MARIA GOMES DA COSTA BRITO EUSEBIO E OUTRO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRUNO MIGUEL MARTINS MOREIRA Passaporte: M218387, Processo: 46094039381201268 Empresa: QUARTZO INCORPORACOES E PARTICIPACOES S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Pedro Barbas de Albuquerque Elias ClarO Passaporte: M123746, Processo: 46094043663201260 Empresa: YOUNCHANG DO BRASIL INSTALACOES DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO, AQUECIMENTO E HIDRAULICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YANGHO KIM Passaporte: M38885666, Processo: 46094043066201235 Empresa: FOXCONN DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YU-CHIH PENG Passaporte: LP022520, Processo: 46094043131201222 Empresa: ART SERVICOS EM EVENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NUNO DE ALMEIDA ARCANJO TOMÉ Passaporte: H567338, Processo: 46094043067201280 Empresa: FOXCONN DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YU-MING HUANG Passaporte: LP022527, Processo: 46094040266201236 Empresa: DESTAK BRASIL EDITORA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS MIGUEL MONTEIRO PEREIRA REBOLA Passaporte: G451412, Processo: 46094043257201205 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS MARTI GUTIERREZ DE LA CAMARA Passaporte: AAF298611, Processo: 46094039623201213 Empresa: GS INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NICOLA ZAGO Passaporte: YA3070658, Processo: 46094042420201212 Empresa: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEAN PIERRE NOHER Passaporte: 11AH32613, Processo: 46094040819201251 Empresa: MARGEM COMPANHIA DE MINERACAO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTÓNIO DE JESUS DOS SANTOS Passaporte: H114453, Processo: 46094040276201271 Empresa: HILTI DO BRASIL COMERCIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VIKRAM VEER KHANNA Passaporte: G4080760, Processo: 46094041658201212 Empresa: SIEMENS INDUSTRY SOFTWARE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HAMZA BEN RACHED Passaporte: R260009, Processo: 46094039986201259 Empresa: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCOIS SAMIR BELLILI Passaporte: 11AR36731, Processo: 46094041787201219 Empresa: EMBAIXADA DO REINO DOS PAISES BAIXOS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIJKE VAN DEN BERGE Passaporte: NVH38CB18, Processo: 46094043664201212 Empresa: CNH LATIN AMERICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALESSANDRO MARITANO Passaporte: C034789, Processo: 46094043132201277 Empresa: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID CORREDOR GOMEZ Passaporte: BD610167, Processo: 46094042365201252 Empresa: COMITE ORGANIZADOR DOS JOGOS OLIMPICOS RIO 2016 Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANNEMAREE HOLLAND Passaporte: M6415093, Processo: 46094043609201214 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HONGYOUNG PARK Passaporte: M07030790, Processo: 46094043610201249 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOO HO KIM Passaporte: M53812300, Processo: 46094040614201275 Empresa: RESERVA REAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HENRIQUE MANUEL FERREIRA VARELA PINTO Passaporte: H422021, Processo: 46094040888201264 Empresa: LORENA 2101 RESTAURANTE E DELIVERY LTDA. - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NICOLAS REMI BALLIAN Passaporte: 0 6AA22178, Processo: 46094043689201216 Empresa: TPV DO BRASIL INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHANPING QI Passaporte: G30102280, Processo: 46094043476201286 Empresa: WBR INDUSTRIA E COMERCIO DE VESTUARIO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PARISA NEDA HABIBI Passaporte: 441308066, Processo: 46094043358201278 Empresa: CHINT ELETRICOS AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUOBAO LU Passaporte: G49012663, Processo: 46094043506201254 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TIMOTHY BAZIL BRAGANZA Passaporte: H4147189, Processo: 46094041189201231 Empresa: KANAFLEX S/A INDUSTRIA DE PLASTICOS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN HERIBERTO VAZQUEZ GONZALEZ Passaporte: 401912686, Processo: 46094043660201226 Empresa: ERICSSON TELECOMUNICACOES S A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRISTINA TERESA MEDINA BARBERENA Passaporte: 1820636, Processo: 46215030525201205 Empresa: GRIFA ENGENHARIA E ASSOCIADOS LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NUNO MIGUEL CAMPOS FERRINHA Passaporte: L566032, Processo: 46094042631201247 Empresa: ARENA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Bas Jeroen Busscher Passaporte: NPKD87286, Processo: 46094043739201257 Empresa: S.E.T. DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FUJIO YOSHIZAWA Passaporte: TH9451948, Processo: 46094043477201221 Empresa: MSC CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARCO BROGNA Passaporte: YA0474858, Processo: 46094042576201295 Empresa: PILBRA - PROGRAMA INTEGRAL DE LEITURA PARA O BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HERNANDO GRISALES GIRALDO Passaporte: PE073911, Processo: 46094042476201269 Empresa: INSTITUTO DE PESQUISAS ELDORADO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jairo Güiza Argüello Passaporte: CC1100952149, Processo: 46094042847201211 Empresa: CERAMICA E VELAS DE IGNICAO NGK DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HIROSHI OHASHI Passaporte: TH6423046, Processo: 46094042342201248 Empresa: MOBIS BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IN KIL KANG Passaporte: M06211958, Processo: 46094043362201236 Empresa: OBLATOS DE MARIA IMACULADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EMILY HOPPE CONNOLLY Passaporte: 494511147, Processo: 46094043001201290 Empresa: PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LESLIE CLIFTON BEEKHUIS Passaporte: NU5B4J790, Processo: 46094043027201238 Empresa: SANOFI-AVENTIS FARMACEUTICA LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: AGNES EVA HUGUETTE MARIE CHIQUET GRELE Passaporte: 12CV28713, Processo: 46094043670201261 Empresa: BRITISH COLEGIO DO BRASIL - BCB LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID ROBERT HEALY Passaporte: 112134203, Processo: 46094042445201216 Empresa: TRIMSOL BRAZIL CONFECCAO TEXTIL, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SI WON KIM Passaporte: M33254215, Processo: 46094043412201285 Empresa: BANCO BRADESCO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NESTOR PALACIOS SUAREZ Passaporte: AAB400424, Processo: 46094042447201205 Empresa: CSZ COMUNICACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RITA DA COSTA FONSECA CALHEIROS DE BRITO Passaporte: L093155, Processo: 46094042651201218 Empresa: PIONEER DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHINJI HIRAI Passaporte: TK3472615, Processo: 46094043221201213 Empresa: KOMATSU BRASIL INTERNATIONAL LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: TARO NISHIYAMA Passaporte: TK7839901, Processo: 46094042190201283 Empresa: EOCYTE - ASSESSORIA E SERVICOS TECNICOS LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID FILIPE DE SOUSA MAIE Passaporte: L152961, Processo: 46094043443201236 Empresa: CONSTRUTORA HOSS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YASUSHI HASEGAWA Passaporte: TH8961493, Processo: 46094042566201250 Empresa: ESCRITORIO TECNICO ARTHUR LUIZ PITTA ENGENHEIROS ASSOCIADOS ETALP LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAULO JORGE MARTINS RODRIGUES DO AMARAL Passaporte: J516458, Processo: 46094042767201257 Empresa: RECOFARMA INDUSTRIA DO AMAZONAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YOLANDA ARGENTINA MENDEZ ORELLANA Passaporte: 000458086, Processo: 46094042565201213 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NING LAN Passaporte: G37046389, Processo: 46094042541201256 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHENGYI DING Passaporte: G36848871, Processo: 46094044737201285 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEAN CHRISTOPHE BANNIER Passaporte: 11CH42186, Processo: 46094042307201229 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IONUT BOTEZ BUTU Passaporte: 050500513, Processo: 46094042567201202 Empresa: OTTO BOCK DO BRASIL TECNICA ORTOPEDICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LAURA WEIN Passaporte: C5KCW7VG3, Processo: 46094043011201225 Empresa: LEROY MERLIN COMPANHIA BRASILEIRA DE BRICOLAGEM Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GAETAN CHARLES MARIE BELBEOCH Passaporte: 11AV24771, Processo: 46094043429201232 Empresa: BANCO CITIBANK S A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN JOSE GERMAN GARCIA Passaporte: 027150351, Processo: 46094042519201214 Empresa: HRT O&G EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IAIN BLAIR MACGREGOR SANDISON Passaporte: 500916426, Processo: 46094043068201224 Empresa: LINHAS DE MACAPA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO MARIN FERNANDEZ-REYES Passaporte: AAF938755, Processo: 46094042710201258 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN SANTIAGO MARTINEZ RINCON Passaporte: CC79941381, Processo: 46094042762201224 Empresa: N M ROTHSCHILD & SONS (BRASIL) LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Victor Henry Armand Marie Ghislain Leclercq Passaporte: 12CL89910, Processo: 46094043018201247 Empresa: CONSORCIO S.A. PAULISTA - SOMAGUE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARCO ALEXANDRE RODRIGUES RIBEIRO Passaporte: M250919, Processo: 46094042875201220 Empresa: VALE DO PARANA AGRICOLA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HENRY ALBERTO ESTRADA CABRERA Passaporte: 196309417, Processo: 46094043176201205 Empresa: FRANK'S INTERNATIONAL BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GONÇALO ROCHA NUNES DE AMORIM Passaporte: L715971, Processo: 46094043143201257 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS ENRIQUE CAMEJO VILLALOBOS Passaporte: 049469284, Processo: 46094043283201225 Empresa: G TRAVEL DO BRASIL LOGISTICA DE VIAGENS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RABINDAR SINGH SOHDI Passaporte: 099006351, Processo: 46094043192201290 Empresa: SANDOZ DO BRASIL INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRIDA ALIZARINE SAINZ VENEGAS Passaporte: 0485151486, Processo: 46094043140201213 Empresa: ENVISION INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DINGBIN ZHENG Passaporte: G36013956, Processo: 46094043141201268 Empresa: ENVISION INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHENG LI Passaporte: G39115045, Processo: 46094042987201281 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DENIS ROLAND RENE HUSSON Passaporte: 05DP58513, Processo: 46094043069201279 Empresa: MAGNETI MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIGI DI STOLFO Passaporte: AA5457028, Processo: 46094043208201264 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEKKA KALEVI MATILAINEN Passaporte: 80515244, Processo: 46094043017201201 Empresa: CONSORCIO S.A. PAULISTA - SOMAGUE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO CARLOS APOLINARIO DO CARMO BARRETO Passaporte: H078846, Processo: 46094043626201251 Empresa: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SERGIO ARTURO GONZALEZ Passaporte: WN631742, Processo: 46094045016201292 Empresa: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KOSUKE AKUNE Passaporte: TH3294351, Processo: 46094043636201297 Empresa: GOLDMAN SACHS ASSET MANAGEMENT BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Henry Jeune Willans Passaporte: 720091801, Processo: 46094043405201283 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS WEIMANN Passaporte: C4TNTC85Y, Processo: 46094043097201296 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDWARD KAMIEL GEORGES BROODCOOREN Passaporte: EJ350993, Processo: 46094043425201254 Empresa: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SERGIO ARAGON MIGUEL Passaporte: BE862435, Processo: 46094044207201237 Empresa: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: KENICHI UCHIIDE Passaporte: TK6725761, Processo: 46094044088201212 Empresa: ADM DO BRASIL PRODUTOS PROMOCIONAIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANDRINE TOMASZCZYK Passaporte: 08CH15102, Processo: 46094043662201215 Empresa: LUXOTTICA BRASIL PRODUTOS OTICOS E ESPORTIVOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREA GALLINA Passaporte: YA1176278, Processo: 46094043936201276 Empresa: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: ARTURO ELISEO ARAGON LOPEZ Passaporte: 496500297, Processo: 46094043424201218 Empresa: MERCER HUMAN RESOURCE CONSULTING LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KRISHNA NATWARLAL BAKER Passaporte: 463705768, Processo: 46094043422201211 Empresa: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM JERMAINE PERRY Passaporte: 486236670, Processo: 46094043520201258 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: STUART MICHAEL VOGT Passaporte: 436388560, Processo: 46094044114201211 Empresa: WESTERN UNION DO BRASIL SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YASHWANTH KANDYALA Passaporte: F8215251, Processo: 46094043423201265 Empresa: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHELIA ANN COVERT-WEISS Passaporte: 444721195, Processo: 46212014708201203 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Minoru Nishimoto Passaporte: TK4371165, Processo: 46094043967201227 Empresa: EUROPRESTIGIO DISTRIBUICAO E COMERCIO DE ARTIGOS DE LUXO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SABINE PETIT Passaporte: 04RE83221, Processo: 46094043703201273 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERTO JOSÉ VARELA PAZOS Passaporte: AAB245790, Processo: 46094043704201218 Empresa: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN EUGENIO ELIZONDO LEON Passaporte: 08190000406, Processo: 46094043822201226 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CORRADO PIER MARIA LUPO Passaporte: AA4302627, Processo: 46094043938201265 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JONG MIN KANG Passaporte: M17908603, Processo: 46094044171201291 Empresa: BAIN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FILIPE MIGUEL CONIM MOURÃO COELHO Passaporte: M373283, Processo: 46094043821201281 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL GUZMAN LUNA Passaporte: CC91271925, Processo: 46094043485201277 Empresa: L'OREAL BRASIL COMERCIAL DE COSMETICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Laurence Marie Amélie Caisey-Bluteau Passaporte: 11AF52316, Processo: 46094043484201222 Empresa: L'OREAL BRASIL COMERCIAL DE COSMETICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YANN BENOIT LE BOURDON Passaporte: 12CC42341, Processo: 46094043517201234 Empresa: SCM GROUP TECMATIC MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUCA PAOLO NEROZZI Passaporte: A 864499, Processo: 46212014886201226 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nobuyuki Kikuchi Passaporte: TK7886918, Processo: 46212014885201281 Empresa: SU-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kazunori Suzuki Passaporte: TH1268037, Processo: 46094044105201211 Empresa: AITEC DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS RICARDO DE OLIVEIRA LIBERADO Passaporte: L680844, Processo: 46094044106201266 Empresa: AITEC DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NUNO MIGUEL DA SILVA FERNANDES Passaporte: L792025, Processo: 46094043988201242 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAURIZIO FRANCESCO CORTESE Passaporte: AA2352654, Processo: 46094043559201275 Empresa: OSBORNE COSTA CONSTRUTORA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE RIBEIRO ROMANO Passaporte: M004384, Processo: 46094044263201271 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HUGO MIGUEL SOARES BARATA PEDROSO Passaporte: L401023, Processo: 46094044732201252 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FREDDY GABRIEL GORI ROMERO Passaporte: 028760166, Processo: 46094044704201235 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID JAMES CLARK Passaporte: 761219368.

Temporário - Com Contrato - RN 80/08 C/C RN 89/10 - Combinação, de 12/11/2010:

Processo: 46094043195201223 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO ALI PADILLA INOJOSA Passaporte: F0034832.

Temporário - Com Contrato - RN 94 - Resolução Normativa, de 16/03/2011:

Processo: 46094024802201256 Empresa: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Ana Karen Marichi Lozoya Passaporte: G05286502, Processo: 46220005854201231 Empresa: FONTEC EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS EM INFORMATICA LTDA - ME Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: BLAJ ANDRA-MARIA Passaporte: 051504445.

Temporário - Sem Contrato - RN 35 - Resolução Normativa, de 28/09/1999:

Processo: 46094040399201211 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLIVIER MICHEL DELHAYE Passaporte: 06AY40629.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 46094043576201211 Empresa: HYDRASUN REMAQ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER WILLIAM JAMES MCGHEE THOIRS Passaporte: 401769065, Processo: 46094025947201274 Empresa: SLC AGRICOLA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAFAEL LOTEM Passaporte: 10942697, Processo: 46094041134201221 Empresa: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FELIX DIAZ DE RADA SANTOS Passaporte: AAE591995, Processo: 46215029131201204 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WEI DAILONG Passaporte: E00850684, Processo: 46215029128201282 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIANWEI ZHU Passaporte: G60998584, Processo: 46094044744201287 Empresa: ALPITEC DO BRASIL ALPINISMO INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: REINHARD WESLEY PAHL Passaporte: A00424105, Processo: 46094037242201208 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ASHOKBHAI GULABBHAI PATEL Passaporte: F4004724, Processo: 46094034696201219 Empresa: RIP COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LOTHAR GARCON Passaporte: C2T65NGPX, Processo: 46094035146201217 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: JEONGHO LEE Passaporte: M66810954, Processo: 46094035993201281 Empresa: SOMARSIL - CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BENVINDO TAVARES Passaporte: M187693, Processo: 46094035990201248 Empresa: SOMARSIL - CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NÉLSON JORGE NUNES RODRIGUES Passaporte: L992115, Processo: 46094035989201213 Empresa: SOMARSIL - CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOAQUIM FERNANDO FERREIRA NUNES Passaporte: L182734, Processo: 46094035988201279 Empresa: SOMARSIL - CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ DA SILVA CABRAL Passaporte: L994141, Processo: 46094035991201292 Empresa: SOMARSIL - CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOÃO ALBERTO CHAINHO PRIMOROSO Passaporte: L155095, Processo: 46094035987201224 Empresa: SOMARSIL - CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ CARLOS CARVALHO SOARES Passaporte: L380128, Processo: 46094035999201259 Empresa: DABO SOUTH AMERICA INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KUN YU Passaporte: G57632549, Processo: 46094043457201250 Empresa: CNH LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PIETRO TESIO Passaporte: AA3583407, Processo: 46094037129201214 Empresa: DONGWON BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BYOUNGROK LEE Passaporte: M68191499, Processo: 46094043622201273 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IBRAHIM JORGE ATRAMIZ TORRES Passaporte: 032780787, Processo: 46215029130201251 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHAO FENGSEN Passaporte: E01267506, Processo: 46094037837201255 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THIERRY JEAN ANTOINE CLIVIO Passaporte: 12ACO4975, Processo: 46094039223201216 Empresa: KAROON PETROLEO & GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JACK LOWE JR Passaporte: 438812720, Processo: 46094038625201295 Empresa: TEC SERVICE 1515 SERVICOS ELETROMECANICOS LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID ANTHONY RODRIGUEZ Passaporte: 438489684, Processo: 46094038626201230 Empresa: TEC SERVICE 1515 SERVICOS ELETROMECANICOS LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ASAD ABDELGADER GIBANI Passaporte: 039428267, Processo: 46094038627201284 Empresa: TEC SERVICE 1515 SERVICOS ELETROMECANICOS LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GLENN DOWELL GUICE Passaporte: 459994903, Processo: 46094037457201211 Empresa: TEXAS CONTROLS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OCTAVIO MUIÑO HERMIDA Passaporte: AAE569031, Processo: 46094037376201211 Empresa: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 185 Dia(s) Estrangeiro: MICHALA SCHNOOR Passaporte: 205502312, Processo: 46215029132201241 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIAJIE SUN Passaporte: G52961576, Processo: 46215029129201227 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KAIMING ZHANG Passaporte: G53872390, Processo: 46215029133201295 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHENGWEI CAO Passaporte: G53872391, Processo: 46094041539201260 Empresa: ITF CHEMICAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GABRIELE DAL LAGO Passaporte: YA3937990, Processo: 46094039538201255 Empresa: ESTALEIRO ENSEADA DO PARAGUACU S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAKEO SETO Passaporte: TG6778941, Processo: 46094043639201221 Empresa: BOMBARDIER TRANSPORTATION BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANGEL REGIDOR DÍAZ Passaporte: AAC472912, Processo: 46094037019201252 Empresa: STANLEY ELECTRIC DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ATSUSHI SAITO Passaporte: TH 5.237.393, Processo: 46094037020201287 Empresa: STANLEY ELECTRIC DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHINGO MURAO Passaporte: TK 4.126.137, Processo: 46094040069201217 Empresa: PACE BRASIL - INDUSTRIA ELETRONICA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Ananth RaO Passaporte: E4158431, Processo: 46094044078201287 Empresa: INITEC DO BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN LUIS DEVESA FERNANDEZ Passaporte: AAA230241, Processo: 46094044824201232 Empresa: AGC VIDROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Faiza Belkhodja Passaporte: 08AA21903, Processo: 46094041327201282 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Julio Cesar Flores Kaiser Passaporte: 5834049, Processo: 46094041336201273 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Marisa Gisela Monzón Passaporte: 31822310N, Processo: 46094041921201273 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Rodrigo Rene Romero FerreirO Passaporte: 33017663N, Processo: 46094041335201229 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Veronica Mariel Closter Passaporte: 31240212N, Processo: 46094041220201234 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO PATRICIO PIÑEYRO Passaporte: 30307459N, Processo: 46094041221201289 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANA MARIA ITATI GODZISZEWSKI DE GOMEZ Passaporte: 17667999N, Processo: 46094041222201223 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDRES MARIANO AMORUSO Passaporte: 21806706N, Processo: 46094041920201229 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CAROLINA RONDOLINI Passaporte: 24204923N, Processo: 46094041223201278 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CLAUDIA SILVANA GENOVESE Passaporte: 24308080N, Processo: 46094041224201212 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CLAUDIO BENJAMIN CIAMPI Passaporte: 23003924N, Processo: 46094041225201267 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL ALEJANDRO SARDINI Passaporte: 30673159N, Processo: 46094041227201256 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FEDERICO HORACIO RAMON RODRIGUEZ Passaporte: 30531896N, Processo: 46094040392201291 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL GREGORY ABBEY Passaporte: E4020455, Processo: 46094044861201241 Empresa: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GAURAV SINGHAL Passaporte: J3210946, Processo: 46094044444201206 Empresa: VWS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IVAYLO DINCHEV RASHEV Passaporte: 380575385, Processo: 46094042249201233 Empresa: BHS - BRAZILIAN HELICOPTER SERVICES TAXI AEREO S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GRAHAM SEQUINE PEARSON Passaporte: 459971867, Processo: 46094042250201268 Empresa: BHS - BRAZILIAN HELICOPTER SERVICES TAXI AEREO S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATTHEW ROY JOYCE Passaporte: BA384993, Processo: 46094040687201267 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CRISTI AVADANEI Passaporte: 11676423, Processo: 46094043611201293 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAEWOOK KANG Passaporte: M59309683, Processo: 46094041630201285 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DENNIS E AUGUSTINE Passaporte: 483790902, Processo: 46094040639201279 Empresa: CAPITAL CONSULTING SERVICOS TECNICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Peter Nijsse Passaporte: NVL3C91H9, Processo: 46094041710201231 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IVO ROMANO LUNARDI Passaporte: AA0985468, Processo: 46094040437201227 Empresa: DURO FELGUERA DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA Prazo: até 30/04/2012 Estrangeiro: JOSE ANGEL ALONSO FRAGA Passaporte: AAE865509, Processo: 46094040439201216 Empresa: DURO FELGUERA DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA Prazo: até 30/04/2012 Estrangeiro: ALVARO DA SILVA JORGE Passaporte: H377960, Processo: 46094040440201241 Empresa: DURO FELGUERA DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA Prazo: até 30/04/2012 Estrangeiro: OCTAVIO ZAPICO LOPEZ Passaporte: AAF271689, Processo: 46094040435201238 Empresa: DURO FELGUERA DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA Prazo: até 30/04/2012 Estrangeiro: JAIRO ARIAS TORRECILLA Passaporte: AAF389752, Processo: 46094040438201271 Empresa: DURO FELGUERA DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA Prazo: até 30/04/2012 Estrangeiro: FLORENTINO PULGAR SUAREZ Passaporte: AA494950, Processo: 46094040436201282 Empresa: DURO FELGUERA DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA Prazo: até 30/04/2012 Estrangeiro: ISMAEL GONZALEZ MARTINEZ Passaporte: BE857185, Processo: 46094040434201293 Empresa: DURO FELGUERA DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA Prazo: até 30/04/2012 Estrangeiro: VICTORINO DIAZ GARCIA Passaporte: AAE602742, Processo: 46094041211201243 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AUREO MIGUEL VICENTE Passaporte: AAE655482, Processo: 46094041216201276 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO VERGARA GARCIA Passaporte: AAG133020, Processo: 46094041208201220 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OSCAR PETITE MIGUEL Passaporte: AAG133019, Processo: 46094040422201269 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAIR FRANCISCO CADENA CARMONA Passaporte: G03650216, Processo: 46094043567201211 Empresa: SOUTHERN MARINE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEIN-OVE ERDAL HUSTAD Passaporte: 28325273, Processo: 46094044271201218 Empresa: ESTALEIRO NAVSHIP LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALLEN JACQUES BERTHELOT JR Passaporte: 408080495, Processo: 46094044311201221 Empresa: BOMBARDIER TRANSPORTATION BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS PEREZ RODRIGUEZ Passaporte: AAG225331, Processo: 46094043616201216 Empresa: DTEC PMP DO BRASIL LTDA Prazo: até 01/11/2013 Estrangeiro: JOHANN WALENTA Passaporte: P2928723, Processo: 46094041284201235 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DIEGO CARLO MOLTENI Passaporte: YA3637086, Processo: 46094040955201241 Empresa: HARTMANN DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMES CLINTON WARD Passaporte: 509556760, Processo: 46094040692201270 Empresa: MINERCONSULT ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CESAR HUMBERTO YALAN CANO Passaporte: 5052211, Processo: 46094043497201200 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID GERALD ELLISON Passaporte: 134696500, Processo: 46094041651201209 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DOMINIQUE ROBERT GUERILLOT Passaporte: 12CI66524, Processo: 46094044200201215 Empresa: ENGEVIX ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAROSLAV JAMBOR Passaporte: 35857291, Processo: 46094042478201258 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARKUS MISCHKE FÖRSTER Passaporte: C6LG4JZN5, Processo: 46094043769201263 Empresa: POYRY TECNOLOGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MERVIN PATRICK SAUNDERS Passaporte: BA348200, Processo: 46094041864201222 Empresa: VASSERMAN ENGENHARIA E GERENCIAMENTO LTDA - EPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO BALDOMERO GONZÁLEZ GARCÍA Passaporte: AAA290359, Processo: 46094041463201272 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALP ARSLAN KOCAMAN Passaporte: 449892754, Processo: 46094041819201278 Empresa: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER DAVID DYRLUND Passaporte: 450640011, Processo: 46094043128201217 Empresa: GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDRES CARDENAS HERNANDEZ Passaporte: CC 11226674, Processo: 46880000220201218 Empresa: THOUGHTWORKS BRASIL SOFTWARE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAYA CHAKRAVARTHI KUPPU SWAMY Passaporte: F9331337, Processo: 46880000217201202 Empresa: THOUGHTWORKS BRASIL SOFTWARE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ILIAS BARTOLINI Passaporte: C147524, Processo: 46094042716201225 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LEOPOLDO ARNALDO SALAS VALDÉS Passaporte: 139046226, Processo: 46094042717201270 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO ABEL TELLO VALDÉS Passaporte: 139118626, Processo: 46094041429201206 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: INGEBRIGT OELMHEIM Passaporte: 20508062, Processo: 46094042719201269 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RODOLFO ALEXIS YÁÑEZ NEIRA Passaporte: 151713947, Processo: 46094043682201296 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GRICEL ESMILDA CAM MUÑOZ Passaporte: C024323, Processo: 46094042643201271 Empresa: COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO-PETROQUIMICASUAPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RONALD REIHER Passaporte:

IMPRESSÃO PROIBIDA

035313536, Processo: 46094042720201293 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HUGH ALAN RIDDLE Passaporte: WL449184, Processo: 46094043681201241 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JORGE EDSON ECHAGARAY BENGOA Passaporte: C128309, Processo: 46094041984201220 Empresa: BP ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EMBERLEY LANE RIDDLE Passaporte: 500990913, Processo: 46094044274201251 Empresa: SEPSA DO BRASIL FABRICACAO E COMERCIALIZACAO DE MATERIAL FERROVIARIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID GAVILAN FELICES Passaporte: AAE666875, Processo: 46094042480201227 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Massimiliano Pietro Bianchi Passaporte: YA4200360, Processo: 46094043758201283 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANILKUMAR NARAYANAN ACHARY Passaporte: E-7015538, Processo: 46094043759201228 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NITYANANDAM MARUTHANAYAGAM Passaporte: K7996391, Processo: 46094044323201256 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERTO ALMEDA GUTIERREZ Passaporte: XX38606-71, Processo: 46094042331201268 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VITOR MANUEL RIBEIRO SALGADINHO Passaporte: G973895, Processo: 46094044863201230 Empresa: DALKA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATTEO AZIMONTI Passaporte: AA3640283, Processo: 46212014462201261 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Hiroshi Suto Passaporte: TH1967779, Processo: 46094044408201234 Empresa: BOMBARDIER TRANSPORTATION BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN JOSE HERNANDEZ LARA Passaporte: AAE839562, Processo: 46094044862201295 Empresa: DALKA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIUSEPPE FRANCO ZUMPANO Passaporte: YA2479689, Processo: 46094042827201231 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEIN OVE SKJOLD Passaporte: 29450823, Processo: 46094042857201248 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BONGHAN KIM Passaporte: M80448778, Processo: 46094042859201237 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEONGU SIM Passaporte: M22887682, Processo: 46094042858201292 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MIN KUK CHOI Passaporte: UL4006022, Processo: 46094044739201274 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL FRANK CATTARUSA Passaporte: 135376295, Processo: 46094043956201247 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MOHAMMAD MAHTAB ALAM Passaporte: H7465923, Processo: 46212014461201217 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Masahiro Iba Passaporte: TH8220981, Processo: 46094044972201257 Empresa: SUBC BRASIL SERVICOS DE OFFSHORE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER JON TILLERY Passaporte: 420453301, Processo: 46094043613201282 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CRISTIAN PADURARU Passaporte: 14952579, Processo: 46880000237201275 Empresa: THOUGHTWORKS BRASIL SOFTWARE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Henry Grahame Lawson Passaporte: N2366778, Processo: 46880000236201221 Empresa: THOUGHTWORKS BRASIL SOFTWARE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Sri Prasanna Karuppapillai Passaporte: J4062443, Processo: 46094044973201200 Empresa: SUBC BRASIL SERVICOS DE OFFSHORE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD FREDRICK HOLSTEIN Passaporte: 442904607, Processo: 46094044310201287 Empresa: BOMBARDIER TRANSPORTATION BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL RUIZ GONZALEZ Passaporte: AAF144815, Processo: 46094043458201202 Empresa: MGE - EQUIPAMENTOS E SERVICOS FERROVIARIOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER TODD LAIL Passaporte: 219911310, Processo: 46094043624201262 Empresa: OLIVER WYMAN CONSULTORIA EM ESTRATEGIA DE NEGOCIOS LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: RODRIGO PRATA PINTO RIBEIRO Passaporte: M113116, Processo: 46094043411201231 Empresa: CONSORCIO S.A. PAULISTA - SOMAGUE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO MONTEIRO ANTUNES Passaporte: L059386, Processo: 46094044822201243 Empresa: F.L.SMIDTH LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAJESH RAJA Passaporte: H9388080, Processo: 46094044819201220 Empresa: F.L.SMIDTH LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN ANDREW HANNA Passaporte: WJ530099, Processo: 46094044823201298 Empresa: F.L.SMIDTH LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RYSZARD SOSNA Passaporte: AT 1399904, Processo: 46094043615201271 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GERARD ROBERT PINCHON Passaporte: 11AR48268, Processo: 46094044821201207 Empresa: F.L.SMIDTH LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIS ALONSO RODRIGUEZ HERRERA Passaporte: A02365245, Processo: 46094043393201297 Empresa: G D DO BRASIL MAQUINAS DE EMBALAR LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUCA GIORDANO Passaporte: YA3339404, Processo: 46094043395201286 Empresa: G D DO BRASIL MAQUINAS DE EMBALAR LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LORIS LAMBERTINI Passaporte: G033820, Processo: 46094043394201231 Empresa: G D DO BRASIL MAQUINAS DE EMBALAR LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREA LO PREIATO Passaporte: G190536, Processo: 46094043396201221 Empresa: G D DO BRASIL MAQUINAS DE EMBALAR LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCO TURRA Passaporte: AA5554105, Processo: 46094043950201270 Empresa: ISQ BRASIL INSTITUTO DE SOLDADURA E QUALIDADE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ PEDRO FERNANDES PROENÇA FERREIRA Passaporte: L886974, Processo: 46094043638201286 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RENE FREESE Passaporte: C86HLVVKR, Processo: 46094043614201227 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YVES JOSEPH RAYMOND ROBERT BELLEGO Passaporte: 10CL69201, Processo: 46094043368201211 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEAN-PAUL CHARLAT Passaporte: 05DK70896, Processo: 46094043380201218 Empresa: SEAWELL DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT ERNEST BRYSON Passaporte: 801038576, Processo: 46094043627201204 Empresa: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AYAZ UDDIN Passaporte: H7349962, Processo: 46094043388201284 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDGAR MAURICIO SALAZAR DUQUE Passaporte: AN753057, Processo: 46094043377201202 Empresa: SEAWELL DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARK ANDREW IVES Passaporte: 465516532, Processo: 46094043376201250 Empresa: SEAWELL DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEPHEN BRANDON Passaporte: 402862182, Processo: 46094043378201249 Empresa: SEAWELL DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBIN MURRAY PATTERSON Passaporte: 800439079, Processo: 46094043381201262 Empresa: SEAWELL DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BILAL AYAD MUDHER RUSHDI Passaporte: 106668348, Processo: 46094043379201293 Empresa: SEAWELL DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN ANDREW CHISHOLM Passaporte: 800285244, Processo: 46094043825201260 Empresa: SEAWELL DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: COLIN RAE Passaporte: 403288197, Processo: 46094043382201215 Empresa: SUBSEA SOLUTIONS BRASIL SERVICOS E CONSULTORIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD MATTHEW WATTS Passaporte: 800766789, Processo: 46094045244201262 Empresa: EVERIS BRASIL CONSULTORIA DE NEGOCIOS E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IGNACIO DE LAS HERAS BERGARECHE Passaporte: AC686944, Processo: 46094043687201219 Empresa: BP ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KATHRYN LOUISE HENDERSON Passaporte: TA257450, Processo: 46094043686201274 Empresa: BP ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SCOTT WILLIAM LEPLEY Passaporte: 403408422, Processo: 46094043499201291 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN GEORGE NOLTE III Passaporte: 135386947, Processo: 46094043824201215 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARK ANDREW CONNOR Passaporte: 434267679, Processo: 46094043823201271 Empresa: C-INNOVATION DO BRASIL SERVICOS DE ROBOTICA SUBMARINA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MELVIN MORGAN CLINE Passaporte: 421678311, Processo: 46094043830201272 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STELIAN OCTAVIAN MANU Passaporte: 14441603, Processo: 46094043826201212 Empresa: SEAWELL DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER BRYAN NEWSON Passaporte: 302840144, Processo: 46094043976201218 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN NEFZGER Passaporte: CFWHH9CJ7, Processo: 46094044273201215 Empresa: MGE - EQUIPAMENTOS E SERVICOS FERROVIARIOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSHUA WILLIAM ALBRECHTAS Passaporte: WN915134, Processo: 46094044272201262 Empresa: MGE - EQUIPAMENTOS E SERVICOS FERROVIARIOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHANE LESLIE PETERSEN Passaporte: WR150266, Processo: 46094044721201272 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUICHI SEI Passaporte: TG6138783, Processo: 46094043998201288 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHUO ZHANG Passaporte: P01396209, Processo: 46094044723201261 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KAZUHITO TOMOE Passaporte: TK8015999, Processo: 46094044094201270 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KUNIO MATSUURA Passaporte: TG5796217, Processo: 46094044096201269 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHOTARO SASAKI Passaporte: TH7608062, Processo: 46094044853201202 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAKAAKI HASEGAWA Passaporte: TK8014836, Processo: 46094044406201245 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUTING MAO Passaporte: G33585743, Processo: 46094043949201245 Empresa: UON SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHEL DEWERBE Passaporte: H248148, Processo: 46094043555201297 Empresa: INTERNATIONAL LOGGING DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FABIO ERNESTO NARANJO TORRES Passaporte: CC 19290966, Processo: 46094044881201211 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALAIN-GEORGES MICHEL GUIOT Passaporte: 09PF72360, Processo: 46094043563201233 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEVIN DEAN PETERSON Passaporte: BA807824, Processo: 46094043556201231 Empresa: INTERNATIONAL LOGGING DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE MANUEL CALDERON Passaporte: CC 19339279, Processo: 46212015081201208 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Norihisa Takenaga Passaporte: TH8000433, Processo: 46094044095201214 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: YOHEI KUBOTA Passaporte: TH 0873232, Processo: 46094044093201225 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOSHIYA IKUTA Passaporte: TH 4955278, Processo: 46094045255201242 Empresa: BRACHIN COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YANGJING LI Passaporte: G23323012, Processo: 46094044391201215 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HIFUMI SUZUKI Passaporte: TH8760072, Processo: 46094044956201264 Empresa: AXESS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW CAMPBELL HODGKINSON Passaporte: 099232583, Processo: 46094044146201216 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANGUS MACMILLAN Passaporte: 099001033, Processo: 46094044250201201 Empresa: OLIVER WYMAN CONSULTORIA EM ESTRATEGIA DE NEGOCIOS LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: MICHAEL JOHANNES WAGNER Passaporte: 356097476, Processo: 46094044196201295 Empresa: FINUPE SERVICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ MENDES ANTUNES Passaporte: M369975, Processo: 46094044137201217 Empresa: SMITH INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JESUS ALBERTO ALFONZO ASCENCION Passaporte: 040869076, Processo: 46094044090201291 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHAOMING DAI Passaporte: G44112095, Processo: 46094044092201281 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GAOPENG ZHAI Passaporte: G58487390, Processo: 46094044091201236 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WEI CAI Passaporte: G59010119, Processo: 46094044136201272 Empresa: SMITH INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAGID MOHAMED HUSSEIN A IBRAHIM Passaporte: 761245762, Processo: 46094044195201241 Empresa: FINUPE SERVICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO DA ROSA MENDES ESTEVES Passaporte: M337082, Processo: 46094044954201275 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XU HAN Passaporte: PE0003814, Processo: 46094045059201278 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PATRICK FRANCIS CAMPBELL Passaporte: 135947782, Processo: 46094044059201251 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SCOTT LUKE MILLER Passaporte: 421464338, Processo: 46094044060201285 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CLAUDIO ALEJANDRO AGUILAR VARGAS Passaporte: A205110, Processo: 46094044887201299 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Mark Patrick Sucharda Passaporte: BA703685, Processo: 46094044888201233 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Nicolaas Jacobus John Boonzaaier Passaporte: A01542499, Processo: 46094044889201288 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: JOAQUIN MANUEL RAMIREZ RODRIGUEZ Passaporte: AAA91349, Processo: 46094044964201219 Empresa: HYDRASUN REMAQ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Adrian Pike Passaporte: 401193329, Processo: 46094044464201279 Empresa: HYDRASUN REMAQ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Derek James Mathieson Passaporte: 403132953, Processo: 46094044891201257 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: GERARDO REYES DIAZ Passaporte: G07560910, Processo: 46094044890201211 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: STEPHEN JOHN ELLIOT Passaporte: WN077555, Processo: 46094044052201239 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FABIEN RAMIERE Passaporte: 12AT55824, Processo: 46094044051201294 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEROME CEDRIC MOUSSIER Passaporte: 06AH38331, Processo: 46094044903201243 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SANTIAGO FRANCISCO ITURRALDE Passaporte: 465317016, Processo: 46094045120201287 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jared Heath Barnett Passaporte: 480600723, Processo: 46094044050201240 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PHILIPPE ROBERT JACQUES CRUCIANI Passaporte: 10CL50119, Processo: 46094044967201244 Empresa: IRM SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Greig Dickson Mitchell Passaporte: 801354979, Processo: 46094044252201291 Empresa: UNITECH RIO COMERCIO E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ERIC LOUIS TREVINO Passaporte: 451756234, Processo: 46094044871201286 Empresa: AXESS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VIGGO ANDRE HANSSEN Passaporte: 28863457, Processo: 46094045135201245 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Feng Tao Passaporte: PE0076605, Processo: 46094045128201243 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: He Qiyuan Passaporte: P01331842, Processo: 46094044872201221 Empresa: AXESS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HAVARD SLETVOLD Passaporte: 28080617, Processo: 46094045132201210 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jia Xiaoping Passaporte: PE0076610, Processo: 46094045124201265 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Liu Xiaojiao Passaporte: PE0076604, Processo: 46094044788201215 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Fu Jie Passaporte: PE0076607, Processo: 46094045133201256 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Guo Yuechuan Passaporte: PE0076609, Processo: 46094044789201251 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Ao Guanghua Passaporte: PE0076612, Processo: 46094045127201207 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Chen Changlin Passaporte: PE0076616, Processo: 46094045125201218 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHEN CHUANKUN Passaporte: PE0076601, Processo: 46094045126201254 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Zhou Liang Passaporte: PE0076606, Processo: 46094044794201264 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHEN TAO Passaporte: PE0076615, Processo: 46094044883201219 Empresa: ROCK WORLD S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NUNO FILIPE MONTEIRO DE SOUSA PINTO Passaporte: H192871, Processo: 46094044790201286 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Zhang Chunli Passaporte: PE0076613, Processo: 46094044795201217 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Yu Yiming Passaporte: P01515345, Processo: 46094044793201210 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHEN WEN Passaporte: PO1332033, Processo: 46094044796201253 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Yan Hao Passaporte: PE0076614, Processo: 46094044792201275 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHENG PING Passaporte: PE0073917, Processo: 46094044797201206 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Xin Jianzhong Passaporte: PE0076602, Processo: 46094044902201207 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRIAN DOUGLAS ALBRIGHT Passaporte: 466724239, Processo: 46094044791201221 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Xiao Yiping Passaporte: PE0076611, Processo: 46094044900201218 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER ROLANDO CANTU Passaporte: 477130332, Processo: 46094044884201255 Empresa: ROCK WORLD S.A Prazo: até 06/11/2013 Estrangeiro: SUSANA MARIA TAVARES ALVES GATO Passaporte: H246562, Processo: 46094044885201208 Empresa: ROCK WORLD S.A Prazo: até 06/11/2013 Estrangeiro: LUÍS GONÇALO NOGUEIRA DA SILVA GOMES Passaporte: H663882, Processo: 46094045274201279 Empresa: LS ISOLAMENTOS LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAULO JOAO FLORINDO DE SOUSA Passaporte: J849218, Processo: 46094045193201279 Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUOJUAN HE Passaporte: E03524549, Processo: 46094045273201224 Empresa: LS ISOLAMENTOS LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO ANTONIO SOBRAL COELHO Passaporte: J832059, Processo: 46094045195201268 Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WEIMIN SUN Passaporte: E03524550, Processo: 46094045247201204 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREAS FISCHER Passaporte: 539938036, Processo: 46094045192201224 Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHENG TANG Passaporte: E03531738, Processo: 46094045064201281 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CREGG EUGENE FETTER Passaporte: 483792790, Processo: 46094045131201267 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XI, HONG Passaporte: PE0076849, Processo: 46094045134201209 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WU, TINGJUN Passaporte: PE0075655, Processo: 46094045136201290 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WANG XIAOJUN Passaporte: P01515344, Processo: 46094045130201212 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TANG, MIN Passaporte: PE0076617, Processo: 46094045137201234 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZENG, JIANHONG Passaporte: PE0076603, Processo: 46094044388201200 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUJI UEDA Passaporte: TK7938240, Processo: 46094044386201211 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KENICHI TAMIYA Passaporte: TH8635949, Processo: 46094044387201257 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HAJIME SHIMODAIRA Passaporte: TH3603884, Processo: 46094044389201246 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HIROSHI KANAO Passaporte: TK2848624, Processo: 46094044390201271 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAKESHI YAMAGUCHI Passaporte: TK0262574, Processo: 46094045072201227 Empresa: BCH ENERGY DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAURO RUBEN LOBO Passaporte: AAA084402, Processo: 46094045138201289 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DENG JIANAN Passaporte: P01515441, Processo: 46094045194201213 Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XINGHAO WANG Passaporte: E03529892, Processo: 46094045190201235 Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TIEJUN ZHANG Passaporte: E03532232, Processo: 46094045191201280 Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZETING ZHANG Passaporte: E03531816, Processo: 46094045189201219 Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WEI LI Passaporte: E03532294, Processo: 46094045067201214 Empresa: SMITH INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RODERICK MAÑEGO DE LEON Passaporte: EB6207254, Processo: 46094045065201225 Empresa: SMITH INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IVAN LA FOLLETTE Passaporte: 449718559, Processo: 46094045321201284 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS WAYNE LAUHOFF Passaporte: 479732124, Processo: 46094045066201270 Empresa: SMITH INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHISTOPHER JOHN WOOSTER Passaporte: 706820456, Processo: 46094045139201223 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FANG, YI Passaporte: PE0076608, Processo: 46094045140201258 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SUN, QING Passaporte: PE0076850, Processo: 46094044353201262 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CAMPO EDGAR CAMELO Passaporte: BA313414, Processo: 46094044352201218 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DORU PUMNEA Passaporte: BA312240, Processo: 46094044354201215 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VIKRAM UNNIKRISHNAN Passaporte: E8697219, Processo: 46094044355201251 Empresa: TOYO DO BRASIL - CONSULTORIA E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GRAHAM SPENCE Passaporte: 761079106, Processo: 46094044356201204 Empresa: TOYO DO BRASIL - CONSULTORIA E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RHOLEN HERNANDEZ MERCADO Passaporte: EB5857571.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 6°):

Processo: 46094033498201238 Empresa: DENSO INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KOHEI OSHIO Passaporte: TG7303356, Processo: 46607000069201257 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Sylvain Edouard Christian Grisouard Passaporte: 07BC30970, Processo: 46094042860201261 Empresa: KRAFT FOODS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID M BOGOWITH Passaporte: 310265519, Processo: 46094042861201214 Empresa: KRAFT FOODS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AARON WALTER BALLOU Passaporte: 466957133, Processo: 46094040744201216 Empresa: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL - INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAEYOUNG KIM Passaporte: GN1413762, Processo: 46094041883201259 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SERGEJ JANZEN Passaporte: C72HXF0MF, Processo: 46094038636201275 Empresa: MEP PELLEGRINI DO BRASIL GUINDASTES E EQUIPAMENTOS NAVAIS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS ROSSEL GARCIA Passaporte: YA0211701, Processo: 46094038637201210 Empresa: MEP PELLEGRINI DO BRASIL GUINDASTES E EQUIPAMENTOS NAVAIS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TIZIANO ROCCATELLO Passaporte: YA2312666, Processo: 46094038631201242 Empresa: MEP PELLEGRINI DO BRASIL GUINDASTES E EQUIPAMENTOS NAVAIS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERTO SPORTELLI Passaporte: YA0118108, Processo: 46094038189201254 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: FRANCESCO RAGUSA Passaporte: YA0628030, Processo: 46094038186201211 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: VITTORIO BRAMBILLA Passaporte: Y407047, Processo: 46094038633201231 Empresa: MEP PELLEGRINI DO BRASIL GUINDASTES E EQUIPAMENTOS NAVAIS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUCA PUNZONE Passaporte: YA0266928, Processo: 46094038630201206 Empresa: MEP PELLEGRINI DO BRASIL GUINDASTES E EQUIPAMENTOS NAVAIS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ZENO PANGRAZIO Passaporte: YA3376485, Processo: 46094038884201216 Empresa: DENSO INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOSHIHITO SUZUKI Passaporte: TG4500237, Processo: 46094038310201248 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Luca Palombo Passaporte: YA2680674, Processo: 46094038188201218 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: MAURIZIO SENAREGA Passaporte: YA1724456, Processo: 46094041246201282 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KIYEOL HONG Passaporte: M67004856, Processo: 46094041252201230 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KYEONGNAM KIM Passaporte: M66989778, Processo: 46094038187201265 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: NICOLA CARFORA Passaporte: YA3638446, Processo: 46094041890201251 Empresa: SUZLON ENERGIA EOLICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AMITKUMAR VALLABHBHAI PATEL Passaporte: G2866335, Processo: 46094041867201266 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ERIC BRUNO MALANDAIN Passaporte: 03EB67252, Processo: 46094042002201217 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDRZEJ GABRIEL GROCH Passaporte: 437252892, Processo: 46094042016201231 Empresa: SMITHS DETECTION BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THIERRY JEAN LAREPE Passaporte: 07AD50761, Processo: 46094042003201261 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Joachim Hafer Passaporte: 571802735, Processo: 46094042014201241 Empresa: SMITHS DETECTION BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JONATHAN HABOURY Passaporte: 09AF83195, Processo: 46094041888201281 Empresa: SUZLON ENERGIA EOLICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KISHORE KUMAR PERUMAL Passaporte: J8824949, Processo: 46094042018201220 Empresa: SUZLON ENERGIA EOLICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NARESH DATTATRAYA KULKARNI Passaporte: G0760181, Processo: 46094042013201205 Empresa: SMITHS DETECTION BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARC ALLOIN Passaporte: 05CP78999, Processo: 46094042015201296 Empresa: SMITHS DETECTION BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MAXIME LARGY Passaporte: 09PV83312, Processo: 46094039315201298 Empresa: SPARROWS BSM ENGENHARIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GLENN STEWART Passaporte: 402607025, Processo: 46094041881201260 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MATTHIAS RONALD STELTER Passaporte: C7K1M3VL0, Processo: 46094042051201250 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NG CHIN HWA Passaporte: E 1113358 B, Processo: 46094041562201254 Empresa: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Akio Akiba Passaporte: TH4498064, Processo: 46094041561201218 Empresa: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Akio Takahashi Passaporte: TG3809562, Processo: 46094041563201207 Empresa: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Katsumi FujimotO Passaporte: TH2472420, Processo: 46094042364201216 Empresa: KHS INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES GARFIELD HERDMAN Passaporte: 488833828, Processo: 46094039222201263 Empresa: ENDESA BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EUGENIO TORRES MUNGUIA Passaporte: XDA343762, Processo: 46094041389201294 Empresa: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OTOHITO YAMAZAKI Passaporte: TK3179525, Processo: 46094041887201237 Empresa: SMITHS DETECTION BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GUILLAUME PIERRE MARIE JEGOU Passaporte: 05RR39286, Processo: 46094041671201271 Empresa: SMITHS DETECTION BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JEAN-MICHEL GÉRARD FAUGIER Passaporte: 03XK84710, Processo: 46094041886201292 Empresa: SMITHS DETECTION BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PASCAL THIERRY LAURENT DESAUTE Passaporte: 04DF25866, Processo: 46094041865201277 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MIGUEL ANGEL LOPEZ GARCIA Passaporte: G02585377, Processo: 46094041858201275 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VINOD PITAMBAR PATIL Passaporte: G1665000, Processo: 46094041866201211 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DASHRATH SHANTARAM WALUNJ Passaporte: G8540741, Processo: 46094041859201210 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BHUSHAN BHIKAN DUSANE Passaporte: H6232651, Processo: 46094041558201296 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YASUO NAKAMURA Passaporte: TK 7.960.560, Processo: 46094041849201284 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: LUCA DEAN Passaporte: YA2165438, Processo: 46094042223201295 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUNYOUNG YANG Passaporte: M01418364, Processo: 46094042231201231 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HYUNG KWANG KIM Passaporte: M73901096, Processo: 46094042684201268 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GERALD HEARNS Passaporte: 099227358, Processo: 46094042682201279 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL ALAN FROST Passaporte: 308687863, Processo: 46094042681201224 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PAUL MCNUTT Passaporte: 464107819, Processo: 46094042680201280 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YAO HOU LI Passaporte: 501030358, Processo: 46094040606201229 Empresa: PETRO-3D DIMENSOES E ALINHAMENTO A LASER LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SIMON CHRISTIAN STUSSI Passaporte: 510843823, Processo: 46094042968201254 Empresa: TARGA SA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KHOKON CHANDRA DAS Passaporte: AD4566918, Processo: 46094042419201280 Empresa: TARGA SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MONGAL CHANDRA DASH Passaporte: AD9389101, Processo: 46094042970201223 Empresa: TARGA SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LIPON CHANDRA DEB NATH Passaporte: AD4443204, Processo: 46094042418201235 Empresa: TARGA SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SAMIR CHANDRA DASH Passaporte: AD6548723, Processo: 46094042971201278 Empresa: TARGA SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BIPLAB CHANDRA SHIL Passaporte: AA8533621, Processo: 46094042416201246 Empresa: TARGA SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHRI KRISHNA Passaporte: J6218790, Processo: 46094042417201291 Empresa: TARGA SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RATAN CHANDRA BARMON Passaporte: AD2275375, Processo: 46094042415201200 Empresa: TARGA SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MITHUN DAS Passaporte: AD4582383, Processo: 46094042683201213 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASAHIKO YOKOMIZO Passaporte: TH2466923, Processo: 46094042220201251 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NAMKYU KIM Passaporte: KN1046423, Processo: 46094041470201274 Empresa: APL DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: REMI PALM Passaporte: 26246577, Processo: 46094040880201206 Empresa: CHUMAQ COMERCIAL IMPORTADORA DE MAQUINAS INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: QIN ZHANG Passaporte: E03115505, Processo: 46094042969201207 Empresa: TARGA SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MANOJ PASWAN Passaporte: J6899907, Processo: 46094042241201277 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SOO HO LEE Passaporte: JG0069285, Processo: 46094042232201286 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KYOUNGYONG HWANGBO Passaporte: M88973091, Processo: 46094042227201273 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YONGMAN OH Passaporte: M89145085, Processo: 46094042229201262 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MYOUNG SOO PARK Passaporte: M27356269, Processo: 46094042225201284 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAEWOO GU Passaporte: SC2180384, Processo: 46094042218201282 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SANGSOO KIM Passaporte: M63639643, Processo: 46094042367201241 Empresa: G-KT DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOMOAKI MIKATA Passaporte: TK8071889, Processo: 46094042221201204 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HYUN HO KIM Passaporte: M81807058, Processo: 46094042233201221 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SO RAE KIM Passaporte: M10014828, Processo: 46094041471201219 Empresa: APL DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GEIR HAROLD LUNDBERG Passaporte: 26646118, Processo: 46094042234201275 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GWANHEUNG SON Passaporte: AY0050913, Processo: 46094042230201297 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KYOUNGHOON KIM Passaporte: M03589666, Processo: 46094042224201230 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHUN UNG SONG Passaporte: M78415671, Processo: 46094041243201249 Empresa: FRANK MOHN DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BJARTE THILESEN Passaporte: 27018510, Processo: 46094041474201252 Empresa: APL DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KRISTIAN OLSEN Passaporte: 25900343, Processo: 46094042226201229 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEOK-JU PARK Passaporte: M71019279, Processo: 46094041803201265 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAZUYA OE Passaporte: TG6518739, Processo: 46094042222201241 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAECHEOL JEONG Passaporte: JR3523233, Processo: 46094041154201201 Empresa: CELCITE CONSULTORIA & SOLUCOES EM SOFTWARE DO BRASIL LTDA - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MUHAMMAD ISHAQUE Passaporte: KG684865, Processo: 46094040953201251 Empresa: IBERDROLA ENERGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Martin Carlos Acosta Passaporte: 20319988N, Processo: 46094041179201204 Empresa: MUSE DO BRASIL MUSEUS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SERGIO ARIS CODERCH Passaporte: AAG099556, Processo: 46094042245201255 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BYEONGHAW YOU Passaporte: GK1951073, Processo: 46094042240201222 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SANG GUG KIM Passaporte: M24190295, Processo: 46094041653201290 Empresa: AFTER MARKET PARTNER REPRESENTACAO LTDA - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KARL AAKE ANDREAS BJOERKQVIST Passaporte: 81074107, Processo: 46094042219201227 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HYOUNGJOON PARK Passaporte: M10677525, Processo: 46094042217201238 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEOKCHAN KIM Passaporte: M79255806, Processo: 46094042216201293 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JEONGHUN LEE Passaporte: M30508991, Processo: 46094041613201248 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ABDUL AZIZ Passaporte: U022342, Processo: 46094042679201255 Empresa: MINERACAO USIMINAS S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDRES MARIO ARAGON PRIETO Passaporte: 5316351, Processo: 46094041745201270 Empresa: CELCITE CONSULTORIA & SOLUCOES EM SOFTWARE DO BRASIL LTDA - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KURNIAWAN ARISANDY Passaporte: V922837, Processo: 46094042432201239 Empresa: TERRATEST BRASIL FUNDACOES ESPECIAIS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: IOAN DAN GREBENISAN Passaporte: 050855020, Processo: 46094042808201213 Empresa: TERRATEST BRASIL FUNDACOES ESPECIAIS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSE ANTONIO VALDES MORALES Passaporte: AAG388168, Processo: 46094041971201251 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARTIN ALFRED DAHLMANN Passaporte: C7C9XM7J7, Processo: 46094041884201201 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SANTOSH DONGERPURE Passaporte: J8958415, Processo: 46094042517201217 Empresa: TETRA TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MALCOLM JOHN URQUHART Passaporte: 106547383, Processo: 46094042516201272 Empresa: TETRA TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STUART IAIN PATTERSON Passaporte: 099280188, Processo: 46094042514201283 Empresa: TETRA TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GAVIN JAMES DAVANNA Passaporte: 403066155, Processo: 46094042512201294 Empresa: TETRA TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AARON KINNEY Passaporte: 403036881, Processo: 46094042513201239 Empresa: TETRA TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RODNEY HARRISON Passaporte: 403001375, Processo: 46094041459201212 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DEWEY GORDON GRAVES JR Passaporte: 134774266, Processo: 46094041485201232 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: KUNIHIRO USHIO Passaporte: TH4796458, Processo: 46094041476201241 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: TAKASHI TSUDA Passaporte: TG8183337, Processo: 46094042049201281 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFANO LUISE Passaporte: AA6093360, Processo: 46094042047201291 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RYAN PAUL JUDGE Passaporte: 106635409, Processo: 46094042048201236 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT WILLIAM GARRETT Passaporte: 504668640, Processo: 46094041483201243 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: KENICHIRO JOJIMA Passaporte: TH8521381, Processo: 46094041554201216 Empresa: ARAUCO DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WERNER SCHNEIDER Passaporte: 623214575, Processo: 46094042748201221 Empresa: REEL DO BRASIL INSPECAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS OFF-SHORE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SCOTT CHEYNE Passaporte: 403380851, Processo: 46094042747201286 Empresa: REEL DO BRASIL INSPECAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS OFF-SHORE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PAUL JAMES IRVINE Passaporte: 403270182, Processo: 46094042063201284 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PER HARALD OMLAND Passaporte: 29380793, Processo: 46094042098201213 Empresa: AQUALOGY BRASIL TECNOLOGIAS E SERVICOS EM SANEAMENTO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANCISCO JULIAN GARCIA SANCHEZ Passaporte: AAG434821, Processo: 46094041612201201 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JONATHAN BARRETT STONE Passaporte: 435410166, Processo: 46094042324201266 Empresa: VESUVIUS REFRATARIOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WILLIAM GILLESPIE REID Passaporte: 464818668, Processo: 46094041702201294 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BENGT ANDERS MOHLIN Passaporte: 81766569, Processo: 46094042323201211 Empresa: VESUVIUS REFRATARIOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEPHEN ROSS Passaporte: 402448885, Processo: 46094042322201277 Empresa: VESUVIUS REFRATARIOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NEIL ANTHONY MCAVENNA Passaporte: 401093866, Processo: 46094042321201222 Empresa: VESUVIUS REFRATARIOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES GILLESPIE NIVEN Passaporte: 401309622, Processo: 46094042320201288 Empresa: VESUVIUS REFRATARIOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID EDWARD HENNESSEY Passaporte: 085116995, Processo: 46094042319201253 Empresa: VESUVIUS REFRATARIOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID JOHN OUTHWAITE Passaporte: 403253875, Processo: 46094042879201216 Empresa: HSBC SOFTWARE DEVELOPMENT (BRASIL) - PRESTACAO DE SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAPIL SHRIVASTAVA Passaporte: G1717650, Processo: 46094041473201216 Empresa: APL DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAN KENNETH GULBRANDSEN Passaporte: 26463537, Processo: 46094042059201216 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EDWIN KOOPMEINERS Passaporte: BK9HDB7D3, Processo: 46094042060201241 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JACOB BREUKEL Passaporte: NS47381D1, Processo: 46094041472201263 Empresa: APL DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROLF KRISTEN SALVESEN Passaporte: 27880423, Processo: 46094042062201230 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARIEN ARNOLD VAN DE WERKEN Passaporte: NM7K72DJ5, Processo: 46094041469201240 Empresa: APL DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PALL INDRIDI PALSSON Passaporte: A2268364, Processo: 46094042334201200 Empresa: SNEF SERVICOS E MONTAGENS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NICOLAE STANICA Passaporte: 14412897, Processo: 46094042339201224 Empresa: SNEF SERVICOS E MONTAGENS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ION FLORIN SIMIONESCU Passaporte: 15289039, Processo: 46094042336201291 Empresa: SNEF SERVICOS E MONTAGENS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARIAN CORADO SIRBU Passaporte: 13775135, Processo: 46094042851201271 Empresa: SNEF SERVICOS E MONTAGENS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SORIN SERGIU PANC Passaporte: 086176277, Processo: 46094042852201215 Empresa: SNEF SERVICOS E MONTAGENS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SORIN MITICA IONICESCU Passaporte: 13853886, Processo: 46094042341201201 Empresa: SNEF SERVICOS E MONTAGENS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: COSTEL CLIM Passaporte: 086176507, Processo: 46094042853201260 Empresa: SNEF SERVICOS E MONTAGENS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VALERIU LAURENTIU GHEONEA Passaporte: 050130059, Processo: 46094042854201212 Empresa: SNEF SERVICOS E MONTAGENS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFAN TOMA Passaporte: 050685363, Processo: 46094042335201246 Empresa: SNEF SERVICOS E MONTAGENS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: IONUT IRINEL GRACLEANU Passaporte: 050663914, Processo: 46094041657201278 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAN MUELLER Passaporte: CCNOP9N94, Processo: 46094042058201271 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NICHOLAS NADARAJU Passaporte: A02013075, Processo: 46094041885201248 Empresa: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GABRIEL NITESCU Passaporte: BA571488, Processo: 46094041698201264 Empresa: SOLARIA BRASIL - COMERCIALIZACAO E FORNECIMENTO DE PRODUTOS E SOLUCOES ENERGETICAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALFONSO RUIZ TRUJILLO Passaporte: AAE365173, Processo: 46094041446201235 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KEITH BRIAN CARNER Passaporte: 441 003 481, Processo: 46094041447201280 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GREGORY ALAN SHILLING Passaporte: 429 691 360, Processo: 46094041552201219 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NGOH SHU JUN Passaporte: E1659513D, Processo: 46094041550201220 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AURÉLIEN CARTE Passaporte: 06AL27042, Processo: 46094041551201274 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDRES CRIADO RUANO Passaporte: AAC130180, Processo: 46094041553201263 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAY XIANG SHENG Passaporte: S8226900B, Processo: 46094042751201244 Empresa: REEL DO BRASIL INSPECAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS OFF-SHORE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALASTAIR FORBES Passaporte: 403308773, Processo: 46094041966201248 Empresa: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KARTIK JAYASHANKARAN Passaporte: H1913319, Processo: 46094041443201200 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ERIC GEORGES ANDRE RIGAL Passaporte: 04ED57140, Processo: 46094041430201222 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GEORGE LUIS CEPEDA Passaporte: 470810752, Processo: 46094042019201274 Empresa: SUZLON ENERGIA EOLICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NARAYAN SHRIKRISHNA BADVE Passaporte: G6783383, Processo: 46094042718201214 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN EDUARDO BALMACEDA MONTT Passaporte: 102980336, Processo: 46094042141201241 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER ALAN KRUSZEWSKI Passaporte: 509741497, Processo: 46094041689201273 Empresa: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS OFFSHORE DE INSTALACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID ANDREW MILLER Passaporte: 099057717, Processo: 46094041691201242 Empresa: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS OFFSHORE DE INSTALACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PETER EDWARD ROBERTS Passaporte: 093232456, Processo: 46094041926201204 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEPHAN OLSCHEWKSI Passaporte: C77ZKW908, Processo: 46094042693201259 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GO WATANABE Passaporte: TG7660507, Processo: 46094042692201212 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOHJI MATSUYAMA Passaporte: TH4916970, Processo: 46094042691201260 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUSUKE TAKAMURA Passaporte: MT0412994, Processo: 46094042690201215 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAISUKE IMANISHI Passaporte: TG5865077, Processo: 46094041584201214 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estran-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

geiro: ROLF SCHIFFER Passaporte: C6YRT208N, Processo: 46094042687201200 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOSHIHIRO TERAO Passaporte: MS7858371, Processo: 46094042686201257 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUJI MATSUMOTO Passaporte: TH4554862, Processo: 46094041692201297 Empresa: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS OFFSHORE DE INSTALACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OLE MORTEN STENE JOERGENSEN Passaporte: 26232288, Processo: 46094041878201246 Empresa: ESTALEIRO PROMAR S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: UWE FRED LAUTENSACK Passaporte: 980903328, Processo: 46094041879201291 Empresa: ESTALEIRO PROMAR S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GUENTHER LANDVOGT Passaporte: 889105822, Processo: 46094041583201270 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DIETMAR HANS HEINRICH WEPNER Passaporte: C7838C8VG, Processo: 46094041582201225 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROLAND DIETER KNAPPERTZ Passaporte: C6YR5VJNL, Processo: 46094041685201295 Empresa: BJ SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Noel Basa Rellos Passaporte: EB3268479, Processo: 46094041684201241 Empresa: BJ SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Renato Aragona Perdigueros Passaporte: EB2298444, Processo: 46094042630201201 Empresa: SYNATEC BRASIL SISTEMA DE QUALIDADE E RASTREABILIDADE PARA INDUSTRIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EDUARDO MIGUEL DE OLIVEIRA RODRIGUES Passaporte: H321062, Processo: 46094042463201290 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JINLIANG CHEN Passaporte: G39023151, Processo: 46094043105201202 Empresa: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Oyvind Bjornsmoen Passaporte: 28718732, Processo: 46094042628201223 Empresa: SYNATEC BRASIL SISTEMA DE QUALIDADE E RASTREABILIDADE PARA INDUSTRIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREAS KANTHAK Passaporte: 609445172, Processo: 46094042629201278 Empresa: SYNATEC BRASIL SISTEMA DE QUALIDADE E RASTREABILIDADE PARA INDUSTRIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARCEL STAMM Passaporte: C9J6N6XWH, Processo: 46094042633201236 Empresa: HEMASI EQUIPAMENTOS E COMERCIO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEPHEN ANTHONY ANTOLICH Passaporte: 212131238, Processo: 46094041704201283 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOAKIM ALLAN MARTIN Passaporte: 81410845, Processo: 46094042372201254 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFAN SVEN ANDERS SLÄTTERYD Passaporte: 84440075, Processo: 46094041695201221 Empresa: ASSOCIACAO BRASILEIRA D' A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT TYLER PORTER Passaporte: 465446140, Processo: 46094041993201211 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HANS MAGNUS SVENSSON Passaporte: 83093475, Processo: 46094042698201281 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TIMOTHY JON STEWART JR Passaporte: 406733393, Processo: 46094042697201237 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RANDALL GORDON Passaporte: 210411748, Processo: 46094043007201267 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Leandro Gonzalo Langa Passaporte: AAA953709, Processo: 46094042702201210 Empresa: PRENSAS SCHULER S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WOLFGANG ERNST HOYLER Passaporte: C8C 7VW R17, Processo: 46094042700201212 Empresa: PRENSAS SCHULER S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TIMO REUPRICHT Passaporte: C8F2JOWFT, Processo: 46094041703201239 Empresa: EFACEC DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAVIER MUÑOZ RUIZ Passaporte: AAE706101, Processo: 46094042017201285 Empresa: SUZLON ENERGIA EOLICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ARAVIND CHAWALAR Passaporte: K7951281, Processo: 46094041978201272 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SCOTT ANTHONY ARCHER Passaporte: 460636212, Processo: 46094041981201296 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL LEECH Passaporte: 801403780, Processo: 46094042368201296 Empresa: SUMIDENSO DO BRASIL INDUSTRIAS ELETRICAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASANORI MATSUNAGA Passaporte: TK5231963, Processo: 46094042041201214 Empresa: GENERAL ELECTRIC ENERGY DO BRASIL - EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Barry Scott Hutchison Passaporte: 712088809, Processo: 46094042328201244 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MOISES CANTU Passaporte: 452576253, Processo: 46094042147201218 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AMANDA CASANOVAS SANCHEZ Passaporte: AAE455633, Processo: 46094042012201252 Empresa: METSO PAPER SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALBERTO ANTONIO BALLAGAS ECHENIQUE Passaporte: PW0890729, Processo: 46094042184201226 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW CHARLES PEARCE Passaporte: 099245423, Processo: 46094042037201256 Empresa: GENERAL ELECTRIC ENERGY DO BRASIL - EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Carlos Alberto Carvajal Arenas Passaporte: 421016532, Processo: 46094042144201284 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NICOLAS TOBON ROZO Passaporte: CC80819869, Processo: 46094042370201265 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RYAN DAVID GRIFFIN Passaporte: 096708971, Processo: 46094042449201296 Empresa: SADA BIO-ENERGIA E AGRICULTURA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JIANQIU CAO Passaporte: G24405827, Processo: 46094042451201265 Empresa: SADA BIO-ENERGIA E AGRICULTURA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GUANGDONG PAN Passaporte: G55920549, Processo: 46094042448201241 Empresa: SADA BIO-ENERGIA E AGRICULTURA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DILONG YANG Passaporte: G46214685, Processo: 46094042196201251 Empresa: MAXAM NITROVALE INDUSTRIA QUIMICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JEREMIAH KOBBINA AMOAKO Passaporte: G0001760, Processo: 46094042809201250 Empresa: TERRATEST BRASIL FUNDACOES ESPECIAIS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FELISBERTO HILARIO ALVES Passaporte: M337005, Processo: 46094042695201248 Empresa: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAE YOUNG SONG Passaporte: M40988263, Processo: 46094042360201220 Empresa: BRAUS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JIAWANG LIN Passaporte: G56725347, Processo: 46094042446201252 Empresa: VINICOLA MIOLO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GABRIEL PAIVA DE SOUSA FERREIRA Passaporte: H672288, Processo: 46094042539201287 Empresa: PADUA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID AHIJADO LOPEZ Passaporte: AAE246279, Processo: 46094042373201207 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MANS ERIK ANDERSSON Passaporte: 85157550, Processo: 46094042182201237 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PRAVIN SHANTARAM MAHAJAN Passaporte: F1665959, Processo: 46094042181201292 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GARRICK THOMAS MORENO Passaporte: 437719649, Processo: 46094042439201251 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NATHALIE BRIONES ANG Passaporte: EB2845729, Processo: 46094042194201261 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RETO KAUFMANN Passaporte: F2402494, Processo: 46094042866201239 Empresa: YKK DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NORIO NAKADA Passaporte: TG5972209, Processo: 46094042440201285 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KURT NEAL SINGLETON Passaporte: 458727002, Processo: 46094042163201219 Empresa: ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHUXIN MU Passaporte: G40517703, Processo: 46094042548201278 Empresa: SMITHS DETECTION BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALEKSEI ZINKOVSKII Passaporte: 710864083, Processo: 46094042161201211 Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASAHIKO NAKAMOTO Passaporte: TH0264686, Processo: 46094042160201277 Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RYOJI SEO Passaporte: TG7149191, Processo: 46094042538201232 Empresa: DSM MAQUINAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: XIANGZHU MENG Passaporte: G51351631, Processo: 46094042159201242 Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KOJI TOMEOKA Passaporte: TZ0544105, Processo: 46094042158201206 Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: IPPEI TAKANO Passaporte: TZ0796881, Processo: 46094042547201223 Empresa: SMITHS DETECTION BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BORIS KUPRIYANOV Passaporte: 703049932, Processo: 46094042594201277 Empresa: V. SHIPS BRASIL S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Woomin Jeong Passaporte: M21037733, Processo: 46094042545201234 Empresa: SMITHS DETECTION BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STANISLAV POLTAVETS Passaporte: 702625108, Processo: 46094042406201219 Empresa: 3M DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARIA NARCEDALIA ALFARO LAINEZ Passaporte: RE0239206, Processo: 46094042546201289 Empresa: SMITHS DETECTION BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VITALY ZAYTSEV Passaporte: 704491494, Processo: 46094042721201238 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ULF HASLUND SOERENSEN Passaporte: 206457624, Processo: 46094042531201211 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BRIAN CHRISTOPHER DEATON Passaporte: 422055626, Processo: 46094042277201251 Empresa: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DHRUVINKUMAR DEVENDRAKUMAR THAKKAR Passaporte: J5180922, Processo: 46094042276201214 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RUNE LANGLO PEDERSEN Passaporte: 25562573, Processo: 46094042782201203 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: QUINTON TERRELL CONVERSE Passaporte: 403783922, Processo: 46094042785201239 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PAUL JOHN CURLEY Passaporte: PA3509345, Processo: 46094043038201218 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MATTHEW LEONARD WESTON Passaporte: 456859064, Processo: 46094043052201211 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PHILIP JOHN MARSH Passaporte: 801120953, Processo: 46094043054201219 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARTYN JAMES RILEY Passaporte: 505180527, Processo: 46094043045201210 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID LAWRENSON Passaporte: 099209721, Processo: 46094043039201262 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER PAUL BRISCOE Passaporte: 094586716, Processo: 46094042492201251 Empresa: RESERVOIR GROUP DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JONATHAN MARTIN LOPEZ BARRERA Passaporte: 057853381, Processo: 46094042493201204 Empresa: RESERVOIR GROUP DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ÁNGEL ALFREDO PEREZ MARTINEZ Passaporte: 019030933, Processo: 46094042731201273 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DIRK KAUNITZ Passaporte: C3JGWLF81, Processo: 46094042729201202 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARKUS BARABAS Passaporte: C6MXY8CKH, Processo: 46094042763201279 Empresa: ARCADIS LOGOS S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Dennis Allen Wesselhoft Passaporte: 496909112, Processo: 46094042975201256 Empresa: INVENSYS SYSTEMS BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT TERENCE MC HUGH Passaporte: 497652465, Processo: 46094042696201292 Empresa: ABB LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALAIN BISSON Passaporte: WH535416, Processo: 46094042510201203 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JABAR ADAM WARSOL Passaporte: S 302332, Processo: 46094043226201246 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAN TOMMY DALEN Passaporte: 25692540, Processo: 46094042509201271 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ERLEND NOETTVEIT Passaporte: 28534280, Processo: 46094042511201240 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Sigmund Markhus Passaporte: 26887285, Processo: 46094042831201208 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT COLLINSON Passaporte: 720106054, Processo: 46094042825201242 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BRIAN PETERS Passaporte: 505213194, Processo: 46094042761201280 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SAMUEL CLIFFORD MC CASLIN Passaporte: 097511329, Processo: 46094042829201221 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JEFFREY ARMSTRONG Passaporte: 465132806, Processo: 46094042830201255 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER NICHOLSON Passaporte: 720106144, Processo: 46094042826201297 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAYMOND ANDRE OLSEN Passaporte: 25613995, Processo: 46094042834201233 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN MELBY BJOERN Passaporte: 25133635, Processo: 46094042883201276 Empresa: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VARUN GUPTA Passaporte: G1038158, Processo: 46094042795201274 Empresa: LAMIECCO PLASTICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HONG JIANG Passaporte: G44085891, Processo: 46094042796201219 Empresa: LAMIECCO PLASTICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FEILIN YU Passaporte: G31473270, Processo: 46094042846201268 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RICHARD BOWDEN SMITH JR Passaporte: 216927675, Processo: 46094042981201211 Empresa: GENERAL ELECTRIC ENERGY DO BRASIL - EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: David Douglas Walters Passaporte: 488781518, Processo: 46094043148201280 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAMANATHAN HARIHARAN Passaporte: Z1560139, Processo: 46094042988201225 Empresa: V & M DO BRASIL S. A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RANDALL JASON ELLINGTON Passaporte: 488934259, Processo: 46094043323201239 Empresa: UTE PORTO DO ITAQUI GERACAO DE ENERGIA S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARC-HENDRIK REGINALD HERFRID HARO PRABUCKI Passaporte: 504308098, Processo: 46094043321201240 Empresa: UTE PORTO DO ITAQUI GERACAO DE ENERGIA S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RICHARD BALLARD Passaporte: 105015780, Processo: 46094043303201268 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JOSÉ MARIA ROVIRA ESCOFET Passaporte: AAE282472, Processo: 46094043300201224 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MARC JOUFFROY Passaporte: 06AY72233, Processo: 46094043307201246 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MATHIEU GIRARD Passaporte: WM758710, Processo: 46094043306201200 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: RODRIGO MARTIN OYARZO CONTADOR Passaporte: AAA381186, Processo: 46094043301201279 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALBERT ROVIRA BERTRAN Passaporte: AAG227581, Processo: 46094043302201213 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BENOIT L'HEUREUX Passaporte: QF182678, Processo: 46094043308201291 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BERNARD LEMAY Passaporte: WM644424, Processo: 46094043304201211 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CLAUDE RIOUX Passaporte: WA404438, Processo: 46094043305201257 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DAVID JOEL MARIE HAMON Passaporte: 05IH52192, Processo: 46094043298201293 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: FRANCOIS PHILIP MARTEL LEGER Passaporte: WF348236, Processo: 46094043297201249 Empresa: BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: GABRIEL DUGAS DALLAIRE Passaporte: WM639949, Processo: 46094043299201238 Empresa:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BRASIL LUZ EVENTOS LTDA. EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDRE OLIVIER BATTINGER Passaporte: 05AR84313, Processo: 46212014646201221 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: Yoshinobu Oba Passaporte: TH2838853, Processo: 46212014648201211 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: Shimpei Tamura Passaporte: TH7378198.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094039493201219 Empresa: FRAZAO ASSISTENCIA CONTABIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: FELIX NAGORSKY Passaporte: 9999213, Processo: 46094044335201281 Empresa: ASSOCIACAO PRO-DANCA Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: Marco Goecke Passaporte: C86HT245C, Processo: 46094045668201227 Empresa: UP IN THE AIR PRODUCOES ARTISTICAS - EIRELI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WILLIAM SAMUELE SERAFINO NARAINE Passaporte: 761207743, Processo: 46094042759201219 Empresa: TWR GRAVADORA, EDITORA E PROMOTORA DE EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ISAAC MAHMOOD NOELL Passaporte: AAD317752, Processo: 46094042760201235 Empresa: TWR GRAVADORA, EDITORA E PROMOTORA DE EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL PERACAULA NOGUER Passaporte: BD754240, Processo: 46094042773201212 Empresa: TWR GRAVADORA, EDITORA E PROMOTORA DE EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: STEFAAN VANDENBERGHE Passaporte: EI632162, Processo: 46094044380201235 Empresa: CWB BRASIL - EVENTOS, PUBLICIDADE, PROMOCOES E PARTICIPACOES LTDA. - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: GRANT NELSON Passaporte: 099162763, Processo: 46094044334201236 Empresa: ASSOCIACAO PRO-DANCA Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: Thomas Klein Passaporte: C4WF5WHT9, Processo: 46094045288201292 Empresa: AV GRUPO TEATRAL LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JESUS FERNANDO GASCON CALVO Passaporte: AAF788631 Estrangeiro: MARIA NUÑEZ GARCIA Passaporte: AAF788630, Processo: 46094044378201266 Empresa: THIAGO GUIMARAES TONIATTI Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: RENÉ KRISTENSEN Passaporte: 200361428, Processo: 46094044420201249 Empresa: CLASH CLUB EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JORAM METEKOHY Passaporte: NPP5L4P11 Estrangeiro: RUTGER ARNOUD SCHARLOO Passaporte: NWP56KBL5 Estrangeiro: WILLEM JAN VAN SOOMEREN Passaporte: NP72FP4B8 Estrangeiro: WILLEM REBERGEN Passaporte: NM7021JJ1, Processo: 46094044379201219 Empresa: THIAGO ESTEVAO REIS Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL HENRI VALERY MOUGEOT-CALFAN Passaporte: 09PD85745, Processo: 46094044701201200 Empresa: PAULO FERRAZ PIRES NETO Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHI-THIEN NGUYEN Passaporte: BA664368 Estrangeiro: JOHN BENJAMIN MUDER Passaporte: 130134925, Processo: 46094044698201216 Empresa: GABRIELA LIMA GASPAR Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DALEY ADAM PADLEY Passaporte: 111329683, Processo: 46094044284201297 Empresa: ENTOURAGE PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Thomas James Mathers Passaporte: BA781427, Processo: 46094044699201261 Empresa: MARC EVENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHE JEAN PIERRE LE FRIANT Passaporte: 11CV45831, Processo: 46094045289201237 Empresa: FRANCISCO DOS SANTOS BORTOLOSSI - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHAHRAM KHOSOSI NIKJEH Passaporte: C73JFRPKR, Processo: 46094044700201257 Empresa: CLUB ON SOUTH AMERICA EVENTOS LTDA. - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: WALTER ALEXANDER SCHWARZ Passaporte: C3JJG0031, Processo: 46094044550201281 Empresa: TWR GRAVADORA, EDITORA E PROMOTORA DE EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY PAUL MANISCALCO Passaporte: M2217921, Processo: 46094045694201255 Empresa: ENTOURAGE PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DIMITRIOS ANASTASIOS THIVAIOS Passaporte: EJ166722 Estrangeiro: MICHAEL KARL THIVAIOS Passaporte: EJ166730 Estrangeiro: RUBEN MAZAHARUDDIN KHAZA Passaporte: EJ474719 Estrangeiro: STEVEN GUAQUIN BRAET Passaporte: EJ410896, Processo: 46094045727201267 Empresa: PARTY PEOPLE ENTRETENIMENTO CONSULTORIA EMPRESARIAL E EVENTOS LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BRANDON PETER GLOVA Passaporte: 453589620; Estrangeiro: BRUCE GIBSON ANDREWS Passaporte: 104898082 Estrangeiro: CAMERON JIBRIL THOMAZ Passaporte: 438478938 Estrangeiro: ERIC TYRONE GREENE JR Passaporte: 488698483 Estrangeiro: EUGENE ROBERTS JR Passaporte: 422078367 Estrangeiro: EUGENE ROBERTS JR Passaporte: 422078367; Estrangeiro: JAMES ANTHONY COLE Passaporte: 495571925 Estrangeiro: JASON ALEXANDER BULLOCK Passaporte: 028320787 Estrangeiro: JULIAN JAMAR WIMBUSH Passaporte: 491955818 Estrangeiro: KENNETH JOSEPH MARTIN Passaporte: 436360564 Estrangeiro: KENNETH OLIVER WRIGHT Passaporte: 113043486 Estrangeiro: KEVIN LEE WOODS Passaporte: 479527220 Estrangeiro: KEVIN MICHAEL SMITH Passaporte: 462757954 Estrangeiro: LEONARD ANTHONY MILLER Passaporte: 477654315 Estrangeiro: LONNIE CHRISTIAN HOWARD Passaporte: 487847625 Estrangeiro: MARK BRENNAN HOLLOWAY Passaporte: 427363659 Estrangeiro: MUHAMMAD ABDULHAFITH Passaporte: 480845293 Estrangeiro: RAYMOND TALIAFERRO HARRIS Passaporte: 402145986 Estrangeiro: SCOTT WESLEY WOODS Passaporte: 477564013 Estrangeiro: WILLIAM GERARD DZOMBAK Passaporte: 421381829.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094036582201211 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROGER WILLIAM DOAME Passaporte: 488915478, Processo: 46094036581201269 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: até 31/10/2014 Estrangeiro: CHRISTOPHER JAMES RODRIGUEZ Passaporte: 444326569, Processo: 46094033912201217 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 30/05/2013 Estrangeiro: ALEXANDER RONALD DUNBAR Passaporte: 099087898 Estrangeiro: MICHAEL JOHN FLETCHER Passaporte: 099181744, Processo: 46094037568201227 Empresa: SOLSTAD OFFSHORE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAN OLE SORENSEN Passaporte: 27666858 Estrangeiro: KNUT EVEN SAUE Passaporte: 28119162, Processo: 46094037569201271 Empresa: SOLSTAD OFFSHORE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HANS MIKAEL MALMQVIST Passaporte: 82979541 Estrangeiro: THOR ARNE BENJAMINSEN Passaporte: 26138068, Processo: 46094037938201226 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: TOR KRABBE KNUDSEN Passaporte: 27618417, Processo: 46094038219201222 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 15/07/2014 Estrangeiro: ROMEO BARAKA Passaporte: 072630888, Processo: 46094039836201245 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERNESTO NUQUE SY Passaporte: XX5436480 Estrangeiro: TEJEDO CORTEZ SAN JUAN Passaporte: EB0714921, Processo: 46094040458201242 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SZYMON MICHAL URBANOWICZ Passaporte: AL2820467, Processo: 46094040870201262 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jose Leo Cabangal Encargues Passaporte: XX4412514, Processo: 46094040308201239 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW DAVID HOPKINS Passaporte: 111830855 Estrangeiro: ARTEM BURZHAKOVSKYY Passaporte: ET668550 Estrangeiro: CARLOS JUNCAL LORENZO Passaporte: BF280994 Estrangeiro: CHRISTOPHER ROSCOW OPENSHAW Passaporte: 505769685 Estrangeiro: GARY BARTLETT Passaporte: BA693524 Estrangeiro: GERARD VINCENT PIERRE DUBREIL Passaporte: 11AF56767 Estrangeiro: IAN HEDDLE Passaporte: 099195007 Estrangeiro: JERRY GLEN GILCREASE Passaporte: 493892684 Estrangeiro: JOHN MACKAY Passaporte: 720114319 Estrangeiro: KEVIN JAMES WILKINSON Passaporte: 099232285 Estrangeiro: LEE BAXTER Passaporte: 720003506 Estrangeiro: MARTYN CHRISTOPHER BROWN Passaporte: 511086221 Estrangeiro: MICHAEL GLYN HUGHES Passaporte: 209862817 Estrangeiro: NIGEL BLOOR Passaporte: 505479252 Estrangeiro: PABLO JUNCAL LORENZO Passaporte: AAE847974 Estrangeiro: SCOTT COLIN FISHER Passaporte: 108122233, Processo: 46094041165201282 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GEORGIOS KATSENOS Passaporte: AK0439822, Processo: 46094041385201214 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VOLODYMYR KUZNETSOV Passaporte: EH989252, Processo: 46094041740201247 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 19/07/2014 Estrangeiro: DOMINIK MACIEJ MAJ Passaporte: AT9957799, Processo: 46094042378201221 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS HOWAT ROONEY Passaporte: 093175527, Processo: 46094041868201219 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 24/09/2013 Estrangeiro: JORGE HORACIO RAMIREZ BASURTO Passaporte: 06160033484, Processo: 46094042209201291 Empresa: SBM JUBARTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 16/12/2013 Estrangeiro: VICTOR BOGDANET Passaporte: 050673630, Processo: 46094042204201269 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AHMED ESSAM ALY MOUSTAFA ELNAGGAR Passaporte: A 05432478 Estrangeiro: AHMED MOHAMED ABD ALLA MERSAL Passaporte: 2129388 Estrangeiro: MARZOUK WAHID ALY ABDELMOATY Passaporte: A 06909590 Estrangeiro: MOHAMED YOUSSEF AHMED ABDELHALIM HASSAN Passaporte: A06308391 Estrangeiro: RAMY MOHAMED KHALIL IBRAHIM GOMAA Passaporte: A 05125774 Estrangeiro: WALID SALAHELDIN MOHAMED AHMED Passaporte: A 03118408, Processo: 46094042072201275 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SALVATORE DONNARUMMA Passaporte: AA0659729, Processo: 46094042207201201 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ABD ALLA ABD ELHAMID MAHMOUD ISMAIL Passaporte: 3101081 Estrangeiro: ESLAM MOHAMED KAMEL ABDELSAMAD ALAM Passaporte: A02290571 Estrangeiro: MAGDY MAHMOUD AHMED ELSAYED Passaporte: A03543020 Estrangeiro: MOHAMED MAHMOUD AHMED ABDELAAL ABDOU Passaporte: A07328701 Estrangeiro: SAMEH ABOUZAID MASOUD EL BARDISY Passaporte: 1198047, Processo: 46094042082201219 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 15/07/2013 Estrangeiro: JONATHAN DIJAN HOSEÑA Passaporte: EB1829584, Processo: 46094041621201294 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EMMANOUIL LAMPRINAKIS Passaporte: AH2756127, Processo: 46094041932201253 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MILTIADIS GALANOS Passaporte: AI1411274, Processo: 46094042086201299 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 01/02/2014 Estrangeiro: NICK NICOLAAS PETRUS VAN DER OORD Passaporte: NSKDK51P3, Processo: 46094041680201262 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DESLEY OVERTON JAMES Passaporte: T1075298 Estrangeiro: VYACHESLAV ZOLOTYKH Passaporte: EK962669, Processo: 46094041938201221 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/11/2014 Estrangeiro: IOANNIS LAMPRINOUDIS Passaporte: AH3736623, Processo: 46094042089201222 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SIMON DANHOLT HANSEN Passaporte: 200445407, Processo: 46094042080201211 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NIKOLAY PLAMENOV NAKOV Passaporte: 380512056, Processo: 46094042090201257 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 22/11/2014 Estrangeiro: KARSTEN LUNDSGAARD HAEGG Passaporte: 102478119, Processo: 46094042078201242 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDUARDO RAMOS DALIDA Passaporte: EB1672884 Estrangeiro: NIKOLAY VASILEV FILIPOV Passaporte: 366319621 Estrangeiro: VASIL PETROV KOLEV Passaporte: 366314076 Estrangeiro: VICTOR CASICAS CANLAS Passaporte: XX3073875, Processo: 46094042091201200 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SEAN HARRY MOLLOY Passaporte: 099262400, Processo: 46094042079201297 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AVELARDO NARZABAL ASERON Passaporte: EB3220434 Estrangeiro: BJARTE MAGNE SLETTEVOLL Passaporte: 26312246 Estrangeiro: BORISLAV ZHELYAZKOV BORISOV Passaporte: 368939702 Estrangeiro: DAVID SECHNIASVILI Passaporte: 22344757 Estrangeiro: EVGENIY VLADIMIROV MARINOV Passaporte: 367861460 Estrangeiro: IVAYLO GEORGIEV GEORGIEV Passaporte: 360812053 Estrangeiro: LINAS NIUNEVA Passaporte: 23159134 Estrangeiro: MARCELINO CATAPANG MATIENZO Passaporte: XX5286342 Estrangeiro: PACIFICO JR ESTAMPADOR VILLARANTE Passaporte: XX4407118, Processo: 46094042073201210 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHAJIKUMAR CHINDAN Passaporte: K6529712, Processo: 46094042074201264 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMAR CHAND CHOUDHARY Passaporte: F0342227 Estrangeiro: ANIL KUMAR SINGH Passaporte: F7592855 Estrangeiro: ANWAR SHARFUDDIN KAZI Passaporte: F5085292 Estrangeiro: MELROY SAVIO PEREIRA Passaporte: Z2193517, Processo: 46094042140201204 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER BRIAN HOPE Passaporte: BA418448, Processo: 46094041944201288 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/09/2013 Estrangeiro: ARISTEIDIS SOURIS Passaporte: AI0977474, Processo: 46094042667201221 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: IAN WICKS Passaporte: 099068584, Processo: 46094042135201293 Empresa: TEEKAY PETROJARL PRODUCAO PETROLIFERA DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BARRY WADE KOZMINSKI Passaporte: QA897931, Processo: 46094041976201283 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDRE JAMES BURLEY Passaporte: 513110702 Estrangeiro: ANDREW THOMAS PINCHES Passaporte: 099199500 Estrangeiro: BELARMINO GONZALEZ MIRANDA Passaporte: AAA432945 Estrangeiro: DAVID BRIAN BALL Passaporte: 099068704 Estrangeiro: FABRIZIO FILIPPO SUCAMELI Passaporte: Y435866 Estrangeiro: MARK ANTHONY NANKIVELL Passaporte: 099243549 Estrangeiro: MATTHEW ALEXANDER YOUNG Passaporte: 505203232 Estrangeiro: SARA MARGARET MCQUILLAN Passaporte: 652876948 Estrangeiro: STUART ANTHONY DUFFY Passaporte: 800361292, Processo: 46094041988201216 Empresa: EXPRO DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 01/04/2013 Estrangeiro: ARTHUR WHYTE Passaporte: 099056636, Processo: 46094041985201274 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: até 13/10/2014 Estrangeiro: JOERN VALDE FAGERVOLL Passaporte: 26194489, Processo: 46094041982201231 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/07/2013 Estrangeiro: LEO ARCHIE CHUA ARCUINO Passaporte: EB1828693, Processo: 46094042353201228 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KRASIMIR LYUBOMIROV BAHAROV Passaporte: 380812984, Processo: 46094042488201293 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 24/09/2013 Estrangeiro: PAUL HARRIS Passaporte: 504653521, Processo: 46094041983201285 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID BIDERMAN Passaporte: PB0364802 Estrangeiro: DAVIDE BIGNONE CESTINO Passaporte: YA1367947, Processo: 46094042487201249 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT BERGE Passaporte: 26996011, Processo: 46094042584201231 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Michael van der Beek Passaporte: NR7RHB0P5, Processo: 46094042489201238 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 24/09/2013 Estrangeiro: ALISTAIR WILLIAM BURNETT Passaporte: 403032175 Estrangeiro: JAMES THOMAS CAMERON Passaporte: 461122147 Estrangeiro: MICHAEL BUYERS Passaporte: 506805171 Estrangeiro: PETER MILLIGAN MCLEAN Passaporte: 510695700 Estrangeiro: ROBERT MITCHELL INNES Passaporte: 505763319 Estrangeiro: STEVEN JAMES MACKAY Passaporte: 507599401, Processo: 46094042484201213 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SIWACH BANI SINGH Passaporte: F1546064, Processo: 46094042485201250 Empresa: LAURITZEN OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RODELIO VILLANUEVA PATCO Passaporte: EB1533059, Processo: 46094042424201292 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: GARVIN WAN Passaporte: K 24163376, Processo: 46094042755201222 Empresa: OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012121400150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ano(s) Estrangeiro: SERUVALINGAM SELVAM Passaporte: E2972427H, Processo: 46094042656201241 Empresa: EMGS SERVICOS GEOLOGICOS ELETROMAGNETICOS DO BRASIL LTDA Prazo: até 01/08/2013 Estrangeiro: PHILLIP ALAN HOPE Passaporte: 093105322, Processo: 46094042653201215 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: URBAN MAGNUS AXEL ANKARHAKE Passaporte: 81057278, Processo: 46094042618201298 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OTTO JAN HODDEVIK Passaporte: 25031407, Processo: 46094042423201248 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: JAMES WALKER Passaporte: 401120696, Processo: 46094042593201222 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Walter Newton Passaporte: 506288093, Processo: 46094042309201218 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTONI KAROL SOBOLEWSKI Passaporte: AP 1306016 Estrangeiro: MICHAL TOMASZ DOMOZYCH Passaporte: AP 5491468, Processo: 46094042613201265 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Asterios Molochas Passaporte: AE7566359, Processo: 46094042586201221 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 09/04/2013 Estrangeiro: PRATHMESH MAHADEV JADHAV Passaporte: J7268867, Processo: 46094042758201266 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SPYRIDON ANTONOPOULOS Passaporte: AH4462383, Processo: 46094042615201254 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GERALD WILLIAM MCDERMOTT Passaporte: 509061449, Processo: 46094042612201211 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/10/2013 Estrangeiro: ADAMANTIOS ANDRIOTIS Passaporte: AI1960373, Processo: 46094042597201219 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/08/2014 Estrangeiro: FELIX DOGELIO LACRO Passaporte: EB1455473, Processo: 46094042606201263 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/11/2014 Estrangeiro: IOANNIS KORFIAS Passaporte: AI3860615, Processo: 46094042933201215 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/03/2014 Estrangeiro: Sabhrinathan Rangarajan Murugesan Passaporte: G5514237, Processo: 46094042598201255 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 28/10/2014 Estrangeiro: EMMANOUIL KOUROS Passaporte: AE8849444, Processo: 46094042609201205 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/11/2014 Estrangeiro: Oliver Casili Licong Passaporte: EB5848649, Processo: 46094042616201207 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELEFTHERIOS PARASKEVAS LIOTSOS Passaporte: AK0501976, Processo: 46094042412201268 Empresa: SIEM OFFSHORE DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SINDRE LASSESEN Passaporte: 26596821, Processo: 46094042610201221 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MEL IAN APOLLO LAGAPA MELO Passaporte: EB3869539 Estrangeiro: RODOLFO ESTAYA ROMOBIO Passaporte: EB3216963, Processo: 46094042608201252 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/11/2014 Estrangeiro: ROBERT MCCLELLAND Passaporte: 464609738, Processo: 46094042614201218 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Georgios Koulianos Passaporte: AI2284067, Processo: 46094042592201288 Empresa: OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MOHAMAD FAJAR Passaporte: A3618593, Processo: 46094042600201296 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/11/2014 Estrangeiro: MANDY AGUILAR MEMBRERE Passaporte: EB5657409, Processo: 46094042599201208 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DARIO BRAGAIS BATIANCELA Passaporte: EB4487499, Processo: 46094042413201211 Empresa: FARSTAD SHIPPING S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Steinar Bolli Passaporte: 25021703, Processo: 46094042607201216 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/11/2014 Estrangeiro: STERGOS KOMPOS Passaporte: AH2637489, Processo: 46094042587201275 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 09/04/2013 Estrangeiro: Chandra Sekhar Guddati Passaporte: F1203412, Processo: 46094042935201212 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARNOLD CARRERA BUNAGAN Passaporte: XX4297074 Estrangeiro: LEVIE BITANCOR NALUGON Passaporte: EB6491064, Processo: 46094042305201230 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: até 08/07/2014 Estrangeiro: GERARDY CANTUTA ARUNI Passaporte: 2294594, Processo: 46094043029201227 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: até 18/06/2013 Estrangeiro: GUILLAUME GOUTEL Passaporte: 10CZ48117, Processo: 46094043028201282 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: até 04/09/2014 Estrangeiro: JENIFER GERAULD JOSEPH Passaporte: 09PI15837 Estrangeiro: RONAN RICHARD Passaporte: 10CX32735, Processo: 46094042611201276 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/03/2013 Estrangeiro: Rene Boy Pagobo Arbasa Passaporte: EB2690471, Processo: 46094043347201298 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Adrian Niewinski Passaporte: EE1443952, Processo: 46094042724201271 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 24/09/2013 Estrangeiro: FLORIAN REMI PERCEVAL GENDEY Passaporte: 08CX57026 Estrangeiro: MARK RICHARD DONAGHY Passaporte: 800557092, Processo: 46094042756201277 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ABRAHAM ALOG TAMAYO Passaporte: EB3801430, Processo: 46094042665201231 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MELVIN PASCUA PASCUA Passaporte: XX3867226, Processo: 46094042753201233 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN ROENDE ANTHONSEN Passaporte: 102173331, Processo: 46094042666201286 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 18/08/2013 Estrangeiro: ANTON SALAMATIN Passaporte: EC697640, Processo: 46094042508201226 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD HANSEN Passaporte: 27864561, Processo: 46094042507201281 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUDY JR MIRABITE MACINAS Passaporte: EB6507131, Processo: 46094042506201237 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RETO TROENDLE Passaporte: X2989074 Estrangeiro: SEBASTIAN TOMASZ JEDRASIK Passaporte: ED9962577, Processo: 46094042928201211 Empresa: PANCOAST NAVEGACAO LTDA Prazo: até 08/06/2014 Estrangeiro: ALEKSANDR TARASENKO Passaporte: 64N°3077611 Estrangeiro: MIKHAIL KOCHERGIN Passaporte: 64N°4535784 Estrangeiro: NIKOLAY FILATOV Passaporte: 704049605 Estrangeiro: VASILII KOTENOK Passaporte: 64N°5039195, Processo: 46094042949201228 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/10/2013 Estrangeiro: KOSTYANTYN PANKOV Passaporte: EA450208, Processo: 46094043346201243 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHAWN MICHAEL CHEEK Passaporte: 048231895, Processo: 46094043174201216 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LEONCIO JR. VINOYA JOSE Passaporte: XX3347273, Processo: 46094043073201237 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 24/09/2013 Estrangeiro: FLORENTINO SAN BUENAVENTURA TORRES Passaporte: EA0040538, Processo: 46094042942201214 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIMITRIOS PODARAS Passaporte: AH3788499, Processo: 46094043071201248 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 30/05/2013 Estrangeiro: RUEL DIONISIO PAEZ Passaporte: XX5129195, Processo: 46094043170201220 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PRAVEEN KUMAR DASARI Passaporte: H5516749 Estrangeiro: SUMAN GHOSH Passaporte: H3664045, Processo: 46094042943201251 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRAHIM BEN LARBI Passaporte: P941192, Processo: 46094042791201296 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: até 31/01/2014 Estrangeiro: ANDREW CLARK MACGREGOR SMITH Passaporte: 080082849, Processo: 46094042944201203 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRYAN ROY UGALINO CABESUELA Passaporte: XX3858209 Estrangeiro: EDGAR ROEL DABLO TEDOY Passaporte: EB2441844, Processo: 46094042947201239 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/11/2014 Estrangeiro: DANIEL LUCIANO CHARLETTE Passaporte: N0045626, Processo: 46094042746201231 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/11/2014 Estrangeiro: ANTONEL COMINOS Passaporte: 050433530, Processo: 46094042936201259 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NIÑO ALVIN BALINGIT ALVIAR Passaporte: XX4801929, Processo: 46094042946201294 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD JAMES GOODMAN Passaporte: 209528076, Processo: 46094042870201205 Empresa: FARSTAD SHIPPING S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAULO GAMBOA LOPES Passaporte: M193359, Processo: 46094042869201272 Empresa: FARSTAD SHIPPING S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS MANUEL RE FERREIRA CORREIA Passaporte: M094002, Processo: 46094043180201265 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 01/12/2014 Estrangeiro: ELMER SOL MENORCA Passaporte: XX4053575 Estrangeiro: RONELLO ABADIES RAGA Passaporte: EB0887029, Processo: 46094043166201261 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/06/2013 Estrangeiro: SERGEJS KVASA Passaporte: LZ2153523, Processo: 46094043165201217 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MOHD FAIZ BIN MD SARDI Passaporte: A24561977, Processo: 46094043030201251 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 20/06/2013 Estrangeiro: YURIY KOTULYA Passaporte: PO317724, Processo: 46094043177201241 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAREN R GUERRERO Passaporte: 134775972, Processo: 46094043184201243 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DON RUSSELL WHITTEN Passaporte: 420452207, Processo: 46094043183201207 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT NORMAN BLANK Passaporte: 135136944, Processo: 46094043144201200 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: até 13/09/2014 Estrangeiro: OLE KARSTEN DROENEN Passaporte: 28232852, Processo: 46094043349201287 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IEVGEN MOROZ Passaporte: EE732816, Processo: 46094043179201231 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 09/04/2013 Estrangeiro: VILAS VISHWANATH BODKE Passaporte: F9420986, Processo: 46094043178201296 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 09/04/2013 Estrangeiro: SUVESH KAUSHIK Passaporte: E5101360, Processo: 46094043171201274 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/11/2014 Estrangeiro: ANDREW DAVID LOWREY Passaporte: 761294079, Processo: 46094043173201263 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 11/12/2014 Estrangeiro: ROMAN OSWIECINSKI Passaporte: EB0808065, Processo: 46094043175201252 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/11/2014 Estrangeiro: ARUL SAKAYARAJ Passaporte: E7854101, Processo: 46094043172201219 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/10/2014 Estrangeiro: DANNY PIDLAOAN BATAAN Passaporte: XX3689809, Processo: 46094043348201232 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAN MARIA THEEUWES Passaporte: EI750201, Processo: 46094043168201251 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 30/04/2013 Estrangeiro: BALTAZAR CASTRO MALUYA Passaporte: EB6229181, Processo: 46094043518201289 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRIAN MATTHEW ROBINETT Passaporte: 488976654 Estrangeiro: WAYLAND BUGG Passaporte: 495247385, Processo: 46094043167201214 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ABHAY NATH CHAUHAN Passaporte: G0341010, Processo: 46094043169201203 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOMASZ SULKOWSKI Passaporte: EC2054410, Processo: 46094043345201207 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES NEIL HACKER Passaporte: 469807037 Estrangeiro: KRISTOPHER HERBERT WOOD Passaporte: 446759091, Processo: 46094043350201210 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/09/2013 Estrangeiro: ANASTASIOS KYPRIOTAKIS Passaporte: AI0571016, Processo: 46094043354201290 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/09/2013 Estrangeiro: APOSTOLOS TRAKALAS Passaporte: AH3671724, Processo: 46094043351201256 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SUNIL INDRAJIT SHARMA Passaporte: Z1813018, Processo: 46094043352201209 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BARTOSZ JERZY KOCUR Passaporte: AK4145332, Processo: 46094043353201245 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Evangelos Prokopos Passaporte: AK0636427, Processo: 46094043341201211 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SONNY TROY DACUMOS GALVEY Passaporte: EB4622993, Processo: 46094043519201223 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VIJAY GOVIND MULIK Passaporte: G3341801, Processo: 46094043541201273 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ACHIM KARLHEINZ KOEHLER Passaporte: 917211983 Estrangeiro: CHRISTIAN MICHAEL SCHEIPNER Passaporte: CG0J0V60Y Estrangeiro: KARL STUART WILLIAMS Passaporte: 099087740, Processo: 46094043536201261 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOS SETTAS Passaporte: AH3992754, Processo: 46094043542201218 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER ANTHONY BLACK Passaporte: A2786289, Processo: 46094043544201215 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/11/2014 Estrangeiro: ROBERT CARIÑO CARIÑO Passaporte: EB4139138, Processo: 46094043537201213 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/10/2013 Estrangeiro: ROMARICO MARTINEZ SALAPUNEN Passaporte: EB3330253, Processo: 46094043538201250 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/09/2013 Estrangeiro: GIGEL COSTACHE Passaporte: 11024038, Processo: 46094043540201229 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IVAN ORNEDO AGUILAR Passaporte: EB3962284, Processo: 46094043539201202 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 28/10/2014 Estrangeiro: APOSTOLOS STYLIANOS KOULOURIS Passaporte: AK0556057, Processo: 46094043533201227 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/11/2014 Estrangeiro: MAGNUS JOSEPH KWASI BOATENG Passaporte: 505400926, Processo: 46094043529201269 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/06/2013 Estrangeiro: ALEKSANDRS NIKITINS Passaporte: LM0543339 Estrangeiro: ALEKSANDRS SURMENKO Passaporte: LZ3166502, Processo: 46094043535201216 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2014 Estrangeiro: KENT STENMAN PAULSEN Passaporte: 206003221, Processo: 46094043530201293 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 12/09/2014 Estrangeiro: ENRICO SANTOS DIÑO Passaporte: XX3800527, Processo: 46094043531201238 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELIZAR BAOY VIOLON Passaporte: XX5615636 Estrangeiro: PIOTR ANDRZEJ JANIAK Passaporte: EA8347257, Processo: 46094043532201282 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/10/2014 Estrangeiro: JUNRIE BERNASOL FELIAS Passaporte: EB3604057, Processo: 46094043543201262 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/11/2014 Estrangeiro: VINOTH YOGESWARARAJAH Passaporte: N1883763, Processo: 46094043534201271 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/10/2013 Estrangeiro: VIOREL COROAMA Passaporte: 14857203, Processo: 46094043528201214 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: até 26/04/2014 Estrangeiro: PETER MOUMENY TOMDIO Passaporte: 481573739.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 46094036009201208 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GREGORY JOHN MITCHELL Passaporte: 208849858, Processo: 46094040294201253 Empresa: HAMON DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YANNICK HAROLD ADELAIDE Passaporte: 07CK36703.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Permanente - Sem Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 47758000122201259 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Maria Rosaria BarbatO Passaporte: AA2309013.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 46094042984201247 Empresa: FL LOGISTICA BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS GERARDO BENAVIDES GARZA Passaporte: G05845355, Processo: 46094043829201248 Empresa: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO DIEGO GARCIA BONINI Passaporte: 18182949N, Processo: 46094043293201261 Empresa: HALDOR TOPSOE CATALISADORES E TECNOLOGIAS DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FREDERYK SOBY Passaporte: 206085181, Processo: 46094041714201219 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: NORMAN BINDE Passaporte: C8RZ2MFY7, Processo: 46880000178201235 Empresa: DIEDE PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DANIEL AURELIO VALENZUELA FERNANDEZ Passaporte: BF035098, Processo: 46094037851201259 Empresa: EMIRAIS DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EMILIA ROSALIA LEITE DE MORAIS Passaporte: D0011444, Processo: 46094039534201277 Empresa: ESTALEIRO ENSEADA DO PARAGUACU S.A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YASUHIRO KOJIMA Passaporte: TH3418758, Processo: 46094041891201203 Empresa: SHUTTLE INTERNATIONAL BRAZIL INFORMATICA LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: YENNY KO Passaporte: 436391622, Processo: 46094040313201241 Empresa: SKC RENTAL LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: CLAUDIO ANDRÉS LLANTÉN CARVALÁN Passaporte: 14.325.608-1, Processo: 46094043112201204 Empresa: SEATRONICS DO BRASIL EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FABIO D'AGOSTINO Passaporte: YA3711520, Processo: 46094044239201232 Empresa: BIG DRUM LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ADELA TORRES ESPAÑOL Passaporte: AAF666990, Processo: 46094041273201255 Empresa: ASICS BRASIL DISTRIBUICAO E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MASATAKA SURUGA Passaporte: TK7962878, Processo: 46094041544201272 Empresa: COEXPAN BRASIL EMBALAGENS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS JAVIER ORTEGA RAMOS Passaporte: AAG131164, Processo: 46094042145201229 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LIBERATO MILO Passaporte: X1373576, Processo: 46094043026201293 Empresa: LUNA ABRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Daniel Jorge Duarte da Silva Vistas Passaporte: L921621, Processo: 46094042185201271 Empresa: ROCHE DIAGNOSTICA BRASIL LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: LILIANA MUNOZ Passaporte: 449909170, Processo: 46094042180201248 Empresa: PROMOFILM DO BRASIL LTDA - ME Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: LUIS MIGUEL TORRES FERNAMBUCO Passaporte: G881656, Processo: 46094042518201261 Empresa: CYBRA BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: HENRY ARTHUR JONES Passaporte: 480816218, Processo: 46094043836201240 Empresa: PROCABLE ENERGIA E TELECOMUNICACOES S/A. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: YOSHIMASA NISHINO Passaporte: TK 0.142.968, Processo: 46094042836201222 Empresa: DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: BENITO VARELA Passaporte: 488837630, Processo: 46094043839201283 Empresa: DONGYANG CONSTRUCTION DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DAECHAN NA Passaporte: M4 3.454.385, Processo: 46094043450201238 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TAKAAKI MASUDA Passaporte: TK7324876, Processo: 46094042843201224 Empresa: F&M EMPREENDIMENTOS AGROPECUARIOS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: MASSIMILIANO SECCO D'ARAGONA GNUTTI Passaporte: AA1224309, Processo: 46094043000201245 Empresa: YAMAHA MOTOR DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TOSHINARI MAEGAWA Passaporte: TH 5843264, Processo: 46094043740201281 Empresa: CANON INDUSTRIA DE MANAUS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SADAO HASHIGUCHI Passaporte: TH1661640, Processo: 46094042535201207 Empresa: NOVO NORDISK FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JULIE NANA WARAS BROGREN Passaporte: 204890250, Processo: 46094043444201281 Empresa: HONDA LOCK SAO PAULO INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TORU KAWANO Passaporte: TG6524768, Processo: 46094044199201229 Empresa: GEMALTO DO BRASIL CARTOES E TERMINAIS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ELIE AMAR Passaporte: 10CT50867, Processo: 46094042839201266 Empresa: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JONG KWAN KIM Passaporte: TM1011573, Processo: 46094042844201279 Empresa: TRACES BRASIL TECNOLOGIA EM CONSTRUCAO CIVIL LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: DAVID PADILLA MARTIN Passaporte: AA799793, Processo: 46094043022201213 Empresa: LIFAN DO BRASIL AUTOMOTORES LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JIAO XIE Passaporte: G33652352, Processo: 46094043019201291 Empresa: GATEWAY SECURITY LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE ANTONIO MARTINEZ ORTUÑO Passaporte: AC720221, Processo: 46094043261201265 Empresa: HP BRAZIL HOTEL PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: MARCO RAMIRO CARDOSO DO AMARAL Passaporte: M124717, Processo: 46094043258201241 Empresa: BRASAF, INCORPORADORA LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: PAULO MANUEL DOS SANTOS FREIRE Passaporte: G703658, Processo: 46094044202201212 Empresa: SAMSUNG SDS LATIN AMERICA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: KWANGSUNG JI Passaporte: M87202510, Processo: 46217008525201209 Empresa: SAVIM BRASIL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAOLO TRICHES Passaporte: YA3574787, Processo: 46094044198201284 Empresa: SAMSUNG SDS LATIN AMERICA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JAENAM GOH Passaporte: M04774351, Processo: 46094043384201204 Empresa: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: VINCENT MARIE MICHEL DEVAUX Passaporte: 04FF16075, Processo: 46217008526201245 Empresa: SAVIM BRASIL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Michele Savasta Passaporte: YA0380869, Processo: 46094043413201220 Empresa: SCI RIO CLARO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JALIL AMOR Passaporte: 12CL04952, Processo: 46094044123201201 Empresa: SIKA S A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: José Manuel da Costa Soares Passaporte: M299836, Processo: 46094043592201203 Empresa: RICE ELECTRONICS DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: David Paul Rice Passaporte: 458072461, Processo: 46094043702201229 Empresa: TP-LINK TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JINTIAN CHEN Passaporte: G37987681, Processo: 46094043844201296 Empresa: BANCO KDB DO BRASIL S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: SUN WOOK KIM Passaporte: M61820121.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 46094042503201201 Empresa: VENLEY STAR BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JULIO AMERICO SOUSA RENDEIRO Passaporte: J782783, Processo: 46094032839201258 Empresa: PROMOVALOR DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Luís Filipe Ferreira Vieira Passaporte: L169605, Processo: 46094040110201255 Empresa: EUROTRIALS BRASIL CONSULTORES CIENTIFICOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARIA INÊS ANTOLIN PEDROSO DA COSTA Passaporte: H466546, Processo: 46094027199201264 Empresa: EQUIGRU LOCACAO COMERCIO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Daniel da Costa Morais Passaporte: L772341, Processo: 46094032838201211 Empresa: PROMOVALOR DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Manuel Almerindo de Sousa Duarte Passaporte: L766530, Processo: 46094032840201282 Empresa: PROMOVALOR DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Tiago Miguel de Simões Costa Ferreira Vieira Passaporte: L301529, Processo: 46094032841201227 Empresa: PROMOVALOR DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: José Manuel Abreu Pereira Gouveia Passaporte: L653670, Processo: 46094038715201286 Empresa: BERTOLIN BRASIL INCORPORACAO LIMITADA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ILDEFONSO LOPEZ MARTINEZ Passaporte: AAD738124, Processo: 46094042801201293 Empresa: WEBEDIA INTERNET BRASIL S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CYRILLE PIERRE REBOUL Passaporte: 12CA54645, Processo: 46094042442201274 Empresa: GUERIN SYSTEMS DO BRASIL COMERCIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SYLVAIN THOMAS BELLAMY Passaporte: 12AL28152, Processo: 46094044233201265 Empresa: CHIORINO - COMERCIO, INDUSTRIA, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ESTEIRAS DE TRANSPORTES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LAURO BRASOLIN Passaporte: YA0116935, Processo: 46094041682201251 Empresa: WENGO PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GUIREC NOELLE JEAN-BAPTISTE COURBON Passaporte: 10CP24038, Processo: 46215030944201239 Empresa: SIGMA3 DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: FRANCOIS MARCEL JOSEPH LAFFERRIERE Passaporte: 12AA40921, Processo: 46094042982201258 Empresa: SEAGATE BRASIL REPRESENTACAO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: VIVIANO ORTIZ ALVAREZ Passaporte: 12831650568, Processo: 46094043970201241 Empresa: EDEGA AMERICA LATINA SERVICOS DE ADMINISTRACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ILÍDIO CÉSAR ALMEIDA HENRIQUES NEVES DA SILVA Passaporte: M342972, Processo: 46094043969201216 Empresa: EDEGA AMERICA LATINA SERVICOS DE ADMINISTRACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAULO JORGE FERREIRA DA SILVEIRA Passaporte: J742192.

Permanente - Sem Contrato - RN 74 - Resolução Normativa, de 09/02/2007 (Artigo 1°, Parágrafo 2°):

Processo: 46094043032201241 Empresa: AIR CHINA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TANG WENKAI Passaporte: PE0021399.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 46220003032201215 Empresa: CARIBE INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Natasha Simone Moreau Passaporte: BA002185, Processo: 46094028735201249 Empresa: NKD FABRICACAO, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO, SERVICOS DE MONTAGENS E REPARACAO DE CAIXAS PLASTICAS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JUNGHOON SONG Passaporte: M53389217, Processo: 46094038351201234 Empresa: JOHMAX ECOPESCA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GIOVANNI FRANCESCO SIGNORINI Passaporte: AA1546363, Processo: 46094034415201228 Empresa: GLOBAL INVESTIMENTOS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUÍS ANDRÉ NECO RODRIGUES Passaporte: L437758, Processo: 46094038449201291 Empresa: COMMEND COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LINGYU KONG Passaporte: G57768146, Processo: 46094039215201261 Empresa: ASTEROIDEA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SABRINA BEDESCHI Passaporte: AA3605122, Processo: 46094043898201251 Empresa: NAN HU BIJUTERIAS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: XIAOPING LI Passaporte: G31388294, Processo: 46094039206201271 Empresa: BDF CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BARBARA FONTANINI Passaporte: YA0155436, Processo: 46094039207201215 Empresa: BDF CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FLAVIO CIAMARONI Passaporte: D588938, Processo: 46094043080201239 Empresa: AGENCIA DE VIAGENS ILHOTA LTDA ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HERBERT PETER COLONIUS Passaporte: C8FR66T8Y, Processo: 46205019770201272 Empresa: M & M CRAVERO COMERCIO DE BIJUTERIAS E ACESSORIOS LTDA ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARCO CRAVERO Passaporte: D985292, Processo: 46094040705201219 Empresa: FRONGIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GIUSEPPINO FRONGIA Passaporte: E626007, Processo: 46094043219201244 Empresa: HOT AMERICA REPRESENTACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ZHIMIN TAN Passaporte: G44937749, Processo: 46094044782201230 Empresa: JARDIM DO ALCHYMIST RESTAURANTE LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FRANCO VENEZIANO Passaporte: Y332250, Processo: 46094039446201275 Empresa: MS & GP CONSULTORIA E GRAFICA LIMITADA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SARA MARIA PEETERS Passaporte: EJ078998, Processo: 46094040011201273 Empresa: TRAMEDIM IMOBILIARIA LIMITADA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Christophe Sabine Charles Bosiers Passaporte: EH626166, Processo: 46094040729201260 Empresa: MS & GP CONSULTORIA E GRAFICA LIMITADA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GUIDO DANIEL CLOTILDE PEETERS Passaporte: EJ423380, Processo: 46094041509201253 Empresa: FLUIDSERV DO BRASIL IMPORTACAO DE BOMBAS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PETER JOSEF VOLLMER Passaporte: C2Z9XGTG8, Processo: 46094043566201277 Empresa: LANCHONETE PEDACO DO CEU LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YINGJIAN CHEN Passaporte: G 32659108, Processo: 46094043886201227 Empresa: GPM EMPREENDIMENTOS TURISTICOS SA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PETER ZACH Passaporte: P5795725, Processo: 46094042200201281 Empresa: UNIAO PL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSEPH IBRAHIM Passaporte: N1133586, Processo: 46094043266201298 Empresa: GROTTO INFORMATICA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MOHAMAD SLEIMAN Passaporte: RL 2365760, Processo: 46094043005201278 Empresa: LANCHONETE E PASTELARIA ZHENG LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JINLING LIN Passaporte: G 57477102, Processo: 46094043255201216 Empresa: SPRAY - REVESTIMENTOS TECNICOS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SONIA CRISTINA MENDES GODINHO Passaporte: L344226, Processo: 46094043214201211 Empresa: CARAVELA CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RUI MANUEL ARCANJO MESTRE Passaporte: L938698, Processo: 46094043268201287 Empresa: SIXPLUS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: VITOR MANUEL RIBEIRO MARTINS Passaporte: J989961, Processo: 46094043269201221 Empresa: SIXPLUS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FERNANDO FERREIRA MARTINS Passaporte: G947147, Processo: 46094043267201232 Empresa: SIXPLUS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MODESTO NICHO SIMOES DAS NEVES Passaporte: M021069, Processo: 46215030526201241 Empresa: CONSTRUTORA PROANSA LTDA-ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANGEL JIMÉNEZ AVILÉS Passaporte: BF562422, Processo: 46094043591201251 Empresa: ATMOSFER TURISMO FEIRAS E EVENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Cemalettin Karadag Passaporte: J529734, Processo: 46094043398201210 Empresa: FLASHING COMERCIO DE PRESENTES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: XIAORONG LIU Passaporte: G 46025785, Processo: 46094043870201214 Empresa: TANAGRA BRASIL CONSTRUCOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EDUARDO FERNANDES MARTINS Passaporte: G968458, Processo: 46094043805201299 Empresa: EPIK ADMINISTRACAO DE BENS PROPRIOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: IAN ALEXANDER KNIGHT Passaporte: 437723514, Processo: 46094043918201294 Empresa: SAN ROMAN INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSE ANTONIO SAN ROMÁN HURTADO Passaporte: AD114778, Processo: 46094043804201244 Empresa: EPIK ADMINISTRACAO DE BENS PROPRIOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ERIC JOHN PORTER Passaporte: 136218905, Processo: 46094044783201284 Empresa: ATTILA POUSADA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GIANLUIGI CERRUTI Passaporte: AA5093110, Processo: 46094044784201229 Empresa: ATTILA POUSADA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SARA VERONICA MARZIANO Passaporte: AA5092186, Processo: 46094044971201211 Empresa: INVESTIMENTI GOLD EMPREEDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MATTEO GARBIN Passaporte: AA2413916, Processo: 46094044193201251 Empresa: XINSJI COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BAORONG LUO Passaporte: G53356422, Processo: 46094044192201215 Empresa: FOSHAN COMERCIO DE PRESENTES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: QINGHUA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

LU Passaporte: G41834202, Processo: 46094042950201252 Empresa: SOL E MAR HOTEL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MASSIMO VAGELLI Passaporte: YA1251597.

O Coordenador Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro NAOHIRO YONEZAWA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na MARITIMA SEGUROS SA Processo: 46094.042044/2012-58, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.030865/2011-61.

O Coordenador Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro NAOHIRO YONEZAWA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na MARITIMA SEGUROS SA Processo: 46094.042044/2012-58, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.030865/2011-61.

O Coordenador Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro EIRIK HANNEVIK TOERRESSEN a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na NORSKAN OFFSHORE LIMITADA processo: 46094.038510/2012-09, anteriormente autorizado através do Processo: 46000.003758/2010-81.

O Coordenador Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro RYOICHI YONEMURA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na JADANGIL PARTICIPACOES E REPRESENTACOES LTDA Processo: 46094.040396/2012-79, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.041629/2011-70.

O Coordenador Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro KIYOSHI IMAGAWA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na JADANGIL PARTICIPACOES E REPRESENTACOES LTDA Processo: 46094.040395/2012-24, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.041900/2011-77.

O Coordenador Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro EIRIK HANNEVIK TOERRESSEN a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na DOF NAVEGACAO LTDA Processo: 46094.038522/2012-25, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.003758/2010-81.

O Coordenador Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro HIROSHI OKAMOTO a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na JFE STEEL DO BRASIL LTDA. Processo: 46094.035544/2012-33, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.015545/2012-61.

O Coordenador Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro RYOICHI YONEMURA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na CERVEJARIA BADEN BADEN LTDA. Processo: 46094.040979/2012-08, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.041629/2011-70.

O Coordenador Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro KIYOSHI IMAGAWA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na BAR E RESTAURANTE DEVASSA LTDA. Processo: 46094.041622/2012-39, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.041900/2011-77.

O Coordenador Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro YOSHIAKI KAWAKAMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na SHOWA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA Processo: 46094.039938/2012-61, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.013806/2012-17.

O Coordenador Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro EIRIK HANNEVIK TOERRESSEN a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na DOFCON NAVEGACAO LTDA processo: 46094.038708/2012-84, anteriormente autorizado através do Processo: 46000.003758/2010-81

O Coordenador Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro JOÃO MIGUEL FRANCISCO DOMINGOS a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na SONANGOL SHIPPING REPRESENTACOES DO BRASIL LTDA. processo: 46094.037354/2012-51, anteriormente autorizado através do Processo: 46000.032620/2009-55.

O Coordenador Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro KIYOSHI IMAGAWA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na SCHINCARIOL LOGISTICA E DISTRIBUICAO LTDA. Processo: 46094.040256/2012-09, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.041900/2011-77.

O Coordenador Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro RYOICHI YONEMURA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na MS - MARKETING E SERVICOS DE FRANQUIA LTDA. Processo: 46094.040401/2012-43, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.041629/2011-70.

O Coordenador Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro MARTIN HUBER a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na NESTLE SUL - ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA Processo: 46094.040286/2012-15, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.025057/2011-81.

O Coordenador Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro RYOICHI YONEMURA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na SCHINCARIOL LOGISTICA E DISTRIBUICAO LTDA. Processo: 46094.040255/2012-56, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.041629/2011-70.

O Coordenador Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro DOMINIQUE EDMOND PIERRE SIGNORA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na ADMINISTRADORA DE CONSORCIO RENAULT DO BRASIL LTDA Processo: 46094.040540/2012-77, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.023042/2012-60.

O Coordenador Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro RYOICHI YONEMURA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na BAR E RESTAURANTE DEVASSA LTDA Processo: 46094.041623/2012-83, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.041629/2011-70.

O Coordenador Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro MICHELE ANNE MARIE COHONNER a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na FM LOGISTIC DO BRASIL SOLUCOES EM LOGISTICA SPE LTDA.

Processo: 46094.041379/2012-59, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.012801/2012-69.

O Coordenador Geral de Imigração-substituto, no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro JUAN CARLOS MARROQUIN CUESTA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na NESTLE SUL - ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA Processo: 46094.040283/2012-73, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.018123/2012-48.

ALDO CÂNDIDO COSTA FILHO

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

RESOLUÇÃO Nº 713, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova os Orçamentos Financeiro, Operacional e Econômico do FGTS, para o exercício de 2013, e o Orçamento Plurianual de Aplicação, para o período 2014/2016, e outras providências.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e com base no § 2º do art. 2º da Lei n° 8.844, de 20 de janeiro de 1994, e

Considerando as diretrizes para elaboração das propostas orçamentárias do FGTS constantes da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012;

Considerando as diretrizes e metas estabelecidas para execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, e do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), de que tratam a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e o Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, e

Considerando a necessidade de disponibilizar recursos financeiros à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para pagamento das despesas que vierem a ser incorridas com a realização de inscrição em Dívida Ativa, ajuizamento, controle e acompanhamento dos processos judiciais para cobrança dos créditos pertencentes ao FGTS, resolve:

Art. 1º Aprovar os Orçamentos Financeiro, Operacional e Econômico do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para o exercício de 2013, e o Orçamento Plurianual de Aplicação, para o período 2014/2016, na forma dos Anexos I, II, III, IV e V desta Resolução.

I - Serão alocados R$ 6.465.000.000,00 (seis bilhões, quatrocentos e sessenta e cinco milhões de reais) para fins de concessão de descontos nos financiamentos a pessoas físicas, dos quais serão destinados R$ 5.345.000.000,00 (cinco bilhões, trezentos e quarenta e cinco milhões de reais) para produção ou aquisição de imóveis novos, passíveis de enquadramento no Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), de que tratam a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e o Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011.

II - Serão alocados à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) recursos financeiros no valor de R$ 5.250.000,00 (cinco milhões, duzentos e cinquenta mil reais), para custeio das despesas com estagiários, diárias, passagens, ações de capacitação e despesas judiciais e extrajudiciais que vierem a ser incorridas no exercício de 2013 com a inscrição em Dívida Ativa e a cobrança judicial e extrajudicial dos créditos pertencentes ao FGTS.

Art. 2º Fixar, em 7,28% (sete inteiros e vinte e oito centésimos por cento ao ano), a Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), a ser utilizada para cumprimento do disposto no inciso II do art. 29 da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012.

Art. 3º Determinar que a PGFN apresente a este Conselho, até 31 de julho de 2013, relatório das atividades inerentes à inscrição em Dívida Ativa e à cobrança judicial e extrajudicial dos créditos do FGTS e dos valores até então utilizados, de forma a subsidiar a destinação de recursos financeiros para 2014.

Art. 4º Determinar que a PGFN apresente a este Conselho, na primeira reunião ordinária de 2014, demonstrativo da aplicação dos recursos de que trata o inciso II do art. 1º desta Resolução, acompanhado de análise do Agente Operador.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO DE SOUZA EMEDIATO
Presidente do Conselho
Em exercício

ANEXO I

ORÇAMENTO FINANCEIRO (fls.01/02)
EXERCÍCIO 2013
(Valores em R$ mil)

	DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
A -	Saldo Disponibilidades	106.816.004	106.938.031	105.672.818	103.273.877	101.359.809	100.242.494
A.1	Fundo de Liquidez	17.291.173	17.974.877	18.041.472	16.980.783	18.149.911	18.032.386
1.	Arrecadação Contribuições	8.764.106	6.890.898	6.982.161	6.887.005	7.085.589	6.365.154
1.1	Arrecadação Bruta	8.676.465	6.821.989	6.912.339	6.818.135	7.014.733	6.301.502
1.2	Multas Transf. Atraso	87.641	68.909	69.822	68.870	70.856	63.652
2.	Arrecadação de Operações de Crédito	1.737.629	1.755.794	1.774.897	1.795.250	1.816.708	1.833.124
2.1	Habitação	1.497.893	1.514.362	1.531.875	1.550.824	1.571.293	1.586.684
2.1.1	Fundo de Arrendamento Residencial	17.587	17.506	17.425	17.344	17.263	17.183
2.2	Saneamento	132.458	133.936	135.320	136.525	137.324	138.165
2.3	Infraestrutura	89.690	89.990	90.277	90.556	90.828	91.092
3.	Arrecadação Contrib. Social - LC 110	325.110	268.690	272.249	268.538	276.282	248.190
3.1	Contribuição Social - 10%	318.297	263.240	266.727	263.092	270.678	243.156
3.2	Contribuição Social - 0,5%	5.935	4.773	4.836	4.770	4.908	4.409
3.3	Contribuição Social - Outros	878	677	686	677	696	625
3.3.1	Contribuição Social - Multa	1.622	1.275	1.292	1.274	1.311	1.178
3.3.2	Contribuição Social - Devolução	-744	-598	-606	-598	-615	-552

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4.	Receitas Financeiras Líquidas	654.692	535.971	588.641	632.981	592.929	558.392
5.	Juros CVS	8.203	8.360	8.516	8.672	8.828	8.985
6.	FGTS - Resgate CRI	32.580	33.752	34.924	36.097	37.270	38.444
B -	TOTAL DE ENTRADAS	11.522.320	9.493.464	9.661.387	9.628.543	9.817.606	9.052.288
1.	Aplicações	3.440.262	3.519.165	3.618.042	3.689.020	3.299.181	3.588.539
1.1	Habitação	3.168.404	3.263.809	3.391.560	3.527.003	3.131.581	3.453.239
1.1.1	Desembolso	2.629.654	2.725.059	2.852.810	2.988.253	2.592.831	2.914.489
1.1.2	Descontos Concedidos	538.750	538.750	538.750	538.750	538.750	538.750
1.1.2.1	Desconto Complemento ao Mutuário	269.375	269.375	269.375	269.375	269.375	269.375
1.1.2.2	Desconto Equilíbrio Agente Financeiro	269.375	269.375	269.375	269.375	269.375	269.375
1.2	Saneamento/Infraestrutura	271.858	255.356	226.482	162.018	167.600	135.300
2.	Saques	6.136.399	5.407.841	6.605.670	6.018.875	5.793.587	5.796.990
2.1	Rescisão	4.172.394	3.663.187	4.500.379	4.090.253	3.932.794	3.935.172
2.2	Moradia	1.155.432	1.014.421	1.246.259	1.132.685	1.089.081	1.089.740
2.3	Inativas e Outros	641.907	563.567	692.366	629.270	605.045	605.411
2.4	FIC	166.667	166.667	166.667	166.667	166.667	166.667
3.	Comissões e Tarifas	282.184	273.217	274.603	276.415	276.108	277.403
3.1	Taxa de Administração	271.543	273.206	274.003	275.250	275.249	276.833
3.2	Recursos p/ Reserva de Risco de Crédito	10.641	11	601	1.164	859	570
4.	Despesas Administrativas	22.291	22.291	22.291	22.291	22.291	22.291
4.1	Emolumentos Judiciais e Cartorários	670	670	670	670	670	670
4.2	Serviços com Correios e Telégrafos	18.072	18.072	18.072	18.072	18.072	18.072
4.3	Desp. Honorários Advocatícios CAIXA	0	0	0	0	0	0
4.4	Desp. Decisão Judicial	0	0	0	0	0	0
4.5	Desp.c/ Rem. da Fiscaliz. FGTS (MTE)	1.445	1.445	1.445	1.445	1.445	1.445
4.6	Desp. com a PGFN	438	438	438	438	438	438
4.7	Desp. Publicidade Institucional do FGTS	1.667	1.667	1.667	1.667	1.667	1.667
5.	Repasse ao STN	436.465	380.044	383.603	379.893	387.636	359.545
5.1	LC 110	325.110	268.690	272.249	268.538	276.282	248.190
5.2	PMCMV	111.354	111.354	111.354	111.354	111.354	111.354
6.	FI-FGTS Liberação de Recursos	384.615	419.580	419.580	419.580	419.580	419.580
7.	Demais Operações	698.077	736.538	736.538	736.538	736.538	736.538
C.	TOTAL DE SAÍDAS	11.400.293	10.758.677	12.060.328	11.542.612	10.934.921	11.200.886
D -	VALORES A CLASSIFICAR	0	0	0	0	0	0
E -	Saldo Disponibilidades	106.938.031	105.672.818	103.273.877	101.359.809	100.242.494	98.093.896
E.1	Fundo de Liquidez	17.974.877	18.041.472	16.980.783	18.149.911	18.032.386	18.418.131

	DISCRIMINAÇÃO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
A -	Saldo Disponibilidades	98.093.896	96.227.391	94.122.362	92.532.911	89.111.909	84.823.327	106.816.004
A.1	Fundo de Liquidez	18.418.131	17.609.452	17.246.008	17.094.204	15.848.856	15.273.970	17.291.173
1.	Arrecadação Contribuições	6.391.133	6.552.670	6.443.771	6.313.665	6.394.808	7.306.373	82.377.333
1.1	Arrecadação Bruta	6.327.221	6.487.144	6.379.333	6.250.529	6.330.860	7.233.309	81.553.560
1.2	Multas Transf. Atraso	63.911	65.527	64.438	63.137	63.948	73.064	823.773
2.	Arrecadação de Operações de Crédito	1.853.193	1.871.349	1.893.013	1.918.045	1.956.581	1.999.299	22.204.881
2.1	Habitação	1.605.934	1.623.476	1.644.659	1.668.899	1.706.783	1.748.811	19.251.492
2.1.1	Fundo de Arrendamento Residencial	17.102	17.020	16.937	16.855	16.772	16.690	205.685
2.2	Saneamento	138.818	139.295	139.674	140.382	140.964	141.586	1.654.448
2.3	Infraestrutura	91.338	91.559	91.744	91.909	92.062	92.211	1.093.256
3.	Arrecadação Contrib. Social - LC 110	249.203	255.502	251.256	246.183	249.347	355.169	3.265.720
3.1	Contribuição Social - 10%	244.149	250.320	246.160	241.189	244.289	348.890	3.200.187
3.2	Contribuição Social - 0,5%	4.427	4.539	4.463	4.373	4.429	5.633	57.494
3.3	Contribuição Social - Outros	628	644	633	620	628	646	8.040
3.3.1	Contribuição Social - Multa	1.183	1.213	1.192	1.168	1.183	1.352	15.243
3.3.2	Contribuição Social - Devolução	-555	-569	-559	-548	-555	-706	-7.203
4.	Receitas Financeiras Líquidas	628.649	589.792	550.591	593.010	496.390	496.194	6.918.231
5.	Juros CVS	9.141	9.297	9.453	9.610	9.766	9.922	108.752
6.	FGTS - Resgate CRI	39.617	40.791	41.965	43.140	44.315	45.490	468.384
B -	TOTAL DE ENTRADAS	9.170.935	9.319.402	9.190.050	9.123.653	9.151.206	10.212.447	115.343.302
1.	Aplicações	3.563.894	3.982.824	4.430.560	5.668.369	6.150.832	6.922.850	51.873.538
1.1	Habitação	3.328.574	3.634.164	3.895.082	5.011.653	5.371.657	5.997.268	47.173.995
1.1.1	Desembolso	2.789.824	3.095.414	3.356.332	4.472.903	4.832.907	5.458.518	40.708.995
1.1.2	Descontos Concedidos	538.750	538.750	538.750	538.750	538.750	538.750	6.465.000
1.1.2.1	Desconto Complemento ao Mutuário	269.375	269.375	269.375	269.375	269.375	269.375	3.232.500
1.1.2.2	Desconto Equilíbrio Agente Financeiro	269.375	269.375	269.375	269.375	269.375	269.375	3.232.500
1.2	Saneamento/Infraestrutura	235.320	348.659	535.478	656.715	779.175	925.581	4.699.543
2.	Saques	5.655.432	5.641.782	4.551.643	5.080.545	5.487.172	5.143.190	67.319.125
2.1	Rescisão	3.836.234	3.826.694	3.064.768	3.434.431	3.718.633	3.478.215	45.653.152
2.2	Moradia	1.062.342	1.059.700	848.705	951.073	1.029.775	963.198	12.642.411
2.3	Inativas e Outros	590.190	588.722	471.503	528.374	572.097	535.110	7.023.562
2.4	FIC	166.667	166.667	166.667	166.667	166.667	166.667	2.000.000
3.	Comissões e Tarifas	279.148	254.558	256.279	259.795	262.674	265.049	3.237.433
3.1	Taxa de Administração	277.768	253.474	255.480	258.493	262.167	264.330	3.217.795
3.2	Recursos p/ Reserva de Risco de Crédito	1.380	1.085	798	1.302	507	719	19.637
4.	Despesas Administrativas	22.291	22.291	22.291	22.291	22.291	22.291	267.487
4.1	Emolumentos Judiciais e Cartorários	670	670	670	670	670	670	8.034
4.2	Serviços com Correios e Telégrafos	18.072	18.072	18.072	18.072	18.072	18.072	216.865
4.3	Desp. Honorários Advocatícios CAIXA	0	0	0	0	0	0	0
4.4	Desp. Decisão Judicial	0	0	0	0	0	0	0
4.5	Desp.c/ Rem. da Fiscaliz. FGTS (MTE)	1.445	1.445	1.445	1.445	1.445	1.445	17.338
4.6	Desp. com a PGFN	438	438	438	438	438	438	5.250
4.7	Desp. Publicidade Institucional do FGTS	1.667	1.667	1.667	1.667	1.667	1.667	20.000
5.	Repasse ao STN	360.558	366.856	362.610	357.537	360.701	466.523	4.601.970
5.1	LC 110	249.203	255.502	251.256	246.183	249.347	355.169	3.265.720
5.2	PMCMV	111.354	111.354	111.354	111.354	111.354	111.354	1.336.250
6.	FI-FGTS Liberação de Recursos	419.580	419.580	419.580	419.580	419.580	419.580	5.000.000
7.	Demais Operações	736.538	736.538	736.538	736.538	736.538	736.538	8.800.000
C.	TOTAL DE SAÍDAS	11.037.441	11.424.430	10.779.501	12.544.655	13.439.788	13.976.021	141.099.553
D -	VALORES A CLASSIFICAR	0	0	0	0	0	0	0
E -	Saldo Disponibilidades	96.227.391	94.122.362	92.532.911	89.111.909	84.823.327	81.059.753	81.059.753
E.1	Fundo de Liquidez	17.609.452	17.246.008	17.094.204	15.848.856	15.273.970	15.119.360	15.119.360

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

ORÇAMENTO OPERACIONAL
PLANO DE CONTRATAÇÕES E METAS FÍSICAS
EXERCÍCIO 2013
(Valores em R$ mil)

PLANO DE CONTRATAÇÕES			
UF / REGIÃO	HABITAÇÃO POPULAR	SANEAMENTO BÁSICO	TOTAL GERAL CONTRATAÇÃO
RO	556.005	68.574	303.454
AC	196.345	25.340	142.780
AM	952.365	96.829	478.509
RR	113.770	13.794	112.884

PA	1.418.455	247.315	1.641.915
AP	133.955	28.338	156.788
TO	267.910	48.115	275.655
NORTE	3.638.805	528.306	3.111.986
MA	1.537.730	175.547	1.368.297
PI	521.140	83.500	622.990
CE	1.225.780	203.682	1.649.662
RN	515.635	88.150	763.430
PB	500.955	85.729	658.249
PE	1.271.655	224.629	1.905.489
AL	502.790	89.789	607.259
SE	286.260	52.590	412.250
BA	2.073.550	297.609	2.503.279
NORDESTE	8.435.495	1.301.226	10.490.906
MG	3.537.880	479.509	3.947.659
ES	658.765	100.929	754.189
RJ	2.570.835	578.839	4.083.689
SP	9.490.620	1.022.686	10.766.536
SUDESTE	16.258.100	2.181.963	19.552.073
PR	2.159.795	211.438	1.851.928
SC	1.323.035	190.369	1.107.869
RS	1.869.865	325.814	2.358.994
SUL	5.352.695	727.621	5.318.791
MS	433.060	86.504	552.594
MT	778.040	122.854	585.274
GO	1.108.340	205.068	1.298.728
DF	695.465	46.459	989.649
C.-OESTE	3.014.905	460.884	3.426.244
DESCONTOS	6.465.000	-	6.465.000
TOTAL HABIT. POPULAR E SANEAMENTO BÁSICO	43.165.000	5.200.000	48.365.000
INFRAESTRUTURA URBANA			7.000.000
DEMAIS OPERAÇÕES HABITACIONAIS			3.300.000
OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS			1.000.000
TOTAL GERAL			59.665.000

ÁREAS ORÇAMENTÁRIAS	METAS FÍSICAS		EMPREGOS GERADOS
	UNIDADE	QUANTIDADE	
Habitação Popular	Famílias beneficiadas	559.355	2.042.355
Saneamento Básico	Habitantes beneficiados	6.926.400	300.560
Infraestrutura Urbana	Habitantes beneficiados	33.156.667	404.985
TOTAL			2.747.900

Observação: As metas físicas e os empregos gerados são calculados utilizando-se parâmetros nacionais e sua distribuição por Unidades da Federação guardam direta proporcionalidade com os recursos a elas alocados.

ANEXO III

ORÇAMENTO FINANCEIRO
ESTIMATIVA DE DESEMBOLSOS
EXERCÍCIO 2013
(Valores em R$ mil)

UF / REGIÃO	DESEMBOLSO POR ÁREA		TOTAL A DESEMBOLSAR
	HABITAÇÃO POPULAR	SANEAMENTO BÁSICO	
RO	258.269	14.013	272.282
AC	129.134	7.007	136.141
AM	419.687	29.352	449.039
RR	108.957	2.462	111.419
PA	1.533.471	71.393	1.604.864
AP	141.241	7.196	148.437
TO	250.198	17.611	267.809
NORTE	2.840.957	149.035	2.989.992
MA	1.311.521	51.698	1.363.219
PI	593.211	23.671	616.882
CE	1.589.967	89.762	1.679.729
RN	742.523	30.867	773.390
PB	629.530	32.761	662.291
PE	1.848.236	108.320	1.956.556
AL	568.998	34.276	603.275
SE	395.474	17.611	413.086
BA	2.425.305	131.802	2.557.107
NORDESTE	10.104.766	520.770	10.625.536
MG	3.813.500	155.663	3.969.163
ES	718.310	28.784	747.094
RJ	3.853.855	173.274	4.027.129
SP	10.714.119	385.938	11.100.057
SUDESTE	19.099.784	743.660	19.843.443
PR	1.803.846	120.819	1.924.665
SC	1.008.862	50.183	1.059.046
RS	2.235.639	107.752	2.343.391
SUL	5.048.348	278.754	5.327.102
MS	512.502	41.283	553.785
MT	508.467	41.283	549.750
GO	1.202.564	87.300	1.289.864
DF	1.037.111	31.625	1.068.736
CENTRO-OESTE	3.260.643	201.491	3.462.134
DESCONTOS	6.465.000	-	6.465.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUBTOTAL	47.735.000	2.233.505	49.968.505
PRÓ-MORADIA			354.497
INFRAESTRUTURA URBANA			2.805.833
DEMAIS OPERAÇÕES			8.800.000
TOTAL			60.673.538

ANEXO IV

ORÇAMENTO OPERACIONAL
ORÇAMENTO PLURIANUAL DE CONTRATAÇÕES 2014/2016
(Valores em R$ mil)

Discriminação	Valores para Contratação			
	2013	2014	2015	2016
1. HABITAÇÃO	46.465.000	46.000.000	46.000.000	46.000.000
1.1 HABITAÇÃO POPULAR	43.165.000	42.700.000	42.700.000	42.700.000
1.1.1 Pessoas Físicas/Jurídicas	35.700.000	35.700.000	35.700.000	35.700.000
1.1.2 Pró-Moradia	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
1.1.3 Descontos Concedidos	6.465.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000
1.2 DEMAIS OPERAÇÕES	3.300.000	3.300.000	3.300.000	3.300.000
2. SANEAMENTO BÁSICO	5.200.000	6.200.000	6.200.000	6.200.000
2.1 Saneamento para Todos	5.200.000	5.200.000	5.200.000	5.200.000
2.2 DEMAIS OPERAÇÕES	-	1.000.000	1.000.000	1.000.000
3. INFRAESTRUTURA URBANA	7.000.000	8.000.000	8.000.000	8.000.000
3.1 PRÓ-TRANSPORTE	7.000.000	7.000.000	7.000.000	8.000.000
3.2 DEMAIS OPERAÇÕES	-	1.000.000	1.000.000	-
4. OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS	1.000.000	-	-	-
T O T A L	59.665.000	60.200.000	60.200.000	60.200.000

ANEXO V

ORÇAMENTO ECONÔMICO
BALANÇO PATRIMONIAL PROJETADO
EXERCÍCIO 2013
(Valores em R$ mil)

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADES	81.059.753	DEPÓSITOS	283.801.234
Disponibilidades	65.940.393	Depósitos Vinculados do FGTS	261.518.599
Fundo de Liquidez	15.119.360	Reserva Técnica de Contas Inativas	17.937.911
		Depósitos do FGTS a Discriminar	4.330.229
		Saldos Credores em Contas de Empr. e Fin.	14.495
JUROS CVS	2.687.545		
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS	8.350.346		
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	34.450.935	OUTRAS OBRIGAÇÕES	12.080.500
DEBÊNTURES, COTAS DE FII E FIDC	20.686.611	Provisão para Passivos Contingentes	11.617.597
		Credores Diversos	462.902
CRÉDITOS VINCULADOS	5.936.757		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	181.435.788	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	45.938.934
Financiamentos Habitacionais	144.980.193	Fundo Conta Geral	45.938.934
FAR	4.323.893		
Financ de Infraestrutura/Desenvolvimento	22.063.701	RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.558.157
Refinanc de Op c/ Governo Federal	14.391.894		
OUTROS CRÉDITOS	10.771.089		
TOTAL	345.378.824	TOTAL	345.378.824

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL
Em 13 de dezembro de 2012

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntário:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	.A.I	EMPRESA	UF
1	46285.000616/2008-06	007679165	Município do Crato (Prefeitura do)	CE
2	46285.000618/2008-97	007679181	Município do Crato (Prefeitura do)	CE
3	46285.000619/2008-31	007679190	Município do Crato (Prefeitura do)	CE
4	46285.000620/2008-66	007679211	Município do Crato (Prefeitura do)	CE
5	46285.000622/2008-55	007679238	Município do Crato (Prefeitura do)	CE
6	46285.000623/2008-08	007679246	Município do Crato (Prefeitura do)	CE
7	46285.000624/2008-44	007679254	Município do Crato (Prefeitura do)	CE
8	46285.000625/2008-99	007679203	Município do Crato (Prefeitura do)	CE
9	46210.005496/2009-80	018773613	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
10	46210.005502/2009-07	019174802	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
11	46210.005504/2009-98	019174799	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
12	46210.005505/2009-32	019174781	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
13	46210.005506/2009-87	019174772	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
14	46210.005507/2009-21	019174764	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
15	46210.005514/2009-23	018771611	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
16	46210.005515/2009-78	018771602	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
17	46210.005516/2009-12	018771599	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
18	46210.005517/2009-67	018771581	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
19	46210.005527/2009-01	019638507	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
20	46210.005528/2009-47	019638418	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
21	46210.005529/2009-91	019638426	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
22	46210.005530/2009-16	019638434	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
23	46210.005531/2009-61	019638442	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
24	46210.005532/2009-13	019638451	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
25	46210.005533/2009-50	019638469	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
26	46210.005534/2009-02	019638477	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
27	46210.005535/2009-49	019638485	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
28	46210.005536/2009-93	019638493	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
29	46210.005556/2009-64	018047998	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
30	46210.005557/2009-17	018832342	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
31	46210.005558/2009-53	018832351	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
32	46210.005559/2009-06	018832369	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
33	46210.005560/2009-22	018048005	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
34	46210.005567/2009-44	018831061	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
35	46210.005568/2009-99	018831028	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
36	46210.005569/2009-33	018831044	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
37	46210.005571/2009-11	018831010	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
38	46210.005572/2009-57	018835741	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
39	46210.005573/2009-00	018835759	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
40	46210.005574/2009-46	018835732	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
41	46210.005575/2009-91	018835724	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
42	46210.005576/2009-35	018835716	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
43	46210.005932/2009-11	018751571	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
44	46210.005933/2009-65	019637403	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
45	46210.005935/2009-54	018750311	Consorcio Tabocas/L.E.	MT
46	46210.005498/2009-79	018773621	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
47	46210.005499/2009-13	018773630	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
48	46210.005500/2009-18	018773648	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
49	46210.005501/2009-54	018773656	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
50	46210.005508/2009-76	019174845	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
51	46210.005510/2009-45	019174829	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
52	46210.005511/2009-90	019174861	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
53	46210.005512/2009-34	019174837	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
54	46210.005518/2009-10	018771700	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
55	46210.005520/2009-81	018771645	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT

56	46210.005521/2009-25	018771688	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
57	46210.005522/2009-70	018771661	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
58	46210.005523/2009-14	018771653	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
59	46210.005524/2009-69	018771718	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
60	46210.005525/2009-11	018771726	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
61	46210.005526/2009-58	018771734	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
62	46210.005537/2009-38	019637284	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
63	46210.005538/2009-82	019637292	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
64	46210.005539/2009-27	019637306	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
65	46210.005540/2009-51	019637314	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
66	46210.005541/2009-04	019637322	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
67	46210.005542/2009-41	019637331	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
68	46210.005543/2009-95	019637349	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
69	46210.005544/2009-30	018047947	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
70	46210.005545/2009-84	018047955	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
71	46210.005546/2009-29	018832377	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
72	46210.005547/2009-73	018047971	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
73	46210.005548/2009-18	018047980	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
74	46210.005549/2009-62	018832334	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
75	46210.005550/2009-97	018832318	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
76	46210.005551/2009-31	018832326	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
77	46210.005561/2009-77	018835686	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
78	46210.005562/2009-11	018835694	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
79	46210.005563/2009-66	018835643	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
80	46210.005564/2009-19	018835651	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
81	46210.005565/2009-55	018835660	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
82	46210.005566/2009-08	018831052	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
83	46210.005570/2009-68	018831036	Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	MT
84	46017.001305/2010-31	019254121	Indústrias João José Zattar S.A.	PR
85	47427.001687/2007-38	014977401	Município do Arraial do Cabo (Prefeitura do)	RJ
86	47427.001689/2007-27	014977435	Município do Arraial do Cabo (Prefeitura do)	RJ
87	46617.008492/2010-14	019987722	Mangels Indústria e Comércio Ltda.	RS
88	46617.008493/2010-69	019987731	Mangels Indústria e Comércio Ltda.	RS
89	46617.008497/2010-47	023568771	Mangels Indústria e Comércio Ltda.	RS
90	46617.006541/2008-60	018951511	Município de Novo Hamburgo (Prefeitura do)	RS
91	46617.006542/2008-12	018951520	Município de Novo Hamburgo (Prefeitura do)	RS
92	47999.002473/2006-13	012038130	Município da Estância Turística de Tremembé (Prefeitura do)	SP
93	46226.001560/2008-01	012372986	Município de Tocantinopolis (Prefeitura do)	TO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46258.000959/2011-95	100.190.103	Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda.	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	.A.I	EMPRESA	UF
1	46236.000327/2009-65	014879069	Município de Itauna (Prefeitura do)	MG
2	47533.003145/2009-54	016166744	Município de Paranaguá (Prefeitura do)	PR
3	46617.008494/2010-11	019987749	Mangels Indústria e Comércio Ltda.	RS
4	46617.000530/2010-91	012670316	Município de Encruzilhada do Sul	RS
5	46220.000213/2010-28	016381581	Município de Capivari de Baixo (Prefeitura do)	SC
6	46220.002513/2010-41	016381688	Município de São Bento do Sul (Prefeitura do)	SC
7	46220.002514/2010-96	016381696	Município de São Bento do Sul (Prefeitura do)	SC
8	46266.000790/2010-93	019353413	Comercial Polmark de Alimentos Ltda.	SP
9	46254.002469/2010-82	021730857	Companhia Agrícola Quatá	SP
10	46259.008568/2011-17	021474486	Elektro - Eletricidade e Serviços S.A.	SP
11	46259.006510/2011-21	021648565	Fibria Celulose S.A.	SP
12	46268.001681/2009-30	015478394	Gilberto Moreno e outros	SP
13	46254.003315/2010-16	021733074	Lanches Rodoserv Ltda.	SP
14	46258.000263/2009-16	015470610	Metal - Perola Indústria Metalúrgica Ltda.	SP
15	46358.000264/2009-61	015470636	Metal - Perola Indústria Metalúrgica Ltda.	SP
16	46358.000265/2009-13	015470628	Metal - Perola Indústria Metalúrgica Ltda.	SP
17	46358.000266/2009-50	015470644	Metal - Perola Indústria Metalúrgica Ltda.	SP
18	47998.001640/2010-03	021712840	Município de Campinas (Prefeitura do)	SP
19	47998.001641/2010-40	021712859	Município de Campinas (Prefeitura do)	SP
20	47998.001642/2010-94	021712794	Município de Campinas (Prefeitura do)	SP
21	46259.000464/2012-37	021335028	Município de Charqueada (Prefeitura do)	SP
22	46259.000465/2012-81	021335044	Município de Charqueada (Prefeitura do)	SP
23	46259.000466/2012-26	021335036	Município de Charqueada (Prefeitura do)	SP
24	46268.000955/2011-98	021605874	Município de Mirassol (Prefeitura do)	SP
25	46268.000956/2011-32	021605866	Município de Mirassol (Prefeitura do)	SP
26	46265.000320/2011-11	021765596	Município de Pereira Barreto (Prefeitura do)	SP
27	46265.000321/2011-65	021765600	Município de Pereira Barreto (Prefeitura do)	SP
28	46265.000322/2011-18	021765618	Município de Pereira Barreto (Prefeitura do)	SP
29	46265.000323/2011-54	021765626	Município de Pereira Barreto (Prefeitura do)	SP
30	46265.000324/2011-07	021765634	Município de Pereira Barreto (Prefeitura do)	SP
31	46265.000376/2011-75	021766070	Município de Pereira Barreto (Prefeitura do)	SP
32	46268.002240/2008-74	012054992	Município de Santa Adélia (Prefeitura do)	SP
33	46268.002241/2008-19	012054984	Município de Santa Adélia (Prefeitura do)	SP
34	46256.000431/2007-50	013498690	Município de São Pedro do Turvo (Prefeitura do)	SP
35	46269.000569/2011-96	021586438	Município de Sarapui (Prefeitura do)	SP
36	46259.007815/2011-50	021649472	Reiart - Reciclagem e Indústria de Artefatos de Papéis Ltda.	SP
37	46268.003840/2009-31	019365802	Telhas Brasil Ind. e Comércio de Artefatos de Cimento Ltda.	SP
38	46259.007434/2011-71	021643083	Tetra Park Ltda.	SP
39	46259.007435/2011-15	021643075	Tetra Park Ltda.	SP
40	46259.007436/2011-60	021643105	Tetra Park Ltda.	SP
41	46226.0015.61/2008-48	012373001	Município de Tocantinopolis (Prefeitura do)	TO
42	46226.001557/2008-80	012372960	Município de Tocantinopolis (Prefeitura do)	TO
43	46226.001558/2008-24	012372951	Município de Tocantinopolis (Prefeitura do)	TO
44	46226.001562/2008-92	012372994	Município de Tocantinopolis (Prefeitura do)	TO

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46220.002512/2010-05	506.388.859	Município de São Bento do Sul (Prefeitura do)	SC

2) Em apreciação de recurso de ofício:

2.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	47427.000717/2007-99	014921596	Município de Arraial do Cabo (Prefeitura do)	RJ

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46210.006744/2009-18	506.312.852	Município de Nova Xavantina (Prefeitura do)	MT

2.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46202.004165/2011-46	018711570	Município de Manaus (Prefeitura do)	AM
2	46311.002038/2011-75	020087152	Município de Imperatriz (Prefeitura do)	MA
3	46210.006711/2009-60	018836364	Município de Nova Xavantina (Prefeitura do)	MT
4	46210.006712/2009-12	018836372	Município de Nova Xavantina (Prefeitura do)	MT
5	46215.040245/2010-35	023187468	Hospital São Lourenço Ltda.	RJ
6	46215.007802/2010-14	020031696	Município de Miracema (Prefeitura do)	RJ
7	47427.000716/2007-44	014921600	Município do Arraial do Cabo (Prefeitura do)	RJ
8	46259.004291/2011-45	019763123	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
9	46265.000926/2011-56	021767530	Município de Valparaíso (Prefeitura do)	SP

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46205.015296/2011-29	506.528.863	Arquetro Construções Ltda.	CE
2	46472.006266/2011-71	506.528.987	Paulividros Comérico e Instalação de Vidros Ltda.	SP

3. Pelo arquivamento em razão de:

3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º § 1º da Lei nº 9.873/99.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
	46670.000134/2006-32	011356413	Município de Quissamã (Prefeitura do)	RJ

HÉLIDA ALVES GIRÃO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 13 de dezembro de 2012

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e em observância da decisão judicial proferida nos autos nº 0001208-68.2012.5.10.0010 - 10ª Vara do Trabalho de Brasília/DF e nos termos da Nota Técnica nº 330/2012/AIP/SRT/MTE, desarquiva o processo administrativo nº 46000.020462/2010-24 e, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008:

Processo	46000.020462/2010-24
Entidade	SMCEG-Sindicato dos Motoristas Cegonheiros do Estado de Goiás
CNPJ	12.303.217/0001-50
Abrangência	Estadual
Base Territorial	*Goiás*
Categoria Profissional	Motoristas cegonheiros

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 268, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o dispositivo da Portaria nº 228, de 11 de outubro de 2007, que estabelece procedimentos para a apresentação de informações pelos Estados e pelo Distrito Federal, em decorrência da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º O Art. 6º, da Portaria nº 228, de 11 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Compete à Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes:

I - receber, dos Entes Federativos, para os fins de que trata inciso III, do § 1º, do Art. 1º, da Lei nº 10.336, de 2001, os programas de trabalho e suas eventuais alterações, bem como proceder à verificação da conformidade dos documentos instituídos pela Portaria nº 228, de 2007;

II - encaminhar ao Secretário Executivo os programas de trabalho e suas eventuais alterações para publicação no Diário Oficial da União, conforme disposto no § 8º, do art. 1º - A, da Lei nº 10.336, de 2001; e

III - receber dos Entes Federativos os documentos de que trata o § 11, do Art. 1º-A, da Lei nº 10.336, de 2001 e verificar, com o apoio técnico da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento deste Ministério, a conformidade das informações prestadas." NR

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO PASSOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 269, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, da Constituição Federal e,

Considerando o determinado nos incisos I e II, do § 8º, do artigo 1º-A da Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001;

Considerando o disposto na Portaria nº. 228, de 11 de outubro de 2007, do Ministro de Estado dos Transportes;

Considerando o despacho da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, resolve:

Art. 1º Publicar o Programa de Trabalho proposto pelo Estado do Rio Grande do Sul para o exercício 2012 - 1ª alteração, referente à aplicação dos recursos que lhe cabem, relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nos termos do respectivo processo administrativo, conforme discriminado no anexo desta Portaria.

Art. 2º Revogar o anexo XXI da Portaria nº. 348, de 27 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de dezembro de 2011, seção 1, página 93 e, com retificação no Diário Oficial da União do dia de 23 de janeiro de 2012, seção 1, página 65.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO PASSOS

ANEXO

Unidade da Federação: RIO GRANDE DO SUL Processo nº 50000.050962/2011-49

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2012 - 1ª Alteração

Programa de trabalho contendo as alterações propostas pela Unidade da Federação, recebido em 30 de novembro de 2012.

Relação de empreendimentos

A - Programa de Estudos e Projetos Rodoviários de Engenharia - DAER/RS

Rodovia	Serviço	Custo (R$1,00)
01. ERS-342; ERS-344	Projeto final de engenharia de cinco acessos (lote II)	108.035
02. ERS-122; ERS-452; RSC-470	Projeto final de engenharia de quatro acessos e uma interseção (lote V)	108.506
03. RSC-453; ERS-332; ERS-129; ERS-425	Projeto final de engenharia de três acessos e duas interseções (lote VI)	119.306
04. ERS-401; RSC-287; ERS-124/244	Projeto final de engenharia de três acessos e duas interseções (lote VII)	105.608
05. ERS-476; ERS-020; ERS-235	Projeto final de engenharia de quatro interseções e um acesso (lote VIII)	98.408
06. ERS-389; ERS-786; BRS-290/389	Projeto final de engenharia de quatro acessos e uma interseção (lote IX)	102.596
07. ERS-149; RSC-481; RSC-287; ERS-348	Projeto final de engenharia de cinco acessos (lote X)	103.502
08. RSC-470	Entroncamento BRS-386 - Entroncamento BRS-290: complexo rodo-hidroviário de transposição do rio Jacuí (lotes I, II e III)	1.865.639
09. ERS-324	Entroncamento ERS-129(B)(p/ Guaporé) - Entroncamento ERS-135 (p/ Passo Fundo)	939.242
10. RSC-470	Entroncamento ERS-446 (Carlos Barbosa) - Entroncamento RSC-453 (p/ Farroupilha)	321.889
RSC -470	Entroncamento RSC-453 (p/ Farroupilha) - Entroncamento ERS-431 (p/ Faria Lemos)	
RSC-453	Entroncamento RSC-470 (Bento Gonçalves) - Farroupilha	
11. ERS-734	Entroncamento BRS-392 - Rio Grande (travessia urbana de Rio Grande)	161.076
12. ERS-118	Entroncamento BRS-290 (Gravataí) - Entroncamento ERS-040 (Viamão)	410.673
Total do Programa		4.444.480

B - Programa de Interligações dos Municípios

B1 - Pavimentação de Rodovias		
Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
13. ERS-471	Barros Cassal - Herveiras - Santa Cruz do Sul	3.630.000
14. ERS-265	Entroncamento BR-116 - Posto Branco	2.955.000
15. ERS-403	Cachoeira do Sul - Rio Pardo	2.670.000
16. ERS-218	Santo Ângelo - Catuípe (incluindo acesso ao aeroporto e ao Distrito Industrial)	4.900.000
17. ERS-486	Terra de Areia - Entroncamento ERS-020	6.800.000
18. ERS-126	Ibiraiaras - São Jorge	3.500.000
19. ERS-305	Horizontina - Crissiumal - Entroncamento BRS-468	3.010.000
20 ERS-207	Crissiumal - Humaitá - Entroncamento BRS-468	900.000
21. ERS-566	Alegrete - Maçambará	2.200.000
22. RSC-473	Entroncamento ERS-357 (Tabuleiro) - Entroncamento BRS-293	2.000.000
23. ERS-506	Ibirubá - Entroncamento BRS-285	500.000
24. RSC-392	Tupanciretã - Entroncamento BR-377/392 (Santa Tecla)	1.200.000
25. ERS-431	Entroncamento RSC-470 - Santa Bárbara	1.500.000
26. ERS-118	Entroncamento BR-116 (Sapucaia do Sul) - Entroncamento BR-290 (Gravataí)	9.504.306
27. ERS-734	Cassino - Entroncamento BR-392	1.200.000
28. ERS-330	São Bento - Tesouras	500.000
29. ERS-472	Porto Xavier - Porto Lucena - Santo Cristo	200.000
30. ERS-176	Manoel Viana - Entroncamento ERS-287	500.000
31. ERS-350	Acesso sul a Camaquã	2.000.000
32. ERS-124	Entroncamento ERS-124 - Entroncamento BRS-386 (pólo petroquímico)	1.000.000
33. 287BRS9130	Entroncamento BRS-287 - Ernesto Alves	800.000
34. VRS-855	São Pedro - Caravaggio	800.000
35. ERS-477	Entroncamento ERS-126 - Carlos Gomes	550.000
36. ERS-458	Entroncamento ERS-324 - Santo Antônio do Palma - Gentil	750.000
37. VRS-826	Entroncamento ERS-122 - Alto Feliz	2.250.000
Subtotal		55.819.306

B2 - Construção de obras de arte especial		
38. RS-332	Ponte sobre o arroio Taipa	2.489.401
39. RS-702	Ponte sobre o rio Piratini	734.932
40. RS-355	Ponte sobre o rio Retiro	946.640
41. RS-129	Ponte sobre o rio Domingos	786.725
42. RS-502	Ponte sobre o arroio Barriga	324.345
43. RS-350	Ponte sobre o arroio Sutil	2.205.159
44. ERS-413	Ponte sobre o arroio Saraquá	610.000
45. VRS-806	Ponte do Caverá	1.200.000
46. RS-433	Ponte sobre o arroio Jacaré	322.312
47. ERS-118	Três viadutos na ERS-118	4.058.000
Subtotal		13.677.514
B3 - Consultoria		

Serviço	Custo (R$1,00)
48. Supervisão das obras integrantes deste Programa	4.887.700
Subtotal	4.887.700
Total do Programa	74.384.520

C - Programa de conservação e restauração de rodovias estaduais

C1 - Conservação de rodovias		
Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
49. Conservação rotineira nas rodovias estaduais (17 lotes)		8.000.000
Subtotal		*8.000.000*
C2 - Restauração de rodovias		
Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
50. RSC-101	Palmares do Sul - Tavares	8.000.000
51. ERS-324	Nova Araça - Entroncamento RSC-470	1.250.000
52. RSC-470	Nova Prata - Veranópolis	1.750.000
Subtotal		*11.000.000*
Total do Programa		19.000.000

D - Programa de obras portuárias e hidroviárias

Serviço	Custo (R$1,00)
53. Dragagem dos canais de navegação da Laguna dos Patos, São Gonçalo, Lago Guaíba e Delta do Jacuí (600.000 m³)	3.700.000
54. Manutenção do balizamento dos canais naturais e artificiais da navegação na Laguna dos Patos, São Gonçalo, Lago Guaíba e Delta do Jacuí	2.300.000
Total do Programa	6.000.000

E - Programa de obras aeroportuárias

Aeroporto	Serviço	Custo (R$1,00)
55. Ijuí	Alargamento de pista e faixa de pouso	995.259
56. Passo Fundo	Implantação da área de segurança de fim de pista, alargamento da pista de taxi e obras complementares	690.157
	Ampliação e modernização do aeroporto	33.154
57. Rio Grande	Reforço do pavimento e ampliação do pátio de aeronaves	27.186
58. Santiago	Pavimentação da pista de pouso/decolagem	600.000
59. Santo Ângelo	Restauração e reforço da pista de pouso/decolagem	1.755.626
60. Vacaria	Construção de trevo de acesso ao aeroporto	496.280
Total do Programa		4.597.662

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Estudos e Projetos Rodoviários de Engenharia - DAER/RS	0	0	0	4.444.480	4.444.480
B - Programa de Interligações dos Municípios	4.196.409	9.572.623	5.570.420	55.045.068	74.384.520
C - Programa de Conservação e Restauração de Rodovias Estaduais	0	2.157.218	0	16.842.782	19.000.000
D - Programa de Obras Portuárias e Hidroviárias	0	0	175.470	5.824.530	6.000.000
E - Programa de Obras Aeroportuárias	0	0	0	4.597.662	4.597.662
Total da Unidade da Federação	4.196.409	11.729.841	5.745.890	86.754.522	108.426.662

PORTARIA Nº 270, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, da Constituição Federal e,

Considerando o determinado nos incisos I e II, do § 8º, do artigo 1º-A da Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001;

Considerando o disposto na Portaria nº. 228, de 11 de outubro de 2007, do Ministro de Estado dos Transportes;

Considerando o despacho da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, resolve:

Art. 1º Publicar o Programa de Trabalho proposto pelo Estado do Rio Grande do Norte para o exercício 2012 - 1ª alteração, referente à aplicação dos recursos que lhe cabem, relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nos termos do respectivo processo administrativo, conforme discriminado no anexo desta Portaria.

Art. 2º Revogar o anexo XX da Portaria nº. 348, de 27 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de dezembro de 2011, seção 1, página 92, e, com retificação no Diário Oficial da União do dia de 28 de novembro de 2012, seção 1, página 100.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO PASSOS

ANEXO

Unidade da Federação: RIO GRANDE DO NORTE Processo n.º: 50000.050961/2011-02

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2012 - 1ª Alteração

Programa de trabalho contendo as alterações propostas pela Unidade da Federação, recebido em 3 de dezembro de 2012.

Relação de empreendimentos

A - Programa de Pavimentação e Implantação de Rodovias e Obras de Arte Especial

A1 - Construção de Trechos Rodoviários		
Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. Vicinais	Melhoramento e implantação de Estradas Vicinais em Projetos de Assentamentos do INCRA/RN (Apodí, Assú/Mossoró e Mato Grande)	718.734
02. RN S/N	Duplicação trecho: Entroncamento. Av. Maria Lacerda - Conj. COPHAB (Parnamirim)	2.161.110
03. RN-013	Prolongamento RN-013 - Praia de Tibau (rua Tarcísio Maia)	1.029.927
	Entroncamento RN-013 - Entroncamento RN/CE (rua 22 de Dezembro)	
	Entroncamento RN-013 - acesso Grossos (ruas Angelita Clementina)	
04. RN-117	Construção de cercas de faixa de domínio (Div. Mossoró/ Gov.Dix. Sept Rosado - Div. Gov. Dix. Sept. Rosado/Caraúbas)	1.465.740
05. Acesso	Entroncamento BR-304 - fabrica de Pocellanati revestimentos cerâmicos	559.737
06. Acesso	Entroncamento RN-233 - aeroporto da cidade de Caraúbas	432.385

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

07. RN-013	Tibau - Entroncamento BR-304	9.852.464
08. Acesso	Entroncamento BR-304 - 12º Batalhão da Polícia Militar	236.665
09. BR-226	Km 394,27 - Pau dos Ferros - Km 425,27 (Divisa RN/CE)	3.283.499
Subtotal		*19.740.261*
A2 - Elaboração de Estudos e Projetos para Construção de Obras Viárias		
Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
10. RN-011	Entroncamento BR-110 - Serra do Mel - Entroncamento RN-016	356.496
11. RN-013	Tibau - Entroncamento BR-304	417.420
12. RN-016	Entroncamento BR-304 - Entroncamento RN-011 - Carnaubais	712.011
Subtotal		*1.485.927*

Total do Programa	21.226.188

B - Programa de Restauração e Melhoramento da Malha Rodoviária Básica

B1 - Restauração de Trechos Rodoviários		
Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
13. RN-302	Entroncamento BR-406 - Redinha (obra de arte no rio Doce)	159.815
14. Acesso	Acari - Açude Gargalheiras	421.114
15. Acesso ao IFRN de Currais Novos		630.430
Subtotal		*1.211.359*
B2 - Conservação e Manutenção da Malha Rodoviária		
Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
16. Diversas	Malha rodoviária sob jurisdição do I Distrito Rodoviário - Mossoró (493,5 km)	1.997.335
17. Diversas	Malha rodoviária sob jurisdição do II Distrito Rodoviário - Caicó (434,4 km)	1.831.013
18. Diversas	Malha rodoviária sob jurisdição do III Distrito Rodoviário - João Câmara (331,5 km)	1.258.734
19. Diversas	Malha rodoviária sob jurisdição do IV Distrito Rodoviário - Nova Cruz (539,5 km)	2.431.432
20. Diversas	Malha rodoviária sob jurisdição do V Distrito Rodoviário - Natal (616,5km)	2.735.496
21. Diversas	Malha rodoviária sob jurisdição do VI Distrito Rodoviário - Pau dos Ferros (463,6 km)	1.907.696
22. Diversas	Malha rodoviária sob jurisdição do VII Distrito Rodoviário - Santana do Matos (402,6 km)	1.274.660
23. Brita para produção de 5.350 m ³ de PMF		332.930
24. Areia média para produção de 5.350 m ³ de PMF		65.850
25. Material betuminoso para produção de 5.350 m ³ de PMF		950.962
Subtotal		*14.786.108*

Total do Programa	15.997.467

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Pavimentação e Implantação de Rodovias e Obras de Arte Especial	753.732	2.442.250	1.137.827	16.892.379	21.226.188
B - Programa de Restauração e Melhoramento da Malha Rodoviária Básica	305.051	3.305.696	1.386.083	11.000.637	15.997.467
Total da Unidade da Federação	1.058.783	5.747.946	2.523.910	27.893.016	37.223.655

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DELIBERAÇÃO Nº 284, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DNM - 089, de 12 de dezembro de 2012 e no que consta do Processo nº 50500.098212/2012-06, Delibera:

Art. 1º Autorizar a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico nº 20/2011 da Receita Federal do Brasil, para contratação de empresa para fornecimento de solução de aceleração/otimização do tráfego de dados para redes privadas de longa distância, visando aumentar a disponibilidade e melhorar o desempenho de aplicações e serviços como: Correio Eletrônico, Sistema de Diretórios, Transmissão de Vídeo, Sistema de Arquivos e Aplicações, nos termos do Planejamento da Contratação (fls. 04/11v) e especificações constantes no Termo de Referência (fls. 12/26v).

Art. 2º O valor global da despesa é de R$ 1.382.098,00 (um milhão, trezentos e oitenta e dois mil e noventa e oito reais).

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 515, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.089613/2012-67, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da União Transporte Interestadual de Luxo S/A (UTIL) para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Belo Horizonte (MG) - Cabo Frio (RJ), prefixo nº 06-0717-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SONIA RODRIGUES HADDAD

IMPRENSA NACIONAL

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA Nº 220, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor global de R$ 1.070.000,00 para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 54, § 1º, III da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentária 2012, associado com o Art. 4º da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, Lei Orçamentária 2012, e as disposições contidas na Portaria SOF/MP nº 4, de 30 de janeiro de 2012; resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor global de R$ 1.070.000,00 (um milhão e setenta mil reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo 1º decorrem de anulações de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2100	Controle da Atuação e Fortalecimento Institucional do Ministério Público							1.070.000
		ATIVIDADES							
03 032	2100 8010	Controle da Atuação Administrativa e Financeira do Ministério Público e do Cumprimento dos Deveres Funcionais de seus Membros							1.070.000
03 032	2100 8010 0001	Controle da Atuação Administrativa e Financeira do Ministério Público e do Cumprimento dos Deveres Funcionais de seus Membros - Nacional	F	4	2	90	0	100	1.070.000
TOTAL - FISCAL									1.070.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.070.000

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2100	Controle da Atuação e Fortalecimento Institucional do Ministério Público							1.070.000
		ATIVIDADES							
03 032	2100 8010	Controle da Atuação Administrativa e Financeira do Ministério Público e do Cumprimento dos Deveres Funcionais de seus Membros							1.070.000
03 032	2100 8010 0001	Controle da Atuação Administrativa e Financeira do Ministério Público e do Cumprimento dos Deveres Funcionais de seus Membros - Nacional							1.070.000
		Decisão proferida (unidade): 940	F	3	2	90	0	100	1.070.000
TOTAL - FISCAL									1.070.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.070.000

PORTARIA Nº 221, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor global de R$ 7.609.556,00 para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 54, § 1º, III da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentária 2012, associado com o Art. 4º da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, Lei Orçamentária 2012, e as disposições contidas na Portaria SOF/MP nº 4, de 30 de janeiro de 2012; resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor global de R$ 7.609.556,00 (sete milhões, seiscentos e nove mil, quinhentos e cinquenta e seis reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo 1º decorrem de anulações de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2100	Controle da Atuação e Fortalecimento Institucional do Ministério Público							7.609.556
		ATIVIDADES							
03 122	2100 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							6.566.400
03 122	2100 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	6.566.400
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
03 122	2100 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.043.156
03 122	2100 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	1.043.156
TOTAL - FISCAL									7.609.556
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.609.556

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							7.609.556
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
03 122	0909 00H7	Contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações							1.043.156
03 122	0909 00H7 0001	Contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional	F	1	0	91	0	100	1.043.156
03 122	0909 0C04	Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Pessoal Ativo							6.566.400
03 122	0909 0C04 0001	Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Pessoal Ativo - Nacional	F	1	1	90	0	100	6.566.400
TOTAL - FISCAL									7.609.556
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.609.556

PLENÁRIO

ACÓRDÃO DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012

PROCESSO N° 0.00.000.000503/2012-27
ASSUNTO: Procedimento de Controle Administrativo - PCA
REQUERENTE: João Cleverton de Melo Santos
REQUERIDO: Ministério Público da União
EMENTA

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE IRREGULARIDADE NA REQUISIÇÃO DE SERVIDORES DE OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS, PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, EM DETRIMENTO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO PARA O CARGO DE TÉCNICO DE APOIO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. ARQUIVAMENTO DO FEITO.

1. A requisição de servidores públicos de outros órgãos para o exercício de funções de confiança e cargos em comissão possui previsão constitucional e legal.

2. Na hipótese dos autos não há confronto entre a requisição de servidores de outros órgãos para as respectivas funções e a nomeação de candidatos aprovados em concurso público além do número de vagas. Ademais, a eventual devolução de tais servidores aos órgãos de origem não torna obrigatória a nomeação dos aprovados no referido concurso público para o cadastro de reserva. Improcedência do pedido.

3. Procedimento de Controle Administrativo arquivado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, pelo arquivamento do feito.

JARBAS SOARES JÚNIOR
Relator

ACÓRDÃOS DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

PROCESSO N° 0.00.000.000383/2012-68
ASSUNTO: Processo Disciplinar (PD)
REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público
REQUERIDA: Maria das Graças Corrêa Cunha - Membro do Ministério Público do Estado do Pará
EMENTA

PROCESSO DISCIPLINAR. IMPUTAÇÃO DE INFRAÇÕES FUNCIONAIS DECORRENTES DE INÉRCIA OU EXCESSO DE PRAZO INJUSTIFICADO NA CONDUÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS SOB RESPONSABILIDADE DE MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE TRABALHO E FALTA DE ESTRUTURA FÍSICA E ADMINISTRATIVA ADEQUADA. APRESENTAÇÃO DE PROVAS DOCUMENTAIS E TESTEMUNHAIS. PROPOSTA DA COMISSÃO PROCESSANTE DE IMPROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO PUNITIVA DISCIPLINAR TENDO EM VISTA O EXCESSO DE TRABALHO E A COMPROVADA FALTA DE ESTRUTURA E DE RECURSOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADEQUADOS NA UNIDADE MINISTERIAL EM QUE ATUA A PROCESSADA. EXCESSO DE PRAZO JUSTIFICADO. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO DISCIPLINAR. IMPROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO PUNITIVA DISCIPLINAR RECONHECIDA. ARQUIVAMENTO.

ACÓRDÃO

O Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, nos termos do voto do Relator, julgou improcedente a pretensão punitiva disciplinar referente às condutas descritas no anexo da Portaria publicada no Diário Oficial da União nº 131, Seção 2, p. 51, do dia 9 de julho de 2012 (fls. 43/52), imputadas à Promotora de Justiça do Estado do Pará Maria das Graças Corrêa Cunha, isentando-a de qualquer responsabilidade disciplinar e determinando o arquivamento do presente feito.

FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA
Conselheiro-Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO nº 0.00.000.001213/2012-09
REQUERENTE: Jacyelle da Silva Bandeira
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Piauí
RELATOR: Conselheira Maria Ester Henriques Tavares
EMENTA
PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MP. COMISSÃO DE CONCURSO. APRECIAÇÃO DOS RECURSOS. COMPETÊNCIA INDELEGÁVEL. RESOLUÇÃO CNMP Nº 14/2006. NULIDADE. CONVALIDAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO INTERESSE PÚBLICO OU DE TERCEIROS. IMPROCEDÊNCIA.
1. Conforme dispõe o art. 22 da Resolução CNMP nº 14/2006, compete exclusivamente à Comissão de Concurso a apreciação dos recursos interpostos contra os resultados das provas aplicadas durante o certame de ingresso a carreira ministerial.
2. Admite-se a utilização da estrutura e logística das bancas examinadoras apenas para a prática de atos executórios do concurso, e não para a realização de atos decisórios, que são reservados à Comissão de Concurso.
3. Comprovada a análise, pela Comissão de Concurso, de todos os recursos interpostos contra o resultado provisório das provas discursivas (P2 e P3), o que afasta a ocorrência de prejuízo ao interesse público ou de terceiros.
4. Regularidade da convalidação levada a efeito pelo Edital nº 7/2012 MPE/PI, que ratificou o resultado final das provas discursivas divulgados pelo edital nº 6/2012, bem como os espelhos de avaliação das respostas aos recursos interpostos contra o resultado provisório das provas discursivas, mantido o prosseguimento normal do certame.
5. Improcedência.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, julgar improcedente o presente procedimento, por considerar regular a convalidação levada a efeito pelo Edital nº 7/2012 MPE/PI, que ratificou o resultado final das provas discursivas divulgados pelo edital nº 6/2012, bem como os espelhos de avaliação das respostas aos recursos interpostos contra o resultado provisório das provas discursivas, mantido o prosseguimento normal do certame.

MARIA ESTER HERIQUES TAVARES
Relatora

Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000341/2012-27
REQUERENTE: LUIZ GONZAGA FILHO
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RELATORA: MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
EMENTA
PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. SERVIDOR ADMITIDO ANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, EM CARÁTER PERMANENTE E SOB O REGIME DA CLT. TRANSFORMAÇÃO DO CARGO OCUPADO EM CARGO PÚBLICO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO MPF, NA FORMA DO §1º DO ART. 243 DA LEI 8.112/90. JURISPRUDÊNCIA DO TCU. PRECEDENTE DO CNMP. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. PROCEDÊNCIA.
1. A contratação realizada com escopo no art. 2º do Decreto nº 77.242/76 se constitui em emprego público, e, por isso, passível de transformação em cargo efetivo, com fundamento no art. 243, § 1º, da Lei nº 8.112/90.
2. O fato de o servidor ter sido designado para função de confiança não rompeu, por si só, o contrato de trabalho. Conforme jurisprudência do TCU, o nome dado ao emprego ou cargo (função de confiança, emprego de confiança etc) não descaracteriza o vínculo de emprego firmado com o MPF, já que não houve rescisão do contrato de trabalho.
3. Princípio da Isonomia. Aplicação dos precedentes deste Conselho Nacional (PCA nº 1070/2011-46 e RPCA nº 633/2012-60).
4. Procedência do pedido, com efeitos financeiros contados da data do requerimento inicial deste feito.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, julgar procedente o pedido do requerente, nos termos do voto da Relatora.

Conselheira MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Relatora

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.000858/2012-16
RELATOR: Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães
REQUERENTE: Aurélio Cardoso dos Santos
ADVOGADO: Cícero Antonio Favaretto - OAB/SC 28.059
Vinícius Loss - OAB/SC 29.025
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Santa Catariana
EMENTA
PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. Ministério público do estado de santa catarina. Conversão de licença-prêmio em pecúnia. Demanda judicial transitada em julgado. Coisa julgada material. Vinculação a esfera administrativa. Pretensão prescrita. Pedido julgado improcedente.
1. A conversão de licença-prêmio em pecúnia solicitada pelo requerente foi objeto de demanda judicial, devidamente apreciada em sentença transitada em julgado, que declarou a inexistência de tal direito, perfazendo assim a coisa julgada material, que vinculará o exame de tal pretensão na via administrativa, sob pena de autorizar, por via reversa, a concessão de um direito negado judicialmente.
2. Encontra-se, ainda, a pretensão do requerente prescita, uma vez que a extinção do seu vínculo com o Órgão Ministerial Público se deu no ano de 1993, quando de sua aposentadoria, ou seja, há quase 20 (vinte) anos. É do rompimento do seu vínculo funcional o termo inicial para pleitear, perante à Administração, a indenização por licença-prêmio não usufruída, sob pena de tal direito ser fulminado pela prescrição quinquenal.
3. Pedido Julgado Improcedente.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, conhecer e julgar improcedente o presente procedimento de controle administrativo, nos termos do voto do Relator.

Conselheiro JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES
Relator

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0.00.000.000377/2012-19
RELATOR: Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães
REQUERENTE: Manuel Rodrigues
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Maranhão
EMENTA
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. Ministério público do estado do maranhão. Não funcionamento de promotoria de justiça da comarca de santa inês, estado do Maranhão. Não informação de membro plantonista. Atuação da corregedoria-geral do parquet maranhense. Competência supletiva em matéria disciplinar do cnmp. Ausência de informação a ser prestada pela promotora eleitora da 57º zona do estado do maranhão. Falta funcional. Artigo 43, inciso xi, da lei federal nº 8.625/93. artigo 103, inciso xi, da lei complementar estadual nº 13/91. Encaminhamento de cópia dos autos à corregedoria Nacional. Parcial procedência do pedido.
1. É certo que o Conselho Nacional do Ministério Público, em matéria disciplinar, tem competência supletiva. Dessa forma, atuando o Órgão Correcional de origem de forma diligente e apta a verificar a inocorrência de qualquer falta funcional praticada por membro do Ministério Público do Estado do Maranhão, não há qualquer providências a ser tomada por este Órgão Nacional.
2. É dever do membro do Ministério Público não só prestar informações solicitadas por sua Instituição como também por este Conselho Nacional, órgão de cúpula administrativa do Ministério Público. Ao não cumprir com o referido dever violou, em tese, o membro do Ministério Público do Estado do Maranhão o artigo 43, inciso XI, da Lei Federal nº 8.625/93 e o artigo 103, inciso XI, da Lei Complementar Estadual nº 13/91, particando, com isso, falta funcional. Encaminhamento de cópia dos presentes autos à Corregedoria Nacional para que adoção das providências que entender cabíveis.
3. Como consequência da ausência de informações, teve este Órgão Nacional de Controle sua competência constitucional de zelar pelos deveres funcionais dos membros do Ministério Público restringida, posto que não se pode conhecer das providências adotadas pela Promotora de Justiça no que tange a denúncia apresentada pelo requerente. Determinação de encaminhamento de cópia dos presentes autos à Corregedoria Nacional, para que adote as providências que entender cabíveis a fim de verificar se a atuação da Promotoria Eleitoral da 57ª Zona, Dra. Fátima Maria Sousa Arôso Mendes, pautou-se pela observância dos deveres funcionais.
4. Parcial Procedência do Pedido.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, conhecer e julgar parcialmente procedente o presente Pedido de Providências, nos termos do voto do Relator.

Conselheiro JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES
Relator

ACÓRDÃO DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Sindicância nº 0.00.000.001355/2011-87
REQUERENTE: Daniel da Silva Barroso
REQUERIDOS: Membros do Ministério Público Federal
RELATOR: Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho
EMENTA - SINDICÂNCIA. IMPUTAÇÃO DE FALTAS FUNCIONAIS A MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. ABUSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE. INFRAÇÕES DISCIPLINARES NÃO CONSTATADAS. ARQUIVAMENTO.
1. Imputação à Procuradora da República de desvio de finalidade e utilização abusiva do dispositivo de segurança colocado a seu serviço. Inexistência de irregularidades na abordagem feita ao requerente e no ingresso dos agentes de segurança no interior da academia frequentada pela sindicada.
2. Suposto exercício das funções ministeriais pelo Procurador da República, com desvio de finalidade, para beneficiar a colega de trabalho. Conduta infracional não constatada.
3. Propositura de acolhimento do relatório conclusivo apresentado pela Comissão Sindicante, determinando-se o arquivamento do procedimento.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, pelo arquivamento da Sindicância, nos termos do voto do relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Almino Afonso e Taís Ferraz.

Conselheiro JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público
Relator

ACÓRDÃOS DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Sindicância nº 0.00.000.000318/2011-51
REQUERENTE: Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz
REQUERIDA: Membro do Ministério Público Militar
RELATOR: Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho
EMENTA
SINDICÂNCIA. VIOLAÇÃO DE DEVERES FUNCIONAIS PREVISTOS NOS ARTIGOS 240, II e IV, c/c 240, V, b e 241 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 75/93.
1. Residência fora do local de lotação. Falta funcional sujeita a pena de censura, que tem prazo prescricional de 1 ano. Perda da pretensão punitiva disciplinar.
2. Interrupção de férias, em face de alegada necessidade de serviço, sem que o membro do Parquet retornasse às suas funções ministeriais. Indícios suficientes da materialidade e da autoria da suposta infração funcional, a justificar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face do Membro do Ministério Público Militar, nos termos do voto do relator. Declarou-se impedida a Conselheira Maria Ester Henriques Tavares. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Almino Afonso e Taís Ferraz.

Conselheiro JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público
Relator

PROCESSO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000558/2012-37
RELATORA: Taís Schilling Ferraz
REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas
RELATOR PARA O ACÓRDÃO: Almino Afonso Fernandes
EMENTA
PROCESSO DISCIPLINAR. PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR INSTAURADA PELA PORTARIA - CNMP - CONS/GAB/TF - N.º 01, DE 09 DE AGOSTO DE 2012. NECESSIDADE DEVIDAMENTE JUSTICADA. PUBLICAÇÃO DE PORTARIA DE PRORROGAÇÃO. REFERENDUM. DEFERIMENTO.
1. A Comissão de Processo Disciplinar solicitou, de forma justificada, a prorrogação do prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar.
2. Publicação de portaria prorrogando o prazo pelo prazo de trinta dias, nos termos do parágrafo único, do art. 97, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas, LC nº 15/96.
3. Referendum.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Disciplinar de n.º 0.00.000.000558/2012-37, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em referendar a prorrogação do prazo, por 30 (trinta) dias para a Comissão de Processo Disciplinar, instaurada pela Portaria CNMP - CONS/GAB/TF - N.º 01, de 09 de agosto de 2012 , concluir os trabalhos, nos termos do parágrafo único, do art. 97, da da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas, Lei Complementar Estadual nº 15/96.

Conselheiro ALMINO AFONSO FERNANDES
Relator
Em substituição

ACÓRDÃOS DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000738/2012-19
RELATOR: Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães
REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Servidor do Ministério Público do Estado de Alagoas
ADVOGADO: Thiago Henrique Silva Marques Luz - OAB/AL 9436
EMENTA - PEDIDO DE NOVA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR INSTAURADA PELA PORTARIA - CNMP - CONS/GAB/LG - N.º 01, DE 27 DE JULHO DE 2012. NECESSIDADE DEVIDAMENTE JUSTIFICADA. DEFERIMENTO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. A Comissão de Processo Disciplinar requereu, justificadamente, nova prorrogação do prazo para a conclusão da instrução do processo disciplinar.

2. Deferimento do pleito da Comissão de Processo Disciplinar, nos termos do art. 162 da Lei Estadual nº 5.247, de 26 de julho de 1991.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Disciplinar de n.º 0.00.000.000738/2012-19, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Disciplinar designada pela Portaria CONS/GAB/LG nº 01, de 27 de julho de 2012 que nele atua, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 162 da Lei Estadual nº 5.247, de 26 de julho de 1991.

Conselheiro JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001146/2012-14

RELATOR: Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado do Amapá

ADVOGADO: Lindoval Queiroz Alcântara - OAB/AP 507

EMENTA - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR INSTAURADA PELA PORTARIA - CNMP - CONS/GAB/LG - N.º 02, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012. NECESSIDADE DEVIDAMENTE JUSTIFICADA. DEFERIMENTO.

1. A Comissão de Processo Disciplinar requereu, justificadamente, prorrogação do prazo para a conclusão da instrução do processo disciplinar.

2. Deferimento do pleito da Comissão de Processo Disciplinar, nos termos do art. 148 da Lei Complementar Estadual nº 009, de 28 de dezembro de 1994.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Disciplinar de n.º 0.00.000.001146/2012-14, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Disciplinar designada pela Portaria CONS/GAB/LG nº 02, de 16 de outubro de 2012 que nele atua, pelo prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 148 da Lei Complementar Estadual nº 009, de 28 de dezembro de 1994.

Conselheiro JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES
Relator

DECISÃO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.001069/2012-01

Requerente: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

RELATORA: CONSELHEIRA CLAUDIA CHAGAS

DECISÃO

(…) Pelo exposto, julgo extinto o presente procedimento, pela perda do objeto, nos termos do art. 46, X, "b", do RICNMP.

Intime-se o requerido, nos termos do art. 44, II, do RICNMP.

Publique-se e, após o trânsito em julgado, arquive-se.

Conselheira CLAUDIA CHAGAS
Relatora

DECISÕES DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Representação por Inércia ou Excesso de Prazo PROCESSO N° 0.00.000.0001257/2012-21

RELATOR: Conselheiro Almino Afonso Fernandes

REQUERENTE: Marco Aurélio Costa Estanislau

REQUERIDO: Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro

DECISÃO

(…) Diante do exposto, uma vez demonstrada a ausência de inércia ou excesso de prazo por parte do membro do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, o qual atuou nos estritos limites de sua independência funcional e no exercício de sua atividade fim, entendo que os argumentos do requerente não merecem prosperar, razão pela qual determino o arquivamento do presente feito, nos termos do 46, X, "b", do RICNMP.

ALMINO AFONSO FERNANDES
Conselheiro-Relator

Pedido de Providências PROCESSO N° 0.00.000.001426/2012-22

RELATOR: Conselheiro Almino Afonso Fernandes

REQUERENTE: Renato Geraldo da Silva

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de São Paulo

DECISÃO

(…) Diante do todo exposto, determino o arquivamento dos presentes autos, nos termos do artigo 46, X, "b" e "c", do RICNMP.

ALMINO AFONSO FERNANDES
Conselheiro-Relator

DECISÕES DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Pedido de Providências nº 0.00.000.000905/2012-21

REQUERENTE: Rubson Ramos de Oliveira

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Piauí

RELATORA: Maria Ester Henriques Tavares

DECISÃO

"(...) Além disso, o certame já esta em fase final, sendo que o requerente sequer foi aprovado na prova preambular.

Dessa forma, ante a perda de objeto do presente procedimento, determino o arquivamento monocrático dos autos, nos termos dos artigos 46, inciso X, alínea b do RICNMP."

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Conselheira-Relatora

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.000850/2012-50

REQUERENTE: ITHIEL VICTOR ARAUJO PORTELA

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: CONSELHEIRA MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES

DECISÃO

"(...)Outrossim, o requente Ithiel Victor Araújo Portela e o interessado Ary de Medeiros Lages Filho não obtiveram êxito nas provas discursivas do certame, sendo que ambos não alcançaram o mínimo de 5.00 exigido na Prova 2.

Diante do exposto, determino o arquivamento monocrático do feito, nos termos do que dispõe o art. 46, inciso X, alínea "b" do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público."

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Conselheira-Relatora

DECISÃO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.000872/2012-10

REQUERENTE: CÂNDIDO ELPÍDIO DE SOUZA VACCAREZZA

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RELATOR: CONSELHEIRA MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES

DECISÃO

"(...)Ademais, se havia eventual equívoco na redação da publicação "Turminha do MPF", que pudesse provocar qualquer dúvida no leitor quanto ao julgamento da ação penal nº 470 - mensalão, tal situação já não persiste, uma vez que o conteúdo da página foi integralmente revisado pela Secretaria de Comunicação Social do MPF.

Diante disso, ante a perda de objeto do presente procedimento, determino o seu arquivamento monocrático, conforme dispõe o art. 46, inciso X, alínea "b" do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público."

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Conselheira-Relatora

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA CONJUNTA Nº 777, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a concessão de crédito suplementar ao Ministério Público da União, por anulação parcial de dotação orçamentária do Conselho Nacional do Ministério Público.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA e PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, conforme disposto no art. 130-A, inciso I, da Constituição da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 54, § 1.º, inciso III, da Lei n.º 12.465, de 12 de agosto de 2011, e da autorização constante no art. 4.º, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 12.595, de 19 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Portaria SOF n.º 04, de 30 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1.º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei n.º 12.595, de 19 de janeiro de 2012), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2.º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1.º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

ANEXOS

ANEXO I

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							600.000
		ATIVIDADES							
03 062	0581 4262	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho							600.000
03 062	0581 4262 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho - Nacional							600.000
			F	4	2	90	0	100	600.000
TOTAL - FISCAL									600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									600.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2100	Controle da Atuação e Fortalecimento Institucional do Ministério Público							600.000
		PROJETOS							
03 122	2100 12Q7	Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília - DF							600.000
03 122	2100 12Q7 0101	Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília - DF - Em Brasília - DF							600.000
			F	4	2	90	0	100	600.000
TOTAL - FISCAL									600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									600.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 776, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a concessão de crédito suplementar ao Ministério Público da União, por anulação parcial de dotação orçamentária do Conselho Nacional do Ministério Público.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA e PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, conforme disposto no art. 130-A, inciso I, da Constituição da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 54, § 1.º, inciso III, da Lei n.º 12.465, de 12 de agosto de 2011, e da autorização constante no art. 4.º, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 12.595, de 19 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Portaria SOF n.º 04, de 30 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1.º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei n.º 12.595, de 19 de janeiro de 2012), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2.º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1.º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

ANEXO I

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							600.000
		PROJETOS							
03 122	0581 7J45	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória-ES							600.000
03 122	0581 7J45 0056	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória-ES - No Município de Vitória - ES							600.000
			F	4	2	90	0	100	600.000
TOTAL - FISCAL									600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									600.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2100	Controle da Atuação e Fortalecimento Institucional do Ministério Público							600.000
		PROJETOS							
03 122	2100 12Q7	Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília - DF							600.000
03 122	2100 12Q7 0101	Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília - DF - Em Brasília - DF							600.000
		Edifício construído (percentual de execução física): 1	F	4	2	90	0	100	600.000
TOTAL - FISCAL									600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									600.000

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ACRE

PORTARIA Nº 41, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 , inciso III, da Constituição Federal de 1988 e pelo art. 6º, inciso VII, "b", c/c art. 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar 75/93, e

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo patrimônio público e demais direitos elencados pela Constituição Federal, nos termos do inciso II do artigo 129 da Carta Magna e da alínea "a", do inciso V, do artigo 5º da Lei Complementar n. 75/93;

CONSIDERANDO que, à fl. 43, oficiou-se ao Reitor do IFAC para que prestasse esclarecimentos acerca do fato de o atual Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão da instituição ser esposo da Chefe de Gabinete do Reitor, sobre o suposto uso de veículos oficiais para fins particulares, bem como para que informasse quais as providências foram/serão adotadas em relação aos servidores Cleyton Assis Loureiro da Silva, Claudia Ferreira de Almeida e Maria das Graças Alves Pereira, uma vez que, de acordo com a documentação acostada às fls. 290/297 do PA n.º 1.10.000.000001/2012-02, suas jornadas de trabalho teria ultrapassado 40 (quarenta) horas semanais;

CONSIDERANDO que, em que pese a mencionada autoridade ter afastado (fls. 49/69) todas as irregularidades apontadas, resta evidente que o IFAC não vem cumprindo o disposto no Decreto 1.867/961;

CONSIDERANDO que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Constituição Federal, art. 37);

CONSIDERANDO que o descumprimento do expediente laboral mínimo e máximo pelos servidores gera dano ao erário e prestação ineficiente dos serviços públicos e de utilidade pública prestados, bem como o enriquecimento sem causa, acaso houvesse o pagamento salarial sem a comprovação de cumprimento da carga horária, conduta de grave imoralidade administrativa;

CONSIDERANDO que, consoante o regime jurídico que é aplicável aos servidores estatutários da administração pública direta e indireta da órbita federal, o servidor "perderá a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado" e deverá, ainda, perder "a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências justificadas, ressalvadas as concessões de que trata o art. 97, e saídas antecipadas, salvo hipótese de compensação de horário, até o mês subseqüente ao da ocorrência, a ser estabelecida pela chefia imediata", podendo as faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior ser compensadas "a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício" (art. 44 da Lei n. 8112/90);

CONSIDERANDO que para a fiel observância dos dispositivos relativos à fixação e ao cumprimento de jornada de trabalho pelos servidores públicos federais é imprescindível haver um mecanismo eficiente, objetivo e passível de fiscalização e auditagem pelas respectivas chefias imediatas, pelos órgãos de direção da entidade pública e, ainda, pelos órgãos de controle interno e externo;

CONSIDERANDO que, segundo o apurado nos autos dos Procedimentos Administrativo nº 1.10.000.000656/2012-72 e n.º 1.10.000.000001/2012-02, o registro e o controle da frequência dos servidores lotados e em exercício no IFAC é, realizado por meio de lançamento de dados em folha de ponto manual, nas quais os próprios interessados apõem os horários de entrada e saída do serviço;

CONSIDERANDO que para a fiel observância dos dispositivos relativos à fixação e ao cumprimento de jornada de trabalho pelos servidores públicos federais é imprescindível haver um mecanismo eficiente, objetivo e passível de fiscalização e auditagem pelas respectivas chefias imediatas, pelos órgãos de direção da entidade pública e, ainda, pelos órgãos de controle interno e externo;

CONSIDERANDO que essa situação: a) compromete substancialmente a essência do mecanismo de controle de frequência da jornada laboral do servidor; b) inviabiliza a concreta verificação quanto ao cumprimento de deveres pelos servidores do IFAC; c) serve de estímulo a que haja a proliferação de comportamentos inadequados de servidores do ponto de vista do cumprimento da carga horária legalmente exigível;

CONSIDERANDO que, nos termos do Decreto n. 1867/96, o registro de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos federais da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional será realizado mediante controle eletrônico de ponto (art. 1º), o qual deveria ter sido implantado de forma gradativa, concluindo-se tal providência em seis meses quanto a órgãos e entidades situados na Capital Federal e nas capitais (art. 1º, §1º); Resolve,

INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fito de "Acompanhar o controle do registro de ponto dos servidores do IFAC".

Diante do exposto,

DETERMINA:

1.Autue-se este procedimento na forma de Inquérito Civil Público;

2. Comunique-se à 5ª CCR a presente instauração;

3. Expeça-se recomendação ao Reitor do IFAC para que:

a) apresente, no prazo de até 30 (trinta) dias, cronograma detalhado contemplando todas as etapas e providências administrativas (tais como contratação e desenvolvimento de projetos, licitação para compra de equipamentos, instalação etc.) que se mostrem necessárias para viabilizar a entrada em operação, a partir de junho de 2013, de sistema de controle eletrônico de ponto (biométrico) nas unidades do IFAC;

b) expeça, dentro de até 60 (sessenta) dias antes da entrada em operação do sistema indicados no item "a", ato normativo interno (dele dando ampla publicidade à comunidade universitária) que, observada a legislação aplicável e ressalvadas as hipóteses vigentes de isenção ao controle de ponto, especifique as normas de conduta dos servidores em relação ao novo mecanismo de registro e aferição de frequência dos servidores;

c) ordene dentro de até 10 (dez) dias a todos os responsáveis pelo controle de ponto de subordinados (chefias imediatas) do IFAC para que, ressalvadas as hipóteses vigentes de isenção ao controle de ponto (como o Decreto n. 1590/95), passem imediatamente a fiscalizar o cumprimento, pelos servidores, do dever de registrar fiel e diariamente os horários de ingresso e saída diários do local de trabalho, inclusive ausências durante o horário de serviço, sob pena de se exporem a futura responsabilização penal, administrativa (improbidade) e disciplinar;

d) esclareça a todos os servidores, dentro de até 10 (dez) dias, que observem o dever de promover o registro efetivo dos dados, ressalvadas as hipóteses vigentes de isenção ao controle de ponto (como o Decreto n. 1590/95), sob pena de se exporem a futura responsabilização penal, administrativa (improbidade) e disciplinar;

4. Após, voltem os autos conclusos para providências.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

EDUARDO HENRIQUE DE ALMEIDA AGUIAR

PORTARIA Nº 42, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 , inciso III, da Constituição Federal de 1988 e pelo art. 6º, inciso VII, "b", c/c art. 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar 75/93, e

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo patrimônio público e demais direitos elencados pela Constituição Federal, nos termos do inciso II do artigo 129 da Carta Magna e da alínea "a", do inciso V, do artigo 5º da Lei Complementar n. 75/93;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo n. 1.10.000.000290/2012-31, instaurado por meio do despacho de fl. 01, teve seu prazo expirado sem que tenham sido encerradas as diligências necessárias;

CONSIDERANDO que, de acordo com o Presidente do Conselho Federal de Economia (fls. 34/37), o Conselho Regional de Economia no Estado do Acre (CORECON-AC) é recorrente em irregularidades administrativo/contábil, razão pela qual seria objeto de uma inspeção in loco no Conselho;

CONSIDERANDO que a referida inspeção estava prevista para ser realizada entre 30/12/2012 e 01/11/2012, sendo que até a presente data o respectivo relatório não foi encaminhado a esta Procuradoria. Resolve,

INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fito de "Apurar supostas irregularidades cometidas no âmbito do Conselho Regional de Economia no Estado do Acre".

Diante do exposto,

DETERMINA:

1.Autue-se este procedimento na forma de Inquérito Civil Público;

2. Comunique-se à 1ª CCR a presente instauração;

3. Oficie-se ao Presidente do Conselho Federal de Economia para que encaminhe o relatório da inspeção realizada no âmbito do CORECON-AC;

4. Após, voltem os autos conclusos para providências.

Para o cumprimento da diligência acima mencionada, a presente portaria ministerial deverá ser encaminhada como minuta do ofício.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

EDUARDO HENRIQUE DE ALMEIDA AGUIAR

PORTARIA Nº 43, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio da Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 , inciso III, da Constituição Federal de 1988, e no artigo 6º, inciso VII, "b", c/c artigo 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar n. 75/93, e

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo n. 1.10.000.000261/2012-70, instaurado por meio do despacho de fl. 01, teve seu prazo expirado sem que tenham sido encerradas as diligências necessárias, Resolve

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONVERTER o supracitado Procedimento Administrativo em Inquérito Civil, com o fito de apurar possíveis irregularidades em concurso público promovido pela Universidade Federal do Acre - UFAC, para provimento de cargos de "assistente em administração", Edital PRODGEP/UFAC n. 2/2011, tendo em vista o não oferecimento de vagas destinadas aos candidatos portadores de necessidades especiais.

Ante o exposto,

DETERMINA:

1. Autue-se este procedimento na forma de Inquérito Civil;

2. Comunique-se à PFDC a presente conversão;

3. Reitere-se o ofício de fl. 42, endereçado à Reitoria da UFAC;

4. Após, voltem os autos conclusos para providências.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

ANTONELIA CARNEIRO SOUZA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 10, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar nº 75, de 20.5.93);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

CONSIDERANDO a Peça de Informação nº 1.13.001.000111/2012-44, que versa sobre possíveis irregularidades na execução do contrato de repasse nº 0251230-70/2008 (SIAFI 624291), celebrado entre o Ministério das Cidades e o Município de Fonte Boa/AM, referente à construção de unidades habitacionais, vigente até 27.03.2012;

Resolve instaurar Inquérito Civil Público para apurar possíveis irregularidades na execução do contrato de repasse nº 0251230-70/2008 (SIAFI 624291), celebrado entre o Ministério das Cidades e o Município de Fonte Boa/AM, referente à construção de unidades habitacionais, vigente até 27.03.2012.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - Seja esta Portaria autuada no início do procedimento, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - Seja fixado o prazo de 1 (um) ano para conclusão do ICP, prorrogável se necessário, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - À Coordenadoria Jurídica, para certificar a existência, ou não, de outros feitos administrativos ou judiciais, cíveis ou penais, tendo por objeto irregularidades na execução do Contrato de Repasse nº 251230-70/2008 (SIAFI 624291) celebrado entre o Município de Fonte Boa/AM e o Ministério do Turismo.

Cumpra-se.

DANIELLA MENDES DAUD

PORTARIA Nº 27, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV da lei 7.347/1985);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b" da Lei Complementar nº 75 de 20/05/1993);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (art. 129, VI, Constituição Federal e art. 8º, II da LC 75/93);

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem assim para a defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, nos termos dos artigos 5º, inciso III, alínea "e", 6º, incisos VII, alínea "c", e XI, da Lei Complementar n. 75/93, 127 e 129, inciso V, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar 75/93, compete ao Ministério Público expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a saúde visa à garantia da própria vida, bem maior indissociável da concretização da dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO que a dignidade da pessoa humana é fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, constituindo valor fundamental e orientador da própria Carta Magna de 1988;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-B da Lei 8.080/90, é instituído um Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do Sistema Único de Saúde - SUS, criado e definido por esta Lei, e pela Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, com o qual funcionará em perfeita integração;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-C da Lei 8.080/90, caberá à União, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-E da Lei 8.080/90, os Estados, Municípios, outras instituições governamentais e não-governamentais poderão atuar complementarmente no custeio e execução das ações;

CONSIDERANDO que foi instituído aos Municípios, para fins de atuação na execução das ações de saúde indígena, o Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 2.656/2007, do Ministério da Saúde, dispõe acerca da regulamentação do IAB-PI, nos seguintes termos:

Art. 2º Regulamentar o Fator de Incentivo de Atenção Básica aos povos indígenas e o Fator de Incentivo para a Assistência Ambulatorial, Hospitalar e de Apoio Diagnóstico à População Indígena, criados pela Portaria nº 1.163/GM, de 14 de setembro de 1999, que doravante passam a ser denominados Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI e Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI.

§ 1º Os recursos de que tratam o caput deste artigo serão transferidos ao respectivo gestor na modalidade fundo a fundo mediante pactuação.

§ 2º Os recursos do IAB-PI e do IAE-PI comporão blocos de financiamento da Atenção Básica e da Média e Alta Complexidade, respectivamente, instituídos pela Portaria nº 204/GM, de 31 de janeiro de 2007.

Art. 3º Definir que a aplicação dos recursos do Incentivo da Atenção Básica aos Povos Indígenas e do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas devam estar em conformidade com o Plano Distrital de Saúde Indígena - PDSI e com os Planos de Saúde dos Estados e Municípios.

Parágrafo único. Os Planos Municipais e Estaduais de Saúde devem inserir as ações voltadas à Saúde Indígena, de forma compatível ao Plano Distrital de Saúde Indígena.

Art. 4º Estabelecer que o Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI seja utilizado para ofertar consultas e procedimentos de atenção básica às comunidades indígenas. (grifei)

CONSIDERANDO que, em que pese a extinção do repasse, estabelecida pela Portaria nº 2012/2012, do Ministério da Saúde, há saldo remanescente na conta de diversos Municípios, relativo a recursos do IAB-PI recebidos e não aplicados;

CONSIDERANDO que a referida portaria prevê, em seu art. 2º, caput § 1º, a obrigação dos Municípios de apresentar, em conjunto com o DSEI e o Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI), um plano de aplicação dos recursos abrangidos pelo saldo remanescente;

CONSIDERANDO que a população indígena não vem recebendo a prestação de serviços na área da saúde de forma digna e eficiente, não se justificando a existência de recursos em conta sem a devida aplicação e conversão desses recursos em ações de saúde para os povos destinatários;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas da União - TCU, por meio do Acórdão nº 971/2009, em consulta sobre a possibilidade de utilização de saldos remanescentes do IAB-PI, embora não tenha conhecido da consulta formulada, determinou o encaminhamento de cópia de manifestação da Secretaria de Controle Externo, nos seguintes termos:

(…)

Análise

11. Conforme visto acima a legislação não previu a existência de saldos, logo não há regulamentação para ele. Contudo, nesse trabalho de auditoria operacional (Acórdão 402/2009 - TCU - Plenário), verificamos que ele é uma realidade e que, na maioria das vezes, decorre da dificuldade de contratação de pessoal para atuar nas comunidades indígenas. Ao mesmo tempo, verificou-se que as necessidades de saúde da população indígena vão muito além da contratação de pessoal.

12. Sendo assim, trabalhamos no sentido de considerar regular a aplicação de saldo remanescente desde que pactuado com o CONDISI e de que fosse aplicado em qualquer ação na Atenção Básica aos Povos Indígenas.

13. Nesse contexto, considerando que a legislação não previu o caso em questão, por analogia, entende-se que pode ser pactuado a utilização de recurso remanescente, oriundo de Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas pelos Municípios, usando as prerrogativas dispostas no art. 7º da Portaria GM/MS n. 2656, de 17/10/2007 e observando as vedações do art. 6º, § 2º, da Portaria GM n. 204/2007, de 09/01/2007.

(…) (fls. 573-574) (grifamos)

CONSIDERANDO a necessidade de se converter o saldo de recursos do IAB-PI em ações concretas de saúde para os povos indígenas dos municípios em questão;

CONSIDERANDO que os Conselhos Distritais de Saúde Indígena - CONDISIs têm como atribuição fundamental a aprovação do Plano Distrital de Saúde, o acompanhamento e avaliação de sua execução e da aplicação dos recursos, conforme art. 8º, § 3º a § 5º do Decreto nº 3156/1999;

CONSIDERANDO as atribuições do Conselho Distrital de Saúde Indígena fixadas no art. 7º da Portaria MS nº 70/2004, entre as quais se destaca o exercício do controle social das atividades de atenção à saúde indígena;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 2012/2012, do Ministério da Saúde, prevê expressamente a necessidade de participação dos CONDISIs na elaboração dos Planos de Aplicação do saldo remanescente;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para monitorar o cumprimento da Recomendação nº 001/2012/1ºOFÍCIO/PRM/TEFÉ que determina ao Município de Tefé a prestação de contas e aplicação do saldo remanescente do Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas (IAB-PI).

Para isso, determina-se seja:

I - esta Portaria autuada (no início do procedimento) e publicada nos termos do art. 39 da Resolução nº 002/2009/PR/AM;

II - comunicada a instauração à douta 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

III - aguardados os prazos estipulados na Recomendação em comento e uma vez expirados, os autos deverão vir conclusos.

PATRICK MENEZES COLARES

PORTARIA Nº 28, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV da lei 7.347/1985);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b" da Lei Complementar nº 75 de 20/05/1993);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (art. 129, VI, Constituição Federal e art. 8º, II da LC 75/93);

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem assim para a defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, nos termos dos artigos 5º, inciso III, alínea "e", 6º, incisos VII, alínea "c", e XI, da Lei Complementar n. 75/93, 127 e 129, inciso V, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar 75/93, compete ao Ministério Público expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a saúde visa à garantia da própria vida, bem maior indissociável da concretização da dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO que a dignidade da pessoa humana é fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, constituindo valor fundamental e orientador da própria Carta Magna de 1988;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-B da Lei 8.080/90, é instituído um Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do Sistema Único de Saúde - SUS, criado e definido por esta Lei, e pela Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, com o qual funcionará em perfeita integração;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-C da Lei 8.080/90, caberá à União, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-E da Lei 8.080/90, os Estados, Municípios, outras instituições governamentais e não-governamentais poderão atuar complementarmente no custeio e execução das ações;

CONSIDERANDO que foi instituído aos Municípios, para fins de atuação na execução das ações de saúde indígena, o Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 2.656/2007, do Ministério da Saúde, dispõe acerca da regulamentação do IAB-PI, nos seguintes termos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º Regulamentar o Fator de Incentivo de Atenção Básica aos povos indígenas e o Fator de Incentivo para a Assistência Ambulatorial, Hospitalar e de Apoio Diagnóstico à População Indígena, criados pela Portaria nº 1.163/GM, de 14 de setembro de 1999, que doravante passam a ser denominados Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI e Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI.

§ 1º Os recursos de que tratam o caput deste artigo serão transferidos ao respectivo gestor na modalidade fundo a fundo mediante pactuação.

§ 2º Os recursos do IAB-PI e do IAE-PI comporão blocos de financiamento da Atenção Básica e da Média e Alta Complexidade, respectivamente, instituídos pela Portaria nº 204/GM, de 31 de janeiro de 2007.

Art. 3º Definir que a aplicação dos recursos do Incentivo da Atenção Básica aos Povos Indígenas e do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas devam estar em conformidade com o Plano Distrital de Saúde Indígena - PDSI e com os Planos de Saúde dos Estados e Municípios.

Parágrafo único. Os Planos Municipais e Estaduais de Saúde devem inserir as ações voltadas à Saúde Indígena, de forma compatível ao Plano Distrital de Saúde Indígena.

Art. 4º Estabelecer que o Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI seja utilizado para ofertar consultas e procedimentos de atenção básica às comunidades indígenas. (grifei)

CONSIDERANDO que, em que pese a extinção do repasse, estabelecida pela Portaria nº 2012/2012, do Ministério da Saúde, há saldo remanescente na conta de diversos Municípios, relativo a recursos do IAB-PI recebidos e não aplicados;

CONSIDERANDO que a referida portaria prevê, em seu art. 2º, caput § 1º, a obrigação dos Municípios de apresentar, em conjunto com o DSEI e o Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI), um plano de aplicação dos recursos abrangidos pelo saldo remanescente;

CONSIDERANDO que a população indígena não vem recebendo a prestação de serviços na área da saúde de forma digna e eficiente, não se justificando a existência de recursos em conta sem a devida aplicação e conversão desses recursos em ações de saúde para os povos destinatários;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas da União - TCU, por meio do Acórdão nº 971/2009, em consulta sobre a possibilidade de utilização de saldos remanescentes do IAB-PI, embora não tenha conhecido da consulta formulada, determinou o encaminhamento de cópia de manifestação da Secretaria de Controle Externo, nos seguintes termos:

(…)

Análise

11. Conforme visto acima a legislação não previu a existência de saldos, logo não há regulamentação para ele. Contudo, nesse trabalho de auditoria operacional (Acórdão 402/2009 - TCU - Plenário), verificamos que ele é uma realidade e que, na maioria das vezes, decorre da dificuldade de contratação de pessoal para atuar nas comunidades indígenas. Ao mesmo tempo, verificou-se que as necessidades de saúde da população indígena vão muito além da contratação de pessoal.

12. Sendo assim, trabalhamos no sentido de considerar regular a aplicação de saldo remanescente desde que pactuado com o CONDISI e de que fosse aplicado em qualquer ação na Atenção Básica aos Povos Indígenas.

13. Nesse contexto, considerando que a legislação não previu o caso em questão, por analogia, entende-se que pode ser pactuado a utilização de recurso remanescente, oriundo de Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas pelos Municípios, usando as prerrogativas dispostas no art. 7º da Portaria GM/MS n. 2656, de 17/10/2007 e observando as vedações do art. 6º, § 2º, da Portaria GM n. 204/2007, de 09/01/2007.

(…) (fls. 573-574) (grifamos)

CONSIDERANDO a necessidade de se converter o saldo de recursos do IAB-PI em ações concretas de saúde para os povos indígenas dos municípios em questão;

CONSIDERANDO que os Conselhos Distritais de Saúde Indígena - CONDISIs têm como atribuição fundamental a aprovação do Plano Distrital de Saúde, o acompanhamento e avaliação de sua execução e da aplicação dos recursos, conforme art. 8º, § 3º a § 5º do Decreto nº 3156/1999;

CONSIDERANDO as atribuições do Conselho Distrital de Saúde Indígena fixadas no art. 7º da Portaria MS nº 70/2004, entre as quais se destaca o exercício do controle social das atividades de atenção à saúde indígena;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 2012/2012, do Ministério da Saúde, prevê expressamente a necessidade de participação dos CONDISIs na elaboração dos Planos de Aplicação do saldo remanescente;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para monitorar o cumprimento da Recomendação nº 002/2012/1ºOFÍCIO/PRM/TEFÉ que determina ao Município de Maraã a prestação de contas e aplicação do saldo remanescente do Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas (IAB-PI).

Para isso, determina-se seja:

I - esta Portaria autuada (no início do procedimento) e publicada nos termos do art. 39 da Resolução nº 002/2009/PR/AM;

II - comunicada a instauração à douta 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

III - aguardados os prazos estipulados na Recomendação em comento e uma vez expirados, os autos deverão vir conclusos.

PATRICK MENEZES COLARES

PORTARIA Nº 29, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV da lei 7.347/1985);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b" da Lei Complementar nº 75 de 20/05/1993);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (art. 129, VI, Constituição Federal e art. 8º, II da LC 75/93);

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem assim para a defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, nos termos dos artigos 5º, inciso III, alínea "e", 6º, incisos VII, alínea "c", e XI, da Lei Complementar n. 75/93, 127 e 129, inciso V, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar 75/93, compete ao Ministério Público expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a saúde visa à garantia da própria vida, bem maior indissociável da concretização da dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO que a dignidade da pessoa humana é fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, constituindo valor fundamental e orientador da própria Carta Magna de 1988;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-B da Lei 8.080/90, é instituído um Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do Sistema Único de Saúde - SUS, criado e definido por esta Lei, e pela Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, com o qual funcionará em perfeita integração;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-C da Lei 8.080/90, caberá à União, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-E da Lei 8.080/90, os Estados, Municípios, outras instituições governamentais e não-governamentais poderão atuar complementarmente no custeio e execução das ações;

CONSIDERANDO que foi instituído aos Municípios, para fins de atuação na execução das ações de saúde indígena, o Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 2.656/2007, do Ministério da Saúde, dispõe acerca da regulamentação do IAB-PI, nos seguintes termos:

Art. 2º Regulamentar o Fator de Incentivo de Atenção Básica aos povos indígenas e o Fator de Incentivo para a Assistência Ambulatorial, Hospitalar e de Apoio Diagnóstico à População Indígena, criados pela Portaria nº 1.163/GM, de 14 de setembro de 1999, que doravante passam a ser denominados Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI e Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI.

§ 1º Os recursos de que tratam o caput deste artigo serão transferidos ao respectivo gestor na modalidade fundo a fundo mediante pactuação.

§ 2º Os recursos do IAB-PI e do IAE-PI comporão blocos de financiamento da Atenção Básica e da Média e Alta Complexidade, respectivamente, instituídos pela Portaria nº 204/GM, de 31 de janeiro de 2007.

Art. 3º Definir que a aplicação dos recursos do Incentivo da Atenção Básica aos Povos Indígenas e do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas devam estar em conformidade com o Plano Distrital de Saúde Indígena - PDSI e com os Planos de Saúde dos Estados e Municípios.

Parágrafo único. Os Planos Municipais e Estaduais de Saúde devem inserir as ações voltadas à Saúde Indígena, de forma compatível ao Plano Distrital de Saúde Indígena.

Art. 4º Estabelecer que o Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI seja utilizado para ofertar consultas e procedimentos de atenção básica às comunidades indígenas. (grifei)

CONSIDERANDO que, em que pese a extinção do repasse, estabelecida pela Portaria nº 2012/2012, do Ministério da Saúde, há saldo remanescente na conta de diversos Municípios, relativo a recursos do IAB-PI recebidos e não aplicados;

CONSIDERANDO que a referida portaria prevê, em seu art. 2º, caput § 1º, a obrigação dos Municípios de apresentar, em conjunto com o DSEI e o Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI), um plano de aplicação dos recursos abrangidos pelo saldo remanescente;

CONSIDERANDO que a população indígena não vem recebendo a prestação de serviços na área da saúde de forma digna e eficiente, não se justificando a existência de recursos em conta sem a devida aplicação e conversão desses recursos em ações de saúde para os povos destinatários;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas da União - TCU, por meio do Acórdão nº 971/2009, em consulta sobre a possibilidade de utilização de saldos remanescentes do IAB-PI, embora não tenha conhecido da consulta formulada, determinou o encaminhamento de cópia de manifestação da Secretaria de Controle Externo, nos seguintes termos:

(…)

Análise

11. Conforme visto acima a legislação não previu a existência de saldos, logo não há regulamentação para ele. Contudo, nesse trabalho de auditoria operacional (Acórdão 402/2009 - TCU - Plenário), verificamos que ele é uma realidade e que, na maioria das vezes, decorre da dificuldade de contratação de pessoal para atuar nas comunidades indígenas. Ao mesmo tempo, verificou-se que as necessidades de saúde da população indígena vão muito além da contratação de pessoal.

12. Sendo assim, trabalhamos no sentido de considerar regular a aplicação de saldo remanescente desde que pactuado com o CONDISI e de que fosse aplicado em qualquer ação na Atenção Básica aos Povos Indígenas.

13. Nesse contexto, considerando que a legislação não previu o caso em questão, por analogia, entende-se que pode ser pactuado a utilização de recurso remanescente, oriundo de Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas pelos Municípios, usando as prerrogativas dispostas no art. 7º da Portaria GM/MS n. 2656, de 17/10/2007 e observando as vedações do art. 6º, § 2º, da Portaria GM n. 204/2007, de 09/01/2007.

(…) (fls. 573-574) (grifamos)

CONSIDERANDO a necessidade de se converter o saldo de recursos do IAB-PI em ações concretas de saúde para os povos indígenas dos municípios em questão;

CONSIDERANDO que os Conselhos Distritais de Saúde Indígena - CONDISIs têm como atribuição fundamental a aprovação do Plano Distrital de Saúde, o acompanhamento e avaliação de sua execução e da aplicação dos recursos, conforme art. 8º, § 3º a § 5º do Decreto nº 3156/1999;

CONSIDERANDO as atribuições do Conselho Distrital de Saúde Indígena fixadas no art. 7º da Portaria MS nº 70/2004, entre as quais se destaca o exercício do controle social das atividades de atenção à saúde indígena;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 2012/2012, do Ministério da Saúde, prevê expressamente a necessidade de participação dos CONDISIs na elaboração dos Planos de Aplicação do saldo remanescente;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para monitorar o cumprimento da Recomendação nº 003/2012/1ºOFÍCIO/PRM/TEFÉ que determina ao Município de Uarini a prestação de contas e aplicação do saldo remanescente do Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas (IAB-PI).

Para isso, determina-se seja:

I - esta Portaria autuada (no início do procedimento) e publicada nos termos do art. 39 da Resolução nº 002/2009/PR/AM;

II - comunicada a instauração à douta 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

III - aguardados os prazos estipulados na Recomendação em comento e uma vez expirados, os autos deverão vir conclusos.

PATRICK MENEZES COLARES

PORTARIA Nº 33, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV da lei 7.347/1985);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b" da Lei Complementar nº 75 de 20/05/1993);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (art. 129, VI, Constituição Federal e art. 8º, II da LC 75/93);

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem assim para a defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, nos termos dos artigos 5º, inciso III, alínea "e", 6º, incisos VII, alínea "c", e XI, da Lei Complementar n. 75/93, 127 e 129, inciso V, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar 75/93, compete ao Ministério Público expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a saúde visa à garantia da própria vida, bem maior indissociável da concretização da dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO que a dignidade da pessoa humana é fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, constituindo valor fundamental e orientador da própria Carta Magna de 1988;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-B da Lei 8.080/90, é instituído um Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do Sistema Único de Saúde - SUS, criado e definido por esta Lei, e pela Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, com o qual funcionará em perfeita integração;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-C da Lei 8.080/90, caberá à União, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-E da Lei 8.080/90, os Estados, Municípios, outras instituições governamentais e não-governamentais poderão atuar complementarmente no custeio e execução das ações;

CONSIDERANDO que foi instituído aos Municípios, para fins de atuação na execução das ações de saúde indígena, o Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 2.656/2007, do Ministério da Saúde, dispõe acerca da regulamentação do IAB-PI, nos seguintes termos:

Art. 2º Regulamentar o Fator de Incentivo de Atenção Básica aos povos indígenas e o Fator de Incentivo para a Assistência Ambulatorial, Hospitalar e de Apoio Diagnóstico à População Indígena, criados pela Portaria nº 1.163/GM, de 14 de setembro de 1999, que doravante passam a ser denominados Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI e Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI.

§ 1º Os recursos de que tratam o caput deste artigo serão transferidos ao respectivo gestor na modalidade fundo a fundo mediante pactuação.

§ 2º Os recursos do IAB-PI e do IAE-PI comporão blocos de financiamento da Atenção Básica e da Média e Alta Complexidade, respectivamente, instituídos pela Portaria nº 204/GM, de 31 de janeiro de 2007.

Art. 3º Definir que a aplicação dos recursos do Incentivo da Atenção Básica aos Povos Indígenas e do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas devam estar em conformidade com o Plano Distrital de Saúde Indígena - PDSI e com os Planos de Saúde dos Estados e Municípios.

Parágrafo único. Os Planos Municipais e Estaduais de Saúde devem inserir as ações voltadas à Saúde Indígena, de forma compatível ao Plano Distrital de Saúde Indígena.

Art. 4º Estabelecer que o Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI seja utilizado para ofertar consultas e procedimentos de atenção básica às comunidades indígenas. (grifei)

CONSIDERANDO que, em que pese a extinção do repasse, estabelecida pela Portaria nº 2012/2012, do Ministério da Saúde, há saldo remanescente na conta de diversos Municípios, relativo a recursos do IAB-PI recebidos e não aplicados;

CONSIDERANDO que a referida portaria prevê, em seu art. 2º, caput § 1º, a obrigação dos Municípios de apresentar, em conjunto com o DSEI e o Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI), um plano de aplicação dos recursos abrangidos pelo saldo remanescente;

CONSIDERANDO que a população indígena não vem recebendo a prestação de serviços na área da saúde de forma digna e eficiente, não se justificando a existência de recursos em conta sem a devida aplicação e conversão desses recursos em ações de saúde para os povos destinatários;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas da União - TCU, por meio do Acórdão nº 971/2009, em consulta sobre a possibilidade de utilização de saldos remanescentes do IAB-PI, embora não tenha conhecido da consulta formulada, determinou o encaminhamento de cópia de manifestação da Secretaria de Controle Externo, nos seguintes termos:

(…)

Análise

11. Conforme visto acima a legislação não previu a existência de saldos, logo não há regulamentação para ele. Contudo, nesse trabalho de auditoria operacional (Acórdão 402/2009 - TCU - Plenário), verificamos que ele é uma realidade e que, na maioria das vezes, decorre da dificuldade de contratação de pessoal para atuar nas comunidades indígenas. Ao mesmo tempo, verificou-se que as necessidades de saúde da população indígena vão muito além da contratação de pessoal.

12. Sendo assim, trabalhamos no sentido de considerar regular a aplicação de saldo remanescente desde que pactuado com o CONDISI e de que fosse aplicado em qualquer ação na Atenção Básica aos Povos Indígenas.

13. Nesse contexto, considerando que a legislação não previu o caso em questão, por analogia, entende-se que pode ser pactuado a utilização de recurso remanescente, oriundo de Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas pelos Municípios, usando as prerrogativas dispostas no art. 7º da Portaria GM/MS n. 2656, de 17/10/2007 e observando as vedações do art. 6º, § 2º, da Portaria GM n. 204/2007, de 09/01/2007.

(…) (fls. 573-574) (grifamos)

CONSIDERANDO a necessidade de se converter o saldo de recursos do IAB-PI em ações concretas de saúde para os povos indígenas dos municípios em questão;

CONSIDERANDO que os Conselhos Distritais de Saúde Indígena - CONDISIs têm como atribuição fundamental a aprovação do Plano Distrital de Saúde, o acompanhamento e avaliação de sua execução e da aplicação dos recursos, conforme art. 8º, § 3º a § 5º do Decreto nº 3156/1999;

CONSIDERANDO as atribuições do Conselho Distrital de Saúde Indígena fixadas no art. 7º da Portaria MS nº 70/2004, entre as quais se destaca o exercício do controle social das atividades de atenção à saúde indígena;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 2012/2012, do Ministério da Saúde, prevê expressamente a necessidade de participação dos CONDISIs na elaboração dos Planos de Aplicação do saldo remanescente;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para monitorar o cumprimento da Recomendação nº 007/2012/1ºOFÍCIO/PRM/TEFÉ que determina ao Município de Fonte Boa a prestação de contas e aplicação do saldo remanescente do Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas (IAB-PI).

Para isso, determina-se seja:

I - esta Portaria autuada (no início do procedimento) e publicada nos termos do art. 39 da Resolução nº 002/2009/PR/AM;

II - comunicada a instauração à douta 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

III - aguardados os prazos estipulados na Recomendação em comento e uma vez expirados, os autos deverão vir conclusos.

PATRICK MENEZES COLARES

PORTARIA Nº 34, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV da lei 7.347/1985);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b" da Lei Complementar nº 75 de 20/05/1993);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (art. 129, VI, Constituição Federal e art. 8º, II da LC 75/93);

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem assim para a defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, nos termos dos artigos 5º, inciso III, alínea "e", 6º, incisos VII, alínea "c", e XI, da Lei Complementar n. 75/93, 127 e 129, inciso V, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar 75/93, compete ao Ministério Público expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a saúde visa à garantia da própria vida, bem maior indissociável da concretização da dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO que a dignidade da pessoa humana é fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, constituindo valor fundamental e orientador da própria Carta Magna de 1988;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-B da Lei 8.080/90, é instituído um Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do Sistema Único de Saúde - SUS, criado e definido por esta Lei, e pela Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, com o qual funcionará em perfeita integração;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-C da Lei 8.080/90, caberá à União, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-E da Lei 8.080/90, os Estados, Municípios, outras instituições governamentais e não-governamentais poderão atuar complementarmente no custeio e execução das ações;

CONSIDERANDO que foi instituído aos Municípios, para fins de atuação na execução das ações de saúde indígena, o Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 2.656/2007, do Ministério da Saúde, dispõe acerca da regulamentação do IAB-PI, nos seguintes termos:

Art. 2º Regulamentar o Fator de Incentivo de Atenção Básica aos povos indígenas e o Fator de Incentivo para a Assistência Ambulatorial, Hospitalar e de Apoio Diagnóstico à População Indígena, criados pela Portaria nº 1.163/GM, de 14 de setembro de 1999, que doravante passam a ser denominados Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI e Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI.

§ 1º Os recursos de que tratam o caput deste artigo serão transferidos ao respectivo gestor na modalidade fundo a fundo mediante pactuação.

§ 2º Os recursos do IAB-PI e do IAE-PI comporão blocos de financiamento da Atenção Básica e da Média e Alta Complexidade, respectivamente, instituídos pela Portaria nº 204/GM, de 31 de janeiro de 2007.

Art. 3º Definir que a aplicação dos recursos do Incentivo da Atenção Básica aos Povos Indígenas e do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas devam estar em conformidade com o Plano Distrital de Saúde Indígena - PDSI e com os Planos de Saúde dos Estados e Municípios.

Parágrafo único. Os Planos Municipais e Estaduais de Saúde devem inserir as ações voltadas à Saúde Indígena, de forma compatível ao Plano Distrital de Saúde Indígena.

Art. 4º Estabelecer que o Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI seja utilizado para ofertar consultas e procedimentos de atenção básica às comunidades indígenas. (grifei)

CONSIDERANDO que, em que pese a extinção do repasse, estabelecida pela Portaria nº 2012/2012, do Ministério da Saúde, há saldo remanescente na conta de diversos Municípios, relativo a recursos do IAB-PI recebidos e não aplicados;

CONSIDERANDO que a referida portaria prevê, em seu art. 2º, caput § 1º, a obrigação dos Municípios de apresentar, em conjunto com o DSEI e o Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI), um plano de aplicação dos recursos abrangidos pelo saldo remanescente;

CONSIDERANDO que a população indígena não vem recebendo a prestação de serviços na área da saúde de forma digna e eficiente, não se justificando a existência de recursos em conta sem a devida aplicação e conversão desses recursos em ações de saúde para os povos destinatários;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas da União - TCU, por meio do Acórdão nº 971/2009, em consulta sobre a possibilidade de utilização de saldos remanescentes do IAB-PI, embora não tenha conhecido da consulta formulada, determinou o encaminhamento de cópia de manifestação da Secretaria de Controle Externo, nos seguintes termos:

(…)

Análise

11. Conforme visto acima a legislação não previu a existência de saldos, logo não há regulamentação para ele. Contudo, nesse trabalho de auditoria operacional (Acórdão 402/2009 - TCU - Plenário), verificamos que ele é uma realidade e que, na maioria das vezes, decorre da dificuldade de contratação de pessoal para atuar nas comunidades indígenas. Ao mesmo tempo, verificou-se que as necessidades de saúde da população indígena vão muito além da contratação de pessoal.

12. Sendo assim, trabalhamos no sentido de considerar regular a aplicação de saldo remanescente desde que pactuado com o CONDISI e de que fosse aplicado em qualquer ação na Atenção Básica aos Povos Indígenas.

13. Nesse contexto, considerando que a legislação não previu o caso em questão, por analogia, entende-se que pode ser pactuado a utilização de recurso remanescente, oriundo de Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas pelos Municípios, usando as prerrogativas dispostas no art. 7º da Portaria GM/MS n. 2656, de 17/10/2007 e observando as vedações do art. 6º, § 2º, da Portaria GM n. 204/2007, de 09/01/2007.

(…) (fls. 573-574) (grifamos)

CONSIDERANDO a necessidade de se converter o saldo de recursos do IAB-PI em ações concretas de saúde para os povos indígenas dos municípios em questão;

CONSIDERANDO que os Conselhos Distritais de Saúde Indígena - CONDISIs têm como atribuição fundamental a aprovação do Plano Distrital de Saúde, o acompanhamento e avaliação de sua execução e da aplicação dos recursos, conforme art. 8º, § 3º a § 5º do Decreto nº 3156/1999;

CONSIDERANDO as atribuições do Conselho Distrital de Saúde Indígena fixadas no art. 7º da Portaria MS nº 70/2004, entre as quais se destaca o exercício do controle social das atividades de atenção à saúde indígena;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 2012/2012, do Ministério da Saúde, prevê expressamente a necessidade de participação dos CONDISIs na elaboração dos Planos de Aplicação do saldo remanescente;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para monitorar o cumprimento da Recomendação nº 008/2012/1ºOFÍCIO/PRM/TEFÉ que determina ao Município de Juruá a prestação de contas e aplicação do saldo remanescente do Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas (IAB-PI).

Para isso, determina-se seja:

I - esta Portaria autuada (no início do procedimento) e publicada nos termos do art. 39 da Resolução nº 002/2009/PR/AM;

II - comunicada a instauração à douta 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

III - aguardados os prazos estipulados na Recomendação em comento e uma vez expirados, os autos deverão vir conclusos.

PATRICK MENEZES COLARES

PORTARIA Nº 35, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV da lei 7.347/1985);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o pa-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

trimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b" da Lei Complementar nº 75 de 20/05/1993);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (art. 129, VI, Constituição Federal e art. 8º, II da LC 75/93);

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem assim para a defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, nos termos dos artigos 5º, inciso III, alínea "e", 6º, incisos VII, alínea "c", e XI, da Lei Complementar n. 75/93, 127 e 129, inciso V, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar 75/93, compete ao Ministério Público expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a saúde visa à garantia da própria vida, bem maior indissociável da concretização da dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO que a dignidade da pessoa humana é fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, constituindo valor fundamental e orientador da própria Carta Magna de 1988;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-B da Lei 8.080/90, é instituído um Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do Sistema Único de Saúde - SUS, criado e definido por esta Lei, e pela Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, com o qual funcionará em perfeita integração;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-C da Lei 8.080/90, caberá à União, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-E da Lei 8.080/90, os Estados, Municípios, outras instituições governamentais e não-governamentais poderão atuar complementarmente no custeio e execução das ações;

CONSIDERANDO que foi instituído aos Municípios, para fins de atuação na execução das ações de saúde indígena, o Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 2.656/2007, do Ministério da Saúde, dispõe acerca da regulamentação do IAB-PI, nos seguintes termos:

Art. 2º Regulamentar o Fator de Incentivo de Atenção Básica aos povos indígenas e o Fator de Incentivo para a Assistência Ambulatorial, Hospitalar e de Apoio Diagnóstico à População Indígena, criados pela Portaria nº 1.163/GM, de 14 de setembro de 1999, que doravante passam a ser denominados Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI e Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI.

§ 1º Os recursos de que tratam o caput deste artigo serão transferidos ao respectivo gestor na modalidade fundo a fundo mediante pactuação.

§ 2º Os recursos do IAB-PI e do IAE-PI comporão blocos de financiamento da Atenção Básica e da Média e Alta Complexidade, respectivamente, instituídos pela Portaria nº 204/GM, de 31 de janeiro de 2007.

Art. 3º Definir que a aplicação dos recursos do Incentivo da Atenção Básica aos Povos Indígenas e do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas devam estar em conformidade com o Plano Distrital de Saúde Indígena - PDSI e com os Planos de Saúde dos Estados e Municípios.

Parágrafo único. Os Planos Municipais e Estaduais de Saúde devem inserir as ações voltadas à Saúde Indígena, de forma compatível ao Plano Distrital de Saúde Indígena.

Art. 4º Estabelecer que o Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI seja utilizado para ofertar consultas e procedimentos de atenção básica às comunidades indígenas. (grifei)

CONSIDERANDO que, em que pese a extinção do repasse, estabelecida pela Portaria nº 2012/2012, do Ministério da Saúde, há saldo remanescente na conta de diversos Municípios, relativo a recursos do IAB-PI recebidos e não aplicados;

CONSIDERANDO que a referida portaria prevê, em seu art. 2º, caput § 1º, a obrigação dos Municípios de apresentar, em conjunto com o DSEI e o Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI), um plano de aplicação dos recursos abrangidos pelo saldo remanescente;

CONSIDERANDO que a população indígena não vem recebendo a prestação de serviços na área da saúde de forma digna e eficiente, não se justificando a existência de recursos em conta sem a devida aplicação e conversão desses recursos em ações de saúde para os povos destinatários;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas da União - TCU, por meio do Acórdão nº 971/2009, em consulta sobre a possibilidade de utilização de saldos remanescentes do IAB-PI, embora não tenha conhecido da consulta formulada, determinou o encaminhamento de cópia de manifestação da Secretaria de Controle Externo, nos seguintes termos:

(…)

Análise

11. Conforme visto acima a legislação não previu a existência de saldos, logo não há regulamentação para ele. Contudo, nesse trabalho de auditoria operacional (Acórdão 402/2009 - TCU - Plenário), verificamos que ele é uma realidade e que, na maioria das vezes, decorre da dificuldade de contratação de pessoal para atuar nas comunidades indígenas. Ao mesmo tempo, verificou-se que as necessidades de saúde da população indígena vão muito além da contratação de pessoal.

12. Sendo assim, trabalhamos no sentido de considerar regular a aplicação de saldo remanescente desde que pactuado com o CONDISI e de que fosse aplicado em qualquer ação na Atenção Básica aos Povos Indígenas.

13. Nesse contexto, considerando que a legislação não previu o caso em questão, por analogia, entende-se que pode ser pactuado a utilização de recurso remanescente, oriundo de Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas pelos Municípios, usando as prerrogativas dispostas no art. 7º da Portaria GM/MS n. 2656, de 17/10/2007 e observando as vedações do art. 6º, § 2º, da Portaria GM n. 204/2007, de 09/01/2007.

(…) (fls. 573-574) (grifamos)

CONSIDERANDO a necessidade de se converter o saldo de recursos do IAB-PI em ações concretas de saúde para os povos indígenas dos municípios em questão;

CONSIDERANDO que os Conselhos Distritais de Saúde Indígena - CONDISIs têm como atribuição fundamental a aprovação do Plano Distrital de Saúde, o acompanhamento e avaliação de sua execução e da aplicação dos recursos, conforme art. 8º, § 3º a § 5º do Decreto nº 3156/1999;

CONSIDERANDO as atribuições do Conselho Distrital de Saúde Indígena fixadas no art. 7º da Portaria MS nº 70/2004, entre as quais se destaca o exercício do controle social das atividades de atenção à saúde indígena;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 2012/2012, do Ministério da Saúde, prevê expressamente a necessidade de participação dos CONDISIs na elaboração dos Planos de Aplicação do saldo remanescente;

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para monitorar o cumprimento da Recomendação nº 009/2012/1ºOFÍCIO/PRM/TEFÉ que determina ao Município de Carauari a prestação de contas e aplicação do saldo remanescente do Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas (IAB-PI).

Para isso, determina-se seja:

I - esta Portaria autuada (no início do procedimento) e publicada nos termos do art. 39 da Resolução nº 002/2009/PR/AM;

II - comunicada a instauração à douta 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

III - aguardados os prazos estipulados na Recomendação em comento e uma vez expirados, os autos deverão vir conclusos.

PATRICK MENEZES COLARES

PORTARIA Nº 36, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV da lei 7.347/1985);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b" da Lei Complementar nº 75 de 20/05/1993);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (art. 129, VI, Constituição Federal e art. 8º, II da LC 75/93);

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem assim para a defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, nos termos dos artigos 5º, inciso III, alínea "e", 6º, incisos VII, alínea "c", e XI, da Lei Complementar n. 75/93, 127 e 129, inciso V, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar 75/93, compete ao Ministério Público expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a saúde visa à garantia da própria vida, bem maior indissociável da concretização da dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO que a dignidade da pessoa humana é fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, constituindo valor fundamental e orientador da própria Carta Magna de 1988;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-B da Lei 8.080/90, é instituído um Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do Sistema Único de Saúde - SUS, criado e definido por esta Lei, e pela Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, com o qual funcionará em perfeita integração;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-C da Lei 8.080/90, caberá à União, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 19-E da Lei 8.080/90, os Estados, Municípios, outras instituições governamentais e não-governamentais poderão atuar complementarmente no custeio e execução das ações;

CONSIDERANDO que foi instituído aos Municípios, para fins de atuação na execução das ações de saúde indígena, o Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 2.656/2007, do Ministério da Saúde, dispõe acerca da regulamentação do IAB-PI, nos seguintes termos:

Art. 2º Regulamentar o Fator de Incentivo de Atenção Básica aos povos indígenas e o Fator de Incentivo para a Assistência Ambulatorial, Hospitalar e de Apoio Diagnóstico à População Indígena, criados pela Portaria nº 1.163/GM, de 14 de setembro de 1999, que doravante passam a ser denominados Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI e Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI.

§ 1º Os recursos de que tratam o caput deste artigo serão transferidos ao respectivo gestor na modalidade fundo a fundo mediante pactuação.

§ 2º Os recursos do IAB-PI e do IAE-PI comporão blocos de financiamento da Atenção Básica e da Média e Alta Complexidade, respectivamente, instituídos pela Portaria nº 204/GM, de 31 de janeiro de 2007.

Art. 3º Definir que a aplicação dos recursos do Incentivo da Atenção Básica aos Povos Indígenas e do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas devam estar em conformidade com o Plano Distrital de Saúde Indígena - PDSI e com os Planos de Saúde dos Estados e Municípios.

Parágrafo único. Os Planos Municipais e Estaduais de Saúde devem inserir as ações voltadas à Saúde Indígena, de forma compatível ao Plano Distrital de Saúde Indígena.

Art. 4º Estabelecer que o Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas - IAB-PI seja utilizado para ofertar consultas e procedimentos de atenção básica às comunidades indígenas. (grifei)

CONSIDERANDO que, em que pese a extinção do repasse, estabelecida pela Portaria nº 2012/2012, do Ministério da Saúde, há saldo remanescente na conta de diversos Municípios, relativo a recursos do IAB-PI recebidos e não aplicados;

CONSIDERANDO que a referida portaria prevê, em seu art. 2º, caput § 1º, a obrigação dos Municípios de apresentar, em conjunto com o DSEI e o Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI), um plano de aplicação dos recursos abrangidos pelo saldo remanescente;

CONSIDERANDO que a população indígena não vem recebendo a prestação de serviços na área da saúde de forma digna e eficiente, não se justificando a existência de recursos em conta sem a devida aplicação e conversão desses recursos em ações de saúde para os povos destinatários;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas da União - TCU, por meio do Acórdão nº 971/2009, em consulta sobre a possibilidade de utilização de saldos remanescentes do IAB-PI, embora não tenha conhecido da consulta formulada, determinou o encaminhamento de cópia de manifestação da Secretaria de Controle Externo, nos seguintes termos:

(…)

Análise

11. Conforme visto acima a legislação não previu a existência de saldos, logo não há regulamentação para ele. Contudo, nesse trabalho de auditoria operacional (Acórdão 402/2009 - TCU - Plenário), verificamos que ele é uma realidade e que, na maioria das vezes, decorre da dificuldade de contratação de pessoal para atuar nas comunidades indígenas. Ao mesmo tempo, verificou-se que as necessidades de saúde da população indígena vão muito além da contratação de pessoal.

12. Sendo assim, trabalhamos no sentido de considerar regular a aplicação de saldo remanescente desde que pactuado com o CONDISI e de que fosse aplicado em qualquer ação na Atenção Básica aos Povos Indígenas.

13. Nesse contexto, considerando que a legislação não previu o caso em questão, por analogia, entende-se que pode ser pactuado a utilização de recurso remanescente, oriundo de Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas pelos Municípios, usando as prerrogativas dispostas no art. 7º da Portaria GM/MS n. 2656, de 17/10/2007 e observando as vedações do art. 6º, § 2º, da Portaria GM n. 204/2007, de 09/01/2007.

(…) (fls. 573-574) (grifamos)

CONSIDERANDO a necessidade de se converter o saldo de recursos do IAB-PI em ações concretas de saúde para os povos indígenas dos municípios em questão;

CONSIDERANDO que os Conselhos Distritais de Saúde Indígena - CONDISIs têm como atribuição fundamental a aprovação do Plano Distrital de Saúde, o acompanhamento e avaliação de sua execução e da aplicação dos recursos, conforme art. 8º, § 3º a § 5º do Decreto nº 3156/1999;

CONSIDERANDO as atribuições do Conselho Distrital de Saúde Indígena fixadas no art. 7º da Portaria MS nº 70/2004, entre as quais se destaca o exercício do controle social das atividades de atenção à saúde indígena;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que a Portaria nº 2012/2012, do Ministério da Saúde, prevê expressamente a necessidade de participação dos CONDISIs na elaboração dos Planos de Aplicação do saldo remanescente;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para monitorar o cumprimento da Recomendação nº 010/2012/1ºOFÍCIO/PRM/TEFÉ que determina ao Município de Tapauá a prestação de contas e aplicação do saldo remanescente do Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas (IAB-PI).

Para isso, determina-se seja:

I - esta Portaria autuada (no início do procedimento) e publicada nos termos do art. 39 da Resolução nº 002/2009/PR/AM;

II - comunicada a instauração à douta 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

III - aguardados os prazos estipulados na Recomendação em comento e uma vez expirados, os autos deverão vir conclusos.

PATRICK MENEZES COLARES

PORTARIA Nº 106, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar nº 75, de 20.5.93);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Resolve converter a Peça de Informação nº 1.13.000.001099/2011-14 em Inquérito Civil Público para apurar possíveis irregularidades na Execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) celebrado entre o FNDE e o Município de Manicoré/AM, no exercício de 2008.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - Seja autuada esta portaria no início do procedimento, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - Seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Oficie-se ao FNDE para que se manifeste sobre as irregularidades apontadas nos Autos em relação à execução do Programa Dinheiro Direto na Escola no exercício de 2008 , encaminhando cópia da prestação de contas do referido Programa;

IV - Oficie-se ao Banco do Brasil para que envie as cópias dos extratos de movimentação, cheques e demais comprovantes de débitos, nomes dos responsáveis pela movimentação e respectivos beneficiários, bem como cópia das respectivas fichas de autógrafo da Conta Específica na qual foram creditados os recursos do PDDE/2008 em favor do Município de Manicoré/AM, referentes ao período de 01/01/2008 a 31/12/2008;

V - Oficie-se ao TCU (Tribunal de Contas da União) para que informe se foi instaurada Tomada de Contas Especial em face do Município de Manicoré/AM em decorrência da execução do PDDE/2008 encaminhando, acaso existente, cópia do procedimento instaurado para tal mister, preferencialmente em meio digital, ainda que não concluída sua análise

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

RICARDO PERIN NARDI

PORTARIA Nº 147, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar nº 75, de 20.5.93);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Resolve converter a Peça de Informação n° 1.13.000.000979/2011-73 em Inquérito Civil Público, para apurar supostas irregularidades na execução do PEJA/2005, no Município de Autazes/AM.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - à COORJUR para autuar esta portaria no início do procedimento e efetuar sua remessa à publicação, nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, via Sistema ÚNICO;

II - a prorrogação pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Seja oficiado ao FNDE para que atualize o teor do Ofício nº 615/2010-DIADE/CGCAP/DIFIN/FNDE, especificamente em relação ao PEJA/2005, encaminhando cópia dos documentos que entender pertinentes;

IV - Seja oficiado ao Banco do Brasil para que encaminhe cópia dos extratos de movimentação, cheques e demais comprovantes de débito, do cartão de autógrafos e nomes dos responsáveis .

RICARDO PERIN NARDI

PORTARIA Nº 174, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais;

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b");

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

RESOLVE converter a presente Peça de Informação nº 1.13.000.000027/2011-50 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar irregularidades na execução dos Convênios 4004/2004 e 4132/2004, celebrados entre a Fundação Boas Novas e o Ministério da Saúde para aquisição de unidades móveis de saúde.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - seja esta Portaria publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - à Secretaria de Gabinete que solicite pesquisa à Assessoria de Análise e Pesquisa - ASSPA - acerca do endereço completo dos Requeridos, respectivamente, Srs. Dan Câmara (CPF n. 200.736.742-49); José Nelson Oliveira dos Santos (CPF n. 273.669.872-04); Miquéias Carvalho de Lima (CPF n. 336.564.792-91); Samuel Barbosa Gahu da Silva (CPF n. 406.875.032-72); Ronaldo de Siqueira Lucena (CPF n. 598.033.632-04); E.F. Medeiros (CNPJ n. 05.954.924/0001-40) e Central Car Veículos Ltda. (CNPJ n. 34.514.786/0001-87).

III - sejam os responsáveis pelas contas julgadas irregulares pelo TCU oficiados por este MPF, após pesquisa à ASSPA contendo o endereço completo daqueles - a saber Dan Câmara, José Nelson Oliveira dos Santos, Miquéias Carvalho de Lima, Samuel Barbosa Gahú da Silva, Ronaldo de Siqueira Lucena, E.F. Medeiros e Central Car Veículos Ltda - a fim de que informem, apresentando documentos comprobatórios, o cumprimento das determinações contidas no Acórdão n. 7337/2009 do Tribunal de Contas da União.

Após, voltem-me os autos conclusos.

SÉRGIO VALLADÃO FERRAZ

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 34, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO a representação veiculada pelo Sr. Valmir José Campo Dallorto, relatando possível existência de monopólio comercial, reserva de mercado e regulação privada de preços no que concerne às atividades de extração, pesquisa e comercialização de recursos minerais na região do extremo sul da Bahia.

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos narrados;

DETERMINO a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, que deverá conter o seguinte resumo:

"Representante: Valmir José Campo Dallorto requer investigação sobre as atividades do Grupo Scopel e do representante legal do DNPM- Departamento Nacional de Produção Mineral por suposta criação de reserva de mercado, monopólio sobre a produção e comercialização de brita e derivados no Extremo Sul Baiano. Teixeira de Freitas."

Em seguida, determino a adoção das seguintes providências:

a) registrar e autuar a presente Portaria com os documentos que a instruem como Inquérito Civil Público, afeto à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão;

b) comunicar a instauração do presente ICP à 3ª CCR, nos termos do art. 7º da Resolução 77/2004-CSMP e art. 5º da Resolução 13/2006 - CNMP;

c) remeter cópia desta Portaria para publicação (art. 5º, VI, da Resolução CSMPF nº 87/2010)

d) Oficie-se ao Departamento Nacional de Produção Mineral - Superintendência da Bahia, para que encaminhe, no prazo de 10 (dez) dias úteis: 1) relação completa das empresas autorizadas - ou com requerimento de autorização pendente - a realizar pesquisa mineral na região do extremo sul da Bahia, constando da informação as datas de protocolo dos respectivos requerimentos, as substâncias minerais exploradas e o uso que lhes é dado; 2) se manifeste acerca da representação do Sr. Valmir José Campo Dallorto, principalmente no que se refere à suposta formação de exclusivismo exploratório mineral por parte do Grupo Scopel, naquela região.

Com as respostas, venham-me os autos conclusos.

CLAYTTON RICARDO DE JESUS SANTOS

PORTARIA Nº 35, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO a representação veiculada pelo sr. Reginaldo T. J. Parreiras, noticiando que no município de Nova Viçosa/BA existe uma construção irregular na orla marítima, que invadiu área de preservação permanente e impede a passagem dos moradores da região à praia.

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos narrados;

DETERMINO a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, que deverá conter o seguinte resumo:

"Município de Nova Viçosa. Construção irregular. Orla marítima. Área de preservação permanente. Restrição de acesso à praia. Apuração"

Em seguida, determino a adoção das seguintes providências:

a) registrar e autuar a presente Portaria com os documentos que a instruem como Inquérito Civil Público, afeto à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão;

b) comunicar a instauração do presente ICP à 5ª CCR, nos termos do art. 7º da Resolução 77/2004-CSMP e art. 5º da Resolução 13/2006 - CNMP;

c) remeter cópia desta Portaria para publicação (art. 5º, VI, da Resolução CSMPF nº 87/2010)

d) Oficie-se ao IBAMA, requisitando-se, na maior brevidade possível, a realização de vistoria na área indicada pelo representante.

e) Oficie-se à Gerência Regional do Patrimônio da União, para que, na maior brevidade possível, realize uma vistoria na área indicada pelo representante.

Com as respostas, venham-me os autos conclusos.

CLAYTTON RICARDO DE JESUS SANTOS

PORTARIA Nº 71, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaura o presente INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto, nos termos do art. 4º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

RESUMO: Apura irregularidades na distribuição de imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida. Município de Ilhéus. 2012.

Como diligência investigatórioa inicial, determina a expedição de ofício ao Município de Ilhéus, requisitando, no prazo de 10 (dez) dias:

a) a lista final de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, divulgada no corrente mês de dezembro;

b) que informe, de forma minuciosa, o critério utilizado para escolha dos beneficiários;

c) que forneça as listas preliminares de beneficiários divulgadas no ano de 2012;

d) que indique, de forma individualizada, os motivos pelos quais Gidalva Lopes de Andrade Oliveira (CPF nº 004.105.135-12), Marilene Pereira Santos (CPF nº 350.919.165-04), Acapito Martins dos Santos (CPF nº 559.448.415-91), Vagner Cardoso dos Santos (CPF nº 558.721.665-91), Fabricio Costa de Castro (CPF nº 016.795.855-09), Eurides Almeida Campos (CPF nº 099978065-49), Antônia da Silva Rodrigues (CPF nº 220.527.555-00), Dayanne Oliveira dos Santos (CPF nº 020.695.375-52), Maria Conceição de Matos Neves (CPF nº 329.533.725-04), Fabien Izaura Lorenlai Santos Ferreira (CPF nº 041.195.625-65), Leda Maria da Silva (CPF nº 289.083.255-49), Maria Jeane Silva do Nascimento (CPF nº 626949365-04), Luciane Maria Silva Santos (CPF nº 929533365-91), Rosenita Ferreira Coelho dos Anjos (CPF nº 539201637-53), Luciana

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nascimento dos Santos (CPF nº 020.097.785-70), Wellington Santos de Freitas (CPF Nº 015.328.235-50), Jailson Santana de Oliveira (CPF nº 933.355.395-91), Natalicia Alves Carvalho (CPF nº 186.019.525-34), Elenice Cardoso Lima Santos (CPF nº 173.749.875-87), Lindinalva Souza da Silva (CPF nº 178.770.325-87), Eliete Neves da Silva (CPF nº 913544555-68), Andréia Abreu de Souza (CPF nº 014.156.135-16), Valmir Ameno dos Anjos (CPF nº 136.392.935-68), Tassia Amorim Pinheiro Honorato (CPF nº 023.061.065-09), José Luis Mattos Wense (CPF nº 004.729.415-93), Carla Eliene Santos Oliveira (CPF nº 1026.467.995-43), Maurina Conceição Nascimento Santana (CPF nº 011.675.695-04), Eraldo Porto dos Santos (CPF nº 583.867.265-04), Vania Borges dos Santos (CPF nº 652.052.355-00), Rosemary Miranda Santos (CPF nº 457.823.265-49), Emanuela Bomfim Braz Nogueira (CPF nº 995517215-00), Edson de Jesus (CPF nº 848.616.305-68), Isabel Cristina Barreto dos Santos (CPF nº 967.140.185-68) e Virginia Maria Alencar Ferreira (CPF nº 030.109.685-66), foram excluídos do Programa Minha Casa Minha Vida.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Designa, de acordo com a Resolução CSMPF nº 106, de 06/04/2010, o servidor Daniel Freitas Muniz Ferreira (Matrícula 19798-0), lotado nesta Procuradoria, como secretário responsável pelos registros e pelas tarefas administrativas requeridas no âmbito deste inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA Nº 87, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, c, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Resolve o signatário, INSTAURAR o presente inquérito civil para promover ampla apuração dos fatos noticiados, através do expediente de nº 1.14.001.000311/2012-60.

Autue-se a presente portaria e a peça de informação que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em averiguar a razoabilidade dos critérios adotados pelo MEC para alocação dos estudantes em seus locais de prova para a realização do ENEM.

Determino, ainda, que: 1) sejam oficiados o MEC e o INEP para que se manifestem sobre os fatos narrados na representação que deverá seguir anexa, notadamente no que tange aos critérios adotados para definir a alocação dos candidatos ao ENEM em seus respectivos locais de prova; 2) sejam oficiados os representantes, para que lhes seja dada ciência da instauração do presente inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), encaminhando-se cópia do arquivo digital, referente à presente portaria, através do endereço eletrônico pfdc005@pgr.mpf.gov.br, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público1.

LEANDRO BASTOS NUNES

PORTARIA Nº 91, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, c, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Resolve o signatário, INSTAURAR o presente inquérito civil para promover ampla apuração dos fatos noticiados, através do expediente de nº 11.14.000.002772/2012-87.

Autue-se a presente portaria e a peça de informação que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em averiguar supostas ilegalidades cometidas pela Faculdade São Tomaz de Aquino, concernentes em criar óbices à expedição do diploma dos alunos que estão inadimplentes..

Determino, ainda: 1) a expedição de ofício ao Representante dando-lhe ciência da presente instauração; 2) a expedição de ofício ao Diretor da Faculdade São Tomáz de Aquino, a fim de que se manifeste sobre a presente representação (que deverá seguir anexa), admoestando-lhe a, no caso de procedência das denúncias, cessar quaisquer óbices à expedição dos diplomas dos alunos em virtude de inadimplemento, diante do que dispõe o art. 6º, caput da Lei 9.870/99.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), encaminhando-se cópia do arquivo digital, referente à presente portaria, através do endereço eletrônico pfdc005@pgr.mpf.gov.br, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público1

LEANDRO BASTOS NUNES

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA Nº 129, DE 14 DE AGOSTO DE 2012

Ref. procedimento no 1.15.003.000092/2011-81

I) O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo artigo 129 da Constituição Federal e com escopo no art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, parágrafo 1º da lei nº 7.347/85, e que:

II)O presente procedimento tem por objeto a fiscalização da conservação do patrimônio da extinta RFFSA, notadamente das estações localizadas nos municípios abrangidos pela área de atuação da PRM-Sobral.

III) Assim, considerando a situação de abandono noticiada em matéria jornalística do "o povo" (fl. 4) e levando em conta o disposto no artigo 127, caput e artigo 129 da Constituição Federal e artigos 1o e 2o, 5o a 7o, 38 e 41 da Lei complementar no 75/93, determino a INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL.

IV)Determino, ainda, sejam oficiados o DNIT (art. 8o da Lei no 11.483/2007) e o IPHAN (art. 9o), requisitando informações sobre os bens relacionados às fls. 25/26 e que se situam na região abrangida pela PRM-Sobral, notadamente quanto ao seu estado de conservação e à responsabilidade por sua administração.

V)Proceda-se ao registro na capa dos autos e no sistema informatizado.

VI) Encaminhe-se cópia da presente à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF para ciência e publicação em diário oficial.

VII)Designo o chefe do setor processual para secretariar o presente feito.

FERNANDO BRAGA DAMASCENO

PORTARIA Nº 185, DE 17 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010 do CSMPF;

e) considerando o tramite dos autos nº 1.15.000.001334/2008-88, que trata de apurar os fatos contidos na representação oriunda de Maria Norma Maia Porto, pensionista do beneficiário César Porto do Amaral, em que delata suposto descaso do INSS na revisão do benefício e pagamento dos valores retroativos que lhe são devidos;

f) considerando que tal conduta se insere no âmbito de atuação do Ministério Público Federal;

Converta-se em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o Procedimento Administrativo de nº 1.15.000.001334/2008-88 para promover ampla apuração dos fatos noticiados, conforme determina o § 4º, art. 4º da Resolução nº 87 do CSMPF;

Determino, ainda, que seja oficiado o Governo do Estado do Ceará para que seja informada acerca da conclusão dos serviços informados no Ofício Gab. Nº 0585/12.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

NILCE CUNHA RODRIGUES

PORTARIA Nº 249, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2012

Ref. procedimento no 1.15.003.000049/2010-34

I) O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal e com fundamento no art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, CONSIDERANDO a notícia de que Policiais Rodoviários Federais lotados no posto de Sobral/CE, desde o ano de 2009, estariam se omitindo na fiscalização de veículos de transporte de passageiros que trafegam pela BR-222 entre o município de Sobral/CE e municípios circunvizinhos, resolve converter o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, o que faz com base no artigo 127, caput e artigo 129 da Constituição Federal e artigos 1o e 2o, 5o a 7o, 38 e 41 da Lei complementar no 75/93.

II)Requisite-se à Corregedoria-Geral da Polícia Rodoviária Federal informações sobre a existência de processos administrativos disciplinares instaurados para apurar os fatos em questão bem como sobre a existência de convênios celebrados entre o Departamento de Trânsito do Estado do Ceará e o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, para a fiscalização do transporte intermunicipal de passageiros nas rodovias federais.

III)Proceda-se ao registro da presente instauração na capa dos autos e no sistema informatizado.

IV) Encaminhe-se cópia da presente à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF para ciência e publicação em diário oficial.

V)Designo o chefe do setor processual para secretariar o presente feito.

PATRÍCIO NOÉ DA FONSECA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 450, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O Ministério Público Federal, no uso das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e considerando:

a) o rol de atribuições elencadas no art. 6.º da Lei Complementar nº 75/93;

b) a incumbência prevista no 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

d) o recebimento e distribuição de peças de informação com o seguinte teor:

Peças de Informação: 1.16.000.003289/2012-45

Autor da Representação: Maria do Socorro Araújo Aguiar

Pessoas citadas: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE / Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE.

Objeto: IRREGULARIDADES. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE / Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE. Maria do Socorro Araújo Aguiar informa ser servidora do MTE/SPPE há mais de 30 anos e ter sido designada para compor um grupo executivo das atividades de supervisão dos instrumentos de transferência de recursos da Secretaria, conforme portarias SPPE 01/2011 e 26/2011. Alega que, pelo fato de 90% das supervisões in loco não terem sido realizadas por ela, recusou-se a fazer as notas técnicas e, desde então, estaria sofrendo assédio por parte do Sr. José Cláudio dos Santos Mateus, antigo coordenador do grupo, e do Sr. Daniel atual coordenador. Afirma que com o desfazimento do grupo, ela e outros servidores têm sofrido com perseguições, assédio e desvios de função e acrescenta que a autoridade máxima da Secretaria e o Coordenador Geral de Recursos Humanos, Sr. Luis, têm conhecimento das irregularidades mas, permanecem inertes.

Determina:

1 - A instauração de Procedimento Preparatório para apurar eventual irregularidade descrita nos fatos noticiados na presente peça de informação.

2 - Sua imediata conclusão para a análise das diligências iniciais.

ANNA PAULA COUTINHO DE B. MOREIRA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 470, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Converte o Procedimento Administrativo autuadas sob o nº 1.16.000.001692/2012-30 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

Objeto: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. PATRIMÔNIO PÚBLICO. Indícios de irregularidades caracterizadas pela omissão da Caixa Econômica Federal em apurar suposta perseguição sofrida pelo Sr. Gilson Tavares Costa, auditor da Empresa Pública, possivelmente, oriunda de serviços que o Auditor teria realizado na FUNCEF, por requisição do Ministério Público Federal. Em tese, tais fatos o levaram a ajuizar ação judicial para reparação de danos morais e materiais, condenando a ré no valor de R$ 450.000,00, mas, apesar dos prejuízos ao erário, nenhuma providência por aquela teria sido tomada.

Envolvidos: SIMIÃO ESTELITA SÁ DE OLIVEIRA

Interessado: GILSON TAVARES COSTA

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

PAULO JOSÉ ROCHA JÚNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS

PORTARIA Nº 246, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O Procurador da República que esta subscreve, em exercício na Procuradoria da República em Goiás, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO as atribuições constitucionais e legais do Ministério Público Federal (artigo 129, incisos II, III e VI, da CF; artigos 6°, inciso VII, 7°, inciso I, 8º, incisos II, V, VII e VIII, e 11 a 16 da Lei Complementar n° 75/93; Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO o "Programa Minha Casa, Minha Vida" - PMCMV, instituído com a finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda bruta mensal de até dez salários mínimos, que residam em qualquer dos municípios brasileiros (Lei federal nº 11.977/2009, alterada pela Lei federal nº 12.424/2011, de 16 de junho de 2011);

CONSIDERANDO que a Caixa Econômica Federal - CEF, instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, é o agente financeiro responsável pela gestão operacional do "Programa Minha Casa, Minha Vida" - PMCMV (Lei federal nº 11.977/2009, alterada pela Lei federal nº 12.424/2011, de 16 de junho de 2011);

CONSIDERANDO os critérios adotados pela Caixa Econômica Federal - CEF para seleção e exclusão de interessados em participar do PMCMV, em especial no "Residencial Irisville", localizado no Município de Goiânia/GO;

CONSIDERANDO demais elementos trazidos na representação nº 1.18.000.002551/2012-60, formulada a esta Procuradoria da República em Goiás;

CONSIDERANDO a necessidade de colher informações, documentos e outros elementos aptos a alicerçar e legitimar a atuação das atribuições desta Procuradoria da República,

Resolve instaurar inquérito civil público visando apurar supostas ações ou omissões ilícitas perpetradas pela CEF e pelo Município de Goiânia/GO, mormente quanto aos critérios de seleção e exclusão de interessados em participar do PMCMV, em especial daqueles inscritos e não selecionados para a aquisição de moradia no "Residencial Irisville", localizado nessa municipalidade;

DETERMINA:

a) autue-se esta portaria como ato inaugural do inquérito civil público, registrando-se o objeto investigado na capa dos autos e nos sistemas de controle de processos desta Procuradoria;

b) oficie-se à Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal, em Goiás, e a Prefeitura Municipal de Goiânia/GO, encaminhando-lhes cópia da representação, para conhecimento, e requisitando-lhes, no prazo de 10 (dez) dias, informações acerca dos critérios de seleção e exclusão de interessados em participar do PMCMV, em especial daqueles inscritos e não selecionados para a aquisição de moradia no "Residencial Irisville", localizado nessa municipalidade;

c) extraia-se cópia deste inquérito civil público e encaminhe-se à Procuradoria Regional Eleitoral - PRE, para as providências cabíveis.

d) encaminhe-se cópia desta portaria à PFDC, para conhecimento, inclusão na sua base de dados e publicação;

e) envie-se cópia desta portaria, em arquivo no formato digital (PDF) para a Assessoria de Comunicação desta Procuradoria da República; que deverá, em seguida, elaborar nota à imprensa, se não ainda não o fez, e inserir o arquivo na página da cidadania (www.prgo.mpf.gov.br) deste órgão ministerial; e

f) com a resposta requisitada, tornem os autos conclusos.

Cumpra-se. Publique-se.

AILTON BENEDITO DE SOUZA

PORTARIA Nº 247, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O Procurador da República que esta subscreve, em exercício na Procuradoria da República em Goiás, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO as atribuições constitucionais e legais do Ministério Público Federal (artigo 129, incisos II, III e VI, da CF; artigos 6°, inciso VII, 7°, inciso I, 8º, incisos II, V, VII e VIII, e 11 a 16 da Lei Complementar n° 75/93; Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a função social da propriedade (artigo 5º, inciso XXIII, da CF);

CONSIDERANDO a competência da União em promover a reforma agrária (artigo 184 da CF);

CONSIDERANDO que é função do INCRA implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável (artigo 2º do Decreto-Lei nº 1.110, 9 julho de 1970);

CONSIDERANDO a Instrução Normativa INCRA nº 71, de 17 de maio de 2012, que normatiza as ações e medidas a serem adotadas pelo INCRA nos casos de irregularidades em projetos de assentamento (artigo 14, inciso I, Instrução Normativa/INCRA nº 71);

CONSIDERANDO os elementos apurados, até o momento, no procedimento administrativo nº 1.18.000.001556/2012-75, em curso nesta Procuradoria da República, para acompanhar as medidas efetivamente adotadas pelas Superintendências Regionais do INCRA, em Goiás e no Distrito Federal e Entorno, mormente quanto ao cumprimento da Instrução Normativa/INCRA nº 71;

CONSIDERANDO a necessidade de prosseguir as diligências ministeriais, visando a colheita de informações, documentos e outros elementos aptos a alicerçar a atuação desta Procuradoria da República,

RESOLVE converter o procedimento administrativo nº 1.18.000.001556/2012-75 em inquérito civil público, visando apurar, acompanhar e fiscalizar as ações e omissões ilícitas da Superintendências Regionais do INCRA, em Goiás e no Distrito Federal e Entorno, mormente quanto às medidas efetivamente adotadas nos casos de irregularidades em projetos de assentamento de reforma agrária, no Estado de Goiás, consoante Instrução Normativa/INCRA nº 71, de 17 de maio de 2012;

DETERMINA:

a) autue-se esta portaria como ato inaugural do inquérito civil público, registrando-se o objeto investigado na capa dos autos e nos sistemas de controle de processos desta Procuradoria;

b) oficie-se à Superintendência Regional do INCRA, em Goiás, acusando o recebimento do Ofício/INCRA/SR04-G/Nº 1495/2012, de 6 de novembro de 2012, e requisitando-lhe, no prazo de 90 (noventa) dias, planejamento e relatório atualizado pertinente ao cumprimento da Instrução Normativa/INCRA nº 71, de 17 de maio de 2012;

c) oficie-se à Superintendência Regional do INCRA, no Distrito Federal e Entorno, requisitando-lhe, no prazo de 10 (dez) dias, relatório pertinente ao cumprimento da Instrução Normativa/INCRA nº 71, de 17 de maio de 2012, nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária em Goiás;

d) envie-se cópia desta portaria, em arquivo no formato digital (PDF) para a Assessoria de Comunicação desta Procuradoria da República; que deverá, em seguida, elaborar nota à imprensa, se não ainda não o fez, e inserir o arquivo na página da cidadania na internet (www.prgo.mpf.gov.br) deste órgão ministerial.

Cumpra-se. Publique-se.

AILTON BENEDITO DE SOUZA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO

PORTARIA Nº 5, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Procedimento Administrativo 1.20.000.000257/2005-36

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento nos incisos II, III e V, do artigo 129, da Constituição Federal, nas alíneas "b" e "c" do inciso VII, do artigo 6º e nas alienas "c", "d" e "e" do inciso III, do art. 5º, ambos da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o exercício funcional na área temática dos direitos e interesses das populações indígenas;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.20.000.000257/2005-36 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o seguinte objeto: "apuração de possível retenção de cartões bancários de indígenas por parte de comerciantes do Município de Campinápolis-MT, em especial os senhores Pedro Fonseca Aguiar, Sérgio Silvestre Ferreira, Alex Pereira de Deus/Edina e Eurípedes Silvestre Ferreira".

Comunique-se à egrégia 6ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

OTÁVIO BALESTRA NETO

PORTARIA Nº 94, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, lotado na Procuradoria da República no Município de Sinop/MT, no exercício das atribuições institucionais conferidas pelos artigos 129 da Constituição da República e 5ª da Lei Complementar 75/93, e:

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ademais, que a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

CONSIDERANDO, por derradeiro, a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal (Vencido o prazo mencionado no § 1º, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil);

Resolve converter a Peças de Informação nº 1.20.003.000379/2012-57 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar danos ao patrimônio público cometidos por excesso de carga/peso de caminhões da empresa CURTUME TROPICAL LTDA em Rodovias Federais, bem como DETERMINAR:

I - a autuação, o registro e a publicação, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público (O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo:VI - a determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação.) e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (A publicidade consistirá: I - na publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração do Inquérito Civil, do extrato do compromisso de ajustamento de conduta e no portal do Ministério Público Federal, aqueles atos bem como as promoções de arquivamento e outros atos que o presidente de Inquérito entender cabível);

II - a comunicação à Egrégia 5º CCR, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (Da instauração do inquérito civil far-se-á comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 dias, sem prejuízo da publicidade prevista no art. 16, desta Resolução e, observando-se, sempre, as situações de sigilo);

III - a adoção da seguinte diligência:

a) Oficie-se Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes requerendo informação quanto à existência de autuações envolvendo a empresa CURTUME TROPICAL LTDA, cadastrada no CNPJ sob o nº 60.881.424/0003-34, referente a veículos de carga com excesso de peso, e caso haja, solicitamos que sejam encaminhadas cópias dos Autos de infração existentes.

ADRIANO BARROS FERNANDES

PORTARIA Nº 95, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República no Município de Sinop/MT, exercendo as atribuições institucionais conferidas pelos artigos 129 da Constituição da República e 5ª da Lei Complementar 75/93, e:

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ademais, que a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

CONSIDERANDO, por derradeiro, a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal (Vencido o prazo mencionado no § 1º, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Resolve converter a Peça de Informação nº. 1.20.002.000126/2012-68 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possíveis irregularidades na aquisição de 02 (dois) ônibus escolares pela Prefeitura de Colíder/MT, após expirado o prazo para a adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 16/2010, bem como DETERMINAR:

I - a autuação, o registro e a publicação, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público (O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo:VI - a determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação.) e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (A publicidade consistirá: I - na publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração do Inquérito Civil, do extrato do compromisso de ajustamento de conduta e no portal do Ministério Público Federal, aqueles atos bem como as promoções de arquivamento e outros atos que o presidente de Inquérito entender cabível);

II - a comunicação à Egrégia PFDC - Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº. 75/1993 e do artigo 6º da Resoluçaõ nº. 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (Da instauração do inquérito civil far-se-á comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 dias, sem prejuízo da publicidade prevista no art. 16, desta Resolução e, observando-se, sempre, as situações de sigilo);

III - A adoção das seguintes diligências:

a) oficie-se à Controladoria Geral da União, encaminhando-se cópia das fls. 06/09-v do presente feito, solicitando que informe, no prazo de 10 (dez) dias úteis, eventuais providências tomadas por este órgão diante da irregularidade constatada no item 1.2.2.1 (Aquisição de veículos automotores/ônibus por meio de adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº. 16/2010 do FNDE após data de vencimento) do relatório de fiscalização nº. 035025 realizado no Município de Colíder/MT;

b) oficie-se ao Tribunal de Contas da União para que informe, no prazo de 10 (dez) dias úteis, se houve instauração de Tomada de Contas Especial relativo ao Convênio SIAFI nº 665169;

c) oficie-se ao Presidente do FNDE, Sr. José Carlos Wanderley Dias de Freitas, solicitando que informe, no prazo de 10 (dez) dias úteis, qual é a atual orientação deste órgão com relação a adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico após esgotada a sua vigência, tendo em vista que, conforme o relatório de fiscalização da CGU anexo, a Prefeitura Municipal de Colíder apresentou defesa, argumentando que o FNDE lhe orientou realizar contratação direta com as empresas fornecedoras do objeto do Convênio SIAFI nº 665169 (veículo escolar), mesmo após expirado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 16/2010. Encaminhe-se cópia das fls. 06/09-v junto ao ofício;

d) oficie-se à Prefeitura Municipal de Colíder para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, encaminhe:

d.1) cópia do ofício nº 1258/2011 - CGAME/DIRAE/FNDE/MEC de 04/11/2011, expedido pelo Coordenador-Geral de Apoio à Manutenção Escolar do FNDE, cujo conteúdo é relativo a adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 16/2010 após a sua vigência, para a compra de dois veículos escolares com recursos do FNDE (Convênio SIAFI nº 665169);

d.2) cópia integral do contrato nº 62/2011 celebrado com a empresa IVECO, e do contrato nº 63/2011 celebrado com a empresa MAN LATIM AMÉRICA, com a respectiva comprovação de entrega dos dois veículos escolares.

ANDRÉ BUENO DA SILVEIRA

PORTARIA Nº 96, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, lotado na Procuradoria da República no Município de Sinop/MT, no exercício das atribuições institucionais conferidas pelos artigos 129 da Constituição da República e 5ª da Lei Complementar 75/93, e:

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ademais, que a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

CONSIDERANDO, por derradeiro, a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal (Vencido o prazo mencionado no § 1º, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil);

Resolve instaurar, a partir da peça de informação 1.20.002.000100/2012-10, o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar supostas irregularidades na movimentação e aplicação de verbas oriundas do Bloco de Financiamento da Atenção Básica pelo Município de Matupá no ano de 2009, bem como DETERMINAR:

I - a autuação, o registro e a publicação, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público (O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo:VI - a determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação.) e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (A publicidade consistirá: I - na publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração do Inquérito Civil, do extrato do compromisso de ajustamento de conduta e no portal do Ministério Público Federal, aqueles atos bem como as promoções de arquivamento e outros atos que o presidente de Inquérito entender cabível);

II - a comunicação à Egrégia 5.ª CCR, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (Da instauração do inquérito civil far-se-á comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 dias, sem prejuízo da publicidade prevista no art. 16, desta Resolução e, observando-se, sempre, as situações de sigilo);

III - a adoção das seguintes diligências:

a) oficie-se ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS), requisitando que, no prazo de 10 (dez) dias úteis:

a.1) remeta, caso tenham sido opostas, as justificativas apresentadas à notificação expedida por aquele Departamento Nacional de Auditoria ao Município de Matupá por meio do Ofício MS/MT/SEAUD n.º 311 em 09/12/2009, bem como que informe se foram sanadas as irregularidades apontadas;

a.2) encaminhe cópia dos documentos comprobatórios citados no item IX do Relatório de Auditoria n.º 8975 (quais sejam, extratos da conta corrente n.º 9.730-6 - PSF e da conta movimento n.º 5936-6, ambas da agência 39314 do Banco do Brasil S/A), bem como se há notícias naquele órgão quanto ao possível ressarcimento da verba irregularmente movimentada;

a.3) informe se há notícias acerca da regularização da situação do ordenador de despesas do Fundo Municipal de Saúde, que à época da fiscalização que ensejou na elaboração do Relatório de Auditoria n.º 8975, era o então Prefeito Municipal;

b) oficie-se a Secretaria de Saúde do Município de Matupá para que informe e comprove documentalmente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quem é o atual ordenador de despesa do Fundo Municipal de Saúde.

ANDRÉ BUENO DA SILVEIRA

PORTARIA Nº 97, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, lotado na Procuradoria da República no Município de Sinop/MT, no exercício das atribuições institucionais conferidas pelos artigos 129 da Constituição da República e 5ª da Lei Complementar 75/93, e:

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ademais, que a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

CONSIDERANDO, por derradeiro, a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal (Vencido o prazo mencionado no § 1º, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil);

Resolve converter a Peças de Informação nº 1.20.000.000147/2012-83 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possíveis irregularidades perpetradas pelo INCRA na regularização da Fazenda Panorama e implantação de Novos Projetos de Assentamento, bem como DETERMINAR:

I - a autuação, o registro e a publicação, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público (O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo:VI - a determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação.) e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (A publicidade consistirá: I - na publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração do Inquérito Civil, do extrato do compromisso de ajustamento de conduta e no portal do Ministério Público Federal, aqueles atos bem como as promoções de arquivamento e outros atos que o presidente de Inquérito entender cabível);

II - a comunicação à Egrégia PFDC, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (Da instauração do inquérito civil far-se-á comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 dias, sem prejuízo da publicidade prevista no art. 16, desta Resolução e, observando-se, sempre, as situações de sigilo);

III - a adoção da seguinte diligência:

a) Oficie-se ao INCRA para que informe sobre a implantação de novos Projetos de Assentamentos na Fazenda Panorama, do município de Claúdia/MT, bem como informe em que fase se encontra o processo nº 54245.000026/2003-65, instaurado no âmbito desta autarquia, referente ao assunto acima exposto. Além disso, informe a possibilidade de cumprir o acordo feito entre a Comissão Pastoral da Terra Regional do Mato Grosso e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que ocupam a área, quanto à divisão da Fazenda em dois projetos de assentamento e beneficiamento de todas as famílias que ali estão, incluindo as 40 famílias do CPT, o que foi solicitado no Ofício OF/CPT-MT/Nº.07/2012, enviando cópia da resposta enviada a CPT.

b) Oficie-se a Comissão Pastoral da Terra Regional de Mato Grosso (R. Amambaí, 160, bairro Alvorada, CEP 78048-460, Fone 3054-3068, e-mail cptmt@terra.com.br) para que informe o real motivo das 40 famílias que estão no PA Panorama, Fazenda Panorama, não terem se cadastrado no INCRA, bem como informe e comprove documentalmente o acordo realizado com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, do PA "12 de outubro", quanto ao desmembramento da Fazenda Panorama em 2 projetos de assentamentos.

ADRIANO BARROS FERNANDES

PORTARIA Nº 98, DE 13 DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, lotado na Procuradoria da República no Município de Sinop/MT, no exercício das atribuições institucionais conferidas pelos artigos 129 da Constituição da República e 5ª da Lei Complementar 75/93, e:

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ademais, que a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

CONSIDERANDO, por derradeiro, a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo;

Resolve converter o Procedimento Administrativo n.º 1.20.002.000125/2012-13 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar suposto ato de improbidade administrativa praticado, ao menos em tese, pelo ex-prefeito de Colíder Celso Paulo Banazeski, consistente na ausência de preços unitários na planilha de composição analítica da obra de construção da Escola do ProInfância (objeto do Processo Licitatório - Modalidade Tomada de Preço n.º 17/2008), bem como DETERMINAR:

I - a autuação, o registro e a publicação, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público (O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo:VI - a determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação.) e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (A publicidade consistirá: I - na publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração do Inquérito Civil, do extrato do compromisso de ajustamento de conduta e no portal do Ministério Público Federal, aqueles atos bem como as promoções de arquivamento e outros atos que o presidente de Inquérito entender cabível);

II - a comunicação à Egrégia 5.ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (Da instauração do inquérito civil far-se-á comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 dias, sem prejuízo da publicidade prevista no art. 16, desta Resolução e, observando-se, sempre, as situações de sigilo);

III - a adoção das seguintes diligências:

a) Oficie-se ao Ministério da Educação, FNDE (endereço: SBS, Qd. 2, Bloco "F", 3º andar, Edifício FNDE, 70070-929, Brasília/DF, Tel: (61) 2022.4135/2022.4165/20224253) solicitando que:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

a.1) informe, conforme relatado no Ofício nº 1932/2012/DIADE/CGCAP/DIFIN/FNDE, este em resposta ao OF/PRM-SINOP/nº 650/2012 enviado por esta Procuradoria, em que fase está a fiscalização do Convênio nº 710308/2008 (SIAFI 625751) firmado entre a Prefeitura Municipal de Colíder e o Ministério da Educação; fixando o prazo máximo para realização desta análise formal;

a.2) informe se conforme o afirmado pela Prefeitura municipal de Colíder no OF. N° 509/GP/2012 (cópia em anexo), se a apresentação da Planilha com a composição analítica dos preços unitários pela empresa vencedora, após o edital e conclusão do processo licitatório, mas antes da ordem de serviço; tornam o certame regular.

b) Oficie-se a Controladoria Geral da União solicitando que informe se Convênio nº 710308/2008 (SIAFI 625751) firmado entre a Prefeitura Municipal de Colíder e o Ministério da Educação foi objeto de fiscalização, informando se houve aprovação deste.

ADRIANO BARROS FERNANDES

PORTARIA Nº 355, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição da República e na alínea "e" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana;

Considerando ser a dignidade da pessoa humana fundamento da República Federativa do Brasil, implicando a necessária implementação de políticas públicas voltadas à inserção de todas as pessoas na sociedade, inclusive e em especial os deficientes, propiciando a igualdade de oportunidades e a humanização das relações sociais;

Considerando que a Constituição Federal reservou especial espaço para os princípios da igualdade (artigo 5º, inciso XXXI do artigo 7º e inciso VIII do artigo 37), da integração social (inciso IV do artigo 203, inciso III do artigo 208, inciso II do §1º e §2º do artigo 227) e da ampla acessibilidade (artigo 244);

Considerando que o princípio da efetiva igualdade torna indispensável que as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida recebam atendimento diferenciado, na medida de sua desigualdade, concretizando o Estado Democrático de Direito pregado pela Lei Maior;

Considerando que existem mais de 24.600.256 cidadãos deficientes no país (censo do IBGE de 2000), ou seja, 14,5% da população brasileira, e aproximadamente 300.000 deles vivem no Estado de Mato Grosso;

Considerando que a Lei nº7.853/1989 estabelece o necessário apoio às pessoas deficientes, com o objetivo de sua total integração social;

Considerando que a Lei nº10.048/2000 concede prioridade de atendimento aos deficientes, idosos, gestantes, lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo;

Considerando que a Lei nº10.098/2000 estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

Considerando que os Decretos nº914/1993 e nº3.298/1999 (regulamentadores da Lei nº7.853/1989) dispõem sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

Considerando que a política nacional para integração das pessoas com deficiência tem como princípios: a) o desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar-lhes a plena integração no contexto socioeconômico e cultural; b) estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que lhes assegurem o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico; c) respeito a essas pessoas, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade;

Considerando que o artigo 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência impõe ao Brasil, assim como àqueles que atuam em seu nome (empresas públicas), ratificada pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo nº186, de 9 de julho de 2008:

"1. A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver com autonomia e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes deverão tomar as medidas apropriadas para assegurar-lhes o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ou propiciados ao público, tanto na zona urbana como na rural. Estas medidas, que deverão incluir a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, deverão ser aplicadas, entre outros, a:

a. Edifícios, rodovias, meios de transporte e outras instalações internas e externas, inclusive escolas, moradia, instalações médicas e local de trabalho;

(...)

2. Os Estados Partes deverão também tomar medidas apropriadas para:

a. Desenvolver, promulgar e monitorar a implementação de padrões e diretrizes mínimos para a acessibilidade dos serviços e instalações abertos ou propiciados ao público;" - grifo próprio;

Considerando que a situação de desrespeito às normas constitucionais acerca da ampla acessibilidade aos serviços públicos e da isonomia atinge toda a coletividade de pessoas com mobilidade reduzida, deficientes e idosos que utilizam as instalações ofertadas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso (CAU/MT);

Considerando que a omissão dos órgãos públicos no cumprimento de seus deveres administrativos legitima a atuação reparadora do Ministério Público Federal com o fim de sanar o desrespeito ao ordenamento constitucional em concreto, proporcionando observância real à dignidade das pessoas, nos termos do inciso I do artigo 109 da Constituição Federal e do inciso II do artigo 39 da Lei Complementar nº75/1993;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos à ampla acessibilidade dos serviços públicos;

Considerando o disposto na Resolução nº23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando, ainda, a necessidade de mais informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a necessidade de mais diligências e da exiguidade dos prazos legais para acompanhamento das medidas já ordenadas, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter as Peças de Informação nº1.20.000.001527/2012-55 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de "fiscalizar as condições de acessibilidade na infraestrutura e nos serviços ofertados pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso (CAU/MT)", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam solicitadas informações do CAU/MT, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a requisição, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 137, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012

Tutela Coletiva. Ofício do Patrimônio Público e Social.

JOANA BARREIRO BATISTA, Procuradora da República, lotada e em pleno exercício na Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e especialmente:

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público" (artigo 23, inciso I, da atual Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que a "administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)" (artigo 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público da União "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis", considerados, dentre outros fundamentos e princípios, "a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União" (artigo 5º., inciso I, alínea "h" da Lei Complementar 75/93);

CONSIDERANDO as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), especialmente as constantes dos artigos 9.º, 10 e 11;

CONSIDERANDO os documentos e os fatos narrados no Pedido de Providências nº 0093/2012 - instaurado no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça do PR-MS-00014184/2012 Estado de Mato Grosso do Sul -, que foi encaminhado a esta PR/MS pelo Procurador- Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, através do ofício nº 1397/2012/GAB-PGJ (Protocolo PR-MS-00011402/2012).

CONSIDERANDO que tal Pedido de Providências trata de possível prática de ato de improbidade administrativa consistente na malversação de recursos oriundos do Fundo Partidário por parte do Ex-Presidente do Diretório Estadual do Partido Progressista em Mato Grosso do Sul e sua Companheira, uma vez que estes, teriam locado imóvel com recursos do Fundo Partidário, para fins particulares.

CONSIDERANDO a necessidade, a bem do patrimônio público e social, de verificar a procedência do denunciado, bem como, acaso confirmada a situação irregular, de adotar as medidas corretivas cabíveis à espécie; Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de "apurar possível prática de ato de improbidade administrativa - consistente na malversação de recursos do Fundo Partidário - por parte do Ex-Presidente do Diretório Estadual do Partido Progressista em Mato Grosso do Sul e sua Companheira".

DETERMINA que o setor competente da Tutela Coletiva - Ofício do Patrimônio Público e Social - registre, autue e efetive o seguinte:

1. Observe-se as determinações constantes da Resolução 87/20061, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, e da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, especialmente no que se refere à renovação anual da presente portaria, ao registro em livro próprio, à prorrogação de prazo e à publicidade;

Matéria: Patrimônio Público e Social
Município: Campo Grande-MS
Grupo Temático: 5ª Câmara de Coordenação e Revisão
Tema CNMP: Servidores Públicos

2. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS) dando ciência da possível malversação de recursos oriundos do Fundo Partidário - com cópia desta portaria, do ofício nº 1397/2012/GAB-PGJ (Protocolo PR-MS-00011402/2012) e de toda documentação anexa -, bem como solicitando documentos e informações acerca da Prestação de Contas do Partido Progressista em Mato Grosso do Sul no ano de 2011, especialmente se o aluguel do prédio onde está instalado o Diretório Regional de tal Partido Político (PP/MS) é/foi pago com recursos do Fundo Partidário.

3. Oficie-se ao Diretório Regional do Partido Progressista em Mato Grosso do Sul, solicitando informações acerca dos documentos e fatos narrados no Pedido de Providências nº 0093/2012 - instaurado no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul -, que foi encaminhado a esta PR/MS pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, através do ofício nº 1397/2012/GAB-PGJ (Protocolo PR-MS-00011402/2012).

4. Encaminhe-se cópia desta portaria, do ofício nº 1397/2012/GAB-PGJ (Protocolo PR-MS-00011402/2012) e de toda documentação anexa, ao Coordenador Criminal desta PR/MS para adoção das medidas julgadas cabíveis.

JOANA BARREIRO BATISTA

PORTARIA Nº 138, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012

Tutela Coletiva. Ofício do Patrimônio Público e Social.

JOANA BARREIRO BATISTA, Procuradora da República, lotada e em pleno exercício na Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e especialmente:

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público" (artigo 23, inciso I, da atual Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que a "administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)" (artigo 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público da União "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis", considerados, dentre outros fundamentos e princípios, "a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União" (artigo 5º., inciso I, alínea "h" da Lei Complementar 75/93);

CONSIDERANDO as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), especialmente as constantes dos artigos 9.º, 10 e 11;

CONSIDERANDO que a representação enviada a esta Procuradoria da República no estado do Mato Grosso do Sul noticia

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que os fatos narrados na representação anexa indicam supostas irregularidades na execução do PROJELE "Cursos de Línguas", da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que tem como objetivo servir de laboratório para os acadêmicos e estagiários do curso de Letras e de outros cursos, para que os mesmos possam atuar como professores-instrutores, na condição de bolsistas de Projeto de Extensão, atendendo à comunidade interna e externa.

CONSIDERANDO que as supostas irregularidades estariam sendo praticadas pela gestora do Projeto e que o mesmo estaria sendo administrado pela FADEMS, assim como estariam sendo ministradas aulas por pessoas sem vínculos com a universidade, as quais estariam recebendo bolsas;

CONSIDERANDO a necessidade, a bem do patrimônio público e social, de verificar a procedência do denunciado, bem como, acaso confirmada a situação irregular, de adotar as medidas corretivas cabíveis à espécie;

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de "apurar possíveis irregularidades na execução do PROJELE "Cursos de Línguas", da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, praticadas pela sua atual gestora, assim como estariam sendo ministradas aulas por pessoas sem vínculos com a universidade, as quais estariam recebendo bolsas, sendo que o referido projeto tem como objetivo servir de laboratório para os acadêmicos e estagiários do curso de Letras e de outros cursos, para que os mesmos possam atuar como professores-instrutores, na condição de bolsistas de Projeto de Extensão, atendendo à comunidade interna e externa."

DETERMINA que o setor competente da Tutela Coletiva - Ofício do Patrimônio Público e Social - registre, autue e efetive o seguinte:

1. Observe-se as determinações constantes da Resolução 87/20061, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, e da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, especialmente no que se refere à renovação anual da presente portaria, ao registro em livro próprio, à prorrogação de prazo e à publicidade;

Matéria: Patrimônio Público e Social
Município: Campo Grande-MS
Grupo Temático: 5ª Câmara de Coordenação e Revisão
Tema CNMP: Educação - Programa Assistencial

2. Oficie-se à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul a fim de que preste esclarecimentos sobre os fatos narrados na representação que indicam supostas irregularidades na execução do PRJOELE "Cursos de Línguas" pela sua gestora, projeto que estaria sendo administrado pela FADEMS, assim como estariam sendo ministradas aulas por pessoas sem vínculo com a Univerisadade, com recebimento de bolsa, em desconformidade aos obejtivos do referido Projeto.

JOANA BARREIRO BATISTA

PORTARIA Nº 139, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

Tutela Coletiva. Ofício do Patrimônio Público e Social.

JOANA BARREIRO BATISTA, Procuradora da República, lotada e em pleno exercício na Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e especialmente:

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público" (artigo 23, inciso I, da atual Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que a "administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)" (artigo 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público da União "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis", considerados, dentre outros fundamentos e princípios, "a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União" (artigo 5º., inciso I, alínea "h" da Lei Complementar 75/93);

CONSIDERANDO as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), especialmente as constantes dos artigos 9.º, 10 e 11;

CONSIDERANDO que o Inquérito Civil Público nº 003/2012/1ªPJM, instaurado no âmbito da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS e encaminhado a esta PR/MS através do Ofício nº 277/2012 - 1ª PJM, apura possível PR-MS-00014227/2012 prática de ato de improbidade administrativa consistente no locupletamento ilícito de particulares que se passavam por pescadores profissionais para receberem o seguro defeso, os quais atuavam em conluio com agentes públicos;

CONSIDERANDO a necessidade, a bem do patrimônio público e social, de verificar a procedência do denunciado, bem como, acaso confirmada a situação irregular, de adotar as medidas corretivas cabíveis à espécie;

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de "apurar supostas irregularidades na aplicação das verbas oriundas do PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no âmbito do Centro de Educação Infantil Clebe Brasil Ferreira - Itamaracá;

CONSIDERANDO a necessidade, a bem do patrimônio público e social, de verificar a procedência do denunciado, bem como, acaso confirmada a situação irregular, de adotar as medidas corretivas cabíveis à espécie;

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de "apurar supostas irregularidades na aplicação das verbas oriundas do PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no âmbito do Centro de Educação Infantil Clebe Brasil Ferreira - Itamaracá"

DETERMINA que o setor competente da Tutela Coletiva - Ofício do Patrimônio Público e Social - registre, autue e efetive o seguinte:

1. Observe-se as determinações constantes da Resolução 87/20061, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, e da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, especialmente no que se refere à renovação anual da presente portaria, ao registro em livro próprio, à prorrogação de prazo e à publicidade;

Matéria: Patrimônio Público e Social
Município: Campo Grande-MS
Grupo Temático: 5ª Câmara de Coordenação e Revisão
Tema CNMP: Servidores Públicos

2. Oficie-se à Colônia de Pescadores Z-05 para que a mesma forneça a relação de pescadores lá registrados;

3. Após a vinda dessas informações, ao gabinete para que proceda a conferência da relação de pescadores que fazem parte da listagem de fls. 07/52 (dos autos de ICP 003/2012) com a relação dos pescadores que recebeu o seguro-defeso no período de dezembro/2011 a fevereiro/2012, enviada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (fls. 72/82), elaborando-se duas listagens, a primeira com aqueles que figuram em ambas as listas e a segunda com os demais;

4. Após a constatação acima, elabore-se Ofício ao Coordenador Criminal para que adote as medidas que entender necessárias, tendo em vista a suposta prática de crime de estelionato contra a Administração Pública.

JOANA BARREIRO BATISTA

PORTARIA Nº 140, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012

Tutela Coletiva. Ofício do Patrimônio Público e Social.

JOANA BARREIRO BATISTA, Procuradora da República, lotada e em pleno exercício na Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e especialmente:

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público" (artigo 23, inciso I, da atual Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que a "administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)" (artigo 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público da União "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis", considerados, dentre outros fundamentos e princípios, "a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União" (artigo 5º., inciso I, alínea "h" da Lei Complementar 75/93);

CONSIDERANDO as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), especialmente as constantes dos artigos 9.º, 10 e 11;

CONSIDERANDO que a representação enviada a esta Procuradoria da República no estado do Mato Grosso do Sul noticia

CONSIDERANDO que os fatos narrados no Inquérito Civil nº 016/2012, da 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social, cuja cópia integral foi encaminhada a esta PR/MS, através do Ofício 682/2012/31ªPJ, indicam supostas irregularidades na aplicação das verbas oriundas do PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no âmbito do Centro de Educação Infantil Clebe Brasil Ferreira - Itamaracá;

CONSIDERANDO a necessidade, a bem do patrimônio público e social, de verificar a procedência do denunciado, bem como, acaso confirmada a situação irregular, de adotar as medidas corretivas cabíveis à espécie;

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de "apurar as possíveis irregularidades indicadas no Processo Tomada de Contas n° 021.410/2007-8 - do Tribunal de Contas da União (TCU) -, relativo à prestação de contas de 2006 da Fundação Universidade Federal de Mato grosso do Sul - FUFMS".

DETERMINA que o setor competente da Tutela Coletiva - Ofício do Patrimônio Público e Social - registre, autue e efetive o seguinte:

1. Observe-se as determinações constantes da Resolução 87/20061, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, e da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, especialmente no que se refere à renovação anual da presente portaria, ao registro em livro próprio, à prorrogação de prazo e à publicidade;

Matéria: Patrimônio Público e Social
Município: Campo Grande-MS
Grupo Temático: 5ª Câmara de Coordenação e Revisão
Tema CNMP: Licitação - Contratos Administrativos

2. Oficie-se à Fundação Universidade Federal de Mato grosso do Sul - FUFMS, solicitando informações acerca do cumprimento das determinações constantes do Acórdão nº 3351/2011 - TCU - 2ª Câmara, proferido no bojo do Processo Tomada de Contas n° 021.410/2007-8, pelo Tribunal de Contas da União.

3. Oficie-se ao Tribunal de Contas da União em Mato Grosso do Sul - TCU/MS, solicitando informações atualizadas acerca das conclusões perpetradas no bojo do Processo Tomada de Contas n° 021.410/2007-8, especialmente se foram cumpridas - pela FUMS - as providências constantes no Acórdão nº 3351/2011 - TCU - 2ª Câmara, da citada Tomada de Contas, bem como qual foi o motivo que ensejou o arquivamento de tal Tomada de Contas.

4. Realize-se pesquisa no sítio eletrônico do TCU acerca de informações atualizadas sobre eventual decisão final e desfecho do apurado no Processo Tomada de Contas n° 021.410/2007-8.

JOANA BARREIRO BATISTA

Matéria: Patrimônio Público e Social
Município: Campo Grande-MS
Grupo Temático: 5ª Câmara de Coordenação e Revisão
Tema CNMP: Educação - Repasse de Verbas

2. Oficie-se ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para que preste informações a respeito dos repasses feitos ao Centro Integrado Infantil Clebe Brasil Ferreira - Itamaracá, através do Programa Dinheiro Direto na Escola, bem como sejam informados os valores repassados nos anos de 2011 e 2012 e se há aprovação dos mesmos, com cópia das principais peças que instruem o Inquérito Civil Público nº 016/2012, da 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social que instruem o presente ICP.

JOANA BARREIRO BATISTA

PORTARIA Nº 141, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

Tutela Coletiva. Ofício do Patrimônio Público e Social.

JOANA BARREIRO BATISTA, Procuradora da República, lotada e em pleno exercício na Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e especialmente:

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público" (artigo 23, inciso I, da atual Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que a "administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)" (artigo 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público da União "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis", considerados, dentre outros fundamentos e princípios, "a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União" (artigo 5º., inciso I, alínea "h" da Lei Complementar 75/93);

CONSIDERANDO as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), especialmente as constantes dos artigos 9.º, 10 e 11;

CONSIDERANDO a decisão constante do Acórdão nº 3351/2011 - TCU - 2ª Câmara, retificado pelo Acórdão nº 5558/201 - TCU - 2ª Câmara, proferido no bojo do Processo Tomada de Contas n° 021.410/2007-8, pelo Tribunal de Contas da União - TCU, que indicou possíveis irregularidades na prestação de contas de 2006 da Fundação Universidade Federal de Mato grosso do Sul - FUFMS.

CONSIDERANDO a necessidade, a bem do patrimônio público e social, de verificar a procedência do denunciado, bem como, acaso confirmada a situação irregular, de adotar as medidas corretivas cabíveis à espécie;

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de "apurar as possíveis irregularidades indicadas no Processo Tomada de Contas n° 021.410/2007-8 - do Tribunal de Contas da União (TCU) -, relativo à prestação de contas de 2006 da Fundação Universidade Federal de Mato grosso do Sul - FUFMS".

DETERMINA que o setor competente da Tutela Coletiva - Ofício do Patrimônio Público e Social - registre, autue e efetive o seguinte:

1. Observe-se as determinações constantes da Resolução 87/20061, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, e da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, especialmente no que se refere à renovação anual da presente portaria, ao registro em livro próprio, à prorrogação de prazo e à publicidade;

Matéria: Patrimônio Público e Social
Município: Campo Grande-MS
Grupo Temático: 5ª Câmara de Coordenação e Revisão
Tema CNMP: Licitação - Contratos Administrativos

2. Oficie-se à Fundação Universidade Federal de Mato grosso do Sul - FUFMS, solicitando informações acerca do cumprimento das determinações constantes do Acórdão nº 3351/2011 - TCU - 2ª Câmara, proferido no bojo do Processo Tomada de Contas n° 021.410/2007-8, pelo Tribunal de Contas da União.

3. Oficie-se ao Tribunal de Contas da União em Mato Grosso do Sul - TCU/MS, solicitando informações atualizadas acerca das conclusões perpetradas no bojo do Processo Tomada de Contas n° 021.410/2007-8, especialmente se foram cumpridas - pela FUMS - as providências constantes no Acórdão nº 3351/2011 - TCU - 2ª Câmara, da citada Tomada de Contas, bem como qual foi o motivo que ensejou o arquivamento de tal Tomada de Contas.

4. Realize-se pesquisa no sítio eletrônico do TCU acerca de informações atualizadas sobre eventual decisão final e desfecho do apurado no Processo Tomada de Contas n° 021.410/2007-8.

JOANA BARREIRO BATISTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 142, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

Tutela Coletiva. Ofício do Patrimônio Público e Social.

JOANA BARREIRO BATISTA, Procuradora da República, lotada e em pleno exercício na Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e especialmente:

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público" (artigo 23, inciso I, da atual Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que a "administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)" (artigo 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público da União "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis", considerados, dentre outros fundamentos e princípios, "a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União" (artigo 5º., inciso I, alínea "h" da Lei Complementar 75/93);

CONSIDERANDO as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), especialmente as constantes dos artigos 9.º, 10 e 11;

CONSIDERANDO que a representação enviada a esta Procuradoria da República no estado do Mato Grosso do Sul noticia

CONSIDERANDO que os fatos narrados na Representação PR-MS-00000670/2012 indicam possível prática de ato de improbidade pela ex-superintendente do Insituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;

CONSIDERANDO a necessidade, a bem do patrimônio público e social, de verificar a procedência do denunciado, bem como, acaso confirmada a situação irregular, de adotar as medidas corretivas cabíveis à espécie;

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de "apurar possível prática de ato de improbidade pela ex-superintendente do Insituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN"

DETERMINA que o setor competente da Tutela Coletiva - Ofício do Patrimônio Público e Social - registre, autue e efetive o seguinte:

1. Observe-se as determinações constantes da Resolução 87/20061, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, e da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, especialmente no que se refere à renovação anual da presente portaria, ao registro em livro próprio, à prorrogação de prazo e à publicidade;

Matéria: Patrimônio Público e Social

Município: Campo Grande-MS

Grupo Temático: 5ª Câmara de Coordenação e Revisão

Tema CNMP: servidores públicos

2. Oficie-se à Controladoria-Geral da União para que informe a respeito da denúncia encaminhada para a Corregedoria-Geral da União e quais providências foram adotadas, com cópia do Ofício nº 26920/2012/GAB/CGU-Regional/MS;

3. Oficie-se ao ao Procurador da República responsável pelo Procedimento Administrativo nº 1.21.000.0000181/2012-31, a fim de que informe o seu andamento ou se já houve a insaturação de inquérito policial a respeito dos fatos, bem como quais medidas já foram adotadas;

4. Oficie-se à Superintendência Regional do IPHAN em Mato Grosso do Sul, a fim de que preste informações circunstanciadas sobre os fatos relatados na denúncia que deve seguir em anexo, fomulada por servidores dessa entidade federal.

JOANA BARREIRO BATISTA

PORTARIA Nº 144, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012

Tutela Coletiva. Ofício do Patrimônio Público e Social.

JOANA BARREIRO BATISTA, Procuradora da República, lotada e em pleno exercício na Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e especialmente:

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público" (artigo 23, inciso I, da atual Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que a "administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)" (artigo 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público da União "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis", considerados, dentre outros fundamentos e princípios, "a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União" (artigo 5º., inciso I, alínea "h" da Lei Complementar 75/93);

CONSIDERANDO as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), especialmente as constantes dos artigos 9.º, 10 e 11;

CONSIDERANDO a denúncia anônima, feita por meio telefônico, através da qual é noticiada a prática de venda de lotes no Assentamento Primavera, em Jaraguari, bem como o desvio de verbas repassadas pelo INCRA;

CONSIDERANDO a necessidade, a bem do patrimônio público e social, de verificar a procedência do denunciado, bem como, acaso confirmada a situação irregular, de adotar as medidas corretivas cabíveis à espécie;

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de "apurar possíveis irregularidades ocorridas no Assentamento Primavera, Jaraguari/MS, consistentes em venda de lotes e desvio de verbas repassadas pelo INCRA"

DETERMINA que o setor competente da Tutela Coletiva - Ofício do Patrimônio Público e Social - registre, autue e efetive o seguinte:

1. Observe-se as determinações constantes da Resolução 87/20061, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, e da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, especialmente no que se refere à renovação anual da presente portaria, ao registro em livro próprio, à prorrogação de prazo e à publicidade;

Matéria: Patrimônio Público e Social

Município: Campo Grande-MS

Grupo Temático: 5ª Câmara de Coordenação e Revisão

Tema CNMP: Repasse de Verbas Públicas (Orçamento/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO/Magistrado/Movimento)

2. Oficie-se ao INCRA/MS para que preste informações a respeito da denúncia que segue em anexo, bem como informe se foi feita vistoria recentemente no Assentamento Primavera, em Jaraguari/MS, encaminhando, se porventura existente, documentação pertinente.

JOANA BARREIRO BATISTA

PORTARIA Nº 145, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012

Tutela Coletiva. Ofício do Patrimônio Público e Social.

JOANA BARREIRO BATISTA, Procuradora da República, lotada e em pleno exercício na Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e especialmente:

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público" (artigo 23, inciso I, da atual Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que a "administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)" (artigo 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público da União "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis", considerados, dentre outros fundamentos e princípios, "a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União" (artigo 5º., inciso I, alínea "h" da Lei Complementar 75/93);

CONSIDERANDO as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), especialmente as constantes dos artigos 9.º, 10 e 11;

CONSIDERANDO o expediente encaminhado pelo Ministério Público Estadual, no bojo do qual é noticiada liberação desigual de valores pelo INCRA aos assentados do Assentamento Geraldo Garcia, localizado em Sidrolândia/MS;

CONSIDERANDO a necessidade, a bem do patrimônio público e social, de verificar a procedência do denunciado, bem como, acaso confirmada a situação irregular, de adotar as medidas corretivas cabíveis à espécie;

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de "apurar possíveis irregularidades ocorridas na liberação de verbas aos assentados do Assentamento Geraldo Garcia, localizado em Sidrolândia/MS"

DETERMINA que o setor competente da Tutela Coletiva - Ofício do Patrimônio Público e Social - registre, autue e efetive o seguinte:

1. Observe-se as determinações constantes da Resolução 87/20061, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, e da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, especialmente no que se refere à renovação anual da presente portaria, ao registro em livro próprio, à prorrogação de prazo e à publicidade;

Matéria: Patrimônio Público e Social

Município: Sidrolândia-MS

Grupo Temático: 5ª Câmara de Coordenação e Revisão

Tema CNMP: Repasse de Verbas Públicas (Orçamento/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO/Magistrado/Movimento)

2. Oficie-se ao INCRA/MS para que preste informações a respeito da denúncia e documentos que seguem em anexo

JOANA BARREIRO BATISTA

PORTARIA Nº 146, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012

Tutela Coletiva. Ofício do Patrimônio Público e Social.

JOANA BARREIRO BATISTA, Procuradora da República, lotada e em pleno exercício na Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e especialmente:

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público" (artigo 23, inciso I, da atual Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que a "administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)" (artigo 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público da União "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis", considerados, dentre outros fundamentos e princípios, "a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União" (artigo 5º., inciso I, alínea "h" da Lei Complementar 75/93);

CONSIDERANDO as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), especialmente as constantes dos artigos 9.º, 10 e 11;

CONSIDERANDO a denúncia 1586/2012, realizada no sítio eletrônico da PR/MS, que noticia irregularidade consistente em abandono da obra de construção da Praça da Juventude, no município de Campo Grande/MS, parada há mais de 03 (três) meses, e que atualmente serve de depósito de lixo;

CONSIDERANDO os anexos fotográficos, bem como os extratos impressos da página da internet do governo/siconv e da Caixa Econômica Federal, que indicam que a obra, em parte, seria financiada com recursos públicos da União, especificamente do Ministério dos Esportes, via Contrato de Repasse 297270-39/2009, firmado entre a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS;

Resolve instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de "apurar possível irregularidade consistente no abandono da obra de construção da Praça da Juventude, no município de Campo Grande/MS, supostamente parada há mais de 03 (três) meses, servindo atualmente de depósito de lixo".

CONSIDERANDO a necessidade, a bem do patrimônio público e social, de verificar a procedência do denunciado, bem como, acaso confirmada a situação irregular, de adotar as medidas corretivas cabíveis à espécie;

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de "apurar possível irregularidade consistente no abandono da obra de construção da Praça da Juventude, no município de Campo Grande/MS, supostamente parada a mais de 03 (três) meses, servindo atualmente de depósito de lixo".

DETERMINA que o setor competente da Tutela Coletiva - Ofício do Patrimônio Público e Social - registre, autue e efetive o seguinte:

1. Observe-se as determinações constantes da Resolução 87/20061, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, e da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, especialmente no que se refere à renovação anual da presente portaria, ao registro em livro próprio, à prorrogação de prazo e à publicidade;

Matéria: Patrimônio Público e Social

Município: Campo Grande-MS

Grupo Temático: 5ª Câmara de Coordenação e Revisão

Tema CNMP: Repasse de Verbas Públicas

2. Oficie-se à Superintendência da Caixa Econômica Federal em MS, com cópia dos anexos fotográficos e resenhas extraídas do sítio eletrônico da CEF, para que informe se tem conhecimento da paralisação ou atraso das obras, qual a justificativa apresentada pela

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Prefeitura Municipal para tanto, bem como esclareça o que significa "pendências de engenharia" (informação do extrato de acompanhamento), devendo ser encaminhada a esta procuradoria cópia da ultima medição - RAE da obra.

JOANA BARREIRO BATISTA

PORTARIA Nº 152, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Tutela Coletiva. Ofício do Patrimônio Público e Social.

JOANA BARREIRO BATISTA, Procuradora da República, lotada e em pleno exercício na Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e especialmente:

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público" (artigo 23, inciso I, da atual Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que a "administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)" (artigo 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público da União "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis", considerados, dentre outros fundamentos e princípios, "a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União" (artigo 5º., inciso I, alínea "h" da Lei Complementar 75/93);

CONSIDERANDO as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), especialmente as constantes dos artigos 9.º, 10 e 11;

CONSIDERANDO que a representação PR-MS n.º 7228/2012 e demais documentos encaminhados a esta Procuradoria da República no estado do Mato Grosso do Sul noticiam a possíveis ocorrências de irregularidades na aplicação de Recursos do Fundo Municipal de Saúde, consistente em não prestação de contas e/ou não cumprimento de convênios firmados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde com Organizações Não Governamentais (ONGs) para desenvolvimento do Programa DST/AIDS/Sesau."

CONSIDERANDO a necessidade, a bem do patrimônio público e social, de verificar a procedência do denunciado, bem como, acaso confirmada a situação irregular, de adotar as medidas corretivas cabíveis à espécie;

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de "apurar possíveis ocorrências de irregularidades na aplicação de Recursos do Fundo Municipal de Saúde, consistente em não prestação de contas e/ou não cumprimento de convênios firmados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde com Organizações Não Governamentais (ONGs) para desenvolvimento do Programa DST/AIDS/Sesau."

DETERMINA que o setor competente da Tutela Coletiva - Ofício do Patrimônio Público e Social - registre, autue e efetive o seguinte:

1. Observe-se as determinações constantes da Resolução 87/20061, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, e da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, especialmente no que se refere à renovação anual da presente portaria, ao registro em livro próprio, à prorrogação de prazo e à publicidade;

Matéria: Patrimônio Público e Social
Município: Campo Grande-MS
Grupo Temático: 5ª Câmara de Coordenação e Revisão
Tema CNMP: Repasse de Verbas Públicas

2. Oficie-se à 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social do MPE, solicitando informações acerca do desfecho das investigações empreendidas no Procedimento Preparatório n° 18/2012 daquele órgão ministerial;

3.Oficie-se à Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande/MS, requisitando as seguintes informações e documentos:

(a)qual o desfecho do Processo de Sindicância n.° 29671/2011-61, encaminhando cópia do referido processo;

(b) Se houve aprovação das contas dos convênios firmados nos anos de 2007 à 2009 com as ONGs Centro de Protagonismo Juvenil/CPJ, Grupo Iguais de muito Grosso do Sul e Grupo de Apoio e Solidariedade Sulmatogrossense/GASS, relativas aos Processos 76594/2007, 76597/2007 e 73960/2008, encaminhando somente cópia do relatório final e decisão conclusiva da apreciação das contas;

(c) se há, nos convênios acima referidos, a aplicação de Recursos Federais, de qualquer forma, destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

JOANA BARREIRO BATISTA

PORTARIA Nº 153, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Tutela Coletiva. Ofício do Patrimônio Público e Social.

JOANA BARREIRO BATISTA, Procuradora da República, lotada e em pleno exercício na Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e especialmente:

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público" (artigo 23, inciso I, da atual Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que a "administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)" (artigo 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público da União "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis", considerados, dentre outros fundamentos e princípios, "a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União" (artigo 5º., inciso I, alínea "h" da Lei Complementar 75/93);

CONSIDERANDO as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), especialmente as constantes dos artigos 9.º, 10 e 11;

CONSIDERANDO que a representação PR-MS n.º 7229/2012 e demais documentos encaminhados a esta Procuradoria da República no estado do Mato Grosso do Sul noticiam possíveis ocorrências de irregularidades na aplicação de Recursos do Fundo Municipal de Saúde, consistente em distribuição irregular de Vales Transportes, desvio de bens, entre outros, pelo Conselho Municipal de Saúde, no qual teria instalado o Fórum Permanente de Usuários do SUS - Fusus/CG."

CONSIDERANDO a necessidade, a bem do patrimônio público e social, de verificar a procedência do denunciado, bem como, acaso confirmada a situação irregular, de adotar as medidas corretivas cabíveis à espécie;

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de "apurar possíveis ocorrências de irregularidades na aplicação de Recursos do Fundo Municipal de Saúde, consistente em distribuição irregular de Vales Transportes, desvio de bens, entre outros, pelo Conselho Municipal de Saúde, no qual teria instalado o Fórum Permanente de Usuários do SUS - Fusus/CG."

DETERMINA que o setor competente da Tutela Coletiva - Ofício do Patrimônio Público e Social - registre, autue e efetive o seguinte:

1. Observe-se as determinações constantes da Resolução 87/20061, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, e da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, especialmente no que se refere à renovação anual da presente portaria, ao registro em livro próprio, à prorrogação de prazo e à publicidade;

Matéria: Patrimônio Público e Social
Município: Campo Grande-MS
Grupo Temático: 5ª Câmara de Coordenação e Revisão
Tema CNMP: Repasse de Verbas Públicas - Saúde

2.Oficie-se à Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande/MS, requisitando as seguintes informações e documentos:

(a)qual o desfecho do Processo de Sindicância n.° 29671/2011-61, se foram ou não apuradas as irregularidades noticiadas na representação, encaminhando cópia do referido processo;

(b)se há, nas possíveis irregularidades narradas na representação a aplicação de Recursos Federais, de qualquer forma, destinados/repassados ao Fundo Municipal de Saúde;

(c) se tem notícia, além da sindicância interna da própria SESAU, de eventual apuração ou investigação dos fatos pelo Ministério Público Estadual (alguma de suas Promotorias), pelo Tribunal de Contas do Estado de MS ou Pela Controladoria-Geral da União - CGU/MS, indicando os referidos apuratórios.

JOANA BARREIRO BATISTA

PORTARIA Nº 154, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Tutela Coletiva. Ofício do Patrimônio Público e Social.

JOANA BARREIRO BATISTA, Procuradora da República, lotada e em pleno exercício na Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e especialmente:

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público" (artigo 23, inciso I, da atual Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que a "administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)" (artigo 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público da União "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis", considerados, dentre outros fundamentos e princípios, "a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União" (artigo 5º., inciso I, alínea "h" da Lei Complementar 75/93);

CONSIDERANDO as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), especialmente as constantes dos artigos 9.º, 10 e 11;

CONSIDERANDO que a representação encaminhada pela PGR, protocolada nesta Procuradoria da República sob registro PR-MS-00002033/2012, que noticia possíveis irregularidades aptas a causar prejuízos em obras públicas em Campo Grande/MS, inclusive emergenciais, por conta de enchentes noticiadas na mídia, financiadas com recursos públicos federais;

CONSIDERANDO a notícia de que a representação foi igualmente protocolada no Tribunal de Contas da União e Controladoria-Geral da União, e que, em consulta ao sítio eletrônico do TCU, verifica-se a existência do Acórdão n° 2665/2012 - TCU - 2ª Câmara (extratos anexos);

CONSIDERANDO a necessidade, a bem do patrimônio público e social, de verificar a procedência do denunciado, bem como, acaso confirmada a situação irregular, de adotar as medidas corretivas cabíveis à espécie;

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de "apurar possíveis irregularidades aptas a causar prejuízos em obras públicas em Campo Grande/MS, inclusive emergenciais, por conta de enchentes noticiadas na mídia, financiadas com recursos públicos federais."

DETERMINA que o setor competente da Tutela Coletiva - Ofício do Patrimônio Público e Social - registre, autue e efetive o seguinte:

1. Observe-se as determinações constantes da Resolução 87/20061, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, e da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, especialmente no que se refere à renovação anual da presente portaria, ao registro em livro próprio, à prorrogação de prazo e à publicidade;

Matéria: Patrimônio Público e Social
Município: Campo Grande-MS
Grupo Temático: 5ª Câmara de Coordenação e Revisão
Tema CNMP: Repasse de Verbas Públicas - Obras

2. Oficie-se ao TCU/MS solicitando o andamento do apuratório determinado no Acórdão n° 2665/2012 - TCU - 2ª Câmara, daquela corte de contas;

3. Oficie-se à CGU/MS solicitando informações acerca de eventual apuratório acerca dos fatos tratados na representação.

JOANA BARREIRO BATISTA

PORTARIA Nº 157, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Tutela Coletiva. Ofício do Patrimônio Público e Social

JOANA BARREIRO BATISTA, Procuradora da República, lotada e em pleno exercício na Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e especialmente:

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público" (artigo 23, inciso I, da atual Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que a "administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)" (artigo 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público da União "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis", considerados, dentre outros fundamentos e princípios, "a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União" (artigo 5º., inciso I, alínea "h" da Lei Complementar 75/93);

CONSIDERANDO as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), especialmente as constantes dos artigos 9.º, 10 e 11;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que foi encaminhada pela Procuradoria Regional da República da 3ª Região o Relatório de Auditoria n° 59/2009, realizado entre 15 a 26 de junho de 2009, em cumprimento ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2009, na qual verificou-se a aplicação dos recursos federais nos anos de 2007-2008, repassados ao município de Campo Grande/MS pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

CONSIDERANDO que o Relatório de Auditoria n° 59/2009, do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2009 do MEC, identificou irregularidades, por parte do administração municipal de Campo Grande, na pessoa do Sr. Nelson Trad Filho, nos seguintes programas e convênios:

(a) Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/PNAC, nos exercícios 2007 e 2008;

(b) Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE-FUNDAMENTAL/PDDE-FEFS, nos execícios 2007 e 2008;

(c) Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE-PDE-ESCOLA, no execício 2007;

(d) Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE-EDUCAÇÃO INTEGRAL, no execício 2008;

(e) Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM URBANO, no exercício 2008;

(f) Convênio n° 806067/2007 - Compromisso Todos Pela Educação; e

(g) Convênio n° 710136/2008 - REESTFÌSICA Educação Infantil Construção - PROINFÂNCIA.

CONSIDERANDO a necessidade, a bem do patrimônio público e social, de verificar a procedência do denunciado, bem como, acaso confirmada a situação irregular, de adotar as medidas corretivas cabíveis à espécie;

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de "apurar irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria n° 59/2009 do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2009 do Ministério da Educação, relativas a aplicação de recursos federais repassados, nos anos de 2007 e 2008, ao município de Campo Grande/MS, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, por parte do administração municipal, na pessoa do Sr. Nelson Trad Filho, nos seguintes programas e convênios: (a) Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/PNAC, nos exercícios 2007 e 2008; (b) Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE-FUNDAMENTAL/PDDE-FEFS, nos execícios 2007 e 2008; (c) Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE-PDE-ESCOLA, no execício 2007; (d) Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE-EDUCAÇÃO INTEGRAL, no execício 2008; (e) Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM URBANO, no exercício 2008; (f) Convênio n° 806067/2007 - Compromisso Todos Pela Educação; e, (g) Convênio n° 710136/2008 - REESTFÌSICA Educação Infantil Construção - PROINFÂNCIA."

DETERMINA que o setor competente da Tutela Coletiva - Ofício do Patrimônio Público e Social - registre, autue e efetive o seguinte:

1. Observe-se as determinações constantes da Resolução 87/20061, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, e da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, especialmente no que se refere à renovação anual da presente portaria, ao registro em livro próprio, à prorrogação de prazo e à publicidade;

Matéria: Patrimônio Público e Social
Município: Campo Grande-MS
Grupo Temático: 5ª Câmara de Coordenação e Revisão
Tema CNMP: Repasse de Verbas Públicas - Educação

2. Oficie-se à DIRAE, DIRPE, DIPRO e DIATA, unidades da estrutura interna do FNDE/MEC, e à Coordenação Nacional do Projovem da Secretaria-Geral da Presidência da República, a fim de que informem as providências adotadas e recomendações eventualmente implementadas em razão das determinações de encaminhamento constante ao final do Relatório;

3. Oficie-se à CGU/MS, com cópia do presente relatório, solicitando informações acerca de eventual apuratório acerca dos fatos tratados na representação.

JOANA BARREIRO BATISTA

PORTARIA Nº 158, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Tutela Coletiva. Ofício do Patrimônio Público e Social

JOANA BARREIRO BATISTA, Procuradora da República, lotada e em pleno exercício na Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e especialmente:

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público" (artigo 23, inciso I, da atual Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que a "administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)" (artigo 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público da União "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis", considerados, dentre outros fundamentos e princípios, "a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União" (artigo 5º., inciso I, alínea "h" da Lei Complementar 75/93);

CONSIDERANDO as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), especialmente as constantes dos artigos 9.º, 10 e 11;

CONSIDERANDO que foi encaminhada a esta Procuradoria da República, pelo Ministério do Turismo, conforme Protocolos PR-MS-00007053/2012 e PR-MS-00007058/2012, a Tomada de Contas Especial n.° 72031.002779/2009-98, instaurada em razão da não apresentação da Prestação de Contas e tampouco devolução dos recursos do Convênio 104/2007, celebrado entre o Ministério do Turismo e a Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS, que acabou por reprovar as contas do ex-prefeito daquela municipalidade, Sr. Umberto Machado Araripe, atribuindo-o responsabilidade sobre a dívida relativa ao valor conveniado devidamente corrigido, inscrevendo-o como "diversos responsáveis" no SIAFI, 2009NL000072, de 6.11.2009, no valor de R$ 333.386,09 (trezentos e trinta e três mil, trezentos e oitenta e seis reais e nove centavos);

CONSIDERANDO a necessidade, a bem do patrimônio público e social, de verificar a procedência do denunciado, bem como, acaso confirmada a situação irregular, de adotar as medidas corretivas cabíveis à espécie;

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de "apurar irregularidades apontadas na Tomada de Contas Especial n.° 72031.002779/2009-98, instaurada em razão da não apresentação da Prestação de Contas e tampouco devolução dos recursos do Convênio 104/2007, celebrado entre o Ministério do Turismo e a Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS, que acabou por reprovar as contas do ex-prefeito daquela municipalidade, Sr. Umberto Machado Araripe, atribuindo-o responsabilidade sobre a dívida relativa ao valor conveniado devidamente corrigido, inscrevendo-o como "diversos responsáveis" no SIAFI, 2009NL000072, de 6.11.2009, no valor de R$ 333.386,09 (trezentos e trinta e três mil, trezentos e oitenta e seis reais e nove centavos)."

DETERMINA que o setor competente da Tutela Coletiva - Ofício do Patrimônio Público e Social - registre, autue e efetive o seguinte:

1. Observe-se as determinações constantes da Resolução 87/20061, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, e da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, especialmente no que se refere à renovação anual da presente portaria, ao registro em livro próprio, à prorrogação de prazo e à publicidade;

Matéria: Patrimônio Público e Social
Município: Campo Grande-MS
Grupo Temático: 5ª Câmara de Coordenação e Revisão
Tema CNMP: Repasse de Verbas Públicas - Projetos

2. Oficie-se à CGU/MS solicitando informações acerca de eventuais medidas adotadas por aquela unidade de controle interno;

3. Oficie-se ao TCU/MS solicitando informações acerca de eventuais medidas adotadas por aquela corte de contas, especialmente em relação à eventual instauração de Tomada de Contas e/ou Acórdão por ela proferido em razão da TCE/MinTur;

4. Oficie-se à AGU/MS solicitando informações acerca de eventual medida judicial para responsabilização do ex-prefeito de bodoquena (ACP/Improbidade) e/ou recomposição patrimonial da União;

5. Oficie-se à Coordenadoria-Geral de Auditoria do Ministério do Turismo, solicitando informações acerca da atual situação do apurado na TCE/MinTur, especialmente informações sobre eventual medida judicial para responsabilização do ex-prefeito de bodoquena (ACP/Improbidade) e/ou recomposição patrimonial da União.

JOANA BARREIRO BATISTA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 22, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República ao final assinado, lotado e em exercício na PRM Teófilo Otoni/MG, com fundamento nos arts.127 e 129, III, da Constituição da República, nos arts.6.º, VII, 7.º, I, e 38, I, da Lei Complementar n.º 75/93, e no art.8.º, §1.º, da Lei n.º 7.347/85, e nos termos da Resolução n.º 87/06-CSMPF (com redação dada pela Resolução n.º 106/10-CSMPF) e da Resolução n.º 23/07 do CNMP,

CONSIDERANDO QUE

. é função institucional do Ministério Público Federal promover a defesa dos bens e interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos das comunidades indígenas (arts.127, caput, e 129, V e IX, da CF/88; art.5.º, III, "e", art.6.º, VII, "c", XI, art.37, II, da Lei Complementar n.º 75/93);

. também compete ao Parquet defender a ordem jurídica e o regime democrático, zelando pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição e promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art.127, caput, e 129, II, da CF/88);

. a liberdade de locomoção constitui direito fundamental (art.5.º, XV, da CF/88);

. cabe ao Estado Brasileiro, inclusive por compromissos internacionais, assegurar, de forma prioritária, a melhoria das condições de vida dos povos indígenas e seu desenvolvimento econômico (art.7.º, 1 e 2, da Convenção n.º 169 da OIT, promulgada pelo Decreto n.º 5.051/04);

. os elementos carreados às peças informativas n.º 1.22.023.000112/2012-21 corroboram a atribuição ministerial para o caso e suscitam maior aprofundamento das investigações para possível adoção de medidas judiciais (promoção das ações cabíveis) ou extrajudiciais (expedição de recomendação legal, celebração de compromisso de ajustamento de conduta etc.); Resolve

instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar o(s) seguinte(s) fato(s):

. Condições inadequadas de trafegabilidade nas estradas de acesso à comunidade indígena Maxakali da ALDEIA VERDE, no município de Ladainha/MG.

Ficam designados, para secretariar neste feito (art.5.º, V, da Resolução CSMPF n.º 87/06, incluído pela Resolução CSMPF n.º 106/10), os servidores da equipe técnica desta unidade, a quem se determina providenciar o registro e a autuação desta portaria, bem como sua comunicação à Egrégia 6.ª CCR/MPF e publicação no portal do Ministério Público Federal, no prazo de até 10 dias, bem como o cumprimento das seguintes diligências:

1) Juntem-se aos autos cópias da petição inicial, da decisão interlocutória e da sentença proferidas na ação civil pública n.º 2009.38.13.001023-8;

2) Após, cls.

THIAGO DOS SANTOS LUZ

PORTARIA Nº 23, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República ao final assinado, lotado e em exercício na PRM Teófilo Otoni/MG, com fundamento nos arts.127 e 129, III, da Constituição da República, nos arts.6.º, VII, 7.º, I, e 38, I, da Lei Complementar n.º 75/93, e no art.8.º, §1.º, da Lei n.º 7.347/85, e nos termos da Resolução n.º 87/06-CSMPF (com redação dada pela Resolução n.º 106/10-CSMPF) e da Resolução n.º 23/07 do CNMP,

CONSIDERANDO QUE

. é função institucional do Ministério Público Federal promover a defesa dos bens e interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos das comunidades indígenas (arts.127, caput, e 129, V e IX, da CF/88; art.5.º, III, "e", art.6.º, VII, "c", XI, art.37, II, da Lei Complementar n.º 75/93);

. também compete ao Parquet defender a ordem jurídica e o regime democrático, zelando pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição e promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art.127, caput, e 129, II, da CF/88);

. a liberdade de locomoção constitui direito fundamental (art.5.º, XV, da CF/88);

. cabe ao Estado Brasileiro, inclusive por compromissos internacionais, assegurar, de forma prioritária, a melhoria das condições de vida dos povos indígenas e seu desenvolvimento econômico (art.7.º, 1 e 2, da Convenção n.º 169 da OIT, promulgada pelo Decreto n.º 5.051/04);

. os elementos carreados às peças informativas n.º 1.22.023.000111/2012-87 corroboram a atribuição ministerial para o caso e suscitam maior aprofundamento das investigações para possível adoção de medidas judiciais (promoção das ações cabíveis) ou extrajudiciais (expedição de recomendação legal, celebração de compromisso de ajustamento de conduta etc.); Resolve

instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar o(s) seguinte(s) fato(s):

. Condições inadequadas de trafegabilidade nas estradas de acesso à comunidade indígena Maxakali da aldeia CACHOEIRINHA, distrito de Topázio, no município de Teófilo Otoni/MG.

Ficam designados, para secretariar neste feito (art.5.º, V, da Resolução CSMPF n.º 87/06, incluído pela Resolução CSMPF n.º 106/10), os servidores da equipe técnica desta unidade, a quem se determina providenciar o registro e a autuação desta portaria, bem como sua comunicação à Egrégia 6.ª CCR/MPF e publicação no portal do Ministério Público Federal, no prazo de até 10 dias, bem como o cumprimento das seguintes diligências:

1) Juntem-se aos autos cópias da petição inicial, da decisão interlocutória e da sentença proferidas na ação civil pública n.º 2009.38.13.001023-8;

2) Após, cls.

THIAGO DOS SANTOS LUZ

PORTARIA Nº 24, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República ao final assinado, lotado e em exercício na PRM Teófilo Otoni/MG, com fundamento nos arts.127 e 129, III, da Constituição da República, nos arts.6.º, VII, 7.º, I, e 38, I, da Lei Complementar n.º 75/93, e no art.8.º, §1.º, da Lei n.º 7.347/85, e nos termos da Resolução n.º 87/06-CSMPF (com redação dada pela Resolução n.º 106/10-CSMPF) e da Resolução n.º 23/07 do CNMP,

CONSIDERANDO QUE

. é função institucional do Ministério Público Federal promover a defesa dos bens e interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos das comunidades indígenas (arts.127, caput, e 129, V e IX, da CF/88; art.5.º, III, "e", art.6.º, VII, "c", XI, art.37, II, da Lei Complementar n.º 75/93);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

. também compete ao Parquet defender a ordem jurídica e o regime democrático, zelando pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição e promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art.127, caput, e 129, II, da CF/88);

. a Constituição da República assegura o pluralismo cultural e reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, atribuindo à União o dever de proteger e fazer respeitar todos os seus bens (arts.215, 216 e 231, caput, da CF/88);

. cabe ao Estado Brasileiro, inclusive por compromissos internacionais, a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos dos povos indígenas (art.7.º, 1 e 2, da Convenção n.º 169 da OIT, promulgada pelo Decreto n.º 5.051/04), garantindo aos índios a permanência voluntária no seu habitat, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso e executando programas e projetos tendentes a beneficiá-los (art.2.º, V e VII, da Lei n.º 6.001/73);

. os elementos carreados às peças informativas n.º 1.22.023.000114/2012-11 corroboram a atribuição ministerial para o caso e suscitam maior aprofundamento das investigações para possível adoção de medidas judiciais (promoção das ações cabíveis) ou extrajudiciais (expedição de recomendação legal, celebração de compromisso de ajustamento de conduta etc.);

Resolve

instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar o(s) seguinte(s) fato(s):

. Ausência de políticas públicas para promoção de desenvolvimento sustentável na comunidade indígena Maxakali da ALDEIA VERDE, no município de Ladainha/MG.

Ficam designados, para secretariar neste feito (art.5.º, V, da Resolução CSMPF n.º 87/06, incluído pela Resolução CSMPF n.º 106/10), os servidores da equipe técnica desta unidade, a quem se determina providenciar o registro e a autuação desta portaria, bem como sua comunicação à Egrégia 6.ª CCR/MPF e publicação no portal do Ministério Público Federal, no prazo de até 10 dias, bem como o cumprimento das seguintes diligências:

1) Junte-se aos autos cópia do Decreto n.º 6.040/07 e seu Anexo;

2) Por telefone, coletem-se informações iniciais sobre a atuação dos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais-PNPCT (arts.4.º a 6.º do Anexo ao Decreto n.º 6.040/07) na região da comunidade indígena Maxakali da Aldeia Verde, no município de Ladainha/MG;

3) Após, cls.

THIAGO DOS SANTOS LUZ

PORTARIA Nº 25, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República ao final assinado, lotado e em exercício na PRM Teófilo Otoni/MG, com fundamento nos arts.127 e 129, III, da Constituição da República, nos arts.6.º, VII, 7.º, I, e 38, I, da Lei Complementar n.º 75/93, e no art.8.º, §1.º, da Lei n.º 7.347/85, e nos termos da Resolução n.º 87/06-CSMPF (com redação dada pela Resolução n.º 106/10-CSMPF) e da Resolução n.º 23/07 do CNMP,

CONSIDERANDO QUE

. é função institucional do Ministério Público Federal promover a defesa dos bens e interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos das comunidades indígenas (arts.127, caput, e 129, V e IX, da CF/88; art.5.º, III, "e", art.6.º, VII, "c", XI, art.37, II, da Lei Complementar n.º 75/93);

. também compete ao Parquet defender a ordem jurídica e o regime democrático, zelando pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição e promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art.127, caput, e 129, II, da CF/88);

. a Constituição da República assegura o pluralismo cultural e reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, atribuindo à União o dever de proteger e fazer respeitar todos os seus bens (arts.215, 216 e 231, caput, da CF/88);

. cabe ao Estado Brasileiro, inclusive por compromissos internacionais, a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos dos povos indígenas (art.7.º, 1 e 2, da Convenção n.º 169 da OIT, promulgada pelo Decreto n.º 5.051/04), garantindo aos índios a permanência voluntária no seu habitat, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso e executando programas e projetos tendentes a beneficiá-los (art.2.º, V e VII, da Lei n.º 6.001/73);

. os elementos carreados às peças informativas n.º 1.22.023.000113/2012-76 corroboram a atribuição ministerial para o caso e suscitam maior aprofundamento das investigações para possível adoção de medidas judiciais (promoção das ações cabíveis) ou extrajudiciais (expedição de recomendação legal, celebração de compromisso de ajustamento de conduta etc.); Resolve

instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar o(s) seguinte(s) fato(s):

Ausência de políticas públicas para promoção de desenvolvimento sustentável na comunidade indígena Maxakali da aldeia CACHOEIRINHA, distrito de Topázio, no município de Teófilo Otoni/MG.

Ficam designados, para secretariar neste feito (art.5.º, V, da Resolução CSMPF n.º 87/06, incluído pela Resolução CSMPF n.º 106/10), os servidores da equipe técnica desta unidade, a quem se determina providenciar o registro e a autuação desta portaria, bem como sua comunicação à Egrégia 6.ª CCR/MPF e publicação no portal do Ministério Público Federal, no prazo de até 10 dias, bem como o cumprimento das seguintes diligências:

1) Junte-se aos autos cópia do Decreto n.º 6.040/07 e seu Anexo;

2) Por telefone, coletem-se informações iniciais sobre a atuação dos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais-PNPCT (arts.4.º a 6.º do Anexo ao Decreto n.º 6.040/07) na região da comunidade indígena Maxakali da Aldeia Verde, no município de Ladainha/MG;

3) Após, cls.

THIAGO DOS SANTOS LUZ

PORTARIA Nº 47, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Procedimento Administrativo Cível. Autos Nº: 1.22.001.000098/2012-14. Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Visconde do Rio Branco/Mg. Requerido: Município de Guiricema/Mg. Ementa: Correspondência oriunda da Promotoria de Justiça da Comarca de Visconde do Rio Branco que encaminha cópias dos autos IC 0720.07.000004-0 para verificação de possível recebimento indevido de bolsa família no Município de Guiricema.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador Regional da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República, bem como no artigo 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e

Considerando que tanto o inquérito civil quanto o procedimento administrativo têm assento constitucional e legal (arts. 129, III, da CF, e 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e arts. 129, VI, da CF, e 8º, da LC nº 75/93, respectivamente) e que bem se pode considerar o procedimento administrativo gênero do qual o inquérito civil é espécie ou, então, admitir-se entre eles uma certa gradação, de modo a, inicialmente, instaurar-se um procedimento administrativo e, apenas se necessário, instaurar-se, em seguida, um inquérito civil;

Considerando que, regra geral, não há, em lei, diferença entre um e outro, devendo ambos sujeitar-se à autuação e instauração para validade dos atos investigatórios praticados pelo membro do Ministério Público;

Considerando que, em conformidade com o próprio entendimento perfilhado pelos representantes da 5ª CCR no VI Encontro Nacional (2004), não há diferença substancial entre inquérito civil e procedimento administrativo, haja vista que ambos se prestam a coletar elementos para eventual propositura de ação judicial, expedição de recomendações e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), ficando ao alvedrio do Membro do Ministério Público optar pela instauração de ICP, em razão da maior complexidade do tema e/ou da amplitude de interessados;

Considerando que a Resolução n. 87/2006, alterada pela Resolução nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal, em seu artigo 4º, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal e;

Considerando que o presente PAC não tem natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante as Resoluções citadas, DETERMINA:

1º) a conversão do Procedimento Administrativo Cível em epígrafe em Inquérito Civil Público, para apuração e responsabilização dos fatos sucintamente acima narrados, mantendo-se seus registros originários (número de autuação e ofícios), para fins de recebimento de respostas eventualmente pendentes;

2º) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, inciso VI, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

3º) por fim, mantenha os autos em secretaria.

ONOFRE DE FARIA MARTINS

PORTARIA Nº 48 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Procedimento Administrativo Cível. Autos Nº: 1.22.001.000105/2012-88. Requerente: Procuradoria Seccional Federal Em Juiz de Fora. Requeridos: Nilson Rogério Pinto Leão e Denis Franco Silva. Ementa: Cópia de correspondência enviada pela PFN ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora e ao Diretor da Faculdade de Direito da UFJF relatando possível usurpação da função de Procurador Federal e acumulação indevida de cargos, enquanto submetidos ao regime de dedicação exclusiva.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador Regional da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República, bem como no artigo 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e

Considerando que tanto o inquérito civil quanto o procedimento administrativo têm assento constitucional e legal (arts. 129, III, da CF, e 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e arts. 129, VI, da CF, e 8º, da LC nº 75/93, respectivamente) e que bem se pode considerar o procedimento administrativo gênero do qual o inquérito civil é espécie ou, então, admitir-se entre eles uma certa gradação, de modo a, inicialmente, instaurar-se um procedimento administrativo e, apenas se necessário, instaurar-se, em seguida, um inquérito civil;

Considerando que, regra geral, não há, em lei, diferença entre um e outro, devendo ambos sujeitar-se à autuação e instauração para validade dos atos investigatórios praticados pelo membro do Ministério Público;

Considerando que, em conformidade com o próprio entendimento perfilhado pelos representantes da 5ª CCR no VI Encontro Nacional (2004), não há diferença substancial entre inquérito civil e procedimento administrativo, haja vista que ambos se prestam a coletar elementos para eventual propositura de ação judicial, expedição de recomendações e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), ficando ao alvedrio do Membro do Ministério Público optar pela instauração de ICP, em razão da maior complexidade do tema e/ou da amplitude de interessados;

Considerando que a Resolução n. 87/2006, alterada pela Resolução nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal, em seu artigo 4º, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal e;

Considerando que o presente PAC não tem natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante as Resoluções citadas, DETERMINA:

1º) a conversão do Procedimento Administrativo Cível em epígrafe em Inquérito Civil Público, para apuração e responsabilização dos fatos sucintamente acima narrados, mantendo-se seus registros originários (número de autuação e ofícios), para fins de recebimento de respostas eventualmente pendentes;

2º) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, inciso VI, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

3º) por fim, mantenha os autos em secretaria.

ONOFRE DE FARIA MARTINS

PORTARIA Nº 51, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como que tem por função institucional zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados aos cidadãos na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

Considerando que, para o desempenho de tais atribuições, a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional lhe conferem a titularidade da promoção do inquérito civil e, ainda que não de forma exclusiva, da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigos 127 e 129 da Constituição Federal; artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85);

Considerando os termos da Resolução nº 23/2007, do CNMP, notadamente o que dispõem os artigos 2º, §7º, e artigo 5º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF;

Considerando notícias vindas a este órgão de que, em diversos feitos dos Juizados Especiais Federais de São João del-Rei e Lavras têm sido juntados contratos de honorários advocatícios estipulando verbas remuneratórias abusivas, tendo em conta parâmetros legais e regulamentares de fixação de honorários contratuais (Lei n. 8906/94, Código de Ética e Disciplina da OAB, resoluções das Seccionais da OAB, Código de Defesa do Consumidor);

Considerando manifestação proferida nos autos n. 2130-47.2010.4.01.3815, que versa sobre direito de incapaz, onde verificado o quadro fático acima indicado;

Considerando que na maior parte das causas previdenciárias e assistenciais há, no polo ativo, incapazes, idosas ou de pouca ou nenhuma formação;

Determino a instauração de INQUÉRITO CIVIL, ordenando, para tanto:

a) autuação e registro pertinentes destes autos como inquérito civil;

b) remessa de cópia desta Portaria, para publicação em veículo oficial, à PFDC;

c) junte-se aos autos cópia do feito n. 2130-47.2010.4.01.3815;

d) junte-se aos autos cópia de decisão recentemente proferida pelo Juízo de São João del-Rei sobre situação análoga, recebida por e-mail, nos autos n. 2009.38.15.700433-9;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

e) oficie-se ao Juizado Especial Federal de São João del-Rei solicitando informar o rol de ações que ali tramitem em que figuram como patronos Giselly Bertolin Pardini (OAB/MG n. 109.252) e Marcelo José Otoni Campos (OAB/MG n. 93.233), com indicação do número e dos respectivos autor(es);

f) oficie-se aos Juizados Especiais Federais de São João del-Rei e Lavras, solicitando informar se ali foram proferidas decisões relativas à redução das verbas contratuais fixadas em feitos em tramitação e informar se tem conhecimento de contratos de prestação de serviços advocatícios juntados a autos onde tenham sido fixada a verba contratual em percentual superior a 20% (vinte por cento) dos atrasados, enviando, se positivo, cópia do instrumento respectivo.

Fica designada para funcionar como Secretária neste feito Fernanda Campos Sarchis, Técnica Administrativa, sem prejuízo da atuação de outro servidor em substituição.

ANTÔNIO ARTHUR BARROS MENDES

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 178, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelos Procuradores da República signatários, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº 1.23.002.000648/2012-58, instauradas para fiscalizar obra realizada pela empresa Buriti Imóveis, com o intuito de lotear área na Rodovia Fernando Guilhon, nas proximidades do lago do Juá, neste município, que poderá causar danos irreparáveis ao meio ambiente.

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

I - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

II - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

III - Realize-se, de logo, as providências indicadas no item 4 do despacho inicial;

IV - Após, retornem-me os autos conclusos.

FELIPE BOGADO
Procurador da República

LUIZ ANTONIO MIRANDA AMORIM SILVA
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 168, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Autos nº 1.24.002.000196/2012-77

O Dr. BRUNO BARROS DE ASSUNÇÃO, Procurador da República atuante na PRM Sousa/PB, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na resolução n. 87, de 03 de agosto de 2006, com as modificações introduzidas pela Resolução n. 106, de 06 de abril de 2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal, Resolve:

Converter, com fulcro no art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 6º, VII, b, e 38, I, da Lei Complementar n. 75/93, a Peça de Informação em epígrafe em Inquérito Civil Público, tendo em vista a necessidade da realização de novas diligências e visando apurar irregularidades no SIAFI Convênio nº 649004, TC/PAC nº 0491/08, firmado com o Município de São José do Brejo do Cruz/PB .

Determinar, de imediato, as seguintes providências:

I. Comunique-se, por meio eletrônico, à respectiva Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, conforme o caso, em observância ao art. 6º da resolução n. 87/2006, remetendo-lhe cópia desta portaria, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução n. 87/2006;

II. Efetuem-se os devidos registros no Sistema Único, para fins de controle de prazo de tramitação deste procedimento.

Para secretariar os trabalhos, designo o servidor Ivan Perreira de Melo Júnior.

BRUNO BARROS DE ASSUNÇÃO

PORTARIA Nº 222, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012

Etiqueta nº 18389/2012.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, c, XI e art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o artigo 129, inciso V, da Constituição Federal, determinou como função institucional do Ministério Público "defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas."

d) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

e) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

f) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Converte o procedimento administrativo autuado sob o nº 1.24.000.000813/2012-54 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO DOS FATOS INVESTIGADOS: 6ª CCR. Indígena. Segurança Pública na Terra Indígena Potiguara. Ameaças aos Caciques Potiguaras.

POSSÍVEL RESPONSÁVEL PELOS FATOS INVESTIGADOS: INDÍGENAS E PROPRIETÁRIOS DE TERRAS DA REGIÃO

AUTORES DA REPRESENTAÇÃO: SANDRO GOMES BARBOSA (Cacique-Geral Potiguara) e OUTROS

Determina que a Secretaria da PRDC:

1) aguarde o prazo estabelecido no despacho nº 3292/2012 (fls. 131), para verificação do cumprimento das deliberações contidas na ata de reunião do dia 14/11/12 (fls. 126/129).

Ordena, ainda, que seja comunicada a 6ª CCR a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo.

DUCIRAN VAN MARSEN FARENA

PORTARIA Nº 237, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Peças de Informação n.º.: 1.24.000.002172/2012-72.

O Dr. Victor Carvalho Veggi, Procurador da República, lotado na PR/PB, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Resolução n.º 87, de 03 de agosto de 2006, com as modificações introduzidas pela Resolução n.º 106, de 06 de abril de 2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Resolve:

Instaurar, com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República, e arts. 6º, VII, "b", e 38, I, da Lei Complementar n.º 75/93, o competente Inquérito Civil Público - ICP, a fim de apurar irregularidades quando da execução de despesas no Município de Esperança/PB.

Registrada esta, sejam inicialmente tomadas as seguintes providências:

I. Autue-se, conforme art. 5º da Resolução n.º 87/2006;

II. Proceda-se à comunicação imediata da instauração do presente ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, em observância ao art. 6º da Resolução n.º 87/2006, enviando cópia desta portaria, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução n.º 87/2006;

III. Alimente-se o banco de dados da Câmara, lavrando-se a contrafé nos autos;

IV. Cumpra-se o que determinado no Despacho em anexo.

VICTOR CARVALHO VEGGI

ANEXO

N.º 3502/2012/MPF/PR/PB/VCV. Ref.: Peças de Informação n.º.: 1.24.000.002172/2012-72

DESPACHO

Trata-se de procedimento extrajudicial, devidamente instaurado no âmbito desta Procuradoria da República, a partir de investigações encetadas nos autos do Inquérito Policial n.º 414/2009, "Operação Gasparzinho", tendo por objeto apurar indícios de irregularidades quando da execução de despesas no Município de Esperança/PB, conforme se depreende do despacho de fls. 03/04, mais especificamente do item 32.

Devidamente instaurado o procedimento em epígrafe, verifica-se que os fatos noticiados são complexos, necessitando de uma análise minuciosa dos autos.

Sendo assim, determino:

1 - A redistribuição do presente procedimento extrajudicial, do 4º Ofício para o 7º Ofício, mediante compensação, redistribuindo os autos do ICP n.º 1.24.000.000410/2009-18 ao 4º Ofício;

2 - A conversão do presente procedimento em Inquérito Civil Público, nos termos do art. 4º da Resolução n.º 87/2006; e,

2 - Requisitar ao Município de Esperança/PB o envio de cópia dos procedimentos licitatórios números 001/2011 (TP), 003/2011 (TP), 005/2011 (TP), 006/2011 (TP) e 011/2011 (Convite), bem como dos comprovantes de despesa (notas fiscais, empenhos e recibos), devendo indicar, ainda, a origem dos recursos, especificando a dotação orçamentária.

PORTARIA Nº 238, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Peças de Informação n.º.: 1.24.000.002166/2012-15.

O Dr. Victor Carvalho Veggi, Procurador da República, lotado na PR/PB, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Resolução n.º 87, de 03 de agosto de 2006, com as modificações introduzidas pela Resolução n.º 106, de 06 de abril de 2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Resolve:

Instaurar, com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República, e arts. 6º, VII, "b", e 38, I, da Lei Complementar n.º 75/93, o competente Inquérito Civil Público - ICP, a fim de apurar irregularidades quando da execução de despesas no Município de Monteiro/PB.

Registrada esta, sejam inicialmente tomadas as seguintes providências:

I. Autue-se, conforme art. 5º da Resolução n.º 87/2006;

II. Proceda-se à comunicação imediata da instauração do presente ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, em observância ao art. 6º da Resolução n.º 87/2006, enviando cópia desta portaria, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução n.º 87/2006;

III. Alimente-se o banco de dados da Câmara, lavrando-se a contrafé nos autos;

IV. Cumpra-se o que determinado no Despacho em anexo.

VICTOR CARVALHO VEGGI

ANEXO

N.º 3505 /2012/MPF/PR/PB/VCV. Ref.: Peças de Informação n.º.: 1.24.000.002166/2012-15

DESPACHO

Trata-se de procedimento extrajudicial, devidamente instaurado no âmbito desta Procuradoria da República, a partir de investigações encetadas nos autos do Inquérito Policial n.º 414/2009, "Operação Gasparzinho", tendo por objeto apurar indícios de irregularidades quando da execução de despesas no Município de Monteiro/PB, conforme se depreende do despacho de fls. 03/05, mais especificamente do item 46.

Devidamente instaurado o procedimento em epígrafe, verifica-se que os fatos noticiados são complexos, necessitando de uma análise minuciosa dos autos.

Sendo assim, determino:

1 - A conversão do presente procedimento em Inquérito Civil Público, nos termos do art. 4º da Resolução n.º 87/2006; e,

2 - Requisitar ao Município de Caaporã/PB o envio de cópia dos procedimentos licitatórios números 005/2007 (Convite), 003/2007 (TP), 011/2007 (Convite), 001/2008 (Convite), 007/2008 (TP), 005/2008 (TP), 002/2008 (TP), 012/2008 (TP), 001/2008 (TP), 013/2008 (TP), 008/2008 (TP), 016/2008 (TP), 002/2011 (TP) e 010/2008 (TP), bem como dos comprovantes de despesa (notas fiscais, empenhos e recibos), devendo indicar, ainda, a origem dos recursos, especificando a dotação orçamentária.

PORTARIA Nº 243, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Peças de Informação n.º 1.24.000.002181/2012-63 Nº 243/2012.

O Dr. Victor Carvalho Veggi, Procurador da República, lotado na PR/PB, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Resolução n.º 87, de 03 de agosto de 2006, com as modificações introduzidas pela Resolução n.º 106, de 06 de abril de 2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Resolve:

Instaurar, com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República, e arts. 6º, VII, "b", e 38, I, da Lei Complementar n.º 75/93, o competente Inquérito Civil Público - ICP, com a finalidade de apurar irregularidades quando da execução de despesas no Município de Serra Branca/PB, mais especificamente referente ao Contrato n.º 0279471-84/08.

Registrada esta, sejam inicialmente tomadas as seguintes providências:

I. Autue-se, conforme art. 5º da Resolução n.º 87/2006;

II. Proceda-se à comunicação imediata da instauração do presente ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, em observância ao art. 6º da Resolução n.º 87/2006, enviando cópia desta portaria, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução n.º 87/2006;

III. Alimente-se o banco de dados da Câmara, lavrando-se a contrafé nos autos; e

IV. Cumpra-se o que determinado no Despacho em anexo.

VICTOR CARVALHO VEGGI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 244, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Procedimento Administrativo nº 1.24.000.000935/2012-41.

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, no uso da atribuição estabelecida no art. 129, III, da Constituição Federal; no art. 6º, VII, "a", da Lei Complementar nº 75/93; nos arts. 1º, II, 5º e 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85; nos arts. 17 da Lei nº 8.429/92; e nos termos da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03/08/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal; bem como da Resolução CNMP nº 23, de 17/09/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público; e:

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III da CF/88);

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo em epígrafe foi instaurado a partir do despacho n° 1595/2012/PRPB/IFFBB, de ordem desta subscritora, com fins de apurar suposta cumulação indevida de cargos públicos por parte do médico AGRIPINO JOAQUIM DE MELO E SILVA, em atenção às informações prestadas pela Procuradoria Regional do Trabalho da 13ª Região e pelo Ministério Público Estadual, as quais ensejaram a propositura da Ação Civil Pública n° 00002477-72.2011.4.05.8200, com trâmite na 1ª Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba;

CONSIDERANDO que o servidor Agripino Joaquim estaria praticando ato de improbidade administrativa, consistente no exercício simultâneo de mais de dois cargos públicos remunerados, com carga horária incompatível, nos seguintes locais: Universidade Federal da Paraíba - UFPB (20 horas); Hospital Santa Isabel (20 horas); e Hospital Edson Ramalho (30 horas);

CONSIDERANDO que as informações prestadas pelos órgãos acima epigrafados evidenciam que a cumulação indevida de cargos públicos se consolidou na data de 26 de fevereiro de 1992, perdurando até os dias atuais;

CONSIDERANDO que tal prática engendraria, em tese, considerável prejuízo à Administração e ao erário público, seja pela plausível possibilidade de não exercício pleno das atividades funcionais do servidor, seja pelo enriquecimento ilícito daí advindo, haja vista a vedação inscrita no art. 37, XVI, da Constituição Federal.

CONSIDERANDO, ainda, que os presentes autos foram convertidos em Procedimento Administrativo em 27 de junho de 2012, fazendo-se necessário aprofundar a pertinente instrução investigatória, de modo a colher elementos de informação que justifiquem a propositura de Ação Civil Pública por parte do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo em epígrafe em Inquérito Civil Público - ICP, determinando que sejam adotadas as seguintes providências:

1. Registre-se e autue-se esta portaria;

2. Promova-se a notificação pessoal do investigado AGRIPINO JOAQUIM DE MELO para que preste informações escritas acerca de sua situação funcional;

ILIA F. F. BORGES BARBOSA

PORTARIA Nº 245, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Procedimento Administrativo nº 1.24.000.00814/2012-07.

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, no uso da atribuição estabelecida no art. 129, III, da Constituição Federal; no art. 6º, VII, "a", da Lei Complementar nº 75/93; nos arts. 1º, II, 5º e 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85; nos arts. 17 da Lei nº 8.429/92; e nos termos da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03/08/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal; bem como da Resolução CNMP nº 23, de 17/09/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público; e:

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III da CF/88);

CONSIDERANDO o teor do Relatório de Ação de Controle e Fiscalização nº 204938 (fls. 05/18), da Controladoria-Geral da União, que evidencia irregularidades na execução do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB no município de Rio Tinto/PB, exercício de 2008;

CONSIDERANDO que se infere do citado relatório, elaborado a partir dos trabalhos de auditoria realizados no período de 08 de setembro de 2008 a 01 de março de 2009 na Prefeitura de Rio Tinto/PB, a constatação das seguintes irregularidades: a) indícios de sobrepreço na aquisição de equipamentos com recursos do FUNDEB; b) dificuldade de localização dos bens adquiridos com recursos do FUNDEB, demonstrando a precariedade dos controles implementados pela Prefeitura; c) falhas nas licitações que comprometem a lisura dos processos. As empresas participantes das licitações são sempre as mesmas e algumas delas não existem de fato; d) utilização de recursos do FUNDEB para pagamento de despesas não elegíveis pela legislação; e) utilização de recursos do FUNDEB para pagamento de salários de funcionários que se encontram em desvio de função;

CONSIDERANDO que, em resposta ao ofício n° 5273/2012/MPF/PR/PB-IFFBB, de ordem desta subscritora, foi remetida a esta Procuradoria da República cópia da documentação que subsidiou a auditoria efetuada pela CGU, e, igualmente, informados os nomes dos auditores responsáveis pela fiscalização;

CONSIDERANDO, ainda, que os presentes autos foram convertidos em Procedimento Administrativo na data de 24 de maio de 2012, fazendo-se necessário aprofundar a pertinente instrução investigatória, de modo a colher elementos de informação que justifiquem a propositura de Ação Civil Pública por parte do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo em epígrafe em Inquérito Civil Público - ICP, determinando que sejam adotadas as seguintes providências:

1. Registre-se e autue-se esta portaria;

2. Publique-se.

3. Oficie-se o Banco do Brasil para que envie a movimentação da conta vinculada ao FUNDEB no ano de 2008.

ILIA F. F. BORGES BARBOSA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 46, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Federal nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7.437/85, bem como de acordo com o art. 2º, I da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público, art. 2º, I da Resolução nº 87/06 e art. 4º, §4º da mencionada Resolução (redação dada pela Resolução nº 106/10), do Conselho Superior do Ministério Público Federal, visando para apurar descumprimento de embargo feito pelo IAP em face de Pedro Kirchhoff por construções em APP, resolve converter o presente Procedimento Administrativo nº 1.25.007.000069/2012-91 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 4ª CCR do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução nº 87/06/CSMPF, encaminhando-lhe arquivo digital desta portaria e também para que se faça a publicação no Diário Oficial.

JOÃO VICENTE BERALDO ROMÃO
Procurador da República

PORTARIA Nº 47, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Federal nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7.437/85, bem como de acordo com o art. 2º, I da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público, art. 2º, I da Resolução nº 87/06 e art. 4º, §4º da mencionada Resolução (redação dada pela Resolução nº 106/10), do Conselho Superior do Ministério Público Federal, visando para apurar despejo de resíduos sólidos nas praias da Ilha das Peças, Ilha do Superagui e Ilha do Mel por navios estrangeiros, além de outras notícias, resolve converter o presente Procedimento Administrativo nº 1.25.007.000072/2012-12 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 4ª CCR do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução nº 87/06/CSMPF, encaminhando-lhe arquivo digital desta portaria e também para que se faça a publicação no Diário Oficial.

ALESSANDRO JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 48, DE 3 DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Federal nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7.437/85, bem como de acordo com o art. 2º, I da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público, art. 2º, I da Resolução nº 87/06 e art. 4º, §4º da mencionada Resolução (redação dada pela Resolução nº 106/10), do Conselho Superior do Ministério Público Federal, visando apurar possível ocorrência de contaminação de lavouras de milho convencional por milho transgênico, resolve converter o presente Procedimento Administrativo nº 1.25.007.000078/2012-81 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 4ª CCR do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução nº 87/06/CSMPF, encaminhando-lhe arquivo digital desta portaria e também para que se faça a publicação no Diário Oficial.

JOÃO VICENTE BERALDO ROMÃO
Procurador da República

PORTARIA Nº 49, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Federal nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7.437/85, bem como de acordo com o art. 2º, I da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público, art. 2º, I da Resolução nº 87/06 e art. 4º, §4º da mencionada Resolução (redação dada pela Resolução nº 106/10), do Conselho Superior do Ministério Público Federal, visando apurar possível ocorrência de fraude no processo seletivo especial para contratação direta, por tempo determinado, de profissionais que atendam às necessidades do SAMU, resolve converter o presente Procedimento Administrativo nº 1.25.007.000079/2012-26 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução nº 87/06/CSMPF, encaminhando-lhe arquivo digital desta portaria e também para que se faça a publicação no Diário Oficial.

JOÃO VICENTE BERALDO ROMÃO
Procurador da República

PORTARIA Nº 273, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2012

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129, III da Constituição da República, c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar nº 75/93, bem como art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, CONVERTE o Procedimento Administrativo autuado sob o nº 1.25.005.000538/2012-91 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS:

Procedimento Preparatório nº MPPR-0153.12.000004-4 remetido pelo Ministério Público do Estado do Paraná ao Ministério Público Federal em declinação de atribuição. Apuração de eventuais irregularidades quanto à aplicação de recursos recebidos pela Administração municipal de Uraí-PR, relativas a licitações realizadas pelo município nºs 20/2006 e 21/2006, em razão de convênios firmados entre o Município de Uraí e os Ministérios da Agricultura e do Turismo.

POSSÍVEL RESPONSÁVEL PELOS FATOS INVESTIGADOS:

A apurar.

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Dorival Barossi

Determina que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do arts. 4º, IV, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

LUIZ ANTONIO XIMENES CIBIN

PORTARIA Nº 274, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2012

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129, III da Constituição da República, c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar nº 75/93, bem como art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, CONVERTE o Procedimento Administrativo autuado sob o nº 1.25.005.000650/2012-22 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS:

Documentação remetida pelo Ministério Público do Estado do Paraná referentes aos procedimentos licitatórios Convite nº 005/2001, Convite nº 011/2002, Convite nº 014/2002 e Convite nº 018/2002, realizados pelo Município de Nova Fátima-PR, com aplicação de recursos federais.

POSSÍVEL RESPONSÁVEL PELOS FATOS INVESTIGADOS:

A apurar.

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Ministério Público do Estado do Paraná.

Determina que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do arts. 4º, IV, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

LUIZ ANTONIO XIMENES CIBIN

PORTARIA Nº 275, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2012

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129, III da Constituição da República, c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar nº 75/93, bem como art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, CONVERTE o Procedimento Administrativo autuado sob o nº 1.25.005.000580/2012-11 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS:

Inquérito Civil nº MPPR-0078.07.000056-3 remetido pelo Ministério Público do Estado do Paraná ao Ministério Público Federal em declinação de atribuição. Representação formulada pela Associação de Moradores dos Jardins Mediterrâneo e Tucanos noticiando a paralisação das obras de duplicação da Avenida Harry Prochet, localizada na zona sul da cidade de Londrina, realizadas com recursos oriundos da União, conforme Contrato de Repasse nº 0175241-94/2005/Ministério das Cidades/Caixa.

POSSÍVEL RESPONSÁVEL PELOS FATOS INVESTIGADOS:

A apurar.

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Associação de Moradores dos Jardins Mediterrâneo e Tucanos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Determina que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do arts. 4º, IV, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

LUIZ ANTONIO XIMENES CIBIN

PORTARIA Nº 276, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2012

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129, III da Constituição da República, c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar nº 75/93, bem como art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, CONVERTE o Procedimento Administrativo autuado sob o nº 1.25.005.000707/2012-93 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS:

Possível lesão ao patrimônio público, em decorrência de supostas irregularidades na gestão do Programa Farmácia Popular pelos responsáveis legais pela Farmácia Santa Maria, razão social "Rodrigues & Baraldi ME", localizada no município de Sertaneja-PR.

POSSÍVEL RESPONSÁVEL PELOS FATOS INVESTIGADOS:

A apurar.

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Sigilo preservado.

Determina que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do arts. 4º, IV, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

LUIZ ANTONIO XIMENES CIBIN

PORTARIA Nº 291, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal e

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais os do consumidor e os referentes à tutela da ordem econômica, nos termos do artigo 129, inc. II e III da Constituição Federal bem como do artigo 5º, inc. III, "c" da Lei Complementar nº 75/1993 e pelos artigos 81 e 82, inc. I da Lei nº 8.078/1990;

Considerando a necessidade de apurar suposta falha da COPEL na realização do serviço de leitura de consumo de energia elétrica em unidades consumidoras residenciais de Piraquara/PR;

Considerando que o curso das investigações presentes mostrou ser inviável a conclusão das diligências necessárias no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme determina a nova redação do art. 4º, § 1º, da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Resolve:

Converter o Procedimento Administrativo nº 1.25.000.001474/2012-96, em Inquérito Civil Público;

Para isso, DETERMINA-SE:

I - a autuação e o registro desta Portaria no âmbito da PR/PR, fazendo-se as anotações necessárias;

II - a comunicação da instauração à d. 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para fins de publicação;

III - o prosseguimento do feito.

LUIS SERGIO LANGOWSKI

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 246, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Conversão de Procedimento Administrativo.

O Ministério Público Federal, por meio do procurador da República signatário, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que o Procedimento Administrativo nº 1.26.000.000826/2012-59 foi instaurado nesta Procuradoria da República a partir de Ofício nº 2543/2012/PRPE/DAAC, encaminhado pelo 7º OCR, o qual enviou o auto administrativo 1.26.000.000784/2012-56, com o fito de apurar supostas irregularidades em programas da FUNAI, a serem relatadas por dois usuários do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA.

Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam a necessidade de adoção de outras diligências;

Resolve converter o presente procedimento administrativo nº 1.26.000.000826/2012-59 em inquérito civil, determinando:

1. Registro e autuação da presente Portaria juntamente com o Procedimento Administrativo nº 1.26.000.000826/2012-59, assinalando como objeto do Inquérito Civil: "Apurar notícia de suposto tratamento inadequado prestado pela FUNAI aos indígenas que se encontram no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas - PROVITA, no Estado de Pernambuco";

2. Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, do servidor Francisco José Alves Gondim, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP e art. 5º, V, da Resolução n. 87/2006 do CSMPF, para funcionar como Secretário, em cujas ausências será substituído por qualquer servidor em exercício no 1º Ofício da Tutela Coletiva;

3. Comunicação à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal da instauração do presente Inquérito Civil, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, tão somente para fins de ciência, ressaltando que a apuração tramita sob sigilo (art. 4º c/c art. 7º, da Resolução nº 23 CNMP);

Como providência instrutória, reitere-se o expediente pendente de resposta.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve ser realizado o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso. Cumpra-se.

ANASTÁCIO NÓBREGA TAHIM JÚNIOR

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 866, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Converte o Procedimento Administrativo PR-RJ nº 1.30.001.001964/2012-12 em Inquérito Civil Público

O Ministério Público Federal é Instituição destinada à "defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", tendo, entre suas funções constitucionais, as de "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia" e de "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos" (Constituição da República, artigos 127 e 129, incisos II e III).

Compete ainda ao Ministério Público Federal, considerados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, zelar pelo efetivo respeito, pelos Poderes da União e pelos serviços de relevância pública, aos princípios constitucionais relativos à finanças públicas e à seguridade social, bem como defender o patrimônio público e social e os direitos e interesses coletivos (Lei Complementar nº 75/93, artigo 5º, incisos I, alínea h, II, alíneas b e d, III, alínea b e e, e V).

Os Ofícios da Área da Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Rio de Janeiro têm suas atribuições fixadas pela Portaria PR-RJ nº 843/2008 (na redação dada pela Portaria nº 182/2011), segundo a qual cabe aos Ofícios do Patrimônio Público e Social atuar: "a) por matéria, na tutela coletiva judicial e extrajudicial da probidade administrativa, do patrimônio público e social, quando não esteja sob atribuição dos demais Ofícios; b) por matéria, na tutela coletiva judicial e extrajudicial dos interesses coletivos lato sensu e dos direitos do cidadão, quando relacionada à previdência social ou quando relacionada a ações ou omissões de órgãos ou agentes do Ministério da Previdência Social e das entidades da Administração indireta a este vinculadas (Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social-DATAPREV); c) por órgão, na tutela coletiva judicial e extrajudicial relacionada a fraudes ou outras irregularidades que comprometam a lisura de concurso público que não seja promovido por órgãos das unidades hospitalares e de saúde federais e da Administração direta ou indireta dos Ministérios do Meio Ambiente, da Cultura, da Saúde e da Educação; d) como custos legis, em todos os processos judiciais em que a lei preveja a participação obrigatória do Ministério Público Federal nesta qualidade, preferencialmente nos que tenham objeto relacionado à sua atribuição por matéria e por órgão, observada a eqüitativa distribuição da carga de trabalho entre todos os Procuradores da Área".

O Conselho Superior do Ministério Público Federal editou em 06 de abril de 2010 a Resolução nº 106, unificando, no âmbito do MPF, as normas disciplinadoras do Inquérito Civil Público antes divididas entre a Resolução nº 87/2006, do próprio CSMPF, e a Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

A nova Resolução altera a redação do artigo 4º da Resolução CSMPF nº 87/2006, determinando que, caso não haja nos autos do procedimento elementos que permitam a adoção imediata de qualquer das medidas previstas no caput do mesmo artigo, o Procurador oficiante poderá, no prazo máximo de 180 dias, realizar diligências. Findo o prazo, impõe-se o ajuizamento de ação civil, o arquivamento do procedimento ou a conversão do mesmo em inquérito civil.

Constata-se que o Procedimento Administrativo em epígrafe foi instaurado nesta Unidade há mais de 180 dias a partir de Ofício pelo qual a Exma. Subprocuradora-Geral da República Denise Vinci Tulio, Coordenadora da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, encaminhou a esta Procuradoria cópia do Acórdão nº 199/2011 (TC 014.770/2009-9), proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, referente às irregularidades dos atos de requisição de pessoal no âmbito de diversos Tribunais Regionais Eleitorais, entre os quais o do Estado do Rio de Janeiro. Apesar das diversas providências e diligências já empreendidas nos autos, verifica-se ainda não ser possível o ajuizamento de ação civil ou, por outro lado, a promoção de arquivamento do feito.

Impõe-se, desta forma, a regularização formal do procedimento, para atendimento às determinações da nova Resolução CSMPF nº 106/2010.

Diante disso, determino a CONVERSÃO do Procedimento Administrativo em epígrafe em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua atual Ementa:

"Tutela Coletiva. Patrimônio Público. Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro. TCU. Acórdão nº 199/2011. TC 014.770/2009-9. Irregularidades apontadas nos atos de requisição de pessoal."

Autue-se e publique-se esta Portaria de conversão.

Comunique-se à Colenda 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a conversão do Procedimento Administrativo em epígrafe em Inquérito Civil Público, em obediência à Resolução CSMPF nº 106/2010.

GUSTAVO MAGNO GOSKES BRIGGS DE ALBUQUERQUE
Procurador da República

PORTARIA Nº 867, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o presente procedimento, instaurado nesta Procuradoria a fim de investigar possível irregularidade na Universidade Estácio de Sá, no que tange à dificuldade para realização de matrícula de alunos que obtiveram bolsa no ProUni, se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para promover ampla apuração dos fatos narrados no Procedimento Administro nº 1.30.001.001166/2012-91.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MARIA CRISTINA MANELLA CORDEIRO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 37, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República:

Considerando a notificação n° 000547/2012 - DAE, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, informando possíveis irregularidades nas contas relativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF, referentes ao exercício de janeiro a dezembro do ano de 2003, da Prefeitura Municipal de Tenente Ananias/RN.

Converta-se a Peça de Informação nº 1.28.300.000065/2012-86 em PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, mediante as seguintes diligências iniciais:

a) seja oficiado ao Município de Tenente Ananias/RN, requisitando que, no prazo de 30 (trinta) dias, remeta toda a documentação relativa aos gastos efetivados com recursos do FUNDEF no período de janeiro à dezembro de 2002, bem como remeta a documentação da licitação que baseou os gastos do item 05 do relatório do TCE (f. 08/10)

Fica desde já determinado que a presente portaria seja enviado juntamente com o ofício, servindo como requisição.

Segue em anexo cópia do item 05 do relatório do TCE (f. 08/10)

Autue-se e proceda ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado de cadastro (Único) desta Procuradoria da República.

Procedidos os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, para os fins previstos nos arts. 6º, 7º e 13 da Resolução n.º 77/2004 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

CLEBER DE OLIVEIRA TAVARES NETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 26, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, na cidade de Uruguaiana/RS, pelo Procurador da República signatário, nos autos n° 1.29.011.000303/2005-42;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal defender a ordem jurídica, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à proteção do patrimônio público e social, conforme arts. 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO competir ao Ministério Público Federal, em razão da regra prevista no artigo 6.º, inciso VII, letras "a" e "b", inciso XIV, letra " f", da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, zelar pela observância dos princípios constitucionais reguladores da Administração Pública, entre estes os da legalidade, da transparência, da eficiência e da moralidade (art. 37, caput, CF/88);

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo nº 1.29.011.000303/2005-42 estava apensado ao inquérito civil nº 1.04.004.000127/2007-79 e o referido inquérito civil (que teve por objeto a paralisação das obras da BR-472 em 2005, a emergencialidade do retorno às obras em 2006, bem como ao cumprimento das normas técnicas na execução dos serviços emergenciais de "tapa buracos" no contrato TT-144/2004) foi arquivado com base nas conclusões de auditoria realizada pelo TCU.

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo nº 1.29.011.000303/2005-42 teve por objeto "apurar a regularidade na confecção dos projetos básicos utilizados na recuperação das rodovias federais pertencentes a esta Subseção Judiciária Federal"; e em vista disso foi determinado o desapensamento do aludido procedimento administrativo, para que fosse dada continuidade na sua instrução;

CONSIDERANDO que o inciso IX do art. 6º da Lei n.º 8.666/1993 dispõe que no projeto básico deve constar o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação.

CONSIDERANDO que às fls. 100/105-v destes autos consta o PARECER TÉCNICO Nº 015/07 - 5ª CCR, em que a Assessoria Pericial concluiu que os documentos apresentados (projeto básico e adequação de projeto) não atendem ao disposto na Lei 8.666/93;

CONSIDERANDO que caso seja constatado prejuízo ao erário em decorrência de eventuais irregularidades no projeto básico da BR-472, cujas obras foram executadas através do contrato TT-144/2004, será cabível o ressarcimento ao erário.

Resolve converter o presente procedimento administrativo em inquérito civil público, vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o seguinte objeto: DNIT. BR-472. Contrato TT-144/2004. Apurar se o Projeto Básico causou dano ao erário e, em caso positivo, dimensionar o valor do dano.

Para tanto, deverá ser feita a autuação, registro e publicação desta Portaria de Instauração, nos termos da Resolução nº 87/2010 do CSMPF.

ELOI FRANCISCO ZATTI FACCIONI
Procurador da República

PORTARIA Nº 65, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades na execução de ações diversas relacionadas ao Ministério da Educação no Município de Relvado/RS, especificamente apontadas nas constatações 1.1.2.3 (cadastro dos membros do CACS-FUNDEB desatualizado no sítio do FNDE) ; 1.1.3.1. (não utilização, no município, do Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica - SISCORT do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD) e 1.1.3.2 (inexistência de controle de distribuição de livros aos alunos), todas do Relatório de Fiscalização nº 035048 oriundo da Controladoria-Geral da União, resolve converter o procedimento administrativo cível n.º 1.29.014.000080/2012-12 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e à autuação da presente e afixe-se cópia no átrio da Procuradoria da República em Lajeado/RS, nos moldes dos arts. 4°, VI, e 7º, §2º, II, da Resolução nº 23/07/CNMP.

A secretaria deste gabinete acompanhará a tramitação deste feito, fazendo conclusão para eventual prorrogação até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo de 01 (um) ano.

ENRICO RODRIGUES DE FREITAS
Procurador da República

PORTARIA Nº 66, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades na execução do Programa Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde no Município de Relvado/RS, especificamente apontadas nas constatações 2.1.1.1 (divergências entre o estoque físico e os registros de controle de medicamentos básicos); 2.1.1.2 (descartes de medicamentos de farmácia básica em 2010 e 2011); 2.1.1.3 (dispensação de medicamentos controlados sem a presença de farmacêutico responsável e sem o Livro de Registro Específico) e 2.1.1.4 (medicamentos básicos adquiridos por preços superiores aos praticados no mercado), todas do Relatório de Fiscalização nº 035048 oriundo da Controladoria-Geral da União, resolve converter o procedimento administrativo cível n.º 1.29.014.000081/2012-67 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e à autuação da presente e afixe-se cópia no átrio da Procuradoria da República em Lajeado/RS, nos moldes dos arts. 4°, VI, e 7º, §2º, II, da Resolução nº 23/07/CNMP.

A secretaria deste gabinete acompanhará a tramitação deste feito, fazendo conclusão para eventual prorrogação até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo de 01 (um) ano.

ENRICO RODRIGUES DE FREITAS
Procurador da República

PORTARIA Nº 67, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades na execução de diversas ações relacionadas ao Ministério da Saúde no Município de Relvado/RS, especificamente quanto: 2.2.1.1, Falta de cursos introdutórios para os agentes comunitários de saúde; 2.2.1.2, Equipes do PSF com frequência reduzida de visitas domiciliares em 2011, caracterizando desempenho insuficiente; 2.3.1.1, Conta corrente do Fundo Municipal de Saúde não é gerida com exclusividade pelo Secretário Municipal da Saúde e 2.3.1.2, Falta de disponibilização de dotação orçamentária própria para o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, todas do Relatório de Fiscalização nº 035048 oriundo da Controladoria-Geral da União, resolve converter o procedimento administrativo cível n.º 1.29.014.000082/2012-10 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e à autuação da presente e afixe-se cópia no átrio da Procuradoria da República em Lajeado/RS, nos moldes dos arts. 4°, VI, e 7º, §2º, II, da Resolução nº 23/07/CNMP.

A secretaria deste gabinete acompanhará a tramitação deste feito, fazendo conclusão para eventual prorrogação até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo de 01 (um) ano.

ENRICO RODRIGUES DE FREITAS
Procurador da República

PORTARIA Nº 105, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2012

Inquérito Civil Público nº 1.29.002.000342/2012-88. Interessados: Receita Federal do Brasil, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, União. Assunto: PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL - Averiguar a problemática envolvendo a inexistência de módulo de exclusão de contribuintes inadimplentes do parcelamento previsto pela Lei 11.941/09.

FABIANO DE MORAES, Procurador da República, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar nº 75/93, e

Considerando as informações e documentos carreados aos autos, os quais dão conta da inexistência de módulo de exclusão de contribuintes inadimplentes do programa de parcelamento previsto pela Lei nº 11.941/09;

Considerando que a impossibilidade de exclusão dos contribuintes em atraso do programa de parcelamento atravanca o procedimento administrativo fiscal, bem como a execução dos débitos lançados;

Considerando que essa situação acarreta inúmeros entraves à Administração Tributária e Fiscal da União, indo de encontro ao fim propugnado pelo legislador quando da instituição do parcelamento;

Considerando, ainda, que a situação negativa gera efeitos, inclusive, na esfera penal, tendo em vista as questões envolvendo suspensões e trancamentos de ações penais e inquéritos policiais atinentes a crimes tributários;

Considerando que as informações acostadas a este expediente dão conta de uma previsão de implementação do módulo de exclusão do parcelamento somente para a metade do ano de 2013;

Considerando que esse prazo apresenta-se demasiadamente alongado, ao passo que os entraves gerados por essa situação podem ocasionar decorrências administrativas de difícil saneamento;

Considerando que nos termos do art. 129, da Constituição Federal, e do art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a proteção do patrimônio público;

Considerando que nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, e dos art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a instauração de inquéritos civis públicos visando ao exercício de suas funções institucionais; Resolve:

Instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, nos termos da Resolução nº 87 do CSMPF, objetivando a regular e legal coleta de elementos visando a apuração dos fatos mencionados.

À Subcoordenadoria Jurídica, para registro, autuação e a adoção das seguintes providências:

Oficiar à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional de Caxias do Sul, para que sejam apresentados esclarecimentos acerca da questão envolvendo a inexistência de módulo de exclusão de contribuintes inadimplentes do parcelamento previsto pela Lei nº 11.941/2009, especialmente no que se refere aos problemas que essa situação ocasiona; e

Oficiar à Delegacia da Receita Federal em Caxias do Sul para que, da mesma forma, manifeste-se acerca da problemática que envolve a inexistência de módulo de exclusão de contribuintes inadimplentes do parcelamento previsto pela Lei nº 11.941/2009, notadamente, quanto aos entraves gerados por essa situação.

- Comunicar à 5ª CCR a instauração deste Inquérito Civil Público, conforme dispõe o artigo 6º da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, solicitando a publicação da presente Portaria, conforme previsto no Art. 16, § 1º, I desta Resolução.

FABIANO DE MORAES

PORTARIA Nº 109, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2012

Inquérito Civil Público nº 1.29.002.000373/2012-39. Interessados: Secretaria do Patrimônio da União - SPU. Assunto: PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL - Apurar construção irregular na área de domínio da extinta Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA no município de Farroupilha/RS

FABIANO DE MORAES, Procurador da República, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar nº 75/93, e

Considerando informações e documentos encaminhados pela Promotoria de Justiça de Farroupilha, noticiando a construção irregular de uma casa no final da Rua São Jerônimo, sobre área ferroviária, localizada no município de Farroupilha/RS;

Considerando que nos termos do art. 129, da Constituição Federal, e do art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a proteção do patrimônio público;

Considerando que nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, e dos art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a instauração de inquéritos civis públicos visando ao exercício de suas funções institucionais; Resolve:

Instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, nos termos da Resolução nº 87 do CSMPF, objetivando a regular e legal coleta de elementos visando a apuração dos fatos mencionados.

À Subcoordenadoria Jurídica, para registro, autuação e a adoção das seguintes providências:

Oficiar à Advocacia Geral da União para que se manifeste sobre a representação encaminhada pela Promotoria de Justiça de Farroupilha, noticiando a construção irregular de uma casa no final da Rua São Jerônimo, sobre área ferroviária, localizada no município de Farroupilha/RS, devendo esclarecer a situação do imóvel, inclusive se foi objeto de cessão de posse ao referido Município e as medidas que pretendem adotar;

- Oficiar ao Município de Farroupilha para que se manifeste sobre a representação encaminhada pela Promotoria de Justiça, noticiando a construção irregular de uma casa no final da Rua São Jerônimo, sobre área ferroviária, devendo esclarecer se o Município tem posse dessa área, e, caso positivo, quais medidas serão adotadas.

- Comunicar à 5ª CCR a instauração deste Inquérito Civil Público, conforme dispõe o artigo 6º da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, solicitando a publicação da presente Portaria, conforme previsto no Art. 16, § 1º, I desta Resolução.

FABIANO DE MORAES

PORTARIA Nº 118, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O Ministério Público Federal, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelo art. 129, incisos III e VI, da Constituição da República, arts. 6º, inciso VII, alínea "b", 7º, inciso I, e 8º, inciso II, e §§ 2º e 3º, todos da Lei complementar n. 75/93; Lei n. 7.347/85 e,

Considerando o recebimento de denúncia anônima acerca da cobrança, pelos estabelecimentos comerciais de Caxias do Sul/RS, de taxa para recebimento de lâmpadas fluorescentes descartadas pelos consumidores;

Considerando o disposto no art. 33, V, da Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010, que determina que "os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista devem estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos";

Considerando, ainda, que o Decreto n. 45.554/08 (arts. 4º e 7º, § 1º), que regulamenta a Lei n. 11.019/97, do Estado do Rio Grande do Sul, determina que os estabelecimentos comerciais de lâmpadas fluorescentes são os responsáveis pelo recolhimento desses produtos, devendo, inclusive, divulgar aos consumidores os locais licenciados para o recebimento destes;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando as atribuições constitucionais e legais do Ministério Público Federal de defesa do meio ambiente, previstas no artigo 129, incisos III e VI, da Constituição Federal e artigo 5º, inc. II, alínea "d", e inc. III, alínea "d", da Lei Complementar 75/93;

Considerando que incumbe ao Ministério Público Federal, no exercício de suas funções, instaurar inquérito civil, procedimento administrativos correlatos e pertinentes (Lei Complementar n. 75/93, art. 7º, inciso I, in fine), objetivando a proteção do meio ambiente (Lei Complementar n. 75/93, art. 6º, inciso VII, alínea "b"), resolve instaurar, com base no que dispõe a Resolução n. 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Nacional do Ministério Público, Inquérito Civil Público, vinculado ao 1º Ofício - Meio Ambiente desta Procuradoria da República no Município de Caxias do Sul, para apurar eventuais irregularidades no descarte de lâmpadas fluorescentes no Município de Caxias do Sul/RS.

Proceda-se às anotações e registros pertinentes.

Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio de correio eletrônico, para os fins previstos nos arts. 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução n. 87/CSMPF, com o encaminhamento da presente portaria anexa.

Expeça-se recomendação ao Sindicato do Comércio Varejista de Caxias do Sul - Sindilojas para que oriente os seus associados que comercializam lâmpadas fluorescentes que se abstenham de efetuar a cobrança de qualquer taxa dos consumidores que comparecerem aos estabelecimentos comerciais para entregarem lâmpadas usadas, de forma a evitar o descarte inadequado de produtos nocivos à saúde humana e ao meio ambiente.

LUCIANA GUARNIERI
Procuradora da República

PORTARIA Nº 467, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2012

Instaura Inquérito Civil Público nº 1.29.000.002367/2012-36.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por sua Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público Federal o zelo pelo meio ambiente, promovendo as medidas necessárias para sua garantia (art. 129, inc. III, da CF), sendo cabível a instauração de inquéritos civis públicos e procedimentos administrativos correlatos (art. 7º, inc. I, da LC nº 75/93);

CONSIDERANDO que o objeto da presente peça informativa se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

E, por fim, CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público Federal instaurar Inquéritos Civis Públicos e Procedimentos Administrativos correlatos (art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e arts. 4º, II e 5º, ambos da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal), DETERMINA:

A instauração de Inquérito Civil Público, tendo por objeto apurar a ocorrência de danos ambientais causados por atividade de extração mineral (areia), sem licença do órgão ambiental competente, ocorrida nos dias 26.05.12 e 02.06.12, atribuída à Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos, em área próxima à rua Santa Bárbara (30º04'57.7" e 51º44'29,3"), no Município de Arroio dos Ratos.

Autuação e registro da presente Portaria de Instauração, nos termos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Publicação e comunicação desta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Expedição de ofícios requisitórios ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e à Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - FEPAM/RS.

CRISTIANNA DUTRA BRUNELLI NÁCUL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 179, DE 3 DE DEZEMMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, alíneas a, c e d, e no art. 7º, I, da Lei Complementar n. 75/93;

c) considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

d) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO n. 1.33.001.000550/2012-64, a partir do Ofício 308/2012 da Diretoria de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Blumenau-SC (PRM-BNU-SC-00008465/2012), para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, seja expedido o ofício, requisitando manifestação, à ANVISA, ao MAPA e ao DPDC.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1º Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

RICARDO KLING DONINI

PORTARIA Nº 180, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, alíneas a, c e d, e no art. 7º, I, da Lei Complementar n. 75/93;

c) considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

d) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO n. 1.33.001.000554/2012-42, a partir do Ofício encaminhado pelos moradores do condomínio Itoupava Garten (PRM-BNU-SC-00008488/2012), para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, as seguinte diligências iniciais:

1. Oficie-se à CEF para que informe se possui relação jurídica com a empresa PADRA e, em caso positivo, qual seu conteúdo, encaminhado-se cópia da representação. Prazo: 20 dias.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1º Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

RICARDO KLING DONINI

PORTARIA Nº 519, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Peça de Informação nº 1.33.000.003639/2012-92. Conversão Em Inquérito Civil Público.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar nº 75/93, e na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO a existência de Peça de Informação nº 1.33.000.003639/2012-92 versando sobre a fiscalização do COREN/SC no Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde de Santa Catarina e a empresa Athos Atendimento Holístico em Saúde, objetivando a prestação de serviços terceirizados para cobertura de assistência de enfermagem nas unidades hospitalares em virtude do déficit de servidores em exercícios por causa da greve deflagrada, no âmbito do Ofício do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Procuradoria da República em Santa Catarina, determino a

CONVERSÃO desta Peça de Informação em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: PPMA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE SANTA CATARINA E A EMPRESA ATHOS ATENDIMENTO HOLÍSTICO EM SAÚDE. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS PARA COBERTURA DE ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PARA AS UNIDADES HOSPITALARES EM VIRTUDE DO DÉFICIT DE SERVIDORES EM EXERCÍCIO POR CAUSA DA GREVE DEFLAGRADA. FISCALIZAÇÃO DO COREN/SC. ;

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) a expedição de Ofício ao COREN/SC solicitando informações a respeito da Representação protocolizada nesta PR/SC pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina;

d) pós, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

MAURÍCIO PESSUTTO

PORTARIA Nº 528, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

PRDC. Saúde. Assistência Farmacêutica. Disponibilização de Medicamento Para Tratamento de Acidente Vascular Cerebral - Avc Pelo Sistema úNico de Saúde. - Sus. Estado de Santa Catarina.

O Ministério Público Federal, por seu Procurador signatário, no uso de suas atribuições na Subseção Judiciária Federal de Florianópolis/SC;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público Federal, previstas no artigo 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, c/c artigo 129, III e IX, da Constituição da República;

Considerando que é função institucional do Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (arts. 127, caput, e 129, III, da Constituição da República; arts. 81/82 e 91/92 da Lei 8.078/90 e art. 21 da Lei n.º 7.347/85); Resolve:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO a fim de apurar sobre a assistência farmacêutica e disponibilização do medicamento trombolítico alteplase ou similar, para tratamento de pacientes com acidente vascular cerebral - AVC, no âmbito de Santa Catarina.

Desde logo determina-se o que segue:

a) autue-se a presente portaria como Procedimento Administrativo nos termos do art. 2º, § 4º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, procedendo-se aos devidos controles nos sistemas informatizados desta Órgão;

b) acoste-se os documentos que instruem a presente;

c) a expedição dos Ofícios determinados no DESPACHO PR-SC-00032425/2012;

d) após, retornem os autos conclusos, para cumprimento das demais providências.

MAURÍCIO PESSUTTO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 18, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que tem por função institucional zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados aos cidadãos na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

Considerando que, para o desempenho de tais atribuições, a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional lhe conferem a titularidade da promoção do inquérito civil e ainda que não de forma exclusiva da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigos 127 e 129 da Constituição Federal; artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85);

Considerando os fatos apontados no procedimento preparatório n. 1.34.018.000198/2012-41, que visa verificar e acompanhar a possibilidade de atendimento ao município de São Bento do Sapucaí por serviço de transporte interestadual que ligue a citada cidade a municípios do Estado de São Paulo e Minas Gerais.

Considerando os termos da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2.007, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), notadamente o que dispõe o art. 4º do referido ato;

Promovo a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ordenando, para tanto:

a) a autuação e o registro destes autos como inquérito civil;

b) afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria da República; e

c) remessa de cópia desta Portaria à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, para a necessária publicação, ante o que estabelecido nos arts. 4º, VI, in fine e 7º, § 2º, I, ambos da sobredita Resolução do CNMP, assim como nos arts. 6º e 16, § 1º, I, estes da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2.006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

ADJAME ALEXANDRE GONÇALVES OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 3.327, DE 12 DEZEMBRO DE 2012

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório nº 000751.2012.01.006/8-601, instaurada para apurar irregularidades atinentes à FGTS e Contribuições Previdenciárias;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000751.2012.01.006/8-601 em face de J CLIFF REPAROS NAVAIS LTDA, CNPJ nº 10.150.261/0001-02, situada na Rua Doutor Borman, 23 - Sala 307 - Centro - Niterói/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, PATRICK MAIA MERÍSIO, que poderá ser secretariado pela servidora Adolúcia Castro de Oliveira Chernicharo, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PORTARIA Nº 3.328, DE 12 DEZEMBRO DE 2012

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório nº 000729.2012.01.006/7-601, instaurada para apurar irregularidades atinentes à Dispensa em massa e liberdade de exercício de atividade econômica restringida;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000729.2012.01.006/7-601 em face de GEAP FUNDACAO DE SEGURIDADE SOCIAL, CNPJ nº 03.658.432/0001-82, situada no SHC - AO/ SUL, EA 02/08, Lt 05 - Centro Empresarial Terraço Shopping, Torre B - 1º andar, Cruzeiro - Brasilia-DF E UNIMED SAO GONÇALO NITEROI SOC COOP SERV MED HOSPI LTDA, CNPJ nº 28.630.531/0001-87, situada na Rua Doutor Borman, 51 - Centro - Niterói/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, PATRICK MAIA MERÍSIO, que poderá ser secretariado pela servidora Adolúcia Castro de Oliveira Chernicharo, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PORTARIA Nº 3.329, DE 12 DEZEMBRO DE 2012

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 000971.2012.01.006/9-601, instaurada para apurar irregularidades atinentes à extinção do contrato de trabalho e diversas fraudes;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve

Instaurar o Inquérito Civil nº 000971.2012.01.006/9-601 em face da empresa MOVIMENTO DE MULHERES EM SÃO GONÇALO, CNPJ nº 39.259.098/0001-31, situada na Rua Rodrigues da Fonseca, 201 - Zé Garoto - São Gonçalo - RJ,E SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS DE ASISTÊNCIA SOCIAL DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO(SENALBA/RJ, CNPJ nº 30.132.856/0001-81, situado na Rua Quinze de Novembro, 182 - Centro - Niteroi/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, PATRICK MAIA MERÍSIO, que poderá ser secretariado pela servidora Adolúcia Castro de Oliveira Chernicharo, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PORTARIA Nº 3.330, DE 12 DEZEMBRO DE 2012

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 000094.2012.01.006/1-601, instaurada para apurar irregularidades atinentes à jornada de trabalho e pagamentos respectivos;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000094.2012.01.006/1-601 em face da empresa PREMIADA LOTERIAS LTDA, CNPJ nº 03.276.710/0001-37, situada na Av. Automovel Club, 2679 Lj. 04 - Fragoso - Magé/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, PATRICK MAIA MERÍSIO, que poderá ser secretariado pela servidora Adolúcia Castro de Oliveira Chernicharo, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÃO DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

PROTOCOLO 2715/2012/DDJ/PGJM
EXPEDIENTE (CÓPIA DA PEÇA DE INFORMAÇÃO 74-37.2012.1106)

EMENTA. DESAGRAVO. REPRESENTAÇÃO EM DESFAVOR DE CMG E VA ENCAMINHADA AO MPM. SUPOSTA PRÁTICA DE ABUSO DE AUTORIDADE. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO. AUSÊNCIA DE IMPUTAÇÃO DE COMPORTAMENTO DELITUOSO AO OFICIAL-GENERAL. ARQUIVAMENTO.

Representação encaminhada pela Ordem dos Advogados do Brasil ao Ministério Público Militar para a apuração da eventual prática de crime de abuso de autoridade por Capitão-de-Mar-e-Guerra e Vice-Almirante. Violação de prerrogativa de advogado. Declínio de atribuição em favor da Procuradoria-Geral para apreciar o comportamento do Oficial-General. Incompetência da Justiça Militar da União. Ausência de imputação de conduta delituosa ao Vice-Almirante. Arquivamento determinado pelo PGJM.

MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 319, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de R$ 4.300.000,00 (quatro milhões, trezentos mil reais) para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente.

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, NA PRESIDÊNCIA, no uso da atribuição que lhe confere o disposto nos art. 28, inciso XXXIV, c/c o art. 31, inciso I, do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no art. 54, § 1º, inciso I da Lei n.º 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO), combinado com o inciso I, alínea "a" do art. 4º da Lei n.º 12.595, de 19 de janeiro de 2012 (LOA) e considerando as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 4, de 30 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social União, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito adicional suplementar no valor de R$ 4.300.000,00 (quatro milhões, trezentos mil reais) para atender à programação exposta no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os créditos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária constante do Anexo II deste ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO NARDES

ANEXOS

ÓRGÃO: 03000 - Tribunal de Contas da União
UNIDADE: 03101 - Tribunal de Contas da União
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.300.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.300.000
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							4.300.000
			S	1	1	90	0	100	4.300.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.300.000
TOTAL - GERAL									4.300.000

ÓRGÃO: 03000 - Tribunal de Contas da União
UNIDADE: 03101 - Tribunal de Contas da União
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0550		Controle Externo							4.300.000
		ATIVIDADES							
01 032	0550 4018	Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais							4.300.000
01 032	0550 4018 0001	Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais - Nacional							4.300.000
			F	3	2	90	0	100	4.300.000
TOTAL - FISCAL									4.300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.300.000

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL

ATO Nº 38, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de R$ 27.042.390,00 (vinte e sete milhões, quarenta e dois mil, trezentos e noventa reais), para remanejamento de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 54, §1º, inciso I, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO), combinado com o art. 4°, inciso I, alínea "a", e §1° da Lei n° 12.595, de 19 de janeiro de 2012 (LOA), e considerando as disposições contidas na Portaria SOF/MP nº 04, de 30 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de R$ 27.042.390,00 (vinte e sete milhões, quarenta e dois mil, trezentos e noventa reais), para atender à programação constante do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senador JOSÉ SARNEY

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXOS

ÓRGÃO: 02000 - Senado Federal
UNIDADE: 02101 - Senado Federal
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.408.654
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							8.408.654
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							8.408.654
			S	1	1	90	0	100	8.408.654
	0551	Atuação Legislativa do Senado Federal							18.633.736
		ATIVIDADES							
01 306	0551 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							155.000
01 306	0551 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							155.000
		Servidor beneficiado (unidade): 103	F	3	1	90	0	100	155.000
01 128	0551 20TJ	Treinamento e Capacitação em Conhecimentos Legislativos							215.130
01 128	0551 20TJ 0001	Treinamento e Capacitação em Conhecimentos Legislativos - Nacional							215.130
			F	3	2	90	0	100	215.130
01 122	0551 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							17.833.346
01 122	0551 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							17.833.346
			F	1	1	90	0	100	17.833.346
01 128	0551 4091	Capacitação de Recursos Humanos							430.260
01 128	0551 4091 0001	Capacitação de Recursos Humanos - Nacional							430.260
			F	3	2	90	0	100	430.260
TOTAL - FISCAL									18.633.736
TOTAL - SEGURIDADE									8.408.654
TOTAL - GERAL									27.042.390

ÓRGÃO: 02000 - Senado Federal
UNIDADE: 02101 - Senado Federal
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							155.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 274	0089 0397	Encargos Previdenciários com Aposentados e Pensionistas do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC							155.000
09 274	0089 0397 0001	Encargos Previdenciários com Aposentados e Pensionistas do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC - Nacional							155.000
			S	1	1	90	0	100	155.000
	0551	Atuação Legislativa do Senado Federal							26.887.390
		ATIVIDADES							
01 131	0551 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							123.540
01 131	0551 2549 0001	Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional							123.540
			F	3	2	90	0	100	123.540
01 126	0551 4060	Gestão do Sistema de Informática							4.660.000
01 126	0551 4060 0001	Gestão do Sistema de Informática - Nacional							4.660.000
			F	3	2	90	0	100	960.000
			F	4	2	90	0	100	3.700.000
01 031	0551 4061	Processo Legislativo							18.966.000
01 031	0551 4061 0001	Processo Legislativo - Nacional							18.966.000
			F	3	2	90	0	100	18.000.000
			F	4	2	90	0	100	966.000
01 031	0551 4597	Produção e Distribuição de Documentos Legislativos							2.616.000
01 031	0551 4597 0001	Produção e Distribuição de Documentos Legislativos - Nacional							2.616.000
			F	3	2	90	0	100	1.200.000
			F	4	2	90	0	100	1.416.000
01 126	0551 4898	Rede de Integração e Participação Legislativa - Interlegis							521.850
01 126	0551 4898 0001	Rede de Integração e Participação Legislativa - Interlegis - Nacional							521.850
			F	3	2	90	0	100	521.850
TOTAL - FISCAL									26.887.390
TOTAL - SEGURIDADE									155.000
TOTAL - GERAL									27.042.390

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 645, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso II do § 1º do artigo 54 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, e conforme Procedimento Administrativo nº 3.655/2012, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais, no valor de R$ 31.091.882,00 (trinta e um milhões, noventa e um mil, oitocentos e oitenta e dois reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º decorrem da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 31.091.882,00 (trinta e um milhões, noventa e um mil, oitocentos e oitenta e dois reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Min. CÁRMEN LÚCIA

ANEXOS

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	*PROGRAMÁTICA*	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*ESF*	*GND*	*RP*	*MOD*	*IU*	*FTE*	*VALOR*
	0570	*Gestão do Processo Eleitoral*							*24.898.000*
		ATIVIDADES							
02 126	*0570 2365*	*Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração*							*24.898.000*
02 126	*0570 2365 0001*	*Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração - Nacional*							*24.898.000*
			F	*4*	*2*	*90*	*0*	*100*	*24.898.000*
TOTAL - FISCAL									*24.898.000*
TOTAL - SEGURIDADE									*0*
TOTAL - GERAL									*24.898.000*

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							250.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							250.000
02 122	0570 20GP 0053	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Distrito Federal							250.000
			F	3	2	90	0	127	250.000
TOTAL - FISCAL									250.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									250.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.690.967
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							1.690.967
02 122	0570 20GP 0021	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Maranhão							1.690.967
			F	4	2	90	0	100	274.214
			F	4	2	90	0	127	1.416.753
TOTAL - FISCAL									1.690.967
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.690.967

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							171.320
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							171.320
02 122	0570 20GP 0051	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso							171.320
			F	4	2	90	0	127	171.320
TOTAL - FISCAL									171.320
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									171.320

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							400.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							400.000
02 122	0570 20GP 0054	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso do Sul							400.000
			F	4	2	90	0	127	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							500.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							500.000
02 122	0570 20GP 0031	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Minas Gerais							500.000
			F	4	2	90	0	127	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.043.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							1.043.000
02 122	0570 20GP 0022	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Piauí							1.043.000
			F	3	2	90	0	127	300.000
			F	4	2	90	0	127	743.000
TOTAL - FISCAL									1.043.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.043.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							258.800
		PROJETOS							
02 122	0570 14H5	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Areia Branca - RN							43.090
02 122	0570 14H5 0101	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Areia Branca - RN - No Município de Areia Branca - RN							43.090
			F	4	2	90	0	127	43.090
02 122	0570 14H7	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Apodi - RN							39.930
02 122	0570 14H7 0101	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Apodi - RN - No Município de Apodi - RN							39.930
			F	4	2	90	0	127	39.930
02 122	0570 14HB	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Nova Cruz - RN							40.020
02 122	0570 14HB 0101	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Nova Cruz - RN - No Município de Nova Cruz - RN							40.020
			F	4	2	90	0	127	40.020
02 122	0570 7S13	Construção de Cartório Eleitoral no Município de São José do Campestre - RN							56.000
02 122	0570 7S13 0056	Construção de Cartório Eleitoral no Município de São José do Campestre - RN - No Município de São José do Campestre - RN							56.000
			F	4	2	90	0	127	56.000
02 122	0570 7S14	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Patú - RN							39.930
02 122	0570 7S14 0056	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Patú - RN - No município de Patú - RN							39.930
			F	4	2	90	0	127	39.930
02 122	0570 7S15	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Governador Dix-Sept Rosado - RN							39.830
02 122	0570 7S15 0056	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Governador Dix-Sept Rosado - RN - No Município de Governador Dix-Sept Rosado - RN							39.830
			F	4	2	90	0	127	39.830
TOTAL - FISCAL									258.800
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									258.800

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.104.290
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							1.104.290
02 122	0570 20GP 0042	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Santa Catarina							1.104.290
			F	3	2	90	0	127	400.000
			F	4	2	90	0	127	704.290
TOTAL - FISCAL									1.104.290
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.104.290

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							8.000
		ATIVIDADES							
02 128	0570 4091	Capacitação de Recursos Humanos							8.000
02 128	0570 4091 0001	Capacitação de Recursos Humanos - Nacional							8.000
			F	3	2	90	0	127	8.000
TOTAL - FISCAL									8.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							162.505
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							162.505
02 122	0570 20GP 0017	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Tocantins							162.505
			F	4	2	90	0	100	10.106
			F	4	2	90	0	127	152.399
TOTAL - FISCAL									162.505
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									162.505

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							305.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							305.000
02 122	0570 20GP 0014	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Roraima							305.000
			F	3	2	90	0	127	105.000
			F	4	2	90	0	127	200.000
TOTAL - FISCAL									305.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									305.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							300.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							300.000
02 122	0570 20GP 0016	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amapá							300.000
			F	4	2	90	0	127	300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							31.081.776
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							6.183.776
02 122	0570 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional							6.183.776
			F	3	2	90	0	100	274.214
			F	3	2	90	0	127	5.909.562
02 061	0570 4269	Pleitos Eleitorais							24.898.000
02 061	0570 4269 0001	Pleitos Eleitorais - Nacional							24.898.000
			F	3	2	90	0	100	24.898.000
TOTAL - FISCAL									31.081.776
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									31.081.776

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							10.106
		PROJETOS							
02 122	0570 14I8	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Dianópolis - TO							10.106
02 122	0570 14I8 0101	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Dianópolis - TO - No Município de Dianópolis - TO							10.106
			F	4	2	90	0	100	10.106
TOTAL - FISCAL									10.106
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.106

PORTARIA Nº 646, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso II do § 1º do artigo 54 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, e conforme Procedimento Administrativo nº 3.653/2012, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais, no valor de R$ 14.193.937,00 (quatorze milhões, cento e noventa e três mil, novecentos e trinta e sete reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º decorrem da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 14.193.937,00 (quatorze milhões, cento e noventa e três mil, novecentos e trinta e sete reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

MINISTRA CÁRMEN LÚCIA

ANEXOS

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.129.028
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.129.028
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							2.129.028
			S	1	1	90	0	156	133.357
			S	1	1	90	0	169	1.995.671
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							4.043.699
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							4.043.699
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							4.043.699
			F	1	1	90	0	100	4.043.699
TOTAL - FISCAL									4.043.699
TOTAL - SEGURIDADE									2.129.028
TOTAL - GERAL									6.172.727

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							4.902.701
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							4.702.701
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							4.702.701
			F	1	1	90	0	100	4.702.701
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							200.000
02 122	0570 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia							200.000
			F	1	0	91	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									4.902.701
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.902.701

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							3.118.509
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							3.000.000
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							3.000.000
			F	1	1	90	0	100	3.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							118.509
02 122	0570 09HB 0017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins							118.509
			F	1	0	91	0	100	118.509
TOTAL - FISCAL									3.118.509
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.118.509

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							3.336.136
		ATIVIDADES							
02 061	0570 4269	Pleitos Eleitorais							3.336.136
02 061	0570 4269 0001	Pleitos Eleitorais - Nacional							3.336.136
			F	1	1	90	0	100	3.336.136
TOTAL - FISCAL									3.336.136
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.336.136

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							986.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							950.000
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							950.000
			F	1	1	90	0	100	950.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							36.000
02 122	0570 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba							36.000
			F	1	0	91	0	100	36.000
TOTAL - FISCAL									986.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									986.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							750.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							750.000
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							750.000
			F	1	1	90	0	100	750.000
TOTAL - FISCAL									750.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									750.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.798.093
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.798.093
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							2.798.093
			S	1	1	90	0	100	669.065
			S	1	1	90	0	156	133.357
			S	1	1	90	0	169	1.995.671
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							6.323.708
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							6.041.199
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							6.041.199
			F	1	1	90	0	100	6.041.199
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							282.509
02 122	0570 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro							282.509
			F	1	0	91	0	100	282.509
TOTAL - FISCAL									6.323.708
TOTAL - SEGURIDADE									2.798.093
TOTAL - GERAL									9.121.801

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 651, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso II do § 1º do artigo 54 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, e conforme Procedimento Administrativo nº 3.654/2012, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais, no valor de R$ 20.537.577,00 (vinte milhões, quinhentos e trinta e sete mil, quinhentos e setenta e sete reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º decorrem da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 20.537.577,00 (vinte milhões, quinhentos e trinta e sete mil, quinhentos e setenta e sete reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Min. CÁRMEN LÚCIA

ANEXOS

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I — *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							19.687.577
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							13.187.577
02 122	0570 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional	F	4	2	90	0	127	13.187.577
02 126	0570 2365	Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração							6.500.000
02 126	0570 2365 0001	Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração - Nacional	F	4	2	90	0	100	6.500.000
TOTAL - FISCAL									19.687.577
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.687.577

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO I — *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							250.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							250.000
02 122	0570 20GP 0031	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Minas Gerais	F	4	2	90	0	100	250.000
TOTAL - FISCAL									250.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									250.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO I — *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							600.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							600.000
02 122	0570 20GP 0017	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Tocantins	F	4	2	90	0	100	600.000
TOTAL - FISCAL									600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									600.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II — *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							19.687.577
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							13.187.577
02 122	0570 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional	F	3	2	90	0	127	13.187.577
02 126	0570 2365	Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração							6.500.000
02 126	0570 2365 0001	Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração - Nacional	F	3	2	90	0	100	6.500.000
TOTAL - FISCAL									19.687.577
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.687.577

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO II — *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							250.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							250.000
02 122	0570 20GP 0031	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Minas Gerais	F	3	2	90	0	100	250.000
TOTAL - FISCAL									250.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									250.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							600.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							600.000
02 122	0570 20GP 0017	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Tocantins							600.000
			F	3	2	90	0	100	600.000
TOTAL - FISCAL									600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									600.000

PORTARIA Nº 652, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso II do § 1º do artigo 54 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, e conforme Procedimento Administrativo nº 3.653/2012, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais, no valor de R$ 54.585.030,00 (cinquenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e trinta reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º decorrem da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 54.585.030,00 (cinquenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e trinta reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Min. CÁRMEN LÚCIA

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							83.119
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							83.119
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							83.119
			S	1	1	90	0	169	83.119
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							89.993
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							89.993
02 122	0570 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							89.993
			F	1	0	91	0	100	89.993
TOTAL - FISCAL									89.993
TOTAL - SEGURIDADE									83.119
TOTAL - GERAL									173.112

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							2.037.741
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							1.525.625
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							1.525.625
			F	1	1	90	0	100	1.525.625
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							512.116
02 122	0570 09HB 0012	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Acre							512.116
			F	1	0	91	0	100	512.116
TOTAL - FISCAL									2.037.741
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.037.741

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.605.295
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							1.605.295
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							1.605.295
			F	1	1	90	0	100	1.605.295
TOTAL - FISCAL									1.605.295
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.605.295

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							293.846
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							106.190
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							106.190
			F	1	1	90	0	100	106.190

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							187.656
02 122	0570 09HB 0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas	F	1	0	91	0	100	187.656
TOTAL - FISCAL									293.846
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									293.846

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							390.324
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							390.324
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	390.324
TOTAL - FISCAL									390.324
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									390.324

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.021.978
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							468.682
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	468.682
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							553.296
02 122	0570 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará	F	1	0	91	0	100	553.296
TOTAL - FISCAL									1.021.978
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.021.978

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							490.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							490.000
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	169	490.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									490.000
TOTAL - GERAL									490.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							154.481
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							154.481
02 122	0570 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo	F	1	0	91	0	100	154.481
TOTAL - FISCAL									154.481
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									154.481

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							653.249
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							653.249
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	156	653.249
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							5.268.409
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							4.894.378
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	4.894.378
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							374.031

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02 122	0570 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão	F	1	0	91	0	100	374.031
									374.031
TOTAL - FISCAL									5.268.409
TOTAL - SEGURIDADE									653.249
TOTAL - GERAL									5.921.658

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							5.420.651
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							5.286.780
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							5.286.780
			F	1	1	90	0	100	5.286.780
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							133.871
02 122	0570 09HB 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso							133.871
			F	1	0	91	0	100	133.871
TOTAL - FISCAL									5.420.651
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.420.651

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							474.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							474.000
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							474.000
			F	1	1	90	0	100	474.000
TOTAL - FISCAL									474.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									474.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							494.597
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							494.597
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							494.597
			S	1	1	90	0	156	141.338
			S	1	1	90	0	169	353.259
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							168.643
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							168.643
02 122	0570 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará							168.643
			F	1	0	91	0	100	168.643
TOTAL - FISCAL									168.643
TOTAL - SEGURIDADE									494.597
TOTAL - GERAL									663.240

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							81.115
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							81.115
02 122	0570 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná							81.115
			F	1	0	91	0	100	81.115
TOTAL - FISCAL									81.115
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									81.115

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							174.890
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							174.890
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							174.890
			S	1	1	90	0	169	174.890
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							814.842
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							814.842

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

02 122	0570 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	0	91	0	100	814.842
									814.842
TOTAL - FISCAL									814.842
TOTAL - SEGURIDADE									174.890
TOTAL - GERAL									989.732

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							220.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							220.000
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							220.000
			F	1	1	90	0	100	220.000
TOTAL - FISCAL									220.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									220.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							6.253.008
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							5.906.330
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							5.906.330
			F	1	1	90	0	100	5.906.330
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							346.678
02 122	0570 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia							346.678
			F	1	0	91	0	100	346.678
TOTAL - FISCAL									6.253.008
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.253.008

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.243.528
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							1.243.528
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							1.243.528
			F	1	1	90	0	100	1.243.528
TOTAL - FISCAL									1.243.528
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.243.528

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							12.527.919
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							12.097.726
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							12.097.726
			F	1	1	90	0	100	12.097.726
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							430.193
02 122	0570 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe							430.193
			F	1	0	91	0	100	430.193
TOTAL - FISCAL									12.527.919
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.527.919

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							5.408.427
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							5.408.427
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							5.408.427
			F	1	1	90	0	100	5.408.427
TOTAL - FISCAL									5.408.427
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.408.427

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							120.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							120.000
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							120.000
			S	1	1	90	0	169	120.000
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							4.978.733
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							4.880.000
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							4.880.000
			F	1	1	90	0	100	4.880.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							98.733
02 122	0570 09HB 0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima							98.733
			F	1	0	91	0	100	98.733
TOTAL - FISCAL									4.978.733
TOTAL - SEGURIDADE									120.000
TOTAL - GERAL									5.098.733

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							4.116.242
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							4.059.478
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							4.059.478
			F	1	1	90	0	100	4.059.478
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							56.764
02 122	0570 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá							56.764
			F	1	0	91	0	100	56.764
TOTAL - FISCAL									4.116.242
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.116.242

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							504.941
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							504.941
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							504.941
			S	1	1	90	0	100	504.941
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							23.712.210
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							407.351
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							407.351
			F	1	1	90	0	100	407.351
02 061	0570 4269	Pleitos Eleitorais							23.304.859
02 061	0570 4269 0001	Pleitos Eleitorais - Nacional							23.304.859
			F	1	1	90	0	100	23.304.859
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							27.580
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0901 00FB	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Aposentadorias e Pensões							27.580
28 846	0901 00FB 0001	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Aposentadorias e Pensões - Nacional							27.580
			S	1	1	90	0	169	27.580
TOTAL - FISCAL									23.712.210
TOTAL - SEGURIDADE									532.521
TOTAL - GERAL									24.244.731

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							122.669
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							122.669
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							122.669
			S	1	1	90	0	100	122.669
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									122.669
TOTAL - GERAL									122.669

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							473.313
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							473.313
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							473.313
			S	1	1	90	0	100	60.000
			S	1	1	90	0	156	52.515
			S	1	1	90	0	169	360.798
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							80.038
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							80.038
02 122	0570 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas							80.038
			F	1	0	91	0	100	80.038
TOTAL - FISCAL									80.038
TOTAL - SEGURIDADE									473.313
TOTAL - GERAL									553.351

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							106.190
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							106.190
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							106.190
			S	1	1	90	0	100	106.190
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									106.190
TOTAL - GERAL									106.190

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							913.696
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							913.696
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							913.696
			S	1	1	90	0	100	390.324
			S	1	1	90	0	156	407.781
			S	1	1	90	0	169	115.591
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							202.194
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							202.194
02 122	0570 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia							202.194
			F	1	0	91	0	100	202.194
TOTAL - FISCAL									202.194
TOTAL - SEGURIDADE									913.696
TOTAL - GERAL									1.115.890

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							7.918.742
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							7.878.000
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							7.878.000
			F	1	1	90	0	100	7.878.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							40.742
02 122	0570 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal							40.742
			F	1	0	91	0	100	40.742
TOTAL - FISCAL									7.918.742
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.918.742

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							118.973
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							118.973
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							118.973
			S	1	1	90	0	156	103.435
			S	1	1	90	0	169	15.538
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							728.547
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							728.547

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	728.547 728.547
TOTAL - FISCAL									728.547
TOTAL - SEGURIDADE									118.973
TOTAL - GERAL									847.520

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							131.298
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							131.298
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	131.298 131.298
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							2.580.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							2.360.000
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	2.360.000 2.360.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							220.000
02 122	0570 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás	F	1	0	91	0	100	220.000 220.000
TOTAL - FISCAL									2.580.000
TOTAL - SEGURIDADE									131.298
TOTAL - GERAL									2.711.298

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							94.450
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							94.450
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	94.450 94.450
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									94.450
TOTAL - GERAL									94.450

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							300.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							300.000
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	300.000 300.000
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							298.073
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							298.073
02 122	0570 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	1	0	91	0	100	298.073 298.073
TOTAL - FISCAL									298.073
TOTAL - SEGURIDADE									300.000
TOTAL - GERAL									598.073

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							474.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							474.000
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	474.000 474.000
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							952.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							952.000
02 122	0570 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	100	952.000 952.000
TOTAL - FISCAL									952.000
TOTAL - SEGURIDADE									474.000
TOTAL - GERAL									1.426.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							902.694
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							902.694
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							902.694
			S	1	1	90	0	100	19.648
			S	1	1	90	0	156	230.856
			S	1	1	90	0	169	652.190
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							653.196
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							600.861
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							600.861
			F	1	1	90	0	100	600.861
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							52.335
02 122	0570 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba							
			F	1	0	91	0	100	52.335
TOTAL - FISCAL									653.196
TOTAL - SEGURIDADE									902.694
TOTAL - GERAL									1.555.890

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							370.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							370.000
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							370.000
			S	1	1	90	0	100	370.000
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							3.000.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							3.000.000
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							3.000.000
			F	1	1	90	0	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL									3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									370.000
TOTAL - GERAL									3.370.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							225.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							225.000
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							225.000
			S	1	1	90	0	100	225.000
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							2.750.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							2.750.000
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							2.750.000
			F	1	1	90	0	100	2.750.000
TOTAL - FISCAL									2.750.000
TOTAL - SEGURIDADE									225.000
TOTAL - GERAL									2.975.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							145.380
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							145.380
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							145.380
			S	1	1	90	0	100	95.809
			S	1	1	90	0	169	49.571
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.550.018
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							1.507.971
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							1.507.971
			F	1	1	90	0	100	1.507.971
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							42.047
02 122	0570 09HB 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí							
			F	1	0	91	0	100	42.047
TOTAL - FISCAL									1.550.018
TOTAL - SEGURIDADE									145.380
TOTAL - GERAL									1.695.398

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							170.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							170.000
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	170.000
									170.000
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							50.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							50.000
02 122	0570 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte	F	1	0	91	0	100	50.000
									50.000
TOTAL - FISCAL									50.000
TOTAL - SEGURIDADE									170.000
TOTAL - GERAL									220.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							370.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							370.000
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	370.000
									370.000
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							436.066
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							436.066
02 122	0570 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	0	91	0	100	436.066
									436.066
TOTAL - FISCAL									436.066
TOTAL - SEGURIDADE									370.000
TOTAL - GERAL									806.066

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							44.546
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							44.546
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	44.546
									44.546
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									44.546
TOTAL - GERAL									44.546

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.125.112
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							1.000.000
02 122	0570 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	1.000.000
									1.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							125.112
02 122	0570 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina	F	1	0	91	0	100	125.112
									125.112
TOTAL - FISCAL									1.125.112
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.125.112

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.243.528
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.243.528
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	1.243.528
									1.243.528
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.503.805
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0570 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.503.805

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

02 122	0570 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo	F	1	0	91	0	100	1.503.805
TOTAL - FISCAL									1.503.805
TOTAL - SEGURIDADE									1.243.528
TOTAL - GERAL									2.747.333

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							290.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							290.000
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	290.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									290.000
TOTAL - GERAL									290.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							16.771
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							16.771
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	16.771
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									16.771
TOTAL - GERAL									16.771

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

OS PRESIDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, usando de suas atribuições legais e regimentais e considerando o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei n. 12.465, de 12 de agosto de 2011, art. 54, § 1º, inciso II, e § 8º, na Lei Orçamentária Anual, Lei n. 12.595, de 19 de janeiro de 2012, art. 4º, inciso XXIII, e na Portaria n. 4/SOF/MP, de 30 de janeiro de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios crédito suplementar no valor de R$ 4.932.029,00 (quatro milhões, novecentos e trinta e dois mil e vinte e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem da anulação parcial de dotação orçamentária do Superior Tribunal de Justiça, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FELIX FISCHER
Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Des. JOÃO MARIOSI
Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	GND	R F	MOD	I U	F T E	VALOR
0567		Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							4.932.029
		PROJETOS							
02 126	0567 123R	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (e-Jus)							4.932.029
02 126	0567 123R 0001	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (e-Jus) - Nacional	F	4	2	90	0	100	4.932.029
TOTAL - FISCAL									4.932.029
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.932.029

ÓRGÃO: 11000 - Superior Tribunal de Justiça
UNIDADE: 11101 - Superior Tribunal de Justiça
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	GND	R F	MOD	I U	F T E	VALOR
0568		Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça							4.932.029
		PROJETOS							
02 126	0568 1H24	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional II no Superior Tribunal de Justiça (e-Jus)							1.932.029
02 126	0568 1H24 0001	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional II no Superior Tribunal de Justiça (e-Jus) - Nacional	F	3	2	90	0	100	1.932.029
02 126	0568 1H24	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional II no Superior Tribunal de Justiça (e-Jus)							3.000.000
02 126	0568 1H24 0001	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional II no Superior Tribunal de Justiça (e-Jus) - Nacional	F	4	2	90	0	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL									4.932.029
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.932.029

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012121400199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 498, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e regimentais e considerando o disposto no inciso II do § 1º do art. 54 da Lei n.12.465, de 12 de agosto de 2011, combinado com a autorização contida no art. 4º da Lei n. 12.595, de 19 de janeiro de 2012, inciso I, alínea "a", e inciso VI, alínea "a", e os procedimentos previstos na Portaria SOF n. 4 de 30 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Superior Tribunal de Justiça, crédito suplementar no valor de R$ 21.500.000,00 (vinte e um milhões e quinhentos mil reais), para atender a programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FELIX FISCHER

Órgão . : 11000 - Superior Tribunal de Justiça
Unidade: 11101 - Superior Tribunald e Justiça
Anexo I — Crédito Suplementar (suplementação)

Programa de Trabalho			Recursos de Todas as Fontes - R$ 1,00						
Func	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	ESF	GND	RP	MOD	IU	F. T. E.	Valor
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União								21.500.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							21.500.000
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	21.500.000
	Total - Fiscal								0
	Total - Seguridade								21.500.000
	Total - Geral								21.500.000

Órgão . : 11000 - Superior Tribunal de Justiça
Unidade: 11101 - Superior Tribunald e Justiça
Anexo II — Crédito Suplementar (cancelamento)

Programa de Trabalho			Recursos de Todas as Fontes - R$ 1,00						
Func	Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	ESF	GND	RP	MOD	IU	F. T. E.	Valor
0568	Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça								21.500.000
		Atividades							
02 122	0568 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							9.700.000
02 122	0568 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	9.700.000
02 061	0568 4236	Apreciação e Julgamento de Causas							9.690.000
02 061	0568 4236 0001	Apreciação e Julgamento de Causas - Nacional	F	3	2	90	0	100	9.690.000
02 131	0568 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							1.210.000
02 131	0568 2549 0001	Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional	F	4	2	90	0	100	1.210.000
02 128	0568 4091	Capacitação de Recursos Humanos							400.000
02 128	0568 4091 0001	Capacitação de Recursos Humanos - Nacional	F	3	2	90	0	100	400.000
02 128	0568 20G2	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados							500.000
02 128	0568 20G2 0001	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Nacional	F	3	2	90	0	100	500.000
	Total - Fiscal								21.500.000
	Total - Seguridade								0
	Total - Geral								21.500.000

PORTARIA Nº 499, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e regimentais e considerando o disposto no inciso II do § 1º do art. 54 da Lei n. 12.465, de 12 de agosto de 2011, combinado com a autorização contida no art. 4º da Lei n. 12.595, de 19 de janeiro de 2012, inciso I, alínea "a", e inciso XVI, e os procedimentos previstos na Portaria SOF n. 4 de 30 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Superior Tribunal de Justiça, crédito suplementar no valor de R$ 3.762.930,00 (três milhões, setecentos e sessenta e dois mil, novecentos e trinta reais), para atender a programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FELIX FISCHER

Órgão : 11000 - Superior Tribunal de Justiça
Unidade: 11101 - Superior Tribunal de Justiça
Anexo I — Crédito Suplementar (suplementação)

Programa de Trabalho			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00						
Func	Programática	Programa/Ação/ Produto/Localização	E S F	GND	R P	MOD	I U	FTE	Valor
0568	Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça								3.762.930
		Atividades							
02 306	0568 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							120.000
02 306	0568 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	1	90	0	100	120.000
02 301	0568 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes							3.642.930
02 301	0568 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100	3.642.930
Total - Fiscal									120.000
Total - Seguridade									3.642.930
Total - Geral									3.762.930

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Órgão : 11000 - Superior Tribunal de Justiça
Unidade: 11101 - Superior Tribunal de Justiça
Anexo II — Crédito Suplementar (cancelamento)
Programa de Trabalho — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

Func	Programática	Programa/Ação/ Produto/Localização	E S F	GND	R P	MOD	I U	FTE	Valor
0568	Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça								3.762.930
		Atividades							
02 061	0568 4236	Apreciação e Julgamento de Causas							2.864.930
02 061	0568 4236 0001	Apreciação e Julgamento de Causas - Nacional	F	4	2	90	0	100	2.864.930
02 365	0568 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados							778.000
02 365	0568 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	1	90	0	100	778.000
02 331	0568 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados							120.000
02 331	0568 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	1	90	0	100	120.000
Total - Fiscal									3.762.930
Total - Seguridade									0
Total - Geral									3.762.930

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 218, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 54 da Lei n. 12.465, de 12 de agosto de 2011, e tendo em vista a autorização contida no inciso XVI, do art. 4º da Lei n. 12.595, de 19 de janeiro de 2012, e os procedimentos estabelecidos na Portaria n. 4/SOF/MP, datada de 30 de janeiro de 2012, ad referendum, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 2.206.997,00 (dois milhões, duzentos e seis mil, novecentos e noventa e sete reais) para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FELIX FISCHER

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							2.011.703
		ATIVIDADES							
02 301	0569 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes							1.592.420
02 301	0569 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional							1.592.420
			S	3	1	90	0	100	1.592.420
02 306	0569 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							419.283
02 306	0569 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							419.283
			F	3	1	90	0	100	419.283
TOTAL - FISCAL									419.283
TOTAL - SEGURIDADE									1.592.420
TOTAL - GERAL									2.011.703

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							24.294
		ATIVIDADES							
02 301	0569 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes							21.670
02 301	0569 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional							21.670
			S	3	1	90	0	100	21.670
02 306	0569 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							2.624
02 306	0569 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							2.624
			F	3	1	90	0	100	2.624
TOTAL - FISCAL									2.624
TOTAL - SEGURIDADE									21.670
TOTAL - GERAL									24.294

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							81.000
		ATIVIDADES							
02 306	0569 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							81.000
02 306	0569 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							81.000
			F	3	1	90	0	100	81.000
TOTAL - FISCAL									81.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									81.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							30.000
		ATIVIDADES							
02 306	0569 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							30.000
02 306	0569 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							30.000
			F	3	1	90	0	100	30.000
TOTAL - FISCAL									30.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							60.000
		ATIVIDADES							
02 306	0569 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							60.000
02 306	0569 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							60.000
			F	3	1	90	0	100	60.000
TOTAL - FISCAL									60.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									60.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.496.997
		ATIVIDADES							
02 365	0569 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados							1.423.000
02 365	0569 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Nacional							1.423.000
			F	3	1	90	0	100	1.423.000
02 331	0569 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados							73.997
02 331	0569 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional							73.997
			F	3	1	90	0	100	73.997
TOTAL - FISCAL									1.496.997
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.496.997

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							530.000
		ATIVIDADES							
02 301	0569 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes							430.000
02 301	0569 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional							430.000
			S	3	1	90	0	100	430.000
02 365	0569 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados							60.000
02 365	0569 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Nacional							60.000
			F	3	1	90	0	100	60.000
02 331	0569 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados							40.000
02 331	0569 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional							40.000
			F	3	1	90	0	100	40.000
TOTAL - FISCAL									100.000
TOTAL - SEGURIDADE									430.000
TOTAL - GERAL									530.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							60.000
		ATIVIDADES							
02 365	0569 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados							15.000
02 365	0569 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Nacional							15.000
			F	3	1	90	0	100	15.000
02 331	0569 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados							45.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

02 331	0569 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	1	90	0	100	45.000
									45.000
TOTAL - FISCAL									60.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									60.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							120.000
		ATIVIDADES							
02 365	0569 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados							120.000
02 365	0569 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	1	90	0	100	120.000
									120.000
TOTAL - FISCAL									120.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									120.000

RESOLUÇÃO Nº 219, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 54 da Lei n. 12.465, de 12 de agosto de 2011, e tendo em vista a autorização contida no inciso I, alínea "a", do art. 4º da Lei n. 12.595, de 19 de janeiro de 2012, e os procedimentos estabelecidos na Portaria n. 4/SOF/MP, datada de 30 de janeiro de 2012, ad referendum, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FELIX FISCHER

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							3.500.000
		ATIVIDADES							
02 301	0569 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes							3.500.000
02 301	0569 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100	3.500.000
									3.500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.500.000
TOTAL - GERAL									3.500.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							3.500.000
		ATIVIDADES							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							3.500.000
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional	F	3	2	90	0	100	3.500.000
									3.500.000
TOTAL - FISCAL									3.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.500.000

RESOLUÇÃO Nº 220, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 54 da Lei n. 12.465, de 12 de agosto de 2011, e tendo em vista a autorização contida no inciso I, alínea "a", inciso II e § 1º, do art. 4º da Lei n. 12.595, de 19 de janeiro de 2012, e os procedimentos estabelecidos na Portaria n. 4/SOF/MP, datada de 30 de janeiro de 2012, ad referendum, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 5.904.435,00 (cinco milhões, novecentos e quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais) para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FELIX FISCHER

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							3.610.000
		ATIVIDADES							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							2.610.000
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							2.610.000
			F	4	2	90	0	100	2.610.000
		PROJETOS							
02 126	0569 3757	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça Federal (e-Jus)							1.000.000
02 126	0569 3757 0001	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça Federal (e-Jus) - Nacional							1.000.000
			F	4	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									3.610.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.610.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.800.000
		ATIVIDADES							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							1.800.000
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							1.800.000
			F	3	2	90	0	127	1.800.000
TOTAL - FISCAL									1.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.800.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							350.000
		ATIVIDADES							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							350.000
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							350.000
			F	4	2	90	0	100	350.000
TOTAL - FISCAL									350.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									350.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							144.435
		ATIVIDADES							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							144.435
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							144.435
			F	3	2	90	0	100	144.435
TOTAL - FISCAL									144.435
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									144.435

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							3.554.435
		ATIVIDADES							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							2.554.435
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							2.554.435
			F	3	2	90	0	100	754.435
			F	3	2	90	0	127	1.800.000
		PROJETOS							
02 126	0569 3757	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça Federal (e-Jus)							1.000.000
02 126	0569 3757 0001	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça Federal (e-Jus) - Nacional							1.000.000
			F	3	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									3.554.435
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.554.435

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							350.000
		ATIVIDADES							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							350.000
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							350.000
			F	3	2	90	0	100	350.000
TOTAL - FISCAL									350.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									350.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							2.000.000
		PROJETOS							
02 122	0569 12SV	Aquisição de Imóveis para Funcionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo - SP - UNIDADE "A"							2.000.000
02 122	0569 12SV 0101	Aquisição de Imóveis para Funcionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo - SP - UNIDADE "A" - No Município de São Paulo - SP							2.000.000
			F	5	2	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.000.000

PORTARIA Nº 420, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre prorrogação de prazo para conclusão de auditoria de passivos de pessoal no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Prorrogar, para a data de 11 de março de 2013, o prazo para apresentação do relatório final de auditoria sobre os pagamentos de passivos de pessoal na Justiça Federal de primeiro e segundo graus, autorizada pela Portaria CF-POR-2012/00194, de 13 de julho de 2012.

Art. 2º Revogar a Portaria CF-POR-2012/00269.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FELIX FISCHER

CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

DECISÕES

AUTOS FÍSICOS

ROCESSO:2005.82.00.505899-1
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):EDNALDO CELESTINO DA SILVA
PROC./ADV.:GENIAS HONÓRIO DE FREITAS JÚNIOR

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário n. 583.834/SC, com repercussão geral reconhecida, em acórdão assim ementado: "CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. CARÁTER CONTRIBUTIVO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-DOENÇA. COMPETÊNCIA REGULAMENTAR. LIMITES. 1. O caráter contributivo do regime geral da previdência social (caput do art. 201 da CF) a princípio impede a contagem de tempo ficto de contribuição. 2. O § 5º do art. 29 da Lei nº 8.213/1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS) é exceção razoável à regra proibitiva de tempo de contribuição ficto com apoio no inciso II do art. 55 da mesma Lei. E é aplicável somente às situações em que a aposentadoria por invalidez seja precedida do recebimento de auxílio-doença durante período de afastamento intercalado com atividade laborativa, em que há recolhimento da contribuição previdenciária. Entendimento, esse, que não foi modificado pela Lei nº 9.876/99. 3. O § 7º do art. 36 do Decreto nº 3.048/1999 não ultrapassou os limites da competência regulamentar porque apenas explicitou a adequada interpretação do inciso II e do § 5º do art. 29 em combinação com o inciso II do art. 55 e com os arts. 44 e 61, todos da Lei nº 8.213/1991. 4. A extensão de efeitos financeiros de lei nova a benefício previdenciário anterior à respectiva vigência ofende tanto o inciso XXXVI do art. 5º quanto o § 5º do art. 195 da Constituição Federal. Precedentes: REs 416.827 e 415.454, ambos da relatoria do Ministro Gilmar Mendes. 5. Recurso extraordinário com repercussão geral a que se dá provimento"
Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tri-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

bunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, observando-se a decisão de fls. 128 quanto a aplicação do art. 543-C do CPC.
Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 11 de dezembro de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:2007.71.95.008604-5
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA HELENA DA SILVA
PROC./ADV.:CLÁUDIA FREIBERG

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário n. 583.834/SC, com repercussão geral reconhecida, em acórdão assim ementado:
"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. CARÁTER CONTRIBUTIVO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-DOENÇA. COMPETÊNCIA REGULAMENTAR. LIMITES. 1. O caráter contributivo do regime geral da previdência social (caput do art. 201 da CF) a princípio impede a contagem de tempo ficto de contribuição. 2. O § 5º do art. 29 da Lei nº 8.213/1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS) é exceção razoável à regra proibitiva de tempo de contribuição ficto com apoio no inciso II do art. 55 da mesma Lei. E é aplicável somente às situações em que a aposentadoria por invalidez seja precedida do recebimento de auxílio-doença durante período de afastamento intercalado com atividade laborativa, em que há recolhimento da contribuição previdenciária. Entendimento, esse, que não foi modificado pela Lei nº 9.876/99. 3. O § 7º do art. 36 do Decreto nº 3.048/1999 não ultrapassou os limites da competência regulamentar porque apenas explicitou a adequada interpretação do inciso II e do § 5º do art. 29 em combinação com o inciso II do art. 55 e com os arts. 44 e 61, todos da Lei nº 8.213/1991. 4. A extensão de efeitos financeiros de lei nova a benefício previdenciário anterior à respectiva vigência ofende tanto o inciso XXXVI do art. 5º quanto o § 5º do art. 195 da Constituição Federal. Precedentes: REs 416.827 e 415.454, ambos da relatoria do Ministro Gilmar Mendes. 5. Recurso extraordinário com repercussão geral a que se dá provimento"
Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, observando-se a decisão de fls. 128 quanto a aplicação do art. 543-C do CPC.
Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 11 de dezembro de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:2007.71.95.005517-6
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ELIANE BESKOW
PROC./ADV.:CLÁUDIA FREIBERG

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário n. 583.834/SC, com repercussão geral reconhecida, em acórdão assim ementado:
"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. CARÁTER CONTRIBUTIVO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-DOENÇA. COMPETÊNCIA REGULAMENTAR. LIMITES. 1. O caráter contributivo do regime geral da previdência social (caput do art. 201 da CF) a princípio impede a contagem de tempo ficto de contribuição. 2. O § 5º do art. 29 da Lei nº 8.213/1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS) é exceção razoável à regra proibitiva de tempo de contribuição ficto com apoio no inciso II do art. 55 da mesma Lei. E é aplicável somente às situações em que a aposentadoria por invalidez seja precedida do recebimento de auxílio-doença durante período de afastamento intercalado com atividade laborativa, em que há recolhimento da contribuição previdenciária. Entendimento, esse, que não foi modificado pela Lei nº 9.876/99. 3. O § 7º do art. 36 do Decreto nº 3.048/1999 não ultrapassou os limites da competência regulamentar porque apenas explicitou a adequada interpretação do inciso II e do § 5º do art. 29 em combinação com o inciso II do art. 55 e com os arts. 44 e 61, todos da Lei nº 8.213/1991. 4. A extensão de efeitos financeiros de lei nova a benefício previdenciário anterior à respectiva vigência ofende tanto o inciso XXXVI do art. 5º quanto o § 5º do art. 195 da Constituição Federal. Precedentes: REs 416.827 e 415.454, ambos da relatoria do Ministro Gilmar Mendes. 5. Recurso extraordinário com repercussão geral a que se dá provimento"
Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, observando-se a decisão de fls. 128 quanto a aplicação do art. 543-C do CPC.
Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 11 de dezembro de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:2007.71.95.008430-9
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):VALDIR JOSÉ STROHN
PROC./ADV.:CLÁUDIA FREIBERG

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário n. 583.834/SC, com repercussão geral reconhecida, em acórdão assim ementado:
"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. CARÁTER CONTRIBUTIVO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-DOENÇA. COMPETÊNCIA REGULAMENTAR. LIMITES. 1. O caráter contributivo do regime geral da previdência social (caput do art. 201 da CF) a princípio impede a contagem de tempo ficto de contribuição. 2. O § 5º do art. 29 da Lei nº 8.213/1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS) é exceção razoável à regra proibitiva de tempo de contribuição ficto com apoio no inciso II do art. 55 da mesma Lei. E é aplicável somente às situações em que a aposentadoria por invalidez seja precedida do recebimento de auxílio-doença durante período de afastamento intercalado com atividade laborativa, em que há recolhimento da contribuição previdenciária. Entendimento, esse, que não foi modificado pela Lei nº 9.876/99. 3. O § 7º do art. 36 do Decreto nº 3.048/1999 não ultrapassou os limites da competência regulamentar porque apenas explicitou a adequada interpretação do inciso II e do § 5º do art. 29 em combinação com o inciso II do art. 55 e com os arts. 44 e 61, todos da Lei nº 8.213/1991. 4. A extensão de efeitos financeiros de lei nova a benefício previdenciário anterior à respectiva vigência ofende tanto o inciso XXXVI do art. 5º quanto o § 5º do art. 195 da Constituição Federal. Precedentes: REs 416.827 e 415.454, ambos da relatoria do Ministro Gilmar Mendes. 5. Recurso extraordinário com repercussão geral a que se dá provimento"
Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, observando-se a decisão de fls. 128 quanto a aplicação do art. 543-C do CPC.
Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 11 de dezembro de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:2007.71.95.008637-9
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):BERNADETE BEIERLE
PROC./ADV.:CLÁUDIA FREIBERG

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário n. 583.834/SC, com repercussão geral reconhecida, em acórdão assim ementado:
"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. CARÁTER CONTRIBUTIVO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-DOENÇA. COMPETÊNCIA REGULAMENTAR. LIMITES. 1. O caráter contributivo do regime geral da previdência social (caput do art. 201 da CF) a princípio impede a contagem de tempo ficto de contribuição. 2. O § 5º do art. 29 da Lei nº 8.213/1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS) é exceção razoável à regra proibitiva de tempo de contribuição ficto com apoio no inciso II do art. 55 da mesma Lei. E é aplicável somente às situações em que a aposentadoria por invalidez seja precedida do recebimento de auxílio-doença durante período de afastamento intercalado com atividade laborativa, em que há recolhimento da contribuição previdenciária. Entendimento, esse, que não foi modificado pela Lei nº 9.876/99. 3. O § 7º do art. 36 do Decreto nº 3.048/1999 não ultrapassou os limites da competência regulamentar porque apenas explicitou a adequada interpretação do inciso II e do § 5º do art. 29 em combinação com o inciso II do art. 55 e com os arts. 44 e 61, todos da Lei nº 8.213/1991. 4. A extensão de efeitos financeiros de lei nova a benefício previdenciário anterior à respectiva vigência ofende tanto o inciso XXXVI do art. 5º quanto o § 5º do art. 195 da Constituição Federal. Precedentes: REs 416.827 e 415.454, ambos da relatoria do Ministro Gilmar Mendes. 5. Recurso extraordinário com repercussão geral a que se dá provimento"
Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, observando-se a decisão de fls. 128 quanto a aplicação do art. 543-C do CPC.
Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 11 de dezembro de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:2007.71.95.008564-8
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):NOEMY NIETZEL
PROC./ADV.:CLÁUDIA FREIBERG

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário n. 583.834/SC, com repercussão geral reconhecida, em acórdão assim ementado:
"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. CARÁTER CONTRIBUTIVO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-DOENÇA. COMPETÊNCIA REGULAMENTAR. LIMITES. 1. O caráter contributivo do regime geral da previdência social (caput do art. 201 da CF) a princípio impede a contagem de tempo ficto de contribuição. 2. O § 5º do art. 29 da Lei nº 8.213/1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS) é exceção razoável à regra proibitiva de tempo de contribuição ficto com apoio no inciso II do art. 55 da mesma Lei. E é aplicável somente às situações em que a aposentadoria por invalidez seja precedida do recebimento de auxílio-doença durante período de afastamento intercalado com atividade laborativa, em que há recolhimento da contribuição previdenciária. Entendimento, esse, que não foi modificado pela Lei nº 9.876/99. 3. O § 7º do art. 36 do Decreto nº 3.048/1999 não ultrapassou os limites da competência regulamentar porque apenas explicitou a adequada interpretação do inciso II e do § 5º do art. 29 em combinação com o inciso II do art. 55 e com os arts. 44 e 61, todos da Lei nº 8.213/1991. 4. A extensão de efeitos financeiros de lei nova a benefício previdenciário anterior à respectiva vigência ofende tanto o inciso XXXVI do art. 5º quanto o § 5º do art. 195 da Constituição Federal. Precedentes: REs 416.827 e 415.454, ambos da relatoria do Ministro Gilmar Mendes. 5. Recurso extraordinário com repercussão geral a que se dá provimento"
Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, observando-se a decisão de fls. 128 quanto a aplicação do art. 543-C do CPC.
Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 11 de dezembro de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0014763-90.2010.4.01.4300
ORIGEM:TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE:GILMAR ALVES OLIVEIRA
PROC./ADV.:ADRIANA SILVA
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.
O pedido de concessão de auxílio doença e conversão em aposentadoria por invalidez foi julgado improcedente, visto que o laudo pericial constatou que não há incapacidade para o trabalho.
A parte alega, no pedido de uniformização, em síntese, que o laudo do perito judicial está equivocado quanto à incapacidade para o trabalho.
O incidente foi admitido na origem.
É o relatório. Decido.
Não foram atendidos os requisitos indispensáveis à comprovação da divergência jurisprudencial, uma vez que não se demonstrou o dissídio a teor do que dispõe o art. 13, caput, do Regimento Interno da TNU.
Com efeito, não basta a simples transcrição da ementa dos julgados tidos por paradigmas, sendo necessário que a parte proceda ao devido cotejo analítico de modo a demonstrar a semelhança entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados e a divergência entre teses jurídicas conferidas a um mesmo contexto (PEDILEF n. 200770500159096, relator Juiz Federal Rogério Moreira Alves, DJ de 1.6.2012; PEDILEF n. 05080126520104058100, relator Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DJ de 31.3.2012 e PEDILEF n. 200785005046852, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJ de 31.3.2012).
Ademais, é inviável que se proceda a nova análise das provas visando a alteração do entendimento proferido sem a necessária análise das provas apresentadas. Incidem, portanto, a Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e a Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").
Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 6 de novembro de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

DECISÕES

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão a seguir proferida:

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário n. 583.834/SC, com repercussão geral reconhecida, em acórdão assim ementado:
"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. CARÁTER CONTRIBUTIVO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-DOENÇA. COMPETÊNCIA REGULAMENTAR. LIMITES. 1. O caráter contributivo do regime geral da previdência social (caput do art. 201 da CF) a princípio impede a contagem de tempo ficto de contribuição. 2. O § 5º do art. 29 da Lei nº 8.213/1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS) é exceção razoável à regra proibitiva de tempo de contribuição ficto com apoio no inciso II do art. 55 da mesma Lei. E é aplicável somente às situações em que a aposentadoria por invalidez seja precedida do recebimento de auxílio-doença durante período de afastamento intercalado com atividade laborativa, em que há recolhimento da contribuição previdenciária. Entendimento, esse, que não foi modificado pela Lei nº 9.876/99. 3. O § 7º do art. 36 do Decreto nº 3.048/1999 não ultrapassou os limites da competência regulamentar porque apenas explicitou a adequada interpretação do inciso II e do § 5º do art. 29 em combinação com o inciso II do art. 55 e com os arts. 44 e 61, todos da Lei nº 8.213/1991. 4. A extensão de efeitos financeiros de lei nova a benefício previdenciário anterior à respectiva

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

vigência ofende tanto o inciso XXXVI do art. 5º quanto o § 5º do art. 195 da Constituição Federal. Precedentes: REs 416.827 e 415.454, ambos da relatoria do Ministro Gilmar Mendes. 5. Recurso extraordinário com repercussão geral a que se dá provimento"
Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, observando-se a decisão de fls. 128 quanto a aplicação do art. 543-C do CPC.
Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 11 de dezembro de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:2005.82.00.505598-9
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):AMÉLIA MARIA DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.:GENIAS HONÓRIO DE FREITAS JÚNIOR
PROCESSO:2005.82.00.505698-2
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LEONOR CABRAL DE MELO
PROC./ADV.:GENIAS HONÓRIO DE FREITAS JÚNIOR
PROCESSO:2005.82.00.505884-0
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA
PROC./ADV.:GENIAS HONÓRIO DE FREITAS JÚNIOR
PROCESSO:2005.82.00.505968-5
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):PEDRO VITORINO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:GENIAS HONÓRIO DE FREITAS JÚNIOR
PROCESSO:2005.82.00.505938-7
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSÉ RAIMUNDO ALVES FILHO
PROC./ADV.:GENIAS HONÓRIO DE FREITAS JÚNIOR
PROCESSO:2005.82.00.505577-1
ORIGEM:PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):FRANCISCA ISAIAS MAROPO
PROC./ADV.:GENIAS HONÓRIO DE FREITAS JÚNIOR
PROCESSO:2006.71.95.023756-0
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
OAB:PF
REQUERIDO(A):PERY LANDSKRON
PROC./ADV.:CLÁUDIA FREIBERG
PROCESSO:2006.50.50.004527-4
ORIGEM:ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ERLI SOARES BAUDSON
PROC./ADV.:JOÃO FELIPE DE MELO CALMON HOLLIDAY
PROCESSO:2006.50.50.006799-3
ORIGEM:ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSÉ MORAIS PASSOS
PROC./ADV.:JOÃO FELIPE DE MELO CALMON HOLLIDAY
PROCESSO:2006.50.50.006536-4
ORIGEM:ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MANOEL VICENTE RIBEIRO NETO
PROC./ADV.:BRUNO DE CASTRO QUEIROZ
PROCESSO:2006.71.95.021601-5
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ALCEU VARGAS
PROC./ADV.:CLÁUDIA FREIBERG
PROCESSO:2006.71.95.021636-2
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):EVA IRACEMA LOPES
PROC./ADV.:CLÁUDIA FREIBERG
PROCESSO:2006.71.95.021594-1
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ELOIRA DE BASTOS RODRIGUES
PROC./ADV.:CLÁUDIA FREIBERG
PROCESSO:2006.71.95.021364-6
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):CONDILA RACHOR
PROC./ADV.:CLÁUDIA FREIBERG
PROCESSO:2006.50.53.000338-5
ORIGEM:ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MIGUEL ANTÔNIO HELMER
PROC./ADV.:FREDERICO AUGUSTO MACHADO
PROCESSO:2006.50.50.006888-2
ORIGEM:ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):JOSÉ ANTONIO DA SILVA
PROC./ADV.:BRUNO DE CASTRO QUEIROZ
PROCESSO:2006.50.50.006844-4
ORIGEM:ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):EDIVAL SOUZA DA COSTA
PROC./ADV.:JOÃO FELIPE DE MELO CALMON HOLLIDAY
PROCESSO:2006.50.53.000158-3
ORIGEM:ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):PEDRO LOUREIRO NASCIMENTO
PROC./ADV.:FREDERICO AUGUSTO MACHADO
PROCESSO:2006.50.53.000335-0
ORIGEM:ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL REQUERIDO(A):ROQUE GUEDIS
PROC./ADV.:FREDERICO AUGUSTO MACHADO
PROCESSO:2006.71.95.021635-0
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):EUGENIA EDVINA BREUNIG
PROC./ADV.:CLÁUDIA FREIBERG
PROCESSO:2006.50.50.006095-0
ORIGEM:ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ALMERI DA SILVA CEZÁRIO
PROC./ADV.:BRUNO DE CASTRO QUEIROZ
PROCESSO:2006.50.50.004628-0
ORIGEM:ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):GERMANO FERREIRA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROCESSO:2006.71.95.014112-0
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):LAURA BECHERT
PROC./ADV.:FERNANDA LAZZARI DE OLIVEIRA
PROCESSO:2006.50.50.005562-0
ORIGEM:ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ADORILDO JANUÁRIO DE AZEVEDO
PROC./ADV.:JOÃO FELIPE DE MELO CALMON HOLLIDAY
PROCESSO:2006.50.53.000156-0
ORIGEM:ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):AILTON RODRIGUES DE MORAES
PROC./ADV.:FREDERICO AUGUSTO MACHADO

DECISÕES

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO:2006.71.50.009355-1
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:EVA ERENI PIMENTA
PROC./ADV.:MARCELO LIPERT
PROC./ADV.:FERNANDA OLIVEIRA PONTES
PROC./ADV.:INGRID RENZ BIRNFELD
PROC./ADV.:GABRIEL HERNAN EIFER
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por EVA ERENI PIMENTA a decisão desta Presidência que determinou a restituição dos autos à origem para aplicação do entendimento já pacificado no âmbito desta Turma Nacional de Uniformização, objeto do PEDILEF n. 0059015-34.2007.4.01.3800.
Alega a parte recorrente a existência de omissão no julgado, pedindo a agregação de efeitos infringentes, ao argumento de que, em havendo pagamento administrativo, somente com o pagamento da última parcela é que volta a fluir o prazo prescricional.
É o relatório. Decido.
Diante das argumentações invocadas a respeito de provável omissão no julgado quanto à matéria de mérito e considerando que o pedido de uniformização atende aos requisitos de admissibilidade, determino a distribuição do feito para melhor exame.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 21 de novembro de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:2009.71.50.011826-3
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:ANTÔNIO CARLOS DIAS
PROC./ADV.:ELISA TORELLY
PROC./ADV.:INGRID RENZ BIRNFELD
REQUERIDO(A):UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Antônio Carlos Dias contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que, nos termos do artigo 7º, inciso VII, do RITNU, determinou a devolução dos autos à origem, para observância da orientação firmada no PEDILEF n. 0059015-34.2007.4.01.3800.
Alega o embargante, em síntese, que, ao proceder o juízo de admissibilidade, teria sido provido, em parte, o pedido formulado pela parte autora sem contudo, analisar a questão da prescrição, que entende não ter havido. Sustenta, portanto, que há omissão no julgado, passível de ser sanado nesta via.
É o relatório. Decido.
Os embargos de declaração, cujos pressupostos estão relacionados no artigo 48 da Lei nº 9.099/95, aplicável subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, visam aclarar obscuridade, desfazer contradição ou suprir omissão a respeito de questão jurídica de especial relevância para o desate da lide.
Convém esclarecer que o simples descontentamento da parte com o julgamento não tem o condão de tornar cabível tal recurso - de rígidos contornos processuais -, que serve para o aprimoramento da decisão, não para a sua modificação, que só excepcionalmente é admitida.
Não verifico a ocorrência de qualquer vício que possa dar ensejo à oposição de embargos de declaração. A leitura de suas razões deixa evidente o equívoco em que incorreu o embargante, visto que a decisão não tem qualquer conteúdo de decisório quanto ao cerne da matéria posta à uniformização. A Turma Recursal de origem, ao analisar o caso, circunstâncias, datas, e o que já foi pacificado no âmbito desta Turma Nacional de Uniformização, seja para manter ou adequar o acórdão recorrido, aos parâmetros aqui fixados - tudo conforme a sistemática dos recursos repetitivos.
Mediante essas considerações, rejeito os embargos.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 12 de dezembro de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0504949-93.2010.4.05.8500
ORIGEM:SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE:EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.:JOSÉ JACONIAS DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A):AMANDA SANTOS NASCIMENTO
PROC./ADV.:NÃO CONSTITUIDO

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.
Alega a agravante, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU. Sustenta que seu inconformismo com a condenação por danos materiais e morais advém do fato de que o acórdão recorrido não continha "...fundamentação fática e jurídica, baseada apenas no que foi dito e não demonstrado pela recorrida". Argumenta que foi demonstrada a divergência, eis que os paradigmas indicados guardavam similitude fática-jurídica com o caso. Requer o provimento do incidente.
É o relatório. Decido.
O recurso apresentado é manifestamente incabível.
Com efeito, a Resolução CJF n. 163 de 9 de novembro de 2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 34 do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Assim, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator, in verbis:
"Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto."
A propósito, a decisão de inadmissão proferida pelo Presidente da TNU nas hipóteses previstas no art. 7º, VII, "c", é irrecorrível, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, também incluído pela Resolução n. 163/2011.
Dessa forma, ante a aplicação imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, tem-se que, em matéria recursal, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.
Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão do Presidente da TNU foi publicada em outubro de 2012, ou seja, quase um ano após a referida alteração.
Por fim, em que pese a manifesta inadmissibilidade do recurso interposto e em consideração à argumentação deduzida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, destaco que o art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, é claro ao estabelecer que esta Turma só pode uniformizar divergência jurisprudencial entre as diferentes regiões ou entre as delas e a do Superior Tribunal de Justiça, e assim mesmo em relação a teses jurídicas, descabendo a reabertura do caso para analisar as questões postas em debate, as provas e o acerto ou desacerto da decisão recorrida.
No caso dos autos, ao contrário do que sustenta a ora Agravante, a sentença e o acórdão apresentaram as razões de decidir, bem como deixaram claros os fundamentos que formaram o convencimento dos respectivos magistrados, inclusive quanto à ocorrência de danos material e moral. Avaliar se está ou não configurado o abalo moral, - como pretende a Requerente-, impõe o reexame de todo o conjunto probatório, o que é inviável nessa seara.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental em razão da inexistência do pressuposto objetivo da recorribilidade.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 12 de dezembro de 2012.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

ATOS ORDINATÓRIOS

AUTOS FÍSICOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao suscitado para contrarrazões ao Incidente de Uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça
PROCESSO:2008.72.56.003529-3
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
SUSCITANTE: PEDRO DELLA JUSTINA
PROC./ADV.:ANGELA ROBERTA TROMBETA DELLA GIUSTINA
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO:2008.72.64.000511-6
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
SUSCITANTE:MARIA FERENS KAZMIERCZAK
PROC./ADV.:ELISANGELA PEREIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROC./ADV.:BRAULIO RENATO MOREIRA
PROC./ADV.:MADELAINE APARECIDA FRIZON
PROC./ADV.:ESTELA MARIS SILVEIRA CAETANO
SUSCITADO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO:0006733-84.2010.4.01.4100
ORIGEM:RO - SEÇAO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
SUSCITANTE:ELSA FRANCISCA PEREIRA
PROC./ADV.:ANA PAULA MORAIS DA ROSA
SUSCITADO(A):FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO:0000033-27.2012.4.90.0000
ORIGEM:CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
SUSCITANTE: MARIA ALVES NUNES SANCHES
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
SUSCITADO(A):PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCESSO:0000044-56.2012.4.90.0000
ORIGEM:CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
LITISCONSORTE :INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITANTE:JOSUÉ FAGUNDES PADILHA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
SUSCITADO(A):PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JEFS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCESSO:0000045-41.2012.4.90.0000
ORIGEM:CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
LITISCONSORTE :INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITANTE:ZELINA ANUNCIAÇÃO DOS SANTOS
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
SUSCITADO(A):PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JEFS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao embargado para resposta aos embargos de declaração
PROCESSO:2004.38.00.808723-6
ORIGEM:MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
EMBARGANTE:IRENE MARQUIADES FONSECA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A):CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.:ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROCESSO:0018383-88.2005.4.01.3200
ORIGEM:AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
EMBARGANTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A):TEREZA MENEZ DA SILVA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROCESSO:0016396-17.2005.4.01.3200
ORIGEM:AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
EMBARGANTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A):RAIMUNDA NOZA FERNANDES SILVA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROCESSO:0011591-50.2007.4.04.7150
ORIGEM:RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE:ANDRÉ AZAMBUJA DA ROCHA
PROC./ADV.:ÂNGELO MÁRCIO SOUZA GONÇALVES
EMBARGADO(A):CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.:ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROCESSO:2008.39.00.702711-2
ORIGEM:PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
EMBARGANTE:MARIA DE LOURDES SOUSA DOS SANTOS
PROC./ADV.:JOSEMI NOGUEIRA ARAÚJO
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO:2009.39.00.701582-4
ORIGEM:AP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ
EMBARGANTE:EXPEDITO MENEZES PALHETA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADOA):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO:2010.33.00.700228-0
ORIGEM:BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
EMBARGANTE:VALDELICE CONCEIÇÃO BARBOSA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO:0000180-21.2011.4.04.7295
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:ROMEO WEIRICH
PROC./ADV.:RODRIGO FAGGION BASSO
EMBARGADO(A)::FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO:0000042-86.2012.4.90.0000
ORIGEM:CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
EMBARGANTE:SÔNIA MARIA DUTRA GARCIA
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADOA):PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
O processo abaixo relacionado encontra-se com vistas ao recorrido para contrarrazões ao Recurso Extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal.
PROCESSO:2007.72.52.002870-4
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
RECORRENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRIDO:MARIANO SOCCOLOSKI
PROC./ADV.:JANI DE MENEZES
PROCESSO:2008.50.50.002583-1
ORIGEM:ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
RECORRENTE :INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRIDO:NILSON FRAGA
PROC./ADV.:GERALDO BENÍCIO
PROC./ADV.:PHILIPI CARLOS TESCH BUZAN

ACÓRDÃOS

PROCESSO: 2005.71.50.009136-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CARLOS ALBERTO SILVA NASCIMENTO
PROC./ADV.: IVONE DA FONSECA GARCIA
PROC./ADV.: ODILON M. GARCIA JUNIOR
REQUERIDO(A): UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, REFERENTE AS PARCELAS VERTIDAS PELO PARTICIPANTE NO PERÍODO DE JANEIRO DE 1989 A 31/12/1995. LEI N° 7.713/88. . SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA REFORMADA. RETIFICAÇÃO DAS DECLARAÇÕES DE AJUSTE IMPOSTA AO AUTOR. DESNECESSIDADE. PEDIDO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
- Comprovada a similitude fático-jurídica e a divergência entre o acórdão recorrido e a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça quanto ao Incidente do contribuinte (STJ - REsp n.º 807151 SC, Rel, Min. ELIANA CALMON, DJ 22.05.2006 p. 188; REsp n.º 788480 RS, Rel. Min. PEÇANHA MARTINS, DJ 24.03.2006 p. 221; REsp n.º 750234 PR, Rel. Min. Carlos Fernando Mathias, DJe 07.03.2008; AGRg no REsp n.º 826619 SC, Min. José Delgado, DJ 03.08.2006 p. 223, tem cabimento o Pedido de Uniformização.
- No Incidente de Uniformização o contribuinte alega que o acórdão da Turma Recursal de origem, reformou em parte a sentença de procedência para que fossem consideradas as parcelas mensalmente devidas nas respectivas competências por meio da retificação das Declarações de Ajuste Anual, de responsabilidade do autor, divergiria da jurisprudência dominante do STJ, no sentido de ser facultado ao contribuinte o direito de optar pelo pedido de restituição, podendo escolher a compensação ou a modalidade de restituição via precatório.
- Esta Turma Nacional, assim como o Superior Tribunal de Justiça, pacificaram entendimento no sentido de que "o contribuinte não tem o dever de provar que o tributo, indevidamente descontado na fonte, não foi compensado em suas declarações de ajuste, na medida em que tal sorte de compensação consubstancia fato modificativo cujo ônus da prova incumbe à União, nos termos do disposto no art. 333, inc. II, do CPC" (TNU - PEDILEF n.º 200670500072582, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 9 mar. 2009). Ao contrário, "Deve ser reconhecido o direito do contribuinte de optar pelo recebimento do crédito (indébito) por via do precatório (restituição direta), ou proceder à compensação tributária (restituição indireta), após a verificação pelo juízo de primeiro grau do quantum devido. Nessa verificação deverá ser resguardado o direito da Fazenda Pública de alegar qualquer questão impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, inclusive apresentando cálculos que melhor reflitam a sistemática da declaração de ajuste para evitar o locupletamento ilícito do credor" (REsp .º 964.855/SC, Re. Min. Mauro Campbell Marques, DJU 1.º dez. 2008).
- Incidente de Uniformização conhecido e parcialmente provido para, reafirmar a jurisprudência deste Colegiado, de modo.a reformar também em parte o acórdão impugnado, assegurar ao recorrente o direito à repetição do indébito tributário sem a obrigatoriedade de retificação das Declarações de Ajuste Anual Simplificada e/ou da Declaração Retificadora, do período pleiteado, sem que isso incorra em prejuízo da eventual demonstração de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito à restituição pela Fazenda, inclusive mediante reconstituição da declaração de ajuste anual.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, em CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO ao incidente, nos termos deste voto-ementa.
Rio de Janeiro(RJ), 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0508555-89.2006.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: PAULA REGINA DE QUEIROZ MONTEIRO GONÇALVES MUNIZ
PROC./ADV.: ANDRÉ DOS PRAZERES
OAB: PE-18830
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS. DISCUSSÃO NÃO RELACIONADA À NATUREZA INDENIZATÓRIA DOS JUROS MORATÓRIOS, MAS À NATUREZA DA VERBA PRINCIPAL, SOBRE A QUAL INCIDIRAM OS JUROS. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA EM FACE DE ACÓRDÃOS QUE RECONHECEM A NATUREZA INDENIZATÓRIA DO ABONO VARIÁVEL PAGO AOS MAGISTRADOS COM FUNDAMENTO NAS LEIS 9.655/98 E 10.474/2002. PEDIDO QUE NÃO SE IDENTIFICA COM A MATÉRIA SOBRESTADA EM FACE DA REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA DE MENÇÃO, NO ACÓRDÃO RECORRIDO, DE QUE OS JUROS INCIDIRAM SOBRE O ABONO REFERIDO. AUSÊNCIA DE PROVA DA DIVERGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA PROVA E REEXAME DA MATÉRIA DE FATO.
1. O incidente de uniformização de jurisprudência, no âmbito dos juizados especiais, é destinado apenas à uniformização de divergências surgidas sobre questões de direito decorrentes de fatos admitidos pelas instâncias ordinárias, pois a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não constitui instância revisora da análise da prova. Se o exame da pretensão do requerente depender do reconhecimento de fatos não declarados no texto do acórdão ou sentença, não é possível o conhecimento do incidente. Súmula 42 da TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
2. No caso dos autos, alega a requerente que a parcela de juros moratórios sobre a qual foi efetuado o lançamento de imposto de renda decorreu do pagamento em atraso de diferenças de correção monetária, pela URV, de abono pago aos magistrados com fundamento nas Leis n. 9.655/98 e 10.474/2002, que teria natureza indenizatória, conforme reconhecido em acórdãos de Turmas Recursais diversas.
3. Todavia, em nenhum momento o texto do acórdão ou da sentença menciona que os juros cobrados através do lançamento discutido nos autos incidiram sobre diferenças decorrentes do referido abono, afirmando apenas que se trata de "recálculo dos vencimentos pela URV em 11,98%". A verificação da existência da divergência alegada reclama análise da prova, o que é vedado no presente incidente de uniformização.
4. A possibilidade de invalidação parcial do lançamento tributário, com o expurgo da parte ilegal e a continuidade da execução da parte hígida remanescente, não contraria a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
5. A Primeira Seção do Superior Tribunal , ao julgar o REsp 1.115.501/SP, sob a relatoria do Ministro Luiz Fux e de acordo com o procedimento dos recursos repetitivos de que trata o art. 543-C do CPC, decidiu que o prosseguimento da execução fiscal (pelo valor remanescente daquele constante do lançamento tributário ou do ato de formalização do contribuinte) revela-se forçoso em face da suficiência da liquidação do título executivo, consubstanciado na sentença proferida nos embargos à execução, que reconheceu o excesso cobrado pelo Fisco, sobressaindo a higidez do ato de constituição do crédito tributário, o que, a fortiori, dispensa a emenda ou substituição da Certidão de Dívida Ativa - CDA (DJe de 30.11.2010). Com efeito, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que, "em se tratando de revisão do lançamento, pelo Poder Judiciário, que acarrete a exclusão de parcela indevida da base de cálculo do tributo, o excesso de execução não implica a decretação da nulidade do título executivo extrajudicial, mas tão-somente a redução do montante ao valor tido como devido, quando o valor remanescente puder ser apurado por simples cálculos aritméticos, como no caso concreto". (REsp 1.247.811/RS, Rel. Min. Mauro Cambpell Marques, DJe 21/06/2011).
6. Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acordão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia (Questão de Ordem nº 24 TNU).
7. Incabível a pretensão de análise da suficiência da liquidez do título, após o expurgo da parte declarada indevida pelo acórdão recorrido, pois isso implicaria reexame de provas, o que é vedado em sede de incidente de uniformização (Súmula 42 TNU).
8. Ainda que fosse cabível a análise da prova para a verificação da liquidez da parte remanescente do lançamento, melhor sorte não assistiria ao requerente, eis que o acórdão recorrido reconheceu a ilegalidade apenas da cobrança da multa moratória e dos juros de mora do tributo lançado, obrigações estas que são informadas em campo separado do montante principal no modelo de certidão de dívida ativa utilizado pela Procuradoria da Fazenda Nacional, sendo perfeitamente destacáveis mediante simples cálculo aritmético, sem comprometer a liquidez do restante da CDA.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃOS

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2007.71.54.003285-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ILDA CATARINA CAMPANHARO DALVITE
PROC./ADV.: MAURÍCIO FERRON
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. PRODUTOR RURAL. ATIVIDADE RURAL EM TERRENO NO QUAL HABITA A FAMÍLIA. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE SEGURADO ESPECIAL INDIVIDUAL.
1.A legislação de regência admite tanto a figura do segurado especial

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

em regime de economia familiar, quanto a do segurado especial em regime de economia individual. Os institutos foram criados de forma complementar, não sendo admissível a conclusão de que um anule ou absorva o outro. São institutos que devem sobreviver juntos, aplicando-se a situações fáticas diferenciadas. Não se trata de regime individual dentro do familiar, e sim de regime individual contraposto ao familiar. Dois conceitos estabelecidos de forma conjunta na legislação de regência não podem se destruir. Seria incoerente que o legislador criasse a figura do segurado especial em regime de economia familiar, se a família fosse irrelevante para fins de consideração de uma categoria diversa, de segurado em regime individual. Bastaria a criação do regime individual, que atenderia a todos os postulantes. O conceito principal e originário é o de segurado especial em regime de economia familiar, previsto em sede constitucional, sendo que o regime individual deve manter sua característica de complementaridade, já que fixado pela legislação infraconstitucional regulamentadora.
2.O trabalho individual que possibilita o reconhecimento da qualidade de segurado especial é, primeiramente, aquele realizado por produtor que trabalha na propriedade em que mora e não possui família. Isso porque a legislação não poderia prejudicar ou punir, de forma desarrazoada, aquele que não pertence a grupo familiar algum, excluindo-o da possibilidade de ser abrigado pelo Regime Geral de Previdência na qualidade de segurado especial. Também se caracteriza como segurado especial que individualmente exerce as suas atividades o trabalhador avulso, conhecido como "boia-fria" ou "volante", que independentemente de não possuir produção própria, é absolutamente vulnerável, encontrando proteção na legislação de regência.
3.O produtor rural que possui família e pleiteia o reconhecimento da qualidade de segurado especial deve necessariamente demonstrar a relevância do trabalho na lavoura no orçamento familiar. Essa conclusão se ancora no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.213/91, que exige que o trabalho dos membros da família seja indispensável à própria subsistência do grupo. Entendimento consagrado na Súmula nº 41 da TNU. Dessa forma, se algum membro integrante do grupo familiar auferir renda proveniente de atividade urbana, esse dado deve ser considerado em comparação com a renda proveniente da atividade rural da família para efeito de definir se os familiares que exercem atividade rural podem se qualificar como segurados especiais. Descaracterizado o regime de economia familiar, não se pode postular o reconhecimento de regime individual com desprezo do rendimento urbano auferido pelos demais membros da família.
4.Incidente improvido.
5.O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por maioria, negar provimento ao incidente de uniformização.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.95.010568-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
PROC./ADV.: EDUARDO MARIOTTI
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NILTON PEREIRA GOMES
PROC./ADV.: EVERTON LIMA RIBEIRO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. ACÓRDÃO PARADIGMA SEM INDICAÇÃO DE FONTE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA.
1.O INSS arguiu divergência jurisprudencial em torno da sua legitimidade passiva para a ação em que se busca a restituição de valores descontados de benefício previdenciário para repasse à instituição financeira responsável por empréstimo bancário em consignação. O único acórdão paradigma apresentado, oriundo da Turma Recursal de Goiás, foi transcrito no corpo da petição de uniformização, mas sem indicação da fonte de onde foi extraído.
2.Quando o incidente de uniformização de jurisprudência questiona divergência entre acórdãos prolatados por Turmas Recursais de diferentes Regiões, ao requerente incumbe o ônus de carrear aos autos a íntegra dos julgados apontados como paradigmas. Trata-se de ônus da parte, que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem nº 3 da TNU. O requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Não basta a mera transcrição do inteiro teor do acórdão paradigma no corpo da petição de uniformização. Trata-se de exigência formal que, além de permitir a verificação da divergência apontada, visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas.
3.O INSS também pediu uniformização de jurisprudência para que os juros de mora sejam fixados no percentual de 0,5% ao mês com base no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97. A divergência jurisprudencial foi arguida em torno da redação atribuída pela MP nº 2.180-35/2001. Não foi suscitada discussão em torno da aplicação imediata da Lei nº 11.960/2009, que alterou a redação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97.
4.O acórdão paradigma do STJ e a Súmula nº 39 da TNU tratam de juros de mora incidentes sobre condenação da Fazenda Pública a pagar verbas devidas a servidores públicos. O acórdão recorrido, em contrapartida, condenou o INSS a pagar indenização por dano moral e a restituir valores descontados de benefício previdenciário em garantia de empréstimo consignado. Embora em ambos os casos se trate de condenação da Fazenda Pública, a distinção a respeito da matéria julgada é relevante, tendo em vista que o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação atribuída pela MP nº 2.180-35/2001, se referia apenas às condenações para pagamento de verbas remuneratórias devidas pela Fazenda Pública a servidores e empregados públicos. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material. A divergência jurisprudencial só teria ficado demonstrada caso houvesse apontamento de acórdão paradigma que especificamente admitisse a aplicação analógica do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 em caso de condenação da Fazenda Pública a pagar indenização por dano moral ou a restituir valores descontados de benefício previdenciário em garantia de empréstimo consignado.
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os juízes da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília-DF, 14 de novembro de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.39.00.702889-6
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARILEUDA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: MANOEL CARNEIRO SILVA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

EMENTA

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. LOAS. COMPROVAÇÃO DE MISERABILIDADE. DISPENSABILIDADE DE LAUDO SOCIOECONÔMICO.
1.O acórdão recorrido reconheceu o cumprimento do requisito econômico com base na prova testemunhal, dispensando a realização de perícia socioeconômica.
2.Acórdão paradigma da própria TNU serve para comprovar divergência jurisprudencial em pedido de uniformização de jurisprudência para os fins do art. 14 da Lei nº 10.259/2001. Incidente conhecido.
3.Mais recentemente a TNU evoluiu sua jurisprudência para passar a entender que a miserabilidade para fins de concessão de benefício assistencial pode ser demonstrada por qualquer meio de prova, não sendo imprescindível o laudo socioeconômico. Precedentes: PEDILEF 2006.81.00.502333-4, Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DOU 08/07/2011; PEDILEF 2008.81.02.504871-0, Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DOU 17/06/2011; PEDIDO 2009.32.00.703188-2, Rel. Juiz Federal Jorge Gustavo Costa, DOU 07/10/2011; PEDIDO 2006.33.00.725245-7, Rel. p/ acórdão, Juiz Federal José Antonio Savaris, DOU 25/11/2011.
4.Diante da ausência de previsão legal que estabeleça tarifamento de provas, deve-se respeitar o livre convencimento motivado do juiz, que pode apreciar a matéria fática com base em qualquer meio de prova admissível em direito.
5.Incidente improvido.
6.O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais negar provimento ao incidente de uniformização.
Brasília/DF, 14 de novembro de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.95.006000-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERENTE: MOACIR GARCIA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CÁLCULO DA RMI. ATUALIZAÇÃO DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE OS ACÓRDÃOS PARADIGMAS E O RECORRIDO (QO Nº. 22, TNU). INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA PARTE AUTORA NÃO CONHECIDO. TRABALHO PRESTADO SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS. PERÍODO ANTERIOR À VIGÊNCIA DE LEI Nº. 9.032/95. ATIVIDADE NÃO ENQUADRADA NO ROL DOS DECRETOS Nº. 53.831/64 E Nº. 83.080/79. COMPROVAÇÃO DA EFETIVA EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS. NECESSIDADE. PRECEDENTES DESTA TNU E DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DO INSS CONHECIDO E PROVIDO. DEVOLUÇÃO À TURMA RECURSAL DE ORIGEM PARA ADEQUAÇÃO DO JULGADO.
1 - Trata-se de Pedidos de Uniformização interpostos em face de acórdão que, dando provimento ao recurso inominado da parte autora, reconheceu a especialidade do período laborado na função de mecânico entre 20.1.1981 e 4.9.1981 e condenou o INSS a conceder-lhe aposentadoria por tempo de contribuição. Consignou o acórdão recorrido: "(...) o autor laborou (...) exposto a ruído, poeira e calor (DSS-8030 - fl. 35). Embora haja níveis de ruído no formulário da empresa, que foi medido por laudo técnico, bem como exposição a calor, o referido laudo não veio acostado aos autos. De qualquer modo, (...) a atividade de mecânico (...) representa, indiscutivelmente, a manipulação de óleos, graxas, solventes e outros produtos (...) que autorizam a conversão, na forma do item 1.2.11 do Decreto 83.080/79, bem como do item 13 do Decreto nº 2.172/97". Quanto à forma de apuração da Renda Mensal Inicial (RMI) do benefício, o acórdão recorrido determinou a utilização do tempo de contribuição nele reconhecido, considerando-se a aquisição do direito na data mais favorável ao segurado (16.12.1988, 28.11.1999 ou 9.9.2005). Inadmitidos os incidentes pela Turma de origem, foi requerida, tempestivamente, a submissão da admissibilidade dos recursos à Presidência desta Turma Nacional nos termos do art. 7º, VI do RI/TNU. Distribuição aos Relatores, para melhor análise do pedido.
2 - A parte autora suscita divergência de interpretação entre o acórdão recorrido e o entendimento consolidado pelo STJ segundo o qual, em relação aos benefícios concedidos após a vigência da Lei nº. 8.213/91, a atualização dos salários-de-contribuição, para efeito do cálculo do salário-de-benefício, deverá ser feita até o mês anterior à data do início do benefício previdenciário. Argumenta que o acórdão recorrido determinou que os salários-de-contribuição utilizados somente poderiam ser corrigidos até 16.12.1988, embora tenha fixado a DIB em 9.9.2005 - data correspondente ao protocolo do requerimento administrativo (DER). Indica diversos arestos daquela Corte como modelos da divergência.
3 - As decisões apontadas como paradigmas pela parte autora acolheram a tese de que, em relação aos benefícios concedidos na vigência da redação original do art. 31 da LBPS (revogado pela Lei nº. 8.880/1994), o termo final a ser considerado no cálculo da correção dos 36 últimos salários-de-contribuição, visando à apuração da RMI, deve ser o mês anterior ao do início do benefício, não a data do início do pagamento. O acórdão recorrido, por outro lado, determinou que a RMI fosse apurada segundo o tempo de contribuição nele reconhecido, considerando-se a aquisição do direito na data mais favorável ao segurado, em respeito ao direito adquirido em data anterior à vigência da Emenda Constitucional nº. 20/98 (16.12.1988), da publicação da Lei nº. 9.876/1999 (28.11.1999) ou da DER (9.9.2005). Trata-se de situação de fato totalmente diversa da que objeto dos acórdãos indicados como paradigmas os quais acolhem tese relativa aos benefícios concedidos entre 1991 e 1994, independentemente da data na qual foram implementadas as condições para sua concessão. Nesse sentido, decidiu esta TNU no PEDILEF nº. 0001015-52.2010.4.04.7195 (Rel. Juiz Federal Adel Américo de Oliveira, DOU 18.5.2012).
4 - Aplicação, quanto a esse ponto, da Questão de Ordem nº. 22 desta TNU, mutatis mutandis ("É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
5 - O INSS, por sua vez, suscita a divergência indicando como paradigmas diversas decisões desta Turma Nacional nas quais se acolheu a tese de que, não havendo enquadramento da atividade nos anexos aos Decretos nº. 53.831/64 e 83.080/79, é necessária a prova da efetiva exposição do trabalhador aos agentes nocivos, para fins de reconhecimento da especialidade do período laborado.
6 - Esta Turma Nacional pacificou o entendimento de que, até a vigência da Lei nº. 9.032/95 (publicada em 29.4.1995), o tempo de serviço prestado sob condições especiais caracterizava-se mediante o enquadramento por atividade - hipótese na qual havia presunção legal de sujeição do trabalhador a agentes prejudiciais à saúde previstos na legislação de regência - ou mediante enquadramento por agente nocivo - hipótese em que se exigia a prova da efetiva exposição do trabalhador aos agentes nocivos elencados nas normas regulamentares (PEDILEF 2007.35.00.708860-4, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 4.9.2009).
7 - O Superior Tribunal de Justiça, da mesma forma, acolhe a tese da exigibilidade da prova de efetiva exposição a agentes nocivos - ainda que em período anterior à vigência da Lei nº. 9.032/95 - para enquadramento de atividades que não constem do rol de profissões dos Decretos nº. 53.831/64 e nº. 83.080/79 (AgREsp 790.596/RJ, Rel. Min. Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJ/SP, Sexta Turma, DJe 22.2.2010).
8 - O acórdão recorrido reconheceu a especialidade do período laborado na função de mecânico entre 20.1.1981 e 4.9.1981 com fundamento na suposição de que o exercício dessa atividade expõe o obreiro a agentes potencialmente danosos à sua saúde (óleos, graxas, solventes e outros produtos), em que pese a inexistência de prova nesse sentido. Divergência de interpretação configurada.
9 - Incidente de uniformização interposto pela parte autora não conhecido. Incidente de uniformização interposto pelo INSS conhecido e provido para, reafirmando a tese da exigibilidade de prova da efetiva exposição ao agente nocivo, para enquadramento de atividades que não constem do rol de profissões dos Decretos nº. 53.831/64 e nº. 83.080/79, devolver os autos à Turma Recursal de origem, a fim de que profira decisão adequada ao entendimento uniformizado.
Brasília, 16 de agosto de 2012.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não conhecer o incidente de uniformização interposto pela parte autora e dar provimento ao incidente de uniformização interposto pelo INSS nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ALCIDES SALDANHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2005.71.50.007098-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CESAR EDUARDO DA SILVA DORNELES
PROC./ADV.: FELIPE NÉRI DRESH DA SILVEIRA
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. AFASTAMENTO EVENTUAL E TRANSITÓRIO. MEIA DIÁRIA. DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTES SUPORTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA FONTE DO ACÓRDÃO APONTADO COMO PARADIGMA. QUESTÃO DE ORDEM Nº03. NÃO CONHECIMENTO.
1. Primeiramente, anoto que houve atribuição de julgamento a estes autos por esta Turma Nacional na sessão de 15.12.2011, conforme se verifica à fl. 94. Todavia, o julgamento ocorreu em razão de equívoco na autuação dos presentes autos, conforme certificado pela Secretaria desta Turma Nacional à fl. 97. Considerando que o voto proferido diz respeito a partes e matéria totalmente diversa da ora discutida (fl. 94) e tendo em vista que não houve intimação das partes acerca do voto proferido por equívoco, reconheço a nulidade do acórdão de fl. 94 e passo a proferir novo julgamento do feito.
2. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pelo autor em face de acórdão que confirmou por seus próprios fundamentos sentença que julgou improcedente pedido de pagamento de diferenças referentes a dez meias diárias que seriam devidas em razão de seu deslocamento de Tamandaraí para Porto Alegre para a participação de Programa de Instrução e Ambientação dos Servidores do TRE-RS.
2.1 A decisão recorrida encontra-se assim fundamentada: "o servidor que teve suas despesas extraordinárias indenizadas pela Administração por meio do pagamento de auxílio transporte e alimentação, ausentes despesas com pernoite, não tem direito ao recebimento de meias diárias. A adoção de entendimento em sentido contrário importaria em verdadeiro bis in idem, em prejuízo aos cofres públicos e em contraposição aos princípios que norteiam a Administração Pública. Ao se deferir ao autor o pagamento das meias diárias pleiteadas, ver-se-ia este indenizado duplamente pelas despesas contraídas em virtude de sua participação no Programa de Instrução e Ambientação dos Servidores do TRE/RS".
3. Alega o autor que a decisão recorrida diverge do entendimento adotado pela 1ª Turma Recursal de Goiás nos autos 2005.35.00.713242-2 no sentido de que "o servidor público faz jus à percepção de diárias destinadas à sua subsistência quando esteja em local diverso para a realização de curso de formação, cujo valor será reduzido em 50% caso a instituição responsável ofereça alimentação no período".
4. O incidente não merece ser conhecido. A cópia do paradigma da TR-GO apontado não atende ao disposto no art. 541, parágrafo único, do CPC, uma vez que não se trata de documento extraído dos autos originários, mas sim de julgado obtido por meio da internet, e o recorrente não indicou a fonte de pesquisa ou o endereço URL que permita o acesso direto. Inteligência da questão de ordem nº 03 deste Colegiado (A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte eletrônica (URL). (Alteração aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 23.08.2012).
4.1 Ressalto que por URL (Uniform Resource Locator ou Localizador-Padrão de Recursos, em português) entende-se como o endereço disponível em uma rede (via de regra a internet) que permita o acesso direto a um recurso (normalmente um arquivo). No caso dos autos, o conjunto de caracteres constante no rodapé do arquivo apontado como paradigma não corresponde a seu URL.
5. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2006.33.00.724892-0
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OTILIO MORAES DE CASTRO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. TORNEIRO MECÂNICO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO ACÓRDÃO RECORRIDO AFASTADA. DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO A TURMA REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE DIFERENTE REGIÃO. INCIDENTE PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1. Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS contra acórdão que manteve o reconhecimento da especialidade dos períodos de 01.03.1973 a 17.07.1995, 19.08.1975 a 30.04.1979, 02.05.1979 a 04.11.1980 e de 22.10.1984 a 31.01.1985, trabalhados como torneiro mecânico e mandrilhador, ao entendimento de que se tratam de atividades enquadráveis nos itens 2.5.2 e 2.5.3 do Decreto 53.831/64 e nos itens 2.5.1 e 2.5.3 do Decreto 83.080/79.
2. O INSS defende a nulidade da decisão recorrida, alegando que a Turma Recursal de origem "se negou a manifestar-se sobre a inexistência de previsão da atividade desempenhada pelo autor nos Decretos 53.831/64 e 83.080/79 classificando-a como especial". No mérito, aduz que a decisão recorrida contraria o entendimento da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região (IUJEF 0006873-35.2008.404.7195) e da 1ª Turma Recursal do Paraná (2008.71.51.007410-9), segundo as quais "a profissão de torneiro mecânico não gerava pelo seu mero exercício direito à aposentadoria especial".
3. De início, afasto a preliminar de nulidade do acórdão recorrido. A decisão é clara e suficientemente fundamentada no sentido de ser possível o enquadramento da categoria profissional da atividade de torneiro mecânico e de mandrilhador por equiparação às atividades previstas itens 2.5.2 e 2.5.3 do Decreto 53.831/64 e nos itens 2.5.1 e 2.5.3 do Decreto 83.080/79.
4. Em que pese apenas a decisão da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região atenda ao disposto na questão de ordem nº 03 desta TNU, tal paradigma é suficiente para a configuração da divergência exigida pelo artigo 14, §2º da Lei 10.259/2001. Todavia, o paradigma apenas demonstra a existência de divergência quanto ao enquadramento da atividade de torneiro mecânico como especial, não se prestando a apontar a divergência em relação à atividade de mandrilhador. Deste modo, a uniformização fica restrita à possibilidade reconhecimento da atividade de torneiro mecânico como especial, com base no seu enquadramento por categoria profissional.
5. No mérito, entendo que a atividade de torneiro mecânico não está prevista nos Decretos 53.831/64 e 83080/79 e, por esta razão, não é possível o reconhecimento da sua especialidade tão somente em razão do exercício desta atividade, sem qualquer análise do conjunto probatório.
6. Todavia, o rol de atividades previstas nos anexos dos Decretos 53.831/64 e 83080/79 não é taxativo, de modo que e é possível, em tese, a equiparação de atividades ali previstas para fins de reconhecimento da especialidade por enquadramento da categoria profissional. Essa equiparação ocorrerá quando a atividade que se pretende equiparar possui atribuições bastante semelhantes às ocupações previstas nos Decretos.
7. O torneiro mecânico é o profissional responsável pelo manuseio do torno mecânico - máquina/ferramenta que permite cortar e dar a forma correta e detalhada a matérias-primas como madeira, metal e plástico, transformando-as em peças essenciais para vários outros mecanismos. Trata-se, portanto, de máquina de corte que funciona basicamente por meio da rotação da peça e do movimento de avanço da ferramenta.
8. A depender do caso concreto, a atividade de torneiro mecânico pode se assemelhar àquelas previstas nos Decretos, no item 2.5.2 (Fundição, Cozimento, Laminação, Trefilação, Moldagem: Trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, de vidro, de cerâmica e de plásticos-fundidores, laminadores, moldadores, trefiladores, forjadores) e no item 2.5.3 (Soldagem, Galvanização, Calderaria: Trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, de vidro, de cerâmica e de plásticos - soldadores, galvanizadores, chapeadores, caldeireiros); da mesma forma, vem consignado no Decreto 83080/79, nos item 2.5.1 (Indústrias Metalúrgicas e Mecânicas: Aciarias, fundições de ferro e metais não ferrosos, laminações, forneiros, mãos de forno, reservas de forno, fundidores, soldadores, lingoteiros, tenazeiros, caçambeiros, amarradores, dobradores e desbastadores. Rebarbadores, esmerilhadores, marteleteiros de rebarbação. Operadores de tambores rotativos e outras máquinas de rebarbação. Operadores de máquinas para fabricação de tubos por centrifugação. Operadores de pontes rolantes ou de equipamentos para transporte de peças e caçambas com metal liquefeito, nos recintos de aciarias, fundições e laminações. Operadores nos fornos de recozimento ou de têmpera-recozedores, temperadores) e 2.5.3 (Operações Diversas: Operadores de máquinas pneumáticas. Rebitadores com marteletes pneumáticos. Cortadores de chapa a oxiacetileno. Esmerilhadores. Soldadores (solda elétrica e a oxiacetileno). Operadores de jatos de areia com exposição direta à poeira. Pintores a pistola (com solventes hidrocarbonados e tintas tóxicas). Foguistas)
9. Frise-se que a equiparação da atividade do torneiro mecânico àquelas previstas nos itens supramencionados não é automática. Ao contrário, depende da análise das atribuições efetivamente desempenhadas pelo segurado e da verificação da semelhança real em relação a alguma dessas atividades, o que somente é possível mediante verificação do caso concreto. Assim por exemplo se ao operar o torno mecânico o segurado exercer as mesmas atribuições do laminador, poderá ser reconhecida a sua especialidade, por equiparação à atividade prevista no item 2.5.2 do Decreto 83080/79.
10. Desta forma, a princípio não é possível equiparar automaticamente as atribuições do torneiro mecânico às previstas para as ocupações constantes nos Decretos 53.831/64 e 83.080/79, de maneira que não se presume o exercício de atividade especial pelo torneiro mecânico pelo simples exercício da profissão, sem análise do caso concreto. Porém, se o conjunto probatório revelar semelhanças entre a atividade de torneiro mecânico e aquelas previstas nos itens 2.5.2 e 2.5.3 do Decreto 53.831/64 e nos itens 2.5.1 e 2.5.3 do Decreto 83.080/79, a equiparação se faz permitida e, conseqüentemente, é possível o enquadramento com base na categoria profissional equiparada.
11. Ante o exposto, voto por conhecer em parte do pedido de uniformização e, na parte conhecida, dar parcial provimento ao incidente para uniformizar a tese de que a atividade de torneiro mecânico não dá direito, pelo simples exercício da profissão, ao reconhecimento da sua especialidade, devendo ser analisado no caso concreto sua semelhança a alguma das atividades previstas nos Decretos, em especial nos itens 2.5.2 e 2.5.3 do Decreto 53.831/64 e nos itens 2.5.1 e 2.5.3 do Decreto 83.080/79.
12. Devolvo os autos à Turma de Origem para a análise do caso concreto conforme a premissa de direito ora fixada.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização conhecer em parte e, na parte conhecida, dar parcial provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0000032-42.2012.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: EVERTON LUIZ MATTOS DAS NEVES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
IMPETRADO(A): PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA INTERPOSTO CONTRA ATO DO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO MINISTRO DO STJ - IMPOSSIBILIDADE - INICIAL INDEFERIDA.
1. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela parte autora contra ato de Ministro do STJ que, na qualidade de Presidente da Turma Nacional de Uniformização, não admitiu Incidente de Uniformização por ela interposto, uma vez que não foram atendidos os requisitos indispensáveis à comprovação da divergência jurisprudencial já que não foi indicada a fonte da decisão paradigma.
2. Esta Turma Nacional consolidou o entendimento de que uma vez apontada divergência entre Turmas de diferentes regiões, o julgado paradigma extraído da internet deve conter, necessariamente, a indicação de sua fonte eletrônica. Nesse sentido é a questão de ordem nº 3 desta Turma: A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte eletrônica (URL). (Alteração aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 23.08.2012)
3.Nos termos do art. 7º, VII, "c" do Regimento Interno desta TNU, na redação que lhe foi atribuída Resolução nº. 163 de 9 de novembro de 2011, compete ao Presidente da TNU, antes da distribuição, negar seguimento ao incidente de uniformização manifestamente inadmissível ou em confronto evidente com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
4. Ainda, conforme previsto no §1º do art. 7º do Regimento Interno desta TNU, a decisão proferida pelo Presidente da Turma Nacional é irrecorrível. Assim, em tese, apenas cabe mandado de segurança quando a decisão do Presidente deste Colegiado apontada como ato coator se revelar teratológica ou materializar negativa de prestação jurisdicional, o que não se verifica no caso dos autos. Precedentes: Mandados de Segurança nºs. 8-14.2012.4.90.0000, Rel. Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DOU 1º.6.2012; 9-96.2012.4.90.0000, Relª Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello; 11-66.2012.4.90.0100, Rel. Juiz Federal Adel Américo de Oliveira; 14-21.2012.4.90.0000, Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira, estes três últimos julgados na Sessão 27.6.2012.
5. De toda a forma, verifico que os fatos narrados no writ não dizem respeito ao caso dos autos. Afirma o impetrante que a controvérsia diz respeito ao ônus da prova da apresentação de extratos para instrução de ação de cobrança de expurgos inflacionários, quando a questão debatida no incidente de uniformização não admitido diz respeito à responsabilidade objetiva da instituição bancária e à impossibilidade de venda casada de serviços bancários. Verificada, assim, a completa dissociação das razões apontadas no presente mandado de segurança com o caso dos autos.
6. Petição inicial indeferida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização indeferir a petição inicial, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0000038-49.2012.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: ALMERINDA SALAGNAC KROLOW
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
IMPETRADO(A): PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO DO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL QUE INADMITIU INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INVERSÃO DE ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO ESSENCIAL À COMPROVAÇÃO DA PRETENSÃO. APRESENTAÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. MATÉRIA PROCESSUAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO. SÚMULA Nº. 43, TNU. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA OU MATERIALIZAÇÃO COMO NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. .
1.Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela parte autora contra ato de Ministro do STJ que, na qualidade de Presidente da Turma Nacional de Uniformização, não admitiu Incidente de Uniformização por ela interposto, por versar sobre matéria processual, uma vez que pretendia discutir inversão do ônus da prova no tocante à apresentação dos extratos da conta de caderneta de poupança, com o fim de obter a correção pelos índices expurgados.
2.Esta Turma Nacional consolidou o entendimento de que não se conhece incidente de uniformização que verse sobre ônus de apresentação de extratos de conta poupança, por se tratar de matéria processual (PEDILEF 2007.50.50.006630-0, Rel. Juiz Federal José Antônio Savaris; PEDILEF 2007.50.50.011588-8, Rel. Juiz Federal Paulo Arena; PEDILEF 2008.50.50.002325-1, Rel. Juíza Federal Simone Lemos). Incidência, na espécie, da Súmula nº. 43, TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
3.Nos termos do art. 7º, VII, "c" do Regimento Interno desta TNU, na redação que lhe foi atribuída Resolução nº. 163 de 9 de novembro de 2011, compete ao Presidente da TNU, antes da distribuição, negar seguimento ao incidente de uniformização manifestamente inadmissível ou em confronto evidente com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
4. Ainda, conforme previsto no §1º do art. 7º do Regimento Interno desta TNU, a decisão proferida pelo Presidente da Turma Nacional é irrecorrível. Assim, em tese, apenas cabe mandado de segurança quando a decisão do Presidente deste Colegiado apontada como ato coator se revelar teratológica ou materializar negativa de prestação jurisdicional, o que não se verifica no caso dos autos. Precedentes: Mandados de Segurança nºs. 8-14.2012.4.90.0000, Rel. Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DOU 1º.6.2012; 9-96.2012.4.90.0000, Relª Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello; 11-66.2012.4.90.0100, Rel. Juiz Federal Adel Américo de Oliveira; 14-21.2012.4.90.0000, Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira, estes três últimos julgados na Sessão 27.6.2012.
5.Petição inicial indeferida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização indeferir a petição inicial, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

DECISÕES

PROCESSO: 0000015-06.2012.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: MARIA LÚCIA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
IMPETRADO(A): PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

DECISÃO

Vistos.
1. Maria Lúcia da Silva impetrou mandado de segurança contra ato praticado pelo Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, consubstanciado na decisão que não admitiu pedido de uniformização por ela interposto, tendo em vista a natureza processual da matéria.
Relatou que ajuizou demanda visando à reposição de perdas inflacionárias em sua conta-poupança, decorrentes da edição dos planos governamentais "Verão" e "Collor I", e que sua pretensão foi acolhida com relação ao plano "Collor I" e rejeitada quanto ao plano "Verão", tendo em vista o fato de não ter apresentado extratos para demonstrar a existência da conta-poupança em janeiro de 1989. A sentença foi mantida pela turma de origem. Interposto incidente, a autoridade apontada como coatora inadmitiu o pedido de uniformização, entendendo que se cuida de matéria processual, impossível de ser objeto da pretensão.
Argumentou a impetrante que, não obstante a decisão do Presidente da Turma Nacional, seu recurso merece prosperar, por ser obrigação da instituição financeira, a partir da indicação dos seus documentos, exibir os extratos, pelo princípio da boa-fé objetiva, como julgado pela 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.105.747/PR, de que foi relator o Sr. Ministro Massami Uyeda. Sustentou, ainda, que não se trata de discutir matéria processual, pois a inversão do ônus da prova nas relações consumeristas é um direito básico do consumidor e um instrumento prático de promoção de isonomia entre os sujeitos da relação de consumo.
2. Sucintamente relatados, decido:
O mandado de segurança ataca a decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência (TNU) que aplicou sua Súmula 43, segundo a qual não cabe incidente de uniformização sobre matéria processual, não conheceu do pedido e determinou a devolução dos autos à turma de origem.
O § 1º do art. 7º do regimento interno da TNU dispõe sobre a irrecorribilidade da decisão do seu Presidente que nega seguimento ao incidente de uniformização em confronto evidente com súmula ou jurisprudência dominante da própria Turma. Com isso, por força da interpretação a contrario sensu do inciso II do art. 5º da Lei 12.016/09, abriu-se a oportunidade de, em tese, impugnar a mencionada decisão por meio do mandado de segurança, ação impugnativa autônoma com sede constitucional e regulamentada hoje pela referida Lei 12.016/09, a despeito da referência à Lei 1.533/51 na petição inicial.
No entanto, somente se admite o mandado de segurança se o ato combatido padecer de grave ilegalidade, perfeitamente detectável à primeira vista. Isso porque, caso fosse diferente, configurar-se-ia uma antinomia do sistema jurídico-recursal próprio do juizado. A irrecorribilidade da decisão seria desfigurada, com nova possibilidade de discussão da questão já superada. Nesse sentido, decisões da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, proferidas no AgRg no MS 17.468/DF (DJ 12-9-2012), relator o Sr. Ministro Arnaldo Esteves Lima; no AgRg no MS 16.686/MG (DJ 2-5-2012), relator o Sr. Ministro Castro Meira; e no AgRg no MS 16.502/DF (DJ 10-2-2012), relatora a Srª Ministra Maria Thereza de Assis Moura.
Dessa forma, se o Presidente da TNU decidiu a demanda em litígio, adotando uma das interpretações viáveis, não praticou ele ato ilegal, sobretudo no caso em discussão, no qual foi aplicado enunciado de súmula de jurisprudência da Turma, que se conforma à moldura fática dos autos.
3. Em face do exposto, não sendo absurda a decisão combatida, indefiro a petição inicial, por não ser o caso de mandado de segurança, nos termos do art. 10 da Lei 12.016/09. Sem despesas processuais, por estar a impetrante amparada pela assistência judiciária.
Comunique-se, por e-mail, à autoridade coatora, com cópia desta decisão. Dê-se baixa e arquivem-se estes autos.
De Belo Horizonte para Brasília, 20 de novembro de 2012.

GLAUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000041-04.2012.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: MÁRCIA ELIANE DOS SANTOS CALVETE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
IMPETRADO(A): PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

DECISÃO

Vistos.
1. Márcia Eliane dos Santos Calvete impetrou mandado de segurança contra ato praticado pelo Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, consubstanciado na decisão que não admitiu pedido de uniformização por ela interposto, tendo em vista a natureza processual da matéria.
Relatou que ajuizou demanda visando à reposição de perdas inflacionárias em suas contas-poupança, decorrentes da edição dos planos governamentais "Collor I" e "Collor II", julgada improcedente pelo juízo de primeiro grau. Manifestou recurso, mas ele foi desprovido pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, tendo em vista o fato de não ter apresentado extratos para demonstrar a existência das contas-poupança. Interposto incidente, a autoridade apontada como coatora inadmitiu o pedido de uniformização, entendendo que se cuida de matéria processual, impossível de ser objeto da pretensão.
Argumentou a impetrante que, não obstante a decisão do Presidente da Turma Nacional, seu recurso merece prosperar, por ser obrigação da instituição financeira, a partir da indicação dos seus documentos, exibir os extratos, pelo princípio da boa-fé objetiva, como julgado pela 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.105.747/PR, de que foi relator o Sr. Ministro Massami Uyeda. Sustentou, ainda, que não se trata de discutir matéria processual, pois a inversão do ônus da prova nas relações consumeristas é um direito básico do consumidor e um instrumento prático de promoção de isonomia entre os sujeitos da relação de consumo.
2. Sucintamente relatados, decido:
O mandado de segurança ataca a decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência (TNU) que aplicou sua Súmula 43, segundo a qual não cabe incidente de uniformização sobre matéria processual, não conheceu do pedido e determinou a devolução dos autos à turma de origem.
O § 1º do art. 7º do regimento interno da TNU dispõe sobre a irrecorribilidade da decisão do seu Presidente que nega seguimento ao incidente de uniformização em confronto evidente com súmula ou jurisprudência dominante da própria Turma. Com isso, por força da interpretação a contrario sensu do inciso II do art. 5º da Lei 12.016/09, abriu-se a oportunidade de, em tese, impugnar a mencionada decisão por meio do mandado de segurança, ação impugnativa autônoma com sede constitucional e regulamentada hoje pela referida Lei 12.016/09, a despeito da referência à Lei 1.533/51 na petição inicial.
No entanto, somente se admite o mandado de segurança se o ato combatido padecer de grave ilegalidade, perfeitamente detectável à primeira vista. Isso porque, caso fosse diferente, configurar-se-ia uma antinomia do sistema jurídico-recursal próprio do juizado. A irrecorribilidade da decisão seria desfigurada, com nova possibilidade de discussão da questão já superada. Nesse sentido, decisões da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, proferidas no AgRg no MS 17.468/DF (DJ 12-9-2012), relator o Sr. Ministro Arnaldo Esteves Lima; no AgRg no MS 16.686/MG (DJ 2-5-2012), relator o Sr. Ministro Castro Meira; e no AgRg no MS 16.502/DF (DJ 10-2-2012), relatora a Srª Ministra Maria Thereza de Assis Moura.
Dessa forma, se o Presidente da TNU decidiu a demanda em litígio, adotando uma das interpretações viáveis, não praticou ele ato ilegal, sobretudo no caso em discussão, no qual foi aplicado enunciado de súmula de jurisprudência da Turma, que se conforma à moldura fática dos autos.
3. Em face do exposto, não sendo absurda a decisão combatida, indefiro a petição inicial, por não ser o caso de mandado de segurança, nos termos do art. 10 da Lei 12.016/09. Sem despesas processuais, por estar a impetrante amparada pela assistência judiciária.
Comunique-se, por e-mail, à autoridade coatora, com cópia desta decisão. Dê-se baixa e arquivem-se estes autos.
De Belo Horizonte para Brasília, 20 de novembro de 2012.

GLAUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000024-65.2012.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RECLAMANTE: MARIA DA PIEDADE DE SOUZA
PROC./ADV.: SILVANO ALBERTO DE VASCONCELLOS
OAB: PB-11 063
RECLAMADO(A): TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

DECISÃO

Vistos.
1. Maria da Piedade de Souza ajuíza a presente reclamação contra acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, nos autos do mandado de segurança n. 0500107-56.2012.4.05.9840, recusou-se a adotar o entendimento desta Turma Nacional, tal como decidido nos autos dos Pedilef 2007.70.50.016551-5 e 2009.72.64.002377-9, referentes à inexigibilidade de requerimento administrativo para se pleitear o restabelecimento de auxílio-doença cessado por alta programada.
2. Sucintamente relatados, decido:
O regimento interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência (TNU), consolidado pela Resolução STJ 22, de 4-9-2008, não prevê o cabimento da reclamação. Não obstante isso, por força da Questão de Ordem n. 16 da TNU, a reclamação tem sido admitida, por analogia ao art. 13 da Lei 8.038/90, com o propósito de fazer valer a autoridade de suas decisões.
Contudo, isso não se dá em todos os casos, já que a simples decisão colegiada, ainda que forme jurisprudência, não é suficiente para vincular os juízos de origem. A despeito de suposta ilegalidade ou até mesmo inconstitucionalidade do dispositivo regimental que determina a devolução dos autos à turma recursal para adaptação (art. 7º, VII, a)), para que o acórdão da TNU tenha efeito vinculante é necessário que o incidente de uniformização tenha sido afetado como representativo da controvérsia. Só assim é que se poderá levantar a ocorrência de descumprimento da decisão deste órgão nacional e, por via reflexa, o cabimento da reclamação.
Os Pedilef 2007.70.50.016551-5 e 2009.72.64.002377-9 não foram julgados na TNU como representativos da controvérsia, de forma que não obrigam a turma de origem a seguir seu entendimento, embora tenham sido utilizados para formar a jurisprudência do órgão sobre a matéria.
A reclamação é, portanto, inadmissível.
3. Em face do exposto, indefiro a petição inicial, por não ser o caso de reclamação, utilizando para tanto, por analogia, o disposto no art. 38 da Lei 8.038/90. Sem despesas processuais, por deferir à autora o benefício da assistência judiciária.
Comunique-se, por e-mail, à reclamada, com cópia desta decisão. Dê-se baixa e arquivem-se estes autos.
De Belo Horizonte para Brasília, 20 de novembro de 2012.

GLAUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000030-72.2012.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: FRANCISCO MOREIRA DO ROSÁRIO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
IMPETRADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

DECISÃO

Vistos.
1. Francisco Moreira do Rosário impetrou mandado de segurança contra ato praticado pelo Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, consubstanciado na decisão que confirmou a inadmissão de pedido de uniformização por ele interposto, tendo em vista (i) a inexistência de similitude fática entre os acórdãos recorrido e o paradigma e (ii) a proibição de análise de prova nesta instância.
Relatou que ajuizou demanda visando ao restabelecimento do be-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

nefício de auxílio-doença, cessado em 20-6-2007, ou à concessão de aposentadoria por invalidez, por estar incapacitado para o trabalho. A sentença acolheu o pedido de restabelecimento do benefício de auxílio-doença desde a cessação, mas a Turma Recursal da Bahia modificou em parte o título judicial, determinando a implantação do mencionado benefício a partir da perícia judicial, haja vista a impossibilidade de se precisar a data de início da incapacidade. Interposto incidente de uniformização nacional, a autoridade apontada como coatora o inadmitiu.

Argumentou o impetrante que, não obstante a decisão do Presidente da Turma Nacional, seu recurso merece prosperar, já que, tendo cessado o benefício por erro da autarquia previdenciária, a reparação a ser feita impõe seu restabelecimento desde a data do cancelamento indevido, não da perícia judicial. Indicou como sustentáculo da sua tese o aresto proferido no REsp 704.004/SC, pela 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, de que foi relator o Sr. Ministro Paulo Medina, bem como a decisão monocrática do REsp 640.243/RJ, proferida pelo Sr. Ministro Arnaldo Esteves Lima.

2. Sucintamente relatados, decido:

O mandado de segurança ataca a decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência (TNU) que negou provimento a agravo de instrumento interposto contra inadmissão de pedido de uniformização, por não haver semelhança fática entre os acórdãos recorrido e paradigma e também por não ser possível a análise de prova nesta instância.

O § 1º do art. 7º do regimento interno da TNU dispõe sobre a irrecorribilidade da decisão do seu Presidente que nega seguimento ao incidente de uniformização em confronto evidente com súmula ou jurisprudência dominante da própria Turma, o que se aplica ao desprovimento de agravo contra a inadmissão do incidente. Com isso, por força da interpretação a contrario sensu do inciso II do art. 5º da Lei 12.016/09, abriu-se a oportunidade de, em tese, impugnar a mencionada decisão por meio do mandado de segurança, ação impugnativa autônoma com sede constitucional e regulamentada hoje pela referida Lei 12.016/09, a despeito da referência à Lei 1.533/51 na petição inicial.

No entanto, somente se admite o mandado de segurança se o ato combatido padecer de grave ilegalidade, perfeitamente detectável à primeira vista. Isso porque, caso fosse diferente, configurar-se-ia uma antinomia do sistema jurídico-recursal próprio do juizado. A irrecorribilidade da decisão seria desfigurada, com nova possibilidade de discussão da questão já superada. Nesse sentido, decisões da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, proferidas no AgRg no MS 17.468/DF (DJ 12-9-2012), relator o Sr. Ministro Arnaldo Esteves Lima; no AgRg no MS 16.686/MG (DJ 2-5-2012), relator o Sr. Ministro Castro Meira; e no AgRg no MS 16.502/DF (DJ 10-2-2012), relatora a Srª Ministra Maria Thereza de Assis Moura.

Dessa forma, se o Presidente da TNU decidiu a demanda em litígio, adotando uma das interpretações viáveis, não praticou ele ato ilegal, sobretudo no caso em discussão, no qual não se evidenciou situação de conflito de teses jurídicas, em razão da falta de semelhança fática entre os dois arestos, e no qual foi aplicado enunciado de súmula de jurisprudência da Turma, que se conforma à moldura dos autos.

3. Em face do exposto, não sendo absurda a decisão combatida, indefiro a petição inicial, por não ser o caso de mandado de segurança, nos termos do art. 10 da Lei 12.016/09. Sem despesas processuais, por estar o impetrante amparado pela assistência judiciária.

Comunique-se, por e-mail, à autoridade coatora, com cópia desta decisão. Dê-se baixa e arquivem-se estes autos.

De Belo Horizonte para Brasília, 20 de novembro de 2012.

GLAUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000043-71.2012.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
LITISCONSORTE : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
IMPETRANTE: MAXIMILIANO MARTINS ALONÇO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
IMPETRADO(A): PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JEFS
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

DECISÃO

1-Não há pedido de liminar.

2-A teratologia ou não da respeitável decisão será verificada pelo órgão colegiado, a final, considerando, sobretudo, que, em princípio, a questão sobre miserabilidade no benefício assistencial teve a repercussão geral reconhecida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal.

Assim, notifique-se a autoridade apontada como coatora para prestar as informações em 10 dias, bem como o INSS litisconsorte necessário.

3-Prestadas as informações, notifique-se a União, nos termos do art.7º, II, da Lei 12016/09.

4-Após, dê-se vista ao Ministério Público.

Brasília, 20 de novembro de 2012.

GLAUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2006.71.95.015634-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EDEGAR KIRCHHOF
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. MECÂNICO. CÔMPUTO DE ATIVIDADE ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº. 42 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1.O Recorrente alega a contrariedade do acórdão impugnado à jurisprudência do STJ, afirmando, em síntese, que ao segurado é reconhecido o direito ao cômputo do tempo de serviço especial, caso desempenhe trabalho insalubre, perigoso ou penoso, desde que comprovado por perícia.

2.O acórdão manteve hígida a sentença pelos seus próprios fundamentos, julgando improcedente o pedido de implantação de benefício previdenciário, vez que se reputou não ter sido comprovada a presença de agentes nocivos quando da prestação da atividade laborativa.

3.Com efeito, o STJ firmou tese no sentido de que o rol de atividades arroladas nos Decretos n. 53.831/64 e 83.080/79 não é exaustivo, podendo o juiz considerar que outras funções sejam tidas por insalubres, perigosas ou penosas, desde que estejam devidamente comprovadas (AgRg no REsp 794092/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, Fonte DJ 28.05.2007, p. 394).

4.Contudo, a Turma de origem analisou detidamente o laudo pericial e concluiu pela inexistência das condições especiais autorizadoras da contagem diferenciada de tempo de serviço. Assim dispôs o acórdão (fl. 174): "... o laudo em questão não tem força probatória para enquadrar a atividade exercida como especial, pois não está descrito qual é o agente nocivo, nem onde se enquadraria a suposta especialidade".

5.Dessa forma, a análise dos fundamentos da sentença, corroborados pelo acórdão, e das razões recursais trazidas no Incidente implica, necessariamente, no reexame do conjunto probatório, inadmissível nesta instância recursal, a teor da súmula nº. 42 da Turma Nacional de Uniformização (Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato).

6.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília/DF, 14 de novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0003584-65.2006.4.04.7195
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MANOEL MATOS FERREIRA
PROC./ADV.: PAULO ROBERTO CABRAL DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ZILDA MARIA LIFCZYNSKI PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. MAQUINISTA. CÔMPUTO DE ATIVIDADE ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº. 42 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

O Recorrente alega a contrariedade do acórdão impugnado à jurisprudência da 1ª Turma Recursal da Bahia e da TNU, afirmando, em síntese, que ao segurado é reconhecido o direito ao cômputo do tempo de serviço especial, caso exerça sua função exposto aos agentes ruído e poeira, operando máquina de bate-estaca.

O acórdão manteve hígida a sentença pelos seus próprios fundamentos, julgando improcedente o pedido de implantação de benefício previdenciário, vez que a atividade desempenhada pelo autor não pode ser enquadrada como especial, "a uma, porque os ruídos são de fundo, a duas, porque a exposição ao ruído ocorria de forma intermitente". Ademais, reputou-se que a poeira existente nos canteiros de obras não constitui agente agressivo equiparado àqueles previstos no Decreto 53.831/64.

Com efeito, o STJ firmou tese no sentido de que o rol de atividades arroladas nos Decretos n. 53.831/64 e 83.080/79 não é exaustivo, podendo o juiz considerar que outras funções sejam tidas por insalubres, perigosas ou penosas, desde que estejam devidamente comprovadas (AgRg no REsp 794092/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, Fonte DJ 28.05.2007, p. 394).

Entretanto, a análise dos fundamentos da sentença, corroborados pelo acórdão, e das razões recursais trazidas no Incidente implica, necessariamente, no reexame do conjunto probatório, inadmissível nesta instância recursal, a teor da súmula nº. 42 da Turma Nacional de Uniformização (Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato).

Ante o exposto, voto pelo não conhecimento do Incidente.

Brasília/DF, 17 de outubro de 2012.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília/DF, 14 de novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.50.52.000760-0
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: ANÁLIA DE ARAÚJO GOMES
PROC./ADV.: MARIA REGINA COUTO ULIANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TRABALHO RURAL RECONHECIDO. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE URBANA POR OUTRO MEMBRO FAMILIAR. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO.

1.Trata-se de ação em que se objetiva a concessão de benefício de aposentadoria por idade rural, alegando a autora possuir a qualidade de segurada especial em razão de ter sempre trabalhado na lavoura, inclusive durante o período equivalente à carência.

2.O acórdão recorrido confirmou a sentença por seus próprios fundamentos, julgando improcedente o pedido de aposentadoria por idade, ao argumento de que a sua genitora, com quem a autora vivia, era funcionária pública municipal aposentada, ainda que as provas não deixem dúvidas acerca de seu trabalho rural.

3.Pedido de Uniformização interposto pela parte autora, que alega a divergência entre o acórdão impugnado e a jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização e do STJ, para quem é admitida a configuração da qualidade de segurado especial, mesmo que prestado o labor rural individualmente, ainda diante do exercício de atividade urbana por outro membro familiar.

4.A TNU já fixou a premissa de que, o trabalhador rural individual não é só o que vive sem família, mas também o que tem família e trabalha sozinho. E o fato de outro membro da família dedicar-se a atividades diferentes da rural pode, no máximo, desqualificar o regime de economia familiar, mas não pode prejudicar a qualificação do segurado especial individual, bem como da necessidade de aferir se a renda do trabalho rurícola era indispensável para sua subsistência. "PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. APOSENTADORIA RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL, CORROBORADO POR PROVA ORAL. CÔNJUGE ENQUADRADO COMO TRABALHADOR URBANO. INDISPENSABILIDADE DA RENDA AUFERIDA COMO RURÍCOLA. 1. A Turma de origem julgou improcedente a pretensão de reconhecimento do tempo de serviço rural, considerando o fato da mãe do autor trabalhar como professora, nos períodos em questão. 2. A 5ª (Quinta) e a 6ª (Sexta) Turmas do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA já se posicionaram no sentido de que a mera circunstância de um dos integrantes do grupo familiar ser classificado como trabalhador urbano não é óbice, por si só, ao deferimento da aposentadoria rural. 3. Tem-se exigido que se apure, tão-somente, se a renda auferida pelo rurícola era indispensável ao sustento do núcleo familiar. No caso concreto, como o autor tinha 12 (doze) irmãos e sua mãe era professora, recebendo um salário ínfimo, é patente tal indispensabilidade. 4. Pedido de Uniformização provido." (PEDILEF 200783055039139, Juiz Federal Eduardo André Brandão de Brito Fernandes, DJE 01.03.2010)

5. Incidente conhecido e parcialmente provido para anular a sentença e o acórdão recorrido, firmando a premissa de que a mera circunstância de um dos integrantes do grupo familiar ser classificado como trabalhador urbano não é óbice, por si só, ao deferimento da aposentadoria rural. Em consequência, determino o retorno dos autos à Turma Recursal de origem, para que examine os demais elementos de fato e de direito, proferindo decisão para adequação do julgado com base na premissa jurídica fixada neste Colegiado.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar parcial provimento ao incidente de uniformização.

Brasília, 14 de novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.33.00.707071-8
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JACQUES ROSAT NETO
PROC./ADV.: CLARICE DE BRITO
PROC./ADV.: JOANA DE BRITO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ENGENHEIRO DA PETROBRÁS. ATIVIDADE ENQUADRADA NOS ANEXOS DOS DECRETOS 53831/64 E 83.080/79. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Pretende a parte autora a modificação de acórdão que manteve a sentença de improcedência por seus próprios fundamentos, para uniformizar o entendimento acerca do direito de conversão de tempo especial em comum, relativo a período anterior à Lei nº. 9.032/95, por força de ter exercido atividade de engenheiro de equipamentos da Petrobrás independentemente da demonstração de efetiva exposição a agente insalubre.

2. O requerente aponta a divergência do acórdão recorrido com os acórdãos paradigmas REsp 779958, REsp 639066, ambos do Min. Arnaldo Esteves Lima, publicados nas datas 10.04.2006 e 07.11.2005 respectivamente, além de diversas decisões dos tribunais do mesmo sentido.

3. Este incidente merece ser conhecido, eis que presentes os requisitos para a sua admissibilidade, tocantes à tempestividade, si-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

militude fático-jurídica entre os acórdãos em confronto e efetiva divergência de interpretação jurídica.
4. Entendo que o acórdão recorrido merece reparos, uma vez que a atividade de engenheiro mecânico da Petrobrás, comprovadamente exercida pelo autor, equipara-se àquelas incluídas no item 2.1.0 do Decreto nº. 83.080/79 (Engenharia: Engenheiros-químicos, engenheiros-metalúrgicos e engenheiro de minas). Nesse sentido:
PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO. ENGENHEIRO MECÂNICO DA PETROBRÁS. EXERCÍCIO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. LEI 9.032/95. CESSAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE INSALUBRIDADE. REVOGAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO. 1. As Turmas da Terceira Seção deste Superior Tribunal já consolidaram o entendimento no sentido de que o período de trabalho exercido em condições especiais em época anterior à Lei 9.528/97 não será abrangido por tal lei, em respeito ao direito adquirido incorporado ao patrimônio do trabalhador. A caracterização e a comprovação do tempo de atividade sob condições especiais obedecerá ao disposto na legislação em vigor à época da prestação do serviço.
2. O tempo de serviço laborado pelo segurado na condição de engenheiro mecânico até a edição da Lei 9.032/95 deve ser enquadrado como especial, descrito no código 2.1.1 do Anexo II do Decreto 83.080/79.
3. Recurso especial improvido. (REsp 554.031/RN, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 06/09/2005, DJ 10/10/2005, p. 413)
5. O entendimento já consolidado nesta Turma Nacional é de que o rol que acompanha os Decretos 53.831/64 e 83.080/79 é meramente exemplificativo, e não exaustivo.
6. Isso posto, dou parcial provimento ao pedido para: (a) anular o acórdão recorrido; (b) determinar a devolução dos autos à Turma Recursal de origem para que retome o julgamento do recurso inominado interposto.
Brasília, 17 de outubro de 2012.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento a este Pedido de Uniformização, nos termos do Voto/ementa do Relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.38.00.726063-7
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ LUIZ DE PAULA
PROC./ADV.: DANIEL FELIX DE OLIVEIRA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVICO ESPECIAL. ELETRICIDADE. PERÍODO ANTERIOR AO DECRETO 2.172/97. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº. 24. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
O Recorrente alega a contrariedade do acórdão impugnado à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, afirmando, em síntese, que não é possível reconhecer como exercício laboral em regime especial o desempenho de atividade de eletricista, sob ruído, nos moldes descritos na inicial.
O acórdão manteve hígida a sentença pelos seus próprios fundamentos, condenando o INSS a averbar no CNIS como especial o tempo de serviço trabalhado pelo autor como eletricista.
Nos termos da jurisprudência do STJ, "o agente agressivo eletricidade teve enquadramento no Decreto 53.831/64 até 05.03.1997, data da edição do Decreto 2.172, que não mais o relacionou entre os agentes nocivos". (AgRg no Resp 2007/0230752-3, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, 5ª Turma, julgado em 06.11.2008).
Assim, subsiste a conformidade entre o período trabalhado pelo recorrido como eletricista e a vigência do Decreto acima indicado, motivo pelo qual faz jus o trabalhador ao cômputo desse intervalo como atividade especial para os devidos fins.
No que se refere ao agente agressivo ruído, o acórdão mantém-se em sintonia com a jurisprudência do STJ, que firmou entendimento no sentido de que o trabalhador exposto a ruído igual ou inferior a 90 dB tem direito ao reconhecimento da especialidade até a entrada em vigor do Decreto 2.172/97 (REsp n. 723.002/SC, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJ de 25.09.2006, p. 302).
Estando o acórdão impugnado em conformidade com a jurisprudência pacífica do Tribunal da Cidadania, emerge a questão de ordem nº. 24 (Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia).
Ante o exposto, voto pelo desprovimento do agravo regimental.
Brasília/DF, 17 de outubro de 2012.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília/DF, 14 de novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.70.50.004879-5
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSÉ DOLENS
PROC./ADV.: CIRSO TEODORO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CÔMPUTO DO PERÍODO RURAL. INÍCIO MATERIAL DE PROVA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.Retifico o voto para aderir às razões de votar do Juiz Federal Rogério Moreira Alves.
2.Incidente de Uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer o Pedido de Uniformização, nos termos do voto do Relator.
Brasília/DF, 14 de novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.72.51.004441-9
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: AMÉLIA BASILICIA CARDOSO DE AZAMBUJA
PROC./ADV.: JUCÉLIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. VIGILANTE. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. NECESSIDADE DE USO DE ARMA DE FOGO. JURISPRUDÊNCIA DA TNU PACIFICADA. QUESTÃO DE ORDEM Nº. 13.
1. O acórdão recorrido não reconheceu atividade especial durante o período em que o falecido esposo da autora desempenhou a função de vigilante, entre 01.03.1971 a 31.07.1972; 05.09.1972 a 28.02.1973 e 05.02.1979 a 16.08.1982, porque ele não utilizava arma de fogo.
2. A Recorrente arguiu a contrariedade do acórdão com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Citou acórdãos paradigmas no sentido de que a atividade de vigilante é especial, sem se manifestar, todavia, se o uso de arma de fogo é imprescindível para o enquadramento por categoria profissional.
3.Os julgados do STJ, e também a Súmula 26 da TNU (A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64), pressupõem genericamente que a atividade de vigilante é perigosa, mas não se manifestam especificamente sobre a necessidade, ou não, de uso de arma de fogo para caracterizar a atividade como perigosa.
4. A jurisprudência da TNU está pacificada no sentido de que o vigilante precisa comprovar o uso habitual de arma de fogo em serviço para poder ser equiparado ao guarda e, por conseguinte, enquadrar-se no Código 2.5.7 do quadro anexo ao Decreto nº 53.831/64. O que caracteriza a atividade do guarda como perigosa é o uso de arma de fogo. Se o vigilante não comprova o porte habitual de instrumento dessa natureza, a equiparação com o guarda não se justifica. Eis um julgado que exemplifica o entendimento consolidado nesta Turma:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. ESPECIAL. VIGILANTE. EQUIPARAÇÃO COM A ATIVIDADE DE GUARDA. NECESSIDADE DE UTILIZAÇÃO DE ARMA DE FOGO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SENTIDO OPOSTO. CONHECIMENTO DO INCIDENTE QUE TRATA DE TEMA JÁ JULGADO NA TNU. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM N. 20. DETERMINAÇÃO DE REMESSA DOS AUTOS À TURMA DE ORIGEM, PARA READEQUAÇÃO DO JULGADO. PARCIAL PROVIMENTO DO INCIDENTE. 1. Pedido de uniformização interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. 2. Autos concernentes ao pedido de concessão de aposentadoria reconhecimento de tempo especial, em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, em ação processada sob o rito do Juizado Especial Federal. 3. Acórdão lavrado pela 2ª Turma Recursal de São Paulo cujo resultado foi desprover o recurso de sentença ofertado pela autarquia. 4. Pedido tempestivamente apresentado. 5. Existência, na Turma Nacional de Uniformização, de posição majoritária e consolidada a respeito da essencialidade do porte de arma de fogo para configurar a periculosidade da atividade de vigia. 6. Necessidade de uniformização da posição jurisprudencial como forma de concretização do princípio da igualdade. 7. Conhecimento e parcial provimento do pedido de uniformização interposto pela autarquia previdenciária. 8. Determinação de remessa dos autos à Turma Recursal de origem, para readequação do julgado. (PEDIDO 2004.61.84.224202-3, Rel. Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello, DOU 23/09/2011). Grifo nosso.
5. O acórdão recorrido está em consonância com o entendimento consolidado na Turma Nacional de Uniformização. Nesse caso, aplica-se a Questão de Ordem nº 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
6. O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.
7. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília/DF, 14 de novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.33.00.704566-0
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DAVI DE MENEZES CUNHA
PROC./ADV.: MARIA DA GLÓRIA DA SILVA ELPÍDIO
REQUERIDO(A): JOSÉ CUSTODIO DA CUNHA NETO
PROC./ADV.: MARIA DA GLÓRIA DA SILVA ELPÍDIO
REQUERIDO(A): TAILA MARIA DE MENEZES CUNHA
PROC./ADV.: MARIA DA GLÓRIA DA SILVA ELPÍDIO
REQUERIDO(A): TAINA DE MENEZES CUNHA
PROC./ADV.: MARIA DA GLÓRIA DA SILVA ELPÍDIO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. INEXISTÊNCIA DA QUALIDADE DE SEGURADO QUANDO DO FALECIMENTO. NECESSIDADE DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A APOSENTADORIA ANTES DO ÓBITO. ACÓRDÃO EM CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ E TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Cuida-se de Pedido de Uniformização interposto pelo INSS, alegando contrariedade do acórdão impugnado à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e desta Turma Nacional de Uniformização, que é no sentido de que não é devida a concessão do benefício de pensão por morte, tendo o óbito ocorrido após a perda da qualidade de segurado do instituidor e que não tenha preenchido os requisitos de qualquer aposentadoria antes do falecimento.
2. O Acórdão negou provimento ao recurso e manteve a sentença de procedência por seus próprios fundamentos, invocando o princípio constitucional da razoabilidade notadamente por tratar-se da tutela de direitos a menores impúberes cuja genitora já havia recolhido contribuições por mais de sete anos, aduzindo que, tendo em vista não ser exigida carência, ser possível a concessão da pensão por morte inclusive a dependentes de falecido que tenha contribuído apenas uma vez.
3. Aduz o recorrente que, ao deferir o benefício, mesmo após a instituidora ter perdido a qualidade de segurada, atuou o juiz como legislador positivo e derrogou os comandos legais contidos no art. 15, II, §§ 1º e 2º da Lei 8.213/91.
4. Apontados como paradigmas da divergência acórdão do STJ (AgRg n. 593398-SP, de 23.04.2009) e acórdão da TNU (2004.70.95.012.686-6), nos quais se firmou a orientação de que "para que o óbito de alguém gere o direito à pensão por morte, é necessário que, na data do óbito, ele revista a condição de segurado da Previdência Social, ou esteja na titularidade de direito adquirido à percepção de benefício previdenciário continuado."
5 - A jurisprudência dominante do STJ e desta TNU é firme em reconhecer o direito à pensão por morte aos dependentes do falecido que tenha perdido a qualidade de segurado apenas após o preenchimento dos requisitos legais à obtenção de aposentadoria. Essa é a interpretação consolidada do art. 102 da Lei nº 8.213/1991, tanto na redação original como na redação alterada pela Lei nº. 9.528/97. Precedentes: EREsp 524.006/MG, Rel. Min. Laurita Vaz, Terceira Seção, DJ :30/03/2005, REsp 626.796/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ:02/08/2004, AGA 200400399029, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJE: 18/05/2009 e PEDILEF n.º 200570950059286, Rel. Juíza Federal Mônica Jaqueline Sifuentes, DJU 02/03/2006.
6 . Com efeito, a sentença e o acórdão reconheceram a perda da qualidade da segurada, posto que o último vínculo empregatício da falecida (ex-segurada) foi suspenso em 02.02.2006, em razão de licença sem remuneração para tratar de interesses particulares, nos termos do art. 15, inc. II, e aplicação do § 4º da Lei 8.213/91, tendo seu óbito ocorrido em 17.05.2007:
Art. 15. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:
...II -até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração;...
...§ 4º A perda da qualidade de segurado ocorrerá no dia seguinte ao do término do prazo fixado no Plano de Custeio da Seguridade Social para recolhimento da contribuição referente ao mês imediatamente posterior ao do final dos prazos fixados neste artigo e seus parágrafos.
7. Ao contrário do que entendeu a Turma de origem, descabe, no caso, para afastar a perda da qualidade de segurado e conceder o benefício de pensão por morte, a aplicação do princípio da razoabilidade. Nesse sentido, já decidiu esta TNU ao negar provimento a recurso, extraindo-se do voto do relator, a seguinte passagem: "O valor segurança (subsistência), previsto na legislação de regência,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

deve ser tutelado diferentemente, conforme seja o beneficiário segurado ou não, porque o RGPS é mantido com contribuições específicas dos segurado e sua entidade empregadora. O princípio constitucional da razoabilidade não é suficiente para afastar os fundamentos acima mencionados" (PEDILEF 200435007116980, Relator Euler de Almeida Silva Júnior, data da decisão 10.08.2004).
8. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO para, reafirmando a tese de que: "para a concessão de pensão por morte é necessário que o instituidor tenha, na data do óbito, a qualidade de segurado ou tenha implementado, antes de falecer, todos os requisitos para a concessão de aposentadoria", anular o acórdão recorrido e devolver os autos à Turma Recursal de origem, para que examine os demais elementos de fato e de direito, proferindo decisão adequada ao entendimento uniformizado, com base na premissa jurídica fixada neste Colegiado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer E DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília/DF, 14 de novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.55.002051-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO FARIAS DE MELO
PROC./ADV.: LORENI TEREZINHA WOLKMER
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PROCESSO CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. TRABALHADOR RURAL. VALORAÇÃO DA PROVA MATERIAL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 42 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. O INSS pretende a modificação do acórdão que manteve a sentença de procedência, ao argumento de ser necessário para a procedência da ação um número mínimo de contribuições. Alega que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência dominante do STJ que, segundo o recorrente, apontaria para a necessidade de um número mínimo de contribuições recolhidas.
2. Na hipótese levantada no presente caso, aposentadoria rural fartamente acompanhada de documentos que comprovam a atividade rurícola do requerente, a Turma Recursal manteve a sentença pelos seus próprios fundamentos, uma vez que o juízo monocrático bem fundamentou a sentença recorrida, bem valorando a prova apresentada. Deste modo, o cerne da questão do pedido apresentado infere-se na valoração da prova apresentada nos autos, não sendo possível a este Colegiado se manifestar, uma vez que tal procedimento implicaria inevitavelmente o reexame vedado pelo enunciado de n. 42 desta Turma: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
3. Pedido de uniformização não conhecido.
Brasília, 17 de outubro de 2012.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 14 de novembro de 2012..

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.32.00.703173-1
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO BATISTA DA SILVA
PROC./ADV.: ELISABETE LUCAS
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. EXTINÇÃO DO JULGAMENTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. VALOR DA CAUSA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Nos termos da Súmula 43 desta TNU, "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual", por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01. Esta Turma Nacional não tem conhecido do incidente em casos análogos, a exemplo do decidido no PEDILEF 201070500087291 de relatoria da Juíza Federal Vanessa Vieira De Mello: "EMENTA - VOTO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. DESAPOSENTAÇÃO. EXTINÇÃO DO JULGAMENTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. VALOR DA CAUSA. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. I. Pedido da parte autora de renúncia à aposentadoria que titulariza com a conseqüente concessão de novo benefício mais vantajoso. II. Sentença de extinção do julgamento, sem resolução do mérito, mantida pela Turma Recursal com esteio no art. 46 da Lei nº 9.099/95. III. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001. IV. Alegação de ser competente o Juizado Especial Federal para a causa em razão da possibilidade da não devolução das parcelas já recebidas para a concessão de novo benefício. V. Indicação, pela parte recorrente, de precedentes da Turma Nacional de Uniformização: PEDILEF nº 200972580002182; PEDILEF nº 200972510004633; e do STJ - Superior Tribunal de Justiça: RESP 1113682/SC; e AgRg no RESP 328.101/SC. VI. Inadimissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência junto à Turma Recursal do Paraná. VII. Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal. VIII. Decisão da lavra do Ministro Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização, no sentido de admitir o incidente, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno do Colegiado citado. IX. Tema referente ao valor da causa. X. Descabe incidente de uniformização versando sobre questão de direito processual. Inteligência da Súmula nº 43 da Turma Nacional de Uniformização. XI. Incidente de uniformização de jurisprudência não admitido.(PEDIDO 201070500087291, JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO, DOU 27/04/2012.)."
2. Incidência da questão de ordem nº 29: Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem.
3. Incidente de Uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília/DF, 14 de novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.38.00.713221-4
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NIVALDO BARBOSA MOREIRA
PROC./ADV.: ANDERSON CARLOS PEREIRA ALMEIDA DA SILVA SANTOS
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVICO ESPECIAL. OFICINA, ÓLEOS, BORRACHA E OUTROS. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº. 24. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
O Recorrente alega a contrariedade do acórdão impugnado à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, afirmando, em síntese, que não é possível reconhecer como exercício laboral em regime especial o desempenho de atividade em oficina, borracharia, entre outros, tal como descrito na inicial.
O acórdão manteve hígida a sentença pelos seus próprios fundamentos, condenando o INSS a averbar, como laborado em condição especial, o período de 18.01.1988 até 19.09.2007, com aplicação do fato de conversão de 1.4, e como tempo comum, os períodos de 02.05.1979 a 30.05.1979 e 01.04.1981 a 06.02.1982.
A decisão proveniente do STJ, utilizada como paradigma no presente recurso, corrobora o entendimento adotado pela Turma Recursal de origem, asseverando que o tempo de serviço é regido sempre pela lei da época em que foi prestado. Para a lei que vigia à época da prestação do serviço (18.01.1988 a 19.09.2007), o enquadramento profissional era bastante para o reconhecimento da atividade especial, de modo que não há qualquer ofensa à legislação de regência.
Estando o acórdão impugnado em conformidade com a jurisprudência pacífica do Tribunal da Cidadania, emerge a questão de ordem nº. 24 (Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia).
Ante o exposto, voto pelo não conhecimento do Incidente.
Brasília/DF, 17 de outubro de 2012.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília/DF, 14 de novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.38.00.702340-8
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO FERNANDES MOREIRA
PROC./ADV.: SÔNIA MARIA SILVA SIMÃO
OAB: MG-82481
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVICO ESPECIAL. ELETRICIDADE. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº. 24. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
O Recorrente alega a contrariedade do acórdão impugnado à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, afirmando, em síntese, que não é possível reconhecer como exercício laboral em regime especial o desempenho de atividade de eletricista, nos moldes descritos na inicial.
O acórdão manteve hígida a sentença pelos seus próprios fundamentos, condenando o INSS a averbar no CNIS como especial o tempo de serviço trabalhado pelo autor como eletricista no período de 09.07.1970 a 08.10.1974; 09.10.1974 a 31.08.1978; 18.07.1980 a 30.08.1984; 12.12.1984 a 01.10.1987; 19.04.1988 a 09.08.1995.
Nos termos da jurisprudência do STJ, "o agente agressivo eletricidade teve enquadramento no Decreto 53.831/64 até 05.03.1997, data da edição do Decreto 2.172, que não mais o relacionou entre os agentes nocivos". (AgRg no Resp 2007/0230752-3, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, 5ª Turma, julgado em 06.11.2008).
Assim, subsiste a conformidade entre o período trabalhado pelo recorrido como eletricista e a vigência do Decreto acima indicado, motivo pelo qual faz jus o trabalhador ao cômputo desse intervalo como atividade especial para os devidos fins.
Estando o acórdão impugnado em conformidade com a jurisprudência pacífica do Tribunal da Cidadania, emerge a questão de ordem nº. 24 (Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia).
Ante o exposto, voto pelo não conhecimento do Incidente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília/DF, 14 de novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.38.00.717113-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EUDES EVANGELISTA DOS ANJOS
PROC./ADV.: CÁSSIO ROBERTO MENDONÇA CURI
OAB: MG-77793
PROC./ADV.: VANDA AGUINAGA
OAB: MG-56379
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVICO ESPECIAL. ELETRICIDADE. PERÍODO ANTERIOR AO DECRETO 2.172/97. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº. 24. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
O Recorrente alega a contrariedade do acórdão impugnado à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, afirmando, em síntese, que não é possível reconhecer como exercício laboral em regime especial o desempenho de atividade de eletricista, nos moldes descritos na inicial.
O acórdão manteve hígida a sentença pelos seus próprios fundamentos, condenando o INSS a averbar no CNIS como especial o tempo de serviço trabalhado pelo autor como eletricista no período de 29.05.1967 a 29.04.1968; 04.02.1975 a 22.04.1975; e 07.03.1988 a 06.05.1988.
Nos termos da jurisprudência do STJ, "o agente agressivo eletricidade teve enquadramento no Decreto 53.831/64 até 05.03.1997, data da edição do Decreto 2.172, que não mais o relacionou entre os agentes nocivos". (AgRg no Resp 2007/0230752-3, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, 5ª Turma, julgado em 06.11.2008).
Assim, subsiste a conformidade entre o período trabalhado pelo recorrido como eletricista e a vigência do Decreto acima indicado, motivo pelo qual faz jus o trabalhador ao cômputo desse intervalo como atividade especial para os devidos fins.
Estando o acórdão impugnado em conformidade com a jurisprudência pacífica do Tribunal da Cidadania, emerge a questão de ordem nº. 24 (Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia).
Ante o exposto, voto pelo não conhecimento do Incidente.
Brasília/DF, 17 de outubro de 2012.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília/DF, 14 de novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0010684-34.2010.4.01.3600
ORIGEM: MS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL
REQUERENTE: ROSANI KRAUSPENHAR
PROC./ADV.: CIBELE SILVA PRIETCH
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMENTA

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DOENÇA PRÉ-EXISTENTE. AGRAVAMENTO. DATA DE INÍCIO DA INCAPACIDADE. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVA. INADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.
1.A Turma Recursal decidiu que a incapacidade para o trabalho consolidou-se antes do reingresso da segurada na Previdência Social.
2.A Recorrente arguiu divergência jurisprudencial em face de acórdãos paradigmas oriundos do STJ (REsp 196.821 e 217.727), segundo os quais a doença anterior à filiação previdenciária não obsta a concessão da aposentadoria por invalidez, se a incapacidade decorre da progressão ou agravamento da patologia e é superveniente à filiação.
3.O acórdão recorrido asseverou, após analisar as provas, que tanto a doença quanto a incapacidade para o trabalho são anteriores ao reingresso da Recorrente na Previdência Social (fl. 129). Em contrapartida, os acórdãos paradigmas versaram sobre hipóteses em que, embora a doença fosse anterior à filiação previdenciária, a incapacidade para o trabalho somente se consolidou após a filiação no RGPS, em decorrência do agravamento da patologia. Falta similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada a divergência jurisprudencial.
4.Para aferir se a incapacidade para o trabalho já estava consolidada antes da filiação previdenciária, ou se somente se consolidou, mediante agravamento da doença, após o reingresso na Previdência Social, seria inevitável revolver o acervo probatório. Ocorre que os fatos e as provas não podem ser reexaminados em incidente de uniformização de jurisprudência. Aplicação da Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato
.5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília/DF, 14 de novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000036-79.2012.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: ROSAURA BANDEIRA ESPINOSA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
IMPETRADO(A): PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO DO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL QUE INADMITIU INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INVERSÃO DE ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO ESSENCIAL À COMPROVAÇÃO DA PRETENSÃO. APRESENTAÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. MATÉRIA PROCESSUAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO. SÚMULA Nº. 43, TNU. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA OU MATERIALIZAÇÃO COMO NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INDEFERIMENTO DA INICIAL.
1.Trata-se de Mandado de Segurança impetrado contra decisão do Presidente desta Turma Nacional que inadmitiu Incidente de Uniformização interposto pelo autor sob o fundamento de se tratar de matéria processual. Pretendia-se discutir a inversão do ônus da prova no tocante à apresentação de extratos de conta de caderneta de poupança.
2.É jurisprudência consolidada desta Turma Nacional que não se conhece incidente de uniformização que verse sobre ônus de apresentação de extratos de conta poupança, por se tratar de matéria processual (PEDILEF 2007.50.50.006630-0, Rel. Juiz Federal José Antônio Savaris; PEDILEF 2007.50.50.011588-8, Rel. Juiz Federal Paulo Arena; PEDILEF 2008.50.50.002325-1, Rel. Juíza Federal Simone Lemos). Incidência, na espécie, da Súmula nº. 43, TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
3.O art. 7º, VII, "c" do Regimento Interno desta TNU, na redação que lhe foi atribuída Resolução nº. 163 de 9 de novembro de 2011, dispõe que compete ao Presidente da TNU, antes da distribuição, negar seguimento ao incidente de uniformização manifestamente inadmissível ou em confronto evidente com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
4.Reconhecimento de que a decisão do Presidente deste Colegiado, apontada como ato coator, não se afigura teratológica tampouco materializa negativa de prestação jurisdicional, hipóteses que ensejariam, em tese, o cabimento do mandado de segurança. Precedentes: Mandados de Segurança nºs. 8-14.2012.4.90.0000, Rel. Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DOU 1º.6.2012; 9-96.2012.4.90.0000, Relª Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello; 11-66.2012.4.90.0100, Rel. Juiz Federal Adel Américo de Oliveira; 14-21.2012.4.90.0000, Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira, estes três últimos julgados na Sessão 27.6.2012.
5.Indeferimento da inicial do Mandado de Segurança.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em INDEFERIR A INICIAL do Mandado de Segurança, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília/DF, novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0022812-84.2004.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERENTE: JOSÉ CLÓVIS NORBERTO DOS SANTOS
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
REQUERIDO(A): OS MESMOS
PROC./ADV.: OS MESMOS
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL KYU SOON LEE

DECISÃO

Trata-se de pedido de revisão da renda mensal inicial do benefício.
Proferida sentença de parcial procedência.
Contra a r. decisão se insurgiram ambas as partes, interpondo recurso.
Em julgamento realizado na sessão de 02 de setembro de 2010, a Quarta Turma Recursal de São Paulo deu parcial provimento ao recurso do INSS sem, contudo, analisar o recurso de sentença da parte autora.
Ambas as partes opuseram embargos de declaração, os quais foram rejeitados.
Parte autora e réu interpuseram Pedido de Uniformização de Jurisprudência, sendo o da parte autora admitido e do INSS inadmitido.
No caso em tela, conforme acima mencionado, a Quarta Turma Recursal deixou de apreciar o recurso de sentença da parte autora, de modo que se faz necessário o saneamento desta omissão.
Assim sendo, reputo prejudicado o Pedido de Uniformização de Jurisprudência da parte autora e determino a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem para análise do recurso de sentença da parte autora.
Cumpra-se. Intimem-se.
São Paulo, 22 de novembro de 2012.

KYU SOON LEE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0504230-46.2007.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCA IVONEIDE ROCHA
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
PROC./ADV.: CÉLIA BRITO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

DECISÃO

O INSS interpôs pedido de uniformização contra a parte do acórdão que considerou devida a correção monetária do salário-maternidade a partir da data do parto, e não a partir da data do requerimento administrativo.
A Turma Nacional de Uniformização já fixou a tese jurídica de que a segurada tem direito à correção monetária do salário-maternidade desde a época do fato gerador do benefício (data do parto), ainda que o requerimento administrativo tenha sido formulado meses após o nascimento do filho. Aplicação da Súmula nº 45 da TNU: "Incide correção monetária sobre o salário-maternidade desde a época do parto, independentemente da data do requerimento administrativo".
O acórdão recorrido guarda absoluta sintonia com o entendimento pacificado na TNU. Aplica-se, por isso, a Questão de Ordem nº 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
De acordo com o art. 8º, IX, do regimento interno, compete ao relator negar seguimento ao incidente em confronto com súmula da TNU. Por isso, manifesto-me sobre o pedido de uniformização mediante decisão monocrática.
Isto posto, não conheço do incidente de uniformização de jurisprudência.
Vitória, 16 de novembro de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503390-36.2007.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DAS GRACAS NASCIMENTO
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
PROC./ADV.: CÉLIA BRITO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

DECISÃO

O INSS interpôs pedido de uniformização contra a parte do acórdão que considerou devida a correção monetária do salário-maternidade a partir da data do parto, e não a partir da data do requerimento administrativo.
A Turma Nacional de Uniformização já fixou a tese jurídica de que a segurada tem direito à correção monetária do salário-maternidade desde a época do fato gerador do benefício (data do parto), ainda que o requerimento administrativo tenha sido formulado meses após o nascimento do filho. Aplicação da Súmula nº 45 da TNU: "Incide correção monetária sobre o salário-maternidade desde a época do parto, independentemente da data do requerimento administrativo".
O acórdão recorrido guarda absoluta sintonia com o entendimento pacificado na TNU. Aplica-se, por isso, a Questão de Ordem nº 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
De acordo com o art. 8º, IX, do regimento interno, compete ao relator negar seguimento ao incidente em confronto com súmula da TNU. Por isso, manifesto-me sobre o pedido de uniformização mediante decisão monocrática.
Isto posto, não conheço do incidente de uniformização de jurisprudência.
Vitória, 16 de novembro de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.71.58.009959-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MILTON HELLER
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

DECISÃO

Homologo a manifestação de desistência do incidente de uniformização e do recurso extraordinário.
Intimem-se.
Após, baixar os autos ao juizado de origem.
Vitória, 7 de dezembro de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.72.50.006372-2
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: OSMAR MANOEL DA SILVEIRA
PROC./ADV.: GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN.
PROC./ADV.: ANA CAROLINA ZANATTA OLSEN
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

DECISÃO

O acórdão embargado considerou que a discussão sobre a concessão de benefício de gratuidade de justiça (se basta ou não a mera afirmação da parte para efeito de presunção de pobreza) constitui questão de direito processual.
O embargante demonstrou, porém, que em outro processo a questão chegou a ser analisada no mérito pela TNU, estando pendente de julgamento de incidente de uniformização interposto para o Superior Tribunal de Justiça (Pet 7.047).
Considerando que a missão da TNU é a uniformização da jurisprudência, convém, por pragmatismo, resguardar a possibilidade de estender ao presente caso o entendimento que o STJ venha a estabelecer sobre a matéria.
O art. 8º, VIII, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê que compete ao relator "determinar a devolução dos feitos às Turmas de origem para sobrestamento, na forma como disciplinado no art. 15 deste Regimento, quando a matéria estiver pendente de apreciação na Turma Nacional de Uniformização, no Superior Tribunal de Justiça ou no Supremo Tribunal Federal, de forma que promovam a confirmação ou adaptação do julgado após o julgamento dos recursos indicados" (redação dada pela Resolução nº 163, de 9.11.2011).
Isto posto, dou provimento aos embargos de declaração para determinar o sobrestamento do pedido de uniformização até o STJ julgar a Pet 7.047. Determino a devolução dos autos para a Turma Recursal de origem para que oportunamente declare prejudicado o incidente de uniformização ou promova eventual adequação do acórdão recorrido ao que o STJ vier a decidir.
Vitória, 13 de setembro de 2012.

ROGÉRIO MOREIRA ALVES
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃOS

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 2008.71.64.000496-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IRINEU BERARD
PROC./ADV.: SANDRA INÊS PETTER NEZELLO
PROC./ADV.: ELIANA BUSCH
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
RELATOR PARA ACÓRDÃO: JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA

EMENTA

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. SENTENÇA DEFERITÓRIA PARCIALMENTE REFORMADA PELA 2.ª TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO SUL. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ATIVIDADE DE PEDREIRO. MANUSEIO DE CIMENTO. ÁLCALIS CÁUSTICOS. AGENTE QUÍMICO PRESENTE EM BAIXÍSSIMA PORCENTAGEM NA COMPOSIÇÃO DO CIMENTO. LAUDO TÉCNICO QUE NÃO ESPECIFICOU A FORMA E O NÍVEL DE CONTATO COM O CIMENTO E DE EFETIVA EXPOSIÇÃO AO AGENTE QUÍMICO ÁLCALIS CÁUSTICO. INSALUBRIDADE NÃO CARACTERIZADA. INCIDENTE CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.
- Comprovada a similitude e a divergência entre o acórdão recorrido e o paradigma do Superior Tribunal de Justiça (RESP n.º 200101283424, Maria Thereza de Assis Moura, DJU 9 dez. 2008), tem cabimento o incidente de uniformização.
- O tempo de trabalho exercido sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física será somado, após a respectiva conversão ao tempo de trabalho exer-

EDIÇÃO IMPRENSA NACIONAL
PUBLICAR DE ASSINANTES

cido em atividade comum, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, para efeito de concessão de qualquer benefício.
- A pretensão recursal visa ao reconhecimento da especialidade da atividade desenvolvida pelo autor nos períodos de 10 de setembro de 1980 a 14 de janeiro de 1981, de 10 de abril de 1982 a 31 de maio de 1982 e de 12 de julho de 1982 a 30 de agosto de 1982, durante os quais exerceu atividade de servente de pedreiro, sob exposição ao agente químico álcalis cáustico devido ao contato com cimento.
- Na composição do cimento, os álcalis, representados pelos óxidos de potássio e de sódio, aparecem em baixíssima porcentagem, de 1% a 2,3%. Os constituintes fundamentais do cimento são a cal, a sílica, a alumina e o óxido de ferro, que representam os componentes essenciais do cimento e constituem, geralmente, 95% a 96% do total na análise de óxidos, sendo que os óxidos de sódio e de potássio (denominados álcalis do cimento) são impurezas menores que aparecem como constituintes do cimento. Ora, se os álcalis constituem componente secundário do cimento, apresentando baixíssima porcentagem em sua composição, não se parece plausível dizer que o simples manuseio do cimento implicará, necessariamente, na exposição ao agente químico álcalis cáusticos. Para a avaliação do risco à saúde do indivíduo, faz-se necessário precisar até que ponto e a forma como se dá o contato com o cimento e se causa, efetivamente, reações adversas ao trabalhador. Nada disso restou explanado no laudo técnico acostado aos autos. "A ação do cimento é resultante da alcalinidade de silicatos, aluminatos e sílico-aluminatos que o constitui. Essa alcalinidade que não chega a ser agressiva é que propicia sinergicamente as condições para instalação de um processo de sensibilidade, ou seja, uma condição alérgica. É bom frisar que esta alcalinidade não é devida aos álcalis cáusticos, propiciadores de insalubridade e representado pelos hidróxidos de cálcio e potássio que não estão presentes no cimento. Os alcalino-terrosos, esses sim presentes no cimento e dos quais decorre sua alcalinidade média ou fraca, em função de seu grau de ionização, não estão contemplados como insalubres nas normas legais (NR-15 Anexo 13)".
- A Norma Regulamentadora n.º 15, que dispõe sobre atividades e operações insalubres, prevê, em seu Anexo 13 - Agentes Químicos, que a fabricação e o manuseio de álcalis cáusticos representam insalubridade de grau médio, ao passo em que a fabricação e o transporte de cal e cimento nas fases de grande exposição a poeiras representam insalubridade de grau mínimo. Vê-se, pois, que a referida norma diferencia os agentes químicos álcalis cáusticos e cimento, de modo que não se pode considerar se tratarem da mesma substância, afinal, como visto, o primeiro está presente na composição do outro, embora em baixíssima porcentagem. Além disso, em relação ao cimento, a norma só prevê insalubridade - e de grau mínimo! - nas fases de grande exposição a poeiras, situação específica que não restou atestada no laudo presente nos autos.
- A Norma Técnica diferencia os agentes álcalis cáusticos e cimento, de modo que não se pode considerá-las a mesma substância, estando o álcali cáustico presente na composição do outro (o cimento), em baixíssima porcentagem. Além disso, só reconhece insalubridade em relação ao cimento quando o contato se dê nas fases de grande exposição a poeiras ¯ e mesmo assim em grau mínimo! ¯, situação específica que não restou atestada nos autos. Não se trata de examinar ou reexaminar a prova em se de uniformização, mas de fixar jurisprudencialmente se o cimento, ou a eventual presença de álcalis cáusticos no produto, leva à consideração do tempo de serviço como especial, a partir do conhecimento técnico que se tem atualmente sobre a atividade da construção civil. Nesse sentido, Newton Dias esclarece "os álcalis são encontrados em pequena quantidade na matéria prima dos cimentos. Ocorre alguma volatilização durante a queima e as cinzas da obtenção do cimento são ricas em álcalis. O cimento Portland possui aproximadamente de 0,5 a 1,3% de K2O + Na2O"
- A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, nesse sentido, firmou que "não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho". Não considera insalubre, portanto, atividades distintas daquelas previstas na NR-15 e seu Anexo 13, firmando que "a atual jurisprudência desta Corte, consagrada à luz do art. 190 da CLT e da OJ n.º 4/SDI-I/TST, no sentido de que se classifica como insalubre apenas as tarefas de ¯ fabricação e manuseio de álcalis cáusticos ¯, em grau médio, e ¯ fabricação e transporte de cal e cimento nas fases de grande exposição a poeiras ¯, em grau mínimo, na relação oficial do Ministério do Trabalho (Anexo 13 da NR-15 da Portaria n.º 3.214/78 do MTb)".
- Diante da objetividade da Norma Técnica e da jurisprudência do TST, não é possível reconhecer como especial o tempo de serviço de pedreiro em razão do mero contato com o cimento, notadamente porque, embora se reconheça o rol legal das atividades insalubres como meramente exemplificativo, a atividade desempenhada não pode ser considerada como de exposição do trabalhador a risco.
- Pedido de Uniformização ao qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NEGAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização interposto, nos termos do voto-vista divergente.
Brasília-DF, 14 de novembro de 2012.

JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000332-78.2005.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: LAZARO NICOLAU
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PRECEDENTES DA TNU. SÚMULA 33/TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1. Pedido de revisão de aposentadoria por tempo de contribuição, mediante o reconhecimento de atividade especial e sua conversão em tempo comum.
2. Sentença de parcial procedência do pedido. Quanto à data de início do benefício, asseverou o juízo monocrático que "vale ressaltar que o indeferimento, pelo INSS, não foi abusivo, mas, pelo contrário, decorreu de que a parte autora não juntou o formulário e o laudo legalmente exigidos (vide autos administrativos). Nesse contexto, razoável é entender que a mora do INSS ficou caracterizada somente com a apresentação do laudo neste processo judicial".
3. Manutenção da sentença, no ponto, pela 5ª Turma Recursal de São Paulo.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.
5. Alegação de que o acórdão é divergente da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, de julgados das Turmas Recursais de São Paulo e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, bem como da Súmula 33/TNU.
6. Admissão do incidente pela Presidência da Turma Recursal de origem.
7. Inicialmente, cumpre salientar que julgados de Tribunais Regionais Federais e de turmas recursais da mesma região do acórdão recorrido não servem à configuração do dissenso jurisprudencial, em face da ausência de previsão no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01. Por outro lado, restou demonstrada a divergência com a jurisprudência dominante do STJ e com a Súmula 33/TNU.
8. Busca a parte autora a reafirmação do entendimento desta TNU e do STJ segundo o qual tendo o segurado satisfeito os pressupostos ao benefício na data do requerimento administrativo essa é a data a ser fixada como a do início dos efeitos financeiros das prestações.
9. A questão já é pacificada nesta Turma Nacional de Uniformização, no seguinte sentido: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. EFEITOS FINANCEIROS. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS QUANDO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. COMPROVAÇÃO EM JUÍZO. DISPOSIÇÃO LEGAL EXPRESSA. SÚMULA 33 DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. 1. Na dicção da Súmula 33 da TNU, "Quando o segurado houver preenchido os requisitos legais para concessão da aposentadoria por tempo de serviço nada data do requerimento administrativo, esta data será o termo inicial da concessão do benefício". 2. Segundo a teoria da norma, uma vez aperfeiçoados todos os critérios da hipótese de incidência previdenciária, desencadeia-se o juízo lógico que determina o dever jurídico do INSS conceder a prestação previdenciária. A questão da comprovação dos fatos que constituem o antecedente normativo constitui matéria estranha à disciplina da relação jurídica de benefícios e não inibem os efeitos imediatos da realização, no plano dos fatos, dos requisitos dispostos na hipótese normativa. 3. A concessão de aposentadoria gera efeitos a partir da data do requerimento administrativo quando os requisitos legais já eram aperfeiçoados pelo segurado desde então, ainda que a sua comprovação somente tenha sido possível em juízo. 4. O pagamento de diferenças desde a data da entrada do requerimento administrativo de aposentadoria não constitui instrumento de penalização da entidade previdenciária, mas exigência de norma jurídica expressa concretizadora da cláusula do direito adquirido (Lei 8.213/1991, artigos 49, inciso II, e 54). 5. É inaceitável o sacrifício de parcela de direito fundamental de uma pessoa em razão de ela - que se presume desconhecedora do complexo arranjo normativo previdenciário - não ter conseguido reunir, no âmbito administrativo, a documentação necessária para a perfeita demonstração de seu direito. 6. Precedentes: TNU, PU 2004.72.95.02.0109-0, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 23.03.2010; TNU, PU 2007.72.55.00.2223-6, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 09.08.2010. 7. Pedido de Uniformização conhecido e provido. (PEDILEF 200461850249096, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DOU 08/07/2011 SEÇÃO 1.)".
10. Também a Súmula 33/TNU - "Quando o segurado houver preenchido os requisitos legais para concessão da aposentadoria por tempo de serviço na data do requerimento administrativo, esta data será o termo inicial da concessão do benefício".
11. Assim, o voto é por dar provimento ao incidente para reafirmar o entendimento desta TNU segundo o qual se o segurado satisfaz os pressupostos à concessão da aposentadoria por tempo de contribuição já quando do requerimento administrativo, este será o termo inicial dos efeitos financeiros.
12. Incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, nos termos acima.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos da fundamentação.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0001533-08.2005.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOÃO BATISTA SEBASTIÃO
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PRECEDENTES DA TNU. SÚMULA 33/TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1. Pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, mediante o reconhecimento de atividade especial e sua conversão em tempo comum.
2. Sentença de parcial procedência do pedido. Quanto à data de início do benefício, asseverou o juízo monocrático que "vale ressaltar que o indeferimento, pelo INSS, não foi abusivo, mas, pelo contrário, decorre da omissão do autor em demonstrar adequadamente, na sede administrativa, que, durante todo o período declinado na inicial, realmente exerceu as atividades de coletor de lixo (vide autos administrativos). Nesse contexto, razoável é entender que a mora do INSS ficou caracterizada somente com a apresentação do laudo neste processo judicial".
3. Manutenção da sentença, no ponto, pela 4ª Turma Recursal de São Paulo.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.
5. Alegação de que o acórdão é divergente da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, de julgados das Turmas Recursais de São Paulo e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, bem como da Súmula 33/TNU.
6. Admissão do incidente pela Presidência da Turma Recursal de origem.
7. Inicialmente, cumpre salientar que julgados de Tribunais Regionais Federais e de turmas recursais da mesma região do acórdão recorrido não servem à configuração do dissenso jurisprudencial, em face da ausência de previsão no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01. Por outro lado, restou demonstrada a divergência com a jurisprudência dominante do STJ e com a Súmula 33/TNU.
8. Busca a parte autora a reafirmação do entendimento desta TNU e do STJ segundo o qual tendo o segurado satisfeito os pressupostos ao benefício na data do requerimento administrativo essa é a data a ser fixada como a do início dos efeitos financeiros das prestações.
9. A questão já é pacificada nesta Turma Nacional de Uniformização, no seguinte sentido: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. EFEITOS FINANCEIROS. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS QUANDO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. COMPROVAÇÃO EM JUÍZO. DISPOSIÇÃO LEGAL EXPRESSA. SÚMULA 33 DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. 1. Na dicção da Súmula 33 da TNU, "Quando o segurado houver preenchido os requisitos legais para concessão da aposentadoria por tempo de serviço nada data do requerimento administrativo, esta data será o termo inicial da concessão do benefício". 2. Segundo a teoria da norma, uma vez aperfeiçoados todos os critérios da hipótese de incidência previdenciária, desencadeia-se o juízo lógico que determina o dever jurídico do INSS conceder a prestação previdenciária. A questão da comprovação dos fatos que constituem o antecedente normativo constitui matéria estranha à disciplina da relação jurídica de benefícios e não inibem os efeitos imediatos da realização, no plano dos fatos, dos requisitos dispostos na hipótese normativa. 3. A concessão de aposentadoria gera efeitos a partir da data do requerimento administrativo quando os requisitos legais já eram aperfeiçoados pelo segurado desde então, ainda que a sua comprovação somente tenha sido possível em juízo. 4. O pagamento de diferenças desde a data da entrada do requerimento administrativo de aposentadoria não constitui instrumento de penalização da entidade previdenciária, mas exigência de norma jurídica expressa concretizadora da cláusula do direito adquirido (Lei 8.213/1991, artigos 49, inciso II, e 54). 5. É inaceitável o sacrifício de parcela de direito fundamental de uma pessoa em razão de ela - que se presume desconhecedora do complexo arranjo normativo previdenciário - não ter conseguido reunir, no âmbito administrativo, a documentação necessária para a perfeita demonstração de seu direito. 6. Precedentes: TNU, PU 2004.72.95.02.0109-0, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 23.03.2010; TNU, PU 2007.72.55.00.2223-6, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 09.08.2010. 7. Pedido de Uniformização conhecido e provido. (PEDILEF 200461850249096, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DOU 08/07/2011 SEÇÃO 1.)".
10. Também a Súmula 33/TNU - "Quando o segurado houver preenchido os requisitos legais para concessão da aposentadoria por tempo de serviço na data do requerimento administrativo, esta data será o termo inicial da concessão do benefício".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

11. Assim, o voto é por dar provimento ao incidente para reafirmar o entendimento desta TNU segundo o qual se o segurado satisfaz os pressupostos à concessão da aposentadoria por tempo de contribuição já quando do requerimento administrativo, este será o termo inicial dos efeitos financeiros.
12. Incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, nos termos acima.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos da fundamentação.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0075657-28.2006.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MORGANA ALVES DA SILVA TEIXEIRA
PROC./ADV.: EDELI DOS SANTOS SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE DÚVIDA, OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. REJEIÇÃO.
1. Cuida-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora contra o acórdão deste Colegiado que negou seguimento ao seu incidente de uniformização.
2. Os embargos de declaração constituem recurso interposto perante o magistrado ou colegiado prolator da decisão impugnada, com vistas à supressão de omissão, contradição, obscuridade ou erro material no texto, capaz de dificultar a exata compreensão da manifestação judicial. O que se sobressai nos presentes embargos é a discordância do embargante quanto ao entendimento esposado por esta Turma. Quanto a isso, é de ver-se que, se a análise empreendida pelo Colegiado lhe parece falha, ou se a conclusão dela obtida afigura-se-lhes inadequada, tal irresignação não tem por efeito possibilitar, ao órgão prolator da decisão, alterá-la, uma vez esgotado seu ofício jurisdicional no feito. Esse intuito reformador desborda por completo do pretendido 'prequestionamento', sendo, também, inadequado aos embargos declaratórios, que apenas se prestariam a afastar a necessidade de que o embargante elabore argumentação demonstrativa do envolvimento e da violação, no caso sub judice, do texto que entende ter sido desrespeitado. Os eventuais efeitos rescisórios do pronunciamento deste Colegiado, que da aplicação da norma constitucional citada adviessem, definitivamente não encontram veículo apropriado no recurso de embargos de declaração.
3. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E, NO MÉRITO, REJEITAR os embargos de declaração interpostos pela parte embargante, nos termos da fundamentação.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.70.53.002992-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SEBASTIANA APARECIDA PINTO
PROC./ADV.: ERNANI JOSÉ PERA JUNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE DÚVIDA, OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. REJEIÇÃO.
1. Cuida-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora contra o acórdão deste Colegiado que negou seguimento ao seu incidente de uniformização.
2. Os embargos de declaração constituem recurso interposto perante o magistrado ou colegiado prolator da decisão impugnada, com vistas à supressão de omissão, contradição, obscuridade ou erro material no texto, capaz de dificultar a exata compreensão da manifestação judicial. O que se sobressai nos presentes embargos é a discordância do embargante quanto ao entendimento esposado por esta Turma. Quanto a isso, é de ver-se que, se a análise empreendida pelo Colegiado lhe parece falha, ou se a conclusão dela obtida afigura-se-lhes inadequada, tal irresignação não tem por efeito possibilitar, ao órgão prolator da decisão, alterá-la, uma vez esgotado seu ofício jurisdicional no feito. Esse intuito reformador desborda por completo do pretendido 'prequestionamento', sendo, também, inadequado aos embargos declaratórios, que apenas se prestariam a afastar a necessidade de que o embargante elabore argumentação demonstrativa do envolvimento e da violação, no caso sub judice, do texto que entende ter sido desrespeitado. Os eventuais efeitos rescisórios do pronunciamento deste Colegiado, que da aplicação da norma constitucional citada adviessem, definitivamente não encontram veículo apropriado no recurso de embargos de declaração.
3. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E, NO MÉRITO, REJEITAR os embargos de declaração interpostos pela parte embargante, nos termos da fundamentação.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501188-52.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MANOEL NASCIMENTO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ANÁLISE DO LAUDO PERICIAL. REEXAME DA MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 42/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de concessão de benefício de auxílio-doença e conversão em aposentadoria por invalidez.
2. Sentença de procedência do pedido, determinando a concessão do auxílio-doença e a imediata conversão em aposentadoria por invalidez, mesmo que o laudo médico pericial tenha apontado incapacidade apenas parcial, tendo em vista as condições socioeconômicas do demandante.
3. Manutenção da sentença pela Turma Recursal da Paraíba, nos termos do art. 46 da Lei nº 9.099/95.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.
5. Alegação de que o acórdão é divergente da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e de julgados desta TNU e da Turma Recursal de Goiás.
6. Incidente inadmitido pela Presidência da Turma Recursal de origem, pois seu seguimento importaria em reexame da matéria de fato.
7. Pedido de reconsideração na forma do RITNU.
8. Inicialmente, cumpre salientar que, no tocante à divergência relativa ao julgado da Turma Recursal de Goiás, verifico que a recorrente deixou de observar ao disposto na Questão de Ordem 03/TNU - "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte eletrônica (URL)".
9. Outrossim, como bem observou a Presidência da Turma Recursal de origem, o que sobressai do incidente é a irresignação do recorrente com a avaliação dada pelo acórdão vergastado ao conjunto probatório. Contudo, o pretendido reexame da matéria de fato é vedado na via recursal eleita por força da Súmula 42/TNU.
10. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER o Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos da fundamentação.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.70.65.002018-7
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERENTE: JOSÉ JOEL PROENÇA PINTO
PROC./ADV.: BOGDAN OLIJNYK JÚNIOR
PROC./ADV.: BOGDAN OLIJNIK
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. DESAPOSENTAÇÃO. RESTITUIÇÃO DE VALORES. VALOR DA CAUSA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA 43/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de desaposentação, com a renúncia pela parte autora do benefício de aposentadoria especial de que é titular desde 05.03.1997.
2. Sentença de procedência do pedido.
3. Reforma da sentença pela 3ª Turma Recursal do Paraná, determinando a declinação de competência para a Vara Federal da Subseção em razão do valor da causa, ao argumento de que este deve contar a devolução dos valores do benefício que pretende o demandante renunciar, o que excederia a alçada de 60 salários-mínimos.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.
5. Alegação de que o acórdão é divergente da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e de precedente desta TNU segundo os quais é inexigível a devolução de valores nos pedidos de desaposentação.
6. Inadmissão do incidente pela Presidência da Turma Recursal de origem, ao argumento de que se trata de matéria processual.
7. Pedido de reconsideração na forma do RITNU.
8. Não obstante as alegações da parte autora em seu pedido de uniformização, não se pode olvidar que o cerne da controvérsia estabelecida nos autos gira em torno do valor da causa, matéria eminentemente de caráter processual, cujo conhecimento é vedado por força da Súmula 43/TNU.
9. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido, nos termos acima.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER o Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos da fundamentação.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505789-70.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DAS DORES RODRIGUES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. DEMONSTRAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO STJ. PARADIGMA IDENTIFICADO. CONTRADIÇÃO. MANUTENÇÃO DO NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE POR OUTROS FUNDAMENTOS. EMBARGOS CONEHCIDOS E ACOLHIDOS EM PARTE.
1. Cuida-se de ação na qual a parte autora objetiva a concessão de aposentadoria rural por idade.
2. Insurgindo-se contra acórdão da Turma Recursal do Ceará que reformou em parte a sentença para fixar a DIB na data do ajuizamento da ação, a parte autora interpôs pedido de uniformização.
3. Não conheceu esta TNU o recurso sob os seguintes fundamentos: (a) impossibilidade de configuração da divergência jurisprudencial através de paradigmas de Tribunais Regionais Federais e (b) não identificação do paradigma do Superior Tribunal de Justiça evocado pelo recorrente a fim de demonstrar a divergência com a jurisprudência dominante daquela Corte.
4. Oposição de embargos de declaração pela parte autora, apontando contradição no julgado, uma vez que no mesmo arquivo do incidente, após a peça, se encontraria a cópia da íntegra do paradigma do STJ.
5. Conheço os embargos, eis que tempestivos.
6. Assiste razão em parte ao embargante. Com efeito, em que pese na fundamentação do recurso não haja identificação do julgado do STJ apontado como paradigma, no mesmo arquivo, após o fim da peça, há cópia integral da decisão paradigmática. Portanto, não mais se justificaria o segundo fundamento mencionado no item 3 acima.
7. Contudo, não obstante estas considerações, entendo que subsistem razões para não conhecer o incidente. A fim de demonstrar a existência de jurisprudência dominante do STJ acerca da matéria controversa, a recorrente apresentou tão somente o REsp 976.483, proferido pela Quinta Turma. No entanto, para que se caracterize a jurisprudência dominante no STJ, mister a apresentação pelo recorrente de decisões proferidas por mais de uma Turma da Corte ou por uma Seção (reunião de duas Turmas) sobre a mesma matéria. Outra hipótese seria a prevista na Questão de Ordem nº 5 desta Turma Nacional, nos seguintes termos: "Um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte". No caso vertente, o paradigma evocado não atende a esses pressupostos. Outrossim, aparentemente o julgado em questão também não guardaria similitude fático-jurídica com a questão versada nos autos, visto que trata da hipótese de existência de mais de um requerimento administrativo.
8. Embargos de declaração conhecidos e parcialmente acolhidos, nos termos acima.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E, NO MÉRITO, ACOLHER EM PARTE os embargos de declaração interpostos pela parte embargante, nos termos da fundamentação.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.72.56.001630-8
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: CÁSSIO CONCELINDO BARROZO
PROC./ADV.: JÚLIO CÉSAR PEREIRA FURTADO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. TEMPO ESPECIAL. RECURSO DISSOCIADO DOS AUTOS. TESE INOVADORA. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 10/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, mediante o reconhecimento de diversos períodos como laborados em atividades especiais e sua conversão em tempo comum.
2. Sentença de parcial procedência do pedido.
3. Reforma parcial da sentença pela 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, tão somente para conceder à parte autora o benefício da assistência judiciária gratuita.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.
5. Alegação de que o acórdão é divergente da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça quanto a possibilidade de conversão de tempo especial em comum após 28.05.1998, bem como de reconhecimento de atividade especial pela exposição ao agente ruído e pelo enquadramento por categoria profissional.
6. Incidente inadmitido pela Presidência da Turma Recursal de origem, pois seu seguimento importaria em reexame da matéria de fato.
7. Inicialmente, cumpre ressaltar que no recurso inominado dirigido à Turma Recursal de Santa Catarina a parte autora insurge-se apenas contra o indeferimento do benefício da assistência judiciária gratuita e a limitação da conversão de tempo especial em comum a 28.05.1998. Ocorre que a sentença não procedeu a essa limitação, tendo deixado de reconhecer períodos posteriores a esse marco em razão de outros motivos. Assim, não se pode conhecer o incidente nesse particular, eis que ausente divergência jurisprudencial.
8. Já quanto aos demais argumentos do pedido de uniformização, aplicável a Questão de Ordem 10/TNU, in verbis: "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".
9. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER o Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos da fundamentação.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.71.58.002686-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: REGIANE DE FATIMA FELIX MORATO
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. TEMPO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DISSENSO JURISPRUDENCIAL. PRECEDENTES DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL E DE TURMA RECURSAL DA MESMA REGIÃO. TESE INOVADORA. QUESTÃO DE ORDEM 10/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição mediante o reconhecimento de tempo especial e sua conversão em tempo comum.
2. Sentença de improcedência do pedido, não reconhecendo a especialidade dos períodos requeridos na inicial sob fundamento de ausência de exposição habitual e permanente a agentes nocivos, de prova documental emitida por sindicato da categoria e não por representante da empresa, bem como de nível de ruído inferior ao limite de tolerância previsto nos decretos regulamentadores da atividade especial.
3. Manutenção da sentença pela 1ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 46 da Lei nº 9.099/95.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.
5. Alegação de que o acórdão é divergente de julgados do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina quanto a necessidade de realização de perícia técnica, bem como de precedente da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região quanto a possibilidade de conversão de tempo especial em comum após 28.05.1998.
6. Incidente inadmitido pela Presidência da Turma Recursal de origem.
7. Pedido de reconsideração na forma do RITNU.
8. O incidente não pode ser conhecido, pelas razões que passo a expor.
9. Inicialmente, cumpre salientar que julgados de Tribunais Regionais Federais, bem como paradigmas de Turmas Recursais da mesma região, não se prestam a configurar a divergência jurisprudencial necessária, ante a ausência de previsão legal para tanto no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01. E a recorrente suscita divergência apenas em relação a essas espécies de paradigmas.
10. Outrossim, no que tange ao tópico da possibilidade de conversão de tempo comum em especial após 28.05.1998, verifico que a matéria não foi objeto do recurso inominado da parte autora, fazendo incidir a Questão de Ordem 10/TNU, tampouco foi fundamento do juízo de improcedência da sentença, mantida pelos próprios fundamentos pelo acórdão.
11. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER o Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos da fundamentação.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0517988-96.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA FRANCINEIDE PEREIRA BARBOSA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
PROC./ADV.: ALYSSANDRA DE PAIVA PINHEIRO T. LIMA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS PARADIGMAS EVOCADOS. QUESTÃO DE ORDEM 22/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de concessão aposentadoria rural por idade.
2. Sentença de improcedência do pedido, sob fundamento de que a demandante não teria respondido quase nenhum dos questionamentos do juiz em audiência a respeito das lides rurais, bem como, em inspeção judicial, não teriam sido verificadas na autora características físicas próprias dos trabalhadores campesinos.
3. Manutenção da sentença pela 2ª Turma Recursal do Ceará, nos termos do art. 46 da Lei nº 9.099/95.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.
5. Alegação de que o acórdão é divergente de diversos julgados e súmulas no tocante a possibilidade de consideração de certos documentos como início de prova material do labor rural em regime de economia familiar.
6. Incidente inadmitido pela Presidência da Turma Recursal de origem, pois seu seguimento importaria em reexame de matéria de fato.
7. Pedido de reconsideração, na forma do RITNU.
8. Como se percebe pelo descrito nos itens 2 e 5 acima, os paradigmas evocados pelo recorrente não guardam similitude fático-jurídica com o acórdão recorrido. Aplicação da Questão de Ordem 22/TNU.
9. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER o Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos da fundamentação.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505540-39.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: EPITÁCIO PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DIRIGIDO À TURMA REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. ERRO MATERIAL. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. EMBARGOS CONHECIDOS E ACOLHIDOS.
1. Cuida-se de ação na qual a parte autora objetiva a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição mediante o reconhecimento de exercício de atividades especiais e sua conversão em tempo comum.
2. Insurgindo-se contra acórdão da 1ª Turma Recursal de Pernambuco que manteve, na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/95, a sentença pelos próprios fundamentos, a parte autora interpôs pedido de uniformização de jurisprudência regional, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 5ª Região.
3. Tendo a Presidência da Turma Recursal de origem recebido o recurso como incidente de uniformização nacional e remetido a esta TNU, este Colegiado não conheceu o recurso.
4. Oposição de embargos de declaração pela parte autora, apontando erro material no envio do recurso a esta TNU.
5. Conheço os embargos, eis que tempestivos.
6. Assiste razão ao embargante. Com efeito, o incidente de uniformização interposto pela parte autora foi claramente direcionado à Turma Regional de Uniformização da 5ª Região, não havendo motivo para que o recorrente reste prejudicado pelo equívoco na remessa dos autos a TNU.
7. Assim, com fulcro no art. 463, I, do CPC, voto por tornar sem efeito o julgamento dos presentes autos na sessão do dia 16.08.2012, determinando o retorno dos autos à Presidência da Turma Recursal de origem para correta remessa dos mesmos à Turma Regional de Uniformização da 5ª Região.
8. Embargos de declaração conhecidos e acolhidos.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E, NO MÉRITO, ACOLHER os embargos de declaração interpostos pela parte embargante, nos termos da fundamentação.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002782-27.2012.4.04.7015
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ALCEU AUGUSTO RIBEIRO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.TEMPO ESPECIAL. ELETRICIDADE. PERÍODOS POSTERIORES AO DECRETO Nº 2.172/97. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE DO STJ RESP N. 1.306.113/SC. INCIDENTE PARCIALMENTE CONHECIDO EM PARTE E PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Pedido de revisão de aposentadoria por tempo de contribuição, mediante o reconhecimento de atividade especial no período de 14.08.1978 a 29.05.2000 e sua conversão em tempo comum.
2. Sentença de improcedência do pedido.
3. Reforma parcial da sentença pela 2ª Turma Recursal do Paraná, reconhecendo a especialidade do período de 01.03.1981 a 05.03.1997. Por outro lado, deixou o Colegiado de reconhecer os lapsos de 14.08.1978 a 28.02.1981 e de 04.04.2000 a 29.05.2000 ao argumento de que, "até o momento, não foi apresentado nenhum documento relativo ao período, seja na esfera administrativa, seja na esfera judicial, porquanto o formulário DSS8030, refere-se apenas ao intervalo compreendido entre 1º/03/1981 a 03/04/2000 (FORM11, evento 02)". Também não houve reconhecimento do período de 06.03.1997 a 03.04.2000 sob fundamento de que o Decreto nº 2.172/97 não mais previu a eletricidade como agente nocivo. Aplicou, por fim, os critérios de juros de mora e correção monetária previstos na Lei nº 11.960/2009.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.
5. Alegação de que o acórdão é divergente da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual (a) é desnecessário o prévio requerimento administrativo para a revisão de benefícios previdenciários, (b) é possível o reconhecimento da especialidade de período em que a exposição se deu a agente nocivo não mais previsto no rol dos decretos regulamentadores da atividade especial e (c) as regras da Lei nº 11.960/2009 não se aplicariam às ações ajuizadas antes de sua entrada em vigor.
6. Inadmissão do incidente pela Presidência da Turma Recursal de origem.
7. Pedido de reconsideração na forma do RITNU.
8. Não pode ser conhecido o incidente em relação à divergência suscitada quanto ao prévio requerimento administrativo, por carecerem os paradigmas evocados de similitude fático-jurídica com o acórdão recorrido. Com efeito, este deixou de reconhecer os períodos de 14.08.1978 a 28.02.1981 e de 04.04.2000 a 29.05.2000 porque a prova documental (DSS 8030), seja no âmbito administrativo ou judicial, simplesmente não diz respeito a esses períodos. Portanto, o fundamento é a ausência de prova, e não a necessidade de prévio requerimento na esfera administrativa. Aplicação da Questão de Ordem 22/TNU.
9. Melhor sorte não assiste a alegação de que os critérios de juros de mora e correção monetária previstos na Lei nº 11.960/2009 não se aplicariam às ações ajuizadas antes de sua entrada em vigor. Todavia, o STJ já se manifestou que tais regras têm aplicação imediata, conforme segue: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. VERBAS REMUNERATÓRIAS. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA DEVIDOS PELA FAZENDA PÚBLICA. LEI 11.960/09, QUE ALTEROU O ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/97. NATUREZA PROCESSUAL. APLICAÇÃO IMEDIATA AOS PROCESSOS EM CURSO QUANDO DA SUA VIGÊNCIA. EFEITO RETROATIVO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de aplicação imediata às ações em curso da Lei 11.960/09, que veio alterar a redação do artigo 1º-F da Lei 9.494/97, para disciplinar os critérios de correção monetária e de juros de mora a serem observados nas "condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza", quais sejam, "os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança". 2. A Corte Especial, em sessão de 18.06.2011, por ocasião do julgamento dos EREsp n. 1.207.197/RS, entendeu por bem alterar entendimento até então adotado, firmando posição no sentido de que a Lei 11.960/2009, a qual traz novo regramento concernente à atualização

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

monetária e aos juros de mora devidos pela Fazenda Pública, deve ser aplicada, de imediato, aos processos em andamento, sem, contudo, retroagir a período anterior à sua vigência. 3. Nesse mesmo sentido já se manifestou o Supremo Tribunal Federal, ao decidir que a Lei 9.494/97, alterada pela Medida Provisória n. 2.180-35/2001, que também tratava de consectário da condenação (juros de mora), devia ser aplicada imediatamente aos feitos em curso. 4. Assim, os valores resultantes de condenações proferidas contra a Fazenda Pública após a entrada em vigor da Lei 11.960/09 devem observar os critérios de atualização (correção monetária e juros) nela disciplinados, enquanto vigorarem. Por outro lado, no período anterior, tais acessórios deverão seguir os parâmetros definidos pela legislação então vigente. 5. No caso concreto, merece prosperar a insurgência da recorrente no que se refere à incidência do art. 5º da Lei n. 11.960/09 no período subsequente a 29/06/2009, data da edição da referida lei, ante o princípio do tempus regit actum. 6. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ. 7. Cessam os efeitos previstos no artigo 543-C do CPC em relação ao Recurso Especial Repetitivo n. 1.086.944/SP, que se referia tão somente às modificações legislativas impostas pela MP 2.180-35/01, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.494/97, alterada pela Lei 11.960/09, aqui tratada. 8. Recurso especial parcialmente provido para determinar, ao presente feito, a imediata aplicação do art. 5º da Lei 11.960/09, a partir de sua vigência, sem efeitos retroativos. (REsp 1205946/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2011, DJe 02/02/2012)". Assim, nesse particular, o acórdão está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.
10. Por outro lado, demonstrada a efetiva divergência quanto a possibilidade ou não de reconhecimento da especialidade de períodos posteriores ao Decreto nº 2.172/97 pela exposição ao agente nocivo eletricidade. Acerca da matéria, o Superior Tribunal de Justiça, em 14.11.2012, julgou improcedente o REsp nº 1.306.113/SC, recebido como representativo de controvérsia, no qual o INSS buscava a afirmação da tese de impossibilidade de reconhecimento de tempo especial posterior a 06.03.1997 com base no agente eletricidade. Embora o respectivo acórdão não tenha sido até o momento publicado, cabe a aplicação da tese lá firmada, conforme entende o próprio STJ, no seguinte sentido: "DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ADOÇÃO DE TESE FIRMADA EM RECURSO REPETITIVO. DESNECESSIDADE DO TRÂNSITO EM JULGADO.
É desnecessário o trânsito em julgado da decisão proferida em recurso especial submetido ao rito do art. 543-C do CPC para a adoção da tese nele firmada. Precedentes citados: AgRg no REsp 1.218.277-RS, DJe 13/12/2011; AgRg no REsp 1.095.152-RS, DJe 27/9/2010, e AgRg no AREsp 175.188-SC, DJe 22/8/2012. (EDcl no AgRg no Ag 1.067.829-PR, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 9/10/2012)".
11. Voto para conhecer em parte o presente incidente de uniformização e, na parte conhecida, afirmar a tese do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.306.113/SC de possibilidade de reconhecimento de tempo de serviço especial no qual o segurado esteve exposto ao agente nocivo eletricidade mesmo após a edição do Decreto nº 2.172/97.
12. Retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado.
13. Incidente de uniformização de jurisprudência parcialmente conhecido e, na parte conhecida, parcialmente provido, nos termos acima.

EMENTA

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER EM PARTE e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos da fundamentação.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5013883-06.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA APARECIDA VERRILO CANDREVA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. TEMPO ESPECIAL. HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA DA EXPOSIÇÃO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DO DISSENSO JURISPRUDENCIAL. PRECEDENTES DE TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS PARADIGMAS EVOCADOS. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de concessão aposentadoria por tempo de contribuição mediante o reconhecimento de tempo especial e sua conversão em tempo comum.
2. Sentença de parcial procedência do pedido.
3. Reforma parcial da sentença pela 2ª Turma Recursal do Paraná dando provimento ao recurso do INSS para afastar a especialidade do período de 21.08.1986 a 20.06.2004 ao argumento de que, "acerca da habitualidade e permanência, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu que não se exige a permanência da exposição ao agente nocivo para a atividade especial exercida antes de 28.04.1995, embora continue exigível a demonstração da habitualidade e não intermitência. (PEDILEF 00451510619827, JUÍZA FEDERAL JAQUELINE MICHELS BILHALVA, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 20/10/2008). No caso dos autos, contudo, não restou comprovada sequer a habitualidade e a não intermitência". Negou o Colegiado provimento ao recurso da parte autora, relativo ao período de 21.06.2004 a 31.01.2005, sob fundamento que "durante o afastamento em gozo de auxílio-doença não havia contato com os agentes nocivos que determinam a conversão de tempo especial em comum".
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.
5. Alegação de que o acórdão é divergente da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, precedentes desta TNU e julgados de Tribunais Regionais Federais, da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e das Turmas Recursais do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e da Bahia.
6. Incidente inadmitido pela Presidência da Turma Recursal de origem.
7. Pedido de reconsideração, na forma do RITNU.
8. Inicialmente, cumpre salientar que, nos ditames do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o incidente de uniformização nacional somente é cabível quando houver divergência entre turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade com a jurisprudência dominante do STJ. Assim, não conheço o recurso quanto as divergências suscitadas em relação aos julgados do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e das Turmas Recursais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
9. No tocante à irresignação da parte autora quanto ao período de 21.08.1986 a 20.06.2004, verifico que os paradigmas evocados (STJ e TNU) não guardam similitude fático-jurídica com o acórdão recorrido. Com efeito, enquanto aqueles asseveram que apenas a permanência não deve ser exigida anteriormente à Lei nº 9.032/95, remanescendo a necessidade de se demonstrar a habitualidade, este, conforme já visto no item 3 acima, refere que nem se quer a habitualidade da exposição restou demonstrada no caso concreto.
10. Melhor sorte não assiste a recorrente no que diz respeito ao alegado dissenso com o julgado da Turma Recursal da Bahia (2007.33.00703503-8), visto que não se observou o disposto na Questão de Ordem 03/TNU - "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte eletrônica (URL)".
10. Por fim, a suposta divergência relativa à possibilidade de reconhecimento da especialidade de períodos em que o segurado esteve em gozo de benefício por incapacidade encontra-se apoiada tão somente em paradigmas que não atendem ao disposto no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, conforma já explicitado no item 8.
11. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

EMENTA

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER o Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos da fundamentação.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.63.004191-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA NATALINA TREVISOL MUELLER
PROC./ADV.: JAIME VALDUGA GABBARDO
PROC./ADV.: FABIANO CESAR SIQUEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO RURAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. DESCARACTERIZAÇÃO PELO LABOR URBANO DE OUTRO INTEGRANTE DO NÚCLEO FAMILIAR. ANÁLISE SATISFATÓRIA DO CASO CONCRETO. ACÓRDÃO NO MESMO SENTIDO DO ENTENDIMENTO FIRMADO PELA TNU. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 13/TNU. SÚMULA 42/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de concessão de reconhecimento do período de 28.12.1972 a 31.10.1991 como laborado na agricultura em regime de economia familiar para fim de expedição de certidão de tempo de contribuição.
2. Sentença de parcial procedência do pedido, reconhecendo o lapso de 28.12.1972 a 18.12.1981, indeferindo o restante interstício posterior ao seu casamento pelo fato de seu cônjuge possuir vínculo urbano como professor. Na análise da indispensabilidade do labor rural para a manutenção da família, consignou o juízo monocrático que, "analisando a prova documental trazida ao feito - de forma especial as notas fiscais de entrada relativas à comercialização de frangos (fls. 07 e 08 do doc. PROCADM5 e fls. 01, 03 e 04 do doc. NFISCAL6, evento 1) no período de 1988 a 1991 - e considerando as informações prestadas pelas testemunhas ouvidas em Justificação Administrativa, de que o imóvel rural de propriedade dos sogros da requerente era explorado pelos próprios sogros e pela demandante, no qual o trabalho era voltado à produção de frangos e leite, resta claro que a receita proveniente da atividade rural não era indispensável ao sustento do grupo familiar da autora no período de 19/12/1981 a 31/10/1991, face à existência de uma outra fonte de renda, qual seja o trabalho do esposo como professor (doc. OUT1, fl.08, evento 13)".
3. Manutenção da sentença pela 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 46 da Lei nº 9.099/95.
4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.
5. Alegação de que o acórdão é divergente da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e de precedente desta TNU, segundo as quais o labor urbano de um dos integrantes do núcleo familiar não possui o condão, por si só, de descaracterizar o regime de economia familiar.
6. Incidente inadmitido pela Presidência da Turma Recursal de origem, pois seu seguimento importaria em reexame da matéria de fato.
7. Pedido de reconsideração na forma do RITNU.
8. Acerca da matéria controvertida, como frisou o próprio recorrente, esta TNU editou a Súmula 41, que assim prevê: "A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto". Entendo que a sentença, mantida pelos próprios fundamentos pelo acórdão recorrido, atentou à parte final do verbete acima, analisando satisfatoriamente o caso concreto e apresentando argumentos relevantes para afastar o regime de economia familiar. Reavaliar essa análise do conjunto probatório pelo magistrado singular encontra óbice na Súmula 42/TNU.
9. Portanto, o acórdão se encontra na mesma linha de entendimento deste Colegiado, motivo pelo qual se aplica o disposto na Questão de Ordem 13/TNU - "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
10. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido, nos termos acima.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER o Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos da fundamentação.
Brasília, 13 de novembro de 2012.

ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2004.61.84.008211-9
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOSÉ NEVES DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: RODRIGO DE BARROS GODOY
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

1.O acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto pela parte autora sob o fundamento de que os documentos apresentados no processo não poderiam ser considerados como inicio de prova material de atividade campesina.
2.O Recorrente alega que todo o período em que pleiteia o reconhecimento da atividade rural encontra-se devidamente provado nos autos, razão pela qual não há que se falar em ausência de requisitos. Assim, afirma que o acórdão impugnado encontra-se em contrariedade com a jurisprudência do STJ.
3Demonstrada a divergência entre o acórdão recorrido e o entendimento firmado pelo STJ no AgRg no REsp 661605/CE e no EResp 448813/CE, quanto a possibilidade de consideração da atividade rural do autor por meio do comprovante de pagamento de ITR em nome de João José da Silva, admito o Incidente de Uniformização relativamente a esta questão específica.
4.Isso porque a TNU já consolidou entendimento em sentido mais amplo, admitindo como início de prova material mesmo os documentos emitidos em nome de terceiro sem vínculo de parentesco com o requerente. Ressalva-se, porém, que a prova testemunhal deve estabelecer circunstanciadamente a correlação lógica entre o terceiro estranho ao grupo familiar (em nome de quem houver sido expedido o documento que se queira aproveitar) e o requerente (PEDILEF 2006.70.95.014573-0, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 28/7/2009; PEDILEF 2005.39.00.708920-0, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 29/05/2009).
5.Por outro lado, no que tange à aceitação da declaração de sindicato de trabalhadores rurais como início material de prova de atividade campesina, a jurisprudência dominante da TNU é contrária à admissão deste documento sem a homologação do INSS ou do Ministério Público. Precedentes: PEDIDO 2008.50.52.000507-2, Rel. Juiz Federal Alcides Saldanha Lima, DOU 24/05/2011; PEDIDO 2004.83.20.003767-0, Rel. Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port, Dou 13.10.2009; PEDIDO 2007.72.55.009096-5, Rel. Juiz Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, DJ 28/07/2009. Aplica-se a Questão de Ordem nº 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
6.O incidente de uniformização de jurisprudência pode fundar-se em demonstração de contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001). A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é vacilante a respeito da admissibilidade dessa modalidade de documento (declaração de sindicato dos trabalhadores rurais) como início de prova material. Há vários julgados da Corte em sentido contrário à aceitação desse documento para efeito de comprovação indiciária de exercício de atividade rural (AGREsp 852.514, Rel. Nilson Naves, DJ 18/12/2006; AGA 698.089, Rel. Paulo Galloti, DJ 25/9/2006, AGREsp 416.971,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Rel. Helio Quaglia, DJU 27/3/2006; AGREsp 739.339, Rel Arnaldo Lima, DJ 14/11/2005). Se os julgados indicados como paradigmas não representam a jurisprudência dominante da Corte, não cabe incidente de uniformização.
7.No que tange à declaração do diretor de escola, tal documento não foi analisado pelo acórdão recorrido. Assim, por força da Súmula 42 da TNU, não é admitido reexame de matéria de fato nesta via recursal.
8.Quanto ao contrato de comodato, apreciado pela Turma de origem, reputou-se não possuir valor probante suficiente para amparar a pretensão do autor. O acórdão recorrido considerou que "quanto ao contrato de comodato anexado, verifico que este tem, na realidade, conteúdo de declaração, pois o Sr. João José da Silva declara que o autor trabalha em sua propriedade, razão pela qual se trata de prova testemunhal". Não há divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material. Não cabe PU para reexaminar a prova.
9.Agravo regimental provido com vistas ao conhecimento do Pedido de Uniformização nos limites do que fora dito acima. Relativamente ao Incidente, concedo parcialmente provimento para: (a) reiterar o entendimento de que documento em nome de terceiro estranho ao grupo familiar pode servir como início de prova material de exercício de atividade rural em favor do requerente, desde que a prova testemunhal confirme o nome do terceiro e esclareça especificamente a correlação lógica entre o terceiro e o trabalho rural do requerente; (b) anular o acórdão recorrido; (c) determinar a devolução dos autos à Turma Recursal de origem para que retome o julgamento do recurso inominado interposto em face da sentença, a partir dos parâmetros aqui estabelecidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais dar provimento ao Agravo Regimental e prover parcialmente o Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília/DF, 14 de novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0070292-61.2004.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ANA CAROLINA PINEIRO NEIVA PIRES
PROC./ADV.: JOSÉ AVELINO DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. AUXILIO-DOENÇA. RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1.O acórdão paradigma do STJ decidiu ser devida a devolução dos valores recolhidos a título de contribuição previdenciária por segurado facultativo em hipótese na qual houve indevido indeferimento de requerimento administrativo de aposentadoria. Considerou-se particularmente que o recolhimento das contribuições teve como escopo acautelar o contribuinte contra os prejuízos que poderiam advir de sua eventual inércia após a prolação da questionada decisão administrativa, como a perda da condição de segurado e sujeição a novo período de carência.
2.Já no caso do acórdão recorrido, o recolhimento das contribuições começou a ser feito após o deferimento de auxílio-doença e com a finalidade de majorar a renda mensal de futuro benefício. O recolhimento não foi efetuado com a intenção de preservar qualidade de segurado, porque o requerente estava recebendo benefício de auxílio-doença. Não há similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados.
3.Para a identificação da divergência jurisprudencial, é essencial que entre o acórdão impugnado e o paradigma haja idêntica base fática, sob pena de gerar uma distorção na uniformização que se pretende fazer.
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2006.71.53.000257-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALCIDES SOARES
PROC./ADV.: CÉSAR JOSÉ BERGUENMAIER HOLANDA
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR. AUXÍLIO-INVALIDEZ EQUIPARADO AO SOLDO DO SOLDADO ENGAJADO. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131/00. PORTARIA NORMATIVA Nº 406/04. ILEGALIDADE. REPRISTINAÇÃO DE LEGISLAÇÃO REVOGADA. PORTARIA NORMATIVA Nº 901. RESTAURAÇÃO DA LEGALIDADE.
1.O acórdão recorrido decidiu que a MP nº 2.131/2000, que alterou a forma de cálculo do auxílio-invalidez, teve aplicação imediata e, por ausência de direito adquirido a regime jurídico, alcançou os benefícios concedidos anteriormente a sua edição.
2.O requerente arguiu divergência com acórdão paradigma do STJ, que considerou imprescindível a instauração do devido processo administrativo como condição para a prática do ato que alterou a fórmula de pagamento do auxílio-invalidez. O acórdão recorrido, porém, não tratou dessa questão. Logo, não se instaurou divergência jurisprudencial em torno da questão.
3.O requerente também arguiu divergência jurisprudencial quanto à violação do princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos. E procurou demonstrar que, no seu caso específico, a redução do valor do auxílio-invalidez importou redução do valor nominal da remuneração. Sobre essa questão, o acórdão recorrido considerou que a comprovação de que a MP nº 2.131/00 teria acarretado redução do total da remuneração justificaria a procedência do pleito. Entretanto, o julgado considerou que o autor não comprovou o fato constitutivo do direito. A motivação do acórdão recorrido está ancorada na falta de comprovação da redução do valor total da remuneração. Essa premissa não pode ser revisada, porque, de acordo com art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, compete à TNU apenas resolver divergência em torno de questões de direito material. E exame de fatos e valoração da prova constituem matéria processual. Aplica-se a Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
4.A jurisprudência pátria é uníssona com relação ao entendimento de inexistência de direito adquirido a regime jurídico específico por parte dos servidores públicos. A única garantia constitucional da qual usufruem é a de ausência de possibilidade de mudança estrutural que implique redução vencimental.
5.A Medida Provisória nº 2.131/00 não implicou redução dos proventos dos militares reformados por invalidez, globalmente considerados, embora tenha diminuído o valor de uma de suas parcelas, o auxílio-invalidez. A essa parcela deixou-se de prever a equiparação ao valor do soldo de cabo engajado, com aumento das outras que compõem a remuneração, que não foi, por este motivo, reduzida. Legalidade e constitucionalidade desse diploma legal.
6.A Portaria Normativa nº 406/04, que dispôs sobre uma nova equiparação do auxílio-invalidez ao valor do soldo de cabo engajado, é manifestamente irregular, por criar garantia sem amparo em lei, repristinando norma anteriormente veiculada na Lei nº 8.23/91, revogada pela Medida Provisória nº 2.131/00. Não se revela como instrumento normativo com aptidão para os fins a que se propõe, já que ofende o princípio da legalidade.
7.O fato de a Portaria Ministerial nº 406/04 ter equivocadamente veiculado determinação desamparada de apoio normativo não pode garantir a incorporação de direito ao patrimônio dos militares. A Portaria Normativa nº 901, de 1º/08/2005, apenas restaurou a regularidade do pagamento de auxílio-invalidez, determinando sua adequação às normas legais vigentes através da revogação da Portaria nº 406.
8.Incidente improvido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais negar provimento ao incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501184-89.2006.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA HELENA OLIVEIRA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
PROC./ADV.: FRANCISCO RONALDO V. MARTINS
OAB: CE-8008
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
2.A arguição de notoriedade do entendimento jurisprudencial paradigmático não dispensa o cotejo analítico.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2006.63.04.002797-8
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IRACEMA NADUR FERMIANO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL NO PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO OU AO IMPLEMENTO DO REQUISITO ETÁRIO. POSIÇÃO CONSOLIDADA PELO STJ. PRECEDENTES DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
1.Pedido de concessão de aposentadoria rural por idade.
2.Sentença de primeiro grau, mantida pela 1ª Turma Recursal de São Paulo, entendeu pela procedência do pedido, em que pese a parte autora tenha deixado as atividades rurais em 1972 e tenha implementado o requisito etário em 05/1999.
3.Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, sob a alegação de que o acórdão é divergente da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual a demandante deve demonstrar o exercício de atividades rurais no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo. Presentes os requisitos de admissibilidade.
4.No mérito, é caso de incidência da Súmula 54 deste colegiado: "Para a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, o tempo de exercício de atividade equivalente à carência deve ser aferido no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou à data do implemento da idade mínima". Também pacificado o entendimento da inaplicabilidade da Lei nº 10.666/03 às aposentadorias rurais por idade, consoante decisão do eg. STJ, no julgamento da Pet 7476 (PEDILEF 00040502020044025050, JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 27/04/2012.)". No mesmo sentido os PEDILEF 200663040027905, 200771950237679, 200850530006802 e 200838007017240.
5.Reafirmação do entendimento da Turma Nacional de Uniformização no sentido de que, para fim de concessão de aposentadoria rural por idade o segurado deverá comprovar sua qualidade de segurado especial no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou ao implemento do requisito etário, não sendo possível estender-lhe a aplicação das disposições da Lei nº 10.666/03 quanto à dissociação dos requisitos idade e carência.
6.Determinação do retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado.
7.Incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e parcialmente provido, nos termos acima.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar parcial provimento ao Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro-RJ, 6 dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0507284-63.2006.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS GOMES MACIEL
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COM ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO.
1.O acórdão recorrido considerou que a parte autora não trouxe aos autos prova material hábil a atestar o labor agrícola no período de carência exigido pela legislação. Considerou também que no depoimento pessoal a parte autora não demonstrou conhecimentos ínsitos ao de agricultora, pois "afirmou, de forma equivocada, que o período entre a plantação e a colheita do milho e do feijão era de 60 dias e 06 meses, respectivamente. Além disso, asseverou que um pé de milho pode dar até cinco espigas (4 boas e 1 ruim), o que é inviável pelas técnicas comum. Outrossim, apenas, para fins de eventual conhecimento pelas instâncias recursais, percebi, em inspeção judicial, nos termos do art. 35, parágrafo único da Lei nº 9.099/95, que as mãos da autora não eram calejadas.".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2.A requerente interpôs incidente de uniformização arguindo divergência jurisprudencial. Identificou pelo número do processo alguns julgados do STJ e da TNU, além de ementas de TRFs que serviriam como paradigmas do entendimento divergente. Entretanto, a petição não transcreveu os trechos dos acórdãos paradigmas que sustentariam o entendimento divergente, apenas anexou o inteiro teor do acórdão.
3.Inicialmente, anoto que decisões de Tribunais Regionais Federais ou de Juizados Especiais Federais não servem como paradigmas para fins de exame de admissibilidade de incidente de uniformização (art. 14, § 2º da Lei n. 10.259/01)
4.No mais, o art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
5.A arguição de notoriedade do entendimento jurisprudencial paradigmático não dispensa o cotejo analítico.
6.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500385-40.2006.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MACILENE RODRIGUES DA COSTA
PROC./ADV.: REJÂNIA GOMES DE SOUSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. DESRESPEITO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NULIDADE DO ACÓRDÃO.
O acórdão recorrido considerou que os documentos exibidos não eram suficientes para formar início de prova material do exercício de atividade rural. Não explicou, porém, os motivos pelos quais os documentos não seriam idôneos. Não foi feita análise casuística dos documentos que instruíram a petição inicial em confronto com as razões suscitadas no recurso inominado interposto contra a sentença. O acórdão recorrido, padronizado e genérico, não atentou para as especificidades do caso concreto.
3. A concisão na exposição dos fundamentos, técnica apropriada ao modelo jurisdicional dos Juizados Especiais Federais, não se confunde com a ausência ou deficiência na fundamentação do julgado. Transtorna o devido processo legal o acórdão recorrido quando se apresenta como modelo inflexível, insensível às particularidades do caso concreto (TNU, PEDIDO 2004.81.10.018124-8, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 11/03/2010).
4. A adoção de premissas não afasta o dever de análise concreta de cada prova potencialmente relevante para a formação do convencimento do julgador, de forma a viabilizar o verdadeiro exercício da defesa do sucumbente, na qual está compreendida a faculdade de impugnação recursal da decisão (TNU, PEDIDO 2003.81.10.027644-9, Rel. Juiz Federal Derivaldo Bezerra Filho, DJ 05/05/2010).
5. Decisões que genericamente afastam o valor probatório de documentos sem promover sua expressa identificação ou trazer os motivos existentes para essa desconsideração equivalem à negativa de prestação jurisdicional, caracterizando vício de julgamento por infringência ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal (TNU, PEDIDO 2004.81.10.018865-6, Rel. Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, DOU 08/04/2011).
6. A deficiência da motivação do acórdão recorrido frustra a aferição de efetiva divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material.
7. Acórdão recorrido anulado de ofício, com retorno dos autos à Turma Recursal de origem para novo julgamento. Prejudicado o incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais anular o acórdão recorrido e declarar prejudicado o incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503869-63.2006.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RENATA GARCES SOUZA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INADMISSIBILIDADE. PARADIGMAS DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE.
1.Para demonstrar divergência jurisprudencial, foram apontados dois acórdãos paradigmas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e Súmula do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal.
2.Decisões de Tribunais Regionais Federais não servem como paradigmas para fins de exame de admissibilidade de incidente de uniformização (art. 14, § 2º da Lei n. 10.259/01).
3.Agravo Regimental não provido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não prover o agravo regimental.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.70.55.000020-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ALDA ERINA FAEDO FERNANDES
PROC./ADV.: JACEGUAY FEUERSCHUETTE DE LAURINDO RIBAS
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA INTERPOSTO PELO AUTOR. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. ACÓRDÃO PARADIGMA SEM INDICAÇÃO DE FONTE.
1.A autora arguiu divergência jurisprudencial em torno da interpretação da Lei 11.090/05 (GDARA), onde busca a reforma da decisão da Turma Recursal que manteve a concessão da GDARA em 60 pontos somente no período compreendido entre a implementação da gratificação e a portaria que regulamentou as avaliações. Ocorre que o acórdão paradigma foi apresentado em petição apartada, mas sem indicação da fonte de onde foi extraído.
2.Quando o incidente de uniformização de jurisprudência questiona divergência entre acórdãos prolatados por Turmas Recursais de diferentes Regiões, ao requerente incumbe o ônus de carrear aos autos a íntegra dos julgados apontados como paradigmas. Trata-se de ônus da parte, que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem nº 3 da TNU.
3.O requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Não basta a mera transcrição do inteiro teor do acórdão paradigma no corpo da petição de uniformização ou apresentação de cópia do acórdão. Trata-se de exigência formal que, além de permitir a verificação da divergência apontada, visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas.
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.72.57.005300-7
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JANIO WIGGERS OENNING
PROC./ADV.: VALMIR MEURER IZIDORIO
PROC./ADV.: MAICON SCHMOELLER FERNANDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL. ATIVIDADE URBANA DE MEMBRO DA FAMÍLIA. DESCARACTERIZAÇÃO DE REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1.O autor postulava o reconhecimento do exercício da atividade rural em regime de economia familiar no período de 01/01/73 a 30/09/77. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, reconhecendo apenas o período de 01/01/73 a 30/11/74. O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos.
2.O autor alegou que o acórdão recorrido contrariou o entendimento de que a atividade urbana de um dos membros da família não descaracteriza o regime de economia familiar. O acórdão recorrido realmente levou em conta o fato de que o pai do autor possuía um bar e que também trabalhava como carpinteiro, mas não foi esse o único fator para negar a averbação de tempo de serviço rural a partir de 1975. Considerou-se que ocorreu a venda da propriedade rural da família em 06/03/74, que o pai do autor começou a recolher contribuições em atividade urbana em 01/12/74 e que os testemunhos demonstraram o exercício da atividade urbana. Com base em ampla valoração do conjunto probatório, concluiu-se que a família deixou de viver da agricultura após 30/11/74, porque é regra que o vendedor das terras permanece nelas até a colheita das culturas plantadas.
3.Portanto, a conclusão firmada no acórdão recorrido foi a de que toda a família, e não só o pai do autor, parou de exercer atividade rural. Logo, falta similitude fática com o acórdão paradigma, prejudicando a demonstração de divergência jurisprudencial.
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.63.006132-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DELESIA TECHIO BATTAGLIA
PROC./ADV.: MAURÍCIO FERRON
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PROCESSUAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. REQUISITOS. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. CARÊNCIA. SÚMULA N. 42. QUESTÃO DE ORDEM N. 29. OFENSA INEXISTENTE.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora contra acórdão que manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por idade rural ao entendimento de que os documentos juntados aos autos não são suficientes para comprovar o exercício de atividade da autora nos moldes previstos nos artigos 39, 48, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91.
2.Requer o reconhecimento do pedido de uniformização, sob a argumentação de que preenche os requisitos legais para a concessão da aposentadoria por idade rural.
3.Aduz que a decisão recorrida contraria a jurisprudência dominante do STJ, desta TNU, bem como da Turma Recursal de São Paulo, do Paraná e de Minas Gerais.
4.A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais.
5.No caso, a recorrente pretende nova análise dos fatos que geraram o não reconhecimento da atividade rural, pelo tempo necessário para implementação do benefício.
6.Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
7.Incidente de uniformização não conhecido, com aplicação da Questão de Ordem n. 29: "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem" (aprovada na Sessão de 11/10/2011).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.54.003557-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ODILA COLET SMALTI
PROC./ADV.: MAURÍCIO FERRON
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PROCESSO CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. TRABALHADOR RURAL. VALORAÇÃO DA PROVA MATERIAL E TESTEMUNHAL PRODUZIDA. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 42 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1.A autora pretende a modificação do acórdão que manteve a sentença de improcedência, ao argumento de que não há a necessidade de a comprovação do labor rural ser imediatamente anterior ao requerimento administrativo.
2.Muito embora a sentença de 1º grau tenha considerado que o período de labor rural da autora não a torna apta ao recebimento do benefício, o juízo em sua sentença, não se manteve adstrito a este fator. Pesou em sua decisão, mantida pela Turma Recursal, o fato de restar comprovado que desde o ano de 2000 a autora reside em área urbana, bem como ser seu marido funcionário municipal e sua filha possuir ocupação não campesina.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3.Deste modo, o cerne da questão do pedido apresentado infere-se na valoração das provas apresentadas não sendo possível a este Colegiado se manifestar, uma vez que tal procedimento implicaria inevitavelmente o reexame vedado pelo enunciado de n. 42 desta Turma: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
4. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.54.004817-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): BENITO UMBERTO BALBINOT
PROC./ADV.: MAURICIO FERRON
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. SENTENÇA INDEFERITÓRIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO SUL. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DA SÚMULA 54 DA TNU. INAPLICABILIDADE DA LEI N.10.666/03.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora contra acórdão que manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por idade rural ao entendimento de que os documentos juntados aos autos não são suficientes para comprovar a carência mínima exigida de 156 meses, no período imediatamente anterior ao requerimento ocorrido no ano de 2007.
2.Requer o reconhecimento do direito ao benefício, invocando, dentre outros, a aplicação das Leis 11.718/2008, 10.666/2003 e o princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios. Aponta paradigmas do STJ e da Turma Nacional de Uniformização.
3. A sentença de primeiro grau, ratificada por seus próprios fundamentos em sede recursal, não considerou cumprido o período de 156 meses de carência que seriam necessários para a concessão da aposentadoria por idade rural ao recorrente, com base nos seguintes fundamentos:
a) Os documentos pessoais ou de parentes apresentados pelo autor são todos muito anteriores ao período de carência que pretende comprovar, compreendendo o ano de 1963 até 1975;
b) o documento mais próximo ao período de carência é do ano de 2006 (contrato de arrendamento);
c) as notas fiscais apresentadas são dos anos 2006 e 2007.
d) o autor afirmou que trabalhou na agricultura até meados de 1981, retornando apenas no ano de 2006.
4.No mérito, verifico que a análise do caso realizada pela sentença de 1º grau, mantida por seus próprios fundamentos pelo acórdão impugnado, foi correta, uma vez que, do período imediatamente anterior ao requerimento administrativo constam apenas documentos dos anos de 2006 e 2007. Ainda considerando o requisito etário ocorrido em 2000, não seria possível sua aceitação, pois todos em data posterior e não imediatamente anterior, conforme entendimento jurisprudencial do STJ e desta TNU.
5.Também pacificado o entendimento da inaplicabilidade da Lei nº 10.666/03 às aposentadorias rurais por idade, consoante decisão do eg. STJ, no julgamento da Pet 7476 (PEDILEF 00040502020044025050, JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 27/04/2012.)". No mesmo sentido os PEDILEF 200663040027905, 200771950237679, 200850530006802 e 200838007017240.
6.A Súmula 14 da TNU prevê que para a concessão de aposentadoria rural por idade, não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício, no entanto, as provas apresentadas para o período de exigência são frágeis demais para equivaler ao total de 156 meses de carência, como quer fazer valer o recorrente.
7.Além disso, a teor do disposto no Art. 143 da Lei nº 8.213/91, bem como da Súmula 54 desta TNU: "Para a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, o tempo de exercício de atividade equivalente à carência deve ser aferido no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou à data do implemento da idade mínima." Previsão legal não observada no caso concreto, por não haver outros documentos para complementar o período que se pretende comprovar.
8.Incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e não provido nos termos acima.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecido e não provido o Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro/RJ, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.55.001934-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VITOR SOLANO LOPES DA SILVEIRA
PROC./ADV.: EDMILSO MICHELON
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RURÍCULA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. DOCUMENTOS NÃO CONTEMPORÂNEOS AO PERÍODO POSTULADO. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. QUESTÃO DE ORDEM Nº. 13 DA TNU.
1.O acórdão recorrido, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos, considerou que as provas apresentadas são suficientes para caracterizar o início de prova material, reconhecendo como efetivo exercício de atividade rural o trabalho desempenhado entre 28.07.1965 e 31.12.1972.
2.O Recorrente alega que o acórdão impugnado ofendeu a legislação previdenciária, que impõe, para o reconhecimento de início de prova material, a contemporaneidade do documento em relação ao período de exercício rural. Aduz divergência entre o acórdão recorrido e a jurisprudência do STJ (REsp. 434.015).
3. Sem razão, entretanto, o Recorrente. Com efeito, certidões do registro civil (nascimento, casamento ou óbito) em nome do segurado ou de outro membro do grupo familiar, ou mesmo em nome de terceiros, desde que neste caso, haja ratificação pela prova testemunhal de modo ainda mais robusto, servem como início de prova material, independentemente de serem contemporâneos aos fatos que se pretendem comprovar. Precedente desta TNU (PEDILEF 200670950141890)". (PEDILEF 200932007044100, Relator(a) JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, Data da Decisão 14/06/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 22/07/2011, SEÇÃO 1).
4.Aplica-se, assim, a Questão de Ordem nº. 13 (Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido).
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro/RJ, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.55.003105-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NELSON DOLEYS MOREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RURÍCULA. DESNECESSIDADE DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. EQUIPARAÇÃO AO BÓIA-FRIA. EXCLUSIVIDADE DE PROVA TESTEMUNHAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM Nº. 22.
1.O acórdão recorrido considerou que as provas apresentadas não são suficientes para caracterizar o inicio de prova material de exercício de labor rural entre 01.01.1965 e 13.03.1971. Reputou-se que "a documentação em nome do pai é posterior ao período postulado, além de não comprovar o efetivo exercício das lides rurais. Destarte, ante a insuficiência de prova material apresentada, não merece reparos a sentença proferida, nesse ponto".
2.O Recorrente alega que, em termos de comprovação de atividade rural, deve ser equiparado ao trabalhador bóia-fria, sendo dispensada a apresentação de documentos pertinentes ao labor rurícula, bastando, para tanto, a declaração das testemunhas nesse sentido. Aduz divergência entre o acórdão recorrido e a jurisprudência do STJ (REso 201000214094) e a do TRF da 4ª Região - a qual não se presta como paradigma para efeito de julgamento de Incidente de Uniformização.
3. Em verdade, não há similitude fático-jurídica entre o acórdão paradigma do STJ e o acórdão impugnado. Naquele, houve a juntada aos autos de declaração do sindicato dos trabalhadores rurais, acompanhada de robusta prova testemunhal que ratificou os termos do documento. Por outro lado, na hipótese presente, conforme o próprio Recorrente alega, não se deve exigir prova documental dada as peculiaridades do caso concreto, motivo pelo qual se pugnou pelo reconhecimento do exercício do trabalho rural exclusivamente por meio das declarações das testemunhas. Distintos são os contextos apresentados.
4.Aplica-se, assim, a Questão de Ordem nº. 22 (É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma).
5.Apreciar as razões recursais demandaria nova análise do acervo probatório produzido neste processo, o que não é admitido por força da Súmula 42 da TNU (Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato).
6.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro/ RJ, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0506516-94.2007.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA CLARICE DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE JURÍDICA ENTRE OS PARADIGMAS APONTADOS E O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 22 DA TNU. FALTA DE COMPROVAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.
1.Trata-se de pedido uniformização acerca do entendimento relativo às provas consideradas hábeis à caracterização da condição de segurado especial.
2.A sentença julgou improcedente a demanda, reconhecendo a ocorrência da prescrição. O acórdão impugnado, por sua vez, negou provimento ao recurso, confirmando a sentença.
3.Os acórdãos paradigmas trazidos pela parte autora, tratam exclusivamente da comprovação da condição de segurado especial, enquanto o acórdão recorrido abordou, exclusivamente, a ocorrência da prescrição, não contrariando os paradigmas apresentados.
4.Ante a ausência de similitude jurídica entre os acórdãos confrontados e de divergência jurisprudencial em torno de matéria de direito, cabe a aplicação da questão de ordem nº 22 da TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma. (Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)."
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503892-48.2007.4.05.8305
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MIRELE CRISTINE DOS SANTOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 42 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pela recorrente, sob o fundamento de que a sentença, bem como o acórdão impugnado, divergem do entendimento do STJ no tocante à valoração das provas juntadas aos autos, para a comprovação do exercício da atividade rural pela parte autora.
2.A autora colacionou julgados do STJ (REsp 553.755/CE, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 16.02.2004, AGREsp 945696/SP, Sexta Turma, 11.09.2007, REsp 960.429/CE, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, DJ 10.09.2007) que demonstram alguns documentos que constituem início de prova material, a exemplo das declarações do empregador e do sindicato dos trabalhadores rurais, título de eleitor, certificado de reservista, entre outros.
3.Ocorre que os fundamentos da sentença e do acórdão não fazem alusão à simples rejeição dos documentos apresentados, como pretende demonstrar a recorrente, e sim à impossibilidade de considerar como início de prova material, documentos que foram produzidos após o parto. Quanto a este ponto específico que constitui o cerne da questão, nenhuma divergência foi apontada.
4.Deste modo, os precedentes carreados pela recorrente não guardam similitude fático-jurídica com o acórdão vergastado, o que determina a aplicação da Questão de Ordem nº. 22 da TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.
5.Pedido de uniformização não conhecido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500880-56.2007.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA EUDENIR VIEIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
PROC./ADV.: ALYSSANDRA DE P. PINHEIRO T. LIMA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
2.A arguição de notoriedade do entendimento jurisprudencial paradigmático não dispensa o cotejo analítico.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.58.014445-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): DÉBORA BEATRIZ DA SILVEIRA HELDT
PROC./ADV.: MARCOS LAGUNA PEREIRA
OAB: RS-58394
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

ADMINISTRATIVO. INCORPORAÇÃO DA DIFERENÇA DE 11,98% SOBRE A GRATIFICAÇÃO MENSAL RECEBIDA PELA JUSTIÇA ELEITORAL. PRESCRIÇÃO DE PARCELAS. ACÓRDÃOS PARADIGMAS DO TRF E DO STF. IMPRESTABILIDADE. ACÓRDÃOS PARADIGMAS DE TURMAS RECURSAIS E REGIONAIS DE DIFERENTES REGIÕES. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA.
1. Trata-se de pedido de uniformização interposto em face de acórdão que julgou procedente o pedido de pagamento das diferenças de URV (11,98%) sobre a gratificação mensal recebida a título de Escrivão Eleitoral. O acórdão recorrido considerou que, após a interrupção da prescrição qüinqüenal, a contagem do prazo prescricional pela metade ainda não havia recomeçado porque ainda não ocorrera até então o último ato do processo administrativo.
2. A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial perante acórdãos paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais ou do Supremo Tribunal Federal. Prejudicada a argüição de divergência jurisprudencial neste ponto.
3. Foi também suscitada divergência jurisprudencial em face de acórdãos paradigmas da 1ª Turma Recursal do Acre e da Turma Regional de Uniformização da 1ª Região, nos quais se fixou, em síntese, a orientação de que "O Ato nº. 711, de 12 de dezembro de 2000, do TST representa causa interruptiva da prescrição, por importar reconhecimento do direito (art. 202, VI, Código Civil), porém, mesmo que o prazo prescricional de 5 (cinco) anos (Decreto nº. 20.910/32), nas ações contra a Fazenda, volte a correr pela metade, a contar da interrupção, conforme o disposto no art. 3º do Decreto 4.597/42, está prescrita qualquer pretensão deduzida a partir de 12 de junho de 2003".
4 . Ausência de similitude fático-jurídica, uma vez que, na hipótese em apreço, a improcedência do pedido fundou-se em circunstâncias diversas das enfrentadas nos julgamentos paradigmáticos, tendo consignado a decisão atacada: "Até o presente momento, não se operou o recomeço da contagem, pela metade, do indigitado prazo, pois, ao contrário do que alega, ainda não ocorreu o último ato do processo para interromper a prescrição, qual seja o pagamento, pois este aguarda pronunciamento do Tribunal Superior Eleitoral". Sem similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados, não ficou demonstrada divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material.
5. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503477-61.2008.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA PEREIRA TERCEIRO
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
2.A arguição de notoriedade do entendimento jurisprudencial paradigmático não dispensa o cotejo analítico.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.70.56.001273-2
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA RUHT GODOI DE JESUS
PROC./ADV.: ELISÂNGELA ALONÇO DOS REIS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 18 DA TNU.
1.A sentença de 1º grau confirmada pelo acórdão recorrido considerou descaracterizado o regime de economia familiar, com base em diversos fundamentos, dentre os quais: o marido da autora é aposentado na condição de "empregado rural" desde 13/06/2003; a autora declarou que se afastou da região de Diamante do Sul para acompanhar seu marido no período de 1988 a 1993 e de 2003 a 2005, época em que ele (...) foi como trabalhador rural exercer atividade agrícola no Estado do Mato Grosso do Sul (...); contrato de arrendamento de 1994 a 1998 e de 2001 a 2004 em nome da autora e de seu marido; contrato de arrendamento no período de 2005 a 2011 registrado em cartório somente no ano de 2007.
2.O incidente de uniformização limitou-se a demonstrar divergência jurisprudencial somente em relação ao primeiro fundamento do acórdão recorrido. Não foi apontado acórdão paradigma divergindo em relação aos demais fundamentos utilizados para demonstrar a ausência de comprovação do período mínimo de carência exigido para a concessão do benefício pleiteado em regime de economia familiar, tendo em vista que a autora acompanhava o marido no seu trabalho como empregado rural.
3.Aplicação da Questão de Ordem nº 18 da TNU: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro/RJ, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.70.53.001274-2
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MERCEDES GIMENES TORRES
PROC./ADV.: RUBENS PEREIRA DE CARVALHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE JURÍDICA ENTRE OS PARADIGMAS APONTADOS E O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 22 DA TNU. FALTA DE COMPROVAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.
1.Trata-se de pedido de reconhecimento de exercício de atividade rural em regime de economia familiar e a conseqüente aposentadoria por idade desde a DER (06/07/2007), na condição de segurada especial.
2.O acórdão recorrido reformou a sentença de primeiro grau sob o fundamento de que o conjunto probatório enquadra a autora e o marido na condição de produtores rurais e não como agricultores em regime de economia familiar. Sob os seguintes fundamentos: a) em audiência a autora confessa abertamente que a família é proprietária de 4 sítios, um caminhão, uma colheitadeira, um trator com implementos, uma caminhonete e uma moto; b) consta nos cadastros do Incra que a família é proprietária de 6 imóveis rurais; c) seu marido é cadastrado como contribuinte individual-empregador rural; d) a Lei de Benefícios busca proteger o trabalhador rurícola que atua com sua família em mútua dependência e colaboração, desenvolvendo atividades campesinas essenciais apenas à subsistência do grupo familiar.
3.Os acórdãos paradigmas apresentados tratam tão-somente da dimensão do imóvel rural que por si só não afasta o regime de economia familiar. O acórdão recorrido não divergiu desse entendimento, porque não tratou da questão da descaracterização do trabalho rural em face da extensão do imóvel rural.
4.Dessa forma, o acórdão recorrido não contraria o paradigma apontado, uma vez que o seu verdadeiro fundamento se pauta no alto poder aquisitivo da autora e de sua família.
5.Ante a ausência de similitude jurídica entre os acórdãos confrontados e de divergência jurisprudencial em torno de matéria de direito, cabe a aplicação da questão de ordem nº 22 da TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma. (Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)."
6.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro/RJ, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.72.56.003237-1
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: VERA LUZ DE SOUZA SILVA
PROC./ADV.: LEONARDO MAIA DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 18 DA TNU.
1.A sentença de 1º grau confirmada pelo acórdão recorrido considerou descaracterizado o regime de economia familiar por entender que o labor rurícola não pode ser apenas um complemento na renda familiar, ou seja, deve ser a renda principal dessa. Fundamentou a negativa em diversos fatores, dentre os quais: o marido da autora é aposentado por tempo de serviço/contribuição desde 02.01.1990, recebendo à época da prolação da sentença R$1.205,35 mensais; a autora declarou que sobrevivem com os proventos percebidos pelo marido, bem como confessou possuírem casa em área urbana.
2.O incidente de uniformização, por sua vez, limitou-se a demonstrar divergência jurisprudencial em relação à possibilidade da atividade rural ser exercida individualmente e quanto à indispensabilidade da atividade rural à subsistência da autora. Fato esse que não ficou comprovado já que a principal fonte de renda da família advém da aposentadoria percebida pelo marido. Não foi apontado acórdão paradigma divergindo em relação aos demais fundamentos utilizados para demonstrar a ausência de comprovação do período mínimo de carência exigido para a concessão do benefício pleiteado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3.Aplicação da Questão de Ordem nº 18 da TNU: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.70.53.002234-6
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: RUBENS PEREIRA DE CARVALHO
OAB: PR-16798
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RURÍCULA. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL REFERENTE AO PERÍODO POSTULADO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA. SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.O Recorrente alega a contrariedade do acórdão impugnado à jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização e à dos TRF's da 2ª, 3ª e 5ª Regiões. Aduz que não há início de prova material em período anterior a 1972 porque não estudou em rede oficial de ensino, trabalhou informalmente em fazendas distintas e é órfão desde a tenra infância. Ademais, argumenta que deixou de trabalhar na zona rural só por um curto período, por força de severa geada na lavoura.
2.O acórdão recorrido, reformando parcialmente a sentença, reconheceu o período entre 01.01.1972 a 18.02.1972 como exercício de atividade rural, que não havia sido considerado pelo juiz de 1º grau. Asseverou que, entre 01.01.1975 a 09.03.1979, existe dúvida quanto ao retorno do demandante às lides campesinas, já que foi informado na exordial que o autor exerceu trabalho urbano em 1973 e 1974; além de o CNIS ter indicado labor urbano entre dezembro de 1975 e janeiro de 1976.
3.Em verdade, não há similitude fático-jurídica entre o acórdão impugnado e o acórdão paradigma oriundo da TNU. Neste último, assevera-se que são admissíveis documentos em nome de terceiros como início de prova material para comprovação de atividade rural. Por outro lado, nos presentes autos, não há qualquer prova material relativa a período anterior a 1972, de modo que a prova testemunhal produzida, por si só, não tem o condão de comprovar toda a alegação do autor.
4.Ora, o acervo probatório juntado aos autos foi detidamente apreciado e valorado pela Turma Recursal de origem. Assim, a análise dos fundamentos do acórdão e das razões recursais trazidas no Incidente implica, necessariamente, no reexame do conjunto probatório, inadmissível nesta instância recursal, a teor da súmula nº. 42 da Turma Nacional de Uniformização (Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato).
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro/RJ, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.58.006955-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GENI FLORES
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA
OAB: RS 33.075
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RURÍCULA. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL REFERENTE AO PERÍODO POSTULADO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA. SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.O Recorrente alega a contrariedade do acórdão impugnado à jurisprudência do STJ e à de outras Turmas Recursais. Aduz, em síntese, que "devido às peculiaridades inerentes a esta classe de trabalhadores e a informalidade com que é tratada, a valoração da prova documental deve ser abrandada".
2.O acórdão recorrido, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos, não reconheceu como tempo de exercício de atividade rural o período compreendido entre 07.08.1962 e 31.12.1997.
3.Em verdade, o acervo probatório juntado aos autos foi detidamente apreciado e valorado na instância originária, que, inclusive, adotou no fundamento da sentença a jurisprudência da TNU e a do STJ acerca do tema. Com efeito, não se faz necessária a comprovação documental de labor rural em cada ano que se postule o reconhecimento o trabalho sob regime de economia familiar; mas no caso em tela, não há qualquer início de prova material referente a período anterior a 1998, e as testemunhas afirmaram conhecer o demandante há cerca de 10 anos, o que não alcança o intervalo de tempo pretendido pelo Recorrente, entre 1962 e 1997.
4.Assim, a análise dos fundamentos do acórdão e das razões recursais trazidas no Incidente implica, necessariamente, no reexame do conjunto probatório, inadmissível nesta instância recursal, a teor da súmula nº. 42 da Turma Nacional de Uniformização (Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato).
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro/RJ, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.54.000278-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DELMA MARIA BASSO
PROC./ADV.: VITOR HUGO OLTRAMARI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO COMUM EM ESPECIAL. VEDAÇÃO APÓS LEI Nº 9.032/95. FALTA DE SIMILITUDE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1.A sentença, cujos fundamentos foram acolhidos pelo acórdão recorrido, considerou que após a edição de Lei nº 9.032/95 ficou vedada a conversão de tempo de serviço comum em especial, restando a possibilidade da conversão apenas quando todos os requisitos houverem sido implementados antes da edição da referida lei.
2.O requerente apontou acórdãos paradigmas que aplicam o princípio "tempus regit actum" em matéria previdenciária. Um dos julgados considera que "o tempo de serviço é disciplinado pela lei vigente à época em que efetivamente prestado, passando a integrar, como direito autônomo, o patrimônio jurídico do trabalhador". O acórdão recorrido não contrariou esse entendimento, pois não considerou que o tempo de serviço anterior à Lei nº 9.032/95 tenha perdido essa qualificação quando sobreveio legislação nova. O acórdão recorrido, na verdade, admitiu implicitamente que o tempo de serviço continuou sendo especial, mas deixou de poder ser convertido em tempo comum.
3.Os acórdãos paradigmas, mais especificamente o primeiro deles, tratam dos efeitos da lei nova sobre a qualificação do tempo de serviço especial. O acórdão recorrido, por sua vez, tratou da conversão do tempo especial em comum após o advento da Lei nº. 9.032/95, aspecto concernente ao regime jurídico da aposentadoria a ser requerida e em relação ao qual não existe direito adquirido. Falta similitude jurídica entre os julgados confrontados.
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.50.017831-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANTÔNIO CARLOS DORNELLES
PROC./ADV.: ROSANI RUSZKOWSKI DORNELLES
OAB: RS-67636
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PRESCRIÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS PERICIAIS EM FACE DA UNIÃO, NÃO SUCUMBENTE EM DEMANDA TRABALHISTA. AUTOR BENEFICIÁRIO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO PARADIGMA. QUESTÃO DE ORDEM N. 22.
1.Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela União contra acórdão da 1ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul que confirmou a sentença que reconheceu a prescrição quinquenal e julgou parcialmente procedente o pedido de condenação da recorrente ao pagamento de honorários periciais devidos em razão de atuação do recorrido como perito em demanda trabalhista e não pagos pelo reclamante em razão do deferimento de assistência judiciária gratuita.
2.Argumenta a União que é anual o prazo prescricional da ação de cobrança de honorários periciais e que a decisão recorrida contraria os julgados proferidos nos REsp 180.961/SP e o REsp 281.432/RJ e as decisões monocráticas proferidas nos REsp 895.598/SP e REsp 901315/SP.
3.Ausência de similitude fático-jurídica entre os julgados apontados como paradigma - os quais tratam de ações nas quais o autor promoveu ação de cobrança de honorários periciais contra a parte sucumbente em ação na qual atuou como perito - e a decisão recorrida, que trata de ação promovida contra a União, que não foi parte no processo que tramitou perante a Justiça do Trabalho e a quem foi imposto o ônus do pagamento dos honorários pelo fato de o reclamante-sucumbente ser beneficiário da assistência judiciária gratuita.
4.Incidente de Uniformização não conhecido. Inteligência da questão de ordem nº 22 (É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma).
5.Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília/DF, 14 de novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.53.001696-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: RUI BARCELLOS RUSSI
PROC./ADV.: MÁRCIO PEREIRA FUQUES
OAB: RS-71755
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INADMISSIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COM ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. SÚMULA 42 DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO.
1.Para demonstrar divergência jurisprudencial, foram apontados acórdãos paradigmas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal.
2.O autor interpôs pedido de uniformização alegando que o acórdão recorrido infringiu o art. 131 e o art. 458, II, do CPC. Ponderou que as provas produzidas (laudo pericial judicial e depoimentos pessoal e testemunhal) foram suficientes para a formação da convicção do magistrado. Destacou que o aspecto que merece ser revisto e apreciado refere-se à conclusão de que o laudo pericial deveria se embasar em elementos documentais sobre as atividades desenvolvidas pelo obreiro, e não especificamente em entrevista. Argumentou que os citados elementos documentais se encontravam devidamente instruídos nos feito e se foram analisados pelo perito é porque ele não entendeu necessário.
3.O questionamento em torno do livre convencimento motivado do magistrado importa indisfarçável pretensão de reexame direto de prova. Aplica-se a Súmula 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
4. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.70.51.001844-1
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: NILTON BASILIO
PROC./ADV.: EDGAR NOBORU EHARA
PROC./ADV.: LUCIANO GILVAN BENASSI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL. EXTENSÃO RETROATIVA DA EFICÁCIA PROBATÓRIA DO INÍCIO DE PROVA MATERIAL.
1.A sentença reconheceu tempo de serviço rural no período de 01/01/1971 a 05/02/1978, deixando de averbar o período compreendido entre 20/01/1960 (data em que completou 12 anos) a 31/12/1970, sob alegação da falta de início de prova material. O autor interpôs Pedido de Uniformização de Jurisprudência arguindo divergência jurisprudencial quanto à relativização do início de prova material para comprovação de atividade rural. Acórdão paradigma do STJ considerou prescindível que o início de prova material abranja necessariamente todo o período, desde que a prova testemunhal amplie a sua eficácia probatória ao tempo da carência.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2.O início de prova material não passa de prova indiciária. Não precisa provar diretamente o efetivo exercício da atividade rural, mas apenas fatos secundários dos quais se possa inferi-la. Por isso, a prova documental frágil é suficiente para formar início de prova material. É a prova testemunhal que, em complementação ao início de prova material, deve aprofundar a cognição em torno dos fatos pertinentes ao efetivo trabalho na lavoura ou na pecuária.
3.O acórdão recorrido firmou critério jurídico de valoração da prova que contraria o entendimento da TNU. Em se aceitando início de prova material formado a partir de 1971, é possível que a eficácia do início de prova material seja estendida retroativamente, se conjugada com prova testemunhal complementar convincente e harmônica. Precedentes da TNU: PU 2008.39.00.702022-6, Rel. Juiz Federal Rogerio Moreira Alves, DOU 09.12.2011; PU 2005.81.10.001065-3, Rel. Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, DOU 4.10.2011; PU 2007.72.95.0032452, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DOU 31.01.2011; PU 2005.70.95.00.5818-0, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 04.09.2009; PU 2006.72.59.000860-0, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 29/09/2009; PU 2007.72.95.00.3211-7, Rel. Juiz Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, DJ 16.03.2009.
4.A sentença, cujos fundamentos foram encampados pelo acórdão recorrido, admitiu que as testemunhas confirmaram que a parte autora exerceu labor rural no período por ela pleiteado e somente se negou a reconhecer tempo de serviço rural antes de 1971 por causa da ausência de início de prova material. Ficou, assim, resolvido que a prova testemunhal seria suficiente para provar tempo de serviço rural antes de 1971. Uma vez uniformizado o critério jurídico segundo o qual a eficácia probatória do início de prova material pode ser estendido retroativamente, já é possível reconhecer o tempo de serviço rural sem necessidade de reexame de matéria fática.
5.Pedido provido para: (a) reafirmar a tese de que a eficácia do início de prova material pode ser estendida retroativamente, se conjugada com prova testemunhal complementar convincente e harmônica; (b) reformar o acórdão recorrido, reconhecendo tempo de serviço rural no período de 20/01/1960 a 31/12/1970.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar provimento ao incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503585-87.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: DALMIR AMORIM DA FRANÇA
PROC./ADV.: RAMON FERNANDES RODRIGUES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACI

EMENTA

PROCESSUAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. REQUISITOS. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. RETIFICAÇÃO NA DIB. SÚMULA N. 42. QUESTÃO DE ORDEM N.29. OFENSA INEXISTENTE.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora contra acórdão que retificou a sentença para alterar a DIB (data de início de benefício) a partir da data do ajuizamento da ação (06.06.2008).
2.Requer o recorrente seja reformado o acórdão para condenar o INSS ao pagamento dos valores atrasados desde o requerimento administrativo.
3.Aduz que a decisão recorrida contraria o entendimento do STJ - AGRESP 200801027604 e desta TNU: PEDILEF 200783055004071, PEDILEF 200772950037700 e PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO 200771950268469.
4.No caso, o recorrente pretende nova análise dos fatos que geraram a retificação na data de início do benefício (DIB) da data da entrada do requerimento administrativo para a data do ajuizamento da ação.
5.A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
6.Incidente de uniformização não conhecido, com aplicação da Questão de Ordem n. 29: "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem" (aprovada na Sessão de 11/10/2011).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503886-37.2008.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUIS MARCOS PEREIRA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
PROC./ADV.: CLÁUDIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
2.A arguição de notoriedade do entendimento jurisprudencial paradigmático não dispensa o cotejo analítico.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503028-97.2008.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CLAUDENIA MARIA PEREIRA
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
2.A arguição de notoriedade do entendimento jurisprudencial paradigmático não dispensa o cotejo analítico.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504301-20.2008.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANITA ROBERTO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
PROC./ADV.: FRANCISCO RONALDO VIEIRA MARTINS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
2.A arguição de notoriedade do entendimento jurisprudencial paradigmático não dispensa o cotejo analítico.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.56.000515-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELIZIA PIRES CAVALHEIRO DO AMARAL
PROC./ADV.: MIRIÃ AVILA RIBEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PROCESSO CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. TRABALHADOR RURAL. VALORAÇÃO DA PROVA MATERIAL E TESTEMUNHAL PRODUZIDA. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 42 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1.A autora pretende a modificação do acórdão que manteve a sentença de improcedência, ao argumento de que a Turma Recursal não reconheceu a mesma como segurada especial no período de 1996 a 2001, porém a reconheceu como segurada especial em período posterior. Aduz que a sentença de primeiro grau se ateve à juridicidade da mesma, em detrimento de fundamentos técnicos, que a seu ver, comprovam a condição de rurícola da autora.
2.A sentença de 1º grau considerou que a propriedade em que vivia a autora não condiz com a condição de pequeno produtor rural, fato agora refutado pela mesma, quando se refere a "fatores técnicos, mais especificadamente agronômicos" - grifei - tentando demonstrar que a propriedade, na verdade, servia, sim, apenas à subsistência da mesma.
3.Ocorre que o cerne da questão do pedido apresentado, caracterização ou não da condição de pequena propriedade rural, infere-se na valoração das provas apresentadas, não sendo possível a este Colegiado se manifestar, uma vez que tal procedimento implicaria inevitavelmente o reexame vedado pelo enunciado de n. 42 desta Turma: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
4. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501891-83.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA SILVANIR PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE JURÍDICA ENTRE OS PARADIGMAS APONTADOS E O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 22 DA TNU. FALTA DE COMPROVAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.
1.Trata-se de pedido uniformização acerca do entendimento relativo às provas consideradas hábeis à caracterização da condição de segurado especial.
2.A sentença julgou improcedente a demanda, reconhecendo a ocorrência da prescrição. O acórdão impugnado, por sua vez, negou provimento ao recurso, confirmando a sentença.
3.Os acórdãos paradigmas trazidos pela parte autora, tratam exclusivamente da comprovação da condição de segurado especial, enquanto o acórdão recorrido abordou, exclusivamente, a ocorrência da prescrição, não contrariando os paradigmas apresentados.
4.Ante a ausência de similitude jurídica entre os acórdãos confrontados e de divergência jurisprudencial em torno de matéria de direito, cabe a aplicação da questão de ordem nº 22 da TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma. (Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)."
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504410-91.2009.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO ERICO TELES DOS SANTOS E OUTROS
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO
OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. NULIDADE POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO REJEITADA. RAZÕES RECURSAIS GENÉRICAS. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA.
1.O acórdão recorrido, ao tomar as razões da sentença como fundamento para decidir, incorporou-as. Essa forma de fundamentação é válida, tendo em vista o art. 46 da Lei nº 9.099/95, cuja constitucionalidade foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do AI-AgReg 749.969, Relator Ministro Ricardo Lewandowski. Rejeitada a arguição de nulidade do acórdão por ausência de motivação.
2.Quanto às demais questões, o incidente de uniformização de jurisprudência contém razões genéricas. Foram listados inúmeros julgados do STJ e da TNU, sem identificar em que pontos eles estariam divergindo do acórdão recorrido. A petição de uniformização ataca pontos que nem sequer foram questionados nos autos.
3.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A petição de uniformização não demonstrou o dissídio jurisprudencial, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
4."O Poder Judiciário não pode ser equiparado a uma loteria ou jogo de dardos, nos quais o postulante 'atira em todas as direções' na esperança de acertar em ponto relevante. A provocação de devolução da prestação jurisdicional pressupõe limitação a especificidades do caso concreto, sob pena de se caracterizar como um desejo de debate sobre teses, em abstrato" (PU 0502827-37.2010.4.05.8103/CE, Rel. Simone Lemos Fernandes, julgado em 29/3/2012).
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504159-79.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA VALDENORA FERNANDES DA SILVA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
OAB: CE 7.576
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
2.A arguição de notoriedade do entendimento jurisprudencial paradigmático não dispensa o cotejo analítico.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504010-80.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCA ADRIANA DA SILVA VIDAL
PROC./ADV.: FRANCISCO JEAN OLIVEIRA SILVA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE GRAÇA. PROVA DA SITUAÇÃO DE DESEMPREGO. AUSÊNCIA DE REGISTRO EM ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. INSUFICIÊNCIA DA ANOTAÇÃO EM CTPS. ADMISSIBILIDADE DE QUALQUER MEIO DE PROVA. REABERTURA DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA.
1.O acórdão recorrido, ao manter a sentença, baseou-se exclusivamente em anotações da CTPS para pressupor a situação de desemprego e aplicar a hipótese de prorrogação do período de graça prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.213/91. O INSS arguiu contrariedade com a jurisprudência dominante do STJ, representada pela decisão proferida na AgRg no REsp 1030756/SP. Divergência jurisprudencial comprovada.
2.A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça uniformizou o entendimento de que a situação de desemprego não pode ser comprovada apenas com base na ausência de anotação na CTPS (Pet 7.115-PR, Relator Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJE 06/04/2010). No citado precedente jurisprudencial, pontuou-se que "a ausência de anotação laboral na CTPS do requerido não é suficiente para comprovar a sua situação de desemprego, já que não afasta a possibilidade do exercício de atividade remunerada na informalidade".
3.Em contrapartida, o mesmo julgamento considerou que o registro perante o Ministério do Trabalho e da Previdência Social "não deve ser tido como o único meio de prova da condição de desempregado do segurado, especialmente considerando que, em âmbito judicial, prevalece o livre convencimento motivado do Juiz e não o sistema de tarifação legal de provas". Assim, a falta de registro perante o Ministério do Trabalho e da Previdência Social pode "ser suprido por outras provas constantes dos autos, inclusive a testemunhal", tendentes a demonstrar que o segurado realmente ficou desempregado após a cessação das contribuições previdenciárias.
4.A prova da situação de desemprego implica demonstrar não só a ausência de contração de novo vínculo de emprego, mas também a ausência de desempenho de quaisquer outras formas de atividade remunerada passíveis de caracterizar a condição de segurado obrigatório, como trabalho autônomo informal. É preciso ficar comprovado que o segurado não exerceu nenhuma atividade remunerada (nem mesmo atividade informal) após a cessação das contribuições.
5.Diante da decisão tomada pelo STJ na PET 7.115/PR, a TNU deliberou que em todos os casos deve ser reaberta a instrução probatória para ensejar a real comprovação da situação de desemprego após a cessação das contribuições previdenciárias, inclusive com a ausência de atividade informal (PU 2006.50.53.000285-0, Rel. Juíza Federal Rosana Noya Kaufmann, DOU 13/05/2011).
6.Incidente provido em parte para determinar a reabertura da instrução probatória, especificamente para ensejar oportunidade de demonstrar a situação de desemprego (inclusive com a ausência de atividade informal) após a cessação das contribuições previdenciárias, valendo quaisquer meios de prova admitidos em direito.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em prover parcialmente o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504909-78.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ITAENE DE ALMEIDA SOUSA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. CONTEMPORANEIDADE DE DOCUMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA DE FATO.
1.O INSS interpôs incidente de uniformização de jurisprudência alegando que a sentença confirmada pelo acórdão recorrido acatou como início de prova material somente a certidão de casamento onde consta a profissão dos nubentes como agricultores (data da celebração: 10.03.2006), carteira da associação de pequenos agricultores (03.04.2005), declaração da secretaria municipal do trabalho e da assistência social (29.11.2006), para concessão do benefício de salário maternidade. Além disso, aduz que o cônjuge da autora manteve vínculo urbano.
2.Afirma haver divergência com as jurisprudências da Turma Recursal de Tocantins e desta Turma Nacional de Uniformização, que afirmam a impossibilidade de utilização de documentos extemporâneos ao período de carência para comprovar o efetivo trabalho rural nos 10 meses anteriores ao nascimento da criança para concessão do benefício de salário maternidade.
3.Contudo, o acórdão recorrido, ao manter a sentença pelos próprios fundamentos com base no art. 46 da Lei nº 9.099/95, entendeu que há início de prova material contemporâneo para efeito de concessão de salário-maternidade de trabalhadora rural, apontando outros documentos - certidão de casamento onde consta a profissão dos nubentes como agricultores (data da celebração: 10.03.2006), a notificação do ITR e a declaração de aptidão ao PRONAF, como início de prova material, considerando harmônicos com a prova testemunhal.
4.Os acórdãos paradigmas, invocados no Pedido de Uniformização - desta Turma Nacional de Uniformização e da Turma Recursal de Tocantins - tratam apenas da inadmissibilidade da certidão de nascimento da criança que ensejou o pedido de salário-maternidade como início de prova material, bem como da impossibilidade de a certidão eleitoral, isoladamente, servir como prova.
5.Falta similitude jurídica entre os acórdãos confrontados. Não foi demonstrada a divergência jurisprudencial em torno de matéria de direito.
6.Ademais, de acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência sobre questões de direito material. Aplicação da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
7.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500439-35.2008.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA LUZANIRA DA COSTA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PROCESSUAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. CARÊNCIA. INICIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. APLICAÇÃO. SÚMULA Nº 42 DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO.
1.Trata-se de ação em que se objetiva a concessão/restabelecimento de benefício de aposentadoria por idade rural, alegando a autora possuir a qualidade de segurada especial em razão de ter trabalhado na lavoura, durante o período equivalente à carência, sob o regime de economia familiar, bem como não ter o INSS comprovado as suspeitas de irregularidades durante o processo concessório.
2.O acórdão recorrido confirmou a Sentença, julgando improcedente o pedido de aposentadoria por idade.
3.O Pedido de Uniformização foi interposto pela parte autora, que alega a divergência entre o acórdão impugnado e a jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização e a do STJ, para quem é admitida a qualidade de segurada especial à trabalhadora que prestou labor rural de modo individual, ainda que seus rendimentos coexistam com outra fonte de renda proveniente do marido. Juntou, ainda, julgados de TRF, imprestáveis para os fins que se destinam.
4.Em verdade, o acórdão recorrido não afastou ou contrariou a tese estabelecida nos acórdãos paradigmas. Afinal, nítida é a constatação de que a Turma Recursal de origem não acolheu a pretensão da Recorrente porque reputou não ter sido comprovada a carência mínima exigida, uma vez serem os documentos juntados insuficiente para demonstração do início de prova material, além de sua filiação ao sindicato dos trabalhadores rurais ser contemporânea ao implemento do requisito etário.
5.Segundo a sentença, confirmada pela Turma de origem, a insuficiência de lastro probatório, aliado a suspensão, por suspeita de irregularidade, do benefício percebido pelo companheiro da recorrente e a contradição entre os depoimentos da autora e das testemunhas, foram fatores que pesaram de forma desfavorável à pretensão aduzida neste processo.
6.Assim, examinando detidamente o Incidente, entendo que não ficou demonstrada divergência jurisprudencial em torno da questão de direito material. O que se vislumbra na hipótese é a pretensão da Recorrente ao reexame da prova juntada aos autos. Contudo, esta via recursal não se presta a reexame de elemento de prova, conforme estabelece a Súmula 42 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
7. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os membros da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro/RJ, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0517217-55.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: PATRÍCIA DA SILVA BARROS
PROC./ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA
OAB: CE-11371
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2.Ademais, o pedido de uniformização ora interposto limitou-se a demonstrar a existência de início de prova material hábil à comprovação da atividade rural, todavia, tal questão foi superada tanto pelo juiz de 1º grau, quanto pela Turma Recursal, uma vez que este foi reconhecido através da cópia da Carteira de trabalhador rural colacionada aos autos. Dessa forma, o cerne da questão se encontra na contradição dos depoimentos colhidos em juízo, que demonstram a falta de familiaridade da autora com os trabalhos que a mesma alegava exercer. Não há, portanto, no pedido de uniformização, qualquer divergência com o acórdão recorrido, cabendo ainda a aplicação da questão de ordem nº. 22 da TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.51.51.023475-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: JONES ROSA GOMES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERENTE: SOLANGE LINS GOMES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: THIAGO LINHARES PAIM COSTA
OAB: RJ 100.174
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

APRESENTAÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS DE CONTA POUPANÇA. ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. IMPROVIDO.
1.A discussão sobre a distribuição do ônus da prova constitui matéria processual, não configurando hipótese de cabimento de pedido de uniformização (TNU - Súmula nº 43). No mesmo sentido: PEDILEF n.º 200750500076986, Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DJU 18 mar. 2011; PEDILEF n.º 200750500115888, Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DJU 14 out. 2011; PEDILEF n.º 200850500023251, Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJU 22 jul. 2011.
2.Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais negar provimento ao agravo regimental.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.70.61.000105-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSE VICENTE DUTRA
PROC./ADV.: HEIZER RICARDO IZZO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RURÍCULA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. DOCUMENTOS NÃO CONTEMPORÂNEOS AO PERÍODO POSTULADO. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. QUESTÃO DE ORDEM Nº. 20 DA TNU.
1.O acórdão recorrido, reformando a sentença, acolheu as alegações do INSS e concluiu que "para os demais anos do período de carência, não há qualquer indicação de que a parte autora tenha desenvolvido a atividade rural e que essa fosse necessária ao sustento familiar". Asseverou ainda que "não pode ser considerado suprido o início de prova material no presente caso, pois apenas duas anotações rurais em carteira de trabalho, para comprovar todo o período de carência".
2.O Recorrente alega que o acórdão impugnado contrariou a jurisprudência da TNU e a do STJ, vez que não considerou como início de prova material os diversos documentos anexados que, corroborados pela robusta prova testemunhal produzida, são bastantes para comprovar o período de exercício de atividade rural postulado na exordial, reconhecido na sentença meritória.
3.Ao Recorrente assiste a razão. Com efeito, foram juntados aos autos variados documentos, entre os quais CTPS contendo registro de trabalho rural; certidões de nascimento de filha (lavrada em 1985) em que consta a profissão do pai como lavrador; e certidão de casamento (lavrada em 1972).
3. Com efeito, certidões do registro civil (nascimento, casamento ou óbito) em nome do segurado ou de outro membro do grupo familiar servem como início de prova material, independentemente de serem contemporâneos aos fatos que se pretendem comprovar. Precedente desta TNU (PEDILEF 200670950141890)". (PEDILEF 200932007044100, Relator(a) JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, Data da Decisão 14/06/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 22/07/2011, SEÇÃO 1). Não se exige o início de prova material referente a cada ano em que se pretenda o reconhecimento de atividade rurícola. Ainda que intervalados no tempo, tais documentos não deixam de retratar o exercício de atividade rurícola, que se presume contínua.
5.Aplicação da Questão de Ordem n. 20 da TNU, com anulação do acórdão para adequação do julgado ao direito material: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito".
6.Incidente provido para anular o acórdão e determinar á Turma Recursal de origem novo julgamento do feito com base nas premissas acima discriminadas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em dar provimento o Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro/RJ, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.71.66.000725-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NOEMI DE FREITAS CARVALHO
PROC./ADV.: AIRTON SIDNEI KAL
PROC./ADV.: CLAUDIO CICERO DE OLIVEIRA MOTTA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE JURÍDICA ENTRE OS PARADIGMAS APONTADOS E O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 22 DA TNU. FALTA DE COMPROVAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.
1.Trata-se de pedido de reconhecimento de exercício de atividade rural em regime de economia familiar e a conseqüente aposentadoria por idade desde a DER (22/12/2008), na condição de segurada especial.
2.A sentença reconheceu o período de 04/11/1965 a 28/02/1967, porém deixou de reconhecer o período compreendido entre 24/05/1973 a 22/09/1978, sob o fundamento de que nesse lapso a autora estava recebendo pensão urbana em razão da morte do primeiro marido, presumindo que tal benefício consistia na principal fonte de renda dela e dos seus filhos, com base no art. 9º, § 8º, I, do Decreto 3.048/99. O acórdão recorrido manteve a sentença por seus próprios fundamentos.
3.O acórdão paradigma da TNU trata da não descaracterização do trabalho rural em regime de economia familiar, por ausência de comprovação de que a renda obtida com a atividade fosse suficiente para a subsistência da família. O acórdão recorrido não divergiu desse entendimento, porque não tratou da questão da descaracterização do trabalho rural em face da existência de trabalho urbano.
4.Dessa forma, o acórdão recorrido não contraria o paradigma apontado, uma vez que o seu verdadeiro fundamento se pauta na condição de pensionista urbana da requerente no período não reconhecido.
5.Ante a ausência de similitude jurídica entre os acórdãos confrontados e de divergência jurisprudencial em torno de matéria de direito, cabe a aplicação da questão de ordem nº 22 da TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.(Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)."
6.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.70.53.001452-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: REGINALDO JOSÉ FORTUNATO
PROC./ADV.: HÉLDER MASQUETE CALIXTI
OAB: PR-36289
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RURÍCULA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. DOCUMENTOS NÃO CONTEMPORÂNEOS AO PERÍODO POSTULADO. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. QUESTÃO DE ORDEM Nº. 20 DA TNU.
1.O acórdão recorrido, reformando a sentença, afastou o reconhecimento do exercício de labor rural no período anterior a 01.01.1975, diante da falta de documentos comprobatórios.
2. O Recorrente alega que juntou aos autos documentos suficientes para servir de início de prova material, e havendo prova testemunhal robusta que ratifique os termos dos documentos, forçoso é o reconhecimento do exercício de atividade rural entre 13.01.1969 e 31.12.1974.
3. Foram acostadas aos autos uma certidão emitida pela 17ª Delegacia de Serviço Militar, apontando que o autor, quando do alistamento militar, em 1975, afirmou que exercia o mister de lavrador; uma certidão emitida pelo Cartório de Registro de Títulos e Documentos, indicando que o avô materno do autor, Sr. Reginaldo José da Silva, adquiriu lote de terras de 48 hectares situado na zona rural de Mandaguari, cuja escritura pública foi confeccionada em 04/06/1968; a matrícula de imóvel, constando que a mãe do autor, em 1988, adquiriu de seu pai um lote de terras situado na zona rural de Mandaguari. Aduz divergência entre o acórdão impugnado e a jurisprudência do STJ (REsp. 854.187/SP).
4. Com efeito, certidões do registro civil (nascimento, casamento ou óbito) em nome do segurado ou de outro membro do grupo familiar servem como início de prova material, independentemente de serem contemporâneos aos fatos que se pretende comprovar. Precedente desta TNU (PEDILEF 200670950141890)". (PEDILEF 200932007044100, Relator(a) JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, Data da Decisão 14/06/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 22/07/2011, SEÇÃO 1). Não se exige o início de prova material referente a cada ano em que se postule o reconhecimento de atividade rurícola. Ainda que intervalados no tempo, tais documentos não deixam de retratar o exercício de atividade rurícola, que se presume contínua.
5.Aplicação da Questão de Ordem n. 20 da TNU, com anulação do acórdão para adequação do julgado ao direito material: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito".
6.O Recorrente pugnou pela concessão liminar da suspensão do processo. Sem razão, entretanto. A suspensão do feito em nada beneficiará aquele. Ora, se o demandante não está adimplindo uma obrigação, pelo contrário, está buscando judicialmente a realização de um direito, não há sentido em suspender o curso processual.
7.Incidente parcialmente provido para anular o acórdão e determinar á Turma Recursal de origem novo julgamento do feito com base nas premissas acima discriminadas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em prover parcialmente o Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro/RJ, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.70.53.006593-3
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: WALDEMAR TESOLIN
PROC./ADV.: WILSON LUIZ DE PAULA
OAB: PR-18139
PROC./ADV.: IJOLAR ERALDO NOCETI
OAB: PR-39396
PROC./ADV.: GLÁUCIA DIAS PEREIRA
OAB: PR-50 369
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PROCESSUAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. DIVERGÊNGIA ENTRE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. REQUISITOS. AUSÊNCIA DE CÓPIA DO ACÓRDÃO PARADIGMA. QUESTÃO DE ORDEM N. 3. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULA N. 42. QUESTÃO DE ORDEM N.29.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora contra acórdão que manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por idade rural ao entendimento de que o tamanho da área rural explorada (30 alqueires), aliada ao domicílio do autor na cidade, sua inscrição como trabalhador urbano autônomo e como empresário, além de prova de que foi sócio em um supermercado, não permitem seu enquadramento como segurado especial.
2. Requer o recorrente o reconhecimento da qualidade de segurado especial, argumentando que a extensão da propriedade, assim como a quantidade de maquinários nela utilizados não descaracterizam o regime de economia.
3.Aduz que a decisão recorrida contraria o entendimento da 1ª TR/MT, processo n. 181765320054013, Relator Juiz Federal Jeferson Schneider, DJMT de 16/02/2005.
4.O incidente não deve ser conhecido.
5.No caso a alegada divergência é entre turmas de DIFERENTES (... ?), pelo que se faz necessário a juntada de cópia do acórdão paradigma, o que não fez o autor, atraindo, a CONTRÁRIO sensu, a incidência da Questão de ordem nº 3 deste Colegiado: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões".
6.Ademais, a TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais. No caso, o recorrente pretende nova análise dos fatos que geraram o não reconhecimento de sua condição de segurado especial.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7.Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
8.Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide os membros da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília/DF, 14 de novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.70.51.005660-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FRANCISCO PEDRO JOÃO
PROC./ADV.: THAÍS ANTONIETTO CHAGAS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PROCESSUAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. REQUISITOS. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. CARÊNCIA. SÚMULA N. 42. QUESTÃO DE ORDEM N. 29. OFENSA INEXISTENTE.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora contra acórdão que manteve a sentença procedente em parte. O pedido autoral de reconhecimento do período de 29/06/1966 a 31/03/1982 no labor rural, foi acolhido apenas de 29/06/1966 a 31/12/1978.
2.O recorrente requer a ampliação temporal da eficácia probatória dos documentos apresentados, alegando a existência de início de prova documental para o ano de 1979 e documentos corroborados pela prova testemunhal que demonstram o trabalho na agricultura até 31/03/1982.
3.Aduz que a decisão recorrida contraria o entendimento deste colegiado: PEDILEF 200672950115640 (DJU 22/01/2008), PEDILEF 200772950014255 (DJ 15/03/2010), PEDILEF 200581100572247 (DJ 25/02/2010), PEDILEF 200483200037570 (DJ 13/10/2009), PEDILEF 2006729950158613, Relator Juiz Federal Renato César Pessanha de Souza.
4.A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais. No caso, o recorrente pretende nova análise dos fatos que geraram o não reconhecimento da atividade rural, pela totalidade do tempo requerido nos autos.
5.Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
6.Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília/DF, 14 de novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.72.59.002552-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: VALDIR MAXIMIANO
PROC./ADV.: FABIANO CRÊSPO
OAB: PR 32.344
PROC./ADV.: JULIANE HERINGER CRÊSPO
OAB: SC-20881
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. PARADIGMA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. PARADIGMA SEM INDICAÇÃO DE FONTE. SÚMULA 43 DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1.Para demonstrar divergência jurisprudencial, foram apontados acórdãos paradigmas de Tribunais Regionais Federais. A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal.
2.Foi também apontado acórdão paradigma de turma recursal. Quando o incidente de uniformização de jurisprudência questiona divergência entre acórdãos prolatados por Turmas Recursais de diferentes Regiões, ao requerente incumbe o ônus de carrear aos autos a íntegra dos julgados apontados como paradigmas. Trata-se de ônus da parte, que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem nº 3 da TNU. O requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Não basta a mera transcrição do inteiro teor do acórdão paradigma no corpo da petição de uniformização. Trata-se de exigência formal que, além de permitir a verificação da divergência apontada, visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas.
3.Além disso, o requerente pretende provocar reexame de matéria processual. O acórdão recorrido deixou de examinar tempo de serviço especial sob o argumento de que teria se formado coisa julgada material em relação à matéria, uma vez que em anterior demanda, com idênticos pedidos e causa de pedir, a pretensão foi julgada improcedente por falta de provas. O requerente pede o afastamento da coisa julgada para que seja apreciado o período de atividade especial, tendo em vista a apresentação de novas provas inexistentes no processo judicial anterior. Apontou acórdão paradigma de turma recursal de outra região segundo o qual "a apresentação de novos elementos capazes de formar a convicção do Juízo descerra a possibilidade de novo julgamento, tendo em vista a inocorrência de coisa julgada material do direito pleiteado, pois a ausência de prova material acarreta trânsito em julgado apenas formal".
4.De acordo com o art. 14 da Lei nº 10.259/2001, cabe pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A contrário sensu, divergência jurisprudencial em torno de questões de direito processual não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência. Nesse sentido enuncia a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0518431-81.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO CELESTINO DA SILVA
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA
OAB: CE-8731
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PROCESSUAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. CARÊNCIA. OFENSA INEXISTENTE. REQUISITOS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURIDÍCA. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. APLICAÇÃO. SÚMULA N. 42. QUESTÃO DE ORDEM N. 22 e 29.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora contra acórdão que manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por idade rural ao entendimento de que os documentos juntados aos autos não são suficientes para comprovar o exercício de atividade da autora nos moldes previstos nos artigos 39, 48, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91.
2.Requer o reconhecimento do pedido de uniformização, ao argumento de que preenche os requisitos legais para a concessão da aposentadoria por idade rural, pois apesar do acórdão recorrido ter fixado várias premissas, de forma genérica, não demonstrou qual delas se aplica ao caso concreto, estando, portanto, a decisão impugnada "eivada de nulidade", por ausência de fundamentação.
3.Aduz que a decisão recorrida contraria a jurisprudência dominante do STJ (RESP 675892, 64236 e 960429) e desta TNU (PEDILEF 200783035042339, 200670950114988).
4. A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais, pois no caso em apreço, a Sentença, mantida pelo seus próprios fundamentos no Acórdão, julgou improcedente o pedido inicial em razão de que o único documento apresentado como início de prova material, carteira do sindicato (2004), não foi corroborado pela prova testemunhal, em face da fragilidade dos depoimentos, além da constatação, através de inspeção judicial, de que a autora não possui qualquer característica física das comumentes verificadas em quem exerce atividade rural (mãos grossas, pele queimada pelo sol, etc), aliado ao fato de não demonstrar segurança ao responder perguntas relativas ao labor campesino.
5.No caso, além de faltar similitude fático-jurídico, uma vez que os paradigmas tratam de julgados em que o acórdão estava sem fundamentação específica e dos documentos que podem ser levados em consideração como índicios do exercício da atividade rural, enquanto no caso em análise não há falar-se em ausência de fundamentação, o que não propiciou o deferimento do pedido foi a ausências de complementação da prova material pelos depoimentos, pelo que se infere pretender a recorrente nova análise dos fatos que geraram o não reconhecimento da atividade rural, pelo tempo necessário para implementação do benefício.
6.Aplicação, por analogia, da Questão de Ordem n. 22: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" e da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
7.Incidente de uniformização não conhecido, com aplicação da Questão de Ordem n. 29: "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem" (aprovada na Sessão de 11/10/2011).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0509663-69.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ALICE CARLOS MONTEIRO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE JURÍDICA ENTRE OS PARADIGMAS APONTADOS E O ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 22 DA TNU. FALTA DE COMPROVAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.
1.Trata-se de pedido de uniformização acerca de concessão de benefício assistencial ao idoso, com pagamento dos atrasados desde o requerimento administrativo, fulcrado na CF/88, na Lei 8.213/91 e na Lei 8.742/93.
2.A sentença julgou procedente a demanda, reconhecendo a necessidade de concessão beneficio de AMPARO SOCIAL AO IDOSO, fixando a data da DIB para a data do requerimento administrativo. O acórdão impugnado, por sua vez, manteve a procedência da ação, mudando, no entanto, a data da DIB para a data de ajuizamento da ação.
3.Os acórdãos paradigmas trazidos pela parte autora tratam da súmula 22 da TNU. Ao deliberar sobre o termo inicial do beneficio assistencial, tal súmula trata de situação em que a prova pericial em juízo da conta de que a incapacidade já existia na data do requerimento administrativo. Ocorre que não existe nos autos prova pericial produzida nem pelo réu, nem pelo autor e, nem mesmo pelo juízo.
4.Forçoso reconhecer a ausência de similitude fática entre os acórdãos confrontados e a divergência jurisprudencial apontada. Nesta hipótese, cabível a aplicação da questão de ordem nº 22 da TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0060605-84.2009.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ANA RITA VIEIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. MATÉRIA PROCESSUAL. REEXAME DE PROVA
1.O requerente arguiu a nulidade do processo por cerceamento de defesa e ofensa ao princípio do contraditório, uma vez que não foi apreciada a petição em que impugnou o laudo pericial e porque não foi concedida oportunidade para produzir qualquer outro tipo de prova. Não foi apontada qualquer divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material.
2. A alegação de negativa de prestação jurisdicional pode ser analisada pela TNU quando a omissão da Turma Recursal em se manifestar sobre questão de direito material inviabiliza a configuração de divergência jurisprudencial capaz de ensejar a admissibilidade de pedido de uniformização de jurisprudência. No presente caso, porém, a questão discutida tem natureza processual.
3. As regras de direito material são aquelas que regulam o convívio social entre pessoas e entre elas e o Estado, deferindo a eles, direitos e obrigações. Normatizam as relações referentes a bens e utilidades da vida. Em contrapartida, as regras de direito processual regulam os processos, o modo pelo qual eles se iniciam, se desenvolvem e terminam. A necessidade de complementação do laudo pericial ou a concessão de oportunidade para produzir provas complementares constituem enquadram-se nesta segunda categoria.
4.Divergência jurisprudencial em torno de questões de direito processual não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência. Aplica-se a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual". Fica consequentemente prejudicada a alegação de negativa de prestação jurisdicional pela Turma Recursal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5.O requerente também alegou que o acórdão recorrido não levou em consideração as condições pessoais para efeito de aferir o direito ao benefício por incapacidade. Não obstante, apontou apenas acórdãos paradigmas de Tribunais Regionais Federais. A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal.
6.incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502609-49.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE MELO
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
OAB: CE 7.576
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
2.A arguição de notoriedade do entendimento jurisprudencial paradigmático não dispensa o cotejo analítico.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504439-50.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: NILZA LAURINDO DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
2.A arguição de notoriedade do entendimento jurisprudencial paradigmático não dispensa o cotejo analítico.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503428-80.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CECÍLIA FERREIRA ALVES
PROC./ADV.: PEDRO MOREIRA SAMPAIO JUNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. CONTEMPORANEIDADE DE DOCUMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA DE FATO.
1.O INSS interpôs incidente de uniformização de jurisprudência alegando que, embora o tenha afirmado que a prova material deve ser contemporânea, o acórdão recorrido contraditoriamente baseou-se em prova não contemporânea, no caso certidão de nascimento do filho para comprovar o efetivo trabalho rural nos 12 meses anteriores ao nascimento da criança para concessão do benefício de salário maternidade.
2.Contudo, o acórdão recorrido, ao manter a sentença pelos próprios fundamentos com base no art. 46 da Lei nº 9.099/95, entendeu que há início de prova material contemporâneo para efeito de concessão de salário-maternidade de trabalhadora rural, apontando outros documentos - especialmente quanto aos comprovantes de participação em Programas Governamentais de Apoio aos Trabalhadores Rurais (no caso, o Seguro-Safra), como início de prova material, considerando harmônicos com a prova testemunhal.
3.Os acórdãos paradigmas, invocados no Pedido de Uniformização - desta Turma Nacional de Uniformização e da Turma Recursal de Tocantins - tratam apenas da inadmissibilidade da certidão de nascimento da criança que ensejou o pedido de salário-maternidade como início de prova material, bem como da impossibilidade de a certidão eleitoral, isoladamente, servir como prova.
4.Falta similitude jurídica entre os acórdãos confrontados. Não foi demonstrada a divergência jurisprudencial em torno de matéria de direito.
5.Além disso, de acordo com o art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, o pedido de uniformização de jurisprudência predispõe-se exclusivamente a resolver divergência sobre questões de direito material. Aplicação da Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
6.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500805-40.2009.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA GEOVANIA DE SOUSA BASTOS
PROC./ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. SALÁRIO-MATERNIDADE. SEGURADA ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. REEXAME DE PROVA.
1.O acórdão recorrido, ao manter a sentença pelos seus próprios fundamentos, não reconheceu direito ao salário-maternidade após analisar o conjunto probatório, concluindo que a prova oral não veio a corroborar documentos que, em tese, serviriam para comprovar a atividade rurícola exercida pela autora, considerando que o julgador monocrático se valeu do princípio do livre convencimento motivado.
2.Os acórdãos paradigmas citados no incidente de uniformização tratam apenas da admissibilidade de determinadas espécies de documentos como início de prova material. O acórdão recorrido, porém, não desqualificou o início de prova material com base no tipo de documento, mas a partir da análise em conjunto com as demais provas - testemunhal, depoimento pessoal, inspeção da autora e vínculo urbano do cônjuge. Não foi demonstrada divergência jurisprudencial. O verdadeiro fundamento do acórdão recorrido não contraria os acórdãos paradigmas, pois não questionou o início de prova material.
3.O incidente de uniformização de jurisprudência não ultrapassa, pois, o juízo de admissibilidade.
4.É manifesta a falta de similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
5.Ademais, o reexame da valoração da prova é inadmissível em sede de pedido de uniformização de jurisprudência.
6.Isso posto, não conheço do incidente de uniformização de jurisprudência.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0507994-72.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA MÁRCIA GONÇALVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CICERO MÁRIO DUARTE PEREIRA
OAB: CE-12564
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INADMISSIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COM ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL.
1.Para demonstrar divergência jurisprudencial, foram apontados acórdãos paradigmas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da 5ª Região. A admissibilidade do pedido de uniformização de interpretação de lei federal pressupõe que o acórdão recorrido crie divergência com decisão de outra Turma Recursal ou contrarie a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Impossibilidade jurídica de aferir divergência jurisprudencial com acórdão paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal.
2.Decisões de Tribunais Regionais Federais não servem como paradigmas para fins de exame de admissibilidade de incidente de uniformização (art. 14, § 2º da Lei n. 10.259/01).
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502921-28.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA IVONEIDE DE SOUZA OLIVEIRA
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
OAB: CE-12235
PROC./ADV.: CÉLIA BRITO
OAB: CE-10560
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AUXÍLIO MATERNIDADE. TRABALHADOR RURAL. VALORAÇÃO DA PROVA MATERIAL E TESTEMUNHAL PRODUZIDA. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 42 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1.A Autora pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença, manteve a sentença de improcedência e negou o direito à mesma de percepção de auxílio maternidade rural. Alega que o entendimento exarado seria divergente daquele de outras turmas recursais, onde o vínculo urbano do marido não descaracteriza a condição de rural da esposa.
2.Tanto a sentença quanto o acórdão se pautaram na inexistência de prova material e testemunhal robusta da condição incontroversa que comprovassem o trabalho da autora na roça. As duas decisões foram objetivas diante da validade das provas, prestigiando-se o contato direto do julgador com a parte que se diz trabalhadora rural. Sendo assim, não o que se falar em relação aos documentos juntados aos autos, em detrimento da convicção do julgador, uma vez que tal procedimento implicaria inevitavelmente o reexame vedado pelo enunciado de n. 42 desta Turma: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.
3.Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.72.54.010543-9
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TAIZE RENATO IRMÃO
PROC./ADV.: RODRIGO CUSTÓDIO DE MEDEIROS
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. ACÓRDÃOS PARADIGMAS SEM INDICAÇÃO DE FONTE.
1.O acórdão paradigma da 2ª Turma Recursal de Alagoas foi juntado em inteiro teor, mas sem indicação da fonte de onde foi extraído. Quando o incidente de uniformização de jurisprudência questiona divergência entre acórdãos prolatados por Turmas Recursais de diferentes Regiões, ao requerente incumbe o ônus de carrear aos autos a íntegra dos julgados apontados como paradigmas. Trata-se de ônus da parte, que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem nº 3 da TNU.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2.O requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Não basta a mera transcrição do inteiro teor do acórdão paradigma no corpo da petição de uniformização. Trata-se de exigência formal que, além de permitir a verificação da divergência apontada, visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro, 06 dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503304-03.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ILDEVANIA NOGUEIRA RABELO
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
PROC./ADV.: MARIA ATLANEIDE PIRES MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. SALÁRIO-MATERNIDADE. SEGURADA ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. REEXAME DE PROVA.
1.O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos. A sentença negou direito ao salário-maternidade após analisar o conjunto probatório, concluindo que a prova oral não veio a corroborar documentos que, em tese, serviriam para comprovar a atividade rurícola exercida pela autora, bem como, pela existência de vínculo urbano pela autora.
2.Os acórdãos paradigmas citados no incidente de uniformização tratam apenas da admissibilidade de determinadas espécies de documentos como início de prova material. O acórdão recorrido, porém, não desqualificou o início de prova material com base no tipo de documento, mas a partir da análise em conjunto com as demais provas - apontando especialmente a contradição da testemunhal com o depoimento pessoal, inspeção da autora e vínculo urbano da autora. Não foi demonstrada divergência jurisprudencial. O verdadeiro fundamento do acórdão recorrido não contraria os acórdãos paradigmas, pois não questionou o início de prova material.
3.O incidente de uniformização de jurisprudência não ultrapassa, pois, o juízo de admissibilidade.
4.É manifesta a falta de similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
5.Ademais, o reexame da valoração da prova é inadmissível em sede de pedido de uniformização de jurisprudência.
6.Isso posto, não conheço do incidente de uniformização de jurisprudência.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0516031-94.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ALZENIR FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA
OAB: CE-11371
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. SALÁRIO-MATERNIDADE. SEGURADA ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. REEXAME DE PROVA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.O acórdão recorrido, ao manter a sentença pelos seus próprios fundamentos, não reconheceu direito ao salário-maternidade após analisar o conjunto probatório, concluindo que a prova oral não veio a corroborar documentos que, em tese, serviriam para comprovar a atividade rurícola exercida pela autora.
2.Os acórdãos paradigmas colacionados no incidente de uniformização tratam apenas da admissibilidade de determinadas espécies de documentos como início de prova material. O acórdão recorrido, porém, não desqualificou o início de prova material com base no tipo de documento, mas a partir da análise em conjunto com as demais provas - especialmente o depoimento pessoal da autora. Não foi demonstrada divergência jurisprudencial. O verdadeiro fundamento do acórdão recorrido não contraria os acórdãos paradigmas, pois não questiona o início de prova material.
3.É manifesta a falta de similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados. Não ficou demonstrada divergência jurisprudencial.
4.Além disso, o art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
5.Ademais, o reexame da valoração da prova é inadmissível em sede de pedido de uniformização de jurisprudência.
6.Isso posto, não conheço do incidente de uniformização de jurisprudência.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500300-55.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA LUCIENE DE MORAES PINHEIRO
PROC./ADV.: REGINA ALVES DE SOUSA LIMA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PROCESSUAL. PENSÃO POR MORTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. REQUISITOS. FALTA DE QUALIDADE DE SEGURADO. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. SÚMULA N. 42.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora contra acórdão que manteve a sentença improcedente. O pedido autoral de concessão de pensão por morte em decorrência do falecimento do (a) esposo (a), segurado (a) especial, e o pagamento das parcelas atrasadas, não foi acolhido, uma vez que o inicio de prova apresentado restou infirmado pela falta de documentação comprobatória, não podendo a qualidade de segurado especial ser reconhecida com base exclusivamente na prova testemunhal.
2.Requer o recorrente seja considerada a certidão de casamento como início razoável de prova material, bem como reconhecido o conjunto probatório como suficiente para a concessão do benefício.
3.De fato, a Súmula 06 da TNU assevera a idoneidade da certidão de casamento como início razoável de prova material da atividade rurícola, porém esta deve ser considerada no contexto probatório constituído nos autos, o qual já foi profundamente analisado e valorado. Ocorre que restou comprovado ao julgador, que, tanto a autora quanto o de cujus tinham residência em localidade urbana, descaracterizando, assim, a condição de segurado especial.
4.A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais. No caso, o recorrente pretende nova análise dos fatos que geraram o não reconhecimento da atividade rural. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5.Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro/RJ, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502961-64.2010.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDA SOLANGE DE SOUZA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. NULIDADE POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO REJEITADA. RAZÕES RECURSAIS GENÉRICAS. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA.
1.O acórdão recorrido, ao tomar as razões da sentença como fundamento para decidir, incorporou-as. Essa forma de fundamentação é válida, tendo em vista o art. 46 da Lei nº 9.099/95, cuja constitucionalidade foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do AI-AgReg 749.969, Relator Ministro Ricardo Lewandowski. Rejeitada a arguição de nulidade do acórdão por ausência de motivação.
2.Quanto às demais questões, o incidente de uniformização de jurisprudência contém razões genéricas. Foram listados inúmeros julgados do STJ e da TNU, sem identificar em que pontos eles estariam divergindo do acórdão recorrido. A petição de uniformização ataca pontos que nem sequer foram questionados nos autos.
3.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A petição de uniformização não demonstrou o dissídio jurisprudencial, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
4."O Poder Judiciário não pode ser equiparado a uma loteria ou jogo de dardos, nos quais o postulante 'atira em todas as direções' na esperança de acertar em ponto relevante. A provocação de devolução da prestação jurisdicional pressupõe limitação a especificidades do caso concreto, sob pena de se caracterizar como um desejo de debate sobre teses, em abstrato" (PU 0502827-37.2010.4.05.8103/CE, Rel. Simone Lemos Fernandes, julgado em 29/3/2012).
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500810-19.2010.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CLEZIA GOMES DE SOUSA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA INTERPOSTO PELO AUTOR. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. ACÓRDÃO PARADIGMA SEM INDICAÇÃO DE FONTE. SÚMULA 42 DA TNU. NÃO CONHECIDO.
1.A autora arguiu divergência jurisprudencial em torno da interpretação da lei pelo juízo prolator da sentença, no que se refere à análise pelo mesmo, dos documentos que compuseram a inicial e que indicariam um início razoável de prova material da condição de rurícola da autora. Ocorre que o acórdão paradigma foi apresentado em petição apartada, mas sem indicação da fonte de onde foi extraído.
2.Quando o incidente de uniformização de jurisprudência questiona divergência entre acórdãos prolatados por Turmas Recursais de diferentes Regiões, ao requerente incumbe o ônus de carrear aos autos a íntegra dos julgados apontados como paradigmas. Trata-se de ônus da parte, que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem nº 3 da TNU.
3.O requerente pode se desincumbir desse ônus mediante juntada de certidão, cópia autenticada, citação do repositório de jurisprudência ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Não basta a mera transcrição do inteiro teor do acórdão paradigma no corpo da petição de uniformização ou apresentação de cópia do acórdão. Trata-se de exigência formal que, além de permitir a verificação da divergência apontada, visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas.
4.Além deste fato, que por si só já inviabiliza o processamento do incidente, verifico, ainda, que o cerne da questão não se refere apenas à comprovação de início de prova material pela autora. Esta, segundo o juízo monocrático restou comprovada. A prova dos autos, contudo, que foi devidamente analisada pelo julgador, não indicaram de maneira clara e inequívoca a condição de rural da autora. Deste modo, o que se busca com este pedido de uniformização, além da impossibilidade de seu processamento pela ausência de indicação da fonte, é o reexame dos documentos apresentados, reexame este vedado à este Colegiado (Súmula 42, da TNU).
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501921-47.2010.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: BENEDITA ERILANIA DO NASCIMENTO ALVES
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
2.A arguição de notoriedade do entendimento jurisprudencial paradigmático não dispensa o cotejo analítico.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500989-65.2010.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUDIMILLA MARESSA DA SILVA RAFAEL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
2.A arguição de notoriedade do entendimento jurisprudencial paradigmático não dispensa o cotejo analítico.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500162-54.2010.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANGELUCIA AMARO SILVANO
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
PROC./ADV.: CLÁUDIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
2.A arguição de notoriedade do entendimento jurisprudencial paradigmático não dispensa o cotejo analítico.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500378-97.2010.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FABIANA RODRIGUES MONTEIRO
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. SALÁRIO-MATERNIDADE. SEGURADA ESPECIAL. MAIS DE UM FUNDAMENTO A EMBASAR A SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM N. 18 DESTA TNU. REEXAME DE PROVA. NÃO CONHECIMENTO.
1. O acórdão recorrido manteve a sentença pelos próprios fundamentos. A sentença negou direito ao salário-maternidade a segurada especial, por considerar que, apesar de constar na certidão de casamento a autora e seu marido como agricultores, tal prova não foi confirmada por outras provas, concluindo que a prova material mostrou-se frágil e não foi corroborada pela prova oral, especialmente porque no depoimento pessoal, a requerente demonstrou não possuir familiaridade com o labor campesino, desconhecendo de plano a realidade rurícola, concluindo pela não comprovação da sua condição de segurada especial.
2. Incidente de Uniformização em que a parte autora sustenta a existência de início de prova material e que preenche todos os requisitos para obtenção do benefício de salário-maternidade. Os acórdãos paradigmas sustentam a admissibilidade de certidão da Justiça Eleitoral como início de prova material e de documentos em nome do cônjuge varão para comprovar a atividade rural da mulher.
3. Observo que o v. acórdão, que manteve a sentença por seus próprios fundamentos, negou provimento ao recurso da parte autora não só por considerar frágil o início de prova material apta para o reconhecimento da atividade especial, mas também calcada na prova oral produzida, a qual não se mostrou suficiente para formar o convencimento do Julgador no reconhecimento da condição de segurada especial da autora.
4. Destarte, quando as razões do Incidente não abrangem todos os fundamentos da decisão recorrida, versando apenas acerca de uma das razões de improcedência do pedido inicial, configura-se hipótese passível de aplicação da Questão de Ordem n. 18 desta TNU, segundo a qual "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
5. Ademais, a discussão posta no incidente, na verdade, pretende rever os contornos fáticos probatórios que orientaram a manutenção da sentença de primeiro grau pela Turma Recursal de origem. As considerações apresentadas no pedido de uniformização permeiam o contexto fático probatório e o peso que o magistrado dá a ele, ao analisar a presença ou não, dos requisitos ensejadores à concessão do benefício previdenciário.
6. Verifica-se, portanto, hipótese de reexame de prova, o que é vedado, no âmbito deste órgão uniformizador, conforme aplicação analógica da Súmula 07 do STJ.
7. Acresça-se ainda que a incursão da TNU nessa seara implicaria em contrariedade aos termos da sua Súmula 42, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."
8. Pedido de Uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500071-34.2010.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: RITA ALVES COSTA
PROC./ADV.: ADEILSON FERREIRA DE ANDRADE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. EMPREGADOR RURAL. QUESTÃO ORDEM Nº18 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.O acórdão recorrido manteve a sentença por seus próprios fundamentos. Esta, por sua vez, julgou improcedente a pretensão autoral, uma vez que da análise minuciosa do conjunto probatório carreado aos autos, foi possível concluir que o marido da autora, já falecido, se enquadrava na condição de empregador rural e possuía terras com vasta área de extensão, fatos que não ensejam a concessão do benefício, ante a ausência de regime de economia familiar.
2.O incidente de uniformização tentou demonstrar divergência com acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais do Mato Grosso, no processo 2007.36.00.702904-4, Rel. Paulo Cezar Alves Sodré, DJ 06.07.2007, em que o benefício foi concedido a um produtor rural em razão da comprovação, através da análise do conjunto probatório, do exercício da atividade rural em regime de economia familiar. O acórdão paradigma ressalta que a vedação implícita é somente com relação à existência de empregados, não havendo restrição quanto ao tamanho da terra. Em que pese as divergências apontadas, verifico que o acórdão recorrido apresenta demasiadas razões que descaracterizam o regime de economia familiar.
3.Aplicação da Questão de Ordem nº18 da TNU: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
4.Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501663-40.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA DA SILVA
PROC./ADV.: VALDECI LEITE ALENCAR
OAB: CE-13375
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EMENTA

PROCESSUAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULA N. 42. QUESTÃO DE ORDEM N.29. OFENSA INEXISTENTE.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora contra acórdão que manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por idade rural ao entendimento de que os documentos juntados aos autos não são suficientes para comprovar o exercício de atividade da autora no período de carência exigido pelo art. 143, da Lei nº 8.213/91.
2. Alega a recorrente que trouxe aos autos documentação suficiente para comprovação de início de prova material e o consequente reconhecimento do direito ao benefício pleiteado.
3.Aduz que a decisão recorrida contraria o entendimento jurisprudencial do STJ no REsp 210246/SP e de julgado do TRF 3ª R - AC 95.03.064790-8.
4.Impossibilidade jurídica de apreciação de incidente cujo precedente decorra de Tribunal Regional Federal. Referência à TRF 3ª R - AC 95.03.064790-8.
5.A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais. No caso, a recorrente pretende nova análise dos fatos que geraram o não reconhecimento da atividade rural, pelo tempo necessário para a implementação do benefício.
6.Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
7.Incidente de uniformização não conhecido, com aplicação da Questão de Ordem n. 29: "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem" (aprovada na Sessão de 11/10/2011).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.71.50.000076-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GÜNTHER GAULKE JÚNIOR
PROC./ADV.: ELISÂNGELA BÜTTENBENDER DE SOUZA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PRAZO PRESCRICIONAL. AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS PERICIAIS FIXADOS EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. PAGAMENTO. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. JUSTIÇA GRATUITA. BENEFICIÁRIO SUCUMBENTE. APLICABILIDADE DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL (DECRETO N.º 20.910/32). JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO STJ. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.
1.Pedido de Uniformização manejado em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, dando parcial provimento ao recurso inominado interposto pela parte autora e negando provimento ao recurso interposto pela União, reformou a sentença apenas para majorar o quantum dos honorários periciais devidos em ação reclamatória trabalhista, gizando quanto à prejudicial alegada: "A prescrição de quaisquer débitos contra a União é regulada pelo Decreto 20.910/32, que estabelece o prazo de cinco anos, porquanto 'Nas relações de direito público, o prazo prescricional qüinqüenal do Decreto 20.910/32 deve ser aplicado a todo e qualquer direito ou ação contra a fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for sua natureza.' (AgRgREsp nº 971.616/AC, Relator Ministro Felix Fischer, in DJ 3/3/2008). No presente feito, o início da contagem do prazo será a data em que o beneficiário dos honorários (perito) teve ciência da decisão definitiva de que o responsável pelo pagamento estava dispensado do mesmo por ser beneficiário de AJG".
2.Argumenta a União que é anual o prazo prescricional da ação de cobrança de honorários periciais e que a decisão recorrida contraria os julgados proferidos nos REsp 180.961/SP e o REsp 281.432/RJ e as decisões monocráticas proferidas nos REsp 895.598/SP e REsp 901315/SP.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3.A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça inicialmente hesitou quanto aos prazos de prescrição aplicáveis às pretensões contra a Fazenda Pública, à luz do Código Civil e do Decreto nº 20.910/32, não apenas nos casos de cobrança de honorários periciais, mas em diversas outras questões. Não subsiste, no entanto, mais dúvida quanto à matéria, havendo o STJ pacificado o entendimento, inclusive especificamente quanto à questão em análise, no sentido de que "quando a parte vencida for beneficiária da gratuidade de justiça e o Estado foi condenado a arcar com os honorários periciais, o prazo prescricional para a sua cobrança é o quinquenal, seja em razão do art. 12 da Lei n.º 1.060/1950, seja pela aplicação do artigo 1º do Decreto n.º 20.910/1932' (REsp n.º 1.285.932/RS, 2.ª T., Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 13/06/2012) prevalece o prazo de prescrição quinquenal previsto no Decreto nº 20.910/32, tido como lei especial em relação ao Código Civil, seja em razão do art. 12 da Lei n.º 1.060/1950, seja pela aplicação do artigo 1º do Decreto n.º 20.910/1932", conforme decisões recentes nos julgados: EREsp n.º 1.081.885 RR, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, julgado em 13.12.2010, Dje 1.º.2.2011; 1.285.932/RS, 2.ª T., Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 13/06/2012; AgRg no AREsp n.º 32.758 MG, 1.ª T., Min. Benedito Gonçalves, DJe de 15/06/2012.
4.Assim, deve ser uniformizado o entendimento de que o prazo prescricional da pretensão à cobrança de honorários periciais contra a Fazenda Pública é de cinco anos (Decreto nº 20.910/32, art. 1º), afastando-se a aplicação do prazo prescricional de um ano previsto no art. 206, § 1º, III, do novo Código Civil, em conformidade com o acórdão recorrido.
5.Ante o exposto, voto por CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e negar provimento ao Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília/DF, 14 de novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.72.51.007862-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MAURINA MACEDO QUINTINO
PROC./ADV.: JUCÉLIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

ATIVIDADE ESPECIAL. VIGILANTE. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. NECESSIDADE DE USO DE ARMA DE FOGO.
1.A requerente pediu a revisão de benefício previdenciário com base na conversão do tempo de serviço especial na atividade de guarda/vigilante no período de 03/03/75 a 01/09/88.
2.O acórdão recorrido não reconheceu condição especial de trabalho nesse período porque a atividade de vigilante, embora comporte enquadramento no item 2.5.7 do Decreto nº 53.831/64 por equiparação à atividade dos guardas), pressupõe a comprovação do exercício da função mediante porte de arma de fogo.
3.A jurisprudência da TNU está pacificada no sentido de que o vigilante precisa comprovar o uso habitual de arma de fogo em serviço para poder ser equiparado ao guarda e, por conseguinte, enquadrar-se no Código 2.5.7 do quadro anexo ao Decreto nº 53.831/64. O que caracteriza a atividade do guarda como perigosa é o uso de arma de fogo. Se o vigilante não comprova o porte habitual de instrumento dessa natureza, a equiparação com o guarda não se justifica.
4.O acórdão recorrido está em consonância com o entendimento consolidado Turma Nacional de Uniformização. Nesse caso, aplica-se a Questão de Ordem nº 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.72.55.003264-2
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LUIZ AMILTON PERES GONçALVES
PROC./ADV.: VIVIANE MAGALHÃES BENEVIDES
OAB: SC-26631
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. EXPOSIÇÃO NÃO HABITUAL E PERMANENTE A AGENTES NOCIVOS. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1.O acórdão recorrido avaliou casuisticamente a descrição das atribuições do segurado e, com base nelas, concluiu que a exposição aos agentes nocivos mencionados nos documentos que instruem os autos, se havia, ocorria de modo meramente eventual ou intermitente. Por isso, não reconheceu tempo de serviço especial após 28/4/1995.
2.O requerente apontou acórdãos paradigmas que consideraram que a comprovação da efetiva exposição à agentes insalubres de forma habitual e permanente, no que diz respeito ao período posterior à entrada em vigor da Lei 9.032, de 28/04/1995, deve ser realizada através dos formulários previdenciários, os quais descrevem as atividades do segurado, bem como o agente nocivo à saúde ou perigo a que está sujeito.
3.O acórdão recorrido baseou-se na valoração casuística dos documentos apresentados para concluir que a exposição não era habitual e permanente. O entendimento contido nos acórdãos paradigmas é genérico e não inclui impedimento para o juiz, com base no livre convencimento motivado, afastar a conclusão contida em formulários ou laudos técnicos. Falta similitude fática entre os julgados confrontados. Não ficou comprovada divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material.
4.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.72.55.005356-6
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: AGOSTINHO PELLIS
PROC./ADV.: ERNESTO ZULMIR MORESTONI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. CONDIÇÃO ESPECIAL DE TRABALHO. CÂMARAS FRIGORÍFICAS. INSALUBRIDADE COMPROVADA. PEDIDO PROVIDO.
1.A sentença reconheceu condição especial de trabalho por exposição ao frio em câmaras frigoríficas, mas limitou o enquadramento ao período encerrado em 05/03/1997, uma vez que o Anexo IV do Decreto nº 2.172, de 05.03.1997 não previu o frio dentre os agentes nocivos à saúde. O acórdão recorrido confirmou a sentença por seus próprios fundamentos.
2.O autor interpôs pedido de uniformização requerendo o reconhecimento de atividade especial no período de 06/03/1997 a 22/06/2009 ou, alternativamente, o retorno dos autos para adequação do julgado conforme entendimento pacífico do STJ.
3.O rol de agentes nocivos à saúde e à integridade física constante dos regulamentos previdenciários não é taxativo, mas meramente exemplificativo. É possível reconhecer condição especial de trabalho por exposição a agentes nocivos não previstos no Anexo IV do Decreto nº 2.172/97, desde que laudo pericial elaborado por engenheiro de segurança do trabalho ou médico do trabalho comprove a existência de insalubridade. Entendimento consagrado na Súmula 198 do TFR e na jurisprudência dominante do STJ.
4.O reconhecimento de condição especial de trabalho por exposição ao frio no período posterior a 05/03/1997 depende de exame do conjunto probatório para aferir se ficou efetivamente comprovada a insalubridade. A TNU não pode examinar os fatos. Por isso, uniformizado o entendimento sobre o critério jurídico de valoração da prova, caberá à Turma Recursal de origem proceder à adequação do acórdão recorrido.
5.Pedido alternativo provido para: (a) uniformizar o entendimento de que o agente frio pode configurar condição especial de trabalho após 05/03/1997, desde que laudo pericial comprove a existência de insalubridade; (b) determinar que a Turma Recursal de origem proceda à adequação do acórdão recorrido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em dar provimento ao pedido alternativo do incidente de uniformização e determinar que a Turma Recursal de origem proceda à adequação do acórdão recorrido.
Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500207-42.2010.4.05.9820
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: NILDA DE PAIVA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE JURÍDICA ENTRE OS PARADIGMAS APONTADOS E O ACÓRDÃO RECORRIDO. FALTA DE COMPROVAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.
1.A sentença extinguiu o processo sem resolução do mérito, em razão do transcurso de dois anos entre o indeferimento administrativo e o ajuizamento da ação, com fundamento no art. 267, VI, CPC. O acórdão recorrido manteve a sentença por seus próprios fundamentos.
2.Os acórdãos paradigmas do STJ e da TNU tratam das parcelas não prescritas e não quitadas, relativas ao quinquênio anterior à propositura da ação. O acórdão recorrido não divergiu desse entendimento, porque não tratou das parcelas do benefício assistencial requerido. Por outro lado, não foi demonstrada divergência jurisprudencial em relação ao tema da extinção do processo sem resolução de mérito com a fundamentação adota. Os paradigmas citados no incidente de uniformização tratam apenas das parcelas não prescritas e não quitadas, relativas ao quinquênio antecedente ao ajuizamento da ação.
3.Dessa forma, o acórdão recorrido não contraria os paradigmas apontados, uma vez que o seu verdadeiro fundamento se pauta em uma das condições da ação, qual seja, a ausência de interesse de agir do segurado pela falta de pretensão resistida.
4.Ante a ausência de similitude jurídica entre os acórdãos confrontados e de divergência jurisprudencial em torno de matéria de direito, cabe a aplicação da questão de ordem nº 22 da TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.(Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)."
5.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500286-85.2011.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUCELIA LIMA COSTA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. SEGURADA ESPECIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. REEXAME DE PROVAS.
1.Não se conhece de pedido de uniformização quando o acórdão invocado como paradigma não discute a mesma matéria fática e jurídica, conforme Questão de Ordem n. 22 desta TNU: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
2.A jurisprudência desta Turma é no sentido de que "paradigmas de aposentadoria rural por idade não podem ser usados para confrontar decisão de salário-maternidade, por terem substrato fático diferenciado. Naqueles se objetiva a comprovação de toda uma vida dedicada ao labor no campo e esta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência vem, de fato, flexibilizando a necessidade de contemporaneidade do início de prova material, uma vez que se busca a contrapartida a toda uma vida de trabalho rural, no momento da velhice. Desse modo, certidões muito antigas, de casamento, nascimento de filhos ou óbito do cônjuge, vem sendo admitidas como início de prova e tendo a sua eficácia estendida por todo o período de carência. Diversamente, em feitos nos quais se busca a concessão de salário-maternidade, a contemporaneidade do início de prova material não pode ser examinada com a mesma flexibilidade, uma vez que se trata de benefício que praticamente substitui a momentânea impossibilidade de trabalho derivada do parto, possuindo, portanto, natureza quase que salarial" (TNU, PEDILEF 05040027120074058103, Rel. Juiz Federal Vladimir Santos Bitovsky, Sessão de 29.03.2012).
3.Além disso, os acórdãos paradigmas citados no incidente de uniformização tratam apenas da admissibilidade de determinadas espécies de documentos como início de prova material. O acórdão recorrido, porém, tomando como razões de decidir as propaladas na sentença, entendeu estar presente o início de prova material de labor rural contemporâneo ao período de carência do benefício pleiteado, contudo negou o direito ao benefício, ao analisar as demais provas presentes nos autos, sob o fundamento de que, embora a autora tivesse recebido salário-maternidade como segurada especial em 2005, consta no CNIS que ela manteve vínculo de trabalho urbano, com admissão em 2006. Demais, pontuou que o início de prova material não foi corroborado por depoimentos harmônicos e convincentes. Nesse aspecto, o recorrente não demonstrou divergência jurisprudencial em relação às premissas adotadas pelo acórdão recorrido com base em matéria direito. Aplica-se a Súmula nº 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato"
4.Incidente não conhecido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.
Rio de Janeiro, 06 dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501219-73.2011.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DE FATIMA DA SILVA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.O art. 13 do regimento interno da Turma Nacional de Uniformização dispõe que o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial. A requerente não demonstrou o dissídio, porque não realizou cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas. O cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os pontos em que eles divergem do acórdão recorrido.
2.A arguição de notoriedade do entendimento jurisprudencial paradigmático não dispensa o cotejo analítico.
3.Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do incidente de uniformização.
Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0058538-25.2004.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ROSA JOSEFA DE JESUS LUIZ
PROC./ADV.: WILSON MIGUEL
PROC./ADV.: VERA LÚCIA D AMATO
PROC./ADV.: LUIZ HENRIQUE XAVIER CAVALCANTI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCÁRIO. TESES JURÍDICAS INOVADORAS: CORREÇÃO PELO ÍNDICE DA ORTN/OTN E MAJORAÇÃO DO COEFICIENTE DE CÁLCULO DO BENEFÍCIO ANTERIOR (APOSENTADORIA POR INVALIDEZ). FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NO QUE TANGE À INCORPORAÇÃO DA METADE DO AUXÍLIO-ACIDENTE À PENSÃO POR MORTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. A autora, recorrente, pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos, julgou improcedente o pedido de revisão do benefício de pensão por morte. Alega, em suma, que tem direito: (i) à correção do seu benefício previdenciário com base na ORTN/OTN; (ii) à majoração do coeficiente de cálculo do benefício anterior (aposentadoria por invalidez), para 100% do salário-de-benefício e (iii) à incorporação da metade do valor do auxílio-acidente ao valor da pensão por morte.
2. De pronto, no tocante às alegações de recálculo da renda mensal inicial da pensão por morte, para fazer incidir o índice ORTN nos benefícios originários, bem como o coeficiente de cálculo de 100% sobre o salário-de-benefício da aposentadoria por invalidez, é de se constatar que tais matérias sequer foram suscitadas quando da interposição de recurso inominado contra a sentença, estando, portanto, preclusas. Idêntica conclusão, inclusive, foi também extraída pela Turma Recursal de origem, que apontou o presquestionamento feito pela autora somente com relação ao pedido de incorporação do auxílio-acidente.
3. Desse modo, considerando que as teses referentes à aplicação da ORTN/OTN e à majoração do coeficiente de cálculo não foram apreciadas pelo órgão inferior, afigura-se incabível o presente incidente conforme o enunciado da Questão de Ordem n. 10, segundo o qual: "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."
4. No que tange à questão atinente à possibilidade de incorporação da parcela relativa ao auxílio-acidente titularizada pelo falecido marido da recorrente, ao valor percebido a título de pensão por morte, é de se constatar que a recorrente não juntou qualquer julgado demonstrando suposta divergência entre o acórdão impugnado com decisão proveniente de qualquer outra Turma Recursal, ou mesmo com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Insta ressaltar que o único aresto apresentado pela autora trata da aplicação do índice da ORTN/OTN, motivo pelo qual, com relação a esta tese, não merece também ser conhecido o incidente.
5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
6. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2005.63.01.014309-1
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA PINHEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: LUIS FELIPE FERRARI BEDENDI
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. RECURSO QUE NÃO ABRANGE TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM 18 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. A autora, ora recorrente, pretende a modificação do acórdão que, dando provimento ao recurso inominado interposto pelo INSS, rejeitou o pedido de benefício assistencial. Alega, em suma, que o acórdão recorrido diverge do posicionamento adotado pela 1ª Turma Recursal de Mato Grosso e pelo Superior Tribunal de Justiça, que entendem pela possibilidade de concessão de benefício assistencial a deficiente que tenha vida independente.
2. No caso, é de se constatar que o acórdão recorrido, ao reformar os termos da sentença, inadmitiu a concessão do benefício assistencial não só pelo fato de ter sido constatada a capacidade da autora para os atos da vida independente, mas também em razão de a perícia ter atestado a inocorrência da incapacidade total para o trabalho. É interessante ressaltar que o acórdão impugnado acatou o resultado da perícia médica que concluiu que a autora estaria incapacitada apenas para atividades que demandassem esforços físicos. Nesse sentido, o aresto impugnado registrou que: "[...] O laudo pericial atestou que a autora é portadora de Adenocarcinoma de Colo de Útero, tendo se submetido a vários procedimentos cirúrgicos, estando atualmente controlado; Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus controladas com medicação. Em face das complicações e cicatrizes na parede abdominal, apresenta restrições para atividades que demandem esforços físicos limitando sua capacidade trabalho remunerado como doméstica, porém não para atividades com menor dificuldade [...]".
3. Nos termos da Questão de Ordem n. 18 da Turma Nacional de Uniformização, o pedido de uniformização deve abranger todos os fundamentos da decisão impugnada, sob pena de esta ser mantida quando o fundamento remanescente for suficiente para isso. O acórdão recorrido, que julgou improcedente a demanda, baseou-se também, repita-se, na ausência da incapacidade laborativa total da autora, item não abordado pelo recurso e suficiente para manutenção do acórdão.
4. Ademais, o reexame desse motivo importaria revolvimento de matéria fática, o que é vedado pela Súmula 42 desta Turma.
5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
6. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por maioria, não conhecer do pedido, nos termos do voto-ementa do Relator, vencidos os Juízes Federais Herculano Martins Nacif e Kyu Soon Lee, que conheciam do incidente.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501643-85.2006.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: SEVERINA RAMOS OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PENSÃO POR MORTE. PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. ALEGAÇÃO DE NULIDADE PREJUDICADA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. A recorrente pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos, declarou a prescrição do direito de revisão do ato administrativo que cessou o pagamento de benefício previdenciário. Alega que houve cerceamento de defesa, tendo em vista que foi indeferido exame de DNA pelo juízo de 1º grau. Afirma, ainda, que houve prescrição administrativa do direito de rever o ato que concedeu o benefício previdenciário. Indica como paradigmas os acórdãos proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça (MS 7.978/DF) e pela Turma Recursal da Bahia (2004.33.00.762751-0).
2. Não há a necessária similitude entre as situações jurídicas sob confronto, que possibilite a almejada uniformização de jurisprudência. No acórdão paradigma do Superior Tribunal de Justiça foi decidido que não pode a Administração Pública anular ato seu após o prazo prescricional de cinco anos. Por sua vez, nos presentes autos, a sentença e o acórdão proferido pela turma de origem entenderam que o direito da parte autora de rever o ato suspensivo da pensão por morte prescreveu após o decurso de cinco anos. Tratou-se aqui da prescrição do fundo de direito prevista no Decreto 20.910/32 para cobrança contra a Fazenda Pública, enquanto naquele outro, acórdão paradigma, a discussão envolveu o prazo prescricional para a Administração Pública anular ato administrativo de efeitos favoráveis ao administrado. No primeiro, anulação do ato que cessou o benefício, a prescrição favorece o ente público. No segundo, anulação do ato que concedeu o benefício, o prazo prescricional é fixado em seu desfavor.
3. Não afastada a prescrição declarada pela Turma Recursal de origem, fica prejudicada a alegação de nulidade por cerceamento de defesa.
4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
5. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.50.021491-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANTÔNIO CARLOS DORNELLES
PROC./ADV.: ROSANI RUSZKOWSKI DORNELLES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PRAZO PRESCRICIONAL. AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS PERICIAIS FIXADOS EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. APLICABILIDADE DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL (ART. 1º DO DECRETO 20.910/32). JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO STJ. JUROS DE MORA. ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/97. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NESTA TNU. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N. 13. INCIDENTE PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO.
1. A União, ora, recorrente, pretende a modificação do acórdão que deu provimento ao recurso inominado interposto pelo autor. Sustenta, em suma, a aplicação da prescrição ânua, em detrimento da qüinqüenal, com fulcro no disposto no art. 206, § 1º, III, do Código Civil. Subsidiariamente, requer a fixação dos juros de mora no percentual de 6% ao ano, nos termos da Lei 11.960/09. Cita como paradigmas julgados provenientes do Superior Tribunal de Justiça, quais sejam: REsp 895.598/SP, REsp 901.315/SP, REsp 180.961/SP, REsp 281.432/RJ, AgRg no REsp 780.933/RS, REsp 654745/RS e AgRg no REsp 554268/RS.
2. Sobre a discussão referente ao prazo prescricional, encontra-se configurada a divergência exigida pelo art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 apenas com relação ao REsp 895.598/SP. Quanto aos outros casos, a situação fática é distinta.
3. No mérito, sem razão a recorrente. A questão em discussão foi recentemente decida por este Colegiado, ao julgar o Pedilef 2009.71.50.001910-8 (DJ 17-10-2012), nos termos do voto-vista do Juiz Janilson Siqueira pela aplicabilidade da prescrição qüinqüenal, tendo sido firmada a tese de que o prazo prescricional da pretensão à cobrança de honorários periciais contra a Fazenda Pública é de 5 (cinco) anos, de acordo com o disposto no art. 1º do Decreto 20.910/32. Entendimento igualmente firmado em acórdão prolatado nos autos do Pedilef 2008.71.50.015818-9 (representativo de controvérsia), julgado em 14-11-2012, da relatoria do Sr. Juiz Rogério Moreira Alves
4. Quanto à questão referente à incidência de juros de mora nos termos da Lei 11.960/09, é de se constatar que o acórdão recorrido encontra-se em perfeita sintonia com o entendimento deste Colegiado e do Superior Tribunal de Justiça no que diz respeito à aplicação do disposto no artigo 1º-F da Lei 9.494/97, na redação dada pela Lei 11.960/09, com juros de mora de 6% ao ano após 30-6-2009. Incidência, assim, na espécie, da questão de ordem n. 13 desta Turma Nacional.
5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
6. Pedido de uniformização parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer em parte do incidente e, na parte conhecida, negar-lhe provimento, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2008.71.50.030341-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANTÔNIO CARLOS DORNELLES
PROC./ADV.: ROSANI RUSZKOWSKI DORNELLES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PRAZO PRESCRICIONAL. AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS PERICIAIS FIXADOS EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. APLICABILIDADE DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL (ART. 1º DO DECRETO 20.910/32). JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO STJ. INCIDENTE DESPROVIDO, NA PARTE CONHECIDA.
1. A União, ora, recorrente, pretende a modificação do acórdão que deu parcial provimento ao recurso inominado interposto pelo autor. Sustenta, em suma, a aplicação da prescrição ânua, em detrimento da qüinqüenal, com fulcro no disposto no art. 206, § 1º, III, do Código Civil. Cita como paradigmas julgados provenientes do Superior Tribunal de Justiça, quais sejam: REsp 895.598/SP, REsp 180.961/SP e REsp 281.432/RJ.
2. Encontra-se configurada a divergência exigida pelo art. 14, § 2º, da Lei 10.259/2001, apenas com relação ao aresto REsp 895.598/SP. Quanto aos outros, a situação fática é distinta.
3. No mérito, sem razão a recorrente. A questão em discussão foi recentemente decida por este Colegiado, ao julgar o Pedilef 2009.71.50.001910-8 (DJ 17-10-2012), nos termos do voto-vista do Juiz Janilson Siqueira pela aplicabilidade da prescrição qüinqüenal, tendo sido firmada a tese de que o prazo prescricional da pretensão à cobrança de honorários periciais contra a Fazenda Pública é de 5 (cinco) anos, de acordo com o disposto no art. 1º do Decreto 20.910/32. Entendimento igualmente firmado em acórdão prolatado nos autos do Pedilef 2008.71.50.015818-9 (representativo de controvérsia), julgado em 14-11-2012, da relatoria do Sr. Juiz Rogério Moreira Alves.
4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
5. Pedido de uniformização desprovido, na parte conhecida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer em parte do incidente e, nessa parte, negar-lhe provimento, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.54.001880-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RENATO DAL ZOTTO
PROC./ADV.: VAGNER LUIZ COPATTI
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. APOSENTADORIA. CUMULAÇÃO. IMPOSSBILIDADE. CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POSTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 9.528/97. ENTENDIMENTO DO STJ EM PROCESSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (RESP N. 1.296.673/MG). PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.
1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação do acórdão que, confirmando os termos da sentença, admitiu a cumulação do auxílio-acidente com a aposentadoria por tempo de contribuição, a qual foi concedida após a edição da Lei 9.528/97, que passou a vedar a possibilidade de cumulação dos aludidos benefícios. Sustenta, em síntese, que a decisão impugnada contraria o entendimento predominante atual do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual há óbice a cumulação pretendida, já que um dos benefícios foi concedido após o advento do diploma legal referenciado. Cita como paradigmas: REsp 594.179/SP e REsp 279.053/RS. No pedido de reconsideração, o recorrente aponta, ainda, o REsp 1.244.257/RS.
2. Com razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente decidida pelo Superior Tribunal de Justiça, em recurso repetitivo representativo de controvérsia (REsp 1.296.673/MG - DJ 22-8-2012). Entendeu a Corte pela possibilidade de acumulação do auxílio-acidente com a aposentadoria somente quando os dois benefícios tenham sido concedidos antes do advento da Lei 9.528/97, de 10-12-1997.
3. Em razão disso, este Colegiado modificou sua orientação jurisprudencial acerca da matéria, conforme se extrai no julgamento do Pedilef 20087160002693 (DJ 17-10-2012), relator o Sr. Juiz Adel Américo de Oliveira, em que fora acolhido o entendimento firmado pela referida Corte.
4. No caso, é de se constatar que o acórdão recorrido contraria o entendimento tanto deste Colegiado quanto do Superior Tribunal de Justiça, já que um dos benefícios previdenciários, a aposentadoria por tempo de contribuição, iniciou-se em 3-4-2008.
5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
6. Incidente provido para (i) reafirmar a tese de que a cumulação do auxílio-acidente com a aposentadoria somente é possível quando ambos os benefícios tenham sido concedidos antes do advento da Lei 9.528/97 e (ii) afastar o direito de o recorrido de cumular o auxílio-acidente com a aposentadoria por tempo de contribuição.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais dar provimento ao pedido, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.70.50.005131-9
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: HERMES PEREIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: JONAS BORGES
OAB: PR-30534
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. RURÍCOLA. DECLARAÇÃO DE SINDICATO RURAL NÃO HOMOLOGADA. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. QUESTÃO DE ORDEM 13. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. A parte autora, ora recorrente, pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença, não reconheceu o exercício de atividade rural na condição de segurado especial. Sustenta que a assinatura do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais é suficiente para conferir validade à declaração emitida pela entidade. Apresentou o acórdão proferido no REsp 477.724/CE como paradigma.
2. A jurisprudência desta Turma de Uniformização é no sentido de que a declaração emitida por sindicato rural a respeito de exercício de atividade rural representa início de prova material somente quando homologada pelo INSS.
3. Precedentes desta Turma. (Pedilef 0506529-68.2008.4.05.8100, relator o Sr. Juiz Adel Américo de Oliveira; Pedilef 2007.72.55.009096-5, relator o Sr. Juiz Élio Wanderley de Siqueira Filho e o Pedilef 2008.50.52.000507-2, relator o Sr. Juiz Alcides Saldanha Lima).
4. Nos termos da Questão de Ordem n. 13, não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.
5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
6. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.50.003634-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALMECI OLIVEIRA FERREIRA
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL APÓS 1998. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃOS DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA FONTE ELETRÔNICA. RECURSO QUE NÃO ABRANGE TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. O recorrente pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos, julgou indevida a conversão de tempo especial em comum prestado após 1998. Alega que o entendimento da Turma Recursal do Rio Grande do Sul diverge da Turma Recursal de Goiás, para a qual a conversão é devida a qualquer tempo, se devidamente comprovada a exposição aos agentes nocivos.
2. Esta TNU já firmou entendimento de que quando o incidente de uniformização de jurisprudência questiona divergência entre acórdãos prolatados por turmas recursais de diferentes regiões, o requerente precisa comprovar a fonte do acórdão paradigma, o que pode ser feito mediante juntada de certidão ou cópia autenticada, ou citação do repositório de jurisprudência, ou indicação do diário oficial em que publicada a decisão ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Trata-se de exigência formal, descumprida no caso, que visa assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas. Precedente PEDILEF 0504442-71.2010.4.05.8100, relator o Sr. Juiz Rogério Moreira Alves.
3. A mera transcrição do paradigma no corpo do recurso, mesmo que na íntegra, ou a juntada de cópia só têm validade quando acompanhadas da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual extraído o julgado, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido, ônus que não se transfere ao juiz, conforme a Questão de Ordem n. 3 desta Turma.
4. Ademais, nos termos da Questão de Ordem n. 18, também desta Turma, o pedido de uniformização deve abranger todos os fundamentos da decisão impugnada, sob pena de esta ser mantida quando o fundamento remanescente for suficiente para isso.
5. De fato, embora tanto o Superior Tribunal de Justiça quanto este Colegiado já tenham firmado jurisprudência acerca da possibilidade de conversão para comum do tempo de serviço prestado sob condições especiais em qualquer época, é de se constatar que, no presente caso, o acórdão impugnado, fundado nas razões de decidir da sentença, baseou-se também na prova produzida nos autos, tendo o juiz sentenciante apontado não ter sido evidenciada a atividade especial, item não abordado pelo recurso e suficiente para manutenção da decisão. É importante ressaltar que o reexame desse motivo importaria revolvimento de matéria fática, o que é vedado pela Súmula 42 desta Turma.
6. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
7. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.67.001855-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANTôNIO MOHR
PROC./ADV.: CARLA DELLA BONA
OAB: RS-49084
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO QUE NÃO ABRANGE TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NÃO COMPROVADA. INCIDÊNCIA DAS QUESTÕES DE ORDEM 5 E 18 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. O recorrente pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos, não reconheceu o exercício de trabalho rural na condição de segurado especial. Alega que não é exigível início de prova material abrangendo todo o período trabalhado. Sustenta também que a proibição de prova exclusivamente testemunhal é inconstitucional, apontando nesta parte o acórdão proferido no REsp 58.176/SP como paradigma. O período pleiteado é de 13-6-1967 a 31-12-1971 e a sentença julgou improcedente o pedido porque o início de prova material data do ano de 1972, portanto, extemporâneo ao trabalho alegado.
2. O pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Dessa forma, são imprestáveis a essa finalidade os acórdãos proferidos por Tribunal Regional Federal.
3. Nos termos da Questão de Ordem n. 18 da Turma Nacional de Uniformização, o pedido de uniformização deve abranger todos os fundamentos da decisão impugnada, sob pena de esta ser mantida quando o fundamento remanescente for suficiente para isso. O acórdão recorrido, fundado nas razões de decidir da sentença, baseou-se também na Súmula 34 desta Turma, ao exigir a contemporaneidade do início de prova material, item não abordado pelo recurso e suficiente para manutenção do acórdão.
4. A Lei 10.259/01, em seu art. 14, § 2º, prevê o pedido de uniformização de interpretação de lei federal, em questões de direito material, quando houver contrariedade com súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Nos termos da Questão de Ordem n. 5 da Turma Nacional de Uniformização, um único precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para comprovar a divergência, desde que o relator declare expressamente tratar-se de jurisprudência dominante, o que não ocorreu no caso dos autos. O acórdão proferido no REsp 58.176/SP, no ano de 1995, não reflete o atual entendimento daquela Corte que exige o início de prova material para o reconhecimento de atividade rural na condição de segurado especial.
5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
6. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0002387-49.2008.4.03.6317
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: FERNANDO FERREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: AIRTON GUIDOLIN
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMENTA

PROCESSO CIVIL. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. INTERPRETAÇÃO DO LAUDO PERICIAL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 42 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. O autor pretende a modificação do acórdão que, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos, negou provimento ao recurso, não reconhecendo o direito ao auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, decorrente de incapacidade causada por problemas na coluna e no membro superior direito. Alega o recorrente que a decisão contrariou a prova dos autos, composta de atestados médicos que comprovariam sua incapacidade para o trabalho. Na oportunidade, disse ainda que o laudo foi confuso, incompleto e omisso com relação ao problema alegado no membro superior e aos exames complementares por ele realizados. Ao final, requereu a concessão do benefício e/ou, alternativamente, o retorno dos autos à origem para a designação de nova perícia.
2. A desconstituição do entendimento da turma recursal passa obrigatoriamente pelo reexame da matéria fática. No caso, tanto o juiz sentenciante quanto o órgão colegiado acataram expressamente as informações do laudo de que o autor não está incapacitado para o trabalho: ele teve uma doença que o afastou temporariamente do labor, mas ele pode reingressar no mercado. Os juízos anteriores foram unânimes em acatar a tese de que a doença, por si só, não gera a incapacidade, adotando por completo as conclusões do laudo pericial. As alegações de que não foi considerada a verdadeira moléstia incapacitante, bem como a de que o laudo pericial foi contraditório só poderiam ser afastadas pelo reexame de todo o conjunto probatório, o que é vedado nos termos da Súmula 42 desta Turma: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."
3. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
4. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503053-10.2008.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: IZAURA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE. CAPACIDADE LABORATIVA PLENA ATESTADA PELA PERÍCIA. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE FÁTICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O PARADIGMA APONTADO. PRETENSÃO QUE ENVOLVE O REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. A autora, recorrente, pretende a modificação do acórdão que, confirmando os termos da sentença, reputou indevido o restabelecimento do auxílio-doença ou a concessão da aposentadoria por invalidez. Sustenta que o acórdão recorrido diverge da decisão oriunda da 1ª Turma Recursal de Goiás (autos de n. 2008.35.00.701057-0), que entende ser possível o restabelecimento do benefício de auxílio-doença na hipótese de incapacidade parcial e temporária para o trabalho atestada pela perícia.
2. O aresto apresentado pela recorrente não guarda correspondência com o caso específico dos autos. No acórdão paradigma, em que a pese a parte autora ter se reabilitado para a outra função, foi constatada pela perícia, em data posterior à sua reabilitação profissional, a incapacidade parcial e temporária para o desempenho de atividade habitual, o que permitiu o restabelecimento do auxílio-doença. Já no caso o acórdão impugnado acatou o resultado da perícia médica que concluiu pela plena capacidade da recorrente, indeferindo, assim, o restabelecimento do auxílio-doença ou a concessão da aposentadoria por invalidez.
3. Para a identificação da divergência, que leva ao conhecimento do incidente, é essencial que entre o acórdão impugnado e o paradigma haja idêntica base fática, o que não se verifica nos autos, sob pena de gerar uma distorção na uniformização que se pretende fazer.
4. Ademais, a conclusão extraída pelo julgador, não pode ser afastada sem o reexame de provas, o que é vedado nos termos da Súmula 42 desta Turma: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."
5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
6. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.71.57.003633-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOAQUIM ADILOSN DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ELIANA RIBEIRO DE ANDRADE HORN
PROC./ADV.: SANDRA HELENA BETIOLLO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃOS DE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. AUSÊNCIA DE CÓPIA DO ACÓRDÃO PARADIGMA. QUESTÃO DE ORDEM N. 3 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. O recorrente pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos, julgou indevida a conversão de tempo especial em comum prestado entre 11.12.1985 e 11.04.1986; 06.03.1997 e 06.05.2004. Alega que houve cerceamento de defesa no indeferimento de prova pericial, sustentando a existência de divergência entre o entendimento da Turma Recursal do Rio Grande do Sul e da 1ª Turma Recursal de Sergipe, proferido no Processo 00366/2004.
2. Esta TNU já firmou entendimento de que o incidente de uniformização de jurisprudência fundado na divergência entre turmas recursais de diferentes regiões torna obrigatória a juntada de cópia do acórdão paradigma, bem como a comprovação de sua fonte que pode ser feita mediante juntada de certidão ou cópia autenticada, ou citação do repositório de jurisprudência, ou indicação do diário oficial em que publicada a decisão ou, ainda, com reprodução de página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL).
3. Trata-se de exigência formal, descumprida no caso, que visa a assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas. Aplicação da Questão de Ordem n. 3 da TNU: A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte eletrônica (URL).
4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
5. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.51.51.039052-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MALVINO SOUZA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: ADVOGADO DA ECT
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CORREIOS. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE FÁTICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS PARADIGMAS APONTADOS. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. O autor, recorrente, pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos, rejeitou o pedido de indenização por danos materiais e morais. Alega o recorrente, em síntese, que a decisão impugnada contraria o entendimento das Turmas Recursais dos juizados especiais federais de Minas Gerais, da Bahia e do Distrito Federal, no sentido de que é cabível a inversão do ônus da prova e a reparação por danos morais e, ao menos, a indenização pelos danos materiais, no caso da má prestação de serviços postais pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, inclusive de âmbito internacional. Aponta os seguintes paradigmas: autos de n. 897154320044013, de n. 586277520044013 e de n. 907641120034013.
2. Os acórdãos apresentados pelo recorrente não guardam correspondência com o caso específico dos autos. Isso porque eles tratam, em suma, do dever de reparação de danos pelos Correios, em virtude da ausência ou falha na prestação de serviços ocorridos no território nacional. Já o presente caso trata de envio de encomenda de produtos a outro país, naturalmente sujeitos à sua fiscalização.
3. O aresto referente aos autos de n. 897154320044013, apontado como paradigma e oriundo da 1ª Turma Recursal da Bahia, trata da possibilidade de inversão do ônus da prova em favor do consumidor e reparação de danos morais sofridos em razão da ausência de prestação de serviço de telegrama fonado. Já o acórdão alusivo ao processo de n. 586277520044013, julgado pela 1ª Turma Recursal do Distrito Federal, cuida da reparação de dano material e moral pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em virtude do extravio de encomenda. Por fim, o último aresto apontado como paradigma pelo recorrente, pertinente aos autos de n. 907641120034013, trata de restituição de valor feita pelos Correios decorrente do extravio de encomenda enviada dos Estados Unidos para o Brasil.
4. É de se notar que o acórdão impugnado, que cuida da hipótese de envio de encomenda de produtos a outro país, rejeitou o pedido de indenização do autor sob dois fundamentos: (i) inviabilidade da inversão do ônus probatório no que tange à encomenda de n. EB015107992 e (ii) possibilidade de verificação do conteúdo da encomenda de EB015107564BR, por órgãos da administração francesa no exercício de seu poder de polícia, notadamente alfandegário e fitossanitário.
5. Para a identificação da divergência, que leva ao conhecimento do incidente, é essencial que entre o acórdão impugnado e o paradigma haja idêntica base fática, o que não se verifica nos autos, sob pena de gerar uma distorção na uniformização que se pretende fazer.
6. Ademais, o reexame dos motivos declinados no acórdão recorrido importaria revolvimento de matéria fática, o que é vedado pela Súmula 42 desta Turma.
7. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
8. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0003837-38.2009.4.02.5050
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: CLEUZA MARIA RAYMUNDA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-DOENÇA. CAPACIDADE LABORATIVA PLENA ATESTADA PELA PERÍCIA. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE FÁTICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS PARADIGMAS APONTADOS. CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS DA SEGURADA. ANÁLISE QUE SE IMPÕE APENAS PARA CONVERSÃO DE INCAPACIDADE PARCIAL EM TOTAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. A autora, recorrente, pretende a modificação do acórdão que, confirmando os termos da sentença, reputou indevida a concessão de auxílio-doença. Sustenta que o acórdão recorrido diverge do posicionamento adotado por este Colegiado e pelo Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a análise da incapacidade do trabalhador vai muito além da avaliação médica, sendo necessária a apreciação dos aspectos sociais, ambientais e pessoais do segurado. Apresenta como paradigmas o Pedilef 200838007232672 e o AgRg no REsp 1.056.545/PB.
2. Os arestos apresentados pela recorrente não guardam correspondência com o caso específico dos autos. Analisando o inteiro teor do pedido de n. 200838007232672 e, de uma simples leitura do aresto referente aos autos de n. 2008/0103300-3, extrai-se que em ambas as situações a perícia médica constatou a ocorrência de incapacidade parcial para o trabalho, o que permitiu ao juiz a análise das condições sociais e pessoais do segurado para efeito de concessão de aposentadoria por invalidez. Já no caso o acórdão impugnado, que manteve incólume a sentença prolatada, acatou o resultado da perícia médica que concluiu pela plena capacidade da recorrente, indeferindo, assim, a concessão do auxílio-doença.
3. Para a identificação da divergência, que leva ao conhecimento do incidente, é essencial que entre o acórdão impugnado e o paradigma haja idêntica base fática, o que não se verifica nos autos, sob pena de gerar uma distorção na uniformização que se pretende fazer.
4. Ademais, é interessante consignar que este Colegiado já firmou o entendimento de que a necessidade de análise das condições pessoais e sociais do segurado para efeito de concessão de aposentadoria por invalidez, o que não é o caso dos autos, repita-se, somente ocorrerá quando reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho. Neste sentido, o Pedilef 05063864220094058101 (DJ: 25-4-2012), de relatoria da Srª Juíza Simone Lemos Fernandes.
5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
6. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0509150-92.2009.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: REGINA CLEIDE ALVES RIBEIRO
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: ALYSSANDRA DE PAIVA PINHEIRO T. LIMA
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERENTE: YATAN ALVES RIBEIRO
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
PROC./ADV.: ALYSSANDRA DE PAIVA PINHEIRO T. LIMA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA RURAL. RECURSO QUE NÃO ABRANGE TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM 18 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. A autora, recorrente, por si e representando seu filho menor Yatan Alves Ribeiro, pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos, rejeitou o pedido de pensão por morte de segurado especial. Alega a recorrente, em suma, que apresentou início de prova material apto a comprovar a atividade rural do falecido cônjuge para fins de concessão do benefício pretendido e que o exercício de atividade urbana pelo segurado ou por algum membro de sua família não descaracteriza o regime de economia familiar. Invoca também as Súmulas 6 e 14 desta Turma, tendo colacionado, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça e desta Turma Nacional.
2. Verifica-se, de pronto, que o incidente manejado veicula, em parte, razões dissociadas da decisão combatida, a qual sequer tratou de matéria relativa ao desempenho de trabalho urbano pela recorrente ou pelo seu falecido marido.
3. Por outro lado, o acórdão combatido manteve a sentença incólume, encampando, pois, os seus fundamentos. A faculdade de manutenção da sentença por seus próprios fundamentos é prevista no art. 46 da Lei 9.099/95, cuja constitucionalidade foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do AI 749969 AgR/RJ (DJ 15-9-2009), da relatoria do Sr. Ministro Ricardo Lewandowski, no qual se firmou o entendimento de que "não viola a exigência constitucional de motivação a fundamentação de Turma Recursal que adota os fundamentos contidos na sentença recorrida".
4. No caso, é de se constatar que a sentença monocrática, confirmada pelo acórdão recorrido, reconheceu descaracterizada a qualidade de segurado especial do falecido marido da autora não só em virtude da ausência da prova material para comprovação do labor rural exigível, mas também em razão da prova oral produzida em audiência, tendo o magistrado sentenciante salientado o pouco conhecimento da autora quanto ao labor rural e a inconsistência aferida no depoimento da testemunha inquirida. Aliado a isso, em audiência, ainda foi apurada a ausência de características físicas de rurícola da recorrente, tendo o prolator da decisão consignado que: ".[...] Ademais, registre-se que a autora, além de não ter aparência de agricultora (mãos muito finas e pele sem marcas do sol), não conhece minimamente o trabalho na agricultura. Quanto ao ponto, destaque-se que, embora tenha dito plantar arroz com o falecido, a ora requerente sequer sabe dizer o que é a soca. Outrossim, saliente-se tratar-se a autora de uma mulher jovem, com 40 anos de idade e que viveu com o falecido por apenas dois anos. Quanto à testemunha ouvida, esta pouco acrescentou, tendo se limitado a atestar o trabalho do falecido na agricultura, ma sem transmitir segurança.".
5. Nos termos da Questão de Ordem n. 18 da Turma Nacional de Uniformização, o pedido de uniformização deve abranger todos os fundamentos da decisão impugnada, sob pena de esta ser mantida quando o fundamento remanescente for suficiente para isso. O acórdão recorrido, fundado nas razões de decidir da sentença, baseou-se também na inconsistência da prova oral produzida em juízo, bem como na inspeção judicial realizada em audiência, itens não abordados pelo recurso e suficientes para manutenção do acórdão.
6. Ademais, o reexame desses motivos importaria revolvimento de matéria fática, o que é vedado pela Súmula 42 desta Turma.
7. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
8. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.71.58.002358-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: OSMAR DA SILVA
PROC./ADV.: GISELA REICH
OAB: RS-17640
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CÔMPUTO DE TEMPO RURAL. AUSÊNCIA DE DISSENSO ENTRE O ACÓRDÃO IMPUGNADO E AS SÚMULAS APONTADAS COMO PARADIGMAS. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. O autor, recorrente, pretende a modificação do acórdão que, a despeito de ter parcialmente provido o seu recurso, rejeitou o pedido de cômputo de tempo rural e, por conseguinte, de aposentadoria por tempo de contribuição. Alega o recorrente, em síntese, que o acórdão recorrido contrariou o entendimento esposado pelas Súmulas 6 e 34 desta Turma, bem como o teor do enunciado 73 do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Insiste em afirmar que apresentou início de prova material apto a comprovar sua atividade rural no período compreendido entre 3-1-1970 a 31-5-1979.
2. Acórdãos e súmulas de tribunais regionais federais não se prestam a demonstrar a divergência no caso, por expressa exclusão do caput do art. 14 da Lei 10.259/01, que se refere a turmas recursais, própria do sistema de juizados.
3. Não restou caracterizado o dissenso entre o acórdão combatido e as súmulas confrontadas. Os enunciados 6 e 34 oriundos desta Turma, únicos paradigmas válidos ao manejo do presente incidente, dizem, em suma, que a certidão de casamento ou outro documento idôneo que evidencie a condição de rurícola do cônjuge constitui início razoável de prova material e que o início desta prova deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar.
4. No caso, o acórdão impugnado, que, em relação à atividade rural, manteve incólume os fundamentos da sentença prolatada, concluiu não ter sido apresentado pelo autor prova material referente a todo o período de tempo de serviço rural pretendido.
5. É importante ressaltar, ainda, que a sentença prolatada explicitou o entendimento de que o rol de documentos hábeis à comprovação do labor rural, elencados pelo art. 106, parágrafo único, da Lei 8.213/91, é meramente exemplificativo, sendo admitida a utilização de documentos expedidos em nome de terceiros para demonstração desta atividade.
6. Resta claro, portanto, a ausência de dissenso entre o aresto impugnado e as Súmulas 6 e 34 deste Colegiado.
7. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
8. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.70.51.008091-8
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: AIRTON FURTADO
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO
PROC./ADV.: CYNTHIA RODRIGUES PEREIRA LUCIO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. RENDA DO GRUPO FAMILIAR PROVENIENTE DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO (PENSÃO POR MORTE) RECEBIDO PELA MÃE DO SEGURADO, NO VALOR DE UM SALÁRIO MÍNIMO E PELO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL RECEBIDO PELO IRMÃO (PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS), TAMBÉM NO VALOR DE UM SALÁRIO MÍNIMO. EXCLUSÃO DE APENAS UM BENEFÍCIO PARA O CÔMPUTO DA RENDA MENSAL FAMILIAR. INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 34, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 10.741/03 (ESTATUTO DO IDOSO). MATÉRIA DE REPERCUSSÃO GERAL (RE 580.963). SOBRESTAMENTO DO INCIDENTE (ART. 8º, VIII, RI/TNU). DEVOLUÇÃO À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.
1. O autor, recorrente, pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos, julgou improcedente o pedido de benefício assistencial a portador de necessidades especiais. Sustenta o recorrente, em suma, que a decisão da 2ª Turma Recursal do Paraná divergiria da jurisprudência deste Colegiado e dos acórdãos proferidos por turmas recursais de diferentes Regiões. Segundo estes, existe a possibilidade de exclusão de mais de um benefício de valor mínimo recebido por idosos ou deficientes que se encontram no mesmo grupo familiar, para fins de concessão de benefício assistencial, por aplicação analógica do parágrafo único do art. 34 do Estatuto do Idoso. Aponta como paradigmas diversos julgados, tendo o autor destacado na petição de agravo o pedido regional de n. 0001030-84.2009.404.7056/PR, da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, o pedido de n. 200470950028054, proveniente desta Turma, e os autos de n. 2007.43.00.905408-7, da 1ª Turma Recursal de Goiás.
2. A possibilidade de interpretação analógica do art. 34, parágrafo único, do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) é matéria cuja repercussão geral foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 580.963, em decisão plenária publicada em 17 de novembro de 2010. Incidência do art. 8º, VIII, RI/TNU ("Art. 8º Compete ao relator: (...) VIII - determinar a devolução dos feitos às Turmas de origem para sobrestamento, na forma como disciplinado no art. 15 deste Regimento, quando a matéria estiver pendente de apreciação na Turma Nacional de Uniformização, no Superior Tribunal de Justiça ou no Supremo Tribunal Federal, de forma que promovam a confirmação ou adaptação do julgado após o julgamento dos recursos indicados").
3. Determinação à Secretaria desta Turma, à luz do art. 8.º, inciso VIII, c/c art. 7.º, inciso VII, alínea "b", do Regimento Interno (Resolução CJF 22/08) e da Questão de Ordem 23 deste Colegiado, a devolução dos autos à origem para sobrestamento até que sobrevenha decisão final no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais determinar a devolução do Pedido de Uniformização à origem, para sobrestamento e futura adequação ou ratificação, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.71.63.006629-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GILMAR TREVISAN
PROC./ADV.: AVELINO BELTRAME
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM. RECURSO QUE VEICULA RAZÕES DISSOCIADAS DA DECISÃO COMBATIDA. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE FÁTICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS ARESTOS PARADIGMAS. PRETENSÃO QUE ENVOLVE O REEXAME DA MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 42 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. O autor, ora recorrente, pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos, desconsiderou como tempo especial o período compreendido entre 17-8-1987 a 28-5-1998, rejeitando, por conseguinte, o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição. Alega que a decisão combatida contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e desta Turma Nacional. Aponta como paradigmas os seguintes arestos: AgRg no REsp 493.458/RS, Pedilef 2006.51.63.00.0174-1 e Pedilef 2007.72.59.00.3689-1.
2. Verifica-se, de pronto, que o incidente manejado veicula razões dissociadas da decisão combatida, a qual sequer tratou da possibilidade de reconhecimento do tempo de serviço especial com base na atividade profissional exercida pelo autor, bem como de questão atinente ao nível de ruído a ser considerado para fins especiais.
3. No que tange ao argumento de que o perfil profissiográfico previdenciário (PPP) constitui documento suficiente à comprovação de agentes nocivos, é de se constatar que os arestos apresentados pelo recorrente, quais sejam, Pedilef 2006.51.63.00.0174-1 e Pedilef 2007.72.59.00.3689-1, não guardam correspondência com o caso específico dos autos. Isso porque, em ambos os paradigmas, inexiste laudo técnico contrariando o teor do perfil profissiográfico previdenciário (PPP). Já nestes autos, a situação é justamente inversa, já que há laudo técnico ambiental, o qual foi acatado pela decisão combatida, infirmando as informações contidas no formulário referenciado.
4. Para a identificação da divergência, que leva ao conhecimento do incidente, é essencial que entre o acórdão impugnado e o paradigma haja idêntica base fática, o que não se verifica nos autos, sob pena de gerar uma distorção na uniformização que se pretende fazer.
5. Ademais, é importante destacar que o reexame do motivo declinado no acórdão recorrido, fundado nas razões de decidir da sentença, importaria revolvimento de matéria fática, o que é vedado pela Súmula 42 desta Turma.
6. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
7. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.71.58.008183-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: REMIDIO BRAUN
PROC./ADV.: IARA SOLANGE DA SILVA SCHNEIDER
OAB: RS-26135
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. OMISSÃO DO ACÓRDÃO SOBRE PONTO RELEVANTE DA CAUSA. NULIDADE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.
1. A parte autora, ora recorrente, pretende a anulação do acórdão que, considerando a revisão administrativa de todos os benefícios similares em 2000, declarou prescritas as parcelas anteriores a esta data e declarou extinto o processo, sem resolução de mérito. Alega o recorrente que o acórdão foi omisso em ponto relevante, qual seja, a ausência de revisão administrativa no caso concreto. Indicou os acórdãos proferidos no REsp 826.533/RS, REsp 744.847/RN e o proferido no Pedilef 2006.72.57.000820-2 desta Turma como paradigmas.
2. Deve ser declarada a nulidade do acórdão que, não obstante a interposição de embargos de declaração, não analisa ponto relevante para o julgamento da causa. No caso concreto, o acórdão considerou a existência de revisão administrativa do benefício sem enfrentar a alegação da parte autora de que esta não foi realizada pela autarquia previdenciária, conforme a documentação juntada aos autos. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 174.290/DF, de que foi relator o Min. Herman Benjamin) e desta Turma (Pedilef 2006.34.00.700601-1, de que foi relator o Sr. Juiz José Antônio Savaris)
3. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
4. Pedido de uniformização provido para anular o acórdão que decidiu os embargos de declaração (eventos 59 e 60), determinando o retorno dos autos à turma de origem para novo julgamento, manifestando-se a respeito da revisão administrativa.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais dar provimento ao pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500587-69.2010.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOAO MARIANO CARNEIRO
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: ALYSSANDRA DE P. PINHEIRO T. LIMA
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PROCESSO CIVIL. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. INTERPRETAÇÃO DO LAUDO PERICIAL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 42 DA TNU. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. O autor pretende a modificação do acórdão que, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos, negou provimento ao recurso, não reconhecendo o direito ao auxílio-doença/aposentadoria por invalidez. Alega o recorrente que a decisão contrariou a prova dos autos, composta de atestados médicos que comprovariam sua incapacidade para o trabalho. Na oportunidade, enumerou diversas falhas na produção do laudo pericial, sustentando que suas conclusões estariam erradas e que estaria configurada a sua impossibilidade de retornar ao trabalho.
2. A desconstituição do entendimento da turma recursal de origem passa obrigatoriamente pelo reexame da matéria fática. Se é certo que o juiz não está atrelado às conclusões do laudo oficial, seu entendimento contrário ao do perito dever ser devidamente motivado, o que só se consegue reexaminando todo o conjunto probatório. No caso, tanto o juiz sentenciante quanto o órgão colegiado acataram expressamente as informações do laudo de que o autor não está incapacitado para o trabalho: ele teve uma doença que o afastou temporariamente do labor, mas já teve alta hospitalar, o que lhe possibilita o reingresso no mercado. Tal conclusão não pode ser afastada sem o reexame de prova, o que é vedado nos termos da Súmula 42 desta Turma: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."
3 Ademais, em sede de uniformização de jurisprudência, é pressuposto que a parte recorrente traga e compare o acórdão recorrido com os paradigmas, sendo absolutamente indispensável o cotejo analítico de forma a demonstrar a devida similitude fática entre os julgados, o que não se verifica no caso. O requerente apresentou diversos julgados para corroborar pontos de sua defesa, mas não elegeu nenhum deles como acórdão paradigma, deixando de fazer qualquer análise capaz de induzir a um entendimento contrário ao que foi consignado pela Turma Recursal de origem. A divergência não se configurou, portanto, estando ausente pressuposto extrínseco de admissibilidade do pedido de uniformização.
4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
5. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502270-13.2011.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA CLEOFAS RIBEIRO
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO COLEGIADA. ERRO GROSSEIRO. RECURSO NÃO CONHECIDO.
1. A agravante pretende a modificação do acórdão que não conheceu do pedido de uniformização, por ofensa à Súmula 42 desta Turma. Sustenta a recorrente que o incidente não pretende o reexame de provas, mas sim dar-lhes nova valoração.
2. O art. 34 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê o cabimento de agravo regimental contra decisão proferida por relator, sendo incabível contra decisão colegiada, cuja interposição é erro inescusável. O Código de Processo Civil, a seu turno, não correlaciona a interposição de nenhum dos tipos de agravo a decisão colegiada.
3. Existência de erro grosseiro, a impedir a utilização do agravo como embargos de declaração. Precedente do Superior Tribunal de Justiça: "É descabida a interposição de agravo regimental em face de decisão colegiada, bem como o seu recebimento como embargos de declaração ante a inadmissibilidade da incidência do princípio da fungibilidade recursal quando constatada a ocorrência de erro inescusável" (AgRg no AgRg no Ag 1.350.301/SP, 3ª Turma, relator o Sr. Ministro Massami Uyeda).
4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
5. Agravo regimental não conhecido, por ausência de pressuposto intrínseco de admissibilidade, qual seja, o cabimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do agravo regimental, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2005.63.01.051934-0
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: MÁRCIO SEGGIARO NAZARETH
REQUERIDO(A): MARIA EDILEUSA GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: DANIELA MUSCARI SCACCHETTI
OAB: DPU
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO APÓS A CESSAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE PELO PRAZO DE 12 MESES. PRETENSÃO DE REANÁLISE DA PROVA. IMPOSSIBILIDADE. ENUNCIADO 42 DA SÚMULA TNU.
1. Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em face de acórdão que confirmou sentença de parcial procedência e determinou o pagamento de benefício de auxílio-doença, considerando mantida a qualidade de segurado da parte autora até a data do surgimento da incapacidade, apesar da cessação das contribuições.
2. Alega o requerente que os recolhimentos efetuados no período de janeiro a março de 2005 foram efetuados na condição de segurado facultativo, e não de contribuinte individual, uma vez que a autora não exercia atividade remunerada, de modo que a condição de segurado se estenderia pelo período de apenas 6 meses após a cessação das contribuições.
3. Aduz que "a Turma Recursal de São Paulo considerou que, mesmo sendo segurado facultativo a parte autora, deveria ser aplicado o período de graça de 12 meses", o que estaria em confronto com o decidido por esta TNU no Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal - Processo: 200261840064546, no qual haveria sido firmado que "o artigo 15, inciso II, da Lei 8.213/91 estabelece o prazo de 12 meses após a cessação das contribuições para que o segurado perca esta condição e o prazo de seis meses no caso de contribuinte facultativo ou individual".
4. Com relação à interpretação da norma jurídica, verifica-se a divergência, visto que o acórdão recorrido afirmou ser aplicável ao contribuinte individual a extensão da qualidade de segurado pelo período de 12 meses após a cessação das contribuições, previsto no art. 15, inciso II, da Lei n. 8.213/91, enquanto que o acórdão da Turma Recursal de São Paulo afirma ser aplicável, tanto ao segurado facultativo quanto para o contribuinte individual, a manutenção pelo prazo de 6 meses.
5. A respeito da divergência de interpretação, a norma do art. 15, inciso VI é clara ao estabelecer a manutenção da qualidade de segurado pelo período de 6 meses apenas para o segurado facultativo, não fazendo qualquer menção ao contribuinte individual. Logo, este último mantém a qualidade de segurado pelo prazo de 12 meses, previsto no inciso II do mesmo artigo para as demais modalidades de segurado da previdência.
6. Quanto à pretensão do recorrente de aplicar ao autor o prazo previsto no art. 15, VI para os segurados facultativos, o presente incidente evidentemente não pode ser conhecido.
7. É que, ao contrário do que afirma o requerente, a Turma Recursal de origem reconheceu que a parte autora contribuiu para a previdência na qualidade de contribuinte individual (art. 11,V, "h", da Lei n. 8.213/91), e não na condição de segurado facultativo (art. 13 do mesmo diploma).
8. A esse respeito, assevera o acórdão recorrido: "(...) no que tange à qualidade de segurado, tal requisito restou comprovado pela recorrida. Segundo contagem elaborada pela Contadoria Judicial, com base na documentação apresentada (CTPS, consulta aos vínculos contidos no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS), o último vínculo empregatício da autora encerrou-se em 01.01.2003, porém contribuiu para o RGPS, como contribuinte individual, nos períodos de 01.07.2004 a 31.07.2004 e 01.09.2004 a 31.03.2005. Assim, considerando-se o tempo mínimo de período de "graça" (12 meses), nos termos do inciso II do artigo 15 da Lei n.º 8.213/91, a autora manteria sua qualidade de segurado até abril de 2006, e conforme teor do laudo médico pericial, que fixou o início da incapacidade total e temporária em 13 de março de 2006, a recorrida ainda era segurada do sistema previdenciário." grifei.
9. Logo, a pretensão do recorrente de aplicar à autora o prazo de manutenção da filiação ao RGPS previsto para os segurados facultativos não se assenta apenas na questão de direito suscitada, exigindo o reexame da prova e a desconstrução das premissas fáticas assentadas pelo acórdão impugnado, para saber se a autora exercia ou não atividade remunerada e se deveria ser enquadrada em categoria diversa daquela considerada pelo acórdão, o que é vedado em sede de incidente de uniformização (Enunciado 42 da Súmula de Jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização).
10. Incidente conhecido em parte e, na parte conhecida, improvido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência conhecer parcialmente o incidente de uniformização e, na parte conhecida, negar-lhe provimento, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.71.50.035825-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ILSON PLETES
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA ESPECIAL - AFASTAMENTO DO SEGURADO DAS ATIVIDADES OU OPERAÇÕES QUE O SUJEITEM AOS AGENTES NOCIVOS - JURISPRUDÊNCIA DO STJ EM CASO ÚNICO EM ÓRGÃO FRACIONÁRIO E SEM REFERÊNCIA AO FATO DE SER A DOMINANTE DA CORTE - QUESTÃO DE ORDEM Nº 5 DA TNU - RECURSO NÃO CONHECIDO.
O requerente apresenta diversos julgados para fundar a sua irresignação, notadamente do Superior Tribunal de Justiça, porém, da análise dos casos como apresentados apenas um se adequaria à espécie, que é o do Recurso Especial 196.751/RS, Relator o Ministro Gilson Dipp, unânime, da 5ª Turma, publicado no DJ 28/02/2000, p. 105, em que aquele Colegiado reconheceu o direito do segurado ter fixada a data de início de seu benefício (DIB) de aposentadoria especial na data do requerimento (DER) e não na data de desligamento da empresa (DAT), porquanto se reconheceu, no caso concreto, a protelação em razão de negativas da autarquia.
Apenas o segurado recorre da decisão da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, pretendendo que adeqüemos aquela decisão para que seja determinada a DIB coincidente com a DER e não na DAT.
Tenho que não exista posição consolidada da Jurisprudência do STJ e da TNU com relação ao tema, não sendo o exemplo trazido pelo recorrente capaz de suscitar o conhecimento de seu recurso, aplicando-se à hipótese a Questão de Ordem nº 5:
"Um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte. (Aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, dos dias 30 e 31.08.2004)"
A 5ª Turma Recursal tratou de uma situação por demais específica, em que sucessivas negativas do INSS levaram a decisão judicial a algum grau de especificidade, e não há menção nele de que se trate de jurisprudência dominante do STJ.
Voto, portanto, por não conhecer do recurso.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por maioria, nos termos do voto do relator, não conhecer do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, vencidos os Juízes Federais Janilson Siqueira e Herculano Nacif.

ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.71.50.027405-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELISA SCHNEIDER
PROC./ADV.: RAFAEL TORRES DOS SANTOS
REQUERIDO(A): HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
PROC./ADV.: JAIRO H GONÇALVES
PROC./ADV.: MAURO ALMEIDA DE BARROS
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA

EMENTA

ADMINISTRATIVO - PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA - DIREITO ÀS PRESTAÇÕES DE ALIMENTOS E ALOJAMENTO IN NATURA ¬SUBSISTE NA VIGÊNCIA DA LEI 10.405/2002 - JURISPRUDÊNCIA DO STJ EM SENTIDO FAVORÁVEL À OBRIGAÇÃO DE FAZER E CONTROVERSA QUANTO À CONVERSÃO EM PECÚNIA - ESCLARECIMENTOS DOS FUNDAMENTOS PARADIGMÁTICOS DO REPRESENTATIVO (129) PEDILEF 2010.71.50.027434-2 - PARADIGMAS SEM SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA PARA HIPÓTESE DO ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - CONHECIMENTO PARCIAL E PROVIMENTO PARCIAL NA PARTE EM QUE CONHECIDO O INCIDENTE.
A sentença proferida pelo 1º Juizado Especial Federal de Porto Alegre, confirmada pelos seus próprios fundamentos pela 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, em interpretação da sucessão de alterações legais desde a Lei 6.932/81 até a Lei 10.405/2002, entendeu que não mais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

subsistia o direito de haver da instituição que presta o Programa de Residência Médica a obrigação de fazer consistente no fornecimento de alimentação e alojamento in natura.
Jurisprudência do STJ inequívoca, firme e consolidada no sentido de que a melhor interpretação da sucessão legal aponta para a subsistência da obrigação de fornecer alimentação e alojamento aos residentes de medicina (REsp. 793.013/RS, 813.408/RS e 842.685/RS).
Entretanto, quando se trata da conversão da obrigação de fazer em pecúnia, me parece que a posição do STJ não se encontra consolidada, diversamente do que me parece foi compreendido no julgamento do Pedilef 2010.71.50.027434-2, relator o Juiz Federal Vladimir dos Santos Vitovsky, que deu origem ao Representativo 129, publicado no DOU de 28/09/2012.
É que a 1ª Turma, de forma unânime e sem oscilação, decidiu no REsp. 793.013/RS (julgado em 07/02/2006, relator o Ministro Francisco Falcão, publicado no DJ de 06/03/2006, página 240), que a obrigação existia, mas por falta de previsão legal não poderia ser convertida em pecúnia.
Já na 2ª Turma, por via de decisão monocrática, o Juiz Federal (Desembargador Federal) do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Carlos Fernando Mathias, em 10/06/2008, nos autos do REsp. 842.685/RS reconheceu o direito às prestações de alimentação e alojamento aos residentes de medicina, mas nada se disse ali sobre a conversão em pecúnia.
No dia 21/05/2009, ainda por decisão monocrática, mas da lavra do Ministro Mauro Campbell Marques, alterou-se o resultado do REsp. 842.685/RS, mas após provocação por Agravo Regimental, embora o conhecimento tenha se dado como se se tratasse de Recurso Especial propriamente dito.
Nessa nova decisão, publicada no DJe de 02/06/2009, o Ministro Mauro Campbell Marques citava expressamente aquele julgado anteriormente citado, da 1ª Turma, da lavra do Ministro Francisco Falcão.
Coincidentemente, na mesma data em que era publicada a decisão monocrática do Ministro Mauro Campbell Marques no REsp. 842.685/RS, funcionava Sua Excelência como relator no julgamento do REsp. 813.408/RS, agora levado à decisão do colegiado da 2ª Turma, e ali restou assentado que a obrigação de prestar alimentos e alojamento aos residentes de medicina, não cumprida in natura, era conversível em pecúnia.
Com essa decisão se estabeleceu o dissídio entre a 1ª e a 2ª Turmas do Superior Tribunal de Justiça, mas o mesmo Ministro Mauro Campbell Marques, logo em seguida, de forma monocrática, voltaria a reafirmar a força do julgado da 1ª Turma, em sentido inverso àquele do REsp. 813.408/RS, no julgamento do AgRg no REsp. 842.685/RS, em 19/06/2009, decisão essa publicada no DJe de 26/06/2009.
Portanto, salientei a questão apenas porque o Representativo 129 trata da questão como se estivesse pacificada no âmbito do STJ, mas antes me parece que se encontra totalmente aberta, sendo contrários os julgados nos REsp. 813.408/RS e 842.685/RS, embora ambos tenham servido de suporte ao citado Representativo.
Entretanto, por concordar com a solução da conversão em pecúnia, voto por reafirmar o entendimento do Representativo oriundo do Pedilef 2010.71.50.027434-2, determinando o retorno dos autos ao Juizado de origem, no caso o 1º Juizado Especial Federal de Porto Alegre para que ali, anulados a sua sentença e o acórdão da 3ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, seja adequado o julgamento na forma do entendimento pacificado no âmbito do STJ e da TNU da subsistência do direito à alimentação e alojamento aos residentes de medicina, na vigência da Lei 10.405/2002, e divergente no STJ, mas pacífico na TNU, do direito à conversão em pecúnia, em valor a ser arbitrado pelo Juizado de origem "em valor razoável que garanta um resultado prático equivalente", como dito naquele Pedilef da lavra do Juiz Federal Vladimir dos Santos Vitovsky.
Já com relação ao direito ao adicional de compensação da contribuição previdenciária como autônomo do médico residente, os paradigmas trazidos pela parte requerente são silentes quanto ao tema, entendendo, pois, que não se deve conhecer do incidente de uniformização, para essa hipótese, já que não demonstrado o dissídio jurisprudencial.
Ante o exposto, voto por conhecer parcialmente do incidente de uniformização e dar-lhe provimento parcial, na parte em que conhecido para, reafirmando o entendimento do Representativo oriundo do 2010.71.50.027434-2, anular a sentença e o acórdão proferidos anteriormente nesse processo, e, reconhecendo o direito à conversão em pecúnia dos direitos à alimentação e a alojamento aos médicos residentes, determinar seja arbitrado pela Turma Recursal.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais conhecer parcialmente do pedido de uniformização de interpretação de lei federal e dar-lhe provimento parcial nos termos do voto do relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.70.51.002752-1
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LEÔNIDAS ALMEIDA NEVES
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO CABÍVEL APENAS EM FACE DE DECISÕES MONOCRÁTICAS. RECURSO MANEJADO EM FACE DE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA. NÃO CONHECIMENTO.
1. O recurso de agravo regimental é cabível apenas em face das decisões monocráticas do Presidente da Turma Nacional de Uniformização e do Relator (art. 34, I e II do Regimento Interno TNU). Logo, não cabe agravo regimental em face das decisões proferidas pelo colegiado da TNU.
2. No caso dos autos, o requerente interpôs agravo em face de acórdão proferido pela Turma.
3. Agravo não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não conhecer o agravo regimental, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501896-81.2008.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA LÍDIA DA SILVA
PROC./ADV.: ANDRÉ VICTOR VANDERLEI DE OLIVEIRA
OAB: AL-7311
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DA FONTE NO CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃOS DE TURMAS DE REGIÕES DIVERSAS (NO CASO DE ACÓRDÃO RETIRADO DA INTERNET, O RESPECTIVO ENDEREÇO ELETRÔNICO - URL). INTELIGÊNCIA DO ART. 541, PAR. ÚNICO DO CPC E QUESTÃO DE ORDEM Nº 3. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA FONTE. NÃO CONHECIMENTO.
1. Trata-se de pedido de uniformização interposto ao argumento de que a interpretação dada à lei federal pelo acórdão impugnado diverge da interpretação dada por acórdãos proferidos pela Turma Recursal do Mato Grosso.
2. Não pode ser conhecido o incidente, em face da inexistência de indicação de sua fonte eletrônica (endereço URL). Art. 541, parágrafo único do CPC e Questão de Ordem 03 deste Colegiado ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte eletrônica (URL)").
3. A cópia do acórdão apontado como paradigma apresenta informações conflitantes, informando se tratar de Pedido de Uniformização de Lei Federal, que tem como órgão julgador esta Turma Nacional de Uniformização, ao passo que a decisão e os fundamentos do julgado informam que se trata de recurso inominado julgado pela Turma Recursal do Mato Grosso. Autenticidade que não pôde ser verificada, por falta de indicação da fonte.
4. Pedido de uniformização não conhecido, por deficiência formal.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.70.51.006221-5
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ELENICE NUNES PINHEIRO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO CABÍVEL APENAS EM FACE DE DECISÕES MONOCRÁTICAS. RECURSO MANEJADO EM FACE DE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA. NÃO CONHECIMENTO.
1. O recurso de agravo regimental é cabível apenas em face das decisões monocráticas do Presidente da Turma Nacional de Uniformização e do Relator (art. 34, I e II do Regimento Interno TNU). Logo, não cabe agravo regimental em face das decisões proferidas pelo colegiado da TNU.
2. No caso dos autos, o requerente interpôs agravo em face de acórdão proferido pela Turma.
3. Agravo não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não conhecer o agravo regimental, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.71.61.003035-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VALTER SOUZA CORREA
PROC./ADV.: DIRCEU MACHADO RODRIGUES
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. TRANSCRIÇÃO DE UM ÚNICO PRECEDENTE DE TURMA NÃO FAZ PROVA DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. ACÓRDÃO IMPUGNADO NÃO ENFRENTOU A QUESTÃO TRATADA NO ARESTO APONTADO COMO PARADIGMA (REQUISITOS PARA A COMPROVAÇÃO DO TEMPO ESPECIAL ANTERIOR À LEI N. 9.032/95). DECISÃO QUE SE LIMITOU À ANÁLISE DO PERÍODO POSTERIOR A 1997, JULGANDO PREJUDICADA A ANÁLISE DO RECURSO QUANTO AOS PERÍODOS ANTERIORES. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei federal interposto pelo autor em face de acórdão que deixou de reconhecer o caráter especial de atividade exercida por falta de comprovação de que o requerente esteve exposto ao agente nocivo ruído acima dos limites de tolerância estabelecidos na legislação.
2. Alega o requerente que a interpretação adotada pelo acórdão prolatado pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul diverge da decisão proferida pela 6ª Turma do STJ, no Recuso Especial nº. 440.955-RN (2002/0074419-3), Relator Ministro PAULO GALLOTTI, a qual afirma ser "Inexigível a comprovação da efetiva exposição a agentes nocivos para o período em que a atividade especial foi desenvolvida antes da edição da Lei nº 9.032/95, pois até o seu advento, era possível o reconhecimento do tempo de serviço especial apenas em face do enquadramento na categoria profissional do trabalhador".
3. O presente incidente não pode ser conhecido, por diversos motivos.
4. Em primeiro lugar, as hipóteses que autorizam o manejo do incidente de uniformização encontram-se previstas no art. 14 da Lei n.º 10.259/2001, que prevê o cabimento deste quando demonstrada divergência entre decisões sobre questões de direito material de Turmas de diferentes Regiões ou quando presente decisão proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência "dominante" do Superior Tribunal de Justiça. A indicação de um único acórdão não é suficiente para demonstrar que o julgado reflete a jurisprudência dominante no STJ acerca da matéria. Para que se caracterize a jurisprudência dominante no STJ, mister a apresentação pelo recorrente de decisões proferidas por mais de uma Turma da Corte ou por uma Seção (reunião de duas Turmas) sobre a mesma matéria, ou ainda que o próprio acórdão afirme representar a posição dominante (Questão de Ordem n.º 05 desta Turma Nacional).
5. Em segundo lugar, mesmo que o requerente houvesse provado que o acórdão indicado como paradigma representa a jurisprudência dominante do STJ, não há divergência acerca da interpretação da lei federal entre os acórdãos impugnado e paradigma. O acórdão proferido pela Turma Recursal em momento algum afirmou ser exigida a prova da exposição a agente nocivo para reconhecimento e conversão do tempo como especial nos períodos anteriores à Lei n. 9.032/95. O acórdão impugnado apenas deixou de considerar especial, por falta de prova da exposição, apenas o tempo de atividade exercida no período posterior à Lei n. 9.032/94 (de 06/03/1997 a 09/02/2010), julgando prejudicada a análise dos períodos anteriores à Lei n. 9.032/95, porque insuficientes para atingir os 25 anos necessários à aposentadoria especial.
6. Dessa forma, verifica-se a ausência de divergência entre o acórdão recorrido e a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, já que o acórdão impugnado não realizou qualquer interpretação acerca da legislação federal aplicável ao reconhecimento e conversão do tempo de atividades exercidas sob condições especiais no período anterior a 1995, pois sequer enfrentou o mérito do pedido quanto a estes períodos.
7. Ação que postula conversão de tempo de serviço "comum em especial" (quando a legislação apenas prevê direito ao inverso). O tempo de serviço exercido em condições especiais não é convertido em comum, mas apenas contado (quando reconhecido este caráter), sem qualquer acréscimo, para a obtenção de benefício de aposentadoria com tempo inferior (25 anos) ao exigido para a aposentadoria por tempo de contribuição comum (35 anos, para os homens, e 30 para as mulheres). Petição inicial inepta, pois somatório dos períodos de atividades especiais alegadas no pedido perfaz pouco mais de 16 anos. Dos fatos narrados não decorre logicamente a conclusão.
8. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0506327-80.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOANA MENDES
PROC./ADV.: ANTONIO GERALDO LEITE
PROC./ADV.: FRANCISCO EVANDRO F. DE ALMEIDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. INEXISTÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. ACÓRDÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO COM FUNDAMENTO EM PROVA QUE, SEGUNDO A VALORAÇÃO DO ÓRGÃO JULGADOR, CONTRADIZ A PROVA DOCUMENTAL APRESENTADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO E A MATÉRIA TRATADA NA SÚMULA 14 TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1. Alega o requerente que a sentença, confirmada por seus próprios fundamentos pela Turma Recursal do Estado do Ceará, que julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural, "versou somente sobre o indício de prova material anexada aos autos".
2. Aduz que a "alegação do órgão recorrido de que a prova material relativa ao labor rural deve ser necessariamente demonstrada para todo período relativo à carência do benefício não procede, eis que tal exigência vai de encontro ao disposto na Súmula 14 da Turma Nacional de Uniformização do Juizado Especial Federal", razão pela qual postula que essa Turma Nacional aprecie o seu acervo probatório para dar-lhes maior valoração, eis que o Egrégio Superior Tribunal de Justiça tem entendimento consolidado de que, em se tratando de benefício rural, constitui-se valoração e não reexame de provas a verificação do acervo probatório dos autos com vistas a confirmar o alegado exercício de atividade rurícola".
3. Ao contrário do afirmado pelo requerente, entretanto, a sentença, cujos fundamentos foram confirmados pelo acórdão impugnado, não julgou improcedente o pedido porque os documentos apresentados não seriam contemporâneos (a sentença até reafirma a desnecessidade de que a prova material abranja exatamente o período, e inclusive cita a Súmula 14 desta Turma Nacional), mas por entender que os documentos apresentados não são suficientes para comprovar o efetivo exercício das atividades rurais alegadas diante do restante do acervo probatório, que, segundo valoração do julgador, "contradiz os documentos apresentados".
4. A esse respeito, confira-se a fundamentação: "Perscrutando os autos, verifico que, como início de prova material, a parte autora apresentou os seguintes documentos: comprovante de participação no Programa Hora de Plantar a partir do ano 2007; certidão emitida pelo TRE, documentos sindicais, doc. Refernte ao ITR do imóvel rural pertencente a terceiro, etc. Por sua vez, a demandante admite que residiu e trabalhou em serviços urbanos em Brasília/DF, local onde nasceram suas duas filhas, hoje com 27 e 15 anos de idade. O número de inscrição do CPF da autora possui dígito que permite concluir não ter sido o mesmo emitido no estado do Ceará. Em seu depoimento, por um momento, a demandante admitiu que, no ano de 2008, esteve no Distrito Federal, ainda que temporariamente. Seu cônjuge, também, teria trabalhado tanto formal como informalmente em Brasília durante muito tempo. (...) Em matéria de segurado especial rural, a convicção do depoimento prestado pelo autor, bem como de suas testemunhas, são essenciais para o fortalecimento do documento apresentado, garantindo maior credibilidade. Em que pesem as alegações expostas pela Autora em suas inicial, verifico que os documentos anexados aos autos não comprovam o cumprimento da carência exigida para a concessão do benefício perseguido e nem mesmo a condição de segurada especial da parte autora, notadamente pela prova que contradiz os documentos apresentados. Manuseando os autos, verifico que, malgrado o início de prova material apresentado pela autora e depoimentos colhidos em audiência, não ficou suficientemente comprovada a qualidade de segurada especial." Grifos acrescidos na transcrição
5. Dessa forma, verifica-se a ausência de divergência entre o acórdão recorrido e a Súmula desta Turma Nacional, já que o entendimento simulado trata apenas da comprovação documental do tempo de atividade rural, enquanto o acórdão recorrido fundamenta o julgamento no exame do conjunto probatório como um todo, notadamente em prova indiciária contrária às alegações do autor, não guardando similitude fática e jurídica com a questão versada na Súmula. Aplicação do que restou decidido na Questão de Ordem nº 22 por esta TNU.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500432-35.2011.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA HELENIRA DE LIMA SOUSA
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA
OAB: CE-8342
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO CABÍVEL APENAS EM FACE DE DECISÕES MONOCRÁTICAS. RECURSO MANEJADO EM FACE DE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA. NÃO CONHECIMENTO.
1. O recurso de agravo regimental é cabível apenas em face das decisões monocráticas do Presidente da Turma Nacional de Uniformização e do Relator (art. 34, I e II do Regimento Interno TNU). Logo, não cabe agravo regimental em face das decisões proferidas pelo colegiado da TNU.
2. No caso dos autos, o requerente interpôs agravo em face de acórdão proferido pela Turma.
3. Agravo não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não conhecer o agravo regimental, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500806-51.2011.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA CLEIA ARAUJO RODRIGUES
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
PROC./ADV.: ALYSSANDRA DE PAIVA PINHEIRO T. LIMA
REQUERENTE: GECIVANIA ARAUJO MAIA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
PROC./ADV.: ALYSSANDRA DE PAIVA PINHEIRO T. LIMA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE TANTO NA FORMA QUANTO NO CONTEÚDO.
- O Pedido de uniformização tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.
- Nos termos do art. 14 da Lei n. 10.259/01, não é cabível pedido de uniformização entre decisões de Turmas Recursais e acórdãos proferidos por Tribunais Regionais Federais.
- No caso concreto, cinco dos seis acórdãos transcritos no corpo da petição do recurso foram proferidos por Tribunais Regionais Federais, em face dos quais não é cabível o incidente interposto.
- O sexto acórdão, proferido pelo Superior Tribunal de Justiça - assim como os demais proferidos por Tribunais Regionais Federais e os transcritos após o encerramento da petição, sem cotejo analítico em seu corpo - nenhuma relação guarda com os fundamentos da sentença e acórdão impugnados. Sentença que julgou improcedente o pedido em face da perda da qualidade de segurado pela pessoa apontada como instituidor, devido à cessação do exercício de atividade vinculada ao regime mais de 10 anos antes do óbito, enquanto que os acórdãos apontados como paradigma tratam apenas do direito à qualidade de dependente previdenciário do menor sob guarda.
- A qualidade de dependente previdenciário, isoladamente, não é suficiente para assegurar o direito ao benefício previdenciário de pensão por morte, quando a pessoa falecida já havia perdido a qualidade de segurado da previdência na data do óbito (art. 102, § 2º da Lei n. 8.213/91). Os arestos apontados como paradigma não contêm qualquer interpretação divergente acerca da referida norma legal, nem afirmam, em momento algum, a existência de direito ao benefício após a perda da qualidade de segurado; tratam de dependência previdenciária, matéria diversa e que não foi fundamento da decisão impugnada. Inexistência de divergência, em face da ausência de similitude fática e jurídica entre as questões decididas nos acórdãos citados.
- Alegação de que o acórdão impugnado "contrariou o reconhecimento da qualidade de segurado(a) especial do(a) recorrente, não apreciando as provas (materiais e testemunhais) robustas acostadas aos autos que atestaram a atividade rural exercida, ainda que de forma descontínua, mas que demonstraram a sua atividade principal como trabalhador(a) rural" não guarda qualquer relação com a matéria decidida nos acórdãos apontados como paradigma pela requerente, encerrando simples pretensão de reexame de prova, o que é incabível em sede de incidente de uniformização de jurisprudência, nos termos da Súmula 42 da TNU.
- A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não é instância revisora de provas, mas de uniformização de interpretação da lei, quando a parte demonstrar que houve divergência de interpretações sobre a mesma questão, o que não é o caso dos autos, pois os acórdãos apontados sequer tratam da questão decidida na sentença e acórdão impugnados.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500663-62.2011.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIA ALVES PEREIRA DE MORAIS
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO CABÍVEL APENAS EM FACE DE DECISÕES MONOCRÁTICAS. RECURSO MANEJADO EM FACE DE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA. NÃO CONHECIMENTO.
1. O recurso de agravo regimental é cabível apenas em face das decisões monocráticas do Presidente da Turma Nacional de Uniformização e do Relator (art. 34, I e II do Regimento Interno TNU). Logo, não cabe agravo regimental em face das decisões proferidas pelo colegiado da TNU.
2. No caso dos autos, o requerente interpôs agravo em face de acórdão proferido pela Turma.
3. Agravo não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não conhecer o agravo regimental, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5001446-82.2012.4.04.7016
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: TAKESHI NISHIMURA
PROC./ADV.: DANIEL NUNES MARTINS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DA FONTE ELETRÔNICA (URL) NO CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃOS DE TURMAS DE REGIÕES DIVERSAS. ART. 541, PAR. ÚNICO DO CPC E QUESTÃO DE ORDEM Nº 3. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃOS PROFERIDOS POR TURMAS DA MESMA REGIÃO. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO PELA TNU. INEXISTÊNCIA DE DIVERGÊNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE ENTRE OS FUNDAMENTOS DAS DECISÕES COMPARADAS.
1. Aduz o requerente que "a sentença, confirmada pela Turma Recursal, destaca como causa
de descaracterização do regime de economia familiar, 03(três) situações: 1 - o Recorrente possui recolhimentos vertidos ao RGPS nos fora do período de carência - 11/1987 a 02/1988; 2 - as contribuições vertidas para previdência dentro do período de carência em nome d Autor no período de - 01/1996 a 11/1997; 3 - e a existência de contrato de parceria com terceiros desde o ano de 1998 (informação esta prestada pelo Recorrente e testemunhas)".
2. Quanto aos dois primeiros fundamentos do acórdão, alega que a interpretação dada à lei federal diverge da interpretação dada por acórdãos proferidos pela 1ª Turma Recursal do Mato Grosso, 2ª Turma Recursal de Santa Catarina e Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da 4ª Região.
3. Com relação ao terceiro fundamento, sustenta que não é verdadeira a afirmação contida na sentença/acórdão, de que os lucros provenientes da parceria entre a recorrente e o terceiro excedem a simples subsistência, pois os documentos e os depoimentos comprovariam que o recorrente é pessoa do campo, sempre sobreviveu dos lucros auferidos na lavoura e jamais ostentou riqueza. Alega, ainda, que o entendimento confirmado pelo acórdão diverge da interpretação dominante conferida pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 529460/PR, na qual a referida corte consignou que "Não descaracteriza o regime de economia familiar o fato de o marido da autora possuir mais de uma propriedade rural e arrendar parte delas ao membros do grupo familiar, bem como a dimensão da propriedade agrícola, uma vez que não constitui requisito legal para a concessão do benefício previdenciário, consoante se depreende do artigo 11, inciso VII, da Lei n.º 8.213/91. 2. Para a configuração do regime de economia familiar é exigência inexorável que o labor rurícola seja indispensável à subsistência do
trabalhador, o que acontece na hipótese dos autos, conforme aferido pelo Tribunal de origem mediante o exame das provas."
4. Quanto à divergência alegada entre o acórdão recorrido e os acórdãos das Turmas Recursais do Mato Grosso e de Santa Catarina, não pode ser conhecido o incidente, em face da inexistência de indicação de sua fonte eletrônica (endereço URL), a dar azo à aplicação do art. 541, parágrafo único do CPC e Questão de Ordem 03 deste Colegiado ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte eletrônica (URL)").
5. Quanto à alegação de divergência em face de acórdão da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da 4ª Região, a pretensão de uniformização de acórdãos proferidos por Turmas da mesma região deveria ter sido objeto de pedido à Turma Regional de Uniformização (art. 14, § 1º da Lei n. 10.259/01), não podendo ser conhecida pela Turma Nacional.
6. Em relação à alegação de divergência em face do acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, não há divergência, eis que os fundamentos do acórdão recorrido e paradigma são diversos, não havendo similitude fática e jurídica.
7. Ao contrário do que afirma o requerente, a sentença confirmada pelo acórdão não descaracterizou a qualidade de segurado especial por entender que o arrendamento de parte da propriedade é incompatível com esta, como refutado no acórdão apontado como paradigma pelo requerente, mas por entender que, no caso concreto, através da análise das notas fiscais juntadas aos autos, o sustento do grupo familiar do requerente era provido majoritariamente pela renda paga pelo arrendatário, e não pelos frutos do exercício da atividade rural pela família do requerente, e que o montante da total da produção cultivada pelo terceiro na propriedade do requerente excedia o regime de economia de mera subsistência, caracterizando-o como pequeno produtor rural.
8. A esse respeito, transcreve-se trecho da sentença, cujos fundamentos foram ratificados pelo acórdão recorrido: "Em que pese o exercício de atividade na horta pelo autor e sua família, vê-se que a maior parte dos rendimentos da família fica a cargo desse valor recebido pelo labor de suas terras por terceiro, conforme análise das notas fiscais juntadas aos autos. Os produtos constantes destas notas são, em sua maioria, soja, milho e trigo, de cujo cultivo e colheita não participam a parte autora e sua família. Esse valor recebido de terceiros pelo plantio de cereais em suas terras demonstram uma produtividade média que, unida ao valor recebido com a venda dos produtos cultivados na horta, possibilitam muito mais do que a simples subsistência da família. Desta feita, não havia atividade em regime de economia familiar propriamente dito, ou seja, aquele em que os componentes da família trabalham em mútua assistência, para garantir a subsistência de todos. Destarte, ficou demonstrado que na realidade a autora deve ser considerada produtora rural".
9. A par de não haver similitude fática e jurídica entre as situações e fundamentos dos acórdãos em relação aos quais é alegada a divergência, não é cabível, em sede de incidente de uniformização de interpretação da lei federal, a pretensão de reexame da prova dos autos para verificar se os documentos e depoimentos infirmam a assertiva contida na sentença e acórdão de que o montante da produção rural do autor e dos rendimentos recebidos excedem o indispensável à subsistência, como sustenta o requerente. Enunciado 42 da Súmula de Jurisprudência TNU.
10. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.71.50.029151-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IGOR MARCANTI DOS SANTOS
PROC./ADV.: RAFAEL TORRES DOS SANTOS
OAB: RS-46044
PROC./ADV.: CAROLINE SCHOSSLER
OAB: RS-65 602
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. ADMINISTRATIVO. AUXÍLIO-MORADIA. RESIDÊNCIA MÉDICA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO SUL. LEI 6.932/1981 NÃO REVOGADA PELA LEI 10.405/2002. PRECEDENTES DA TNU. REPRESENTATIVO N.º 125. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Ação proposta perante a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre com pedido de pagamento do auxílio-moradia para a parte autora integrada ao programa de residência médica, acrescido do adicional destinado a cobrir custos de contribuição previdenciária, nos termos da Lei 6.932/1981, relativamente ao período de 01/02/2007 à 31/01/2010.
2. Sentença de improcedência mantida pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, com fundamento de que a Lei 6.932/1981 foi revogada pela Lei 10.405/2002.
3. Pedido de Uniformização de Jurisprudência manejado pela parte autora, com fundamento no artigo 14 da Lei 10.259/2001, anexando como paradigmas jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça.
4. No cotejo analítico entre o acórdão aventado e os paradigmas vislumbro similitude fático-jurídica.
5. A Lei 6.932/1981 está em vigência. Representativo n.º 125.
6. Voto para reafirmar o entendimento do STJ e da TNU no sentido de que, a Lei 10.405/2002 não revogou a Lei 6.932/1981, de modo que os benefícios de fornecimento de alimentação e auxílio-moradia aos médicos residentes devem ser fornecidos.
7. Determinação de retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado, uma vez que não foram revogados os benefícios de fornecimento de alimentação e alojamento/moradia aos médicos-residentes, com conversão em pecúnia pelo descumprimento das obrigações de fazer, em valor razoável que garanta um resultado prático equivalente.
8. Incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e parcialmente provido, com anulação do acórdão impugnado e conseqüente remessa dos autos à Turma Recursal de origem.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte requerente, nos termos da fundamentação da Juíza Federal Relatora.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2010.72.54.000067-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARLISA TOMAZ SEBASTIÃO
PROC./ADV.: BARTIRA DE PELEGRIN
OAB: SC-21645
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INTERPOSTO PELO INSS. REVISÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO URBANO. BABÁ-EMPREGADA DOMÉSTICA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL DE SANTA CATARINA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. ALEGAÇÃO DE FALTA DE PROVA MATERIAL. SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. ATIVIDADES DOMÉSTICAS. PROVA DE DIFÍCIL DEMOSTRAÇÃO. RELATIVIZAÇÃO. POSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO EXTEMPORÂNEA DE EX-EMPREGADOR EM PERÍODO ANTERIOR À LEI 5.859/72. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA DOCUMENTAL CONFIRMAÇÃO POR TESTEMUNHAS. ACEITAÇÃO. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.
1. Pedido de revisão de aposentadoria por tempo de serviço para cômputo de período urbano trabalhado de 01/01/1966 à 31/12/1971 como babá/empregada doméstica.
2. Sentença de procedência mantida pela Turma Recursal de Santa Catarina pelos seus próprios fundamentos.
3. Pedido de Uniformização de Jurisprudência tempestivo não admitido pelo Presidente da Turma Recursal de Santa Catarina.
4. Recurso da Autarquia remetido a esta Corte por força do disposto no § 5º do art. 15 da Resolução nº. 22 de 2008 , na redação dada pela Resolução nº. 163 de 2011.
5. Tanto o Acórdão impugnado e a sentença foram proferidos no sentido de que a declaração do empregador extemporânea, afirmando que a autora laborou em sua residência no interregno indicado, é documento com força de início de prova material.
6. Testemunhas corroboram as alegações da parte autora e o período indicado no documento. Note-se que o filho do empregador, o qual à parte autora cuidou, testemunhou e ratificou a declaração firmada por seu genitor.
7. A Autarquia Ré alega no pedido de uniformização, em síntese, que a averbação de lapso de tempo de serviço urbano ocorreu sem a existência de documento idôneo a comprovação do tempo urbano trabalhado.
8. Ausência de similitude fático-jurídica entre o acórdão aventado e os paradigmas acostados - julgados do STJ, porque as decisões juntadas não se referem à legislação de vigência. Fatos anteriores à Lei n.º 5.859/72.
9. Inteligência do precedente da Turma Nacional de Uniformização. (Processo PEDILEF 200970510039400 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL - EMENTA/VOTO - PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADORA URBANA. EMPREGADA DOMÉSTICA. DECLARAÇÃO NÃO CONTEMPORÂNEA DE EX-EMPREGADOR. IMPRESTABILIDADE. INCIDENTE PROVIDO).
9. Incidente não conhecido por falta de similitude fático-jurídica. Acórdão mantido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, NEGAR PROVIMETNO ao presente incidente de uniformização nos termos do voto da Juíza Federal Relatora.
Brasília, 17 de outubro de 2012.

MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0500625-37.2008.4.05.8304
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ROSILMA FARIAS SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. SEGURADO ESPECIAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA QUE SE BASEIA EM MAIS DE UM FUNDAMENTO. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO. RECURSO QUE SÓ ATACA UM FUNDAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM N. 18.
1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora-recorrente contra acórdão que confirmou sentença de improcedência do pedido de concessão por morte sob os seguintes fundamentos: "De fato, além da fragilidade da prova documental, a prova testemunhal não foi suficientemente robusta a comprovar o exercício de trabalho rurícola. Quanto ao ponto, merece destaque o seguinte trecho da sentença, o qual é adotado como razão de decidir por bem dirimir a controvérsia: "(...) Em juízo, a autora prestou depoimento pessoal contraditório, tergivesando no seu relato e com ocultação dos fatos. Não soube informar se e quando houve incapacidade do seu esposo, por exemplo. A testemunha Cícera Márcia Silveira da Silva prestou depoimento vago e esteriopado, nem sequer soube informar com precisão a época em que o de cujus faleceu. Já a segunda testemunha, Rilson José Araujo Cavalcanti, por sua vez, é amigo da demandante há muitos anos, prestando, assim," depoimento de favor". Consigna-se, ainda, a colidência entre o descrito na petição inicial e os relatos das testemunhas. Assim, por exemplo, a petição inicial afirma que o falecido era incapacitado quando pediu o benefício assistencial, ao passo que as testemunhas informaram o contrário, ou seja, que este trabalhou até a época do seu falecimento. Em suma, permanece a conclusão obtida na esfera administrativa de que não ficou comprovado o exercício de atividade rural, no período antecedente à ocorrência do falecimento de José Pedro da Silva"
2. Argumenta a parte autora-recorrente que "a Turma Julgadora não analisou com o devido e necessário acerto a documentação acostada se confrontada com a jurisprudência dominante do Colendo Superior Tribunal de Justiça, que aponta pela valoração das referidas provas como início razoável de prova material, bem como o reconhecimento da qualidade de segurado especial do extinto, ainda que o mesmo tenha deixado de laborar em decorrência do acometimento de incapacidade"(grifos no original)
3. A TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais. No caso, o recorrente pretende nova análise dos fatos que geraram o não reconhecimento da atividade rural.
4. No caso, as instâncias anteriores decidiram que a pretensão da parte autora era improcedente pela ausência de início de prova material e também porque as testemunhas não comprovavam o efetivo labor rural do instituidor da pensão uma vez que seus depoimentos se mostraram vagos e imprecisos, além de colidirem com os fatos narrados na petição inicial.
5. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
6. Incidente de uniformização não conhecido, com aplicação da Questão de Ordem n. 29: "Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem" (aprovada na Sessão de 11/10/2011).

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2009.70.51.003506-6
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LUIZ ANTONIO MARIOTO
PROC./ADV.: HÉLDER MASQUETE CALIXTI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. DOCUMENTOS EM NOME DO PAI DO AUTOR NO PERÍODO DE CARÊNCIA. PROVA TESTEMUNHAL. EXTENSÃO DA SUA EFICÁCIA NO TEMPO. PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DO LABOR NO CAMPO. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. QUESTÃO DE ORDEM N. 20 DA TNU.
1.Trata-se de pedido de uniformização contra acórdão que reformou sentença de parcial procedência mantendo apenas o reconhecimento do período rural de 01.01.1966 a 31.12.1966. A decisão recorrida entendeu que "existe início de prova material apenas para o ano de 1966, o qual, por ter sido corroborado pela prova testemunhal, coerente em informar a atividade rurícola do autor e sua família em regime de economia familiar, é o único que merece reconhecimento como tempo de serviço rural."
2. Argumenta a parte autora-recorrente que a decisão recorrida contraria o entendimento da Terceira Seção do STJ quanto à ampliação da eficácia probatória por meio da prova testemunhal. Aponta como paradigma decisão proferida no Resp 854.187/SP.
3. "É questão pacificada nesta Turma que qualquer documento idôneo, emitido em nome de qualquer membro do grupo familiar, presta-se à comprovação da atividade rurícola em regime de economia familiar, a exemplo dos documentos comprobatórios da propriedade ou da posse de imóvel rural (PEDILEF 2006.70.95.01.4573-0, Rel. Juíza Federal JACQUELINE MICHELS BILHALVA, julgado em 28.5.2009);instrumento de comodato de imóvel rural (PEDILEF

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2003.81.10.00.4165-3 Rel. Juiz Federal SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ, julgado em em 4.8.2009); folha de pagamento de programa permanente de combate à seca (PEDILEF 2003.81.10.027572-0, Rel. Juiz Federal RICARLOS ALMAGRO VITORIANO CUNHA, julgado em 4.8.2009), guias de recolhimento de imposto sobre exploração agrícola (PEDILEF 2006.72.95.01.1963-2, Rel. Juiz Federal JOSÉ EDURADO DO NASCIMENTO, julgado em 9.4.2010) e guias de recolhimento de ITR (PEDILEF 2008.72.55.00.7778-3, Rel Juiz Federal JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO, julgado em 11.5.2010), entre outros, desde que emitidos em nome de um dos integrantes do núcleo familiar e devidamente corroborados pela prova testemunhal colhida em audiência" (TNU, PEDILEF 200671950258988, Rel. Juiz Federal Alcides Saldanha Lima, DOU 28-11-2011).

4. Ademais, "ficha de Associação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ribeirão/ PE em nome da parte autora, Ficha de Associação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ribeirão/PE em nome do esposo da parte autora, Carteira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão/ PE em nome da parte autora, Carteira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão/PE em nome do esposo da parte autora, Recibos de Recolhimentos das Contribuições Sindicais em nome da parte autora, Carta de Concessão da Aposentadoria Por Idade Rural do esposo da parte autora, Recibos de Adiantamento a Fornecedores em nome do esposo da parte autora, Declaração do Fundo de Terras do Estado de Pernambuco (FUNTEPE), e Fichas de Contribuição em nome do esposo da parte autora da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Águas Claras/PE qualificam-se como hábeis a demonstrar início razoável de prova material, a qual não necessita abarcar a integralidade do período de tempo a ser reconhecido judicialmente. Precedentes: REsp. 538232/ RS (Relatora: Ministra Laurita Vaz. Órgão Julgador: Quinta Turma. J: 10/02/04. DJ: 15/03/04); REsp. 522.240/RS (Relator: Ministro Gilson Dipp. Órgão Julgador: Quinta Turma. J: 16/09/03. DJ: 06/10/03); AgRg no REsp 642016/CE (Relatora:Ministra Laurita Vaz. Órgão Julgador: Quinta Turma. J: 23/11/2004. DJ:13.12.2004); EResp. 499370/CE (Relatora: Ministro Laurita Vaz. Órgão Julgador: Terceira Seção. J: 14/02/07. DJ: 14/05/07)." (P.U 200381100043595, Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello, DOU 27/04/2012.

5. "No que diz respeito aos efeitos da prova testemunhal, prevalece o entendimento da jurisprudência dominante do STJ, aceita por esta TNU, segundo o qual tal prova tem o condão de ampliar a eficácia probatória do início de prova material corroborado. Precedentes da TNU: Processo n. 200570510023599; Processo n. 200570510042764. Precedente do STJ: AR 2.972/SP, REsp 980762/SP". (PEDILEF 200670510000634, Relator(a) JUIZ FEDERAL DERIVALDO DE FIGUEIREDO BEZERRA FILHO, Data da Decisão 14/09/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 05/04/2010).

6. Caso em que o acórdão não considerou a ficha de filiação do pai do autor ao Sindicato dos trabalhadores rurais como início de prova material e, tampouco, ampliou a eficácia probatória dos depoimentos colhidos na instrução do feito.

7. Aplicação da Questão de Ordem n. 20 da TNU, com anulação do acórdão para adequação do julgado ao direito material: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito".

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2009.71.58.008359-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VILSON HAUTH
PROC./ADV.: GRAZIELA WEBER HARTZ
PROC./ADV.: CAROLINE DE CASTRO MARTINS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. INSTITUIDOR DA PENSÃO CONTRIBUINTE FACULTATIVO. UNIÃO ESTÁVEL. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUMIDA. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo autor contra acórdão que manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de pensão por morte em decorrência do falecimento de sua companheira. A decisão recorrida reconheceu a qualidade de segurada facultativa da instituidora da pensão mas negou a concessão do benefício ao fundamento de que "não há que se falar na presunção de dependência econômica, constante no § 4° do artigo 16 da Lei 8.213/91, visto que referida presunção pode perfeitamente ser afastada mediante a constatação da não dependência econômica na data do óbito, o que, entendo, é justamente o caso do autor, uma vez que, conforme se verifica do CNIS, o último vínculo empregatício da falecida encerrou em 1987".

2. Alega o autor que uma vez comprovada a união estável do casal, a dependência econômica é presumida. Aponta como paradigma decisão proferida pela 1ª Turma Recursal de Goiás que reconheceu a qualidade de segurado facultativo do instituidor da pensão e concedeu o benefício a seu dependente. Argumenta, ainda, que a decisão recorrida contraria o entendimento desta TNU, da 1ª TR de Goiás e da 1ª TR do Mato Grosso no sentido de que a dependência econômica dos companheiros é presumida.

3. Presentes os requisitos de admissibilidade do recurso, considerando a sua tempestividade e a demonstração de existência de decisões divergentes entre Turmas de diferentes regiões (artigo 14, §2º da Lei 10.259/2001).

4. Nos termos dos artigos 74 a 79 da Lei 8.213/1991, a pensão por morte é devida aos dependentes elencados em lei em decorrência do falecimento do segurado do regime geral de previdência social. Para a concessão do benefício, é necessário o preenchimento dos seguintes requisitos: prova do óbito e da qualidade de segurado do instituidor da pensão e a dependência do requerente.

5. O caso dos autos trata de pedido de concessão de pensão por morte em razão do falecimento de companheira. Não há dúvidas de que companheiro é beneficiário do Regime Geral da Previdência Social na condição de dependente do segurado, conforme previsto no inciso I do artigo 16 da Lei 8213/1991. Ainda, nos termos do §4º do mesmo diploma legal, "A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada".

5. A presunção da dependência econômica de que trata o parágrafo 4º do artigo 16 da Lei 8213/1991 é absoluta. Ou seja, a presunção de dependência econômica entre cônjuges e companheiros não admite prova em sentido contrário (presunção juris et de jure), pois o casamento pressupõe a mutualidade de esforços para a manutenção da família.

5. Aos dependentes do segurado facultativo é garantida a pensão por morte, sem qualquer distinção em relação às demais categorias de segurados no que diz respeito à dependência econômica. Sendo assim, ainda que o instituidor da pensão fosse filiado como segurado facultativo ao tempo do óbito, seu cônjuge/companheiro (assim como o filho não emancipado, menor de 21 anos, ou inválido) é considerado dependente, independentemente da prova desta condição. Pouco importa se o segurado facultativo possuía renda ou não ao tempo do óbito e se os rendimentos dos dependentes elencados no inciso I do artigo 16 da Lei 8213/1991 eram maiores do que os recebidos pelo instituidor da pensão.

6. Considerando que não houve análise da prova da união estável e que a questão é controvertida, determino a devolução dos autos à origem para a análise dos demais requisitos para a concessão da pensão por morte.

7. Incidente conhecido e parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2009.71.54.005080-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: OSAIR FERNANDES CIRINO
PROC./ADV.: RODOLFO ACCADROLLI NETO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ATIVIDADE ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA FONTE DO ACÓRDÃO APONTADO COMO PARADIGMA. QUESTÃO DE ORDEM Nº03. NÃO CONHECIMENTO.

1.Trata-se de pedido de uniformização apresentado pela parte autora-recorrente contra acórdão que manteve por seus próprios fundamentos sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento da especialidade do período de 23.08.1989 a 27.03.2008 trabalhado como técnico agrícola no setor de campos experimentais para a EMPRAPA. Entendeu a decisão recorrida que "para o reconhecimento da especialidade é necessária a comprovação da permanência e habitualidade, entendo-se por trabalho permanente aquele em que o segurado, no exercício de todas as suas funções, esteve exposto a agentes nocivos físicos, químicos, biológicos, e por trabalho não ocasional nem intermitente aquele que, na jornada de trabalho, não houve interrupção ou suspensão do exercício da atividade com exposição aos agentes nocivos, ou seja, não foi exercida de forma alternada, atividade comum e especial.". Concluiu que "in casu, conforme já referi, em virtude das atividades desenvolvidas pelo autor, não é crível que estivesse exposto de forma habitual e permanente ao agente nocivo ruído ou ao agente químico agrotóxico"

2. Alega a parte autora-recorrente que a decisão recorrida diverge do entendimento da Turma Recursal do Distrito Federal que "além de considerar a atividade de técnico agrícola como especial por atividade, entende que se o CONJUNTO PROBATÓRIO demonstra o autor estava submetido habitual e permanentemente de agentes nocivos, e no caso específico do Setor de Campos Experimentais da EMPRAPA, tem o direito de ver reconhecido o período como exercido sob condições especiais."

3.O incidente não merece ser conhecido. A cópia do paradigma da TR-DF apontado não atende ao disposto no art. 541, parágrafo único, do CPC, uma vez que não se trata de documento extraído dos autos originários, mas sim de julgado obtido por meio da internet, e o recorrente não indicou a fonte de pesquisa ou o endereço URL que permita o acesso direto. Inteligência da questão de ordem nº 03 deste Colegiado (A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte eletrônica (URL). (Alteração aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 23.08.2012))

4.Ressalto que por URL (Uniform Resource Locator ou Localizador-Padrão de Recursos, em português) entende-se como o endereço disponível em uma rede (via de regra a internet) que permita o acesso direto a um recurso (normalmente um arquivo). No caso dos autos, o conjunto de caracteres constante no rodapé do arquivo apontado como paradigma não corresponde a seu URL.

5. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2010.71.63.005370-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JULEIDE DA COSTA
PROC./ADV.: LAURINDO JOSÉ DAGNESE
PROC./ADV.: NAILA MARIA DAGNESE
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. VÍNCULOS ANOTADOS EM CTPS. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA FONTE DO ACÓRDÃO APONTADO COMO PARADIGMA. QUESTÃO DE ORDEM Nº03. AUSÊNCIA DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. PEDIDO NÃO CONHECIDO.

1.Trata-se de pedido de uniformização apresentado pelo INSS contra acórdão que manteve por seus próprios fundamentos sentença que reconheceu como tempo de serviço períodos em que a parte autora-recorrida trabalhou como empregada doméstica com base nas anotações constantes na CTPS. Consignou a decisão recorrida que "o registro na Carteira de Trabalho é suficiente à comprovação do exercício de atividade urbana" e que "Nos termos do artigo 19, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99, as anotações feitas na CTPS valem para todos os efeitos como prova de filiação à previdência social, relação de emprego, tempo de serviço e salário-de-contribuição"

2. Alega o INSS que a Carteira de Trabalho e Previdência Social tem presunção relativa e não constitui prova plena do exercício de atividade laborativa. Aduz que a decisão recorrida contraria o entendimento da Turma Recursal de Goiás segundo a qual "a presunção dos dados lançados no bojo de carteira de trabalho é relativa (Súm. 12 do TST), reclamando complemento por outras provas." (2008.35.00.702518-2, Relator Fernando Cleber de Araújo Gomes, 1ª TR-GO, DJ-GO 10.06.2009). Também aponta divergência entre a decisão proferida por esta TNU nos autos 2006.38.00.73.7352-9 na qual se decidiu que Consoante precedente desta TNU que gerou a edição da súmula nº 31, "Conquanto o Superior Tribunal de Justiça não possua entendimento dominante a respeito da matéria, a melhor solução para o caso, observando julgados daquela Corte, é a que considera a anotação em CTPS decorrente de sentença trabalhista como início de prova, devendo ser o tempo de serviço nela inscrito corroborado por outras provas, para fins previdenciários"

3.O incidente não merece ser conhecido. Em relação à divergência de entendimento da Turma Recursal de Goiás, a cópia do paradigma da TR-GO apontado não atende ao disposto no art. 541, parágrafo único, do CPC, uma vez que não se trata de documento extraído dos autos originários, mas sim de julgado obtido por meio da internet, e o recorrente não indicou a fonte de pesquisa ou o endereço URL que permita o acesso direto. Inteligência da questão de ordem nº 03 deste Colegiado (A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte eletrônica (URL). (Alteração aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 23.08.2012))

4.Ressalto que por URL (Uniform Resource Locator ou Localizador-Padrão de Recursos, em português) entende-se como o endereço disponível em uma rede (via de regra a internet) que permita o acesso direto a um recurso (normalmente um arquivo). No caso dos autos, o conjunto de caracteres constante no rodapé do arquivo apontado como paradigma não corresponde a seu URL.

5. No que diz respeito ao julgado desta Turma Nacional, verifico a ausência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e o aresto paradigma, vez que aquele trata da presunção juris tantum de veracidade das anotações feitas em CTPS, ao passo que o paradigma desta Turma se refere à configuração de vínculos decorrentes de sentença trabalhista como início de prova material. De todo o modo,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

o reconhecimento de eventual prova em contrário, a elidir a presunção das anotações em CTPS, resvalaria em nova apreciação do conjunto probatório, o que é defeso a este órgão uniformizador.
6. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do recurso, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5009450-90.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ALINE PEREIRA
PROC./ADV.: ANA CAROLINA ARNALDI ZANONI
PROC./ADV.: ALEJANDRO R. MARQUES ZANONI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (LOAS) - RENDA PER CAPITA INFERIOR À ¼ DO SALÁRIO MÍNIMO - PRESUNÇÃO ABSOLUTA DE MISERABILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA COM O ACÓRDÃO PARADIGMA. QUESTÃO DE ORDEM N. 22.
1. Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte autora, em face de acórdão que, por maioria, manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial ao fundamento de que apesar da renda per capita declarada ser inferior a ¼ do salário-mínimo, o conjunto probatório demonstra a existência de rendimentos informais não constantes no auto de constatação. A decisão encontra-se assim fundamentada: "apesar da renda declarada por ocasião da constatação social, o que se verifica na prova produzida é que o autor não vive em situação de vulnerabilidade social e econômica, como bem delineado na decisão recorrida. Aliás, as condições de moradia são muito superiores ao que se poderia esperar para a renda declarada, o que leva a crer que os rendimentos informais do grupo familiar superam os valores mencionados ao oficial de justiça"
2. Alega a parte autora que a decisão recorrida contraria o entendimento desta Turma Nacional manifestado em diversos julgados segundo o qual o critério do artigo 20, §3º da Lei 8742/1993 possui caráter de presunção absoluta de miserabilidade, não tendo a lei previsto exceções.
3. Ausência de similitude fático-jurídica entre os julgados apontados como paradigma - os quais tratam da presunção de miserabilidade quando a renda constatada é inferior a ¼ do salário-mínimo - e a decisão recorrida que, com base no conjunto probatório, julgou haver renda não declarada no auto de constatação.
4. Ressalto que a TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais. No caso, afastar a conclusão da decisão recorrida quanto à existência de fonte de renda não declarada no auto de constatação implicaria reexame de provas, o que não é permitido. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
5. Incidente de Uniformização não conhecido. Inteligência da questão de ordem nº 22 (É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma).

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília, 14 de novembro de 2012

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0501455-98.2011.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTÔNIO MOISÉS DE LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TRABALHADOR QUE EXERCEU ATIVIDADE ALTERNADAMENTE COMO EMPREGADO RURAL E SEGURADO ESPECIAL EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. REDUÇÃO DO LIMITE ETÁRIO. POSSIBILIDADE. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
1. A Constituição Federal, no artigo 201, §7º, garante a aposentadoria por idade aos "sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.
2. Por sua vez, prescreve o artigo 48, §1º da Lei 8.213/1991 que "Os limites fixados no caput são reduzidos para sessenta e cinqüenta e cinco anos no caso de trabalhadores rurais, respectivamente homens e mulheres, referidos na alínea a do inciso I, na alínea g do inciso V e nos incisos VI e VII do art. 11.
3. Da análise das normas constitucionais e infralegais, não há dúvida de que o trabalhador rural, seja na qualidade de empregado (artigo 11, I, a), de contribuinte individual (artigo 11, inciso V, g), de trabalhador avulso (artigo 11, inciso VI) ou de segurado especial (artigo 11, inciso VII) , faz jus à concessão de aposentadoria por idade rural com redução do requisito etário.
4. Se ao empregado rural é garantida a redução etária, assim como ao segurado especial, por certo àquele trabalhador que trabalhou no campo alternadamente como segurado especial e empregado rural também faz jus à aposentadoria por idade rural com redução dos limites etários.
5. Incidente conhecido e parcialmente provido. Retorno dos autos à Turma Recursal de Origem para análise do caso concreto com base na premissa de direito ora fixada.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização conhecer e dar parcial provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5010952-27.2012.4.04.7002
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: NEUZA BARROS DE SOUZA
PROC./ADV.: EMERSON CHIBIAQUI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. DESAPOSENTAÇÃO. EXTINÇÃO DO JULGAMENTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. VALOR DA CAUSA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se de pedido da parte autora de renúncia à aposentadoria que titulariza com a conseqüente concessão de novo benefício mais vantajoso. A decisão recorrida julgou extinto o feito sem resolução do mérito em razão da incompetência dos Juizados Especiais Federais para processar e julgar a matéria tendo em vista o valor da causa .
2. Alega a parte autora-recorrente ser competente o Juizado Especial Federal para a causa em razão da possibilidade da não devolução das parcelas já recebidas para a concessão de novo benefício. Indica, como paradigma, precedentes do TRF/4, do STJ (REsp 692.628 e REsp 1.107.638) e da TNU (200872580041869, 200972580002182 e 200972510004633)
3. Nos termos da Súmula 43 desta TNU, "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual", por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01. Esta Turma Nacional não tem conhecido do incidente em casos análogos, a exemplo do decidido no PEDILEF 201070500087291 de relatoria da Juíza Federal Vanessa Vieira De Mello: "EMENTA - VOTO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. DESAPOSENTAÇÃO. EXTINÇÃO DO JULGAMENTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. VALOR DA CAUSA. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. I. Pedido da parte autora de renúncia à aposentadoria que titulariza com a conseqüente concessão de novo benefício mais vantajoso. II. Sentença de extinção do julgamento, sem resolução do mérito, mantida pela Turma Recursal com esteio no art. 46 da Lei nº 9.099/95. III. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001. IV. Alegação de ser competente o Juizado Especial Federal para a causa em razão da possibilidade da não devolução das parcelas já recebidas para a concessão de novo benefício. V. Indicação, pela parte recorrente, de precedentes da Turma Nacional de Uniformização: PEDILEF nº 200972580002182; PEDILEF nº 200972510004633; e do STJ - Superior Tribunal de Justiça: RESP 1113682/SC; e AgRg no RESP 328.101/SC. VI. Inadimissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência junto à Turma Recursal do Paraná. VII. Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal. VIII. Decisão da lavra do Ministro Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização, no sentido de admitir o incidente, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno do Colegiado citado. IX. Tema referente ao valor da causa. X. Descabe incidente de uniformização versando sobre questão de direito processual. Inteligência da Súmula nº 43 da Turma Nacional de Uniformização. XI. Incidente de uniformização de jurisprudência não admitido.(PEDIDO 201070500087291, JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO, DOU 27/04/2012.)."
4. Incidência da questão de ordem nº 29: Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem.
5. Incidente de Uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional de Uniformização não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília, 14 de novembro de 2012.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0503002-36.2007.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA BENJAMIM DA SILVA
PROC./ADV.: DAVID SARMENTO CÂMARA
PROC./ADV.: LUCIANA RAQUEL FERREIRA DE FREITAS CÂMARA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PENSÃO POR MORTE. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO DO DE CUJUS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL DA PARAÍBA. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICA. INADMISSÍVEL. SÚMULA 42 TNU. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA DO ACORDÃO AVENTADO E OS PARADIGMAS. QUESTÃO DE ORDEM N.º 22. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1.Trata-se de ação proposta em face do INSS com pedido de concessão de benefício de de pensão por morte.
2.Sentença de improcedência, sob o fundamento da falta de qualidade de segurado do falecido.
3.Recurso inominado requerido para reforma do julgado, mas a sentença foi mantida na íntegra da Turma Recursal da Paraíba, com respaldo no artigo 46 da Lei 9.099/1995.
4.Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º da Lei 10.259/2001.
5.Acórdãos do Superior Tribunal de Justiça apresentados como paradigmas.
6.Recurso não admitido pela Turma de Origem.
7.Incidente remetido a esta Turma Nacional por força do art. 15 do Regimento Interno.
8.Distribuição a esta relatora.
9.Não foi comprovado que o falecido exerceu atividade urbana como empregado. Não foi produzida a prova oral para corroborar a documentação anexada. No entanto, não houve impugnação relativa ao cerceamento de defesa nas instâncias ordinárias. Em suma, não foi comprovado o preenchimento de um dos requisitos para a concessão da pensão por morte, qual seja, a qualidade de segurado.
10.Do cotejo entre o acórdão aventado e os paradigmas anexados aos autos não se verifica a indispensável similitude fático-jurídica. Inteligência da Questão de Ordem n.º 22.
11. Pretensão do reexame da matéria fática. Inadmissível. Súmula n.º 42 da Turma Nacional de Uniformização.
12. Pedido de Uniformização Jurisprudencial não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência em NÃO CONHECER do Pedido de Uniformização, nos termos do presente voto-ementa.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2008.71.50.027290-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ITABAJARA PITANA CORRÊA
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO

EMENTA

REITERAÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO CABIMENTO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA NÃO CONHECIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. NÃO CONHECIMENTO.
1. Trata-se de Embargos de Declaração interposto em face do Acórdão de proferido por esta Turma Nacional de Uniformização em 16/08/2012, em Embargos de Declaração de Acórdão que náo conheceu do Incidente de Uniformização, julgado em 15/05/2012.
2. Ao julgar o Incidente de Uniformização, esta Turma Nacional não conheceu o recurso interposto em ação movida em face do INSS, com pedido de concessão de benefício assistencial a deficiente, em face da ausência da indicação da fonte do paradigma.
3. A Sentença de improcedência do pedido foi mantida pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul.
4. Incidente de Uniformização de Jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001 e julgado em 15/05/2012.
5. Embargos de Declaração interpostos em face da decisão da Turma Nacional de Uniformização conhecido e não provido em 16/08/2012.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6. Reiteração dos Embargos de Declaração com repetição dos motivos já afastados em 16/08/2012. Embargos não conhecidos.
7. Quando o incidente de uniformização de jurisprudência questiona divergência entre acórdãos prolatados por Turmas Recursais de diferentes Regiões o requerente deve carrear aos autos não só a íntegra dos julgados apontados como paradigmas, mas deve indicar também a repositório de jurisprudência, o diário oficial em que publicada a decisão. Pode ainda anexar a certidão, a cópia autenticada, ou a reprodução da página da internet com indicação da respectiva fonte (endereço URL). Tal exigência formal permite a verificação da divergência apontada e assegura a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas. Aplicação da Questão de Ordem nº 3 da TNU.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência em NÃO CONHECER dos Embargos de Declaração, nos termos do presente voto-ementa.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2009.71.67.002509-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LOURDES KANIGOSKI BASSO
PROC./ADV.: LUIZ GUSTAVO FERREIRA RAMOS
OAB: RS-49153
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE RURAL. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICA. INADMISSÍVEL. SÚMULA 42 TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se de ação proposta em face do INSS, com pedido de condenação da autarquia para que proceda a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, mediante o reconhecimento de tempo de serviço rural dos períodos 15/05/1969 à 09/04/1976 e 06/03/1986 à 31/10/1989.
2. O Juiz Federal de Erechim, RS, reconheceu parcial procedência à ação, reconhecendo e determinando a averbação do trabalho rural desempenhado pela autora no período de 15/05/1969 à 09/04/1976. Quanto ao período de de 06/03/1986 à 31/10/1989, aquele magistrado entendeu pela impossibilidade de averbação porque inserido entre vínculos trabalhistas de natureza urbana, de modo que não poderia ser utilizado para "preencher lacunas em que os trabalhadores não contribuíram, quanto mais quando referentes a longos períodos de labor urbano, como é o caso dos autos."
3. A sentença foi mantida pela Turma 2ª. Recursal do Rio Grande do Sul pelos seus próprios fundamentos, com respaldo no artigo 46 da Lei 9.099/1995.
4. Incidente de Uniformização jurisprudencial, interposto pela parte autora, com fundamento no artigo 14 da Lei 10.259/2001, com seguimento denegado.
5. Recurso remetido a esta Turma Nacional de Uniformização por força do art. 14, parágrafo 2º da Lei 10.259/2001.
6. Incidente que não se conhece.
7. O Juízo da instância ordinária fundamentou a improcedência do período de 06/03/1986 à 31/10/1989 nos seguintes moldes: "Isso porque o segundo período postulado (de 06.03.1986 a 31.10.1989) se encontra entre vínculos urbanos, mantidos pela autora desde 1976. Tratando-se o tempo de serviço rural de tempo de serviço que independe do recolhimento efetivo de contribuições, não há como este Juízo conseguir que seja utilizado para preencher as lacunas em que os trabalhadores não contribuíram, quanto mais quando referentes a longos períodos de labor urbano, como é o caso dos autos."
8. Pela leitura da sentença confirmada pela Turma Recursal, o fundamento da sentença para negar o pedido de concessão de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição foi o entendimento dos órgãos jurisdicionais ordinários quanto à impossibilidade do reconhecimento de tempo rural sem contribuição intercalado a grandes períodos de vínculos urbanos.
9. Por sua vez, os paradigmas juntados pelo Recorrente são todos julgados nos quais foram reconhecidos os documentos apresentados pelos litigantes como início de prova material. Portanto, não há similitude fático-jurídica indispensável para conhecimento do Incidente de Uniformização. Inteligência da Questão de Ordem 22.
10. Pedido de Uniformização Jurisprudencial não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência em NÃO CONHECER do Pedido de Uniformização, nos termos do presente voto-ementa
Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2012.

MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2010.70.50.008858-1
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MAURO LUIZ RESMER
PROC./ADV.: BOGDAN OLIJNYK JÚNIOR
OAB: PR-26278
PROC./ADV.: BOGDAN OLIJNIK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. AÇÃO DE DESAPOSENTAÇÃO. RENÚNCIA AO BENEFÍCIO. NECESSIDADE DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM ENTENDIMENTO DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM N.º 13. VALOR DA CAUSA. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA N.º 43. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de desaposentação, com o aproveitamento do tempo de serviço posterior à concessão do seu primeiro benefício.
2. Sentença de parcial procedência, admitindo a desaposentação mediante prévia e integral devolução das parcelas recebidas.
3. Acórdão manteve a sentença, bem como reconheceu a incompetência do Juizado Especial Federal para a causa.
4. Similitude fático-jurídica entre o acórdão vergastado e os paradigmas acostados - precedentes do Superior Tribunal de Justiça.
5. Não obstante a divergência de entendimento entre a Corte Cidadã e a TNU, esta já consolidou entendimento de que para que ocorra a desaposentação mister a devolução dos valores recebido a título de benefício previdenciário que se pretende renunciar. Questão de Ordem n.º 13 - "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.(Aprovada na 2ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.03.2005)."
6. Quanto à competência ser do Juizado Especial, não compete a esta Corte dirimir tal questão, eis tratar-se de questão processual. Súmula n.º 43 - "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
7. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, NÃO CONHECER do presente incidente de uniformização, nos termos do voto da Juíza Federal Relatora.
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2012.

MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO
Juíza Federal Relatora

DESPACHO

PROCESSO: 0007678-92.2006.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: MARLON MOCHNACZ
PROC./ADV.: SEILANE PARENTE NOLASCO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL HERCULANO MARTINS NACIF

DESPACHO

Ante a manifestação do INSS, proceda-se a correta autuação do feito, excluindo-se o mesmo da lide e incluindo-se, em seu lugar, a União.
Em seguida intime-se a parte requerida do inteiro teor dos presentes autos, oportunizando à mesma, querendo, apresentação de resposta aos embargos declaratórios interpostos pelo requerente.
Na sequência, com ou sem resposta, façam os autos conclusos.
Porto Velho, 12 de dezembro de 2012.

HERCULANO MARTINS NACIF
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.70.55.001382-6
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: JULIANA M. CUNHA MARQUES
REQUERIDO(A): MARIA DOS SANTOS LEITE
PROC./ADV.: CRISTIANE LOMBARDO
PROC./ADV.: ALEX GRANDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

DESPACHO

Cuida-se de pedido de concessão de auxílio-doença e conversão em aposentadoria por invalidez.
Sentença de procedência do pedido, mantida pela 1ª Turma Recursal do Paraná, ao argumento de que, "quanto à qualidade de segurado, objeto específico do recurso do INSS, agiu certo o juízo monocrático ao estender o período de graça por 24 meses, nos termos do inciso II e § 2º do art. 15 da Lei 8.213/1991 e observado o disposto na Súmula 27 da TNU que dispensa o registro do desemprego em órgão do Ministério do Trabalho; Tendo em vista que o último vínculo empregatício encerrou-se em 09.2004, a autora manteria a qualidade de segurada até 16.11.2006. Portanto, mantinha a qualidade de segurada na data de início da incapacidade".
Interposto incidente de uniformização de jurisprudência pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, sob de alegação de que o acórdão recorrido é divergente da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Esta TNU não conheceu, por unanimidade, o pedido de uniformização, ao argumento de inexistência de jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça no sentido invocado pelo recorrente.
Manejou a autarquia incidente de uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, julgado por aquela Corte no seguinte sentido: "PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. EXTENSÃO DO PERÍODO DE GRAÇA E MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. ART. 15, § 2º, DA LEI Nº. 8.213/1991. AUSÊNCIA DE REGISTROS NA CTPS. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO DE DESEMPREGO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. De acordo com a jurisprudência dominante da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, o registro no Ministério do Trabalho e da Previdência Social não deve ser considerado como o único meio de prova da condição de desempregado do segurado, mormente se ela puder ser comprovada por outros meios existentes nos autos. 2. A ausência de anotação, na CTPS do segurado, indicando o exercício de atividade remunerada após a cessação do último vínculo empregatício, não configura elemento suficiente à comprovação da situação de desemprego, já que não afastada a possibilidade de exercício de atividade remunerada na informalidade. 3. Incidente de uniformização de jurisprudência parcialmente provido. (Pet nº 8.582/PR, Rel. Min. Adílson Vieira Macabu, 28/06/2012)".
Retornaram os autos a esta TNU.
Determino o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça acima transcrita.
Brasília, 05 de novembro de 2012.

ADEL AMERICO DIAS DE OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.33.00.731156-4
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AILSON BISPO DA SILVA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA

DESPACHO

Trata-se de Incidente de Uniformização cuja divergência cinge-se em definir a contagem em condições especiais da atividade de vigilante após a entrada em vigor do Decreto n.º 2.172/97.
Sobre a matéria, recebeu a TNU sob o regime de representativo da controvérsia o Pedido de Uniformização n.º 50069557320114047001, originário da Seção Judiciária do Paraná, Rel. Juiz Federal Adel Américo de Oliveira, com julgamento iniciado na sessão de 17 de outubro de 2012 e com pedido de vista do Juiz Federal Rogério Moreira Alves, em que se discute justamente "o limite temporal para o reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante com porte de arma de fogo após a edição do Decreto n.º 2.172/97" (item 5 do voto do Relator).
O Regimento Interno da TNU impõe ao Relator "a devolução dos feitos às Turmas de origem para sobrestamento, na forma como disciplinado no art. 15 deste Regimento, quando a matéria estiver pendente de apreciação na Turma Nacional de Uniformização, no Superior Tribunal de Justiça ou no Supremo Tribunal Federal, de forma que promovam a confirmação ou adaptação do julgado após o julgamento dos recursos indicados" (Resolução CJF n.º 22/08, art. 8.º, inciso VIII - destaques acrescidos). O art. 15, por sua vez, determina o sobrestamento dos incidentes de uniformização idênticos "se, sobre o mesmo tema, outro incidente já tiver sido apresentado ou estiver em vias de apresentação na Turma Nacional de Uniformização" (RI, art. 15, § 2.º). No caso de vista, situação dos autos, incide a Questão de Ordem n.º 27 da TNU, sobrestando-se o feito perante a Turma de origem.
Em face do exposto, determino, à luz do art. 8.º, inciso VIII, c/c art. 7.º, inciso VII, alínea "b", e art. 15, § 2.º, do Regimento Interno (Resolução CJF n.º 22/08) e da Questão de Ordem n.º 27 da TNU, a devolução dos autos à Turma de origem para sobrestamento e, com a decisão que vier a ser proferida no referido
Incidente, confirmação ou reforma do acórdão recorrido.
Brasília (DF), 18 de novembro de 2012.

JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.70.61.000450-6
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LAURA RODRIGUES GOMES
PROC./ADV.: ROBERTO OSONO PERALTA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

DESPACHO

Após decisão desta TNU que negou provimento ao incidente de uniformização do INSS e reafirmou o entendimento de que a "ausência de registro em órgão do Ministério do Trabalho não impede a comprovação do desemprego por outros meios", o INSS apresentou incidente de uniformização dirigido ao STJ.
O incidente de uniformização recebeu o número PET 7649/PR e foi parcialmente provido, nos seguintes termos:
"Consoante se depreende das transcrições, a Turma Recursal do Paraná, em acórdão confirmado pela Turma Nacional de Uniformização, concluiu pela condição de desemprego do de cujus, baseando-se, para tanto, unicamente, na ausência de anotação laboral na CTPS. Todavia, esse entendimento, como visto, vai de encontro com a Jurisprudência pacificada pela Terceira Seção desta Corte.
Destarte, o presente incidente merece parcial provimento, de maneira a fazer prevalecer a orientação deste Tribunal, firme no sentido de que a ausência de anotação na CTPS, por não afastar a possibilidade de exercício de atividade informal, não é capaz de, por si só, de-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

monstrar a situação de desemprego prevista no art. 15, § 2º, da Lei n. 8.213/1991.
Ante o exposto, DOU PARCIAL provimento ao incidente de uniformização, devendo ser reformado o acórdão proferido pela Turma Nacional de Uniformização, fazendo prevalecer o entendimento supracitado."
Verifico, portanto, que o STJ ao julgar a PET 7649/PR já reformou o acórdão proferido por esta Turma, a fim de fazer prevalecer o entendimento de que a "ausência de anotação na CTPS, por não afastar a possibilidade de exercício de atividade informal, não é capaz de, por si só, demonstrar a situação de desemprego prevista no art. 15, § 2º, da Lei n. 8.213/1991"
Desta forma, não havendo providências a serem tomadas por esta TNU, devolvam-se os autos para o devido cumprimento do julgado.
De Curitiba para Brasília, 31 de outubro de 2012.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2007.70.52.002161-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: CRISTINE FERREIRA DA SILVA
REQUERIDO(A): EDILEUZA DE ANDRADE SILVA OLIVEIRA
PROC./ADV.: KEILA CRISTINA LIMA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

DESPACHO

Após decisão desta TNU que negou provimento ao incidente de uniformização do INSS e reafirmou o entendimento de que a "ausência de registro em órgão do Ministério do Trabalho não impede a comprovação do desemprego por outros meios", o INSS apresentou incidente de uniformização dirigido ao STJ.
O incidente de uniformização recebeu o número PET 7639/PR e foi parcialmente provido, nos seguintes termos:
"Consoante se depreende das transcrições, a Turma Recursal do Paraná, em acórdão confirmado pela Turma Nacional de Uniformização, concluiu pela condição de desemprego do de cujus, baseando-se, para tanto, unicamente, na ausência de anotação laboral na CTPS. Todavia, esse entendimento, como visto, vai de encontro com a Jurisprudência pacificada pela Terceira Seção desta Corte.
Destarte, o presente incidente merece parcial provimento, de maneira a fazer prevalecer a orientação deste Tribunal, firme no sentido de que a ausência de anotação na CTPS, por não afastar a possibilidade de exercício de atividade informal, não é capaz de, por si só, demonstrar a situação de desemprego prevista no art. 15, § 2º, da Lei n. 8.213/1991.
Ante o exposto, DOU PARCIAL provimento ao incidente de uniformização, devendo ser reformado o acórdão proferido pela Turma Nacional de Uniformização, fazendo prevalecer o entendimento supracitado."
Verifico, portanto, que o STJ ao julgar a PET 7639/PR já reformou o acórdão proferido por esta Turma, a fim de fazer prevalecer o entendimento de que a "ausência de anotação na CTPS, por não afastar a possibilidade de exercício de atividade informal, não é capaz de, por si só, demonstrar a situação de desemprego prevista no art. 15, § 2º, da Lei n. 8.213/1991"
Desta forma, não havendo providências a serem tomadas por esta TNU, devolvam-se os autos para o devido cumprimento do julgado.
De Curitiba para Brasília, 31 de outubro de 2012.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0073057-82.2007.4.02.5151
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: RUZY RIBEIRO JARDIM
PROC./ADV.: ROSE MARY DE CARVALHO BENEVENTE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

DESPACHO

Trata-se de recurso intitulado "Reclamação", dirigido ao STJ em face de acórdão desta TNU, fundamentado no artigo 7º, IX, da Resolução 22/2008.
Analisando a peça recursal, verifico que ao que tudo indica a recorrente pretendia interpor incidente de uniformização dirigido ao STJ.
Sendo assim, considerando o disposto no artigo 7º, IX, da Resolução 22/2008, devolvam-se os autos ao Presidente desta TNU.
De Curitiba para Brasília, 5 de novembro de 2012.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2009.72.65.001336-9
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIO TAMBOSI
PROC./ADV.: ROSE MARY GRAHL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO

DESPACHO

Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS contra acórdão que deu provimento ao recurso da parte autora para condenar a autarquia a revisar o benefício concedido em 22.03.1993.
A sentença afastou a argüição de decadência do INSS aventada na contestação e julgou improcedente o pedido por falta de interesse de agir já que a contadoria havia apurado a inexistência de valores a receber em razão da revisão pretendida.
A sentença foi mantida por seus próprios fundamentos pela Turma de Origem. Após a oposição de embargos de declaração, a Turma de Origem determinou a remessa dos autos à Contadoria e, em seguida, deu prosseguiu no julgamento dos embargos e deu provimento ao recurso da parte autora, condenando a autarquia a revisar o benefício.
O INSS interpôs pedido de uniformização alegando a ocorrência de decadência e, no mérito, opondo-se em relação à revisão do benefício.
O pedido de uniformização não foi conhecido na origem em relação à decadência, mas recebeu juízo positivo de admissibilidade em relação à revisão em si.
Recebidos os autos na Turma Nacional de Uniformização, o Presidente desta TNU, por meio do ofício circular nº 20110244/GAPRE determinou a sua devolução à Presidência da Turma Recursal de Origem para aplicação do entendimento proferido pelo STJ no REsp 1.114.938.
O presidente da Turma de Origem proferiu decisão consignando que o referido Recurso Especial trata do prazo decadencial do INSS revisar seus atos administrativos - entendimento que não se aplica ao presente caso concreto. Explicou, ainda, que não conheceu do pedido de uniformização do INSS em relação ao prazo de decadência do autor para a revisão de seu benefício e que, quanto a este ponto, o INSS não se insurgiu. Frisou que a questão levada à Turma Nacional diz respeito tão somente à aplicação simultânea da Lei 6.950/81 e do artigo 144 da Lei 8213/1991 na concessão de benefícios previdenciários.
Todavia, sem embargo do respeitável entendimento da juíza federal presidente da Turma de Origem, entendo que os autos devem permanecer sobrestados.
A questão relativa à decadência encontra-se sob os cuidados do STF no RE n. 626489:
EMENTA: CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIOS. FIXAÇÃO DE PRAZO DECADENCIAL. MEDIDA PROVISÓRIA 1.523, DE 27/06/1997. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À RESPECTIVA VIGÊNCIA. DIREITO ADQUIRIDO. SEGURANÇA JURÍDICA. PRESENÇA DA REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL DISCUTIDA.
Possui repercussão geral a questão constitucional alusiva à possibilidade de aplicação do prazo decadencial estabelecido pela Medida Provisória 1.523/1997 aos benefícios previdenciários concedidos antes da respectiva vigência.
(RE 626489 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 16/09/2010, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-084 DIVULG 30-04-2012 PUBLIC 02-05-2012)
Os institutos de prescrição e decadência, como matérias de ordem pública, devem ser reconhecidos mesmo de ofício, a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição. Ademais, por força do artigo 210 do Código Civil, "Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei."
Sendo assim, independentemente do pedido de uniformização do INSS ter sido admitido neste ponto, considerando que o benefício do autor foi concedido em 22.03.1993 e que a presente ação foi proposta em 06.07.2009, ou seja, mais de dez anos após a Lei 9.528/1997, os autos deverão permanecer sobrestados até o julgamento do RE 626489.
Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7 º, VII, a, da novel redação da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à TR de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.
Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
De Curitiba para Brasília, 5 de novembro de 2012.

ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2008.70.95.000152-2
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: IRMA BOFF
PROC./ADV.: CELSO CORDEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: LIA BEATRIZ CARVALHO BERTOLINI
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO

DESPACHO

Chamo o feito a ordem. Verifico que não foi encartado ao processo físico o julgamento precedente desta Corte decidido em Incidente de Uniformização no dia 02/08/2011. Outrossim, também constato que o acórdão do novo julgamento da Turma Recursal do Paraná, de igual modo, não foi acostado aos autos. Desta feita, efetuem a juntada de tais documentos para a apreciação de novo pleito manejado pela parte autora.
De São Paulo para Brasília, 30 de outubro de 2012.

MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO
Juíza Federal Relatora

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO Nº 816, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Superior do Trabalho, crédito suplementar no valor global de R$ 573.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
Considerando os termos do art. 54 da Lei n.º 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2012, c/c com o art. 4º da Lei n.º 12.595, de 19 de janeiro de 2012, Lei Orçamentária Anual - LOA 2012, e as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 4, de 30 de janeiro de 2012, e no Ato Conjunto Nº 5/TST.CSJT.GP, de 5 de fevereiro de 2012, resolve:
Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Superior do Trabalho, crédito suplementar, tipo 407, com compensação, no valor global de R$ 573.000,00 para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.
Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.
Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO ORESTE DALAZEN

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							573.000
		ATIVIDADES							
02 131	0571 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							573.000
02 131	0571 2549 0001	Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional							573.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012121400244

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

			F	4	2	90	0	100	573.000
TOTAL - FISCAL									573.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									573.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							573.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							573.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							573.000
			F	4	2	90	0	100	573.000
TOTAL - FISCAL									573.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									573.000

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO Nº 37, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª e 24ª Região, crédito suplementar no valor global de R$ 3.903.480,00 para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 54 da Lei n.º 12.465/11, de 12 de agosto de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2012) c/c art. 4º da Lei n.º 12.595, de 19 de janeiro de 2012 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2012), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 4, de 30 de janeiro de 2012, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 5, de 5 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª e 24ª Região, crédito suplementar, tipo 400 com compensação, no valor global de R$ 3.903.480,00 para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO ORESTE DALAZEN

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							370.440
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							370.440
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							370.440
			F	3	1	90	0	100	370.440
TOTAL - FISCAL									370.440
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									370.440

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							512.820
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							512.820
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							512.820
			F	3	1	90	0	100	512.820
TOTAL - FISCAL									512.820
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									512.820

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							365.400
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							365.400

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	1	90	0	100	365.400
									365.400
TOTAL - FISCAL									365.400
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									365.400

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							331.380
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							331.380
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							331.380
			F	3	1	90	0	100	331.380
TOTAL - FISCAL									331.380
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									331.380

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							265.860
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							265.860
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							265.860
			F	3	1	90	0	100	265.860
TOTAL - FISCAL									265.860
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									265.860

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							183.960
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							183.960
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							183.960
			F	3	1	90	0	100	183.960
TOTAL - FISCAL									183.960
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									183.960

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							70.560
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							70.560
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							70.560
			F	3	1	90	0	100	70.560
TOTAL - FISCAL									70.560
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									70.560

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							129.780
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							129.780
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							129.780
			F	3	1	90	0	100	129.780
TOTAL - FISCAL									129.780
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									129.780

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							248.220
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							248.220
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							248.220
			F	3	1	90	0	100	248.220
TOTAL - FISCAL									248.220
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									248.220

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							123.480
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							123.480
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							123.480
			F	3	1	90	0	100	123.480
TOTAL - FISCAL									123.480
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									123.480

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							78.120
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							78.120
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							78.120
			F	3	1	90	0	100	78.120
TOTAL - FISCAL									78.120
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									78.120

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							153.720
		ATIVIDADES							

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							153.720
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	1	90	0	100	153.720
TOTAL - FISCAL									153.720
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									153.720

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							83.160
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							83.160
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	1	90	0	100	83.160
TOTAL - FISCAL									83.160
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									83.160

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							70.560
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							70.560
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	1	90	0	100	70.560
TOTAL - FISCAL									70.560
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									70.560

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							462.420
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							462.420
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	1	90	0	100	462.420
TOTAL - FISCAL									462.420
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									462.420

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							80.640
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							80.640
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	1	90	0	100	80.640
TOTAL - FISCAL									80.640
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									80.640

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							104.580
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							104.580
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							104.580
			F	3	1	90	0	100	104.580
TOTAL - FISCAL									104.580
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									104.580

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							57.960
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							57.960
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							57.960
			F	3	1	90	0	100	57.960
TOTAL - FISCAL									57.960
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									57.960

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							37.800
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							37.800
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							37.800
			F	3	1	90	0	100	37.800
TOTAL - FISCAL									37.800
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									37.800

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							55.440
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							55.440
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							55.440
			F	3	1	90	0	100	55.440
TOTAL - FISCAL									55.440
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									55.440

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							40.320
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							40.320
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							40.320
			F	3	1	90	0	100	40.320
TOTAL - FISCAL									40.320
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									40.320

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							76.860
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							76.860
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							76.860
			F	3	1	90	0	100	76.860
TOTAL - FISCAL									76.860
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									76.860

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.703.480
		ATIVIDADES							
02 128	0571 20G2	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados							100.000
02 128	0571 20G2 0001	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Nacional							100.000
			F	3	2	90	0	100	100.000
02 126	0571 2C73	Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (e-Jus)							2.170.756
02 126	0571 2C73 0001	Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (e-Jus) - Nacional							2.170.756
			F	3	2	90	0	100	2.154.321
			F	4	2	90	0	100	16.435
02 128	0571 4091	Capacitação de Recursos Humanos							17.700
02 128	0571 4091 0001	Capacitação de Recursos Humanos - Nacional							17.700
			F	3	2	90	0	100	17.700
		PROJETOS							
02 122	0571 148F	Implantação de Varas da Justiça do Trabalho							1.000.000
02 122	0571 148F 0001	Implantação de Varas da Justiça do Trabalho - Nacional							1.000.000
			F	3	2	90	0	100	1.000.000
02 122	0571 1P66	Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho							415.024
02 122	0571 1P66 0001	Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho - Nacional							415.024
			F	3	2	90	0	100	67.053
			F	4	2	90	0	100	347.971
TOTAL - FISCAL									3.703.480
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.703.480

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							200.000
		PROJETOS							
02 122	0571 1A55	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Campos dos Goytacazes - RJ							200.000
02 122	0571 1A55 0101	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Campos dos Goytacazes - RJ - No Município de Campos dos Goytacazes - RJ							200.000
			F	4	2	90	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO CONJUNTO Nº 38, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, crédito suplementar no valor global de R$ 500.000,00 para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 54 da Lei n.º 12.465/11, de 12 de agosto de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2012) c/c art. 4º da Lei n.º 12.595, de 19 de janeiro de 2012 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2012), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 4, de 30 de janeiro de 2012, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 5, de 5 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, crédito suplementar, tipo 407 com compensação, no valor global de R$ 500.000,00 para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO ORESTE DALAZEN

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							500.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							500.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							500.000
			F	3	2	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							500.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							500.000
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							500.000
			F	3	2	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
4ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 153, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a retificação da Resolução n° 61, de 23 de agosto de 2010, publicada no DOU de 25/08/2010, e torna sem efeito a Resolução nº 25, de 21 de março de 2012, publicada no DOU de 26/03/2012, relativamente ao resultado final do Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2009 da carreira de Técnico Judiciário/Área Administrativa das Listas de Classificação Específica das Subseções Judiciárias de Porto Alegre, Canoas, Carazinho, Joinville e Guaíra e das Listas de Classificação Geral das Seções Judiciárias do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o Edital de Concurso Público nº 01/2009, publicado no Diário Oficial da União, de 29/12/2009, destinado ao provimento de vagas nos Quadros Permanentes de Pessoal do Tribunal Regional Federal e das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeiro Grau da 4ª Região, resolve:

I. TORNAR SEM EFEITO a Resolução nº 25, publicada no DOU de 26/03/2012;

II. RETIFICAR o resultado final do Concurso Público disposto na Resolução n° 61, publicada no DOU de 25/08/2010, conforme alterações dispostas no Edital n° 4, de 12 de dezembro de 2012;

III. RATIFICAR as informações estabelecidas como resultado final do Concurso Público, dispostas na Resolução n° 61, publicada no DOU de 25/08/2010, que não se encontram mencionadas no item II desta Resolução.

MARGA INGE BARTH TESSLER

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 1.670, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 54, § 1º, inciso II, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, combinado com o art. 4º da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, e considerando os procedimentos contidos na Portaria SOF/MP nº 4, de 30 de janeiro de 2012 e Portaria SOF/MP nº 42, de 9 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º - Abrir ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, crédito suplementar no valor de R$ 14.171.339,00 (Quatorze milhões, cento e setenta e um mil, trezentos e trinta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária do Órgão, no valor de R$ 14.171.339,00 (Quatorze milhões, cento e setenta e um mil, trezentos e trinta e nove reais), conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOÃO DE ASSIS MARIOSI

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.800.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							7.800.000
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							7.800.000
			S	1	1	90	0	100	7.800.000
0567		Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							6.371.339
		ATIVIDADES							
02 122	0567 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							90.000
02 122	0567 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							90.000
			F	1	1	90	0	100	90.000
02 061	0567 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal							6.281.339
02 061	0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal							6.281.339
			F	3	2	90	0	181	4.987.339
			F	4	2	90	0	181	1.294.000
TOTAL - FISCAL									6.371.339
TOTAL - SEGURIDADE									7.800.000
TOTAL - GERAL									14.171.339

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0567		Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							7.890.000
		ATIVIDADES							
02 131	0567 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							90.000
02 131	0567 2549 0053	Comunicação e Divulgação Institucional - No Distrito Federal							90.000
			F	3	2	90	0	100	90.000
02 061	0567 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal							7.800.000
02 061	0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal							7.800.000
			F	3	2	90	0	100	7.800.000
TOTAL - FISCAL									7.890.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.890.000

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16103 - Justiça da Infância e da Juventude

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0567		Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							6.281.339
		PROJETOS							
02 122	0567 19BG	Construção do Anexo II da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal							6.281.339
02 122	0567 19BG 0053	Construção do Anexo II da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal - No Distrito Federal							6.281.339
			F	4	2	90	0	181	6.281.339
TOTAL - FISCAL									6.281.339
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.281.339

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
13ª REGIÃO

ATO Nº 462, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante da Resolução Administrativa nº 0165/2012 (Processo Administrativo: 0055700-56.2012.5.13.0000), resolve: Redistribuir, ex officio, um cargo efetivo vago de Analista Judiciário - Área Judiciária - Sem especialidade, do Quadro Permanente de Pessoal deste Regional para o Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, em razão do ajustamento da lotação e da força de trabalho necessários ao desempenho dos Tribunais referidos, com respaldo no art. 37 da Lei nº 8.112/90, com redação da Lei nº 9.527/97, na forma regulamentada pela Resolução nº 146/2012, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, tendo por reciprocidade a redistribuição do cargo efetivo ocupado pelo servidor OTÁVIO AZEVEDO FARIA, Analista Judiciário - Área Judiciária - Sem Especialidade, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região para o Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com efeitos a contar da publicação.

PAULO MAIA FILHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
22ª REGIÃO

DESPACHOS

Processo Administrativo nº 594/2012.

AUTORIZO a despesa por INEXIGIBLIDADE de licitação, consoante art. 25, inciso II, c/c com o art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93, no valor total de R$ 720,00 (setecentos e vinte reais), em favor da Associação Brasileira de Engenharia e Consultoria Estrutural - ABECE.

Teresina, 22 de outubro de 2012.
FELIPE MENDES DE OLIVEIRA
Diretor-Geral

Ratifico a inexigibilidade de licitação nos termos do despacho acima, em cumprimento ao disposto no artigo 26, caput, da Lei n.º 8.666/93.

Teresina, 11 de dezembro de 2012.
DES. WELLINGTON JIM BOAVISTA
Presidente do Tribunal

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 291, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

O CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criada pela Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e Considerando a decisão do Plenário do CFBio na 265ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 7 de dezembro de 2012; resolve: Art. 1º Aprovar a Proposta Orçamentária do Conselho Regional de Biologia da 1ª Região - CRBio-01 para o exercício de 2013, conforme abaixo:

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA - 1ª Região

RECEITAS		DESPESAS	
Rec. Correntes	7.220.000,00	Desp. Correntes	6.055.000,00
Rec. de Capital	5.000,00	Desp. de Capital	1.170.000,00
TOTAL	7.225.000,00		7.225.000,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WLADEMIR JOÃO TADEI
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

RESOLUÇÃO Nº 1.280, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Cria a Sub-Região de Santo Antonio de Jesus no CRECI 9ª Região/BA.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, usando de suas atribuições legais e regimentais; CONSIDERANDO a exposição de motivos constante do Ofício CRECI nº 0125/2012, do CRECI 9ª Região/BA, CONSIDERANDO a decisão unânime adotada pelo Egrégio Plenário do COFECI, em Sessão realizada no dia 07 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1° - CRIAR a Sub-Região de SANTO ANTONIO DE JESUS com subordinação ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis-Creci 9ª Região/BA, e jurisdição extensiva aos municípios de Amargosa, Aratuípe, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macêdo Costa, Elísio Medrado, Jequiriçá, Laje, Maragogipe, Muniz Ferreira, Mutuípe, Nazaré das Farinhas, Santa Terezinha, São Felipe, São Miguel das Matas, Sapeaçú, Valença e Varzedo. Art. 2º - A Sub-Região ora criada terá seu Delegado e demais empregados admitidos e dispensados pelo Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis-Creci 9ª Região/BA. Art. 3° - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições contrárias.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

EDECIO NOGUEIRA CORDEIRO
Diretor Secretário

RESOLUÇÃO Nº 1.281, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Cria a Sub-Região de Jequié no CRECI 9ª Região/BA.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, usando de suas atribuições legais e regimentais; CONSIDERANDO a exposição de motivos constante do Ofício CRECI nº 0126/2012, do CRECI 9ª Região/BA, CONSIDERANDO a decisão unânime adotada pelo Egrégio Plenário do COFECI, em Sessão realizada no dia 07 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1° - CRIAR a Sub-Região de JEQUIÉ com subordinação ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis-Creci 9ª Região/BA, e jurisdição extensiva aos municípios de Aiquara, Apuarema, Ibirataia, Ipiaú, Itaji, Itamari, Itaquara, Itiruçu, Jitauna, Lafayete Coutinho, Lagedo do Tabocal e Nova Ibiá. Art. 2º - A Sub-Região ora criada terá seu Delegado e demais empregados admitidos e dispensados pelo Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis-Creci 9ª Região/BA. Art. 3° - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições contrárias.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

EDECIO NOGUEIRA CORDEIRO
Diretor Secretário

RESOLUÇÃO Nº 1.282, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Autoriza aquisição de imóveis pelo Creci 20ª Região/MA para instalação das Delegacias Sub-Regionais de BACABAL e BALSAS, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 16, inciso IV, da Lei n° 6.530, de 12 de maio de 1978, c/c os incisos III e VII do Art. 10 do Decreto n° 81.871, de 29 de junho de 1978, e art. 4º, inciso XX, do Regimento do COFECI, baixado com a Resolução n° 1.126/09; CONSIDERANDO a exposição de motivos matéria do Ofício CRECI nº 377/2012 do CRECI 20ª Região/MA, datado de 19 de novembro de 2012, resolve:

Art. 1° - AUTORIZAR a aquisição, pelo Creci 20ª Região/MA, para instalação das Delegacias Sub-Regionais de Bacabal e de Balsas, de 2 (dois) imóveis de terreno, com áreas de 360m² e de 450m², respectivamente, localizados nos referidos municípios, recomendando fiel observância às disposições pertinentes da Lei n° 8.666/93. Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições contrárias.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

EDECIO NOGUEIRA CORDEIRO
Diretor Secretário

RESOLUÇÃO Nº 1.283, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Autoriza aquisição de imóvel pelo Creci 8ª Região/DF para unificação dos Postos Avançados das cidades satélites de Taguatinga e Águas Claras.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 16, inciso IV, da Lei n° 6.530, de 12 de maio de 1978, c/c os incisos III e VII do Art. 10 do Decreto n° 81.871, de 29 de junho de 1978, e art. 4º, inciso XX, do Regimento do COFECI, baixado com a Resolução n° 1.126/09; CONSIDERANDO a exposição de motivos matéria do Ofício nº 6638/2012 do CRECI 8ª Região/DF, datado de 26 de novembro de 2012, resolve:

Art. 1° - AUTORIZAR a aquisição, pelo Creci 8ª Região/DF, para unificação dos Postos Avançados das cidades satélites de Taguatinga e de Águas Claras, de imóvel localizado na EPCT QS 03 Lotes 03, 05, 07 e 09, Loja Comercial Térrea nº 20, com 154,04m², Edifício Centro Comercial Empresarial Pátio Capital, em Taguatinga/DF, recomendando fiel observância às disposições pertinentes da Lei n° 8.666/93. Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições contrárias.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

EDECIO NOGUEIRA CORDEIRO
Diretor Secretário

RESOLUÇÃO Nº 1.284, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova a 1ª Reformulação Orçamentária dos CRECIs das 4ª, 8ª, 16ª, 17ª, 18ª, 20ª, 21ª e 25ª Regiões, do exercício de 2012.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, usando de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a decisão unânime adotada na Sessão Plenária realizada no dia 07 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º - APROVAR a 1ª Reformulação Orçamentária dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis-CRECIs das 4ª, 8ª, 16ª, 17ª, 18ª, 20ª, 21ª e 25ª Regiões, do exercício de 2012, na forma dos discriminativos anexos, os quais passam a fazer parte integrante da presente Resolução. Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANTÔNIO ARMANDO CAVALCANTE SOARES
Diretor Tesoureiro

ANEXOS

CRECI 4ª Região/MG - 1ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	7.900.000,00
Receitas de Capital	R$	100.000,00
Total	R$	8.000.000,00
Despesas Correntes	R$	7.578.000,00
Despesas de Capital	R$	422.000,00
Total	R$	8.000.000,00

CRECI 8ª Região/DF - 1ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	6.400.000,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Reservas de Contigência	R$	2.150.000,00
Total	R$	8.550.000,00
Despesas Correntes	R$	6.008.100,00
Reservas de Contigências	R$	111.400,00
Despesas de Capital	R$	2.430.500,00
Total	R$	8.550.000,00

CRECI 16ª Região/SE - 1ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.635.000,00
Receitas de Capital	R$	100.000,00
Total	R$	1.735.000,00
Despesas Correntes	R$	1.035.000,00
Despesas de Capital	R$	700.000,00
Total	R$	1.735.000,00

CRECI 17ª Região/RN - 1ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.671.000,00
Receitas de Capital	R$	5.000,00
Total	R$	1.676.000,00
Despesas Correntes	R$	1.608.000,00
Despesas de Capital	R$	68.000,00
Total	R$	1.676.000,00

CRECI 18ª Região/AM - 1ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	966.790,00
Receitas de Capital	R$	1.500.000,00
Total	R$	2.466.790,00
Despesas Correntes	R$	1.406.071,00
Despesas de Capital	R$	1.060.719,00
Total	R$	2.466.790,00

CRECI 20ª Região/MA - 1ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.524.340,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	1.524.340,00
Despesas Correntes	R$	1.429.340,00
Despesas de Capital	R$	95.000,00
Total	R$	1.524.340,00

CRECI 21ª Região/PB - 1ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	2.188.667,00
Receitas de Capital	R$	668.000,00
Total	R$	2.856.667,00
Despesas Correntes	R$	2.488.367,00
Despesas de Capital	R$	368.300,00
Total	R$	2.856.667,00

CRECI 25ª Região/TO - 1ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	930.000,00
Receitas de Capital	R$	20.000,00
Total	R$	950.000,00
Despesas Correntes	R$	853.000,00
Despesas de Capital	R$	97.000,00
Total	R$	950.000,00

RESOLUÇÃO Nº 1.285, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova a 2ª Reformulação Orçamentária dos CRECIs das 4ª e 11ª Regiões, do exercício de 2012.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, usando de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a decisão unânime adotada na Sessão Plenária realizada no dia 07 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º - APROVAR a 2ª Reformulação Orçamentária dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis-CRECIs das 4ª e 11ª Regiões, do exercício de 2012, na forma dos discriminativos anexos, os quais passam a fazer parte integrante da presente Resolução. Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANTÔNIO ARMANDO CAVALCANTE SOARES
Diretor Tesoureiro

ANEXOS

CRECI 4ª Região/MG - 2ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	7.980.000,00
Receitas de Capital	R$	100.000,00
Total	R$	8.080.000,00
Despesas Correntes	R$	7.676.000,00
Despesas de Capital	R$	404.000,00
Total	R$	8.080.000,00

CRECI 11ª Região/SC - 2ª Reformulação Orçamentária
Exercício de 2012
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	10.434.360,00
Receitas de Capital	R$	2.866.000,00
Total	R$	13.300.360,00
Despesas Correntes	R$	7.856.560,00
Despesas de Capital	R$	5.443.800,00
Total	R$	13.300.360,00

RESOLUÇÃO Nº 1.286, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova os Orçamentos-Programa dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis-CRECIs, para o exercício de 2013.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso regular de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a decisão unânime adotada na Sessão Plenária realizada no dia 10 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º - APROVAR os Orçamentos-Programa dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis - CRECIs, para o exercício de 2013, na forma dos discriminativos anexos, os quais passam a fazer parte integrante da presente Resolução. Art. 2 º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANTÔNIO ARMANDO CAVALCANTE SOARES
Diretor Tesoureiro

ANEXOS

CRECI 1ª Região/RJ - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	16.950.000,00
Receitas de Capital	R$	3.050.000,00
Total	R$	20.000.000,00
Despesas Correntes	R$	18.244.600,00
Despesas de Capital	R$	1.755.400,00
Total	R$	20.000.000,00

CRECI 2ª Região/SP - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	63.275.000,00
Receitas de Capital	R$	26.725.000,00
Total	R$	90.000.000,00
Despesas Correntes	R$	64.848.000,00
Despesas de Capital	R$	25.152.000,00
Total	R$	90.000.000,00

CRECI 3ª Região/RS - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	13.218.971,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	13.218.971,00
Despesas Correntes	R$	11.466.971,00
Despesas de Capital	R$	1.722.000,00
Total	R$	13.218.971,00

CRECI 4ª Região/MG - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	8.775.000,00
Receitas de Capital	R$	25.000,00
Total	R$	8.800.000,00
Despesas Correntes	R$	8.500.000,00
Despesas de Capital	R$	300.000,00
Total	R$	8.800.000,00

CRECI 5ª Região/GO - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	6.235.000,00
Receitas de Capital	R$	165.000,00
Total	R$	6.400.000,00
Despesas Correntes	R$	5.370.500,00
Despesas de Capital	R$	1.029.500,00
Total	R$	6.400.000,00

CRECI 6ª Região/PR - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	7.230.000,00
Receitas de Capital	R$	2.060.000,00
Total	R$	9.290.000,00
Despesas Correntes	R$	6.570.000,00
Despesas de Capital	R$	2.720.000,00
Total	R$	9.290.000,00

CRECI 7ª Região/PE - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	4.200.000,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	4.200.000,00
Despesas Correntes	R$	3.300.000,00
Despesas de Capital	R$	900.000,00
Total	R$	4.200.000,00

CRECI 8ª Região/DF - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	6.450.000,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	6.450.000,00
Despesas Correntes	R$	5.628.900,00
Despesas de Capital	R$	821.100,00
Total	R$	6.450.000,00

CRECI 9ª Região/BA - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	6.056.312,50
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	6.056.312,50
Despesas Correntes	R$	4.157.926,33
Despesas de Capital	R$	1.898.386,17
Total	R$	6.056.312,50

CRECI 11ª Região/SC - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	9.470.755,00
Receitas de Capital	R$	2.545.000,00
Total	R$	12.015.755,00
Despesas Correntes	R$	8.490.755,00
Despesas de Capital	R$	3.525.000,00
Total	R$	12.015.755,00

CRECI 12ª Região/PA - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	3.742.000,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	3.742.000,00
Despesas Correntes	R$	3.230.000,00
Despesas de Capital	R$	512.000,00
Total	R$	3.742.000,00

CRECI 13ª Região/ES - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	2.875.000,00
Receitas de Capital	R$	1.100.000,00
Total	R$	3.975.000,00
Despesas Correntes	R$	2.865.000,00
Despesas de Capital	R$	1.110.000,00
Total	R$	3.975.000,00

CRECI 14ª Região/MS - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	2.174.200,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	2.174.200,00
Despesas Correntes	R$	2.080.200,00
Despesas de Capital	R$	94.000,00
Total	R$	2.174.200,00

CRECI 15ª Região/CE - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	2.800.000,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	2.800.000,00
Despesas Correntes	R$	2.559.500,00
Despesas de Capital	R$	240.500,00
Total	R$	2.800.000,00

CRECI 16ª Região/SE - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.900.000,00
Receitas de Capital	R$	100.000,00
Total	R$	2.000.000,00
Despesas Correntes	R$	1.100.000,00
Despesas de Capital	R$	900.000,00
Total	R$	2.000.000,00

CRECI 17ª Região/RN - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.885.000,00
Receitas de Capital	R$	95.500,00
Total	R$	1.980.500,00
Despesas Correntes	R$	1.680.500,00
Despesas de Capital	R$	300.000,00
Total	R$	1.980.500,00

CRECI 18ª Região/AM - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.166.200,00
Receitas de Capital	R$	1.600.000,00
Total	R$	2.766.200,00
Despesas Correntes	R$	1.644.400,00
Despesas de Capital	R$	1.121.800,00
Total	R$	2.766.200,00

CRECI 19ª Região/MT - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	3.246.262,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	3.246.262,00
Despesas Correntes	R$	2.930.842,00
Despesas de Capital	R$	315.420,00
Total	R$	3.246.262,00

CRECI 20ª Região/MA - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.878.500,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	1.878.500,00
Despesas Correntes	R$	1.648.500,00
Despesas de Capital	R$	230.000,00
Total	R$	1.878.500,00

CRECI 21ª Região/PB - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	2.351.300,00
Receitas de Capital	R$	665.000,00
Total	R$	3.016.300,00
Despesas Correntes	R$	2.489.300,00
Despesas de Capital	R$	527.000,00
Total	R$	3.016.300,00

CRECI 22ª Região/AL - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.130.000,00
Receitas de Capital	R$	170.000,00
Total	R$	1.300.000,00
Despesas Correntes	R$	1.230.000,00
Despesas de Capital	R$	70.000,00
Total	R$	1.300.000,00

CRECI 23ª Região/PI - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.094.100,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	1.094.100,00
Despesas Correntes	R$	922.100,00
Despesas de Capital	R$	172.000,00
Total	R$	1.094.100,00

CRECI 24ª Região/RO - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	703.825,01
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	703.825,01
Despesas Correntes	R$	703.825,01
Despesas de Capital	R$	0,00
Total	R$	703.825,01

CRECI 25ª Região/TO - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	975.000,00
Receitas de Capital	R$	25.000,00
Total	R$	1.000.000,00
Despesas Correntes	R$	841.000,00
Despesas de Capital	R$	159.000,00
Total	R$	1.000.000,00

CRECI 26ª Região/AC - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	370.362,39
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	370.362,39
Despesas Correntes	R$	363.362,39
Despesas de Capital	R$	7.000,00
Total	R$	370.362,39

RESOLUÇÃO Nº 1.287, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova o Orçamento-Programa do Conselho Federal de Corretores de Imóveis-COFECI, para o exercício de 2013.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso regular de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a decisão unânime adotada na Sessão Plenária realizada no dia 10 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º - APROVAR o Orçamento-Programa do Conselho Federal de Corretores de Imóveis-COFECI, para o exercício de 2013, na forma do discriminativo anexo, o qual passa a fazer parte integrante da presente Resolução. Art. 2 º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANTÔNIO ARMANDO CAVALCANTE SOARES
Diretor Tesoureiro

ANEXO

COFECI - Proposta Orçamentária
Exercício de 2013
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	32.000.000,00
Receitas de Capital	R$	33.000.000,00
Reservas de Contingências	R$	0,00
Total	R$	65.000.000,00
Despesas Correntes	R$	28.115.000,00
Despesas de Capital	R$	33.385.000,00500.000,00
Reservas de Contingências	R$	65.000.000,00
Total	R$	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO Nº 1.288, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Revoga a alínea "e", do § 1º, do artigo 8º da Resolução-Cofeci nº 327/92.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16, inciso XVII, da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978; CONSIDERANDO a sentença prolatada pelo Exmo. Sr. Juiz da 24ª Vara Federal de São Paulo, Victorio Giuzio Neto, em Ação Civil Pública nº 33.2012.4.03.6100 movida pelo Ministério Público Federal; CONSIDERANDO a decisão adotada pelo Egrégio Plenário em Sessão realizada dia 07 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º - REVOGAR a alínea "e", do § 1º, do artigo 8º da Resolução-Cofeci nº 327/92, de 25 de junho de 1992. Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

EDECIO NOGUEIRA CORDEIRO
Diretor Secretário

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

RETIFICAÇÕES

No Acórdão nº 17687, publicado no DOU de 14-11-2012, Seção 1, página 155, onde se lê: "Nº Originário: 1156/2012, leia-se: "Nº Originário: 1156/2009."

No Acórdão nº 17735, publicado no DOU de 14-11-2012, Seção 1, página 156, onde se lê: "Recurso Administrativo n.º: 1137/2012", leia-se: "Recurso Administrativo n.º: 1737/2012."

No Acórdão nº 17736, publicado no DOU de 14-11-2012, Seção 1, página 156, onde se lê: "Recurso Administrativo n.º: 1138/2012", leia-se: "Recurso Administrativo n.º: 1738/2012" e onde se lê: "Nº Originário: 220/2010", leia-se: "Nº Originário: 220/2011"

No Acórdão nº 17894, publicado no DOU de 14-11-2012, Seção 1, página 158, onde se lê: "Nº Originário: 383/2011, leia-se: "Nº Originário: 383/2010."

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 2.003, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012

Veda ao médico assistente o preenchimento de formulários elaborados por empresas seguradoras, revoga a Resolução CFM nº 1.076/81 (publicada no D.O.U. de 29 de janeiro de 1982, Seção I, p. 1770) e demais disposições em contrário.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, alterada pela Lei n° 11.000, de 15 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, alterado pelo Decreto nº 6.821, de 14 de abril de 2009, e

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura a tutela da intimidade, bem como preserva o sigilo profissional;

CONSIDERANDO o art. 5°, inciso II da Lei n° 8.080/90, que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS), quando no atendimento de paciente usuário do SUS o médico exerce função assistencial;

CONSIDERANDO que o preenchimento, pelo médico, de formulários elaborados pelas companhias de seguros de vida não têm qualquer vínculo com a atestação médica relativa à assistência ou ao óbito;

CONSIDERANDO que não se pode cobrar honorários de paciente assistido em instituição que se destina à prestação de serviços públicos, conforme dispõe o art. 65 do Código de Ética Médica;

CONSIDERANDO que o médico assistente não pode ser constrangido a preencher formulários, com quesitos próprios, de entidade com quem não tem qualquer relação profissional ou empregatícia;

CONSIDERANDO que o seu preenchimento constitui atividade médica pericial, não podendo ser exercida pelo médico assistente, conforme dispõe o art. 93 do CEM;

CONSIDERANDO que "viola a ética médica a entrega de prontuário de paciente internado à companhia seguradora responsável pelo reembolso das despesas", nos termos do decidido pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ no Resp nº 159527-RJ;

CONSIDERANDO o que consta do Parecer CFM nº 23/11;

CONSIDERANDO que a nova redação do art. 77 do Código de Ética Médica, alterada pela Resolução CFM nº 1.997/12 (publicada no D.O.U. de 16 de agosto de 2012, Seção I, p. 149), veda ao médico: "Prestar informações a empresas seguradoras sobre as circunstâncias da morte do paciente sob seus cuidados, além das contidas na declaração de óbito";

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido pelo plenário em sessão realizada em 8 de novembro de 2012, resolve:

Art. 1º É vedado ao médico assistente o preenchimento de formulários elaborados por empresas seguradoras com informações acerca da assistência prestada a pacientes sob seus cuidados.

Art. 2º Revogam-se a Resolução CFM nº 1.076/81 (publicada no D.O.U de 29 de janeiro de 1982, Seção I, p. 1770) e demais disposições em contrário.

Art. 3° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO LUIZ D'AVILA
Presidente do Conselho

HENRIQUE BATISTA E SILVA
Secretário-Geral

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO REALIZADA EM 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Às quinze horas do dia sete de dezembro de dois mil e doze, na sede do Conselho Federal de Odontologia, situada no Estado do Rio de Janeiro, nesta cidade, na Avenida Nilo Peçanha, número cinquenta, conjunto um mil oitocentos e um, reuniu-se em Reunião Extraordinária o Plenário do Conselho Federal de Odontologia (CFO), eleito em dezenove de outubro de dois mil e doze e empossado nesta data, para o exercício do mandato a ser compreendido entre os dias oito de dezembro de dois mil e doze a sete de dezembro de dois mil e quinze, com a presença dos seguintes Conselheiros-Federais eleitos: Ailton Diogo Morilhas Rodrigues; Benício Paiva Mesquita; Ericson Leão Bezerra; Genésio Pessôa de Albuquerque Júnior; José Mário Morais Mateus; José Ricardo Dias Pereira; Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira; e, Rubens Côrte Real de Carvalho. Presentes, ainda, o Superintendente-Executivo, Antônio Márcio Coimbra; o Procurador Jurídico, Luiz Edmundo Gravatá Maron; e o Gerente Administrativo, Décio Ricardo Oliveira dos Santos. 1) Assinatura do Livro de Presença. Assinaram o livro de presença todos os participantes acima citados. 2) Verificação do "quorum" regimental. Foi constatada a existência do "quorum" regimental. Considerando o "caput" do artigo quinze do Regimento Eleitoral, aprovado pela Resolução CFO número oitenta, de dois mil e sete, assumiu a presidência dos trabalhos o Conselheiro-Federal eleito Rubens Côrte Real de Carvalho. 3) Abertura da sessão. O Presidente da sessão declarou abertos os trabalhos. 4) Eleição da Diretoria do Conselho Federal de Odontologia para a gestão de dois mil e doze a dois mil e quinze. Foi apresentada a seguinte chapa para Diretoria: Presidente: Conselheiro-Federal Ailton Diogo Morilhas Rodrigues; Vice-Presidente: Conselheiro-Federal Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira; Secretário-Geral: Conselheiro-Federal Genésio Pessôa de Albuquerque Júnior; e, Tesoureiro: Conselheiro-Federal Rubens Côrte Real de Carvalho. Prosseguindo os trabalhos, de acordo com os dispositivos do Regimento Eleitoral, passou-se à eleição da Diretoria, para o mandato a ser exercido no período de oito de dezembro de dois mil e doze a sete de dezembro de dois mil e quinze. Feita a votação e apuração na forma regimental, foi eleita, por oito votos, a chapa única apresentada. 5) Posse da Diretoria eleita para a gestão de dois mil e doze a dois mil e quinze. Proclamado o resultado, após ouvir os escrutinadores, o Presidente da sessão deu posse ao Presidente eleito Ailton Diogo Morilhas Rodrigues e, este, ao Vice-Presidente Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira; ao Secretário-Geral Genésio Pessôa de Albuquerque Júnior; e, ao Tesoureiro Rubens Côrte Real de Carvalho, conforme termo lavrado no livro próprio, para o exercício do mandato a ser compreendido no período de oito de dezembro de dois mil e doze a sete de dezembro de dois mil e quinze. 6) Eleição da Comissão de Tomada de Contas do Conselho Federal de Odontologia para a gestão de dois mil e doze a dois mil e quinze. Passou-se à eleição da Comissão de Tomada de Contas, para o exercício do mandato no período de oito de dezembro de dois mil e doze a sete de dezembro de dois mil e quinze. O Conselheiro Presidente Ailton Diogo Morilhas Rodrigues apresentou a seguinte chapa: Conselheiro Benício Paiva Mesquita, para Presidente; e, para Membros, os Conselheiros José Ricardo Dias Pereira e Ericson Leão Bezerra. Feita a votação e a apuração, na forma regimental, foi eleita, por oito votos a chapa única apresentada. 7) Posse da Comissão de Tomada de Contas eleita para a gestão de dois mil e doze a dois mil e quinze. Os Membros da Comissão de Tomada de Contas foram empossados pelo Presidente do Conselho Federal de Odontologia, Ailton Diogo Morilhas Rodrigues. Agradecendo a todos, o Presidente encerrou, às dezenove horas e quinze minutos, a Reunião Extraordinária do Plenário do Conselho Federal de Odontologia. A presente ata, após lida e aprovada, vai por mim, Décio Ricardo Oliveira dos Santos, Gerente Administrativo; pelo Superintendente-Executivo, Antônio Márcio Coimbra; e, por todos os participantes, assinada. Rio de Janeiro (RJ), sete de dezembro de dois mil e doze.

AILTON DIOGO MORILHAS RODRIGUES
Presidente do Conselho

DECISÃO Nº 53, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

O Presidente do Conselho Federal de Odontologia, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com o artigo 86 do Regimento Eleitoral, aprovado pela Resolução CFO-80, de 12 de dezembro de 2007, em sua CCLIV Reunião Ordinária do Plenário, realizada em 07 de dezembro de 2012, torna público, conforme Decisão CFO-53/2012, datada de 07 de dezembro de 2012, a proclamação do resultado da eleição processada no Conselho Regional de Odontologia de Sergipe, no dia 23 de novembro de 2012, homologando a composição eleita para exercer o mandato de 17 de março de 2013 a 16 de março de 2015:

MEMBROS EFETIVOS
Anderson Lessa Siqueira, CRO-SE-CD-Nº 996
Anna Tereza de Andrade Lima Carvalho, CRO-SE-CD-Nº 998
Endenson Brito Teles, CRO-SE-CD-Nº 1523
Harildo Deda Gonçalves, CRO-SE-CD-Nº 977
Mirian Passos Brandão, CRO-SE-CD-Nº 1051
MEMBROS SUPLENTES
Carla Regina Barbosa Barros, CRO-SE-CD-Nº 1072
Erickson Palma Silva, CRO-SE-CD-Nº 922
Mary Luciana Almeida Santana, CRO-SE-CD-Nº 916
Raimundo Lima Vieira Filho, CRO-SE-CD-Nº 1542
Valéria Mota Quintela, CRO-SE-CD-Nº 1005

AILTON DIOGO MORILHAS RODRIGUES

CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS

RESOLUÇÃO Nº 824, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

Dispõe Sobre a Prorrogação da Intervenção do Conselho Federal dos Representantes Comerciais no CORE-SE.

O Conselho Federal dos Representantes Comerciais, por sua diretoria executiva, no uso das atribuições legais e regimentais previstas no parágrafo único do artigo 47 da Lei nº 4.886/65, de 09/12/1965, com a redação dada pela Lei nº 8.420/92, de 08/05/1992, e no artigo 12, "X", do seu Regimento Interno, Considerando que o prazo fixado na Resolução nº 820/2012 - Confere, de 27 de setembro de 2012, expira no próximo dia 07 de janeiro de 2013; Considerando a comprovada impossibilidade do sindicato da classe em processar a eleição para composição do regional, o que impede o encerramento do processo interventivo por inexistência de diretoria eleita para a qual possa ser transferida a gestão do órgão; Considerando a necessidade de dar prosseguimento aos trabalhos de saneamento administrativo e contábil da entidade, e de que seja eleita uma diretoria para gerir o órgão; Considerando que o art. 2º da Resolução nº 820/2012 - Confere, de 27/09/2012, estabelece que a intervenção no Core-Sergipe poderá ser prorrogada por iguais períodos de 90 (noventa) dias, constatada a necessidade; Considerando o que ficou decidido em Reunião de Diretoria convocada para deliberar sobre o assunto realizada nesta data, RESOLVE: Art. 1º - Prorrogar a Intervenção no Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Sergipe, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir do dia 08 de janeiro de 2013. Art. 2º - A Intervenção poderá ser encerrada em menor prazo, no caso de cessarem os motivos que determinaram sua prorrogação, ou prorrogada por novo período, caso necessário para a conclusão dos trabalhos de saneamento da entidade. Art. 3º - Permanece como interventora a Dra. Creusa Bicudo, com poderes de representação do Core-Sergipe perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, inclusive poder judiciário, junto às instituições financeiras, podendo praticar todos os atos de gestão administrativa e financeira, de forma a garantir o pleno funcionamento do Conselho Regional e adoção das medidas necessárias ao saneamento das irregularidades que motivaram a intervenção e de outras constatadas, podendo admitir funcionários por prazo determinado em caráter emergencial e demiti-los, celebrar contratos, movimentar contas bancárias do órgão, assinar, requisitar e endossar cheques, depositar, sacar, transferir valores, abrir contas em instituição oficial e encerrá-las, nomear e destituir procuradores e prepostos, assinar orçamentos, balancetes e prestações de contas, autorizar despesas necessárias ao funcionamento do órgão e cumprimento dos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais. Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

MANOEL AFFONSO MENDES DE FARIAS MELLO
Presidente do Conselho

RODOLFO TAVARES
Diretor-Tesoureiro

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
3ª CÂMARA
CONSELHO PLENO

ACÓRDÃOS

PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 2010.18.04476-01/TCA (SGD: 49.0000.2012.003150-9/TCA). Assunto: Prestação de Contas. Seccional: OAB/Rio de Janeiro. Exercício: 2009. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro (Presidente Wadih Nemer Damous Filho OAB/RJ 768-B; Vice- Presidente Sergio Eduardo Fisher OAB/RJ 17119; Secretário-Geral Marcos Luiz Oliveira de Souza OAB/RJ 61160; Secretário-Geral Adjunto Wanderley Rebello de Oli-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

veira Filho OAB/RJ 37470; Diretor Tesoureiro Marcello Augusto Lima de Oliveira OAB/RJ 99720); (Diretoria/Exercício 2009: Presidente Wadih Nemer Damous Filho OAB/RJ 768-B; Vice- Presidente Lauro Mario Perdigão Schuch OAB/RJ 37500; Secretário-Geral Marcos Luiz Oliveira de Souza OAB/RJ 61160; Secretário-Geral Adjunto Marcelo Feijó Chalréo OAB/RJ 52460; Diretor Tesoureiro Sergio Eduardo Fisher OAB/RJ 17119). Relator: Conselheiro Federal Manoel Bonfim Furtado Correia (TO). Relator ad hoc: Conselheiro Federal Orestes Muniz Filho (RO). EMENTA N. 076/2012/TCA. PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCICIO DE 2009 - CONSELHO SECCIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Atendimento aos imperativos dos Provimentos 101/2003 e 121/2007, e atendidas à distribuição da receita do exercício na forma do artigo 56 e seus incisos do RGOAB, exceto a apresentação de Certidão Negativa de Débito de União decorrente de exercícios anteriores impertinentes ao presente exercício e contas, impõe a aprovação das contas Conselho Seccional referente ao exercício de 2009. ACÓRDÃO: VISTOS, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, aprovar a Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, relativa ao Exercício 2009, nos termos do voto do Relator ad hoc. Impedido de votar o representante da OAB/Rio de Janeiro. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado, Presidente. Orestes Muniz Filho, Relator ad hoc. PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 2011.32.04629-05/TCA (SGD: 49.0000.2012.003151-7/TCA). Assunto: Prestação de Contas. Seccional: OAB/Rio de Janeiro. Exercício: 2010. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro (Presidente Wadih Nemer Damous Filho OAB/RJ 768-B; Vice- Presidente Sergio Eduardo Fisher OAB/RJ 17119; Secretário-Geral Marcos Luiz Oliveira de Souza OAB/RJ 61160; Secretário-Geral Adjunto Wanderley Rebello de Oliveira Filho OAB/RJ 37470; Diretor Tesoureiro Marcello Augusto Lima de Oliveira OAB/RJ 99720); (Diretoria/Exercício 2010: Presidente Wadih Nemer Damous Filho OAB/RJ 768-B; Vice- Presidente Sergio Eduardo Fisher OAB/RJ 17119; Secretário-Geral Marcos Luiz Oliveira de Souza OAB/RJ 61160; Secretário-Geral Adjunto Wanderley Rebello de Oliveira Filho OAB/RJ 37470; Diretor Tesoureiro Marcello Augusto Lima de Oliveira OAB/RJ 99720). Relator: Conselheiro Federal Manoel Bonfim Furtado Correia (TO). Relator ad hoc: Conselheiro Federal Orestes Muniz Filho (RO). EMENTA N. 077/2012/TCA. PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCICIO DE 2010 - CONSELHO SECCIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Atendimento aos imperativos dos Provimentos 101/2003 e 121/2007, e atendidas à distribuição da receita do exercício na forma do artigo 56 e seus incisos do RGOAB, exceto a apresentação de Certidão Negativa de Débito de União decorrente de exercícios anteriores impertinentes ao presente exercício e contas, impõe a aprovação das contas Conselho Seccional referente ao exercício de 2010. ACÓRDÃO: VISTOS, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, aprovar a Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, relativa ao Exercício 2010, nos termos do voto do Relator ad hoc. Impedido de votar o representante da OAB/Rio de Janeiro. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado, Presidente. Orestes Muniz Filho, Relator ad hoc. REQUERIMENTO N. 49.0000.2012.005121-6/TCA. Assunto: Requerimento apresentado pelo Presidente da Comissão Eleitoral do CFOAB, Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA), solicitando a instauração de processo para apurar responsabilidades pela contratação e divulgação de pesquisa eleitoral no âmbito da OAB, e pela eventual prática de conduta vedada pelo inciso V do artigo 12 do Provimento n. 146/2011 do CFOAB. Requerente: Ulisses César Martins de Sousa OAB/MA 4462. Interessado: Henrique Crivelli Alvarez OAB/SP 71909. Relator: Conselheiro Federal Orestes Muniz Filho (RO). EMENTA N. 078/2012/TCA. Pesquisa eleitoral feita por advogado meses antes do período eleitoral não constituído. Infração à legislação eleitoral da OAB. Arquivamento. ACÓRDÃO: VISTOS, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Câmara do CFOAB, por maioria, pelo arquivamento do processo, nos termos do voto do Relator. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado, Presidente. Orestes Muniz Filho, Relator. PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2012.005466-0/TCA. Assunto: Prestação de Contas. Seccional: OAB/São Paulo. Exercício: 2011. Interessados: Conselho Seccional da OAB/São Paulo (Presidente Luiz Flávio Borges D´Urso OAB/SP 69991; Vice-Presidente Marcos da Costa OAB/SP 90282; Secretário-Geral Braz Martins Neto OAB/SP 32583, Secretária-Geral Adjunta Clemencia Beatriz Wolthers OAB/SP 40265 e Diretor Tesoureiro Jose Maria Dias Neto OAB/SP 51526); (Diretoria/Exercício 2011: Presidente Luiz Flávio Borges D´Urso OAB/SP 69991; Vice-Presidente Marcos da Costa OAB/SP 90282; Secretário-Geral Braz Martins Neto OAB/SP 32583, Secretária-Geral Adjunta Clemencia Beatriz Wolthers OAB/SP 40265 e Diretor Tesoureiro Jose Maria Dias Neto OAB/SP 51526). Relator: Conselheiro Federal Henri Clay Santos Andrade (SE). Relator ad hoc: Conselheiro Federal Orestes Muniz Filho (RO). EMENTA N. 079/2012/TCA. PRESTAÇÃO DE CONTAS. OAB/SÃO PAULO. EXERCÍCIO 2011. Parecer técnico da Controladoria do Conselho Federal opinando pela aprovação, face ao atendimento das exigências contidas nos Provimentos n. 101/2003 e 121/2007 do Conselho Federal, referente ao exercício de 2011. Aprovação das contas apresentadas, sem ressalvas. ACÓRDÃO: VISTOS, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros integrantes da 3ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, em aprovar a Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, relativa ao Exercício 2011, nos termos do voto do Relator ad hoc. Impedido de votar o representante da OAB/São Paulo. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado, Presidente. Orestes Muniz Filho, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2011.004836-5/TCA. Assunto: Pedido de cassação ou modificação de ato da Diretoria da CAA/MS que criou a Associação dos Bacharéis e Advogados de Mato Grosso do Sul - ABA/MS para gerenciar contratos de saúde, mantido pelo programa "Saúde em ordem". Decisão da OAB/MS julgamento procedente o pedido, determinando que a CAA/MS permaneça com a gestão do programa de saúde. Recurso. Recorrente: Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso do Sul - CAAMS. (Representante Legal: Renato Araújo Corrêa OAB/MS 3969 - Presidente). Recorrido: Valter Ribeiro de Araújo OAB/MS 3052. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). Pedido de Vista: Conselheiro Federal Paulo Marcondes Brincas (SC). Pedido de Vista: Conselheiro Federal Miguel Ângelo Cançado (GO). EMENTA N. 080/2012/TCA. Recurso. Criação de associação civil independente com a finalidade de gerir contratos e programas de assistência à saúde de advogados inscritos na Seccional da OAB do Mato Grosso do Sul. Transferência da gestão do Programa "Saúde em Ordem" a entidade independente. Impossibilidade jurídica. Função estatuária da Caixa de Assistência aos Advogados. Conflito de entidade gestora de planos de saúde ao sistema OAB. Violação do EAOAB e do Regulamento Geral. Recurso desprovido. ACÓRDÃO: VISTOS, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros integrantes da 3ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o representante da OAB/Mato Grosso do Sul. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado, Presidente. Carlos Roberto Siqueira Castro, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.011443-9/TCA. Assunto: Recurso. Registro de Chapa. Eleições da Subseção de Esteio/RS. Recorrente: Cristiano Coêlho Bornéo OAB/RS 57093 (Candidato à Presidente pela Chapa 10 - Advocacia, Trabalho e Progresso). Recorrida: Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relatora: Conselheiro Federal Daniela Rodrigues Teixeira (DF). EMENTA N. 081/2012/TCA. Recurso. Registro de Chapa. Eleições de Esteio/RS. Manutenção da decisão recorrida, oriunda da Comissão Eleitoral da OAB/Rio Grande do Sul. Inclusão em pauta em cumprimento aos termos do art. 71, § 4º, do Regulamento Geral. ACÓRDÃO: VISTOS, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros integrantes da 3ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, em acolher o voto da Relatora, parte integrante deste. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio Grande do Sul. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado, Presidente. Daniela Rodrigues Teixeira, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2012.011576-6/TCA. Assunto: Recurso. Registro de Chapa. Eleições da 25ª Subseção - Poços de Caldas/MG. Recorrente: Luis Fernando Quinteiro OAB/MG 44745 (Candidato à Presidente pela Chapa Pela Ordem e Para o Advogado). Recorrida: Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Marcelo Cintra Zarif (BA). EMENTA N. 082/2012/TCA. Recurso. Registro de Chapa. Concessão de liminar. Confirmação da liminar deferida pela Relatora, nos termos do art. 71, § 4º, do Regulamento Geral. ACÓRDÃO: VISTOS, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros integrantes da 3ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Impedido de votar o Representante da OAB/Minas Gerais. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado, Presidente. Marcelo Cintra Zarif, Relator. MEDIDA CAUTELAR N. 49.0000.2012.011697-5/TCA. Assunto: Medida Cautelar. Requerimento de concessão de efeito suspensivo a recurso interposto em face de decisão da Comissão Eleitoral da OAB/PA que determinou a retirada de material de propaganda. Requerente: Chapa 2 - Pela Honra e Pela Ordem (Representante Legal: Maria Avelina Imbiriba Hesketh OAB/PA 1108 - Candidata a Presidência da OAB/PA). (Advogados: Mario Vinicius Imbiriba Hesketh OAB/PA 10000 e Fábio Rogério Moura OAB/PA 14220). Requerida: Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/Pará. Relatora: Conselheira Federal Daniela Rodrigues Teixeira (DF). EMENTA N. 083/2012/TCA. Medida Cautelar. Deferimento do pedido liminar para tornar sem efeito a deliberação da Comissão Eleitoral da OAB/Pará. Confirmação da liminar deferida pela Relatora, nos termos do art. 71, § 4º, do Regulamento Geral. ACÓRDÃO: VISTOS, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros integrantes da 3ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, em acolher o voto da Relatora, parte integrante deste. Impedido de votar o Representante da OAB/Pará. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado, Presidente. Daniela Rodrigues Teixeira, Relatora. PROCESSO N.. 49.0000.2012.011705-3/TCA. Assunto: Processo. Pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso interposto contra decisão da Comissão Eleitoral que deferiu o registro da Chapa "Advogado Valorizado". Decisão 180/2012, em Minas Gerais. Requerente: Luiz Fernando Valladão Nogueira OAB/MG 47254 (Candidato à Presidente pela Chapa OAB Atuante). (Advogado: Milton Fernando da Costa Val OAB/MG 41666). Requerida: Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Raimundo Ferreira Marques (MA). EMENTA N. 084/2012/TCA. Processo. Pedido de Cassação de ato da Comissão Eleitoral da OAB/MG que deferiu pedido de registro da Chapa Advogado Valorizado. Indeferimento do pedido. Manutenção da decisão da Comissão Eleitoral. Inclusão em pauta em cumprimento aos termos do art. 71, § 4º, do Regulamento Geral. ACÓRDÃO: VISTOS, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros integrantes da 3ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Impedido de votar o Representante da OAB/Minas Gerais. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado, Presidente. Raimundo Ferreira Marques, Relator. MEDIDA CAUTELAR N. 49.0000.2012.011706-1/TCA. Assunto: Ação Cautelar Inominada. Impugnação. Eleições OAB/RR. Requerentes: Ednaldo Gomes Vidal OAB/RR 155-B (Candidato à Presidente pela Chapa OAB PARA TODOS), Francisco Vilebaldo de Albuquerque OAB/RR 034 e Janaina Debastiani OAB/RR 380. (Advogada: Daniele de Assis Santiago OAB/RR 617). Requerido: Jorge da Silva Fraxe OAB/RR 78. Relatora: Conselheira Federal Angela Serra Sales (PA). EMENTA N. 085/2012/TCA. Medida Cautelar. Pedido liminar para manter o registro de candidatura de candidatos às Eleições da OAB/Roraima. Deferimento do pedido liminar. Confirmação da liminar deferida pelo Relator, nos termos do art. 71, § 4º, do Regulamento Geral. ACÓRDÃO: VISTOS, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros integrantes da 3ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, em acolher o voto da Relatora, parte integrante deste. Impedido de votar o Representante da OAB/Roraima. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado, Presidente. Angela Serra Sales, Relatora. MEDIDA CAUTELAR N. 49.0000.2012.011707-0/TCA. Assunto: Ação Cautelar Inominada. Impugnações. Eleições OAB/RR. Requerentes: Ednaldo Gomes Vidal OAB/RR 155-B (Candidato à Presidente pela Chapa OAB PARA TODOS), Maryvaldo Bassal de Freire OAB/RR 066-A, Helaine Maise de Moraes França OAB/RR 262, Anair Paes Paulino OAB/RR 237, José Carlos Barbosa Cavalcante OAB/RR 74-B e Patricia Raquel de Aguiar Ribeiro OAB/RR 357-A. (Advogada: Daniele de Assis Santiago OAB/RR 617). Requerido: Jorge da Silva Fraxe OAB/RR 78. Relatora: Conselheira Federal Angela Serra Sales (PA). EMENTA N.086/2012/TCA. Medida Cautelar. Pedido liminar para manter o registro de candidatura de candidatos às Eleições da OAB/Roraima. Deferimento do pedido liminar. Confirmação da liminar deferida pelo Relator, nos termos do art. 71, § 4º, do Regulamento Geral. ACÓRDÃO: VISTOS, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros integrantes da 3ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, em acolher o voto da Relatora, parte integrante deste. Impedido de votar o Representante da OAB/Roraima. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado, Presidente. Angela Serra Sales, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2012.011798-0/TCA. Assunto: Recurso contra omissão da Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. 37ª Subseção da OAB/MG. Recorrente: Marcus Vinicius Rozzetto Silva OAB/MG 108010 (Candidato à Presidente pela Chapa OAB Atuante). (Advogado: Aroldo Celso dos Santos Cecilio OAB/MG 58585). Recorrida: Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Raimundo Ferreira Marques (MA). EMENTA N.087/2012/TCA. Recurso. Pedido liminar. Cassação de candidatura. Indeferimento do pedido. Manutenção da decisão da Comissão Eleitoral. Inclusão em pauta em cumprimento aos termos do art. 71, § 4º, do Regulamento Geral. ACÓRDÃO: VISTOS, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros integrantes da 3ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Impedido de votar o Representante da OAB/Minas Gerais. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado, Presidente. Raimundo Ferreira Marques, Relator. MEDIDA CAUTELAR N. 49.0000.2012.011812-2/TCA. Assunto: Medida Cautelar visando atribuição de efeito suspensivo a recurso ordinário eleitoral. Requerente: Izonildes Pio da Silva OAB/MT 6486-B (Candidato à Presidente pela Chapa OAB 100% Você). Requerido: Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso, Chapa 01 - "Pela Ordem, Para os Advogados" e Chapa 2 - "A OAB é muito mais". Relator: Conselheiro Federal Maryvaldo Bassal de Freire (RR). Relator ad hoc: Conselheiro Federal Orestes Muniz Filho (RO). EMENTA N. 088/2012/TCA. Medida Cautelar. Concessão de liminar. Registro da candidatura da chapa requerente para participação no pleito eleitoral. Pedido de Reconsideração. Manutenção da liminar. Confirmação da liminar deferida pelo Relator, nos termos do art. 71, § 4º, do Regulamento Geral. ACÓRDÃO: VISTOS, relatados e discutidos os 3ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, em acolher o voto do Relator ad hoc, parte integrante deste. Impedido de votar o Representante da OAB/Mato Grosso. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado, Presidente. Orestes Muniz Filho, Relator ad hoc. MEDIDA CAUTELAR N. 49.0000.2012.011950-0/TCA. Assunto: Medida Cautelar Administrativa proposta em face da Comissão Eleitoral da OAB/ES requerendo o julgamento dos recursos apresentados contra decisão que deferiu registro da Chapa Renovação. 10ª Subseção da OAB/ES. Requerente: Mauricio dos Santos Galante OAB/ES 2032 (Candidato à Presidente pela Chapa Azul Vitória). Requerido: Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/Espírito Santo. Relator: Conselheiro Federal Paulo Marcondes Brincas (SC). Relator ad hoc: Conselheiro Federal Orestes Muniz Filho (RO). EMENTA N. 089/2012/TCA. Medida Cautelar. Pedido liminar para determinação de julgamento de processos e recursos interpostos perante a Comissão Eleitoral da OAB/ES. Deferimento parcial da liminar requerendo prazo à Comissão Eleitoral para julgamento dos Embargos de Declaração opostos em face de impugnações a candidaturas. Confirmação da liminar deferida pelo Relator, nos termos do art. 71, § 4º, do Regulamento Geral. ACÓRDÃO: VISTOS, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros integrantes da 3ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Impedido de votar o Representante da OAB/Espírito Santo. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado, Presidente. Paulo Marcondes Brincas, Relator. Orestes Muniz Filho, Relator ad hoc. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA N. 49.0000.2012.012225-3/TCA. Assunto: Proposta Orçamentária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para o exercício 2013. Relator: Conselheiro Federal Francisco Anis Faiad (MT). EMENTA N. 090/2012/TCA. Orçamento financeiro de 2013. Conselho Federal da OAB. Apresentação pela Diretoria Executiva obedecendo ao Estatuto, Regulamento Geral e Provimentos. Documento elaborado com obediência a normas técnicas, financeiras e contábeis aplicáveis à matéria. Proposta Orçamentária aprovada. ACÓRDÃO: VISTOS, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros integrantes da 3ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, aprovar a Proposta Orçamentária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para o Exercício 2013. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado, Presidente. Francisco Anis Faiad, Relator.

Brasília, 11 de dezembro de 2012.

MIGUEL ÂNGELO CANÇADO

Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012121400256

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.